Alexandre Alves
Letícia Fagundes de Oliveira

MODERNA SUPERAÇÃO!

HISTÓRIA



MANUAL DO PROFESSOR

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.
VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO.
PNLD 2026 - ENSINO MÉDIO
Código da coleção:
0019 P26 01 01 204 816

Área de conhecimento:
Ciências Humanas
e Sociais Aplicadas

Componente curricular:
História

MODERNA

Alexandre Alves
Doutor em Ciências, no programa História Econômica, pela Universidade de São Paulo.
Professor universitário. Autor de livros didáticos.

Letícia Fagundes de Oliveira
Mestra em Ciências, área: História Social, pela Universidade de São Paulo.
Pós-graduada em A Moderna Educação: Metodologias, Tendências e Foco no Aluno
pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Autora de livros didáticos.

MODERNA SUPERAÇÃO!

HISTÓRIA

VOLUME ÚNICO
ENSINO MÉDIO

Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Componente curricular: História

MANUAL DO PROFESSOR

1ª edição
São Paulo, 2024

MODERNA

Edição executiva: Cesar Brumini Dellore, Maria Clara Antonelli
Edição de texto: Camila Koshiba, Edmar Ricardo Franco, José Maurício Ismael Madi Filho, Laura Lemmi Di Natale, Patrícia Moreira Nogueira, Roberta Vaiano
Assessoria pedagógica: Helena Morita, Joelza Ester Domingues, Jonatas Mendonça dos Santos, Maira Fernandes, Maria Lídia Vicentin Aguilar, Pedro Paulo da Silva
Preparação de texto: Kandy Saraiva
Gerência de planejamento editorial e revisão: Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de revisão: Elaine C. del Nero, Mônica Rodrigues de Lima
Revisão: Ana Cortazzo, Ana Maria C. Tavares, Ana Paula Felippe, Dirce Y. Yamamoto, Renata Brabo, Sirlene Prignolato, Tatiana Malheiro
Gerência de *design*, produção gráfica e digital: Patricia Costa
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: Bruno Tonel, Everson de Paula, Vinicius Rossignol
Capa: Everson de Paula, Paula Miranda Santos
Fotos: Atleta praticando posições da esgrima © BraneBoi/E+/Getty Images/ Akihiro Sugimoto/Aflo Images/Getty Images
Coordenação de produção gráfica: Aderson Oliveira
Coordenação de arte: Mônica Maldonado, Wilson Gazzoni Agostinho
Edição de arte: Renata Susana Rechberger
Editoração eletrônica: Estudo Gráfico Design
Coordenação de pesquisa iconográfica: Flávia Aline de Morais
Pesquisa iconográfica: Renate Hartifiel, Aline Chiarelli, Daniela Barauna
Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues
Tratamento de imagens: Ademir Francisco Baptista, Ana Isabela Pithan Maraschin, Denise Feitosa Maciel, Vânia Maia
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Marcio H. Kamoto
Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro
Impressão e acabamento:

Organização dos objetos digitais: Cesar Brumini Dellore
Elaboração dos objetos digitais: André dos Santos Araújo, Maria Clara Antonelli

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alves, Alexandre
Moderna superação! história / Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2024.

Obra em volume único do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio.
Componente curricular: História.
Área de conhecimento: Ciências humanas e sociais aplicadas.
ISBN 978-85-16-14027-4 (aluno)
ISBN 978-85-16-14028-1 (professor)

1. História (Ensino médio) I. Oliveira, Letícia Fagundes de. II. Título.

24-226363 CDD-907

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Ensino médio 907

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados.

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Canal de atendimento: 0303 663 3762
www.moderna.com.br
2024
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

APRESENTAÇÃO

Caro estudante,

Durante os primeiros nove anos da Educação Básica, você reconheceu as características da vida em sociedade. Percebeu injustiças, constatou diferenças, desenvolveu ideias e imaginou um mundo melhor.

Muito mais do que somente apresentar ideias ou conceitos, o estudo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas oferece instrumentos e práticas que nos auxiliam a compreender a sociedade e atuar nela, tomando por base suas múltiplas dimensões – o pensamento, a história e o espaço. Com esse estudo, notamos elementos dessa realidade que antes podiam passar despercebidos.

Além de incentivar a compreensão do mundo ao nosso redor, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas nos convidam a analisar o impacto produzido pelo ser humano no meio ambiente, a compreender estruturas de poder e a distinguir as interações de sistemas econômicos e políticos ao longo do tempo. Essas habilidades nos ajudam a participar da sociedade de forma ativa, para que exerçamos plenamente a cidadania. Injustiças devem ser combatidas, diferenças devem ser respeitadas e ideias devem ser geradas para que um mundo melhor seja construído.

Este livro faz parte de uma coleção com volumes de história, geografia, sociologia e filosofia. Eles são organizados em seis unidades temáticas comuns, que contêm abordagens articuladas entre esses quatro componentes e foram concebidas para que você desenvolva competências e habilidades.

Nos boxes e seções distribuídos na obra, são expostas e analisadas diferentes interpretações de um fenômeno ou evento. Além disso, nesses boxes e seções, são realizadas aproximações entre diferentes áreas do conhecimento, sistematizados e ampliados os principais tópicos de estudo, apresentadas as perspectivas do mundo do trabalho e demonstradas diferentes práticas de pesquisa.

Esperamos que este livro sirva como ferramenta para a ampliação de suas perspectivas sobre a realidade, como instrumento para a construção de seu conhecimento e como impulso para atitudes de participação social!

Os autores

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Você sabia que em 2015 foi assinado, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, nos Estados Unidos, um documento em que 193 países, incluindo o Brasil, se comprometeram a tomar medidas importantes para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que as pessoas possam desfrutar de paz e de prosperidade? Trata-se da **Agenda 2030**. Nela, são apresentados **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, os ODS, que determinam metas transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável até 2030. Vamos conhecê-los?



Para que a Agenda 2030 seja cumprida no Brasil e no mundo, é necessário promover engajamento e parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil. Além disso, o acompanhamento e a avaliação da implementação devem ocorrer em níveis global, nacional e regional.

RELEITURA DOS ÍCONES DA ONU POR VINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A seguir, apresentamos cada objetivo da Agenda 2030. No decorrer deste livro, você vai encontrar indicações de ODS sempre que houver propostas, temas ou conceitos relacionados a eles.

ODS 1	ERRADICAÇÃO DA POBREZA	Acabar com a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.
ODS 2	FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
ODS 3	SAÚDE E BEM-ESTAR	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS 4	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5	IGUALDADE DE GÊNERO	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
ODS 6	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
ODS 7	ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	Garantir o acesso a fontes de energia confiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
ODS 8	TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, com emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos.
ODS 9	INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS 10	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
ODS 11	CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
ODS 12	CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
ODS 13	AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
ODS 14	VIDA NA ÁGUA	Conservar e usar de forma responsável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS 15	VIDA TERRESTRE	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, reverter a degradação dos solos e preservar a biodiversidade.
ODS 16	PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
ODS 17	PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

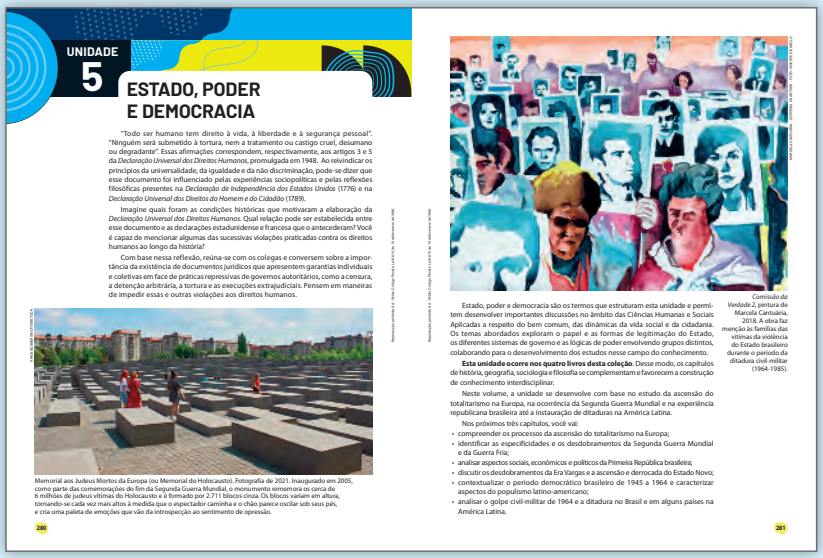
Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 22 set. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

CONHEÇA SEU LIVRO

Os elementos que compõem esta obra foram pensados para tornar seu estudo eficiente e prazeroso. Para isso, os boxes e seções distribuídos no livro apresentam objetivos bem definidos. Conheça os recursos que você vai encontrar neste livro e suas características.



UNIDADE 5

ESTADO, PODER E DEMOCRACIA

"Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". "Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante". Essas afirmações correspondem, respectivamente, aos artigos 3 e 5 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, promulgada em 1948. Ao reivindicar os princípios da universalidade, da igualdade e da não discriminação, pode-se dizer que esse documento foi influenciado pelas experiências sociopolíticas e pelas reflexões filosóficas presentes na *Declaração de Independência dos Estados Unidos* (1776) e na *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789).

Imagine quais foram as condições históricas que motivaram a elaboração da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Qual relação pode ser estabelecida entre esse documento e as declarações estadunidense e francesa que o antecederam? Você é capaz de mencionar algumas das sucessivas violações praticadas contra os direitos humanos ao longo da história?

Com base nessa reflexão, reúna-se com os colegas e converse sobre a importância da existência de documentos jurídicos que apresentem garantias individuais e coletivas em face de práticas repressivas de governos autoritários, como a censura, a detenção arbitrária, a tortura e as execuções extrajudiciais. Pensem em maneiras de impedir essas e outras violações aos direitos humanos.

Memorial aos Judeus Mortos da Europa (ou Memorial do Holocausto). Fotografia de 2021. Inaugurado em 2005, como parte das comemorações do fim da Segunda Guerra Mundial, o monumento rememora os cerca de 6 milhões de judeus vítimas do Holocausto e é formado por 2.711 blocos cinza. Os blocos variam em altura, tornando-se cada vez mais altos à medida que o espectador caminha e o chão parece oscilar sob seus pés, e cria uma paleta de emoções que vão da introspecção ao sentimento de opressão.

Estado, poder e democracia são os termos que estruturam esta unidade e permitem desenvolver importantes discussões no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a respeito do bem comum, das dinâmicas da vida social e da cidadania. Os temas abordados exploram o papel e as formas de legitimação do Estado, os diferentes sistemas de governo e as lógicas de poder envolvendo grupos distintos, colaborando para o desenvolvimento dos estudos nesse campo do conhecimento.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume, a unidade se desenvolve com base no estudo da ascensão do totalitarismo na Europa, na ocorrência da Segunda Guerra Mundial e na experiência republicana brasileira até a instauração de ditaduras na América Latina.

Nos próximos três capítulos, você vai:

- compreender os processos da ascensão do totalitarismo na Europa;
- identificar as especificidades e os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria;
- analisar aspectos sociais, econômicos e políticos da Primeira República brasileira;
- discutir os desdobramentos da Era Vargas e a ascensão e derrocada do Estado Novo;
- contextualizar o período democrático brasileiro de 1945 a 1964 e caracterizar aspectos do populismo latino-americano;
- analisar o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura no Brasil e em alguns países na América Latina.

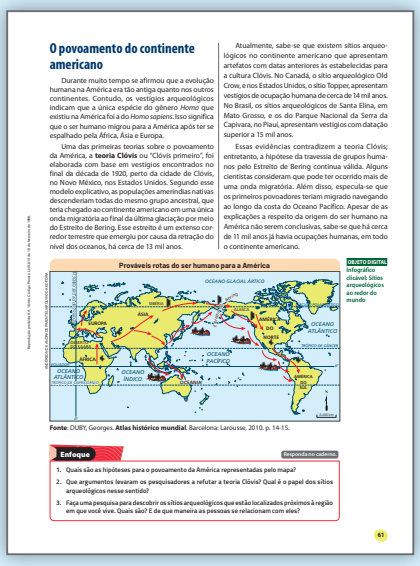
Comissão da Verdade 2, pintura de Marcela Cantuária, 2018. A obra faz menção às famílias das vítimas da violência do Estado brasileiro durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985).

280

281

Abertura de unidade

Uma dupla de páginas com texto e imagens que relaciona temas e conceitos desenvolvidos nos capítulos seguintes com algum problema do mundo contemporâneo, além de apresentar uma lista de objetivos de aprendizagem que vai guiar seus estudos.



O povoamento do continente americano

Durante muito tempo se afirmou que a evolução humana na América era tão antiga quanto nos outros continentes. Contudo, os vestígios arqueológicos indicam que a única espécie do gênero *Homo* que existiu na América foi a do *Homo sapiens*. Isso significa que o ser humano migrou para a América após ter se espalhado pela África, Ásia e Europa.

Uma das primeiras teorias sobre o povoamento da América, a **teoria Clóvis** ou "Clóvis primeiro", foi elaborada com base em vestígios encontrados no final da década de 1920, perto da cidade de Clóvis, no Novo México, nos Estados Unidos. Segundo esse modelo explicativo, as populações ameríndias nativas descenderiam todas do mesmo grupo ancestral, que teria chegado ao continente americano em uma única onda migratória ao final da última glaciação por meio do Estreito de Bering. Esse estreito é um extenso corredor terrestre que emergiu por causa da retração do nível dos oceanos, há cerca de 13 mil anos.

Atualmente, sabe-se que existem sítios arqueológicos no continente americano que apresentam artefatos com datas anteriores às estabelecidas para a cultura Clóvis. No Canadá, o sítio arqueológico Old Crow, e nos Estados Unidos, o sítio Topper, apresentam vestígios de ocupação humana de cerca de 14 mil anos. No Brasil, os sítios arqueológicos de Santa Elina, em Mato Grosso, e os do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, apresentam vestígios com datação superior a 15 mil anos.

Essas evidências contradizem a teoria Clóvis; entretanto, a hipótese da travessia de grupos humanos pelo Estreito de Bering continua válida. Alguns cientistas consideram que pode ter ocorrido mais de uma onda migratória. Além disso, especula-se que os primeiros povoadores teriam migrado navegando ao longo da costa do Oceano Pacífico. Apesar de as explicações a respeito da origem do ser humano na América não serem conclusivas, sabe-se que há cerca de 11 mil anos já havia ocupações humanas, em todo o continente americano.

Prováveis rotas do ser humano para a América

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: Sítios arqueológicos ao redor do mundo

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas histórico mundial**. Barcelona: Larousse, 2010. p. 14-15.

Enfoque Responda no caderno

1. Quais são as hipóteses para o povoamento da América representadas pelo mapa?
2. Que argumentos levaram os pesquisadores a refutar a teoria Clóvis? Qual é o papel dos sítios arqueológicos nesse sentido?
3. Faça uma pesquisa para descobrir os sítios arqueológicos que estão localizados próximos à região em que você vive. Quais são? E de que maneira as pessoas se relacionam com eles?

61

Capítulo

Os capítulos deste livro foram pensados visando promover o desenvolvimento de competências e habilidades com base em conteúdos trabalhados em atividades e textos teóricos enriquecidos com imagens, como fotografias, charges, ilustrações e mapas.



Capítulo 1

A produção do conhecimento histórico

Nos últimos anos, os habitantes de todo o planeta vêm sofrendo com as consequências de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, chuvas torrenciais, temperaturas excessivamente baixas ou anormalmente elevadas. Algumas pessoas recorrem às crenças religiosas ou às teorias conspiratórias para explicar esses fenômenos excepcionais. No entanto, há décadas, relatórios científicos são publicados advertindo a humanidade de que o estilo de vida contemporâneo e a forma como as sociedades industriais utilizam os recursos naturais são insustentáveis.

A capacidade que a ciência tem de prever fenômenos naturais com antecedência suficiente para precaver a população decorre da aplicação sistemática de métodos de análise de dados coletados no decorrer de muitos anos. Porém, a mera constatação de que o aquecimento global está próximo, a um ponto de não retorno, não basta para as sociedades humanas interromperem a dinâmica que o originou, porque, afinal, essa situação não se estabeleceu da noite para o dia. Ela é resultado de um longo processo de transformação pelo qual passaram as sociedades nos últimos séculos e está diretamente ligada a um conjunto complexo de decisões e ações, tomadas de maneira consciente ou não, por pessoas que viveram muito antes de nós. Em outras palavras, estamos diante de um problema com raízes históricas.

Caso você fosse um historiador, que espécie de fontes buscaria para entender as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que resultaram no aquecimento global? Quais são as etapas que você imagina que um historiador deva cumprir nas pesquisas dele para entender o processo histórico que produziu o cenário de emergência climática do presente? Essas perguntas direcionam você para os conteúdos que serão abordados neste capítulo, como a construção do conhecimento histórico, o trabalho do historiador e suas fontes, entre outros.

ODS 13

Vista aérea de pessoas caminhando por uma rua alagada, no bairro Navegantes, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2024. O outono de 2024 foi marcado por tempestades contínuas no Rio Grande do Sul que causaram enchentes de enormes proporções, devastando cidades inteiras e deixando centenas de milhares de pessoas desabrigadas.

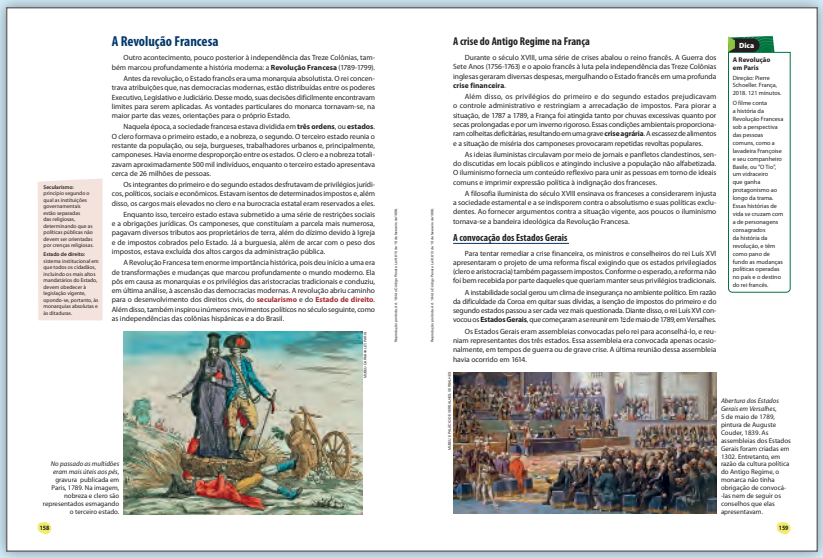
14

Enfoque

No decorrer dos capítulos, este boxe traz atividades de interpretação e reflexão, possibilitando que você aplique seus conhecimentos durante os estudos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



A Revolução Francesa

Outro acontecimento, pouco posterior à independência das Treze Colônias, também marcou profundamente a história moderna: a **Revolução Francesa** (1789-1799).

Antes da revolução, o Estado francês era uma monarquia absolutista. O rei concentrava atribuições que, nas democracias modernas, estão distribuídas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Desse modo, suas decisões difícilmente encontravam limites para serem aplicadas. As vontades particulares do monarca tornavam-se, na maior parte das vezes, orientações para o próprio Estado.

Naquela época, a sociedade francesa estava dividida em **três ordens**, ou **estados**. O clero formava o primeiro estado, e a nobreza, o segundo. O terceiro estado reunia o restante da população, ou seja, burgueses, trabalhadores urbanos e, principalmente, camponeses. Havia enorme desproporção entre os estados. O clero e a nobreza totalizavam aproximadamente 500 mil indivíduos, enquanto o terceiro estado apresentava cerca de 26 milhões de pessoas.

Os integrantes do primeiro e do segundo estados desfrutavam de privilégios jurídicos, políticos, sociais e econômicos. Estavam isentos de determinados impostos e, além disso, os cargos mais elevados no clero e na burocracia estatal eram reservados a eles.

Enquanto isso, terceiro estado estava submetido a uma série de restrições sociais e a obrigações jurídicas. Os camponeses, que constituíam a parcela mais numerosa, pagavam diversos tributos aos proprietários de terra, além do dízimo devido à Igreja e de impostos cobrados pelo Estado. Já a burguesia, além de arcar com o peso dos impostos, estava excluída dos altos cargos da administração pública.

A Revolução Francesa tem enorme importância histórica, pois deu início a uma era de transformações e mudanças que marcou profundamente o mundo moderno. Ela pôs em causa as monarquias e os privilégios das aristocracias tradicionais e conduziu, em última análise, à ascensão das democracias modernas. A revolução abriu caminho para o desenvolvimento dos direitos civis, do **secularismo** e do **Estado de direito**. Além disso, também inspirou inúmeros movimentos políticos no século seguinte, como as independências das colônias hispânicas e a do Brasil.

Secularismo: princípio segundo o qual as instituições governamentais estão separadas das religiosas, determinando que as políticas públicas não possuem orientação por crenças religiosas.

Estado de direito: princípio fundamental em que todos os cidadãos, incluindo os mais altos mandatários do Estado, devem obedecer à legislação vigente, opondo-se, portanto, às monarquias absolutas e às ditaduras.

No passado as multidões eram mais úteis aos pés, gravura publicada em Paris, 1789. Na imagem, nobreza e clero são representados esmagando o terceiro estado.

A crise do Antigo Regime na França

Durante o século XVIII, uma série de crises abalou o reino francês. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e o apoio francês à luta pela independência das Treze Colônias inglesas geraram diversas despesas, mergulhando o Estado francês em uma profunda **crise financeira**.

Além disso, os privilégios do primeiro e do segundo estados prejudicavam o controle administrativo e restringiam a arrecadação de impostos. Para piorar a situação, de 1787 a 1789, a França foi atingida tanto por chuvas excessivas quanto por secas prolongadas e por um inverno rigoroso. Essas condições ambientais proporcionaram colheitas deficitárias, resultando em uma grave **crise agrária**. A escassez de alimentos e a situação de miséria dos camponeses provocaram repetidas revoltas populares.

As ideias iluministas circulavam por meio de jornais e panfletos clandestinos, sendo discutidas em locais públicos e atingindo inclusive a população não alfabetizada. O iluminismo fornecia um conteúdo reflexivo para unir as pessoas em torno de ideais comuns e imprimir expressão política à indignação dos franceses.

A filosofia iluminista do século XVIII ensinava os franceses a considerarem injusta a sociedade estamental e a se indisporem contra o absolutismo e suas políticas excludentes. Ao fornecer argumentos contra a situação vigente, aos poucos o iluminismo tornava-se a bandeira ideológica da Revolução Francesa.

A convocação dos Estados Gerais

Para tentar remediar a crise financeira, os ministros e conselheiros do rei Luís XVI apresentaram o projeto de uma reforma fiscal exigindo que os estados privilegiados (clero e aristocracia) também pagassem impostos. Conforme o esperado, a reforma não foi bem recebida por parte daqueles que queriam manter seus privilégios tradicionais.

A instabilidade social gerou um clima de insegurança no ambiente político. Em razão da dificuldade da Coroa em quitar suas dívidas, a isenção de impostos do primeiro e do segundo estados passou a ser cada vez mais questionada. Diante disso, o rei Luís XVI convocou os **Estados Gerais**, que começaram a se reunir em 5 de maio de 1789, em Versalhes.

Os Estados Gerais eram assembleias convocadas pelo rei para aconselhá-lo, e reuniam representantes dos três estados. Essa assembleia era convocada apenas ocasionalmente, em tempos de guerra ou de grave crise. A última reunião dessa assembleia havia ocorrido em 1614.

Abertura dos Estados Gerais em Versalhes, 5 de maio de 1789, pintura de Augusto Couder, 1839. As assembleias dos Estados Gerais foram criadas em 1302. Entretanto, em razão da cultura política do Antigo Regime, o monarca não tinha obrigação de convocá-las nem de seguir os conselhos que elas apresentavam.

Dica

A Revolução em Paris

Direção: Pierre Schoeller. França, 2018. 121 minutos.

O filme conta a história da Revolução Francesa sob a perspectiva das pessoas comuns, como a lavadeira Françoise e seu companheiro Basile, ou "O Tio", um vidraceiro que ganha protagonismo ao longo da trama. Essas histórias de vida se cruzam com a de personagens consagrados da história da revolução, e têm como pano de fundo as mudanças políticas operadas no país e o destino do rei francês.

Glossário

Apresenta o significado de termos selecionados.

Dica

Boxe com indicação de recursos, como vídeos, áudios, textos e *sites*, que aprofundam os conteúdos abordados.



Combate ao desmatamento

No Brasil, desde o período colonial, matas e florestas passaram a ser derrubadas para dar lugar a atividades produtivas, como o plantio de cana-de-açúcar e a mineração do ouro.

Ao longo da história, diversas leis foram criadas para dispor a respeito de como as florestas deveriam ser tratadas no país. A mais recente é o **Novo Código Florestal** (Lei nº 12.651/12), que substituiu o código florestal de 1965. O documento estabelece normas gerais para proteger a vegetação nativa, disciplinando o uso sustentável de áreas rurais e urbanas. Entre os principais pontos do Novo Código Florestal estão:

- Áreas de Preservação Permanente (APPs) – áreas cobertas ou não por vegetação nativa com a função de preservar recursos hídricos, a paisagem e a biodiversidade;
- Reserva Legal – área localizada no interior de uma propriedade que deve ser mantida com a cobertura vegetal nativa.

Além dos pontos mencionados, a legislação visa disciplinar a exploração florestal, a prevenção de incêndios e o controle da origem dos produtos florestais. O propósito dessas regulações é promover o desenvolvimento sustentável e manter áreas de conservação ambiental, garantindo terra aos produtores rurais, indígenas e quilombolas. Além disso, a preservação das florestas é fundamental para a manutenção do regime de chuvas, para a diversidade biológica e para a regulação das águas doces superficiais em todo o mundo.

Ainda assim, ações ilegais de madeireiros e a expansão irregular da fronteira agropecuária impõem desafios às instituições fiscalizadoras e a toda a sociedade civil. De acordo com o **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais** (Inpe), até 2020 somente a Amazônia Legal teve 813.063,44 quilômetros quadrados desmatados.

Saiba mais

O avanço no desmatamento da Floresta Amazônica levou os povos da floresta e diversas organizações a se mobilizarem. Em 1989, foi criada a Aliança dos Povos da Floresta, idealizada pelo ambientalista e seringalista Chico Mendes (1944-1988).

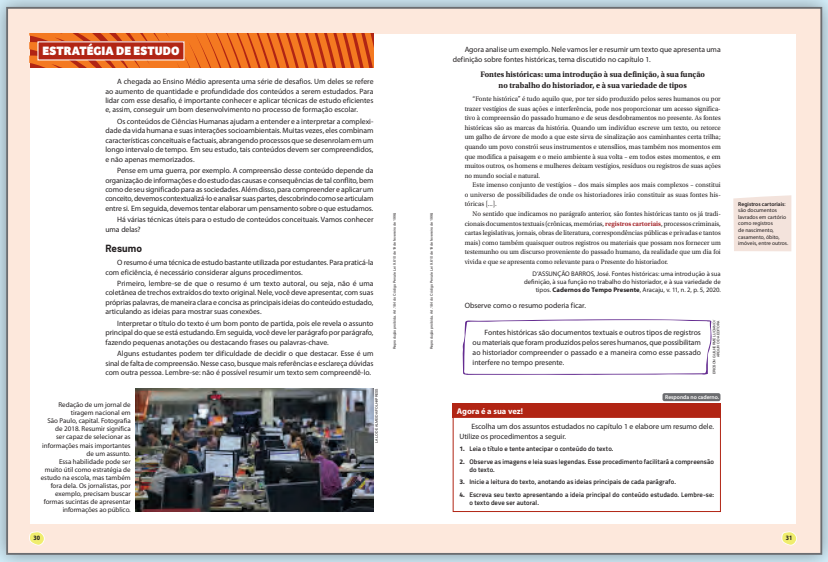
A ideia da Aliança era reunir, em prol da preservação da floresta, populações diferentes que dependiam dela, como seringueiros, ribeirinhos e indígenas. Por sua atuação, Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988 a mando de fazendeiros. Seu nome e legado, contudo, permanecem vivos até hoje, por meio da Reserva Extrativista que leva seu nome, em Xapuri, no Acre, e da autarquia federal denominada Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, responsável pela gestão das Unidades de Conservação em todo o país.

Em janeiro de 2020, a Aliança dos Povos da Floresta foi relançada, com o objetivo de se opor ao aumento do desmatamento e ao desmonte das instituições e políticas públicas que visam proteger a floresta e aqueles que dela dependem.

Agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) inspecionam árvores extraídas da Floresta Amazônica durante operação de combate ao desmatamento no município de Placas, Pará. Fotografia de 2023.

Saiba mais

Boxe com curiosidades e informações complementares que ajudam a contextualizar as temáticas do capítulo.



ESTRATÉGIA DE ESTUDO

A chegada ao Ensino Médio apresenta uma série de desafios. Um deles se refere ao aumento de quantidade e profundidade dos conteúdos a serem estudados. Para lidar com esse desafio, é importante conhecer e aplicar técnicas de estudo eficientes e, assim, conseguir um bom desenvolvimento no processo de formação escolar.

Os conteúdos de Ciências Humanas ajudam a entender e a interpretar a complexidade da vida humana e suas interações socioambientais. Muitas vezes, eles combinam características conceituais e factuais, abrangendo processos que se desenrolam em um longo intervalo de tempo. Em seu estudo, tais conteúdos devem ser compreendidos, e não apenas memorizados.

Pense em uma guerra, por exemplo. A compreensão desse conteúdo depende da organização de informações e do estudo das causas e consequências de tal conflito, bem como de seu significado para as sociedades. Além disso, para compreender e aplicar um conceito, devemos contextualizá-lo e analisar suas partes, descobrindo como se articulam entre si. Em seguida, devemos tentar elaborar um pensamento sobre o que estudamos.

Há várias técnicas úteis para o estudo de conteúdos conceituais. Vamos conhecer uma delas?

Resumo

O resumo é uma técnica de estudo bastante utilizada por estudantes. Para praticá-la com eficiência, é necessário considerar alguns procedimentos.

Primeiro, lembre-se de que o resumo é um texto autoral, ou seja, não é uma coletânea de trechos extraídos do texto original. Nele, você deve apresentar, com suas próprias palavras, de maneira clara e concisa as principais ideias do conteúdo estudado, articulando as ideias para mostrar suas conexões.

Interpretar o título do texto é um bom ponto de partida, pois ele revela o assunto principal do que se está estudando. Em seguida, você deve ler parágrafo por parágrafo, fazendo pequenas anotações ou destacando frases ou palavras-chave.

Alguns estudantes podem ter dificuldade de decidir o que destacar. Esse é um sinal de falta de compreensão. Nesse caso, busque mais referências e esclareça dúvidas com outra pessoa. Lembre-se: não é possível resumir um texto sem compreendê-lo.

Redação de um jornal de triagem nacional em São Paulo, capital. Fotografia de 2018. Resumir significa ser capaz de selecionar as informações mais importantes de um assunto. Essa habilidade pode ser muito útil como estratégia de estudo na escola, mas também fora dela. Os jornalistas, por exemplo, precisam buscar formas sucintas de apresentar informações ao público.

Agora analise um exemplo. Nele vamos ler e resumir um texto que apresenta uma definição sobre fontes históricas, tema discutido no capítulo 1.

Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos

"Fonte histórica" é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta - em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural.

Este imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais complexos – constitui o universo de possibilidades de onde os historiadores irão constituir as suas fontes históricas [...].

No sentido que indicamos no parágrafo anterior, são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, **registros cartoriais**, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, Aracaju, v. 11, n. 2, p. 5, 2020.

Registros cartoriais: são documentos lavrados em cartório como registros de nascimento, casamento, óbito, imóveis, entre outros.

Observe como o resumo poderia ficar.

Fontes históricas são documentos textuais e outros tipos de registros ou materiais que foram produzidos pelos seres humanos, que possibilitam ao historiador compreender o passado e a maneira como esse passado interfere no tempo presente.

Respondа no caderno.

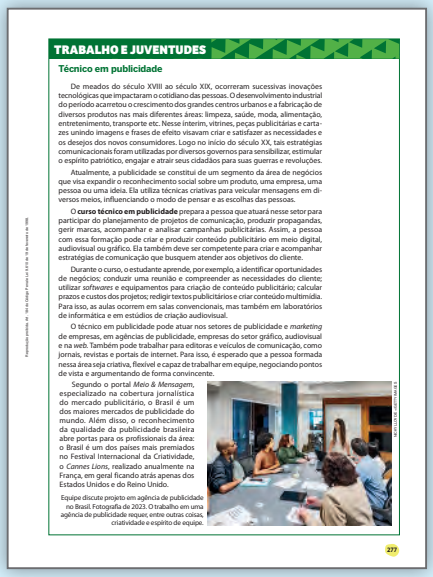
Agora é a sua vez!

Escolha um dos assuntos estudados no capítulo 1 e elabore um resumo dele. Utilize os procedimentos a seguir.

1. **Leia o título e tente antecipar o conteúdo do texto.**
2. **Observe as imagens e leia suas legendas. Esse procedimento facilitará a compreensão do texto.**
3. **Inicie a leitura do texto, anotando as ideias principais de cada parágrafo.**
4. **Escreva seu texto apresentando a ideia principal do conteúdo estudado. Lembre-se: o texto deve ser autoral.**

Estratégia de estudo

Apresenta uma técnica que poderá ser aplicada durante todo o curso, oferecendo um recurso para que você melhore a sua rotina de estudos.



TRABALHO E JUVENTUDES

Técnico em publicidade

De meados do século XVIII ao século XIX, ocorreram sucessivas inovações tecnológicas que impactaram o cotidiano das pessoas. O desenvolvimento industrial do período acarretou o crescimento dos grandes centros urbanos e a fabricação de diversos produtos nas mais diferentes áreas: limpeza, saúde, moda, alimentação, entretenimento, transporte etc. Nesse interim, vitrines, peças publicitárias e cartazes unindo imagens e frases de efeito visavam criar e satisfazer as necessidades e os desejos dos novos consumidores. Logo no início do século XX, tais estratégias comunicacionais foram utilizadas por diversos governos para sensibilizar, estimular o espírito patriótico, engajar e atrair seus cidadãos para suas guerras e revoluções.

Atualmente, a publicidade se constitui de um segmento da área de negócios que visa expandir o reconhecimento social sobre um produto, uma empresa, uma pessoa ou uma ideia. Ela utiliza técnicas criativas para veicular mensagens em diversos meios, influenciando o modo de pensar e as escolhas das pessoas.

O **curso técnico em publicidade** prepara a pessoa que atuará nesse setor para participar do planejamento de projetos de comunicação, produzir propagandas, gerir marcas, acompanhar e analisar campanhas publicitárias. Assim, a pessoa com essa formação pode criar e produzir conteúdo publicitário em meio digital, audiovisual ou gráfico. Ela também deve ser competente para criar e acompanhar estratégias de comunicação que busquem atender aos objetivos do cliente.

Durante o curso, o estudante aprende, por exemplo, a identificar oportunidades de negócios; conduzir uma reunião e compreender as necessidades do cliente; utilizar *softwares* e equipamentos para criação de conteúdo publicitário; calcular prazos e custos dos projetos; redigir textos publicitários e criar conteúdo multimídia. Para isso, as aulas ocorrem em salas convencionais, mas também em laboratórios de informática e em estúdios de criação audiovisual.

O técnico em publicidade pode atuar nos setores de publicidade e *marketing* de empresas, em agências de publicidade, empresas do setor gráfico, audiovisual e na web. Também pode trabalhar para editoras e veículos de comunicação, como jornais, revistas e portais de internet. Para isso, é esperado que a pessoa formada nessa área seja criativa, flexível e capaz de trabalhar em equipe, negociando pontos de vista e argumentando de forma convincente.

Segundo o portal *Meio & Mensagem*, especializado na cobertura jornalística do mercado publicitário, o Brasil é um dos maiores mercados de publicidade do mundo. Além disso, o reconhecimento da qualidade da publicidade brasileira abre portas para os profissionais da área: o Brasil é um dos países mais premiados no Festival Internacional da Criatividade, o *Cannes Lions*, realizado anualmente na França, em geral ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido.

Equipe discute projeto em agência de publicidade no Brasil. Fotografia de 2023. O trabalho em uma agência de publicidade requer, entre outras coisas, criatividade e espírito de equipe.

277

Trabalho e juventudes

Apresenta possibilidades de cursos e atuação profissional que poderão ajudar você a pensar os passos seguintes à conclusão do Ensino Médio.



CONTRAPONTO

Os resultados humanos da Revolução Industrial

A Revolução Industrial não atingiu todas as pessoas da mesma maneira. No texto a seguir, o historiador inglês Eric Hobsbawm discute os resultados da Revolução Industrial apresentando as classes que se beneficiaram e as que foram as mais prejudicadas, sobretudo nos estágios iniciais desse processo.

Nossa tendência é perguntar: ela [a Revolução Industrial] deixou as pessoas em melhor ou em pior situação? E até que ponto? Para sermos mais precisos, interrogamo-nos qual foi o volume de poder aquisitivo, os bens, serviços e assim por diante, que o dinheiro pode comprar, que ela proporcionou a que quantidade de indivíduos [...].

Tais questões são importantes, mas também conduzem a equívocos. Saber se a Revolução Industrial deu à maioria dos britânicos mais ou melhor alimentação, vestuário e habitação, em termos absolutos ou relativos, interessa, naturalmente a todo historiador. Entretanto, ele terá deixado de apreender o que a Revolução Industrial teve de essencial se esquecer que ela não apresentou um simples processo de adição e subtração, mas sim uma mudança social fundamental. Ela transformou a vida dos homens a ponto de torná-la irreconhecível. Ou, para sermos mais exatos, em suas fases iniciais ela destruiu seus antigos estilos de vida, deixando-os livres para descobrir ou criar outros novos, se soubessem ou pudessem. Contudo, raramente ela lhes indicou como fazê-lo.

Existe, na verdade, uma relação entre a Revolução Industrial como provedora de conforto e como transformadora social. As classes cujas vidas sofreram menor transformação foram também, normalmente, aquelas que se beneficiaram, de maneira mais óbvia, em termos materiais (e vice-versa), de sua incapacidade de perceber o que estava perturbando os demais, [...] [isso] devia-se não só à sua satisfação material, como também à satisfação moral. [...]

Assim, salvo para melhor, a aristocracia e os proprietários da terra britânicos foram pouquíssimo afetados pela industrialização. Suas rendas inflaram com a procura de produtos agrícolas, com a expansão das cidades (em solos de sua propriedade) e com o desenvolvimento de minas, forjas e estradas de ferro (situadas em suas propriedades ou que passavam por elas). E mesmo quando os tempos eram ruins para a agricultura [...] era improvável que empobrecessem. Sua predominância social permaneceu intacta [...].

[...]

O mesmo não aconteceu aos pobres, aos trabalhadores (que, pela própria essência, constituíam a maioria), cujo mundo e cujo estilo de vida tradicionais tinham sido destruídos pela Revolução Industrial, sem que fossem substituídos automaticamente por qualquer outra coisa. E essa desagregação que forma o cerne da questão dos efeitos sociais da industrialização.

Eletrodomésticos à venda em loja no centro de Londrina, no Paraná. Fotografia de 2022. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 98,4% dos domicílios brasileiros possuíam geladeira, 70,2% tinham máquina de lavar roupa e 49,8% dispunham de carro para uso pessoal. Nesse mesmo ano, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o endividamento atingiu, em média, 77,9% das famílias brasileiras.

Numa sociedade industrial, a mão de obra é em muitos aspectos diferente da que existe na sociedade pré-industrial. Em primeiro lugar, é formada em maioria absoluta por "proletários", que não possuem qualquer fonte de renda digna de menção além do salário em dinheiro que recebem por seu trabalho. [...]

Em segundo lugar, o trabalho industrial [...] impõe uma regularidade, uma rotina e uma monotonia totalmente diferentes dos ritmos pré-industriais de trabalho - que dependem da variação das estações e do tempo, da multiplicidade de tarefas em ocupações não afetadas pela divisão racional do trabalho, pelos caprichos de outros seres humanos ou de animais, e até mesmo pelo desejo de se divertir em vez de trabalhar. [...]

Em terceiro lugar, na era industrial o trabalho passou a ser realizado cada vez mais no ambiente sem precedentes da grande cidade [...].

[...]

Outra coisa que não se discute é que houve certas classes cujas condições sem dúvida pioraram. Tal foi a sorte dos trabalhadores agrícolas [...]. A mesma sorte se abateu sobre aqueles que ganhavam a vida em atividades e ocupações decadentes, degradadas pelo progresso técnico. Os [...] tecelões manuais constituem o exemplo mais conhecido, mas não foram eles os únicos. Tornaram-se cada vez mais famintos e, numa tentativa vã de competir com as novas máquinas, trabalhavam cada vez mais barato. [...]

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 70-84.

Atividades

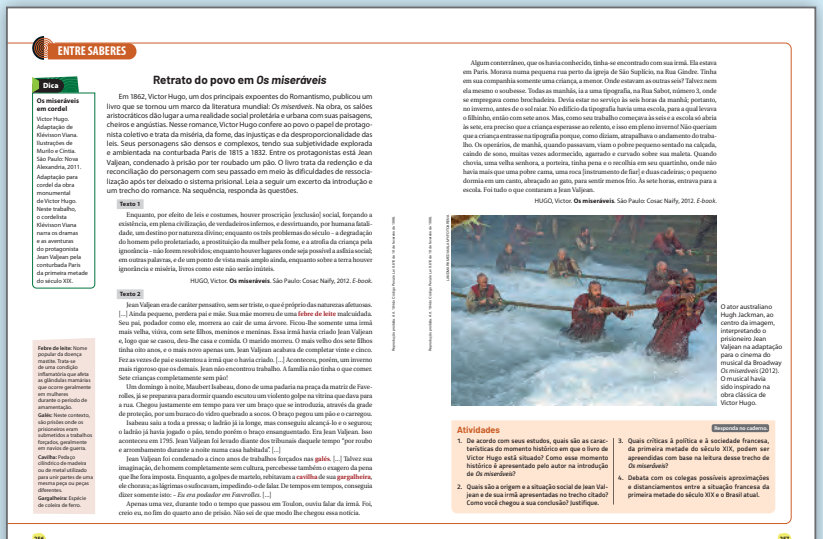
Respondo no caderno.

1. De acordo com o historiador Eric Hobsbawm, como os resultados da Revolução Industrial são geralmente discutidos? Qual é a crítica que o autor faz às avaliações que levam em conta somente os aspectos materiais desses processos?
2. De acordo com o autor, de que maneira a Revolução Industrial impactou as diferentes classes sociais? Qual foi o contraponto para as classes trabalhadoras, sobretudo no início desse processo?
3. Como as análises de Eric Hobsbawm sobre a Revolução Industrial contribuem para pensarmos a realidade brasileira exposta pelas fotografias e suas respectivas legendas presentes nesta seção? Debata essa questão com os colegas.
4. Atualmente, os trabalhadores vivem nas mesmas condições que o proletariado do início da Revolução Industrial? Debata essa questão com os colegas.

228 229

Contraponto

Esta seção promove a comparação de abordagens opostas ou complementares, valorizando a argumentação bem fundamentada e o respeito à diversidade de pontos de vista.



ENTRE SABERES

Dica

Os miseráveis em cordel

Victor Hugo. Adaptação de Klévisson Viana. Ilustrações de Munho e Cintia. São Paulo: Nova Alexandria, 2011.

Adaptação para cordel da obra monumental de Victor Hugo. Neste trabalho, o cordelista Klévisson Viana nama os dramas e as aventuras do protagonista Jean Valjean pela conturbada Paris da primeira metade do século XIX.

Retrato do povo em *Os miseráveis*

Em 1862, Victor Hugo, um dos principais expoentes do Romantismo, publicou um livro que se tornou um marco da literatura mundial: *Os miseráveis*. Na obra, os saídos aristocráticos dão lugar a uma realidade social proletária e urbana com suas paisagens, cheiros e angústias. Nesse romance, Victor Hugo confere ao povo o papel de protagonista coletivo e trata da miséria, da fome, das injustiças e da desproporcionalidade das leis. Seus personagens são densos e complexos, tendo sua subjetividade explorada e ambientada na conturbada Paris de 1815 a 1832. Entre os protagonistas está Jean Valjean, condenado à prisão por ter roubado um pão. O livro trata da redenção e da reconciliação do personagem com seu passado em meio às dificuldades de ressocialização após ter deixado o sistema prisional. Leia a seguir um excerto da introdução e um trecho do romance. Na sequência, responda às questões.

Texto 1

Enquanto, por efeito de leis e costumes, houver proscrição [exclusão] social, forçando a existência, em plena civilização, de verdadeiros infernos, e desvirtuando, por humana fatalidade, um destino por natureza divino; enquanto os três problemas do século – a degradação do homem pelo proletariado, a prostituição da mulher pela fome, e a atrofia da criança pela ignorância – não forem resolvidos; enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. *E-book*.

Texto 2

Jean Valjean era de caráter pensativo, sem ser triste, o que é próprio das naturezas afetuosas. [...] Ainda pequeno, perdera pai e mãe. Sua mãe morreu de uma **febre de leite** malcuidada. Seu pai, podador como ele, morrera ao cair de uma árvore. Ficou-lhe somente uma irmã mais velha, viúva, com sete filhos, meninos e meninas. Essa irmã havia criado Jean Valjean e, logo que se casou, deu-lhe casa e comida. O marido morreu. O mais velho dos sete filhos tinha oito anos, e o mais novo apenas um. Jean Valjean acabava de completar vinte e cinco. Fez as vezes de pai e sustentou a irmã que o havia criado. [...] Aconteceu, porém, um inverno mais rigoroso que os demais. Jean não encontrou trabalho. A família não tinha o que comer. Sete crianças completamente sem pão!

Um domingo à noite, Maubert Isabeau, dono de uma padaria na praça da matriz de Faverolles, já se preparava para dormir quando escutou um violento golpe na vitrina que dava para a rua. Chegou justamente em tempo para ver um braço que se introduzia, através da grade de proteção, por um buraco do vidro quebrado a socos. O braço pegou um pão e o carregou.

Isabeau saiu a toda a pressa; o ladrão já ia longe, mas conseguiu alcançá-lo e o segurou; o ladrão já havia jogado o pão, tendo porém o braço ensanguentado. Era Jean Valjean. Isso aconteceu em 1795. Jean Valjean foi levado diante dos tribunais daquele tempo "por roubo e arrombamento durante a noite numa casa habitada". [...]

Jean Valjean foi condenado a cinco anos de trabalhos forçados nas **galés**. [...] Talvez sua imaginação, do homem completamente sem cultura, percebesse também o exagero da pena que lhe fora imposta. Enquanto, a golpes de martelo, rebitavam a **cavilha** de sua **gargalheira**, ele chorava; as lágrimas o sufocavam, impedindo-o de falar. De tempos em tempos, conseguia dizer somente isto: – *Eu era padeiro em Faverolles*. [...]

Apenas uma vez, durante todo o tempo que passou em Toulon, ouviu falar da irmã. Foi, creio eu, no fim do quarto ano de prisão. Não sei de que modo lhe chegou essa notícia.

Algum conterrâneo, que os havia conhecido, tinha-se encontrado com sua irmã. Ela estava em Paris. Morava numa pequena rua perto da igreja de São Sulpício, na Rua Gindre. Tinha em sua companhia somente uma criança, a menor. Onde estavam as outras seis? Talvez nem ela mesmo o soubesse. Todas as manhãs, ia a uma tipografia, na Rua Sabot, número 3, onde se empregava como brochadeira. Devia estar no serviço às seis horas da manhã; portanto, no inverno, antes de o sol nascer. No edifício da tipografia havia uma escola, para a qual levava o filhinho, então com sete anos. Mas, como seu trabalho começava às seis e a escola só abria às sete, era preciso que a criança esperasse ao relento, e isso em pleno inverno! Não queriam que a criança entrasse na tipografia porque, como diziam, atrapalhava o andamento do trabalho. Os operários, de manhã, quando passavam, viam o pobre pequeno sentado na calçada, caindo de sono, muitas vezes adormecido, agarrado e curvado sobre sua mulata. Quando chovia, uma velha senhora, a porteira, tinha pena e o recolhia em seu quartinho, onde não havia mais que uma pobre cama, uma roca [instrumento de fiar] e duas cadeiras; o pequeno dormia em um canto, abraçado ao gato, para sentir menos frio. As sete horas, entrava para a escola. Foi tudo o que contaram a Jean Valjean.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. *E-book*.

O ator australiano Hugh Jackman, ao centro da imagem, interpretando o prisioneiro Jean Valjean na adaptação para o cinema do musical da Broadway *Os miseráveis* (2012). O musical havia sido inspirado na obra clássica de Victor Hugo.

Atividades

Respondo no caderno.

1. De acordo com seus estudos, quais são as características do momento histórico em que o livro de Victor Hugo está situado? Como esse momento histórico é apresentado pelo autor na introdução de *Os miseráveis*?
2. Quais são a origem e a situação social de Jean Valjean e de sua irmã apresentadas no trecho citado? Como você chegou a sua conclusão? Justifique.
3. Quais críticas à política e à sociedade francesa, da primeira metade do século XIX, podem ser apreendidas com base na leitura desse trecho de *Os miseráveis*?
4. Debata com os colegas possíveis aproximações e distanciamentos entre a situação francesa da primeira metade do século XIX e o Brasil atual.

Febre de leite: Nome popular da doença mastite. Trata-se de uma condição inflamatória que afeta as glândulas mamárias que ocorre geralmente em mulheres durante o período de amamentação.

Galés: Neste contexto, são prisões onde os condenados eram submetidos a trabalhos forçados, geralmente em navios de guerra.

Cavilha: Peça cilíndrica de madeira ou de metal utilizada para unir partes de uma mesma peça ou peças diferentes.

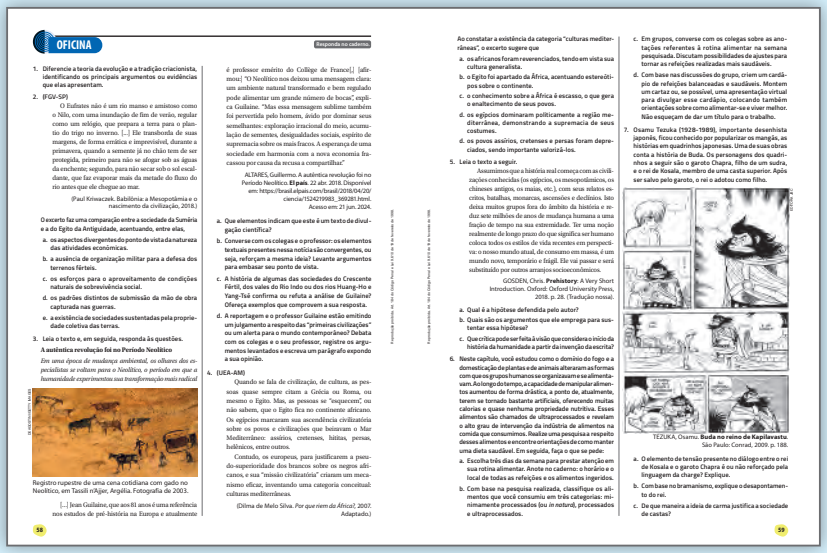
Gargalheira: Espécie de coleira de ferro.

256 257

Entre saberes

Apresenta leituras e atividades que incentivam o diálogo entre a produção de diferentes áreas do conhecimento, reforçando a importância de uma leitura interdisciplinar da realidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



OFICINA

Responda no caderno.

1. Diferencie a teoria da evolução e a tradição criacionista, identificando os principais argumentos ou evidências que elas apresentam.
2. (FGV-SP)

O Eufrates não é um rio manso e amistoso como o Nilo, com uma inundação de fim de verão, regular como um relógio, que prepara a terra para o plantio do trigo no inverno. [...] Ele transborda de suas margens, de forma errática e imprevisível, durante a primavera, quando a semente já no chão tem de ser protegida, primeiro para não se afogar sob as águas da enchente; segundo, para não secar sob o sol escaldante, que faz evaporar mais da metade do fluxo do rio antes que ele chegue ao mar.

(Paul Kriwaczek. Babilônia: a Mesopotâmia e o nascimento da civilização, 2018.)

O excerto faz uma comparação entre a sociedade da Suméria e a do Egito da Antiguidade, acentuando, entre elas,

a. os aspectos divergentes do ponto de vista da natureza das atividades econômicas.
b. a ausência de organização militar para a defesa dos terrenos férteis.
c. os esforços para o aproveitamento de condições naturais de sobrevivência social.
d. os padrões distintos de submissão da mão de obra capturada nas guerras.
e. a existência de sociedades sustentadas pela propriedade coletiva das terras.

3. Leia o texto e, em seguida, responda às questões.

A autêntica revolução foi no Período Neolítico

Em uma época de mudança ambiental, os olhares dos especialistas se voltam para o Neolítico, o período em que a humanidade experimentou sua transformação mais radical

Registro rupestre de uma cena cotidiana com gado no Neolítico, em Tassili nÁjjer, Argélia. Fotografia de 2003.

[...] Jean Guilaine, que aos 81 anos é uma referência nos estudos de pré-história na Europa e atualmente é professor emérito do Collège de France[,] [afirmou:] "O Neolítico nos deixou uma mensagem clara: um ambiente natural transformado e bem regulado pode alimentar um grande número de bocas", explica Guilaine. "Mas essa mensagem sublime também foi pervertida pelo homem, ávido por dominar seus semelhantes: exploração irracional do meio, acumulação de sementes, desigualdades sociais, espírito de supremacia sobre os mais fracos. A esperança de uma sociedade em harmonia com a nova economia fracassou por causa da recusa a compartilhar."

ALTARES, Guilherme. A autêntica revolução foi no Período Neolítico. **El país**, 22 abr. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/20/ciencia/1524219983_369281.html. Acesso em: 21 jun. 2024.

a. Que elementos indicam que este é um texto de divulgação científica?
b. Converse com os colegas e o professor: os elementos textuais presentes nessa notícia são convergentes, ou seja, reforçam a mesma ideia? Levante argumentos para embasar seu ponto de vista.
c. A história de algumas das sociedades do Crescente Fértil, dos vales do Rio Indo ou dos rios Huang-Hé e Yang-Tsé confirma ou refuta a análise de Guilaine? Ofereça exemplos que comprovem a sua resposta.
d. A reportagem e o professor Guilaine estão emitindo um julgamento a respeito das "primeiras civilizações" ou um alerta para o mundo contemporâneo? Debata com os colegas e o seu professor, registre os argumentos levantados e escreva um parágrafo expondo a sua opinião.

4. (UEA-AM)

Quando se fala de civilização, de cultura, as pessoas quase sempre citam a Grécia ou Roma, ou mesmo o Egito. Mas, as pessoas se "esquecem;" ou não sabem, que o Egito fica no continente africano. Os egípcios marcaram sua ascendência civilizatória sobre os povos e civilizações que beiravam o Mar Mediterrâneo: asiáticos, cretenses, hititas, persas, helênicos, entre outros.

Contudo, os europeus, para justificarem a pseudo-superioridade dos brancos sobre os negros africanos, e sua "missão civilizatória" criaram um mecanismo eficaz, inventando uma categoria conceitual: culturas mediterrâneas.

(Dilma de Melo Silva. *Por que riem da África?* 2007. Adaptado.)

Ao constatar a existência da categoria "culturas mediterrâneas", o excerto sugere que

a. os africanos foram reverenciados, tendo em vista sua cultura generalista.
b. o Egito foi apartado da África, acentuando estereótipos sobre o continente.
c. o conhecimento sobre a África é escasso, o que gera o enaltecimento de seus povos.
d. os egípcios dominaram politicamente a região mediterrânea, demonstrando a supremacia de seus costumes.
e. os povos assírios, cretenses e persas foram depreciados, sendo importante valorizá-los.

5. Leia o texto a seguir.

Assumimos que a história real começa com as civilizações conhecidas (os egípcios, os mesopotâmicos, os chineses antigos, os maias, etc.), com seus relatos escritos, batalhas, monarcas, ascensões e declínios. Isso deixa muitos grupos fora do âmbito da história e reduz sete milhões de anos de mudança humana a uma fixação de tempo na sua extremidade. Ter uma noção realmente de longo prazo do que significa ser humano coloca todos os estilos de vida recentes em perspectiva: o nosso mundo atual, de consumo em massa, é um mundo novo, temporário e frágil. Ele vai passar e será substituído por outros arranjos socioeconômicos.

GOSDEN, Chris. **Prehistory**: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 28. (Tradução nossa).

a. Qual é a hipótese defendida pelo autor?
b. Quais são os argumentos que ele emprega para sustentar essa hipótese?
c. Que crítica pode ser feita à visão que considera o início da história da humanidade a partir da invenção da escrita?

6. Neste capítulo, você estudou como o domínio do fogo e a domesticação de plantas e de animais alteraram as formas com que os grupos humanos se organizavam e se alimentavam. Ao longo do tempo, a capacidade de manipular alimentos aumentou de forma drástica, a ponto de, atualmente, terem se tornado bastante artificiais, oferecendo muitas calorias e quase nenhuma propriedade nutritiva. Esses alimentos são chamados de ultraprocessados e revelam o alto grau de intervenção da indústria de alimentos na comida que consumimos. Realize uma pesquisa a respeito desses alimentos e encontre orientações de como manter uma dieta saudável. Em seguida, faça o que se pede:

a. Escolha três dias da semana para prestar atenção em sua rotina alimentar. Anote no caderno: o horário e o local de todas as refeições e os alimentos ingeridos.
b. Com base na pesquisa realizada, classifique os alimentos que você consumiu em três categorias: minimamente processados (ou *in natura*), processados e ultraprocessados.
c. Em grupos, converse com os colegas sobre as anotações referentes à rotina alimentar na semana pesquisada. Discutam possibilidades de ajustes para tornar as refeições realizadas mais saudáveis.
d. Com base nas discussões do grupo, criem um cardápio de refeições balanceadas e saudáveis. Montem um cartaz ou, se possível, uma apresentação virtual para divulgar essa cardápio, colocando também orientações sobre como alimentar-se e viver melhor. Não esqueçam de dar um título para o trabalho.

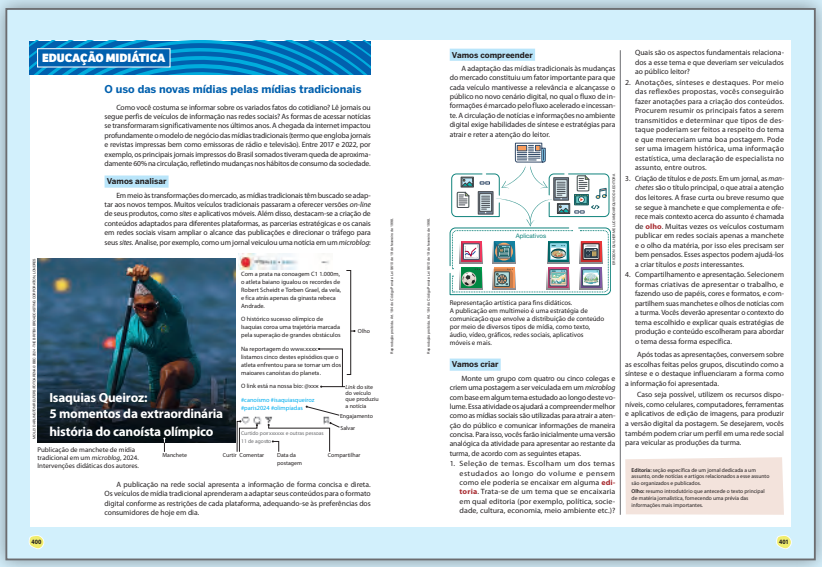
7. Osamu Tezuka (1928-1989), importante desenhista japonês, ficou conhecido por popularizar os mangás, as histórias em quadrinhos japonesas. Uma de suas obras conta a história de Buda. Os personagens dos quadrinhos a seguir são o garoto Chapra, filho de um sudra, e o rei de Kosala, membro de uma casta superior. Após ser salvo pelo garoto, o rei o adotou como filho.

TEZUKA, Osamu. **Buda no reino de Kapilavastu**. São Paulo: Conrad, 2009. p. 188.

a. O elemento de tensão presente no diálogo entre o rei de Kosala e o garoto Chapra é ou não reforçado pela linguagem da charge? Explique.
b. Com base no bramanismo, explique o desapontamento do rei.
c. De que maneira a ideia de carma justifica a sociedade de castas?

Oficina

Localizada ao final de cada capítulo, esta sequência de atividades contribui para o desenvolvimento de habilidades de retomada, síntese, organização, pesquisa, redação, argumentação, entre outras. Além disso, questões do Enem e de vestibulares ajudam você a se preparar para exames e avaliações.



EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

O uso das novas mídias pelas mídias tradicionais

Como você costuma se informar sobre os variados fatos do cotidiano? Lê jornais ou segue perfis de veículos de informação nas redes sociais? As formas de acessar notícias se transformaram significativamente nos últimos anos. A chegada da internet impactou profundamente o modelo de negócio das mídias tradicionais (termo que engloba jornais e revistas impressas bem como emissoras de rádio e televisão). Entre 2017 e 2022, por exemplo, os principais jornais impressos do Brasil somados tiveram queda de aproximadamente 60% na circulação, refletindo mudanças nos hábitos de consumo da sociedade.

Vamos analisar

Em meio às transformações do mercado, as mídias tradicionais têm buscado se adaptar aos novos tempos. Muitos veículos tradicionais passaram a oferecer versões *on-line* de seus produtos, como *sites* e aplicativos móveis. Além disso, destacam-se a criação de conteúdos adaptados para diferentes plataformas, as parcerias estratégicas e os canais em redes sociais visam ampliar o alcance das publicações e direcionar o tráfego para seus *sites*. Analise, por exemplo, como um jornal veiculou uma notícia em um *microblog*:

A publicação na rede social apresenta a informação de forma concisa e direta. Os veículos de mídia tradicional aprenderam a adaptar seus conteúdos para o formato digital conforme as restrições de cada plataforma, adequando-se às preferências dos consumidores de hoje em dia.

Vamos compreender

A adaptação das mídias tradicionais às mudanças do mercado constituiu um fator importante para que cada veículo mantivesse a relevância e alcançasse o público no novo cenário digital, no qual o fluxo de informações é marcado pelo fluxo acelerado e incessante. A circulação de notícias e informações no ambiente digital exige habilidades de síntese e estratégias para atrair e reter a atenção do leitor.

Representação artística para fins didáticos.
A publicação em multimeio é uma estratégia de comunicação que envolve a distribuição de conteúdo por meio de diversos tipos de mídia, como texto, áudio, vídeo, gráficos, redes sociais, aplicativos móveis e mais.

Vamos criar

Monte um grupo com quatro ou cinco colegas e crie uma postagem a ser veiculada em um *microblog* com base em algum tema estudado ao longo deste volume. Essa atividade os ajudará a compreender melhor como as mídias sociais são utilizadas para atrair a atenção do público e comunicar informações de maneira concisa. Para isso, vocês farão inicialmente uma versão analógica da atividade para apresentar ao restante da turma, de acordo com as seguintes etapas.

1. Seleção de temas. Escolham um dos temas estudados ao longo do volume e pensem como ele poderia se encaixar em alguma **editoria**. Trata-se de um tema que se encaixaria em qual editoria (por exemplo, política, sociedade, cultura, economia, meio ambiente etc.)?

Quais são os aspectos fundamentais relacionados a esse tema e que deveriam ser veiculados ao público leitor?

2. Anotações, sínteses e destaques. Por meio das reflexões propostas, vocês conseguirão fazer anotações para a criação dos conteúdos. Procurem resumir os principais fatos a serem transmitidos e determinar que tipos de destaque poderiam ser feitos a respeito do tema e que mereceriam uma boa postagem. Pode ser uma imagem histórica, uma informação estatística, uma declaração de especialista no assunto, entre outros.
3. Criação de títulos e de *posts*. Em um jornal, as *manchetes* são o título principal, o que atrai a atenção dos leitores. A frase curta ou breve resumo que se segue à manchete e que complementa e oferece mais contexto acerca do assunto é chamada de **olho**. Muitas vezes os veículos costumam publicar em redes sociais apenas a manchete e o olho da matéria, por isso eles precisam ser bem pensados. Esses aspectos podem ajudá-los a criar títulos e *posts* interessantes.
4. Compartilhamento e apresentação. Selecionem formas criativas de apresentar o trabalho, e fazendo uso de papéis, cores e formatos, e compartilhem suas manchetes e olhos de notícias com a turma. Vocês deverão apresentar o contexto do tema escolhido e explicar quais estratégias de produção e conteúdo escolheram para abordar o tema dessa forma específica.

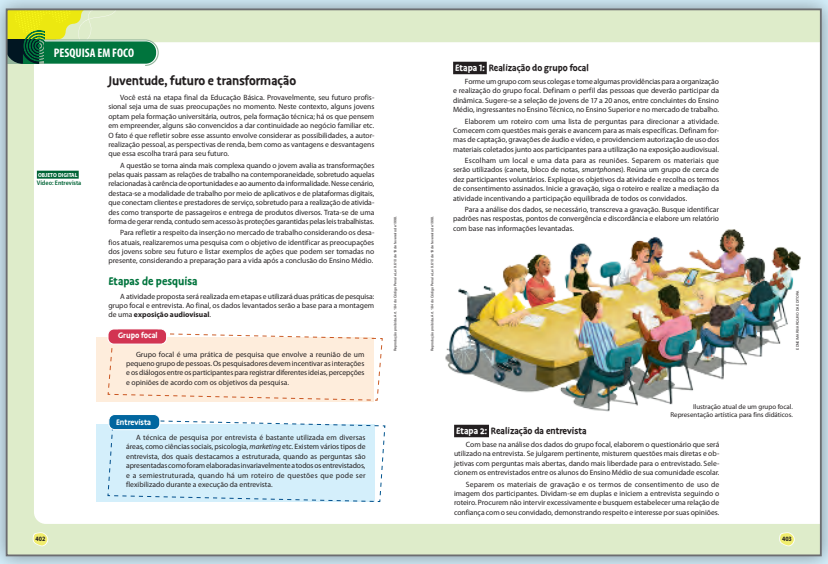
Após todas as apresentações, conversem sobre as escolhas feitas pelos grupos, discutindo como a síntese e o destaque influenciaram a forma como a informação foi apresentada.

Caso seja possível, utilizem os recursos disponíveis, como celulares, computadores, ferramentas e aplicativos de edição de imagens, para produzir a versão digital da postagem. Se desejarem, vocês também podem criar um perfil em uma rede social para veicular as produções da turma.

Editoria: seção específica de um jornal dedicada a um assunto; onde notícias e artigos relacionados a esse assunto são organizados e publicados.
Olho: resumo introdutório que antecede o texto principal de matéria jornalística, fornecendo uma prévia das informações mais importantes.

Educação midiática

Esta seção, localizada após o último capítulo do livro, ajudará você a ter uma postura ética e crítica no uso das tecnologias digitais, seja como consumidor, seja como produtor de conteúdo.



PESQUISA EM FOCO

Juventude, futuro e transformação

Você está na etapa final da Educação Básica. Provavelmente, seu futuro profissional seja uma de suas preocupações no momento. Neste contexto, alguns jovens optam pela formação universitária, outros, pela formação técnica; há os que pensem em empreender, alguns são convencidos a dar continuidade ao negócio familiar etc. O fato é que refletir sobre esse assunto envolve considerar as possibilidades, a autorrealização pessoal, as perspectivas de renda, bem como as vantagens e desvantagens que essa escolha trará para seu futuro.

OBJETO DIGITAL
Vídeo: Entrevista

A questão se torna ainda mais complexa quando o jovem avalia as transformações pelas quais passam as relações de trabalho na contemporaneidade, sobretudo aquelas relacionadas à carência de oportunidades e ao aumento da informalidade. Nesse cenário, destaca-se a modalidade de trabalho por meio de aplicativos e de plataformas digitais, que conectam clientes e prestadores de serviço, sobretudo para a realização de atividades como transporte de passageiros e entrega de produtos diversos. Trata-se de uma forma de gerar renda, contudo sem acesso às proteções garantidas pelas leis trabalhistas.

Para refletir a respeito da inserção no mercado de trabalho considerando os desafios atuais, realizaremos uma pesquisa com o objetivo de identificar as preocupações dos jovens sobre seu futuro e listar exemplos de ações que podem ser tomadas no presente, considerando a preparação para a vida após a conclusão do Ensino Médio.

Etapas de pesquisa

A atividade proposta será realizada em etapas e utilizará duas práticas de pesquisa: grupo focal e entrevista. Ao final, os dados levantados serão a base para a montagem de uma **exposição audiovisual**.

Grupo focal

Grupo focal é uma prática de pesquisa que envolve a reunião de um pequeno grupo de pessoas. Os pesquisadores devem incentivar as interações e os diálogos entre os participantes para registrar diferentes ideias, percepções e opiniões de acordo com os objetivos da pesquisa.

Entrevista

A técnica de pesquisa por entrevista é bastante utilizada em diversas áreas, como ciências sociais, psicologia, *marketing* etc. Existem vários tipos de entrevista, dos quais destacamos a estruturada, quando as perguntas são apresentadas como foram elaboradas invariavelmente a todos os entrevistados, e a semiestruturada, quando há um roteiro de questões que pode ser flexibilizado durante a execução da entrevista.

Etapa 1: Realização do grupo focal

Forme um grupo com seus colegas e tome algumas providências para a organização e realização do grupo focal. Definam o perfil das pessoas que deverão participar da dinâmica. Sugere-se a seleção de jovens de 17 a 20 anos, entre concluintes do Ensino Médio, ingressantes no Ensino Técnico, no Ensino Superior e no mercado de trabalho.

Elaborem um roteiro com uma lista de perguntas para direcionar a atividade. Comecem com questões mais gerais e avancem para as mais específicas. Definam formas de captação, gravações de áudio e vídeo, e providenciem autorização de uso dos materiais coletados junto aos participantes para a utilização na exposição audiovisual.

Escolham um local e uma data para as reuniões. Separem os materiais que serão utilizados (caneta, bloco de notas, *smartphones*). Reúna um grupo de cerca de dez participantes voluntários. Explique os objetivos da atividade e recolha os termos de consentimento assinados. Inicie a gravação, siga o roteiro e realize a mediação da atividade incentivando a participação equilibrada de todos os convidados.

Para a análise dos dados, se necessário, transcreva a gravação. Busque identificar padrões nas respostas, pontos de convergência e discordância e elabore um relatório com base nas informações levantadas.

Ilustração atual de um grupo focal.
Representação artística para fins didáticos.

Etapa 2: Realização da entrevista

Com base na análise dos dados do grupo focal, elaborem o questionário que será utilizado na entrevista. Se julgarem pertinente, misturem questões mais diretas e objetivas com perguntas mais abertas, dando mais liberdade para o entrevistado. Selecionem os entrevistados entre os alunos do Ensino Médio de sua comunidade escolar.

Separem os materiais de gravação e os termos de consentimento de uso de imagem dos participantes. Dividam-se em duplas e iniciem a entrevista seguindo o roteiro. Procurem não intervir excessivamente e busquem estabelecer uma relação de confiança com o seu convidado, demonstrando respeito e interesse por suas opiniões.

Pesquisa em foco

Ao final do livro, esta seção oferece uma atividade coletiva, estruturada em etapas, em que você e seus colegas poderão usar práticas de pesquisa e criar um produto final a ser compartilhado com a comunidade escolar.

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: Sítios arqueológicos ao redor do mundo

Ícone Objeto Digital

Indica um objeto educacional digital para ampliar possibilidades de aprendizagem.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SUMÁRIO

UNIDADE 1 **CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE** 12

CAPÍTULO 1 **A produção do conhecimento histórico** 14
A história e o ofício do historiador 15
O valor da memória 20
Patrimônio 21
Tempo e história 23
Produção do conhecimento histórico 26
TRABALHO E JUVENTUDES História 27
CONTRAPONTO Negacionismo e revisionismo histórico 28
OFICINA 29

ESTRATÉGIA DE ESTUDO Resumo 30

CAPÍTULO 2 **Das origens da humanidade às primeiras civilizações** 32
De onde viemos? 33
O estudo dos antigos vestígios humanos 36
ENTRE SABERES O tempo da evolução humana 40
O Período Neolítico 42
A Revolução Agrícola 42
A importância dos grandes rios 45
As civilizações indiana e chinesa 52
OFICINA 58

CAPÍTULO 3 **A história dos ameríndios antes da chegada dos europeus** 60
O povoamento do continente americano 61
Periodização da história americana 62
Os povos da Mesoamérica 63
CONTRAPONTO O declínio da civilização maia 65
Povos dos Andes 68
Os primeiros povoadores do atual território brasileiro 70
Povos indígenas do Brasil pré-cabralino 75
OFICINA 78

UNIDADE 2 **POPULAÇÃO, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS** 80

CAPÍTULO 4 **Formação das monarquias nacionais e expansão colonial europeia** 82
O nascimento da Europa 83
A formação das monarquias nacionais 84
O Estado moderno 87
As Reformas Religiosas 89
A expansão marítima europeia 92
A conquista da América espanhola 95
Estranhamentos e trocas culturais entre ameríndios e europeus 96
A colonização espanhola na América 100
As Treze Colônias na América do Norte 105
Os franceses na América 107
CONTRAPONTO Os indígenas pelo olhar dos europeus 109
OFICINA 110

CAPÍTULO 5 **Formação do Império Português e a América portuguesa** 112
A construção do império colonial português 113
América portuguesa: o início da exploração do território 117
A Companhia de Jesus na América portuguesa 118
O Brasil açucareiro 120
TRABALHO E JUVENTUDES Agroecologia 121
A União Ibérica e o Brasil holandês 122
Escravidão na América portuguesa 124
A expansão territorial da América portuguesa 131
A mineração na América portuguesa 135
ENTRE SABERES Impactos da mineração no país ontem e hoje 140
OFICINA 142

UNIDADE 3 **ÉTICA E CIDADANIA** 144

CAPÍTULO 6 **Uma era de revoluções** 146
A formação do império comercial inglês 147
Iluminismo ou a era da razão 153
A independência dos Estados Unidos 155
A Revolução Francesa 158
CONTRAPONTO A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã 165
OFICINA 166

CAPÍTULO 7 **Império Napoleônico e emancipações na América** 168
Ascensão e queda de Napoleão Bonaparte 169
A rebelião dos escravizados e a independência do Haiti 173
Independência das colônias espanholas 174
CONTRAPONTO A unidade americana e os caudilhos 179
A independência da América portuguesa 180
OFICINA 184

CAPÍTULO 8 **O Brasil Império e a cidadania excludente** 186
A formação do Estado Nacional brasileiro 187
A primeira constituinte brasileira 189
A Confederação do Equador 190
Crise na Província Cisplatina 190
A abdicação de dom Pedro I e o fim do Primeiro Reinado 191
O período regencial 192
O Segundo Reinado 196
O fim do tráfico negreiro 199
A mão de obra livre dos imigrantes 201
Cultura e cotidiano no Segundo Reinado 204
O que é ser brasileiro? 204
O fim do Segundo Reinado 206
ENTRE SABERES Censo Geral do Império de 1872 209
TRABALHO E JUVENTUDES Técnico em contabilidade 211
OFICINA 212

UNIDADE 4 **TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL** 214

CAPÍTULO 9 **Revolução Industrial e expansão do capitalismo** 216
A Revolução Industrial britânica 217
O liberalismo econômico 222
O cotidiano das cidades e dos trabalhadores 224
CONTRAPONTO Os resultados humanos da Revolução Industrial 228

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A expansão do capitalismo industrial 230
OFICINA 234

CAPÍTULO 10 Ideias e ideologias do mundo contemporâneo 236
As revoluções liberais na Europa no século XIX 237
A luta pela cidadania 246
Socialismo, anarquismo e movimento operário 250
TRABALHO E JUVENTUDES Superior tecnológico em gestão de cooperativas 251
ENTRE SABERES Retrato do povo em *Os miseráveis* 256
OFICINA 258

CAPÍTULO 11 Imperialismo, guerra e revolução 260
O desenvolvimento industrial e a expansão imperialista 261
O imperialismo na Ásia 263
A corrida pelo domínio da África 266
O imperialismo estadunidense na América Latina 269
A Primeira Guerra Mundial 271
ENTRE SABERES O horror das armas químicas 274
A Revolução Russa 276
TRABALHO E JUVENTUDES Técnico em publicidade 277
OFICINA 278

UNIDADE 5 ESTADO, PODER E DEMOCRACIA 280

CAPÍTULO 12 Da ascensão do totalitarismo à Guerra Fria 282
A ascensão do totalitarismo 283
A Segunda Guerra Mundial 288
O Holocausto 292
CONTRAPONTO Holocausto: a política de extermínio dos judeus 293
A Guerra Fria 294
OFICINA 296

CAPÍTULO 13 Brasil republicano e populismo latino-americano 298
A Primeira República 299
A Era Vargas (1930-1945) 304
Redemocratização do Brasil 311
O populismo na América Latina 316
CONTRAPONTO O conceito de populismo 319
OFICINA 320

CAPÍTULO 14 Ditadura no Brasil, no Chile e na Argentina 322
A instauração da ditadura civil-militar no Brasil 323
A institucionalização da ditadura civil-militar 324
O auge da ditadura: os anos do governo Médici 327
O início da abertura política 329
Engajamento e movimentos sociais 331
ENTRE SABERES Anistia ampla, geral e irrestrita 332
Chile: da democracia ao golpe 333
A ditadura militar na Argentina 335
OFICINA 338

UNIDADE 6 SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE 340

CAPÍTULO 15 Capitalismo global e agenda ambiental 342
A crise do sistema soviético 343
A nova ordem mundial e a globalização 348
O neoliberalismo e suas consequências 352
A revolução tecnológica e as mudanças sociais 355
TRABALHO E JUVENTUDES Graduação em administração 357
Guerras, conflitos sociais e terrorismo 358
O aquecimento global e crise climática 363
ENTRE SABERES Mudanças climáticas e justiça socioambiental 367
OFICINA 368

CAPÍTULO 16 Desafios do Brasil contemporâneo 370
A Nova República 371
As eleições diretas e o governo Collor 375
O governo Itamar Franco 377
Os anos FHC 378
O governo Lula 380
O governo Dilma Rousseff 383
O governo Michel Temer 386
O uso das redes sociais nas eleições de 2018 388
O governo de Jair Bolsonaro 388
Desafios socioambientais do Brasil contemporâneo 390
CONTRAPONTO Energia verde: solução para as mudanças climáticas? 397
OFICINA 398
EDUCAÇÃO MIDIÁTICA O uso das novas mídias pelas mídias tradicionais 400
PESQUISA EM FOCO Juventude, futuro e transformação 402
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS 406

SUMÁRIO DOS OBJETOS DIGITAIS

Infográfico clicável: Sítios arqueológicos ao redor do mundo 61
Infográfico clicável: A expansão marítima e a cartografia 92
Vídeo: Samba de Roda do Recôncavo Baiano 130
***Podcast*:** O Romantismo e a identidade nacional brasileira 205
Carrossel de imagens: Os escravizados na Guerra do Paraguai 206
Mapa clicável: Quilombos 208
***Podcast*:** Impactos da Revolução Industrial 224
Infográfico clicável: O muro de Berlim 294
Carrossel de imagens: O direito ao voto 298
***Podcast*:** O papel da propaganda na Era Vargas 307
Vídeo: Leis antirracismo 331
Infográfico clicável: *Cyberbullying* 356
Mapa clicável: Extensão das enchentes no Rio Grande do Sul 363
Vídeo: Mudanças climáticas 365
Carrossel de imagens: Manifestações por direitos no Brasil 372
***Podcast*:** O combate à desinformação 388
Vídeo: Entrevista 402

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 1

CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE

Você sabe como trabalham os historiadores e os arqueólogos? Já refletiu sobre os locais de trabalho desses profissionais? O que há em comum entre sítios arqueológicos, museus e arquivos? Neles, encontram-se documentos e artefatos que são vestígios das atividades humanas. Com base na análise desses materiais, os especialistas estudam a organização das sociedades que os produziram e investigam sua relação com o tempo presente.

Mesmo que você nunca tenha visitado nenhum desses locais, já parou para pensar que o mundo material ao nosso redor está cheio de indícios da ação humana, formando uma espécie de grande sítio arqueológico, e poderiam bem estar em arquivos ou museus? Pense nas propagandas, nos diferentes instrumentos de trabalho, nas máquinas, nos meios de transporte, nas instituições políticas, econômicas, religiosas e de ensino, nas arquiteturas e nas formas de lazer, por exemplo.

Como esses elementos nos ajudam a compreender a sociedade do nosso tempo? Como eles refletem a sua realidade e a sua visão de mundo? Compartilhe suas respostas com os colegas, indicando como a análise das produções humanas possibilita conhecer os valores, as práticas, os comportamentos e a organização da sociedade.



LUCAS LACAZ RUIZ/FOTOARENA

Arqueólogo e funcionários trabalham em um sítio arqueológico no município de São José dos Campos, estado de São Paulo. Fotografia de 2021. O trabalho do arqueólogo inclui a investigação e a interpretação dos vestígios materiais da humanidade, estabelecendo um importante elo com o passado e contribuindo para a preservação do patrimônio cultural da sociedade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Vista aérea de parte do bairro de São José, em Recife, estado de Pernambuco. Fotografia de 2024. Na imagem, nota-se o convívio de temporalidades diferentes, expresso pela presença de elementos arquitetônicos contemporâneos e coloniais, herança histórica preservada no espaço urbano desse município.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os termos que compõem o título desta unidade – ciência, cultura e sociedade – correspondem a conceitos fundamentais para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essas categorias são inter-relacionadas e seu estudo possibilita compreender como os grupos humanos se organizam, ocupam o espaço e produzem conhecimento em diferentes tempos e contextos.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume de história, a unidade se desdobra no estudo do desenvolvimento da história, do valor da memória, dos conceitos de tempo, da origem e da evolução da humanidade, das características de importantes civilizações antigas e do processo de povoamento do continente americano.

Nos próximos três capítulos, você vai:

- conhecer os objetos de estudo da história e discutir a forma como se desenvolveu esse campo do conhecimento;
- analisar as abordagens atuais da história e compreender o valor da memória;
- compreender a definição de tempo;
- discutir a origem e a evolução da humanidade;
- conhecer as características principais de importantes civilizações antigas;
- compreender o processo de povoamento do continente americano e conhecer as principais características dos povos ameríndios.

Capítulo 1

A produção do conhecimento histórico

Nos últimos anos, os habitantes de todo o planeta vêm sofrendo com as consequências de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, chuvas torrenciais, temperaturas excessivamente baixas ou anormalmente elevadas. Algumas pessoas recorrem às crenças religiosas ou às teorias conspiratórias para explicar esses fenômenos excepcionais. No entanto, há décadas, relatórios científicos são publicados advertindo a humanidade de que o estilo de vida contemporâneo e a forma como as sociedades industriais utilizam os recursos naturais são insustentáveis.

A capacidade que a ciência tem de prever fenômenos naturais com antecedência suficiente para precaver a população decorre da aplicação sistemática de métodos de análise de dados coletados no decorrer de muitos anos. Porém, a mera constatação de que o aquecimento global está próximo a um ponto de não retorno não basta para as sociedades humanas interromperem a dinâmica que o originou, porque, afinal, essa situação não se estabeleceu da noite para o dia. Ela é resultado de um longo processo de transformação pelo qual passaram as sociedades nos últimos séculos e está diretamente ligada a um conjunto complexo de decisões e ações, tomadas de maneira consciente ou não, por pessoas que viveram muito antes de nós. Em outras palavras, estamos diante de um problema com raízes históricas.

Caso você fosse um historiador, que espécie de fontes buscaria para entender as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que resultaram no aquecimento global? Quais são as etapas que você imagina que um historiador deva cumprir nas pesquisas dele para entender o processo histórico que produziu o cenário de emergência climática do presente? Essas perguntas direcionam você para os conteúdos que serão abordados neste capítulo, como a construção do conhecimento histórico, o trabalho do historiador e suas fontes, entre outros.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 13



CARLOS FABAL/AFP/GETTY IMAGES

Vista aérea de pessoas caminhando por uma rua alagada, no bairro Navegantes, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2024. O outono de 2024 foi marcado por tempestades contínuas no Rio Grande do Sul que causaram enchentes de enormes proporções, devastando cidades inteiras e deixando centenas de milhares de pessoas desabrigadas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A história e o ofício do historiador

Quando desastres naturais, guerras, conflitos ou outro tipo de evento ocorrem, é comum causar espanto e nos perguntarmos como aquilo aconteceu. Na maioria das vezes, qualquer resposta só pode ser formulada por meio da compreensão do **processo histórico** que nos trouxe à situação presente, quer dizer, pela análise de uma teia complexa de elementos dinâmicos cuja combinação se construiu no decorrer de séculos.

Para entender os processos históricos, deve-se ter em mente que tudo o que experimentamos e conhecemos hoje é resultado não só de uma construção social, marcada por permanências, mas também por muitas rupturas em relação ao passado. Nada nas sociedades humanas pode ser constatado com a frase "É que as coisas são assim mesmo, sempre foram e não vão mudar". Um exemplo de transformação histórica para nosso tempo é o papel dos povos originários na vida política brasileira. No começo do século XX, os indígenas viviam sob a tutela do Estado porque eram considerados incapazes de decidir o que era melhor para si mesmos.

Ao longo de séculos, essa compreensão a respeito dos povos nativos tornou possível a existência de projetos que expulsaram os indígenas de suas terras e, muitas vezes, facilitaram seu massacre por agentes políticos e econômicos interessados em explorar a riqueza dos territórios onde eles viviam. Apesar de sempre terem resistido a esse processo, foi apenas em meados de 1970 que os povos originários, de forma destacada e com projeção internacional, conseguiram unir forças para lutar por seus direitos sobre o território, que foram reconhecidos na Carta Constitucional de 1988.

Essa transformação dependeu da combinação de fatores como o processo de redemocratização do Brasil após a ditadura civil-militar, a renovação das teorias antropológicas, a assinatura, na Organização das Nações Unidas (ONU), de acordos internacionais de defesa dos direitos humanos, entre vários outros acontecimentos.

A área do conhecimento que se dedica à compreensão de como se dá a organização e a transformação das redes de interesses, necessidades, desejos, projetos, ações e decisões humanas no tempo e no espaço é a **história**. Os profissionais que se dedicam à pesquisa histórica são os **historiadores**, e seu trabalho consiste em identificar, selecionar, organizar e conferir sentido às fontes de informação sobre o passado.



ADRIANO MACHADO/REUTERS/FOTOARENA

Indígenas participam da Terceira Marcha das Mulheres Indígenas, em defesa dos direitos das mulheres, dos povos indígenas e do meio ambiente, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023. A garantia de direitos básicos aos indígenas no Brasil ocorreu por meio de um processo histórico, que teve como principais fatores, a organização e a luta incansável dos povos originários.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Origem e desenvolvimento da história

A palavra *história* derivou do termo grego *historía*, que significa "investigação" e, em sua origem, estava relacionado ao substantivo *híston* ("testemunho") e ao verbo *historein* ("informar-se"). Esse foi o sentido usado pelo grego **Heródoto** no século V a.C., para quem o objetivo da história era produzir um relato verdadeiro dos fatos, separando-os dos mitos, das fábulas e das lendas.

Heródoto: considerado o "pai" da história por ter escrito, na Antiguidade, narrativas históricas desvinculadas de relatos míticos ou lendários e com base em testemunhos. Ele ficou famoso por sua obra *Histórias*, que narra as guerras entre gregos e persas.

Na Europa medieval, manteve-se a concepção da história como um tipo de relato diferente da fábula. No entanto, na prática, os cronistas construíam seus relatos do passado para exaltar os monarcas e os personagens relevantes do cristianismo e para que funcionassem como uma profecia do presente, reforçando a ideia de que tudo acontece segundo os desígnios divinos.

Os métodos para orientar a análise das **fontes históricas** distinguindo os documentos falsos dos verdadeiros foram formulados no século XVI. Por meio do contato direto com as fontes e do desenvolvimento do método crítico, os historiadores procuravam compreender e caracterizar os diferentes contextos históricos.

Saiba mais

Desde que se configuraram os estudos da história, os historiadores se preocuparam em assegurar a verdade dos fatos que relatavam. Contudo, essa tarefa nunca foi fácil, porque a concepção do que deve ser admitido como um fato também muda com o tempo. Para os autores medievais, por exemplo, não pairavam dúvidas sobre a veracidade dos feitos miraculosos dos santos católicos, ao passo que, para os historiadores da atualidade, os milagres são entendidos como a expressão de uma mentalidade religiosa, isto é, não são fatos. Outro problema que se impõe ao historiador é a autenticidade das fontes. Muitas fontes do passado foram forjadas ou adulteradas. Um exemplo é a prática adotada no começo do século XX pelo governo da União Soviética de apagar das fotografias a imagem de indivíduos perseguidos pelo regime. No presente, a tecnologia digital ampliou as possibilidades de falseamento da realidade. Ao historiador, cabe a tarefa de discernir as fontes autênticas e as não autênticas, mas também de compreender o contexto em que se deu a falsificação das fontes, bem como os motivos, os interesses e as estratégias por trás dela, pois a falsificação de um documento é em si um documento que atesta a mentalidade e a organização de uma sociedade em determinado período.



CHRISTOPHEL FINE ART/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

Miniatura do século XIV representando o rei Luís X recebendo um exemplar da obra *A história de São Luís* das mãos do cronista francês Jean de Joinville. Na Idade Média, os principais objetivos da escrita da história era legitimar o poder das casas nobres e a visão de mundo sustentada pela Igreja.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As abordagens da história

A história somente passou a ser considerada uma ciência no século XIX, quando se tornou uma disciplina acadêmica, ensinada em escolas e universidades. Desde então, os historiadores passaram a se preocupar em preservar o patrimônio documental e material do passado. Para conservar e divulgar a memória nacional, foram fundadas instituições como museus, arquivos, institutos históricos e associações arqueológicas.

No século XX, o conhecimento histórico passou por mudanças importantes. Outras áreas de pesquisa, métodos e abordagens foram desenvolvidos, modificando o modo como o conhecimento histórico era produzido. Monumentos, imagens, relatos orais, músicas, lendas, obras literárias e objetos de cultura material, entre outros, que até então não eram considerados fontes históricas, passaram a fazer parte do cotidiano do historiador. Com isso, novos campos de estudo se desenvolveram, como a história da infância, da leitura, das atitudes diante da morte, da loucura, da saúde e da doença, da relação entre o ser humano e o clima, entre muitos outros.

Quem faz a história

Em ciências da natureza, como a física e a química, os fenômenos podem ser modelados a partir de teorias, hipóteses e modelos computacionais, e é possível prever o comportamento desses fenômenos com alguma precisão. Na sociedade humana, ao contrário, as transformações são causadas pelas ações dos **sujeitos históricos**, cujo comportamento não pode ser previsto nem descrito por fórmulas matemáticas.

O papel dos sujeitos na construção da história se alterou consideravelmente no decorrer do século XX. Até o século XIX, somente grandes personagens, como imperadores, reis, generais, papas etc., eram considerados sujeitos históricos e as mudanças históricas eram atribuídas a seus feitos e decisões. No século XX, no entanto, outros sujeitos começaram a figurar no discurso do historiador, tais como mulheres, operários, pobres, povos originários e colonizados, portadores de doenças mentais, pessoas LGBTQIA+, entre outros. Reconheceu-se o elitismo da história tradicional e passou-se a dar mais valor à ação cotidiana das pessoas nos processos de construção da memória, da escrita da história e das transformações históricas.

Enfoque

Responda no caderno.

Observe a pintura a seguir e faça o que se pede.

1. **Identifique o personagem representado no centro da pintura e em destaque.**
2. **A que estrato(s) social(is) você associa as demais figuras que participam ativamente da cena?**
3. **Alguns personagens foram pintados à margem da cena principal. Compare-os com as figuras representadas como protagonistas: em que aspectos eles se diferenciam?**



PEDRO AMÉRICO - MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO

O grito do Ipiranga, pintura de Pedro Américo, 1888. A obra é uma representação da proclamação da independência do Brasil e reflete a concepção de história tradicional do fim do século XIX.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Novos rumos da história

Ao ampliar o campo de observação e ao incluir outros sujeitos da história, os historiadores passaram a dar sentido à experiência cotidiana das pessoas comuns, mostrando, por exemplo, que o mais humilde soldado do exército de Napoleão Bonaparte, que governou a França após a Revolução Francesa, era um sujeito histórico tanto quanto o próprio Napoleão e seus generais. Os historiadores voltaram seu olhar para o pensamento, os costumes e o modo de vida das pessoas comuns. Foi assim que se desenvolveram importantes áreas de pesquisa, como a história oral e a história das mentalidades.

A **história oral** é uma abordagem histórica por meio da qual se busca registrar a memória de pessoas e grupos sociais que tradicionalmente não figuravam nos registros escritos. Entre seus objetivos estavam preservar a memória coletiva e dar voz a sujeitos subalternizados, como mulheres, idosos, analfabetos, camponeses etc. Já a **história das mentalidades** é o estudo dos comportamentos, crenças, valores e sentimentos compartilhados pelos sujeitos históricos em certa época e lugar. A mentalidade é considerada uma estrutura de longa duração e, em geral, muda mais lentamente do que as estruturas políticas e sociais.

Nas últimas décadas, surgiram outras abordagens da história, como os estudos de gênero e os estudos pós-coloniais. Os **estudos de gênero** buscam explorar as dimensões socioculturais, políticas e ideológicas do gênero e da sexualidade. Em geral, os historiadores examinam como o gênero se relaciona com vários marcadores de identidade, como raça, etnia e classe, e analisam o impacto do gênero em questões como condições de trabalho, acesso à saúde, à educação e ao conhecimento.

Os **estudos pós-coloniais** são um campo acadêmico que examina os efeitos e os legados do colonialismo e do imperialismo nas sociedades. Esse tipo de estudo se concentra nas experiências históricas, culturais e sociais dos povos que foram colonizados, conferindo mais valor à perspectiva deles sobre os acontecimentos e evitando abordagens eurocêntricas. Esse campo de estudo também investiga como as ex-colônias lidam com a memória e os traumas da colonização e como constroem coletivamente sua identidade como nações independentes. Uma tendência mais recente desse tipo de estudo é a decolonialidade ou **pensamento decolonial**, uma abordagem que se desenvolveu na América Latina, a partir dos anos 1990, e que critica a imposição de perspectivas e normas ocidentais. A decolonialidade busca desconstruir os sistemas de pensamento e de conhecimento estabelecidos durante a época colonial, embora eles ainda acompanhem as sociedades que foram colonizadas e comprometam o seu desenvolvimento sustentável.

Dica

#Essa Geração: Temporada 6, episódio 1 – O que é decolonialidade?

Produção: Fundação Tide Setúbal e Instituto Geledés. Brasil, 2023. 12 minutos.

Nesse *podcast* em forma de roda de conversa, tanto o conceito de decolonialidade como sua importância para a construção da democracia no Brasil são discutidos do ponto de vista da juventude negra.



MUSEU AFRO DIGITAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, CUIABÁ

Alunas e professoras da Escola Técnica Rivadávia Correia, no Rio de Janeiro. Fotografia de 1922. Tratava-se de uma instituição voltada ao ensino profissional feminino, com aulas de corte, costura, decoração, datilografia e trabalhos domésticos. A análise da iconografia, junto a outras fontes, contribui para compreender os aspectos da construção social do gênero feminino ao longo do tempo.

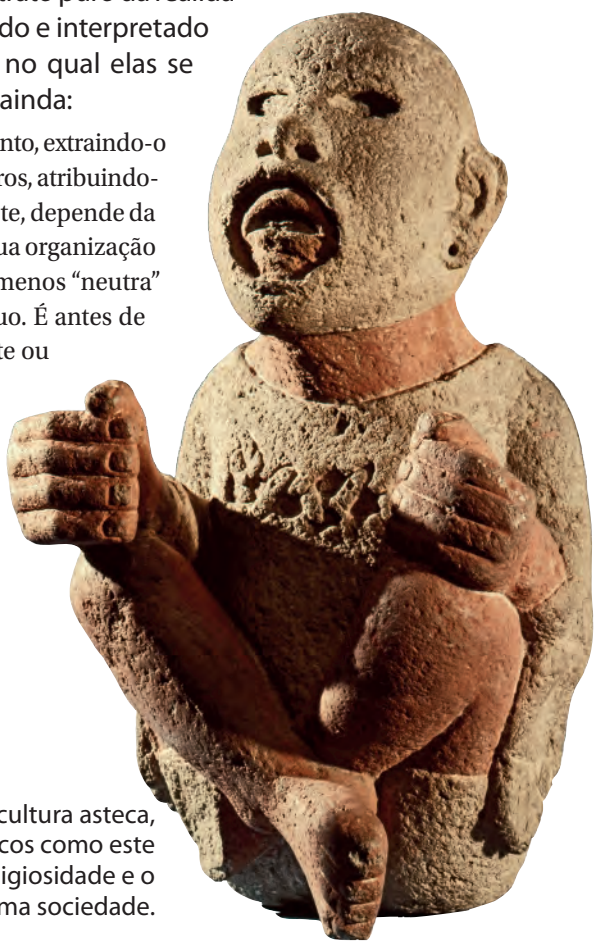
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As fontes da história

Todos os vestígios deixados pelas gerações passadas são fontes que podem ser analisadas pelos historiadores para produzir conhecimento histórico. Esses vestígios podem ser registros escritos, monumentos, fotografias, pinturas e instrumentos de trabalho, entre muitos outros objetos feitos pelo ser humano, que integram a cultura material das sociedades. As fontes históricas podem também ser elementos da cultura imaterial, preservadas por meio da oralidade, como lendas, mitos, cantigas, receitas etc. ou mesmo lembranças individuais, como as memórias dos idosos sobre determinado fato ou experiências do cotidiano.

É importante lembrar, no entanto, que o historiador não pode ser ingênuo diante de qualquer fonte. Ele deve ter em mente que ela traduz determinado ponto de vista ou carrega certa intencionalidade de quem a produziu; assim, se, por um lado, as fontes revelam alguns aspectos da realidade, por outro, elas silenciam ou até mesmo escondem outros. Portanto, as fontes não são um retrato puro da realidade, mas um fragmento dela que precisa ser analisado e interpretado à luz de outras fontes, considerando o contexto no qual elas se inserem. O historiador Jacques Le Goff acrescenta ainda:

> A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.
>
> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 471.



WERNER FORMAN/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES - MUSEU DAS CULTURAS, BASILÉIA

Xipe Totec (deus da fertilidade), escultura asteca, séculos XIV-XVI. Vestígios arqueológicos como este possibilitam o estudo sobre os costumes, a religiosidade e o desenvolvimento técnico e artístico de uma sociedade.

Enfoque

Responda no caderno.

1. De acordo com Jacques Le Goff, a abordagem das fontes pelo historiador em suas pesquisas ocorre em condição de neutralidade? Por quê?
2. Tendo em mente a afirmação de Le Goff de que o documento é "o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver", debata com os colegas: que perguntas você deve se fazer quando se depara nas redes sociais com a publicação de fotografias de um acontecimento que provocou grande impacto na opinião pública?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Classificação indicativa do filme *Narradores de Javé*: livre.

Dica

Narradores de Javé

Direção: Eliane Caffé. Brasil. 2003. 100 minutos.

O filme conta a história dos habitantes do pequeno povoado de Javé, prestes a ser inundado em virtude da construção de uma usina hidrelétrica. Diante dessa notícia, a comunidade decide tentar salvar o povoado recuperando sua história, construída por meio dos relatos e das memórias dos habitantes locais. A ideia deles é produzir uma grande narrativa de Javé atestando-a como um bem do patrimônio cultural, o que impediria a construção da represa. Para escrever essa história, os moradores de Javé procuram Antonio Bia, um dos poucos alfabetizados na comunidade.

O valor da memória

Não existe sociedade sem memória. A **memória individual**, por exemplo, é aquela que diz respeito ao indivíduo, a suas experiências ao longo da vida, e, portanto, é marcada por uma intensa subjetividade. Porém, por mais particular que seja, a memória individual carrega também elementos externos à experiência psicológica do indivíduo. Por exemplo: possivelmente, ao conversar com seus pais, tios ou avôs, você pode ter escutado a expressão "no meu tempo...". Em geral, pessoas mais velhas a empregam para indicar que tanto a visão de mundo delas como as experiências que tiveram foram construídas com base em referências passadas, distintas das suas. Assim, a memória do passado define a identidade de um indivíduo e lhe dá consciência das mudanças pelas quais a sociedade passou ao longo do tempo.

Existem memórias compartilhadas por muitas pessoas, embora nem sempre baseadas em experiências iguais. Trata-se das **memórias coletivas**, que frequentemente são motivo de disputa entre diferentes grupos sociais e políticos. Esses grupos lutam para preservar e transmitir às gerações futuras uma interpretação do passado muito própria, o que pode ser feito por meio da criação de monumentos, da produção de documentários, da publicação de romances históricos e estudos acadêmicos, entre outros.

Assim, enquanto os grupos de poder podem investir na preservação da memória que legitima a configuração social vigente, os grupos oprimidos podem lutar para resgatar ou valorizar a memória daqueles que combateram essa opressão. Um exemplo é o caso que envolveu a troca do nome da Ponte Honestino Guimarães, em Brasília. Inaugurada em 1976, a ponte foi batizada com o nome do general Arthur da Costa e Silva, presidente do Brasil entre 1967 e 1969, quando vigorava a ditadura civil-militar no país. Após a redemocratização, houve várias propostas de mudança do nome da ponte, bem como uma resistência a elas. Travava-se, portanto, um embate pela memória social da ditadura brasileira. A disputa só terminou em 2022, quando a ponte recebeu o nome atual de Honestino Guimarães, estudante da Universidade de Brasília que foi preso por agentes do Estado e desapareceu em 1976.

A memória, seja individual ou coletiva, é a experiência vivida do passado. Ela não é a história, mas é matéria-prima para o historiador, que precisa estar atento a suas armadilhas: a memória pode supervalorizar certas lembranças, apagar outras, distorcer algumas, exaltar ou silenciar atores sociais. É por essa razão que o trabalho do pesquisador não é simplesmente coletar e transcrever a memória do passado, mas sim se debruçar sobre ela e abordá-la de maneira crítica, tomando como base outras fontes e empregando métodos específicos para lhe conferir sentido.



TONY OLIVEIRA/AGÊNCIA BRASÍLIA

Vista da Ponte Honestino Guimarães em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023. Até 2022, a população da capital brasileira travou uma disputa entre a manutenção ou a mudança do nome de uma das pontes que cruzam o Lago Paranoá.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Patrimônio

Na abertura do capítulo, você leu sobre os impactos do aquecimento global. Sempre que se discute o assunto, a Amazônia é lembrada por sua importância para o equilíbrio climático, uma vez que abriga a maior cobertura florestal do mundo e, desde 2003, integra a lista de **Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura** (**Unesco**).

A luta pela preservação da floresta e de sua rica biodiversidade não começou hoje. Ela tem uma longa história, que se iniciou com a resistência dos povos originários à colonização europeia e teve como marco importante, no século XX, o ativismo de Chico Mendes (1944-1988), seringueiro natural de Xapuri, no Acre, cujo combate à exploração dos trabalhadores dos seringais e ao desmatamento praticado pelos grileiros custou-lhe a vida. Chico Mendes tornou-se referência internacional na defesa do meio ambiente e, para preservar sua memória, em 2007 o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (**Iphan**) tombou a casa onde ele viveu, tornando-a patrimônio cultural do Acre.



RICARDO AZOURY/PULSAR IMAGENS

Casa de Chico Mendes em Xapuri, Acre. Fotografia de 2022. A casa onde viveu o ambientalista Chico Mendes foi tombada e transformada em museu.

Tanto a Amazônia quanto a casa de Chico Mendes são **patrimônios**, quer dizer, bens materiais, imateriais ou naturais que têm significado especial para os habitantes de uma localidade, de um país ou para toda a humanidade. A definição de um bem como patrimônio decorre de sua importância para a constituição da memória e da identidade de um povo, no caso do **patrimônio cultural**, ou para a proteção de determinados biomas, paisagens e história nacionais ou mundiais, no caso do **patrimônio natural**. Também existem os **patrimônios mistos**, que combinam elementos culturais, como um conjunto arquitetônico, com elementos naturais, dos quais podemos citar como exemplo Paraty, no Rio de Janeiro, onde se integram o conjunto arquitetônico colonial do município e a reserva de Mata Atlântica.

Existem órgãos municipais, estaduais e federais no Brasil destinados a identificar os bens que devem ser protegidos e providenciar seu tombamento, restauração e manutenção ou seu registro. No Brasil, o órgão federal que detém essa função é o Iphan. Quanto aos patrimônios mundiais, cabe à Unesco, a tarefa de selecioná-los e sugerir ou patrocinar políticas de proteção a eles.



VITOR MARIGO/TYBA

Centro histórico de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2022. O primeiro tombamento de Paraty, em 1958, visava preservar a porção histórica da cidade; no segundo, de 1966, ela recebeu o título de Monumento Nacional; o tombamento de 1974 incluiu como patrimônio o entorno do conjunto arquitetônico e paisagístico do município.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Grafia dos nomes dos povos indígenas brasileiros

Nos livros desta coleção, os nomes dos povos indígenas que vivem no Brasil foram grafados de acordo com a Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, aprovada em 1953 na Primeira Reunião Brasileira de Antropologia:

- com inicial maiúscula, quando usados como substantivo, e opcional, quando usados como adjetivo;
- sem flexão de número ou de gênero.

Não estendemos esse padrão aos demais povos indígenas americanos e povos africanos.

Patrimônios materiais e imateriais

Os patrimônios culturais são classificados em **materiais** ou **imateriais**. Edifícios, monumentos, vestígios arqueológicos, pinturas, esculturas etc. são exemplos de patrimônio cultural material. Os patrimônios culturais imateriais são expressões e práticas culturais de um povo transmitido entre gerações, que incluem conhecimentos, práticas e técnicas, como tipos de dança característicos de uma região, modo de fabricação de algum produto típico de uma comunidade, cerimônias, ritmos musicais etc. Há vários exemplos de patrimônios culturais imateriais brasileiros, como a roda de capoeira, o samba de roda, a pintura corporal e arte gráfica Kusiwa dos indígenas Wajãpi do Amapá, o modo de fazer bonecas Karajá, entre outros.

Você se lembra de seus estudos sobre a Semana de Arte Moderna de 1922 no Brasil? Provavelmente estudou esse assunto tanto em literatura quanto em história, e pôde apreciar obras de Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Di Cavalcanti, Manuel Bandeira, Lasar Segall, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, todos considerados artistas modernistas brasileiros.

No Brasil, o conceito de patrimônio foi ressignificado pelos artistas modernistas no início do século XX. A princípio, os critérios para determinar se um bem poderia ou não ser enquadrado como patrimônio limitavam a seleção às manifestações da cultura branca de raiz europeia, que representava a memória e os padrões da elite nacional. Por isso, no final do século XIX, nos grandes municípios brasileiros, houve uma profusão de construções de bustos e monumentos que celebravam grandes heróis nacionais ou representavam temas da mitologia greco-romana ou cristã, por exemplo.

Em razão da observação desse padrão, Mário de Andrade apontou a necessidade de revisão desses critérios, a fim de contemplar a diversidade cultural brasileira para que se passasse a entender também como patrimônio as manifestações das culturas indígenas e africanas. Esse debate se estendeu por décadas, intensificando-se a partir dos anos 1970, com a participação ativa de representantes das culturas excluídas, mas foi somente na década seguinte que os órgãos de defesa do patrimônio nacional passaram a incluir em suas listas bens culturais indígenas e de matriz africana associados à cultura popular.



MAURO AKIN NASSO/FOTOARENA

Terreiro Casa Branca do Engenho Velho em Salvador, Bahia. Fotografia de 2023. Esse terreiro de candomblé foi o primeiro tombado pelo Iphan e, segundo a tradição oral, foi fundado por três africanas da nação Nagô por volta da primeira metade do século XIX. As construções arquitetônicas seguem o modelo jeje-nagô, sendo o centro religioso negro mais antigo de que se tem notícia da Bahia e do Brasil, considerando a matriz Nagô.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Explique por que o conceito de patrimônio da forma como foi pensado pelos modernistas é mais adequado ao se representar a cultura de um país como o Brasil.
2. Um relatório produzido pela Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro), em 2022, apontou que 78% dos líderes de terreiros relatam que membros de suas comunidades sofreram violência física ou verbal em razão de preconceito religioso. Debata esse dado com os colegas considerando tanto a Constituição vigente, que determina que o Brasil é um estado laico, ou seja, sem religião oficial, quanto a importância para o país da cultura africana e de matriz africana.

O dado estatístico a respeito da violência sofrida por comunidades religiosas afro-brasileiras foi observado em: BERNARDO, André. Liberdade religiosa ainda não é realidade: os duros relatos de ataques por intolerância no Brasil. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jan. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64393722. Acesso em: 26 jul. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tempo e história

Podemos dizer que o **tempo** é a matéria-prima da história. Ela pressupõe a divisão do tempo em passado (o que passou), presente (a realidade vivenciada agora) e futuro (o que ainda está por vir). Como o ser humano tem linguagem e memória, é capaz de relacionar o momento presente com as experiências passadas e com as expectativas para o futuro.

Segundo o filósofo e historiador italiano Benedetto Croce (1866-1952), toda história também é a história do presente. Isso significa que o passado não é uma dimensão estática separada do presente. É com base no presente que podemos construir um conhecimento sobre o passado. Esse conhecimento, por sua vez, nos possibilita entender o presente e planejar o futuro. Assim, passado, presente e futuro são dimensões dinâmicas e interdependentes, nas quais se desenrolam os desejos, as aspirações e as ações humanas.

Um bom exemplo para entendermos a ligação entre passado, presente e futuro é a história das mulheres. Foi a partir do momento que elas começaram a conquistar espaço na sociedade (uma questão do presente) que se iniciou, na historiografia, o estudo de seu passado.

Em seu trabalho, o historiador lida com várias formas de tempo. As principais são:

- **tempo cronológico:** é o tempo do calendário, do relógio, que flui continuamente em ritmo constante e regular, medido por instrumentos mecânicos que o dividem em unidades cada vez menores;
- **tempo psicológico:** é o da experiência subjetiva, impossível de medir, pois varia de acordo com o estado emocional do indivíduo;
- **tempo histórico:** é uma ferramenta do historiador para estabelecer a data de eventos e a duração dos processos históricos. Para compreendê-los, o historiador distingue os processos de **longa duração**, que produzem transformações só possíveis de ser notadas por meio dos estudos históricos, uma vez que ocorrem muito lentamente no decorrer de séculos – como os ciclos econômicos, demográficos e das mentalidades –, e os processos de **curta duração**, produzidos por uma sucessão de acontecimentos pontuais, como as reviravoltas políticas produzidas pelas revoluções ou as mudanças de hábitos cotidianos relacionadas às inovações tecnológicas.

Dica

Apologia da história ou O ofício de historiador

Marc Bloch. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Nesse livro, o historiador francês Marc Bloch parte da pergunta para que serve a história para refletir sobre a prática da história e a função do historiador.
O autor enfatiza a importância da interdisciplinaridade para a análise das sociedades humanas, além da necessidade de questionar e interpretar as fontes históricas com um olhar crítico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS



Missa na Catedral Metropolitana de Londrina, Paraná. Fotografia de 2023. A formação e a consolidação das religiões são exemplos de processo histórico de longa duração.

CORBIS/GETTY IMAGES



Soldados bolcheviques marchando pelas ruas de Moscou. Fotografia de cerca de 1917. A Revolução Russa de 1917 é exemplo de processo histórico de curta duração.

Tempo e natureza

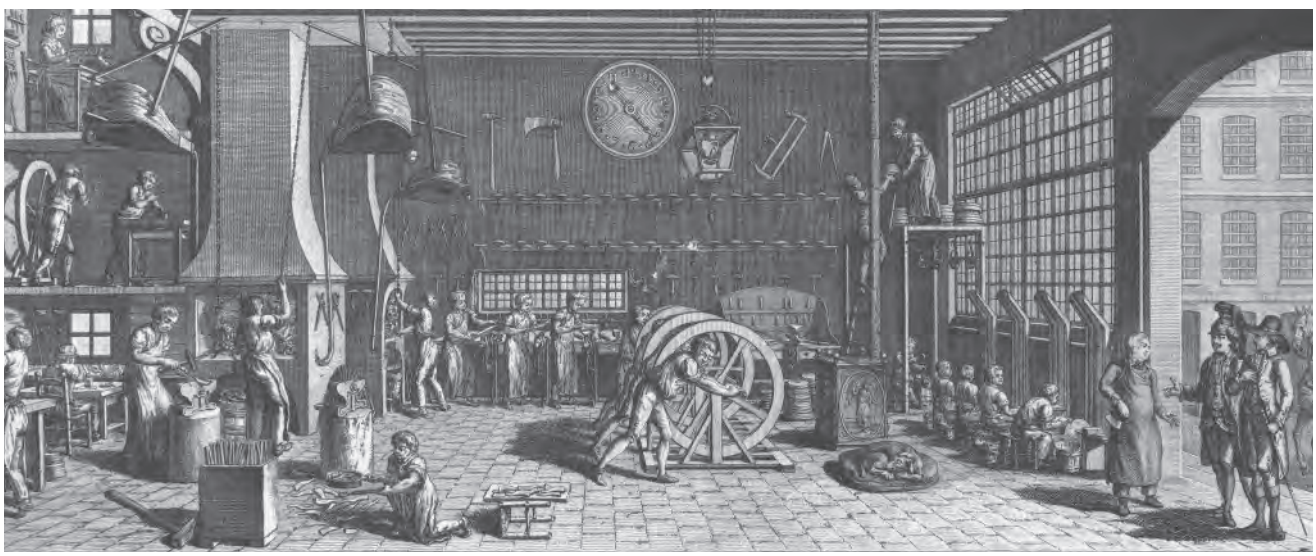
O tempo, assim como o espaço, é uma das dimensões fundamentais da percepção humana. Por meio da percepção temporal, podemos interagir com o mundo exterior e nos orientar nele. As primeiras referências que nos possibilitam desenvolver essa percepção são os ciclos naturais: a alternância entre dia e noite, a mudança de posição dos astros no céu e as estações do ano. A elas, juntam-se as referências sociais, como o início do horário das aulas, a chegada das datas comemorativas e até os dias em que serão lançados nossos programas preferidos nas plataformas de *streaming*.

O tempo é experimentado de modo distinto por diferentes sociedades. Nas agrárias e pré-industriais, por exemplo, o tempo social identifica-se com o tempo cósmico da natureza. Ele é medido conforme a mudança das estações, marcado pelos trabalhos agrícolas e pela sucessão entre períodos de trabalho e de festa. A transmissão oral da cultura ao longo de sucessivas gerações é o elemento que garante a sobrevivência dessas populações, conhecidas como comunidades tradicionais. No Brasil, povos indígenas, remanescentes quilombolas e populações ribeirinhas são exemplos de comunidades tradicionais. Nessas sociedades, a passagem do tempo é percebida como **cíclica** e está associada à ideia do eterno retorno, ou seja, de que tudo recomeça sempre.

No entanto, na sociedade ocidental marcada pela cultura judaico-cristã, o tempo passou a ser percebido como uma sucessão **linear** de acontecimentos que se iniciaram com a criação do mundo e terminarão no Dia do Juízo Final profetizado pelo desígnio divino.

A concepção de tempo linear se tornou predominante nas sociedades industriais modernas, onde é medido e organizado em função da produção. O tempo é medido por instrumentos mecânicos, como o relógio, que determina o horário de iniciar o trabalho, de interrompê-lo para o almoço ou o jantar e de encerrar as atividades. A maior facilidade das comunicações e da circulação da informação modifica a percepção social do tempo, transmitindo a sensação de aceleração e de novidade permanente.

No entanto, vale lembrar que nenhuma sociedade é absolutamente regida por uma única noção de tempo. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o tempo é medido em razão da lógica do relógio, do tempo linear; contudo, há a permanência de noções de tempo pautadas pelos ciclos da natureza, uma vez que não foram abandonadas as noções de estações do ano, que são cíclicas, e feriados relacionados a festividades, por exemplo.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - MUSEU CARNAVALET, PARIS.

Gravura de fim do século XVIII representando uma manufatura francesa de navalhas de aço fundido.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Examine a gravura e descreva a forma como os trabalhadores estão distribuídos na manufatura, executando suas funções.
2. Observe a localização do relógio nesse galpão. O que ela sugere sobre a organização do trabalho na manufatura?
3. Estabeleça uma relação entre a organização do trabalho e o relógio na manufatura.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os calendários

A necessidade de ordenar o tempo social levou à instituição dos calendários. Os calendários são uma forma de organizar o tempo, tornando possível datar e situar os acontecimentos e, assim, planejar o trabalho e as atividades cotidianas.

Por meio dos calendários é possível estabelecer uma relação entre o tempo vivido pelas sociedades e o tempo da natureza. Na maioria das culturas, eles foram criados com base em observações astronômicas e dos ciclos da natureza, como a alternância entre o período de chuvas e o período de seca. Os fenômenos mais utilizados como referência para os calendários são os ciclos da Lua e do Sol. O **calendário gregoriano**, utilizado em todo o mundo ocidental, fundamenta-se no ciclo solar.

Calendário gregoriano: instituído em 1582 pelo papa Gregório XIII para substituir o calendário juliano, estabelecido em 46 a.C. pelo cônsul romano Júlio César.

Santeiro: artesão especializado na produção de esculturas religiosas, em especial imagens de santos católicos.

Convenção: acordo sobre determinada atividade ou assunto; conjunto de usos e costumes adotado ou estabelecido por indivíduos de determinado grupo.

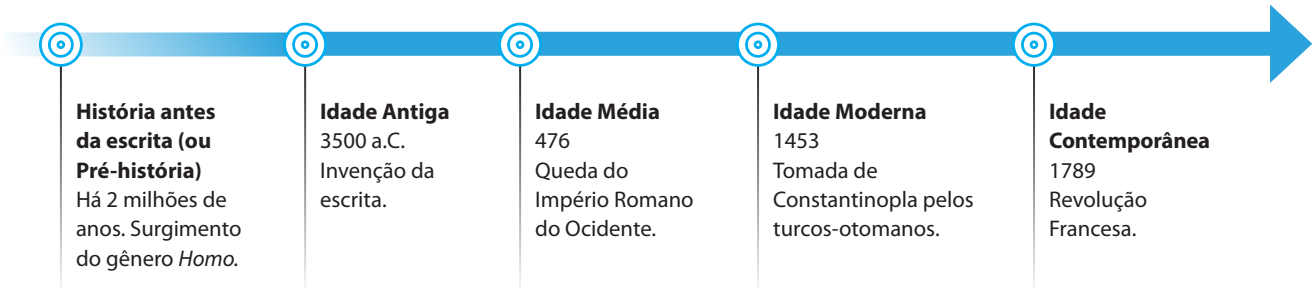
Os períodos da história

A história não é uma sequência de fatos que se sucedem linearmente em um tempo homogêneo. Há elementos que se estendem no tempo por séculos a despeito das transformações que afetam a sociedade, enquanto outros mudam abruptamente. Por exemplo: quem visita uma cidade mineira encontra **santeiros** que utilizam técnicas seculares em sua produção. Elas são **permanências** de um Brasil colonial que se transformou desde a independência em 1822, a qual impôs uma **ruptura** na história política brasileira.

Para facilitar a sistematização dos estudos e a compreensão dos processos históricos, os historiadores europeus dividiram o tempo em **períodos**, hoje usados por pesquisadores de praticamente todo o mundo por **convenção**. Tradicionalmente, a história se divide em **Idade Antiga**, **Idade Medieval**, **Idade Moderna** e **Idade Contemporânea**. Porém, é importante considerar que essa periodização é alvo de críticas porque se baseia na experiência dos povos europeus, desconsiderando os processos históricos particulares de outros povos.

A duração dos períodos e a escolha dos acontecimentos que marcam o início e o fim deles são também convencionais. Por exemplo, no século XIX definiu-se que a invenção da escrita marcaria o início da Idade Antiga e da história em geral. Como nesse século os historiadores consideravam que só era possível estudar a história com base em documentos escritos, eles chamaram de Pré-história todo o intervalo temporal entre a evolução do *Homo sapiens* e o surgimento dos primeiros registros escritos. Contudo, os métodos de pesquisa mudaram, e hoje se reconhece que povos ágrafos (que não têm sistema escrito) também têm história, que pode ser investigada e compreendida.

A divisão tradicional da história



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ ARQUIVO DA EDITORA

Os acontecimentos dessa linha do tempo não foram representados em escala temporal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Produção do conhecimento histórico

Para realizar uma investigação histórica, o historiador parte sempre de alguma questão do presente. Por exemplo, uma das preocupações atuais é buscar compreender como os seres humanos degradaram o meio ambiente em que vivem. Essa preocupação não ocorria às pessoas do século XIX, para quem a derrubada de florestas, a abertura de ferrovias e as chaminés fumegantes das fábricas estavam associadas à ideia de progresso. Entretanto, tal questão aflige o historiador do presente, que se vê diante da emergência climática.

Essa inquietação tem motivado o surgimento de diversos estudos a respeito da história ambiental. Para produzir um trabalho com essa abordagem, o historiador também deve estabelecer um **tema**, um **recorte espaço-temporal**, um **problema**, uma **justificativa** e uma **hipótese** para a sua pesquisa. Por exemplo, suponhamos que ele se interesse por estudar a transformação da paisagem urbana e da cobertura vegetal do município de São Paulo.

A partir daí, ele deverá realizar um **levantamento bibliográfico** e consultar a literatura especializada sobre esse assunto. Com base em seus estudos, é possível que esse historiador queira estudar as transformações ambientais no município de São Paulo de 1880 a 1930, argumentando que nesse período o município passou por um acelerado processo de urbanização e de industrialização. Assim, ele terá estabelecido tema, recorte espaço-temporal e justificativa para sua pesquisa.

O passo seguinte será desenvolver o problema de pesquisa, uma pergunta para ser respondida ao longo de seu trabalho. Imagine que se queira compreender como as atividades industriais e a urbanização alteraram o meio ambiente do município paulistano naquele período. É possível que sua hipótese para as transformações na paisagem e na cobertura vegetal do município correlacione o avanço da industrialização e da urbanização sobre antigas áreas florestais à crescente demanda por recursos naturais para os domicílios e as indústrias, como madeira para a construção de casas, produção de dormentes para os trilhos das ferrovias e de carvão vegetal. Tal hipótese deverá ser confirmada ou refutada pela pesquisa.

Para essa pesquisa, é possível que o historiador reúna fontes muito diversificadas como mapas da vegetação, fotografias da cidade e de seu entorno, relatos de moradores, documentos administrativos empresariais e das esferas municipal e governamental sobre o período investigado. Com base na bibliografia e nos documentos pesquisados, o historiador vai proceder para a redação do seu trabalho.

Compreendendo que as dinâmicas locais têm relação com as dinâmicas regionais, nacionais e até mesmo mundiais, é possível que esse historiador, ao demonstrar as pressões exercidas sobre a cobertura vegetal do município, aponte que a cafeicultura disponibilizou capitais para a extensão das ferrovias e para a industrialização, que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) também incentivou a indústria de São Paulo, e que a vinda de imigrantes para o município esteve associada às demandas por mão de obra agrícola e industrial, bem como às variadas necessidades sociais, políticas e econômicas das nações europeias de fins do século XIX e início do século XX.

Na redação de seu texto, o historiador vai demonstrar suas fontes e bases teórico-metodológicas e desenvolver sua argumentação. Seu trabalho será avaliado por pares com o propósito de validá-lo. Os historiadores também compartilham suas pesquisas em congressos com o objetivo de torná-las públicas e submetê-las à crítica de outros pesquisadores.

As conclusões dos historiadores podem ser provisórias. É possível que outros historiadores partam de um trabalho produzido e selecionem outras fontes, apresentem novas abordagens e cheguem a conclusões complementares ou não. A história é, portanto, um campo aberto à reflexão e ao debate. Entretanto, para ter credibilidade, as produções históricas devem resultar de pesquisas criteriosas e bem fundamentadas.

A história não é achismo. Além disso, o historiador não pode incorrer em erros, como a falsificação das fontes, a distorção dos dados para forçar a comprovação de sua hipótese, o uso equivocado dos conceitos ou os anacronismos.

Saiba mais

O **anacronismo** é a prática de empregar conceitos, ideias ou valores de uma época para interpretar outra, o que leva a distorções enormes. Para estudar o passado, o historiador precisa compreender como pensavam e se comportavam as pessoas da época que ele está investigando para não julgá-las com base em valores que não eram os de seu tempo nem atribuir-lhes intenções e projetos fora de seus contextos específicos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

História

Você estudou neste capítulo sobre a história e o trabalho do historiador, verificando que o **tempo** é umas das principais categorias de análise da história, ciência humana que estuda criticamente os acontecimentos, processos e transformações ocorridas em diferentes sociedades. Por isso, cabe ao historiador realizar pesquisas e investigar fontes para compreender como os diferentes grupos humanos se organizaram e viveram, e de que forma o presente pode estar associado com esse passado.

O **curso superior em história** é uma opção de estudo para quem gosta das tarefas de investigar, interpretar, analisar criticamente, produzir e difundir conhecimento. Nesse curso, os estudos ocorrem durante aulas teóricas, palestras, conferências e em bibliotecas, com documentos de diversas naturezas. Além disso, alguns laboratórios, como o de cartografia histórica, as atividades em museus e arquivos, as visitas, os estudos de campo e os grupos de pesquisa ajudam na formação prática do historiador.

Após a finalização do curso, espera-se que os novos historiadores estejam preparados para realizar diversas atividades, entre elas: realização de pesquisas; produção e divulgação de conhecimento científico; organização de museus; curadoria de exposições; docência para os diferentes níveis de ensino; formulação de políticas públicas; e implementação de projetos de gestão do patrimônio histórico e cultural.

Alguns dos principais campos de atuação dos profissionais formados em história são as escolas e outras instituições de ensino e de pesquisa, os museus e centros culturais, os órgãos públicos voltados à preservação de patrimônio histórico e cultural, o setor de gestão de arquivos e coleções de empresas públicas e privadas, a assessoria de produção audiovisual e as editoras de livros.

No dia a dia, o historiador tem a possiblidade de lidar com diversos tipos de documentos históricos, exercendo função primordial na preservação da memória de determinado povo. No caso do Brasil, um país forjado por meio de processos violentos, como a colonização, a consequente redução da população indígena e o processo de escravização, o papel do historiador é fundamental para lançar luz a esses fenômenos e ajudar a compreender a história brasileira.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/CC BY 2.0/FLICKR

Profissionais manipulam documentos históricos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, localizado no município de São Paulo. Fotografia de 2018.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CONTRAPONTO

Negacionismo e revisionismo histórico

Você percebeu que o estudo da história segue procedimentos rigorosos para que as análises do passado estejam bem fundamentadas. No entanto, a história não está livre da apropriação ideológica nem de sofrer distorções com o intuito deliberado de alimentar determinadas ideias e teorias. Nas últimas décadas, com a popularização da internet e a facilidade de divulgar textos e vídeos sem comprovação científica ou avaliação especializada, aumentou o número de autores e canais que se empenham em influenciar a opinião pública lançando mão da *fake History*, que se baseia em dois pilares: o **negacionismo** e o **revisionismo ideológico**.

A *priori*: locução latina que designa uma dedução ou um pressuposto prévio que não foi validado e verificado.

Coligir: reunir, ajuntar.

O negacionismo poderia ser definido como a negação ***a priori*** de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado [...]. Em outras palavras, o negacionista rejeita o conhecimento histórico estabelecido em bases científicas e metodológicas reconhecidas, em nome de uma suposta "verdade ocultada" pelas instituições acadêmicas, científicas e escolares por causa de supostos "interesses políticos ligados ao sistema". Assim, os negacionistas alimentam e são alimentados pelas diversas "teorias da conspiração" que sempre existiram, mas que nos primeiros anos do século XXI têm sido canalizadas por interesses políticos, sobretudo [...] para combater os valores progressistas e democráticos. Em muitos casos, uma opinião negacionista tem sua origem em várias análises "revisionistas" do passado, que se propõem a revisar as teses e os estudos mais aceitos na comunidade científica.

Mas todo revisionismo histórico seria a antessala do negacionismo? Obviamente, não, pois a natureza do conhecimento histórico exige a revisão constante das interpretações dominantes sobre o passado.

[...]

Mas há um *revisionismo de matriz ideológica*, que parte unicamente de demandas ideológicas e valorativas e **colige** fontes e autores para confirmar uma visão pré-construída acerca de um tema histórico, quase sempre polêmico. Esse tipo de revisionismo é refém de objetivos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa historiográfica. Trata-se daquele revisionismo calcado na manchete sensacionalista sobre um tema histórico, na apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos, no anacronismo, no uso acrítico de fontes primárias (tomadas como "prova factual" a partir de uma leitura superficial, sem crítica ou contextualização), sempre com o intuito de defender uma tese dada a *priori* sobre o passado incômodo e sensível.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela história**: desafios – ensino. São Paulo: Contexto, 2021. p. 93-96.

Atividades

Responda no caderno.

1. De acordo com o texto e com os seus conhecimentos, qual é a diferença entre negacionismo e revisionismo histórico?
2. Em que aspectos o negacionismo e o revisionismo ideológico se assemelham?
3. Cite pelo menos três recursos empregados para a construção da *fake History*.
4. De que maneira a chamada *fake History* cria problemas para a sociedade? Como não se tornar vítima de produções descompromissadas com a verdade? Debata com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. Leio o texto a seguir para identificar a alternativa correta.

> Quando se diz que "a História é o estudo dos homens no tempo", rompe-se com a ideia de que a História deve examinar apenas e necessariamente o passado. O que ela estuda, na verdade, são as ações e transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto.
>
> BARROS, José D' Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 18-19.

Segundo o texto, a história

a. estuda as transformações ou permanências humanas desenvolvidas e estabelecidas em determinado tempo.

b. tem a função de estudar e relembrar a grandiosidade do passado, fazendo uso da memória como auxiliar.

c. se concentra sempre na análise das rupturas sociais ocorridas no passado e no estabelecimento de novos modos sociais.

d. se concentra sempre na análise dos processos de longa duração, uma vez que rupturas e contemporaneidade são campo de análise de outros saberes.

2. Por que se pode dizer que a história está em constante construção?

3. Explique as principais mudanças ocorridas no modo de pensar os sujeitos históricos entre os séculos XIX, XX e XXI, dando exemplos.

4. Leia o texto a seguir e depois faça o que se pede.

> **Janeiro**, mês que as matas ficam bem crescidas. [...] **Fevereiro**, mês que tem muita chuva ainda. [...] Os rios continuam cheios e as frutas estão caindo. [...] **Março**, os homens começam a preparar as foices e machados para dar início à roçada.
>
> **Abril**, as orquídeas estão em flores. Os rios começam a baixar e a chuva já começa a parar.
>
> **Maio**, as praias estão bem grandes, têm muitas gaivotas e os peixes são fáceis de serem pescados.
>
> [...]
>
> **Agosto** é mês de plantar roça.
>
> **Outubro**, época de pequi.
>
> **Novembro**, mês em que as plantas já estão brotando.
>
> **Dezembro**, mês que dá muita melancia.
>
> SUYÁ, Thiayu. Calendário indígena. *In*: GAVAZZI, Renato Antonio (org.). **Geografia indígena**: Parque Indígena do Xingu. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 55.

a. Qual é a concepção de tempo dos Suyá?

b. Compare a concepção de tempo dos Suyá com a adotada para a periodização clássica da história.

c. Muitas sociedades tradicionais transmitem seus saberes por meio da história oral. Redija um pequeno texto explicando o que é história oral e sua importância para os estudos da história.

5. A questão da representatividade está sendo cada vez mais considerada quando se discutem, por exemplo, os monumentos de um município. Forme um grupo com quatro colegas para elaborarem uma proposta de monumento para o município onde vocês residem. Para isso, atentem-se aos passos a seguir.

a. Acessem a página da prefeitura de seu município na internet, ou visitem uma biblioteca municipal em que possam identificar os principais monumentos (estátuas, edifícios, esculturas etc.) que existem nele.

b. Depois, pesquisem a quem ou a que os monumentos são dedicados (um indivíduo, um evento histórico ou um grupo social) e o que justifica a existência deles.

c. Em sala de aula, elaborem um roteiro de visitação aos monumentos mais pesquisados pela turma. Lembrem-se de que qualquer saída precisa ser organizada, com data e hora preestabelecidos, requer autorização da direção e da coordenação da escola, assim como dos responsáveis de vocês.

d. Durante a visita, façam registros fotográficos dos monumentos visitados e do entorno deles, e entrevistem os transeuntes para saber se eles conhecem o significado dos monumentos e como se sentem em relação a eles (indiferença, admiração, rejeição etc.). Lembrem-se de informar àqueles que aceitarem ser entrevistados que essa é uma entrevista anônima, e que os dados das pessoas não serão expostos.

e. De volta à escola, façam uma roda de conversa sobre o significado dos monumentos visitados e os interesses e grupos sociais que eles representam. Discutam se existem grupos ou eventos importantes que não estão representados.

f. Novamente organizados nos grupos, façam um projeto de um monumento que, na avaliação de vocês, seja representativo de eventos, personagens ou grupos importantes para o município, mas que não se encontram representados pelos monumentos existentes. O projeto deve ter um esboço de como vocês imaginam o monumento proposto, os significados sugeridos nele e a definição do lugar onde ele seria instalado, com justificativa.

g. Compartilhem o projeto com a comunidade escolar e, se julgarem pertinente, encaminhem-no à prefeitura do município onde vocês vivem.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ESTRATÉGIA DE ESTUDO

A chegada ao Ensino Médio apresenta uma série de desafios. Um deles se refere ao aumento de quantidade e profundidade dos conteúdos a serem estudados. Para lidar com esse desafio, é importante conhecer e aplicar técnicas de estudo eficientes e, assim, conseguir um bom desenvolvimento no processo de formação escolar.

Os conteúdos de Ciências Humanas ajudam a entender e a interpretar a complexidade da vida humana e suas interações socioambientais. Muitas vezes, eles combinam características conceituais e factuais, abrangendo processos que se desenrolam em um longo intervalo de tempo. Em seu estudo, tais conteúdos devem ser compreendidos, e não apenas memorizados.

Pense em uma guerra, por exemplo. A compreensão desse conteúdo depende da organização de informações e do estudo das causas e consequências de tal conflito, bem como de seu significado para as sociedades. Além disso, para compreender e aplicar um conceito, devemos contextualizá-lo e analisar suas partes, descobrindo como se articulam entre si. Em seguida, devemos tentar elaborar um pensamento sobre o que estudamos.

Há várias técnicas úteis para o estudo de conteúdos conceituais. Vamos conhecer uma delas?

Resumo

O resumo é uma técnica de estudo bastante utilizada por estudantes. Para praticá-la com eficiência, é necessário considerar alguns procedimentos.

Primeiro, lembre-se de que o resumo é um texto autoral, ou seja, não é uma coletânea de trechos extraídos do texto original. Nele, você deve apresentar, com suas próprias palavras, de maneira clara e concisa as principais ideias do conteúdo estudado, articulando as ideias para mostrar suas conexões.

Interpretar o título do texto é um bom ponto de partida, pois ele revela o assunto principal do que se está estudando. Em seguida, você deve ler parágrafo por parágrafo, fazendo pequenas anotações ou destacando frases ou palavras-chave.

Alguns estudantes podem ter dificuldade de decidir o que destacar. Esse é um sinal de falta de compreensão. Nesse caso, busque mais referências e esclareça dúvidas com outra pessoa. Lembre-se: não é possível resumir um texto sem compreendê-lo.



LALO DE ALMEIDA/FOLHAPRESS

Redação de um jornal de tiragem nacional em São Paulo, capital. Fotografia de 2018. Resumir significa ser capaz de selecionar as informações mais importantes de um assunto. Essa habilidade pode ser muito útil como estratégia de estudo na escola, mas também fora dela. Os jornalistas, por exemplo, precisam buscar formas sucintas de apresentar informações ao público.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Agora analise um exemplo. Nele vamos ler e resumir um texto que apresenta uma definição sobre fontes históricas, tema discutido no capítulo 1.

Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos

"Fonte histórica" é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural.

Este imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais complexos – constitui o universo de possibilidades de onde os historiadores irão constituir as suas fontes históricas [...].

No sentido que indicamos no parágrafo anterior, são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, **registros cartoriais**, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, Aracaju, v. 11, n. 2, p. 5, 2020.

Registros cartoriais: são documentos lavrados em cartório como registros de nascimento, casamento, óbito, imóveis, entre outros.

Observe como o resumo poderia ficar.

Fontes históricas são documentos textuais e outros tipos de registros ou materiais que foram produzidos pelos seres humanos, que possibilitam ao historiador compreender o passado e a maneira como esse passado interfere no tempo presente.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ ARQUIVO DA EDITORA

Responda no caderno.

Agora é a sua vez!

Escolha um dos assuntos estudados no capítulo 1 e elabore um resumo dele. Utilize os procedimentos a seguir.

1. **Leia o título e tente antecipar o conteúdo do texto.**
2. **Observe as imagens e leia suas legendas. Esse procedimento facilitará a compreensão do texto.**
3. **Inicie a leitura do texto, anotando as ideias principais de cada parágrafo.**
4. **Escreva seu texto apresentando a ideia principal do conteúdo estudado. Lembre-se: o texto deve ser autoral.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 2

Das origens da humanidade às primeiras civilizações

De onde viemos? Quando e como nos tornamos humanos? Por muitos séculos recorreu-se a explicações míticas ou religiosas para dar uma resposta a essas questões fundamentais que sempre atiçaram a curiosidade e estimularam o pensamento das pessoas em todas as épocas e culturas. Independentemente das narrativas míticas sobre o tema, o estudo de diversos indícios mostrou o parentesco próximo do ser humano com outras espécies de primatas, muitas delas já extintas, confirmando a teoria da evolução formulada no século XIX pelo naturalista britânico Charles Darwin.

A evolução humana é um processo que transcorre durante milhões de anos, remonta à história de nossos ancestrais e permanece até nossos dias. Desde o seu surgimento, os seres humanos colonizaram quase todos os continentes, criaram sistemas filosóficos, obras de arte, enormes construções, instituições poderosas, além de ciência e tecnologias cada vez mais sofisticadas. No entanto, a presença humana no planeta também é uma ameaça, uma vez que muitas atividades econômicas destroem o hábitat dos seres vivos, poluem o meio ambiente e alteram as condições climáticas do planeta.

Neste capítulo, conheceremos as abordagens científicas que permitiram reconstruir, com base em registros fósseis, a evolução da espécie humana e a história de alguns de nossos ancestrais. Estudaremos também a mudança da relação do ser humano com o ambiente em virtude da invenção da agricultura, as mudanças sociais ocasionadas pelo início da urbanização e as primeiras civilizações que se formaram em torno de grandes rios.

Todas essas transformações testemunham a capacidade humana de cooperar com seus semelhantes, transmitir conhecimento, inventar coisas novas e se adaptar aos mais diversos ambientes e nos convidam a refletir sobre formas de superar os problemas ambientais e sociais presentes no mundo contemporâneo.



LAFFORGUE/ART IN ALL OF US/CORBIS/GETTY IMAGES

Gravura rupestre provavelmente datada de 8000 a.C.-1500 a.C. Parque Nacional Tassili N'Ajjer, Argélia. Fotografia de 2022. A gravura representa o último período em que o Saara esteve úmido, e quando grandes mamíferos por lá viviam, entre 11700 e 5500 anos atrás.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

De onde viemos?

A questão da origem da humanidade sempre foi um tema fascinante. Por muito tempo, recorreu-se a **mitos** para explicá-la, e cada cultura apresenta uma visão diferente sobre a questão.

Segundo o povo Shilluk (do norte da África), por exemplo, o ser humano foi criado pelo deus Juok com as diferentes tonalidades da argila do Rio Nilo, o que explicaria a variedade de cores de pele dos seres humanos. Segundo o hinduísmo, o primeiro homem foi Manu, nascido da união do deus Brahma com a deusa Satrupa. Para os Djeoromitxí, indígenas que vivem atualmente no sul do estado de Rondônia, no princípio só existiam dois irmãos, Kawewé e Karupshi, e seu avô morcego, Beretxé, que devorava os humanos que viviam embaixo da terra. Compadecidos, os dois irmãos libertaram os humanos de dentro da terra, o que deu origem à humanidade.

Já os textos sagrados das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo) explicam a origem humana por meio de uma corrente de pensamento ainda hoje compartilhada por muitas pessoas, chamada **criacionismo**. De acordo com essa tradição, depois de ter formado a Terra e todos os seres vivos, Deus teria criado Adão e Eva, dos quais toda a humanidade descenderia.

Assim, diferentes culturas e tradições religiosas, ao longo do tempo, representaram a origem da humanidade por meio de mitos. Essas culturas e tradições, algumas das quais existem até hoje, devem ser respeitadas. Porém é importante entender que elas foram concebidas antes de existirem teorias científicas confiáveis, fundamentadas em observações e acumulação de evidências.

A partir do século XVII, contudo, com o progressivo desenvolvimento do **método científico**, os estudiosos passaram a utilizar outros critérios para conhecer o funcionamento do mundo natural. A observação, a coleta criteriosa de dados, a formulação e a testagem de hipóteses e o papel central da evidência empírica caracterizam a atividade científica. É por meio dela que se chega a generalizações sobre leis, forças e causas dos fenômenos naturais, o que inclui a origem dos seres humanos.



Prometeu e Atena criam o primeiro homem, escultura de cerca de 185 d.C. Em uma das versões sobre a origem da humanidade da mitologia da Grécia antiga, conta-se que o titã Prometeu moldou os humanos com argila, e Atena, deusa da sabedoria, instilou-lhes vida por meio de seu sopro.

ALBUM/FOTOARENA – MUSEU DO PRADO, MADRI

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Evolução e origem da humanidade

No século XIX, os **geólogos** – estudiosos da origem, evolução e composição da Terra – concluíram, com base na observação de fósseis, de vestígios de animais e plantas, preservados nas camadas rochosas, que a formação do planeta Terra derivava de um lento processo de centenas de milhões de anos. Tratava-se de uma estimativa muito superior às que existiam até então e que haviam sido realizadas com base na interpretação literal de textos religiosos, segundo os quais o planeta teria algo em torno de 6 mil anos. Atualmente calcula-se que o planeta tem cerca de 4,5 bilhões de anos.

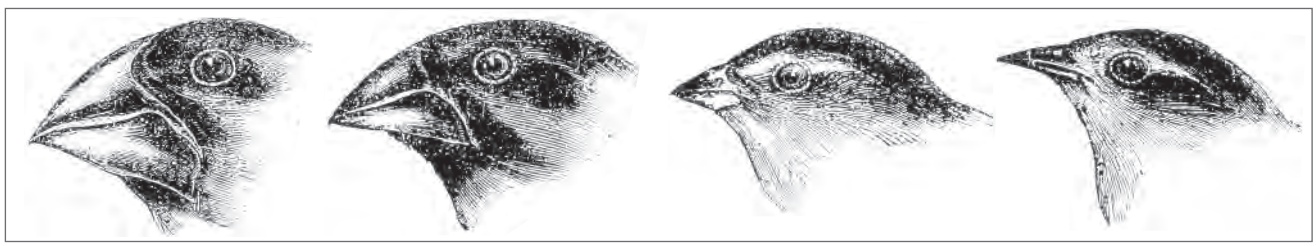
A ideia de que a Terra se transformou ao longo do tempo repercutiu nos estudos sobre os seres vivos. Ainda no século XIX, diversos estudiosos debruçaram-se sobre o tema e passaram a aceitar que as diferentes espécies não eram fixas, ou seja, mudaram ao longo do tempo e, portanto, não resultavam de um único ato criador que as teria produzido de maneira acabada. Entre esses estudiosos estava o naturalista Charles Darwin.

Entre 1831 e 1836, Darwin participou de uma expedição científica por alguns países do hemisfério sul a bordo do navio HMS Beagle. Nessa viagem, Darwin pôde observar que as espécies modificavam suas características biológicas em resposta às mudanças no ambiente. Nas ilhas Galápagos, por exemplo, ele observou que diversas espécies de tentilhões modificavam a forma de seus bicos em resposta ao tipo de alimento que tinham disponível nas ilhas em que viviam. Com base em observações e em outros estudos, Darwin elaboraria sua **teoria da evolução das espécies** pela **seleção natural**.

> [Darwin] parte do fato de que os indivíduos são diferentes uns dos outros. Eles se veem confrontados aos fatores do ambiente com suas diferenças – capacidade de resistir a alguns parasitas [...]; tamanho do corpo [...] aptidão em colaborar; preferências por alguns alimentos [...] – e, se algumas características são vantajosas, elas sobrevivem e são transmitidas a seus descendentes, se outras são desvantajosas e desaparecem antes da idade de reprodução, então não são transmitidas.
>
> PICQ, Pascal. **Darwin e a evolução explicada aos nossos netos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 71.

Darwin também formulou a hipótese de que todos os seres vivos que existem, existiram e existirão na Terra descendem de um **ancestral comum**. Essa teoria foi revolucionária por presumir, pela primeira vez, a unidade da vida sobre a Terra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



DR JEREMY BURGESS/SCIENCE PHOTO LIBRARY/FOTOARENA – COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura de 1845 que representa a variação dos bicos de tentilhões do Arquipélago de Galápagos conforme o tipo de alimento disponível. Este é um bom exemplo da interação com o meio ambiente e da seleção natural de características mais vantajosas ao contexto local.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Analise as imagens. Qual seria a característica vantajosa transmitida pelos tentilhões a seus descendentes?
2. Esse mecanismo contraria a noção de que as espécies são "fixas"? Por quê?
3. Quais foram os impactos da teoria darwinista no século XIX?

O impacto da teoria darwinista

A teoria da seleção natural foi elaborada por Darwin e, em paralelo com ele, pelo galês Alfred Russel Wallace, que desde 1845 vinha trabalhando em uma teoria similar. Ambos se correspondiam. Em 1858, um artigo com as contribuições dos dois naturalistas foi lido na Sociedade Linneana de Londres.

Darwin publicou *A origem das espécies por meio da seleção natural* em 1859 e, em 1871, no livro *A descendência do homem e a seleção sexual*, tratou da origem da espécie humana como produto da seleção natural, argumentando que havia um ancestral comum entre os humanos e os grandes símios.

Uma consequência dessa tese é que, o ser humano não era um ser especial, supostamente criado à imagem de Deus, mas apenas uma espécie entre outras no fluxo evolutivo da vida. Autoridades religiosas da Igreja Anglicana se mobilizaram para tentar desmentir a teoria de Darwin. Espalhou-se uma versão caricatural e falsa da teoria da evolução, segundo a qual o homem descenderia do macaco, o que parecia rebaixar o caráter nobre e o papel especial que tradicionalmente se atribuía ao ser humano. Sobre essa questão, Darwin afirmava:

> O homem pode ser desculpado por sentir algum orgulho por ter ascendido, embora não através de seus próprios esforços, até o topo da escala orgânica [...]. Devemos reconhecer, no entanto, que o homem com todas as suas nobres qualidades, a simpatia que sente pelos menos afortunados, a benevolência que se estende não apenas a outros homens, mas à mais humilde criatura viva, com seu intelecto divino que penetrou os movimentos e a constituição do sistema solar – com todos esses poderes exaltados – o homem ainda carrega em sua estrutura corporal a marca indelével de sua origem humilde.

DARWIN, Charles. **The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex**. Londres: Penguin Books, 2004. p. 387. (Tradução nossa).

A oposição à teoria de Darwin diminuiu com o tempo, seja na comunidade científica como entre o público em geral. Suas descobertas provocaram uma verdadeira mudança de paradigma na biologia e tiveram enorme impacto na sociedade e na ciência. Entre suas consequências está a ideia de que, se o ser humano é uma espécie entre outras, ele compartilha a Terra e seus recursos, dos quais ele próprio depende, com todas essas outras espécies.

Dica

Darwin e a evolução explicada aos nossos netos

Pascal Picq. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Neste livro, o paleoantropólogo Pascal Picq explica, por meio de diálogos estabelecidos com um estudante, os principais argumentos que estruturam a ideia de seleção natural e evolução das espécies.



ANDRÉ GILL – BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

Charge de André Gill, publicada no jornal satírico francês *La Lune Rousse*, 1878. A charge satiriza Charles Darwin e o médico Émile Littré, disseminando a ideia errônea de que Darwin teria afirmado que a humanidade descenderia do macaco. Como essa, muitas outras charges daquele período distorciam a teoria de Charles Darwin.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O estudo dos antigos vestígios humanos

Ao longo do século XX, foram descobertos diversos vestígios que vêm comprovando a teoria darwinista. Entre eles estão os fósseis, que são estudados por um ramo da biologia denominado de **paleontologia** (estudo da vida e dos organismos do passado geológico da Terra).

Com o auxílio de técnicas mais precisas de datação, como a que mede a quantidade de **carbono-14**, um elemento radioativo presente em todos os seres vivos e que apresenta uma diminuição constante após a morte de um organismo, foi possível fornecer a idade aproximada de plantas e animais de até 70 mil anos. Além disso, as análises do **ácido desoxirribonucleico** (DNA) permitiram entender melhor o compartilhamento genético entre as espécies e como o ser humano evoluiu ao longo do tempo para se tornar o que é hoje.

Arqueologia e paleoantropologia

Além da paleontologia e da genética, diversos outros campos de conhecimento são importantes para estudar os primeiros seres humanos. A **arqueologia**, por exemplo, é a ciência que estuda a cultura material (habitações, registros rupestres, pontas de lança, armas e utensílios feitos de ossos, pedras ou metal, restos de fogueira etc.) deixados por sociedades passadas.

Apesar de a arqueologia ser uma disciplina útil para reconstruir qualquer época da história, em geral o campo mais importante de atuação dos arqueólogos é o estudo das sociedades que não possuíam sistema de escrita. Os locais onde são realizadas as escavações chamam-se *sítios arqueológicos*. Escavando cuidadosamente os sítios, os arqueólogos recuperam vestígios materiais e os analisam, levantando hipóteses sobre como vivia determinado grupo humano.

Já a **paleoantropologia** é um campo de estudos interdisciplinares que combina conhecimentos da paleontologia e da antropologia (estudo dos aspectos biológicos, comportamentais e culturais dos seres humanos). Assim, procura-se reconstruir o processo de evolução dos seres humanos modernos com base em nossos ancestrais. Essa ciência trabalha com evidências biológicas (como partes de esqueletos petrificados, fragmentos de osso, crânios e pegadas) e culturais (como ferramentas de pedra e assentamentos) para entender como a espécie humana se formou ao longo do tempo.



OZKAN BILGIN/ANADOLU AGENCY/AFP

Cientistas escavam fósseis e artefatos em Van, na Turquia. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

Entre o código genético do chimpanzé e o do ser humano existe uma diferença de apenas um por cento. Por isso, os biólogos agruparam humanos modernos e chimpanzés (além de outros animais como bonobos, orangotangos e gorilas) em uma mesma família taxonômica, denominada *Hominidae*, da qual deriva o termo *hominídeo*.

Já o termo *hominínio* corresponde a uma quantidade menor de primatas. Ele engloba os humanos atuais e outras espécies que fazem parte de um ramo evolutivo que se separou daquele dos chimpanzés por volta de 7 milhões de anos atrás.

Os primeiros humanos

Os primeiros ancestrais humanos eram semelhantes aos grandes primatas atuais, apresentavam baixa estatura, caixa craniana pequena e já eram capazes de caminhar sobre os dois pés (bipedalismo) ao menos parte do tempo. Os fósseis mais antigos foram encontrados no continente africano. Descobertas realizadas em um sítio arqueológico no Quênia fortaleceram a hipótese de que os *Australopithecus* podem ter confeccionado ferramentas há cerca de 3,3 milhões de anos.

Ao caminhar eretos, os hominínios puderam deixar as mãos livres para manipular objetos e produzir artefatos. Com o tempo, surgiram versões aperfeiçoadas desses utensílios, como lâminas de pedra, capazes de fazer cortes paralelos, que podiam ser utilizadas também como raspadores, cinzéis e brocas para trabalhar chifres, ossos e couro.

Na periodização tradicional da história, essas primeiras evidências da fabricação de ferramentas inauguram o chamado **Período Paleolítico** ("pedra antiga"). Foi no decorrer desse período de milhões de anos que se desenvolveram as principais características que, posteriormente, estariam associadas a nossa espécie, a do *Homo sapiens*.



NATURE/MPK-WTAP/PICTURE-ALLIANCE/DPA/IMAGEPLUS

Pedra lascada encontrada no sítio arqueológico Lomekwi 3, no Quênia, datada de cerca de 3,3 milhões de anos atrás.

O gênero *Homo*

A partir de 1,8 milhão de anos atrás, pesquisadores encontraram ferramentas de pedra associadas ao *Homo habilis* ("homem habilidoso"), o primeiro membro do gênero *Homo* a aparecer no registro fóssil. Escavações mostraram que os integrantes dessa espécie tinham cérebro maior que seus ancestrais e usavam ferramentas para extrair a carne de carcaças de animais que haviam sido abandonadas por grandes predadores, como leões e tigres.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU DAS ANTIGUIDADES NACIONAIS, ST. GERMAIN-EN-LAYE

Instrumento bifacial de sílex datado de 1,5 milhão de anos a 500 mil a.C. Acredita-se que essa ferramenta foi utilizada para cortar árvores, carcaças de animais ou para retirar peles.

Os fósseis mais antigos do *Homo erectus* indicam que a espécie deve ter surgido há aproximadamente 1 milhão e 800 mil anos e foi uma das mais bem-sucedidas do gênero *Homo* em termos evolutivos: os exemplares de fósseis mais recentes dessa espécie têm cerca de 110 mil anos. Indivíduos dessa espécie usavam instrumentos de pedra, criaram ferramentas bifaciais, com dois gumes, e eram capazes de usar seus instrumentos e se organizar para realizar grandes caçadas.

O *Homo erectus* foi o primeiro hominínio a deixar a África e a se espalhar pela Ásia e pela Europa, o que deve ter ocorrido devido à busca por alimento, água e abrigo em diferentes locais. Os primeiros indícios de manipulação do fogo também são atribuídos a essa espécie, conquista que teria ocorrido por volta de 500 mil anos atrás.



NYC/ALAMY/FOTOARENA – COLEÇÃO PARTICULAR

Arpão e furador feito de osso, datado de 90 mil a.C.-80 mil a.C. Foi encontrado em sítio arqueológico de Katanda, na República Democrática do Congo. As ferramentas foram sendo aperfeiçoadas com o tempo. Alguns artefatos que chegaram até nós, como este arpão e furador, surpreendem pelo refinamento da técnica com que foram elaborados.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

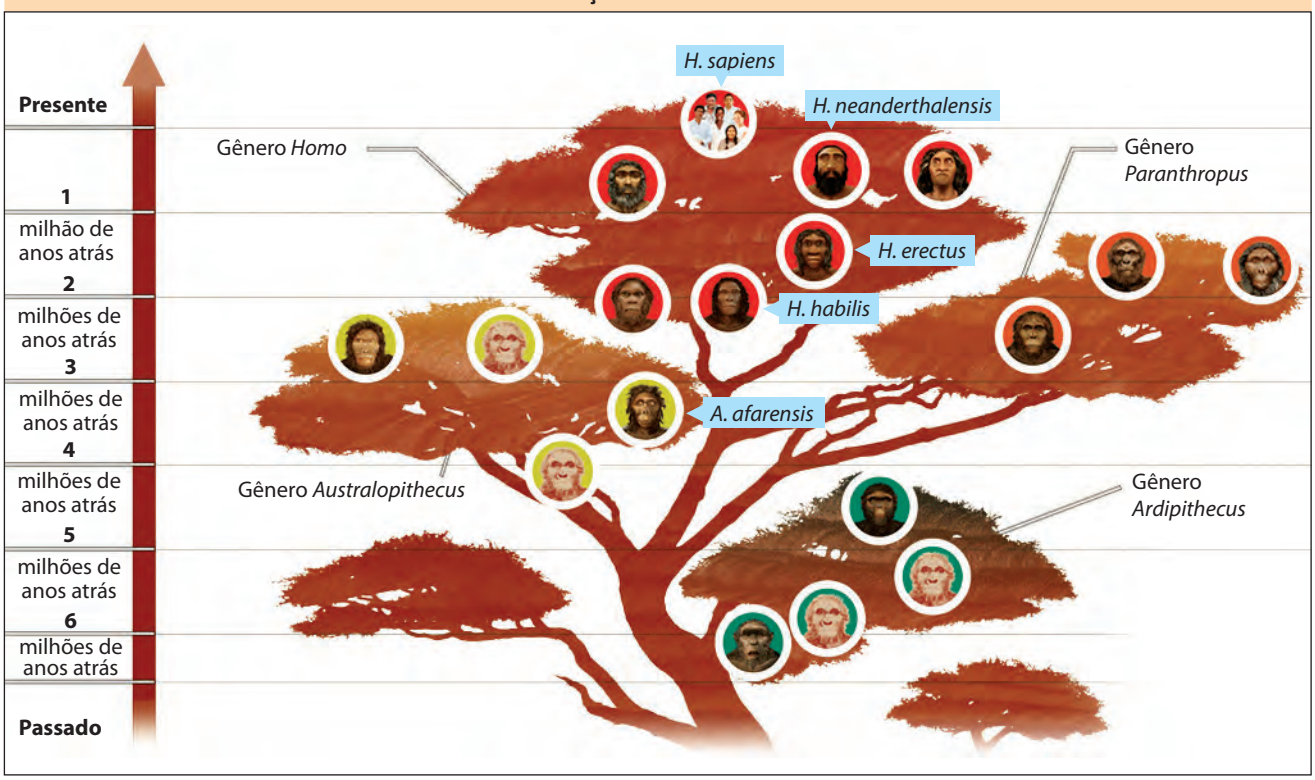
Outras espécies do gênero *Homo*

O *Homo heidelbergensis* viveu entre cerca de 600 mil e 250 mil anos atrás no vale do Rifte, no leste africano, e se espalhou por uma vasta área que ia do sul da África ao norte da Europa. De estatura alta, corpo forte e musculoso e cérebros grandes, o *Homo heidelbergensis* era capaz de caçar grandes animais e de fabricar ferramentas complexas. Dele descendem duas outras espécies de hominínios: o *Homo neanderthalensis* e o *Homo sapiens*. O *Homo neanderthalensis* viveu entre 200 mil e 40 mil anos atrás. Os fósseis dessa espécie foram encontrados em diversos sítios na Europa e na Ásia Central. Os neandertais eram dotados de cérebros mais bem desenvolvidos que o de outros hominínios, o que lhes permitia fabricar instrumentos de pedra, como machados, facas, dardos e arpões. Construíam abrigos provisórios, usavam o fogo, preparavam armadilhas e esfolavam animais. Há indícios de que os neandertais foram os primeiros hominínios a enterrar seus mortos.

O *Homo sapiens* surgiu ao mesmo tempo que o *Homo neanderthalensis*, há cerca de 200 mil anos na África Oriental, e, a partir de 100 mil anos atrás, se espalhou em direção à Ásia e à Europa. O *Homo sapiens* foi responsável pela diversificação e pela especialização dos instrumentos: fabricava anzóis e arpões para pesca, lanças, machados e pontas de projéteis para caça, e furadores, raspadores, agulhas e facas para extrair couros e peles. Membros da espécie construíam acampamentos temporários, com cabanas e tendas feitas de galhos, peles e ossos de animais, e usavam vestes feitas de couro.

O *Homo sapiens* é a única espécie restante do gênero *Homo*. Quando alguns grupos de *Homo sapiens* chegaram à Europa, por volta de 50 mil anos atrás, populações de neandertais já habitavam o continente havia dezenas de milhares de anos. Estima-se que essas espécies conviveram por cerca de 6 mil anos. Acredita-se que o poder de raciocínio e a capacidade linguística mais sofisticados teriam dado ao *Homo sapiens* uma vantagem na competição por recursos em relação aos neandertais.

A evolução do ser humano



Fonte: SMITHSONIAN. **National Museum of Natural History**. Disponível em: https://humanorigins.si.edu/evidence/human-family-tree. Acesso em: 10 abr. 2024.

PROGRAMA ORIGENS HUMANAS/INSTITUTO SMITHSONIAN – MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA NATURAL, NOVA YORK

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Domesticação do fogo e desenvolvimento da linguagem

Aprender a utilizar o fogo foi uma mudança decisiva que alterou profundamente os modos de vida de nossos ancestrais. Ainda não há consenso sobre o período em que o fogo foi usado e, posteriormente, manipulado, conservado e, por fim, produzido. Restos de fogueiras e outros achados arqueológicos indicam que seu uso teria ocorrido entre 2 milhões e 1,7 milhão de anos atrás.

É provável que, inicialmente, o fogo fosse obtido de árvores em chamas após terem sido atingidas por relâmpagos. Somente mais tarde, há cerca de 350 mil anos, teria sido possível produzir o fogo intencionalmente e empregá-lo com regularidade. O controle do fogo propiciou aos seres humanos sobreviver com mais conforto em regiões frias, cozinhar alimentos e proteger-se de predadores.

Além disso, permitiu aos humanos ter um período de vigília mais longo do que o de outros animais, criando uma sociabilidade complexa em torno da fogueira, fato que muitos estudiosos afirmam ter sido fundamental para o desenvolvimento da linguagem.

A sobrevivência do grupo impunha a necessidade de planejamento e cooperação (por exemplo, a caçada de um animal grande como um mamute exigia a colaboração de diversos indivíduos, o que só poderia ser feito por meio da linguagem. A habilidade de comunicar-se também permitiu desenvolver diversas capacidades cognitivas que caracterizam nossa espécie: raciocínio abstrato, pensamento simbólico, transmissão cultural, capacidade de se lembrar do passado e de planejar o futuro.

Uma evidência do desenvolvimento dessas capacidades são os registros rupestres, produzidos a partir de 80 mil anos atrás em diversos sítios arqueológicos espalhados por todo o mundo, em paredões ao ar livre ou no interior de cavernas. É provável que nossos antepassados se expressassem também de outras formas – por meio da música, da dança, de rituais e da narração de histórias –, mas, devido à sua imaterialidade, essas expressões culturais não foram preservadas.

Podemos supor, entretanto, que os registros rupestres tinham função estética, além de promover coesão social em torno de mitos, ritos e histórias ancestrais, e ajudavam a criar uma visão de mundo compartilhada pelo grupo.

Classificação indicativa do documentário *A caverna dos sonhos esquecidos*: livre.

Dica

A caverna dos sonhos esquecidos

Direção: Werner Herzog. Estados Unidos, 2010. 90 minutos.

Este documentário aborda uma descoberta arqueológica fascinante: a caverna de Chauvet, no sul da França, onde foram encontradas mais de 400 registros rupestres que estão entre os mais antigos do mundo. O documentário também é uma reflexão sobre o desejo humano de se comunicar e representar o mundo à sua volta, sobre o lugar do ser humano na história da vida e sobre o que significa ser humano.



HEMIS/ALAMY/FOTOARENA

Réplica de registros rupestres de cerca de 32 mil anos atrás. Caverna de Chauvet, França. Fotografia de 2020. Embora não se saiba exatamente o que os registros rupestres significavam para seus autores, eles constituem alguns dos testemunhos mais importantes sobre a evolução cognitiva da humanidade.

As informações a respeito do uso do fogo foram observadas em GOWLETT, John. The discovery of fire by humans: a long and convoluted process. **Philosophical Transactions B**, Liverpool, v. 371, p. 1-12, 2016.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O tempo da evolução humana

Em seu processo de evolução, cada espécie seleciona características que lhe permitem lidar com as pressões evolutivas de seu ambiente e se adaptar a seu nicho ecológico. Algumas das características que distinguem a espécie humana são: seu cérebro grande, sua habilidade para usar a linguagem para comunicar conceitos abstratos e transmitir conhecimento, a capacidade de construir artefatos e sua rede social complexa que torna possível a cooperação entre muitos indivíduos. Em seu conjunto, essas características criaram uma espécie única, capaz de construir artefatos extremamente complexos em um período relativamente curto. O texto a seguir intersecciona as áreas da biologia, da linguística e da antropologia e aborda esse tema sob uma perspectiva interdisciplinar.

Os 6 milhões de anos que separam os seres humanos de outros grandes macacos é um tempo muito curto do ponto de vista da evolução, sendo que os humanos e os chimpanzés têm em comum algo em torno de 99% de seu material genético – o mesmo grau de parentesco de outros gêneros irmãos como leões e tigres, cavalos e zebras, e ratazanas e camundongos. Nosso problema é, portanto, um problema de tempo.

O fato é que simplesmente não houve tempo suficiente para que os processos normais de evolução biológica que envolvem variação genética e seleção natural criassem, uma por uma, todas as habilidades cognitivas necessárias para que os humanos modernos inventassem e conservassem complexas aptidões e tecnologias no uso de ferramentas, complexas formas de comunicação e representação simbólica, e complexas organizações e instituições sociais. [...]

Há uma única solução possível para esse enigma. Ou seja, há um único mecanismo biológico conhecido que poderia ocasionar esse tipo de mudanças no comportamento e na cognição em tão pouco tempo – quer pensemos esse tempo em termos de 6 milhões, 2 milhões, ou um quarto de milhão de anos. Esse mecanismo biológico é a transmissão social ou cultural, que funciona em escalas de tempo de magnitudes bem mais rápidas do que as da evolução orgânica. [...]



TALES AZZI/PULSAR IMAGENS

Artesã realiza o açoite, que é uma técnica que aplica tinta de origem vegetal, extraída de plantas de mangue, no processo de finalização de panelas de barro, na Associação Paneleiras de Goiabeiras em Vitória, Espírito Santo. Fotografia de 2023. O compartilhamento de tradições e informações contribui para a sobrevivência de uma determinada cultura no tempo e no espaço. Além disso, também pode comportar a introdução de práticas inovadoras que beneficiem o grupo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS



Professor e estudantes indígenas da etnia Guarani Mbya na escola da aldeia Tekoa Takuari em Eldorado, estado de São Paulo. Fotografia de 2024. A escola é uma importante instituição destinada à transmissão sociocultural de geração a geração. Ela convive com outras instituições de mesma finalidade em diferentes sociedades espalhadas pelo mundo.

Existem evidências irrefutáveis de que os seres humanos têm de fato modos de transmissão cultural únicos da espécie. Um fato ainda mais importante é que as tradições e os artefatos culturais dos seres humanos acumulam modificações ao longo do tempo de uma maneira que não ocorre nas outras espécies animais – é a chamada evolução cultural cumulativa. Basicamente, nenhum dos mais complexos artefatos ou práticas sociais humanas – incluindo fabricação de ferramentas, comunicação simbólica e instituições sociais – foi inventado num único momento, ao mesmo tempo e de uma vez por todas por algum indivíduo ou grupo de indivíduos.

Pelo contrário, o que aconteceu foi que algum indivíduo ou grupo de indivíduos primeiro inventou uma versão primitiva do artefato ou prática, e depois um usuário ou usuários posteriores fizeram uma modificação, um "aperfeiçoamento", que outros então talvez tenham adotado sem nenhuma alteração por muitas gerações, até que algum outro indivíduo ou grupo de indivíduos fez outra modificação, que então foi aprendida e usada por outros, e assim por diante ao longo do tempo histórico [...].

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2019. p. 2-6.

Atividades

Responda no caderno.

1. Segundo o texto, qual é a importância da transmissão cultural como mecanismo biológico?
2. De acordo com o texto, o conceito de evolução é aplicável exclusivamente à biologia? Explique.
3. As imagens desta seção reforçam a ideia de evolução cumulativa? Por quê?
4. Reúna-se com um colega, e reflitam sobre a seguinte afirmativa, identificando se ela é válida: "As ferramentas que usamos no mundo contemporâneo não foram inventadas em um único ato de criação; elas vêm sendo aperfeiçoadas com o tempo". Ofereçam o exemplo de um objeto que você usa em seu cotidiano para justificar a resposta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jacques. **Atlas histórico**: da Pré-história aos nossos dias. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990. p. 25.

O Período Neolítico

Entre 14 mil e 10 mil anos atrás chegou ao fim a última era glacial, um período de aproximadamente 100 mil anos em que cerca de um terço da superfície terrestre estava coberta por uma camada de gelo. O evento provocou profundas mudanças ambientais, como o aumento da cobertura vegetal e de sua diversidade; o secamento de rios e lagos; a desertificação de certas regiões do planeta (por exemplo, na África, onde se formou o deserto do Saara); o desaparecimento de grandes mamíferos; e o aumento das manadas de mamíferos de pequeno e médio porte.

O fim da era glacial coincidiu, na periodização tradicional da Pré-história, com o término do Paleolítico e o início do **Neolítico**. Esse período é caracterizado pela introdução de mudanças técnicas importantes, entre elas a fabricação de utensílios de pedra polida, e outras transformações sociais, culturais e econômicas tão decisivas para os seres humanos que alguns estudiosos falam em **Revolução Neolítica**.

Atualmente, o conceito de revolução tem sido criticado, já que as evidências arqueológicas mostraram que as mudanças foram graduais e progressivas, e não foram simultâneas no mundo todo. De qualquer forma, considera-se que as transformações ocorridas entre 11 mil e 9 mil anos atrás, na região do **Crescente Fértil**, estão entre as mais importantes para a humanidade.

A Revolução Agrícola

Acredita-se que no território que corresponde hoje à Turquia e na região do Crescente Fértil houve as primeiras tentativas de domesticação de plantas – provavelmente baseadas na observação de plantas selvagens – e da prática do cultivo. Era o início do longo processo de desenvolvimento da agricultura, que ficou conhecido como **Revolução Agrícola**.

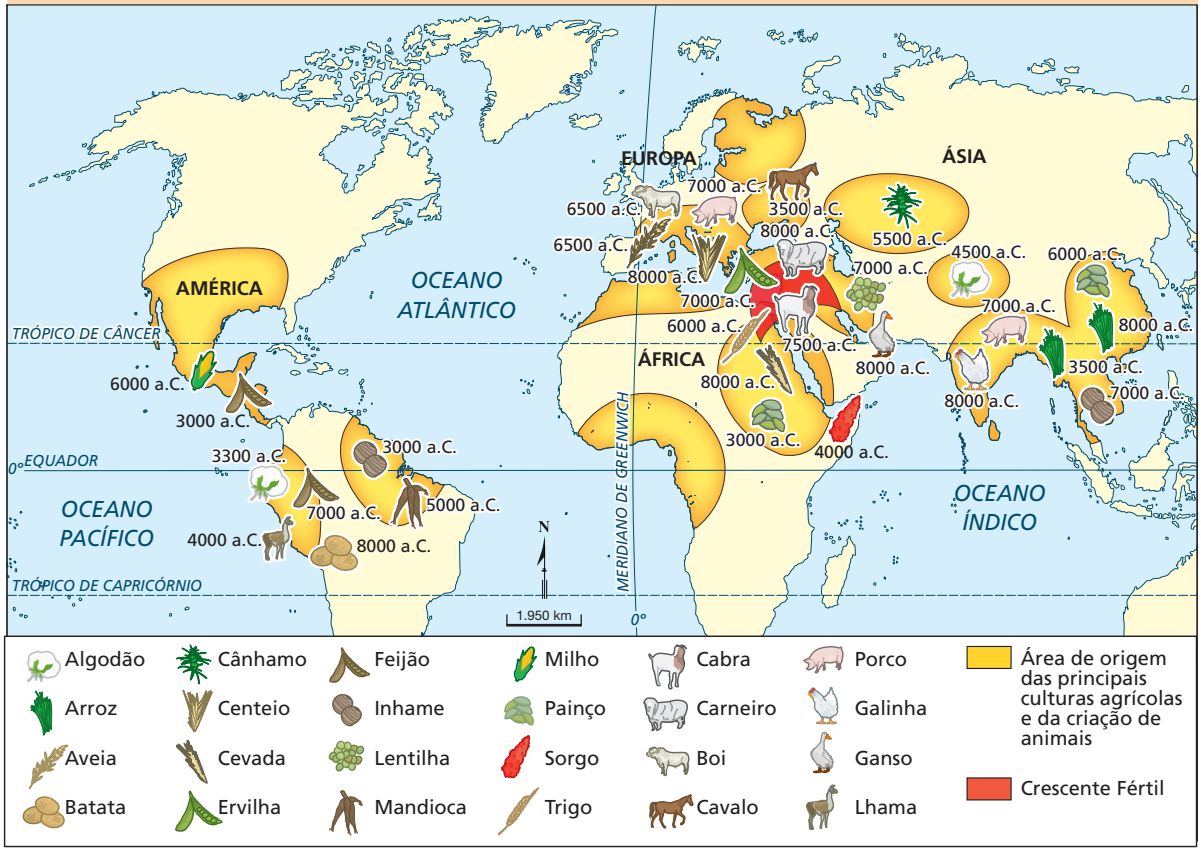
Paralelamente ocorreu a domesticação de animais. É possível que, em razão das consequências do fim da era glacial, que provocou a restrição da disponibilidade de áreas com água potável, os grupos humanos e as manadas de animais tenham se concentrado à beira de lagos e rios. Isso teria favorecido o controle desses animais pelos humanos e, por fim, sua domesticação.

Vestígios arqueológicos indicam que, durante o Neolítico, diversas plantas e animais foram domesticados em vários lugares do mundo, como o trigo e a cevada, no Egito, e o carneiro, na Mesopotâmia, por volta de 8 mil a.C. Há evidências, no entanto, de que o cachorro já fosse companheiro dos humanos desde o Período Paleolítico.

A difusão da cerâmica, outra importante mudança do Neolítico, ocorreu por volta de 5500 a.C., impulsionada pela necessidade de armazenar e transportar líquidos, grãos e sementes e também pela possibilidade de cozinhar os alimentos que compunham a base da alimentação humana naquele período. Para cozinhar tubérculos, cereais e carnes, era necessário um recipiente que suportasse altas temperaturas, e a cerâmica era ideal para isso.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mundo: agricultura e criação de animais – 8000 a.C.-3000 a.C.



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: PARKER, G. (ed.). **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Times: Folha de S.Paulo, 1995. p. 38-39.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Quais plantas e animais domesticados se destacam na região do Crescente Fértil e da atual Turquia?**
2. **Cite exemplos que comprovam que a domesticação ocorreu em ritmos e lugares variados.**
3. **Pode-se admitir que as áreas não assinaladas com a cor amarela ou vermelha no mapa eram despovoadas? Explique.**

Os primeiros assentamentos humanos e o uso de metais

Em ritmos diferentes, o desenvolvimento da agricultura transformou grupos pequenos e nômades em sociedades maiores e sedentárias, estabelecidas em aldeias e vilas. Com o domínio de técnicas agrícolas, como a invenção do arado e da roda ou a construção de canais de irrigação, foi possível aproveitar melhor as áreas cultivadas e produzir um **excedente agrícola**. Com esse excedente, a oferta de alimentos foi ampliada e contribuiu para a expansão demográfica das comunidades.

Paralelamente, a criação de animais possibilitou a obtenção de produtos como peles, chifres e ossos, que podiam ser transformados em subprodutos, como utensílios (agulhas e botões de ossos) e vestimentas (sapatos e roupas de couro). O trabalho com esses materiais exigiu determinadas habilidades e levou à **especialização do trabalho**. Aos poucos, desenvolveu-se um sistema em que o artesão trocava seus produtos por alimentos que ele não produzia. Iniciava-se, assim, o **comércio**.

Associado à especialização do trabalho, o uso de metais na fabricação de armas e utensílios, por volta de 5500 a.C., aproximou o fim da chamada "Idade da Pedra" ao início da **Idade dos Metais**. O primeiro metal a ser trabalhado foi o cobre, utilizado na fabricação de enfeites e estatuetas. Depois, por volta de 3000 a.C., o bronze, uma liga obtida da mistura de cobre e estanho, começou a ser empregado para produzir ferramentas, armas e estátuas. O uso do ferro só se difundiu por volta de 1500 a.C.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A formação do Estado

O crescimento dos assentamentos exigiu que fossem feitas obras para ampliar e manter as plantações, administrar os excedentes, organizar o comércio e garantir a defesa de seus habitantes. Surgiu, assim, a figura de um líder com poder suficiente para controlar, gerir e organizar a vida e as relações sociais nesses assentamentos. Paulatinamente, foi se estruturando o poder político centralizado, ou seja, o **Estado**.

A crescente complexidade dos assentamentos, sua estabilidade e a presença de um poder político levaram à formação das primeiras cidades. Entre 6000 a.C. e 3500 a.C., surgiram cidades em diferentes regiões do mundo: no vale dos rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia; no Rio Nilo, no Egito; no Rio Indo, na Índia; no Rio Jordão, na Palestina; e nos rios Huang-Ho e Yang-Tsé, na China. Fora dos vales fluviais, é preciso citar Çatal Hüyük, na Turquia, uma das mais antigas cidades da história.

A formação das primeiras cidades assinalou, na periodização tradicional, o fim do Período Neolítico. Além disso, marcou o início do que chamamos **civilização**, ou seja, de uma relação consciente e estável entre grupos humanos e cidades que compartilhavam a mesma matriz cultural e formavam uma rede de relações entre si. O início da formação de cidades, ou seja, da urbanização, é conhecido como **Revolução Urbana**.

Mundo: primeiras cidades – 6000 a.C.-3500 a.C



Fonte: **A aurora da humanidade**. Rio de Janeiro: Time-Life/Abril Livros, 1993. p. 22-23. (Coleção História em revista).

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

O surgimento da agricultura, da escrita e das cidades assinalou o início do que chamamos de civilização. Embora muito utilizada até hoje, essa conceituação transmite uma imagem distorcida das sociedades humanas. O termo civilização surgiu na França no século XVIII e designava os modos de se comportar típicos do mundo urbano e culto. Seu oposto, o selvagem, era aquele que era visto como rude e grosseiro. Essa designação foi utilizada para justificar a colonização de povos que supostamente careceriam de civilização.

No século XIX, o conceito de civilização passou a ser associado também ao ideal de progresso, diferenciando as nações que dominavam a economia mundial, como a França e o Reino Unido.

Apesar de o conceito de civilização estar saturado de preconceitos, ele ainda pode ser útil para descrever sociedades antigas que formaram Estados poderosos e centralizados. Entretanto, é fundamental ressaltar que essas sociedades não devem ser descritas como superiores às demais. Toda sociedade humana é portadora de imensa riqueza cultural na forma de históricas, rituais, linguagem, conhecimentos e visão de mundo.

A importância dos grandes rios

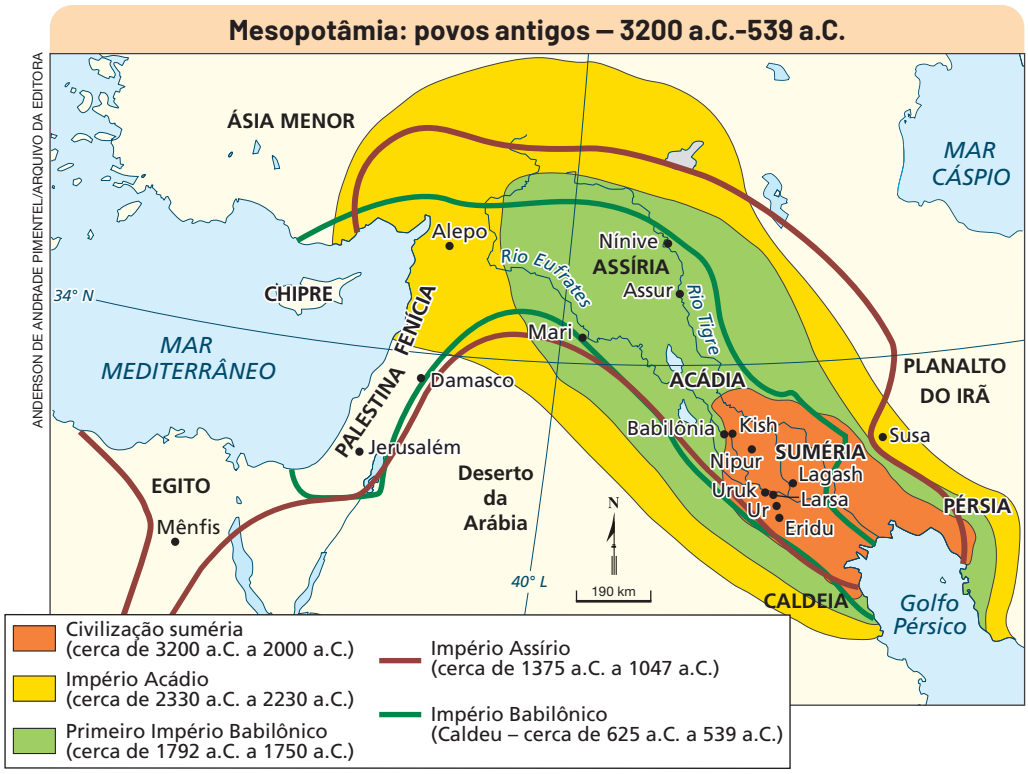
Os grandes rios foram decisivos para o estabelecimento daquelas que foram identificadas como as primeiras civilizações da história. As cheias anuais dos grandes rios depositavam sedimentos ricos em nutrientes em suas planícies aluviais. Este processo natural tornava a terra excepcionalmente fértil e propícia para a agricultura. A fertilidade das terras irrigadas gerava excedentes de produção, o que promoveu o intercâmbio econômico entre diferentes culturas e civilizações. Os grandes rios também serviam como vias naturais de transporte, facilitando o comércio e a troca de mercadorias entre diferentes regiões.

As civilizações mesopotâmica e egípcia floresceram em torno de grandes rios e desenvolveram sistemas sofisticados de controle das águas para sustentar a agricultura em larga escala, o que possibilitou a construção de cidades, a emergência do Estado e a formação de sociedades complexas e multifacetadas.

Mesopotâmia: o início da civilização

Mesopotâmia é uma palavra de origem grega que significa "entre rios" e se refere à região compreendida entre os rios Tigre e Eufrates. Considerando a divisão política atual da região, esses rios nascem no sudeste da Turquia, cortam o nordeste da Síria, atravessam o Iraque e deságuam no Golfo Pérsico. Essa região faz parte do Crescente Fértil, uma área propícia à agricultura, embora cercada por terras áridas. As primeiras sociedades dotadas de escrita e de estrutura social complexa formaram-se nessa região, tradicionalmente conhecida como o **berço da civilização**.

A Mesopotâmia passou por breves períodos de unificação política. Na maior parte do tempo, constituiu-se de uma série de **cidades-Estado**, que eram unidades político-administrativas independentes. Nelas, o rei era visto como um representante dos deuses, mediador entre estes e os humanos. Cabia ao rei reger a cidade-Estado, realizar funções religiosas e comandar o exército. Os povos que habitaram a Mesopotâmia ao longo de séculos foram os sumérios, os acádios, os amoritas (antigos babilônios), os assírios, os elamitas e os caldeus (novos babilônios).



Fontes: KINDER, Hermann; HIGELMANN, Werner; HERGT, Manfred. **Atlas histórico mundial**: de los orígenes a nuestros días. Madri: Akal, 2007. p. 27-31; VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jacques. **Atlas histórico**: da Pré-história aos nossos dias. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990. p. 9; VICENTINO, Cláudio. **Atlas histórico**: geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2011. p. 34.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades econômicas

Na Mesopotâmia, as cheias anuais dos rios Tigre e Eufrates tornaram possível uma agricultura altamente produtiva, centrada no cultivo do trigo e da cevada. Sistemas de irrigação locais foram desenvolvidos desde aproximadamente 4000 a.C.

Os trabalhos agrícolas exigiam organização centralizada, que era realizada pelos templos. Esses eram complexos agrário-artesanais onde conviviam pessoas de diferentes camadas sociais. Eles administravam a produção agrícola, promoviam o comércio e realizavam empréstimos.

Ao lado dos templos, existia o palácio como estrutura política e econômica. As terras ao redor dos templos e dos palácios eram arrendadas aos camponeses, que, em troca de serviços prestados, recebiam rações e cereais. Alguns lotes de terra eram administrados diretamente pelos templos e palácios, que podiam utilizar trabalhadores escravizados.

Os mesopotâmicos fabricavam barcos e confeccionavam objetos de cerâmica, joias e tecidos. Operações comerciais, como o empréstimo a juros, o penhor e a caução, eram comuns entre os comerciantes que intermediavam as transações nos templos e palácios.

A escrita cuneiforme

Os mesopotâmicos desenvolveram uma das primeiras formas de escrita da história, o **sistema cuneiforme**, cujos primeiros registros datam de 3500 a.C. A invenção é atribuída aos sumérios. Os caracteres, que eram gravados com um instrumento pontiagudo em tábuas de argila úmida, tinham a forma de pregos de cabeça larga ou cunhas, o que explica a designação *cuneiforme* (em forma de cunha).

Inicialmente, os caracteres eram figurativos, representando objetos e ideias. Mais tarde, distanciando-se progressivamente do desenho original, tenderam a se tornar mais abstratos. A depender dos agrupamentos em que eram incluídos, podiam representar ideias ou sons.

Apenas uma parcela muito pequena da população sabia ler e escrever. Nesse grupo tão restrito, destacavam-se os **escribas**, em sua maioria funcionários da realeza, especializados na escrita cuneiforme. Preparados desde crianças na eduba, a escola da Mesopotâmia, os escribas eram peças-chave para garantir o funcionamento de todo o sistema político e econômico mesopotâmico, ocupando posição privilegiada na sociedade.

Os escribas registravam transações comerciais feitas nos templos e palácios, redigiam contratos, controlavam o fluxo de entradas e saídas de produtos agrícolas dos templos, faziam a crônica dos reis e das batalhas e também serviam como diplomatas nas relações com outros povos. Alguns deles foram verdadeiros intelectuais e redigiram textos literários, religiosos e científicos em tabuletas de argila, na pedra ou em placas de metal. Outros escreveram inclusive cartas pessoais que chegaram até nós. Muitos desses textos foram descobertos em escavações arqueológicas e encontram-se hoje em museus do Oriente Médio e da Europa.



ASHMOLEAN MUSEUM/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU ASHMOLEAN/UNIVERSIDADE DE OXFORD,OXFORD

Tabuleta de argila com escrita cuneiforme dos sumérios, 3000 a.C., em Jemdet Nasr, atual Iraque. Nela há uma lista de vários produtos e suas quantidades, identificadas com círculos e semicírculos. Os caracteres gravados aparecem de forma figurativa.



LANMAS/ALAMY/FOTOARENA – MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

Tabuleta de argila assíria, datada de 2000 a.C.-1801 a.C. Os caracteres que aparecem passaram por mudanças em relação ao século anterior, tornando-se menos figurativos e mais abstratos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Código de Hamurábi

O Código de Hamurábi é o mais conhecido documento jurídico dos mesopotâmicos. Elaborado por ordem do rei Hamurábi, que governou o Primeiro Império Babilônico entre 1792 a.C. e 1750 a.C., o código contém as leis criadas em seu governo e uma compilação das que já existiam.

Leia, no texto a seguir, algumas das leis contidas no código.

> [...] Se um homem cegou o olho de um homem livre, o seu próprio olho será cego.
>
> Se um homem cegou o olho de um plebeu, ou quebrou-lhe o osso, pagará uma **mina** de prata.
>
> Se cegou o olho de um escravo, ou quebrou-lhe um osso, pagará metade do seu valor.
>
> Se um homem tiver arrancado os dentes a um homem da sua categoria, os seus próprios dentes serão arrancados. [...]
>
> Se um construtor fizer uma casa e esta não for sólida e caindo matar o dono, este construtor será morto.

Código de Hamurábi [c. 1765 a.C.] *In*: **Coletânea de documentos históricos para o 1º grau**: 5ª a 8ª séries. São Paulo: SE/Cenp, 1980. p. 57.

Mina: unidade de peso e moeda usados na antiga Mesopotâmia.

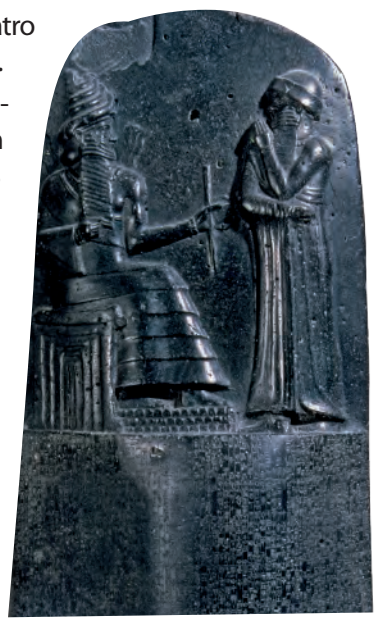
Muitos povos adotavam o princípio de que a pena aplicada ao criminoso deveria corresponder ao dano por ele causado. Esse preceito, sintetizado pela expressão "olho por olho, dente por dente" (posteriormente chamado pelos latinos de "Lei de Talião"), está presente no Código de Hamurábi.

Na visão contemporânea, tais leis são compreendidas como cruéis, injustas e desumanas. Contudo, o Código de Hamurábi deve ser entendido como um marco na história do direito, uma vez que, ao inscrever as leis em uma estela (coluna ou placa de pedra), dava publicidade aos textos normativos e superava a tradição oral. Ao ser publicizada, a lei poderia ser aplicada a todos de maneira mais imparcial.

Divisão social

Segundo o Código de Hamurábi, a sociedade babilônica estava dividida em quatro camadas sociais básicas, que definiam a condição jurídica e política do indivíduo.

Os *awilu* integravam a elite, constituída de proprietários de terras e funcionários palacianos. Os *mushkenu* eram os camponeses livres – eles pagavam tributos na forma de trabalho obrigatório nas obras de irrigação e nos templos e constituíam a maior parte da população. Os *gurush* eram trabalhadores sem família que cultivavam os lotes dos templos. Por fim, havia os *wardu* (escravizados), em geral estrangeiros capturados em guerras ou comercializados, que pertenciam ao Estado ou aos templos, realizando todo tipo de trabalho. Havia também escravizados urbanos e domésticos, que pertenciam a particulares e exerciam diversas funções.



NYC/ALAMY/FOTOARENA – MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Parte superior da estela negra em que foi inscrito o Código de Hamurábi, datada de 1792 a.C-1750 a.C. Nela, Hamurábi está em pé diante de Shamash, que entrega ao rei os símbolos da realeza. Os deuses mesopotâmicos, como Shamash, eram antropomórficos, ou seja, representados em forma humana, considerados imortais e dotados de poder sobre todo o universo.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Selecione, no trecho citado do Código de Hamurábi, uma passagem que exemplifique o princípio da chamada Lei de Talião. Explique o significado desse princípio.**
2. **Relacione trechos do Código de Hamurábi que preveem punições diferentes para um mesmo crime. Em seguida, elabore uma explicação para essa diferenciação.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Religião e ciência

De acordo com a cosmologia mesopotâmica, o cosmos mantinha uma relação de semelhança com a Terra. Os rios, os templos e as cidades, por exemplo, tinham um equivalente no céu. Os zigurates, grandes templos mesopotâmicos, eram uma representação em escala reduzida desse cosmos. Cada segmento de um zigurate representava as principais divisões do universo: o mundo subterrâneo, a Terra e o firmamento.

Os zigurates foram símbolos da continuidade cultural da Mesopotâmia. Quando um monarca conquistava uma cidade dessa região, um de seus primeiros atos era reformar os templos. Com essa atitude, ele buscava demonstrar seu comprometimento com a manutenção da ordem sagrada. Em algumas cidades, os zigurates funcionaram por milênios, como o de Ishtar, em Uruk, construído no terceiro milênio a.C. Apesar das numerosas reformas e reformulações, ele permaneceu ativo até o século II a.C.

O zigurate era um centro religioso onde ocorria a maioria das atividades comunais dos mesopotâmicos, como mostra o texto a seguir:

> Quando a comunidade começou a ter atividades mais complexas, o templo expandiu-se para acolhê-las, porque era ele o centro da vida comunal – vida não só religiosa, mas também econômica e política. Para o mesopotâmio, tal solução era perfeitamente lógica. O homem existia tão só para servir ao deus e, portanto, todas as suas atividades eram devidamente reguladas no lar da divindade.
>
> KRAMER, Samuel Noah. **Mesopotâmia**: o berço da civilização. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 147. (Coleção Life).

O topo dos zigurates abrigava o altar do deus mais importante da cidade, mas é provável que servisse também para observações astronômicas. Para os povos antigos, como os mesopotâmicos, os conhecimentos científicos e tecnológicos não estavam separados das crenças religiosas. Diferentemente da ciência moderna, que parte da observação racional da natureza, a ciência mesopotâmica via o mundo de forma mística e mágica.

Para os mesopotâmicos, o movimento dos astros determinava o destino dos mortais na Terra. Tudo o que nela existia, inclusive a vida humana, estava sujeito à força cósmica dos planetas. Para orientar a vida das pessoas e garantir sua sobrevivência, era necessário conhecer essas forças e suas leis. A astronomia e a astrologia, portanto, eram conhecimentos fundamentais para a sociedade mesopotâmica.



ASAAD NIAZI/AFP/GETTY IMAGES

Zigurate de Ur, no atual Iraque, construído aproximadamente em 2100 a.C. Fotografia de 2022. Este zigurate é o mais bem preservado na atualidade. É provável que a construção tivesse vários andares e seus lados inclinados e terraços fossem ajardinados, com muitas árvores e arbustos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A civilização egípcia

O Vale do Rio Nilo abriga populações sedentárias desde aproximadamente 5000 a.C. No período, com a crescente inovação agrícola e a formação dos primeiros núcleos humanos sedentários, houve crescimento populacional. A fim de abastecer a população que crescia, tornou-se necessária a realização de obras como diques e canais para melhorar o aproveitamento das águas do rio e aumentar a produção agrícola. Dessa forma, essas primeiras comunidades se unificaram, dando origem a confederações tribais, os **nomos**.

Por volta de 3500 a.C., havia dois reinos no Egito: o do Alto Egito, ao sul, e o do Baixo Egito, ao norte, na região do Delta do Nilo. Pesquisas arqueológicas indicam que, a partir de 3300 a.C., as cidades do Alto Egito começaram um longo processo de conquista que levou à unificação dos dois reinos, dando início ao Período **Dinástico**. Foi nesse contexto que os líderes dos nomos, os **nomarcas**, transformaram-se em funcionários e representantes do poder central, assumindo a tarefa de fiscalizar os impostos e fazer cumprir as decisões do monarca, o **faraó**.

Desde então, o palácio começou a coordenar as obras de irrigação e a produção agrícola, arrecadando os excedentes produzidos nas comunidades aldeãs e exigindo delas uma tributação em espécie. Em consequência disso, iniciou-se a divisão e a especialização do trabalho, além de uma organização social hierarquizada.

A economia

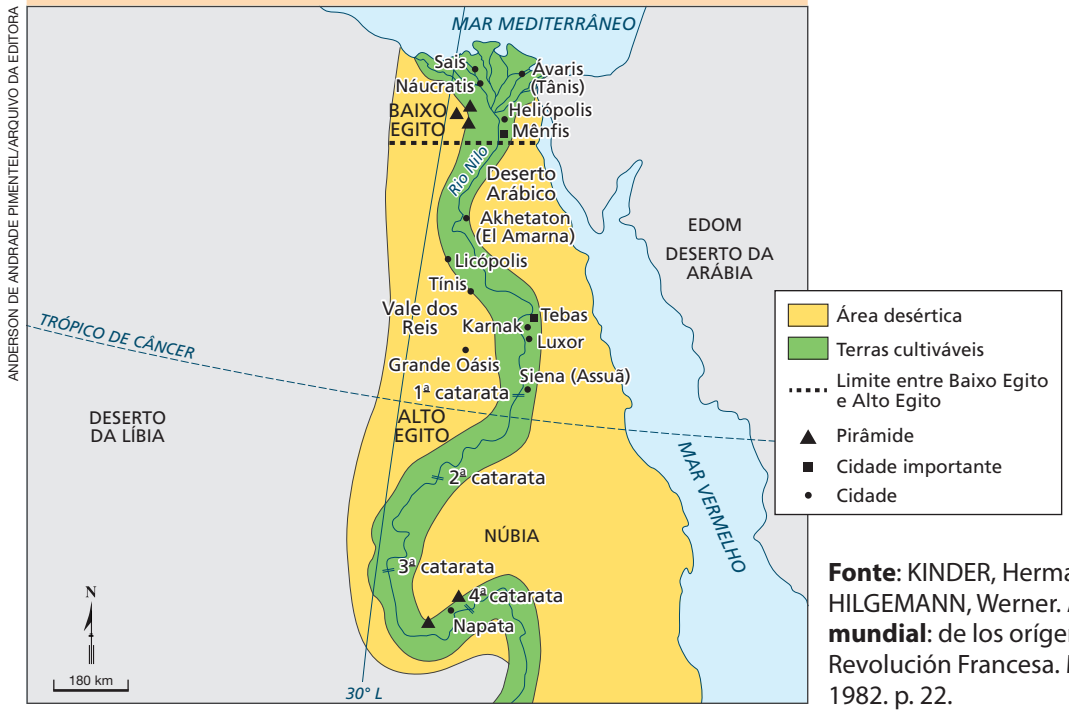
A economia egípcia baseava-se na agricultura. Os principais cultivos eram cevada, trigo, linho, verduras e uvas. O trabalho agrícola ocupava os camponeses por cerca de oito meses. Nos quatro meses restantes, que correspondiam à época das inundações, eles eram deslocados para as obras dos canais de irrigação e para a edificação de templos, palácios e pirâmides.

A coleta realizada no Vale do Nilo, a agricultura e a exploração das minas de ouro, cobre e pedras preciosas forneciam matérias-primas para a atividade artesanal. Nas aldeias, confeccionavam-se utensílios para uso diário. Já nas oficinas dos templos e palácios, produziam-se objetos de luxo para o consumo da elite.

O comércio exterior era feito exclusivamente em grandes expedições organizadas pelo faraó. Os egípcios exportavam vinho, cereais, óleos vegetais, papiro e móveis e importavam pedras preciosas, marfim, perfumes e madeiras. O Rio Nilo funcionava como uma via de transporte fluvial que conectava as regiões Sul e Norte do Egito e propiciava o comércio com outras culturas na África e no Mediterrâneo.

Dinástico: relativo à dinastia, que é a sucessão de soberanos pertencentes à mesma família. A história do Egito é tradicionalmente dividida em 31 dinastias faraônicas e em quatro períodos: **Período Arcaico** (3100 a.C. - 2750 a.C.), **Antigo Império** (2750 a.C. - 2260 a.C.), **Médio Império** (2260 a.C. - 1570 a.C.) e **Novo Império** (1570 a.C. - 1070 a.C.).

Egito antigo: constituição geográfica – 3000 a.C.-30 a.C.



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. **Atlas histórico mundial**: de los orígenes a la Revolución Francesa. Madri: Istmo, 1982. p. 22.

Sociedade egípcia

No Egito faraônico, a sociedade era dividida em camadas sociais hierarquizadas. O faraó personificava o Estado e era considerado um deus vivo, o que configurava uma teocracia. Ele acumulava funções administrativas e religiosas e era assessorado por sacerdotes e altos funcionários que constituíam o grupo privilegiado da sociedade egípcia.

Escribas, comerciantes e artesãos prestavam serviços ao faraó, bem como aos templos e palácios. Nessa estrutura social, os camponeses constituíam a maior parte da população. Trabalhavam atividades agropastoris, podiam ser recrutados para trabalhar em obras públicas e eram obrigados a pagar tributos ao faraó. Por fim, os escravizados eram prisioneiros de guerras, filhos de escravizados ou pessoas utilizadas como pagamento de tributos exigidos pelo faraó às regiões conquistadas.

No casamento, em geral, predominava a monogamia. Os maridos, porém, podiam ter várias esposas, o que era comum nas camadas da elite. No caso das esposas do faraó, apenas uma era escolhida para ser a rainha. Ao contrário de outras civilizações antigas, nas quais a mulher tinha poucos direitos, no Egito as mulheres livres podiam adquirir propriedades, legar bens e fazer testamentos.

Dica

Das areias do tempo

Wellington Srbek e Will. São Paulo: Editora Nemo, 2012.

Nesta história em quadrinhos, Wellington Srbek e Will narram uma história com base na interação entre o professor Lobato e sua neta, que aprenderá sobre os deuses do antigo Egito e um de seus principais mitos de criação.

A religião egípcia

Os egípcios eram politeístas, isto é, acreditavam em vários deuses, que personificavam elementos ou forças da natureza, sentimentos, atividades e acontecimentos da vida humana.

A divindade mais importante era Rá, mais tarde chamado Amon-Rá, o deus-sol. O faraó, visto como um deus encarnado, era considerado o filho de Rá. O deus Osíris, um dos mais populares e associado ao Rio Nilo e à agricultura, governava o reino dos mortos. Na crença dos egípcios, não havia um além-mundo onde moravam os deuses. Os deuses habitavam a Terra, e sua morada eram os templos.

Acredita-se que os egípcios tenham sido os primeiros a desenvolver uma doutrina religiosa sobre a vida após a morte. Os especialistas costumam explicar esse fato associando-o à observação dos corpos sepultados no Vale do Nilo, que, dessecados pelo sol, muitas vezes eram preservados da decomposição. Por meio dessa observação, os egípcios concluíram que os deuses eram generosos, o que levou a associar a religião aos sentimentos de felicidade e de gratidão, e não ao medo. A abundância e a riqueza advindas das atividades praticadas no Nilo e a renovação proporcionada pelo rio também eram indícios da prodigalidade dos deuses.



FINE ART IMAGES/HERITAGE IMAGES/GETTY IMAGES - MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

Detalhe do *Livro dos mortos*, de Hunefer, cerca de 1450 a.C. Na tradição egípcia, Osíris, à direita na imagem, era o deus que julgava os mortos antes da passagem para o "outro mundo".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Hieróglifos: a escrita sagrada egípcia

Os egípcios inventaram um sistema de escrita chamada de **hieroglífica**. A palavra *hieróglifo* vem do grego antigo e significa "escrita sagrada". Os hieróglifos eram utilizados nas inscrições mais sagradas e solenes. Havia ainda formas mais simplificadas de escrita como a **hierática** e a **demótica**, que eram sistemas mais simples e de uso cotidiano. A tarefa da escrita e registro cabia aos escribas.

Os escribas formavam um grupo privilegiado e poderoso na sociedade egípcia. Eles controlavam a cobrança de impostos, realizavam censos populacionais e registravam informações relativas à produção agrícola e ao comércio. A maioria da população egípcia era iletrada; assim, grande parte das atividades diárias, dos atos oficiais e do cerimonial religioso dependia desses profissionais da escrita.

Para tornar-se um servidor do Estado, o escriba precisava estudar cerca de doze anos, aprendendo a escrita egípcia, os diversos dialetos falados no Egito, aritmética, história, geografia, literatura e administração.

O texto a seguir, narrado por um escriba, faz parte da chamada literatura sapiencial, gênero literário constituído de conselhos sobre a maneira correta de viver.

> O encarregado da fornalha tem os dedos imundos e seu cheiro é o de cadáveres. Seus olhos congestionam-se pelo excesso de fumaça e ele não consegue livrar-se de sua sujeira. Leva o dia a cortar juncos (para queimar) e suas roupas são repugnantes (até) para ele.
>
> [...]
>
> Também falarei sobre o pescador, (pois) tem a pior das ocupações. Eis que labuta no rio, misturado aos crocodilos. Na hora da contagem (do que pescou) enche-se de lamentações e sequer pode alegar que havia um crocodilo (à espreita). [...]
>
> Eis que não há profissão sem chefe, exceto a de escriba: ele é o chefe. Por isso, se souberes escrever, esta será para ti melhor que as outras profissões [...]. Atenta para isso, não se pode chamar um camponês de ser humano. Em verdade eu te fiz ir para a residência, em verdade fiz isso por amor a ti, (pois) um dia (que seja) na escola, será proveitoso para ti. Suas obras duram como as montanhas.

Sátira das profissões (2060 a.C.-1991 a.C.). *In*: ARAÚJO, Emanuel. **Escrito para a eternidade**: a literatura no Egito faraônico. Brasília: Editora da UnB, 2000. p. 220-223.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU DO LOUVRE, PARIS

O escriba real Nebmertuf escreve sob a proteção do deus Tot. Escultura produzida entre 1567 a.C. e 1085 a.C. A escultura apresenta exemplos da escrita hieroglífica.

Enfoque

Responda no caderno.

1. "Eis que não há profissão sem chefe, exceto a de escriba: ele é o chefe. Por isso, se souberes escrever, esta será para ti melhor que as outras profissões [...]". Qual é o significado dessa afirmação no contexto da sociedade egípcia?
2. A quem se destinavam as recomendações do velho escriba? Você acredita que, guardadas as devidas proporções, elas ainda sejam válidas atualmente? Argumente e debata com os colegas a esse respeito.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As civilizações indiana e chinesa

A Índia e a China localizam-se na Ásia, em regiões entrecortadas por cadeias de montanhas e planícies fluviais, e têm em comum uma espantosa continuidade histórica e cultural. Tal como na Mesopotâmia e no Egito, as civilizações indiana e chinesa floresceram em torno de grandes rios, mediante um sistema de agricultura irrigada. Além disso, são países nos quais a modernidade convive com tradições milenares.

A civilização do Vale do Rio Indo

A região que hoje corresponde aos territórios da Índia e do Paquistão é habitada há pelo menos 30 mil anos. Por volta de 2800 a.C., em torno do Vale do Rio Indo, floresceu a chamada **civilização harapense**.

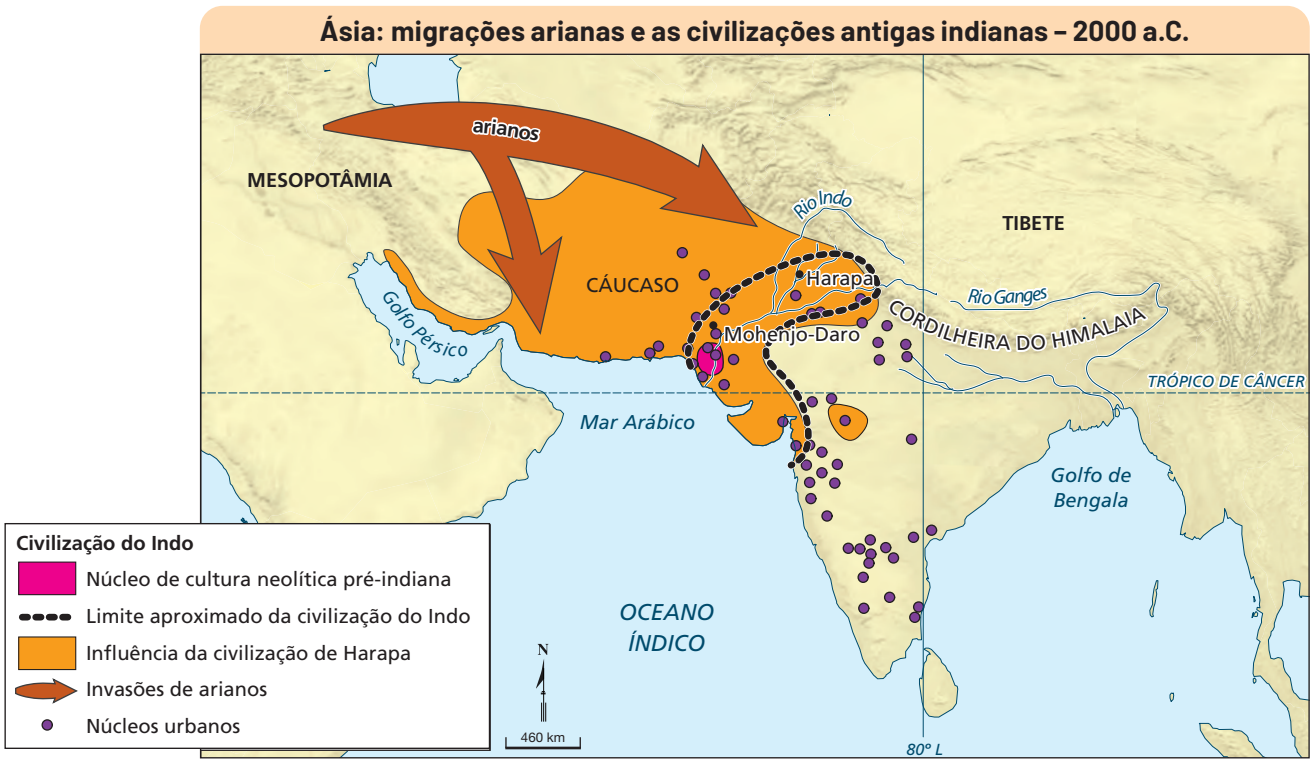
As duas principais cidades dessa antiga civilização foram Harapa e Mohenjo-Daro. Escavações arqueológicas indicam que nessas cidades fortificadas havia um admirável sistema de **planejamento urbano**. As construções eram regulares, as ruas tinham ângulos retos e havia sistema de esgoto e drenagem.

A fixação humana nessa região foi possível graças à proximidade do Rio Indo, o que facilitou o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, com a produção de trigo, cevada, ervilha, gergelim, legumes e frutas, como tâmaras e melões. Os harapenses produziam um refinado artesanato em ouro, prata, bronze, marfim e pedras semipreciosas.

Descobertas recentes localizaram vestígios da cultura harapense também em regiões fora do Vale do Indo, indicando a existência de trocas comerciais com outras culturas.

O declínio da civilização do Indo é um enigma para os pesquisadores. Sabe-se que, entre 1900 a.C. e 1300 a.C., Harapa já estava desabitada, e suas muralhas e redes de esgoto destruídas. Especula-se que mudanças climáticas, secas prolongadas e crises políticas e econômicas associadas às invasões dos arianos (ou árias) tenham sido responsáveis por esse fato.

Ásia: migrações arianas e as civilizações antigas indianas – 2000 a.C.



Fonte: VICENTINO, Cláudio. **Atlas histórico**: geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2011. p. 24.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

O período védico e o bramanismo

Os principais documentos utilizados para o estudo da cultura dos povos arianos são os **hinos védicos**. Por isso, essa sociedade que se formou também é conhecida como sociedade védica. Os hinos védicos enfatizavam o confronto violento entre os árias e as populações nativas daquela região.

Os árias eram povos nômades voltados para o pastoreio. Originários provavelmente da região do Cáucaso, ao sul da atual Rússia, entraram no subcontinente indiano a partir de 2000 a.C. aproximadamente. A tecnologia militar dos invasores, fundamentada no uso do arco, do carro de combate e de armas de bronze, permitiu que a região fosse conquistada sem muitas dificuldades. Com o tempo, os árias foram se sedentarizando e formando pequenos reinos na região.

Os árias tinham uma religião politeísta fortemente ritualizada, o **bramanismo**. Durante rituais dessa religião, acendia-se o fogo sagrado e ofereciam-se manjares e animais como sacrifício aos deuses. Esses rituais eram privilégio apenas dos brâmanes, a elite sacerdotal daquela sociedade.

Por volta do século VI a.C., ocorreu uma reforma social e religiosa profunda, formalizando a divisão da sociedade indiana em castas hierarquizadas, como no exemplo a seguir.

- **Brâmanes** – "homens do sagrado", responsáveis pelos rituais religiosos.
- **Xátrias** – nobres proprietários e guerreiros, responsáveis pela administração política e econômica.
- **Vaixás** – camponeses, artesãos e comerciantes.
- **Sudras** – servos, oriundos dos povos nativos subjugados pelos árias, além dos prisioneiros de guerra e condenados por dívidas.
- ***Dalits* (intocáveis)** – não pertenciam a nenhuma casta. Eram os párias excluídos de direitos e considerados impuros.

O sistema de castas, reiterado pelos brâmanes, estava vinculado a alguns preceitos da religião hinduísta, como a crença no ciclo de reencarnações. O **carma** determina que os atos praticados por um indivíduo em vidas passadas influenciavam sua vida presente ou futura. Assim, acreditava-se que quem praticou boas ações na existência anterior, cumprindo seu **darma** (dever moral), renasceria em uma casta superior. Dessa forma, cada pessoa teria a esperança de, em uma próxima existência, subir um degrau na hierarquia de castas até se libertar do ciclo de reencarnações.



SONU MEHTA/HINDUSTAN TIMES/GETTY IMAGES

Ativistas protestam por justiça social aos *dalits* durante sessão parlamentar em Nova Delhi, Índia. Fotografia de 2023. Apesar da proibição legal, o sistema de castas permanece virtualmente em vigor. Por isso, protestos como este ocorrem com frequência, e muitas vezes resultam em confrontos violentos.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Qual é a relação entre a desigualdade e o evento representado nesta fotografia?
2. No Brasil, também há desigualdades em razão da falta de oportunidades para os mais pobres. Que atitudes podem ser tomadas para superá-las?

ODS 10

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Novas tradições religiosas

A codificação do sistema de castas levou à proliferação de escolas de pensamento e de novas religiões que desafiaram a rigidez do bramanismo. Uma dessas religiões foi o **budismo**, fundado pelo príncipe Sidarta Gautama (cerca de 563 a.C.-483 a.C.), o Buda, que pertencia a um clã importante do norte da Índia.

Segundo os princípios do budismo, o sofrimento provém da ignorância e do apego àquilo que é impermanente e, portanto, ilusório. Já o estado de liberdade, iluminação e plenitude interna é conhecido como **nirvana** e pode ser atingido por meio da prática da meditação, da conduta ética e do exercício da compaixão em relação a todos os seres.

Buda e seus adeptos não repudiaram explicitamente a divisão de castas indiana nem exigiram sua abolição. No entanto, qualquer pessoa que aderisse ao budismo tinha de renunciar às prerrogativas da casta à qual pertencia. Assim, a doutrina budista previa a possibilidade de atingir a iluminação por meio da conduta pessoal, e não pela condição de nascimento definida pela casta.

O budismo ganhou multidões de seguidores, expandiu-se para a China, a Indochina, a Coreia e o Japão, tornando-se uma das religiões mais praticadas no mundo. Hoje, as diferentes denominações budistas contam com cerca de 520 milhões de adeptos em várias regiões do mundo, incluindo o Ocidente.

O budismo tem muitos pontos em comum com o **jainismo**, religião fundada por Mahavira, contemporâneo de Buda. Descendente de uma família aristocrática indiana, Mahavira abandonou a família aos 30 anos para se dedicar a orações e exercícios de autodisciplina, em busca de sabedoria e de salvação por meio da meditação e da penitência.

A filosofia jainista tem como princípio fundamental a não violência, ou seja, a renúncia a qualquer ato que possa prejudicar um ser vivo. Seu objetivo é obter a purificação da alma para libertá-la do ciclo das reencarnações.

Assim como os budistas, os jainistas acreditam que a libertação espiritual requer uma vida ética e é acessível a qualquer pessoa, independentemente de sua condição de nascimento. O jainismo não se tornou uma religião tão popular quanto o budismo, porém sua ideia central de não violência influenciou bastante a Índia. No século XX, o líder indiano Mahatma Gandhi (1869-1948) usou o princípio da não violência em suas campanhas de desobediência civil contra a dominação colonial britânica.



DANIEL CYMBALISTA/PULSAR IMAGENS

Visitantes praticam *tai chi chuan* no pátio do templo budista Zu Lai, em Cotia, no estado de São Paulo. Fotografia de 2016. O templo Zu Lai é o maior da América Latina e foi inaugurado em 2003.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Origem e desenvolvimento da China antiga

Uma das mais antigas civilizações da história se formou na China. Segundo as pesquisas arqueológicas, as comunidades agrícolas mais antigas da China estabeleceram-se no Vale do Rio Amarelo por volta de 7000 a.C. Essas comunidades criavam animais, como porcos e cães, e cultivavam principalmente arroz e painço (uma gramínea semelhante ao milho), além de fabricar cerâmica em fornos. Mais tarde, às margens do Rio Yang-Tsé formou-se uma cultura na qual, além da agricultura e da cerâmica, desenvolveram-se técnicas de escultura em jade, característica da civilização clássica chinesa.

Quando a China ingressou na Era do Bronze, surgiu a primeira dinastia comprovada por meio de documentos e vestígios arqueológicos: a dinastia Shang (1760 a.C.-1122 a.C.). Essa dinastia se caracterizou pela presença de uma forte aristocracia guerreira, sustentada pelas comunidades camponesas e por uma monarquia baseada no culto aos ancestrais. Os primeiros indícios da escrita e da existência de centros urbanos fortificados datam também do período Shang.

Entre os séculos XI a.C. e X a.C., os Shang foram dominados pelos Zhou, que logo assimilaram a escrita e os valores do povo subjugado. O território chinês se expandiu até o século VIII a.C. graças a um sistema de delegação do poder: o soberano doava terras aos nobres, tornando-os seus dependentes. Essas terras eram cultivadas por camponeses que trabalhavam em troca de uma pequena parte da colheita. Além disso, eles atuavam na construção de obras públicas e como soldados nas guerras.

Nesse período, houve grande desenvolvimento da metalurgia do ferro. Com a utilização de ferramentas de ferro, como pás, enxadas, foices e arreios, os camponeses passaram a produzir mais, gerando excedentes, que eram comercializados com cidades que não estavam sob o governo da dinastia Zhou, expandindo a atividade mercantil.

O poder real da dinastia começou a desmoronar após a morte do último monarca Zhou, no século VIII a.C. Iniciou-se um período de guerra, crise e instabilidade.

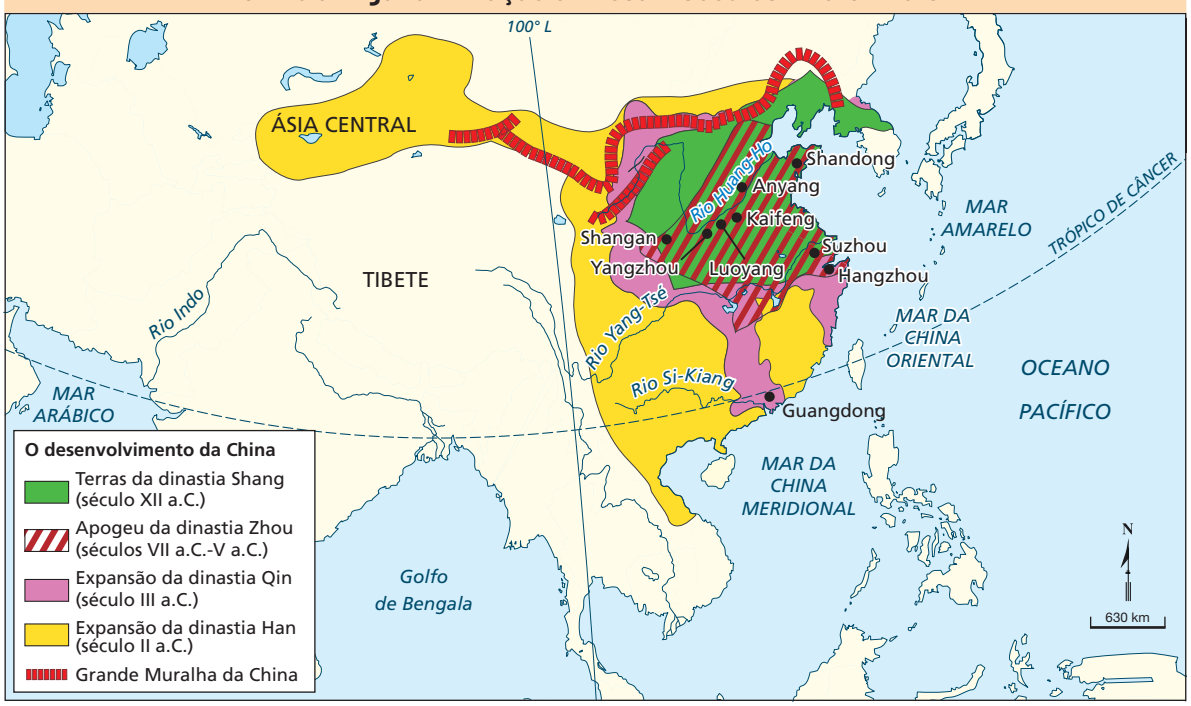
Dica

História da China antiga: o retrato de uma civilização e de seu povo

Michael Woods. São Paulo: Crítica, 2022.

Neste livro, Michael Wood percorre a história milenar da civilização chinesa, em um relato envolvente que combina narrativas locais e de sua próprias viagens pelo país.

China antiga: civilização chinesa – séculos XII a.C.-II a.C.



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 184-186.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Império Chinês

Com o fim do domínio dos Zhou no século VIII a.C., a China antiga atravessou um período de instabilidade política com vários reinos disputando a hegemonia na China. No século III a.C., o Reino de Qin progressivamente derrotou seus rivais e unificou o território sob seu controle, coroando o príncipe Che Huang Ti como o primeiro imperador da China.

O reinado de Che Huang Ti se apoiava em uma burocracia centralizada, formada por funcionários leais e instruídos, responsável por controlar os trabalhos agrícolas e gerir a mão de obra. Uma das grandes obras realizadas durante o governo da dinastia Qin foi o início da construção da **Muralha da China**, destinada a defender o império dos ataques de povos nômades vindos do norte, como os manchus. Em troca de ajuda na defesa do território, o governo imperial concedia terras e benefícios aos povos fronteiriços.

Após a morte de Che Huang Ti, o país mergulhou novamente em um período de revoltas populares. Liu Bang, excelente estrategista e líder popular, ascendeu ao poder e fundou a dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.).

Sob o domínio dos Han, o Império Chinês expandiu consideravelmente seu território, que passou a ser administrado por funcionários escolhidos mediante a realização de exames públicos. Durante esse período, conviveram no território chinês povos culturalmente diversificados.

A ciência e a tecnologia se desenvolveram, com invenções como o papel, os relógios de água e de sol, o sismógrafo e vários instrumentos astronômicos e náuticos. Desenvolveram-se uma arte e uma arquitetura refinadas, e o confucionismo, que você irá estudar em seguida, tornou-se a base da ética e da educação no império.

Os Han estabeleceram ainda um sistema único de pesos e medidas e tornaram o mandarim a língua oficial da administração em todo o território chinês. Também foi nesse período que surgiu a **Rota da Seda**, que ligava o Extremo Oriente à Europa Ocidental.

A Rota da Seda começou com a expansão do Império Chinês para a Ásia Central. Em vez de promover uma conquista militar violenta, os governantes Han enviaram missões diplomáticas para negociar com os reinos e tribos rivais. Nessas missões, sempre acompanhadas por um número crescente de comerciantes, o governo imperial oferecia ouro e seda em troca de variados produtos.

LIU XIANGUO/IMAGINECHINA/AFP



Turistas visitam trecho da Muralha da China, Patrimônio Mundial tombado pela Unesco em 1987. Fotografia de 2023. O início da construção da muralha data do século III a.C. e o fim das obras do último trecho ocorreu no século XVIII. Ao todo, a construção tem mais de 20 mil quilômetros de extensão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Enfoque

Responda no caderno.

1. A Muralha da China teve funções distintas ao longo do tempo. Indique que funções são essas.
2. Que aspectos dessa construção devem ter sido relevantes para que fosse tombada?

Atividade intelectual

O desenvolvimento das cidades, a difusão da escrita e a formação de uma elite de funcionários letrados durante os últimos séculos da dinastia Zhou favoreceram a disseminação de escolas que visavam explicar o lugar da vida humana na ordem cósmica e oferecer um caminho para a harmonia social. Entre elas, está o **taoismo**, fundado por Lao-Tsé, que viveu provavelmente no século VI a.C.

Segundo a doutrina taoista, o universo seria constituído por uma série de formas que se alternam em uma ordem cíclica, por meio da manifestação de dois princípios opostos e complementares, o *yin* e o *yang*. A união de ambos representaria o *tao*: a ordem que rege o universo e a vida humana.

O taoismo está presente até hoje na vida cotidiana chinesa. Ele se manifesta em rituais e festividades, na astrologia, na medicina tradicional, nas artes marciais, nas artes plásticas e na culinária. Como prática religiosa, o taoismo dá ênfase à meditação, ao cultivo da individualidade e à harmonia com a natureza.

Outro pensador chinês importante foi Confúcio (551 a.C.-479 a.C.), para quem a harmonia social poderia ser alcançada por meio de uma reforma moral e política da sociedade, efetuada por líderes conscientes e por um corpo de servidores educados. Para o bem-estar de todos, o governo deveria ser exercido por homens nobres e virtuosos.

De acordo com o **confucionismo**, o primeiro dever de todo ser humano era cultivar a si mesmo e se aperfeiçoar moralmente na interação com os outros. Estudar era considerado um meio para o ser humano se elevar, princípio que fundamentava o sistema de exames imperiais para o recrutamento de administradores públicos.

Os ensinamentos éticos e políticos de Confúcio tiveram profunda influência na sociedade asiática, moldando o cotidiano de mais de 1,6 bilhão de pessoas em uma vasta região que vai do Japão até a ilha de Java, na Indonésia. Na educação, o confucionismo enfatiza a disciplina e a busca de conhecimento como meio de autoaperfeiçoamento. Nas últimas décadas, nasceu o movimento do **neoconfucionismo**, que procura revalorizar os ideais confucianos e adaptá-los ao mundo moderno, tendo em vista questões como direitos humanos, justiça social e ética ambiental.

Dica

A batalha pelo Império

Direção: Hu Mei. China, 2010. 125 minutos.

O filme narra episódios da vida do mestre chinês Confúcio, procurando reconstruir seus principais ensinamentos. Na trama, ele é retratado como grande herói intelectual da cultura chinesa e como modelo de comportamento ético e de dedicação à coletividade.

Classificação indicativa do filme *A batalha pelo império*: 14 anos.



WANG JIANKANG/IMAGINECHINA/AFP

Cerimônia para comemorar o aniversário de Confúcio, em Suzhou, província de Jiangsu, na China. Fotografia de 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. **Diferencie a teoria da evolução e a tradição criacionista, identificando os principais argumentos ou evidências que elas apresentam.**

2. **(FGV-SP)**

> O Eufrates não é um rio manso e amistoso como o Nilo, com uma inundação de fim de verão, regular como um relógio, que prepara a terra para o plantio do trigo no inverno. [...] Ele transborda de suas margens, de forma errática e imprevisível, durante a primavera, quando a semente já no chão tem de ser protegida, primeiro para não se afogar sob as águas da enchente; segundo, para não secar sob o sol escaldante, que faz evaporar mais da metade do fluxo do rio antes que ele chegue ao mar.
>
> (Paul Kriwaczek. Babilônia: a Mesopotâmia e o nascimento da civilização, 2018.)

O excerto faz uma comparação entre a sociedade da Suméria e a do Egito da Antiguidade, acentuando, entre elas,

a. **os aspectos divergentes do ponto de vista da natureza das atividades econômicas.**

b. **a ausência de organização militar para a defesa dos terrenos férteis.**

c. **os esforços para o aproveitamento de condições naturais de sobrevivência social.**

d. **os padrões distintos de submissão da mão de obra capturada nas guerras.**

e. **a existência de sociedades sustentadas pela propriedade coletiva das terras.**

3. **Leia o texto e, em seguida, responda às questões.**

A autêntica revolução foi no Período Neolítico

Em uma época de mudança ambiental, os olhares dos especialistas se voltam para o Neolítico, o período em que a humanidade experimentou sua transformação mais radical



DEAGOSTINI/GETTY IMAGES

Registro rupestre de uma cena cotidiana com gado no Neolítico, em Tassili n'Ajjer, Argélia. Fotografia de 2003.

> [...] Jean Guilaine, que aos 81 anos é uma referência nos estudos de pré-história na Europa e atualmente é professor emérito do Collège de France[,] [afirmou:] "O Neolítico nos deixou uma mensagem clara: um ambiente natural transformado e bem regulado pode alimentar um grande número de bocas", explica Guilaine. "Mas essa mensagem sublime também foi pervertida pelo homem, ávido por dominar seus semelhantes: exploração irracional do meio, acumulação de sementes, desigualdades sociais, espírito de supremacia sobre os mais fracos. A esperança de uma sociedade em harmonia com a nova economia fracassou por causa da recusa a compartilhar."
>
> ALTARES, Guillermo. A autêntica revolução foi no Período Neolítico. **El país**. 22 abr. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/20/ciencia/1524219983_369281.html. Acesso em: 21 jun. 2024.

a. **Que elementos indicam que este é um texto de divulgação científica?**

b. **Converse com os colegas e o professor: os elementos textuais presentes nessa notícia são convergentes, ou seja, reforçam a mesma ideia? Levante argumentos para embasar seu ponto de vista.**

c. **A história de algumas das sociedades do Crescente Fértil, dos vales do Rio Indo ou dos rios Huang-Ho e Yang-Tsé confirma ou refuta a análise de Guilaine? Ofereça exemplos que comprovem a sua resposta.**

d. **A reportagem e o professor Guilaine estão emitindo um julgamento a respeito das "primeiras civilizações" ou um alerta para o mundo contemporâneo? Debata com os colegas e o seu professor, registre os argumentos levantados e escreva um parágrafo expondo a sua opinião.**

4. **(UEA-AM)**

> Quando se fala de civilização, de cultura, as pessoas quase sempre citam a Grécia ou Roma, ou mesmo o Egito. Mas, as pessoas se "esquecem", ou não sabem, que o Egito fica no continente africano. Os egípcios marcaram sua ascendência civilizatória sobre os povos e civilizações que beiravam o Mar Mediterrâneo: assírios, cretenses, hititas, persas, helênicos, entre outros.
>
> Contudo, os europeus, para justificarem a pseudo-superioridade dos brancos sobre os negros africanos, e sua "missão civilizatória" criaram um mecanismo eficaz, inventando uma categoria conceitual: culturas mediterrâneas.
>
> (Dilma de Melo Silva. *Por que riem da África?*, 2007. Adaptado.)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ao constatar a existência da categoria "culturas mediterrâneas", o excerto sugere que

a. os africanos foram reverenciados, tendo em vista sua cultura generalista.

b. o Egito foi apartado da África, acentuando estereótipos sobre o continente.

c. o conhecimento sobre a África é escasso, o que gera o enaltecimento de seus povos.

d. os egípcios dominaram politicamente a região mediterrânea, demonstrando a supremacia de seus costumes.

d. os povos assírios, cretenses e persas foram depreciados, sendo importante valorizá-los.

5. Leia o texto a seguir.

> Assumimos que a história real começa com as civilizações conhecidas (os egípcios, os mesopotâmicos, os chineses antigos, os maias, etc.), com seus relatos escritos, batalhas, monarcas, ascensões e declínios. Isto deixa muitos grupos fora do âmbito da história e reduz sete milhões de anos de mudança humana a uma fração de tempo na sua extremidade. Ter uma noção realmente de longo prazo do que significa ser humano coloca todos os estilos de vida recentes em perspectiva: o nosso mundo atual, de consumo em massa, é um mundo novo, temporário e frágil. Ele vai passar e será substituído por outros arranjos socioeconômicos.
>
> GOSDEN, Chris. **Prehistory**: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 28. (Tradução nossa).

a. Qual é a hipótese defendida pelo autor?

b. Quais são os argumentos que ele emprega para sustentar essa hipótese?

c. Que crítica pode ser feita à visão que considera o início da história da humanidade a partir da invenção da escrita?

6. Neste capítulo, você estudou como o domínio do fogo e a domesticação de plantas e de animais alteraram as formas com que os grupos humanos se organizavam e se alimentavam. Ao longo do tempo, a capacidade de manipular alimentos aumentou de forma drástica, a ponto de, atualmente, terem se tornado bastante artificiais, oferecendo muitas calorias e quase nenhuma propriedade nutritiva. Esses alimentos são chamados de ultraprocessados e revelam o alto grau de intervenção da indústria de alimentos na comida que consumimos. Realize uma pesquisa a respeito desses alimentos e encontre orientações de como manter uma dieta saudável. Em seguida, faça o que se pede:

a. Escolha três dias da semana para prestar atenção em sua rotina alimentar. Anote no caderno: o horário e o local de todas as refeições e os alimentos ingeridos.

b. Com base na pesquisa realizada, classifique os alimentos que você consumiu em três categorias: minimamente processados (ou *in natura*), processados e ultraprocessados.

c. Em grupos, converse com os colegas sobre as anotações referentes à rotina alimentar na semana pesquisada. Discutam possibilidades de ajustes para tornar as refeições realizadas mais saudáveis.

d. Com base nas discussões do grupo, criem um cardápio de refeições balanceadas e saudáveis. Montem um cartaz ou, se possível, uma apresentação virtual para divulgar esse cardápio, colocando também orientações sobre como alimentar-se e viver melhor. Não esqueçam de dar um título para o trabalho.

7. Osamu Tezuka (1928-1989), importante desenhista japonês, ficou conhecido por popularizar os mangás, as histórias em quadrinhos japonesas. Uma de suas obras conta a história de Buda. Os personagens dos quadrinhos a seguir são o garoto Chapra, filho de um sudra, e o rei de Kosala, membro de uma casta superior. Após ser salvo pelo garoto, o rei o adotou como filho.



EDITORA JBC

TEZUKA, Osamu. **Buda no reino de Kapilavastu**. São Paulo: Conrad, 2009. p. 188.

a. O elemento de tensão presente no diálogo entre o rei de Kosala e o garoto Chapra é ou não reforçado pela linguagem da charge? Explique.

b. Com base no bramanismo, explique o desapontamento do rei.

c. De que maneira a ideia de carma justifica a sociedade de castas?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 3

A história dos ameríndios antes da chegada dos europeus

Você já ouviu falar do Parque Arqueológico do Solstício? Localizado no município de Calçoene, no Amapá, o parque abriga o chamado Observatório Astronômico de Calçoene, um conjunto imponente de 127 grandes blocos de granito dispostos em um círculo com cerca de 30 metros de diâmetro. Estudos indicam que esses blocos foram erguidos e utilizados como observatório astronômico pelos ameríndios há cerca de 3.500 anos, muito antes da chegada dos europeus no século XV.

Esses vestígios indicam que o território americano abrigou uma história muito antiga que pode ser investigada por meio de variados registros arqueológicos encontrados em diferentes regiões, da América do Norte à América do Sul.

O povoamento do território americano é um tema que envolve muitas polêmicas, pois há diferentes teorias e interpretações que concorrem entre si. Entretanto, há alguns consensos. Um deles é de que não devemos estabelecer hierarquias entre as culturas humanas que habitaram e habitam o continente americano. Cada cultura responde aos desafios de seu tempo e de seu ambiente de forma única, optando por determinados caminhos em detrimento de outros.

No Brasil, não foram encontrados vestígios de grandes complexos urbanos ou estruturas monumentais, como fizeram maias, astecas e incas. Isso não significa, contudo, que estes últimos eram melhores ou mais inteligentes do que os povos que habitaram nosso atual território; significa apenas que diferentes modos de vida impulsionaram soluções distintas para os desafios que cada povo enfrentou.

Os antigos moradores do Brasil desenvolveram técnicas agrícolas sofisticadas de domesticação de alimentos, conheciam a astronomia e sabiam utilizar os recursos naturais disponíveis para sua sobrevivência. Além disso, muitos povos mantiveram sua cultura e suas tradições ao longo do tempo, mesmo após séculos de colonização, e continuam influenciando a cultura brasileira atual com seus modos de viver, agir e pensar.



JADSON PORTO

Observatório Astronômico de Calçoene, localizado no Parque Arqueológico do Solstício em Calçoene, Amapá. Fotografia de 2022. Nota-se a posição do Sol durante o solstício de dezembro, evento astronômico que marca o início do verão no hemisfério sul. Acredita-se que o local era utilizado como observatório pelos povos que o construíram para designar as épocas de chuva e as estações do ano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O povoamento do continente americano

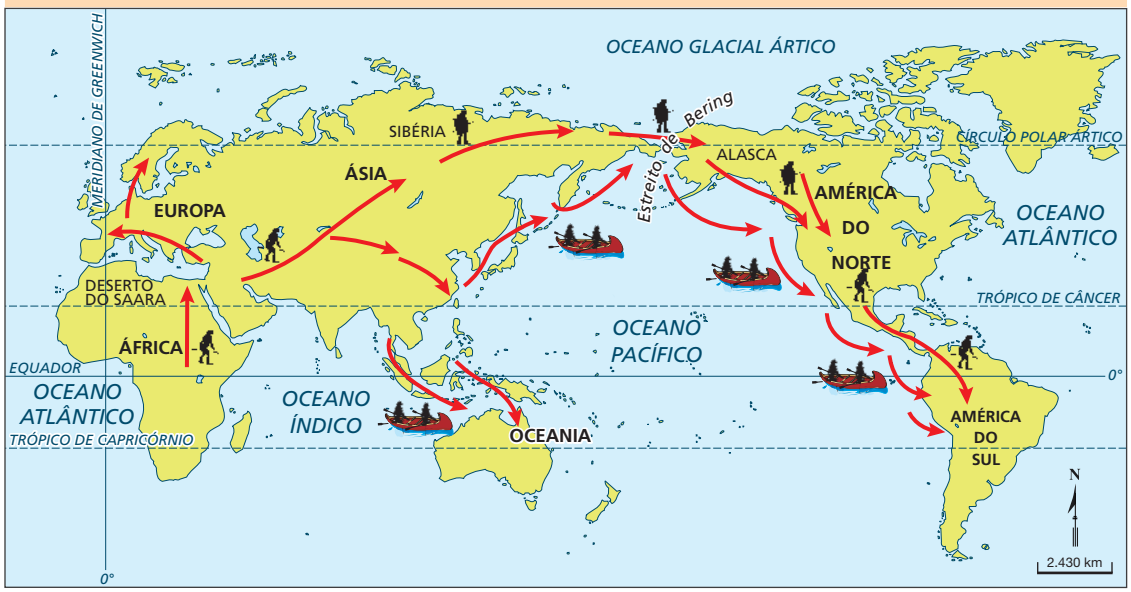
Durante muito tempo se afirmou que a evolução humana na América era tão antiga quanto nos outros continentes. Contudo, os vestígios arqueológicos indicam que a única espécie do gênero *Homo* que existiu na América foi a do *Homo sapiens*. Isso significa que o ser humano migrou para a América após ter se espalhado pela África, Ásia e Europa.

Uma das primeiras teorias sobre o povoamento da América, a **teoria Clóvis** ou "Clóvis primeiro", foi elaborada com base em vestígios encontrados no final da década de 1920, perto da cidade de Clóvis, no Novo México, nos Estados Unidos. Segundo esse modelo explicativo, as populações ameríndias nativas descenderiam todas do mesmo grupo ancestral, que teria chegado ao continente americano em uma única onda migratória ao final da última glaciação por meio do Estreito de Bering. Esse estreito é um extenso corredor terrestre que emergiu por causa da retração do nível dos oceanos, há cerca de 13 mil anos.

Atualmente, sabe-se que existem sítios arqueológicos no continente americano que apresentam artefatos com datas anteriores às estabelecidas para a cultura Clóvis. No Canadá, o sítio arqueológico Old Crow, e nos Estados Unidos, o sítio Topper, apresentam vestígios de ocupação humana de cerca de 14 mil anos. No Brasil, os sítios arqueológicos de Santa Elina, em Mato Grosso, e os do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, apresentam vestígios com datação superior a 15 mil anos.

Essas evidências contradizem a teoria Clóvis; entretanto, a hipótese da travessia de grupos humanos pelo Estreito de Bering continua válida. Alguns cientistas consideram que pode ter ocorrido mais de uma onda migratória. Além disso, especula-se que os primeiros povoadores teriam migrado navegando ao longo da costa do Oceano Pacífico. Apesar de as explicações a respeito da origem do ser humano na América não serem conclusivas, sabe-se que há cerca de 11 mil anos já havia ocupações humanas, em todo o continente americano.

Prováveis rotas do ser humano para a América



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas histórico mundial**. Barcelona: Larousse, 2010. p. 14-15.

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: Sítios arqueológicos ao redor do mundo

Enfoque

Responda no caderno.

1. Quais são as hipóteses para o povoamento da América representadas pelo mapa?
2. Que argumentos levaram os pesquisadores a refutar a teoria Clóvis? Qual é o papel dos sítios arqueológicos nesse sentido?
3. Faça uma pesquisa para descobrir os sítios arqueológicos que estão localizados próximos à região em que você vive. Quais são? E de que maneira as pessoas se relacionam com eles?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Periodização da história americana

Os estudiosos que pesquisam os primórdios da história do continente americano normalmente levam em consideração os modos de vida e os recursos naturais disponíveis para dividir a história do continente em períodos.

I. **Paleoíndio ou Lítico:** corresponde ao período das primeiras migrações para o continente americano, entre 25 mil e 15 mil anos, até cerca de 10 mil anos atrás. Esse período se caracteriza pela presença de grupos de caçadores-coletores nômades que produziam objetos de pedra lascada e é marcado também pelo processo de extinção da megafauna, constituída de preguiças, tatus e outros animais gigantes. Entre as prováveis causas desse evento, estão o aumento das temperaturas médias do planeta com o fim da era glacial, a escassez de alimentos dadas as mudanças ecológicas e a caça excessiva por parte dos grupos humanos.

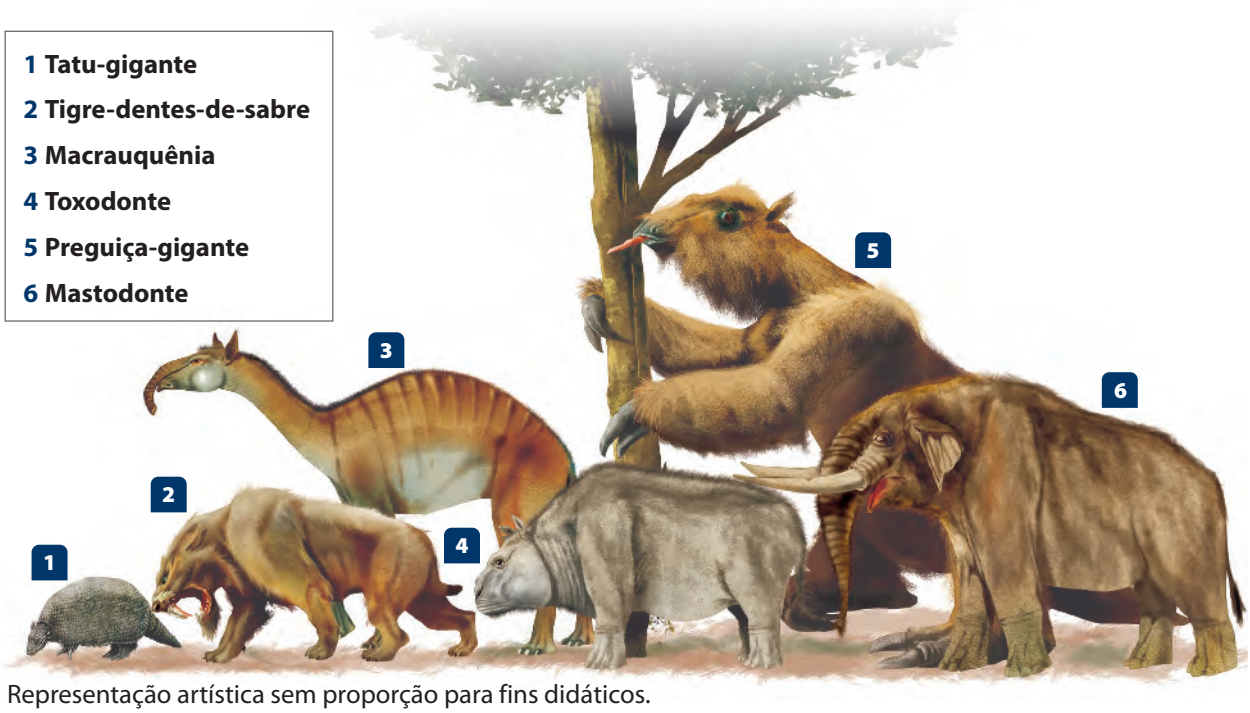
II. **Arcaico:** período que se estende de 10 mil anos atrás até cerca de 4 mil anos atrás. Nesse período a população de caçadores-coletores passou a adotar estratégias adaptativas mais diversificadas. Com a extinção da megafauna, a coleta ganhou maior importância, e nesse contexto se desenvolveram os primeiros experimentos de domesticação de plantas.

III. **Formativo:** compreende o período de cerca de 4 mil anos atrás até o século III d.C. É definido pela presença marcante da agricultura em certos lugares e pelas primeiras ocupações sedentárias em aldeias. A domesticação de plantas e de animais e o sedentarismo ocorreram de maneiras diversas e em épocas diferentes no continente, e foram acompanhados da produção de peças de cerâmica destinadas à armazenagem de alimentos e bebidas, ritos religiosos e outros usos cotidianos.

IV. **Clássico:** período que vai do século III até o século X. É marcado pelo início do processo de urbanização e pela presença de uma hierarquia social que costumava se refletir simbolicamente em diferenças entre divindades. Nesse período, ocorre o desenvolvimento da escrita por alguns povos (como os maias) e a forte presença do comércio de matérias-primas e de bens cerimoniais e de luxo.

V. **Pós-clássico:** período que vai do século X até a conquista do continente pelos europeus. Em certos lugares, houve intensa urbanização, com cidades construídas em torno de núcleos político-religiosos. Elas abrigavam uma grande população que incluía governantes, sacerdotes e seus séquitos, além de comerciantes e artesãos, caracterizando a especialização e divisão do trabalho. Nesse período, deu-se a formação de reinos militarizados, muitos dos quais expandiram-se em busca de novos territórios, tornando-se impérios.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



CARLOS CAMINHA/ARQUIVO DA EDITORA

Representação artística sem proporção para fins didáticos.
Na imagem, alguns exemplos de animais da megafauna que viviam onde hoje é o território brasileiro.
Fonte: NASCIMENTO, Camila Rodrigues; GALLO, Valéria. **Megafauna brasileira**. Rio de Janeiro: ComCiência, 2020.

Os povos da Mesoamérica

As primeiras sociedades ameríndias a apresentar organização socioeconômica e política complexa foram as dos olmecas e dos maias. Ambos os povos viveram próximos um do outro, na **Mesoamérica**.

Mesoamérica: povos e cidades



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fontes: FERREIRA, Graça Maria Lemos. **Atlas geográfico**: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 73; DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 236.

No princípio, os olmecas

Os olmecas habitavam a região do Golfo do México por volta de 1400 a.C. Considera-se que eles tenham influenciado outros povos mesoamericanos, particularmente na arte da escultura, nos rituais de sacrifício, nos monumentos em forma de pirâmides e nas quadras de jogos de bola.

Uma das marcas mais antigas da presença olmeca são pirâmides edificadas por volta de 1200 a.C. em San Lorenzo, no atual México. Outro registro da fixação dos olmecas na área são cabeças colossais, esculpidas em pedra entre 800 a.C. e 500 a.C., encontradas também em La Venta, outro importante núcleo olmeca.

Os nomes dos deuses dessa civilização permanecem desconhecidos, mas sabe-se que representavam fenômenos e elementos da natureza, como a chuva, o vento, a terra e o milho (base da alimentação das populações ameríndias). Animais como jaguares, águias e serpentes eram cultuados e representados como seres divinos em esculturas feitas a partir de materiais como a cerâmica e o jade.

As causas que levaram ao fim da sociedade olmeca são desconhecidas. Alguns monumentos de San Lorenzo foram atacados, parcialmente destruídos ou queimados por volta de 700 a.C. No século IV a.C., a população olmeca apresentou decrescimento substancial. Para alguns estudiosos, o declínio foi provocado por fatores ambientais como secamento de rios, enchentes e erupções vulcânicas. Para outros, os olmecas teriam entrado em conflito com outros grupos (talvez com os maias) e sofrido significativas perdas humanas e territoriais.



BOLTIN PICTURE LIBRARY/ BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – V MUSEU AMERICANO DE HISTÓRIA NATURAL, NOVA YORK

Artefato cerimonial olmeca na forma de um machado de jade, produzido entre 1000 e 400 a.C., conhecido como Machado de Kunz, provavelmente de Oaxaca, México. Nessa pedra esculpida é representada a figura do jaguar-homem. O animal simbolizava o poder e aparece em diversos mitos da cultura olmeca.

Saiba mais

Olmeca é uma palavra de origem *nahuatl*, a língua falada por diversos povos do México central e ocidental, e significa "habitante da terra da borracha". O termo era usado para se referir àqueles que habitavam o Golfo do México, em terras repletas das chamadas "árvores da borracha", similares às seringueiras da Amazônia e que também produzem um tipo de látex.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os povos maias

Os maias ocupavam terras ao sul da Mesoamérica. Há registros de pequenas vilas maias na região desde cerca de 1800 a.C., mas só após o século X a.C. o território ocupado pelos maias passou por um processo de urbanização e expansão comercial.

Os maias nunca formaram propriamente um império: suas cidades eram autônomas e definiam suas próprias leis e seu modelo de organização política. As cidades tinham importância política e religiosa: nelas moravam os nobres, os funcionários do Estado e os sacerdotes.

O núcleo central das cidades era composto de conjuntos administrativos, como templos, palácios e quadras de jogos. O jogo de bola era muito comum na região mesoamericana.

> Nesses jogos solenes e de afirmação política, uma das equipes poderia ser composta de prisioneiros de guerra [...]. O time dos prisioneiros era derrotado pelo time dos vencedores. Nesses casos, a vitória era atribuída à proteção dos deuses, ao poder do rei e à força e habilidade dos guerreiros/jogadores locais, que teriam ostentado, de novo, no campo do jogo de bola a superioridade alcançada no campo de combate. Por sua vez, a derrota era atribuída pelos vencedores à falta de proteção das divindades cultuadas pelo inimigo e à fragilidade e inferioridade de seus reis, senhores e guerreiros.
>
> LONDOÑO, Fernando Torres. No princípio da história, era um jogo de bola: jogo, poder e religião entre os maias. **Rever**, São Paulo, ano 15, n. 1, p. 119, jan./jun. 2015.

Os jogos eram realizados para marcar comemorações, como a inauguração de um templo, a visita de um aliado ou a vitória em uma guerra. Além disso, cumpriam uma função simbólico-religiosa, integrando rituais com sacrifícios humanos em oferenda aos deuses maias.

O setor mais importante da economia maia era a agricultura. O milho era o principal produto e a base da alimentação da sociedade, mas os maias também cultivavam cacau, batata, feijão, pimenta, abóbora, abacate, tabaco e algodão.

Os maias criaram um sistema de escrita que combinava ideogramas e símbolos fonéticos e um sistema numérico pioneiro que incluía a representação do zero. Tinham, também, bons conhecimentos de astronomia: seus complexos calendários auxiliavam a agricultura e continham significados religiosos. No entanto, por volta do ano 900, a sociedade maia entrou em declínio. Vamos estudar a seguir como isso teria acontecido.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **No texto, qual é o sentido da expressão "jogos solenes e de afirmação política"?**
2. **É possível afirmar que o jogo de bola para os mesoamericanos era uma espécie de ritual? Justifique.**



HUGO BORGES/AFP

Pessoas ao redor da pirâmide de Kukulkán no sítio arqueológico de Chichén Itzá, no México, celebram o equinócio da primavera. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CONTRAPONTO

O declínio da civilização maia

Por volta do século X, os maias sofreram impactante transformação social, política e econômica. Ao longo dos anos, arqueólogos e outros especialistas elaboraram diversas explicações para esse evento. Leia a seguir.

Texto 1

Nada permite afirmar que o território em que se desenvolveu a civilização maia tenha sofrido alguma mudança de clima de magnitude tal a ponto de essa civilização não ter sobrevivido [...]. Tudo leva a investigar as causas desse acontecimento, não no exterior da sociedade maia, na natureza ou em grupos humanos estrangeiros, mas em seu interior [...]. É possível imaginar que a massa camponesa, cansada de fornecer seu trabalho, o produto de seus campos, a força de seus braços [...] tenha pouco a pouco deixado de assumir a parte que lhe correspondia tradicionalmente na sociedade. [...] Outros fatores se combinaram, sem dúvida, para tornar irreversível a decadência: diminuição do comércio, insegurança vinculada ao belicismo, [...] empobrecimento dos artesãos, dos escultores, dos pintores, dos talhadores, dos oleiros. A partir de certo grau de desintegração, o processo se acelera irreversivelmente.

SOUSTELLE, Jacques. **Los mayas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. p. 124-126. (Tradução nossa).

Texto 2

Para resumir as razões do colapso da civilização clássica maia, podemos identificar cinco fios [...]. O primeiro consistia no crescimento populacional ultrapassando as fontes disponíveis [...]. Compondo essa desproporção entre população e recursos estava o segundo fio: os efeitos do desflorestamento e da erosão das encostas montanhosas, que causaram diminuição na quantidade de terra arável [...]. O terceiro fio consistia na intensificação das tensões sociais, conforme mais e mais pessoas lutavam por menos recursos. [...] Como nosso quinto fio, temos de imaginar por que reis e nobres fracassaram em reconhecer e resolver esses problemas aparentemente óbvios que solapavam sua sociedade. [...] Como muitos líderes ao longo da história humana, os reis e nobres maias não deram bola para os problemas de longo prazo, à medida que tomavam consciência deles.

DIAMOND, Jared. **Collapse**: How Societies Choose to Fail or Succeed. New York: Viking, 2005. p. 177-178. (Tradução nossa).



RICHARD ELLIS/ALAMY/FOTOARENA

Família de origem maia em Antigua, Guatemala. Fotografia de 2024. Após o colapso de sua civilização, os maias não desapareceram por completo. No estado mexicano de Yucatán, por exemplo, cerca de 80% da população é de origem maia.

Atividades

Responda no caderno.

1. Identifique a controvérsia envolvida nos respectivos posicionamentos dos autores.
2. Para você, qual é a explicação mais pertinente? Releia os dois textos e discuta essa questão com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Teotihuacanos e toltecas

Teotihuacán, no planalto central do México, foi a primeira grande cidade mesoamericana. Ela se formou da união de diversas aldeias por volta do ano 100 a.C., passou a ser considerada sagrada e chegou a reunir quase 100 mil habitantes em seu auge, por volta do século V d.C.; além disso, comunicava-se e tinha relações comerciais com muitas outras cidades mesoamericanas.

A chegada dos toltecas, por volta do século IX, abalou o domínio de Teotihuacán. Em pouco tempo, eles se irradiaram do Planalto Central para oeste, até Michoacán; para leste, até as costas do Golfo do México; e, para sudeste, até as montanhas de Oaxaca e a Península de Yucatán, dando início ao Império Tolteca, que manteve sua hegemonia até o século XII, quando começou a se desintegrar. Mesmo após seu declínio, motivado por conflitos internos e invasões estrangeiras, os toltecas continuaram influenciando culturalmente os povos que habitavam a região.

O Império Asteca

Os mexicas – termo utilizado pelos astecas para se autodenominar – chegaram à região onde hoje situa-se o México por volta do século XII, provavelmente vindos do noroeste. Estátuas e pinturas astecas (entre elas, uma representação do principal deus asteca, Huitzilopochtli) foram encontradas na Califórnia, Estados Unidos, o que leva a crer que eles tenham partido dessa região ou a atravessaram para chegar ao sul.

Entre os séculos XIII e XIV, os mexicas submeteram os povos que viviam na região do Lago Texcoco e lá se estabeleceram. Por volta de 1325, eles construíram o Templo Maior, ao redor do qual cresceu Tenochtitlán, a primeira e maior cidade asteca que também tornou-se sua capital. Ela chegou a ter entre 500 mil e 1 milhão de habitantes.

Após repetidos conflitos com outras cidades-Estado que guerreavam entre si, os mexicas estabeleceram aliança com as cidades de Texcoco e Tlacopán com o objetivo de dominar a região do Vale do México. A união das três cidades ampliou o poder político e militar de Tenochtitlán.

Os dados referentes à cidade de Tenochtitlán foram retirados de: SANTOS, Eduardo Natalino. As conquistas de México-Tenochtitlán e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. **História Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 218-232, 2014. p. 223.

Ao promover uma série de guerras entre os séculos XIV e XV, os astecas expandiram o controle sobre boa parte do atual México e construíram um grande império. O chamado Império Asteca delimitava-se, ao norte, pelo deserto e, ao sul, pelos remanescentes dos maias.



DEA/G.DAGLI ORTI/GETTY IMAGES – COLEÇÃO PARTICULAR

Detalhe de *A ilha do México no século XVI*. Pintura mural de Luis Covarrubias, Museu Nacional de Antropologia do México, 1960. A cidade de Tenochtitlán foi construída sobre ilhas do Lago Texcoco. Na imagem, é possível notar a representação do Templo Maior em homenagem a Huitzilopochtli, uma das mais importantes divindades dos astecas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sociedade e a economia dos astecas

A sociedade asteca era hierarquizada. O imperador desempenhava atividades administrativas, militares e religiosas, e era auxiliado por altos funcionários, como nobres e chefes militares, e por sacerdotes. Havia também comerciantes, artesãos, camponeses e escravizados. A guerra desempenhava um papel muito importante na sociedade asteca. De maneira geral, os combates tornavam possível a conquista de territórios, a imposição de tributos aos vencidos e a captura de prisioneiros para os rituais de sacrifício destinados a contentar os deuses. Assim, as guerras tinham forte apelo religioso entre os astecas.

A principal atividade econômica exercida pelos astecas era a agricultura. Eles produziam milho, tomate, algodão, batata-doce, cenoura, abóbora, girassol e vários tipos de pimenta e de pimentão. Além de consumido como fruta, o cacau era empregado para preparar bebidas e sua semente era utilizada como moeda. A dieta asteca também contava com peixes, aves (principalmente peru e pato) e cachorros, criados especialmente para a alimentação.

Os astecas desenvolveram uma importante técnica agrícola conhecida como **chinampa**, espécie de canteiro construído nas margens rasas de lagos, onde as famílias cultivavam flores, legumes e tubérculos comestíveis. O tamanho das chinampas variava entre 100 e 850 metros quadrados.



DANIEL CARDENAS/ANADOLU AGENCY/AFP

Um fazendeiro move sua canoa entre as chinampas, na Cidade do México, México. Fotografia de 2023. A capital mexicana foi construída sobre Tenochtitlán.

A educação asteca

Durante os primeiros anos de vida, a família era responsável pela educação das crianças. Quando cresciam, os jovens eram enviados a instituições destinadas à instrução religiosa, intelectual e de diversos ofícios. O texto a seguir trata da educação destinada às pessoas comuns da comunidade asteca.

> Filhos de membros comuns da comunidade iam para a *telpochcalli* ('casa da pessoa jovem'), que se localizava ao lado do templo local. [...] Meninas e meninos ficavam separados. Aprendiam história, língua, dança e canto e recebiam instrução religiosa. Os meninos eram submetidos a rigoroso treinamento militar, enquanto as meninas aprendiam a servir nos templos da cidade. A educação asteca enfatizava as obrigações e as responsabilidades dos jovens: o menino ou a menina eram encorajados a buscar servir ininterruptamente os deuses [...].
>
> PHILLIPS, Charles. **The everyday life of the Aztec & Maya**. London: Anness Publishing, 2007. p. 94. (Tradução nossa).

Entre os astecas, a educação visava atender às necessidades da sociedade, formando jovens para desempenhar funções cotidianas, atividades bélicas e administrativas além do sacerdócio religioso.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 4

Responda no caderno.

Enfoque

1. A educação garantia a integração dos indivíduos aos preceitos culturais da sociedade asteca?
2. No Brasil, a Educação Básica é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade, ou seja, é direito dos cidadãos e obrigação do Estado. Por que é importante concluir a Educação Básica? O que o Estado brasileiro poderia fazer para universalizar o acesso e garantir educação de qualidade a todos?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

América do Sul: Império Inca – século XVI



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fontes: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 238; KINDER, H.; HILGEMANN, W. **Atlas historique**: de l'apparition de l'homme sur la terre à l'ère atomique. Paris: Perrin, 1992. p. 218.

Povos dos Andes

Entre os séculos VII a.C. e I a.C., a cultura chavín, surgida no norte dos Andes peruanos, expandiu-se a partir da cidade de Chavín de Huántar, passando a reunir diversas comunidades sob o comando de um Estado teocrático.

Alguns séculos depois, nas margens do Lago Titicaca, ao norte da atual Bolívia, desenvolveu-se a cultura de Tiahuanaco. Os vestígios desse povo indicam a forte expansão da criação de animais e os primeiros cultivos agrícolas em terraços. Essa técnica de cultivo, que consistia na construção de degraus nas áreas de encostas com o objetivo de conter a erosão do solo, acabou por influenciar outros povos da região.

Os incas

Os povos quéchua ficaram conhecidos pelo nome de seus governantes: **incas**. É possível que eles tenham surgido nos Andes Centrais e chegado ao Vale de Cuzco, no atual Peru, entre os séculos XII e XIII.

A partir da segunda metade do século XV, os quéchuas se impuseram militarmente, dominando outros reinos e submetendo os habitantes locais à sua cultura e ao pagamento de tributos, formando o **Império Inca**. Esse império tinha como chefe supremo o **Sapa Inca**, ou simplesmente **Inca**, que vivia cercado pela família real, pelos nobres e pelos principais sacerdotes, altos funcionários e líderes militares, na capital, Cuzco.

O imperador inca era considerado filho do Sol e tinha poder vitalício e hereditário, com direito de interferir nos assuntos do cotidiano da população.



LEONARDO FERNANDEZ/GETTY IMAGES

Celebrações do festival Inti Raymi, em Cuzco, Peru. Fotografia de 2022. O festival é realizado todos os anos seguindo a tradição inca para marcar o solstício de inverno no hemisfério sul e prestar homenagem ao Sol.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Organização política e social

O imperador inca era assessorado por governantes responsáveis pela coleta dos tributos, pela organização das tropas e pela manutenção da ordem. A maioria da população era composta de camponeses. Eles trabalhavam nas terras da aldeia, ou *ayllu*. Cada *ayllu* era controlado por um *kuraka*, que organizava a produção e determinava quem tinha acesso à terra.

Entre os incas, havia muitas pessoas escravizadas, quase sempre como punição por revoltas ou por desobediência ao Inca ou aos detentores do poder político no plano local.

Economia e desenvolvimento técnico

A agricultura era a base da economia inca. Eles cultivavam milho, batata, feijão, algodão, abacate e quinoa, entre outros produtos. A adubagem da terra, principalmente nas áreas próximas ao litoral, era feita com guano, fertilizante natural que resulta do acúmulo de excrementos de aves marinhas. Os incas também criavam animais adaptados ao relevo acidentado da região andina, como lhamas e alpacas, que forneciam lã, carne e leite, além de serem utilizados no transporte de pessoas e produtos.

Os camponeses produziam para a própria subsistência, para o *ayllu* e para os governantes, desde o *kuraka* até o Inca. Além de cultivar as terras, eles tinham a obrigação de cumprir a ***mita***, um imposto pago com trabalho em que camponeses eram recrutados, durante alguns meses por ano para trabalhar em obras coletivas, como a construção e a manutenção de estradas, canais de irrigação e templos.

As estradas facilitavam o controle de áreas afastadas de Cuzco e possibilitavam o transporte e a circulação de pessoas, mercadorias e informações, contribuindo para integrar o império, abastecê-lo, controlá-lo e assegurar a hegemonia dos quéchuas.

Os incas também realizaram obras monumentais: muitas de suas construções foram feitas com pedras encaixadas, algumas pesando dezenas de toneladas. Esse método protegia as edificações dos terremotos, frequentes na região. As construções realizadas dessa forma ainda podem ser vistas em muitas cidades e sítios arqueológicos peruanos, como em Cuzco e Machu Picchu.



SERGI REBOREDO/ALAMY/FOTOARENA

Vista de Machu Picchu, no Peru. Fotografia de 2024. A técnica desenvolvida pelos incas de corte e encaixe de pedras utilizadas em suas construções continua um mistério até hoje.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Na imagem, que elementos da paisagem de Machu Picchu nos levam a reconhecer traços da civilização inca?**
2. **Se você estivesse no sítio arqueológico da fotografia e quisesse postar um vídeo em uma rede social para contar sobre a visita, que elementos você destacaria?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Pré-história brasileira: um tempo a ser descoberto

Produção: TV Brasil. Brasil, 2016. Duração: 55 minutos.

Para produzir esse episódio do programa *Caminhos da reportagem* que conta com belas cenas de paisagens brasileiras, os repórteres viajaram por quatro estados em busca de vestígios de dinossauros, grandes mamíferos e dos primeiros humanos. Eles também conversaram com especialistas para descobrir mais sobre esse período ainda pouco conhecido da nossa história.

Os primeiros povoadores do atual território brasileiro

A história brasileira teve início com a chegada dos primeiros grupos de caçadores-coletores nômades ao território que hoje corresponde ao Brasil. Não há acordo entre os pesquisadores a respeito da época em que isso teria ocorrido, pois as datações dos vestígios arqueológicos são discrepantes. Entretanto, há algum consenso de que, entre 14 e 11 mil anos atrás, no mesmo período em que o restante da América do Sul estava sendo povoado, já havia grupos humanos por aqui.

Os primeiros habitantes do atual território brasileiro fabricavam suas ferramentas de uso cotidiano com pedras lascadas e outros materiais. Divididos em diversos grupos, esses povos se espalharam por todo o território, transformando o ambiente, na medida em que faziam uso dos recursos naturais que encontravam e desenvolviam distintas formas de organização social.

O mapa a seguir mostra a distribuição dos principais sítios arqueológicos encontrados no Brasil até o momento. Em alguns desses sítios estão presentes os sambaquis, que são grandes montes construídos pelo ser humano com materiais orgânicos (como restos alimentares e mortais) e não orgânicos (como ferramentas e armas).

Brasil: sítios arqueológicos



Fontes: GUARINELLO, Norberto Luiz. **Os primeiros habitantes do Brasil**. São Paulo: Atual, 1994. p. 12; HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia (org.). **Pré-história do Brasil**. Rio de Janeiro: Manati, 2007. p. 22.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

O que revelam as evidências

As pesquisas feitas em sítios arqueológicos brasileiros do período Paleoíndio descobriram ossadas humanas, artefatos de pedra e restos de fogueiras com detritos alimentares. A análise desses restos orgânicos evidencia o consumo de carne de animais como antas, capivaras, veados, pacas, tatus, tamanduás, lagartos, emas e peixes. Além da caça, esses grupos se alimentavam de frutos, raízes e tubérculos, encontrados em abundância nesse período da história brasileira.

Os fósseis humanos mais antigos já encontrados no Brasil foram descobertos em uma caverna na região de Lagoa Santa, Minas Gerais, na década de 1970. Lá estavam muitos ossos e o crânio de uma mulher, de cerca de 11.600 anos, que foi batizada de Luzia. Atualmente, análises genéticas do fóssil de Luzia confirmam uma ancestralidade direta dos povos da chamada cultura Clóvis.

Também na década de 1970, foi iniciada a escavação de sítios arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí. No local, foi encontrado um fóssil de 9.600 anos.

A arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon desafiou o consenso científico sobre o povoamento da América. Ao longo de décadas de pesquisas no Parque Nacional da Serra da Capivara, que ajudou a criar, Guidon propôs datações que fazem a presença humana na região recuar a 48 mil anos atrás. Segundo ela, os primeiros humanos teriam saído da África e atravessado o Oceano Atlântico para chegar ao continente.

Entretanto, essa teoria não é aceita por toda a comunidade científica, que questionou seus procedimentos de datação e a ausência de ossadas humanas antes de 15 mil anos atrás na região. Além disso, argumentam que os restos de fogueiras e os utensílios de pedra em questão poderiam ser resultantes de causas naturais, como incêndios e desmoronamentos.

Com uma área de 1.300 quilômetros quadrados, o Parque Nacional Serra da Capivara abrange cerca de 400 sítios arqueológicos, sendo o Toca do Boqueirão da Pedra Furada o mais famoso. O parque apresenta a maior concentração de vestígios humanos no continente americano datados entre 11 mil e 9 mil anos. No parque, há ainda a ocorrência de diversos registros rupestres, testemunhando o comportamento simbólico dos povos que habitaram aquela região.

Dica

Um esqueleto incomoda muita gente...

Walter Neves. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

Nessa obra dedicada ao público geral, o arqueólogo Walter Neves conduz o leitor ao encontro do vestígio arqueológico mais celebrado em escavação: o esqueleto humano. Ao longo dos capítulos, apresenta o esqueleto humano como objeto de estudo e fonte de informação, ensinando a decifrar os vestígios do passado mais remoto.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGEM



Registros rupestres encontrados no sítio arqueológico Toca do Boqueirão da Pedra Furada, localizado no Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no Piauí. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os sambaquis

Em tupi, a palavra **sambaqui** significa "amontoado de conchas". A formação dos sambaquis se deve à presença de grupos coletores que viveram na zona litorânea ou nas margens de rios entre 8 mil e 2 mil anos atrás e que se alimentavam de moluscos e peixes, abundantes nos locais onde esses grupos se fixaram.

Há sambaquis espalhados ao longo de toda a costa brasileira, desde a vizinhança da foz do Amazonas até o Rio Grande do Sul. Leia a seguir o que diz Reinaldo José Lopes, estudioso dos sambaquis, em relação à região da Lagoa do Camacho, localizada no município de Jaguaruna, em Santa Catarina:

> Abastecidos pela riqueza de caça e pesca da vizinha Lagoa do Camacho, os sambaquieiros ergueram ali um monumento de 8 metros de altura, cobrindo 90 mil metros quadrados, a partir de uns 2.500 anos antes do presente. Ao longo de oito séculos, calcula-se que esse sambaqui tenha se tornado um local de derradeiro descanso de mais de 40 mil corpos humanos.
>
> LOPES, Reinaldo José. **1499**: o Brasil antes de Cabral. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017. p. 79.

Além de servirem de acampamento, pesquisas mais recentes têm revelado uma espécie de rede de ordenação do território onde essas estruturas foram construídas. Os pesquisadores entendem que os morros elevados dos sambaquis podiam apresentar finalidade de defesa contra possíveis invasores e de demarcação de fronteiras. Também foram encontradas nos sambaquis esculturas de pedra e ossos que sugerem algum tipo de organização social. Em algumas sepulturas, verificaram-se quantidades de objetos e cuidados diferentes para os corpos, o que pode indicar certa diferenciação social.

Por muito tempo os sambaquis sofreram danos causados pela depredação e pela exploração econômica de seu solo, rico em cálcio, utilizado na produção de cal. Alguns foram destruídos para dar lugar a rodovias ou empreendimentos imobiliários. Essa depredação só foi interrompida na década de 1960, quando os sítios arqueológicos dos sambaquis passaram a contar com a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), conforme a Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. De acordo com essa lei, os monumentos arqueológicos presentes no país ficaram sob a guarda e proteção do Estado brasileiro. Posteriormente, os sítios arqueológicos do país foram reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro.



CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Conchas no sambaqui Elefante Branco (também conhecido como Carniça), em Jaguaruna, Santa Catarina. Fotografia de 2021. Considerado o maior sambaqui do mundo, ele está ameaçado pela construção de casas ao seu redor.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Quais são as riquezas dos sambaquis? Por que eles foram parcialmente destruídos e permanecem ameaçados?
2. Você saberia identificar as pessoas ou as instituições responsáveis pela degradação e pela proteção desse patrimônio?
3. Em grupos, criem uma tabela contendo os possíveis argumentos usados por essas pessoas e instituições para assegurar tanto o uso das riquezas dos sambaquis quanto a proteção deles. Projetem os diferentes cenários de futuro decorrentes de cada uma dessas posições e debatam: em qual desses cenários vocês preferem viver no futuro? Por quê?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A biodiversidade cultural e agroecológica da Amazônia

Por muito tempo, acreditou-se que a ocupação da Amazônia e a agricultura na região fossem relativamente recentes. Hoje, porém, os especialistas acreditam que a ocupação humana da Floresta Amazônica iniciou-se há pelo menos 11 mil anos, antes do desenvolvimento da agricultura na região.

Pesquisas recentes têm indicado que os modelos de ocupação do vasto território amazônico foram diversificados e que a região estava densamente habitada por povos indígenas já no início da colonização europeia, a partir de 1500. Alguns povos eram nômades e viviam da caça, da pesca e da coleta, enquanto outros eram agricultores, como os povos das famílias linguísticas aruak e tupi-guarani.

Por volta de 6.500 anos atrás, grupos que habitavam o território passaram a cultivar produtos agrícolas, como mandioca, milho, cacau, pimenta, abacaxi, tabaco, açaí, cupuaçu, guaraná e amendoim. Essas culturas revelam um intricado e longo processo de domesticação ou de seleção artificial de plantas realizado pelos nativos ao longo do tempo. Atualmente, sabe-se que cerca de 80 espécies nativas foram cultivadas, em algum grau, na Amazônia.

No caso da mandioca, destacam-se duas variedades: a brava (venenosa) e a mansa. Apesar de seu veneno, a mandioca brava, mais adaptável e resistente a pragas, era mais amplamente cultivada. Sua utilização, no entanto, demandou o desenvolvimento de técnicas para eliminar suas toxinas. Já a mandioca mansa foi geneticamente alterada por meio da seleção de mudas, para que as plantas ficassem maiores e mais nutritivas. Se hoje a mandioca é uma importante fonte de nutrientes para milhões de pessoas, isso se deve aos povos originários da região Amazônica, que desenvolveram técnicas de domesticação, cultivo e processamento dessa planta.

Em relação ao cacau, as evidências científicas mostram que ele é oriundo do México, assim como o milho. No entanto, análises genéticas com cacaueiros mexicanos revelaram parentesco com cacaueiros da fronteira da Amazônia com o Peru e com a Colômbia. No caso do milho, o cereal só foi domesticado depois de ter se espalhado pela América do Sul, envolvendo também a Amazônia nas regiões dos atuais Acre, Rondônia e também na Amazônia boliviana.

Todo esse conhecimento é recente e envolve dados genéticos e arqueológicos indicativos de que a Amazônia, ao contrário do que se pensava, foi uma região de intensas trocas culturais entre diferentes grupos ameríndios.



PIRATA WAURA/PULSAR IMAGENS

Indígenas da etnia Wauja, na aldeia Piyulaga, empurram carrinho de mão com mandioca colhida na roça, no Parque Indígena do Xingu, em Gaúcha do Norte, Mato Grosso. Fotografia de 2023.

Dica

Milho chegou ao Brasil pela Amazônia ocidental e foi domesticado ao longo de ondas migratórias

Reportagem de Flaviane Costa para a *Revista Pesquisa Fapesp*. 10 set. 2024. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/milho-chegou-ao-brasil-pela-amazonia-ocidental-e-foi-domesticado-ao-longo-de-ondas-migratorias/. Acesso em: 11 set. 2024.

A reportagem apresenta os resultados de um estudo multidisciplinar sobre a domesticação do milho e a rota migratória de suas sementes desde o México e o centro-sul do Brasil, passando pela Amazônia. O estudo foi feito com a ajuda de arqueólogos, engenheiros, geneticistas e agrônomos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Teso dos Bichos

Direção: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Brasil, 2020. 1 minuto. Nessa animação, apresenta-se a área alagada e uma interpretação da formação e ocupação do Teso dos Bichos com base em estudos topográficos e arqueológicos.

Os Marajoara e a cultura ceramista

Uma das culturas indígenas mais expressivas na Amazônia foi a **cultura marajoara**, que se desenvolveu na Ilha de Marajó por volta de 3 mil anos atrás.

A cerâmica tornou-se importante para essa cultura porque tornou possível preservar os alimentos e cozinhá-los em panelas. Além disso, a nova técnica facilitou a fabricação de urnas para depositar as cinzas dos mortos. A cerâmica marajoara era decorada com desenhos e padrões geométricos que expressavam os mitos de seu povo.

Os Marajoara também se destacaram pela forma de ocupação do território. A marca mais visível dessa ocupação são os chamados "tesos", espécie de morros artificiais com a função de proteger a população das chuvas e da maré alta, que provocavam o transbordamento de rios e lagos, inundando extensas áreas da ilha. Essas construções revelam que os Marajoara compreendiam o clima e a topografia da ilha e sabiam utilizar, para sua sobrevivência, os recursos naturais disponíveis. Para construir os tesos, os habitantes da região retiravam a lama dos lagos artificiais que se formavam durante as cheias e a amontoavam em locais estratégicos. Eles também construíam açudes com o intuito de reter grande quantidade de peixes que, com o recuo das águas ao final do período de chuvas, ficavam represados. Assim, a população teria abundância de alimentos, que poderiam ser estocados no período das secas. De fato, a arqueologia comprova a predominância da alimentação baseada na fauna aquática, sobretudo peixes.



RICARDO AZOURY/PULSAR IMAGEM

Vista do sítio arqueológico Teso dos Bichos, na Ilha de Marajó, estado do Pará. Fotografia de 2015.



BETO CELLI/PULSAR IMAGENS - MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, SÃO PAULO

Urna funerária marajoara em cerâmica, cerca de 400-1400.



FABIO COLOMBINI - MUSEU DO FORTE, BELÉM/SIM/SECULT-PA

Tigela marajoara em cerâmica, cerca de 700-1100.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Povos indígenas do Brasil pré-cabralino

A principal característica da população indígena brasileira antes da chegada dos portugueses era a diversidade. Estima-se que havia cerca de 3 milhões de habitantes distribuídos em diferentes povos, que falavam mais de 350 línguas, aglutinadas em variados troncos e famílias linguísticas, como Tupi, Jê, Cariri, Aruak, Tucano, entre outros. Eles possuíam culturas próprias e apresentavam níveis bastante diversos de domínio tecnológico.

A maior parte desses povos era nômade, pois dependiam da caça, da pesca e da coleta para sobreviver. Os povos sedentários e os seminômades conheciam a agricultura e dedicavam-se principalmente ao cultivo de mandioca, batata-doce, raízes e algumas frutas, como o caju. Madeira e fibras vegetais eram utilizadas no fabrico de utensílios domésticos, moradias e objetos de adorno, e ossos eram empregados na confecção de armas e ferramentas de trabalho.

Os ameríndios do Brasil eram politeístas, e seus rituais celebravam as entidades associadas à natureza e aos espíritos protetores (da guerra ou do plantio, por exemplo).

Os povos indígenas que travaram os primeiros contatos com europeus foram os povos da etnia Tupi, como os Tupi-guarani. Há indícios de que, há 2 mil anos, eles iniciaram um movimento de imigração da Floresta Amazônica em direção ao sul e ao litoral, difundindo técnicas agrícolas e ceramistas pelo território.

Dica

O Karaíba: uma história do pré-Brasil

Daniel Munduruku.
São Paulo: Melhoramentos, 2018.

Nesse romance ficcional, ilustrado por Maurício Negro, o renomado e premiado escritor indígena Daniel Munduruku apresenta uma narrativa permeada de suspense e aventuras no território dos povos Tupi, antes da chegada dos navios portugueses. O enredo mergulha nas tradições e profecias indígenas imaginando a união de etnias rivais contra os "fantasmas" que viriam pelos mares.

Brasil: distribuição dos indígenas – século XVI



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel M. de *et al*. **Atlas histórico escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986. p. 12.

Os dados referentes à população indígena foram retirados de: MINKS, Volker. Ocupação territorial e produção de alimentos dos povos originários da América Latina: maias, astecas, incas e indígenas do Brasil no contexto de sua expansão e decadência. *In*: PAREDES, Beatriz (coord.). **O mundo indígena na América Latina**: olhares e perspectivas. São Paulo: Edusp, 2018. p. 300.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os Tupinambá

Tupinambá é uma palavra do idioma tupi formada pela junção de "tupi", "anama" (família) e "mbá" (todos), significando "todos os membros da família dos tupis". Seu provável núcleo inicial situava-se, na época da chegada dos portugueses, entre o Recôncavo Baiano e a margem direita do Rio São Francisco.

Mais ao sul, também é possível identificar a presença de povos que podem ser descendentes dos Tupinambá, porém designados com outros nomes. Os Tamoio (termo que significa "o mais velho") constituíam um desses grupos, e sua população ocupava a faixa litorânea entre os atuais municípios de São Sebastião (litoral de São Paulo) e Cabo Frio (no Rio de Janeiro).

Após a chegada dos portugueses ao litoral da atual Bahia, diversos povos indígenas fugiram para o interior ou para o norte. Essa migração contribuiu para dispersar ainda mais a população Tupinambá. Provavelmente foi dessa maneira que eles atingiram as proximidades do Rio Amazonas e as áreas hoje pertencentes aos estados do Maranhão e do Pará.

A guerra e o sustento

A guerra era uma das preocupações centrais dos Tupinambá. Ela equivalia a um ritual e representava uma forma de vingar a morte dos parentes, de controlar o inimigo e de absorver suas melhores características. A sequência natural da guerra era a **antropofagia**, outro traço importante da identidade cultural Tupinambá. Segundo o sociólogo Florestan Fernandes:

> O "ciclo de guerra" na sociedade Tupinambá era dotado de ritmo regular: os ritos estabeleciam com precisão o que os indivíduos deviam fazer no curso dos acontecimentos e situações sociais, que se desenrolassem entre a determinação do ataque e a consumação do sacrifício dos inimigos aprisionados. A rigor, todas as atividades guerreiras faziam parte de um conjunto de ritos, organicamente integrados e interdependentes. Nele também se integravam os ritos de sacrifício do inimigo, de antropofagia [...].
>
> FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Pioneira, 1970. p. 67.

Além de serem um povo guerreiro, os Tupinambá cultivavam, entre outros alimentos, batata-doce, abacaxi, amendoim, caju, abóbora, milho e, principalmente, mandioca, base de sua alimentação. A caça e a pesca, além da coleta de frutos e raízes complementavam a dieta. Eles também produziam objetos de cerâmica e eram reconhecidos como grandes navegadores dos rios brasileiros.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **De acordo com a análise sociológica de Florestan Fernandes, qual era a função social da guerra entre os Tupinambá?**
2. **Pode-se afirmar que a guerra determinava a conduta e o ritmo da vida comunitária? Explique.**



LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Indígena Tupinambá da Bahia se apresentando no *Slam* Coalkan, o primeiro do mundo a unir povos indígenas do norte e do sul do continente americano, na Festa Literária das Periferias FLUP 2022 na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Indígenas de ontem e de hoje

A chegada dos portugueses ao atual território do Brasil, em 1500, teve impacto significativo para os povos originários. Doenças como varíola, sarampo e gripe, trazidas involuntariamente pelos europeus, devastaram muitas comunidades indígenas, que não possuíam imunidade contra elas. Os nativos também sofreram com a escravização e com o avanço sistemático sobre suas terras. Além disso, eles foram inferiorizados com base em alegações etnocêntricas, como o fato de não terem formado Estados, construído cidades ou grandes edificações, a exemplo de maias, astecas ou incas.

Essa visão despreza a centralidade dos saberes indígenas para a compreensão dos ciclos da natureza, o uso medicinal de plantas, a produção e o consumo de alimentos, o estabelecimento de hábitos de higiene saudáveis etc. A importância dos saberes indígenas, contudo, não se esgota em questões práticas e cotidianas.

Com uma produção cultural e intelectual relevante, os indígenas agem defendendo seus direitos, tradições e identidades e contribuem para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país, tornando-o mais rico e diversificado.

Em 2021, por exemplo, a quantidade de indígenas cursando o Ensino Superior era de mais de 46 mil alunos. Nesse mesmo ano, 428 indígenas estavam atuando como professores universitários. São os casos do antropólogo Gersem Baniwa, do historiador Edson Kaiapó e da linguista Altaci Rubim.

Outros intelectuais, escritores e artistas, como Daniel Munduruku, Naine Terena, Djuena Tikuna, Aline Pachamama, Márcia Kambeba e Denilson Baniwa, vêm tornando públicos seus universos simbólicos com suas produções literárias, plásticas e audiovisuais, contribuindo para ampliar as trocas culturais entre indígenas e não indígenas.

Além disso, a produção de pessoas como Davi Kopenawa e Ailton Krenak, marcada pelos saberes e pela ancestralidade indígenas, promove uma visão mais integradora entre os seres humanos e o planeta. Esses escritos constituem ensinamentos vitais para o século XXI e oferecem uma alternativa ao modo de vida marcado pelo consumo exacerbado e pela busca indiscriminada do lucro.

> Neste momento, estamos sendo desafiados por uma espécie de erosão da vida. [...] Essa ideia me ocorre a cada passo que damos em direção ao progresso tecnológico: que estamos devorando alguma coisa por onde passamos. [...] A ecologia nasceu da preocupação com o fato de que o que buscamos na natureza é finito, mas o nosso desejo é infinito, e, se o nosso desejo não tem limite, então vamos comer este planeta todo. A proposta de desacelerar nosso uso de recursos naturais pode sugerir a ideia de adiar o fim deste mundo, mas, em alguns lugares esse fim já aconteceu – ontem, hoje cedo, vai acontecer depois de amanhã.
>
> KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. *E-book*.



MAURO PIMENTAL/AFP/GETTY IMAGES

Ailton Krenak tomando posse na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. Explique as hipóteses mais aceitas a respeito do povoamento do continente americano.

2. Quais são as principais semelhanças e diferenças entre os povos astecas e maias?

3. Leia o texto a seguir e explique como era a administração do Império Asteca.

> De modo geral, [...] as cidades e tribos conquistadas [...] estavam sujeitas a estatutos bem diferentes, variando desde uma simples aliança até uma estreita submissão, caso tivessem elas aceito relativamente de boa vontade a hegemonia [asteca] [...], ou, ao contrário, tivessem sido anexadas à força após luta militar. As cidades-sedes de guarnições militares não pagavam tributos, mas deviam assumir o encargo da manutenção das tropas. Outras não eram, ao menos teoricamente, sujeitas ao pagamento de impostos, mas se limitavam a enviar [...] "presentes" pretensamente voluntários. Todas as cidades do império, qualquer que fosse seu estatuto particular, deveriam renunciar de todo a conduzir qualquer política externa e militar independente, além de aceitar que nelas se celebrasse o culto da divindade asteca Huitzilopochtli.
>
> SOUSTELLE, Jacques. **A civilização asteca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 24-25.

4. (Enem-MEC)

O Império Inca, que corresponde principalmente aos territórios da Bolívia e do Peru, chegou a englobar enorme contingente populacional. Cuzco, a cidade sagrada, era o centro administrativo, com uma sociedade fortemente estratificada e composta por imperadores, nobres, sacerdotes, funcionários do governo, artesãos, camponeses, escravos e soldados. A religião contava com vários deuses, e a base da economia era a agricultura, principalmente o cultivo da batata e do milho.

A principal característica da sociedade inca era a

a. ditadura teocrática, que igualava a todos.

b. existência da igualdade social e da coletivização da terra.

c. estrutura social desigual compensada pela coletivização de todos os bens.

d. existência de mobilidade social, o que levou à composição da elite pelo mérito.

e. impossibilidade de se mudar de extrato social e a existência de uma aristocracia hereditária.

5. Leia a entrevista do arqueólogo brasileiro Eduardo Góes Neves, que dá destaque à tecnologia do *Lidar*, uma espécie de sensor que pode voar com *drones*, possibilitando a identificação de sítios arqueológicos embaixo da floresta, o que deve contribuir para avançar as pesquisas sobre o passado da Floresta Amazônica.

> A floresta tem que ser vista como um patrimônio não só natural, mas patrimônio biocultural, porque ela representa essa interação da presença indígena, nos últimos doze mil anos pelo menos, e mais recentemente também quilombola e ribeirinha. A ideia é usar essa tecnologia para patrimonializar estas áreas, já que a lei brasileira estabelece que patrimônio arqueológico não pode ser destruído, pois se torna da União. Ao identificar esses sítios em diálogo com as populações que vivem ali, que conhecem esses locais, e registrá-los no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a gente quer criar mais uma camada, ou uma barreira, para proteger essas áreas que já estão muito ameaçadas de destruição.
>
> DI BELLA, Gabi; VILELA, Miguel. Eduardo Góes Neves e a busca por ruínas escondidas na Amazônia revelada. **National Geographic Brasil**, 15 maio 2023. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/04/eduardo-goes-neves-e-a-busca-por-ruinas-escondidas-na-amazonia-revelada. Acesso em: 28 set. 2024.

a. Segundo Eduardo Góes Neves, por que devemos considerar a Floresta Amazônica um patrimônio biocultural?

b. Qual é a estratégia utilizada pelo pesquisador para ajudar a proteger a floresta?

6. (Fuvest-SP)

> Há cerca de 2000 anos, os sítios superficiais e sem cerâmica dos caçadores antigos foram substituídos por conjuntos que evidenciam uma forte mudança na tecnologia e nos hábitos. Ao mesmo tempo que aparecem a cerâmica chamada itararé (no Paraná) ou taquara (no Rio Grande do Sul) e o consumo de vegetais cultivados, encontram-se novas estruturas de habitações.
>
> André Prous. **O Brasil antes dos brasileiros**. A pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 49. (Adaptado).

O texto associa o desenvolvimento da agricultura com o da cerâmica entre os habitantes do atual território do Brasil, há 2000 anos. Isso se deve ao fato de que a agricultura

a. favoreceu a ampliação das trocas comerciais com povos andinos, que dominavam as técnicas de produção de cerâmica e as transmitiram aos povos Guarani.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

b. possibilitou que os povos que a praticavam se tornassem sedentários e pudessem armazenar alimentos, criando a necessidade de fabricação de recipientes para guardá-los.

c. proliferou, sobretudo, entre os povos dos sambaquis, que conciliaram a produção de objetos de cerâmica com a utilização de conchas e ossos na elaboração de armas e ferramentas.

d. difundiu-se, originalmente, na ilha de Fernando de Noronha, região de caça e coleta restritas, o que forçava as populações locais a desenvolver o cultivo de alimentos.

e. era praticada, prioritariamente, por grupos que viviam nas áreas litorâneas e que estavam, portanto, mais sujeitos a influências culturais de povos residentes fora da América.

7. Leia os textos a seguir com atenção.

A unidade básica era a cidade-Estado, com um rei, um conselho de nobres e sacerdotes, um chefe militar eleito por três anos [...] e toda uma rede de funcionários, policiais e chefes de aldeias. A estrutura social manifestava [...] uma estratificação que compreendia nobres, sacerdotes [...], a massa do povo e "escravizados" (criminosos, prisioneiros de guerra).

CARDOSO, Ciro Flamarion. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 75.

Apesar de possuírem muitos traços culturais comuns – como região habitada, a organização social e a cosmovisão baseada no calendário [...] – não houve um centro maia que unificasse todos os grupos [...] entre os maias predominou a multiplicidade de cidades independentes que competiram militar e comercialmente através da formação de confederações.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. **Deuses do México indígena**. São Paulo: Palas Athena, 2002. p. 60.

a. Qual é o tema principal de cada um desses textos?

b. Com base na leitura dos textos, quais eram as características sociais e políticas da civilização maia?

8. Com base na leitura dos textos motivadores a seguir e em seus conhecimentos, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "Desafios para o registro de Terras Indígenas no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

CAPÍTULO VIII
DOS ÍNDIOS

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

BRASIL. **Constituição federal**. [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2024.

Texto 2

[...] ainda que a constituição de 1988 tenha definido que até 1993 o governo brasileiro deveria cumprir a demarcação de todas as terras indígenas ocupadas tradicionalmente, não foi cumprida tal determinação pela lentidão e burocracia da justiça, [...] das 654 terras indígenas com pendências administrativas para efetivação de demarcação, 348 [...] até hoje [2018] não tiveram providências tomadas pelos órgãos do Estado, ou seja, 53% dessas terras ainda não iniciaram os processos para demarcação, desse total, 90% estão na Amazônia brasileira.

As [...] [Terras Indígenas] presentes na Amazônia Legal representam 27% de área de floresta de toda a região, abrigando 173 etnias. Não só representa a garantia dos direitos à terra e ao território pelos povos indígenas, os assegurando condições necessárias para reprodução física e sociocultural, como também, essas terras, constituem-se como territórios estratégicos para a conservação da biodiversidade amazônica, pois, exercem função de barreiras no avanço do desmatamento. Entre os anos de 2000 e 2014, a perda de floresta amazônica dentro das TIs foi de 2%, enquanto a média em toda a Amazônia Legal no mesmo período foi de 19%.

SILVA, Gustavo da; PUREZA, Marcelo Gaudêncio Brito. A demarcação de terras indígenas na Amazônia Legal. **Revista Nupem**, v. 11, n. 22, p. 44-50, 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 2

POPULAÇÃO, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

Você já refletiu sobre os significados da chegada dos europeus ao continente americano a partir do fim do século XV? Consegue imaginar o choque cultural decorrente do encontro entre povos e sociedades tão distintos entre si? E as consequências desse choque para os ameríndios? Os encontros de espanhóis e portugueses com os indígenas provocaram espanto e curiosidades recíprocos relativos às diferenças na estrutura social, nos hábitos, nos modos de vida e nas concepções de mundo desses povos.

Os europeus apresentavam motivações aventureiras, religiosas e econômicas que eram estranhas aos indígenas. O contato entre esses povos foi permeado não só por trocas culturais, mas também por tentativas de aculturação, de conversão dos nativos ao cristianismo e de difusão de agentes patógenos que causaram doenças contra as quais os povos originários não tinham imunidade. Destacam-se também os inúmeros e violentos conflitos em razão das tentativas de escravização e dominação territorial para a exploração comercial das riquezas naturais.

Passados mais de 500 anos desde a chegada dos colonizadores, existem ainda cerca de 114 povos indígenas que vivem isolados na Amazônia brasileira, povos que não mantêm relações permanentes, seja com povos indígenas ou não indígenas, com exceção de contatos esporádicos. Quais seriam as possíveis consequências para esses povos isolados se tivessem mais contato com os não indígenas? Partindo dessa questão, reflitam em grupo sobre a importância da delimitação de seu território e da preservação do meio ambiente para a sobrevivência de todos os povos indígenas e a manutenção de seus respectivos modos de vida. Em seguida, abordem o papel do Estado e da sociedade brasileira nesse processo.

Indígenas da etnia Munduruku pescando no Rio Tapajós na Floresta Nacional do Tapajós em Belterra, Pará. Fotografia de 2023. Para muitos povos indígenas, a natureza é sagrada. A compreensão dos seus ciclos e o manejo sustentável dos recursos naturais garantem a sobrevivência material, cultural e espiritual desses grupos indígenas.



ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LALO DE ALMEIDA/FOLHAPRESS



Garimpo clandestino na área do Rio Rato, perto do Tapajós, em Itaituba, no Pará. Fotografia de 2018. Para muitos não indígenas, a natureza é meramente um recurso a ser explorado. A poluição fluvial e a degradação provocada pelo garimpo ilegal são ameaças à sobrevivência dos povos indígenas, inclusive dos que vivem isolados.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As discussões propostas ao longo dos capítulos permitem mobilizar os temas população, território e fronteira, que nortearam o desenvolvimento desta unidade. Trata-se de categorias amplamente utilizadas nos estudos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois nos auxiliam a compreender as disputas e os conflitos entre grupos sociais distintos, bem como a ampliar a nossa capacidade de entender e de transformar o mundo ao nosso redor.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume de história, a unidade propõe o estudo dos processos de formação das monarquias europeias e do Estado moderno e as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e territoriais estabelecidas a partir da expansão marítima e comercial e da consolidação da colonização europeia do continente americano.

Nos dois próximos capítulos, você vai:

- analisar a formação das monarquias europeias e os desdobramentos sociais, políticos e econômicos decorrentes desse processo;
- estudar os fundamentos do mercantilismo e a dinâmica da expansão marítima europeia;
- examinar a organização social, política, econômica e territorial do processo de colonização da América;
- compreender os conflitos e as consequências para os povos ameríndios e africanos da consolidação da posse do continente americano pelas nações europeias;
- refletir sobre o papel da escravidão na organização social e produtiva da América portuguesa.

Capítulo 4

Formação das monarquias nacionais e expansão colonial europeia

Estamos muito habituados a viver sob a jurisdição de um Estado nacional que possui fronteiras bem delimitadas e exerce o monopólio da justiça, das forças armadas e da emissão de moeda. Mas será que sempre foi assim? O Estado nacional, a nação, são dados naturais ou construções históricas? A maneira como cada Estado se organizou ao longo do tempo é resultado de processos históricos que conferem aos Estados nacionais características únicas. O que significou a formação desses Estados?

A emergência de monarquias centralizadas administrativa e politicamente – como Portugal, Espanha, Inglaterra e França – está associada às mudanças sociais, políticas e econômicas vivenciadas nessas regiões no decurso do período conhecido como Idade Média.

A expansão marítima da Europa Ocidental pelo globo, iniciada no século XV, está diretamente ligada à emergência dessas monarquias nacionais. Apenas um Estado unificado seria capaz de propiciar os recursos financeiros, humanos e tecnológicos necessários para os grandes empreendimentos marítimos que ocorreram no período. A expansão territorial e a formação de um império colonial foram as principais formas pelas quais as potências europeias procuraram firmar sua supremacia e assegurar sua influência em escala global.

Portanto, a formação das monarquias nacionais europeias e sua expansão marítima e territorial são fenômenos históricos que estão inter-relacionados e tiveram enorme repercussão na estruturação do mundo contemporâneo. Neste capítulo, vamos estudar como ocorreu a formação das monarquias nacionais, a expansão marítima europeia e a colonização do continente americano por espanhóis, franceses e ingleses, considerando seus aspectos político, econômico, cultural e religioso.



PHILIPPE STIRNWEISS/© EUROPEAN UNION 2023

Jovens entre 16 e 30 anos reunidos no Parlamento Europeu, na cidade de Estrasburgo, na França, em 2023, durante o Encontro Europeu da Juventude. O evento ocorre a cada dois anos, é aberto a todos os jovens, de diferentes nacionalidades, que vivem na União Europeia, e tem como objetivo formular e compartilhar ideias sobre o futuro do continente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O nascimento da Europa

A noção da Europa como um continente distinto e definido geograficamente é uma construção histórica tecida ao longo de muitos séculos. Heródoto, no século V a.C., foi um dos primeiros a se referir à Europa para nomear uma das três partes do mundo conhecido à época. Mais tarde, os romanos, que conquistaram as terras em torno do Mar Mediterrâneo, colocaram povos muito diversos sob a mesma administração e espalharam os ideais da cultura greco-romana. A partir do século III, a concessão de cidadania a todo homem livre do império contribuiu para fornecer alguma uniformidade a povos muito dessemelhantes entre si.

Entretanto, nesse período, o Império Romano entrava em decadência e assistia à multiplicação de povos germânicos, vindos do norte do continente europeu, e de povos asiáticos, como os hunos, em suas regiões fronteiriças. Esses povos que não falavam o latim e não seguiam as leis romanas eram chamados de "bárbaros" pelos romanos.

Buscando garantir a preservação do vasto território romano, em 395, o império foi dividido em duas partes: **Império Romano do Ocidente** e **Império Romano do Oriente**. Entretanto, no século V, o Império Romano do Ocidente já estava reduzido à Península Itálica e, em 476, seu último imperador foi deposto. Esse evento tradicionalmente assinala o fim da **Antiguidade** e o início da **Idade Média** na Europa. Entretanto, não se trata de uma ruptura completa.

Esse processo foi acompanhado da fusão de elementos romanos e germânicos. Muitos povos germânicos se cristianizavam à medida que adentravam o império e, uma vez admitidos nas fileiras do exército romano, também se romanizavam e introjetavam valores hierárquicos presentes nas instituições romanas. Além disso, embora o declínio imperial tenha provocado escassez de moedas circulantes, destruição de estradas romanas e redução do tamanho das cidades e das transações comerciais, as cidades e o comércio nunca desapareceram completamente.

Ao longo dos séculos V e VIII, período que abarca a **Alta Idade Média**, a unidade territorial romana cedeu lugar a uma dezena de reinos germânicos: visigodos na Espanha; ostrogodos na Itália; burgúndios e francos na Gália; lombardos na Itália; e jutos, anglos e saxões dividiram espaço com celtas nas Ilhas Britânicas. Muitos deles administravam seus territórios com base em elementos característicos dos povos germânicos, associados a outros, romanos. Aos poucos, os germânicos aderiram ao catolicismo, o que também impulsionou a difusão do latim no continente europeu.

Todo esse contexto – associado às tentativas de organização de grandes impérios, aos desdobramentos do processo de **feudalização** de partes do continente, entre os séculos XI e XIII, e ao longo processo subsequente de **formação das monarquias** nacionais – abrange alguns dos momentos fundamentais para o nascimento da Europa.



Hagar, o Horrível, tirinha de Dik Browne, 1973. Hagar é um guerreiro *viking* originário de uma região que hoje corresponde aproximadamente à atual Noruega.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Com base no que a personagem Helga afirma sobre dois dos povos "bárbaros" (os francos e os hunos), quais seriam as características deles?
2. Junte-se com um colega e respondam: O que seria a "idade das trevas"? Qual é a opinião de vocês a respeito dessa designação?
3. Como o último quadrinho muda a forma tradicional de contar a história da Europa? Como essa forma de representar o tema se relaciona com a linguagem das tirinhas?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Senhores feudais: nobres que possuíam feudos ou domínios senhoriais, onde trabalhavam os camponeses, que eram chamados de servos – obrigados a prestar-lhes serviços e pagar-lhes com parte de sua produção pelo uso da terra.

A formação das monarquias nacionais

As monarquias nacionais resultaram de um longo processo de unificação política que se iniciou na Europa, na **Baixa Idade Média**, entre os séculos XI e XV. Até então, o poder dos monarcas estava restrito aos domínios pessoais e sua autoridade não era muito diferente daquela exercida pelos demais **senhores feudais** em seus respectivos feudos.

Cada senhor exercia pleno governo em suas terras, que funcionavam como entidades independentes, com suas leis, normas e exércitos próprios, por exemplo. Entretanto, entre os séculos XI e XIII, houve um processo de **fortalecimento das atividades comerciais** e de **crescimento urbano**. Levas populacionais partiam em direção aos centros urbanos ou para as regiões ao redor das feiras comerciais.

O crescimento das cidades e do comércio gerou uma mudança nos valores e nas práticas do mundo medieval. Com o declínio da aristocracia feudal e a **ascensão da burguesia** urbana – grupo formado por artesãos, comerciantes e empresários – o eixo dinâmico da sociedade europeia passaria dos campos para as cidades. Contudo, a existência de diferentes moedas, pesos, leis, impostos e pedágios em cada feudo tornava a circulação de mercadorias bastante difícil e economicamente prejudicada. Por isso, a burguesia, ao se fortalecer, reivindicaria participação política, pressionando as estruturas do sistema feudal que atravancavam o desenvolvimento das atividades comerciais.

Nesse contexto, disseminaram-se as figuras dos cambistas e dos agiotas, responsáveis pela conversão de diferentes moedas em circulação na moeda de uso em determinada localidade, e por empréstimos a juros, fornecendo o capital inicial para implantação de determinada atividade comercial nas cidades. Essas práticas estão na origem dos bancos. Os primeiros banqueiros se estabeleceram em prósperas cidades italianas, mas logo o ofício se disseminou para outros locais.

Em razão da convergência de interesses, houve uma aliança entre os monarcas e a burguesia mercantil. Os monarcas buscavam aumentar seu poder político, submetendo a nobreza e a Igreja a seus interesses. A burguesia, por seu lado, se beneficiaria com a centralização do poder, pois considerava a descentralização política e administrativa entre diferentes senhores feudais um entrave a suas atividades econômicas. Por esses motivos, a nobreza associada ao monarca e os burgueses uniram-se e estimularam o processo de centralização de poderes em territórios nacionais com a unificação de leis, moedas e força militar.



HERITAGE IMAGE PARTNERSHIP LTD/ALAMY/FOTOARENA - GALERIA DORIA PAMPHILJ, ROMA

Os agiotas, pintura de Quentin Matsys, 1520. O empréstimo a juros era condenado pela Igreja Católica, por isso era comum que os banqueiros – muitos dos quais judeus – fossem representados de forma distorcida como seres gananciosos e interesseiros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A formação das monarquias nacionais na Península Ibérica

Entre os séculos XIII e XVII, o Estado monárquico centralizado se impôs em quase toda a Europa Ocidental. Portugal e Espanha foram os primeiros a iniciar esse processo. Os desdobramentos das guerras de **Reconquista**, nas quais os cristãos buscavam a retomada do controle da Península Ibérica, que foi sendo dominada pelos muçulmanos a partir do século VIII, levaram à emergência de **monarquias nacionais** e a constituição desses dois países ibéricos.

A unificação do território da atual Espanha foi precedida pela formação de quatro reinos: Leão, Castela, Navarra e Aragão. Castela e Aragão anexaram Leão e Navarra, além dos os territórios que iam sendo conquistados dos mouros. Em 1469, para fortalecer os reinos cristãos negociou-se o casamento entre Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, conhecidos como os "Reis Católicos". Um marco importante nesse processo foi a conquista da região de Granada em 1492, o último reduto muçulmano na Península Ibérica.

A unificação de Portugal também foi um processo gradativo, que começou no século IX, com a criação do **Condado Portucalense**, um território equivalente ao norte de Portugal atual e que havia sido entregue pelo rei de Leão a Henrique de Borgonha em virtude de serviços prestados na Reconquista. No século XII, o condado era governado por Afonso Henriques, filho de Henrique, que derrotou as forças do rei Afonso VII e conquistou a independência.

Em 1143, Afonso Henriques foi reconhecido como rei de Portugal pelo papa Inocêncio II, assumindo o nome de Afonso I. Ele continuou a expandir as fronteiras do reino, conquistando territórios dos reinos muçulmanos e cristãos. Em 1383, morreu o último rei da dinastia de Borgonha. A Coroa seria entregue a seu genro, rei de Castela, mas uma revolução, que ficou conhecida como **Revolução de Avis** (1383-1385), financiada pela burguesia mercantil, levou à ascensão da dinastia de Avis, consolidando a independência de Portugal.

A gradual reconquista dos territórios da Península Ibérica pelos reinos cristãos, coroada pela formação de Portugal e da Espanha, assinalou o fim da presença muçulmana na região. Esse processo histórico também colocou ambos os países em vantagem em relação às demais monarquias europeias, ainda fragmentadas ou envolvidas em guerras e lutas dinásticas. A unificação precoce de Portugal e Espanha permitiu que esses países saíssem na frente de outras nações europeias na expansão marítima bem como na conquista e colonização de outros continentes.

Península Ibérica: conquista cristã – séculos X-XV



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. **Atlas historique**. Paris: Perrin, 1992. p. 182.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As monarquias inglesa e francesa

Enquanto os reinos ibéricos se unificavam, França e Inglaterra travavam entre si a **Guerra dos Cem Anos**, uma disputa dinástica entre a Casa dos Plantagenetas e a Casa de Valois pela Coroa da França. Apesar do nome, na realidade, a guerra ocorreu de forma intermitente e, por isso, durou mais de cem anos, tendo se iniciado em 1337, com a tentativa de Eduardo III Plantageneta da Inglaterra de assumir a Coroa francesa, e terminou com a vitória dos Valois em 1453.

No início da guerra, os ingleses venceram importantes batalhas. Entretanto, a França, auxiliada por Joana d'Arc, uma jovem camponesa (mais tarde canonizada pela Igreja Católica) que liderou as tropas de Carlos VII, conseguiu reverter a guerra a seu favor, expulsando os ingleses definitivamente de seu território.

As turbulências causadas pela guerra, além de agravar o quadro de crise econômica e de declínio demográfico, ajudaram a desencadear conflitos no campo e nas cidades, contribuindo para desestabilizar o sistema feudal. A Guerra dos Cem Anos teve consequências importantes: contribuiu para fomentar o sentimento nacional nascente nessa época, levou à formação de exércitos profissionais no lugar dos cavaleiros medievais e impulsionou a centralização política dos reinos francês e inglês.

Ao fim dos conflitos, ambos os países procuraram fortalecer a soberania monárquica, mas tiveram de lutar contra os senhores feudais que se opunham à centralização estatal. A Inglaterra estava envolvida com guerras sucessórias que opunham a Casa de York à Casa de Lancaster na chamada **Guerra das Duas Rosas** (1455-1485). Essa guerra terminou com a ascensão ao trono de Henrique VII, que em 1485 fundou a dinastia Tudor, que governaria o país até 1603.



MOVIESTORE COLLECTION LTD/ALAMY/FOTOARENA

Cena da adaptação cinematográfica *Joana d'Arc*, de Luc Besson, lançada em 1999.

Dica

Joana d'Arc

Tony DiGerolamo. São Paulo: Farol Literário, 2011. (Farol HQ).

O autor Tony DiGerolamo adaptou para os quadrinhos o romance produzido pelo renomado escritor estadunidense Mark Twain (1835-1910). Com ilustrações de Rajesh Nagulakonda, a obra trata das aventuras de Joana d'Arc na condução das forças militares pela libertação da França.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Estado moderno

No século XVI, com a consolidação das monarquias nacionais, o rei passou a ter uma autoridade quase ilimitada sobre seu território e seus súditos. Assim, configurava-se um cenário em que o poder real estava acima dos poderes locais e se sobrepunha também ao poder religioso.

A sociedade organizada nesse período ficou conhecida como **Antigo Regime**, apresentando características como o absolutismo monárquico, no campo político, e o mercantilismo, no campo econômico.

Absolutismo monárquico

A monarquia absolutista pressupunha três princípios básicos:

- **soberania** – a Coroa tornou-se soberana em seu território e os poderes concentraram-se na figura do rei;
- **secularização** – apesar de não haver total separação entre Estado e Igreja, ocorreu uma progressiva diferenciação da esfera de atuação de cada uma dessas instituições, gerando tensões entre elas;
- **centralização administrativa** – favoreceu o estabelecimento de uma burocracia estatal, de um exército permanente e de um sistema unificado de leis válido em todo o território e subordinado à monarquia.

Teóricos do absolutismo

Entre os séculos XVI e XVII, alguns filósofos desenvolveram teorias para justificar o poder absoluto dos soberanos. Em seu tratado *Da República*, o filósofo político francês **Jean Bodin** (1529-1596) defendia a subordinação da Igreja ao poder soberano do monarca. Bodin afirmava que toda soberania e toda autoridade pertenciam por direito ao Estado e que o soberano era o legítimo representante de Deus sobre a Terra.

Em 1651, o filósofo político inglês **Thomas Hobbes** (1588-1679) publicou sua principal obra, *Leviatã*, na qual defendia a necessidade do poder absoluto, porém sem recorrer a fundamentos religiosos. Ele argumentava que os seres humanos, vivendo em estado de natureza, estavam predispostos a guerras e disputas entre si. Entretanto, por meio de um contrato social, no qual os indivíduos passam a subordinar-se a um governo soberano, seria possível buscar a paz e garantir o cumprimento das leis e a coesão social do território.

Já o bispo francês **Jacques Bossuet** (1627-1704), outro teórico do poder absoluto, reafirmou a teoria do direito divino dos reis. Segundo essa doutrina, o poder divino se confunde com o poder do próprio rei e, portanto, justifica a obediência incondicional à vontade absoluta do monarca.



HYACINTHE RIGAUD - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Luís XIV, rei da França, em trajes reais, pintura de Hyacinthe Rigaud, 1701. Luís XIV, o "Rei Sol", governou a França de 1643 a 1715, sem primeiro-ministro, ocupando-se pessoalmente dos assuntos relativos ao Estado. Nenhum outro soberano da época encarnou como ele e de maneira tão categórica a figura do monarca absoluto. A ele é atribuída a frase "o Estado sou eu".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O mercantilismo

Os monarcas absolutistas procuravam aumentar seu poder por meio de medidas políticas e econômicas com a finalidade de ampliar ao máximo a riqueza do reino. O conjunto dessas medidas, adotadas pelos Estados nacionais europeus entre os séculos XVI e XVIII, ficou conhecido como **mercantilismo**. Entre os princípios mais comuns que vigoraram no período estão:

- **a balança comercial favorável** – era necessário exportar mais do que importar. As importações deviam se limitar às matérias-primas, enquanto as exportações se voltavam para os bens manufaturados;
- **o protecionismo alfandegário** – eram cobrados pesados impostos sobre produtos estrangeiros, o que os tornava mais caros. Assim, mesmo que a qualidade dos produtos importados fosse superior à dos produzidos no reino, os consumidores eram desestimulados a adquiri-los;
- **o metalismo** – os governos procuravam adquirir a maior quantidade possível de metais preciosos com base no princípio de que o ouro e a prata eram as principais fontes de riqueza;
- **o exclusivo comercial metropolitano** – criar monopólios comerciais era outro modo de aumentar as exportações e diminuir as importações. O melhor exemplo dessa prática foi o estabelecimento dos domínios coloniais europeus. Utilizando mão de obra indígena ou africana escravizada, as colônias na América produziam e forneciam matérias-primas baratas às metrópoles europeias, e os colonos eram obrigados a consumir os produtos manufaturados vindos das metrópoles.

A adoção dessas medidas mercantilistas variou consideravelmente de acordo com cada país. As nações católicas de Portugal e Espanha, por exemplo, que construíram vastos impérios coloniais, acentuaram a política econômica com base no exclusivo comercial metropolitano. Nesses países, o setor manufatureiro não se desenvolveu plenamente, e suas economias declinaram quando as jazidas de metais preciosos presentes em seus domínios ultramarinos se esgotaram.

A Grã-Bretanha e os Países Baixos, que não foram pioneiros na corrida colonial, desenvolveram mais as manufaturas para enriquecer, tirando vantagem de tarifas protecionistas e dos investimentos privados da burguesia, que estava em ascensão política e econômica. A nova mentalidade surgida com a Reforma Protestante os auxiliou nisso. Estudaremos a seguir como as Reformas Religiosas contribuíram para esse cenário.



AEROVISTA LUCHTFOTOGRAFIE/SHUTTERSTOCK

Navios transportam contêineres até o Porto de Roterdã, Países Baixos. Fotografia de 2022. Os portos têm sido fundamentais para garantir a circulação de pessoas e de produtos desde o século XV. Atualmente, são responsáveis por movimentar mais de 80% do comércio global de mercadorias e enfrentam desafios para reduzir a poluição causada pelos navios, melhorar a qualidade da água e preservar a biodiversidade em seu entorno.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Você conhece alguma região portuária? Quais são as suas impressões sobre ela?
2. O que ocorreu com os fluxos de pessoas e de mercadorias a partir do século XV? Qual é a importância dos portos nesse contexto?
3. Dê exemplos de consequências negativas e positivas desse fenômeno.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As Reformas Religiosas

Paralelamente ao processo de formação dos Estados nacionais, ocorreram as chamadas **Reformas Religiosas**, que contribuíram para consolidar as monarquias, reduzindo o poder que a Igreja tivera até então.

Na Idade Média, a *Bíblia* só circulava em latim, a língua oficial da Igreja Católica, que não era um idioma falado pela maior parte das pessoas que viviam na Europa. Dessa maneira, o texto sagrado era inacessível à maioria da população, que não sabia ler e escrever e basicamente só conhecia as línguas ou os dialetos locais. Além disso, no período, havia grande insatisfação com a corrupção do clero, a rigidez dos dogmas católicos, o luxo do papado, os abusos de poder dos bispos e a falta de preparo dos padres.

Muitos ansiavam por uma prática religiosa mais espiritualizada e próxima do que julgavam ser a vida simples e devota dos primeiros cristãos. No século XV, realizou-se uma série de concílios, reuniões de eclesiásticos com o objetivo de deliberar sobre questões de fé, doutrina ou disciplina, com o propósito de promover reformas na Igreja. Tais concílios, porém, não produziram os efeitos esperados por parte dos fiéis e dos clérigos que desejavam mudanças mais profundas na instituição. Para agravar a crise religiosa, novas técnicas de impressão foram desenvolvidas por Johannes Gutenberg, em 1439. Elas baratearam a produção livreira e favoreceram a difusão das críticas à Igreja e dos textos reformistas, ao menos entre as elites letradas, naquele período.

O movimento da **Reforma Protestante** se iniciou quando, em 1517, Martinho Lutero, monge e professor de teologia na região alemã da Saxônia, afixou nas portas da Catedral de Wittenberg suas 95 teses criticando a Igreja. Lutero condenava o comércio de indulgências, isto é, a venda de perdão pelos pecados – prática destinada a financiar os gastos da Igreja –, a posição privilegiada do clero na sociedade e a autoridade inquestionável do papa.

Em contrapartida, Lutero defendia que apenas a fé levava à salvação. Para ele, não haveria necessidade de nenhuma autoridade (padres, doutores ou teólogos) para interpretar a palavra revelada na *Bíblia*: cada cristão teria razão e bom senso suficientes para compreender o texto sagrado e aplicá-lo em sua vida. Assim, Lutero realizou a primeira tradução do texto sagrado para a língua alemã e enfatizou a necessidade de criar escolas para que todos fossem capazes de lê-lo.

Dica

Classificação indicativa do filme *Lutero*: 14 anos.

Lutero

Direção: Eric Till. Alemanha, 2003. 121 minutos.

O filme narra a história de Martinho Lutero, que, depois de se revoltar contra a corrupção na Igreja Católica, acabou fundando uma nova Igreja cristã – a Luterana –, dando início, assim, ao movimento da Reforma Protestante.



Estátua de Martinho Lutero, iniciador da Reforma Protestante, em Dresden, Alemanha. Fotografia de 2023.

MAGO/ALAMY/FOTOARENA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As reformas protestantes se espalham pela Europa

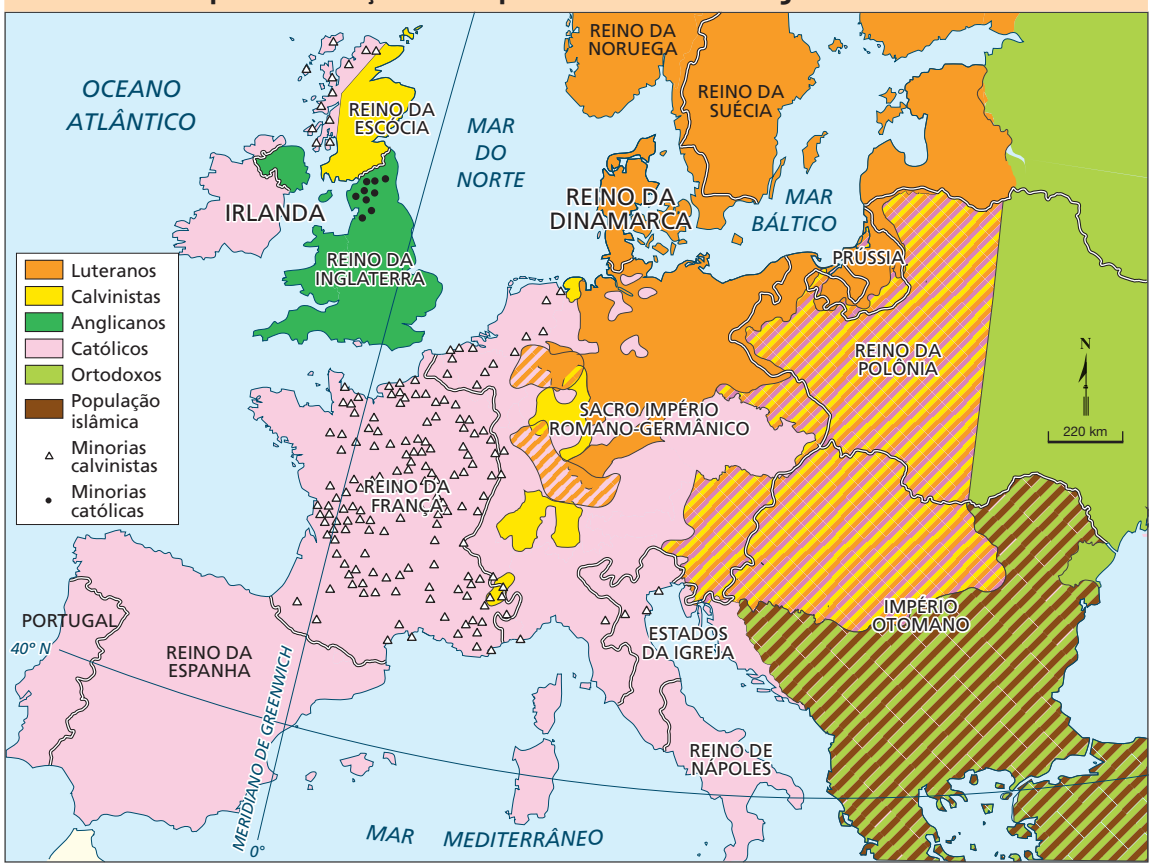
Por causa da insatisfação com a Igreja Católica, diversos setores da sociedade aderiram com fervor à reforma. Em larga medida, isso ocorreu porque havia um conflito entre a Igreja e a monarquia desde a Idade Média. Os papas pretendiam controlar e limitar o poder dos soberanos com base na ideia de que a Igreja era a representante de Deus sobre a Terra e, portanto, todo poder derivava dela. Assim, no plano político, muitos soberanos viram na reforma uma oportunidade de reforçar seu poder e de se livrar da ingerência do papado nos assuntos internos a seus reinos.

Dessa forma, com base nas ideias de Lutero, a reforma se alastrou para várias regiões europeias. Ulrico Zuínglio introduziu-a na Suíça em 1523. Pouco depois, em 1536, o teólogo francês João Calvino propôs uma versão ainda mais radical e austera das ideias de Lutero, criando o **calvinismo**. Para os calvinistas, a devoção ao trabalho e a riqueza material eram formas de reconhecer os eleitos por Deus. A prosperidade resultante do trabalho disciplinado era vista como sinal da graça divina e caminho para a salvação. Essa visão calvinista da religião ajuda a explicar por que, em regiões economicamente mais dinâmicas da Europa, ricos comerciantes e artesãos apoiaram com tanto fervor a reforma.

Já a divisão do cristianismo na Inglaterra mesclou questões pessoais e políticas. O rei Henrique VIII pretendia se divorciar de sua esposa Catarina de Aragão. Entre outros motivos, seu matrimônio não lhe garantiu um herdeiro masculino ao trono (o filho que tiveram morreu com sete semanas), mas, sim, uma filha, Maria Tudor. Impaciente com a negativa do papa Clemente VII, o monarca fundou a Igreja Anglicana em 1534, da qual passou a ser o soberano e chefe supremo.

A difusão da reforma acelerou o processo de centralização estatal e de formação das monarquias nacionais. Para os protestantes, a verdadeira religião não tinha existência real fora do coração dos fiéis e, por isso, não havia justificativa para a Igreja possuir terras e riquezas. Foi com base nesse argumento que os soberanos que aderiram à reforma puderam confiscar as propriedades da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, se verem livres da interferência papal na política interna de seus reinos. Com a fragmentação da unidade da cristandade, a Europa dividiu-se em Igrejas rivais.

Europa: distribuição de adeptos de diferentes religiões – século XVI



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 78.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Reforma Católica

O avanço do protestantismo impulsionou a **Reforma Católica**. Seus principais objetivos eram: reafirmar os princípios fundamentais do catolicismo, coibir os abusos do clero católico e reforçar a disciplina dos padres.

A criação de ordens religiosas foi uma das medidas tomadas para fortalecer a Igreja Católica. Em 1534, foi fundada a **Companhia de Jesus**, com o objetivo de combater o avanço do protestantismo, converter os povos pagãos e estabelecer uma elite católica culta por meio de uma rede de instituições de ensino disseminadas pela Europa e pelas colônias europeias na América. A reforma também restabeleceu os tribunais do Santo Ofício, ou **Inquisição**, com a finalidade de investigar os suspeitos de heresia. Além disso, criou o *Index Librorum Prohibitorum* (Índice de Livros Proibidos), um catálogo que indicava os livros que os católicos eram proibidos de ler.

A Reforma Católica foi concluída no **Concílio de Trento**, que se reuniu entre 1545 e 1563. Esse concílio, realizado por iniciativa do papa Paulo III, serviu para reafirmar os ritos e dogmas católicos, como a devoção aos santos e à Virgem, o latim como língua utilizada nas missas e na *Bíblia*, a autoridade do papa e o caráter sagrado do clero católico. O concílio também reafirmou a noção de que a salvação se dá pela fé e pelas obras, como jejuar, participar da missa, oferecer donativos aos pobres e peregrinar.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - BIBLIOTECA NACIONAL, PARIS

Reprodução das páginas iniciais do *Index Librorum Prohibitorum* em publicação de 1711. Esse livro foi criado em 1559 com o intuito de defender a moral dos fiéis, indicando obras de filósofos, cientistas e escritores que desafiavam a doutrina oficial católica. A existência do índice influenciou significativamente a produção e a circulação de conhecimento na Europa durante séculos.

Saiba mais

A hostilidade entre a Igreja Católica e as Igrejas reformadas, em paralelo ao fortalecimento das monarquias absolutistas, deu origem a uma série de conflitos religiosos que geraram uma vasta onda de violência e intolerância em várias regiões do continente.

No século XVII, por exemplo, a **Guerra dos Trinta Anos** (1618-1648), iniciada em regiões do Sacro Império Romano-Germânico, envolveu diversas potências europeias e resultou na morte de milhões de pessoas. Na ocasião, Filipe II, rei da Espanha, um dos principais redutos católicos da Europa, tinha pretensões expansionistas e o desejo de reconverter os protestantes ao catolicismo.

Os conflitos cessaram com a assinatura do Tratado da Westfália, concluído em 1648. O tratado reconhecia a independência entre poder político e poder religioso e concedia liberdade religiosa aos súditos dos reinos. Apesar de nem todos os governos terem de fato respeitado o tratado, ele é um marco na construção do Estado moderno.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Analise o mapa da página 90 e explique como ficou a distribuição religiosa no continente europeu no século XVI.
2. A cisão da cristandade estimulou a perseguição religiosa entre cristãos. No que consiste essa prática?
3. Coloque-se no lugar de uma autoridade eclesiástica, um governante e uma pessoa que já sofreu perseguição religiosa. Que atitudes cada um desses personagens adotaria para coibir a intolerância religiosa? Debata com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: A expansão marítima e a cartografia

A expansão marítima europeia

Até o século XV, o conhecimento que os europeus tinham sobre o mundo era bastante limitado e as viagens transoceânicas eram consideradas impossíveis.

Essa situação modificou-se com o desenvolvimento das caravelas e o aperfeiçoamento dos instrumentos de navegação, que envolveram diversas trocas culturais entre europeus e outros povos, como árabes e judeus. A apropriação e o aperfeiçoamento de instrumentos como a bússola magnética, o astrolábio, o quadrante e as cartas náuticas possibilitavam aos navegadores se orientarem também pela leitura da posição dos astros e das estrelas na esfera celeste.

Além dos avanços técnicos, para viabilizar a **expansão marítima** eram necessárias grandes somas de capital que só estados fortes e centralizados podiam prover. As nações ibéricas foram pioneiras nesse processo.

Primeiramente Portugal e, mais tarde, Espanha, consolidaram seus Estados nacionais e contaram com investimento massivo de seus respectivos governos interessados na expansão marítima e nas consequentes vantagens comerciais desse empreendimento. Em contrapartida, a França e a Grã-Bretanha, que saíram mais tarde nessa disputa pelos mares, se valeram extensivamente da atuação de corsários, ou seja, de frotas privadas de navios, autorizados pelo governo a realizar atos de pirataria contra frotas e territórios inimigos.

A expansão marítima portuguesa

A unificação precoce de Portugal, com a Revolução de Avis, em 1385, possibilitou ao país sair na dianteira dos empreendimentos marítimos. Em 1415, os portugueses conquistaram a cidade de Ceuta, no norte da África, que estava em poder dos muçulmanos. A partir de então, se iniciariam as navegações pela costa africana.

Os portugueses passaram a investir decididamente na circum-navegação do continente africano em direção ao continente asiático quando, a partir de 1453, os turcos otomanos ampliaram o controle sobre as rotas comerciais terrestres e também dos mares europeus por onde afluíam produtos orientais de enorme valor na Europa.

Em 1488, o navegador Bartolomeu Dias contornou o Cabo da Boa Esperança, atingindo o extremo sul do continente africano. Uma década depois, Vasco da Gama chegou a Calicute, fundando o primeiro entreposto português na Índia. Foi também procurando outra rota atlântica para a Índia que, em 1500, Pedro Álvares Cabral chegou às terras que mais tarde fariam parte do Brasil.



AFFARIMAGES/ALAMY/FOTOARENA

Réplica da Nau Capitânia, caravela portuguesa usada por Pedro Álvares Cabral, na cidade do Rio de Janeiro. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A expansão marítima espanhola

As viagens ultramarinas espanholas tiveram início após o casamento da rainha Isabel, de Castela, com Fernando, príncipe de Aragão, em 1469. Como estudamos, o matrimônio foi um passo decisivo para a formação do Estado centralizado espanhol, concluída em 1492 com a expulsão dos mouros de Granada, último reduto do domínio árabe na Península Ibérica.

A Coroa espanhola financiou a primeira viagem transatlântica do navegador genovês Cristóvão Colombo. O objetivo de Colombo era cruzar o Atlântico e encontrar uma rota para as Índias navegando para o oeste. Como outros navegadores de sua época, Colombo já sabia que a Terra era redonda e acreditava que, se navegasse para o Ocidente, chegaria à Ásia. Tanto que, quando atracou nas ilhas do Caribe, em outubro de 1492, acreditou que houvesse chegado a ilhas remotas do continente asiático.

Mesmo com a chegada ao continente americano, a Coroa espanhola continuou interessada em encontrar uma rota de comércio alternativa para o Oriente. Em 1519, Fernão de Magalhães, um experiente navegador português a serviço dos espanhóis, iniciou uma viagem para encontrar as fabulosas ilhas das especiarias (as atuais Molucas, na Indonésia). No entanto, Magalhães morreu em 1521, nas Filipinas, em um conflito com os nativos. Juan Sebastián Elcano assumiu o comando da viagem, concluindo-a em 1522. A primeira viagem de circum-navegação da Terra, que havia se iniciado com cinco embarcações e 237 homens, terminou com apenas um navio tripulado por 18 homens.

As Grandes Navegações assinalaram o início de um intenso intercâmbio cultural entre os povos e inauguraram o processo de constituição de um mercado mundial. É possível afirmar que, até o século XV, a Europa era a periferia de ricos impérios, como o bizantino, o otomano e os reinos árabes, que dominavam o comércio no Mediterrâneo e as rotas do Oriente e exportavam produtos de luxo para o consumo das Cortes europeias. Com os empreendimentos marítimos e a colonização da América, essa situação mudou: a Europa deixou de ser periferia para tornar-se o centro promotor de rotas comerciais por todo o planeta.

Dica

Nos passos de Cristóvão Colombo

Jean-Paul Duviols. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

A obra conduz o leitor a uma viagem a bordo das caravelas de Colombo em sua expedição à América. São destacadas as experiências dos navegadores, os terrores associados ao mar e as tecnologias náuticas que tornaram possíveis as viagens transoceânicas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



GIANCARLO COSTA/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura do século XIX que representa Cristóvão Colombo explicando à Corte espanhola sua estratégia de navegação considerando a esfericidade do planeta Terra.

As disputas políticas entre as Coroas ibéricas

As autoridades portuguesas buscaram legitimar, por intermédio do papa, a conquista das novas terras. Por meio da bula *Romanus Pontifex* (1455), o papa Nicolau V reconheceu como legítimas todas as ações de descoberta, conquista e colonização do espaço atlântico e africano até então efetuadas pelos portugueses, o que incluía a escravização de muçulmanos e africanos. Vale lembrar que, até o século XVI, a instituição que arbitrava conflitos entre os reinos europeus era a Igreja Católica.

As tensões que existiam entre portugueses e espanhóis só foram atenuadas em 1479, com a assinatura do **Tratado de Alcáçovas**. Em troca da aceitação, pela Coroa portuguesa, de Isabel como rainha de Castela, os castelhanos reconheceram a soberania de Portugal sobre os Açores, a Madeira e todos os territórios ao sul das Canárias. Em razão disso, Isabel de Castela apoiou o plano de Colombo de chegar às Índias navegando para o Ocidente, já que a rota africana havia se tornado monopólio português.

Com a viagem de Colombo, a Espanha conquistou uma enorme faixa territorial em uma época em que ninguém podia avaliar com exatidão a área que cabia a cada reino. Tanto que, em 1494, ao ser assinado o **Tratado de Tordesilhas**, Portugal preocupou-se basicamente em garantir a segurança de suas rotas marítimas no Atlântico Sul. Esse último tratado garantiu a Portugal o controle de todas as terras e rotas de navegação situadas a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde.

Os demais reinos europeus se sentiram desprestigiados e não legitimaram a assinatura de tal tratado. Entretanto, a partilha firmada entre os reinos ibéricos estabeleceu as bases jurídicas que favoreceram a criação do Império Português e a formação da América portuguesa, assunto que será estudado no próximo capítulo.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Com base na análise do mapa, comente sobre como o Tratado de Tordesilhas influenciou a distribuição territorial das Américas entre os reinos português e espanhol.**
2. **A Igreja Católica teve um papel na mediação de conflitos na Europa, como menciona o texto. Quais instituições atuais desempenham um papel semelhante diante de conflitos internacionais?**

Mundo: domínios portugueses e espanhóis – séculos XV-XVI



Fonte: PARKER, Geoffrey. **Atlas Verbo de história universal**. Lisboa: Verbo, 1996. p. 90.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

A conquista da América espanhola

Em 12 de outubro de 1492, as embarcações de Colombo chegaram à Ilha de **Guanahani**, que os espanhóis rebatizaram de São Salvador. Com base nos diários de Colombo, sabemos que a ilha era habitada e que os contatos com os nativos foram amistosos. Leia a seguir o relato escrito por Colombo na carta em que anuncia ao rei da Espanha o descobrimento e o seu encontro com os nativos.

> As pessoas desta ilha e de todas as outras que encontrei ou das quais tive notícia andam todas nuas, homens e mulheres, tal como vieram ao mundo, embora algumas mulheres cubram um único lugar do corpo com a folha de uma planta ou com um paninho de algodão que confeccionam para essa finalidade.
>
> [Eles] não conhecem nenhuma seita nem idolatria; todos creem que as forças e o bem estão no céu e acreditam firmemente que eu, com estes navios e pessoas, tenha vindo do céu, e com esta crença me recebiam em todos os cantos, depois de terem perdido o medo. E isso não ocorre porque sejam ignorantes; pelo contrário, são homens de inteligência bem aguçada e navegam todos aqueles mares [...]; mas porque nunca viram gente vestida nem navios semelhantes.

JANE, Lionel Cecil. **Select Documents Illustrating The Four Voyages of Columbus**. London: The Hakluyt Society, 1930. v. 1., p. 2-5. (Tradução nossa).

Guanahani: nome pelo qual os nativos americanos chamavam a ilha onde os europeus atracaram pela primeira vez na América. Essa localidade faz parte das Antilhas, um arquipélago com centenas de ilhas banhadas pelo Mar do Caribe na América Central. Porém, não se sabe ao certo qual das ilhas do arquipélago seria Guanahani e qual era a cultura dos nativos que a habitavam.

Para os nativos, o fato de os europeus chegarem navegando os mares provocava assombro, e o excesso de roupas causava estranhamento. Já para os espanhóis, a natureza da América com sua fauna e flora desconhecidas, e de cores vibrantes, provocava admiração e espanto. Esse choque de culturas resultaria em conflitos cruéis e desiguais entre os conquistadores europeus, ao impor suas visões de mundo e estabelecer colônias, e os povos originários, que ancestralmente habitavam o continente.

Em pouco tempo, os espanhóis já haviam se espalhado e conquistado diversas ilhas do Caribe. Os caraíbas e os tainos eram os principais grupos indígenas que habitavam a região. As guerras, as doenças trazidas pelos europeus e o regime de trabalhos forçados levaram esses grupos a resistir contra a invasão europeia.

As estimativas apresentadas neste capítulo sobre o número de indígenas que habitavam o continente americano na época da conquista, assim como o número de nativos mortos, têm como fonte o livro: HART-DAVIS, Adam. **History**: The Definitive Visual-Guide. Londres: DK, 2007.

Ainda que seja difícil calcular a quantidade de habitantes das ilhas caribenhas no momento da conquista, estima-se que os espanhóis tenham encontrado cerca de 60 mil tainos em Porto Rico, que em poucos anos foram totalmente exterminados por doenças. Na ilha de Hispaniola, viviam aproximadamente 250 mil deles em 1492, população que decaiu para perto de 15 mil em 1520.



THEODORE DE BRY - COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura de 1594, de Theodore de Bry, representando a chegada de Cristóvão Colombo à América.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

A conquista da América Latina vista pelos indígenas: Relatos astecas, maias e incas.

Miguel León-Portilla. Petrópolis: Vozes, 2023.

A obra resgata e analisa diversos relatos indígenas que descrevem o violento encontro de culturas ocorrido com a chegada dos europeus às Américas.

Estranhamentos e trocas culturais entre ameríndios e europeus

É muito comum encontrarmos relatos sobre o estranhamento entre indígenas e espanhóis no início da conquista do Novo Mundo.

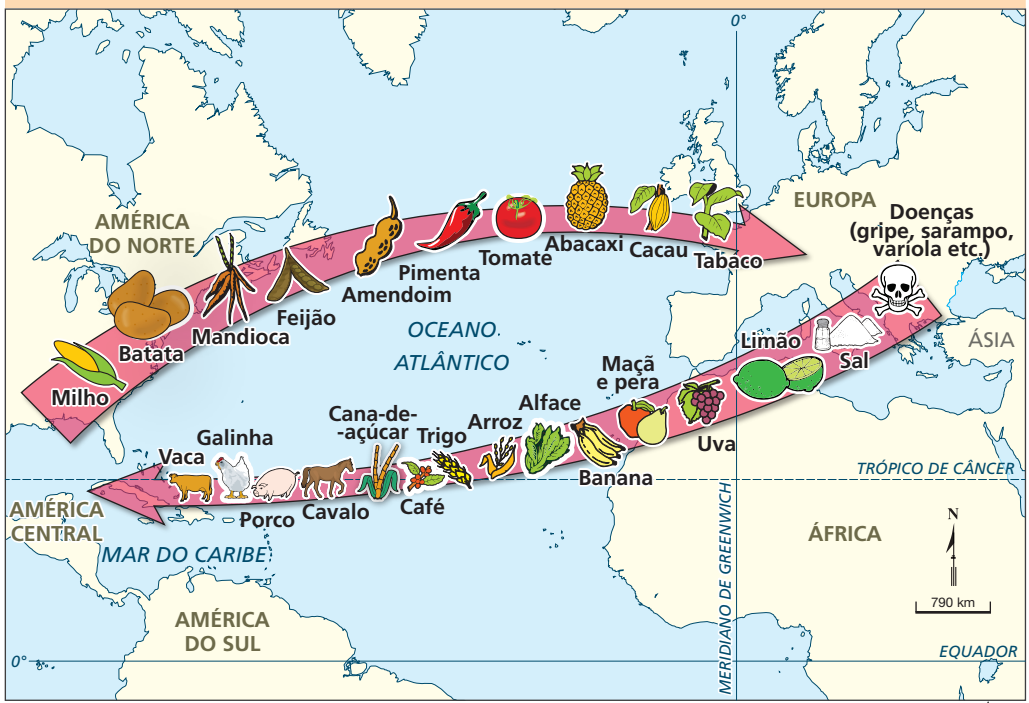
Durante algum tempo, os historiadores viram na surpresa dos espanhóis a origem da violência e da ganância que os faziam explorar avidamente as terras americanas e na perplexidade dos indígenas a dificuldade em resistir aos invasores. De fato, povos nativos como os astecas, por exemplo, tomaram os espanhóis por deuses que cumpriam uma antiga profecia, a de que o deus Quetzalcóatl, a serpente emplumada, retornaria por mar para restabelecer a paz entre os povos.

Porém, os europeus também interpretavam a realidade com base em suas crenças. No caminho para a América, Cristóvão Colombo registrou em seu diário a queda de um corpo celeste em chamas sobre o mar, o que poderia indicar problemas futuros e maus presságios.

A chegada dos europeus à América teve impacto profundo na vida dos habitantes originários do continente americano. Como iremos estudar mais detalhadamente, nem as pequenas comunidades, nem os grandes impérios conseguiram resistir ao avanço dos conquistadores. Para estes, a América estava sendo "descoberta", como se o continente fosse despovoado.

É importante destacar que, em meio aos embates cruéis e desiguais, que acabaram por submeter os povos nativos aos conquistadores europeus, ocorreram também intensas trocas culturais. Produtos originários da América, hoje tão comuns no mundo todo, como milho, batata, tomate, pimenta e cacau, não existiam na Europa. Os europeus, por sua vez, introduziram animais desconhecidos dos americanos, como o cavalo, a vaca, o porco e a galinha. Essa circulação de espécies entre continentes ficou conhecida como o **grande intercâmbio colombiano**.

Intercâmbio colombiano – séculos XVI-XVII



Fontes: FERREIRA, Graça Maria Lemos. **Atlas geográfico**: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 8-9; REY CASTELAO, Ofelia. Pessoas e bens em circulação. *In*: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; MARTINS, Maria Cristina Bohn (org.). **As Américas na Primeira Modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prismas, 2018. v. 2, p. 101-103.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

A chegada dos espanhóis ao México

O principal objetivo dos conquistadores espanhóis ao realizar as navegações era obter metais preciosos e, assim, enriquecer o reino. Nas ilhas do Caribe onde Colombo aportou, essas riquezas eram escassas. Por isso, os espanhóis seguiram para o oeste em busca de ouro e prata, chegando ao continente pela primeira vez em 1517, numa expedição liderada por Francisco Córdoba. Eles tentaram entrar na Península de Yucatán (no atual México), mas foram rechaçados pelos nativos.

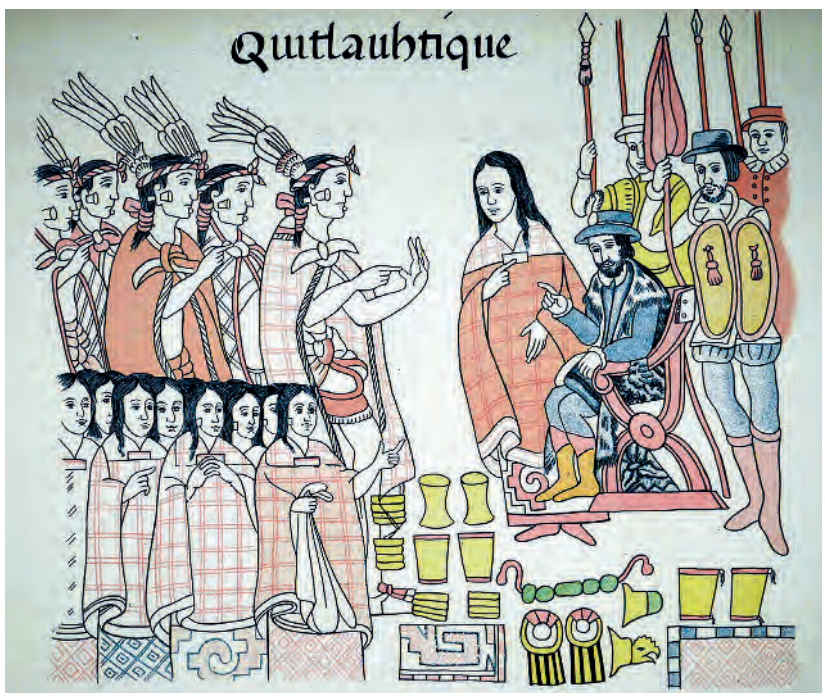
Contudo, as notícias que obtiveram a respeito das riquezas nas terras continentais animaram os espanhóis. Sob o comando de Hernán Cortés, foi organizada uma ação militar para conquistar o Império Asteca. Partindo de Cuba, Cortés desembarcou no litoral do Golfo do México, na região da Península do Yucatán, em 1519. A expedição reuniu centenas de soldados, equipados com cavalos e canhões.

Os espanhóis conseguiram fazer alianças com povos nativos como tlaxcaltecas, texcocos, chalcos. Tais alianças devem ser pensadas em termos pragmáticos, pois na época havia muitos grupos indígenas que agiam conforme seus próprios interesses. Boa parte desses povos se ressentia da política expansionista dos astecas, a quem deveriam pagar impostos e providenciar apoio militar. Os espanhóis conseguiram explorar as rivalidades existentes entre os povos que ocupavam as terras do atual México; em contrapartida, esses grupos não podiam prever as consequências das alianças com os conquistadores.

Os conquistadores espanhóis contaram, também, com a ajuda de Malinche, uma nativa que havia sido entregue na condição de escravizada aos tabascos. Quando os espanhóis chegaram, ela foi oferecida, com outras mulheres e riquezas, como presente a Cortés.

Os europeus chamavam Malinche de dona Marina. Ao aprender castelhano, ela assumiu as funções de intérprete das línguas maia e **nauatle** bem como de informante dos europeus. Atuando como conselheira, ela exerceu importante papel nas negociações e alianças estabelecidas entre Cortés e os povos indígenas da região.

Nauatle: conjunto de línguas faladas no México Central pelos mexicas (ou astecas), que se difundiu na Península de Yucatán durante o domínio desse povo. O idioma ainda é falado em algumas partes do México e da América Central.



WHPICS/ALAMY/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Quitlauhtique ou *Ofereceram presentes a ele*. Reprodução de ilustração do códice **Lienzo Tlaxcala**, de cerca de 1550, em que tlaxcaltecas entregam presentes a Hernán Cortés; ao lado dele, em pé, está Malinche.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Malinche é uma figura de destaque nesse códice? Justifique a sua resposta.
2. Afirma-se que Malinche traduziu não apenas os idiomas como também as culturas indígenas aos espanhóis. Com base no privilégio desse conhecimento, que atitude eles adotaram? Por que fizeram isso?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O confronto e a derrota dos astecas

Após os primeiros contatos no litoral, os espanhóis avançaram até a capital asteca, Tenochtitlán, e lá estabeleceram relações a princípio amistosas com os governantes astecas. O imperador Montezuma, que havia sido informado da chegada dos estrangeiros, enviou mensageiros para tentar dissuadi-los de avançar, mas, diante do inevitável contato, recebeu-os amistosamente.

As boas relações entre espanhóis e astecas duraram pouco tempo. Cortés aproveitou o acolhimento que recebeu para conhecer a situação interna do Império Asteca e se inteirar sobre as disputas e a resistência dos povos submetidos à sua dominação.

É provável que, inicialmente, o imperador asteca tenha tentado evitar o confronto armado diante da capacidade militar dos espanhóis. Entretanto, em 20 de maio de 1520, soldados espanhóis invadiram o Templo Maior, em Tenochtitlán, durante uma cerimônia religiosa, e massacraram os indígenas que lá estavam. As versões dos cronistas divergem sobre os motivos do ataque, mas essa certamente foi a fase mais violenta da conquista.

Os astecas tentaram reagir, mas a vitória dos conquistadores foi relativamente rápida: além de contar com o apoio militar de povos inimigos dos astecas e com as informações fornecidas por eles, os espanhóis tinham supremacia militar garantida por armas de fogo e pelo uso de cavalos. Ademais, doenças levadas pelos europeus, como a varíola, também causaram muitas mortes e abalaram o Império Asteca.

Montezuma morreu cerca de um mês após a matança no Templo Maior. Em agosto de 1521, após três meses sitiada, Tenochtitlán foi tomada pelos espanhóis. Cuauhtémoc, o último imperador asteca, foi capturado e mantido prisioneiro até 1525, quando foi executado.

Pintura do século XVI que retrata o imperador Montezuma durante o cerco espanhol, implorando aos astecas que se rendam. Seu palácio foi atacado em 1520.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os espanhóis em direção ao Peru

Na década de 1520, os espanhóis partiram em direção à América do Sul em busca de ouro. A primeira expedição foi liderada por Francisco Pizarro e Diego de Almagro em 1524. A chegada à região do atual Peru foi precedida pela varíola, que se alastrou pela América mais rápido do que as tropas espanholas e desestruturou o Império Inca que dominava a região.

O encontro entre incas e espanhóis

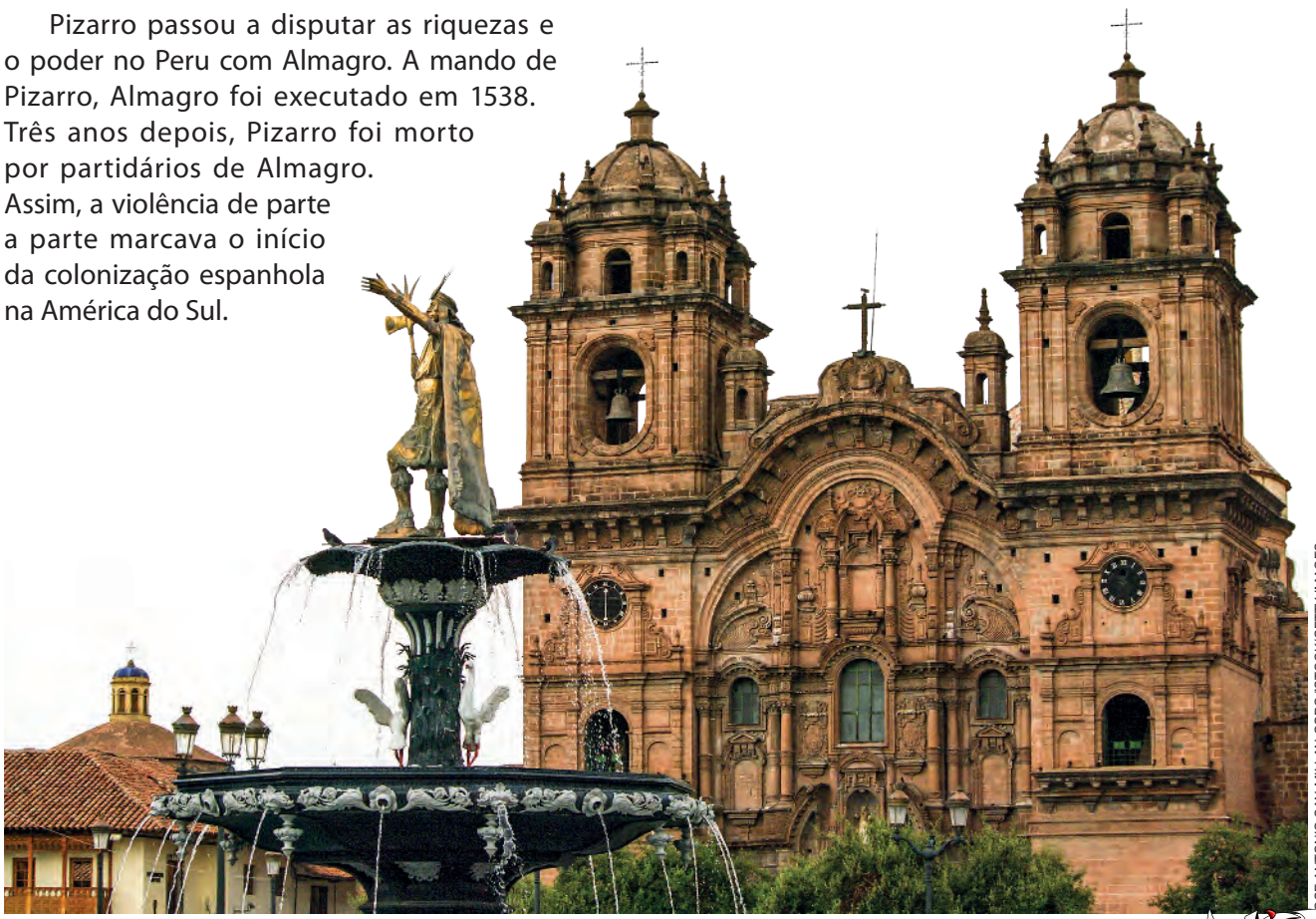
Ao receber a notícia da chegada dos espanhóis em Cajamarca, ao norte de Cusco, Atahualpa, então imperador dos incas, tentou evitar o confronto e negociar com os invasores. Pizarro preparou uma estratégia para o encontro ocorrido em 1532, enviando primeiramente o frade dominicano Vicente Valverde, que se aproximou de Atahualpa, lhe entregou uma *Bíblia* e exigiu sua fidelidade à Coroa espanhola.

Segundo alguns cronistas, Atahualpa olhou o livro e o atirou ao chão. O gesto do inca foi interpretado pelos europeus como uma blasfêmia, um insulto ao que eles consideravam sagrado.

Diante desse incidente, Pizarro teria dado ordem a seus homens para que atacassem os soldados de Atahualpa. Apesar de numericamente superiores, as tropas incas foram vencidas com facilidade pelos espanhóis, que combatiam com armas de fogo. Preso, Atahualpa entregou ouro aos conquistadores para obter sua liberdade, mas não foi solto. O avanço espanhol prosseguiu para o sul até a tomada da capital, Cusco, em 1533.

Com o apoio dos povos anteriormente dominados pelos incas, Pizarro manteve o controle da cidade enquanto aguardava a chegada de reforços militares. Essa aliança com os povos subjugados foi decisiva para o triunfo espanhol sobre os incas.

Pizarro passou a disputar as riquezas e o poder no Peru com Almagro. A mando de Pizarro, Almagro foi executado em 1538. Três anos depois, Pizarro foi morto por partidários de Almagro. Assim, a violência de parte a parte marcava o início da colonização espanhola na América do Sul.



Vista da Praça de Armas em Cusco, Peru. Fotografia de 2020. Na imagem é possível notar, no topo da fonte, a estátua em memória ao primeiro rei inca Manco Capac, de 2011. Ao fundo, a Igreja dos Jesuítas, construída entre 1571 e 1593. Nessa praça de Cusco, vestígios europeus e incaicos produzem uma paisagem híbrida resultante de disputas e contatos culturais entre esses povos.

JOSE ANTONIO SAN MILLAN COBO/ISTOCK/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A colonização espanhola na América

A Coroa espanhola, com o objetivo de aprimorar o sistema político-administrativo colonial na América, criou o Conselho das Índias, em 1524, e os vice-reinos da Nova Espanha (1535) e do Peru (1542). O **Conselho das Índias**, formado por autoridades nomeadas pelo rei, era incumbido de elaborar a legislação relativa às colônias e controlar os funcionários reais estabelecidos na América.

Já os vice-reis, nobres indicados pelo rei para representá-lo na América, eram as principais autoridades na colônia, responsáveis pela administração formal e por funções judiciais. Entre as responsabilidades dos vice-reis estavam: controlar a ação dos exploradores, garantir o pagamento de tributos, impedir o desvio de mercadorias e submeter os colonos a uma rígida vigilância.

O esforço controlador da Coroa espanhola, porém, chocava-se com a falta de clareza administrativa, com as pressões das elites locais para preservar seus interesses e também com a corrupção dos funcionários a serviço do Estado. Consciente desses problemas, ao longo do século XVIII a Coroa adotou outras medidas administrativas, sempre com a intenção de ampliar a vigilância sobre a burocracia colonial. Uma dessas iniciativas foi a criação de outros dois vice-reinos: Nova Granada (1717) e Rio da Prata (1776).

A divisão administrativa na América espanhola – século XVIII



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

A ampliação da presença de funcionários reais na colônia, no entanto, não foi suficiente para coibir o poder das elites locais. Essas elites mantiveram o controle sobre as vilas e os municípios, cuja administração ficava a cargo dos ***cabildos***, os conselhos locais da América hispânica colonial, que escolhiam o alcaide maior, principal responsável pela administração local.

> No século XVIII, as oligarquias locais estavam muito bem estabelecidas em toda a América [...]. A fraqueza do governo real e sua necessidade de renda davam a esses grupos condições de desenvolver formas eficientes de resistência ao distante governo imperial. [...] A burocracia tradicional refletia essas condições, [...] constituindo-se [...] em intermediários entre a Coroa espanhola e os súditos americanos [...].
>
> LYNCH, John. As origens da independência da América espanhola. *In*: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: da independência até 1870. São Paulo: Edusp, 1998. v. 3, p. 24-25.

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique**. Paris: Larousse, 1987. p. 239.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Organização social

Na sociedade colonial hispano-americana, a posição social era determinada principalmente pela etnia. Em razão disso, a mobilidade social era quase nula. A seguir, estão descritos os grupos que compunham esse **sistema de castas** que passou a vigorar a partir do século XVII.

- ***Chapetones*** – colonos brancos nascidos na Espanha; eram proprietários de terras e minas e ocupavam os principais cargos da administração colonial.
- ***Criollos*** – eram os descendentes de europeus nascidos na América. Embora lhes fosse permitido possuir terras ou minas, não podiam atuar no comércio internacional. Além disso, salvo algumas exceções, não podiam ocupar postos administrativos centrais.
- **Mestiços** – filhos de espanhóis com nativas, eram homens livres e, em geral, pobres. Não tinham acesso a postos administrativos. No meio rural, trabalhavam como capatazes ou auxiliares na administração das fazendas. Nas cidades, atuavam como artesãos ou no comércio local.
- **Indígenas** – representavam a maior parte da mão de obra na agricultura e nas minas. Também eram empregados em serviços domésticos nas grandes propriedades rurais e urbanas e na construção de obras públicas.
- **Africanos e seus descendentes** – eram escravizados e representavam cerca de 10% da força de trabalho, concentrada na produção agrícola das Antilhas, da costa peruana e do Vice-Reino de Nova Granada.

De modo geral, a hierarquia social tinha como critério a "pureza de sangue". O grande afluxo de homens solteiros para as colônias, no entanto, resultou em contínuos relacionamentos de espanhóis com mulheres nativas, o que originou uma camada social de mestiços, dificultando a classificação pelo critério étnico.

Sobre isso, o historiador britânico John H. Elliott argumenta que:

> O desenvolvimento distinto da *república de los indios* [comunidade formada pelos indígenas], que contribuía para as necessidades da *república de los españoles* [comunidade formada por espanhóis] sem fazer parte dela, implicava o desenvolvimento da própria América espanhola na forma de dois mundos, o indígena e o europeu, vinculados um ao outro em inúmeros pontos, mas preservando suas identidades separadas. Entre esses dois mundos, sem pertencer completamente a um nem ao outro, estavam os *mestizos* [...].

ELLIOTT, John Henry. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. *In*: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina colonial. São Paulo: Edusp, 1998. v. 1, p. 310.



UNIVERSAL IMAGES GROUP NORTH AMERICA LLC/ALAMY/FOTOARENA - MUSEU DA AMÉRICA, MADRI

De um espanhol e uma indígena nasce um mestiço, pintura de Andres Islas, 1774. A imagem é um exemplo da chamada "pintura de castas", um gênero artístico colonial latino-americano que buscava representar a divisão social presente na América espanhola.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Por que o texto afirma que "o desenvolvimento distinto da *república de los indios* [...] contribuía para as necessidades da *república de los españoles* sem fazer parte dela"?
2. Em sua opinião, que relação tem o processo histórico descrito no texto e na imagem com o racismo no mundo contemporâneo? Apresente argumentos que justiquem sua opinião.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Organização econômica

Desde o princípio, a **mineração** foi a atividade econômica mais importante na América hispânica. No século XVI, os espanhóis descobriram grandes jazidas de prata, sobretudo em Zacatecas, no México, e em Potosí, no Vice-Reino do Peru, e a extração desse metal tornou-se o principal objetivo dos mineradores.

Todas as minas eram propriedades do rei, que concedia aos mineradores o direito de exploração em caráter perpétuo e em troca do pagamento de impostos. A mineração impulsionou a instalação de núcleos urbanos e a abertura de estradas. Os caminhos tinham a função de garantir o abastecimento da zona mineradora e de transportar os metais extraídos para o litoral.

Paralelamente à mineração, a agropecuária era de vital importância para o abastecimento da colônia. A partir do século XVII, a **produção agrícola** das comunidades indígenas tornou-se insuficiente para abastecer as cidades e as zonas mineradoras. Para resolver o problema, a elite espanhola expropriou as terras indígenas e criou as *haciendas* (fazendas), grandes propriedades rurais destinadas a produzir alimentos para a colônia. Nas *haciendas*, ao lado de gêneros americanos como milho, cacau e batata, foi introduzida a cana-de-açúcar, cuja produção açucareira era voltada ao mercado externo europeu.

Já a criação de animais ocorreu em várias regiões da América hispânica e com funções diversas. Alpacas e lhamas forneciam lã utilizada para confeccionar tecidos. A pecuária de equinos e bovinos, introduzida pelos espanhóis em diversas partes da América, destinava-se à alimentação, à tração e ao transporte. Com o couro dos bovinos, fabricavam-se roupas e acessórios para consumo interno ou exportação.

Os dados referentes ao impacto econômico da conquista da América foram retirados de: CARTWRIGHT, Mark. The silver of the conquistadors. **World History Encyclopedia**, 15 ago. 2022. Disponível em: https://www.worldhistory.org/article/2049/the-silver-of-the-conquistadors/. Acesso em: 23 abr. 2024.

Saiba mais

A descoberta e a exploração de grandes jazidas de metais preciosos na América tornaram a Espanha um imenso e rico império. Calcula-se que, entre 1492 e 1600, cerca de 25 mil toneladas de prata e 100 toneladas de ouro tenham sido transferidas para a Coroa espanhola.

A circulação de uma enorme quantidade de moedas fez os preços subirem de forma generalizada, estimulando a economia e beneficiando a indústria manufatureira, os grandes negociantes, os armadores e os banqueiros das regiões economicamente mais desenvolvidas da Europa.

Para os habitantes mais pobres das cidades e do campo, no entanto, a inflação teve efeitos terríveis. Estima-se que, no decorrer do século XVI, os preços dos alimentos tenham subido entre 150% e 400% no continente europeu, dependendo da região considerada, enquanto os rendimentos reais dos trabalhadores e camponeses baixavam continuamente. Em consequência disso, revoltas urbanas e rurais estouraram em diversos países europeus.



FREEDOM_WANTED /ALAMY/FOTOARENA

Vista da cidade de Potosí, na Bolívia, com a montanha de Cerro Rico ao fundo. Fotografia de 2023. Com altitude aproximada de 4.800 metros acima do nível do mar, essa montanha se tornou famosa por concentrar as jazidas de prata mais importantes do mundo na época da colonização espanhola.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalho indígena na América Espanhola

A mão de obra mais utilizada na América hispânica foi a indígena, empregada nas minas, na agricultura e na construção de obras públicas. A ***encomienda*** (encomenda) e o ***repartimiento*** (repartição), principais regimes de trabalho forçado a que foram submetidos os indígenas, não eram aplicados de forma igual em toda a América hispânica, mas tiveram grande peso na consolidação do domínio metropolitano e na gradual redução das populações indígenas, cuja mortandade se ampliava. Os dois procedimentos combinavam práticas pré-colombianas com tradições ibéricas.

A *encomienda*

A *encomienda* prevaleceu na primeira metade do século XVI, centrada nos locais em que as populações nativas já estavam assentadas. Por essa instituição, o colono recebia autorização da Coroa para explorar uma ou mais comunidades indígenas.

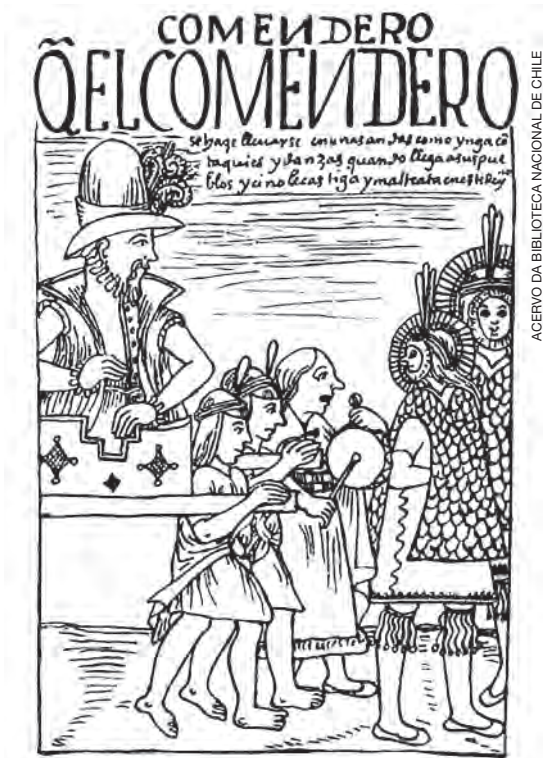
Os *encomenderos* tinham direito de empregar o trabalho indígena em suas terras e de exigir deles o pagamento regular de tributos em espécie. Não podiam, porém, utilizar as terras da comunidade indígena ou incorporá-las às suas. Em troca do trabalho forçado e dos impostos que recolhiam, os colonos deviam assegurar a alimentação e promover a catequização dos nativos. Nem sempre, porém, os *encomenderos* cumpriam suas obrigações ou aceitavam as limitações do regime, pois eram frequentes a usurpação das terras indígenas e a superexploração do trabalho.

Na segunda metade do século XVI, a Coroa preferiu assumir diretamente o controle sobre as populações indígenas, deslocando os nativos para ***corregimientos***, aldeamentos próximos às minas e cidades, para ampliar a oferta de mão de obra na mineração e na produção de alimentos.

O *repartimiento*

O deslocamento da população indígena alterou o regime de trabalho forçado da *encomienda* para o *repartimiento*, que era um tributo a ser pago pelos indígenas. Esse regime reproduzia práticas de trabalho forçado que vigoraram nos impérios indígenas pré-colombianos, como a ***mita***, presente no Império Inca, e o ***cuatequil***, utilizado pelos astecas. Ambos os sistemas foram adaptados ao contexto colonial e obrigavam cada comunidade indígena a oferecer homens adultos para o trabalho nas minas ou nas obras públicas durante um período variável (que podia chegar a meses), em troca de alimentação e de um pequeno salário.

O traslado de aldeias e a prática do *repartimiento* desagregaram muitas comunidades, pois o retorno do indígena ao local de origem não era fácil. Os espanhóis muitas vezes destruíam os campos próximos às zonas originais para impedir os reagrupamentos indígenas. Por sua vez, os *mitayos*, adultos escolhidos em uma comunidade indígena para prestar serviços sob o regime de *repartimiento*, tendiam a se fixar no local para onde haviam sido conduzidos, desligando-se de sua origem.



ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE

O encomendero, gravura retirada da obra *Nova crônica e bom governo*, de Felipe Guamán Poma de Ayala, cronista de ascendência inca, 1615. Na imagem, é possível perceber que o comissário espanhol é carregado em um carro puxado por indígenas.

ODS 8

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Como estudamos neste tópico, o regime de trabalho do *repartimiento* desagregou as comunidades indígenas, o que fez com que muitos perdessem sua conexão com as origens. Atualmente, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável elaborados pela ONU estabelece que o crescimento de uma nação não pode ocorrer à custa da saúde e da dignidade dos trabalhadores. Você concorda com essa afirmação? Converse com os colegas.**
2. **Você conhece tipos de trabalho precário que comprometem a saúde e a dignidade dos trabalhadores? O que fazer para mudar essa situação? Debata esse assunto.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Escravidão

A escravização de indígenas era incomum na América hispânica. O trabalho sob os regimes forçados da *encomienda* e do *repartimiento* foi mais importante e comum do que a escravidão. Apesar disso, a mão de obra de africanos escravizados foi utilizada em algumas áreas colonizadas pela Espanha.

A maior presença de população de origem africana ocorreu em algumas regiões do Vice-Reino de Nova Granada e nas ilhas do Caribe. Respectivamente, nessas áreas, os africanos trabalhavam principalmente nas lavouras de cacau e de tabaco bem como na produção de açúcar e de café.

Resistência e continuidade das culturas nativas

Os indígenas resistiram à colonização espanhola no continente americano. Um dos exemplos é o de José Gabriel Condorcanqui, um cacique da região de Tinta. Inicialmente, Condarcanqui tentou negociar o fim do tributo com os espanhóis, porém não obteve sucesso. Inspirado na história do lendário líder inca Tupac Amaru, Condorcanqui mudou seu nome para Tupac Amaru II e liderou, em 1780, quase 40 mil indígenas sublevados. Derrotado, foi condenado à morte e executado.

Além dos embates diretos, houve outras formas de resistência.

> Em grande medida, os indígenas faziam das ações rituais, das representações, das leis que lhes eram impostas, algo diverso do que o conquistador pensava obter. [...] Na aparência, aceitavam as normas impostas pelo colonizador, mas na intimidade do seu cotidiano mantinham seus valores, suas práticas, crenças. Dessa forma, observa-se a persistência significativa de sua cultura, entremeada por elementos de origem hispânica, configurando uma interpretação cultural.
>
> SOIHET, Rachel. O drama da conquista na festa: reflexões sobre a resistência indígena e circularidade cultural. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 9, p. 56, 1992.

As formas de resistência fazem parte da memória histórica dos indígenas. Além de lembranças, os grupos nativos deixaram muitas marcas culturais: obras arquitetônicas, esculturas, peças de artesanato e mitos transmitidos oralmente de geração a geração, muitos deles transcritos posteriormente.

Embora a população atual de origem indígena não se compare numericamente com a que testemunhou a conquista, há etnias que representam a maioria dos habitantes em alguns países. Apesar do domínio espanhol e dos governos autoritários e repressores que se sucederam após as independências, as culturas e as identidades indígenas permanecem pulsantes, e hoje se afirmam como resistência contra a injustiça social e a discriminação.



PABLO VERA/AFP

Indígenas Mapuche em manifestação contra a comemoração do Dia de Colombo em Santiago, Chile. Fotografia de 2023. Mesmo após séculos de colonização e opressão, os Mapuche continuam a resistir e a preservar sua cultura.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As Treze Colônias na América do Norte

O primeiro grande grupo de ingleses que chegou à América para iniciar a colonização constituía-se de calvinistas, denominados **puritanos**, perseguidos por anglicanos e outros protestantes no início do século XVII. Eles ficaram conhecidos como **pais peregrinos** e tinham uma concepção de "Novo Mundo" que incluía a liberdade religiosa e a vontade de construir uma sociedade adequada a suas crenças.

Mas a religião não foi o único impulsionador da imigração. Desde o século XVI, a Inglaterra passava por uma grave crise. Com as transformações que atingiam a zona rural, muitos camponeses migravam para as cidades, que não tinham capacidade para absorver o aumento da população. Como consequência, as tensões sociais cresciam.

Aqueles que se interessavam em sair da Inglaterra, no entanto, nem sempre tinham condição de custear a longa viagem pelo Oceano Atlântico. Assim, o rei Jaime I autorizou, em 1606, dois grupos de mercadores de Londres e de Plymouth a formar companhias de comércio para explorar o tráfego em direção ao continente americano e organizar sua colonização.

Em contraste com a colonização dos países ibéricos, a colonização inglesa na América do Norte se caracterizou por um controle menos rígido por parte da Coroa e pela participação de particulares na obra colonizadora. Por isso, as colônias no norte da América tiveram autonomia maior na condução da sua economia e da sua organização política.

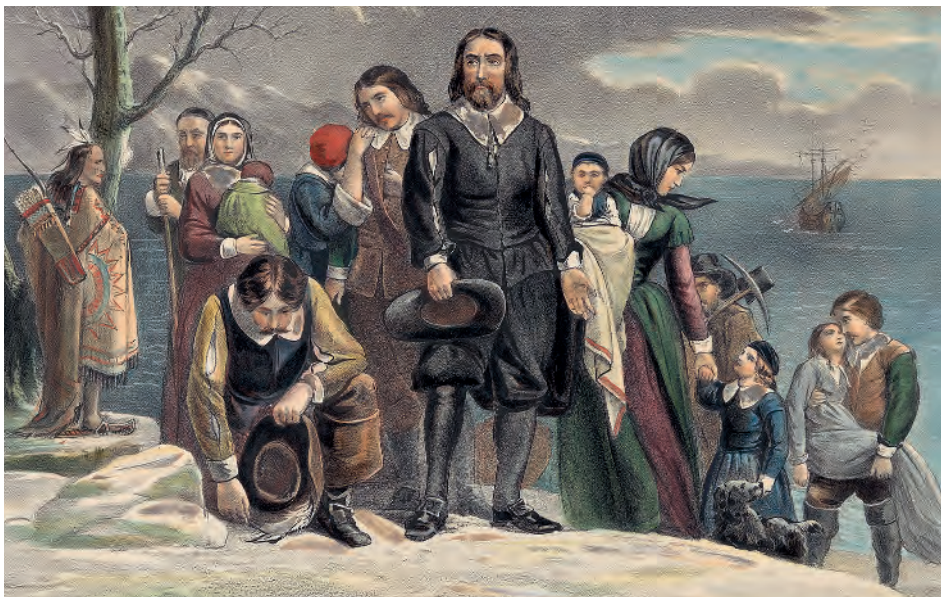
A chegada do navio Mayflower, em 1620, marcou o início da ocupação regular da América do Norte. No mesmo ano, foi fundada Plymouth, a futura colônia de Massachusetts. Novos núcleos de ocupação inglesa foram fundados no litoral atlântico até se formarem, em meados do século XVIII, as **Treze Colônias** da América inglesa.

As Treze Colônias inglesas – século XVIII



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: **ATLAS histórico escolar**. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 62.



CURRIER & IVES - GALERIA DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE YALE, NEW HAVEN

O desembarque dos peregrinos em Plymouth, Massachusetts, 22 de dezembro de 1620, gravura de Currier & Ives, cerca de 1870. A cena reproduzida é uma idealização da chegada do grupo de puritanos à América do Norte e faz parte da construção dos mitos de origem que explicam a formação da sociedade estadunidense.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Diferenças entre os núcleos coloniais e o comércio triangular

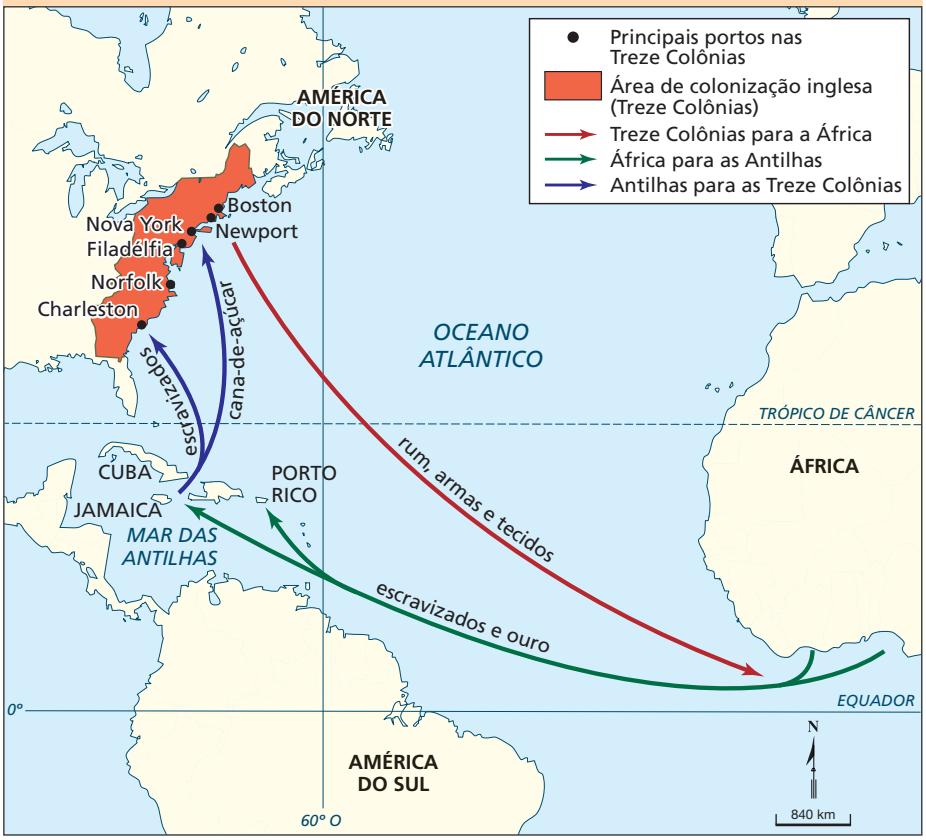
Na porção **sul** das Treze Colônias, a economia era essencialmente agrária e exportadora. As cidades tinham importância reduzida, e as manufaturas e o comércio local eram pouco expressivos. A base da produção era o sistema de ***plantation***, fundamentado na grande propriedade rural, na monocultura e no uso de mão de obra de africanos escravizados. O tráfico de escravizados abastecia as fazendas e garantia o lucro de mercadores e proprietários. A produção sulista de arroz, tabaco e algodão era vendida sobretudo para a Europa, pelas companhias inglesas de comércio.

O processo de colonização no **norte** e no **centro** foi diferente do ocorrido no restante da América inglesa. As condições climáticas e do solo inviabilizavam a agricultura extensiva. A economia dessa região incluía caça, pesca e exploração de madeira, utilizada na fabricação de embarcações ou vendida diretamente a outras partes da América inglesa. A caça e a pesca abasteciam o comércio local, e as peles eram vendidas ao mercado externo.

O campo dividia-se basicamente em pequenas propriedades policultoras, cultivadas por famílias. Prevaleciam o plantio de frutas e de grãos levados da Europa, além do cultivo de milho e de batata. Havia também a criação de animais, principalmente gado bovino e ovino. A produção da lã era aproveitada nas manufaturas têxteis das cidades, que empregavam mão de obra livre, assalariada.

A mais importante relação comercial estabelecida entre essas colônias e o exterior foi o chamado **comércio triangular**. Com algumas variações, os comerciantes das colônias do norte adquiriam açúcar e melaço no Caribe. Com o melaço produziam rum, que trocavam, por meio de escambo, por escravizados na África. Esses escravizados eram vendidos às colônias do Caribe ou do sul da América inglesa.

O comércio triangular – séculos XVII e XVIII



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: NARO, Nancy Priscilla S. **A formação dos Estados Unidos**. 3. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Unicamp, 1987. p. 15.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Quais são os fluxos de mercadorias indicados pelo mapa?
2. O exclusivo comercial metropolitano era efetivo nas áreas demarcadas em vermelho? Por quê?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os franceses na América

Embora tenham sido retardatários na expansão marítima europeia, os franceses chegaram a colonizar diversas áreas do Novo Mundo. Os primeiros exploradores franceses navegaram até a América inicialmente com o objetivo de encontrar uma rota comercial pelo interior do continente que desse acesso à Ásia. Foi assim que, em 1524, Giovanni da Verrazzano, um navegador italiano a serviço da Coroa francesa, chegou à América do Norte e ao que hoje é o porto de Nova York, nos Estados Unidos.

Em 1534, o navegador francês Jacques Cartier percorreu a costa do atual Canadá, encontrou um rio, ao qual deu o nome de São Lourenço, e chegou a uma grande ilha que denominou Monte Real (atual Montreal). Quase um século depois, em 1608, outro explorador francês, Samuel de Champlain, fundou o Quebec, na região do Canadá, a que chamou de **Nova França** e que formaria a base do império colonial francês na América.

A Nova França era formada pelos territórios do leste do atual Canadá e de grande parte do território dos Estados Unidos atuais. Contudo, antes do século XIX, não houve interesse por parte do governo francês em colonizar efetivamente essas áreas. Os núcleos de povoamento eram esparsos e contavam com relativamente poucos habitantes. Entre esses colonos, estavam clérigos católicos interessados em catequizar nativos americanos e negociantes que viviam do comércio de peles com os povos indígenas da região.

As relações tecidas entre europeus e indígenas na Nova França foram mais de cooperação do que de conflito. O comércio de peles era benéfico tanto para os colonos como para os indígenas, que trocavam com os colonos peles de castor por armas, machados, ferramentas de metal, espelhos, entre outros itens.

A expansão dos ingleses pela América do Norte no decorrer dos séculos XVII e XVIII acabaria se chocando com os interesses franceses, o que provocou uma guerra contra a França, que ficou conhecida como Guerra Franco-Indígena (1754-1763).

Desinteressada em manter suas próprias colônias no Novo Mundo, a Coroa francesa não forneceu os recursos necessários para que os colonos se defendessem. Em consequência, os colonos ingleses derrotaram os franceses, com a ajuda do exército britânico, e finalmente ganharam o controle do Canadá com a assinatura do Tratado de Paris (1763).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JAKUB PORZYCKI NURPHOTO/AFP



Praça Real na cidade de Quebec, Canadá. Fotografia de 2023. A Praça Real leva esse nome em razão da presença de um busto de Luís XIV erguido em 1686. A praça era um posto comercial de troca de peles em 1688.

Os franceses em outras regiões do continente americano

Os franceses também tentaram se estabelecer em outras regiões das Américas, nem sempre com sucesso. Interessados no comércio de pau-brasil e de outros gêneros da terra, a França ocupou o litoral do atual território brasileiro. Em 1555, uma expedição militar, chefiada pelo francês Nicolas Durand de Villegagnon, instalou-se na Baía de Guanabara (atual estado do Rio de Janeiro), fundando a **França Antártica**, mas os invasores foram expulsos pelos portugueses em 1570.

Para viabilizar o empreendimento, a monarquia francesa, que era católica, enviou colonos protestantes e calvinistas, chamados na França de huguenotes, para auxiliar na empresa da colonização e aliviar as tensões religiosas que ocorriam no país. Embora os franceses tenham permanecido por pouco tempo na França Antártica, sua presença gerou relatos como os do frade franciscano André Thevet e do calvinista Jean de Léry, que discorreram sobre a natureza, o clima e as relações com os indígenas, sobretudo com os Tamoio e os Tupinambá, com quem estabeleceram relações.

Em 1612, os franceses fizeram outra tentativa de colonizar o Brasil, fundando a **França Equinocial** no atual estado do Maranhão. Para tanto, foram direcionados centenas de colonos e de missionários capuchinhos para atuar na catequese dos indígenas presentes na região, mas em 1615 foram vencidos e tiveram que se retirar. Na mesma época, colonos franceses tentaram estabelecer-se na foz do Rio Amazonas, mas foram novamente rechaçados pelos portugueses.

Apesar desses fracassos, o governo francês conseguiria estabelecer colônias permanentes na Guiana e nas ilhas do Caribe. No final do século XVII, eles controlavam quatorze das ilhas caribenhas. As mais importantes eram São Domingos (atual Haiti), Martinica, Dominica e Guadalupe. Nessas ilhas, a economia era baseada na produção de açúcar com base na mão de obra de trabalhadores escravizados trazidos da África. Essa produção rivalizava com o açúcar produzido nos engenhos do Nordeste do Brasil e trouxe grandes lucros à Coroa francesa.



ALEX TAUBER/PULSAR IMAGENS

Vista aérea do centro histórico de São Luís, Maranhão, com o Palácio dos Leões. Fotografia de 2020. Sede do Governo do Estado, o palácio foi construído sobre as ruínas do forte fundado em 1612, durante a tentativa de colonização francesa.

CONTRAPONTO

Os indígenas pelo olhar dos europeus

Na sociedade europeia, os relatos sobre as sociedades, as línguas e os costumes dos povos nativos americanos provocaram novas reflexões sobre a diversidade humana. Na época, as opiniões se dividiram entre visões depreciativas e visões idealizadas, que exaltavam sua suposta pureza moral e proximidade com a natureza. Essas visões são exemplificadas nos dois documentos a seguir. O primeiro é de autoria de Simão de Vasconcelos, um clérigo jesuíta que viveu na região da Bahia no século XVII. O segundo é de autoria de Michel de Montaigne, um escritor e filósofo francês do século XVI que formou sua opinião com base nos relatos de viajantes que descreviam a população e a natureza da América.

Texto 1

Todas estas nações de gentes, falando em geral, e enquanto habitam seus sertões e seguem sua gentilidade, são feras, selvagens, montanhesas e desumanas: vivem ao som da natureza, nem seguem fé, nem lei, nem rei (freio comum de todo o homem racional). E em sinal dessa sua singularidade lhes negou também o Autor da natureza as letras F, L, R. Seu Deus é seu ventre, segundo a frase de S. Paulo: sua lei, e seu Rei, são seu apetite e gosto. Andam em manadas pelos campos de todo nus, assim homens como mulheres, sem empacho algum da natureza. Vive neles tão apagada a luz da razão, quase como nas mesmas feras. Parecem mais brutos em pé do que racionais humanados. [...] Nem têm arte, nem polícia alguma, nem sabem contar mais que até quatro: os demais números notam pelos dedos das mãos e pés, e os anos da vida pelos frutos das árvores [...]. Nos mais costumes são como feras, sem política, sem prudência, sem quase rastro de humanidade, preguiçosos, mentirosos, comilões, dados a vinhos; e só nesta parte esmerados [...].

VASCONCELOS, Simão de. **Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil** [1663]. Lisboa: Typographia do Panorama, 1865. p. LXXVI-VII.

Texto 2

Esses povos não me parecem merecer o qualificativo de selvagens somente por não terem sido senão muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano e não haverem quase nada perdido de sua simplicidade primitiva. [...] Sou de opinião que o que vemos praticarem esses povos, não somente ultrapassa as magníficas descrições que nos deu a poesia da idade de ouro, e tudo o que imaginou como suscetível de realizar a felicidade perfeita sobre a terra, mas também as concepções e aspirações da filosofia. Ninguém concebeu jamais uma simplicidade natural elevada a tal grau, nem ninguém jamais acreditou pudesse a sociedade subsistir com tão poucos artifícios. É um país, diria eu a Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura nem matemáticas; onde não se conhece sequer de nome um magistrado; onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos e pobres. Contratos, sucessões e partilhas aí são desconhecidos; em matéria de trabalho só sabem da ociosidade; o respeito aos parentes é o mesmo que dedicam a todos; o vestuário, a agricultura e o trabalho dos metais aí se ignoram; não usam vinho nem trigo; as próprias palavras que exprimem a mentira, a traição, a dissimulação, a avareza, a inveja, a calúnia e o perdão só excepcionalmente se ouvem. Quanto à República que imaginava lhes pareceria longe de tamanha perfeição! "São homens que saem das mãos dos deuses". Como essas, foram as primeiras leis da natureza.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaios** [1580]. São Paulo: Nova Cultural/Círculo do Livro, 1996. v. 1, p. 196.

Atividades

Responda no caderno.

1. **Quais são as características comuns que ambos os relatos atribuem aos indígenas? A que conclusões cada autor chegou? Por quê?**
2. **O etnocentrismo consiste na crença de que os valores e costumes do próprio grupo são superiores aos dos outros.**
   - **a.** Qual dos dois textos parece estar mais aberto para compreender o ponto de vista do outro, evitando o etnocentrismo? Justifique sua resposta.
   - **b.** Em sua opinião, qual é a importância de compreender o ponto de vista daqueles que não pensam como nós e/ou não se comportam como esperamos?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. Cite os fatores que impulsionaram a expansão marítima europeia no século XV e duas de suas consequências.

2. Explique o que era o exclusivo metropolitano e analise o principal obstáculo para esse mecanismo de dominação colonial.

3. Exponha as diferenças, na América inglesa, entre as colônias do norte e do centro e as colônias do sul.

4. **(Unesp-SP)** As práticas econômicas mercantilistas são frequentemente relacionadas aos Estados modernos e representam:

   a. uma concentração de capitais, alcançada principalmente por meio da exploração colonial e de mecanismos de proteção comercial.

   b. uma difusão do comércio em escala mundial, obtida com a globalização da economia e a multipolaridade geoestratégica.

   c. uma redução profunda no grau de intervenção do Estado na economia, que passou a ser gerida pelos movimentos do mercado.

   d. o resultado da concentração do poder político nas mãos de governantes que defendiam, sobretudo, os valores e interesses da burguesia industrial.

   e. o combate sistemático às formas compulsórias de trabalho, que impediam o crescimento dos mercados consumidores internos nos países europeus.

5. **(Enem-MEC)**

   O encontro entre o Velho e o Novo Mundo, que a descoberta de Colombo tornou possível, é de um tipo muito particular: é uma guerra – ou a Conquista –, como se dizia então. E um mistério continua: o resultado do combate. Por que a vitória fulgurante, se os habitantes da América eram tão superiores em número aos adversários e lutaram no próprio solo? Se nos limitarmos à conquista do México – a mais espetacular, já que a civilização mexicana é a mais brilhante do mundo pré-colombiano – como explicar que Cortez, liderando centenas de homens, tenha conseguido tomar o reino de Montezuma, que dispunha de centenas de milhares de guerreiros?

   TODOROV, T. **A conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 1991 (adaptado).

   No contexto da conquista, conforme análise apresentada no texto, uma estratégia para superar as disparidades levantadas foi:

   a. implantar as missões cristãs entre as comunidades submetidas.

   b. utilizar a superioridade física dos mercenários africanos.

   c. explorar as rivalidades existentes entre os povos nativos.

   d. introduzir vetores para a disseminação de doenças epidêmicas.

   e. comprar terras para o enfraquecimento das teocracias autóctones.

6. Apesar de o monarca absolutista concentrar poder, ele não administrava o Estado sozinho. Leia, a seguir, um texto historiográfico a esse respeito.

   Luís XIV herdou os seus ministros-chave de Mazarino: Le Tellier, [...] Colbert, [...] Lionne, [...] e Séguier [...]. Esses competentes e disciplinados administradores constituíam a cúpula da ordem burocrática agora à disposição da monarquia. O rei presidia pessoalmente as deliberações do pequeno [conselho]. [...] Abaixo dele, a rede de [intendentes] cobria toda a França [...]. O país foi dividido em 32 [unidades administrativas], em cada uma das quais o [intendente] real tinha agora autoridade suprema, assistido por [subdelegados] e investido com novos poderes sobre a coleta e a supervisão da [talha] [...]. O total dos funcionários [...] era ainda muito modesto: talvez mil funcionários [...] ao todo [...]. Mas eles eram amparados por uma máquina repressiva maciçamente aumentada. [...] O crescimento desse aparato militar significava o desarmamento final da nobreza das províncias e a capacidade de esmagar rebeliões populares com presteza e eficácia.

   ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 100-101.

   a. O que há de "moderno" na administração de Luís XIV?

   b. No texto, o termo "cúpula" pode se opor a "províncias". Que personagens se associam a cada um desses termos?

   c. Elabore uma hipótese: se a nobreza foi "finalmente desarmada", a que funções ela foi relegada com o advento da monarquia absolutista?

7. Leia o texto, analise a imagem e responda às questões.

   Embora Hobbes defenda a causa do poder absoluto, não o faz [...] em nome do direito divino dos reis, mas em nome do interesse dos indivíduos, da conservação e da paz. [...] O Estado é a soma dos interesses particulares. O cidadão precisa se defender e só abandona seus direitos ao Estado para ser protegido. O Estado perderia sua razão de ser se a segurança não fosse garantida ou se a obediência não fosse respeitada.

   TOUCHARD, Jean. **Historia de las ideas políticas**. Madri: Tecnos, 2010. p. 259-260. (Tradução nossa).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



STEFANO BIANCHETTI/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Detalhe da gravura que estampa a primeira edição do livro *Leviatã*, em 1651. O monarca foi representado com símbolos do poder: coroa, cetro e espada; e seu corpo é formado pela reunião dos súditos do reino, construindo uma imagem para a ideia do contrato social hobbesiano.

a. Mencione três características das monarquias absolutistas.

b. Explique como o poder é representado na gravura. O que você acha que representa cada um dos elementos da imagem?

c. O soberano absoluto tinha um poder despótico e sem limites sobre seus súditos? Explique.

8. Leia o texto a seguir.

> As consequências imediatas da conquista e ocupação das áreas mais densamente povoadas da civilização ameríndia foram desastrosas. O somatório de doenças epidêmicas (varíola, sarampo, febre tifoide), superexploração do trabalho e debilitação física resultante, choque cultural induzido pela remodelação de uma sociedade comunal em termos individualistas e orientados para o lucro, acabou por produzir, no século XVI (e no início do XVII), um dos declínios demográficos mais desastrosos jamais registrados pela história mundial. [...]
>
> STANLEY, Stanley J.; STEIN, Barbara. A herança colonial da América Latina. *In*: PINSKY, Jaime *et al*. **História da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 47.

De acordo com o texto e com o que você aprendeu neste capítulo, responda:

a. Como estavam organizadas as principais sociedades ameríndias antes da ocupação espanhola?

b. Do ponto de vista demográfico, quais foram as consequências da conquista espanhola da América para a população indígena?

c. Quais foram as consequências culturais da conquista espanhola para a população indígena?

9. Leia os trechos a seguir e, com base em seus conhecimentos e em fontes de informação confiáveis, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "As populações indígenas na América Latina e a herança da colonização: desafios para construção de uma sociedade mais justa e inclusiva". Apresente propostas de valorização cultural e medidas que assegurem o respeito aos direitos dos povos originários.

Texto 1

> As barreiras econômico-sociais estão relacionadas às novas formas de subcultura da pobreza. Na América Latina é possível comprovar essas barreiras por formas de discriminação encoberta no mercado de trabalho, dificuldades de instalação, alojamento, transporte etc. Tudo isso implica [...] [em desvantagens] para a integração de certos grupos étnico-culturais. [...]
>
> Há uma inquietude da juventude de distintos setores da sociedade latino-americana, que estão buscando raízes culturais para encontrar uma identidade e adotar medidas que resolvam seus problemas essenciais. Há certo tipo de atitude rebelde e não conformista frente a sociedades demasiadamente rígidas — daí os preconceitos, as formas repressivas e os privilégios de certas minorias. Nessa rebelião juvenil há distintas maneiras de manifestar-se, já que a contestação pode ser política, social e, muitas vezes, cultural.
>
> BEYHAUT, Gustavo. Dimensão cultural da integração na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, 1994. p. 190-194, 1994.

Texto 2

> A situação atual dos povos indígenas na América Latina só pode ser compreendida como o resultado histórico do processo que começou com a chegada dos europeus há mais de cinco séculos, mediante o qual estes foram despojados dos territórios que habitavam, de seus espaços de reprodução social e cultural e também de sua própria cultura, cosmovisões e modos de vinculação com a natureza. Esta irrupção significa a perda da "territorialidade política" dos povos indígenas do continente e da soberania sobre seus territórios e inaugurou um ciclo de extensa duração histórica.
>
> CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **Os povos indígenas na América Latina**: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Santiago: Nações Unidas, 2015. p. 13.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 5

Formação do Império Português e a América portuguesa

O dado sobre a língua portuguesa foi retirado de AGÊNCIA Brasil. Língua portuguesa é a quarta língua materna mais falada no mundo. 5 maio 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-05/lingua-portuguesa-e-quarta-mais-falada-no-mundo#:~:text=ouvir%3A,do%20mandarim%2C%20ingl%C3%AAs%20e%20espanhol. Acesso em: 15 set. 2024.

O Império Português formou-se a partir do século XV e compreendia possessões situadas em diversos continentes: Ásia, África, América e Oceania. Foi um dos impérios mais duradouros da história europeia, tendo subsistido por 584 anos, desde a tomada de Ceuta em 1415 até a transferência de Macau à China em 1999. É um paradoxo, já notado pelo historiador inglês Charles R. Boxer, no livro *O império marítimo português*, que uma pequena nação, relativamente periférica na Europa e sem muitos recursos, tenha conquistado territórios e praças comerciais em cinco continentes.

Da parte atlântica do Império Português surgirá o Brasil. Nos primeiros séculos do império, a Coroa portuguesa se dedicou a dominar as rotas comerciais do Oceano Atlântico, pelas quais circulavam mercadorias, ideias, culturas e povos. Desse intercâmbio resultaram heranças diversas. Entre elas, está a migração forçada e a escravização de milhões de africanos, o que teve profundas consequências para as sociedades brasileira e africana. Porém, o império também facilitou o intercâmbio cultural do Brasil com a África e com a Europa, formando o país multicultural que conhecemos atualmente.

Uma outra herança é a língua portuguesa, patrimônio comum de todos os países que sofreram a influência de Portugal. Foi desse intercâmbio que surgiu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que é constituída por nove Estados-membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). Na medida em que o mundo se torna mais globalizado, as trocas e as relações entre esses países se aprofundam e se diversificam cada vez mais. Hoje, a língua portuguesa é a quarta língua materna mais falada no mundo.



Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, Angola. Fotografia de 2024. Entre os países lusófonos, depois do Brasil, Angola é a segunda nação mais populosa onde o português é adotado como idioma oficial.

MTCURADO/ISTOCK /GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A construção do império colonial português

Como você já estudou, a expansão marítima e colonial portuguesa se iniciou após a consolidação da monarquia nacional em Portugal, na chamada Revolução de Avis (1385). Esse processo ocorreu no contexto das guerras de Reconquista da Península Ibérica pelos cristãos, que lutaram contra os muçulmanos.

Em 1415, os portugueses conquistaram Ceuta, no extremo norte da África, que estava em poder dos muçulmanos. Tratava-se de uma cidade estratégica, importante entreposto comercial das caravanas de mercadores que cruzavam o Deserto do Saara carregados de produtos a serem comercializados na Europa. A partir daí, os portugueses prosseguiram com a colonização regular dos arquipélagos dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde, no Atlântico Norte, até então desabitados.

Os arquipélagos tiveram um papel importante durante a expansão marítima. Inicialmente, os navegadores os utilizavam como sinais de orientação em suas rotas. Mais tarde, esses arquipélagos serviram por algum tempo como postos de abastecimento, inclusive de africanos escravizados, tornando-se elos entre as metrópoles e as colônias continentais.

Eles também foram utilizados pelos portugueses para a aclimatação de diversos gêneros agrícolas vindos dos continentes africano, europeu e asiático. Entre os gêneros aclimatados, destacam-se dois: nos Açores, o trigo, artigo que Portugal tinha de importar do norte da Europa, e, na Madeira, a cana-de-açúcar, de origem asiática, que algum tempo depois começaria a ser cultivada no Brasil.

Paralelamente à conquista dos arquipélagos, os portugueses começaram a ocupar as terras continentais africanas, fundando estabelecimentos costeiros pontuais que funcionavam como apoio à descoberta de um caminho marítimo para a Ásia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OCTAVIO PASSOS/GETTY IMAGES



Vista da vila de pescadores de Câmara de Lobos, no arquipélago da Madeira, região autônoma de Portugal. Fotografia de 2023. Os arquipélagos desempenharam importante papel no intercâmbio de gêneros agropecuários que modificariam as paisagens das possessões coloniais dos portugueses.

Saiba mais

A expansão marítima e colonial portuguesa correlacionou motivações econômicas e religiosas. Os portugueses acreditavam ter a missão de cristianizar a África e a Ásia. Esse sentimento tinha por base a bula papal *Romanus pontifex*, de 1455, que lhes fornecia concessão do monopólio do comércio com a costa atlântica da África.

Leia a seguir um trecho desse documento:

> O pontífice romano, [...] buscando e desejando a salvação de todos, ordena e dispõe salutarmente [...] as coisas [...] pelas quais [...] [as ovelhas a ele confiadas por Deus receberão] a recompensa da felicidade eterna e o perdão para suas almas. [...] isso acontecerá [...] se concedermos [...] graças especiais àqueles reis e príncipes católicos que [...] não apenas restringem os excessos selvagens dos sarracenos e de outros infiéis [...] mas também [...] os vencem e a seus reinos e habitações.

NICOLAU V. *Romanus Pontifex*. [8 jan. 1455]. *In*: DAVENPORT, Frances Gardiner. **European Treaties bearing on the History of the United States and its Dependencies to 1648**. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1917. p. 20-26. (Tradução nossa).

As feitorias estabelecidas no continente africano

Os estabelecimentos costeiros foram transformados em **feitorias**, que eram ao mesmo tempo fortificações militares e entrepostos comerciais. Nelas, funcionários da Coroa ou pessoas por ela autorizadas eram responsáveis pela administração, pelo estabelecimento de relações comerciais com povos e chefes locais, pela organização do estoque e pelo gerenciamento do embarque dos produtos em navios.

A primeira feitoria portuguesa na África foi estabelecida na Ilha de Arguim, no litoral da atual Mauritânia, em 1445. O objetivo era desviar para lá o comércio feito entre a região ocidental do Sudão e os portos do Mediterrâneo, cruzando o Saara em caravanas de camelos. Em troca de cavalos, tecidos, trigo, ostras e objetos variados de cobre, latão e vidro, os portugueses obtinham marfim, ouro em pó e escravizados, além de macacos e papagaios, que podiam ser vendidos na Europa.

A feitoria de Arguim prosperou, e o continente africano tornou-se cada vez mais atrativo para os investimentos de mercadores. Eles passaram a financiar e organizar expedições para o sul, licenciadas pela Coroa, que incentivaram a expansão marítima e territorial portuguesa.

Interessada na rota de comércio de ouro que existia na Costa da Mina, a Coroa portuguesa estabeleceu o monopólio real sobre essa transação. Para isso, fundou em Lisboa, em 1463, a **Casa da Mina** (também chamada de Casa da Mina e Tratos da Guiné), responsável pela administração do monopólio régio. Em 1482, foi construída a fortaleza de São Jorge da Mina (localizada na atual cidade de Elmina, em Gana), no Golfo da Guiné, que logo superaria em atividades comerciais a feitoria de Arguim. Em 1503, foi construída a fortaleza de Axim, também em Gana atual.

São Jorge da Mina tornou-se plataforma para todas as operações comerciais e marítimas dos portugueses na África. Partindo da fortaleza, eles lançaram-se à colonização de mais um conjunto de ilhas – São Tomé e Príncipe – e estabeleceram relações com o rei do Congo. A partir daí, passaram a ocupar parte da costa ocidental do continente.

Após contornarem o Cabo da Boa Esperança em 1488, os portugueses também fixaram feitorias na costa leste africana, a de Melinde, no atual Quênia, construída em 1500, e a de Sofala, no atual Moçambique, erguida em 1505.

As feitorias alteraram a lógica dos fluxos de mercadorias do continente. Internamente, muitos deles voltaram-se à costa ocidental africana, cujos habitantes não haviam tido contato com povos não africanos até então. Além disso, o comércio com os lusos também desorganizou a convivência dos povos locais com árabes, indianos e chineses que estavam presentes na costa oriental.

Responda no caderno.

Enfoque

1. A arquitetura e a localização das feitorias eram condizentes com as suas funções? Por quê?
2. Qual foi o impacto da presença dessas construções para portugueses e africanos?



ATOSAN/SHUTTERSTOCK

Panorama da fortaleza de São Jorge da Mina, localizada na costa atlântica de Gana. Fotografia de 2018.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A cristianização do Reino do Congo

No fim do século XV, o centro do reino do Congo se situava entre o sul da atual República Democrática do Congo e o norte da atual Angola, e sua principal cidade era M'Banza Congo (depois chamada de São Salvador pelos portugueses).

Os povos desse reino eram congoleses e ambundus, que produziam objetos de metal, tecidos e esculturas. A população habitava casas de barro, agrupadas em pequenas aldeias. Eles cultivavam banana, dendê, sorgo, milhete e inhame e coletavam noz-de-cola, o fruto de árvores do gênero *Cola* usado como estimulante e, por isso, muito valorizado. Eles também caçavam, pescavam e domesticavam animais como porcos, cabras, cães e galinhas.

O navegador Diogo Cão chegou ao Reino do Congo em 1482, época do reinado de Manicongo Nzinga Kuvu. Depois do contato estabelecido entre o rei congolês e dom Manuel I, rei de Portugal, os portugueses enviaram missionários, frades, artífices diversos (pedreiros, serventes, ferreiros, trabalhadores agrícolas) e mulheres para difundir hábitos europeus entre os congoleses e os ambundus.

Diogo Cão trouxera a Lisboa quatro membros da nobreza congolesa para aprender português e serem batizados na fé católica e, em troca, deixou no Congo funcionários da Coroa portuguesa. Houve troca de presentes entre o rei de Portugal e o rei congolês.

Em 1506, houve uma batalha pela sucessão do trono congolês, vencida por Mpanzu, um soberano tradicionalista e convertido ao cristianismo, que colaborou com a Coroa portuguesa para introduzir técnicas, escolas e hábitos europeus no Congo.

Dica

Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações

Kabengele Munanga.
São Paulo: Global Editora, 2023.

Neste livro, o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga aborda, com uma linguagem clara e envolvente, a história do continente africano, destacando a riqueza de sua diversidade social ao longo do tempo.



DEAGOSTINI/GETTY IMAGES

Marinheiros portugueses saúdam o rei do Congo, gravura de Antonio Pigafetta, 1598.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Estado da Índia no continente asiático

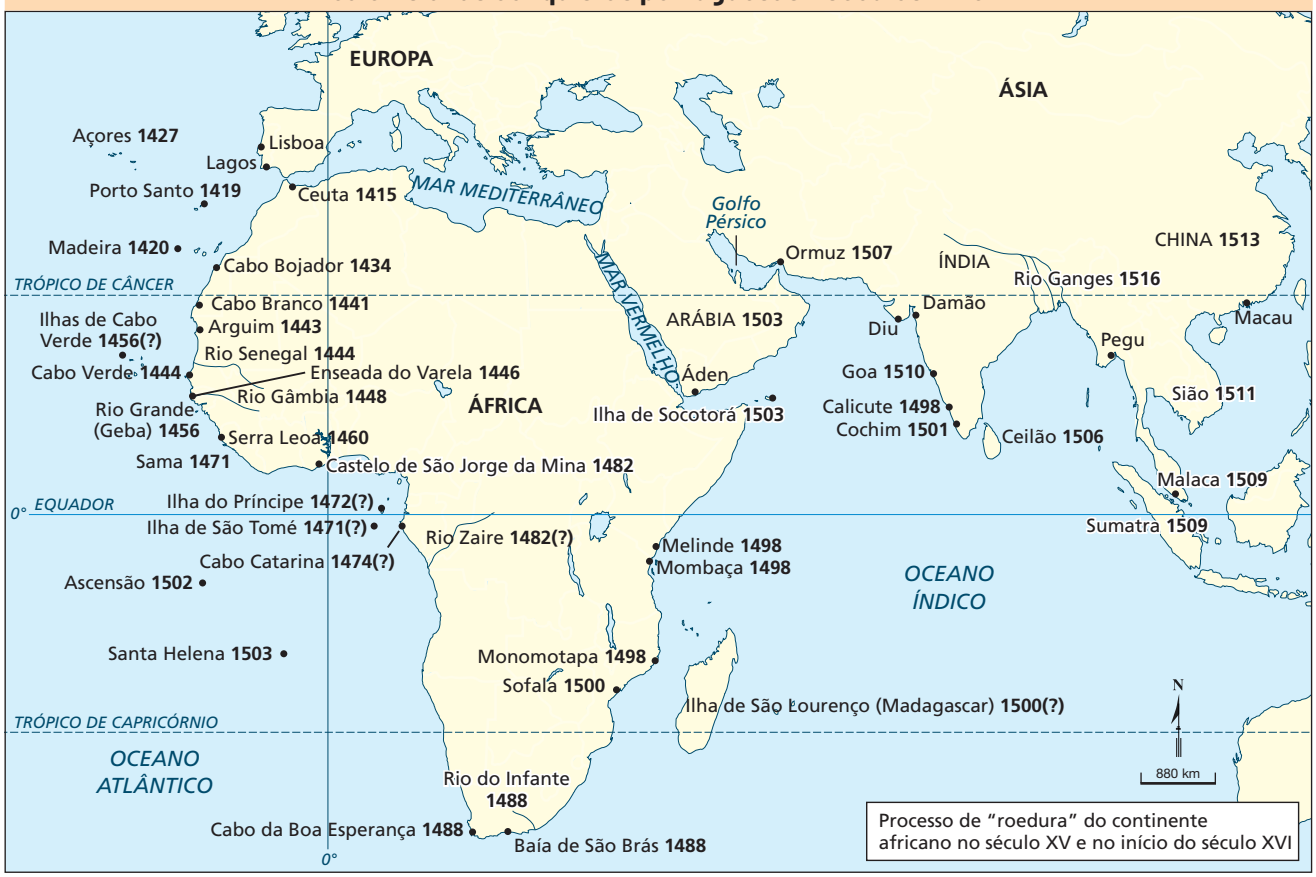
Além de estabelecerem feitorias nas costas ocidental e oriental do continente africano, os portugueses conseguiram conquistar pontos de entroncamento do comércio de longa distância no Oceano Índico já nas primeiras décadas do século XVI. A construção e a consolidação do chamado Estado da Índia ocorreram quando as praças de Goa (1510), Malaca (1511) e Ormuz (1515) passaram às mãos portuguesas.

O Estado da Índia era uma rede de fortalezas e feitorias montadas no litoral do continente asiático, voltadas para o comércio ultramarino. Em decorrência dos lucros que as viagens ao Oriente proporcionavam, a Coroa estabeleceu monopólios e mecanismos de fiscalização como a **Casa da Índia** e o regime de porto único, centralizados em Lisboa. Entre 1515 e 1519, as rendas obtidas no comércio com o Oriente ultrapassaram a receita de impostos do reino.

Os portugueses levaram às suas possessões asiáticas a religião cristã, com suas crenças, cultos, imagens e visão de mundo, além de formas de vestimenta, alimentação e comportamento que alteraram os costumes e o modo de vida das populações nativas. Em muitos casos, o contato com os portugueses desestabilizou as relações entre os nativos, causou alta mortalidade nas populações locais em razão da contaminação por vírus e bactérias e desestruturou tradições longamente estabelecidas.

Além disso, as populações dominadas também sofreram com o preconceito. Nos documentos da época, é comum os nativos serem descritos como "raças de sangue infecto", o que revela a atitude de desprezo que muitas autoridades e colonos portugueses tinham em relação às populações locais.

África e Ásia: as conquistas portuguesas – séculos XV e XVI



Fonte: HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 46.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

América portuguesa: o início da exploração do território

Os portugueses já tinham iniciado a ocupação de ilhas do Atlântico havia mais de oitenta anos quando a expedição comandada por Pedro Álvares Cabral aportou, em abril de 1500, no local correspondente ao sul do atual estado da Bahia. Nos anos iniciais, a principal riqueza de valor comercial para os europeus foi o pau-brasil, explorado em regime de **escambo**.

Por meio desse regime, os indígenas, em troca de chapéus, roupas, ferramentas e utensílios, como facas e machados, serravam e transportavam as toras de madeira até o local em que os navios estivessem ancorados. As madeiras, das quais se obtinha um corante vermelho utilizado no tingimento de tecidos, eram repassadas às feitorias portuguesas sediadas em Flandres, região da atual Bélgica.

Diante das ameaças de invasão da costa da América portuguesa por outras nacionalidades europeias, mas também entusiasmado pelas descobertas de ouro e prata nas colônias espanholas da América, o rei português dom João III adotou diversas medidas para garantir a posse do território.

Das capitanias hereditárias à criação do governo-geral

Com o intuito de manter o controle do território, na década de 1530, a Coroa implementou o sistema de **capitanias hereditárias** ou **donatarias**, pelo qual o rei doava uma faixa de terra a um súdito, que recebia o título de **capitão donatário**. Em troca dessa posse, o donatário tinha alguns deveres, como o povoamento e a defesa militar da capitania, a produção local de gêneros rentáveis e a montagem de um aparato administrativo e jurídico.

Entre 1534 e 1536, foram criadas catorze capitanias em quinze quinhões de terra, doados a doze capitães donatários. No entanto, com exceção das capitanias de São Vicente e de Pernambuco, nenhuma outra prosperou.

Por causa da falta de êxito das capitanias hereditárias, no fim da década de 1540, a Coroa decidiu combinar o sistema vigente com uma administração centralizada. Assim, em 1548, foi criado o **governo-geral**.

Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, chegou ao Brasil em 1549 e fundou a cidade de Salvador, sede do governo. Com ele vieram os primeiros missionários jesuítas, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega. Com o governo-geral, a colonização portuguesa na América começava a prosperar.

América portuguesa: capitanias hereditárias – século XVI



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de *et al*. **Atlas histórico escolar**. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 16.

Apesar das mudanças, o sistema de capitanias manteve-se até o século XVIII, quando foi extinto.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

A Companhia de Jesus na América portuguesa

A ordem religiosa **Companhia de Jesus** foi fundada em 1534, no contexto da Reforma Católica. Os jesuítas tiveram atuação de destaque no combate ao avanço protestante na Europa e na catequização dos nativos do império ultramarino ibérico.

Os jesuítas participaram ativamente da vida religiosa, econômica e política da América portuguesa. Sua ação missionária tinha como base a criação de aldeamentos indígenas e a fundação de colégios. Os primeiros foram fundados nas capitanias de São Vicente (1554) e da Bahia (1556) e tinham como função principal formar sacerdotes para a obra evangelizadora, converter os não católicos e catequizar os indígenas.

Para promover a catequização dos nativos, os jesuítas os deslocavam de suas terras para as **missões** ou **reduções**, locais onde a ação evangelizadora era desenvolvida por meio do ensino da doutrina católica e do batismo. Duas estratégias para a condução dessa tarefa eram a substituição da cura dos pajés pela intervenção médica nos moldes europeus e encenações teatrais com base em cenas do evangelho.

Os objetivos do trabalho missionário junto aos nativos eram impor-lhes a cultura europeia e a religião católica reprimindo hábitos que julgavam escandalosos como o canibalismo, a poligamia e as guerras incessantes:

> A lei, que lhes hão de dar, é defender-lhes [impedir-lhes de] comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos: fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte.
>
> NÓBREGA, Manuel da. Plano civilizador: carta ao P. Miguel de Torres, Bahia, 8 de maio de 1558. *In*: LEITE, Serafim Soares. **Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil (1553-1558)**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. p. 450.

Apesar das estratégias de catequese utilizadas pelos jesuítas, os indígenas resistiam a abandonar as próprias terras e crenças e a assimilar as características culturais dos europeus. Fugas, ataques a aldeamentos e mesmo o desenvolvimento de formas de sincretismo religioso revelam as estratégias de resistência adotadas por eles.

Responda no caderno.

Enfoque

1. O texto de padre Manuel da Nóbrega pode ser relacionado ao conceito de etnocentrismo? Explique.
2. Converse com os colegas e o professor sobre a seguinte questão: os não indígenas permanecem adotando atitudes etnocêntricas em relação aos indígenas? Justifiquem, citando exemplos.



MUNIQUE BASSOLI/PULSAR IMAGENS

Museu Padre Anchieta no Pateo do Collegio em São Paulo, no estado de São Paulo. Fotografia de 2022. O memorial foi construído no século XX, mas preserva duas paredes remanescentes dos séculos XVI e XVII. Além disso, o museu apresenta aos visitantes um pouco da história da presença jesuíta em São Paulo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Resistência indígena

Um dos movimentos mais expressivos de resistência indígena, tanto contra as imposições dos jesuítas como aos trabalhos forçados nos engenhos, ocorreu por volta de 1580 e ficou conhecido como Santidade de Jaguaripe. O movimento eclodiu no sertão do Orobó, no interior da Bahia, mas acabou por se consolidar no Engenho Jaguaripe, localizado no Recôncavo Baiano.

A Santidade era liderada por um nativo, batizado com o nome de Antônio, que passou por um processo de catequização em um aldeamento jesuítico, e por sua mulher, conhecida como "Maria Mãe de Deus". Tinha como característica o sincretismo religioso misturando crenças católicas com elementos da cultura Tupinambá.

Antônio se dizia o "verdadeiro papa da Igreja de Roma", mas também afirmava encarnar Tamandaré, ancestral mítico Tupinambá. A Santidade percorria os aldeamentos atraindo indígenas, negros e brancos, incentivando-os a se recusar a trabalhar nas lavouras açucareiras. Pouco a pouco, o movimento ganhou corpo e se espalhou pela região, conquistando muitos adeptos.

Para os nativos, o movimento era entendido como a expressão de um relevante mito indígena: **a terra sem mal**, espécie de mito do paraíso narrado nos cânticos Tupi-Guarani e amplamente conhecido e cultuado desde tempos imemoriais. Nas palavras do historiador Ronaldo Vainfas:

> O triunfo da santidade significava, assim, para os índios, o momento em que todos haveriam de "voar ao céu", a chegada ao lugar onde não faltariam "mantimentos ou víveres", "comeres e beberes": os frutos cresceriam sozinhos na terra, e as flechas caçariam por coma própria no mato; as velhas se tomariam moças e não haveria necessidade senão de bailar, cantar, festejar [...].
>
> VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 106.

A Santidade acabou derrotada por forças enviadas pelo governador-geral. No entanto, movimentos de luta e resistência não deixaram de se fazer presentes em outros momentos e contextos no Brasil colonial.

Dica

A terra sem males: mito guarani

Jakson de Alencar. São Paulo: Paulus, 2009.

O mito da "terra sem males" faz referência ao tempo de felicidade, lazer eterno e imortalidade, onde não haveria nem trabalho, nem fome, nem guerras.



ADRIANO MACHADO/REUTERS/FOTOARENA

Povos indígenas das etnias Pataxó e Tupinambá participam de um protesto para defender terras indígenas em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Brasil açucareiro

O cultivo de cana-de-açúcar marcou os primórdios da colonização. No século XVI, as principais regiões canavieiras na América portuguesa eram Pernambuco e Bahia. A partir da década de 1570, houve uma grande expansão dos chamados **engenhos coloniais**, impulsionando fortemente a produção açucareira.

A palavra *engenho* tem dois significados: pode designar o local no qual a cana é moída ou, no sentido mais abrangente, toda a propriedade açucareira. O engenho contava com forno, casa de purgar o açúcar, galpão de estoque, senzala (moradia dos escravizados), casa-grande (moradia do senhor e de sua família), capela, pasto, roça e canavial.

A manufatura do açúcar era trabalho de muita complexidade, envolvendo várias etapas: o plantio e o corte da cana, o transporte até a moenda, a trituração, o aquecimento do caldo até a solidificação, a purga do açúcar e, por fim, seu encaixotamento e distribuição.

É importante destacar que a monocultura da cana estimulou a destruição de grandes áreas de Mata Atlântica em consequência das queimadas, método que os colonizadores aprenderam dos indígenas para limpar o terreno, e do corte de árvores, cuja madeira era utilizada para alimentar as caldeiras dos engenhos.

> Ainda nos séculos XVI e XVII, a Mata Atlântica, que abastecia os engenhos de madeira, parecia inextinguível. Como qualquer colônia de exploração, o Brasil sofreu a dilapidação brutal de seus recursos naturais. O impacto direto das atividades coloniais sobre os ecossistemas existentes causou imediatos prejuízos [...].
>
> O território não possuía fronteiras limitadas; nele, uma lavoura desgastada era imediatamente substituída por outra. Os conhecimentos agronômicos eram precários e não ajudavam a combater o modelo usado.
>
> DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 45.

Além dos escravizados, havia no engenho trabalhadores assalariados, livres e semilivres, que exerciam diversas funções, das quais destacam-se: carpinteiro, barqueiro, mestre de purgar, caixeiro, feitor, médico e lavrador. Esse último era o proprietário de lavoura de cana que não possuía engenho.

Como se pode perceber, a sociedade colonial não se dividia apenas em senhores e escravizados. Havia muitos outros grupos sociais, desde os mais ricos e poderosos (senhores, grandes lavradores e comerciantes) até os mais pobres (homens livres pobres, além dos escravizados).



FRANS POST - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Engenho, pintura de Frans Post, 1660.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Você acredita que a "dilapidação brutal" dos "recursos naturais" era um problema para as pessoas que aportaram no território do Brasil atual no século XVI? Isso mudou com o tempo? Por quê?
2. Atualmente, há "conhecimentos agronômicos" que podem ajudar a combater a agricultura predatória? Quais?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Agroecologia

Você estudou que as práticas agrícolas empregadas na lavoura da cana-de-açúcar impactaram negativamente o meio ambiente. Atualmente, as práticas agrícolas convencionais, ainda que contem com o desenvolvimento tecnológico, se valem de fertilizantes químicos e defensivos agrícolas, o que as torna igualmente insustentáveis, provocando degradação dos solos, poluição das águas e redução da biodiversidade. Nesse cenário, a agroecologia surge como alternativa sustentável no enfrentamento dos desafios relativos ao desenvolvimento dos sistemas alimentares.

A agroecologia, de maneira geral, trata da promoção de métodos de produção de alimentos e fibras comprometidos com a preservação ambiental e com o desenvolvimento sustentável.

O **curso superior de tecnologia em agroecologia** é uma opção de estudo para quem reconhece a relevância ambiental e social no desenvolvimento desses métodos de produção. Nesse curso, parte dos estudos ocorre em laboratórios de biologia, de solos e de processamento de alimentos. Além disso, áreas de plantio e criação de animais, compostagem orgânica e viveiros de plantas e mudas favorecem a aprendizagem e a aplicação de conhecimentos na prática.

Espera-se que os formandos do curso estejam aptos para exercer uma série de atividades, entre elas: planejamento, execução, monitoramento, análise e certificação de sistemas de produção agroflorestais; gerenciamento, processamento e comercialização de produção agroecológica; e assessoria a órgãos públicos e a empresas privadas.

Não são poucos os campos de atuação que absorvem profissionais da área. Entre eles, estão cooperativas, empresas de certificação ambiental, empresas de planejamento e desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria, propriedades rurais e empreendimentos de agricultura familiar, organizações não governamentais, órgãos públicos, institutos e centros de pesquisa, bem como instituições de ensino.

Você sabia que a **Associação Brasileira de Agroecologia** tem um grupo de trabalho voltado para as juventudes? Entre as diversas temáticas de discussão listadas nos objetivos específicos do grupo, várias são ligadas à cultura e à educação no campo, mas também há espaço para a valorização da agricultura urbana e de projetos agroecológicos para as cidades. Portanto, independentemente de onde você vive, procure se informar sobre a agroecologia, não apenas para conhecer mais sobre o assunto, mas principalmente pelas possibilidades profissionais que ela oferece.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS



Quilombola trabalhando em horta orgânica comunitária do Quilombo Dona Bilina, Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A União Ibérica e o Brasil holandês

A morte de dom Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, contra os mouros, no Marrocos em 1578, produziu uma crise dinástica em Portugal, pois o jovem rei português não tinha herdeiros. Filipe II, rei da Espanha, aproveitou a situação para invadir Portugal em 1580, incorporando todos os domínios portugueses ao Império Espanhol. Iniciou-se assim a **União Ibérica**.

Durante a União Ibérica, a Espanha enfrentou a guerra de independência das Províncias Unidas dos Países Baixos, mais conhecidas pelo nome de Holanda (a mais importante de suas sete províncias). Protestantes em sua maioria, os holandeses levantaram-se contra a Espanha por razões religiosas e econômicas.

Depois de garantir a defesa de suas principais casas comerciais, sediadas em Amsterdã, os holandeses partiram para a conquista das possessões ultramarinas de Portugal e Espanha. Para isso, criaram Companhias de Comércio, com funções econômicas, militares e políticas. A **Companhia das Índias Ocidentais**, fundada em 1621, destinava-se à conquista do espaço atlântico.

A capitania de Pernambuco, então a maior região produtora de açúcar do mundo, foi um dos alvos das investidas dos holandeses. Após breve resistência portuguesa, a companhia holandesa firmou seu domínio sobre a região que ia do atual Rio Grande do Norte até o norte de Alagoas.

Para governar o território ocupado, os holandeses foram obrigados a negociar com a elite local: concederam empréstimos aos senhores de engenho e lavradores de cana; venderam, a preços baixos, os engenhos confiscados dos portugueses que haviam fugido; e assumiram os compromissos estabelecidos entre os colonos e o governo português antes da invasão.

A Companhia das Índias Ocidentais também dependia dos colonos para administrar os engenhos e controlar as zonas de exportação de escravizados africanos para a América, vitais para o sucesso da empresa açucareira.

O governo dos domínios holandeses no Nordeste ficou a cargo de Maurício de Nassau, enviado pela companhia ao Brasil em 1637. Além de estabelecer boas relações com os senhores de engenho, Nassau reurbanizou o Recife, fundando a **Cidade Maurícia.** Sua administração foi marcada pela tentativa de controlar o complexo açucareiro-escravista montado pelos portugueses. Com o estabelecimento em Pernambuco, os holandeses voltaram-se para a conquista das praças africanas fornecedoras de escravizados, como foi o caso de Angola, ocupada em 1641.



LUIS WAR/SHUTTERSTOCK

Rua do Bom Jesus, em Recife, Pernambuco. Fotografia de 2021. Durante a administração de Nassau, foram construídos pontes e canais, além do jardim botânico e do primeiro observatório astronômico da região. A herança holandesa ainda hoje pode ser verificada na arquitetura presente em alguns bairros da cidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A restauração portuguesa e o fim do Brasil holandês

Em 1640, as grandes casas aristocráticas portuguesas revoltaram-se contra a Espanha, aclamando o duque de Bragança o novo monarca do reino. Logo que assumiu a Coroa de Portugal, o monarca recebeu o título de dom João IV, assinou uma trégua com a Holanda e passou a elaborar planos para reconquistar as possessões portuguesas que estavam sob domínio holandês.

O levante luso-brasileiro começou em 1645. Mais tarde, em 1648, duas vitórias contra os holandeses viraram o jogo no Atlântico Sul: a **Batalha dos Guararapes**, em Pernambuco, e a reconquista de Luanda, em Angola. As duas ações foram financiadas quase inteiramente com recursos da América portuguesa. Na restauração do domínio português em Angola, o papel decisivo foi desempenhado pelos traficantes de escravizados sediados na América.



VICTOR MEIRELLES – MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

Batalha dos Guararapes, pintura de Victor Meirelles, 1875-1879.

Os resultados da expulsão dos holandeses da América portuguesa

As guerras imperiais travadas contra as companhias holandesas na América e na África tiveram várias implicações para o império ultramarino português, como as listadas a seguir.

- **A forte concorrência do açúcar das Antilhas**. Os colonos holandeses, seguidos dos franceses e ingleses, estabeleceram-se nas Antilhas e passaram a produzir açúcar em larga escala com as técnicas aprendidas em Pernambuco, forçando a queda nos preços do açúcar português.
- **O Atlântico Sul como base do Império Português**. Os custos da restauração do Império Português na América e em Angola foram financiados quase inteiramente com recursos obtidos da exploração do comércio de escravizados. Mesmo com a concorrência do açúcar antilhano, o Atlântico Sul tornou-se o novo sustentáculo do império ultramarino português.
- **O crescimento da influência inglesa**. O rei dom João IV encontrou na Inglaterra o suporte diplomático para garantir a independência política em relação à Espanha e a restauração de seu império ultramarino. Em contrapartida, Portugal tornou-se dependente do poderio inglês.

O enfraquecimento de Portugal e de seu comércio com o Oriente, em razão das guerras, alçou a América portuguesa à condição de principal fonte de riquezas do império. Nesse novo cenário, Portugal criou uma série de órgãos para fiscalizar os negócios da colônia, como o Conselho Ultramarino, em 1642, e as companhias de comércio, que detinham o monopólio de compra e venda de determinados produtos na América portuguesa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Escravidão na América portuguesa

Os dados referentes à vinda de escravizados para o continente americano foram retirados de: FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 21.

A escravidão foi uma das bases da organização social e econômica da América portuguesa, marcando profundamente os costumes e a mentalidade das pessoas bem como as atividades produtivas. Calcula-se que, entre os séculos XVI e XIX, aproximadamente 12 milhões de africanos escravizados tenham chegado às diversas colônias europeias na América. Desse total, a maior parte, cerca de 4,8 milhões de africanos, desembarcou no território que hoje corresponde ao Brasil.

A escravidão moderna foi amparada em discursos de ordem teológica e fundamentada sobre falsos argumentos de fundo racial, utilizados para discriminar os povos africanos. Além disso, ela teve papel fundamental nas economias europeias, africanas e americanas na Era Moderna, estimulada pelo tráfico transatlântico e pelo emprego dos escravizados em atividades sobretudo mineradoras e agroexportadoras.

Da África para a América portuguesa

A prática da escravidão e o tráfico de escravizados já existiam em diversas partes do continente africano desde a Antiguidade. Era comum, por exemplo, que grupos rivais escravizassem prisioneiros de guerras. As pessoas também podiam ser escravizadas por dívidas ou como punição por crimes.

Na África, a condição dos escravizados variava de acordo com o contexto no qual o cativo estava inserido. Nas áreas rurais e urbanas, eles podiam ser utilizados como trabalhadores agrícolas, criados domésticos, soldados, entre outras ocupações. Entretanto, na África antiga, a comercialização de escravizados não era uma atividade econômica central.

Com a expansão islâmica, iniciada no norte do continente africano no século VII, foi se estruturando uma rede de comércio de escravizados cujas principais rotas passavam pela África Central e pelo Saara, conectando o continente ao Oriente Médio e aos países banhados pelo Mar Mediterrâneo e pelo Oceano Índico. Séculos mais tarde, após a chegada dos europeus, a escravidão foi novamente redimensionada.

Os portugueses, por exemplo, se apropriaram da dinâmica da escravidão africana e a transformaram em uma atividade comercial transatlântica extremamente lucrativa. Após realizarem expedições militares para capturar e escravizar seres humanos, os portugueses verificaram ser mais vantajoso estabelecer aliança com chefes locais das áreas litorâneas do continente africano. Em troca de tecidos, armas, ferramentas e aguardente, os portugueses adquiriam escravizados para sua empresa colonial nos arquipélagos como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e, mais tarde, na América portuguesa.



YANICK FOLLY/AFP/GETTY IMAGES

Porta do não retorno, monumento localizado na cidade de Ouidah, no Benin. Fotografia de 2020. A obra foi inaugurada em 1995, no local de embarque dos escravizados enviados ao continente americano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O comércio transatlântico de escravizados

A **diáspora africana**, ou seja, o deslocamento forçado de seres humanos – decorrente do comércio de indivíduos levados principalmente para a América –, subtraiu da África milhões de pessoas. O impacto da dispersão de milhões de seres humanos desestruturou reinos e sociedades inteiras, incrementou guerras e interrompeu o desenvolvimento do continente, uma vez que homens e mulheres, jovens e saudáveis, foram sequestrados e obrigados ao trabalho em terras distantes.

Por causa dessas características, não é possível comparar o **tráfico negreiro** com outros grandes movimentos migratórios, como o dos europeus para a América nos séculos XIX e XX, pois os africanos escravizados eram retirados à força do continente. Chamar o tráfico de imigração seria, portanto, comparar dois movimentos essencialmente diferentes.

No comércio transatlântico de escravizados, as mercadorias eram pessoas de diferentes origens do continente africano. Elas eram levadas à América e à Europa para serem utilizadas como mão de obra nas plantações, nas minas, nas residências e nas atividades urbanas, constituindo um dos maiores trânsitos populacionais de que se tem registro.

O comércio português na costa africana só prosperou porque, além dos investimentos de outros governos europeus, contou com o apoio de chefes africanos locais. Com o interesse europeu nos escravizados, os reinos africanos que já praticavam esse comércio passaram a fazê-lo em escala muito maior.

Os diferentes povos africanos que eram alvo desses reinos resistiram à escravização por meio de rebeliões e fugas. Na África, essas fugas deram origem a agrupamentos de escravizados que, no século XVI, vieram a ser formados também na América portuguesa, onde ficaram conhecidos como mocambos ou quilombos.

O tráfico de escravizados era realizado por navios chamados **navios negreiros** ou **tumbeiros**. Neles, a alimentação era escassa e de péssima qualidade, e as condições sanitárias, precárias, o que facilitava a propagação de doenças. Os escravizados eram transportados em porões abarrotados: em média, eram levadas de 300 a 500 pessoas por viagem.

Os primeiros africanos escravizados provavelmente chegaram ao Brasil com a instituição do primeiro governo-geral, em 1549. Foi, porém, a partir da década de 1570 que o ingresso de africanos escravizados começou a crescer, até a escravidão africana consolidar-se como regime de trabalho preponderante na colônia.

Um marco muito importante nesse processo foi a fundação de São Paulo de Luanda (atual cidade de Luanda, capital de Angola) pelos portugueses, em 1576, que logo se tornou o maior entreposto fornecedor de escravizados do continente.

SALTY VIEW/SHUTTERSTOCK



Cais do Valongo, Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2023. O Cais do Valongo foi descoberto a partir de escavações arqueológicas realizadas em 2011. Trata-se do principal vestígio material de um local de receptação de escravizados no Brasil. Inaugurado em 1811, o cais recebeu aproximadamente 1 milhão de escravizados. Em 2017, o Cais do Valongo foi reconhecido como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco.

Os dados a respeito da movimentação no Cais do Valongo foram retirados de: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Valongo. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. [illegible].

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As viagens nos tumbeiros

As viagens podiam durar de 35 dias (entre Angola e Rio de Janeiro) a três meses (de Moçambique ao Rio de Janeiro). Por causa das péssimas condições a que eram submetidos nos tumbeiros, muitos dos cativos não resistiam à travessia e morriam antes de alcançar seu destino.

A esse respeito, leia o trecho de um relato do cirurgião inglês Thomas Nelson, que testemunhou, no Rio de Janeiro, em 1846, as condições em que os africanos escravizados eram transportados no navio Dois de Fevereiro.

> Amontoados no convés, [...] curvados, trezentos e sessenta e dois negros, com doença, deficiência e miséria estampadas de tal forma dolorosa que excedia qualquer poder de descrição. A um canto... um grupo de miseráveis estirados, muitos nos últimos estágios da exaustão e todos cobertos com pústulas de varíolas. [...] Em todos os lados, rostos esquálidos e encovados tornados ainda mais hediondos pelas pálpebras intumescidas e pela [...] oftalmia, da qual parecia sofrer a maioria; além disso havia figuras reduzidas a pele e osso, curvadas numa postura que originalmente foram forçadas a adotar pela falta de espaço, e que a debilidade e rigidez das juntas forçaram-nas a manter.

NELSON, Thomas. *In*: CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 56.

Os dados referentes ao número de escravizados transportados em cada viagem dos navios negreiros foram retirados de: RODRIGUES, Jaime. África durante o comércio negreiro. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 365.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Quais aspectos das condições de transporte nos tumbeiros mais chamaram sua atenção no relato do cirurgião inglês?**
2. **Observe a imagem retratada por Rugendas reproduzida nesta página. Ela reforça ou contesta o relato do médico? Explique.**

Assim que chegavam aos portos do Brasil, os africanos escravizados eram levados a uma alfândega, onde se fazia o controle sobre a carga do navio. Em seguida, eram encaminhados aos mercados públicos, para serem comercializados. Seguiam para seu destino em lavouras, engenhos, pastos ou centros urbanos, onde desempenhavam várias atividades.

Segundo o sociólogo estadunidense Orlando Patterson, a escravidão pode ser entendida como uma espécie de "morte social", já que o cativo era arrancado de sua família, língua, costumes e tradições, sendo expropriado de sua identidade original para receber uma nova, dependente e consolidada pelo senhor.

A expressão "morte social" foi utilizada com base na leitura de: PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social**. São Paulo: Edusp, 2008.



JOHANN MORITZ RUGENDAS - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Navio negreiro, gravura colorizada de Johann Moritz Rugendas, 1835. As viagens nos tumbeiros eram incertas, pois esses navios naufragavam com muita frequência. Quando a travessia era concluída com sucesso, a mortalidade entre os cativos podia chegar a um terço dos que haviam embarcado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As regiões africanas fornecedoras de escravizados

As regiões que, na África, forneciam escravizados variaram ao longo do tempo. Durante o século XVI, a maioria dos africanos escravizados trazidos à América portuguesa era proveniente da Guiné e da Costa da Mina. A partir do século XVII, predominaram os entrepostos de Angola e do Congo. Os escravizados passaram a ser trazidos com regularidade de Moçambique apenas no século XVIII, período em que voltaram a prevalecer os escravizados originários da Costa da Mina e do Benin.

Os escravizados trazidos para o território que atualmente constitui o Brasil eram oriundos, portanto, de diferentes regiões do continente africano e pertenciam a diversos povos. Apesar da diversidade sociocultural desses povos, costuma-se identificar dois grandes grupos étnicos, com base em semelhanças linguísticas:

- **sudaneses** – maioria na África Ocidental, no Sudão egípcio e na costa norte do Golfo da Guiné;
- **bantos** – predominantes na África Equatorial e Tropical, em parte do Golfo da Guiné, no Congo, em Angola e em Moçambique.

Durante o período do tráfico negreiro, os registros portugueses faziam referência aos mercados e portos de embarque na África. Segundo a historiadora Marina de Mello e Souza,

> Na maioria das fontes [históricas] [...] geralmente o que se encontra como identificação de nação ou etnia [...] são os principais mercados onde eram comercializados, ou os portos de embarque, ponto final de uma longa e penosa jornada em território africano. A multiplicidade de nomes designativos de povos diferentes... foi traduzida para nomes mais familiares, de mercados e reinos conhecidos, como benguela, cassanje, quissana, congo, angola, cabinda e muitos outros locais nos quais se deu o comércio de escravizados.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação do rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 138. (Coleção Humanitas).

Tráfico atlântico de africanos escravizados – séculos XVI-XIX



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. **Atlas**: história do Brasil. São Paulo: Scipione, 1993. p. 9.

Dica

Slave Voyages – banco de dados do tráfico transatlântico

O banco de dados organizado pela Emory University, dos Estados Unidos, é resultado de décadas de pesquisa. É um *site* público, pode ser acessado em português e documenta cerca de 35 mil viagens transatlânticas de tumbeiros que transportaram escravizados da África para a América.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os "negros da terra" e os "negros da Guiné"

Por muito tempo, difundiu-se a visão equivocada e preconceituosa de que os "negros da terra", os indígenas, seriam "fracos" e "preguiçosos", e, por isso, teriam sido substituídos pelos "negros da Guiné", os africanos. Contudo, a mão de obra de africanos escravizados se tornaria hegemônica somente a partir de meados do século XVII. O que explicaria essa situação?

A paulatina substituição da mão de obra escravizada dos indígenas pela dos africanos foi favorecida por diversas razões. Por influência dos missionários, a implementação de leis de proteção aos povos nativos, ainda que frequentemente desrespeitada, podia gerar problemas jurídicos aos colonos. Os indígenas também eram mais suscetíveis às epidemias trazidas pelos europeus e conheciam muito bem o território, o que facilitava fugas das fazendas.

Por outro lado, os portugueses já tinham experiência com a utilização de mão de obra africana escravizada nos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Além disso, a lucratividade do tráfico transatlântico de africanos escravizados foi determinante para abastecer os engenhos de açúcar que se expandiam no período e ampliavam a demanda por cativos.

Uma sociedade escravista

Pelo papel central que os escravizados desempenhavam no Brasil colonial, os historiadores afirmam que se tratava de uma **sociedade escravista**. Nessa sociedade, os escravizados podiam ser empregados nas mais variadas atividades. Eles trabalhavam nos engenhos e canaviais, nas minas, nas fazendas de gado e em outras propriedades. A depender do contexto, realizavam tarefas domésticas e ofícios mais ou menos especializados, como o de carpinteiro e o de sapateiro.

Assim, o que define uma sociedade escravista é, em primeiro lugar, a existência da escravidão, que permite reduzir uma pessoa à condição de propriedade. Por conseguinte, é necessário que existam escravizados em uma escala tão grande que as características básicas dessa sociedade, como a hierarquia social, não possam ser dissociadas da escravidão. Em uma sociedade escravista como a do Brasil colonial, a presença de cativos era tão corriqueira que muitas pessoas nem questionavam a existência da escravidão, tomando-a por natural.

Padres utilizavam a mão de obra escravizada; produtores de açúcar ou de café compravam escravizados como se compram bois; escravizados também podiam ser alugados para executar tarefas braçais, consideradas degradantes; por vezes, ex-escravizados compraram escravizados para se diferenciar socialmente. Nessa sociedade, brancos, negros, indígenas, pessoas livres, escravizados e ex-escravizados fundiram suas culturas e seu sangue e produziram uma paisagem social complexa e diversificada.



COLEÇÃO GILBERTO FERREZ – ACERVO INSTITUTO MOREIRA SALLES

Mulheres no mercado, de Marc Ferrez. Fotografia de 1875. Nos grandes centros urbanos foi comum a figura do escravizado de ganho, que exercia diversos ofícios remunerados, tendo uma quantia estipulada repassada ao seu senhor.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A resistência dos africanos à escravidão

Nos mais de três séculos em que o regime escravista vigorou aqui, os escravizados lutaram contra a opressão desse sistema. As formas de resistência mais comuns iam desde a negociação informal com os senhores e a adoção de recursos jurídicos contra excessos cometidos até a adoção de medidas para prejudicar economicamente os proprietários, como a lentidão no trabalho, a sabotagem de equipamentos e da produção, além das fugas. Havia também meios violentos, como o assassinato de feitores e senhores, as revoltas e os suicídios.

> As reivindicações, e mesmo a luta [...], não se esgotavam na defesa de padrões materiais de vida, mas incluíam, no mesmo passo, a defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma. Ao lado das demandas por terra e melhores condições de trabalho, os rebeldes [...] também exigiam o direito de poderem "cantar, folgar e brincar" sem consentimento. [...]
>
> Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar [...] abriam-se os caminhos da ruptura. A fuga era um deles. [...] fugiam pelos mais variados motivos: abusos físicos, separação de entes queridos por vendas ou transferências inaceitáveis ou o simples prazer de namoro com a liberdade.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 8-9.

Uma das formas de resistência mais temidas pela sociedade escravista era a formação de **quilombos**, comunidades independentes constituídas de escravizados fugidos. Havia quilombos em quase todo o território da América portuguesa, reunindo milhares de pessoas, entre escravizados e libertos.

O maior quilombo de que se tem notícia surgido no território da América portuguesa foi o **Quilombo dos Palmares**. Localizado na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, Palmares foi atacado dezenas de vezes, tanto por forças holandesas – durante o período da dominação holandesa no Nordeste açucareiro – quanto portuguesas, mas resistiu durante muito tempo, impondo várias derrotas aos colonizadores.

Documentos da época indicam que o quilombo reunia uma infraestrutura de defesa que contava com paliçadas, fosso, torres de vigia e armadilhas camufladas. O povoamento foi liquidado por uma expedição militar comandada pelo paulista Domingos Jorge Velho, em 1694, após quase um século de existência. No ano seguinte, Zumbi, que havia liderado os quilombolas por cerca de catorze anos, foi capturado e executado.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Quais são os motivos de rebelião de escravizados mencionados pelos autores do texto?**
2. **Os autores citam reivindicações que revelam as sensibilidades dos grupos dos escravizados. Como os autores elaboram essa caracterização e qual é a importância dessa abordagem para a sociedade brasileira?**



CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Grupo de pessoas tirando foto da estátua de Ganga Zumba, que foi um dos reis de Palmares, no Parque Memorial Quilombo dos Palmares, em União dos Palmares, Alagoas. Fotografia de 2022. O local foi tombado em 1985 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para auxiliar na preservação da memória e do conhecimento da formação do Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cultura afro-brasileira

Quilombos rurais e urbanos continuaram a surgir até a abolição da escravidão, em 1888. Um século depois, a Constituição de 1988 consagrou o direito à terra ocupada pelos quilombolas, mas os territórios oficialmente garantidos às comunidades quilombolas são poucos. Em 2023, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que existem cerca de 5.900 localidades quilombolas no Brasil. Entretanto, apenas 494 referem-se a Territórios Quilombolas oficialmente delimitados. A população quilombola é de cerca de 1,3 milhão de pessoas e encontra-se espalhada por 1.696 municípios brasileiros.

Do ponto de vista cultural, a resistência à dominação europeia se expressou sobretudo por meio da religião. Obrigados a se converter ao catolicismo, diversos grupos de escravizados procuraram identificar suas entidades religiosas com santos católicos, em uma relação de sincretismo que originou o que chamamos hoje de cultos afro-brasileiros. O candomblé é o exemplo mais significativo dessa expressão religiosa híbrida que se firmou no Brasil também como estratégia de resistência cultural dos cativos.

Atualmente, há várias expressões da cultura afro-brasileira, resultado dos esforços dos escravizados de preservar as próprias tradições combinadas com influências locais. Entre elas estão festas populares, como a coroação dos reis do Congo, o jongo e o bumba meu boi; danças, como o tambor de crioula e o samba; além da roda de capoeira e das ladainhas.

As manifestações culturais de matriz africana, recriadas ou adaptadas no Brasil, possibilitaram aos escravizados e a seus descendentes construírem uma nova identidade, longe da África. Preservando aspectos de sua cultura e costumes que ultrapassaram as barreiras do racismo e da escravidão, essas manifestações tornaram-se patrimônio de todos os brasileiros.

Dica

Quilombos

Produção: História em Meia Hora. Brasil, 2023. 35 minutos.

O episódio "Quilombos", do *podcast História em meia hora*, apresenta um panorama das estratégias de resistência à escravidão com destaque para as fugas e para a organização de quilombos.

OBJETO DIGITAL
Vídeo: Samba de Roda do Recôncavo Baiano

Dados referentes às localidades quilombolas na atualidade foram retirados de: IBGE. **Censo demográfico 2022**: Quilombolas. IBGE: Rio de Janeiro, 2023. p. 78.



SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Projeto social Capoeira Barro Vermelho, em Salvador, Bahia. Fotografia de 2023. A Associação Cultural e Recreativa Capoeira Barro Vermelho foi criada em 1993 com o objetivo de preservar e divulgar a capoeira no Brasil e em vários outros países.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A expansão territorial da América portuguesa

Como já estudamos, os limites territoriais entre as Américas portuguesa e espanhola tinham sido estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas em 1494. Entretanto, as diversas atividades econômicas desenvolvidas no período da colonização promoveram a ocupação e a expansão territorial da América portuguesa.

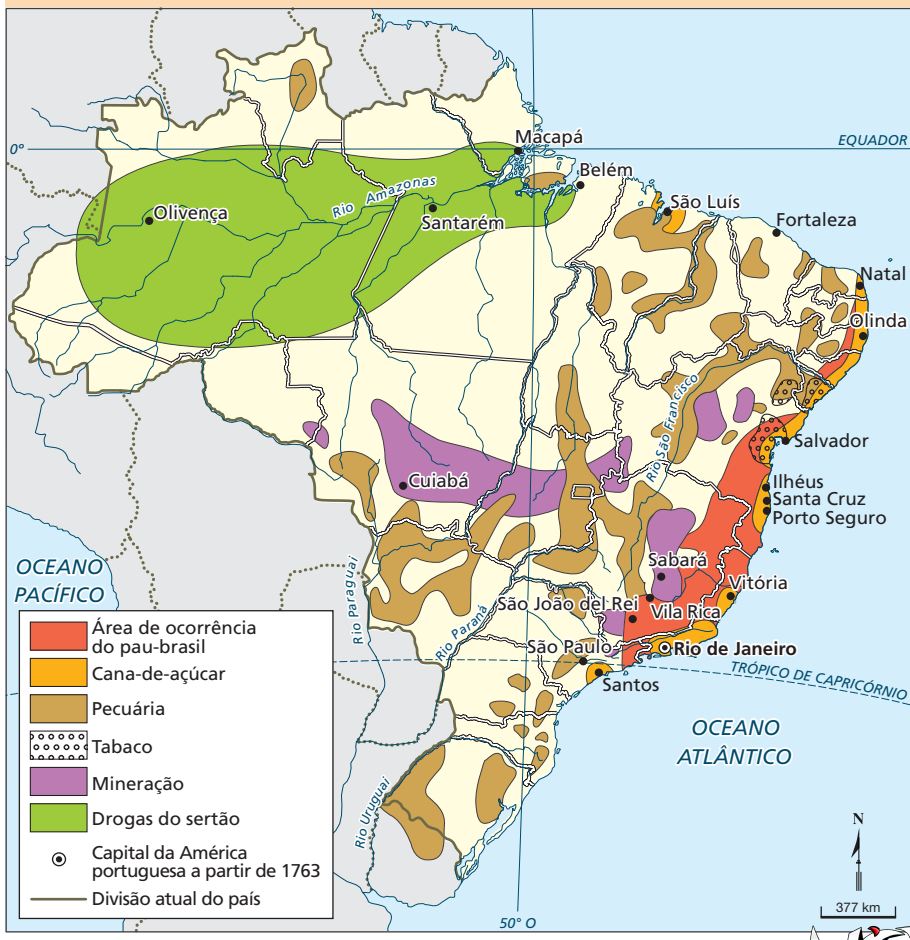
Enquanto as faixas litorâneas do território colonial estavam reservadas à monocultura da cana-de-açúcar e ao cultivo de alguns gêneros agrícolas destinados à subsistência, a **pecuária** avançava pelo sertão nordestino. A partir do século XVIII, a criação de animais também se desenvolveu nas regiões Sul e Sudeste, pressionando a expansão das fronteiras portuguesas.

Nos séculos XVI e XVII, as chamadas **bandeiras**, expedições conduzidas para apresar e escravizar indígenas e prospectar jazidas de minérios e metais preciosos, percorriam caminhos interioranos da colônia para além dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas. A descoberta de jazidas de pedras e metais preciosos em áreas dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso favoreceu a interiorização do povoamento da colônia no século XVIII.

Com relação ao norte do país, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a Coroa portuguesa construiu fortes militares para garantir a posse do território e impedir a expansão espanhola na região da Amazônia. Nesse período, ordens religiosas se estabeleceram ao longo do Rio Amazonas, onde foram organizadas as missões. Os indígenas que viviam nesses aldeamentos promoviam a coleta de frutos, raízes e plantas nativas da floresta (guaraná, baunilha, urucum, castanha-do-pará, canela), conhecidos como **drogas do sertão**, que tinham grande valor comercial e eram exportados para a Europa.

A seguir, estudaremos o bandeirismo, uma das atividades que acabaram contribuindo para a expansão das fronteiras da América portuguesa.

Brasil: estruturação econômica – século XVIII



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício *et al*. **Atlas histórico escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 32.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As bandeiras

Já no século XVI, muitas bandeiras (ou expedições exploratórias) percorriam o interior do atual território do Brasil. Eram organizadas por colonos ou pela Coroa portuguesa para explorar o território, capturar indígenas para escravizar e encontrar pedras e metais preciosos.

Os bandeirantes paulistas conduziam expedições de apresamento de indígenas para trabalharem nas lavouras de São Paulo e para serem vendidos como mão de obra escravizada aos engenhos de açúcar. O bandeirismo de apresamento declinou no século XVII com a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro e o consequente restabelecimento do tráfico negreiro na região. No entanto, a escravidão indígena predominou em São Paulo até o século XVIII.

As bandeiras também prospectavam pedras preciosas e minérios. Até o fim do século XVII haviam sido descobertas e exploradas jazidas em pequenas quantidades em São Paulo, Curitiba e Paranaguá. No entanto, os bandeirantes foram os responsáveis pela descoberta de grandes jazidas de metais preciosos no atual estado de Minas Gerais. No século XVIII, descobriram outras jazidas nos atuais estados de Goiás e Mato Grosso.

Outra atividade realizada pelos bandeirantes era o chamado sertanismo de contrato, por meio do qual os bandeirantes também podiam ser contratados por senhores de engenho ou por autoridades governamentais para combater quilombos, capturar escravizados fugitivos e reprimir rebeliões indígenas.

O mito dos bandeirantes

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, em razão de um modelo narrativo épico que enaltecia os episódios da história regional paulista, os bandeirantes foram considerados "heróis nacionais", pioneiros e grandes desbravadores dos sertões que enfrentavam todo o tipo de adversidade em seus longos deslocamentos pelo interior do país. Trata-se de uma invenção patrocinada pelas elites cafeicultoras paulistas para destacar o protagonismo paulista naquele momento. Tais elites compreendiam a si como o motor econômico do país.

Atualmente, é consenso entre os historiadores que os bandeirantes não buscavam conscientemente a ampliação do território nem tinham motivações "nacionalistas". Em sua maioria, eles eram mamelucos (descendente de branco e indígena) e falantes de tupi, aproximando-se muito mais do indígena que aprisionavam do que da imagem do branco europeu perpetuada posteriormente pela elite paulista.



ALOISIO MAURICIO/FOTOARENA

Monumento às Bandeiras, Victor Brecheret, após ser alvo de protestos em São Paulo. Fotografia de 2016. A maquete data da década de 1920, mas a obra foi inaugurada em 1954, por ocasião da comemoração do IV centenário da cidade. O monumento possui cerca de 11 metros de altura e 36 metros de comprimento.

Enfoque

Responda no caderno.

1. De que maneira o Monumento às Bandeiras reforça o mito dos bandeirantes? Em que ocasião ele foi inaugurado?
2. Por que esse monumento foi vandalizado? Você conhece outros monumentos que foram alvo de protestos por parte da população?
3. No Brasil, o dano ao patrimônio público é crime previsto no artigo 163 do Código Penal. Aponte razões pelas quais não é correto vandalizar monumentos públicos, mesmo quando representam ideias com as quais não concordamos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Bandeirantes e jesuítas

Desde sua chegada à América portuguesa, em 1549, os missionários jesuítas combateram a escravização dos indígenas, o que desencadeou intensos conflitos com os bandeirantes. Por causa das pressões dos jesuítas para proibir o cativeiro de indígenas, a Coroa portuguesa estabeleceu, em 1570, a Lei sobre a Liberdade dos Gentios, que só admitia a escravização dos indígenas em caso de "guerra justa", ou seja, de resistência armada aos colonizadores.

No Nordeste açucareiro, as restrições à escravidão indígena contribuíram para impulsionar o tráfico transatlântico de africanos. Na capitania de São Vicente, porém, o número de expedições que avançavam pelo sertão em busca de indígenas aumentou. Isso fez com que os paulistas, em 1640, expulsassem os jesuítas da capitania e negociassem com a Coroa o direito de explorar essa mão de obra.

O auge das expedições paulistas de apresamento ocorreu nas décadas de 1620 e 1630, com as grandes bandeiras de Antônio Raposo Tavares, Manuel Preto e Fernão Dias Paes, que destruíram as missões do Guairá (no atual Paraná) e causaram muitos danos às missões situadas no território do atual Rio Grande do Sul.

> Segundo o relato de um jesuíta, o método usual dos paulistas consistia em cercar a aldeia e persuadir seus habitantes, usando de força ou ameaças, a acompanhar os colonos de volta para São Paulo. Um destino terrível reservava-se às aldeias que ousassem resistir. Nestes casos, os portugueses "entram, matam, queimam e assolam".
>
> MONTEIRO, John. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 73.

Além disso, a grande expedição de Antônio Raposo Tavares partiu de São Paulo em 1648, em direção sul até o Rio Paraná, na fronteira entre os atuais Brasil e Paraguai, e também em direção ao norte, atingindo a foz do Rio Xingu, no atual estado do Pará, percorrendo cerca de 10 mil quilômetros em três anos e dois meses de viagem. Do total de 1.200 homens que partiram nessa expedição, apenas 58 chegaram com vida, muito castigados por doenças, fome e ataques de indígenas. O mérito da expedição foi ter ligado, pela primeira vez, as bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas.

Em linhas gerais, as bandeiras de apresamento que adentraram o sertão ampliaram o território dominado pelos portugueses e ajudaram a conter o avanço dos espanhóis. Por outro lado, a ação desses colonizadores representou a devastação de inúmeros povos nativos.



GERSON GERLOFF/PULSAR IMAGENS

Cruz missioneira e ruínas da Igreja do Sítio Arqueológico Missioneiro São Miguel Arcanjo, no Parque Histórico Nacional das Missões, no Rio Grande do Sul. Fotografia de 2022. Essa foi uma missão jesuítica dos indígenas Guarani, fundada entre 1735 e 1745.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A fixação das fronteiras

Em 1713, um acordo de paz firmado entre Grã-Bretanha, França e Espanha, conhecido como **Tratado de Utrecht**, estabeleceu as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa, e foi responsável também por definir os limites do atual Amapá.

Com relação aos limites internos, as bandeiras, as missões, a mineração e a pecuária promoveram a expansão dos limites territoriais antes definidos pelo Tratado de Tordesilhas em 1494. Para colocar fim aos impasses e disputas, os governos ibéricos assinaram, em 1750, o **Tratado de Madri**.

O princípio jurídico norteador desse tratado foi o *Uti Possidetis*, de acordo com o qual a terra deve ser ocupada por aqueles já estabelecidos nela. Dessa forma, passaram a ser terras portuguesas a região amazônica, o Sul e o Centro-Oeste do atual Brasil. Assim, o território da América portuguesa ganhou feições parecidas com as que delimitam o Brasil atual.

Uma das determinações do tratado era que os portugueses entregassem à Espanha a Colônia de Sacramento, fundada por portugueses e localizada no atual território uruguaio. Em contrapartida, a região dos Sete Povos das Missões, que concentrava várias missões jesuíticas fundadas por espanhóis e localizada no território do atual Rio Grande do Sul, deveria ficar sob domínio português.

Entretanto, a redefinição dos limites entre os domínios espanhóis e portugueses na região foi marcada pela guerra. Somente com a assinatura do **Tratado de Santo Ildefonso** (1777) e do **Tratado de Badajós** (1801) tiveram fim as disputas territoriais entre os reinos ibéricos.

Saiba mais

Na região do atual estado do Rio Grande do Sul, os jesuítas espanhóis fundaram algumas reduções, que ficaram conhecidas como Sete Povos das Missões. Com o Tratado de Madri, ordenou-se a remoção dos indígenas Guarani que viviam na região, que passou a ser domínio português. Para permanecer em suas terras, os jesuítas ensinaram aos indígenas táticas de guerra para que combatessem as forças espanholas e portuguesas. Esse conflito ficou conhecido como **Guerra Guaranítica** (1753-1756).

Tratados de limites – séculos XVIII-XIX



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel M. de *et al*. **Atlas histórico escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986. p. 30.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A mineração na América portuguesa

Desde meados do século XVII, Portugal atravessava uma fase de graves problemas financeiros. Entre outros motivos, os portugueses haviam perdido para a Holanda o controle das principais rotas de comércio do Oceano Índico e de grande parte de suas possessões coloniais asiáticas e enfrentavam a queda do preço do açúcar nos mercados mundiais, que passaram a contar com o açúcar produzido nas ilhas do Caribe por franceses, holandeses e britânicos.

A situação econômica do império só começou a mudar quando foram encontradas grandes jazidas de ouro em seu território americano. Entre 1693 e 1695, descobriu-se ouro próximo à atual cidade mineira de Sabará. Até então, a região não era habitada por europeus e seus descendentes, sendo apenas ocasionalmente atravessada por bandeirantes.

Não tardou para que muitas outras jazidas fossem encontradas, até que em dez anos as chamadas Minas Gerais se transformaram em uma região populosa e dinâmica, o centro irradiador de uma riqueza de forte impacto para a demografia e para a organização das atividades produtivas da América portuguesa.

Nos primeiros momentos da mineração, houve diversos conflitos, crises de abastecimento e escassez alimentar, problemas que foram sendo contornados com o passar dos anos.

> Não é fácil abastecer centros populacionais nascidos quase da noite para o dia. Havia gente demais para ser alimentada, vestida, calçada e abrigada. O abastecimento das minas tornou-se um problema que por vezes se apresentou quase insolúvel, sobrevindo crises agudíssimas de fome, decorrentes da total carência de gêneros mais indispensáveis à vida.
>
> ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990. p. 190.

Em 1718, os colonos acharam ouro na região de Mato Grosso e, em 1722, jazidas em Goiás. Teve início, então, a ocupação efetiva do interior da América portuguesa, com fluxos de pessoas e mercadorias, urbanização, numerosos conflitos sociais e também a extensão da política administrativa imperial para essas regiões.

A ocupação do interior

A descoberta das jazidas provocou um intenso fluxo migratório para a região das Minas Gerais. Para compreender a rapidez com que isso ocorreu, em 1690, antes do início da mineração, a população no território da América portuguesa girava em torno de 240 mil pessoas. Em 1780, esse contingente saltou para cerca de 2,5 milhões de habitantes.

Nas minas, havia pessoas de todo tipo: nobres; grandes comerciantes; funcionários reais de alto, médio e baixo escalão; religiosos; trabalhadores livres; pobres; e muitos escravizados. Em Minas Gerais, porém, diferentemente da situação nos engenhos do Nordeste, o número de negros libertos era expressivo.



JOHANN MORITZ RUGENDAS - COLEÇÃO PARTICULAR

Caravana de negociantes indo para Tejuco, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. Os tropeiros desempenharam papel fundamental no abastecimento das regiões mineradoras no início da exploração das jazidas de metais preciosos na região.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Guerra dos Emboabas

A grande instabilidade social do início da mineração provocou diversos conflitos armados, sendo o mais conhecido deles a chamada **Guerra dos Emboabas** (1708-1709).

Após a descoberta do ouro, os paulistas, visando controlar as lavras descobertas e a administração local, passaram a disputar as áreas mineradoras com colonos de outras regiões, a quem chamavam de emboabas. Liderados por Manuel Nunes Viana, os emboabas conseguiram expulsar os paulistas e afrontaram até mesmo o governador da capitania do Rio de Janeiro, à qual, de início, a região das minas estava subordinada.

Em 1709, a Coroa decidiu intervir diretamente nos conflitos. Separou a região de Minas Gerais da capitania do Rio de Janeiro, unindo o território à capitania de São Paulo, e enviou para lá um novo governador, iniciando a presença ostensiva da administração imperial portuguesa no local.

A extração do ouro

Na região das minas, a fonte mais comum de ouro eram as chamadas **minas de aluvião**, ou seja, os depósitos de ouro encontrados nos leitos e nas margens dos rios. Os exploradores garimpavam os leitos dos rios com o auxílio de uma bateia, instrumento semelhante a uma peneira utilizado para separar o cascalho e a areia das partículas e pepitas de ouro.

Outra técnica de exploração era a grupiara. Os depósitos de ouro encontrados nas encostas das montanhas eram escavados e levados até a água para serem bateados. A água também podia ser transportada até os morros por meio de rodas-d'água.

Ao longo do século XVIII, as técnicas e os materiais pouco mudaram. Porém, um dos desenvolvimentos técnicos mais significativos foi a criação de máquinas hidráulicas, pois aumentavam a disponibilidade de água nas lavras, terrenos de onde se extraíam os minérios.



JOHANN MORITZ RUGENDAS – BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE, SÃO PAULO

Apesar de a mão de obra indígena ter sido utilizada em algumas regiões de exploração aurífera, o trabalho de escravizados africanos foi o mais expressivo, principalmente de indivíduos oriundos da Costa da Mina, região da África que corresponde aos atuais Gana, Togo, Benin e Nigéria. Acreditava-se que eles eram os mais indicados para o trabalho nas minas, pois muitos tinham experiência prévia em mineração e conheciam técnicas que foram incorporadas ao dia a dia da colônia.

A taxa de mortalidade dos escravizados que trabalhavam na extração de ouro era bastante alta; em média, eles sobreviviam de sete a doze anos. Os mineiros, escravizados ou não, contraíam doenças como insolação, disenteria, pneumonia e malária, as mais comuns na época.

Lavagem do minério do ouro nas proximidades da Montanha do Itacolomi, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. Os escravizados estão sendo supervisionados no trabalho de captação de ouro em leito de rio e na lavagem do metal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A integração do território e o controle das minas pela Coroa

A partir do século XVIII, a intensa atividade econômica das regiões auríferas possibilitou a **integração territorial** de quase todas as partes da colônia. A crescente importância econômica do Centro-Sul levou a metrópole a transferir a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

Uma parcela importante no processo de interiorização deveu-se à atividade comercial dos tropeiros. Eles conduziam grandes grupos de animais por longas distâncias, transportando carne-seca, toucinho, peles, couros e outros derivados da pecuária do sul da colônia, passando por São Paulo até chegar a Minas Gerais.

No início das atividades na região das minas, as populações que se dirigiam para lá estabeleciam pequenos povoados próximos aos locais de mineração. Os povoados que prosperavam eram elevados à condição de **vila**. As primeiras vilas de Minas Gerais foram oficializadas em 1711: a Vila Real de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana), a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição (atual Sabará) e Vila Rica (atual Ouro Preto). Em todas as vilas devia haver um aparato administrativo básico com câmara municipal, cadeia, funcionários de diversos níveis e igrejas.

A Coroa portuguesa também criou impostos para garantir sua parte nos lucros gerados pela exploração aurífera. O mais importante foi o chamado **quinto**, estabelecido em 1700, que determinava a obrigação de entregar à Coroa um quinto do ouro extraído pelos mineradores. Com relação à exploração diamantífera, Portugal decidiu, em 1729, criar o **Distrito Diamantino**. Para isso, delimitou a região em torno do distrito e criou o monopólio régio sobre a extração de diamantes.

A Revolta de Vila Rica

A política de impostos da Coroa gerava muita insatisfação entre os colonos. Entre 28 de junho e 16 de julho de 1720, vários habitantes de Vila Rica se sublevaram contra a administração das minas, em um episódio que ficou conhecido como **Revolta de Vila Rica** (ou Revolta de Filipe dos Santos).

O então governador da capitania, o conde de Assumar, organizou as tropas e prendeu os líderes da revolta. Pascoal da Silva Guimarães, um dos principais líderes do movimento, teve suas propriedades incendiadas, foi preso e enviado de volta a Lisboa. O condutor de tropas de mulas de carga Filipe dos Santos, um dos rebeldes mais exaltados, acabou preso, julgado sumariamente, enforcado e esquartejado.



ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Vista aérea do centro de Ouro Preto, Minas Gerais. Fotografia de 2023. Vila Rica (atual Ouro Preto) surgiu em 1711 da junção de diversos arraiais da região. Na década de 1730, a cidade já contava com infraestrutura, prestadores de serviço e palácio para o governador.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O clero e as irmandades leigas

A Coroa portuguesa proibiu a entrada de ordens religiosas em Minas Gerais. Embora fossem parceiras fundamentais na colonização da América portuguesa no século XVI, o crescente poder e a autonomia dessas ordens entraram em conflito com os interesses da Coroa. Por isso, durante muito tempo, jesuítas, beneditinos e membros de outras ordens não puderam realizar suas pregações, criar conventos e escolas, estabelecer fazendas etc. Somente o clero secular, aquele organizado em paróquias e dioceses, podia estar presente na região.

O trabalho religioso em uma região de vários conflitos e tensões não incluía apenas pregação, conversão e controle pela fé, mas também ações cotidianas, como assistência aos pobres e enfermos, enterro dos mortos, cuidados com os edifícios religiosos e organização de festas públicas. Na ausência das ordens eclesiásticas para exercer essas atividades, associações religiosas leigas assumiram papel de destaque na sociedade mineira. Conhecidas como **ordens terceiras** ou **irmandades leigas**, organizavam-se em torno da devoção a um santo específico.

As irmandades podiam ser de homens ricos ou pobres, livres ou escravizados, brancos ou negros. Em geral, faziam trabalhos de caridade e constituíam espaços de sociabilidade restritos a seus membros. Por vezes, entravam em conflito umas com as outras, sobretudo quando os interesses de destaque social e o prestígio de seus membros eram divergentes. Era comum pertencer a mais de uma irmandade, principalmente as pessoas politicamente mais poderosas.

Ascensão e declínio da produção aurífera

O Império Português fortaleceu-se com a exploração do ouro em sua colônia no continente americano e, pela primeira vez em muito tempo, a balança comercial portuguesa passou por momentos favoráveis. Porém, em razão da assinatura do **Tratado de Methuen** com a Inglaterra, em 1703 – que garantia prioridade à compra de vinhos lusos pelos ingleses e exigia em contrapartida a preferência portuguesa pelos tecidos ingleses –, parte do ouro da América portuguesa escoou indiretamente para mãos inglesas, pois os tecidos rendiam muito mais lucros para a Inglaterra do que os vinhos para Portugal. Esse acordo, portanto, ajudou a financiar o processo de industrialização inglês, enquanto Portugal se manteve como um país agrícola até meados do século XX, diferentemente dos outros países vizinhos europeus.

Além disso, a produção das minas logo começou a diminuir. O auge da exploração aurífera das Minas Gerais ocorreu na década de 1740. Daí em diante, a extração foi declinando. Mesmo assim, no fim do século XVIII, o montante de ouro encontrado em Minas Gerais não era desprezível. Se considerarmos a quantidade desse metal extraída não só em Minas Gerais, mas também em Goiás e Mato Grosso, constataremos que a queda geral dos rendimentos da Coroa portuguesa com a mineração da colônia só começou em meados da década de 1750, quando a exploração das jazidas do Centro-Oeste também começou a decair. A diminuição da produção aurífera nas Minas Gerais provocou a eclosão de várias revoltas, e o Império Português entrou em uma grave crise financeira.

Brasil: Cálculo aproximado da produção de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso – século XVIII (em quilograma)

Período	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso
1730-1734	7.500	1.000	500
1735-1739	10.637	2.000	1.500
1740-1744	10.047	3.000	1.100
1745-1749	9.712	4.000	1.100
1750-1754	8.780	5.880	1.100
1755-1759	8.016	3.500	1.100
1760-1764	7.399	2.500	600
1765-1769	6.659	2.500	600
1770-1774	6.179	2.000	600
1775-1779	5.518	2.000	600
1780-1784	4.884	1.000	400
1785-1789	3.511	1.000	400

Fonte: SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 48.

Enfoque

Responda no caderno.

1. De acordo com a tabela, em qual década houve maior produção de ouro? Essa informação reafirma ou contradiz o que diz o texto? Explique.
2. Com base em seus estudos, elabore uma hipótese para explicar o declínio da produção de ouro, representado na tabela.
3. Quais critérios devemos estabelecer para descobrir se as informações veiculadas em quadros, tabelas e gráficos são ou não confiáveis? Debata com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A religiosidade e a cultura do Barroco

No século XVIII, com a relativa prosperidade do Império Português financiada, em grande parte, pela atividade mineradora na colônia, foi possível a construção de grandes obras também na América portuguesa. Muitos artistas locais se notabilizaram construindo belos altares, produzindo imagens religiosas e pinturas feitas para decorar as igrejas. Havia também os magistrados e os proprietários de terras e de escravizados que, em busca de boas posições na política local, se dedicavam à composição de obras literárias.

Arte e religião

Os artistas setecentistas da região das minas geralmente são agrupados como representantes de um estilo denominado **Barroco mineiro**. A arte barroca é uma forma de expressão dramática, rebuscada, detalhada e fortemente impactante à primeira vista. Historiadores da arte consideram o Barroco mineiro mais original e criativo do que seu contemporâneo português, provavelmente em virtude da influência das culturas indígena e africana.

Diversos artistas e artesãos negros ajudam a comprovar essa tese. O mais notório deles foi Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, filho de um português e de uma mulher negra. O artista produziu projetos arquitetônicos, altares e esculturas de madeira e de pedra-sabão, de grande valor e beleza estética. Um dos conjuntos mais notáveis são os doze profetas de pedra-sabão feitos entre 1795 e 1805, presentes no adro do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas, no estado de Minas Gerais.

Nas vilas e cidades mineiras havia um clima favorável à arte estimulado pela riqueza do ouro e pela presença de diversas cerimônias cívicas e religiosas realizadas dentro das igrejas. Havia igrejas luxuosamente decoradas e ornamentadas com ouro, frequentadas pelos membros mais ricos da população, e igrejas mais rústicas, reservadas aos escravizados e seus descendentes.

Havia abundância de músicos e de compositores, livres ou escravizados, que chamavam a atenção pela originalidade e pela competência na música erudita, como o padre José Maurício Nunes Garcia, descendente de escravizados que era maestro e professor de música. Sua reconhecida competência artística e intelectual permitiu que ele conquistasse prestígio naquela sociedade hierarquizada e que restringia direitos aos negros como ele.



JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

O carregamento da cruz, 1796. Esculturas em tamanho natural de cedro esculpidas por Aleijadinho, Congonhas, em Minas Gerais que representam cenas da via-crúcis. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Impactos da mineração no país ontem e hoje

Como você estudou, a mineração de pedras e metais preciosos foi uma das principais atividades produtivas na América portuguesa. Atualmente, explorando minerais como ouro, cobre, alumínio, ferro, manganês, nióbio, entre outros, o setor apresenta enorme importância para a economia brasileira. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), em 2021 foram produzidas aproximadamente 1,150 bilhão de toneladas de minério, e o saldo de exportações do setor foi de 49 bilhões de dólares, contribuindo para manter a balança comercial positiva no país, além de gerar milhares de empregos. Apesar desses aspectos positivos, a exploração predatória das jazidas de minerais apresenta severas consequências socioambientais. Leia os textos e, a seguir, faça o que se pede.

Texto 1

Nos anos de 1730, a trabalhosa e insalubre atividade de batear [...] não era mais lucrativa em diversas minas. Os arrendatários dragavam os riachos maiores com caçambas primitivas e desviavam os riachos menores para pesquisar meticulosamente seus leitos. [...] O ouro também era encontrado em sopés de montanhas, em certos tipos de argila a um ou dois metros de profundidade e em formações rochosas friáveis [que se fragmentam facilmente].

[...] Às vezes, os riachos eram voltados contra as encostas, técnica chamada "carregar uma montanha em talho aberto", para poder lavar cada torrão de solo que pudesse conter ouro ou provocar o desabamento de uma afloração rochosa promissora. [...] Em diversos locais, as encostas promissoras eram drenadas a seco. Era uma técnica de utilização intensiva e entorpecente de mão de obra: poços rasos e afunilados eram escavados por escravizados aos quais não se davam nem carrinhos de mão, nem carroças ou picaretas. Podiam se retirar 100 mil cestos de terra para obter um único cesto de ouro.

[...] O desnudamento das encostas provocou erosão das camadas de terra, gerando gigantescos sulcos chamados voçorocas, assoreamento dos leitos dos riachos e enchentes que ainda ocorrem na região [das minas], mas que agora são tão generalizadas e antigas que parecem características naturais da paisagem.

[...] Modernos levantamentos sugerem que os mineiros obtinham talvez um grama de ouro a partir de um metro cúbico de material contendo ouro e ganga [impureza que reveste um mineral]. [...] Dessa forma, o volume total de ouro obtido durante o século XVIII teria revirado 4 mil quilômetros quadrados da região da Mata Atlântica. Isso sugere a destruição de cerca de 20% da faixa aurífera que se estendia por 450 quilômetros entre Diamantina e Lavras [...].

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 113-114.



ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, LISBOA

Gravura do século XVIII que representa um garimpo de diamantes no interior de Minas Gerais. Na imagem, é possível identificar um leito de rio desviado, uma máquina utilizada para retirar a água residual, um capataz supervisionando o trabalho e diversos escravizados trabalhando na prospecção do mineral.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Vista aérea de cava de extração de minério de ferro e usina de beneficiamento da Mina Segredo, em Ouro Preto, Minas Gerais. Fotografia de 2024.

Texto 2

As leis ambientais são de extrema importância para um país com centenas de espécies endêmicas [nativas] tanto na fauna quanto na flora. Por outro lado, é impossível realizar qualquer atividade mineradora sem impacto na natureza. [...]

O principal e mais comum impacto é a mudança da paisagem. Para conseguir acessar as minas e jazidas é necessário que uma área grande seja despida da vegetação original e perfurada. [...] Montanhas que forem removidas para a mineração de ferro, por exemplo, nunca serão recuperadas. Buracos que não forem tapados depois do fim da exploração também dificilmente vão se recuperar.

Outro ponto relevante é o descarte na mineração. Ao lavrar, busca-se um minério específico, mas a composição da litosfera (parte rochosa do planeta) é muito mais complexa e tem muitos outros produtos que são menos proveitosos ou rentáveis para as empresas. E são eles que, conforme são descartados, podem contaminar o solo, a água ou as formas de vida da região. [...]

O desleixo de empresas com o ambiente faz com que acidentes que poderiam ser evitados aconteçam. [...] É obrigação das empresas ter o cuidado de evitar quaisquer problemas para a natureza e para as populações próximas da região e obrigação do Estado garantir que esse cuidado esteja sendo tomado.

Sobre a contaminação de solo, formação de lama tóxica e outros, já existem tecnologias para evitar esses acontecimentos. Métodos de descarte correto dos minerais ou até de retorno para o solo já existem, mas é vital que eles sejam usados, uma vez que eles evitam danos para futuras gerações como os que já foram deixados.

É inevitável que haja mineração sem desmatamento. Nesse ponto volta-se a frisar a importância da legislação e fiscalização ambiental, uma vez que elas podem garantir um ambiente de mineração mais produtivo. Elas também vão ser as responsáveis por garantir que o impacto da retirada da vegetação de determinado local não afete por completo as dinâmicas ambientais e da própria biosfera.

FOFANO JR., Jorge. Desastres ambientais para muitos e lucro para poucos: a mineração no Brasil. **AUN – Agência Universitária de Notícias**, 27 jan. 2022. Disponível em: https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2022/01/27/desastres-ambientais-para-muitos-e-lucro-para-poucos-a-mineracao-no-brasil. Acesso em: 25 jul. 2024.

Atividades

Responda no caderno.

1. Quais são os métodos e os impactos ambientais causados pela mineração no século XVIII descritos pelo historiador Warren Dean?
2. Com base na leitura do texto 2, cite alguns exemplos de impactos ambientais causados pela mineração na atualidade.
3. Relacione as imagens aos textos e responda: de que maneira a mineração transforma a paisagem local?
4. De acordo com a reportagem, qual é o papel das leis ambientais com relação à atividade mineradora?

ODS 12

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. Caracterize a forma de exploração comercial da costa brasileira no início da colonização.
2. Por que, para os portugueses, os fatores religiosos estavam ligados ao processo de exploração da África?
3. Na década de 1570, a fundação de São Paulo de Luanda, na África, e o deslanche da produção de açúcar, no Brasil, foram essenciais para consolidar a mão de obra do africano escravizado como a principal da América portuguesa. Como esses fatores estavam associados?
4. Analise os mapas das páginas 131 e 134 e explique como ocorreu a expansão territorial e a fixação das fronteiras na América portuguesa.
5. **(Enem-MEC)**

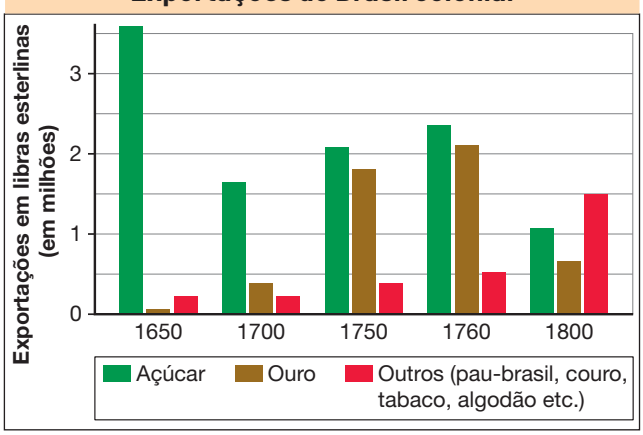
> A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.
>
> GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **A primeira história do Brasil**: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 (adaptado).

A observação do cronista português Pero de Magalhães Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada demonstra a:

a. simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
b. dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
c. superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
d. incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
e. dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

6. **(UEFS – BA)**

Exportações do Brasil colonial



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IstoÉ Brasil: 500 anos. São Paulo: Três, 1998. p. 18.

A análise do gráfico e os conhecimentos sobre as exportações no Brasil colonial, entre 1650 e 1800, permitem classificar essa economia, ao longo de 150 anos, como

a. autossuficiente, produzindo todos os gêneros necessários para a manutenção da população colonial.
b. imperialista, visto que a Coroa controlava a produção e o beneficiamento dos gêneros agrícolas para a exportação.
c. essencialmente extrativista, considerando-se o volume de exportações de pau-brasil, nos últimos 40 anos do período.
d. exclusivamente mineradora, a partir da extensão dos territórios destinados à exploração de minas de ouro e prata.
e. predominantemente agroexportadora, que, na segunda metade do século XVIII, conviveu com o apogeu e a decadência da mineração.

7. Em 1639, Adriaen van der Dussen, funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, avaliou os engenhos de Pernambuco. Leia o texto e responda as questões.

> [Os portugueses] que se submeteram à nossa obediência são os principais fatores da cultura da terra; [...] permanecem na antiga posse dos engenhos, [...] compram muito dos engenhos [...] são lavradores de canaviais ou servem nos ofícios necessários ao movimento dos engenhos, entre os quais os ofícios para cujo desempenho não se apresentou até agora nenhum holandês, não só porque não têm experiência deles como porque não os compreendem, como seja os de temperar e purgar o açúcar. [...] são também zelosos no cultivo dos seus canaviais e graças a eles a agricultura do país progrediu, se bem que, a não ser poucas vezes, se veja algum deles fazer por suas próprias mãos algum trabalho; sabem, porém, fazer trabalhar seus negros.
>
> DUSSEN, Adriaen van der. **Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses** [1639]. Rio de Janeiro: IAA, 1947. p. 85-86.

a. Por que o relatório não menciona a presença de brasileiros nos engenhos de Pernambuco?
b. Qual é a visão do autor a respeito da relação dos portugueses com a produção açucareira?

8. Leia o texto abaixo e responda às questões.

> [...] simples desobediência já retirava parte da autoridade do senhor, que dependia [...] da obediência cega dos trabalhadores. [...] os escravos sabiam o risco que corriam: o inimigo era superior em forças, não havia garantia e, caso fossem descobertos, não teriam nenhuma proteção legal. Resistir demandava também criatividade [...] muitas vezes a estratégia foi indireta,

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

buscando não apenas atacar, mas, sobretudo, desgastar [...]. A sabotagem representava um perigo constante, e seu êxito dependia de muito pouco: uma chispa de fogo no canavial [...] um dente quebrado nos cilindros dentados da moenda [...].

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 81.

a. **Que ato de resistência é descrito no texto? Quais eram suas consequências?**

b. **Qual era o significado dos atos de desobediência servil para o senhor e para o escravizado?**

c. **Quais eram os riscos que os escravizados corriam ao praticar esse ato?**

9. **Leia o texto a seguir e responda às questões.**

[...] [As] primeiras gerações de invasores portugueses [...] [dependiam] dos conhecimentos indígenas sobre a Mata Atlântica. Os Tupi caçavam, plantavam e cozinhavam para os expedicionários, além de curar suas doenças. Os invasores não conseguiam penetrar com segurança na floresta; precisavam de guias. "Os índios são como feras na floresta" relatavam com inveja, "porque entram na mata para caçar, nus e descalços, sem medo algum". [...] como observou um contrabandista inglês, o indígena era "um peixe no mar e uma raposa na mata, sem ele um cristão, nem para o gozo nem para o ganho, estava preparado para a vida ou para viver".

DEAN, Warren. **A ferro e a fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 83-85.

a. **De acordo com o texto, por que os invasores tinham "inveja" dos indígenas?**

b. **Qual é o significado da expressão "o indígena era um peixe no mar e uma raposa na mata"?**

c. **Que visão sobre a relação entre indígenas e colonizadores está presente nesse trecho? Explique.**

10. **A memória da colonização está materializada em diversos monumentos públicos espalhados pelo mundo, que são alvo de protestos por parte da população que denuncia os contextos de violência e racismo que esses monumentos representam. Essas ações lançam o debate a respeito do que fazer com os monumentos que enaltecem a opressão. A esse respeito, leia os textos e faça o que se pede.**

Texto 1

Quando toleramos a perpetuação de imagens de colonizadores, escravistas e bandidos em geral em nossas vias, é sinal que esses espaços não são tão públicos assim; é indício forte de que privilegiamos a memória de alguns personagens em detrimento de outros. [...]

[...] pode-se mandá-los embora realocando-os em museus que os apresente criticamente; levando os exemplos extremos ao chão, num gesto extremo de reparação simbólica (e estética); pode-se confrontá-los a partir de intervenções, [...], reconfigurações que convidam à sua ressignificação "*in loco*" [...]. O que não se pode é deixá-los como estão [...].

MENEZES, Hélio. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? Sim. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 100, n. 33.316, 20 jun. 2020. p. A3.

Texto 2

Nossas cidades têm sido palco de diversas contestações a personagens cada vez mais controversos, como os bandeirantes paulistas. [...]

[...] [Há] construções que permanecem como lembrança do que não se pode repetir e do que jamais pode ser esquecido.

Esculturas públicas – quase todas homenageando personagens que guardam em sua biografia dubiedades éticas – sugerem um igual desafio. Mantê-las é permitir uma chaga aberta, que pode provocar a consciência permanentemente.

MARINS, Paulo César Garcez. Monumentos públicos de figuras controversas da história deveriam ser retirados? Não. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 100, n. 33.316, 20 jun. 2020. p. A3.

a. **De acordo com o antropólogo Hélio Menezes, de que maneira esses monumentos tensionam o espaço público? Quais sugestões o autor apresenta para lidar com esses monumentos que enaltecem a opressão?**

b. **O historiador Paulo Marins concorda com a remoção dos monumentos presentes nas cidades brasileiras que enaltecem a opressão? Por quê?**

c. **Suponhamos que você é um gestor público diante do desafio de lidar com as controvérsias referentes à presença desse tipo de patrimônio em sua cidade. Que ações você desenvolveria? Debata esse tema com seus colegas.**

11. **Apesar da dominação baseada na violência física, as populações de africanos escravizados procuravam driblar o regime escravista e manter as próprias tradições. Nesse processo, aspectos da cultura africana mesclaram-se com elementos locais, contribuindo para a construção da cultura e da identidade brasileiras. Você e seus colegas foram convocados a participar de um *slam* (batalha de poesias faladas) na escola com o seguinte tema: *Manifestações da cultura afro-brasileira presentes no meu cotidiano*. Cada grupo deve escolher um exemplo e, na sequência, realizar uma pesquisa na biblioteca, na internet e com a comunidade escolar a respeito do tema escolhido. No dia marcado, faça a apresentação aos demais colegas. Se houver oportunidade, utilize as redes sociais para divulgar o trabalho artístico do seu grupo.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 3

ÉTICA E CIDADANIA

A liberdade de expressão e a participação cidadã são dois pilares fundamentais da democracia. Entretanto, a instauração de regimes democráticos, tanto em nações europeias quanto em países americanos, é uma conquista relativamente recente, fruto dos ideais universalistas e humanistas do iluminismo e desdobramentos de diversos processos revolucionários, como a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789).

Podemos associar a cidadania plena a um conjunto de direitos sociais, políticos e civis que, se integralmente respeitados, garantem, entre outros, o direito à liberdade, à propriedade, à participação política, à educação, à saúde e ao trabalho digno. Porém, a cidadania em nosso país ainda é um projeto em construção, um longo caminho a ser percorrido. Mas os avanços no caminho da cidadania só se efetivam quando a população se organiza e se une em torno de causas e ideais em comum.

Com base nesse panorama, reúna-se com colegas e discuta formas de exercício pleno da cidadania. Pense a respeito do papel dos jovens nesse processo. Como essa parcela da população pode perceber-se e agir como atores políticos em prol do bem comum? Será que a ação dos jovens esgota-se nas votações durante os períodos eleitorais? Considerando o passado colonial e escravagista brasileiro, reflita sobre como o exercício da cidadania pode ser utilizado para enfrentar os problemas sociais, éticos e ambientais atuais e construir uma sociedade mais justa e sustentável e interferir nos rumos políticos do país.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO/CC BY 2.0/FLICKR

Plenário do Senado Federal durante sessão destinada à discussão e votação de projetos apresentados pelos jovens senadores e senadoras do Programa Jovem Senador. Fotografia de 2023. A participação de jovens na política não é um dado natural, mas uma possibilidade historicamente construída a partir da instauração de regimes democráticos. Conhecer a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo é fundamental para o exercício da cidadania e para ampliar a participação mais efetiva na política brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Professor e alunos durante oficina musical do Projeto Reprotai em Salvador, Bahia. Fotografia de 2024. O exercício da cidadania não se restringe aos ambientes formais da política parlamentar e pode ser verificado na ação direta em que se contribui para a resolução de problemas ou para a melhoria social em âmbito local ou global.

Os termos que compõem o título da Unidade 3 – ética e cidadania – representam categorias amplamente mobilizadas nos estudos desenvolvidos nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois nos ajudam a compreender as noções de respeito, convivência e coletividade, bem como a relação entre questões sociais, culturais e individuais no mundo contemporâneo.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar, na aquisição de valores ancorados na ética e na cidadania.

Neste volume de história, a unidade se desdobra no estudo de importantes movimentos de contestação social e da ordem política instituída em países dos continentes europeu e americano ocorridos entre os séculos XVII e XIX, com ênfase na estruturação do Estado brasileiro, do império à república.

Nos três próximos capítulos, você vai:

- conhecer as ideias do movimento iluminista;
- avaliar a importância e os significados das revoluções inglesas, americana e francesa;
- estudar os impactos do governo de Napoleão Bonaparte;
- compreender os processos de independência política das colônias espanhola e portuguesa no continente americano;
- estudar o processo de formação do Estado brasileiro, do período imperial à proclamação da república;
- discutir as desigualdades sociopolíticas no Brasil imperial, bem como as revoltas do período do movimento de abolição da escravidão no país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 6

Uma era de revoluções

Entre os séculos XVII e XIX, a Europa e as Américas viveram um período de intensa agitação política. A ampliação das atividades comerciais havia dinamizado a economia de muitos reinos europeus, integrando as economias de parcelas dos continentes africano, asiático e americano a uma lógica global, a ponto de muitos especialistas afirmarem que os impérios coloniais modernos constituíram o primeiro passo para a globalização que vivemos atualmente.

Essas transformações foram paulatinamente minando os fundamentos do mundo feudal, como os privilégios de nascimento e a riqueza advinda da exploração do trabalho de uma massa de camponeses privados da propriedade da terra. Associadas a essas transformações, surgiram novas formas de conceber as instituições políticas, a propriedade e a noção de indivíduo. Essa nova mentalidade unificou algumas lutas de grupos sociais diversos, especialmente a população pobre do campo e da cidade e comerciantes mais ou menos bem-sucedidos, e impulsionou movimentos de forte ruptura institucional, denominados **revoluções**.

Como você definiria esse conceito? Você acha que já viveu algum processo revolucionário ao longo da sua vida? Que condições são necessárias para que rupturas como essas ocorram? Uma revolução implica, necessariamente, conflitos violentos? O que acontece quando um processo de drásticas transformações chega ao fim?

Este capítulo trata do surgimento das ideias iluministas e de processos revolucionários no século XVII, na Inglaterra, e no século XVIII, nos Estados Unidos e na França. Ao longo do estudo desses temas, é importante perceber os limites do ímpeto transformador, a força da tradição e a necessidade de acomodar interesses diversos no novo mundo criado pela revolução.



MIKE BLAKE/REUTERS/FOTOARENA

Mulher em situação de rua em San Diego, Califórnia, Estados Unidos. Fotografia de 2024.

As revoluções também legaram vencedores e derrotados. É importante identificá-los em sua historicidade, pois o tempo presente está repleto de injustiças não superadas – às vezes, até reforçadas – pelos processos revolucionários. Entre elas, estão a pobreza e a desigualdade social, a fome, os autoritarismos de todo tipo e a falta de liberdade. Por isso, o século XXI é também um tempo em que é preciso refletir sobre mudar e transformar, pois boa parte da população mundial permanece vivendo em privação e opressão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A formação do império comercial inglês

Entre o final do século XVI e o início do século XVIII, a Inglaterra tornou-se uma potência comercial e marítima. Isso se deveu a uma série de transformações políticas, religiosas e sociais que mudaram profundamente o país: a afirmação e posterior limitação do absolutismo monárquico, a criação da Igreja Anglicana e a consolidação da burguesia mercantil como grupo dominante no controle do Estado.

O absolutismo inglês e a Reforma Anglicana

Entre 1485 e 1603, a Inglaterra foi governada pela dinastia Tudor. Principalmente sob os reinados de Henrique VIII e sua filha Elizabeth I, o absolutismo monárquico atingiu seu auge no país.

Na Inglaterra, desde a assinatura da Magna Carta, em 1215, os reis tinham de consultar o chamado Conselho Real para aprovar impostos e taxas. No fim do século XIII, esse conselho passou a se chamar **Parlamento** e seus membros eram eleitos entre nobres e proprietários de terra. A partir do século XIV, o Parlamento foi dividido em duas casas: a **Câmara dos Lordes** e a **Câmara dos Comuns**. Em tese, nenhuma lei ou taxa poderia ser proposta sem a aprovação de ambas as casas do Parlamento.

Ainda assim, no final do século XV, os monarcas Tudor conseguiram concentrar poderes em suas mãos, lidando com o Parlamento de forma habilidosa: convocavam as duas casas quando necessário e as dissolviam quando conveniente; evitavam aumentos impopulares de taxas; e incorporaram novos territórios à Inglaterra. Além disso, a chamada **Reforma Anglicana** garantiu à realeza a obtenção e a distribuição de riquezas e de privilégios em troca de apoio político.

Essa reforma ocorreu no contexto das Reformas Religiosas europeias do século XVI. Na Inglaterra, Henrique VIII obteve apoio do Parlamento para promulgar o Ato de Supremacia em 1531, marcando oficialmente a separação do país em relação à Igreja Católica.

Mais tarde, em 1534, ele fundou a **Igreja Anglicana**, da qual passou a ser soberano e chefe supremo. Esse rompimento marcou a origem de uma nova religião e garantiu o confisco de propriedades pertencentes à Igreja Católica, sobretudo as terras dos mosteiros, o que beneficiou os membros da nobreza e da alta burguesia, além de solucionar as dívidas que o Estado tinha com os bancos. Segundo o historiador Marvin Perry, a institucionalização de uma nova religião entre os ingleses contribuiu para modificar o equilíbrio de poder entre monarquia e Parlamento. Leia a análise a seguir.

> A Reforma protestante na Inglaterra foi uma revolução no governo, tanto real como eclesiástica. Atacou e derrotou um importante obstáculo à autoridade monárquica: o poder do papado. No entanto, nenhuma mudança na prática religiosa poderia ser instituída apenas pela monarquia. A participação do Parlamento na Reforma deu-lhe maior poder e senso de importância do que jamais tivera no passado.
>
> PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 262.



ROYAL COLLECTION TRUST/© HIS MAJESTY KING CHARLES III 2023

Pintura do século XVI que representa o embarque de Henrique VIII no porto de Dover, na Inglaterra. Durante o seu reinado, o monarca investiu fortemente na marinha inglesa com o objetivo de defender o país e enriquecê-lo com o incremento do comércio exterior.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O reinado de Elizabeth I

Após a morte de Henrique VIII em 1547, o país passou por um período de extrema instabilidade política, que se devia à indefinição sobre quem sucederia Henrique VIII. O herdeiro do trono inglês, Eduardo VI, filho mais novo de Henrique, assumiu o trono em 1548 com apenas 10 anos de idade, porém morreu em 1553, com 16 anos. Na sequência, o trono foi herdado por sua irmã, Maria I, a primeira mulher a ocupar o trono do país. Maria governou a Inglaterra de 1553 a 1558, ano de sua morte. Durante seu breve reinado, contra a vontade da nobreza e do Parlamento, Maria tentou restabelecer o catolicismo no país, desencadeando um período marcado por agitações políticas e religiosas.

De 1558 a 1603, Elizabeth I, fruto do segundo casamento de Henrique VIII, ascendeu ao trono. Durante seu longo reinado, a rainha buscou consolidar o anglicanismo como religião oficial do Estado e amenizar as disputas religiosas entre protestantes e católicos que dilaceravam o país.

Além disso, a rainha aprofundou o desenvolvimento de uma grande esquadra naval. A expansão da marinha favoreceu o incremento do mercado externo, e também foi determinante na vitória dos ingleses sobre a "Invencível Armada" espanhola em 1588. Isso demonstra que a Inglaterra havia se tornado uma potência marítima que ameaçava o predomínio ibérico nos mares.

Outro expediente posto em prática para reforçar o poderio da monarquia foi a política de concessão de monopólios comerciais. O principal exemplo dessa política foi a fundação da **Companhia das Índias Orientais** em 1600. As companhias de comércio privilegiadas, formadas por membros da alta burguesia, como grandes empresários e investidores, monopolizavam as relações comerciais de determinada região ou a exploração de um setor econômico.

Com essa política, a Coroa pretendia encontrar fontes de matérias-primas baratas e conquistar mercados para suas manufaturas. Parte do rendimento desses monopólios era coletada sob a forma de impostos.

A rainha Elizabeth I também incentivou a expansão marítima e viagens de reconhecimento de territórios no norte do continente americano. Além disso, seu governo favoreceu a pirataria concedendo as **cartas de corso**, nas quais declarava que os piratas, chamados corsários, atuavam a serviço da Coroa. O corsário inglês Francis Drake ficou famoso por atacar galeões espanhóis carregados de metais preciosos extraídos das colônias hispânicas na América.



UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/GETTY IMAGES – MUSEU MARÍTIMO NACIONAL DE GREENWICH

Retrato da Armada, pintura de George Gower, cerca de 1590. Repare na simbologia presente nessa representação: o retrato suntuoso de Elisabeth I, trajando vestido bordado com pérolas, a coroa ao lado e o globo sob sua mão. Atrás do ombro esquerdo da monarca, aparece a frota naval espanhola destruída pela marinha inglesa.

Dica

Elizabeth I: uma biografia

Lisa Hilton. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

Nesse livro, Lisa Hilton, historiadora, jornalista e autora de livros de ficção, trata da vida da rainha Elizabeth I. Por meio de pesquisa histórica e de uma linguagem fácil e envolvente, a autora aborda o longo reinado da rainha, discutindo temas relativos às sucessões dinásticas, à administração e à governança que fez do reino da Inglaterra uma verdadeira potência econômica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A crise do absolutismo inglês

A rainha Elizabeth I morreu em 1603 sem deixar herdeiros. Jaime VI da Escócia, primo de Elizabeth, assumiu o trono e adotou o nome de Jaime I, dando início à dinastia Stuart. Diferentemente de Henrique VIII e de Elizabeth I, Jaime I tentou fazer valer a doutrina do direito divino dos reis, que legitimava as monarquias absolutistas, governando sem o apoio do Parlamento.

No início do século XVII, a inflação, resultante da quantidade excessiva de metais preciosos vindos da América, e os gastos com a guerra contra a Espanha haviam esvaziado os cofres da Coroa inglesa. Jaime I então requisitou ao Parlamento o aumento dos impostos, mas o pedido lhe foi negado. Na tentativa de neutralizar o poder de seus adversários, o monarca dissolveu o Parlamento em 1610 e passou a governar como um soberano absoluto até 1621.

Com o propósito de obter renda para o Estado, Jaime I recorreu a políticas mercantilistas, como a imposição de tarifas protecionistas, a venda de monopólios, o incentivo à pirataria e a criação de novos impostos. O monarca também recorreu à venda indiscriminada de cargos e honrarias, o que lhe valeu ainda mais críticas. Além disso, uma política externa de aproximação com a Espanha agravou ainda mais a situação, gerando desconfiança crescente entre os calvinistas, que acusavam Jaime I de privilegiar os católicos.

Jaime I também buscou submeter os súditos do reino à sua política religiosa anglicana. Os católicos e os calvinistas que se recusassem a aderir aos preceitos religiosos do monarca eram alvo de perseguição e pressionados a deixarem o país. Em reação a essa política, em 1605, um grupo de católicos ingleses planejou a chamada **Conspiração da Pólvora** com o objetivo de assassinar Jaime I e explodir as casas do Parlamento, restaurando a monarquia católica no país. O movimento, porém, foi descoberto antes de realizar esse plano e os conspiradores foram executados.

A perseguição religiosa era uma constante na Grã-Bretanha dos séculos XVI e XVII. A ilha estava fragmentada em diferentes segmentos religiosos: havia a Igreja Anglicana oficial, diferentes grupos calvinistas e também focos de resistência católica. Nesse contexto, a fuga para a América do Norte parecia uma alternativa pois, após algumas tentativas fracassadas, desde 1607, já havia núcleos de colonização britânica no atual estado estadunidense da Virgínia. Em 1620, parte dos puritanos, uma ala mais conservadora dos calvinistas, migrou a bordo do navio Mayflower, estabelecendo-se na colônia de Massachusetts.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

BRITISH LIBRARY/ALBUM/ FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR



Gravura do século XVII que representa a execução dos líderes da Conspiração da Pólvora de 1605.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Que elementos da imagem demonstram que as execuções deveriam servir de lição aos demais?
2. Esse tipo de punição não é mais aceito em muitos países do mundo. Junte-se a dois colegas e elaborem duas hipóteses que podem explicar essa mudança.

O reinado de Carlos I

Carlos I, filho de Jaime I, assumiu o trono em 1625 e deu continuidade à política absolutista do pai. Descontente com o monarca, em 1628, o Parlamento impôs a **Petição de Direitos**, que proibia a criação de impostos, as prisões arbitrárias e a manutenção de um exército sem sua autorização. O rei, em represália, dissolveu o Parlamento no ano seguinte.

Nos anos em que governou sem o Parlamento, Carlos I criou impostos e monopólios, medidas que encareceram os produtos e causaram insatisfação na população. Em 1640, Carlos I convocou o Parlamento, pois precisava reunir fundos para desarticular uma revolta na Escócia, promovida por calvinistas contrariados com as reformas realizadas por ele. No entanto, em vez de obedecer ao monarca, o Parlamento voltou a exigir o fim do governo arbitrário do rei.

O conflito entre o Parlamento e a realeza

Na época da dinastia Stuart, a **Câmara dos Lordes** era ocupada por representantes da alta nobreza (barões, condes, duques etc.), por grandes proprietários de terras pertencentes às famílias aristocráticas do reino e por membros do alto clero anglicano. Já a **Câmara dos Comuns** era formada pela pequena nobreza fundiária, por burgueses, comerciantes e empresários e por representantes da *gentry* – camada social heterogênea, geralmente associada aos médios proprietários de terras, mas que também incluía comerciantes, proprietários de manufaturas, profissionais liberais, entre outros. Na época, para alguém se tornar membro da *gentry*, bastava possuir riqueza e estar disposto a comprar uma propriedade rural.

Os representantes da Câmara dos Comuns foram os mais afetados pela administração de Carlos I e por sua política de aumento de impostos. Em 1640, o Parlamento recusou novamente as solicitações do monarca e, no ano seguinte, a Câmara dos Comuns foi invadida, o que resultou na prisão de alguns de seus líderes. Depois de dois anos, o conflito entre o rei e o Parlamento transformou-se em guerra civil.



JESSICA TAYLOR/UK PARLIAMENT/REUTERS/FOTOARENA

Câmara dos Comuns em Londres, Reino Unido. Fotografia de 2023. O Reino Unido é formado pelos países da Ilha da Grã-Bretanha (Inglaterra, País de Gales e Escócia) e pela Irlanda do Norte. O País de Gales se uniu à Inglaterra no século XVI. Em 1707, a Escócia se juntou a eles, formando o Reino da Grã-Bretanha. Em 1801, foi formado o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda. Em 1921, a Irlanda conquistou independência política. No ano seguinte, a Irlanda foi dividida em dois países. Somente a Irlanda do Norte continuou vinculada ao Reino Unido da Grã-Bretanha.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolução Puritana

Entre 1642 e 1649, a Inglaterra ficou dividida entre as regiões fiéis ao rei e as que apoiavam o Parlamento. Sob a liderança de Oliver Cromwell, a oposição calvinista formou um exército conhecido como **Exército de Novo Tipo**. Desde a Idade Média, a guerra e o comando do exército eram privilégios dos nobres. No novo exército, entretanto, a promoção acontecia por mérito, não por nascimento. Assim, reunia, além de elementos da nobreza, burgueses, comerciantes e pequenos proprietários de terra.

Com o apoio da população, o exército prendeu o rei e expulsou do Parlamento os representantes que eram favoráveis aos Stuart. Carlos I tentou fugir, porém foi capturado. Em 1649, acusado de aliar-se à Igreja Católica e à Espanha para conspirar contra a pátria, o rei foi julgado e decapitado.

A **Revolução Puritana** contou com a participação das classes populares. No decorrer do processo revolucionário, formaram-se grupos políticos e religiosos radicais, desejosos de mudanças nas relações sociais. Entre eles estavam os ***levellers*** e os ***diggers***, que representavam os anseios das classes mais pobres. Um dos líderes políticos dos *diggers*, Gerrard Winstanley, argumentava a favor do fim da propriedade privada. Segundo ele,

> A defesa da propriedade e do interesse individual divide o povo de um país e do mundo todo em partidos, e por isso é a causa de todas as guerras [...]. Mas, quando a terra tornar a ser um tesouro comum, assim como ela deve ser, [...] então haverá de cessar essa inimizade entre todos os países, e ninguém mais se atreverá a tentar dominar os outros, nem ousará matar o seu próximo, nem desejará possuir mais terras que o seu semelhante.

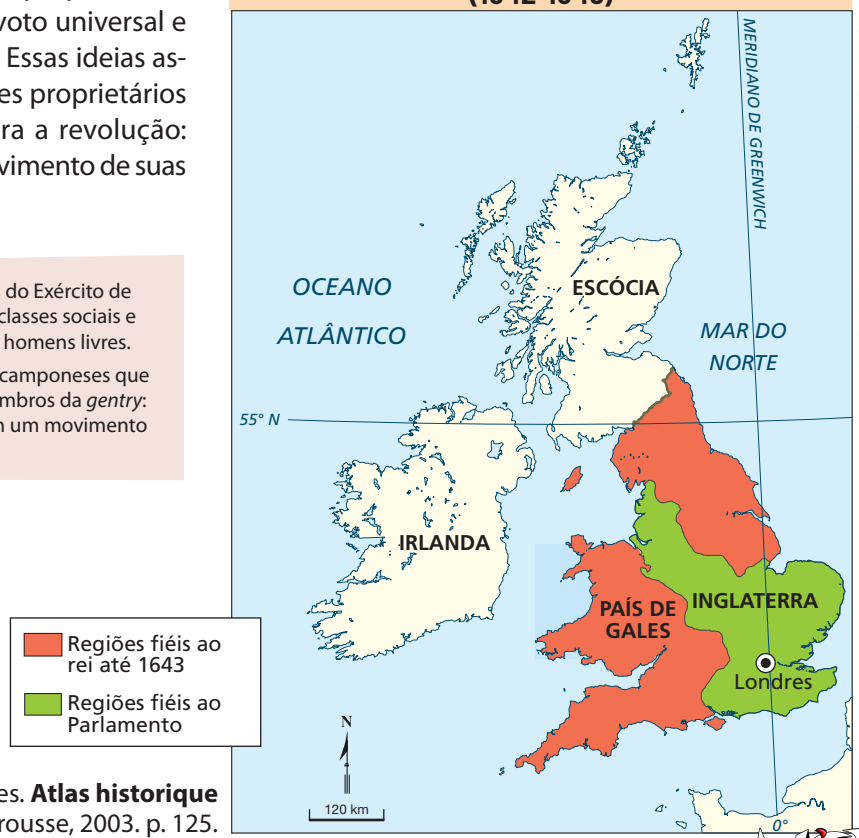
WINSTANLEY, Gerrard. A lei da liberdade [1652]. *In*: HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 146.

Via de regra, os grupos vinculados às classes populares defendiam a divisão das grandes propriedades rurais, o fim da prisão por dívidas, o voto universal e a supressão do dízimo pago ao clero. Essas ideias assustavam a alta burguesia e os grandes proprietários rurais, que tinham outro projeto para a revolução: acabar com os obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades econômicas.

Levellers: em português, "niveladores", membros do Exército de Novo Tipo que propunham "nivelar" as distintas classes sociais e implementar a igualdade política entre todos os homens livres.

Diggers: em português, "escavadores", grupo de camponeses que empobreceram devido à perda da terra para membros da *gentry*: contestavam a propriedade privada e defendiam um movimento radical de reforma agrária.

Inglaterra durante a Revolução Puritana (1642-1649)



Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 125.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A República Puritana

Oliver Cromwell, o líder da Revolução Puritana, assumiu o poder apoiado pelo Parlamento, que era composto, em sua maioria, dos puritanos. Com a execução do rei e a expulsão dos monarquistas do Parlamento, a Inglaterra deixava de ser uma monarquia e tornava-se uma república.

Grupos contrários ao governo de Cromwell foram esmagados pelo Exército de Novo Tipo. Em 1653, Cromwell dissolveu o Parlamento e assumiu o título vitalício de Lorde Protetor, tornando-se, na prática, um ditador.

A política econômica de Cromwell destacou-se pela criação dos **Atos de Navegação** de 1651. A medida previa que só poderiam entrar no país mercadorias transportadas em navios ingleses ou dos países produtores. Na tentativa de monopolizar o comércio e a navegação, Cromwell provocou uma guerra com os holandeses. Tendo saído vencedora do conflito, a Inglaterra conquistou o domínio dos mares.

A Revolução Gloriosa

Após a morte de Cromwell, em 1658, a monarquia dos Stuart foi restaurada sob o reinado de Carlos II, que governou de 1660 a 1685. Ele, porém, teria seu poder limitado pela legislação aprovada durante a revolução.

Jaime II, irmão e sucessor de Carlos II, foi deposto pelo Parlamento em 1688, pois tentou reforçar o poder monárquico com o propósito de restaurar o absolutismo. O evento ficou conhecido como **Revolução Gloriosa** e consolidou o Estado burguês na Inglaterra. Assumiram o trono Guilherme de Orange e sua mulher, Maria Stuart, filha de Jaime II. Guilherme de Orange foi obrigado a jurar a **Declaração dos Direitos**, que limitava os direitos do rei e o proibia de governar sem o Parlamento. Leia a seguir alguns artigos desse documento.

> **1.** Que o pretenso poder de suspender as leis, ou a execução das leis, pela autoridade régia, sem o consentimento do Parlamento, é ilegal. [...]
> **4.** Que o direito de cobrar impostos para o uso da Coroa, com o pretexto de privilégio, sem outorga do Parlamento, é ilegal.
> [...]
> **8.** Que a eleição dos membros do Parlamento deve ser livre.
> **9.** Que a liberdade de palavra nos debates e atas do Parlamento não deve ser questionada em nenhuma corte ou lugar fora do Parlamento.

Declaração dos Direitos [1689]. *In*: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Coletânea de documentos históricos para o 1º grau**: 5ª a 8ª séries. São Paulo: SE/Cenp, 1979. p. 84.

Esse processo marcou a primeira grande crise do absolutismo na Europa. As chamadas Revoluções Inglesas, isto é, o conjunto formado pela Revolução Puritana e pela Revolução Gloriosa, criaram as condições institucionais necessárias para que a industrialização se desenvolvesse na Inglaterra no decorrer do século XVIII.

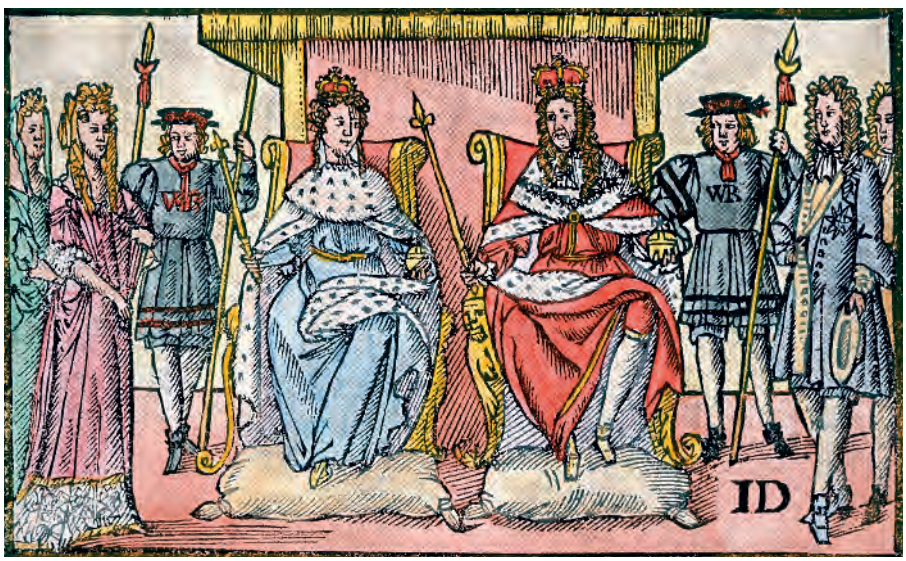
Enfoque

Responda no caderno.

1. **Identifique nos artigos citados do documento as limitações impostas ao poder do rei.**
2. **Por que a *Declaração dos Direitos* pode ser considerada uma inovação que posteriormente influenciaria o pensamento político de toda a Europa?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

NORTH WIND PICTURE ARCHIVES/AKG – IMAGES/ALBUM/FOTOARENA – COLEÇÃO PARTICULAR



Gravura do século XVII representando Maria Stuart e Guilherme de Orange governando a Inglaterra após a Revolução Gloriosa. É interessante observar que os monarcas são representados como símbolos do poder, trajando vestes imperiais, cetro e coroa, mesmo tendo a atuação política limitada pelo Parlamento.

Iluminismo ou a era da razão

O **iluminismo** foi um movimento de ideias que nasceu na França e se difundiu por toda a Europa e a América ao longo do século XVIII. Ele abrangia diversas áreas, como a filosofia, as artes, as ciências, a política e o direito. A palavra iluminismo, que dá nome ao movimento, é uma metáfora que faz referência à "luz da razão" por oposição às "trevas da ignorância". Por causa da confiança na razão e na ciência que caracterizavam o movimento, o período em que se desenvolveu o iluminismo também ficou conhecido como "era da razão".

Os iluministas tendiam a responsabilizar as igrejas institucionalizadas, as tradições feudais que permaneciam e o **despotismo político** pelos males que afligiam a sociedade. Em oposição a preconceitos, superstições e **dogmatismos religiosos**, eles defendiam o conhecimento racional e o avanço das ciências e das técnicas por meio do **estudo empírico** do mundo.

A imprensa, inventada por Johannes Gutenberg, no século XV, foi importante na difusão das ideias iluministas, possibilitando o aumento da produção e da circulação, por toda a Europa, de livros, jornais e outros escritos. Segundo o historiador francês Roger Chartier:

> Os homens do século XVIII viam a circulação do escrito como a própria condição do progresso das luzes. Graças a ela, todos estão em igualdade para julgar as instituições e opiniões e submeter à discussão comum suas próprias ideias. Um novo espaço crítico e político nasce desse exercício público da razão pelas pessoas privadas.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial, 1999. p. 133.

Havia leituras e discussões públicas em salões aristocráticos, clubes sociais, cafés, oficinas artesanais e até em praças públicas, onde se debatiam assuntos como as obras dos pensadores iluministas, novas descobertas científicas, reforma das instituições políticas, entre outros. Na tentativa de evitar a vigilância e a censura por parte das autoridades do Estado e da Igreja, organizaram-se comunidades clandestinas de livreiros, que imprimiam as obras em segredo ou as contrabandeavam do exterior.

Uma das maiores conquistas culturais do iluminismo foi a elaboração e a publicação da *Enciclopédia*. Com o objetivo de compilar todo o conhecimento humano acumulado em uma coleção de livros, o projeto coordenado pelo filósofo Denis Diderot e pelo matemático Jean le Rond d'Alembert reuniu alguns dos principais intelectuais da época. Publicada entre 1751 e 1772, a obra totalizava dezessete volumes e foi um enorme sucesso desde seu lançamento. Inicialmente acessível apenas às camadas mais ricas, logo foram lançadas edições mais baratas, que contribuíram para a difusão do conhecimento também entre as classes menos abastadas.

Despotismo político: forma de governo em que o governante atua de forma autoritária sem oposição expressiva.

Dogmatismos religiosos: preceitos incontestáveis ou verdades absolutas segundo a teologia de uma religião.

Estudo empírico: método científico que tem como base a coleta de evidências concretas e observações diretas, em que teorias são testadas e hipóteses verificadas.



BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

Gravura do século XVIII com uma fênix renascendo das cinzas. A imagem satiriza o Estado e a Igreja, forças consideradas reacionárias por censurarem a livre circulação das ideias e do conhecimento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Locke em 90 minutos

Paul Strathern. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. (Filósofos em 90 minutos).

Neste livro, o autor trata das principais ideias do inglês John Locke. A filosofia de Locke, fundamental para o mundo contemporâneo, inspirou movimentos revolucionários como a redação da Declaração de Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

O pensamento político iluminista

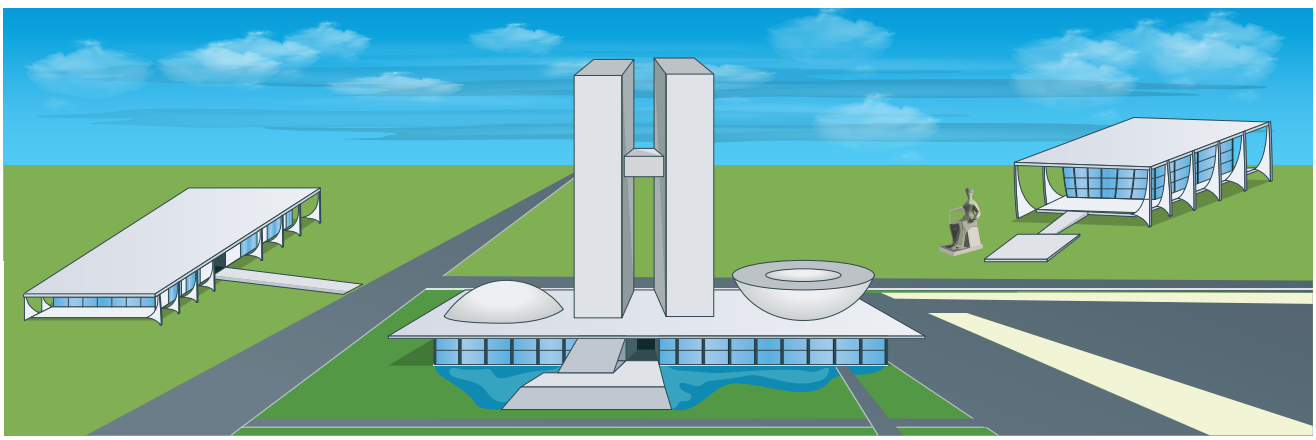
O período do iluminismo é conhecido sobretudo pelo desenvolvimento do pensamento político, que foi a base das revoluções Americana e Francesa no final do século XVIII.

Os iluministas criticaram as autoridades estabelecidas, as estruturas sociopolíticas existentes e trabalharam para construir modelos ideais de instituições. Entre suas contribuições estão a articulação entre formas de governo e a separação de poderes, bem como os ideais de liberdade, igualdade, direitos individuais e tolerância religiosa.

Estes são alguns dos principais representantes do pensamento político iluminista:

- **John Locke** (1632-1704) – considerado um dos precursores do pensamento iluminista, em sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* (1689) criticava o fundamento teológico das monarquias absolutistas. Locke sugeriu que os indivíduos deveriam estabelecer entre si um **contrato social** para constituir uma autoridade política, cuja tarefa seria criar e aplicar leis claras para proteger os direitos naturais, as liberdades e as posses de todos.
- **Montesquieu** (1689-1755) – foi autor de *O Espírito das Leis* (1748), propondo a divisão do governo em três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, de modo que cada poder funcionaria como um contrapeso para os outros dois, impedindo assim o poder absoluto. Montesquieu ressaltava que as democracias funcionais requeriam uma população com elevado grau de virtude cívica, que valorizasse o bem comum em detrimento dos interesses privados.
- **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778) – em sua obra *Do Contrato Social* (1762) apresentou uma alternativa à proposta de Locke ao defender que a democracia direta era a única forma de governo em que a liberdade humana poderia ser plenamente realizada. Tomando como modelo a organização de algumas das cidades-Estado da Grécia antiga, como Atenas e Esparta, Rousseau defendia a participação ativa e direta dos cidadãos na definição dos rumos do Estado, o que podia ser feito por meio da elaboração de leis e da participação nas assembleias públicas, por exemplo.
- **Immanuel Kant** (1724-1804) – como outros pensadores e reformadores do período, Kant acreditava que a humanidade era capaz de se aperfeiçoar moralmente e de se tornar responsável pelo próprio destino. Idealizou um futuro em que a violência e a guerra, que caracterizaram a história até então, seriam substituídas por uma **república** mundial, da qual todos seriam cidadãos. A ideia de uma república cosmopolita inspirou a fundação de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por objetivo promover a paz entre os países, o progresso social e os direitos humanos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Ilustração atual da Praça dos Três Poderes, em Brasília, Distrito Federal. Da esquerda para a direita, estão os edifícios que representam os poderes da República: Palácio do Planalto (Executivo), Congresso Nacional (Legislativo) e o Supremo Tribunal Federal (Judiciário). A separação dos poderes de uma nação proposta por Montesquieu foi utilizada na organização da maioria das democracias atuais.

A independência dos Estados Unidos

Em 1620, a chegada de um grande grupo de ingleses puritanos que fugiam de perseguições religiosas marcou o início da ocupação regular da América do Norte por não indígenas e da colonização de áreas litorâneas. Logo após sua chegada, foi fundada a cidade de Plymouth, que deu origem à colônia de Massachussetts.

Em seguida, foram estabelecidos novos núcleos de ocupação ao longo do litoral atlântico até se formarem, na primeira metade do século XVIII, as Treze Colônias da América inglesa. As colônias tinham bastante liberdade tanto em sua organização política como na condução da economia. Essa autonomia era um dos poucos pontos em comum entre as Treze Colônias, pois elas não mantinham vínculo formal entre si, e a metrópole não lhes impunha um governo centralizado que limitasse suas ações.

Os governos locais e as assembleias, compostas de representantes eleitos por homens livres, definiam as regras de convivência entre as colônias. As leis e os impostos também eram votados internamente, sem nenhuma interferência externa. Mesmo determinações vindas da metrópole tinham de ser submetidas à avaliação dos governos coloniais e podiam ser vetadas.

Após a década de 1760, porém, a Coroa britânica passou a se interessar mais por suas colônias na América e a vê-las como fontes de matérias-primas e potencial mercado consumidor para as manufaturas produzidas na metrópole. A Grã-Bretanha passava então por um esgotamento econômico em razão de seu envolvimento em diversos conflitos no continente europeu.

Após a **Guerra dos Sete Anos** (1756-1763), marcada pela disputa entre franceses e britânicos na América do Norte, parte dos territórios franceses na América passou para o controle britânico. Os colonos britânicos pretendiam expandir seus domínios para o oeste, avançando pelo Rio Mississippi, mantendo nas novas terras a mesma autonomia de que desfrutavam nas colônias do litoral atlântico. Em contrapartida, a Coroa queria intensificar a exploração colonial para gerar riqueza e equilibrar suas finanças. Desse modo, as companhias britânicas teriam condições de comercializar artigos como peles e banha produzidas por aquelas comunidades, como já ocorria em suas colônias do atual Canadá.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Estados Unidos: a formação da nação

Leandro Karnal. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).

Com linguagem clara e objetiva, o autor aborda as origens dos Estados Unidos, desde o período pré-colonial até a independência do país.

Sopa para Nutz, tirinha de Rick Stromoski, de 2010.



O aumento do controle metropolitano

Nesse contexto de tensão, a Coroa britânica aprovou medidas que aumentaram a carga de tributos dos colonos. Além de assegurar recursos monetários, as leis de aumento da arrecadação limitavam a produção de manufaturados na colônia, ampliando o mercado consumidor para os artigos britânicos. A seguir, estão listadas algumas das medidas implementadas pela metrópole britânica.

- **Lei do Açúcar** (1764): estabelecia tributos para o açúcar (melaço) adquirido fora das áreas de colonização britânica e impostos ainda maiores sobre o açúcar e outros artigos de luxo.
- **Lei do Selo** (1765): determinava que qualquer tipo de impresso nas colônias só podia circular se exibisse um selo expedido e vendido pela metrópole.
- **Lei do Chá** (1773): determinava que o fornecimento de chá para a América só podia ser feito pela Companhia Britânica das Índias Orientais. Com essa lei, a Coroa britânica pretendia assegurar mercado para o chá produzido em suas possessões coloniais no Oriente.

Com essas medidas, a Coroa britânica buscava enquadrar as Treze Colônias nas regras do exclusivo comercial metropolitano, como faziam as metrópoles ibéricas em outras áreas da América. Em vez disso, entretanto, as leis britânicas precipitaram o movimento pela independência entre os colonos.

A reação colonial e as novas leis metropolitanas

Os colonos passaram a resistir ao esforço regrador da metrópole. A Lei do Selo, por exemplo, provocou a destruição dos postos de venda de selos e ataques aos responsáveis pela fiscalização. Em reação à Lei do Chá, em 16 de dezembro de 1773, os colonos se vestiram como guerreiros mohawks, uma destemida sociedade indígena, atacaram os navios britânicos em Boston, Massachusetts, e lançaram ao mar suas mercadorias. O episódio ficou conhecido como a **Festa do Chá de Boston**.

Em resposta, a metrópole adotou um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como **Leis Intoleráveis**: ocupou militarmente a colônia de Massachusetts, fechou o porto e condicionou sua liberação ao ressarcimento do valor da mercadoria destruída. Além disso, ampliou sua presença militar nas demais colônias.

Saiba mais

Durante a Festa do Chá de Boston, os colonos se fantasiaram de indígenas mohawks. Eles são um povo indígena estadunidense que, no passado, habitaram as regiões que hoje correspondem ao norte do estado de Nova York e ao sudeste do Canadá, principalmente ao redor do Lago Ontário e do Rio São Lourenço. Em 1971, foi fundado um grupo dentro da comunidade mohawk, a Sociedade dos Guerreiros Mohawk. Esse grupo luta por direitos indígenas e por suas terras tradicionais. Os membros possuem táticas de ação direta, promovendo bloqueios de estradas e ocupações.



TANNER PEARSON/THE BOSTON GLOBE/ GETTY IMAGES

250ª reconstituição da Festa do Chá de Boston, em Boston, Massachusetts. Fotografia de 2023. Na cena, é representado o derramamento do chá britânico no mar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A caminho da emancipação

Em 1774, os colonos organizaram o Primeiro Congresso Continental da Filadélfia. Seus participantes repudiaram as Leis Intoleráveis e avaliaram os caminhos de negociação com a metrópole.

Dois anos mais tarde, ocorreu o Segundo Congresso Continental. Nesse encontro, os colonos defenderam a emancipação, o princípio federalista e a importância de organizar um novo Estado com base na autonomia das colônias.

No dia 4 de julho de 1776, os participantes desse congresso aprovaram a **Declaração de Independência**.

> Quando [...] torna-se necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligam a outro e assumir [...] situação independente e igual à que lhe dão direito as Leis da Natureza e de Deus, o correto respeito digno às opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação.
>
> Consideramos estas verdades evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.
>
> [...] Nós [...], representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral [...], publicamos e declaramos solenemente: que estas colônias unidas são, e por direito devem ser, Estados livres e independentes; que estão desoneradas de qualquer lealdade para com a Coroa Britânica, e que todo vínculo político entre elas e a Grã-Bretanha seja, e deva ser totalmente dissolvido [...].

JEFFERSON, Thomas *et al*. Declaração Unânime dos Treze Estados Unidos da América [4 jul. 1776]. *In*: DRIVER, Stephanie Schwartz. **A Declaração de Independência dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 53-57.

Em resposta, a Coroa britânica declarou guerra às Treze Colônias. Com o apoio da França e da Espanha, os colonos derrotaram os britânicos, que acabaram reconhecendo a independência da antiga colônia em 1783 por meio da assinatura do Tratado de Paris.

Em 1787, o Congresso Continental aprovou uma constituição que estabelecia um regime presidencialista e reconhecia a divisão entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. O princípio federalista foi adotado, garantindo aos estados relativa autonomia perante o governo federal.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Por que se pode afirmar que a *Declaração de Independência dos Estados Unidos* apresenta influência do iluminismo? Justifique sua resposta.**
2. **Como o documento postulou a separação da metrópole britânica?**



THE HISTORY COLLECTION/ALAMY/FOTOARENA - CASA BRANCA, WASHINGTON

A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, 4 de julho de 1776, pintura de Armando Dumaresq, 1873.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolução Francesa

Outro acontecimento, pouco posterior à independência das Treze Colônias, também marcou profundamente a história moderna: a **Revolução Francesa** (1789-1799).

Antes da revolução, o Estado francês era uma monarquia absolutista. O rei concentrava atribuições que, nas democracias modernas, estão distribuídas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Desse modo, suas decisões dificilmente encontravam limites para serem aplicadas. As vontades particulares do monarca tornavam-se, na maior parte das vezes, orientações para o próprio Estado.

Naquela época, a sociedade francesa estava dividida em **três ordens**, ou **estados**. O clero formava o primeiro estado, e a nobreza, o segundo. O terceiro estado reunia o restante da população, ou seja, burgueses, trabalhadores urbanos e, principalmente, camponeses. Havia enorme desproporção entre os estados. O clero e a nobreza totalizavam aproximadamente 500 mil indivíduos, enquanto o terceiro estado apresentava cerca de 26 milhões de pessoas.

Os integrantes do primeiro e do segundo estados desfrutavam de privilégios jurídicos, políticos, sociais e econômicos. Estavam isentos de determinados impostos e, além disso, os cargos mais elevados no clero e na burocracia estatal eram reservados a eles.

Enquanto isso, terceiro estado estava submetido a uma série de restrições sociais e a obrigações jurídicas. Os camponeses, que constituíam a parcela mais numerosa, pagavam diversos tributos aos proprietários de terra, além do dízimo devido à Igreja e de impostos cobrados pelo Estado. Já a burguesia, além de arcar com o peso dos impostos, estava excluída dos altos cargos da administração pública.

A Revolução Francesa tem enorme importância histórica, pois deu início a uma era de transformações e mudanças que marcou profundamente o mundo moderno. Ela pôs em causa as monarquias e os privilégios das aristocracias tradicionais e conduziu, em última análise, à ascensão das democracias modernas. A revolução abriu caminho para o desenvolvimento dos direitos civis, do **secularismo** e do **Estado de direito**. Além disso, também inspirou inúmeros movimentos políticos no século seguinte, como as independências das colônias hispânicas e a do Brasil.

Secularismo: princípio segundo o qual as instituições governamentais estão separadas das religiosas, determinando que as políticas públicas não devem ser orientadas por crenças religiosas.

Estado de direito: sistema institucional em que todos os cidadãos, incluindo os mais altos mandatários do Estado, devem obedecer à legislação vigente, opondo-se, portanto, às monarquias absolutas e às ditaduras.



MUSEU CARNAVALET, PARIS

No passado as multidões eram mais úteis aos pés, gravura publicada em Paris, 1789. Na imagem, nobreza e clero são representados esmagando o terceiro estado.

Os dados referentes à composição numérica da sociedade francesa foram retirados de:
PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 319.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A crise do Antigo Regime na França

Durante o século XVIII, uma série de crises abalou o reino francês. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e o apoio francês à luta pela independência das Treze Colônias inglesas geraram diversas despesas, mergulhando o Estado francês em uma profunda **crise financeira**.

Além disso, os privilégios do primeiro e do segundo estados prejudicavam o controle administrativo e restringiam a arrecadação de impostos. Para piorar a situação, de 1787 a 1789, a França foi atingida tanto por chuvas excessivas quanto por secas prolongadas e por um inverno rigoroso. Essas condições ambientais proporcionaram colheitas deficitárias, resultando em uma grave **crise agrária**. A escassez de alimentos e a situação de miséria dos camponeses provocaram repetidas revoltas populares.

As ideias iluministas circulavam por meio de jornais e panfletos clandestinos, sendo discutidas em locais públicos e atingindo inclusive a população não alfabetizada. O iluminismo fornecia um conteúdo reflexivo para unir as pessoas em torno de ideais comuns e imprimir expressão política à indignação dos franceses.

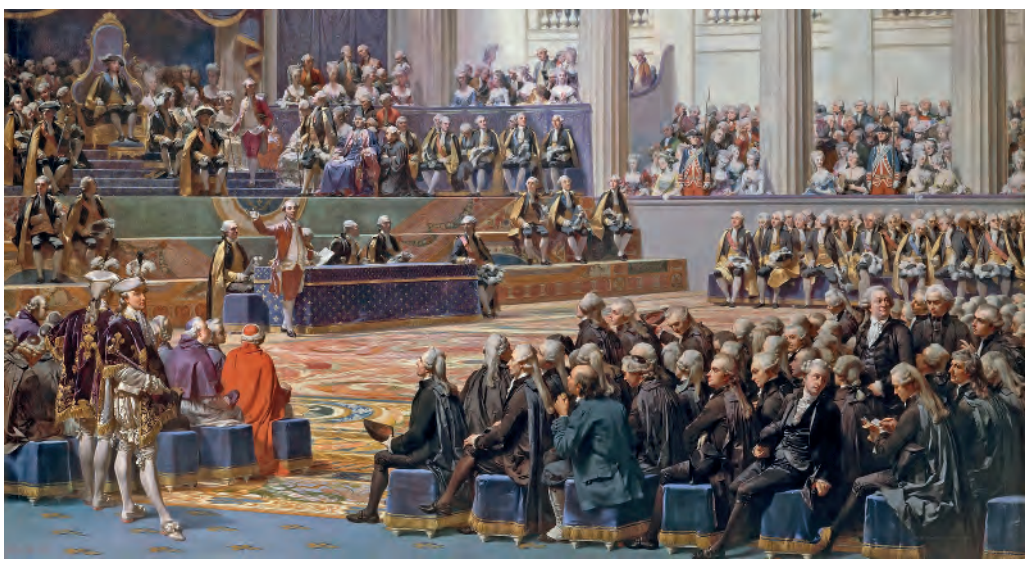
A filosofia iluminista do século XVIII ensinava os franceses a considerarem injusta a sociedade estamental e a se indisporem contra o absolutismo e suas políticas excludentes. Ao fornecer argumentos contra a situação vigente, aos poucos o iluminismo tornava-se a bandeira ideológica da Revolução Francesa.

A convocação dos Estados Gerais

Para tentar remediar a crise financeira, os ministros e conselheiros do rei Luís XVI apresentaram o projeto de uma reforma fiscal exigindo que os estados privilegiados (clero e aristocracia) também pagassem impostos. Conforme o esperado, a reforma não foi bem recebida por parte daqueles que queriam manter seus privilégios tradicionais.

A instabilidade social gerou um clima de insegurança no ambiente político. Em razão da dificuldade da Coroa em quitar suas dívidas, a isenção de impostos do primeiro e do segundo estados passou a ser cada vez mais questionada. Diante disso, o rei Luís XVI convocou os **Estados Gerais**, que começaram a se reunir em 1º de maio de 1789, em Versalhes.

Os Estados Gerais eram assembleias convocadas pelo rei para aconselhá-lo, e reuniam representantes dos três estados. Essa assembleia era convocada apenas ocasionalmente, em tempos de guerra ou de grave crise. A última reunião dessa assembleia havia ocorrido em 1614.



MUSEU E PALÁCIO DE VERSALHES, VERSALHES

Abertura dos Estados Gerais em Versalhes, 5 de maio de 1789, pintura de Auguste Couder, 1839. As assembleias dos Estados Gerais foram criadas em 1302. Entretanto, em razão da cultura política do Antigo Regime, o monarca não tinha obrigação de convocá-las nem de seguir os conselhos que elas apresentavam.

Dica

A Revolução em Paris

Direção: Pierre Schoeller. França, 2018. 121 minutos.

O filme conta a história da Revolução Francesa sob a perspectiva das pessoas comuns, como a lavadeira Françoise e seu companheiro Basile, ou "O Tio", um vidraceiro que ganha protagonismo ao longo da trama. Essas histórias de vida se cruzam com a de personagens consagrados da história da revolução, e têm como pano de fundo as mudanças políticas operadas no país e o destino do rei francês.

Classificação indicativa do filme *A Revolução em Paris*: 16 anos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Assembleia Nacional Constituinte e a Queda da Bastilha

Tradicionalmente, nos Estados Gerais, cada estado reunia-se separadamente e tinha direito a um único voto. Por compartilharem interesses semelhantes, o primeiro e o segundo estados votavam em conjunto. O terceiro estado, bem mais numeroso e representando a maioria da população, via-se prejudicado por esse sistema. Assim, em 1789, seus representantes exigiram que o voto fosse feito por cabeça e que os três estados se reunissem em uma assembleia única.

Percebendo que o rei se opunha a modificar o sistema de votação, o terceiro estado proclamou-se em **Assembleia Nacional Constituinte**, no dia 9 de julho de 1789, com o objetivo de aprovar uma constituição para limitar os poderes do monarca. Enquanto isso, no dia 14 de julho, a população de Paris, em busca de armas e munições, tomou a Bastilha, fortaleza construída no período medieval que funcionava como arsenal e prisão política.

À **Queda da Bastilha** seguiram-se revoltas em várias regiões da França, exigindo o tabelamento dos preços, a distribuição gratuita do trigo e o fim das taxas feudais. No campo, correu a notícia de que hordas de bandidos, a mando dos aristocratas, saqueariam as propriedades dos camponeses. Estes reagiram violentamente, invadindo e incendiando os castelos da nobreza. Esses acontecimentos ficaram conhecidos como o **Grande Medo**.

A Assembleia Nacional teve de tomar medidas rapidamente. Em 4 de agosto de 1789, decretou a abolição dos privilégios feudais e, em 26 de agosto, proclamou a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. O documento reconheceu alguns direitos fundamentais de todos os indivíduos e serviu de base para a reforma jurídica do Estado.

> Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional e considerando que a ignorância, a negligência ou o menosprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção governamental, resolveram apresentar numa declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem [...].
>
> **1.** Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções só podem ser baseadas na utilidade comum.
>
> **2.** O objetivo de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.
>
> [...]
>
> **6.** A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de participar, em pessoa ou por meio de seus representantes, na sua formação. [...]
>
> Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. *In*: HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 225-226.

Com essas decisões, a sociedade estamental, que vigorava na França desde a Idade Média, foi extinta.



AKG-IMAGES/ALBUM/ FOTOARENA – MUSEU CARNAVALET, PARIS

Revolução Francesa: a Queda da Bastilha, 14 de julho de 1789, pintura de 1789. Esse evento se constituiu como símbolo da queda do despotismo e do fim do Antigo Regime.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Quais princípios norteiam a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*? Justifique sua resposta.
2. Atualmente, diversos países são regidos por uma legislação que preconiza a igualdade jurídica. Isso significa que todos os privilégios foram abolidos? Discuta com os colegas e o professor.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Da Monarquia Constitucional à Convenção Nacional

Em junho de 1791, a família real tentou fugir da França para preparar, com o apoio de monarquias vizinhas, a retomada do poder, mas acabou sendo detida e obrigada a retornar a Paris. O evento fez crescer a rejeição popular ao rei.

A assembleia, porém, manteve a monarquia como forma de governo. Em setembro de 1791, foi promulgada a **constituição**. Com isso, Luís XVI tornou-se representante da nação francesa e seus poderes foram limitados por lei, sendo repartidos com a assembleia, que deveria ser eleita pelos cidadãos. Por si só, essa decisão já demolia as bases do absolutismo na França.

No plano externo, o avanço dos exércitos da Áustria e da Prússia obrigou a França a declarar-lhes guerra em abril de 1792. Diante do perigo iminente, a assembleia permitiu que qualquer cidadão fosse incorporado à **Guarda Nacional**. Em consequência, homens vindos de diversas regiões do país associaram-se às tropas como voluntários.

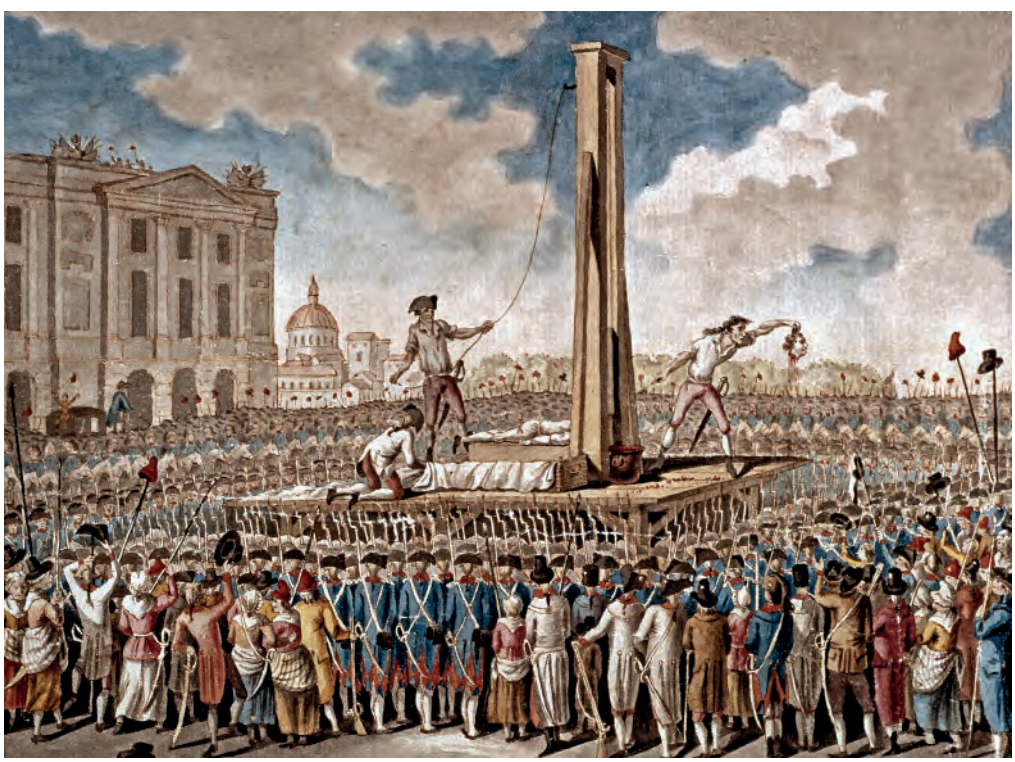
Em agosto de 1792, o rei, acusado de traição à pátria, foi destituído e encarcerado. Em setembro, a república foi proclamada e uma nova assembleia foi eleita: a **Convenção Nacional**. A eleição se deu com base no **sufrágio universal masculino**, visto que até então o voto era censitário, ou seja, apenas indivíduos com determinados bens podiam votar.

Os jacobinos no poder

Durante a Revolução Francesa, os girondinos e os jacobinos eram os principais grupos políticos que disputavam o poder. Os girondinos, mais moderados, dominavam a Convenção e representavam os interesses da burguesia, enquanto os jacobinos, mais radicais, defendiam os interesses das camadas médias da população, como profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos comerciantes e *sans-culottes*, ou "sem culote" – setor social urbano numeroso, economicamente desfavorecido e defensor de ideias políticas radicais.

Com a radicalização da revolução, os jacobinos obtiveram maior poder na assembleia e aprovaram a execução de Luís XVI, que ocorreu em janeiro de 1793. A morte do rei provocou a reação de outras monarquias, que formaram uma coligação internacional com o objetivo de invadir a França. Os jacobinos foram bem-sucedidos em combater essa ameaça, vencendo militarmente a coligação antifrancesa. No plano interno, os jacobinos expulsaram os girondinos da Convenção e aprisionaram seus principais líderes.

Além disso, os jacobinos suspenderam as liberdades civis e criaram o **Comitê de Salvação Pública**, inaugurando a fase da revolução conhecida como **Terror**. Órgão executivo do governo revolucionário, o Comitê tomou medidas para defender as fronteiras da França das ameaças externas e para conter as ameaças internas.



BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA – MUSEU CARNAVALET, PARIS

Trágico fim de Luís XVI, rei da França, gravura do século XVIII representando a execução do monarca francês em Paris. O rei foi considerado culpado de alta traição pelo governo da Convenção Nacional e guilhotinado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Terror como arma política

Ao instituir o Terror, o Comitê de Salvação Pública iniciou o período mais violento da revolução. Dando continuidade ao processo revolucionário, o governo passou a ser exercido sem nenhuma base constitucional. O traço mais notório desse período foi o **Tribunal Revolucionário**. Por meio dele, o Comitê executou aristocratas, ricos negociantes, padres e camponeses de regiões em guerra civil. Calcula-se que cerca de 16 mil pessoas tenham sido guilhotinadas e outras dezenas de milhares massacradas nos campos.

No período jacobino também foram aprovados o sufrágio universal masculino e a abolição da escravidão nas colônias francesas. Os jacobinos confiscaram as terras da nobreza e do clero e as distribuíram ou venderam a preços baixos aos camponeses. Estima-se que 40% do território nacional tenha sido entregue aos membros do antigo terceiro estado. Além disso, instituíram a **Lei do Preço Máximo**, que fixava um valor limite para produtos básicos, como carne, manteiga, carvão, lã e vinho.

O retorno dos girondinos

A política do Terror unificou diferentes setores da sociedade. Quando os franceses encontraram certa estabilidade, os interesses particulares de cada grupo entraram em choque com as medidas repressivas da Convenção. Parte dos camponeses estava descontente com o racionamento, e os preços tabelados impediam o desenvolvimento da burguesia.

Além disso, a política do Terror fez emergir questões éticas importantes. A revolução havia sido feita em nome dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade; entretanto, paradoxalmente, uma das marcas do período do Terror foi a supressão das liberdades políticas, inclusive da liberdade de expressão.

Em razão do descontentamento com os excessos cometidos durante o período do Terror, em 27 de julho de 1794, dirigentes girondinos apoiados por outros setores articularam um golpe que derrubou Maximilien de Robespierre, o principal dirigente dos jacobinos e do governo francês no período do Terror. Lideranças jacobinas foram guilhotinadas, o que possibilitou que diversos deputados girondinos retornassem à Convenção. A luta entre grupos políticos rivais continuou e cada um que chegava ao poder procurava eliminar seus adversários, mandando executá-los na guilhotina ou deportá-los para as colônias francesas.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK – GALERIE DIJOL, PARIS

Robespierre e Saint-Just saindo para a guilhotina. Pintura de Alfred Mouillard, 1884.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fim do processo revolucionário

A maior parte da população francesa ansiava pelo retorno à normalidade social. Assim, em 1795, o Tribunal Revolucionário foi extinto, uma nova constituição foi redigida e a Convenção foi substituída pelo **Diretório**, órgão de função executiva composto de cinco diretores eleitos pelo sufrágio censitário. O governo dos girondinos também restabeleceu a escravidão nas colônias e determinou o fim da Lei do Preço Máximo.

O Diretório enfrentou a crise financeira, a falta de alimentos e as ameaças dos monarquistas, que desejavam restaurar o regime absolutista. Nesse período, o jovem general **Napoleão Bonaparte** foi ganhando cada vez mais destaque na política francesa. Reconhecido pela vitoriosa campanha na Itália (1796-1797), na qual impediu a invasão da França e socorreu os cofres do Estado com as riquezas espoliadas, ele foi convocado para comandar o exército na exitosa guerra contra os austríacos (1797).

A popularidade de Napoleão Bonaparte contrastava com a instabilidade social e econômica enfrentada pelos franceses no final do século XVIII. Assim, ele foi convidado a compor o governo com o intuito de restabelecer a ordem social no país. Em 9 de novembro de 1799, o jovem general extinguiu o Diretório, encerrando a última fase da Revolução Francesa. O evento ficou conhecido como Golpe de 18 Brumário, conforme a datação do calendário republicano vigente à época.

Após dez anos de profundas modificações políticas, econômicas e sociais, encerrava-se a Revolução Francesa, evento que marcou a política e a ideologia do mundo moderno.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FRANÇOIS BOUCHOT – CHATEAU DE VERSAILLES, FRANCE



General Bonaparte no Conselho dos Quinhentos em Saint-Cloud, 10 de novembro de 1799. Pintura de François Bouchot, 1840. A obra representa o Golpe de 18 de Brumário, em que Napoleão dissolveu o Conselho dos Quinhentos, um dos órgãos legislativos do Diretório.

Enfoque

Responda no caderno.

1. A figura de Napoleão é valorizada ou menosprezada na pintura? Por quê?
2. De que maneira o pintor François Bouchot caracteriza o golpe de Estado dado por Napoleão?
3. Por que golpes de Estado são uma ameaça a governos representativos eleitos pelo voto?

A Revolução e as mudanças no cotidiano

A Revolução Francesa provocou mudanças nas instituições políticas e no cotidiano francês. Essas mudanças se revelaram, em primeiro lugar, na linguagem. Formas de tratamento que denotavam distinções sociais como "sua excelência" ou "vossa alteza" foram abolidas e substituídas simplesmente por "cidadão" e "cidadã" para todas as pessoas. Além disso, no lugar dos dialetos regionais, o francês tornou-se a língua comum e obrigatória em todo o território nacional.

A relação entre o Estado e a Igreja também foi alterada. Uma das medidas tomadas pela Assembleia Constituinte foi a aprovação, em 1790, da **Constituição Civil do Clero**. O documento suprimia a cobrança do dízimo, confiscava os bens do clero e transformava os padres em funcionários públicos que deviam prestar juramento de fidelidade à nação. Em 1793, o calendário cristão foi substituído pelo **calendário revolucionário**, que estabeleceu o início da república, ocorrido no ano anterior, como o ano I.

A revolução restringiu a atuação da Igreja Católica sobre determinadas áreas da vida cotidiana das pessoas. O casamento tornou-se uma cerimônia civil e não mais religiosa. Para ser considerado legal, devia ser realizado perante um funcionário do Estado e duas testemunhas e não mais perante o padre.

O poder dos pais sobre os filhos, o chamado pátrio poder, também foi limitado pelas leis revolucionárias. Foram instituídos os **tribunais da família**, que tinham a função de proteger os jovens dos abusos dos pais. Os revolucionários consideravam que, além de pertencerem a seus pais, os filhos também pertenciam à nação.

A participação das mulheres na Revolução

As mulheres tomaram a iniciativa no acontecimento conhecido como **Marcha para Versalhes** em outubro de 1789. A marcha começou com as mulheres dos mercados de Paris que, na manhã de 5 de outubro de 1789, se amotinaram devido ao elevado preço dos alimentos. As mulheres e seus aliados acabaram por se transformar em uma multidão de milhares de pessoas que marcharam até o Palácio de Versalhes para exigir o retorno do rei e da família real a Paris. A multidão efetivamente conseguiu trazer Luís XVI e a rainha Maria Antonieta de volta à capital, para que fossem responsabilizados diante da população.

As mulheres também foram ativas nos clubes revolucionários e nos salões em que eram discutidas ideias iluministas. Figuras femininas proeminentes, como Olympe de Gouges, escreveram panfletos influentes defendendo os direitos e a igualdade das mulheres. Muitas mulheres também participaram ativamente da luta pela igualdade de direitos durante a revolução, organizando e assinando petições em defesa de causas como o controle dos preços, o direito das mulheres de participarem das assembleias e a abolição da escravatura.

Ainda assim, de acordo com a Constituição de 1791, as mulheres não estavam inseridas formalmente na vida política. Embora muitas participassem ativamente das lutas revolucionárias, fundando associações republicanas, não eram consideradas cidadãs ativas, mas apenas receptoras passivas de certos direitos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



MUSEU CARNAVALET, PARIS

A Versalhes, a Versalhes, gravura do século XVIII. Ilustração alusiva à marchaw das mulheres para Versalhes, ocorrida em outubro de 1789. Na ocasião, milhares de mulheres exigiram do rei melhorias nas condições de vida.

CONTRAPONTO

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã

Apesar de terem participado ativamente dos acontecimentos da revolução, as mulheres francesas ganharam apenas direitos civis, mas não direitos políticos. Mantinha-se assim uma mentalidade patriarcal, segundo a qual a esfera pública é um lugar reservado apenas aos homens, cabendo às mulheres cuidar do lar e da criação dos filhos.

Decepcionada com essa postura conservadora, a escritora, dramaturga e feminista francesa Marie Gouze, que ficou conhecida pelo pseudônimo de Olympe de Gouges, passou a escrever diversos panfletos questionando a autoridade masculina, a estrutura política e a prática da escravidão.

Contudo, por se vincular aos girondinos e atacar os jacobinos, Olympe de Gouges foi acusada de traição e condenada à morte na guilhotina em 1793. Dois anos antes de sua execução, em resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, Olympe de Gouges publicou a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Leia a seguir um trecho desse documento.

> [...] Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos da mulher são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveu-se expor numa declaração solene os direitos naturais inalienáveis e sagrados da mulher, a fim de que esta declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, lembre-lhes sempre seus direitos e seus deveres, a fim de que os atos do poder das mulheres e aqueles do poder dos homens, podendo ser comparados a cada instante com o fim de qualquer instituição política, sejam mais respeitados, a fim de que as reclamações das cidadãs, fundamentadas doravante em princípios simples e incontestáveis, sirvam sempre para a manutenção da Constituição, dos bons costumes, e para a felicidade de todos. [...].
>
> **Art. II** – O objetivo de qualquer associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem: esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. [...]
>
> [...]
>
> **Art. IV** – A liberdade e a justiça consistem em devolver tudo que pertence ao outro; assim, o exercício dos direitos naturais da mulher tem como limite apenas a tirania perpétua que o homem lhe opõe; esses limites devem ser corrigidos pelas leis da natureza e da razão.

DE GOUGES, Olympe. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã *apud* VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa**: 1789-1799. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 259.



BRIDGEMAN IMAGES/EASYPIX BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura do século XIX representando um clube político feminino em Paris. A organização de clubes femininos para reivindicar direitos políticos para as mulheres está em consonância com a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* por representatividade política. Entretanto, essas agremiações foram proibidas pelos jacobinos em 1793.

Atividades

Responda no caderno.

1. Por que Olympe de Gouges foi levada a redigir seu panfleto em defesa dos direitos das mulheres?
2. Identifique no documento trechos em que a autora defende o fim da autoridade masculina e a igualdade entre homens e mulheres.
3. De que maneira a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* se contrapôs à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*?
4. Esse documento poderia ser considerado válido nos dias de hoje? Debata essa questão com os colegas.

ODS 5

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. **Caracterize a política econômica de Oliver Cromwell.**

2. **A independência dos Estados Unidos causou forte impacto no pensamento político do Ocidente. Justifique essa afirmativa.**

3. **Relacione a situação social do terceiro estado na França do século XVIII à deflagração da Revolução Francesa.**

4. **(Enem-MEC)**

> Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinharia dos grandes pela grandeza do homem.
>
> HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. *In*: PERROT, Michelle. (org.) **História da vida privada:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (adaptado).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

a. **À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.**
b. **Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.**
c. **A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.**
d. **À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.**
e. **Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.**

5. **(Enem-MEC)**

Texto 1

> Macaulay enfatizou o glorioso acontecimento representado pela luta do Parlamento contra Carlos I em prol da liberdade política e religiosa do povo inglês; significou o primeiro confronto entre a liberdade e a tirania real, primeiro combate em favor do Iluminismo e do Liberalismo.
>
> ARRUDA, José Jobson de Andrade. Perspectivas da Revolução Inglesa. **Rev. Bras. Hist.**, n. 7, 1984 (adaptado).

Texto 2

> A Revolução Inglesa, como todas as revoluções, foi causada pela ruptura da velha sociedade, e não pelos desejos da velha burguesia. Na década de 1640, camponeses se revoltaram contra os cercamentos, tecelões contra a miséria resultante da depressão e os crentes contra o Anticristo a fim de instalar o reino de Cristo na Terra.
>
> HILL, Christopher. Uma revolução burguesa? **Rev. Bras. Hist.**, n. 7, 1984 (adaptado).

A concepção da Revolução Inglesa apresentada no Texto 2 diferencia-se da do Texto 1 ao destacar a existência de

a. **pluralidade das demandas sociais.**
b. **homogeneidade das lutas religiosas.**
c. **unicidade das abordagens históricas.**
d. **superficialidade dos interesses políticos.**
e. **superioridade dos aspectos econômicos.**

6. **Leia o texto a seguir e responda às questões.**

> Os cafés desempenharam papel importante na vida intelectual italiana, francesa e britânica a partir do século XVII. [...] Em Paris, o Procope, fundado em 1689, servia de ponto de encontro para Diderot e seus amigos. Os donos de café frequentemente exibiam jornais e revistas como modo de atrair clientes, encorajando assim a discussão das notícias e o surgimento do que muitas vezes é chamado de "opinião pública" ou "esfera pública".
>
> A imprensa, especialmente a periódica, também pode ser considerada uma instituição que incentivou de maneira crescente a vida intelectual no século XVIII [...].
>
> BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 50-51.

a. **Qual foi a importância social dos cafés a partir do século XVII? Explique a relação entre esses estabelecimentos e a difusão da imprensa na formação da chamada "opinião pública".**
b. **Podemos afirmar que esses estabelecimentos ajudavam a driblar os obstáculos à circulação de ideias impostos pelos Estados e pela Igreja? Justifique.**
c. **Por que a criação da imprensa por Gutenberg ajudou na difusão das ideias iluministas? Pesquise como ocorria a cópia dos escritos antes dessa tecnologia.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7. Explique a crítica expressa na tirinha e relacione-a ao conteúdo estudado no capítulo.



Bazinga coração de menino, tirinha de André Dahmer, de 2014.

8. Os textos a seguir se referem, respectivamente, a um trecho do rascunho da *Declaração de Independência dos Estados Unidos*, suprimido da versão final do documento, e a uma notícia de jornal. Leia-os e, a seguir, responda às questões.

> [O rei da Grã-Bretanha] travou uma guerra cruel contra a própria natureza humana, violando os mais sagrados direitos à vida e à liberdade de povos distantes que nunca o ofenderam, capturando-os e conduzindo-os como [...] [escravizados] para outro hemisfério, ou sujeitando-os a uma morte deplorável no transporte para cá.
>
> JEFFERSON, Thomas. *Apud*: ARMITAGE, David. **Declaração de independência**: uma história global. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 52.

> Os Estados Unidos comemoram neste sábado [19 jun. 2021] [...], pela primeira vez como feriado nacional, o *Juneteenth* [junção de "junho" e "19º"], data que celebra o fim da escravidão no país. A marca se refere a 19 de junho de 1865, quando foram libertados os últimos [...] [escravizados] do país, em Galveston, no estado do Texas.
>
> [...] Em Chicago, haverá uma marcha no distrito financeiro da cidade. "Nós celebramos o Dia da Independência, então seríamos negligentes se não celebrássemos o dia em que pessoas que valiam três quintos de uma pessoa [branca] finalmente se tornaram livres e iniciaram esta jornada em direção à igualdade", disse Ashley Munson, organizador do evento.
>
> "É isso que o *Juneteenth* significa para mim: independência e liberdade para os afro-americanos, devido à luta de nossos ancestrais", disse [Deneen Smith, 17, estudante negro do Ensino Médio] à agência de notícias Reuters.
>
> Pela 1ª vez, EUA celebram feriado nacional *Juneteenth*, que marca fim da escravidão. **Folha de S.Paulo**, 20 jun. 2021. p. 17.

a. Qual é o princípio presente no rascunho escrito por Thomas Jefferson? Por que esse trecho foi suprimido da versão final da declaração?

b. A independência dos Estados Unidos teve o mesmo impacto para todos os habitantes das antigas Treze Colônias? Explique.

c. O que é o *Juneteenth*? Qual é a importância dessa celebração segundo Ashley Munson?

d. Discuta a seguinte questão em pequenos grupos: qual é a importância de celebrações coletivas oficiais mais inclusivas para o aperfeiçoamento da democracia?

9. Os iluministas, entre os anos finais do século XVII e durante o século XVIII, reuniam-se em salões e em cafés para discutir as questões políticas de seu tempo. Esses espaços, nos quais era possível ler textos diversos e trocar ideias sem a interferência da Igreja ou da burocracia do Estado, configuraram-se como importantes locais para a formação de uma "opinião pública" crítica. De lá para cá, muita coisa mudou: a sociedade não é mais estratificada em estamentos e a política vigente não é mais o absolutismo. Vivemos em um mundo no qual há liberdade de expressão e, cada vez mais, a internet e as mídias sociais têm se configurado como espaços de difusão e formação de opinião. Com a dinamização das trocas e dos fluxos de informações promovida pela internet, o fenômeno das *fake news* assumiu proporções inéditas, interferindo em diversas esferas da vida em sociedade. A esse respeito, pesquise e debata os seguintes pontos com os colegas: como identificar *fake news*? A quem beneficiam? Qual é o impacto da difusão delas na formação de uma "opinião pública"? Como interferem negativamente na organização de uma sociedade justa e inclusiva? Você já acreditou em notícias falsas e repassou-as? Como identificá-las e frear sua propagação?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 7

Império Napoleônico e emancipações na América

A Revolução Francesa abalou as estruturas do Antigo Regime, questionando os privilégios de nascimento, o absolutismo monárquico e o cerceamento da liberdade econômica. Ao longo do século XIX, com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, os ideais liberais repercutiram de forma amplificada, tanto na Europa quanto nas Américas, e contribuíram para a construção dos Estados contemporâneos e para moldar o que hoje entendemos por cidadania e identidade nacional.

Dessa forma, viver em uma sociedade com governos soberanos, onde há eleições e representação política, e em que as pessoas são consideradas sujeitos de direito com algumas tradições comuns, é uma invenção relativamente recente. Você consegue imaginar como seria a sua vida sem direitos e representação política? Ou se tais direitos fossem distribuídos conforme a classe social? Como seria viver em uma colônia? Por que as nações latino-americanas iniciaram processos de independência? Esses processos foram iguais em todo o continente?

Nas Américas, o direito à autodeterminação e à soberania, inspirado pelos ideais liberais, foi conquistado por meio de conflitos armados, que deixaram um saldo de milhares de mortos. Mesmo assim, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, a conquista da igualdade de direitos entre os cidadãos não se traduziu na superação das desigualdades sociais que afetam sobretudo a população mais pobre, os negros e os indígenas.

Em parte, por causa disso, os ventos liberais que varreram a Europa e as Américas no século XIX levaram liberdade e igualdade a uma parcela pequena da população, em geral composta apenas pela elite proprietária. Isso explica a existência de diversos movimentos que vêm exigindo, desde então, o alargamento da cidadania e a criação de uma identidade nacional mais múltipla e diversa.



LUISA GONZALEZ/REUTERS/FOTOARENA

Manifestação de membros de comunidades afro-colombianas em defesa dos direitos das crianças após denúncias de violência em uma escola de Bogotá, Colômbia. Fotografia de 2022. Protestos como esse constituem uma das principais formas de luta por cidadania e justiça social em diferentes países da América.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ascensão e queda de Napoleão Bonaparte

Em 1799, com a extinção do Diretório, na França o poder foi dividido entre três cônsules. Era o início do Consulado, governo de cunho ditatorial que, na prática, era conduzido por seu primeiro cônsul, o próprio Napoleão.

No plano interno, a principal realização do período napoleônico foi a instituição do **Código Civil Napoleônico**, que consolidou o Estado burguês na França. Napoleão descartou as propostas mais radicais e democráticas da revolução, mas manteve os princípios básicos de garantia das liberdades individuais, de separação entre Estado e Igreja e de direito à propriedade, antigas reivindicações da burguesia.

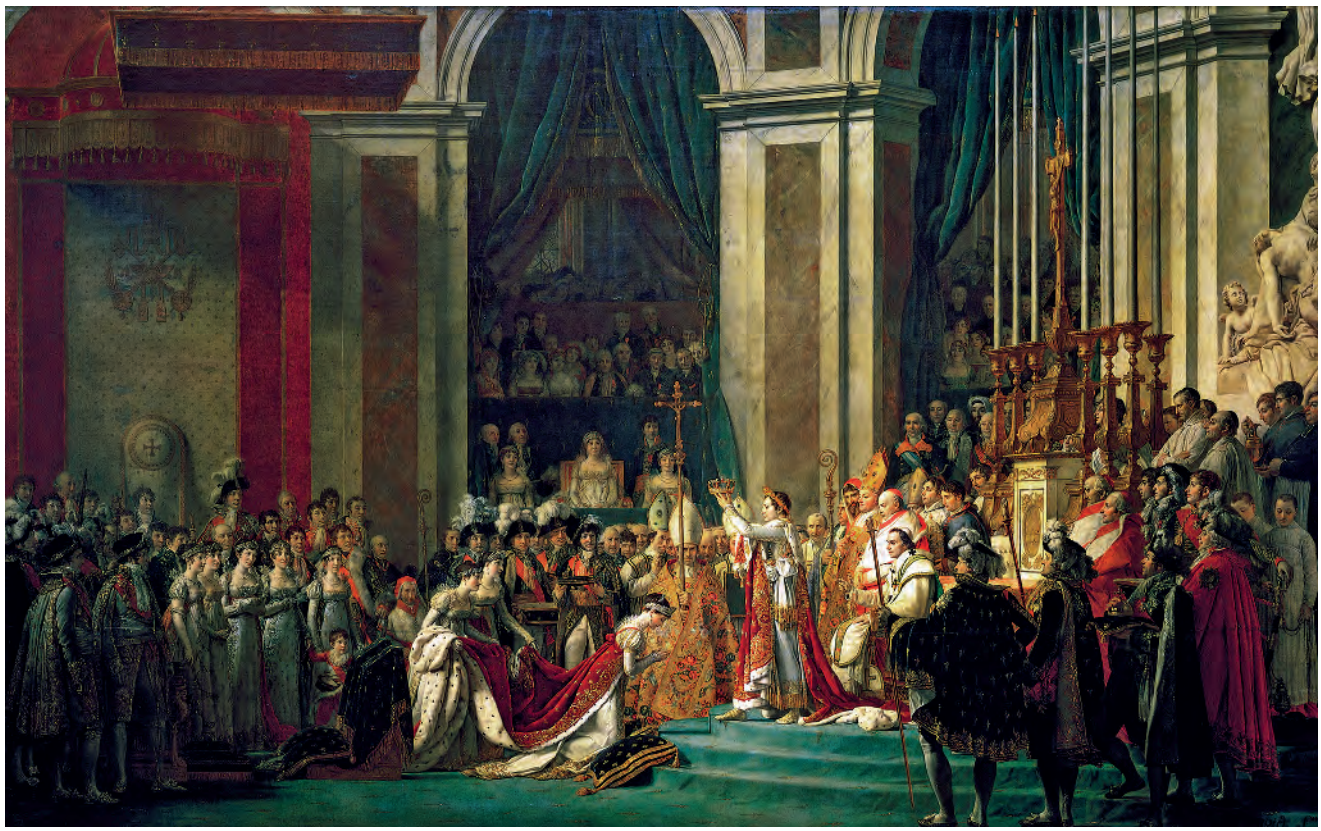
Além disso, Napoleão promoveu reformas administrativas (como a centralização do poder) e educacionais (como a criação dos liceus, instituições que formariam as elites do país). Ele também estabeleceu o Banco da França em 1800, visando estabilizar a economia e fortalecer o sistema financeiro. Essas medidas foram fundamentais para consolidar o poder de Napoleão e garantir a estabilidade interna da França durante seu governo.

No plano externo, Bonaparte reaproximou o Estado francês da Igreja Católica ao assinar, em 1801, uma concordata com o papa Pio VI, reconhecendo o catolicismo como religião da maioria dos franceses. O acordo restabeleceu o calendário gregoriano, porém não indenizou a Igreja pelas propriedades clericais confiscadas durante o processo revolucionário. Em seguida, Bonaparte assinou a paz com a Áustria e com o Reino Unido, encerrando a série de guerras do período revolucionário.

Em 1804, um plebiscito concedeu a Napoleão o direito de se proclamar imperador. Após a coroação, ele se dedicou a reorganizar o Estado, que passou a ser um império.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JACQUES-LOUIS DAVID - MUSEU DO LOUVRE, PARIS



Sagração do imperador Napoleão e coroação da imperatriz Josefina na Catedral de Notre-Dame, 2 de dezembro de 1804, pintura de Jacques-Louis David, 1805-1807.

O Império Napoleônico

A França napoleônica foi um dos primeiros esboços do que viriam a ser os Estados nacionais na contemporaneidade. Isso porque, no Antigo Regime, não havia uniformidade jurídica nem de pesos e medidas. Napoleão estabeleceu um Estado forte e estável, capaz de garantir a lei e a ordem em um território delimitado. Ele unificou códigos de leis, padrões de pesos e medidas, cargos administrativos e militares.

Após sua coroação, Napoleão também promoveu uma política expansionista que transformou o mapa geopolítico do continente europeu. As campanhas militares empreendidas por ele duraram todo o período em que esteve no poder, com breves intervalos sem hostilidades. Nos países invadidos, em que imperavam governos absolutistas, Napoleão impunha o Código Civil, exigindo a abolição da servidão, a tolerância religiosa e a igualdade jurídica, valores associados à burguesia que se consolidava no poder.

No entanto, quando a França se transformou num império, as guerras napoleônicas passaram a ser vistas mais como expansionismo puro e simples e menos como propagação da liberdade entre povos oprimidos. Comandando o maior exército europeu da época, Napoleão empreendeu uma série de conquistas territoriais, chegando a dominar cerca de metade da Europa.

Em 1811, a área da Europa submetida a Napoleão estendia-se da Espanha à fronteira com a Rússia. Os reinos europeus que não estavam diretamente sob seu domínio eram comandados por familiares ou aliados nomeados por ele.

O único país em condições de resistir ao expansionismo francês era o Reino Unido, maior potência comercial e marítima da época. Sem condições de derrotá-lo militarmente, Napoleão instituiu o **Bloqueio Continental**, que proibia o comércio dos países aliados ou dependentes da França com os britânicos. No entanto, o Reino Unido conseguiu furar o bloqueio, mantendo o comércio com países neutros e regiões da Ásia e da América.

Europa: Império Napoleônico – 1811



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: DUBY, G. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 84-85.

Enfoque

Responda no caderno.

1. O que o mapa representa?
2. Por que, em sua opinião, esse mapa informa o posicionamento de bases navais britânicas?
3. Qual é a relação ente o Bloqueio Continental e os interesses da burguesia francesa?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A campanha desastrosa no Império Russo

O maior desafio de Napoleão foi submeter o Império Russo. O czar Alexandre I recusou-se a obedecer a suas imposições e boicotou o Bloqueio Continental, mantendo relações comerciais com o Reino Unido. Em resposta, Napoleão invadiu a Rússia.

Iniciada na primavera de 1812, a invasão do Império Russo resultou em grandes perdas humanas e materiais para a França. Napoleão subestimou as dificuldades que seu exército encontraria ali. Dos cerca de 600 mil soldados franceses que participaram da campanha, estima-se que menos de um quinto deles tenha sobrevivido ao frio, à fome e a doenças no decorrer da invasão.

O desastre da campanha militar enfraqueceu a máquina de guerra napoleônica. Com inimigos espalhados por toda a Europa e diante da resistência de diversos grupos à presença napoleônica em seus países, a França foi ocupada por potências estrangeiras (Império Austríaco, Prússia e Império Russo) em 1814. Napoleão foi obrigado a abdicar em abril desse ano e a exilar-se na Ilha de Elba, no Mar Mediterrâneo.

O fim de Napoleão Bonaparte

Disposto a retomar o poder, Napoleão fugiu da Ilha de Elba e retomou à França em março de 1815, governou durante cem dias e reorganizou o exército. Os países inimigos se reuniram e novamente declararam guerra ao imperador francês. Assim, Napoleão marchou em direção àquela que seria sua última batalha: a **Batalha de Waterloo**, em 1815.

Mais uma vez derrotado, Napoleão foi definitivamente afastado do poder e conduzido ao exílio na Ilha de Santa Helena, no Oceano Atlântico, onde permaneceu sob estrita vigilância até sua morte, em 1821.



BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - BIBLIOTECA NACIONAL, PARIS

O que ele era, o que ele é, charge do século XIX satirizando o exílio de Napoleão na Ilha de Santa Helena.

Dica

Guerra e Paz

Leon Tolstói. Tradução: Alexandre Boide. Adaptação e roteiro: Frédéric Brémaud. Ilustração: Thomas Campi e Fabio d'Auria. São Paulo: L&PM, 2018. (Clássicos da literatura em quadrinhos).

O livro é uma adaptação para os quadrinhos da obra *Guerra e Paz*, um clássico da literatura mundial escrito pelo célebre russo Leon Tolstói e publicado entre 1865 e 1869. A narrativa trata das guerras napoleônicas do início do século XIX e apresenta um retrato social e político da época, as intrigas da Corte, a brutalidade da guerra e a opulência da nobreza em contraste com a vida cotidiana das pessoas comuns.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

Os reinos da Península Ibérica sofreram as consequências da política expansionista francesa. Em 1808, a Espanha foi ocupada pelas tropas de Napoleão, que colocou seu irmão José Bonaparte no trono espanhol. Já a monarquia portuguesa, sem forças para resistir ao avanço francês, transferiu a família real e toda sua Corte para a cidade do Rio de Janeiro, que se tornaria a partir de então a sede provisória do Império Português.

A invasão dos reinos ibéricos criou um vácuo de poder que tornou possível o processo de independência da América Latina. Algumas regiões da Espanha organizaram juntas autônomas de governo, declarando fidelidade ao rei deposto e recusando-se a seguir as determinações dos invasores. Já na América hispânica, as colônias espanholas ampliaram parcerias comerciais, instalaram manufaturas e buscaram escapar da intermediação da burguesia mercantil metropolitana em seu comércio exterior. Esse processo contribuiu para que a ideia de independência ganhasse força em certas regiões da América hispânica.

No caso do Brasil, a instalação da Corte real portuguesa no país determinaria o caminho de independência seguido pelo Brasil, que adotou a forma monárquica de governo, e não a forma republicana, como seus vizinhos hispânicos.

Congresso de Viena

Após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte em 1815, reuniu-se o **Congresso de Viena**, que tentou restabelecer a ordem internacional vigente antes da Revolução Francesa. Sob a liderança do Império Russo, Império Austríaco, Prússia, França e Reino Unido, o congresso buscava restaurar as monarquias depostas por Napoleão, redesenhar o mapa político europeu com base nas fronteiras de 1789 e costurar um acordo político que assegurasse a paz no continente.

Os monarcas depostos foram reconduzidos a seus tronos. A França, por exemplo, voltou a ter um membro da família Bourbon no poder, que, em 1814, outorgou uma constituição, instaurando uma monarquia parlamentar.

Entretanto, o fim do Império Napoleônico não significou o simples retorno às condições políticas e sociais do Antigo Regime. Apesar dos esforços nesse sentido, os valores revolucionários já estavam arraigados em diversos países do continente europeu. Além disso, associada às invasões napoleônicas, a correlação de forças entre as metrópoles europeias e suas colônias do continente americano havia sido irremediavelmente alterada.

A partir de agora, iremos estudar as repercussões das movimentações políticas europeias no continente americano.



DILIANA NIKOLOVA/SHUTTERSTOCK

Palácio Imperial de Hofburg, em Viena, Áustria. Fotografia de 2022. Palco das conferências do Congresso de Viena de 1815, esse complexo arquitetônico abriga hoje bibliotecas, museus e gabinetes de políticos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A rebelião dos escravizados e a independência do Haiti

As ilhas de Cuba e Hispaniola estão localizadas na região do Caribe, primeiro local de ocupação europeia na América. Sem muitas pretensões ali, os espanhóis cederam a parte ocidental da ilha à França em 1697. Os franceses introduziram na ilha o cultivo de cana-de-açúcar, algodão e café. Em meados do século XVIII, a colônia francesa em Hispaniola (ou São Domingos) já era a maior produtora de açúcar da América e registrava grande número de escravizados. Estima-se, para o período, 470 mil cativos, perfazendo 90% da população, enquanto os outros 10% eram formados por brancos, pardos e pretos livres.

As péssimas condições de vida e de trabalho dos escravizados tornavam bastante conflituosa sua relação com a elite branca. A tensão cresceu após a Revolução Francesa. Parte da elite desejava obter sua autonomia aproveitando-se das dificuldades metropolitanas. Outros senhores, porém, temendo uma revolta da maioria negra, preferiam manter os vínculos coloniais.

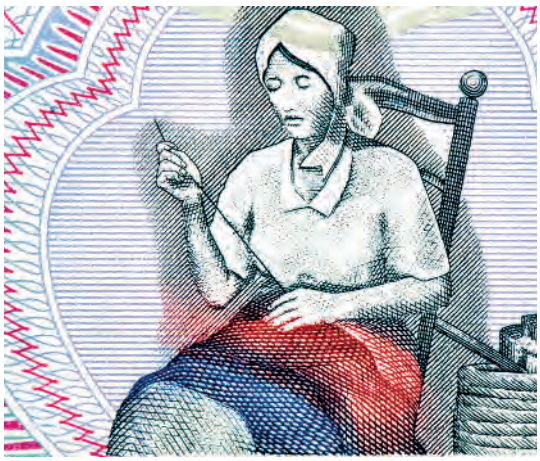
Em 1791, eclodiu uma rebelião de escravizados no norte da parte francesa da ilha. O líder, François-Dominique Toussaint Louverture, determinou a abolição da escravidão. Após dois anos de lutas, o governo jacobino de Robespierre reconheceu a emancipação da região.

Os dados relativos à população cativa no Haiti foram retirados de: PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. p. 206.

Os conflitos na ilha, porém, prosseguiram. Em 1802, tropas napoleônicas restabeleceram a dominação francesa, aprisionaram Louverture e o enviaram à França, onde morreu no ano seguinte. No entanto, os franceses não conseguiram impedir novas rebeliões. Jean-Jacques Dessalines, que fora general de Louverture, assumiu a liderança do movimento e, em novembro de 1803, derrotou os franceses. No dia 1º de janeiro de 1804, São Domingos tornou-se definitivamente independente, adotando o nome Haiti, e Dessalines foi proclamado imperador perpétuo sob o título Jacques I.

A região, porém, estava arrasada. Em 1804, as lavouras açucareiras produziam um terço da quantidade gerada em 1791, e o café não alcançava a metade do que era produzido antes da revolta. Além disso, para obter o reconhecimento de sua independência, o Haiti teve que pagar uma pesada indenização à França, o que prejudicou sua recuperação econômica.

O êxito da rebelião de escravizados no Haiti despertou temor nas demais sociedades escravocratas, o que legou ao país um longo período de isolamento internacional no século XIX, empreendido, inclusive, pelas nações latino-americanas emancipadas, o que acabou retardando seu desenvolvimento socioeconômico.



PRACHAYA ROEKDEETHAWEESAB/SHUTTERSTOCK

Detalhe de cédula de dinheiro haitiana de 1803 em que Catherine Flon costura a primeira bandeira do país recém-independente. Flon era provavelmente filha de escravizados e entusiasta da Revolução Haitiana. Ela ajudou a conceber e costurou a primeira bandeira do Haiti sob a influência de uma religião trazida da África e disseminada no país, o vodum. As cores da bandeira significam, entre outras coisas, poder, paz, energia e amor.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Que sentimentos a figura de Catherine Flon evoca nessa cédula?
2. Flon é atualmente considerada uma heroína da independência no Haiti. Seu retrato na cédula reforça essa ideia? Por quê?
3. Como você estudou, as repúblicas brasileira e francesa são representadas por alegorias femininas, ou seja, não são personagens reais. Diferentemente dos homens, personagens históricas femininas não costumam ser adotadas como símbolos da nacionalidade. Por que esse tipo de situação ocorre? Quais são as consequências possíveis desse fato?

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 4

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Independência das colônias espanholas

Desde a segunda metade do século XVII, pensadores britânicos produziam obras contra o mercantilismo e as práticas monopolistas das monarquias absolutistas que prejudicavam a ascendente burguesia. O absolutismo, como estudamos, também era alvo de críticas pelos pensadores iluministas franceses. Essas ideias alimentaram a Revolução Francesa, em 1789, e inspiraram os autores que elaboraram a Constituição dos Estados Unidos em 1787.

O pensamento iluminista chegou à América hispânica sobretudo por meio dos jovens ***criollos*** – nome dado, nas colônias hispânicas, aos descendentes de europeus nascidos na América – que haviam ido estudar na Europa e lá conheceram autores e obras que criticavam severamente a condição colonial.

Além disso, a independência dos Estados Unidos ampliou a esperança de romper os laços coloniais. As ideias de liberdade, igualdade e soberania popular contribuíram para o surgimento de movimentos emancipacionistas. No entanto, o não reconhecimento de José Bonaparte, colocado no trono espanhol por seu irmão, Napoleão, durante as invasões napoleônicas, deu à elite *criolla* a motivação que desencadeou o processo de ruptura em diversas regiões do continente americano.

América Latina: independência das colônias – século XIX



Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 242.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os *criollos* no comando dos novos governos

A luta pela liberdade na América hispânica envolveu quase toda a sociedade. O significado de liberdade, contudo, não era homogêneo: cada grupo social a concebia de uma forma. O discurso político autonomista era vago em muitos pontos e agrupava, em palavras que podiam ser interpretadas de maneiras diversas, intenções e projetos político-econômicos distintos.

A principal inimiga era a metrópole, que representava a limitação e a repressão. Os *criollos* a viam como portadora de uma política econômica ultrapassada (o mercantilismo), que os obrigava a submeter seus negócios aos interesses das companhias de comércio espanholas. Indígenas e escravizados, por sua vez, tendiam a associá-la às formas de trabalho forçado presentes na América e às constantes cobranças de tributos.

Na maior parte da América, os *criollos* lideraram as forças antiespanholas. Eles foram, também, os que mais se beneficiaram com a emancipação e assumiram, em quase todos os casos, o controle dos novos governos. Em um primeiro momento, a política implementada após a independência privilegiou a criação de mecanismos de representação política, o fortalecimento militar e o direcionamento da produção para o mercado exportador. Os ideais da elite *criolla* de autonomia política e comercial foram, portanto, alcançados.

No entanto, a emancipação política não mudou as condições econômicas e sociais de indígenas e negros. Muitos *criollos* eram senhores de escravizados, por isso, somente em algumas áreas da América a prática da escravatura foi abolida após a independência, e nem sempre de forma imediata ou definitiva.

Os indígenas continuaram a servir como mão de obra barata em áreas distantes de seu local de origem. Muitas comunidades indígenas foram dissolvidas para que seus membros ingressassem como trabalhadores assalariados em uma economia que se expandia com base no princípio do livre-comércio.

Mesmo considerando as particularidades de cada região, a conquista da independência pelas colônias da América hispânica foi marcada por disputas sociais que fortaleceram a elite *criolla*, preservando a estrutura social rigidamente estratificada herdada do período colonial.



MARTIN BERNETTI/AFP/GETTY IMAGES

Manifestantes de grupos indígenas protestam contra o alto custo de vida na cidade de Quito, Equador. Fotografia de 2022.

Enfoque

Responda no caderno.

1. A fotografia valoriza o movimento dos indígenas? Por quê?
2. Em sua opinião, por que é importante veicular reportagens e notícias sobre o movimento indígena?
3. De que maneira a fotografia representa a atualidade das diferentes concepções de liberdade dos grupos envolvidos na luta pela emancipação da América hispânica?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A independência do México e da América Central

No México e na América Central, ocorreram não apenas formas distintas de luta pela emancipação política, mas também experiências diversas de organização dos novos Estados.

Na América Central, houve uma longa negociação entre as elites locais e representantes da Coroa espanhola com o objetivo de obter a autonomia por via pacífica. Em 1812, estabeleceu-se um acordo por meio do qual essa região continuaria a pertencer à Espanha, mas poderia se organizar politicamente de maneira autônoma.

Enquanto isso, o México se consumia em conflitos internos. Em setembro de 1810, o padre Miguel Hidalgo proclamou a independência mexicana, em um episódio conhecido como **Grito de Dolores**. Entretanto, acabou fuzilado pelas tropas fiéis à Espanha no ano seguinte.

Após a morte de Hidalgo, o padre José María Morelos assumiu a liderança das tropas independentistas. Morelos foi o responsável pela elaboração do primeiro projeto constitucional do México independente. Leia a seguir alguns trechos desse projeto.

> 1º Que a América é livre e independente da Espanha e de toda outra nação, governo ou monarquia [...].
>
> 2º Que a religião católica seja a única, sem tolerância de outra.
>
> [...]
>
> 15º Que a escravidão se prescreva para sempre, o mesmo para a distinção de castas, permanecendo todos iguais, e só distinguirá um americano de outro, o vício e a virtude. [...]

MORELOS, José María. Projeto de Constituição. México. *In*: BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A América Latina de colonização espanhola**: antologia de textos históricos. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979. p. 161-162.

Capturado e fuzilado em 1815, Morelos deixou inconclusa a luta pela independência. Para os dois padres, a independência devia trazer mudanças sociais amplas, como a extinção dos tributos e das dívidas indígenas, a abolição da escravidão e a reforma agrária.

Em 1821, Agustín de Iturbide, militar mexicano que lutara ao lado da Coroa, negociou com a Espanha a autonomia do México. O novo Estado ficou sob controle *criollo* e as reformas sociais foram abandonadas. Iturbide foi coroado imperador do México, com o título de Agustín I.

O monarca apoiou a independência da América Central, que assim se separou da Espanha. No entanto, seu reinado foi breve. Ele foi derrubado pelos republicanos em 1823 e executado, e a monarquia foi extinta no México. A América Central retomou sua autonomia e dividiu-se em vários países.



FRANYELI GARCIA/GETTY IMAGES

Comemoração do Grito de Dolores (ou Grito de Independência), principal festejo cívico mexicano, na Cidade do México. Fotografia de 2022. Anualmente, em 15 de setembro, milhares de mexicanos se reúnem para saudar os líderes históricos da independência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A independência de Cuba

Praticamente desde o início da colonização, a pressão metropolitana sobre o comércio colonial não era tão forte em Cuba. Por isso, o arquipélago mantinha relações comerciais regulares com as colônias inglesas do litoral atlântico da América do Norte e, após a independência das Treze Colônias, com os Estados Unidos. Na primeira metade do século XIX, Cuba experimentou crescimento econômico, impulsionado pela produção de açúcar e de café e ampliado pelo cultivo do tabaco e pela criação de gado.

Esse contexto contribuiu para retardar a busca pela independência em Cuba. Além disso, o exemplo da independência haitiana amedrontou e desencorajou os senhores de terra de Cuba a tentar a emancipação. Eles temiam a "haitianização" da independência, ou seja, que ela deixasse de ser uma busca pela autonomia política e se tornasse uma revolução social.

Na metade da década de 1860, alguns produtores do sul dos Estados Unidos transferiram parte de suas plantações para Cuba e colaboraram para o aprimoramento técnico dos campos cubanos. A ação aproximava os dois países, em um momento em que as exportações para a metrópole diminuíam e a Coroa espanhola tentava impor restrições à relativa liberdade comercial do arquipélago.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Autonomistas *versus* anexionistas

A mobilização mais sistemática por autonomia começou, então, a percorrer o arquipélago. Em 1868, um senhor de terras libertou seus escravizados e convocou-os a lutar contra a Espanha, o que marcou o início da guerra pela emancipação. O conflito se arrastou até 1878, terminando com a vitória espanhola e a manutenção da condição colonial de Cuba. A ânsia pela independência, no entanto, persistiu.

Os chamados **autonomistas** defendiam a ideia de que, uma vez independente, Cuba não poderia ser obrigada a ter vínculos com outros países, devendo agir de forma livre no mercado internacional e na condução de suas ações políticas internas. Os **anexionistas**, no entanto, argumentavam que Cuba teria mais chance de derrotar a Espanha e de se reorganizar em seguida caso se aliasse aos Estados Unidos na guerra e, depois, fosse anexada ao vizinho do norte.

O debate entre autonomistas e anexionistas persistiu até a segunda guerra de independência, iniciada em 1895. O confronto se prolongou até 1898, quando Cuba finalmente separou-se da Espanha. Na parte final da guerra, forças estadunidenses auxiliaram os cubanos e aceleraram a vitória sobre as tropas espanholas. Cuba tornou-se oficialmente autônoma, mas toda a produção do país estava voltada prioritariamente para o comércio com os Estados Unidos.



BETTMANN/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Publicada na revista *Review of Reviews*, em 1898, esta charge satiriza a guerra de independência de Cuba ao representá-la como um embate entre Tio Sam e Dom Quixote.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Descreva os personagens presentes na charge.
2. Relacione a imagem ao processo de independência de Cuba.
3. Segundo a charge, qual foi o papel dos cubanos no processo de independência do país?

A independência na América do Sul

A emancipação da América do Sul contou com a participação de líderes militares que lutaram juntos contra a Espanha, mas que tinham diferentes visões sobre a futura organização do poder na região.

Um dos mais famosos generais foi **Simón Bolívar**, figura central no processo de independência da Capitania Geral da Venezuela. Bolívar apoiou um movimento que, em 1810, depôs o representante espanhol em Caracas e instalou uma junta de governo autônoma. Entretanto, os combates contra os espanhóis prosseguiram até a independência definitiva da Venezuela, em 1819.

Poucos anos depois, os espanhóis também foram expulsos dos atuais Colômbia (1821) e Equador (1822). Mais ao sul, o Vice-Reino do Rio da Prata era composto dos atuais Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai. Um dos principais líderes da independência dessa região foi **José de San Martín**.

A resistência espanhola na região do Prata foi mais débil e a consolidação da independência, mais rápida. O Paraguai tornou-se independente ainda em 1811. A Argentina conquistou sua autonomia em 1816, mas as lutas internas prosseguiram no país por quase meio século. A Banda Oriental (atual Uruguai) continuou pressionada pelos projetos expansionistas ingleses, portugueses, brasileiros e argentinos, e somente em 1828 tornou-se independente.

A Bolívia (ou Alto Peru), que pertencia ao Vice-Reino do Rio da Prata, consolidou sua independência em 1825. Já o Peru, que compunha o Vice-Reino do Peru, adquiriu a emancipação em 1821. A independência de ambos os territórios contou com a participação das tropas de Bolívar e de San Martín.

A conquista da independência das colônias espanholas trouxe a necessidade de organizar os novos governos, ou seja, de formar e consolidar os novos Estados nacionais. Em algumas regiões da América hispânica, como o Chile, os ajustes foram rápidos, e o novo Estado consolidou-se com facilidade, submetendo os interesses localistas. Em outras regiões, nas quais o território foi dividido, os **caudilhos** tiveram atuação destacada. Com planos e projetos próprios, vários desses líderes recusaram a organização de Estados unificados.

Dica

O libertador

Direção: Alberto Arvelo. Venezuela, 2013. 119 minutos.

O filme narra a luta de Simón Bolívar contra o Império Espanhol pela independência da América Latina. Destaca a coragem e o heroísmo do personagem, mas também as tensões e contradições em sua jornada épica pela libertação dos povos latino-americanos.

Classificação indicativa do filme *O libertador*: 14 anos.

Caudilhos: chefes armados que defenderam os interesses de sua própria região contra a centralização do poder no processo de formação nacional na América hispânica.



OSTILL IS FRANCK CAMHI/SHUTTERSTOCK

Monumento em homenagem ao encontro de Bolívar e San Martín em Guayaquil, Equador. Fotografia de 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CONTRAPONTO

A unidade americana e os caudilhos

Simón Bolívar elaborou propostas para a unificação de parte da América hispânica ou, pelo menos, de várias de suas regiões. O principal ideal bolivariano foi o de constituir a liga sul-americana, que associaria os atuais Equador, Panamá, Venezuela e Colômbia. Ele também sugeriu um projeto unitário mais ambicioso: incorporar Peru, Bolívia e os países centro-americanos à liga sul-americana para fundar uma liga americana. Bolívar via grandes vantagens nessa unidade, pois era uma forma de impedir a reconquista colonial pela Espanha e de reproduzir, ainda que sob outro regime político, o sucesso da independência dos Estados Unidos, que ele sempre tomou como modelo para sua ação. Esse projeto, entretanto, encontrou diversas resistências, incluindo os interesses locais dos caudilhos. Leia, a seguir, dois textos a esse respeito.

Texto 1

[...] O sucesso coroará nossos esforços porque o destino da América fixou-se irrevogavelmente; o laço que a unia à Espanha está cortado: a opinião era toda sua força, por ela estreitavam-se mutuamente as partes daquela imensa monarquia; o que antes as atava agora as divide; maior é o ódio que a Península nos inspirou que o mar que dela nos separa; [...]. O véu rasgou-se, já vimos a luz e querem nos fazer voltar às trevas; romperam-se os grilhões; já fomos livres e nossos inimigos querem novamente escravizar-nos. Por tudo isso a América luta desesperadamente e, raras vezes, o desespero não leva consigo a vitória. [...] Eu desejo mais que qualquer outro ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas que por sua liberdade e glória.

BOLÍVAR, Simón. Carta da Jamaica (1815). *In*: CORRÊA, Anna Maria Martinez; BELLOTTO, Manoel Lelo (org.). **Bolívar**. São Paulo: Ática, 1983. p. 75, 86.

Texto 2

O caudilho tinha três características básicas [...]: uma base econômica, uma social e um projeto político. A princípio, emergiu como [...] o homem forte de sua região de origem, cuja autoridade emanava da propriedade da terra e do controle que exercia sobre os recursos locais, principalmente sobre os homens e o abastecimento. Um caudilho podia muito bem partir a galope da sua fazenda liderando um grupo de homens armados, e seus seguidores se submeteriam a ele por uma série de laços de dependência pessoal. Entre todos [os caudilhos] cabe estabelecer uma característica comum: o desejo de obter poder e riqueza mediante o uso das armas. O progresso de suas atividades era inversamente proporcional ao grau de solidez do Estado. [...]

Nessa conjuntura, o personalismo e a violência ocupavam o lugar da lei e da ordem institucional e, ao mesmo tempo, o império da força era a forma de governo preferida em relação aos sistemas representativos.

LYNCH, John. **Caudillos en hispanoamérica**. 1800-1850. Madri: Editorial Mapfre, 1993. p. 18-19. (Tradução nossa).

Atividades

Responda no caderno.

1. A *Carta da Jamaica* é um dos documentos mais significativos escritos por Simón Bolívar. Ela foi elaborada em resposta a um comerciante britânico que vivia na Jamaica. Em que contexto histórico a carta foi escrita?
2. Como Bolívar caracterizava as relações entre a Espanha e as colônias americanas? Justifique sua resposta.
3. Quais eram as características dos caudilhos? Por que é possível dizer que a atuação deles se contrapunha a projetos de unificação americana? Debata essas questões com os colegas.



JUAN CARLOS HERNANDEZ/ZUMA PRESS WIRE/ALAMY/FOTOARENA

Grafite em Valência, Venezuela, representando Simón Bolívar. Fotografia de 2023. Figura central nas lutas pelas independências na América espanhola, seu legado continua a inspirar a América Latina ainda hoje.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A independência da América portuguesa

O Brasil se tornou uma nação independente em 7 de setembro de 1822. Mas, antes disso, no fim do século XVIII, dois movimentos independentistas, influenciados pela difusão das ideias iluministas, expuseram insatisfações com o poder metropolitano.

As conjurações mineira e baiana

Em 1789, com a diminuição da produção aurífera na região de Minas Gerais, o governo português instituiu a derrama, cobrança dos impostos em atraso. Esse foi o estopim de uma revolta que deveria ser deflagrada no dia estipulado para ocorrer a cobrança da derrama.

A chamada **Conjuração** ou **Inconfidência Mineira**, contudo, foi descoberta antes mesmo de acontecer. Formado por advogados, juízes, fazendeiros, comerciantes, clérigos e militares em geral, o movimento propunha a independência da capitania de Minas Gerais, o perdão das dívidas dos mineradores, o incentivo à atividade manufatureira e a fundação de uma universidade em Vila Rica (atual Ouro Preto). No entanto, nem todos os participantes do movimento defendiam a abolição da escravidão, já que muitos eram proprietários de escravizados.

De todos os conspiradores, Joaquim José da Silva Xavier, conhecido popularmente por Tiradentes, foi o único condenado à morte, tendo sido enforcado em público no dia 21 de abril de 1792.

Em 1798, a **Conjuração Baiana** foi outro movimento de contestação desarticulado antes de eclodir. Dessa vez, o palco foi a Bahia, que nesse período vivia um aumento significativo da produção açucareira e da população de escravizados. À exceção dos grandes produtores, a maior parte da população sofria com a escassez de alimentos e as más condições de vida, que agravavam as tensões locais.

Inspirados pela Revolução Francesa, os conjurados defendiam a proclamação da república e o fim da escravidão. Entre eles havia artesãos, comerciantes, clérigos, militares e médicos; brancos, forros e escravizados. As autoridades reais rapidamente se mobilizaram, contando com o apoio da atemorizada elite dirigente local. Vários dos envolvidos foram presos e degredados para a África, e quatro deles foram executados em Salvador, no dia 8 de novembro de 1799.

Embora as conjurações mineira e baiana não tenham conseguido consumar seus projetos separatistas locais, ainda assim devem ser compreendidas no contexto dos movimentos que anunciavam, na Europa e na América, o fim do Antigo Regime e da dominação colonial.



MICHAEL DISNEY/ALAMY/FOTOARENA

Igreja e convento de Nossa Senhora da Piedade, em Salvador. Foto de 2016. Nesse local foram executados alguns dos líderes da Conjuração Baiana.

Dica

1798 – Revolta dos Búzios

Direção: Antônio Olavo. Brasil, 2018. 74 minutos.

O documentário conta a história da Conjuração Baiana, também chamada de Revolta dos Búzios. O roteiro foi elaborado com base na análise de cerca de duas mil páginas dos Autos da Devassa da Conjuração Baiana e evidencia as atividades laborais, as práticas culturais e o sonho de justiça e igualdade dos que participaram do movimento.

Classificação indicativa do documentário *1798 – Revolta dos Búzios*: 12 anos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro

A formação do Estado brasileiro independente, e sob o regime monárquico, ocorreu no início do século XIX. A monarquia portuguesa, ameaçada pela política expansionista de Napoleão Bonaparte na Europa, tomou a decisão de se transferir, com a proteção da marinha britânica, para a cidade do Rio de Janeiro, então capital colonial.

Logo em sua chegada, em 1808, quando ainda estava em Salvador, dom João, o príncipe regente, assinou o decreto que determinava a **abertura dos portos às nações amigas**. Mais tarde, em 1810, o regente assinou o **Tratado de Navegação e Comércio**, que garantia tarifas alfandegárias privilegiadas aos britânicos no comércio com o Império Português.

Além de garantir aos produtos britânicos taxas alfandegárias vantajosas, os portugueses também deixaram de intermediar as transações comerciais entre a colônia e a Europa. Essa situação favorecia os comerciantes locais, que passaram a negociar diretamente com os ingleses.

Mesmo após a derrota definitiva de Napoleão na Europa, em 1815, dom João e sua Corte permaneceram no Brasil, o que levou muitos de seus súditos europeus a exigir a volta do monarca, o restabelecimento do exclusivo colonial e o retorno de seus antigos privilégios. No entanto, alguns dos ministros de dom João argumentavam que o Brasil já havia se tornado mais importante do que Portugal e que a independência das colônias espanholas na América ameaçava a unidade territorial portuguesa no continente americano, sendo necessária a permanência da Corte no Brasil.

Em 1815, para garantir o domínio sobre o Brasil e legitimar sua permanência no território, dom João elevou o Brasil à condição de **Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves**. Com todas essas mudanças, o Brasil deixava de ser, na prática, uma colônia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ARMANDO VIANNA - MUSEU HISTÓRICO DA CIDADE, RIO DE JANEIRO



Chegada da família real ao Rio de Janeiro, pintura de Armando Vianna, 1937.

Dica

D. João Carioca: a Corte portuguesa chega ao Brasil (1808-1821)

Lilia Moritz Schwarcz; Guilherme Spacca. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2007.

De uma maneira descontraída e fundamentada em ampla pesquisa documental e iconográfica, a historiadora Lilia Schwarcz e o cartunista Guilherme Spacca narram a vinda da família real acompanhada da Corte portuguesa. Além de destacar os equipamentos urbanísticos e administrativos criados no Rio de Janeiro, abordam a adaptação de dom João às terras brasileiras.

A Revolução de 1817 em Pernambuco

A capitania de Pernambuco não se beneficiou com a presença da Corte portuguesa na América. Tanto ela como todas as outras do Norte e Nordeste do Brasil não participavam diretamente do comércio com o Rio de Janeiro, ao contrário de regiões como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Pernambuco vinculava-se diretamente a Portugal, já que não havia ligações terrestres, fluviais ou marítimas que possibilitassem um contato contínuo com o Rio de Janeiro.

Além de pagar ao Rio de Janeiro altos impostos – cujo retorno não era reconhecido por ninguém na capitania –, e de ceder habitantes para indesejados recrutamentos militares, Pernambuco atravessava um período economicamente muito difícil, com sucessivas secas, além de crises na produção agrícola e no abastecimento.

Em março de 1817, lideranças locais derrubaram o governo de Pernambuco e instauraram uma república, administrada por uma junta. Grandes, médios e pequenos proprietários, homens livres e escravizados, comerciantes, profissionais liberais, militares, juízes e artesãos participaram do movimento. Seus integrantes recorriam ao ideário da Revolução Francesa, defendendo conceitos como o de liberdade, o de igualdade e o de pátria. Porém, eles não chegaram a elaborar um programa de governo consistente com base nessas ideias.

Apesar de se pautarem por princípios de igualdade e liberdade, os revolucionários não confrontaram os proprietários de escravizados, como se pode constatar em um manifesto escrito pelas lideranças do movimento em 1817:

> Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor, e dos escravizados. [...] Patriotas, vossas propriedades [...] serão sagradas; o governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 481. v. 10.

De modo geral, eles propuseram a ruptura com a monarquia portuguesa e com o governo do Rio de Janeiro e contaram com a adesão das capitanias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Alagoas e da Bahia ao movimento. Não queriam a independência de todo o Brasil, mas apenas de parte dele, embora criticassem a "tirania" do governo português sobre todo o território. Chegaram até a enviar representantes à Europa e aos Estados Unidos para obter o reconhecimento internacional da independência de Pernambuco.

Em resposta à **Revolução de 1817**, o governo joanino reprimiu fortemente aqueles considerados rebeldes e traidores. Muitos foram presos e condenados à morte e, assim como ocorrera anos antes com Tiradentes e os conjurados baianos, foram executados em praça pública para desencorajar outros a rebelar-se.



ADOLFO SANTOS SONTERIA/FOLHAPRESS

Detalhe de *Revoluções Pernambucanas*, painel em azulejos de José Corbiniano Lins, no Recife, Pernambuco. Foto de 2018.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolução do Porto e a volta de dom João a Portugal

Em agosto de 1820, um movimento de contestação teve início em Portugal com a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que deveria reunir deputados de todas as partes do reino para elaborar uma constituição, que valeria inclusive para o Brasil.

Mesmo sendo conservadora em sua essência, já que seus participantes exigiam a volta da família real para Portugal e o retorno do Brasil à condição de colônia, a **Revolução do Porto** inovou por pretender limitar a autoridade do monarca, submetendo-o a uma constituição.

Logo que se reuniram, as Cortes portuguesas exigiram o retorno de dom João para Portugal. Em abril de 1821, o rei cedeu às pressões dos deputados e partiu para a Europa, mas deixou no Brasil seu filho, dom Pedro de Alcântara, como regente. A partida de dom João desagradou os grandes comerciantes portugueses que viviam no Brasil e tinham começado a lucrar com a presença da Corte. Eles começaram, assim, a depositar no jovem dom Pedro suas esperanças de manter a posição de destaque do Brasil e de continuar lucrando.

A partir daí começou a se definir um projeto de **independência** para o Brasil. Os interesses dos deputados brasileiros, entretanto, tornavam-se cada vez mais incompatíveis com os de seus colegas europeus. Durante todo o ano de 1822, a ideia de que o Brasil poderia seguir um curso próprio ganhou força.

A independência do Brasil e a aclamação de dom Pedro I

As Cortes passaram a exigir o retorno de dom Pedro para Portugal. No entanto, em 9 de janeiro de 1822, o príncipe regente declarou sua decisão de permanecer no Brasil, episódio que ficou conhecido como "**Fico**". Em fevereiro, dom Pedro reuniu um conselho de representantes de todas as províncias do Brasil para auxiliá-lo em suas decisões e, em junho, convocou uma Assembleia Constituinte.

Em 7 de setembro, em passagem por São Paulo, dom Pedro proclamou a independência. Seu ato reverberou em todo o país por intermédio dos setores da imprensa, que buscaram contribuir para a construção da legitimidade do processo de independência do Brasil de sua antiga metrópole.

Em 12 de outubro, dom Pedro foi aclamado imperador do Brasil. Embora houvesse uma repercussão positiva em setores da imprensa e da sociedade, a consolidação da independência não foi imediata e tampouco pacífica. Além disso, mesmo expressando uma ruptura com a antiga metrópole, esse processo político significou não só a permanência da monarquia como sistema político mas também manteve a escravidão no país.



JEAN-BAPTISTE DEBRET – COLEÇÃO PARTICULAR

Aclamação de dom Pedro, 1º imperador do Brasil, no Campo de Santana, Rio de Janeiro, gravura de Jean-Baptiste Debret, 1834-1839.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. **Os movimentos de emancipação política na América hispânica foram influenciados pelas ideias iluministas e liberais. Cite três princípios que orientaram tais movimentos e explique como esses princípios se difundiram no continente americano.**

2. **Sobre as independências na América Latina, responda.**
   a. Qual relação pode ser estabelecida entre a expansão napoleônica e as independências na América Latina?
   b. Por que os antigos territórios da América portuguesa permaneceram unificados enquanto os da América hispânica se fragmentaram em decorrência dos processos de independência?

3. **Compare os movimentos contestatórios da Conjuração Mineira (1789), da Conjuração Baiana (1798) e da Revolução de Pernambuco (1817) com base nos seguintes critérios: contexto político; grupos sociais envolvidos; reivindicações; posicionamento em relação à escravidão; desfecho.**

4. **(Enem-MEC)**



WORLD HISTORY ARCHIVE/ALAMY/FOTOARENA – MUSEU DO LOUVRE, PARIS

DAVID, Jacques-Louis. **A coroação de Napoleão** (detalhe). Óleo sobre tela, 621 × 979 cm. Louvre, França, 1807.

O gesto representado no quadro simboliza uma diferença entre o Império Napoleônico e a monarquia absolutista, por

a. reduzir a autoridade do clero.
b. instaurar a censura da imprensa.
c. controlar a organização judiciária.
d. suspender as pensões da nobreza.
e. desrespeitar a propriedade privada.

5. **(Famerp-SP)**

A independência foi, desse modo, ruptura e continuidade.

(Miriam Dolhnikoff. **História do Brasil Império**, 2019.)

Na independência brasileira, uma ruptura e uma continuidade podem ser exemplificadas, respectivamente,

a. pelo esforço de unificação nacional e pelo respeito aos direitos trabalhistas.
b. pelo afastamento da Grã-Bretanha e pela aproximação com os Estados Unidos.
c. pela fragmentação política do território e pela hegemonia política das elites rurais.
d. pelo rompimento em relação ao Império Português e pela preservação da escravidão.
e. pela implantação do sistema republicano e pelo estímulo à produção agrícola.

6. **Com base na análise do texto a seguir e no que você estudou neste capítulo, elabore um texto sobre os avanços e os retrocessos do governo de Napoleão Bonaparte em relação aos ideais da Revolução Francesa.**

Além de abolir a servidão, os pagamentos senhoriais e as cortes da nobreza, [os funcionários de Napoleão] eliminaram os tribunais clericais, fomentaram a liberdade religiosa [...] e combateram a interferência do clero na autoridade secular. [...] Introduziram um sistema uniforme de pesos e medidas, acabaram com as tarifas internas e construíram pontes e canais. [...] Satisfeitos com a revisão das práticas feudais e a redução do poder clerical, muitos europeus, sobretudo a burguesia progressista, receberam Napoleão como um libertador. Mas seu domínio revelou um outro lado. Napoleão, o tirano da Europa, converteu as terras conquistadas em reinos satélites e explorou-os em benefício da França – política que lhe valeu a inimizade de inúmeros europeus.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 344.

7. **Leia o texto a seguir.**

O caso do Haiti é emblemático não só por se tratar da primeira abolição da Era Moderna [...], mas também porque esse episódio termina com uma dívida

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

pública gigantesca, que contribuiu muito para minar o desenvolvimento do Haiti nos dois séculos seguintes. Isso porque a França só aceitou reconhecer a independência do país em 1825 [...] quando Carlos X obteve do governo haitiano o compromisso de pagar à França uma dívida de 150 milhões de francos-ouro [...].

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. p. 207.

a. A qual continuidade histórica o autor se refere?

b. Tendo em vista a necessidade de reconhecimento da soberania haitiana em 1825, o pagamento da dívida mencionada pelo autor pode ser considerado legítimo? Por quê? Debata com os colegas.

c. Alguns países vêm cobrando reparações de suas antigas metrópoles pela herança colonial. Você considera justa essa cobrança? Debata com os colegas.

8. Leia o texto a seguir e responda: quais eram os objetivos dos participantes da Revolução de 1820 e quais foram os desdobramentos desse movimento para Portugal e para o Brasil?

Em 1820 a penúria atingia o extremo. Esgotado inteiramente, o erário não pagava os funcionários públicos nem restituía os depósitos. [...]

O descontentamento geral e o entusiasmo com que a Espanha acolheu o juramento da Constituição de Cádiz pelo rei, a 7 de março de 1820, induziram os liberais do Porto, auxiliados pela guarnição, a se revoltarem em 24 de agosto contra o absolutismo, com programa verdadeiramente moderado.

CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 21-22.

9. Leia o texto para responder às questões.

CIDADÃOS! O Deus da natureza fez a América para ser independente e livre; o Deus da natureza conservou no Brasil o príncipe regente para ser aquele que firmasse a independência deste vasto continente. Que tardamos? A época é esta. Portugal nos insulta, a América nos convida, a Europa nos contempla, o príncipe nos defende... Cidadãos! Soltai o grito festivo: viva o imperador constitucional do Brasil, o senhor dom Pedro I.

CIDADÃOS. **Correio Extraordinário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, 21 set. 1822. p. 4.

a. Qual relação pode ser estabelecida entre o uso da linguagem emocional e o conteúdo do texto publicado pelo jornal?

b. Com base no contexto histórico da época, explique o significado da declaração "Portugal nos insulta, a América nos convida, a Europa nos contempla, o príncipe nos defende".

10. Leia os textos para responder às questões.

Texto 1

A Assembleia Geral sanciona o decreto expedido pela Junta Governante Provisória [...], relativo à extinção do tributo, e também anula a *mita*, as *encomiendas*, [...] e o trabalho pessoal dos índios em todas as circunstâncias [...], sendo a vontade desta corporação soberana que, do mesmo modo, se tenham os mencionados índios de todas as Províncias Unidas por homens perfeitamente livres e em igualdade de direitos com todos os demais cidadãos que as povoam, devendo imprimir-se e publicar-se este decreto soberano em todas as comunidades das mencionadas províncias, traduzindo-o fielmente nos idiomas guarani, quéchua e aimará, para sua compreensão.

ASSEMBLEIA Geral Constituinte das Províncias Unidas da Região do Prata [1813]. *In*: ROMERO, José Luis; ROMERO, Luis Alberto (org.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825)**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977. p. 309-310. v. I. (Tradução nossa).

Texto 2

A igualdade [dos indígenas com os brancos] perante a lei pouco ou nada pode significar para aqueles que, marginalizados na selva ou nas planícies desérticas, viviam na ordem interna de suas comunidades; ou para aqueles que, tendo sido incorporados às formas de vida dos brancos, tenham acabado numa verdadeira condição servil e, agora, em face da abstrata "igualdade" dos textos liberais, não encontravam amparo sequer numa legislação tutelar de sua desigualdade social.

ARTIGAS, José Gervasio. *In*: ABADE, Washington Reyes. **Artigas y el federalismo en el Río de la Plata**: 1811-1820. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006. p. 108. t. II, parte I. (Tradução nossa).

a. Quais são as medidas estabelecidas no Texto 1?

b. Qual é a crítica feita no Texto 2 à legislação referente à questão indígena?

c. A independência das colônias espanholas garantiu melhores condições de vida para as populações indígenas? Justifique.

11. Ao longo deste capítulo, você estudou parte da história de dois países insulares – Cuba e Haiti. Reunidos em grupos, realizem agora uma pesquisa em fontes confiáveis a respeito dos desdobramentos históricos das independências desses países ao longo dos séculos XX e XXI. É importante encontrar dados socioeconômicos e políticos atualizados. Com base nas informações obtidas, elaborem uma linha do tempo com fatos marcantes da história desses países e criem um texto de um ou dois parágrafos que analise os dados levantados. Por fim, respondam às seguintes questões: quais são os legados do colonialismo para Cuba e Haiti? O que pode ser feito para superá-los?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 8

O Brasil Império e a cidadania excludente

A emancipação política do Brasil em 1822 foi um processo complexo e ambíguo. Por um lado, adotando a forma monárquica de governo, o país conseguiu manter a integridade política e territorial da América portuguesa e evitar os conflitos sangrentos e prolongados que marcaram a independência da América hispânica. Por outro, o Brasil ingressava no rol das nações independentes como um país atrasado, de economia agroexportadora baseada no latifúndio e no uso do trabalho escravo.

Além disso, nossa emancipação foi resultado de uma negociação entre a elite escravocrata, a Coroa portuguesa e a Grã-Bretanha e, por isso, houve relativamente pouca participação popular no processo. Por isso, para a maior parte da população, a independência não significou uma emancipação de fato. Nesse momento, a população brasileira se constituía de uma massa de escravizados e de trabalhadores livres pobres que era dominada por uma minoria ínfima de grandes proprietários de terra. Essa população foi excluída da participação política, pois só podiam votar os brasileiros livres, maiores de 25 anos e com renda acima de 100 mil-réis.

O dado sobre a desigualdade no Brasil foi retirado de: SASSE, Cintia. Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres. **Agência Senado**, Brasília, DF, 12 mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres. Acesso em: 14 abr. 2024.

Essa é uma das razões pelas quais, pouco mais de duzentos anos após a independência, o Brasil ainda é uma das nações mais desiguais do mundo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em 2019, o Brasil perdia apenas para o Qatar como o país mais desigual do mundo.

Neste capítulo estudaremos a consolidação do Estado nacional brasileiro, as revoltas contra a centralização do poder, as tentativas de assimilação dos povos indígenas, bem como o primeiro grande movimento social brasileiro, o abolicionismo, que pressionou o governo pelo fim da escravidão. Esses processos integram a história de resistência e de luta do povo brasileiro tanto pela ampliação de seus direitos como pelo exercício pleno da cidadania.



A.PAES/SHUTTERSTOCK

Desfile do Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, popularmente conhecido apenas como Beija-Flor, cujo tema foi "Brava Gente! O grito dos excluídos no Bicentenário da Independência". Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A formação do Estado Nacional brasileiro

Como você estudou, no dia 7 de setembro de 1822, dom Pedro I proclamou a independência do Brasil. Entretanto, ela não foi imediatamente aceita por todos os grupos políticos organizados no país. Em algumas províncias, a tendência majoritária foi recusar o governo de dom Pedro I e permanecer fiel às Cortes de Lisboa. Por isso, um ciclo de conflitos militares ocorreu em diversas províncias brasileiras entre os anos de 1822 e 1824, opondo as forças leais a Portugal e as que defendiam o governo recém-implantado no Rio de Janeiro.

Esses conflitos foram muito menos violentos e duradouros do que conflitos similares em curso na América hispânica no mesmo período. No entanto, eles foram decisivos no processo de formação do Estado nacional brasileiro.

Nas províncias do Maranhão, do Piauí, do Grão-Pará e da Cisplatina houve guerras em que os partidários das Cortes se opuseram aos defensores de dom Pedro I. No entanto, as principais batalhas pela independência do Brasil ocorreram na Bahia, onde havia grande concentração de tropas portuguesas.

A composição das tropas nas lutas pela independência

No Brasil do início do século XIX, os conflitos em torno da independência contribuíram decisivamente para unificar o território e construir um projeto de Estado que consolidou o poder imperial, sufocando ideias e projetos divergentes em voga naquela época.

Além disso, os combatentes não integravam um exército unificado, apesar dos esforços do então príncipe regente dom João em reformar as forças armadas a partir de 1808, no contexto das guerras napoleônicas. Em linhas gerais, a porção mais elitizada das forças armadas era composta de membros regulares e remunerados, recrutados na maior parte das vezes em Portugal. Um segundo corpo minoritário eram as tropas auxiliares sem remuneração e recrutadas na colônia, que em geral atuavam nos espaços urbanos.

O maior contingente das forças armadas era composto pelas chamadas ordenanças, que não eram treinadas nem remuneradas, atuando principalmente no campo quando convocadas pelos senhores de escravizados. As tropas auxiliares e as ordenanças contavam com a presença de muitos indígenas e negros libertos ou escravizados, que participaram ativamente das lutas pela independência ao lado de exércitos de mercenários estrangeiros para forçar a adesão das províncias rebeldes ao império que se formava.



MARCOS PÉ/COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PIAUÍ

Gravura de Marcos Pé, de 2016, em referência à Batalha de Jenipapo. Ocorrida em março de 1823 às margens do Rio Jenipapo, em Campo Maior, no Piauí, a batalha foi uma das mais importantes das guerras de independência do Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A participação das mulheres nas lutas de independência

A ausência de uma estrutura militar rígida nas tropas que defenderam a independência do Brasil abriu espaço para a participação feminina nas batalhas. Ao menos três mulheres se destacaram, tendo papel importante para o êxito da independência.

A baiana Maria Quitéria de Jesus fugiu da casa dos pais para integrar as tropas brasileiras. Para ser aceita, vestiu-se como homem e usou os documentos de seu cunhado. Quando foi descoberta, já havia conquistado a admiração de seus superiores e colegas por sua disciplina e perícia no manejo de armas; por isso, foi aceita, e às suas vestimentas militares foi acrescentado um saiote. Posteriormente, ela foi homenageada por dom Pedro I com a condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, sendo a primeira mulher a se tornar oficial militar no Brasil.

Maria Felipa de Oliveira teria sido uma escravizada liberta que teve papel importante, em termos estratégicos, nas lutas pela independência na Bahia. Acredita-se que ela se alistou na Campanha da Independência, que reunia indígenas, negros livres e escravizados e até portugueses a favor da independência, e liderou as "vedetas", grupo de mulheres que monitorava as tropas portuguesas. Apesar de ainda não haver comprovação documental de sua existência, Maria Felipa faz parte do imaginário popular, e suas histórias são contadas até hoje por toda a região do Recôncavo Baiano.

Além delas, a freira Joana Angélica de Jesus, conhecida como mártir da independência na Bahia, defendeu o Convento da Lapa, do qual era diretora, durante as investidas das tropas portuguesas contra prédios brasileiros. Ao tentar impedir a invasão do convento por tropas portuguesas e colocar-se diante dos soldados para defender outras religiosas, Joana Angélica acabou sendo morta pelos invasores.

Saiba mais

Entre os negros, escravizados ou libertos, a luta pela independência em geral coincidia com a luta pela liberdade. Entre os fazendeiros, que detinham força política e militar, as divergências políticas acabaram sendo colocadas de lado em prol de garantir a inviolabilidade da propriedade, especialmente de escravizados, e a constitucionalidade do Estado monárquico.

No entanto, para muitas pessoas da época, essas ideias não eram incompatíveis. No período, outros países adotaram o mesmo critério do governo brasileiro e fizeram constituições liberais sem abolir o regime de trabalho escravo. O caso mais notório é o dos Estados Unidos.



MIKE SAM CHAGAS/LUIS GUSTAVO CARVALHO - COLEÇÃO PARTICULAR

Alegoria ao 7 de janeiro, pintura de Mike Sam Chagas, 2019. A pintura faz referência à Batalha de Itaparica, ocorrida em 7 de janeiro de 1823 durante os conflitos pela independência do Brasil na Bahia. Nela, Maria Felipa de Oliveira foi representada no centro, segurando uma tocha.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Observe atentamente: na pintura, atrás da representação da Maria Felipa de Oliveira, há uma mulher segurando ramos, que os relatos da tradição oral afirmam ser de uma planta chamada cansanção. Na sua opinião, com qual objetivo esses ramos estavam sendo utilizados?
2. Compare a pintura desta página com a clássica obra *Iracema*, de José Maria de Medeiros, da página 205 deste capítulo. Qual é o efeito obtido por Mike Sam Chaga ao usar cores intensas e representar pessoas com posturas corporais ativas?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A primeira constituinte brasileira

Dom Pedro I se tornou imperador do Brasil com o apoio das elites locais e de grupos portugueses que consideravam mais vantajoso para seus negócios romper politicamente com Portugal. O regime que melhor correspondia a tais anseios era a **monarquia constitucional**, pois garantia a participação das elites e limitava o poder do imperador.

Com a oficialização da independência, foi organizada uma assembleia encarregada de elaborar uma Constituição para o país. Em 3 de maio de 1823, deputados escolhidos nas províncias reuniram-se no Rio de Janeiro e deram início aos trabalhos.

O projeto previa várias limitações ao poder do imperador, que não poderia, por exemplo, dissolver o Parlamento, governar outro reino ou comandar o exército, entre outras restrições. Em resposta, o imperador dom Pedro I, com o apoio de grupos favoráveis à centralização do poder e de tropas militares, fechou a Assembleia, ordenou a prisão de vários deputados e outorgou, ou seja, impôs, uma constituição.



MANUEL DE ARAÚJO PORTO-ALEGRE - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Dom Pedro I, tela de Manuel de Araújo Porto-Alegre de 1826. A pintura mostra o monarca em trajes militares repousando a mão sobre a Constituição de 1824.

A Constituição de 1824

A primeira Constituição brasileira vigorou sem grandes mudanças até o fim do império, em 1889. Ela manteve a monarquia como regime de governo e organizou o Estado brasileiro em quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judicial e Moderador. Este último garantia a autoridade do imperador para intervir, quando considerasse necessário, nos outros três poderes.

A Constituição de 1824 estabeleceu o voto indireto, reservado aos proprietários de terras e aos homens livres que tivessem a renda mínima exigida para participar das eleições, o que contemplava cerca de 13% da população masculina adulta. Além disso, o documento manteve o regime de escravidão no país, que em nenhum momento chegou a ser questionado pelos deputados. Leia, a seguir, um texto que trata da condição dos escravizados, dos libertos e das mulheres ao longo do império.

> No Brasil, como se sabe, os libertos, pela Constituição de 1824, tinham direito de voto. Uma vez libertado, o ex-escravizado adquiria cidadania civil e, consequentemente, a possibilidade de cidadania política. É bem verdade que o liberto poderia ser apenas votante [...]. As mulheres livres, por exemplo, desfrutavam de cidadania civil, mas não política, uma vez que eram consideradas intelectualmente limitadas. [...] A restrição ao liberto [...] restringia-se a uma geração, pois o filho do ex-escravizado tinha plenos direitos políticos, desde que preenchesse os requisitos constitucionais.

DOLHNIKOFF, Miriam. Império e governo representativo: uma releitura. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23, jan.-abr. 2008. p. 16.

Enfoque

Responda no caderno.

1. De acordo com o texto, qual era a condição das mulheres em relação aos direitos civis e políticos? Com relação a esses direitos, que posição as mulheres ocupavam no ordenamento da sociedade?
2. Por que a Constituição de 1824 era socialmente excludente?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Confederação do Equador

O fechamento da Assembleia Constituinte e o fato de a Carta de 1824 ter sido outorgada por dom Pedro I não foram bem-aceitos por todos. Um dos indivíduos a levantar a voz contra essa situação foi o jornalista e frei carmelita Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Participante da Revolução de 1817 em Pernambuco, Frei Caneca era uma importante liderança política em sua província.

Em julho de 1824, Frei Caneca e outros líderes proclamaram, em Pernambuco, a **Confederação do Equador**. Os confederados desejavam criar uma república constitucional que rompesse com a "tirania" de dom Pedro e que se estendesse por várias províncias do Norte e do Nordeste do Brasil, o que de fato ocorreu: eles receberam a adesão de partes da Bahia, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão e Paraíba.

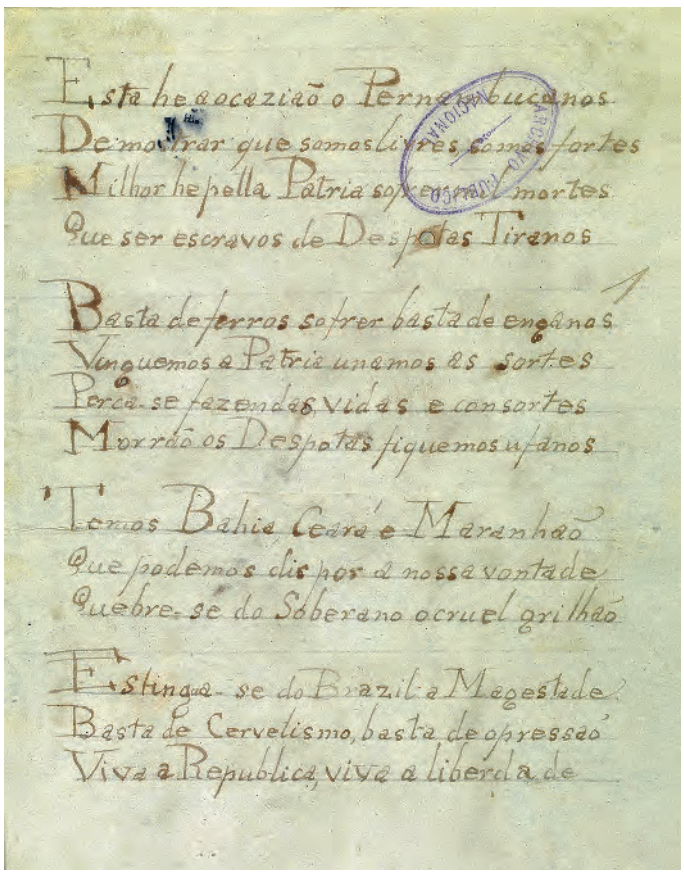
Atacado pelas forças imperiais, o movimento foi derrotado em novembro do mesmo ano. Apesar da vitória, o desgaste do governo foi grande. Prova disso é o fato de que, no dia 13 de janeiro de 1825, data marcada para o enforcamento e o esquartejamento público de Frei Caneca, no Recife, os carrascos se recusaram a cumprir a sentença. Ele acabou sendo executado a tiros naquele mesmo dia.

Crise na Província Cisplatina

Durante o governo de dom João, a Banda Oriental (atual Uruguai) foi incorporada ao Brasil com o nome de **Província Cisplatina**. A região era objeto de disputa entre Espanha e Portugal desde o período colonial.

Com a independência do Brasil, a província dividiu-se: uma parte das lideranças locais permaneceu leal às Cortes de Lisboa, enquanto outra aderiu a dom Pedro I e a seu império. Além disso, o governo de Buenos Aires apoiava vários grupos na província contrários a sua incorporação ao Brasil. Com dificuldades para consolidar seu poder na província, em dezembro de 1825 o Império Brasileiro declarou guerra a Buenos Aires.

A Guerra da Cisplatina, como o conflito ficou conhecido no Brasil, durou até 1828. Em combates terrestres e navais, o equilíbrio era evidente, e nenhuma das partes obteve vantagens significativas. A guerra terminou com a mediação do Reino Unido, que queria lucrar com a exploração dos portos e dos mercados da região e via a guerra como obstáculo a seus negócios. Em 27 de agosto de 1828 foi acordada a criação da República Oriental do Uruguai.



ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Panfleto manuscrito, sem data e sem local, que circulou durante a Confederação do Equador em 1824.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Nas últimas estrofes deste documento, lê-se [na ortografia atual]: "Temos Bahia, Ceará e Maranhão / Que podemos dispor a nossa vontade / [...] Extinga-se do Brasil a majestade / Basta de servilismo, basta de opressão / Viva a República, viva a liberdade". Que características esses versos atribuem ao movimento da Confederação do Equador?
2. Que dificuldades esse documento impõe a quem deseja analisá-lo?
3. Apesar de não conhecermos a data e o local em que o documento foi produzido, ele é atribuído por especialistas aos revoltosos da confederação. Em sua opinião, de que modo eles chegaram a essa conclusão?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A abdicação de dom Pedro I e o fim do Primeiro Reinado

Não era só o Reino Unido, porém, que a Guerra da Cisplatina incomodava. Negociantes e políticos brasileiros passaram a criticar dom Pedro I e sua insistência em levar adiante uma guerra pouco produtiva, que sobrecarregava financeiramente o nascente império.

O conflito contribuiu para minar a popularidade do imperador e para agravar as dívidas do país, contraídas por conta das guerras de independência e do pagamento pelo reconhecimento internacional da nova situação política do país. A esses fatores somava-se a inflação, que prejudicava o comércio de média e longa distâncias, sobretudo aquele que conectava o Rio da Prata e a Banda Oriental às províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

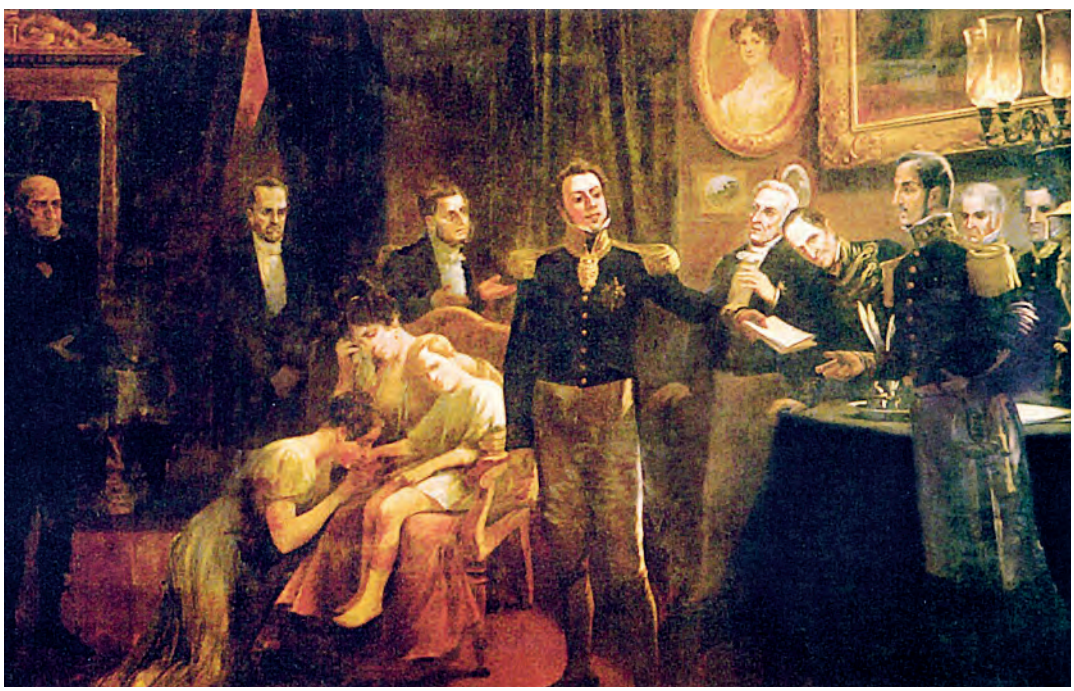
Em 1829, como estava previsto, novas eleições foram convocadas. A crise favoreceu a eleição de deputados que se opunham ao imperador e a suas medidas centralizadoras, à Carta outorgada de 1824 e à Guerra da Cisplatina. Os grupos políticos debatiam intensamente por meio da imprensa, exigindo maior autonomia para as províncias e para as assembleias locais bem como a redução do poder do Executivo sediado no Rio de Janeiro.

Os mais radicais desejavam o fim da monarquia e a implementação de uma república, além da ampliação da cidadania, sendo que alguns deles desejavam incluir mulheres e libertos no processo político. Nas ruas, entre os segmentos e tropas populares, aumentava o sentimento antilusitano, responsabilizando os portugueses pela difícil situação de vida em que se encontrava a população.

Em 7 de abril de 1831, a crise teve seu desfecho: sem apoio, dom Pedro I **abdicou** do trono e retornou a Portugal. No Brasil ele deixou seu filho, Pedro de Alcântara, à época com 5 anos de idade. Ele seria coroado imperador somente em 1840, investido como dom Pedro II. Até chegar esse momento, o Brasil foi governado por regentes.

Saiba mais

Com a morte do rei de Portugal, dom João VI, em 1826, o trono deveria ser entregue a dom Pedro I. No entanto, políticos brasileiros não queriam que ele fosse rei de Portugal e imperador do Brasil ao mesmo tempo, pois acreditavam que ele poderia reunificar as Coroas e reverter a independência do país. Assim, dom Pedro abdicou do trono português em favor de sua filha, Maria da Glória. Como ela era menor de idade, dom Miguel, irmão mais novo de dom Pedro, assumiu a regência do trono português. No entanto, em 1828, dom Miguel deu um golpe e assumiu o trono de Portugal. Tal evento colaborou para a decisão de dom Pedro I de abdicar do trono brasileiro e voltar a Portugal, onde assumiu o trono sob o título de dom Pedro IV.



AURÉLIO DE FIGUEIREDO - PALÁCIO GUANABARA, RIO DE JANEIRO

A abdicação do primeiro imperador do Brasil, dom Pedro I, pintura de Francisco Aurélio de Figueiredo e Mello, 1911.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O período regencial

Conforme previa a Constituição de 1824, adotou-se o sistema político da **Regência**, que deveria vigorar no país até a maioridade do imperador. De 1831 até a declaração da maioridade de dom Pedro de Alcântara, em 1840, o Brasil foi governado por diferentes regentes, que detinham as atribuições do Poder Executivo, mas não as do Poder Moderador.

Durante a Regência, não havia consenso entre as elites sobre a forma como deveriam se organizar institucionalmente, nem sobre o papel do Estado. Essa divergência explica, em parte, a grande instabilidade política que caracterizou o período. Três grupos principais representavam os interesses de diferentes segmentos da elite brasileira.

- **Liberais exaltados:** Grupo formado por proprietários rurais, camadas médias urbanas, militares e padres, que defendiam as liberdades individuais e a descentralização administrativa. Alguns membros defendiam a república.
- **Liberais moderados:** Grupo composto de proprietários rurais (especialmente cafeicultores) e comerciantes das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que defendiam a monarquia constitucional e a manutenção da escravidão. De fato, foram eles os dirigentes políticos do Brasil entre 1831 e 1835.
- **Restauradores:** Grupo constituído por comerciantes portugueses e membros da administração pública, que defendiam uma monarquia forte e um Estado centralizado. Acabaram perdendo força política após a morte de dom Pedro I em 1834.

As diferenças que dividiam as elites expressavam as dificuldades de conciliar o modelo liberal com as bases de um Estado que garantisse a manutenção dos interesses dos grupos dominantes.

Reformas regenciais

Em 1831, com o objetivo de conter a instabilidade política após a abdicação de dom Pedro I, formou-se a Guarda Nacional. O intuito era constituir uma guarda armada de cidadãos para garantir a segurança de todo o território e proteger as fronteiras do país. Servia também de reforço contra rebeliões e conflitos regionais.

A proclamação do **Ato Adicional de 1834** alterou a relação entre o governo central e as províncias, que conquistaram mais autonomia com a criação das **Assembleias Provinciais**. As províncias, por meio do Ato, ficavam encarregadas de cuidar das próprias despesas e distribuir os impostos arrecadados pelo governo central.

A aprovação do Ato Adicional causou uma divisão entre os liberais moderados: os que apoiavam a centralização do poder e a revogação do Ato formaram o grupo dos **regressistas**; já os defensores do Ato Adicional e da autonomia provincial formaram o grupo dos **progressistas**. Os conflitos entre os dois grupos marcaram todo o período regencial.



ACERVO FAMÍLIA WERNECK - ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Uniformes da Guarda Nacional da província do Rio de Janeiro em gravura de 1853. A Guarda Nacional era composta de eleitores, havendo, portanto, critério censitário para fazer parte dela.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Revoltas regenciais

Rebeliões eclodiram em todo o país ao longo do período regencial. Disputas entre diferentes grupos locais ou entre as províncias e o governo do Rio de Janeiro, a insatisfação com a pobreza, a escravidão e as duras condições de vida foram alguns dos motivos das **revoltas regenciais**.

No contexto de descentralização do poder – sobretudo com a criação das Assembleias Legislativas Provinciais –, algumas dessas revoltas tiveram forte componente separatista e colocaram seriamente em risco a integridade do território.

A maior parte delas foi violentamente reprimida, mas, ainda assim, tais movimentos desestabilizaram a regência progressista do padre Diogo Feijó, que assumiu o posto de regente em 1835, e favoreceram a chegada ao poder dos regressistas, por intermédio de Pedro de Araújo Lima, em 1837. A seguir, vamos estudar algumas revoltas que ocorreram no período.

Cabanagem (1835-1840)

Próxima da antiga metrópole, a província do Grão-Pará contava, em sua elite, com muitos comerciantes portugueses. Assim, os paraenses não aceitavam com facilidade as ordens regenciais, vindas do Rio de Janeiro. À situação política instável se somou uma crise econômica, que levou boa parte da população à penúria.

Os habitantes da província eram, em geral, negros alforriados, indígenas e mestiços. Chamados "cabanos", eles trabalhavam para os comerciantes na extração das "drogas do sertão", espécies vegetais da Região Amazônica de uso medicinal e culinário, como anil, castanha-do-pará, cacau, urucum e baunilha.

Em 1835, estourou uma grande rebelião popular. Os rebeldes perseguiram a elite portuguesa e proclamaram a independência do Grão-Pará, mantendo por um ano o controle da província. Divergências internas, porém, fragilizaram o movimento.

Com a retomada de Belém pelas forças federais, os cabanos se refugiaram no interior, e, após longos e violentos conflitos, tropas legalistas (do governo) reconquistaram o controle da província. Estima-se que 30 mil pessoas tenham morrido no conflito.

Brasil: revoltas regenciais – 1835-1840



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Os dados desta página a respeito dos resultados da Cabanagem foram retirados de: RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5, 2007.

Fonte: ISTOÉ. **Brasil 500 anos**: atlas histórico. São Paulo: Editora Três, 1998. p. 57.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Revolta dos Malês (1835)

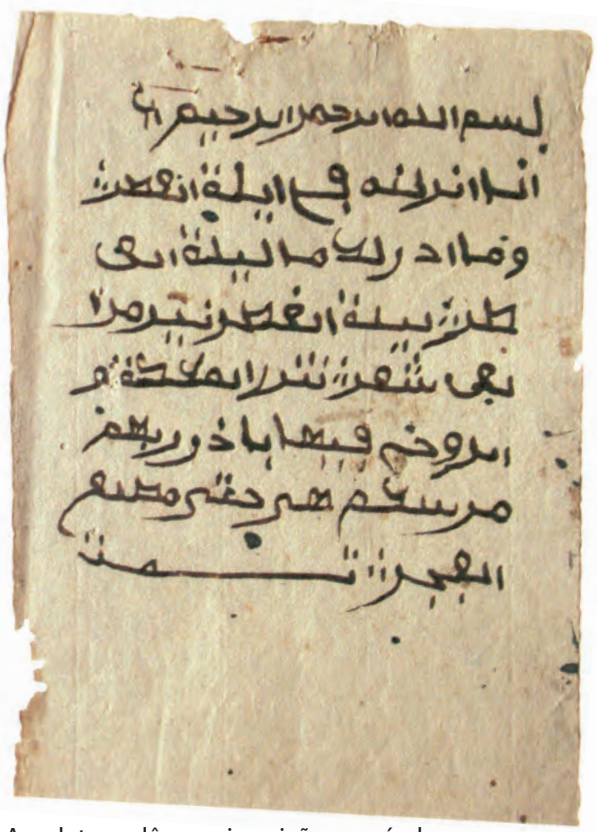
Em 25 de janeiro de 1835, eclodiu em Salvador a Revolta dos Malês, organizada e conduzida por escravizados e ex-escravizados das etnias haussá e iorubá, na época conhecidas como nagô.

Existem diferentes interpretações sobre a origem da palavra *malê*; e o mais provável é que denominasse, na língua iorubá, o africano muçulmano. Embora o levante tenha recebido esse nome, africanos nagôs não islamizados também participaram do movimento. Reunidos, os rebeldes formaram uma força de aproximadamente 600 combatentes.

Os objetivos dos malês nunca ficaram muito claros. É provável que lutassem contra a escravidão e contra a conversão forçada ao catolicismo. Há também indícios de que pretendiam constituir na Bahia um califado, uma nação controlada por africanos muçulmanos. A crise econômica em Salvador, com a contínua escassez de alimentos e o aumento dos preços, também é apontada como razão para a revolta. Leia a análise a seguir.

> A religião esteve entrelaçada com a revolta: boa parte dos rebeldes saiu para lutar nas ruas com as compridas túnicas rituais brancas – os abadás – usadas pelos adeptos do islamismo. Ainda, carregavam junto ao corpo amuletos com mensagens do Alcorão e com orações fortes para proteção.
>
> [...] O islamismo, no Brasil, era uma religião exclusivamente africana, mas sem raiz étnica, com potencial para unir africanos escravizados e libertos de várias origens e levá-los a contestar o estatuto da escravidão, de modo a combinar religião e revolta. De muitas maneiras, o islamismo foi um elemento decisivo de integração e mobilização: fez convergir para seu projeto religioso a luta política contra a escravidão, além de fornecer uma linguagem comum aos revoltosos e moderar as diferenças étnicas e culturais no interior da comunidade de africanos, na Bahia. [...]
>
> O Levante dos Malês [...] respeitou o protocolo militar muçulmano: não invadiu residências particulares, não matou os proprietários de escravizados, não incendiou a cidade; lutou somente contra as forças organizadas para combatê-lo. [...]
>
> Os malês protagonizaram a maior das rebeliões escravas ocorridas na Bahia, e quiçá no Brasil, mas também a última.
>
> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 381-382.

O movimento foi rapidamente sufocado. Os escravizados nagôs Pedro, Gonçalo e Joaquim e o liberto Jorge da Cruz Barbosa, principais líderes da revolta, foram mortos, e os demais envolvidos, punidos com açoitamentos, prisões e degredos.



ACERVO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO, RIO DE JANEIRO

Amuleto malê, com inscrições em árabe referentes à sura (capítulo) do *Alcorão*, "Noite da Glória", que circulou em Salvador, 1835.

Dica

Sociedade Nagô – o resgate

Strike Games, 2018.

Trata-se de um jogo desenvolvido com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, visando explorar, de maneira lúdica e aprofundada, o tema da Revolta dos Malês em Salvador. O jogo pode ser baixado gratuitamente na internet.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados referentes à Balaiada foram retirados de: CARVALHO, José Murilo de. A vida política. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.); CARVALHO, José Murilo de (coord.). **A construção nacional**: 1830-1889, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/ Objetiva, 2012. p. 94. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

Balaiada (1838-1841)

A província do Maranhão contava com cerca de 200 mil habitantes, sendo que metade deles era de escravizados, a mais alta proporção de cativos por habitante na época. Além disso, a província passava por uma intensa crise econômica na primeira década do século XIX em razão da concorrência do algodão produzido no sul dos Estados Unidos.

Esse cenário de instabilidade, aliado à miséria da população local, resultou na eclosão da revolta popular conhecida como Balaiada. O movimento recebeu esse nome porque um dos seus primeiros líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, era artesão de balaios. Outra liderança do movimento foi Cosme Bento das Chagas, também conhecido como Negro Cosme, que se destacou comandando cerca de 3 mil escravizados fugidos.

Nesse ambiente conturbado, os escravizados formaram diversos quilombos, desestabilizando a rígida estrutura social vigente. Para conter o movimento, o então coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, foi nomeado presidente da província pelo governo imperial e conseguiu, em pouco tempo, pôr fim à rebelião. Manuel Balaio foi morto em um dos combates, parte dos revoltosos foi anistiada, Cosme foi enforcado e os demais foram reconduzidos à escravidão.

Revolução Farroupilha (1835-1845)

A **Revolução Farroupilha** ou **Guerra dos Farrapos** foi a revolta mais longa do Brasil imperial, que começou durante a Regência e terminou apenas no Segundo Reinado. Ela foi motivada principalmente pelos elevados impostos cobrados sobre o charque produzido na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Em 1835, o governo provincial foi deposto, sendo proclamada a **República de Piratini**. O rico estancieiro e militar Bento Gonçalves assumiu a presidência da República Rio-Grandense. Em 1839, comandado pelo revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, o exército rebelde ocupou a província de Santa Catarina, proclamando a **República Juliana**.

Até por volta de 1840, os rebeldes controlavam importantes áreas do interior da província. O cenário começou a mudar a partir de 1842, quando dom Pedro II nomeou o coronel Lima e Silva para presidente da província. Habilmente, o coronel se aproveitou das divergências entre as lideranças farroupilhas para dividir o movimento e criou barreiras para o escoamento dos artigos produzidos na república. O movimento foi vencido pelas tropas imperiais, mas sem a repressão que marcou as outras revoltas do período. Além disso, o governo imperial elevou os impostos sobre o charque estrangeiro, atendendo à reivindicação dos rebeldes.



JUAN MANUEL BLANES - COLEÇÃO PARTICULAR

Retrato de um lanceiro negro, pintura de Juan Manuel Blanes, século XIX. Os Lanceiros Negros eram membros de um exército de escravizados que lutou ao lado dos farroupilhas em troca da liberdade. Com o fim da guerra, os guerreiros que sobreviveram foram reescravizados.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Juan Manuel Blanes foi um artista uruguaio que se destacou produzindo pinturas com temas históricos. Como o lanceiro negro foi retratado? Sua pintura valoriza a atuação desses grupos na Guerra dos Farrapos? Justifique sua resposta.
2. Em 2024, os Lanceiros Negros foram incluídos no *Livro dos heróis e heroínas da pátria*. Por que esse fato é fundamental para a história do Brasil e para promover reparação histórica à comunidade negra? Debata com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Segundo Reinado

O Segundo Reinado foi um período da história política brasileira que durou de 1840 a 1889. Sob o governo de dom Pedro II, esse período se notabilizou pela estabilidade política, pelo crescimento movido pela economia cafeeira e pelo início de um processo de urbanização mais intenso no país. Durante o Segundo Reinado, o país também passou por uma transformação fundamental: o lento processo de abolição da escravidão, que ajudou a construir uma história, ainda em curso, de lutas por liberdade e igualdade.

O Golpe da Maioridade e a coroação de dom Pedro II

A radicalização política que marcou o período regencial preocupava as elites, que temiam tanto a turbulência revolucionária quanto a quebra da unidade territorial. Nesse cenário, muitos políticos passaram a defender um governo central forte, que controlasse efetivamente o país.

Desde 1835, políticos debatiam a possibilidade de antecipar a maioridade do futuro monarca. Em 1840, foi fundado o **Clube da Maioridade**, encarregado de aprovar a lei que anteciparia a maioridade do herdeiro do trono.

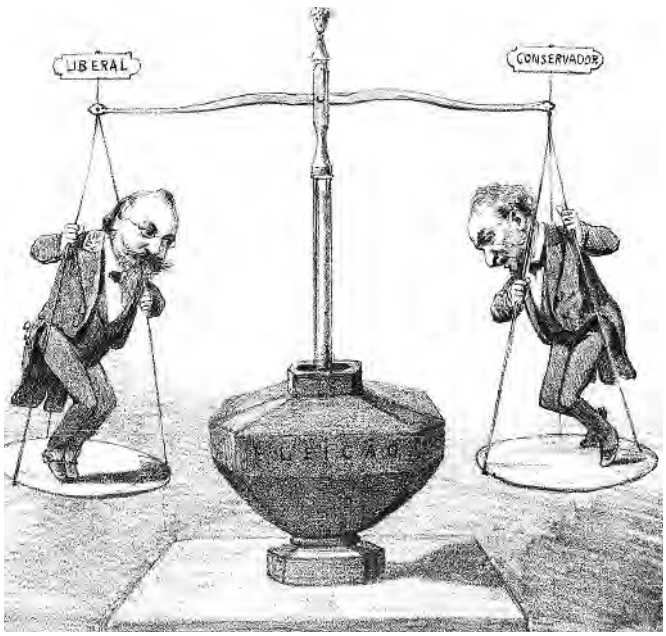
No final de 1840, após muita agitação política no Senado e na Câmara dos Deputados, foi aprovada a maioridade do príncipe dom Pedro II. Aos 15 anos, ele assumiu o trono e iniciou seu governo, que seria o mais longo da história política brasileira.

A disputa entre liberais e conservadores

O início do Segundo Reinado foi marcado por disputas políticas entre **conservadores** e **liberais**. Esse antagonismo era, de certa maneira, uma continuidade da oposição entre regressistas e progressistas do período regencial. Na ala conservadora, atuavam proprietários rurais do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, além de comerciantes e burocratas da Corte. O grupo dos liberais era formado, principalmente, por setores médios urbanos e proprietários rurais de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Os representantes desses partidos não se diferenciavam tanto pela origem social, já que a maioria era composta de grandes produtores rurais. Distinguiam-se, entretanto, pela origem regional de seus afiliados: os conservadores representavam os interesses das áreas de colonização mais antigas, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, e defendiam a centralização política em torno do imperador; os liberais tinham vínculos mais fortes com as províncias de colonização posterior, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e pregavam a descentralização, ou seja, maior autonomia para as províncias.

Ao longo da década de 1840, o modelo centralizador dos conservadores venceu o debate político. No entanto, não era uma centralização absoluta, como havia sido com dom Pedro I, mas sim a afirmação do poder pessoal do imperador em aliança com o poder local ou regional.



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Para onde penderá a balança?, charge de Angelo Agostini que representa liberais e conservadores, publicada na *Revista Ilustrada*, em 1884.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As experiências políticas no império

Em 1847, os liberais no governo criaram o cargo de presidente do Conselho de Ministros, que, segundo alguns estudiosos, instituiu o parlamentarismo no Brasil. Diferentemente do modelo britânico, no modelo brasileiro o imperador sobrepunha-se aos parlamentares. O presidente do Conselho de Ministros era escolhido pelo imperador, e apenas este poderia demiti-lo. Por isso, no Brasil esse sistema ficou conhecido como **parlamentarismo às avessas**.

Após a conturbada década de 1840, em 1853 foi criado o Ministério da Conciliação, que abarcava representantes políticos dos grupos liberal e conservador. A partir de 1858, essas agremiações passaram a se revezar no poder. Essa lógica se manteve até 1889, ano da proclamação da república.

A Revolução Praieira (Pernambuco, 1848)

Em 1848, ocorreu em Pernambuco a última das revoltas provinciais: a **Revolução Praieira**. Tratou-se de um movimento social complexo que envolveu múltiplos setores sociais com interesses distintos.

Em 1842, dissidentes do Partido Liberal criaram o chamado Partido da Praia, assim chamado porque seus membros se reuniam na sede do jornal *O Diário Novo*, localizado na Rua da Praia, em Recife. Eles estavam descontentes com a política de distribuição de cargos na província. Em 1845, beneficiados pela nomeação de um gabinete liberal no Rio de Janeiro, os praieiros chegaram à presidência da província, governando Pernambuco até 1848.

A aristocracia vinculada aos partidos Liberal e Conservador acusou as autoridades praieiras de abusos de todo tipo, como invasões a engenhos e furto de escravizados. Em setembro de 1848, os praieiros foram afastados do poder em Pernambuco, mas muitos recusaram-se a entregar as armas e os cargos. Teve início, assim, a insurreição.

Durante a revolta, os praieiros foram habilidosos em mobilizar amplos setores urbanos, incluindo homens livres e pobres que, influenciados por eventos revolucionários ocorridos na Europa em 1848, rebelaram-se contra as difíceis condições de vida na região. Muitos defendiam o voto livre e universal e a liberdade de expressão.

Em 1850, as tropas imperiais invadiram a capital e debelaram o movimento. Após esse episódio, pode-se dizer que o governo imperial afirmou seu poder em todo o território, e o Estado brasileiro estava praticamente consolidado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO



Anno II — Sexta feira 13 de Janeiro de 1843 — N 10

O DIARIO NOVO.

ASSIGNATURAS = POR TRIMESTRE . . . 2$000 = POR SEMESTRE . . . 3$800 = POR ANNO . . . 7$000.

ADVERTENCIA.

O DIARIO NOVO publica-se todos os dias que não forem de guarda, e para elle subscreve-se na Typ. Imp. da Rua da Praia N. 55, e na loja de livros da Rua do Collegio N. 13 onde tambem se vende avulso a 80 rs. Publica-se gratis os annuncios dos Assignantes, e dos que o não forem a 80 rs. por linha.

PARTIDAS DOS CORREIOS TERRESTRES.

Goianna, Paraiba, e Rio Grande do Norte, segundas, e Sextas feiras.
Bonito, e Garanhuns, a 1o e 24 do mez.
Cabo, e Serinhaem, Rio Formoso, Porto Calvo, Maceio, e Alagoas no 1.º, 11, e 21.
Pajeú a 13. Santo Antão, nas quintas feiras.
Olinda todos os dias.

CAMBIOS no dia 10 de Janeiro.

MOEDA DE PRATA.	Preços das compras.		Preços das vendas.	
Patacões Brasileiros ...	1,74o	1,72o	1,76o	1,77o
Pezos Columnares	1,74o	1,73o	1,76o	1,77o
Ditos da Patria	1,74o	1,73o	1,76o	1,77o
Moedas de 5 Francos	1,59o	1,58o	1,61o	1,62o
Dita de 2 patacas	1,11o	1,12o	1,13o	1,14o
MOEDA DE OURO.				
Pecas Velhas	14,8oo	13,7oo	15,1oo	15,8oo
Ditas Novas	14,7oo	14,3oo	14,9oo	15,o6o
Moedas de 6$000	8,2oo	8,1oo	8,4oo	8,5oo
Onças Hespanholas	27,1oo	27,2oo	27,4oo	27,5oo
Ditas da Patria	26,8oo	27,oo	27,2oo	27,3oo
Soberanos	8,1oo	8,2oo	8,3oo	8,4oo

DISCONTOS.

Letras de boas firm. 1 a 1 1/2 — Comb. sobre Londres 27 3/8 a 3/4
Bilhetes d'Alfandega 1 ojo — Sobre Paris 350 reis p. franco.
Moeda de Cobre 3 p. ojo — Sobre Lisb. 1oo por 1oo nom.

DESIGNAÇÃO DAS AUDIENCIAS.

Segunda feira. Não ha audiencia.
Terça. Relação. Audiencia do Juiz de Direito da primeira Vara.
Quarta. Audiencia do Juiz de Direito da terceira Vara.
Quinta. Audiencia do Juiz de Direito da segunda Vara.
Sexta. Audiencia do Juiz de Direito da primeira Vara.
Sabbado. Relação. Audiencia do Juiz de Direito da terceira Vara.
Nos dias Santos e feriados não ha aud.

Phases da Lua no mez de Janeiro.

Quart. cresc. a 3. —as 5 h. 31 m. e 39 s. da m.
Lua cheia a 16.—as 6 h. 7 m. e 39 s. da m.
Quart. m. a 22.—as 11 h. 21 m. e 37 s. da m.
Lua nova a 30.—as 3 h. 19 min. e 38 s. da t.

DIARIO NOVO

Horroroso assassinato.

Realisou-se finalmente o de a muito premeditado, e sabido assassinato de Antonio Francisco do Rego Barros ! ! e vio se por mais de huma vez seo Engenho invadido com força armada; dois sobrinhos d'elle forão ali publicamente assassinados; o 3.º escapou todo ferido; seos cannaviaes forão queimados, seos escravos extraviados! . . . Parece que a morte de foice armada, unida ao genio da devastação, tinha protestado extinguir a vida, e bens do desgraçado, que acaba de ser assassinado ! ! E em presença de tanto horror, que serve de descredito á nossa civilisação, que fez o Governo ? que providencias deu ? que meios empregou para evitar a continuação de tanta malversação, e barbaridade?

Capa do jornal *O Diário Novo*, cuja tipografia ficava na Rua da Praia, em frente ao Rio Capibaribe, no Recife. O jornal era o órgão que veiculava os ideais liberais defendidos pelos praieiros. O termo *praieiro* é provavelmente pejorativo, pois ali era também o local onde os escravizados despejavam os dejetos de barris que eram coletados nas casas das pessoas.

Dica

De ponta a ponta

Direção: Athylla Borborema. Brasil, 2021. 423 minutos.

O documentário, de extensa duração, narra a história da Estrada de Ferro Bahia–Minas, que funcionou entre os anos de 1881 e 1966, e enfatiza sobretudo as mudanças geradas pelo fim das atividades no entorno das estações ao longo do percurso. Com uma extensão de 578 quilômetros, a ferrovia ligava o arraial de Ponta de Areia, próximo a Caravelas, na Bahia, à cidade de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

A economia no governo de dom Pedro II

Durante o Segundo Reinado, o café foi o principal produto da economia brasileira. A produção cafeeira em larga escala começou a se desenvolver no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX e logo se espalhou por toda a região do Vale do Paraíba, em terras paulistas e fluminenses. Em pouco tempo o cultivo do produto cresceu em volume e importância.

Entre 1841 e 1850, o Brasil já era o maior produtor de café do mundo, exportando mais de 1 milhão de toneladas do produto. Do Vale do Paraíba, o cultivo estendeu-se para o oeste paulista, para o sul de Minas e para o Espírito Santo. A rápida expansão da lavoura foi favorecida pelas condições climáticas e pelo solo fértil dessas regiões. Em 1880, o café representou cerca de 65% das exportações brasileiras.

A produção cafeeira manteve muitas características da agroindústria açucareira do Nordeste. Apesar de haver exceções, na maioria das regiões produtoras de café predominavam as grandes propriedades monocultoras e o emprego de mão de obra escravizada. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu a adoção progressiva do trabalho livre. Os dados sobre a exportação de café foram retirados de: GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980. p. 604; CONTINI, Elisio *et al*. Exportações: motor do agronegócio brasileiro. **Revista de política agrícola**, Brasília, ano XXI, n. 2, p. 89, abr./maio-jun. 2012.

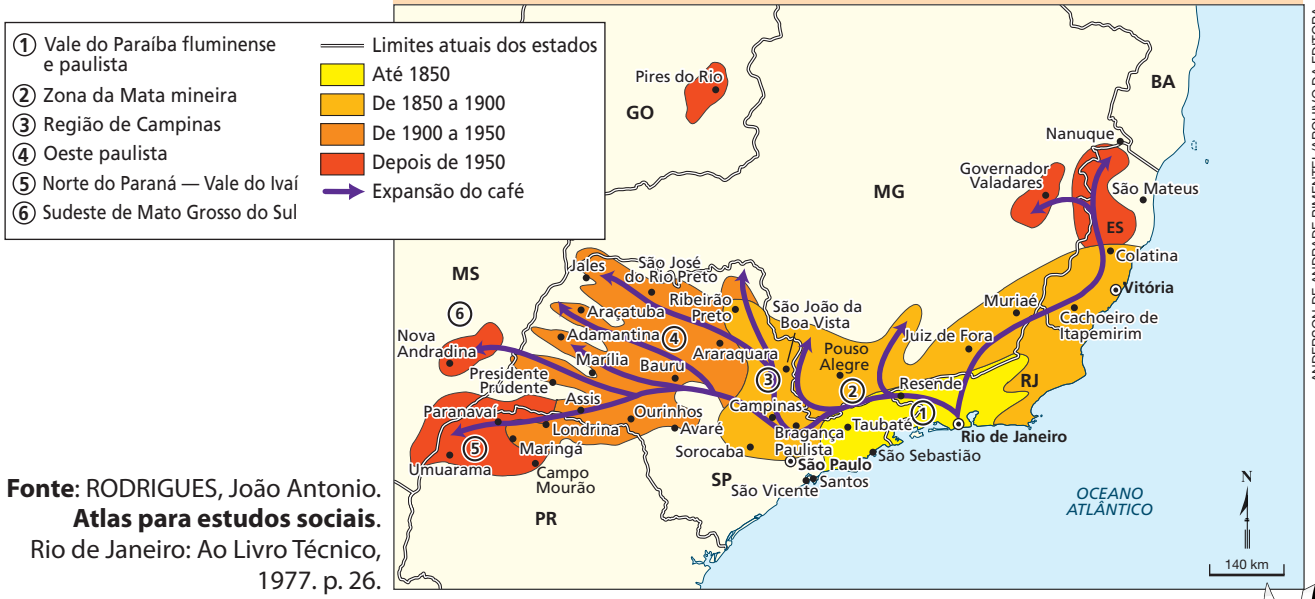
A implantação das primeiras ferrovias

A implantação de ferrovias foi fundamental para o escoamento do produto até as zonas portuárias. A primeira linha ferroviária inaugurada no Brasil, em 1854, tinha pouco mais de 14 quilômetros de extensão e ligava o porto de Mauá a Petrópolis, na província do Rio de Janeiro. A obra foi fruto da iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Dez anos depois, o país contava com aproximadamente 250 quilômetros de ferrovias.

Em 1867, foi implantada a primeira ferrovia paulista: a Estrada de Ferro Santos–Jundiaí, construída com capital britânico. Por essa linha era transportada toda a produção de café do interior de São Paulo até o porto de Santos. Antes da inauguração da ferrovia, as sacas de café eram levadas no lombo de mulas, com muita lentidão e perdas consideráveis.

Além de baratear a produção de café, a ferrovia contribuiu para a ampliação da fronteira agrícola e para o desenvolvimento de cidades ao longo de seu percurso. A cidade de São Paulo, por exemplo, modernizou-se rapidamente nesse período. Além disso, a ferrovia estabeleceu uma ligação rápida entre o interior e a capital, possibilitando aos fazendeiros morar na cidade sem descuidar da administração de suas lavouras.

Brasil: Expansão cafeeira no Sudeste



Fonte: RODRIGUES, João Antonio. **Atlas para estudos sociais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977. p. 26.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fim do tráfico negreiro

Em meados do século XIX, o Reino Unido era a maior potência industrial do mundo. Não interessava ao país manter o tráfico de escravizados, já que eles não podiam consumir os produtos britânicos, uma vez que não recebiam salários. Por isso, os britânicos proibiram o tráfico de escravizados para seus territórios em 1807 e aboliram a escravidão em todos os seus domínios em 1833. Nas Antilhas britânicas, onde a produção de açúcar era intensa, a implantação do trabalho assalariado gerou aumento nos custos de produção, fazendo o açúcar antilhano tornar-se mais caro que o brasileiro e, portanto, menos competitivo.

Diante da pressão do Reino Unido, o governo brasileiro aprovou, em 1831, uma lei proibindo o tráfico negreiro. A lei declarava livres todos os africanos introduzidos no Brasil a partir daquela data. Apesar desse aparente avanço jurídico, o decreto foi desrespeitado. O tráfico, apesar de ilegal, passou a ser feito de forma clandestina, e as autoridades subornadas para ignorar o crime. Durante os vinte anos seguintes, foram trazidos para o Brasil cerca de meio milhão de africanos escravizados.

Diante da insistência do Brasil em manter o tráfico de africanos escravizados, o Parlamento britânico aprovou, em 1845, a lei conhecida como **Bill Aberdeen**, que concedia à marinha britânica o direito de aprisionar navios suspeitos de transportar escravizados, mesmo em águas brasileiras. Cerca de seiscentas embarcações brasileiras foram apreendidas pelas autoridades britânicas, atitude que gerou diversas críticas por parte dos políticos brasileiros. As tensões entre os dois países só cessaram em 1850, quando o governo aprovou a **Lei Eusébio de Queirós**, que proibiu de forma efetiva o tráfico negreiro para o país. A extinção do tráfico negreiro provocou a imediata elevação do preço dos escravizados.

No entanto, a lavoura cafeeira no Sudeste brasileiro, em rápida expansão, continuava dependendo de mão de obra escravizada. Uma solução provisória veio do tráfico interno de escravizados, que passou a suprir a demanda criada pela proibição do tráfico intercontinental. Com o declínio da produção açucareira nordestina, os proprietários da região passaram a vender escravizados para trabalhar nos cafezais do Sudeste do país.

Cerca de 100 mil escravizados foram deslocados para o centro-sul entre 1850 e 1888. Essa região, que era o centro da economia cafeeira, tornou-se a área de maior concentração de escravizados no Brasil.

Preço médio dos escravizados (15-29 anos) – oeste paulista

Período	Preço (em mil-réis)
1843-1847	550.000
1848-1852	649.000
1853-1857	1.177.500
1858-1862	1.840.000
1863-1867	1.817.000
1868-1872	1.792.500
1873-1877	2.076.862

Fonte: MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: LECH, 1981. p. 27.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Identifique, na tabela, a variação do preço dos escravizados.**
2. **Explique a conjuntura política nacional e internacional que levou a essa variação.**



COLEÇÃO GILBERTO FERREZ/INSTITUTO MOREIRA SALLES, RIO DE JANEIRO

Escravizados em cafezal, no Vale do Paraíba, no estado do Rio de Janeiro. Fotografia de Marc Ferrez, de cerca de 1882. No acervo do fotógrafo brasileiro Marc Ferrez, há inúmeros registros do trabalho de escravizados, que predominou nos cafezais até 1870. A partir de então, alguns fazendeiros começaram a adotar o trabalho livre de imigrantes e o governo criou políticas de subvenção para incentivar a imigração.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Devolutas: o termo é usado para se referir a terras que, durante o período colonial, pertenceram a sesmarias, mas que foram "devolvidas" ao governo. Parte dessas terras era ocupada por indígenas, pequenos posseiros, quilombolas e pobres; no entanto, por não conseguirem regularizar sua posse, foram obrigados a desocupá-las.

A Lei de Terras e a concentração fundiária

Desde o período colonial, o acesso à terra era possível por meio de doação, ocupação ou compra. Porém, essa situação alterou-se com a implantação da chamada **Lei de Terras**, de 1850, que estabeleceu a compra como única forma de adquirir terras no país.

A promulgação da Lei de Terras estava diretamente relacionada ao fim do tráfico de escravizados e à demanda por mão de obra nas lavouras, especialmente de café. Ao determinar que o acesso à terra só poderia ser feito por meio da compra, a legislação criava dificuldades para os trabalhadores (ex-escravizados, imigrantes e pobres em geral) conseguirem a própria terra, obrigando-os a trabalhar nas grandes propriedades cafeicultoras. Por isso, essa política resultou na concentração fundiária nas mãos dos grupos economicamente mais privilegiados.

A Lei de Terras também previa que o governo deveria reservar parte das terras **devolutas** para a colonização e aldeamento dos indígenas. Embora reconhecesse que as terras ocupadas por indígenas não eram consideradas devolutas (e, portanto, não eram passíveis de compra), a lei possibilitou que grandes proprietários se apropriassem de territórios indígenas.

A questão indígena no século XIX

Embora os nativos não fossem explicitamente mencionados na Constituição de 1824, o Império Brasileiro promulgou o regulamento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios em 1845, prolongando os sistemas de aldeamentos, considerados agora fase transitória que antecedia a completa integração do indígena à sociedade. A política imperial favorecia a miscigenação dos nativos com os demais habitantes das vilas e povoados situados próximos aos aldeamentos. Promoviam-se também deslocamentos forçados e a atração de colonos para as áreas tradicionalmente habitadas por indígenas.

Os aldeamentos espalhados por diferentes províncias no país não raro podiam ser ambientes instáveis marcados por rebeliões de aldeados, ataques de indígenas hostis e por epidemias. Além disso, especula-se que reclamações relativas à ausência de verbas e de missionários para manter o funcionamento desses equipamentos serviram de estratégia para disponibilizar as terras dos aldeamentos para colonização por não indígenas.



JOHN HENRY ELLIOT - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Aldeamento de São Pedro de Alcântara, gravura de John Henry Elliot, 1859. Os números existentes na gravura mostram, por exemplo, o engenho (4), o forno (5) e o cafezal (8), indicando algumas das atividades produtivas do aldeamento, que se localizava no atual estado do Paraná e era habitado por povos Guarani-Kaiowá.

Responda no caderno.

Enfoque

1. A legislação do Império Brasileiro pretendia garantir a reprodução dos modos de vida das populações indígenas? Por quê?
2. A gravura contém os elementos que compunham o aldeamento. Como esses elementos podem ter interferido nos modos de vida da população Guarani-Kaiowá?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A mão de obra livre dos imigrantes

Os dados relativos à entrada de imigrantes foram retirados de: REZNIK, Luís (org.). **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. *E-book*.

Como você irá estudar no capítulo 9, no século XIX, a industrialização de países como Itália e Alemanha gerou desemprego em massa e uma grave crise social. No campo, a mecanização da agricultura e o fim das terras comunais provocou a migração em massa de lavradores para as cidades. Nestas, os artesãos estavam sendo arruinados pela implantação da indústria, formando enormes contingentes de desempregados. Como solução, as elites e os governos desses países incentivaram a emigração em massa dessa população para a América.

Enquanto isso, no Brasil imperial, as políticas voltadas à atração de imigrantes inicialmente visavam a ocupação de áreas fronteiriças. Na primeira metade do século XIX, entraram cerca de 20 mil europeus no império. Pouco mais de um quarto desses imigrantes era formado por povos alemães, que foram destinados às colônias localizadas no sul do território.

Mais tarde, com o fim do tráfico negreiro na década de 1850, os imigrantes vieram para o país sobretudo como mão de obra da lavoura cafeeira. Assim, de 1851 até 1889, último ano do império, entraram cerca de 850 mil imigrantes no país. O maior contingente era formado por italianos, mas havia imigrantes espanhóis, alemães, portugueses, entre outras nacionalidades.

A colonização do sul do país

No início do século XIX, por iniciativa do governo imperial, foram fundadas diversas colônias para assentar os imigrantes em pequenas propriedades policultoras. Ao longo do século XIX, a depender do período e da legislação em vigor, os colonos foram atraídos com as promessas de concessão ou de vendas de terras, e de distribuição de animais e de sementes. Tratava-se de promover o povoamento de regiões consideradas estratégicas para a defesa do território.

O Rio Grande do Sul recebeu principalmente italianos, alemães, açorianos e austríacos; em Santa Catarina, além de açorianos, verificou-se a entrada de russos, ucranianos, alemães e italianos; e, no Paraná, entraram holandeses, ucranianos, russos, poloneses e italianos. Muitas áreas do sul eram consideradas de difícil acesso e pouco habitadas, apesar de viver ali uma população majoritariamente composta de lavradores pobres e povos indígenas, como os Guarani, os Kaingang e os Xokleng.

Muitos desses povos viviam de roçados e/ou da coleta. Essas áreas de uso comum foram vistas como terras disponíveis para apropriação pelo governo e por grandes proprietários. Por isso, ocorreram diversos enfrentamentos com os povos nativos, que buscaram resistir à expansão das colônias e dos aldeamentos no sul do país. Para os indígenas, o empreendimento resultou na desapropriação de suas terras, em tentativas de assimilação cultural forçada e no extermínio de boa parte da população local.



Fachada lateral da Casa do Imigrante Carl Weege, em Pomerode, Santa Catarina. Fotografia de 2023. Reconstruída por meio da técnica enxaimel, a Casa do Imigrante foi decorada com objetos originais da colonização alemã.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imigração para o sudeste: parceria e colonato

Quando o Império Brasileiro passou a ser pressionado pelo Reino Unido a abolir o tráfico de escravizados, a cafeicultura se tornava a principal atividade econômica e a que mais dependia da mão de obra escrava. Por isso, desde os anos de 1830, a introdução da mão de obra livre nas fazendas de café vinha sendo alvo de debates que atestavam a necessidade de criar uma legislação específica para o tema.

As chamadas **colônias de parceria** foram uma das primeiras experiências nesse sentido. Elas foram implantadas na década de 1840 pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro em suas propriedades em Limeira, no interior paulista. Essa iniciativa logo atraiu a atenção de outros fazendeiros.

O sistema de parceria previa a divisão dos custos e dos lucros entre os fazendeiros e os imigrantes, que cuidavam da lavoura e colhiam o produto. No entanto, os imigrantes eram obrigados a ressarcir os fazendeiros pelos custos da viagem da imigração, a pagar pelos instrumentos de trabalho e pelos mantimentos consumidos e a contribuir com uma parcela dos ganhos obtidos ao longo das colheitas, o que se mostrava desvantajoso para os recém-chegados.

Além das desvantagens econômicas do sistema de parceria, havia ainda condições de vida e de trabalho opressivas.

> Nada, porém, foi pior para eles [os imigrantes] do que as violências físicas, morais e econômicas. Casos de espancamento [...] e perseguições eram comuns. Do ponto de vista econômico, a falta de pagamentos, o pagamento por vales, roubos nas medidas do café e a obrigatoriedade, para muitos, de só comprar nas vendas da fazenda, eram abusos corriqueiros.
>
> Michel Hall. *In*: ALVIM, Zuleika. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 102.

Por isso, em 1856, ocorreu uma revolta em uma das propriedades de Vergueiro. A gravidade dessa revolta fez com que os proprietários desistissem do sistema, pondo fim à experiência.

Contudo, a instituição da Lei Eusébio de Queiroz em 1850 elevou muito os custos para obter cativos de maneira ilegal, e a alternativa do tráfico interprovincial era claramente provisória. O fracasso do sistema de parceria e o iminente fim da escravidão demandavam soluções. A partir dos anos 1870, o fluxo imigratório se fortaleceu com base nos inúmeros atos legislativos criados especificamente para facilitar a imigração. A política de subvenção do Estado, especialmente da província de São Paulo, para financiar a imigração para as fazendas de café mediante pagamento das despesas de viagem e de acomodação dos imigrantes apresentou bons resultados.

Aos imigrantes também foi permitido cultivar parte da própria alimentação e comercializar o excedente; além disso, teriam direito tanto a um salário fixo pago anualmente pelo contratante quanto a uma parte dos rendimentos com a venda das safras do café. Esse novo regime foi denominado **colonato** e promoveu a entrada maciça de imigrantes no país, principalmente italianos, em um fluxo constante até as primeiras décadas do século XX.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



GUILHERME GAENSLY - FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO, SÃO PAULO

Imigrantes europeus na Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, capital. Fotografia de cerca de 1890. Do ano de sua inauguração em 1887 até 1978, a hospedaria recebeu cerca de 2,5 milhões de pessoas. Atualmente, o prédio é ocupado pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

O racialismo brasileiro

No século XIX, difundiram-se teorias que se valiam do termo raça para justificar o colonialismo e a discriminação contra povos considerados inferiores. Na Europa, autores como os franceses Arthur de Gobineau e Paul Broca defendiam a superioridade da raça branca sobre as demais e sustentavam que os povos miscigenados, como o brasileiro, estavam condenados à **degenerescência**.

Degenerescência: declínio das qualidades de uma espécie.

No Brasil, muitos intelectuais acreditavam que a originalidade da nação consistia na mistura de suas três raças formadoras: os brancos, os negros e os indígenas. O brasileiro era visto por eles como resultado da fusão dessas três raças e, portanto, em essência, miscigenado. Porém, nas últimas décadas do século XIX, parte das elites, influenciada pelas **teorias racialistas pseudocientíficas** europeias, concebeu a chamada política de branqueamento que visava aumentar o elemento branco na composição da população brasileira por meio do ingresso em massa de imigrantes europeus. Esse pensamento foi bastante influente, sobretudo, entre os anos 1880 e 1920, coincidindo com a entrada em massa de imigrantes vindos principalmente de Portugal, da Espanha e da Itália para o país.

O racialismo brasileiro diferia do Europeu por não defender o ideal de uma "raça pura". Em lugar disso, acreditava-se que a miscigenação produzia uma população mestiça que, ao longo do tempo, poderia se tornar mais branca, tanto cultural como fisicamente. A ideia que circulava em diferentes grupos da elite brasileira era a de que o Brasil era mestiço, mas com perspectivas de superar seu atraso econômico e cultural pelo embranquecimento de sua população.

A teoria do branqueamento era tão influente que até mesmo abolicionistas como Joaquim Nabuco (1849-1910) e José do Patrocínio (1853-1905) a legitimavam. Esse pensamento também esteve muito presente entre setores das elites republicanas do início do século XX, que acreditavam que o branco europeu seria uma raça "mais adiantada" e, assim, capaz de estimular o processo de civilização e modernização do país.

No entanto, havia também intelectuais como Alberto Torres (1865-1917) e Manuel Bonfim (1868-1932) que rejeitavam as doutrinas das diferenças inatas entre raças e defendiam que o atraso brasileiro se devia a causas sociais e políticas. Para eles, seria somente por meio do investimento do Estado em educação, saúde e outros serviços públicos que seria possível transformar o Brasil numa nação civilizada e moderna.



ZARAMELLA - COLEÇÃO PARTICULAR

Casal interracial e seus filhos no Brasil. Fotografia de 1900.

Saiba mais

A ciência contemporânea não aceita a existência de "raças", pois a variabilidade genética entre um indivíduo e outro é muito maior do que a que supostamente existiria entre raças. O termo raça foi uma construção ideológica pseudocientífica de certas correntes do pensamento ocidental moderno.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cultura e cotidiano no Segundo Reinado

Ao longo do Segundo Reinado, uma elite de intelectuais patrocinada pelo Estado começou a se preocupar com a construção de um projeto nacional para a incipiente nação brasileira. Com tal projeto, esses intelectuais pretendiam fomentar um sentimento de **identidade nacional**, que ajudaria a unificar o extenso território brasileiro. Eles acreditavam que era preciso construir uma nação moderna, diferente do passado colonial, em que predominassem o desenvolvimento econômico e o progresso tecnológico. Os desafios eram imensos diante da realidade de uma população formada por uma minoria de cidadãos e uma massa de escravizados.

O que é ser brasileiro?

Assim como a independência política tinha sido conquistada, era preciso conquistar também a autonomia no plano cultural; daí a importância de investir em um projeto nacional. Em 1827, foram fundadas as faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, em Pernambuco, responsáveis pela formação de grande parte dos políticos, juristas e administradores do país. Em 1838, foi fundado o **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (IHGB), que congregou a elite intelectual do Rio de Janeiro. Entre outras funções, o instituto ficaria responsável por pesquisar e escrever uma história para o Brasil.

Em 1840, o IHGB lançou um concurso intitulado "Como se deve escrever a história do Brasil", cujo intuito era promover a produção da história oficial do país. Não por acaso, o trabalho premiado foi o do viajante e naturalista alemão Carl von Martius, membro colaborador do instituto que já havia percorrido o país entre 1817 e 1822. Suas viagens e estudos científicos lhe possibilitaram conhecer a natureza e as populações nativas do Brasil.

Para Martius, a originalidade da nossa história seria decorrente da mistura das três raças formadoras da nação: o branco (europeu), o negro (africano) e o indígena (nativo). O brasileiro, então, era entendido como resultado da fusão dessas três raças. Sob essa perspectiva, com a qual muitos intelectuais do período concordavam, os portugueses teriam trazido a civilização para os trópicos, difundido o cristianismo e integrado o território à lógica do desenvolvimento econômico.

Enfoque

Responda no caderno.

Embora Carl von Martius considerasse que a originalidade da formação do "ser brasileiro" resultasse da mistura de três raças – o branco (europeu), o negro (africano) e o indígena (nativo) –, muitos intelectuais do século XIX acreditavam que a predominância nessa formação era a portuguesa.

1. **Em sua opinião, quais motivos conduziam o pensamento daquela época?**
2. **Atualmente, essa perspectiva permanece? Justifique sua resposta.**
3. **Na sua opinião, de que maneira iniciativas como a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) contribuíram para a construção de uma autonomia cultural do Brasil em relação a Portugal?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS



Oficina de apoio a mulheres na Feira Literária Universitária Teko Haw Centro de Etnoconhecimento Socioambiental Cauiré, no Rio de Janeiro, capital. Fotografia de 2023. Atualmente, admite-se que uma das riquezas do Brasil é a ampla diversidade étnica existente no país.

O Romantismo brasileiro

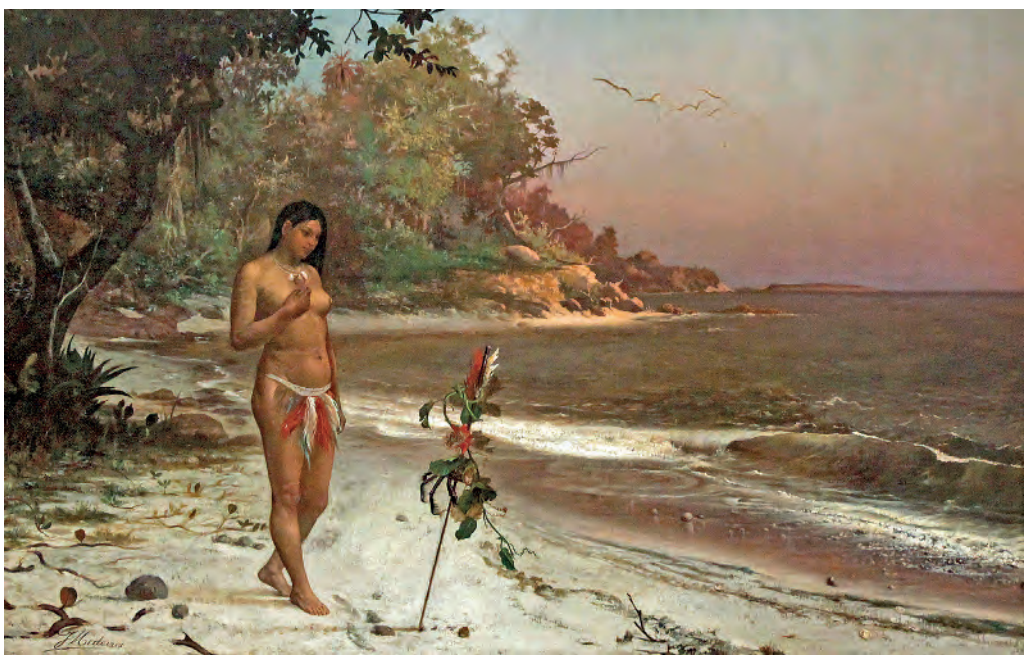
Em meados do século XIX, o **Romantismo**, movimento intelectual e artístico europeu de grande expressão, aportou no Brasil. Uma das características desse movimento era a valorização dos ideais nacionais. Da mesma maneira que os intelectuais vinculados ao IHGB construíam um espaço e uma história "genuinamente brasileiros", os artistas românticos buscaram forjar uma arte "genuinamente nacional". Poetas, escritores, pintores, músicos, arquitetos, escultores etc. desejavam encontrar uma identidade ancorada no passado colonial que encobrisse as fraturas derivadas da escravidão e pudesse servir de esteio a projeções de futuro da jovem nação.

Nesse ambiente se destacou a prática do mecenato promovido por dom Pedro II, que financiou edições de autores como Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo e a reforma da Academia Imperial de Belas Artes, em 1854. O projeto literário incentivado pelo imperador teve suas origens nos anos 1830, com a fundação da revista *Niterói*, cujo lema era "Tudo pelo Brasil e para o Brasil". Com um programa nativista, que valorizava a literatura nacional e a ressignificação poética do indígena, a revista teve em Gonçalves Dias um de seus expoentes.

O vínculo de dom Pedro II com o IHGB e com a Academia Imperial, além de seu mecenato, ajudou a associar o Romantismo a um tipo específico de nacionalismo, que elegeu o indígena idealizado como símbolo da identidade nacional. A língua tupi-guarani passou a ser valorizada e estudada, e diversos termos oriundos dos antigos dicionários jesuítas dos tempos coloniais foram empregados nas produções artísticas.

Enquanto os nativos reais tinham suas terras expropriadas ou eram submetidos a políticas de aculturação por meio dos aldeamentos, no Romantismo brasileiro, eles figuravam como heróis dos enredos literários, das pinturas e das óperas, em histórias cujos cenários eram matas e florestas virgens, e estavam muitas vezes associados à ideia de pureza.

Apesar dessa vertente romântica que idealizou os indígenas e reforçou os laços de dominação patriarcal no Brasil, o Romantismo foi um importante instrumento de aquisição de uma consciência nacional, fazendo frente, em certa medida, às teorias raciais que colocavam a nação brasileira em um patamar de inferioridade diante das nações europeias.



MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

Iracema, pintura de José Maria de Medeiros, 1884. A pintura é baseada na obra homônima, de José de Alencar, considerada um clássico da literatura brasileira.

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: O Romantismo e a identidade nacional brasileira**

Dica

Iracema

Stélio Torquato Lima. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012. (Alencar nas Rimas de Cordel).

Publicado pela primeira vez em 1865, o livro *Iracema* faz parte da trilogia indianista de José de Alencar, junto com as obras *O guarani* e *Ubirajara*. Nesta edição, adaptada para a literatura de cordel, com ilustrações de Suzana Paz, Stelio Torquato Lima reconta o mito de origem do primeiro cearense e do primeiro brasileiro miscigenado: Moacir, filho de Iracema e do português Martim.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fim do Segundo Reinado

O Segundo Reinado terminou em 1889 por meio de um golpe liderado por militares do exército, que depôs o imperador dom Pedro II. Entre os fatores que contribuíram para a queda do monarca estão os custos da Guerra do Paraguai e a abolição da escravidão.

A Guerra do Paraguai

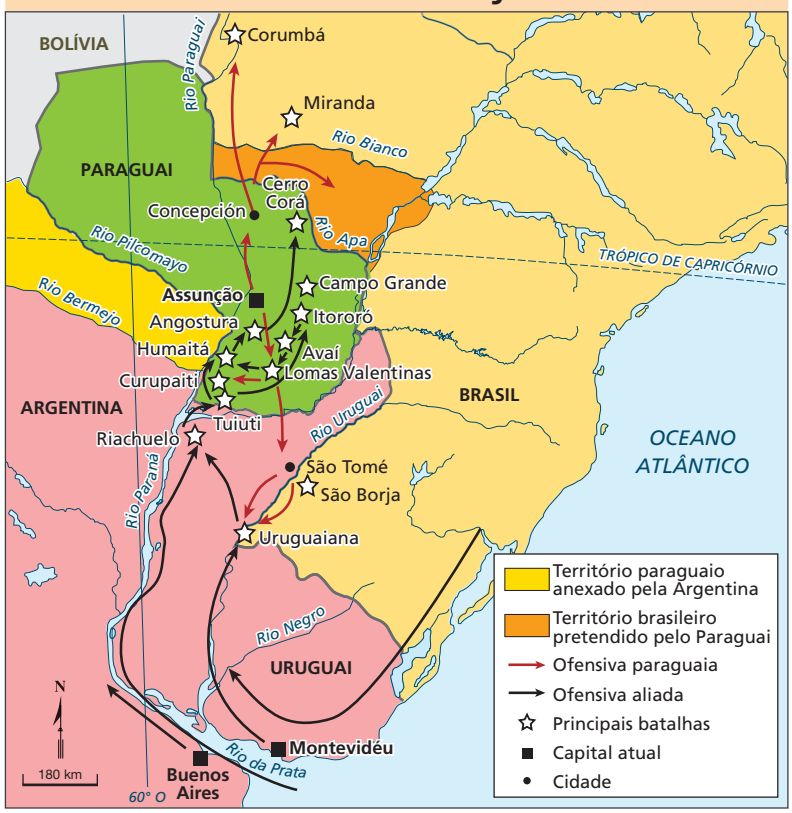
OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens: Os escravizados na Guerra do Paraguai

Em 1862, ascendeu ao governo paraguaio Francisco Solano López. Disposto a modernizar a economia do país, o governante estimulou a exportação de produtos como a erva-mate e a importação de tecnologia e produtos manufaturados, principalmente material bélico.

Desde a década de 1840, Brasil e Paraguai tinham divergências em razão de fronteiras mal delimitadas e do direito de navegação no Rio Paraguai. Em 1864, o Brasil envolveu-se em uma guerra contra o Uruguai e ajudou a depor um governo aliado de Solano López, o que agravou as disputas entre os dois países. Em retaliação à intromissão brasileira na política uruguaia, o Paraguai rompeu relações diplomáticas com o Brasil e invadiu a província de Mato Grosso, o que deu início à guerra entre Brasil e Paraguai.

López solicitou a livre passagem de suas tropas pela Argentina, com o objetivo de atacar as tropas brasileiras. Embora o pedido tenha sido negado, López invadiu o território argentino. Formou-se, assim, a **Tríplice Aliança**, reunindo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Somente em 1º de março de 1870 as tropas brasileiras derrotaram os últimos focos de resistência paraguaia. Solano López foi cercado em seu acampamento e morto por soldados brasileiros.

América do Sul: Guerra do Paraguai – 1864-1870



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel M. de *et al*. **Atlas histórico escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986. p. 40-41.

> A necessidade de se defenderem contra a agressão paraguaia [...] oferecia ao Brasil e à Argentina a oportunidade não só de acertarem suas diferenças com o Paraguai no concernente ao território e à navegação fluvial, como também de punirem e enfraquecerem, talvez destruírem, uma incipiente potência possivelmente expansionista e problemática na região. [...] A guerra [...] foi a mais sangrenta da história da América Latina [...]. Custou de 150 [mil] a 200 mil vidas (na maioria, paraguaios e brasileiros), no campo de batalha e por privações e doenças decorrentes da guerra.
>
> BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.); CARVALHO, José Murilo de (coord.). **A construção nacional**: 1830-1889, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Objetiva, 2012. p. 162-163. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

Em razão do conflito, o Brasil emitiu mais papel-moeda e contraiu empréstimos junto a banqueiros britânicos, elevando a dívida interna do país e a inflação. Já o exército brasileiro, fortalecido com a vitória, passou a exigir maior poder e participação política e se tornou uma das instituições mais importantes na veiculação do ideário republicano.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O movimento abolicionista

Ao longo do século XIX, a escravidão começou a ser cada vez mais criticada. Nas Américas, o primeiro país a abolir a escravidão foi o Haiti, em 1793, e o último foi o Brasil, em 1888. As pressões dos britânicos para o fim do tráfico contribuíram para que mesmo os mais conservadores passassem a ver a escravidão como bárbara e desumana.

No Brasil, entre a supressão definitiva do tráfico de escravizados (1850) e o fim da escravidão (1888), houve um longo período de disputas jurídicas e sociais que caracterizaram o chamado **abolicionismo**. A partir de 1860, o movimento abolicionista tornou-se mais forte e abrangente, ganhando as ruas e engajando setores significativos da opinião pública.

Em 1871, em parte sob a pressão dos abolicionistas, foi aprovada a **Lei do Ventre Livre**, que declarava livres todos os filhos de escravizados nascidos a partir daquela data. No entanto, eles deveriam continuar prestando serviços ao senhor até os 21 anos, para ressarcir os gastos com sua criação. O proprietário podia optar por entregar a criança ao Estado aos 8 anos de idade em troca da indenização do governo na quantia de 600 mil-réis.

O movimento abolicionista conquistou adeptos, organizados em clubes e associações. Palestras, quermesses e festas angariavam fundos em nome da emancipação dos escravizados. Entre 1868 e 1888, mais de 120 associações abolicionistas foram fundadas. Tais associações estavam espalhadas por diversas províncias, como Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Muitas delas foram criadas em razão da atuação de homens como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Luiz Gama, reconhecidos pelo apoio à causa abolicionista.

Patrocínio era mestiço, filho de uma liberta, e atuou com fervor na imprensa, tendo publicado romances e dirigido a *Gazeta da Tarde*. Nabuco era membro de família influente em Pernambuco. Entre 1878 e 1888, ele foi o principal líder parlamentar abolicionista. Luiz Gama era filho de mãe liberta, embora tenha sido vendido como escravizado pelo pai. Conseguiu provar sua liberdade em 1848. Autodidata, escreveu em jornais e tornou-se advogado de causas abolicionistas. Algumas fontes indicam que ele conseguiu libertar cerca de 500 escravizados.



DANIEL CYMBALISTA/PULSAR IMAGENS

Busto de Luiz Gama, de Yolando Mallozzi, 1931. Fotografia de 2018. Este é o primeiro monumento dedicado a homenagear uma liderança negra na cidade de São Paulo.



MARCIO MELO/FOTOARENA

Busto de Maria Firmina dos Reis, localizado em São Luís, Maranhão. Fotografia de 2021.

Mulheres também desempenharam um papel importante nessa empreitada, pois participaram ativamente das iniciativas abolicionistas. Entre elas está Adelina Charuteira, alfabetizada e filha de mãe escravizada. Adelina tornou-se informante do movimento abolicionista em São Luís, na província do Maranhão, participou das reuniões e auxiliou escravizados a fugir de fazendas.

Outra mulher maranhense que teve papel relevante no movimento abolicionista foi Maria Firmina dos Reis, professora, filha de uma liberta e sobrinha de um gramático e filólogo que participava ativamente dos círculos letrados maranhenses. Ela colaborou ativamente na imprensa maranhense e publicou *Úrsula* (1859), pioneiro em muitos sentidos: é considerado o primeiro romance abolicionista publicado em língua portuguesa escrito por uma mulher negra.

Os dados sobre as associações abolicionistas foram retirados de: ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 166-199. Os dados sobre as alforrias conseguidas por Luiz Gama foram retirados de: MOTA, Luiz Gustavo Ramaglia. **Entre as ruas e os tribunais**: um estudo de Luiz Gama e sua clientela. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. p. 141.

Dica

Úrsula

Maria Firmina dos Reis. Porto Alegre: Zouk, 2018.

Nesta obra, Maria Firmina dos Reis denuncia os traficantes, e condena a crueldade do tráfico e a tirania contra as mulheres, especialmente as mulheres negras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados relativos ao acesso ao Ensino Superior foram retirados de: IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**: Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro: IBGE, n. 41, p. 9, 2019.

Os dados relativos ao número de escravizados emancipados pela abolição foram retirados de: SCHWARCZ, Lilia Moritz.; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 464.

OBJETO DIGITAL
Mapa clicável: Quilombos

A abolição da escravidão no Brasil

Os escravizados e libertos tiveram participação ativa no processo da abolição. Paulatinamente, houve um aumento crescente do número de rebeliões e fugas de escravizados, o que também contribuiu para minar internamente o sistema escravista.

Setores cada vez mais amplos da população envolviam-se na campanha abolicionista. Em São Paulo, muitos escravizados fugitivos eram ajudados pelos caifazes, grupo que reunia comerciantes, advogados, jornalistas e estudantes, que atuava organizando fugas coletivas e perseguindo capitães do mato. A maioria dos fugitivos era encaminhada ao quilombo Jabaquara, fundado em 1882 em Santos, no litoral paulista.

Algumas localidades se adiantaram no processo de abolição da escravidão. Destacam-se as províncias do Ceará e do Amazonas, que decretaram a libertação dos escravizados em 1883 e 1884 respectivamente. Em linhas gerais, esse movimento ocorreu em províncias economicamente menos dinâmicas, diferentemente do eixo cafeicultor de ocupação mais antiga, que exerceu pressão pela manutenção do sistema escravista.

Essa pressão acabou reacendendo o debate parlamentar, e, em 1885, foi aprovada a **Lei Saraiva-Cotegipe**, ou **Lei dos Sexagenários**, que emancipava os escravizados maiores de 60 anos. Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, que assumiu provisoriamente o governo na ausência do pai, dom Pedro II, assinou a **Lei Áurea**, dando o golpe de misericórdia na falida instituição escravocrata.

Com a Lei Áurea, cerca de 700 mil escravizados obtiveram a liberdade, mas não houve nenhum plano do governo para superar o racismo e garantir à população negra uma vida sem pobreza e com emprego digno. Muitos ex-escravizados continuaram trabalhando nas fazendas de seus antigos donos, e aqueles que procuravam as cidades encontravam diversas dificuldades, sendo a maior delas a discriminação racial. Os recém-libertos não foram indenizados nem receberam garantias sociais mínimas, como terra, moradia e trabalho.

Assim, depois do 13 de maio, o acúmulo de lutas dos negros por liberdade e igualdade, a exemplo dos quilombos e do abolicionismo, contribuiu decisivamente para conformar o movimento negro que emergiu no contexto republicano. Nascida livre ou liberta, essa população marginalizada compôs o amplo contingente de assalariados pobres urbanos e rurais, dividindo e disputando espaços com brancos pobres. Atualmente, políticas afirmativas (como as cotas raciais para acesso ao Ensino Superior ou a cargos públicos efetivos) e ações educativas contribuem para amenizar as desigualdades entre pretos, pardos e brancos, embora ainda exista um longo caminho a ser trilhado.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Qual é a relação entre a história da escravidão e a política de cotas adotadas pelo governo brasileiro?
2. Você pretende cursar o Ensino Superior? Por quê?



IGOR ALECSANDER/GETTY IMAGES

Formatura de jovens no Ensino Superior, em Valença, Rio de Janeiro. Fotografia de 2021. A adoção de políticas de cotas raciais em instituições federais tem contribuído para aumentar a proporção de negros atingindo o Ensino Superior. Em 2018, pela primeira vez na história, a população de negros tornou-se maioria (50,3%) em faculdades e universidades públicas brasileiras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ENTRE SABERES

Censo Geral do Império de 1872

Em 1872, no Brasil, foi realizado o primeiro Censo Geral do Império. A estrutura do questionário daquele censo era simples e consistia em saber nome, idade, sexo, nacionalidade, estado civil, religião, profissão, se a pessoa era livre ou liberta e a cor. Conforme a terminologia do censo de 1872, buscava-se descobrir se a pessoa era "branca", "preta", "parda" (descendente da mestiçagem entre africanos e os demais) ou "cabocla" (definição para indígenas e seus descendentes). O governo utilizou mais de 1.400 paróquias para subsidiar o trabalho de recenseamento. Os formulários eram distribuídos e deviam ser devolvidos preenchidos; entretanto, cerca de 70% da população era analfabeta, o que dificultou o levantamento de dados e atrasou a entrega do relatório. Os resultados só foram publicados em 1877. Leia, a seguir, um trecho da análise realizada pelo historiador Sidney Chalhoub a respeito dos dados produzidos pelo recenseamento de 1872.

> Vejamos alguns resultados do recenseamento de 1872. A população brasileira somava 9.930.478 habitantes, divididos, quanto à condição social, em 8.419.672 livres (84,7%) e 1.510.806 escravizados (15,2%). Essa proporção de escravizados era baixa em comparação ao que fora durante toda a primeira metade do século XIX, quando as projeções mais comuns estimavam a população cativa entre 30% e 40% do total de habitantes do país. Todavia, a cessação do tráfico negreiro em 1850, a baixa taxa de natalidade e a alta mortalidade, em especial devido à devastadora epidemia de cólera de 1855 e 1856, provocaram uma diminuição acentuada da população escravizada nas décadas de 1850 e 1860, algo que o censo de 1872 registrou bem, apesar de indícios de que subestimou em alguma medida o número de cativos. Quanto às raças, havia 38,1% de brancos, 19,6% de pretos, 38,2% de pardos e 3,9% de indígenas. Pretos e pardos somados, incluídos tanto livres e libertos quanto escravizados, chegavam a 5.756.234, ou 57,9% da população total. Excluídos os escravizados, chegamos a uma população [...] de 4.245.428, ou seja, 42,7% dos habitantes do país eram indivíduos [negros] livres [...], logo egressos da escravidão e seus descendentes, pretos e pardos. [...] [proporcionalmente] segundo o censo de 1872, 73,7% dos pretos e pardos habitantes do Brasil eram livres. [...] Esses dados sugerem que uma característica importante da escravidão brasileira consistia na existência de um número significativo de pessoas cativas obtendo alforrias enquanto a escravidão ainda existia.
>
> CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.); CARVALHO, José Murilo de (coord.). **A construção nacional**: 1830-1889, v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Objetiva, 2012. p. 44. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

Atividades

Responda no caderno.

1. Organizar censos da população é uma prática antiga e associada ao funcionamento do Estado. Você considera importante conhecer a população por meio de dados estatísticos? Justifique sua resposta.
2. Como o Censo de 1872 foi produzido? Que informações o recenseamento buscava saber a respeito da população que vivia no Brasil naquele período?
3. De acordo com o texto, quais foram os resultados do recenseamento de 1872 com relação à demografia, à condição social e à distribuição étnica da população brasileira do período?
4. Considerando o contexto histórico, de que maneira os dados obtidos no censo poderiam ser utilizados na formulação de políticas públicas?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A crise da monarquia e a proclamação da república

A partir da década de 1880, uma série de acontecimentos, como o fim da escravidão e o aumento da oposição do exército à monarquia, desencadeou uma crise no regime monárquico que levou à sua derrubada e à instalação do regime republicano. Tais acontecimentos expressavam profundas mudanças sociais e econômicas em curso pelo menos desde 1850: além da emergência da economia cafeeira e da abolição da escravidão, ocorreu o crescimento de muitas cidades e desenvolveu-se uma mentalidade influenciada pelos valores da modernidade.

Ao longo do século XIX, as maiores cidades brasileiras deixaram de ser apêndices do mundo rural para se transformar em centros administrativos, de onde emanavam os poderes políticos locais. Ainda que pequenas se comparadas às maiores cidades europeias, elas passaram a abrigar diferentes profissionais, como funcionários públicos, engenheiros, médicos, professores, advogados, além de trabalhadores de diversos ofícios.

Foi nesse contexto que cresceram o Partido Republicano e os movimentos em prol da república, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nas cidades, aumentava o número de jornais que apoiavam o movimento. No entanto, como o Brasil era um país essencialmente rural e as cidades concentravam uma pequena parcela da população, o movimento republicano era limitado.

Positivismo: doutrina filosófica desenvolvida pelo francês Auguste Comte (1798-1857). Os positivistas defendiam a ideia de que a humanidade progride ao abandonar crenças religiosas e metafísicas sem fundamento e ao adotar a ciência e a observação como bases para a organização da economia e da sociedade. O lema inscrito na bandeira republicana brasileira, "Ordem e progresso", é de inspiração positivista.

Havia divergências entre os republicanos em relação ao método que deveria ser usado para implantar a república: enquanto alguns, como Silva Jardim, eram adeptos da mobilização popular, outros, como Quintino Bocaiuva, defendiam a via parlamentar ou institucional. No entanto, as duas correntes republicanas defendiam a separação entre a Igreja e o Estado, o fim do Senado vitalício e o federalismo.

Outro elemento de crise da monarquia era a questão militar. Oficiais do exército brasileiro, fortalecidos com a vitória na Guerra do Paraguai, sentiam que a corporação não tinha o reconhecimento merecido. Descontentes com o papel que lhes cabia na política e influenciados pelas ideias do **Positivismo**, muitos militares assumiram o discurso do patriotismo e o papel de defensores da "salvação nacional". A adesão de parte significativa dos militares à causa republicana acabou definindo os rumos da monarquia.

De acordo com testemunhos da época, parte da população assistiu "bestializada" aos acontecimentos que deflagraram a instituição do regime republicano. A família imperial foi comunicada da deposição por meio de um telegrama, que informava também o prazo de 24 horas que teria para deixar o país. Terminava assim a experiência monárquica no Brasil.



ALBUM/FOTOARENA - FUNDAÇÃO MARIA LUISA E OSCAR AMERICANO, SÃO PAULO

Alegoria à Proclamação da República e à partida da família real, pintura de 1890. A família real embarcando rumo à Europa está representada no fundo da pintura; em primeiro plano, o marechal Deodoro da Fonseca, líder do golpe republicano, entrega a bandeira do Brasil a uma mulher. Essa figura feminina é uma alegoria da república.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Técnico em contabilidade

No Brasil, com a abertura das aulas de comércio em 1809, José Antônio Lisboa, o Visconde de Cairu, se tornou o primeiro professor de contabilidade do país.

Você sabia que a contabilidade é a ciência que estuda as condições financeiras de uma empresa, corporação ou entidade e que avalia as movimentações que podem interferir no patrimônio delas? Os estudos contábeis envolvem o uso de cálculos, interpretações e análises capazes de administrar os recursos produzidos por determinado tipo de negócio e mantê-lo em conformidade com a legislação. É por isso que o setor de contabilidade é fundamental para a manutenção e o crescimento das organizações.

Apesar de, na prática cotidiana, envolver o uso de cálculos, a contabilidade não é apenas uma ciência exata. Trata-se de uma ciência social aplicada, pois é construída com base em interpretações humanas que estão a serviço da sociedade. Por isso, o **curso técnico em contabilidade** é uma opção de estudo tanto para quem gosta de cálculos como também para quem se identifica, por exemplo, com as tarefas de organizar e examinar documentos, analisar legislações e registrar transações. Nesse curso, parte dos estudos pode ocorrer nas bibliotecas e videotecas, com o auxílio de livros e materiais atualizados sobre contabilidade, e parte dos estudos é realizada em laboratórios de informática, com o uso de programas específicos, especialmente os especializados em planilhas.

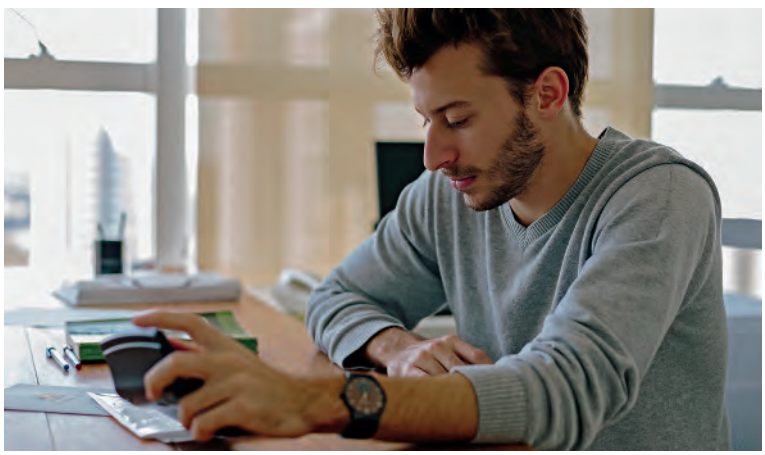
Após a finalização do curso, espera-se que os formandos estejam preparados para realizar uma série de atividades, entre elas: registro das transações financeiras de uma empresa; análise dos documentos fiscais e dos impostos recolhidos durante as operações; controle dos movimentos de débito e crédito; organização dos documentos relativos à atividade contábil; e apuração dos direitos e obrigações legais.

As grandes corporações, as instituições públicas e privadas, as entidades do terceiro setor, as empresas de consultoria e de auditoria e os escritórios de contabilidade são os principais campos de atuação dos profissionais nessa área. No entanto, o técnico em contabilidade também pode atuar como profissional autônomo, prestando serviços contábeis para diversas empresas ao mesmo tempo.

O mercado de trabalho em contabilidade é sempre bastante favorável para quem deseja seguir na carreira, pois esse tipo de serviço é, por lei, obrigatório para quase todas as empresas. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 2024, cerca de 27% dos profissionais que atuavam nessa área eram formados no curso técnico. O restante tinha formação no curso superior em ciências contábeis, assumindo outras tarefas no dia a dia.

A entidade conduz o Programa Jovens Lideranças Contábeis, o CFC Jovem, com o objetivo de ajudar na formação de líderes, fomentar o empreendedorismo e engajar os novos profissionais nas ações de responsabilidade social. Se você se vê trabalhando futuramente nessa área, procure conhecer um pouco mais sobre a atuação do CFC Jovem no seu estado.

ANGELITA NIEDZIEJKO/MOMENT/GETTY IMAGES



Jovem fazendo contas com calculadora na capital de São Paulo. Fotografia de 2017. A profissão de técnico em contabilidade é extremamente importante para auxiliar os contadores na condução financeira das empresas.

O dado sobre os profissionais de contabilidade foi retirado de: CONSELHO Federal de Contabilidade. Quantos somos? Dados estatísticos (profissionais da contabilidade e organizações contábeis). Disponível em: https://cfc.org.br/registro/quantos-somos-2/. Acesso em: 17 set. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. Identifique os grupos políticos atuantes no Brasil durante o período regencial e as principais ideias que defendiam.
2. Quais foram os motivos que levaram à Guerra do Paraguai e quais foram as consequências mais importantes desse conflito para o Império Brasileiro?
3. A Revolta dos Malês teve um caráter diferente das outras rebeliões do período regencial. Explique essa afirmação.
4. Identifique as causas da crise da monarquia e da proclamação da república no Brasil.
5. (Enem-MEC)

Texto 1

> Em todo o país a lei de 13 de maio de 1888 libertou poucos negros em relação à população de cor. A maioria já havia conquistado a alforria antes de 1888, por meio de estratégias possíveis. No entanto, a importância histórica da lei de 1888 não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. O impacto que a extinção da escravidão causou numa sociedade constituída a partir da legitimidade da propriedade sobre a pessoa não cabe em cifras.

ALBUQUERQUE, W. **O jogo da dissimulação**: Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. (adaptado).

Texto 2

> Nos anos imediatamente anteriores à Abolição, a população livre do Rio de Janeiro se tornou mais numerosa e diversificada. Os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente não se distinguiam muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade. Também já não é razoável presumir que uma pessoa de cor seja provavelmente cativa, pois os negros libertos e livres poderiam ser encontrados em toda parte.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. (adaptado).

Sobre o fim da escravidão no Brasil, o elemento destacado no Texto 1 que complementa os argumentos apresentados no Texto 2 é o(a)

a. variedade das estratégias de resistência dos cativos.
b. controle jurídico exercido pelos proprietários.
c. inovação social representada pela lei.
d. ineficácia prática da libertação.
e. significado político da Abolição.

6. Leia o texto a seguir.

> [...] As eleições podiam ter resultados ilegítimos ou pouco representativos da vontade popular, mas elas aconteciam. Lembra com precisão José Murilo de Carvalho que um fato destacado da cultura política do Império era a frequência e regularidade das suas eleições. [...]
>
> No Brasil, muito cedo, se aprendeu a votar e a conviver com campanhas eleitorais. Porém, logo se percebeu que elas poderiam, ou não, resolver os problemas mais imediatos da população. As reivindicações dos votantes e dos eleitores menos privilegiados nem sempre seguiam os canais institucionais. Os resultados mais concretos vinham através da malha clientelar, que vinculava os votantes mais simples naqueles que seriam votados. Era no nível pessoal, e não institucional, que se buscavam as soluções para os problemas do cotidiano.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 8, p. 9, nov. 2008.

a. Qual é a hipótese dos autores e que argumentos eles utilizam para defendê-la?
b. A regularidade das eleições fortalecia ou não as instituições? Explique.

7. Leia o texto a seguir.

> Sob esse viés, para o sociólogo José de Souza Martins (1986), apesar de estar legalmente à disposição dos homens livres a possibilidade de também conquistar terras, a ascensão pelo trabalho livre, na verdade, não permitiu um regime de terras livres. Assim, a Lei de Terras acabaria por criar, no conjunto das terras devolutas, terras cativas inacessíveis aos homens e mulheres livres que dispusessem apenas de sua força de trabalho. Segundo a legislação imperial, o processo de legitimação da posse era campo aberto para os grandes proprietários-posseiros, mas era campo minado para os pequenos posseiros, pois os trâmites e documentações, exigências e condições que os órgãos locais de governo impunham estavam além de suas possibilidades.

SOUZA, Almir Antonio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 110-130, jul./dez. 2015.

a. Por que a lei de 1850 criou "terras cativas"?
b. Qual é a relação entre a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queirós?

8. Leia o texto para responder às questões a seguir.

> Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem.

São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. VI, n. 24, p. 381-382, jan. 1845.

a. **Qual era o principal objetivo do estudo de Carl von Martius?**

b. **Relacione as ideias do pesquisador com as pretensões do governo brasileiro.**

9. **Com base na leitura dos textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "Desafios para a redução das desigualdades raciais no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.**

ODS 10

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Texto 1

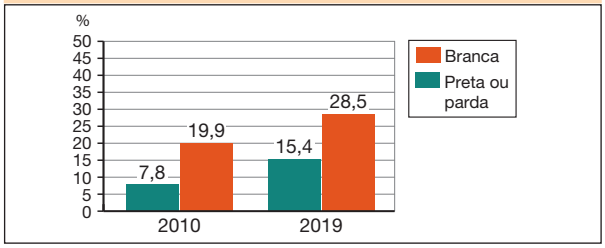
[...] quando se analisam os retornos do investimento em educação superior [...], observa-se [...] que o aumento da escolaridade foi importante, mas não decisivo, para diminuir a desigualdade racial. Observando a inserção de brancos e negros com nível superior, notam-se diferenças nos estratos ocupacionais, com menor participação dos negros nos estratos mais altos, e entre os que possuem qualificações e inserções semelhantes, há distorções salariais. [...]

Ou seja, classe importa. Contudo, a rigidez social torna-se uma rigidez racial nas tentativas de aquisição e manutenção de alto *status*, na menor chance de mobilidade, na maior desigualdade salarial entre os mais escolarizados, isto é, na competição social por espaços e posições de prestígio. Raça, portanto, é um critério que configura a estratificação, principalmente no acesso aos níveis mais altos de ensino, em processos de mobilidade social e nos retornos dos investimentos educacionais.

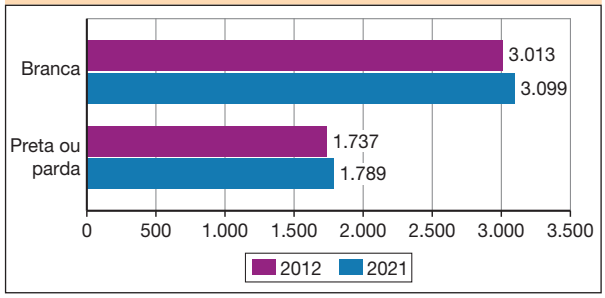
LIMA, Márcia. Desigualdades raciais no Brasil e suas múltiplas dimensões. **OXFAM Brasil**, São Paulo, 27 ago. 2019. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/publicacao/desigualdades-raciais-no-brasil-e-suas-multiplas-dimensoes/. Acesso em: 12 abr. 2024.

Texto 2

Brasil: frequência no Ensino Superior da população entre 18 e 24 anos – 2010 e 2019



Brasil: rendimento médio das pessoas ocupadas (em reais) – 2012 e 2021



ILUSTRAÇÕES: ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fontes: IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**: Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro: IBGE, n. 41, p. 3-9, 2019; QUEIROZ, Christina. Nova plataforma traz informações inéditas sobre desigualdades raciais. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 324, fev. 2023. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/nova-plataforma-traz-informacoes-ineditas-sobre-desigualdades-raciais/. Acesso em: 12 abr. 2024.

10. **Observe a imagem a seguir para responder às questões.**



MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

Primeira missa no Brasil, pintura de Victor Meirelles, 1860.

a. **Quais são os personagens que compõem a obra?**

b. **Identifique o tema da pintura. Que tipo de relação entre os personagens ela sugere?**

c. **A idealização dos indígenas pelos artistas do Romantismo correspondia à situação vivenciada pelos nativos? Justifique sua resposta.**

d. **Os escravizados não foram retratados como os indígenas pelos artistas românticos. Por quê? Debata essa questão com os colegas com base nos seus estudos.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 4

TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O mundo contemporâneo não existiria sem as profundas transformações provocadas pela Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII. Esse processo marcou a transição de uma economia essencialmente agrária e artesanal para uma economia mecanizada, industrializada e urbanizada. As consequências da Revolução Industrial se estenderam a quase todos os aspectos da vida: econômicos, sociais, políticos, psicológicos e culturais.

Mas você já parou para pensar como a introdução das máquinas contribuiu para alterar o sistema produtivo e as relações sociais de trabalho? Será que os efeitos dessa transformação foram os mesmos para empregadores e trabalhadores? A robotização, a automação e a digitalização são exemplos de como os fundamentos estabelecidos pela Revolução Industrial continuam a se desenvolver, moldando as dinâmicas do presente e as potencialidades do futuro. De que forma a inovação tecnológica afeta a organização e as condições de trabalho?

Com base nesses questionamentos, reúna-se com os colegas e discutam como as gerações passadas lidaram com os saltos tecnológicos, identificando quais profissões atuais tendem a desaparecer e quais serão as atividades do futuro.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS



Trabalhadora na linha de produção de uma fábrica de tecidos no município de Guaranésia, Minas Gerais. Fotografia de 2020. A automação promove o aumento da produtividade e da qualidade e elimina os erros humanos associados à realização de atividades repetitivas. No entanto, esse processo pode ampliar o desemprego.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS



Trabalhadoras confeccionando peças com as fibras do buriti na Casa da Artesã, no povoado quilombola Marcelino, em Barreirinhas, no Maranhão. Fotografia de 2024. Apesar do advento das máquinas nos sistemas de produção desde a Revolução Industrial, a produção artesanal continua subsistindo, sendo fundamental para preservar técnicas tradicionais de produção e transmissão de saber-fazer entre as gerações.

O desenvolvimento dos temas propostos nesta unidade explora as diversas dimensões do trabalho, temática central dos estudos desenvolvidos pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Explorar a noção de trabalho e os significados que são dados a ela é uma oportunidade de compreender melhor a natureza das ações individuais e coletivas na sociedade, bem como de investigar como ocorre o processo de transformação social.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume de história, a unidade se desdobra no estudo das causas e consequências da Revolução Industrial e da expansão do capitalismo. Além disso, aborda-se o desenvolvimento das ideologias modernas e o surgimento do movimento operário, bem como a ascensão do nacionalismo e os processos de unificação de nações europeias. Por fim, discute-se a expansão do imperialismo, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa.

Nos três próximos capítulos, você vai:

- analisar o pioneirismo britânico na Revolução Industrial, as transformações com os impactos no mundo do trabalho decorrentes desse processo;
- discutir as consequências da expansão do capitalismo industrial e do desenvolvimento tecnológico e científico ao longo do século XIX;
- compreender a relação entre as transformações políticas e o mundo do trabalho com o desenvolvimento de ideologias, como liberalismo, socialismo e anarquismo;
- conhecer as revoluções liberais na Europa no século XIX e os processos que possibilitaram a ascensão do nacionalismo e as unificações alemã e italiana;
- analisar o processo de expansão imperialista na Ásia, na África e na América Latina, bem como as causas da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 9

Revolução Industrial e expansão do capitalismo

A maioria das pessoas no mundo vive em uma sociedade altamente industrializada, urbanizada e tecnológica. Nas cidades, as inovações são contínuas na indústria, nos transportes, nas comunicações e em outras atividades humanas. Há, sem dúvida, diferentes graus de desenvolvimento econômico entre os países e no interior de cada um deles. De qualquer maneira, o percurso histórico desse elevado grau de industrialização e desenvolvimento tecnológico pode ser traçado com base nas grandes transformações ocorridas há aproximadamente 250 anos.

Como você acha que isso ocorreu? Que razões levaram ao desenvolvimento da indústria? Até então, a economia no mundo todo era basicamente agrária, complementada pelas atividades comerciais em pequena e larga escala e pela produção artesanal de itens manufaturados. A criação da fábrica mecanizada permitiu um aumento inédito da produção e promoveu enorme dinamismo econômico, mas também muita pobreza e poluição ambiental.

Essas transformações tiveram início com a Revolução Industrial, que deve ser entendida como um longo processo de mudanças sociais e econômicas promovidas por uma série de inovações tecnológicas que se intensificaram na segunda metade do século XVIII.

A Grã-Bretanha foi pioneira nesse processo. O território britânico tinha farta oferta de matérias-primas necessárias para a industrialização: carvão, minério de ferro e água. Além disso, havia ampla disponibilidade de capital, resultante do predomínio comercial britânico, para a aplicação em invenções e novas tecnologias. Por fim, o domínio dos mares pelo Império Britânico lhe garantia um amplo mercado para suas manufaturas.

Neste capítulo, você irá estudar os fatores políticos, econômicos e sociais que ajudam a explicar o pioneirismo britânico no processo de industrialização. Além disso, você também ficará conhecendo os enormes impactos desse processo que transformou e continua a transformar profundamente as relações de produção, consumo e trabalho em escala global.



ZHU HAIPENG/VCG/GETTY IMAGES

Braços robóticos trabalham em linha de montagem de veículos em Ganzhou, China. Fotografia de 2024. Desde a Revolução Industrial, as tecnologias desenvolvidas para tornar a produção cada vez mais rápida vêm substituindo a mão de obra humana.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolução Industrial britânica

A Grã-Bretanha foi o primeiro país do mundo a desenvolver a **indústria** moderna, na segunda metade do século XVIII. Isso se deveu a um conjunto de transformações econômicas, sociais e institucionais ocorridas no país no período moderno.

Como estudamos, a partir do século XVI, a Inglaterra se consolidou como uma das principais potências marítimas do continente europeu. Seu domínio do comércio ultramarino, intermediando boa parte do tráfico de escravizados e das transações comerciais ocorridas entre as metrópoles europeias e suas colônias, promoveu grande afluxo de capitais, gerando recursos para o futuro desenvolvimento industrial.

Além disso, as relações comerciais estabelecidas com suas colônias nos continentes asiático e americano garantiam à Inglaterra um mercado consumidor para suas manufaturas e forneciam algodão, que, aos poucos, suplantaria a lã, tornando-se a principal matéria-prima do setor têxtil.

Tal pioneirismo no desenvolvimento industrial deveu-se também à disponibilidade de recursos naturais no reino, como as jazidas de ferro e carvão mineral, necessárias à implantação de uma infraestrutura que exigia a construção de máquinas, ferramentas, trens, vias férreas e vias fluviais para o transporte das mercadorias.

No plano político, a Revolução Gloriosa, estudada anteriormente, implicou o aumento do poder do Parlamento, que beneficiou a burguesia promovendo o fim dos monopólios e das tarifas protecionistas, a garantia do direito à propriedade privada, entre outras medidas. Assim, desde o final do século XVII, a burguesia estava livre dos entraves à industrialização e dispunha de recursos para financiar a instalação e a ampliação de manufaturas e atividades comerciais.

Paralelamente a essas mudanças, houve uma grande transformação na antiga estrutura fundiária do reino, que introduziu relações capitalistas no campo. Esse processo, que será analisado a seguir, promoveu a expropriação de muitos trabalhadores livres das terras que tradicionalmente ocupavam. Para sobreviver, muitos desses trabalhadores migraram para as cidades e passaram a trabalhar como assalariados nas fábricas.

Essas condições contribuíram para o pioneirismo britânico no desenvolvimento industrial, ao passo que, em outras regiões da Europa, a base da economia continuava sendo a agricultura de tipo feudal.

Saiba mais

Antes da Revolução Industrial, o termo *indústria* designava a habilidade de produzir qualquer coisa, referindo-se a todas as formas de atividade produtiva. Até por volta de 1780, a produção humana era feita de maneira artesanal e se organizava em pequenas empresas familiares. Com a Revolução Industrial, os produtos passaram, cada vez mais, a ser confeccionados por máquinas em unidades fabris. O conjunto de fábricas deu origem à indústria como a conhecemos até hoje.



JOHN B HEWITT/SHUTTERSTOCK

Complexo de antigas fábricas em Manchester, Reino Unido. Fotografia de 2021. Manchester é considerada um dos primeiros polos industriais do mundo. Foi lá que, em 1782, fundou-se a primeira fábrica que utilizava a nova tecnologia da máquina a vapor. Nas primeiras décadas do século XIX, a cidade concentrava mais de 130 fábricas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Terras do sem-fim

Jorge Amado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Esse romance de Jorge Amado é ambientado no começo do século XX no Brasil, e narra conflitos pela posse de terras. É um livro que mostra a importância da terra para a subsistência e o seu uso como mercadoria.

Mudanças no campo: a terra como mercadoria

No início da Idade Moderna, a maior parcela da população inglesa era formada por camponeses, muitos deles donos ou arrendatários de terras. Entretanto, em razão da expansão geral dos preços dos cereais e da lã, as propriedades fundiárias tiveram uma progressiva valorização comercial. Os proprietários passaram a aumentar o preço dos arrendamentos de suas terras, o que levou muitos camponeses à ruína.

Além disso, muitas propriedades particulares dispunham de "terras comunais". Essas áreas, constituídas por florestas, bosques e pântanos, eram utilizadas de modo coletivo para a obtenção de madeira, para a pesca e para o pastoreio, sendo indispensáveis para a subsistência da população camponesa.

Desde o final da Idade Média, contudo, teve início um processo denominado de **cercamento**, que se acelerou entre os séculos XVI e XVII. Durante seu reinado (1509-1547) o rei Henrique VIII confiscou as terras eclesiásticas e as vendeu aos proprietários rurais, integrantes da *gentry*. Para aumentar ainda mais suas propriedades, a *gentry* solicitava ao Estado as chamadas **cartas de cercamento**. Esses documentos permitiam aos grandes proprietários cercar as terras comunais e utilizá-las em benefício próprio.

A partir do início do século XVIII, o Parlamento passou a formular uma legislação para regulamentar os cercamentos, consolidando a nova realidade fundiária do país. As terras cercadas eram utilizadas principalmente como pasto para as ovelhas, cuja lã abastecia as manufaturas de tecido, que cresciam em número e em importância. Essa política promoveu o despovoamento dos campos, o empobrecimento da população camponesa e a destruição de florestas para dar lugar a pastagens.

Essas mudanças aumentaram a disponibilidade de mão de obra para um tipo de sistema produtivo em vias de transformação. Com a organização de uma agricultura voltada para o mercado, muitos camponeses passaram a trabalhar na lavoura ou nas pastagens de grandes proprietários; outros ficaram sem terras e sem emprego, sendo obrigados a migrar para as cidades. No campo ou na cidade, esses trabalhadores foram contratados em troca de baixos salários, iniciando uma ampla transformação nas relações de trabalho, que aprofundou-se com o advento das fábricas.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK – COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura de pessoas sem trabalho sendo chicoteadas pelas ruas, século XVI. Uma lei de Henrique VIII concedia licença para mendigar apenas a idosos e incapacitados. Homens sadios que fossem pegos mendigando pelas ruas eram açoitados publicamente e encarcerados. Caso reincidissem, além do açoite, podiam ter metade da orelha cortada ou serem enforcados em praça pública.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Da produção artesanal à maquinofatura: o processo de alienação do trabalho

No período anterior à Revolução Industrial, a transformação de matérias-primas em mercadorias tinha características diferentes. No chamado **sistema doméstico**, a partir do século XV, os trabalhadores eram donos de suas ferramentas de trabalho ou as alugavam de terceiros. Todas as etapas da produção eram executadas na residência dos trabalhadores ou em pequenas oficinas artesanais, com a ajuda dos filhos, da esposa e, eventualmente, de empregados. A produção era feita sob encomenda e entregue a comerciantes ou mercadores, que a vendiam no mercado interno ou a exportavam.

Já no **sistema manufatureiro**, desenvolvido a partir do século XVI, os artesãos ficavam reunidos em grandes oficinas. A produção era dividida em diversas etapas, e cada trabalhador ficava responsável por uma delas. Eles não eram mais donos dos instrumentos de produção e recebiam pela jornada de trabalho, ou seja, pelo período de tempo trabalhado, não pela mercadoria confeccionada.

Com o advento das máquinas ou da chamada **maquinofatura**, na segunda metade do século XVIII, a produtividade aumentou vertiginosamente, pois o tempo de trabalho necessário para produzir mercadorias diminuiu. Dessa forma, os custos foram reduzidos e o lucro do empresariado aumentou.

Os ofícios e as habilidades dos trabalhadores tornaram-se dispensáveis, pois as tarefas de alimentar a máquina e vigiar o processo de produção eram relativamente simples, tornando desnecessária a contratação de mão de obra qualificada. Sem o controle do processo de produção, o trabalhador tornou-se apenas um apêndice da máquina, um órgão de um sistema que ele não governava. O poder e o controle passaram para o dono da fábrica, que estabelecia o ritmo da produção, o tempo de trabalho e o valor do salário.

A paulatina consolidação desse processo marca o surgimento de uma nova classe social: a dos **operários**. Eles não eram mais donos dos instrumentos de produção, mas trabalhadores assalariados, que executavam funções específicas a mando de um patrão ou de um empresário oriundo da **burguesia**.

Dica

Fábricas e homens: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores

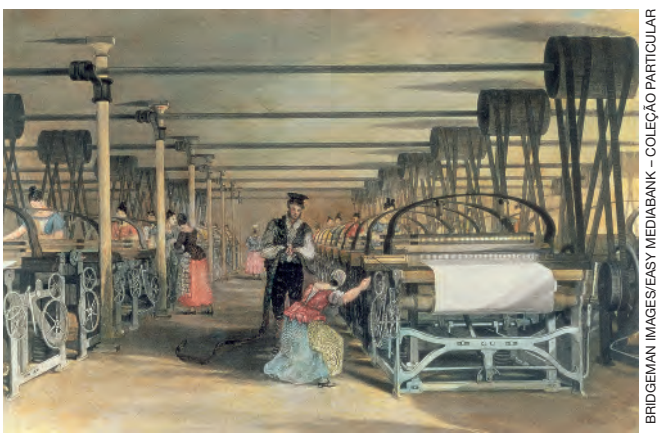
Edgar de Decca; Cristina Meneguello. 5. ed. São Paulo: Atual, 2009. (História geral em documentos).

Os autores Edgar de Decca e Cristina Meneguello abordam o impacto da Revolução Industrial, discutindo as permanências e as rupturas na vida tradicional do campo e da cidade nos primeiros tempos do capitalismo. O livro trata ainda do cotidiano das fábricas, das organizações e lutas trabalhistas, além dos momentos de lazer e das festas do operariado.



MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

Gravura de 1791 que representa uma família fiando linho na Irlanda.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK – COLEÇÃO PARTICULAR

Gravura de Thomas Allom, de 1834, que representa uma tecelagem no Reino Unido.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Quais são as formas de trabalho representadas em cada imagem?
2. Analise as imagens comparando-as com relação aos seguintes aspectos: produtividade, local de produção e mão de obra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A revolução das máquinas

Ao longo do século XVIII, diversas invenções e inovações tecnológicas dinamizaram a produção, em particular no setor têxtil. Essas invenções foram sendo aperfeiçoadas e, com o tempo, difundiram-se pelas fábricas britânicas. Veja algumas delas.

- **Lançadeira volante**. Inventada por John Kay, em 1733, para aumentar a rapidez na tecelagem de fios de lã, logo foi adaptada para outros fios, como os de algodão. Com o uso dessa máquina, foi possível dobrar a produtividade do trabalho de um tecelão.
- **Máquina de fiar *Jenny***. Inventada por James Hargreaves, em 1764, e patenteada em 1769. Mais eficiente que o tear manual, no qual era possível tecer um fuso de cada vez, essa máquina continha até 18 fusos, tecendo diversos fios ao mesmo tempo.
- **Tear hidráulico**. Patenteado por Richard Arkwright, em 1768, era movido por um moinho de água. Dispensava a força humana para lhe dar impulso; permitia economizar trabalho e melhorar a qualidade dos fios produzidos.

Embora representassem um grande avanço tecnológico, as máquinas da época da Revolução Industrial eram relativamente simples. Até o século XIX, elas eram feitas de madeira, com peças de ferro. Seu mecanismo era constituído basicamente de três partes:

- **motor**, que converte um tipo de energia (térmica, hidráulica, entre outras) em energia mecânica, impulsionando o movimento da máquina;
- **transmissão**, uma engrenagem que regula e transfere o movimento gerado pelo motor para as ferramentas;
- **ferramentas**, que executam as operações necessárias para o tipo de produção a que se destinam.

O aumento da produtividade

O impacto da introdução das máquinas na economia britânica foi grande. O aumento da produtividade resultou no barateamento dos preços dos tecidos britânicos, que passaram a ser exportados para outros países da Europa, para a Ásia e para a América. O comércio internacional contava com vastos incentivos governamentais e se expandiu rapidamente, sobretudo em relação aos mercados coloniais ultramarinos que passaram a ser inundados por mercadorias britânicas. Nesse contexto, garantindo preço e enormes mercados consumidores, a competição econômica entre as nações se tornava assimétrica.



JOHN B HEWITT/SHUTTERSTOCK

Máquina industrial para fiação de algodão no Museu da Ciência e Indústria, em Manchester, Reino Unido. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A máquina a vapor

No início do século XVIII, máquinas a vapor eram utilizadas na Inglaterra para retirar água das minas de carvão. Essas máquinas passaram por vários aperfeiçoamentos, sendo um dos mais importantes o realizado por **James Watt**. Em 1769, ele patenteou uma nova versão da máquina a vapor, que passou a ser usada para outros propósitos.

Como você estuda em Ciências da Natureza, a máquina a vapor converte energia térmica em energia mecânica. O vapor-d'água gerado nas caldeiras pela queima de carvão foi utilizado para mover os componentes dos maquinários, possibilitando a aceleração da atividade industrial. Leia, a seguir, um texto desse período,

> Um tecelão, um homem de vinte e cinco ou trinta anos, tece duas peças de [...] pano para camisa por semana [...]. Um operador de tear a vapor de quinze anos tece no mesmo período sete peças similares. Uma fábrica com teares a vapor, com duzentas máquinas, empregando duzentas pessoas com menos de vinte anos de idade, e com vinte e cinco homens, tece setecentas peças por semana [...].

GUEST, Richard. A Compendious History of the Cotton-manufacture. Manchester [1823]. *In*: FRADER, Laura. **The Industrial Revolution**: a History in Documents. Nova York: Oxford University Press, 2006. p. 51. (Tradução nossa).

Enfoque

Responda no caderno.

1. **O que o texto constata?**
2. **A utilização da máquina de tear é vantajosa para os industriais, mas não para os trabalhadores. Por quê?**
3. **A justificativa para a questão anterior permanece afligindo os trabalhadores? De que maneiras?**

ODS 8

A máquina de Watt foi usada para diversas funções, como mover locomotivas e navios e acionar os enormes foles e martelos utilizados na metalurgia. Até a invenção dos motores de combustão interna e das usinas elétricas no começo do século XX, os motores a vapor dominaram a indústria e os transportes.

As primeiras ferrovias

O aumento da produção criou necessidades, como meios de transporte mais rápidos e eficientes para levar os produtos a seu destino. Com esse propósito, foram inauguradas as primeiras ferrovias com trens puxados a cavalo sobre trilhos de madeira que não suportavam muito peso. Somente a partir da década de 1790, com as inovações do processo de fundição de ferro, foi possível fabricar trilhos resistentes que suportassem o peso de cargas e locomotivas pesadas.

George Stephenson construiu o primeiro modelo funcional de locomotiva, em 1814. Mas apenas em 1825 foi criado o trecho de ferrovia que serviria ao transporte regular de pessoas e de cargas, como carvão, ferro e tecidos. Em 1829, foi inaugurada a linha férrea entre Manchester e Liverpool, a primeira ferrovia intermunicipal do mundo.

A chegada da ferrovia barateou o custo do transporte, gerou novos empregos e tornou mais rápido e eficiente o trânsito de mercadorias, permitindo a construção de novas fábricas praticamente em qualquer lugar. Entretanto, para a construção dessas novas ferrovias, muitas famílias tiveram de ser desalojadas de suas moradias. Além disso, houve forte impacto ambiental, como o crescimento da poluição do ar gerado pela circulação dos trens e pela exploração das minas de carvão.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.



JACK COUSIN/SHUTTERSTOCK

Trem em plataforma de estação ferroviária construída no século XIX, em York, Reino Unido. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O liberalismo econômico

Com as atividades industriais, inauguraram-se, ao longo do século XVIII, novas relações entre trabalhadores e donos dos meios de produção. Alguns pensadores, que hoje poderíamos chamar de economistas, propuseram um conjunto de teorias para explicar a dinâmica econômica inédita da Europa naquele período. Esse conjunto de teorias é chamado de **liberalismo econômico**.

As ideias de Adam Smith

O mais importante teórico do liberalismo econômico foi o escocês Adam Smith. Em seu principal livro, *A riqueza das nações*, publicado em 1776, Smith defende a supressão das restrições ao livre desenvolvimento do mercado, pois, da mesma forma que o empresário busca sempre a melhor aplicação para seu capital, o trabalhador procura sempre o maior salário em troca de seu trabalho. Então, se cada um fosse livre para procurar as melhores oportunidades e empregar seu capital ou seu trabalho onde quisesse, a sociedade como um todo sairia ganhando.

Para Adam Smith, o desejo de lucro levaria o empresário a produzir de acordo com as necessidades dos consumidores, regulando a **oferta** pela **procura**. Ao disputar os consumidores, cada empresa procuraria superar as outras oferecendo produtos de melhor qualidade ou com menores preços.

Assim, para ele e para outros teóricos liberais, a economia poderia ser definida como um conjunto de práticas regidas por leis naturais e seria irracional opor-se a elas. Por isso, os liberais rejeitavam as medidas mercantilistas e pregavam a não intervenção do Estado na economia.

Segundo Adam Smith, o papel do Estado deveria se reduzir a três funções básicas:

- a proteção do país contra invasões estrangeiras;
- a administração da justiça;
- a realização de grandes obras públicas, como canais, pontes e estradas (que, por exigirem muito capital, poderiam ficar a cargo do Estado).

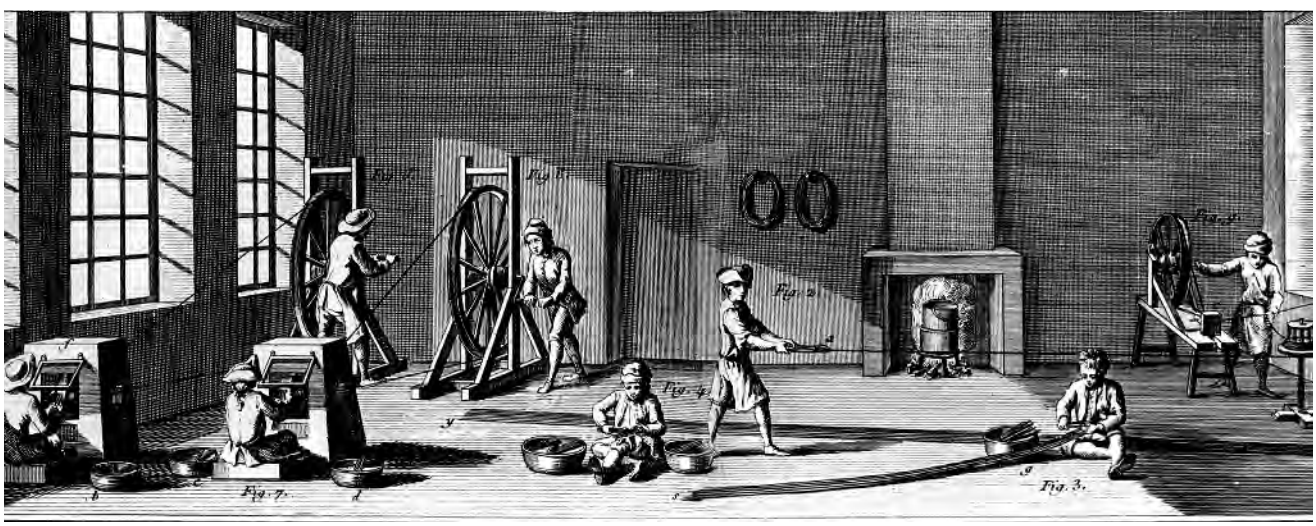
Segundo Smith, os indivíduos, ao procurarem seu interesse próprio, seja por meio do investimento ou do trabalho, acabariam elevando a renda da sociedade como um todo. Assim, os agentes econômicos seriam guiados por uma espécie de "mão invisível", que os levaria a involuntariamente realizar o bem comum de toda a sociedade, harmonizando interesses pessoais e coletivos.

Além disso, Smith investigou a divisão do trabalho, que passou a ocorrer nas manufaturas, considerando-a um fator essencial para aumentar a produtividade e dar impulso à economia. Leia, a seguir, um trecho em que o pensador discorre sobre o impacto da divisão do trabalho em uma fábrica de alfinetes.

> Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete [...]. Vi uma pequena manufatura desse tipo, com apenas 10 empregados [...] [que] conseguiam produzir entre elas mais do que 48 mil alfinetes por dia. [...] Se, porém, tivessem trabalhado independentemente [...] certamente cada um deles não teria conseguido fabricar 20 alfinetes por dia [...]. Em qualquer outro ofício e manufatura, os efeitos da divisão do trabalho são semelhantes aos que se verificam nessa fábrica [...].

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 66.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK - COLEÇÃO PARTICULAR

A Fábrica de Alfinetes, gravura do século XVIII presente na *Enciclopédia*, de Denis Diderot e Jean D'Alembert.

Algumas considerações de David Ricardo

O britânico David Ricardo tornou-se, também, um dos mais influentes economistas clássicos entre o fim do século XVIII e o início do XIX. Com suas obras, ele contribuiu para o desenvolvimento da ciência econômica, tratando, entre outros temas, da teoria do valor-trabalho.

Essa teoria considera que a atividade econômica é essencialmente coletiva. A quantidade de trabalho determina o valor econômico de uma mercadoria. Desse modo, para Ricardo, o valor de uma mercadoria deve reproduzir a quantidade de trabalho utilizado para produzi-la, e o trabalho seria o elemento que realmente gera valor. Além disso, o valor não depende da remuneração do trabalho, mas da quantidade de trabalho em si.

O pensamento de Thomas Malthus

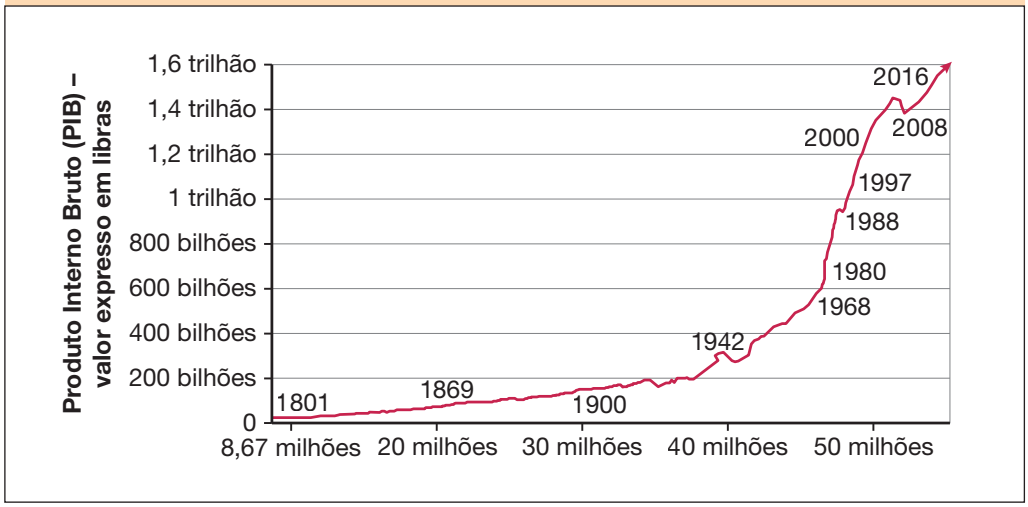
O economista e reverendo britânico Thomas Malthus é considerado um dos fundadores da demografia, ciência que investiga as populações humanas. Em 1798, no *Ensaio sobre o princípio da população*, Malthus propôs uma teoria na qual defendia que o crescimento populacional se desenvolvia em progressão geométrica, enquanto o crescimento da oferta de alimentos ocorria em progressão aritmética. Assim, o crescimento populacional inevitavelmente ultrapassaria a produção agrícola, causando fome ou guerra.

Para Malthus, haveria uma estreita ligação entre o tamanho da população e o nível do padrão de vida das pessoas. Nesse sentido, os malthusianos eram contrários às políticas públicas de assistência aos pobres, uma vez que, de acordo com eles, contribuir para o aumento da população diminuiria o padrão de vida de todos. Para os malthusianos, a pobreza da classe trabalhadora não era decorrência da exploração capitalista, mas sim resultado de sua reprodução ou crescimento acelerado.

A Revolução Industrial não deu razão a Malthus, pois a inovação tecnológica permitiu o crescimento exponencial da produtividade que se expandiu muito mais rápido do que o aumento da população. Houve um crescimento econômico persistente desde então, apesar dos desafios da pobreza e da desigualdade continuarem presentes ainda hoje.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reino Unido: Produto Interno Bruto (PIB) × População (1801–2016)



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: ROSER, Max. Breaking out of the Malthusian Trap: How Pandemics Allow Us to Understand Why Our Ancestors Were Stuck in Poverty. **Our World in Data**, 26 nov. 2020. Disponível em: https://ourworldindata.org/breaking-the-malthusian-trap#article-citation. Acesso em: 9 ago. 2024.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Descreva o gráfico.
2. A análise do gráfico confirma ou refuta as ideias de Thomas Malthus? Justifique sua resposta.

O cotidiano das cidades e dos trabalhadores

A população das cidades industriais britânicas cresceu a taxas impressionantes entre os séculos XVIII e XIX. Em 1700, Manchester, por exemplo, era apenas um povoado; em 1800, passou para 100 mil pessoas e, em 1844, contava com 235 mil habitantes. Enquanto isso, por volta de 1840, Londres, com cerca de 1 milhão de habitantes, era a cidade mais populosa do mundo. No período, a expansão das cidades industriais ocorreu de maneira desordenada, acarretando diversos problemas socioambientais.

Os dados referentes ao crescimento demográfico das cidades industriais foram retirados de: IGLÉSIAS, Francisco. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 98-99; ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora da Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 55-56, 84.

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: Impactos da Revolução Industrial**

Questões ambientais e sanitárias

Desde o final do século XVI, o crescimento das cidades gerava forte demanda por combustíveis para abastecer as casas. O fácil acesso ao carvão vegetal provocou devastação significativa das florestas. Além disso, a crescente extração de carvão mineral provocou a alteração da paisagem nas áreas rurais, o acúmulo de dejetos e o aumento da poluição nas áreas de mineração.

A paisagem social e urbana das cidades industriais também foi significativamente modificada. A fumaça expelida pelas chaminés das fábricas pioraram a qualidade do ar. Esgotos a céu aberto contribuíam para a poluição das águas. Além das condições sanitárias precárias, a aglomeração da população operária em residências insalubres favoreciam a eclosão de surtos e epidemias como cólera, varíola, tuberculose, febre tifoide etc.

Nas cidades industriais, essa situação elevava as taxas gerais de mortalidade e, em particular de mortalidade infantil. Por volta da metade do século XIX, de cada 100 crianças nascidas vivas, aproximadamente 25 morriam antes de completar 5 anos.

Os dados referentes à mortalidade infantil foram retirados de: PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 359.
Os dados referentes ao número de impactados pelas mudanças climáticas foram retirados de: IPCC. **Climate Change 2023**: Synthesis Report. Genebra: IPCC, 2023. p. 5.

Saiba mais

Desde o final do século XIX, além do carvão mineral, as atividades produtivas passaram a usar outros combustíveis fósseis, como o petróleo e o gás natural. A queima desses combustíveis, associada ao aumento dos desmatamentos, elevou a emissão de gases de efeito estufa.

De acordo com um relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), de 2023, as ações antrópicas, ou seja, causadas pelas atividades humanas, são as principais responsáveis pelo aquecimento global. As mudanças climáticas incidem diretamente nas dinâmicas do ecossistema, impactam a disponibilidade de alimentos, além de desencadear eventos como secas e tempestades extremas, incêndios florestais, inundações, entre outros. Estima-se que cerca de 3 bilhões de pessoas estejam vulneráveis às alterações climáticas.

ODS 13

Em novembro de 2025, o Brasil sediará a 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP30). Espera-se que haja um acordo e que os países signatários adotem medidas efetivas no sentido de frear a emissão de gases de efeito estufa e mitigar os efeitos desastrosos das mudanças climáticas.



LINDSEY PARNABY/AFP/GETTY IMAGES

Fábrica em Lincolnshare, Reino Unido. Fotografia de 2023. A queima de combustíveis, gerando a fumaça, eleva a emissão de gases de efeito estufa.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Quais foram as consequências ambientais e sanitárias no início da Revolução Industrial?**
2. **Desde a Revolução Industrial, diversas ações antrópicas têm acarretado a mudança global do clima, impactando negativamente o equilíbrio dinâmico do ecossistema e colocando em risco a vida no planeta. Debata com os colegas a seguinte questão: de que maneira nossas ações podem contribuir para reverter esse quadro?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A exploração do trabalho nas fábricas e as condições de vida dos operários

Os dados a respeito da composição de trabalhadores nas fábricas foram retirados de: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985. p. 165-166.

No início da Revolução Industrial, não existiam direitos trabalhistas regulamentados, como descanso remunerado, férias, limitação do horário de trabalho e aposentadoria. A jornada de trabalho costumava variar de 12 a 18 horas e, dentro das fábricas, os trabalhadores estavam sujeitos a multas e punições severas.

Os locais de trabalho eram sujos, mal-iluminados e mal ventilados. A insalubridade e a rotina exaustiva de trabalho provocavam diversos problemas respiratórios e acidentes entre os trabalhadores. Quando afastados, eles não recebiam nenhum auxílio, ficando simplesmente sem renda.

Os preços dos alimentos eram abusivos para os salários da classe trabalhadora, que era obrigada a manter uma dieta restritiva baseada em pão e batata. Para garantir a sobrevivência, todos os membros da família tinham de trabalhar nas fábricas. Documentos oficiais relatam casos de famílias que vendiam os filhos, e de paróquias que leiloavam crianças órfãs para trabalhar em fábricas.

Além disso, o lucro dos empregadores capitalistas era potencializado pela contratação de mulheres e crianças, que recebiam salários, em média, de 3 a 5 vezes menores que os dos homens adultos. Dados de 1839 indicam que, para aquele ano, do total da mão de obra empregada nas fábricas britânicas, cerca de 20% era masculina adulta, 30% era feminina adulta, e o restante era preenchido por meninas e meninos menores de 18 anos.

As crianças eram as mais afetadas pela rotina exaustiva de trabalho. Malnutridas e mal-alimentadas, se acidentavam com mais frequência e não raro tinham amputações de membros, além de diversos problemas ortopédicos, que carregavam para o resto da vida.

Os operários viviam em péssimas habitações nos subúrbios das cidades. As casas eram precárias e insalubres, sendo comum famílias inteiras habitarem um único cômodo. Nesses aglomerados, epidemias eram frequentes.

Leia a descrição do modo de vida dos moradores do bairro operário de St. Giles, conhecido como "ninho dos corvos", em Londres, em 1845:

> Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias [...].
>
> ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 70.



GRANGER/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Dudley Street, Seven Dials, gravura de Gustave Doré, 1872.

Dica

Oliver Twist

Direção: Roman Polanski. Reino Unido, 2005. 130 minutos.

O filme é uma adaptação da obra homônima de Charles Dickens, que apresenta a história de Oliver Twist, um órfão que é levado para trabalhar em uma *workhouse* (casa de trabalho), na Grã-Bretanha do período industrial. Depois de algum tempo, Oliver foge para Londres, onde se junta a um grupo de jovens infratores. Sem talento para a vida do crime, após muitas peripécias, acaba sendo adotado por um senhor de posses.

Classificação indicativa de *Oliver Twist*: 14 anos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A insurreição contra as máquinas

Uma das primeiras formas de resistência dos trabalhadores à exploração imposta pelo sistema fabril foi a destruição de máquinas. Tais ações existiam desde o final do século XVIII e visavam protestar contra a substituição do trabalho qualificado dos artesãos na indústria têxtil por máquinas.

Leia a seguir o relato de uma testemunha de época narrando as ações contra o sistema fabril que estava se desenvolvendo no período.

> No mesmo dia, nas primeiras horas da tarde, uma grande fábrica situada em Crosley foi atacada [...]. O chefe da fábrica pôde, com ajuda de alguns vizinhos, rechaçar o ataque e salvar a fábrica por esta vez. [...] Aquela gente se exasperou e jurou vingar-se. [...] Mineiros se juntaram então a 8 mil homens, [que] marcharam [...] até a fábrica de onde haviam sido rechaçados no sábado. [...] a multidão destruía de cima a baixo máquinas avaliadas em mais de 10 mil libras. Na terça pela manhã, ouvimos seus tambores [...] pouco antes de abandonar Bolton. Sua intenção declarada era apoderar-se da cidade, depois de Manchester, Stockport, e daí marchar para Cromford para destruir as máquinas não só nestes lugares como em toda a Inglaterra.
>
> CARTA de Josiah Wedgewood a Th. Bentley [1779]. *In*: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Coletânea de documentos históricos para o 1º grau**: 5ª a 8ª séries. São Paulo: SE/Cenp, 1978. p. 89.

Mais tarde, no século XIX, esse movimento ficaria conhecido como **ludismo**. Acredita-se que o nome tenha sido uma homenagem a Ned Ludd, trabalhador que se destacou no movimento de quebradores de máquinas. Não há evidências de Ludd ter sido um personagem real, mas, segundo um jornalista da época, os ludistas chamavam seu líder de general Ludd, talvez para ocultar sua identidade real e evitar represálias.

MUSEU BRITANICO, LONDRES



O líder dos ludistas, sátira política de 1812. Era comum que, como disfarce, os homens se travestissem durante os ataques às máquinas.

O ludismo foi um movimento de artesãos qualificados, cujas habilidades estavam sendo substituídas pelas máquinas. Segundo eles, as máquinas prejudicavam as categorias profissionais ligadas à indústria têxtil.

As ações judiciais e os apelos dos trabalhadores não surtiram efeito, e eles deflagaram a revolta. A partir de 1811, o movimento de destruição de máquinas espalhou-se por todo o país e contava com o apoio da população pobre, dos camponeses e de pequenos comerciantes.

Em 1812, o governo britânico instituiu uma lei que punia com a morte a destruição de máquinas e enviou mais contingentes armados para acabar com as insurreições. Por fim, os líderes do movimento foram presos, julgados e enforcados. Os ludistas, mesmo assim, continuaram atuando de forma esporádica até 1816.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O cartismo

Outro movimento de reivindicação operária, o **cartismo**, teve início em Londres, em 1838, com uma petição encaminhada ao Parlamento por uma associação de trabalhadores. A chamada Carta do Povo apresentou mais de um milhão de assinaturas reivindicando o voto secreto, o sufrágio universal masculino, o direito dos operários a candidatar-se ao Parlamento, entre outras reivindicações. A recusa do documento pelo Parlamento desencadeou uma série de protestos.

Quatro anos depois, o movimento apresentou outra petição, com 3,3 milhões de assinaturas. Entre as exigências apresentadas estavam o aumento salarial, a redução da jornada de trabalho, a proibição do trabalho infantil e a regulamentação do trabalho feminino.

Por volta da década de 1850, o movimento cartista foi completamente desarticulado em razão da repressão do Estado. Entretanto, as ações cartistas influenciaram a luta operária em todo o mundo ocidental.



WILLIAM EDWARD KILBURN – COLEÇÃO REAL, LONDRES

Multidão em manifestação cartista em Londres, Reino Unido. Fotografia de 1848.

A organização dos trabalhadores

As organizações de trabalhadores (*Trade Unions*) já existiam na Grã-Bretanha desde 1720. As primeiras associações permanentes de trabalhadores estavam relacionadas a ofícios nos quais predominava o trabalho manual e artesanal. Com a Revolução Industrial, porém, esse processo se acelerou e se radicalizou. Aglomerados nas fábricas, os trabalhadores começaram a se ver como um grupo social.

Em 1833, as mobilizações sociais conseguiram limitar o trabalho das crianças entre 10 e 13 anos a 48 horas semanais e das que tinham entre 13 e 18 anos a 69 horas semanais. Foi estabelecido ainda o direito dessas crianças a duas horas por dia para ir à escola. Em 1834, a classe operária britânica formou a primeira central de trabalhadores (*Grand National Consolidated Trade Unions*). Depois de muitas greves, em 1847, o movimento operário conseguiu a redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias.

Em 1871, os sindicatos foram legalizados, resultado da pressão de trabalhadores que se uniam por direitos e interesses comuns, como a luta contra a prática da redução de salários. Um dos lemas dos trabalhadores era: "um salário digno por uma jornada de trabalho digna".

Por fim, a longa luta dos trabalhadores na conquista de melhores condições de vida e de trabalho forjou uma nova consciência de classe, com princípios, interesses e concepções próprias do proletariado em aberta oposição aos valores e interesses da burguesia, tensão essa constituinte do sistema capitalista.

A citação sobre o lema dos trabalhadores foi retirada de ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora da Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 266.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os resultados humanos da Revolução Industrial

A Revolução Industrial não atingiu todas as pessoas da mesma maneira. No texto a seguir, o historiador inglês Eric Hobsbawm discute os resultados da Revolução Industrial apresentando as classes que se beneficiaram e as que foram as mais prejudicadas, sobretudo nos estágios iniciais desse processo.

Nossa tendência é perguntar: ela [a Revolução Industrial] deixou as pessoas em melhor ou em pior situação? E até que ponto? Para sermos mais precisos, interrogamo-nos qual foi o volume de poder aquisitivo, ou bens, serviços e assim por diante, que o dinheiro pode comprar, que ela proporcionou a que quantidade de indivíduos [...].

Tais questões são importantes, mas também conduzem a equívocos. Saber se a Revolução Industrial deu à maioria dos britânicos mais ou melhor alimentação, vestuário e habitação, em termos absolutos ou relativos, interessa, naturalmente a todo historiador. Entretanto, ele terá deixado de apreender o que a Revolução Industrial teve de essencial se esquecer que ela não apresentou um simples processo de adição e subtração, mas sim uma mudança social fundamental. Ela transformou a vida dos homens a ponto de torná-la irreconhecível. Ou, para sermos mais exatos, em suas fases iniciais ela destruiu seus antigos estilos de vida, deixando-os livres para descobrir ou criar outros novos, se soubessem ou pudessem. Contudo, raramente ela lhes indicou como fazê-lo.

Existe, na verdade, uma relação entre a Revolução Industrial como provedora de conforto e como transformadora social. As classes cujas vidas sofreram menor transformação foram também, normalmente, aquelas que se beneficiaram, de maneira mais óbvia, em termos materiais (e vice-versa), de sua incapacidade de perceber o que estava perturbando os demais, [...] [isso] devia-se não só à sua satisfação material, como também à satisfação moral. [...]

Assim, salvo para melhor, a aristocracia e os proprietários da terra britânicos foram pouquíssimo afetados pela industrialização. Suas rendas inflaram com a procura de produtos agrícolas, com a expansão das cidades (em solos de sua propriedade) e com o desenvolvimento de minas, forjas e estradas de ferro (situadas em suas propriedades ou que passavam por elas). E mesmo quando os tempos eram ruins para a agricultura [...] era improvável que empobrecessem. Sua predominância social permaneceu intacta [...].

[...]

O mesmo não acontecia aos pobres, aos trabalhadores (que, pela própria essência, constituíam a maioria), cujo mundo e cujo estilo de vida tradicionais tinham sido destruídos pela Revolução Industrial, sem que fossem substituídos automaticamente por qualquer outra coisa. É essa desagregação que forma o cerne da questão dos efeitos sociais da industrialização.

Mulher observa vitrine em uma via pública de comércio de luxo, em São Paulo, estado de São Paulo. Fotografia de 2020. Diferentemente de outros setores comerciais, o segmento de luxo se adapta melhor a períodos de crise econômica. Conforme os dados da Associação Brasileira das Empresas de Luxo (Abrael), em 2020, quando teve início a pandemia de covid-19, o mercado nacional de bens de luxo teve saldo positivo, faturando cerca de R$ 27 bilhões.



EDUARDO ANIZELLI/FOLHAPRESS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS



Eletrodomésticos à venda em loja no centro de Londrina, no Paraná. Fotografia de 2022. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 98,4% dos domicílios brasileiros possuíam geladeira, 70,2% tinham máquina de lavar roupa e 49,8% dispunham de carro para uso pessoal. Nesse mesmo ano, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o endividamento atingia, em média, 77,9% das famílias brasileiras.

Numa sociedade industrial, a mão de obra é em muitos aspectos diferente da que existe na sociedade pré-industrial. Em primeiro lugar, é formada em maioria absoluta por "proletários", que não possuem qualquer fonte de renda digna de menção além do salário em dinheiro que recebem por seu trabalho. [...]

Em segundo lugar, o trabalho industrial [...] impõe uma regularidade, uma rotina e uma monotonia totalmente diferentes dos ritmos pré-industriais de trabalho – que dependem da variação das estações e do tempo, da multiplicidade de tarefas em ocupações não afetadas pela divisão racional do trabalho, pelos caprichos de outros seres humanos ou de animais, e até mesmo pelo desejo de se divertir em vez de trabalhar. [...]

Em terceiro lugar, na era industrial o trabalho passou a ser realizado cada vez mais no ambiente sem precedentes da grande cidade [...].

[...]

Outra coisa que não se discute é que houve certas classes cujas condições sem dúvida pioraram. Tal foi a sorte dos trabalhadores agrícolas [...]. A mesma sorte se abateu sobre aqueles que ganhavam a vida em atividades e ocupações decadentes, degradadas pelo progresso técnico. Os [...] tecelões manuais constituem o exemplo mais conhecido, mas não foram eles os únicos. Tornavam-se cada vez mais famintos e, numa tentativa vã de competir com as novas máquinas, trabalhavam cada vez mais barato. [...]

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 70-84.

Atividades

Responda no caderno.

1. De acordo com o historiador Eric Hobsbawm, como os resultados da Revolução Industrial são geralmente discutidos? Qual é a crítica que o autor faz às avaliações que levam em conta somente os aspectos materiais desses processos?
2. De acordo com o autor, de que maneira a Revolução Industrial impactou as diferentes classes sociais? Qual foi o contraponto para as classes trabalhadoras, sobretudo no início desse processo?
3. Como as análises de Eric Hobsbawm sobre a Revolução Industrial contribuem para pensarmos a realidade brasileira exposta pelas fotografias e suas respectivas legendas presentes nesta seção? Debata essa questão com os colegas.
4. Atualmente, os trabalhadores vivem nas mesmas condições que o proletariado do início da Revolução Industrial? Debata essa questão com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A expansão do capitalismo industrial

Como você estudou, os britânicos saíram na frente no processo de mecanização da produção fabril. No decorrer do século XIX, embora de maneira desigual, a industrialização espalhou-se paulatinamente por outras economias dos continentes europeu e americano.

Nesse processo, o Reino Unido foi um dos principais fornecedores de conhecimentos técnicos e de minérios utilizados como recurso energético e matéria-prima aos países que estavam se industrializando. Em 1850, os britânicos produziram 49 milhões de toneladas de carvão mineral, mantendo-se na liderança do setor. Quanto ao ferro, no ano de 1870, o país produziu aproximadamente 6 milhões de toneladas, mais que a produção somada de Estados Unidos, Alemanha e França.

O crescimento da indústria também dependia de meios de transporte baratos, rápidos e eficazes. A primeira linha ferroviária regular foi inaugurada no Reino Unido em 1830, mas ao final da década de 1870, com extensões variáveis, as ferrovias já cruzavam toda a Europa e era possível encontrá-las também em alguns países dos continentes asiático, africano e americano. Conforme o historiador Eric Hobsbawm,

> [...] por volta de 1875, o mundo possuía 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros, meio milhão de vagões de carga transportando, como era estimado, 1.371 milhão de passageiros e 715 milhões de toneladas de mercadorias ou, em outras palavras, nove vezes mais do que era carregado anualmente por via marítima (média) naquela década.
>
> HOBSBAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 68.

Foram construídos milhares de quilômetros de vias férreas interligando as regiões produtivas aos polos comerciais e às cidades portuárias, o que promoveu, ao mesmo tempo, a expansão da industrialização, do comércio e dos investimentos internacionais.

Na esteira da expansão do capitalismo, ocorreu um processo de aceleração do processo de urbanização. Entre 1850 e 1880, Paris passou de 1 milhão para 1,9 milhão de habitantes, enquanto Londres saltou de 2,5 milhões para 3,9 milhões de habitantes. Estima-se que, no período, houvesse mais de 30 cidades com população superior a 200 mil habitantes espalhadas pela Europa. Além de contar com um bom número de fábricas, essas cidades desenvolveram o setor de serviços e se transformaram em centros de transporte, administração e comércio.

Nos diversos países que foram se industrializando, o Estado proveu investimentos financeiros e o arcabouço jurídico-institucional necessários à realização de grandes obras de infraestrutura, como a construção de ferrovias, e à expansão da industrialização e da urbanização.

Os dados referentes à expansão demográfica das cidades foram retirados de HOBSBAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 219.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **De que maneira os dados citados nesta página representam a expansão do capitalismo?**
2. **Observe a fotografia e reflita sobre a racionalização geométrica em relação ao setor urbanístico. Por que essa forma de construção parece se adequar melhor ao capitalismo industrial?**



CLÉMENT MOUCHET/ALAMY/FOTOARENA

Arco do Triunfo em Paris, França. Fotografia de 2023. Na segunda metade do século XIX, Paris passou por uma grande reforma urbanística. A racionalização geométrica da reforma substituiu o traçado sinuoso das ocupações irregulares típicas do período medieval.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Desenvolvimento tecnológico e científico no século XIX

No século XIX, ocorreu uma vinculação mais estrita entre a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e o setor produtivo, abrindo caminho para a chamada **Segunda Revolução Industrial**. Essa integração se caracterizou pelo interesse dos cientistas nos avanços tecnológicos da indústria e o correspondente interesse por parte dos engenheiros e inventores nas teorias científicas.

Como você estudou, na segunda metade do século XVIII, James Watt introduziu melhorias na máquina a vapor, aprimorando seu potencial energético e convertendo o movimento retilíneo do pistão em movimento rotativo, volante. Tais inovações permitiriam que se utilizasse a máquina a vapor para mover maquinários industriais, além das embarcações e dos trens que passaram a circular no século XIX.

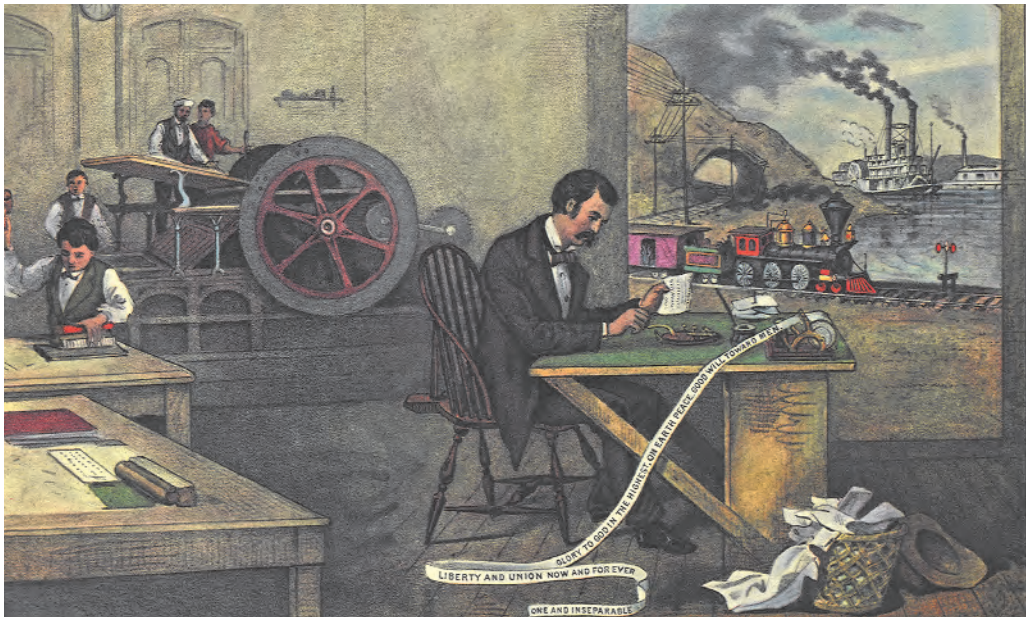
Nas siderúrgicas britânicas, o processo desenvolvido por Henry Bessemer em 1856 – e, depois, o alto-forno, projetado por Wilhelm Siemens em 1864 – permitia remover o excesso de carbono e de outras impurezas do ferro em fusão, acelerando e barateando a produção do aço. Essa liga metálica seria utilizada nas décadas seguintes na indústria e como material de construção nas cidades em pleno processo de urbanização.

Também na década de 1850, foi perfurado o primeiro poço de petróleo nos Estados Unidos. Pesquisas na área da petroquímica permitiram o refino do óleo e o surgimento de derivados como óleo diesel, gás natural e gasolina. Esses combustíveis passariam a ser utilizados na iluminação pública, na indústria e como material carburante para os motores a combustão interna, que seriam desenvolvidos no final do século.

Outra grande inovação do período foi o aproveitamento comercial da eletricidade. Na década de 1830, o estadunidense Samuel Morse desenvolveu o telégrafo elétrico e o código Morse. O telégrafo permitia o envio por cabo de impulsos elétricos entre estações telegráficas. Já o código permitia representar tais impulsos em algarismos e letras, viabilizando a comunicação a longa distância.

Por volta da década de 1840, os Estados Unidos e o Reino Unido já estavam aplicando essa nova tecnologia. Em 1869, cerca de 200 mil quilômetros de cabos telegráficos estavam espalhados por diversos países e estações telegráficas do continente europeu. Na década seguinte, a instalação de cabos telegráficos submarinos possibilitou a comunicação intercontinental. Graças a essa tecnologia, milhões de mensagens foram trocadas mundialmente.

Os dados referentes à expansão telegráfica foram retirados de HOBSBAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 73-74.



PICTURENOW/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Progresso do século: prensa a vapor, eletricidade, telégrafo elétrico, locomotiva e barco a vapor, gravura de Nathaniel Currier e James Ives, 1876.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A profissionalização das ciências

Até o fim do século XVIII, a cultura científica estava restrita a determinados grupos de sábios e curiosos, formados em geral por burgueses ricos ou nobres. Isso mudou quando os interesses da indústria somados aos dos Estados nacionais em empregar matemáticos, médicos e engenheiros na administração pública contribuíram para impulsionar o desenvolvimento científico.

Nesse cenário, nos grandes centros urbanos houve uma expansão de instituições de Ensino Superior, de escolas politécnicas, de associações científicas e universidades. Essas instituições ganharam crescente importância com a organização de cursos em moldes semelhantes aos atuais e com a instalação de laboratórios especializados nos diversos setores da pesquisa científica.

Esse processo de institucionalização das ciências foi acompanhado da profissionalização da prática científica. Na década de 1830, surgiu o termo cientista, que designava o novo profissional dedicado exclusivamente à produção de conhecimento científico, exercendo atividade remunerada e vinculado a instituições de ensino, programas e laboratórios de pesquisa.

As pesquisas e descobertas científicas tiveram enorme impacto social. Por exemplo, os debates, as controvérsias e as contribuições de André-Marie Ampère e Michael Faraday, entre outros, no campo do eletromagnetismo, permitiram a construção de transformadores, motores e geradores, possibilitando o funcionamento do telégrafo elétrico e, no fim do século XIX, a iluminação pública e a tração de bondes elétricos.

Além da física, outros campos científicos também assistiram a desenvolvimentos significativos no período. O avanço da química, por exemplo, teve implicações no progresso da agricultura, mineração, metalurgia, indústria alimentícia, têxtil, farmacêutica, entre outras. Já no campo da microbiologia, estruturada na segunda metade do século XIX, despontaram as pesquisas de Louis Pasteur e Robert Koch. O estudo de micro-organismos, como bactérias, vírus, bacilos e protozoários, resultou no progresso da medicina, favorecendo o diagnóstico, o tratamento e a prevenção de doenças.

Em alguns casos, a nova cultura científica chocava-se com as tradições religiosas herdadas do passado, como é o caso da reação de alguns religiosos à teoria da evolução do naturalista Charles Darwin. A polêmica, como você estudou anteriormente, expressa o confronto entre os setores mais conservadores da sociedade e a adesão entusiasta dos grupos mais progressistas, além de evidenciar o alcance das descobertas científicas e seu impacto na vida do ser humano a partir do século XIX.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK – ROYAL INSTITUTION, LONDRES

Michael Faraday lecionando na Royal Institution. Gravura de Alexander Blaikley de cerca de 1856. Entre as atribuições dos cientistas estão a participação em congressos e as demonstrações públicas para que sua produção seja divulgada, validada ou revisada por seus pares.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A popularização das ciências

Paralelamente ao processo de profissionalização e institucionalização das ciências, surgiram novos conceitos de divulgação e popularização científica, com base em publicações especializadas, endereçadas ao cientista profissional, mas também com conteúdos interessantes destinados ao leitor comum.

O aperfeiçoamento dos meios de transporte e de comunicação contribuiu para a popularização do conhecimento científico. O emprego da máquina a vapor permitiu a mecanização da imprensa, o que acelerou e barateou a produção de livros, jornais e revistas, favorecendo a aquisição desses materiais por públicos mais vastos. Já a ferrovia possibilitou o transporte de cartas, documentos, livros e revistas de modo rápido e eficiente, facilitando a difusão de novas ideias.

Ao mesmo tempo, o avanço do letramento criava um público leitor para as novas publicações. A partir da segunda metade do século XIX, os jornais com maiores tiragens abriram espaços para veicular notícias sobre passagens de cometas, catástrofes naturais, conselhos médicos e os últimos avanços das ciências. Também surgiram enciclopédias, almanaques, revistas dedicadas à popularização das ciências que eram lidos com entusiasmo por um público ávido por novidades. Dentre os exemplos, destaca-se o projeto francês Biblioteca das Maravilhas de 1865, publicação em fascículos destinados a abordar os diversos aspectos da natureza, como fenômenos climáticos, lugares inóspitos, maravilhas celestes, viagens aéreas etc.

Nesse período, a escola também se tornaria uma das instituições responsáveis pela divulgação do conhecimento científico. Inicialmente, a França e a Alemanha, seguidas de outros países europeus e do continente americano, interessadas na formulação de uma unidade cultural, investiram no ensino de uma língua e de uma história nacionais e na expansão da escolarização universal, pública, obrigatória e gratuita.

Paulatinamente, as ciências da natureza passaram a figurar na grade curricular das escolas, que antes davam ênfase à cultura religiosa e ao estudo do latim e do grego e de suas respectivas literaturas. Esse processo não foi o mesmo em todos os países, mas seguiu linhas gerais que associaram secularização, escolarização e formação do Estado-nação.

Dica

20.000 léguas submarinas

Júlio Verne. Roteiro: João Marcos. Ilustrações: Will. 2. ed. São Paulo: Nemo, 2015.

Júlio Verne é um escritor francês considerado um dos inventores do gênero literário ficção científica no século XIX. Em *20.000 léguas submarinas*, adaptação para HQ da obra homônima publicada em livro em 1870, aborda-se, com uma narrativa envolvente, a construção de um moderno submarino e a exploração das profundezas das águas oceânicas.



HERITAGE ART/HERITAGE IMAGES/GETTY IMAGES

Alunas em um laboratório de ciências de uma escola em Washington, Estados Unidos. Fotografia do final do século XIX. A difusão de laboratórios nas escolas foi bastante irregular. Entretanto, a entrada das ciências no currículo escolar foi acompanhada de novas metodologias de ensino e da modificação dos espaços escolares. Quando possível, gabinetes de física, de química e anfiteatros foram estruturados para receber objetos e instrumentos e para realizar apresentações científicas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. **Explique o pioneirismo britânico na Revolução Industrial.**

2. **A respeito dos preceitos do liberalismo econômico estudados neste capítulo, classifique as sentenças a seguir em verdadeiro ou falso.**

   a. O liberalismo econômico é uma teoria que defende a presença de um Estado forte e intervencionista para regulamentar a relação de oferta e de procura da produção.

   b. Para Adam Smith, a divisão social do trabalho foi fundamental para aumentar a produtividade das manufaturas e indústrias e para impulsionar a economia de um modo geral.

   c. Conforme David Ricardo, a remuneração dos trabalhadores não determina o valor de uma mercadoria, e sim a quantidade de trabalho utilizada na produção de um bem.

   d. Thomas Malthus desenvolveu uma teoria justificando que o crescimento populacional induzia o aumento de produtividade no setor agroindustrial, sendo um importante fator de crescimento econômico dos países.

3. **Sobre a resistência e a organização dos trabalhadores no enfrentamento das consequências da Revolução Industrial, faça o que se pede.**

   a. Explique o movimento dos quebradores de máquinas. Por que ele recebeu o nome de ludismo?

   b. Explique o que foi o cartismo.

   c. Os trabalhadores organizados no século XIX conquistaram alguns direitos que melhoraram suas condições de vida e de trabalho. Cite quais foram esses direitos.

4. **(Enem-MEC)**

   Os cercamentos do século XVIII podem ser considerados como sínteses das transformações que levaram à consolidação do capitalismo na Inglaterra. Em primeiro lugar, porque sua especialização exigiu uma articulação fundamental com o mercado. Como se concentravam na atividade de produção de lã, a realização da renda dependeu dos mercados, de novas tecnologias de beneficiamento do produto e do emprego de novos tipos de ovelhas. Em segundo lugar, concentrou-se na inter-relação do campo com a cidade e, num primeiro momento, também se vinculou à liberação de mão de obra.

   RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Revoluções burguesas. *In*: REIS FILHO, D. A. *et al.* (org.). **O século XX**, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (adaptado).

   Outra consequência dos cercamentos que teria contribuído para a Revolução Industrial na Inglaterra foi o

   a. aumento do consumo interno.

   b. congelamento do salário mínimo.

   c. fortalecimento dos sindicatos proletários.

   d. enfraquecimento da burguesia industrial.

   e. desmembramento das propriedades improdutivas.

5. **(UPF-RS) Observe a charge a seguir.**



FRANK & ERNEST, BOB THAVES © 1996 THAVES/DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION

Jornal do Brasil, 19 de fevereiro de 1997.

A charge retrata uma situação decorrente da Revolução Industrial. Sobre essa situação, analise as seguintes afirmações:

I. No processo de produção, os operários foram submetidos a intensa divisão do trabalho.

II. Houve intensa exploração do trabalho artesanal, em um contexto no qual cada trabalhador não tinha o direito de conhecer todo o processo de produção.

III. Os operários, em cada seção da fábrica, controlavam tanto a qualidade da matéria-prima quanto do produto final que ia para o mercado consumidor.

IV. O produto da atividade industrial não dependia do conhecimento de todo o processo produtivo por parte do operário.

Está correto apenas o que se afirma em

a. I e II. **c.** II e IV. **e.** I e IV.

b. II e III. **d.** I e III.

6. **Leia o texto a seguir e explique a importância da medição do tempo tanto para empregados quanto para empregadores.**

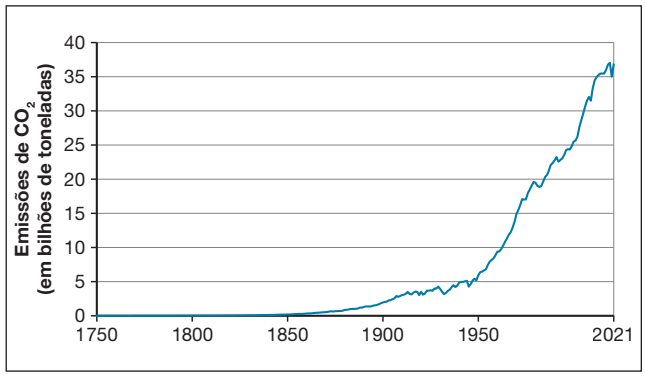
   [...] A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro.

   THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 294.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7. No gráfico a seguir, são representados os índices de concentração de dióxido de carbono na atmosfera entre os anos 1750 e 2021. Interprete as informações representadas e faça o que se pede.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA



Fonte: RITCHIE, Hannah; ROSER, Max. CO_2 emissions. **Our Word in Data**, 2020. Disponível em: https://ourworldindata.org/co2-emissions#citation. Acesso em: 12 ago. 2024.

a. Em que momento há uma mudança significativa nos valores representados no gráfico?

b. Explique o fenômeno representado e relacione-o com o que você estudou no capítulo.

c. Quais são as possíveis consequências do fenômeno representado? Explique.

8. Com base na leitura do trecho a seguir e em seus estudos, explique a relação entre os progressos industrial, científico e tecnológico nos séculos XVIII e XIX.

> A termodinâmica surgiu a partir da Revolução Industrial, que forneceu aos físicos exemplos (como a máquina a vapor) de calor em ação, inspirando-os a investigar precisamente como funcionavam essas máquinas, mas também influenciou o desenvolvimento da Revolução Industrial, na medida em que o aperfeiçoamento da compreensão científica do processo tornava possível projetar e construir máquinas mais eficientes.
>
> GRIBBIN, John. **Science**: A History. Nova York: Penguin, 2002. p. 381. (Tradução nossa).

9. Desde a Revolução Industrial, foi se desenvolvendo uma legislação específica para proteger a criança e o adolescente da exploração do trabalho infantil. Embora esse tipo de exploração atualmente apresente contornos diferentes em relação àquela época, o problema persiste. A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "A erradicação do trabalho infantil no Brasil contemporâneo", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

No Brasil, em 2019, havia 1,8 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. [...]

[...]

[...] 706 mil pessoas de 5 a 17 anos de idade [estavam] em ocupações consideradas as piores formas de trabalho infantil [...].

[...]

Em relação à taxa de escolarização, 83,6% das pessoas de 5 a 17 anos que realizavam atividades econômicas eram estudantes, percentual que baixava para 81,9% entre os que exerciam atividades econômicas em ocupações consideradas trabalho infantil perigoso [...]. A jornada de trabalho de 15 a 24 horas semanais concentrava os maiores percentuais nos dois casos [...].

[...]

Em 2019, o rendimento médio real das pessoas de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil [...] crescia conforme a idade, partindo de R$ 163 no grupo de 5 a 13 anos e alcançando R$ 561 entre as pessoas de 16 e 17 anos de idade. A estimativa para os trabalhadores infantis que eram estudantes foi de R$ 470, e aumentava consideravelmente para os que não frequentavam escola, chegando a R$ 624.

IBGE. Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 2, 5-6.

Texto 2

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...].

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. [...]

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II – atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III – horário especial para o exercício das atividades.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 10

Ideias e ideologias do mundo contemporâneo

Em suas pesquisas e leituras, você já deve ter se deparado com termos como *liberalismo*, *nacionalismo*, *socialismo*, *anarquismo* e *comunismo*. Esses termos designam algumas das principais ideologias que norteiam o discurso político no mundo contemporâneo. Mas o que é uma ideologia política? Em geral, podemos definir ideologia política como um conjunto de crenças, valores e opiniões que define como a sociedade deve operar e qual papel o governo deve desempenhar na vida dos indivíduos e das comunidades. As ideologias fornecem orientações para interpretar processos e acontecimentos políticos bem como para orientar a formulação de políticas públicas.

Você já pensou como surgiram as ideologias políticas contemporâneas? No terreno político, grande parte das instituições, valores e ideias do mundo contemporâneo provêm da Europa do século XIX. A partir da Revolução Francesa, o continente europeu passou por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais. Na Europa ocidental, houve a transição de uma sociedade agrária e tradicionalista para uma sociedade urbana e industrial, caracterizada pela dinâmica econômica e pelos conflitos de classe. A classe burguesa, possuidora do capital, triunfou sobre as aristocracias agrárias tradicionais adotando a ideologia liberal, mas procurou manter a população trabalhadora afastada do poder e desprovida de direitos.

Buscando transformar essa situação, diversos setores da sociedade se mobilizaram para lutar pela cidadania. Foram criadas associações de trabalhadores e de mulheres, houve greves e manifestações de massa pela conquista dos direitos civis e políticos que eram negados à população. O socialismo, o anarquismo e o comunismo eram as ideologias que norteavam a ação política desses grupos. O nacionalismo, por sua vez, era a que orientava a busca de autonomia por parte de povos e minorias oprimidos por impérios poderosos, como o Império Turco-Otomano, o Império Austro-Húngaro e o Império Russo.

Conhecer como surgiram essas ideologias e os processos sociais e políticos aos quais elas estão vinculadas ajuda a entender melhor o mundo em que vivemos e a importância da luta contínua pela ampliação dos direitos e pela cidadania. Isto é o que estudaremos neste capítulo.



LEXANDROS MICHAILIDIS/ALAMY/FOTOARENA

Trabalhadores protestam contra o fechamento de uma fábrica automobilística em Bruxelas, na Bélgica. Fotografia de 2024. Na faixa está escrito: "A indústria é nossa!". Greves e manifestações são instrumentos utilizados pelos trabalhadores para garantir ou expandir diretos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As revoluções liberais na Europa no século XIX

A Revolução Francesa (1789-1799) é o evento escolhido como marco inicial da Idade Contemporânea ou contemporaneidade. Isso se justifica porque, além de por fim ao absolutismo e às estruturas sociais do Antigo Regime, as ideias surgidas naquele contexto, como a igualdade de todos diante da lei, a garantia das liberdades individuais e a responsabilidade dos governantes em relação aos governados, serviram de referência para revoltas e revoluções que puseram em xeque a ordem vigente em outros lugares do mundo.

O primeiro grande desdobramento da Revolução Francesa foi a ditadura de Napoleão Bonaparte. Como você já estudou, entre 1799 e 1815, ele conduziu uma série de campanhas militares, depôs monarcas absolutistas, difundiu valores revolucionários e alterou o mapa político do continente europeu em favor da França.

A partir de 1815, ao reinstalar as monarquias depostas por Napoleão e restabelecer a sociedade hierárquica do Antigo Regime, o Congresso de Viena marcou a política europeia pelo conservadorismo. Buscava-se, a todo custo, suprimir os movimentos nacionalistas, liberais e de trabalhadores, bem como evitar guerras que desestabilizassem a ordem internacional. Esse conservadorismo, que visava conter conflitos e manter a ordem estabelecida, teve sua principal expressão na **Santa Aliança**, uma coalizão formada por Áustria, Prússia e Rússia.

Contudo, as condições em que os monarcas restaurados assumiram o poder mostraram que não era possível retornar pura e simplesmente à ordem social, política e econômica vigente no Antigo Regime. Os novos regimes foram obrigados a fazer concessões às reivindicações populares. A restauração da monarquia na França, por exemplo, fez-se sob uma constituição que limitava o poder do rei.

O Reino Unido, no entanto, não aderiu à postura antiliberal do Congresso de Viena, uma vez que lá os poderes do monarca eram regulados pelo parlamento e já vigoravam muitas das liberdades individuais reivindicadas pelos revolucionários desde o século XVII. Por isso, quando as potências absolutistas propuseram intervir na América Latina para restaurar os impérios coloniais da Espanha e de Portugal, o Reino Unido opôs-se, inclusive porque àquela altura queria que o continente americano tivesse liberdade econômica para ser consumidor de seus produtos.

Após o Congresso de Viena, a sociedade europeia ficou ideologicamente dividida. De um lado estavam os conservadores, que desejavam o restabelecimento integral do Antigo Regime. De outro, encontravam-se os liberais e nacionalistas, que queriam prosseguir com as transformações sociais interrompidas pela restauração monárquica. As tensões sociopolíticas do momento traduziram-se em uma série de revoltas e revoluções no continente europeu na primeira metade do século XIX.



MUSEU CARNAVALET, PARIS

Gravura representando a tomada do Forte de Trocadero, produzida no século XIX. O forte, localizado na cidade de Cádiz, na Espanha, foi tomado pelas tropas francesas sob o comando do General Bordesoulle na companhia do Duque de Angoulême e Guilleminot, em 1823.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O liberalismo: bandeira dos revolucionários

O **liberalismo** foi uma das ideologias que nortearam a onda revolucionária em toda a primeira metade do século XIX na Europa. Trata-se de uma forma de pensamento que se estruturou tendo como base a ideia de que os indivíduos possuem direitos inerentes e inalienáveis, como o direito à propriedade privada, à liberdade de expressão, à liberdade de consciência e de serem tratados como iguais diante da lei. Em resumo, o liberalismo é uma doutrina que visa proteger os direitos e prerrogativas dos indivíduos em relação a qualquer poder arbitrário, seja ele do Estado, seja da religião, seja de qualquer outra instituição.

As características dessa ideologia variaram conforme a região, os grupos sociais e a situação política e econômica de cada país. Para a burguesia industrial, por exemplo, o liberalismo significava, acima de tudo, o direito de produzir e comercializar livremente, sem a intervenção do Estado. Já para as classes populares urbanas, o que mais importava era a liberdade de organização e de expressão, por meio das quais seria possível articular seus interesses em torno de causas em comum.

A onda revolucionária dos anos de 1820

A primeira grande onda revolucionária ocorreu por volta de 1820, quando eclodiram revoltas de caráter liberal na Itália, na Espanha, em Portugal e na Grécia, países predominantemente agrários nos quais o poder era controlado por uma pequena elite de donos de terra. Conforme você estudou, a Revolução do Porto, ocorrida em 1820 em Portugal, demandou o retorno da Corte portuguesa que havia se refugiado no Brasil em 1807 devido à invasão napoleônica. O movimento teve êxito em forçar o retorno do rei dom João VI e resultou na promulgação da primeira Constituição portuguesa em 1822, marcando o início da transição do regime absolutista para um governo constitucional.

Outra revolução importante foi o movimento pela independência da Grécia, que se iniciou em 1821. Impulsionados por ideais nacionalistas, os gregos organizaram-se e se rebelaram em várias regiões do país contra a dominação do Império Turco-Otomano. O movimento recebeu apoio financeiro e ajuda militar de liberais de toda a Europa e resultou em anos de conflito armado. A independência grega foi oficialmente reconhecida pelas grandes potências em 1829.



CHRIS JACKSON/GETTY IMAGES

Crianças marcham em Desfile Militar em comemoração do Dia da Independência da Grécia na Praça Syntagma, festejado em 25 de março. Fotografia de 2021. A independência grega demarcou o orgulho nacional grego e a soberania do país, servindo de exemplo aos demais povos e regiões que se encontravam submetidos à dominação estrangeira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As Revoluções de 1830

Após a queda de Napoleão, a dinastia dos Bourbon foi restaurada na França já em 1815. Mais tarde, em 1824, Carlos X chegou ao poder iniciando uma política mais autoritária e com princípios absolutistas: as **Ordenanças de Julho** determinavam a dissolução da Câmara dos Deputados (de maioria liberal), a supressão da liberdade de imprensa e a redução do eleitorado, entre outras medidas repressivas. A população revoltou-se, ergueu barricadas nas ruas e forçou a abdicação do rei.

Com a queda da dinastia dos Bourbon, os parlamentares franceses entregaram o trono ao primo do rei deposto, Luís Felipe de Orleans, que ficou conhecido como o "rei burguês". O principal desafio da **Monarquia de Julho**, como se tornou conhecida, era afastar duas ameaças: o retorno do absolutismo e a formação de uma república democrática.

Os movimentos revolucionários na França repercutiram nos países vizinhos. A Bélgica declarou sua independência da Holanda; na Polônia, houve um levante contra o domínio russo, que logo foi reprimido pelo czar. Na Itália e na Alemanha também ocorreram revoltas, que deram início ao processo de unificação desses países, que ocorreria décadas mais tarde.

Saiba mais

O **Romantismo**, movimento estético que exaltava a individualidade criadora como valor máximo, foi a principal expressão do pensamento liberal na literatura e nas artes. Os personagens dos romances da literatura da época evidenciavam a valorização da individualidade única de cada pessoa e a revolta contra as convenções e hierarquias sociais rígidas.

Segundo Victor Hugo, um dos principais representantes do romantismo na França:

> O romantismo, mal definido tantas vezes, não existe [...] se não for encarado pelo lado militante, que é o do liberalismo em literatura. Esta verdade já foi compreendida por quase todos os homens de bom senso, cujo número é grande; e logo [...] o liberalismo literário não será menos popular que o liberalismo político. A liberdade na arte, a liberdade na sociedade, eis o duplo objetivo que devem ter em mente, numa única marcha, os espíritos consequentes e lógicos.

HUGO, Victor [1830]. Prefácio a Hernani. *In*: LOBO, Luiza. **Teorias poéticas do romantismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 135.



EUGENE DELACROIX - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

A Liberdade guiando o povo, pintura de Eugène Delacroix, 1830. A obra, uma das principais expressões do Romantismo, se tornou ícone das Revoluções de 1830 na França.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Analisando o quadro, identifique os personagens representados e a ação que se desenrola na cena.**
2. **Para o pintor, o que significou a Revolução de 1830?**
3. **De que maneira a pintura representa valores da arte romântica e da França como nação?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Tudo isto me parece um sonho

Direção: Geraldo Sarno. Brasil, 2008. 145 minutos.

Inspirado na vida do general pernambucano José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869), que participou da Revolução Praieira depois de ter lutado, junto com Simón Bolívar, pela independência da América Espanhola. Este premiado longa-metragem procura compreender a complexidade e a diversidade das diversas temáticas sociais e culturais existentes no Brasil.

Classificação indicativa de *Tudo isto me parece um sonho*: 14 anos.

A Primavera dos Povos

Em 1848, eclodiu a maior das ondas revolucionárias que varreram a Europa durante o século XIX. As revoltas resultaram da crise na economia europeia durante as décadas de 1830 e 1840 e da repressão política das monarquias restauradas, que geraram profundo descontentamento popular.

As revoltas europeias de 1848 ficaram conhecidas como **Primavera dos Povos**: a estação do ano na qual a natureza se manifesta exuberante ao fim dos rigores do inverno foi utilizada como metáfora para designar a reação dos povos europeus ao autoritarismo. Entre os motivos que levaram a população às ruas estavam o desemprego, o aumento do custo de vida nas cidades e a prolongada temporada de secas no campo.

As principais reivindicações dos manifestantes eram demandas por liberdade política, igualdade social e direitos civis. Os revolucionários buscavam a derrubada dos governos monárquicos autoritários e o estabelecimento de governos constitucionais e democráticos. Eles também se pautavam por questões sociais, como melhorias nas condições de vida e de trabalho.

Além disso, as revoluções também estimularam movimentos separatistas de cunho nacionalista em Estados dominados por impérios estrangeiros, caso da Polônia, que fazia parte do Império Russo, e da Irlanda, que integrava o Reino Unido. O Império Austríaco enfrentou revoltas de algumas das nacionalidades que compunham o império, como de húngaros, italianos e tchecos. Além disso, houve movimentos em defesa da unificação em territórios fragmentados, como nos Estados italianos e alemães.

Embora cada movimento tivesse suas especificidades, e apesar de algumas conquistas temporárias em certos países, a maioria deles foi duramente reprimida pelas forças da reação monárquica. Apesar das derrotas, a Primavera dos Povos deixou um legado duradouro que continuou a influenciar o continente europeu nas décadas seguintes. As ideias liberais e nacionalistas das Revoluções de 1848 influenciaram até mesmo o movimento da Revolução Praieira, que ocorreu em Pernambuco entre 1848 e 1850.

Europa: Revoluções de 1848



Fonte: DUBY, Georges. **Atlas histórico mundial**. Barcelona: Larousse, 2010. p. 231-232.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolução de 1848 na França

A França foi o epicentro da Primavera dos Povos. Luís Felipe de Orleans foi alvo de revoltas populares que culminaram em sua abdicação em fevereiro de 1848, ainda que, ao substituir Carlos X em 1830, ele tenha restabelecido a monarquia constitucional.

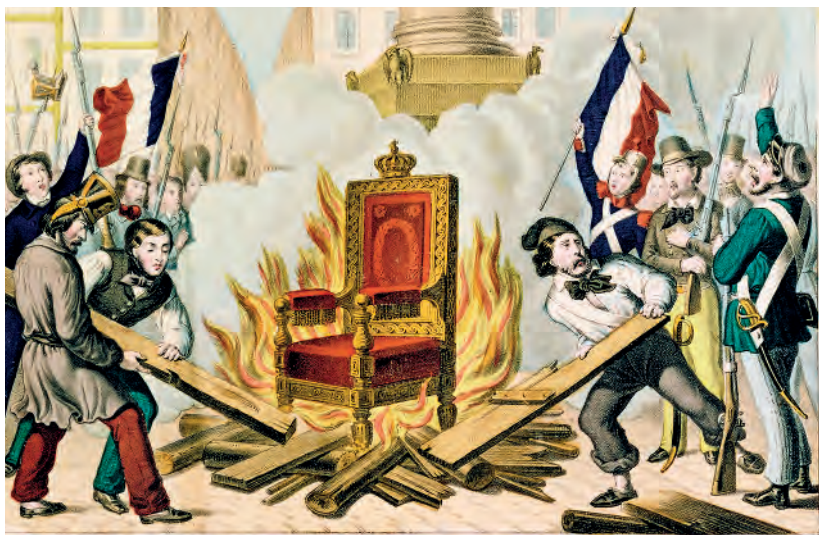
Entretanto, a instituição de mecanismos como o voto censitário concedia a apenas aproximadamente 3% da população masculina adulta francesa o direito de exercer a cidadania. A maior parcela da população não tinha renda suficiente para poder votar e ser votada nas eleições. Além disso, o país atravessava uma grave crise econômica que atingiu a agricultura e o setor fabril, agravando a situação de miséria da classe trabalhadora.

No lugar de Luís Felipe, formou-se em fevereiro de 1848 um governo provisório chamado **Segunda República Francesa**. Pressionado pelas insurreições populares, o governo provisório tomou algumas medidas para acalmar a população, como estabelecer o sufrágio universal masculino para todos os homens maiores de 21 anos, sem restrições de renda, que passaram a ter direito de participar das eleições e candidatar-se a cargos públicos.

O governo provisório criou também o Ministério do Trabalho, limitou a jornada de trabalho a dez horas diárias, legalizou os sindicatos e implantou as oficinas nacionais, onde operários realizavam trabalhos temporários em obras públicas, como construção de estradas e aragem de terras desocupadas.

Mais tarde, nas eleições para a Assembleia Constituinte, a burguesia e as camadas médias urbanas conquistaram a maior parte dos votos. Nesse contexto, as oficinas foram desativadas, prejudicando o operariado. Novas revoltas eclodiram em Paris em junho de 1848 e, após três dias de conflitos, foram violentamente reprimidas, levando cerca de 1.500 pessoas à morte.

Em novembro de 1848, a Assembleia promulgou uma constituição, que foi elaborada para manter o poder nas mãos das camadas mais ricas. Nas eleições presidenciais de dezembro de 1848, Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho do ex-imperador Napoleão, foi eleito presidente da república. Ele explorou a imagem do tio para obter o apoio dos monarquistas, da burguesia e dos camponeses. No final de 1851, quando acabaria seu mandato, Luís Napoleão deu um golpe de Estado e, no ano seguinte, assumiu o trono francês com o título de imperador Napoleão III.



ARCHIVES CHARMET/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

O povo queima o trono na praça da Bastilha, gravura de 1848.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Que elementos da gravura evidenciam que uma revolta popular estava em curso? Quem é o alvo principal dessa revolta?
2. Em sua opinião, por que a bandeira da França foi representada na gravura?
3. Representações como essa circularam por toda a Europa. Elas ajudaram a criar uma cultura visual para as revoltas contra a ordem política estabelecida que perdurou pelo menos ao longo das primeiras décadas do século XX. Por que essa gravura teve tanto apelo em outros países europeus?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A ascensão do nacionalismo

Durante o Antigo Regime, não havia noção clara de pertencimento a determinada nação. As pessoas se identificavam por pertencer a uma religião, por viver em certa região ou pela obediência à dinastia reinante. Foi apenas na passagem do século XVIII para o XIX que o **nacionalismo** se estabeleceu como ideologia.

A Revolução Francesa foi um dos eventos que contribuíram para a ascensão do nacionalismo. A atitude de Luís XVI, então rei da França, recorrendo a outras potências europeias para sufocar a revolução em curso no país, foi percebida como uma "traição à pátria" e, por isso, ele acabou sendo executado. No geral, esse processo revolucionário promoveu a substituição da lealdade ao monarca pela lealdade ao Estado, que representa o povo e encarna a unidade nacional.

A expansão napoleônica também despertou o sentimento nacional entre os europeus. Em áreas invadidas pelo exército francês, como a Alemanha e a Espanha, surgiram movimentos de resistência à ocupação. Esses movimentos deram origem a uma consciência nacional que não existia antes, quando essas regiões eram dominadas por dinastias absolutistas.

Outra fonte do nacionalismo é o **tradicionalismo**. No início do século XIX, devido ao interesse de elites intelectuais e dirigentes, e sob influência do movimento romântico, houve uma crescente exaltação de tradições específicas que pudessem ser adotadas como elementos nacionais dos diferentes países: historiadores e arqueólogos restauravam documentos e monumentos históricos; filólogos e gramáticos valorizavam as peculiaridades linguísticas de determinada localidade; folcloristas restituíam os mitos, lendas e cantos de cada povo. Assim, esse movimento contribuiu para a tomada de consciência a respeito da particularidade de cada nação, encarnada em sua história e em suas tradições.

Saiba mais

Comumente, as ideias de nação e de nacionalismo são tratadas como elementos naturais ou advindas de um longo passado de vivências compartilhadas pelos habitantes de determinado território.

Entretanto, estudos historiográficos e sociológicos, como os de Benedict Anderson (1936-2015) e Eric Hobsbawm (1917-2012), mostraram que, apesar das especificidades de cada país, a nação e o sentimento nacional são construções sociais e políticas produzidas em determinadas circunstâncias e momentos históricos com o interesse de unificar o território sob um governo central.

Muitos países constituíram-se em Estados-nações sem que houvesse de fato uma identidade étnica, linguística e histórica entre seus habitantes. Não raro, aspectos da cultura dominante (do grupo no comando do Estado) se sobrepuseram à cultura dos grupos locais, levando à repressão de minorias étnicas e culturais.



JESUS MERIDA/SOPA IMAGES/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Grupo de dança se apresenta com trajes tradicionais na famosa Rua Marqués de Larios, em Málaga, na Espanha. Fotografia de 2023. A Feira de Málaga, ou Feira de Agosto, é um dos eventos de rua mais populares da Espanha. Na programação desse evento acontecem variados *shows*, entre eles os de fogos de artifícios e de dança flamenca, tão característica da cultura espanhola.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O nacionalismo na Europa Central

A guerra de independência grega, iniciada em 1821, é considerada o primeiro grande movimento nacionalista europeu. O restabelecimento da Grécia como nação soberana em 1830 marcou uma conquista significativa na luta pela liberdade nacional, que inspiraria outros movimentos nacionalistas nas décadas seguintes, em particular na Europa Central.

No século XIX, essa região era controlada por três grandes impérios: o Austríaco, o Turco-Otomano e o Russo. Formados por uma diversidade de povos, cada um com cultura própria e por vezes professando religiões distintas, esses impérios mantinham sua unidade reprimindo duramente as manifestações dos povos minoritários.

No Império Austríaco, por exemplo, grupos minoritários como húngaros, tchecos e romenos eram oprimidos pelos austríacos, que lhes impunham a cultura de língua alemã e a religião católica. Essa situação de opressão gerava conflitos, que podiam se converter em rebelião armada pela independência e reivindicação do direito de autodeterminação dos povos dominados.

Havia também casos em que os grupos étnicos de determinadas localidades submetidas a grandes impérios lutavam apenas pelo reconhecimento oficial de suas línguas e culturas e por maior autonomia administrativa no interior da estrutura política imperial. As poucas tentativas de separação efetiva por meio da rebelião armada, na maior parte das vezes, foram duramente reprimidas pelas forças imperiais e acabaram fracassando.

Os movimentos nacionalistas que obtiveram maior sucesso no século XIX foram os que ocorreram pela unificação da Itália e da Alemanha. Diferentemente de países como Portugal, Espanha, Inglaterra e França, que se unificaram gradualmente entre os séculos XII e XV, os territórios onde hoje se localizam a Itália e a Alemanha permaneceram politicamente fragmentados por muitos séculos. O país que hoje chamamos Alemanha era composto de dezenas de principados autônomos, e a Itália atual se constituía de uma diversidade de reinos, ducados e cidades independentes. A seguir, estudaremos como ocorreram esses processos.



RITU MANOJ JETHANI/SHUTTERSTOCK

Fachada do prédio da Faculdade de Direito da Universidade Charles, em Praga, na Tchecoslováquia. Fotografia de 2022. Em 1882, a Universidade de Praga foi dividida em duas instituições que empregavam o alemão ou o tcheco como idiomas de ensino. Essa divisão ocorreu em meio ao chamado Renascimento Nacional Tcheco, que buscava valorizar a cultura e a língua tchecas, e rapidamente evoluiu para o desejo de emancipação política, consolidada em 1918, com a criação da República da Tchecoslováquia.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Ao longo da vida escolar, você aprendeu a falar e escrever a sua língua materna. Explique por que esse aprendizado é importante.
2. Ainda existem jovens brasileiros que não sabem ler e escrever no idioma materno. Discuta com os colegas de que forma o analfabetismo prejudica o desenvolvimento individual e do próprio país e listem ações que podem ser feitas para mitigar esse problema.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A unificação da Itália

Na primeira metade do século XIX, o território que hoje corresponde à Itália encontrava-se dividido politicamente e parte dele estava submetida ao domínio austríaco. Com o objetivo de emancipar a Itália da ocupação estrangeira e de unificá-la sob um governo republicano, o escritor Giuseppe Mazzini fundou, em 1831, o movimento **Jovem Itália**. Para Mazzini, o levante devia ter caráter democrático e voltar-se tanto contra o domínio estrangeiro como também contra os Estados da Igreja.

Na região, a Revolução de 1848 assumiu a forma de uma série de insurreições republicanas que se espalharam pela Península Itálica e levaram algumas das monarquias e o Papado a fazer concessões, como o fim da censura e a promulgação de constituições, limitando os poderes dos monarcas. Essas concessões, porém, foram vistas como uma ameaça ao poder austríaco, que, após a queda de Napoleão, tornara-se a potência hegemônica na Europa e o principal foco de resistência às ideias liberais e nacionalistas.

Sob o governo do rei Vítor Emanuel II, com o auxílio de Camillo Benso, conhecido como o conde de Cavour, o Reino do Piemonte desempenhou papel central no processo de unificação italiana. Cavour visava unificar a Itália como uma monarquia parlamentar similar à do Reino Unido, em que o rei governaria com o auxílio de um parlamento independente.

Itália: unificação – século XIX



- Reino do Piemonte-Sardenha
- Ducados
- Estados da Igreja
- Território do Império Austríaco
- Reino das Duas Sicílias
- Territórios sob influência austríaca
- Reino Lombardo-Veneziano
- Territórios cedidos à França (1860)
- Principais batalhas
- Avanço do exército piemontês
- Expedição de Garibaldi
- Movimentos revolucionários anteriores a 1848
- Insurreições de 1848

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Com o apoio da França de Napoleão III, o conde de Cavour iniciou uma guerra contra o Império Austríaco com o objetivo de unificar o norte da Itália. As tropas austríacas foram derrotadas em 1859 na Batalha de Solferino. Em seguida, o Reino do Piemonte-Sardenha anexou os territórios centrais do país, como os ducados de Bolonha, Toscana, Módena e Parma, que eram aliados dos austríacos. Parte dos republicanos, que almejavam a unificação do país sob a forma de uma república democrática, acabou por realizar concessões estabelecendo uma aliança com o Reino do Piemonte-Sardenha. Ao mesmo tempo, partindo do sul da península, o revolucionário Giuseppe Garibaldi conquistou a Sicília e Nápoles com uma tropa de voluntários, os **camisas vermelhas**.

Em 1861, Vítor Emanuel II foi proclamado rei da Itália. Para completar o processo de unificação faltava apenas conquistar Veneza, que permanecia nas mãos dos austríacos, e os Estados Papais, que estavam sob ocupação francesa. Veneza foi conquistada em 1866; os Estados Papais, por sua vez, foram tomados em 1870, concluindo o processo de unificação política da Itália.

Fonte: DUBY, Georges. **Atlas histórico mundial**. Barcelona: Larousse, 2010. p. 231-234.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A unificação da Alemanha

No início da Idade Moderna, os povos de língua alemã constituíam o Sacro Império Romano-Germânico. O progressivo enfraquecimento desse império resultou na fragmentação política da região, com a formação de dezenas de principados relativamente autônomos, reunidos na Confederação Germânica, liderados pelo Império Austríaco. Mas a ascensão do Reino da Prússia, mais desenvolvido industrial e comercialmente, representou um desafio à hegemonia austríaca.

No século XIX, a Prússia tornou-se uma potência emergente no cenário europeu. Em 1834, com a criação do acordo econômico conhecido como **Zollverein**, os prussianos buscaram integrar alguns principados alemães sob sua influência. Esse acordo, contudo, não incluía o poderoso Império Austríaco, considerado um obstáculo à expansão da influência prussiana na região.

Com a coroação de Guilherme I como soberano do Reino da Prússia, em 1861, e a liderança do primeiro-ministro Otto von Bismarck, a ideia da unificação política alemã pôde ser enfim realizada. Para conduzir sua expansão territorial, o Estado prussiano fortaleceu seu poderio militar. Bismarck forjou uma aliança com a Áustria contra a Dinamarca. Em 1864, os dois Estados conquistaram os ducados de Schleswig e Holstein, dividindo entre as duas coroas os territórios anexados.

A aliança criada por Bismarck, no entanto, não foi feita para durar, e, logo em seguida, a Prússia provocou uma guerra contra o Império Austríaco. Buscando anexar os condados e reunir os outros Estados do norte, a Prússia criou a Confederação da Alemanha do Norte, sob sua liderança, e, favorecida por sua superioridade militar, venceu a **Guerra Austro-Prussiana** (1866).

O último passo para a unificação da Alemanha era a anexação dos Estados do sul. Bismarck conseguiu integrá-los à Prússia em uma guerra contra a França, em 1870, após despertar uma onda de nacionalismo por toda a Alemanha. Com a vitória na **Guerra Franco-Prussiana**, em 1871, o Estado alemão consolidava-se como potência militar expansionista.

Na condução do governo, com o intuito de controlar as massas e de se prevenir contra convulsões sociais, Bismarck fez algumas concessões aos movimentos dos trabalhadores por meio de uma legislação trabalhista que limitava a exploração e protegia alguns direitos básicos dos trabalhadores. Em contrapartida, estendeu para toda a Alemanha as instituições políticas autoritárias do Reino da Prússia.

Zollverein: Acordo aduaneiro para que estados alemães comercializassem livremente matérias-primas e produtos industrializados a fim de melhorar suas atividades comerciais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Alemanha: unificação – século XIX



Fontes: ALBUQUERQUE, Manoel M. de *et al*. **Atlas histórico escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 1986. p. 134-135; KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. **Atlas histórico mundial**: de los orígenes a la Revolución Francesa. Madri: Istmo, 1982. p. 78.

A luta pela cidadania

As revoluções que ocorreram na Europa entre 1789 e 1848 removeram os obstáculos que impediam o desenvolvimento do capitalismo industrial no continente. As **legislações liberais**, instituídas em grande parte dos países europeus, garantiram liberdade econômica à burguesia e o apoio do Estado para grandes projetos de infraestrutura.

À medida que o capitalismo mecanizava a produção agrícola, milhares de camponeses pobres migravam do campo para a cidade a fim de trabalhar nas fábricas. Entretando, a expansão da industrialização, o avanço da urbanização, o desenvolvimento científico e as inovações tecnológicas contrastavam com as condições de vida e de trabalho da classe operária.

Associações operárias para ajuda mútua eram proibidas, e o sistema de voto censitário assegurava a manutenção do poder político nas mãos da alta burguesia. Além disso, com base no liberalismo econômico clássico, o Estado não deveria intervir na relação entre patrões e empregados, que devia se basear na livre negociação. Assim, em boa parte do século XIX, não havia legislação trabalhista, o que tornava a exploração da mão de obra praticamente ilimitada. Como estudamos no capítulo anterior, tirando vantagem dessas condições e com o objetivo de elevar seus lucros, os empresários empregavam crianças e mulheres, cujos salários eram bem inferiores aos dos homens adultos.

Para garantir a obediência dos operários nas fábricas europeias, eram impostos sistemas rigorosos de disciplina. Os trabalhadores podiam receber multas, ter o pagamento suspenso ou ser demitidos em caso de faltas, atrasos, falhas nos produtos fabricados, deterioração das máquinas por falta de manutenção, discussões com o chefe, deslocamento de seu posto de trabalho, entre muitos outros comportamentos.

Leia o relato de um operário anônimo sobre o controle do tempo no interior das fábricas.

> [...] os mestres e os gerentes faziam conosco o que desejavam. Os relógios nas fábricas eram frequentemente adiantados de manhã e atrasados à noite; em vez de serem instrumentos para medir o tempo, eram usados como disfarces para encobrir o engano e a opressão. Embora isso fosse do conhecimento dos trabalhadores, todos tinham medo de falar, e o trabalhador tinha medo de usar relógio, pois não era incomum despedirem aqueles que ousavam saber demais sobre a ciência das horas.
>
> CHAPTERS in the life of a Dundee factory boy [1887]. *In*: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 294.

A pobreza desesperadora, tanto no campo como na cidade, o desemprego crescente e a degradação das condições de vida levaram os trabalhadores a se organizar para reivindicar direitos. Além disso, filósofos e pensadores sensíveis às reivindicações do trabalhadores idealizaram formas mais justas de organização da sociedade.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK - COLEÇÃO PARTICULAR

Home sweet home, pintura de Walter Dendy Sadler, cerca de 1900. Tendo a desigualdade como uma marca, na era vitoriana de um lado estava a vida de conforto, luxo e ostentação da burguesia, que não economizava em jantares ou bailes dentro de casa, e do outro a classe trabalhadora, que vivia em situação de penúria, lidando com baixos salários, intensas jornadas de trabalho, inclusive com mão de obra infantil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Igualdade jurídica e desigualdade social

Os regimes liberais do século XIX reconheciam direitos e liberdades individuais ignorados durante o Antigo Regime. A antiga nobreza perdeu seus privilégios hereditários, responsáveis por distingui-la da burguesia, e, mediante expedientes como casamentos arranjados, acabou por se unir à burguesia para formar uma nova elite. A riqueza tornou-se o principal critério de distinção social e econômica.

Ao mesmo tempo que a distinção pela riqueza aproximava a aristocracia e a burguesia, a distância que separava pobres e ricos não parava de aumentar. A falta de recursos tornava difícil o acesso dos mais pobres aos direitos e liberdades individuais garantidos pelos regimes liberais. As liberdades civis eram asseguradas juridicamente, mas as diferentes condições econômicas dos grupos sociais limitavam o exercício dessas conquistas. Assim, as camadas populares, que lutaram ativamente nas revoluções liberais, passaram a se organizar para pressionar as elites governantes e o Estado com a finalidade de fazer valer seus direitos como cidadãos.

A luta pelo **sufrágio universal** foi uma das mais importantes mobilizações a favor da ampliação de direitos. Ao utilizar critérios censitários e de escolaridade, os regimes liberais restringiam o direito ao voto. O resultado foi a formação de duas categorias de cidadãos: a dos que desfrutavam de direitos políticos plenos e a dos excluídos desses direitos, ou seja, cidadãos de primeira e de segunda categoria.

A ampliação do sufrágio ocorreu em épocas e condições diferentes em cada país. Os Estados Unidos adotaram o sufrágio universal masculino em 1828. Já na França, apenas uma minoria de eleitores podia votar nos anos 1830: o sufrágio universal masculino só foi adotado em 1848. Mesmo assim, foi o primeiro país europeu a tomar essa decisão. A Alemanha estabeleceu o sufrágio universal masculino imediatamente após a unificação em 1871. Já a Itália esperaria até 1919 para estender o direito de voto a todos os cidadãos do sexo masculino. Mulheres, porém, continuavam excluídas desse direito fundamental.

Como você já estudou, no Reino Unido, o **movimento cartista**, além de almejar a organização dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, reivindicava o voto universal masculino. O movimento iniciou-se como uma reação ao *Reform Act* (Ato de Reforma), que, em 1832, ampliou a participação de votantes, porém deixou de fora os operários, já que essa reforma no sistema eleitoral estabelecia critérios censitários.

As reformas de 1867 e 1884 reafirmaram o voto censitário, apesar das sucessivas mobilizações por democratização. Apenas em 1918, o sufrágio universal masculino foi estabelecido no Reino Unido.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK - ROYAL HOLLOWAY, UNIVERSIDADE DE LONDRES

Fila de admissão para o abrigo dos vulneráveis na igreja Saint Martin-in-the-Fields, pintura de Samuel Luke Fildes, 1874.

Responda no caderno.

Enfoque

1. De que maneira a pintura de Samuel Luke representa as contradições socioeconômicas presentes em Londres no século XIX?
2. De acordo com os seus estudos, quais eram as formas de se combater as desigualdades presentes naquele período?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A luta das mulheres no século XIX

Apesar das conquistas das camadas populares com as revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX, como o fim do absolutismo e dos privilégios feudais em vários países europeus, as mulheres continuaram proibidas de exercer a atividade política. No século XIX, a divisão de papéis sociais entre homens e mulheres ainda era considerada obra da natureza, e não resultado de relações e processos historicamente construídos.

Nessa divisão tradicional, o espaço público, compreendendo a política, os negócios e o trabalho, estava reservado ao homem. Cabia à mulher o cuidado com a família e com o lar, ou seja, o mundo doméstico e o espaço privado. Essa situação era reforçada por uma legislação que retirava da mulher praticamente toda a autonomia jurídica. Solteiras, elas deviam subordinar-se ao pai; depois de casadas, deviam obediência ao marido. A autoridade familiar e todos os direitos que dela decorriam também estavam reservados ao homem, que era visto como o "chefe da casa".

Essa divisão de papéis, contudo, não refletia a realidade das camadas mais pobres da população. Nas nações mais industrializadas, como Reino Unido, França e Estados Unidos, muitas mulheres trabalhavam nas fábricas, como empregadas domésticas ou em pequenos comércios. Havia também muitas órfãs e viúvas, porque a expectativa de vida dos homens operários era baixa, e os trabalhos, em muitos casos, perigosos. Diante dessa situação, várias mulheres eram o que chamamos atualmente chefes de família.

Muitas mulheres operárias participaram das lutas contra as máquinas que tiravam sua fonte de sustento. Conforme a historiadora Michelle Perrot:

> Em Saint-Étienne, em 1831, elas [as mulheres] ajudam os operários da manufatura de armas a destruir uma nova máquina para furar automaticamente os canos de espingarda, e o procurador do rei deplora: "E o que é penoso de se dizer é que entre os mais encarniçados contra a guarda nacional faziam-se notar sobretudo mulheres que, com os aventais cheios de pedras, ora atiravam-nas pessoalmente, ora davam-nas para atirar".

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 197.

Nesse cenário, as mulheres lutavam pela conquista dos mesmos direitos políticos e civis que os homens, reivindicando, entre outros, participação nas eleições, igualdade de acesso a todas as profissões e ocupações, direito de gerir o próprio patrimônio sem a autorização do marido e proteção contra a violência doméstica.

Dica

Marcha Mundial das Mulheres

https://www.marchamundialdasmulheres.org.br

Acesso em: 31 ago. 2024.

O *site* do Movimento da Marcha Mundial das Mulheres traz diversas informações desde a concepção até as atividades atuais, com publicações em diversos formatos e mídias.



VANESSA ATALIBA/ZIMEL PRESS/FOLHAPRESS

Marcha Mundial das Mulheres nas ruas do Rio de Janeiro, capital. Fotografia de 2023. O movimento foi inspirado nas manifestações ocorridas no Canadá, em 1995, por melhores salários. No ano 2000, teve início um grande movimento internacional, do qual o Brasil passou a fazer parte.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sufrágio feminino

Uma importante reivindicação era o direito feminino ao voto, por meio do qual as mulheres poderiam expressar sua vontade política e eventualmente conquistar outros direitos. Em 1867, a intelectual feminista **Lydia Becker** fundou, no Reino Unido, a Sociedade Nacional para o Sufrágio Feminino. Contudo, divergências internas sobre as táticas a serem utilizadas para alcançar o objetivo levaram a sua dissolução.

Mais tarde, diversos grupos isolados se formaram, reunindo-se na União Nacional das Sociedades pelo Sufrágio Feminino, fundada em 1897 pela líder **Millicent Garrett Fawcett**. A União organizava campanhas por meio de passeatas, assembleias, distribuição de panfletos e publicação de revistas. No entanto, apesar de colocar a pauta dos direitos femininos na agenda, esses movimentos não obtiveram sucesso na conquista do voto.

Em outros países europeus, os problemas eram semelhantes. Na França, por exemplo, uma visão estereotipada da mulher a associava ao fervor religioso, e a elite republicana, que controlava a política no país, temia que o voto feminino pudesse favorecer o retorno da monarquia.

Os principais obstáculos ao voto feminino eram o conservadorismo social, que queria manter a divisão tradicional de papéis na sociedade excluindo as mulheres e tudo o que podia ser interpretado como excessivamente "feminino". Havia, no entanto, homens defensores dos direitos das mulheres. O filósofo inglês John Stuart Mill escreveu em 1869 o livro *A sujeição das mulheres*, no qual argumentava que a exclusão das mulheres de diversas áreas da vida política, econômica e cultural prejudicava não somente as próprias mulheres, mas a sociedade como um todo, que, dessa forma, se privava da contribuição valiosa de metade de seus membros.

Destaca-se que nas sociedades em defesa do sufrágio universal feminino havia duas tendências básicas que, por vezes, levavam a divisões internas: as feministas liberais desejavam apenas o direito ao voto e a igualdade civil, deixando de lado reivindicações das mulheres trabalhadoras; já as feministas socialistas queriam incluir na pauta do movimento a luta por direitos sociais, reivindicando melhores condições de trabalho, salários iguais aos dos homens e redução da jornada de trabalho.

Embora só tenha conquistado seu objetivo principal – o direito ao voto – no século XX, o movimento feminista do século XIX conseguiu colocar em pauta a questão da emancipação das mulheres, iniciando um processo histórico de lutas e conquistas que transcorre até os dias de hoje.



HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Encontro Internacional de Trabalhadoras pelo Sufrágio Feminino em 1914. Millicent Garrett Fawcett é a segunda (da esquerda para a direita) na terceira fileira (de cima para baixo).

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Você já conhecia as personalidades citadas nesta página e as lutas que elas lideraram? A que você atribui esse (des)conhecimento?**
2. **Você conhece ou vivenciou situações em que ocorreu preconceito ou violência contra a mulher? Que atitudes podem ser tomadas para evitá-las?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Socialismo, anarquismo e movimento operário

Considera-se que o **socialismo moderno** foi concebido com base nas ideias do revolucionário francês François Babeuf, conhecido como Graco Babeuf. Em 1796, ele liderou um movimento conhecido como **Conspiração dos Iguais**, com o objetivo de instaurar uma república socialista igualitária na França. A conspiração foi descoberta, Babeuf e seus seguidores foram guilhotinados, mas suas ideias frutificaram e deram origem a outros movimentos igualitários no século XIX.

O alemão Friedrich Engels deu ao conjunto de doutrinas socialistas elaboradas na primeira metade do século XIX o nome de **socialismo utópico**. Ele considerava utópicos todos os que acreditavam ser possível construir uma sociedade socialista sem necessidade de luta revolucionária. Algumas das principais propostas do socialismo utópico foram empreendidas por Robert Owen e Charles Fourier.

O empresário e escritor britânico **Robert Owen** é considerado um dos primeiros socialistas e fundador do **movimento cooperativista**. Em sua obra *Uma nova visão da sociedade*, escrita entre 1812 e 1816, Owen defendia uma reforma da sociedade em que a concorrência e o conflito, valores importantes no capitalismo, seriam substituídos pela harmonia e pela cooperação.

Nas fábricas de Owen em New Lanark, na Escócia, não havia trabalho infantil, e a jornada média era de oito horas diárias. Os trabalhadores viviam em uma vila operária, podiam comprar alimentos em armazéns subsidiados pela empresa e os filhos dos operários frequentavam a escola. Mesmo com as despesas desse sistema de proteção social, as fábricas davam lucro.

No entanto, pressões de outros industriais fizeram Owen migrar para os Estados Unidos, e as cooperativas em pouco tempo foram à falência. No continente americano, Owen decidiu criar uma comunidade cooperativa, em Indiana. Fundada em 1825, a New Harmony (Nova Harmonia) durou apenas dois anos.

Já o francês **Charles Fourier** idealizou um modelo de comunidade em que tanto a relação entre os seres humanos quanto a relação deles com a natureza seriam diferentes. Essas comunidades ficaram conhecidas como **falanstérios**.

O termo *falanstério* referia-se tanto à comunidade como ao edifício em que ela deveria se organizar. Seriam como fazendas coletivas agroindustriais reunindo pessoas com o direito de viver e trabalhar nelas. O resultado do trabalho seria dividido, e o que fosse fabricado seria trocado por outros produtos, eliminando a necessidade de dinheiro. Os falanstérios seriam autossuficientes, produzindo tudo ou quase tudo de que necessitassem.

A experiência dos falanstérios teve curta duração. Porém, tanto as comunidades de Fourier quanto as cooperativas de Owen foram importantes ao mostrar que era possível substituir a concorrência pela cooperação.



OLRAT/ALAMY/FOTOARENA

Estátua de Jean-Baptiste André Godin (1817--1888), industrial francês fundador do Familistério de Godin, na cidade de Guise, na França. Fotografia de 2022. A estátua está localizada diante de uma grandiosa construção, também conhecida como Palácio Social, um complexo construído por Godin na década de 1860 para abrigar os funcionários de sua fundição.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Superior tecnológico em gestão de cooperativas

As cooperativas foram idealizadas no século XIX sob inspiração socialista. Elas são organizações formadas por pessoas com interesses econômicos comuns e que estão dispostas a trabalhar em conjunto para atingir seus objetivos, repartindo os resultados entre si. As cooperativas podem se dedicar a diferentes atividades econômicas, como a agricultura, pecuária, serviços educacionais, serviços financeiros, transporte, saúde, entre outras.

O cooperativismo pressupõe uma relação de horizontalidade entre seus membros; isso significa que todos participam da tomada de decisão. Entre os integrantes de uma cooperativa, há profissionais que se dedicam a assessorar a gestão dessas entidades, garantindo sua sustentabilidade financeira e adequação jurídica. É nesse campo que atua a pessoa **gestora de cooperativas**. Ela fomenta ações e projetos de desenvolvimento econômico e social pertinentes aos objetivos da cooperativa, construindo consensos por meio da negociação entre os cooperados.

Nesse sentido, o profissional gestor de cooperativas se dedica a equalizar as demandas dos cooperados, contribuindo para que eles se organizem, estabeleçam metas de desenvolvimento, conquistem boas condições de venda para seus produtos e serviços e negociem o fornecimento de insumos de forma favorável, garantindo retornos financeiros aos cooperados. Assim, esse profissional pode se dedicar à gestão financeira da entidade, ao estímulo à inovação e aprimoramento dos processos, à gestão das pessoas envolvidas, aos aspectos jurídicos pertinentes ao cooperativismo e ao desenvolvimento de estratégias de crescimento para o negócio, atuando prioritariamente junto às cooperativas ou em entidades reguladoras do setor como confederações e associações civis.

Para garantir a formação de um profissional versátil e capacitado para atender às especificidades do cooperativismo, o **curso superior tecnológico em gestão de cooperativas** aborda conhecimentos do campo da economia, administração e finanças, assim como analisa questões socioambientais e os princípios do cooperativismo.

Segundo dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro, publicado em 2022 pela Organização das Cooperativas Brasileiras, há mais de 4.800 cooperativas no território nacional, a maioria com mais de vinte anos de atuação. O setor agropecuário é o primeiro em número de cooperados, seguido pelos setores de transporte, saúde e serviços financeiros, o que demonstra que há uma grande diversidade de áreas de atuação, tanto no campo como na cidade.



JAQUELINE HUSNI/CC BY 3.0/AGÊNCIA BRASÍLIA/FLICKR

Reunião em cooperativa de catadores de lixo em Paranoá, no Distrito Federal. Fotografia de 2022. Nessa reunião, foi apresentado um projeto que visava ao aumento da produtividade dos catadores por meio da digitalização de processos mediados por inteligência artificial. A participação nessa reunião foi igualitária: havia representantes do governo, da cooperativa de catadores e também do cliente atendido pelos catadores.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O anarquismo: autonomia e autogestão

Com o avanço da industrialização, o movimento operário cresceu em número e força. As experiências utópicas, porém, fracassaram em sua tentativa de organizar o proletariado. Outros modelos de sociedade foram propostos. Um deles foi o **anarquismo**, uma doutrina que teve suas raízes no iluminismo do século XVIII e ganhou cada vez mais adeptos entre os trabalhadores ao longo do século XIX.

Para os anarquistas, os direitos e as liberdades individuais defendidos pelo liberalismo político não tinham alcance universal, protegendo apenas os interesses dos grandes proprietários e capitalistas. Eles também acreditavam que o Estado era uma instituição autoritária e opressiva, responsável por tolher a autonomia dos indivíduos.

Segundo o anarquismo, toda forma de autoridade, incluindo o Estado, deveria ser substituída por formas livres de cooperação mútua, sem leis ou hierarquias. Desse modo, os indivíduos poderiam desenvolver suas potencialidades e atingir objetivos comuns.

A sociedade anarquista seria formada por uma federação de comunas independentes, nas quais todas as decisões seriam tomadas diretamente pelos cidadãos, por meio da **autogestão**. Os anarquistas também opunham-se ao nacionalismo, pois consideravam todos os seres humanos cidadãos do mundo. Logo, viam o Estado-nação como uma forma de poder artificial e opressiva, criada para perpetuar o conflito entre os indivíduos e assegurar a preservação da riqueza nas mãos de uma elite.

O ideário anarquista foi bastante influente no movimento operário europeu em meados do século XIX. Considerado o pai do anarquismo de caráter mutualista, o francês **Pierre-Joseph Proudhon** advogou um federalismo baseado em associações voluntárias e descentralizadas e criticou a acumulação de propriedade privada, defendendo o igual direito de todos à propriedade. A ênfase na solidariedade dos trabalhadores, a proposta de um "banco do povo" e a abordagem pluralista do anarquismo marcaram suas ideias.

O russo **Mikhail Bakunin**, por outro lado, era defensor do coletivismo anarquista, que enfatiza a propriedade coletiva dos meios de produção e a distribuição equitativa dos recursos. Sua defesa de táticas violentas para atingir objetivos políticos, porém, é controversa. Bakunin acreditava que era necessária uma revolução social violenta para derrubar o Estado e as estruturas hierárquicas da sociedade, o que permitiria que os trabalhadores se organizassem em comunidades autogeridas. Sua ênfase na ação direta e no internacionalismo proletário refletia sua crença na necessidade de solidariedade global dos trabalhadores contra a exploração.



APIC/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Anarquistas revolucionários em confronto com a polícia russa, em gravura que estampa a capa do periódico francês *Petit Journal* de 17 de janeiro de 1909. Alguns historiadores atribuem à influência de Bakunin os assassinatos políticos e atentados a bomba que estiveram entre as táticas do movimento anarquista entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O marxismo ou socialismo científico

Outra proposta de organização do movimento operário foi o **socialismo científico**, que se difundiu por meio da obra dos pensadores alemães **Karl Marx** e **Friedrich Engels**. Muitos movimentos sociais, conflitos e revoluções do século XX foram influenciados pelas críticas ao sistema capitalista elaboradas por esses autores.

Marx e Engels elaboraram uma teoria da sociedade denominada **materialismo histórico**. Nas palavras de Engels, o materialismo histórico:

> [...] designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na consequente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico [1892] *apud* BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 260.

A história seria, portanto, o desenrolar da luta de classes entre aqueles que detêm os meios de produção (proprietários) e os que possuem apenas a força de trabalho (trabalhadores). Essa teoria se opõe à teoria econômica liberal, pois defende que a riqueza social é produzida pelo trabalho cooperativo de todos os trabalhadores, não pela concorrência entre indivíduos independentes. Apenas o trabalho gera riqueza.

Segundo Marx e Engels, na sociedade capitalista a riqueza produzida pelos trabalhadores é apropriada pelos detentores dos meios de produção, ou seja, a burguesia industrial. Eles acreditavam que a contradição entre o caráter coletivo e cooperativo da produção e da riqueza e o caráter privado de sua apropriação levaria inevitavelmente a uma revolução social. Quando os trabalhadores adquirissem consciência de sua própria exploração e de seu poder de transformar a sociedade, eles se uniriam e realizariam uma revolução que deveria abolir a exploração capitalista para instituir um Estado socialista, baseado na propriedade coletiva dos meios de produção e liderado por associações de trabalhadores.

Esse Estado, no entanto, seria provisório. Sua função seria completar o desenvolvimento científico e tecnológico necessário para suprimir a necessidade de qualquer forma de exploração do ser humano, o que se realizaria em um sistema chamado **comunismo**. A sociedade resultante dessas transformações seria a etapa final do desenvolvimento histórico, na qual não existiriam mais classes sociais nem carência econômica. Nessa sociedade, o próprio Estado deixaria de existir, pois não teria mais função, já que a sociedade passaria a ser autogerida pelos próprios indivíduos, agora plenamente humanizados.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Cite um exemplo de luta de classes sob o ponto de vista da teoria marxista.
2. Qual é a relação entre revolução, Estado socialista e desenvolvimento tecnológico?


Manifest
der
Kommunistischen Partei.
Veröffentlicht im Februar 1848.
Proletarier aller Länder vereinigt Euch!
London.
Gedruckt in der Office der „Bildungs-Gesellschaft für Arbeiter" von J. E. Burghard.
46, Liverpool Street, Bishopsgate.

AKG-IMAGES/ALBUM//FOTOARENA

Capa original do *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em fevereiro de 1848. Nesse manifesto, Marx e Engels discorrem sobre o materialismo histórico e sobre a necessidade de os proletários de todos os países se unirem para lutar por seus direitos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Em sua opinião, qual é a diferença entre a Primeira e a Segunda Internacional?
2. Para você, as comemorações atuais dos dias 8 de março e 1º de maio ainda refletem os ideais da época em que foram criados?

Internacionalismo proletário

Na primeira metade do século XIX, socialistas, marxistas e anarquistas fundaram organizações internacionais que articulavam as lutas dos trabalhadores em diferentes países, sob o princípio de que as diferenças culturais e de nacionalidade não deveriam se converter em barreiras para a solidariedade entre trabalhadores de todo o planeta.

A primeira iniciativa de articulação internacional do movimento operário foi uma organização chamada League of Outlaws, que pode ser traduzida em português como "Liga dos Marginais" ou dos "excluídos", fundada em 1834. A organização chegou a ter 100 membros com uma sede na Alemanha e outra na França, porém não foi muito bem-sucedida. Alguns dissidentes dessa organização fundaram a chamada Liga dos Justos, em 1836, da qual fizeram parte Marx, Engels e outros conhecidos socialistas alemães, como Bruno Bauer (1809-1882) e Wilhelm Liebknecht (1826-1900).

Algumas décadas mais tarde, diante de uma revolta popular na Polônia, alguns socialistas reuniram-se em Londres, no Reino Unido. O encontro, em 1863, assinalou a necessidade de criar uma nova organização internacional do movimento operário. Assim, em 1864, foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (a chamada **Primeira Internacional**), que pretendia congregar as diversas tendências do movimento operário, apoiando os sindicatos e as greves trabalhistas em vários países.

Havia duas perspectivas organizacionais dentro do movimento: a centralista e a autonomista. Os autonomistas, sob forte influência do anarquismo e das ideias de Bakunin, defendiam que a direção da organização deveria garantir a autonomia de cada grupo local. Já os centralistas, entre eles os marxistas, defendiam determinações únicas para todos, realizadas pela direção da organização. Assim, a associação foi se enfraquecendo e terminou por se dissolver no final da década de 1870.

Mais adiante, em 1889, o movimento operário se reorganizou de maneira sólida internacionalmente. Entre 1889 e 1916, por influência inicial de Friedrich Engels, funcionou uma nova organização chamada **Segunda Internacional**, Internacional Socialista ou Internacional Operária. As datas de 1º de maio, como Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores, e 8 de março, como Dia Internacional de Luta das Mulheres, foram definidas em congressos da Segunda Internacional e, posteriormente, adotadas em todo o mundo.

A Segunda Internacional encabeçou e articulou a luta dos operários em diversos países pela redução das jornadas de trabalho para oito horas diárias. Contudo, as divergências diante do conflito da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) desarticularam os partidos comunistas e socialistas que eram membros da organização e ela acabou sendo dissolvida. Em 1920, houve uma tentativa de refundação malsucedida, que ficou conhecida como a "Segunda Internacional e meia".



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK

Gravura do século XIX representando a fundação da Primeira Internacional em Londres, em 1864.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados referentes às execuções e mortes na Comuna de Paris foram retirados de: Löwy Michael (org.). **Revoluções**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 31-32.

A Comuna de Paris: os trabalhadores no poder

Na segunda metade do século XIX, o sonho dos comunistas e anarquistas de derrubar o Estado capitalista por meio da ação direta dos trabalhadores pareceu próximo de se concretizar em Paris, na França. Após a derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), conduzida por Otto von Bismarck, que resultou na unificação alemã, ocorreu a queda do governo de Napoleão III. Em seu lugar, proclamou-se a Terceira República Francesa, dirigida pelo político Adolphe Thiers.

O novo governo estava disposto a negociar a rendição, por isso ordenou o desarmamento da Guarda Nacional. A população parisiense, sofrendo com as privações causadas pelo cerco alemão e sentindo-se traída pelo governo de Thiers, rebelou-se. Em 18 de março, os parisienses tomaram o prédio que servia de sede para o governo republicano e, no dia 28, proclamaram a **Comuna de Paris**. Com a capital tomada pelos rebeldes, Thiers transferiu seu governo para a cidade de Versalhes.

Em Paris, mantendo todos os serviços básicos em funcionamento, os trabalhadores mostraram que eram capazes de se organizar com autonomia, governando-se sem a necessidade de um poder central. Testava-se a viabilidade de uma sociedade sem Estado, com base exclusivamente no autogoverno da população.

A Comuna tomou várias medidas para desmantelar o aparelho repressivo do Estado e garantir o controle da cidade pelo povo rebelado.

- **Exército –** Como na Revolução Francesa de 1789, o exército foi substituído pelos cidadãos em armas.
- **Cargos públicos –** Tornaram-se eletivos. Aqueles que foram eleitos podiam ser demitidos a qualquer momento por decisão da Comuna.
- **Religião –** Foi decretada a separação total entre a Igreja Católica e o Estado; as propriedades e riquezas pertencentes à Igreja foram confiscadas.
- **Forma de governo –** O Conselho Comunal incorporou as funções legislativa e executiva. A Comuna de Paris reuniu integrantes de várias correntes políticas: revolucionários de 1848, anarquistas, marxistas e socialistas de diferentes tendências. As prolongadas discussões entre eles impediam que se definisse uma ação unificada para o movimento.

A Comuna de Paris durou apenas dois meses. Com o apoio da Prússia, Adolphe Thiers ordenou que o exército tomasse a cidade de Paris, iniciando uma guerra civil. A Comuna mobilizou a Guarda Nacional, e a população parisiense armou barricadas na tentativa de derrotar a repressão vinda de Versalhes. As tropas do governo, entretanto, mais bem preparadas e em muito maior número, ocuparam Paris.

Durante a chamada **Semana Sangrenta**, entre 21 e 28 de maio de 1871, as tropas do governo massacraram milhares de pessoas, incluindo crianças e mulheres. Não se sabe ao certo quantos foram assassinados pelas forças comandadas por Thiers. Estima-se que cerca de 20 mil pessoas tenham sido executadas sumariamente ou em julgamentos de fachada e outras 40 mil tenham sido encarceradas.

MUSEU CARNAVALET, PARIS



Barricada em Chaussée Ménilmontant, levantada em razão da Comuna de Paris, em 18 de março de 1871.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Os miseráveis em cordel

Victor Hugo. Adaptação de Klévisson Viana. Ilustrações de Murilo e Cíntia. São Paulo: Nova Alexandria, 2011.

Adaptação para cordel da obra monumental de Victor Hugo. Neste trabalho, o cordelista Klévisson Viana narra os dramas e as aventuras do protagonista Jean Valjean pela conturbada Paris da primeira metade do século XIX.

Retrato do povo em *Os miseráveis*

Em 1862, Victor Hugo, um dos principais expoentes do Romantismo, publicou um livro que se tornou um marco da literatura mundial: *Os miseráveis*. Na obra, os salões aristocráticos dão lugar a uma realidade social proletária e urbana com suas paisagens, cheiros e angústias. Nesse romance, Victor Hugo confere ao povo o papel de protagonista coletivo e trata da miséria, da fome, das injustiças e da desproporcionalidade das leis. Seus personagens são densos e complexos, tendo sua subjetividade explorada e ambientada na conturbada Paris de 1815 a 1832. Entre os protagonistas está Jean Valjean, condenado à prisão por ter roubado um pão. O livro trata da redenção e da reconciliação do personagem com seu passado em meio às dificuldades de ressocialização após ter deixado o sistema prisional. Leia a seguir um excerto da introdução e um trecho do romance. Na sequência, responda às questões.

Texto 1

Enquanto, por efeito de leis e costumes, houver proscrição [exclusão] social, forçando a existência, em plena civilização, de verdadeiros infernos, e desvirtuando, por humana fatalidade, um destino por natureza divino; enquanto os três problemas do século – a degradação do homem pelo proletariado, a prostituição da mulher pela fome, e a atrofia da criança pela ignorância – não forem resolvidos; enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. *E-book*.

Texto 2

Jean Valjean era de caráter pensativo, sem ser triste, o que é próprio das naturezas afetuosas. [...] Ainda pequeno, perdera pai e mãe. Sua mãe morreu de uma **febre de leite** malcuidada. Seu pai, podador como ele, morrera ao cair de uma árvore. Ficou-lhe somente uma irmã mais velha, viúva, com sete filhos, meninos e meninas. Essa irmã havia criado Jean Valjean e, logo que se casou, deu-lhe casa e comida. O marido morreu. O mais velho dos sete filhos tinha oito anos, e o mais novo apenas um. Jean Valjean acabava de completar vinte e cinco. Fez as vezes de pai e sustentou a irmã que o havia criado. [...] Aconteceu, porém, um inverno mais rigoroso que os demais. Jean não encontrou trabalho. A família não tinha o que comer. Sete crianças completamente sem pão!

Um domingo à noite, Maubert Isabeau, dono de uma padaria na praça da matriz de Faverolles, já se preparava para dormir quando escutou um violento golpe na vitrina que dava para a rua. Chegou justamente em tempo para ver um braço que se introduzia, através da grade de proteção, por um buraco do vidro quebrado a socos. O braço pegou um pão e o carregou.

Isabeau saiu a toda a pressa; o ladrão já ia longe, mas conseguiu alcançá-lo e o segurou; o ladrão já havia jogado o pão, tendo porém o braço ensanguentado. Era Jean Valjean. Isso aconteceu em 1795. Jean Valjean foi levado diante dos tribunais daquele tempo "por roubo e arrombamento durante a noite numa casa habitada". [...]

Jean Valjean foi condenado a cinco anos de trabalhos forçados nas **galés**. [...] Talvez sua imaginação, de homem completamente sem cultura, percebesse também o exagero da pena que lhe fora imposta. Enquanto, a golpes de martelo, rebitavam a **cavilha** de sua **gargalheira**, ele chorava; as lágrimas o sufocavam, impedindo-o de falar. De tempos em tempos, conseguia dizer somente isto: – *Eu era podador em Faverolles*. [...]

Apenas uma vez, durante todo o tempo que passou em Toulon, ouviu falar da irmã. Foi, creio eu, no fim do quarto ano de prisão. Não sei de que modo lhe chegou essa notícia.

Febre de leite: Nome popular da doença mastite. Trata-se de uma condição inflamatória que afeta as glândulas mamárias que ocorre geralmente em mulheres durante o período de amamentação.

Galés: Neste contexto, são prisões onde os prisioneiros eram submetidos a trabalhos forçados, geralmente em navios de guerra.

Cavilha: Pedaço cilíndrico de madeira ou de metal utilizado para unir partes de uma mesma peça ou peças diferentes.

Gargalheira: Espécie de coleira de ferro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Algum conterrâneo, que os havia conhecido, tinha-se encontrado com sua irmã. Ela estava em Paris. Morava numa pequena rua perto da igreja de São Suplício, na Rua Gindre. Tinha em sua companhia somente uma criança, a menor. Onde estavam as outras seis? Talvez nem ela mesmo o soubesse. Todas as manhãs, ia a uma tipografia, na Rua Sabot, número 3, onde se empregava como brochadeira. Devia estar no serviço às seis horas da manhã; portanto, no inverno, antes de o sol raiar. No edifício da tipografia havia uma escola, para a qual levava o filhinho, então com sete anos. Mas, como seu trabalho começava às seis e a escola só abria às sete, era preciso que a criança esperasse ao relento, e isso em pleno inverno! Não queriam que a criança entrasse na tipografia porque, como diziam, atrapalhava o andamento do trabalho. Os operários, de manhã, quando passavam, viam o pobre pequeno sentado na calçada, caindo de sono, muitas vezes adormecido, agarrado e curvado sobre sua maleta. Quando chovia, uma velha senhora, a porteira, tinha pena e o recolhia em seu quartinho, onde não havia mais que uma pobre cama, uma roca [instrumento de fiar] e duas cadeiras; o pequeno dormia em um canto, abraçado ao gato, para sentir menos frio. Às sete horas, entrava para a escola. Foi tudo o que contaram a Jean Valjean.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. *E-book*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LANDMARK MEDIA/ALAMY/FOTOARENA



O ator australiano Hugh Jackman, ao centro da imagem, interpretando o prisioneiro Jean Valjean na adaptação para o cinema do musical da Broadway *Os miseráveis* (2012). O musical havia sido inspirado na obra clássica de Victor Hugo.

Atividades

Responda no caderno.

1. De acordo com seus estudos, quais são as características do momento histórico em que o livro de Victor Hugo está situado? Como esse momento histórico é apresentado pelo autor na introdução de *Os miseráveis*?
2. Quais são a origem e a situação social de Jean Valjean e de sua irmã apresentadas no trecho citado? Como você chegou a sua conclusão? Justifique.
3. Quais críticas à política e à sociedade francesa, da primeira metade do século XIX, podem ser apreendidas com base na leitura desse trecho de *Os miseráveis*?
4. Debata com os colegas possíveis aproximações e distanciamentos entre a situação francesa da primeira metade do século XIX e o Brasil atual.

Responda no caderno.

1. **Em seu caderno, identifique as alternativas que correspondem ao socialismo científico, ao socialismo utópico e ao anarquismo.**

   a. Seus propositores pretendiam realizar a reforma da sociedade de maneira harmônica, por meio do convencimento de que o sistema capitalista era responsável pelo agravamento das diferenças sociais.

   b. Seus idealizadores propuseram um método de análise da sociedade, chamado materialismo histórico, de acordo com o qual a história humana seria marcada pela luta de classes, ou seja, pela luta entre opressores e oprimidos.

   c. Seus seguidores afirmavam que a liberdade propagada pelo liberalismo não era universal e que todo Estado era autoritário e opressivo, devendo ser substituído por associações livres.

   d. Seus defensores pregavam a revolução proletária para a construção do comunismo, estágio final do processo que eliminaria as classes sociais.

2. **(Enem-MEC)**

   A história do Primeiro de Maio de 1890 – na França e na Europa, o primeiro de todos os Primeiros de Maio – é, sob vários aspectos, exemplar. Resultante de um ato político deliberado, essa manifestação ilustra o lado voluntário da construção de uma classe – a classe operária – à qual os socialistas tentam dar uma unidade política e cultural através daquela pedagogia da festa cujo princípio, eficácia e limites há muito tempo tinham sido experimentados pela Revolução Francesa.

   PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

   Com base no texto, a fixação dessa data comemorativa tinha por objetivo

   a. valorizar um sentimento burguês.

   b. afirmar uma identidade coletiva.

   c. edificar uma memória nacional.

   d. criar uma comunidade cívica.

   e. definir uma tradição popular.

3. **(Enem-MEC)**

   Sou um partidário da Comuna de Paris, que, por ter sido massacrada, sufocada no sangue pelos carrascos da reação monárquica e clerical, tornou-se ainda mais viva, mais poderosa na imaginação e no coração do proletariado da Europa; sou seu partidário sobretudo porque ela foi uma negação audaciosa, bem pronunciada, do Estado.

   BAKUNIN, Mikhail. *Apud* SAMIS, Alexandre. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.

   A Comuna de Paris despertou a reação dos setores sociais mencionados no texto, porque

   a. instituiu a participação política direta do povo.

   b. consagrou o princípio do sufrágio universal.

   c. encerrou o período de estabilidade política europeia.

   d. simbolizou a vitória do ideário marxista.

   e. representou a retomada dos valores do liberalismo.

4. **Leia o texto a seguir e responda às questões.**

   Força subversiva da oposição ao Antigo Regime, ao absolutismo, à autoridade, ele tem também uma tendência conservadora. O liberalismo tomará todo o cuidado para não entregar ao povo o poder de que o povo privou o monarca. [...] Enquanto o liberalismo se encontra na oposição, enquanto ele tem de lutar contra as forças do Antigo Regime [...] enfatiza-se seu aspecto subversivo e combativo. Mas basta que os liberais subam ao poder para que seu aspecto conservador tome a dianteira. [...] O liberalismo, portanto, é uma doutrina ambígua, que combate alternativamente dois adversários, o passado e o futuro, o Antigo Regime e a futura democracia.

   RÉMOND, René. **O século XIX**: 1815-1944. São Paulo: Cultrix, 1981. p. 32.

   a. Por que o liberalismo é considerado uma doutrina ambígua?

   b. Com base no texto e no que foi estudado no capítulo, responda: como as políticas liberais do século XIX em relação ao voto podem ser interpretadas?

5. **Leia o texto sobre a unificação italiana e responda às questões.**

   Havia uma diferença fundamental entre o movimento para fundar Estados-nações e o "nacionalismo". O primeiro era um programa para construir um artifício político que dizia basear-se no segundo. Um caso extremo de divergência entre nacionalismo e Estado-nação era a Itália [...]. No momento da unificação [italiana], em 1860, estimou-se que não mais de 2,5% de seus habitantes falavam a língua italiana no dia a dia, o resto falava idiomas tão diferentes que os professores enviados pelo Estado italiano à Sicília, na década de 1860, foram confundidos com ingleses. [...] Não é de admirar que Massimo d'Azeglio (1792-1866) exclamasse em 1860: "Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos".

   HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital**: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 146-147.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

a. Segundo o autor, que diferença há entre o movimento para fundar os Estados-nações e o nacionalismo?

b. Explique a declaração de Massimo d'Azeglio: "Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos".

6. Analise a charge sobre Otto von Bismarck a seguir e explique de que maneira ela se relaciona com o processo de unificação alemã.



GIRAUDON/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

O grande ogro alemão, charge francesa do século XIX satirizando a política expansionista conduzida por Otto von Bismarck.

7. Observe o cartaz a seguir.



MARY SARGENT FLORENCE - BIBLIOTECA DA MULHER, ISTAMBUL

Cartaz britânico com os dizeres: "Votos. Aquilo que vale para o ganso macho também vale para o ganso fêmea". Desenho de Mary Sargent Florence, 1908.

a. Analise o cartaz relacionando-o ao contexto histórico em que foi produzido.

b. Que argumento a imagem apresenta em favor da igualdade de direitos?

8. Em 1864, Karl Marx redigiu a mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. Leia um trecho dessa mensagem e, em seguida, responda às questões.

> Em todos eles [países industrializados], teve lugar, desde 1848, um inaudito desenvolvimento da indústria e uma inimaginável expansão das importações e exportações [...], "o aumento de riqueza e poder inteiramente confinado às classes possidentes" foi verdadeiramente "inebriante". Por toda a parte, a grande massa das classes operárias se estava a afundar mais, pelo menos à mesma taxa que as acima delas subiam na escala social. [...]
>
> Após o fracasso das Revoluções de 1848, todas as organizações partidárias e jornais partidários das classes operárias foram, no continente, esmagados pela mão de ferro da força, [...] os sonhos efêmeros de emancipação desvaneceram-se ante uma época de febre industrial, de marasmo moral e de reação política. [...] A experiência passada mostrou como a falta de cuidado por este laço de fraternidade, que deve existir entre os operários de diferentes países e incitá-los a permanecer firmemente ao lado uns dos outros em toda a sua luta pela emancipação, será castigada pela derrota comum dos seus esforços incoerentes.
>
> MARX, Karl. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1864. *In*: **OBRAS escolhidas.** Lisboa: Edições Avante, 1982. t. II. p. 5-13.

a. Por que 1848 é um ano-chave no discurso de Karl Marx?

b. Segundo o autor do texto, o desenvolvimento industrial promoveu melhorias para a classe trabalhadora? Justifique sua resposta.

c. Qual é a ideia central da mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores?

9. Ao longo deste capítulo, estudamos a luta das mulheres no século XIX para alcançar os direitos e as liberdades individuais preconizados para os homens e quanto esse processo foi (e continua sendo) difícil e lento. Ainda hoje, por exemplo, persistem diferenças salariais significativas entre homens e mulheres que exercem os mesmos cargos e têm as mesmas responsabilidades e competências. Para combater essa injustiça, em 3 de julho de 2023 foi sancionada a Lei nº 14.611, que determina a obrigatoriedade de igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres. Em grupos, realizem uma pesquisa sobre o tema no Brasil apresentando os dados sobre a situação salarial atual das mulheres em relação aos homens, os direitos assegurados a elas com a nova lei e possíveis medidas para acabar com a desigualdade de gênero no país.

ODS 5

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 11

Imperialismo, guerra e revolução

No fim do século XIX, algumas nações europeias, os Estados Unidos e o Japão se industrializaram e passaram a competir umas com as outras por matérias-primas vindas dos territórios da Ásia, da América Latina e da África e pelos mercados consumidores que eles representavam. Essa competição levou a manipulações políticas, dominação das populações locais e colonização de diversas regiões, o que envolveu massacres, violência e discriminação.

Inúmeros conflitos decorreram dessa política de dominação, denominada **imperialismo**. Em muitos casos, as populações locais resistiram de diversas maneiras às tentativas de submissão pelas potências estrangeiras. Alguns focos de resistência foram bem-sucedidos e adiaram o início do processo de exploração, dada a incapacidade das nações imperialistas em controlar revoltas locais.

O imperialismo acirrou tensões e rivalidades entre as potências industriais, e culminou na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esse conflito – o primeiro a contar com a participação de países de todos os continentes – consumiu amplos recursos humanos, naturais e tecnológicos, e devastou os países em uma escala sem precedentes na história humana.

Os dados relativos às perdas na Primeira Guerra Mundial foram retirados de: NEWSPAPER Pictorials: World War I Rotogravures, 1914 to 1919. **Library of Congress**. Disponível em: https://www.loc.gov/collections/world-war-i-rotogravures/articles-and-essays/events-and-statistics/mobilized-strength-and-casualty-losses/. Acesso em: 31 ago. 2024.

Em parte, isso se deveu ao aumento do poder destrutivo das armas, que incorporaram avanços tecnológicos de fins do século XIX. Entre essas armas estavam as automáticas e as semiautomáticas, os mísseis de longo alcance, os tanques de guerra e os armamentos químicos. Com isso, os campos de batalha se transformaram em zonas de morte: cerca de 16 milhões de pessoas morreram, entre militares e civis.

Atualmente, temos assistido a várias guerras regionais em diversas partes do mundo. Por que as guerras acontecem? Os períodos sem guerra são tempos sem violência alguma? Qual é a relação entre Estado, política e desigualdades? Por que algumas nações decidem se apossar de territórios habitados por outros povos? Que discursos elas empregam para legitimar seus atos? Como assegurar que os princípios de justiça e de respeito permeiem as relações internacionais tanto entre países quanto entre pessoas no interior de um mesmo país?



FRANÇOUS NASCIMBENI/AFP/GETTY IMAGES

Ossário de Douaumont, França. Fotografia de 2024. O pequeno vilarejo foi um dos palcos da Batalha de Verdun que, durante 1916, vitimou centenas de milhares de franceses e alemães no âmbito da Primeira Guerra Mundial.

Neste capítulo, vamos aprofundar os estudos a respeito da expansão do capitalismo e compreender as motivações geopolíticas, socioeconômicas e culturais que estiveram envolvidas nas dinâmicas de dominação e resistência do imperialismo, na eclosão da Primeira Guerra Mundial e na Revolução Russa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O desenvolvimento industrial e a expansão imperialista

No decorrer do século XIX, na Europa, além do Reino Unido, tornaram-se regiões industriais a França, a Bélgica, a Holanda, o norte da Alemanha, o norte da Itália e parte da Rússia. Fora da Europa, a industrialização também avançou nos Estados Unidos e no Japão. A introdução de novas fontes de energia, como a eletricidade e o petróleo, marcou o desenvolvimento da chamada **Segunda Revolução Industrial**.

A eletricidade, por exemplo, podia ser transmitida a distância e favoreceu o desenvolvimento de lâmpadas, motores, bondes, metrôs e telégrafos elétricos, além do telefone e do rádio. Já o petróleo passou a ser utilizado como combustível nas fábricas e, a partir de 1870, também na indústria automotiva.

Além disso, a indústria química teve grande impulso com a produção de fertilizantes, artigos sintéticos, explosivos e medicamentos, e a siderurgia avançou com a invenção de um novo processo de fabricação do aço, que permitia produzir essa liga metálica em maior quantidade e a preços mais baixos.

O aumento da produção e a sofisticação das técnicas industriais, que exigiam investimentos de grande vulto, levaram as empresas a concentrarem capital, formando os chamados **oligopólios** – grupos de empresas associadas para controlar determinado ramo da produção. Impulsionadas pelos interesses do capital financeiro e dos grandes oligopólios, as potências industriais iniciaram a expansão imperialista. O resultado do imperialismo foi a partilha de quase toda a África e a ocupação de vastos territórios da Ásia por nações europeias, além da subordinação de países da América Latina aos interesses econômicos dos Estados Unidos.

A dominação imperialista apresentou, em cada região, características específicas, de acordo com os interesses das grandes potências e as relações que estas estabeleceram com as elites dirigentes locais.

- **Áreas de domínio econômico** – Países independentes que não sofriam dominação política direta, mas eram explorados economicamente e persuadidos a tomar medidas que beneficiavam as potências imperialistas (caso do Brasil e de outros países da América Latina).
- **Áreas de protetorado** – Domínios coloniais tratados como aliados, em que eram mantidos os quadros dirigentes locais, porém subordinados a uma autoridade europeia presente (caso da Índia).
- **Áreas de colonização direta** – Territórios dominados militar, política e economicamente, com a presença de quadros dirigentes europeus (caso de diversas regiões da África).
- **Áreas de influência** – Territórios em que os dirigentes locais eram mantidos, mas obrigados a assinar tratados que garantiam vantagens econômicas e jurídicas à potência estrangeira (caso da China).



HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Locomotiva pronta para sua viagem inaugural entre Salisbury e Umtari, na Rodésia (atual Zimbábue). Fotografia de 1898. As fotografias propagandeavam uma pretensa "modernização" das colônias, e raramente evidenciavam os abusos das potências industriais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Escoamento da produção e do excedente populacional

Nas áreas de dominação imperialista, as potências industriais fomentaram a produção de gêneros agrícolas, impulsionando, por exemplo, o cultivo de cacau, café, cana-de-açúcar e amendoim. Elas também priorizaram a extração de recursos naturais como peles, plumas, marfim, noz-de-cola, borracha, diamante, ouro e outros minerais. Para isso, governos e empresas contratavam trabalhadores nativos a baixíssimos salários ou recorriam ao trabalho forçado.

Além da exploração econômica, as colônias eram vistas como válvulas de escape para o excedente demográfico nos países europeus e como forma de evitar conflitos sociais. Isso porque, da segunda metade do século XVIII ao final do século XIX, a população europeia havia crescido cerca de quatro vezes. Esse aumento populacional, associado à extrema desigualdade social e às sucessivas crises do capitalismo no século XIX, intensificava as tensões sociais.

A pressão exercida pela classe operária cada dia mais numerosa e organizada, tanto em sindicatos quanto em partidos de esquerda, levava os governos europeus a ver a exploração colonial como uma saída para afastar a ameaça de uma revolução social. A esse respeito, Cecil Rhodes (1853-1902), explorador britânico da região do Cabo, na África do Sul, afirmou em 1895:

> Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de desempregados. [...] [Ouvi] ali discursos exaltados cuja nota dominante era "pão! pão!" [...]. A ideia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas.

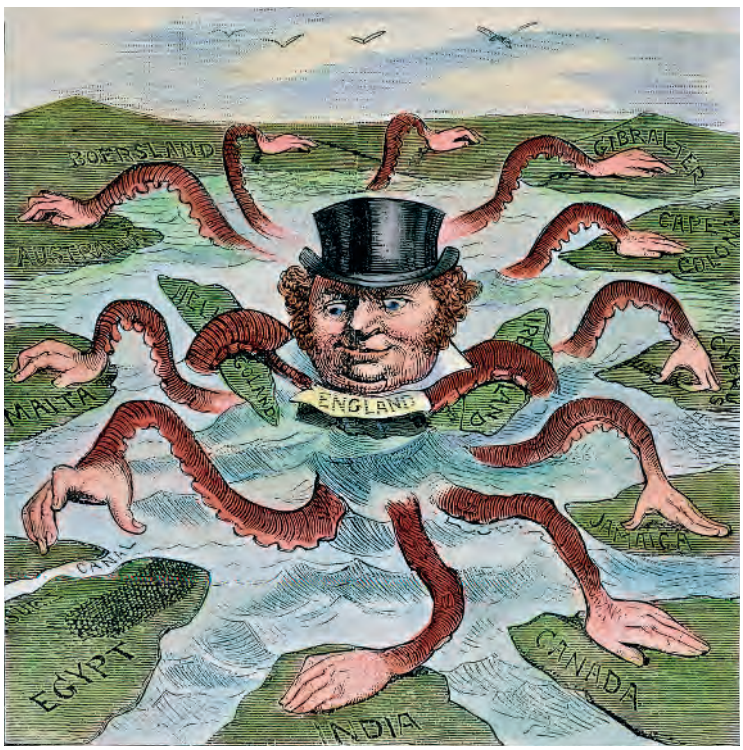
Cecil Rhodes [1895] *apud* CATANI, Afrânio Mendes. **O que é imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 36.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Segundo Cecil Rhodes, qual era a importância do imperialismo?
2. Como podemos interpretar a frase "O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago"?

Posições como as de Cecil Rhodes presentes nesse trecho ignoravam a presença da população nativa, e viam territórios da África e da Ásia como "vazios", ideais para receber a população que consideravam excedente em seus países.



GRANGER/SHUTTERSTOCK - COLEÇÃO PARTICULAR

O peixe-diabo em águas egípcias, charge estadunidense de 1882. A charge mostra John Bull, personificação nacional da Inglaterra, como um polvo cujos tentáculos se apossam de vários territórios em diferentes continentes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O imperialismo na Ásia

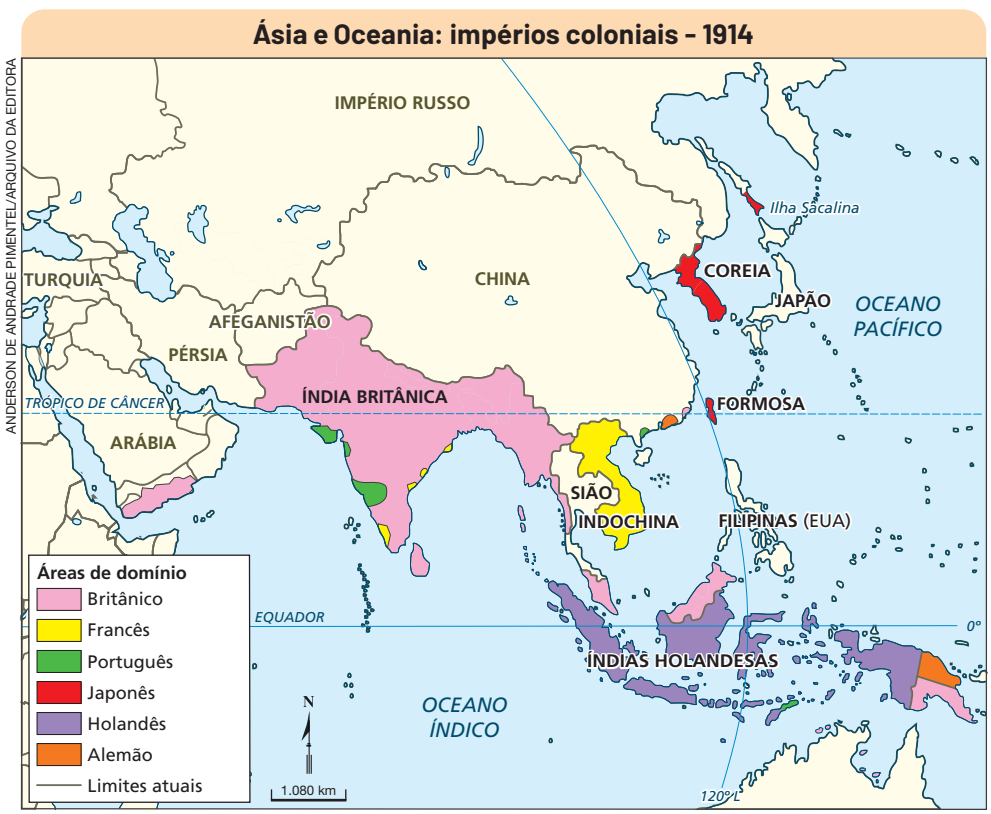
A Ásia foi alvo dos interesses das nações europeias desde as Grandes Navegações no século XVI. Naquela primeira onda colonialista, portugueses, espanhóis e holandeses tomaram posse de vários territórios no continente motivados pelo comércio de especiarias. Mais tarde, com a corrida imperialista, o continente asiático seria novamente alvo das investidas dos europeus.

Desde o fim do século XVIII, os britânicos controlavam diversos territórios na Índia por meio da Companhia Britânica das Índias Orientais, que existia desde o século XVI e, com o tempo, assumiu funções políticas, militares e administrativas em várias áreas do subcontinente. Havia ainda, na Índia, pequenas possessões de Portugal e da França.

A dominação britânica na Índia promoveu a destruição das comunidades tradicionais locais, que combinavam a pequena produção agrícola com a produção artesanal, principalmente de tecidos que eram exportados para a Europa. Os britânicos impuseram aos indianos uma política de livre mercado, suprimindo tarifas de importação e subsídios à indústria doméstica. Em consequência, de exportadores de tecidos os indianos se transformaram em fornecedores de matérias-primas e especiarias, além de importadores de tecidos produzidos pelas indústrias britânicas.

Esse processo de dominação colonial resultou na miséria de boa parte da população indiana. Como consequência, entre 1857 e 1858 ocorreu a **Revolta dos Cipaios**, organizada pelos soldados indianos contra os altos impostos cobrados pelos colonizadores. Após reprimir a revolta, o governo britânico dissolveu a Companhia das Índias Orientais e assumiu diretamente o comando de sua colônia indiana.

Mais tarde, outros territórios asiáticos foram incorporados ao Império Britânico: Birmânia (1866) e Malásia (1874). O avanço francês na região resultou na formação da União Indochinesa sob domínio da França em 1887, agrupando os territórios do Camboja, da Cochinchina e do atual Vietnã. Mais tarde, o Laos foi incorporado em 1893. Já os holandeses, em parceria com os britânicos, dominaram a Indonésia, estabelecendo a base de uma grande companhia petrolífera ativa até os dias de hoje.



Fontes: ALBUQUERQUE, Manoel M. de *et al*. **Atlas histórico escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986. p. 138-139; PARKER, Geoffrey (ed.). **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 240-241; NÉRÉ, Jacques. **História contemporânea**. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1981. p. 332.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ópio: suco espesso extraído da papoula, planta largamente cultivada na Ásia. Utilizado como matéria-prima na fabricação de vários medicamentos, também é cultivado para o comércio clandestino de drogas, como a heroína, que levam à dependência e, em muitos casos, à morte.

A dominação da China

Reino Unido, França, Alemanha e Estados Unidos direcionaram seus esforços de dominação também para a China, país muito populoso e rico em recursos naturais. Na primeira metade do século XIX, o enfraquecimento do poder do imperador e a relativa autonomia das províncias chinesas favoreceram a penetração gradual dessas potências, que já investiam no comércio com a China desde o século XVIII. Os britânicos, por exemplo, compravam chá dos chineses, mas não conseguiam vender para eles nenhum produto em proporção equivalente. A venda de **ópio** foi a solução encontrada para equilibrar a balança comercial britânica.

Produzido na Índia e na Birmânia, o ópio foi introduzido na China ilegalmente por comerciantes britânicos e estadunidenses. A dependência da população levou as autoridades chinesas a proibir a venda e o consumo da substância em 1838 e, no ano seguinte, promover a queima de 20 mil caixas do produto na província de Cantão. O fato deu início às **Guerras do Ópio** (1839-1842 e 1856-1860).

Em 1840, o governo britânico enviou à China uma esquadra formada por potentes navios de guerra, que destruíram rapidamente as embarcações chinesas e bombardearam a cidade de Nanquim. Diante da ofensiva, a China rendeu-se e assinou, em 1842, o **Tratado de Nanquim**, que impunha condições de comércio extremamente desfavoráveis para os chineses, como a abertura de cinco portos aos produtos britânicos. O tratado também previa a transferência da ilha de Hong Kong para o controle britânico, que passou a funcionar como o principal entreposto ocidental na região.

O enfraquecimento do poder imperial chinês e a dominação estrangeira levaram à criação de várias sociedades secretas, muitas delas com o objetivo de restaurar a soberania do país. A principal foi a Sociedade dos Punhos Harmoniosos e Justiceiros, criada em 1898 na região de Shandong.

Essa sociedade combatia principalmente as missões religiosas e os chineses convertidos, e em pouco tempo recebeu a adesão de milhares de indivíduos. Em 1900, os ***boxers***, como foram chamados pelos ocidentais, marcharam sobre Pequim e Tianjin, matando estrangeiros. O governo imperial apoiou a rebelião, declarando guerra às potências ocidentais. Contudo, a rebelião foi contida por tropas britânicas, francesas, estadunidenses, russas e japonesas.



PICTURES FROM HISTORY/UNIVERSAL IMAGES/GETTY IMAGES - MUSEU DA GUERRA DO ÓPIO, PROVÍNCIA GUANGDONG

Gravura do século XIX que representa autoridades chinesas supervisionando a destruição do ópio na cidade chinesa de Cantão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O imperialismo japonês na Era Meiji

Do século XII até meados do século XIX, o Japão viveu sob o **xogunato**. Nesse sistema político, o imperador desempenhava um papel apenas decorativo, uma vez que o poder era exercido, de fato, pelo xogum (chefe militar) com o apoio de poderosas famílias de proprietários rurais.

Durante o xogunato, o Japão foi uma nação economicamente pouco desenvolvida e relativamente isolada do restante do mundo. E, no decorrer do século XIX, no entanto, o país passou a sofrer pressão internacional crescente para abrir-se ao comércio com países como Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e Holanda.

A abertura comercial do Japão sofreu oposição dos partidários do xogum que visavam manter seus privilégios e afastar o país da influência cultural estrangeira. Porém, após uma série de rebeliões internas, o xogunato colapsou. Com o fim desse sistema em 1868, o Japão iniciou a chamada **Era Meiji** (ou "governo esclarecido"), período que se estendeu até 1912 e foi marcado pelo fortalecimento do poder imperial e por reformas econômicas e sociais que modernizaram o país seguindo modelos ocidentais. Com financiamento externo, foram construídas estradas de ferro e implementados o serviço postal, o telégrafo e a imprensa. A agricultura e a indústria se desenvolveram, transformando o Japão em uma potência. O Japão imperial também investiu na modernização do exército e do arsenal militar para fazer frente à pressão imperialista ocidental.

Em 1894, o Japão entrou em guerra contra a China pela influência sobre a Coreia. Em 1895, a frota chinesa foi destruída pelos japoneses, que se apossaram da base naval de Port Arthur, na Manchúria (região situada no nordeste da China). Derrotada, a China foi obrigada a renunciar a seus interesses na Coreia e a ceder ao Japão a Manchúria e a ilha de Taiwan.

Esse foi o início do imperialismo japonês na Ásia. No entanto, o expansionismo japonês entrou em conflito com os interesses do Império Russo. Em 1904, o exército russo, com o consentimento de potências europeias, como a França e a Alemanha, invadiu a Manchúria, uma área rica em recursos naturais, como ouro, ferro e petróleo. Diante da recusa dos russos de se retirarem, o Japão declarou guerra à Rússia. Após derrotar os russos em 1905, o Japão consolidou seu poderio na Ásia ocupando a Península de Liaodong, a Manchúria e a Coreia, que foi anexada ao Império Japonês em 1910 sem oposição da comunidade internacional.



KOBAYASHI KIYOCHIKA - MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

Batalha naval no Mar Amarelo, ilustração de Kobayashi Kiyochika, 1894. A imagem retrata a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) pelo controle da península coreana. Ao final de oito meses, após sucessivas vitórias das forças navais japonesas, a região passou para o domínio do Japão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A corrida pelo domínio da África

No século XIX, com as melhorias nos meios de transporte e de comunicação, além da descoberta de remédios como a quinina (eficiente contra a malária), o interior do continente africano passou a ser mapeado e explorado pelas potências imperialistas do continente europeu.

Em 1876, o rei belga Leopoldo II se apossou de toda a Bacia do Rio Congo, região dez vezes maior que a própria Bélgica, conservando-a como domínio pessoal. Já Portugal pretendia construir um império que ligaria as terras africanas da costa do Atlântico às da costa do Índico. A França empenhou-se igualmente na obtenção do controle do noroeste do continente. O Egito, após um curto período de dominação francesa, foi ocupado pelo Reino Unido em 1882 e passou a ser um protetorado britânico. No sul, os britânicos tiveram de enfrentar a presença dos bôeres, descendentes de colonos holandeses que haviam se instalado na região no século XVII.

Com o objetivo de solucionar os conflitos entre nações imperialistas e organizar a dominação da África pelas grandes potências, realizou-se, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, a **Conferência de Berlim**. Ali foi celebrado um acordo que ficou conhecido como Partilha da África, no qual foram designados quais territórios do continente africano seriam possessões desses países. As potências deveriam demonstrar sua ocupação efetiva sobre os territórios que reivindicavam. Assim, a conferência reconhecia a área de influência das potências estrangeiras em território africano e legitimava as conquistas que poderiam ser feitas na zona que cabia a cada uma delas.

Em grande medida, a Conferência de Berlim demarcou as fronteiras políticas dos países africanos reconhecidas até a atualidade. Nesse processo, porém, não foram levadas em consideração as formas de organização tradicionais dos povos africanos nem suas especificidades linguísticas e culturais. Muitas vezes, a partilha agrupou etnias historicamente rivais e separou outras com elementos de identidade cultural comuns. Daí derivam muitos dos conflitos entre nações africanas e guerras civis que assolaram a África mesmo após a vitória dos movimentos de independência.

África: Impérios coloniais – 1914



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fontes: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2011. v. VII. p. 50; PARKER, Geoffrey (ed.). **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 236.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Que países tinham a maior quantidade de territórios dominados no continente africano?
2. Que lógica foi adotada para demarcar as fronteiras políticas dos países africanos na Conferência de Berlim?
3. Com a dominação colonial, as populações que viviam nesse vasto continente foram privadas de muitos de seus direitos. Quais deles você saberia mencionar? Explique.

ODS 10

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dominação e resistência

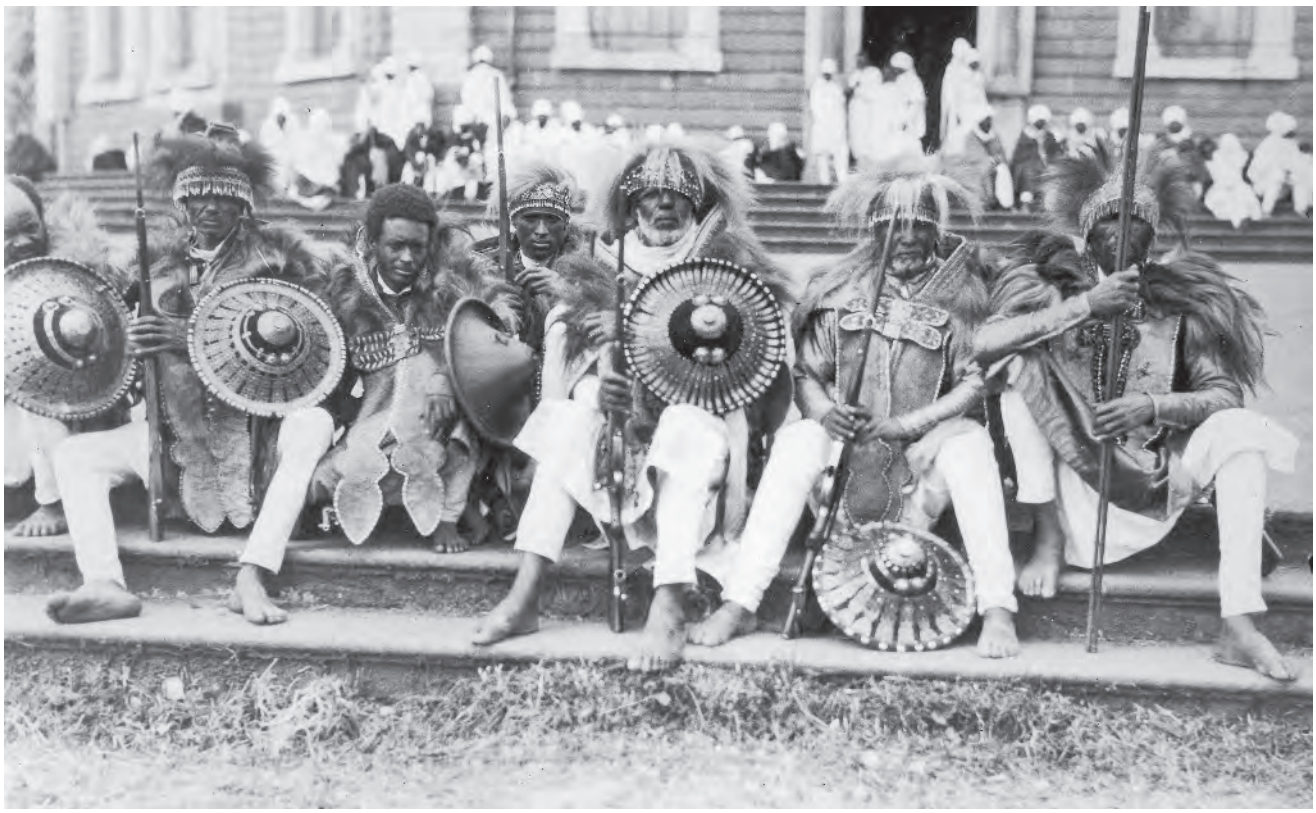
A dominação imperial de vastos territórios contava com diversas formas de justificação ideológica, que se destinavam sobretudo a torná-la aceitável aos olhos da opinião pública. Uma dessas formas era disseminar a ideia de que os colonizadores tinham a "missão civilizadora" de levar a modernidade e o cristianismo a povos rotulados de primitivos e atrasados.

A superioridade tecnológica e militar das potências europeias facilitou a conquista dos reinos locais. Além disso, as autoridades colonizadoras exploraram habilmente os conflitos entre etnias rivais e fizeram alianças com as elites locais, oferecendo-lhes cargos e privilégios na nova estrutura que se implementava.

A colonização alterou o modo como as sociedades tradicionais se organizavam. Além de confiscar as melhores terras, de explorar o trabalho e de estigmatizar as culturas e as crenças dos nativos, algumas práticas coloniais eram absolutamente brutais e desumanas, envolvendo mutilações e execuções públicas.

Os abusos coloniais levaram a diversas rebeliões. Entre 1881 e 1899, ocorreu no Sudão a **Revolta Madista**, inicialmente contra o Império Turco-Otomano e depois contra a ocupação britânica, com o objetivo de estabelecer um Estado teocrático islâmico na região. Entre 1905 e 1907, ocorreu a **Rebelião Maji Maji** na África Ocidental Alemã (atual Tanzânia) envolvendo diversos grupos étnicos. A rebelião foi uma reação às práticas brutais da colonização alemã, que incluíam trabalho forçado. Entre 1890 e 1906, ocorreu no atual Quênia a **Resistência Nandi**, um conflito motivado principalmente pelo confisco de terras do povo nandi pelos britânicos. Essa foi uma das primeiras revoltas a utilizar táticas de guerrilha, que seriam extensivamente adotadas nos movimentos anticoloniais do século XX. Essas revoltas, no entanto, não conseguiram deter o avanço do imperialismo.

Os únicos países africanos que ficaram livres da dominação europeia foram a **Libéria** e a **Etiópia**. A Libéria foi fundada em 1821 pela Sociedade Americana de Colonização para ser habitada por ex-escravizados enviados dos Estados Unidos. Em 1847, a colônia estadunidense foi o primeiro país africano a declarar a independência e contava com a proteção do governo estadunidense nas negociações com as potências imperiais europeias. Em 1895, a Etiópia foi invadida pela Itália. Porém, o exército do imperador Menelique II conseguiu derrotar as forças italianas na Batalha de Adwa em 1896.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK

Veteranos de guerra durante a coroação do imperador Menelique II. Fotografia de 1889. O governo etíope conseguiu explorar as rivalidades entre as potências imperialistas, superar as disputas internas, armar seu exército e derrotar as tropas italianas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

Esperando os bárbaros

Direção: Ciro Guerra. Estados Unidos, 2019. 112 minutos.

O cenário do filme é uma guarnição na fronteira de um império colonial não especificado. A guarnição é chefiada por um magistrado humilde e sábio que procura manter a paz com a população local. Contudo, chega um coronel que, sob o pretexto de prevenir uma rebelião, usa táticas brutais para lidar com os "bárbaros".

O filme é baseado no livro homônimo do escritor sul-africano J. M. Coetzee e mostra o absurdo e a desumanidade da dominação colonial.

Classificação indicativa do filme *Esperando os bárbaros*: 14 anos.

A Primeira Conferência Pan-africana

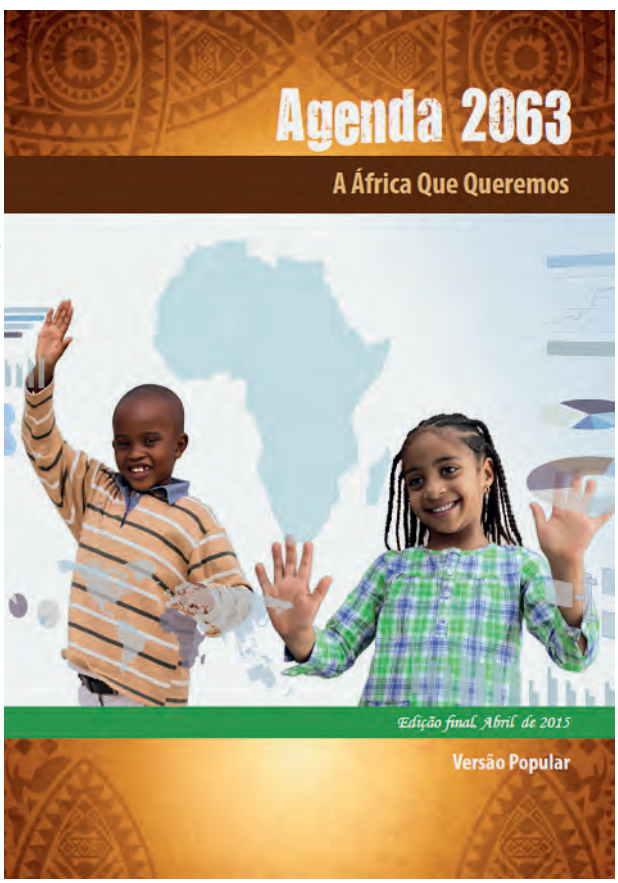
Como resposta à Conferência de Berlim, em julho de 1900 ocorreu a **Primeira Conferência Pan-Africana**, em Londres, que reuniu intelectuais negros e ativistas africanos, europeus, estadunidenses e indianos. O objetivo era que os participantes discutissem suas experiências comuns para elaborar estratégias de luta contra a dominação colonial. As principais reivindicações foram o fim da prática dos trabalhos forçados, o fim dos sistemas de discriminação e segregação social e o direito à representação política dos povos colonizados.

O congresso foi importante, pois lançou o movimento pela descolonização da África, formulando uma agenda política comum que pautaria a mobilização contra o neocolonialismo nas décadas seguintes. O movimento preconizava a unidade dos povos africanos e das pessoas de origem africana residentes em outros continentes.

As reivindicações anticoloniais propiciaram o desenvolvimento de consciência e identidade africanas que continuaram ganhando mais expressão a partir do Primeiro Congresso Pan-africano, que ocorreu em Paris em 1919, e foi presidido por personalidades importantes, como os ativistas William E. B. Du Bois (1868-1963) e Ida Gibbs Hunt (1862-1957). O propósito do evento era chamar a atenção da comunidade internacional para as violências físicas, psicológicas e econômicas que ocorriam nas colônias e continuar a fomentar a resistência ao imperialismo europeu no continente africano.

Contudo, a maior parte dos países africanos colonizados conquistou sua independência apenas na segunda metade do século XX, quando as antigas potências europeias se viram desgastadas com os altos custos materiais e humanos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e cederam à pressão dos Estados Unidos e da União Soviética para desmantelar seus impérios coloniais. Os efeitos do imperialismo, no entanto, continuaram sendo sentidos entre os povos africanos em sua história pós-colonial.

REPRODUÇÃO/COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA



Capa da edição popular, disponível na internet, do documento *Agenda 2063: A África que queremos*, publicada em 2015.

Saiba mais

A permanência da herança colonial levou à União Africana, organização que reúne 55 países, a lançar em 2015 a **Agenda 2063: A África que queremos**. Trata-se de um projeto pan-africanista que busca concretizar uma "África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos, representando uma força dinâmica na arena internacional". Entre as aspirações para 2063, estão o desenvolvimento do continente pelo povo africano e, em especial, pelas mulheres, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da identidade pan-africana.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O imperialismo estadunidense na América Latina

Após a independência, em 1776, os Estados Unidos começaram um processo de expansão para o oeste, com a anexação de novos territórios às Treze Colônias.

No começo do século XIX, os Estados Unidos adquiriram quase toda a região sul, incluindo a Flórida, negociada com a Espanha, e as terras da Louisiana, que pertenciam ao governo francês. Entre as décadas de 1820 e 1830, ocuparam e anexaram o Texas, antes pertencente ao governo mexicano. O México reagiu ao avanço estadunidense, e os dois países entraram em guerra em 1846. O conflito durou dois anos e encerrou-se com a derrota dos mexicanos, que perderam cerca de 40% de seu território para os Estados Unidos, cujo objetivo era construir um país de dimensões continentais, que se estenderia da costa do Atlântico até a costa do Pacífico.

A expansão para o oeste prosseguiria com o avanço sobre as terras indígenas, por meio de uma política de doação de terras a particulares que atraiu centenas de milhares de imigrantes europeus que sonhavam com enriquecimento rápido. Foram construídas ferrovias, e a população indígena acabou expulsa de suas terras, o que gerou conflitos violentos e resultou no extermínio de grande parte dos povos que, há séculos, habitavam a região central da América do Norte.

No fim do século XIX, os Estados Unidos, já consolidados, viviam um forte desenvolvimento industrial e necessitavam de novos mercados. A dinamização da produção foi garantida pelo investimento expressivo no transporte ferroviário, que, no período, representava cerca de um terço das vias férreas do mundo.

Já os países latino-americanos, em sua maioria, possuíam economias agroexportadoras e importavam artigos manufaturados da Europa. Para o governo e os industriais estadunidenses, a América Latina representava um potencial mercado consumidor, que poderia ser conquistado por meio de uma ação política mais assertiva. O incremento produtivo orientou a política expansionista dos Estados Unidos em direção à América Latina.

Estados Unidos: expansão territorial – século XIX



Fontes: ALBUQUERQUE, Manuel M. de *et al.* **Atlas histórico escolar**. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986. p. 70; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Atlas Hachette**: histoire de l'humanité. Paris: Hachette, 1987. p. 221.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

As relações com a América Latina

Em 1889, ocorreu a Primeira Conferência Internacional Americana, que reuniu praticamente todos os países independentes do continente americano. O objetivo era negociar uma aproximação comercial e apresentar os Estados Unidos como protetores contra o imperialismo europeu. Os resultados da conferência, porém, foram inexpressivos.

Os passos estadunidenses seguintes foram mais assertivos. Em 1898, os Estados Unidos decidiram interferir na guerra entre Cuba e Espanha, e auxiliaram os cubanos a obterem a emancipação política. Cuba, porém, tornou-se autônoma apenas no papel, pois tropas estadunidenses continuaram ocupando seu território.

Doutrina Monroe: política externa apresentada ao Congresso estadunidense em 1823 pelo então presidente James Monroe (1817--1825), que considerava qualquer intervenção europeia na política dos países do continente americano um ato hostil contra os interesses dos Estados Unidos.

Em 1901, por meio da **Emenda Platt**, a Constituição de Cuba foi alterada, transformando o arquipélago em uma espécie de protetorado estadunidense; a emenda autorizava os Estados Unidos a atuar militarmente no local para garantir a "estabilidade interna", além de ceder-lhe a base naval de Guantánamo.

Durante o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), a ação imperialista dos Estados Unidos tornou-se evidente na América Latina. Sua postura baseava-se em certa interpretação da **Doutrina Monroe**. Para Roosevelt, os Estados Unidos deveriam intervir nos países vizinhos política e economicamente quando esses países demonstrassem incapacidade de manter o controle político e militar interno.

Em 1903, os Estados Unidos promoveram a independência do Panamá, então vinculado à Colômbia, em troca de um acordo para a construção do canal interoceânico que ligaria o Atlântico ao Pacífico. Seu objetivo era controlar a circulação marítima e comercial na região. A política intervencionista de Roosevelt na América Latina combinava ações diplomáticas e militares. Por isso, tornou-se conhecida como *Big Stick*. Tal expressão significava literalmente "grande porrete" e passou a caracterizar o tom impositivo que os Estados Unidos adotavam com os demais países do continente.

A política imperialista estadunidense divergia da praticada pelas potências europeias. Enquanto estas procuravam ocupar e administrar diretamente seus territórios, cooptando para isso chefes e elites locais, os Estados Unidos visavam intervenções militares pontuais para derrubar governos que consideravam hostis a seus interesses. O efeito dessa política foi a redução da soberania dos países latino-americanos, cujas economias tiveram de se subordinar às prioridades estadunidenses.



W.A. ROGERS - COLEÇÃO PARTICULAR

O Big Stick *no Mar do Caribe.*
Cartum de W. A. Rogers de 1904.

Enfoque Responda no caderno.

1. Como o presidente Theodore Roosevelt foi representado nesse cartum? Por que essa representação denota poder sobre os países situados no Mar do Caribe?
2. Qual é a relação entre a política externa do governo Roosevelt e a Doutrina Monroe? Explique.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Primeira Guerra Mundial

A **Primeira Guerra Mundial**, ocorrida entre 1914 e 1918, apresentou características peculiares e inéditas. Foi a primeira vez que as grandes potências do período – Reino Unido, França, Rússia, Áustria-Hungria, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Japão – se envolveram em um mesmo conflito. Além delas, participaram outros 26 povos e Estados ao longo dos quatro anos de combate. O saldo dessa guerra foi absolutamente desastroso: estima-se a participação de aproximadamente 60 milhões de pessoas no conflito, mais de 16 milhões de mortos, entre civis e militares, e cerca de 21 milhões de feridos.

Uma série de fatores explica a complexidade e a emergência da Primeira Guerra Mundial, como a crescente concorrência política e econômica entre as potências europeias, o acirramento de sentimentos nacionalistas e, por fim, a composição de alianças militares por meio da assinatura de tratados diplomáticos.

A formação de alianças e a corrida armamentista

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a Europa vivia um período de otimismo e inovações, conhecido como *Belle Époque*. Entretanto, esse foi também um período marcado por rivalidades e disputas entre as potências europeias.

No século XIX, Reino Unido e Alemanha alimentaram uma intensa rivalidade nos campos político e econômico. O Reino Unido era a principal potência industrial e comercial da época e contava com extensas colônias na África e na Ásia. Essa supremacia econômica, porém, começou a perder espaço para a indústria alemã, que, em 1900, já superava em alguns setores a poderosa indústria britânica.

A França, em razão de sua derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), esperava por um conflito contra a Alemanha com o intuito de reafirmar o orgulho nacional ferido e reaver os territórios da Alsácia e da Lorena, ricos em minérios, que haviam sido cedidos aos alemães.

Em 1882, a Alemanha, consciente de sua rivalidade com a França e com o Reino Unido, estabeleceu um acordo com o Império Austro-Húngaro e a Itália, formando a **Tríplice Aliança**. França e Reino Unido, apesar de rivais históricas, juntaram-se à Rússia e formaram, entre 1893 e 1897, a **Tríplice Entente**, com o objetivo de deter o avanço alemão.

A disputa entre as nações europeias também se manifestou na forma de uma exacerbação do **nacionalismo**, que crescia entre a população desses países, difundindo a ideia de superioridade de uns sobre outros, e na forma de uma **corrida armamentista**. Nos anos que antecederam a deflagração do conflito, as grandes potências preparavam-se para a guerra aperfeiçoando os transportes e as comunicações, ampliando a produção bélica e o recrutamento militar. Por causa do aumento extraordinário dos armamentos e do clima de tensão que se criou na Europa, esse período foi chamado de **Paz Armada**.



Uma conversa privada interrompida, charge de William Allen Rogers publicada no periódico nova-iorquino *Harper's Weekly*, em 1º de julho de 1905. Na cena, um general alemão com um papel escrito "Marrocos" atrapalha a conversa entre o Reino Unido e a França, representados, respectivamente, por John Bull e por Marianne, personificação nacional dos dois países.

WILLIAM ALLEN ROGERS - COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A crise nos Bálcãs e o estopim da guerra

Com o enfraquecimento do Império Otomano, que dominava a Península Balcânica, os grupos étnicos que viviam na região (sérvios, búlgaros e romenos, principalmente) começaram a se organizar para formar novos Estados. A Sérvia tornou-se independente do Império Otomano em 1878 e logo investiu em uma campanha nacionalista pela constituição da Grande Sérvia, que reuniria croatas, bósnios e eslovenos.

O nacionalismo sérvio, porém, chocava-se com a política expansionista do Império Austro-Húngaro, que em 1908 havia anexado a Bósnia e a Herzegovina, aumentando a tensão na região. No dia 28 de junho de 1914, na cidade de Sarajevo, capital da Bósnia, o arquiduque Francisco Ferdinando – herdeiro do Império Austro-Húngaro – e sua esposa foram mortos a tiros por Gavrilo Princip, integrante de um grupo nacionalista sérvio. O objetivo do ataque era deflagrar uma revolução contra o Império Austro-Húngaro, mas ele acabou gerando consequências mais graves.

A Áustria, com o apoio da Alemanha, declarou guerra à Sérvia em 28 de julho de 1914, a quem acusou de cumplicidade no atentado. A Rússia, aliada da Sérvia, começou a movimentar sua máquina de guerra. A Alemanha, que era aliada da Áustria, declarou guerra à Rússia e à França nos primeiros dias de agosto de 1914.

Com o avanço alemão, em 4 de agosto, o Reino Unido, que antes hesitava em se envolver, entrou no conflito. A Itália permaneceu neutra até 1915, quando traiu seu acordo com a Alemanha e aliou-se aos britânicos e franceses na Tríplice Entente, com o objetivo de conquistar territórios coloniais no continente africano.

A guerra de trincheiras

A estratégia de guerra da Alemanha era liquidar rapidamente a França na Frente Ocidental para depois atacar a Rússia na Frente Oriental. Mas franceses e britânicos contra-atacaram, obrigando o exército alemão a recuar.

A partir de então, o conflito deixou de ser caracterizado pela movimentação de tropas e transformou-se em uma **guerra de trincheiras**, com os exércitos instalados em valas abertas no solo. As trincheiras formavam uma linha divisória de aproximadamente 650 quilômetros de extensão, do Canal da Mancha até a Suíça. Presos às trincheiras, cerca de 230 metros distantes um do outro, os campos inimigos se enfrentavam diariamente com artilharia pesada. Isso levou a terríveis banhos de sangue e carnificina, tudo para conquistar poucos metros de território do inimigo.



NEURDEIN/ROGER VIOLLET/GETTY IMAGES

Soldados franceses em trincheira na Frente Ocidental durante a Primeira Guerra Mundial. Fotografia de 1914. Muitas vezes, os soldados permaneciam dias ou semanas entrincheirados esperando ordens para atacar. As condições nas trincheiras eram extremamente insalubres: havia muita lama, água suja e infestação de ratos.

Dica

1917

Direção: Sam Mendes. Estados Unidos e Reino Unido, 2019. 119 minutos.

Inspirado em fatos reais, o filme aborda a história de dois jovens soldados britânicos, cuja missão é atravessar o território inimigo para entregar uma mensagem urgente. Trata-se de uma experiência imersiva que aproxima o telespectador das dificuldades e aflições enfrentadas na Primeira Guerra Mundial.

Classificação indicativa do filme *1917*: 14 anos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tecnologia e destruição

Na Primeira Guerra Mundial, os países beligerantes se valeram dos mais avançados recursos tecnológicos da época a serviço da destruição. O motor a combustão, a aviação e a tecnologia empregada para fabricar aço acabaram direcionados para o esforço bélico.

Os aviões, por exemplo, eram usados no reconhecimento do território inimigo e em bombardeios que atingiam diretamente as cidades, sem o custo das longas batalhas travadas nas trincheiras; os canhões ajudavam a superar a imobilidade das trincheiras, atingindo alvos distantes; os tanques de guerra eram equipados com motor a combustão.

A tecnologia militar também foi aplicada em armamentos portáteis, como metralhadoras, pistolas semiautomáticas, granadas de mão e morteiros, sem falar da produção de armas químicas. Na prática, isso significou maior número de soldados e civis mortos no conflito: em apenas quatro anos, morreram dez vezes mais pessoas na Primeira Guerra Mundial do que em todas as guerras do século XIX.

O esforço de guerra

Com a deflagração da guerra, milhões de pessoas, que antes produziam nas fábricas e nos campos, foram mobilizadas para o esforço de guerra. A guerra não se reduzia aos campos de batalha. Equipamentos de artilharia pesada, como tanques e canhões, tinham de ser fabricados rapidamente e transportados até o teatro de operações. Novas metralhadoras precisavam de munição abundante em suprimento contínuo. Para isso, fábricas foram convertidas em arsenais, e trabalhadores foram mobilizados para colaborar com o esforço de guerra.

Como boa parte da população masculina havia sido enviada para lutar no conflito, milhares de pessoas foram trazidas das colônias para trabalhar nas fábricas e campos ou servir ao exército. As mulheres assumiram muitos dos postos de trabalho, tanto nas fábricas de material bélico quanto nos hospitais de campanha para cuidar dos feridos. Isso acabou contribuindo para a mudança do papel da mulher na sociedade, que antes praticamente se reduzia ao cuidado da casa e dos filhos.

A economia de guerra exigia o racionamento de alimentos, o que atingia a população civil e provocava carência de vitaminas e nutrientes. Diante disso, doenças como tifo, escorbuto e tuberculose disseminavam-se com facilidade. Nas famílias, havia a angústia e o medo de receber telegramas ou cartas com o anúncio da morte de entes queridos. Nas regiões em conflito, havia ainda o pavor dos bombardeios noturnos realizados por zepelins e aviões.



TOPICAL PRESS AGENCY/GETTY IMAGES

Mulheres trabalhando em uma fábrica de munições em Paris, França. Fotografia de 1916. Durante a Primeira Guerra Mundial, elas foram para as fábricas para produzir armamentos, o que acarretou mudanças nas estruturas sociais e familiares.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O horror das armas químicas

Os avanços da Segunda Revolução Industrial permitiram às fábricas produzir armas químicas, como o gás de cloro, o fosfeno ou o gás mostarda. Eles são considerados os primeiros armamentos de destruição em massa e foram usados na Primeira Guerra Mundial, apesar da proibição pela **Convenção de Haia** de 1899. Estima-se que, entre 1914 e 1918, 90 mil pessoas morreram e cerca de 1,3 milhão foram vítimas de armas químicas.

Os dados sobre mortes e vítimas de armas químicas foram extraídos de: FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. **American Journal of Public Health**. v. 98, n. 4, p. 612-613. jul. 2008.

> Fritz Haber [...] conduziu o programa alemão. Conhecido como "pai das armas químicas", Haber circulou de forma entusiasmada entre a frente de batalha e o Instituto Kaiser Wilhelm de Química Física e Eletroquímica em Berlim. Como ele organizou e liderou o programa alemão de armas químicas, resolvendo problemas de desenvolvimento e lançamento de agentes químicos, suas atividades anteciparam um padrão preocupante de comportamento para as futuras gerações de cientistas, engenheiros e médicos. [...]
>
> A expansão da pesquisa trouxe uma gama de especialistas em química, física e engenharia e, cada vez mais, em medicina, biologia e fisiologia, obscurecendo ainda mais as demarcações éticas na pesquisa médica. Quando a guerra terminou, os historiadores estimam que mais de 5500 cientistas e técnicos formados em universidades e dezenas de milhares de trabalhadores industriais em ambos os lados das linhas de batalha trabalhavam em armas químicas. [...]

BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK



Soldados britânicos utilizando máscaras de gás durante a Batalha do Somme, na França. Fotografia de 1916. As máscaras que protegiam os soldados dos ataques de armas químicas foram largamente usadas ao longo do conflito.

> O sargento britânico Elmer W. Cotton lembrava vividamente o sofrimento dos soldados atingidos pelo gás [de cloro]. Ele escreveu em seu diário que os homens estavam "encostados em uma parede... – todos atingidos pelo gás – sua cor era preta, verde e azul, línguas para fora e olhos arregalados – um ou dois estavam mortos e outros além da ajuda humana, alguns estavam tossindo espuma verde de seus pulmões". [...]
>
> No final de 1915, a guerra química havia se tornado uma arma psicológica, além de física. Assim como os bombardeios de artilharia infernais de vários dias resultavam em colapsos mentais [...]. Soldados de todos os lados sentiam que a guerra química não era uma arma adequada e ultrapassava os limites da humanidade.
>
> FITZGERALD, Gerard J. Chemical Warfare and Medical Response During World War I. **American Journal of Public Health**. v. 98, n. 4, p. 611-616. jul. 2008 (Tradução nossa).

Atividades

Responda no caderno.

1. De que forma o texto permite perceber que o "esforço de guerra" não se restringiu à fábrica, à fazenda e ao campo de batalha? Por que cientistas estavam tão envolvidos no desenvolvimento de armas químicas durante a Primeira Guerra Mundial?
2. Por que é possível afirmar que as armas químicas serviram à guerra psicológica? Justifique sua resposta.
3. Qual é o "padrão preocupante de comportamento" a que o autor do texto deve estar se referindo?
4. De que maneira os usos sociais das ciências podem provocar dilemas éticos? Como é possível utilizar a ciência para o bem-estar da humanidade? Debata esses temas com seus colegas.

ODS 16

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A entrada dos Estados Unidos e o fim da guerra

A partir de 1917, a Primeira Guerra Mundial ganhou novos contornos. Nesse ano, nove países da América, entre os quais os Estados Unidos e o Brasil, declararam guerra à Alemanha e a seus aliados. Em contrapartida, a Rússia, abalada pelas revoluções de fevereiro e outubro de 1917, que estudaremos a seguir, saiu do conflito.

A fim de sufocar o Reino Unido, os alemães estabeleceram um bloqueio marítimo e afundaram alguns navios mercantes estadunidenses com suprimentos. Esse ataque levou os Estados Unidos a ingressarem no conflito, o que significou um enorme reforço de tropas e equipamentos, condições decisivas para a vitória da Entente.

Entre setembro e novembro de 1918, a Bulgária, o Império Turco-Otomano e o Império Austro-Húngaro se renderam, e a Alemanha ficou isolada no conflito. Uma mobilização popular derrubou o império e proclamou a república na Alemanha. No dia 11 de novembro de 1918, a recém-proclamada República Alemã assinou o armistício final. Terminava oficialmente a Primeira Guerra Mundial.

A paz dos vencedores

Terminada a guerra, os países vencedores se reuniram na **Conferência de Paris**, em janeiro de 1919, para estabelecer as condições de paz. Desse encontro saíram cinco tratados, que definiram uma paz custosa e punitiva aos países derrotados no conflito.

Os tratados de paz estabeleceram, entre outras disposições, o desmembramento dos antigos impérios, redesenhando o mapa da Europa, do Oriente Médio e do Norte da África. O Império Turco-Otomano foi obrigado a ceder a maior parte de suas terras europeias à Grécia, a permitir a independência da Armênia e a transferir seus territórios no Oriente Médio e no Norte da África para o controle do Reino Unido e da França. O Império Austro-Húngaro foi desmembrado em quatro países: Áustria, Hungria, Tchecoslováquia e Iugoslávia (nome adotado em 1929).

O **Tratado de Versalhes**, assinado com a Alemanha em junho de 1919, foi o mais importante e que teve maior impacto no destino da Europa. Os vencedores consideraram o Estado alemão o principal responsável pela guerra e o obrigaram a devolver à França as regiões da Alsácia e da Lorena, a arcar com pesadas indenizações, a limitar seu efetivo militar e a entregar aos vencedores seus territórios coloniais. As medidas impostas em Versalhes foram recebidas como uma humilhação nacional pelos alemães e serviram para fomentar ressentimentos que contribuiriam para a ascensão do regime nazista no país.

Europa: após a Primeira Guerra Mundial – 1919



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: CHALIAND, Gérard; RAGEAU, Jean-Pierre. **Atlas politique du XXe siècle**. Paris: Seuil, 1988. p. 52.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolução Russa

No início do século XX, a Rússia tinha o território mais extenso e populoso da Europa, com 126 milhões de habitantes, 77% deles camponeses, e abrigava diferentes povos, línguas e culturas. O Império Russo, cuja autoridade máxima era o czar, apresentava uma economia basicamente agrária, com enorme concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e precárias condições de vida da população.

O descontentamento com essa situação fez as ideias socialistas chegarem à Rússia já no final do século XIX. Em 1898, foi fundado o **Partido Operário Social-Democrata Russo**, no qual foram formadas duas correntes: os **mencheviques**, que defendiam uma transição gradual e pacífica pelas vias institucionais; e os **bolcheviques**, liderados por Lênin, que defendiam a revolução proletária.

A entrada da Rússia na Primeira Guerra foi catastrófica para o czarismo, pois acarretou mortes, perda de territórios, paralisação da indústria, inflação e desemprego. Em fevereiro de 1917, greves e manifestações lideradas pelos sovietes (conselhos populares compostos de operários) eclodiram por todo o país, contando com a adesão de soldados e até de setores moderados da sociedade. A força da **Revolução de Fevereiro** levou o czar Nicolau II a abdicar.

Os revolucionários, então, formaram um governo republicano provisório liderado pelo menchevique Alexander Kerensky, que tomou uma série de medidas, como a adoção do sufrágio universal e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Contudo, a permanência da Rússia na guerra provocou a radicalização das reivindicações dos sovietes.

Sob a liderança dos bolcheviques, em outubro de 1917, o Palácio de Inverno foi bombardeado, provocando a fuga de Kerensky. Lênin foi escolhido para presidir o novo governo. A **Revolução de Outubro** promoveu o confisco das terras da aristocracia e da Igreja e a abolição da propriedade privada dos meios de produção (terras, minas e fábricas). Em dezembro, a Rússia assinou um cessar-fogo com a Alemanha, e, em 1918, o **Tratado de Brest-Litovski** oficializou a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial.

A consolidação do processo revolucionário deu-se após uma guerra civil instaurada no país que se estendeu até 1921, com a vitória do **Exército Vermelho**, formado pelos bolcheviques. No ano seguinte, nascia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sob a liderança de Lênin. Contudo, a situação social e econômica da Rússia estava terrivelmente deteriorada.

A necessidade de estimular a produção levou Lênin a elaborar a **Nova Política Econômica** (NEP), um impulso ao crescimento econômico por meio da adoção de algumas práticas capitalistas. De acordo com esse plano, o governo autorizava a atuação de empresas privadas na pequena indústria, bem como nos setores alimentícios e agrícolas. Com a ascensão de Stálin e a morte de Lênin, em 1924, a NEP foi abandonada, o isolamento do país cresceu e a União Soviética caminhou para um governo centralizado, repressivo e cada vez mais autoritário.



MERRILL C. BERMAN COLLECTION - COLEÇÃO MERRILL C. BERMAN - COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A batalha decisiva, cartaz comemorativo do terceiro aniversário da Revolução de Outubro, 1920.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Descreva o cartaz. O que significam os elementos retratados nele?
2. Na sua opinião, qual era o objetivo do cartaz? A quem ele se destinava?
3. Como esse cartaz se relaciona com o que estava ocorrendo no país em 1920?

Os dados referentes à demografia russa no início do século XX foram retirados de: FITZPATRICK, Sheila. **The Shortest History of the Soviet Union**. Londres: Old Street Publishing, 2022. p.16-17.

Técnico em publicidade

De meados do século XVIII ao século XIX, ocorreram sucessivas inovações tecnológicas que impactaram o cotidiano das pessoas. O desenvolvimento industrial do período acarretou o crescimento dos grandes centros urbanos e a fabricação de diversos produtos nas mais diferentes áreas: limpeza, saúde, moda, alimentação, entretenimento, transporte etc. Nesse ínterim, vitrines, peças publicitárias e cartazes unindo imagens e frases de efeito visavam criar e satisfazer as necessidades e os desejos dos novos consumidores. Logo no início do século XX, tais estratégias comunicacionais foram utilizadas por diversos governos para sensibilizar, estimular o espírito patriótico, engajar e atrair seus cidadãos para suas guerras e revoluções.

Atualmente, a publicidade se constitui de um segmento da área de negócios que visa expandir o reconhecimento social sobre um produto, uma empresa, uma pessoa ou uma ideia. Ela utiliza técnicas criativas para veicular mensagens em diversos meios, influenciando o modo de pensar e as escolhas das pessoas.

O **curso técnico em publicidade** prepara a pessoa que atuará nesse setor para participar do planejamento de projetos de comunicação, produzir propagandas, gerir marcas, acompanhar e analisar campanhas publicitárias. Assim, a pessoa com essa formação pode criar e produzir conteúdo publicitário em meio digital, audiovisual ou gráfico. Ela também deve ser competente para criar e acompanhar estratégias de comunicação que busquem atender aos objetivos do cliente.

Durante o curso, o estudante aprende, por exemplo, a identificar oportunidades de negócios; conduzir uma reunião e compreender as necessidades do cliente; utilizar *softwares* e equipamentos para criação de conteúdo publicitário; calcular prazos e custos dos projetos; redigir textos publicitários e criar conteúdo multimídia. Para isso, as aulas ocorrem em salas convencionais, mas também em laboratórios de informática e em estúdios de criação audiovisual.

O técnico em publicidade pode atuar nos setores de publicidade e *marketing* de empresas, em agências de publicidade, empresas do setor gráfico, audiovisual e na *web*. Também pode trabalhar para editoras e veículos de comunicação, como jornais, revistas e portais de internet. Para isso, é esperado que a pessoa formada nessa área seja criativa, flexível e capaz de trabalhar em equipe, negociando pontos de vista e argumentando de forma convincente.

Segundo o portal *Meio & Mensagem*, especializado na cobertura jornalística do mercado publicitário, o Brasil é um dos maiores mercados de publicidade do mundo. Além disso, o reconhecimento da qualidade da publicidade brasileira abre portas para os profissionais da área: o Brasil é um dos países mais premiados no Festival Internacional da Criatividade, o *Cannes Lions*, realizado anualmente na França, em geral ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido.



NICKYLLOYD/E+/GETTY IMAGES

Equipe discute projeto em agência de publicidade no Brasil. Fotografia de 2023. O trabalho em uma agência de publicidade requer, entre outras coisas, criatividade e espírito de equipe.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. **A respeito do imperialismo na Ásia, responda às questões a seguir.**
   a. Qual foi a estratégia adotada pelos britânicos para dominar a Índia e a China? Quais foram as consequências para as populações locais?
   b. Qual era a situação do Japão no final do século XIX em relação à expansão imperialista?

2. **Sobre o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), responda às questões.**
   a. Qual foi a conjuntura política que favoreceu o engajamento dos países europeus no conflito?
   b. Por que a guerra se originou nos Bálcãs?
   c. Por que a entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1917, alterou o equilíbrio de forças em favor dos Aliados?

3. **Que relação se pode estabelecer entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917?**

4. **(Enem-MEC)**

> A produção de um ou dois cultivos de exportação transformou-se em regra em 1935: cacau na Costa do Ouro, amendoim no Senegal e em Gâmbia, algodão no Sudão, café e algodão em Uganda, café e sisal na Tanzânia etc. O trabalho forçado e o abandono da produção alimentar provocaram muita desnutrição, graves surtos de fome e epidemias, em certas partes da África, no início da Era Colonial.
>
> BOAHEN, Albert Adu. O legado do colonialismo. **Correio da Unesco**, n. 7, jul. 1984 (adaptado).

Nos termos apresentados no texto, o neocolonialismo europeu deixou o seguinte legado para as áreas ocupadas:

   a. desconcentração da estrutura fundiária.
   b. expropriação de direitos humanitários.
   c. autossuficiência do mercado interno.
   d. valorização de técnicas ancestrais.
   e. autonomia do setor financeiro.

5. **(Enem-MEC)**

> Posturas e concepções presentes nos movimentos religiosos, como a ideia de que existem povos escolhidos e abençoados por Deus, passariam a povoar o imaginário coletivo da nação que se acreditava eleita para um destino glorioso. A fé nas instituições livres e democráticas também se intensificava. A partir disso, desenvolveu-se a ideia de "destino manifesto": seria uma missão espalhar a concepção de sociedade norte-americana para as regiões vistas como carentes e necessitadas de ajuda.
>
> KARNAL, L. *et al*. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2013.

O projeto de posicionamento geopolítico exposto no texto fundamentava-se na articulação entre

   a. fomento à expansão territorial e avanço da acumulação capitalista.
   b. apelo a lideranças carismáticas e adoção de diplomacia isolacionista.
   c. privatização da instrução pública e ampliação do ensino confessional.
   d. construção do monolitismo partidário e abandono do legislativo bicameral.
   e. contenção da indústria de defesa e promoção do internacionalismo pacifista.

6. **Junte-se a um colega e leiam o texto a seguir.**

> O fato de os nandis terem conseguido resistir mais de sete anos aos ingleses devia-se à natureza de sua sociedade. A sociedade nandi dividia-se em unidades territoriais, chamadas *pororiat*. Os guerreiros de cada unidade eram responsáveis pela defesa do território e dormiam numa **cubata** comum. Esta organização se aproximava muito da de um exército regular. As tropas territoriais reuniam-se sob o comando de um chefe tradicional, chamado *orgoiyot*. Era ele quem decidia os ataques. As tropas relacionavam-se com ele através de um representante pessoal, com assento em cada conselho territorial. Sendo o território, mais do que o clã, o centro da vida social nandi, não havia rivalidades entre clãs. A sociedade, por consequência, era muito unida, coesão que lhe conferia superioridade militar sobre seus vizinhos. [...]
>
> A coesão social e a confiança dos guerreiros tanto em si mesmos como em seu chefe fizeram dos nandis uma força militar com a qual era preciso contar. [...] Os nandis, portanto, resistiram com êxito por mais de sete anos à ocupação estrangeira por causa da força combativa da sua sociedade.
>
> MWANZI, Henry A. Iniciativas e resistência africanas na África oriental, 1880-1914. *In*: BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2011. v. VII. p. 173.

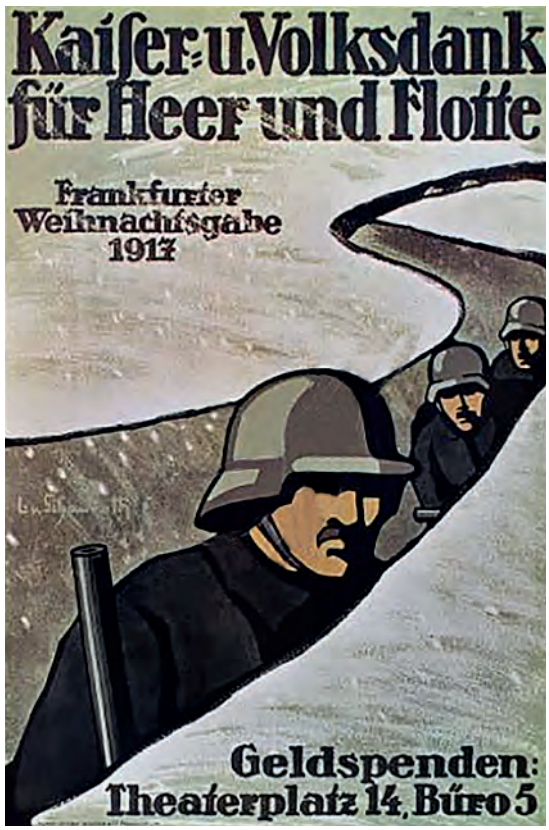
Cubata: casa coberta de folhas encontrada em algumas povoações africanas.

   a. O que garantia a coesão e a unidade da sociedade nandi? Por que essa coesão foi importante para resistir à invasão inglesa?
   b. De que maneira os aspectos da sociedade nandi apresentados no texto contrariavam os preconceitos difundidos pelos europeus para justificar o imperialismo sobre o continente africano? Debata com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7. Na Primeira Guerra Mundial, os conflitos entre a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente foram marcados pela guerra de trincheiras. Cada grupo de soldados se instalava nessas grandes valas abertas no solo, de onde se enfrentavam com artilharia pesada, aguardando ordens para avançar sobre o inimigo. Com base nessas informações, leia o texto, analise o cartaz e, em seguida, responda às questões.

> O campo de batalha é terrível. Há um cheiro azedo, pesado e penetrante de cadáveres. Homens que foram mortos no último outubro estão meio afundados no pântano [...]. As pernas de um soldado inglês, ainda envoltas em polainas, irrompem de uma trincheira, o corpo está empilhado com outros; um soldado apoia o seu rifle sobre eles. Um pequeno veio de água corre através da trincheira, e todo mundo usa a água para beber e se lavar, é a única água disponível. Ninguém se importa com o inglês pálido que apodrece alguns passos adiante. [...] Avenidas rasgadas no solo, inúmeras crateras nas estradas e nos campos.
>
> Depoimento do soldado alemão Rudolf Binding, que serviu numa das divisões da *Jungdeutschland*, *apud* MARQUES, Adhemar M. *et al*. **História contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 119.



LISA VON SCHAUROTH - COLEÇÃO PARTICULAR

Cartaz alemão, de Lisa von Schauroth, 1917, com a mensagem: "O imperador e o povo agradecem ao exército e à marinha".

a. De acordo com o depoimento do soldado alemão Rudolf Binding, quais eram as condições enfrentadas pelos combatentes nas trincheiras?

b. Compare o cartaz com a descrição da vida nas trincheiras feita pelo soldado. Com base nesses documentos, explique como funcionou a propaganda de guerra na Primeira Guerra Mundial.

8. A partir da leitura dos textos motivadores a seguir e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "De que maneira conhecer aspectos da história da gordofobia ajuda a combater o preconceito contra corpos diversos em geral?", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Texto I

> O autor [de um artigo para uma revista estadunidense de 1896] soletra para o leitor: "Robustez, corpulência e excedente de carne" nunca são desejáveis, "a não ser entre selvagens africanas."
>
> [...] o ideal de magreza e a gordofobia não têm desenvolvimentos independentes [...]. O medo da suposta "mulher negra e gorda" foi criado por ideologias raciais e religiosas que foram usadas para inferiorizar mulheres negras e, concomitantemente, deu ímpeto para divulgar figuras esguias como a forma própria da personificação da mulher branca cristã.
>
> STRINGS, Sabrina. **Fearing the black body**: the racial origins of fat phobia. Nova York: New York University Press, 2019. *E-book* (Tradução nossa).

Texto II

> A Associação Médica Americana (AMA), uma [...] organização dos Estados Unidos, está pedindo que profissionais de saúde abandonem o índice de massa corporal (IMC) como principal medida para definir se uma pessoa está com o peso saudável.
>
> Um dos argumentos [...] é que o cálculo do IMC é racista, uma vez que foi definido com base nos corpos de populações brancas e não leva em consideração as diferenças na composição corporal de pessoas de diferentes etnias.
>
> NUNES, Bethânia. Índice racista? Entenda por que o IMC está no centro de uma polêmica. **Metrópoles**, 20 jun. 2023. Disponível em: https://www.metropoles.com/saude/imc-medida-racista-polemica. Acesso em: 31 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 5

ESTADO, PODER E DEMOCRACIA

"Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". "Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante". Essas afirmações correspondem, respectivamente, aos artigos 3 e 5 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, promulgada em 1948. Ao reivindicar os princípios da universalidade, da igualdade e da não discriminação, pode-se dizer que esse documento foi influenciado pelas experiências sociopolíticas e pelas reflexões filosóficas presentes na *Declaração de Independência dos Estados Unidos* (1776) e na *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789).

Imagine quais foram as condições históricas que motivaram a elaboração da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Qual relação pode ser estabelecida entre esse documento e as declarações estadunidense e francesa que o antecederam? Você é capaz de mencionar algumas das sucessivas violações praticadas contra os direitos humanos ao longo da história?

Com base nessa reflexão, reúna-se com os colegas e conversem sobre a importância da existência de documentos jurídicos que apresentem garantias individuais e coletivas em face de práticas repressivas de governos autoritários, como a censura, a detenção arbitrária, a tortura e as execuções extrajudiciais. Pensem em maneiras de impedir essas e outras violações aos direitos humanos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ARICANCANER/SHUTTERSTOCK



Memorial aos Judeus Mortos da Europa (ou Memorial do Holocausto). Fotografia de 2021. Inaugurado em 2005, como parte das comemorações do fim da Segunda Guerra Mundial, o monumento rememora os cerca de 6 milhões de judeus vítimas do Holocausto e é formado por 2.711 blocos cinza. Os blocos variam em altura, tornando-se cada vez mais altos à medida que o espectador caminha e o chão parece oscilar sob seus pés, e cria uma paleta de emoções que vão da introspecção ao sentimento de opressão.



MARCELA CANTUÁRIA - CORTESIA DA ARTISTA - FOTO: VICENTE DE MELLO

Comissão da Verdade 2, pintura de Marcela Cantuária, 2018. A obra faz menção às famílias das vítimas da violência do Estado brasileiro durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Estado, poder e democracia são os termos que estruturam esta unidade e permitem desenvolver importantes discussões no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a respeito do bem comum, das dinâmicas da vida social e da cidadania. Os temas abordados exploram o papel e as formas de legitimação do Estado, os diferentes sistemas de governo e as lógicas de poder envolvendo grupos distintos, colaborando para o desenvolvimento dos estudos nesse campo do conhecimento.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar.

Neste volume, a unidade se desenvolve com base no estudo da ascensão do totalitarismo na Europa, na ocorrência da Segunda Guerra Mundial e na experiência republicana brasileira até a instauração de ditaduras na América Latina.

Nos próximos três capítulos, você vai:

- compreender os processos da ascensão do totalitarismo na Europa;
- identificar as especificidades e os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria;
- analisar aspectos sociais, econômicos e políticos da Primeira República brasileira;
- discutir os desdobramentos da Era Vargas e a ascensão e derrocada do Estado Novo;
- contextualizar o período democrático brasileiro de 1945 a 1964 e caracterizar aspectos do populismo latino-americano;
- analisar o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura no Brasil e em alguns países na América Latina.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 12

Da ascensão do totalitarismo à Guerra Fria

Nos países que saíram destruídos da Primeira Guerra Mundial, o período entreguerras foi marcado pela ascensão de movimentos antiliberais e antidemocráticos que conduziram aos regimes chamados de **totalitários**. Esses regimes violaram direitos, torturaram e assassinaram pessoas em larga escala. Oferecendo às massas soluções aparentes para problemas como a crise econômica, o desemprego e a desigualdade, os governos totalitários dissolveram instituições democráticas, tolheram as liberdades individuais e perseguiram implacavelmente aqueles que eram considerados inimigos do regime.

As feridas da Primeira Guerra ainda não tinham cicatrizado quando a agressão dos países do Eixo (Alemanha nazista, Itália fascista e Japão imperial) conduziu o mundo a mais uma catástrofe: a **Segunda Guerra Mundial** (1939-1945), possivelmente o conflito armado mais mortífero da história humana. A combinação explosiva de ultranacionalismo, ambições imperiais e rivalidades geopolíticas profundamente enraizadas gerou conflitos que viriam a remodelar a ordem mundial, provocando um impacto profundo e duradouro.

O resultado do conflito, contudo, não foi a criação de mecanismos efetivos de diálogo e entendimento mútuo, mas a **Guerra Fria**, um duelo entre duas superpotências – os Estados Unidos capitalistas e a União Soviética socialista – que ameaçavam constantemente o mundo com uma guerra nuclear, que teria proporções potencialmente ainda mais catastróficas do que as duas guerras anteriores.

Apesar disso, foi durante a Guerra Fria que a Organização das Nações Unidas foi criada e a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada com o objetivo de manter a paz mundial e garantir o cumprimento dos direitos humanos em todo o globo. Qual é a importância de instituições e documentos como esses? Você acredita que eles ainda são importantes para a manutenção do diálogo, o respeito à pessoa humana e a preservação da paz mundial?

Essas questões serão retomadas ao longo do estudo deste capítulo, que trata da ascensão de regimes totalitários na Europa, da Segunda Guerra Mundial e algumas de suas decorrências, como a emergência da Guerra Fria.



ARTUR WIDAK/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Frank-Walter Steinmeier, presidente da Alemanha, discursa na cerimônica do 80º aniversário da Revolta do Gueto de Varsóvia, em Varsóvia, na Polônia. Fotografia de 2023. Essa revolta foi um movimento significativo de resistência judaica contra os esforços de deportação nazistas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A ascensão do totalitarismo

A tradição liberal e democrática ocidental foi construída por meio de lutas históricas em defesa das liberdades individuais, como o direito à livre expressão, à livre organização, à representação política, à privacidade, à igualdade civil e a um julgamento justo. No mundo ocidental, elas pautaram grande parte das reivindicações políticas e das reformas sociais.

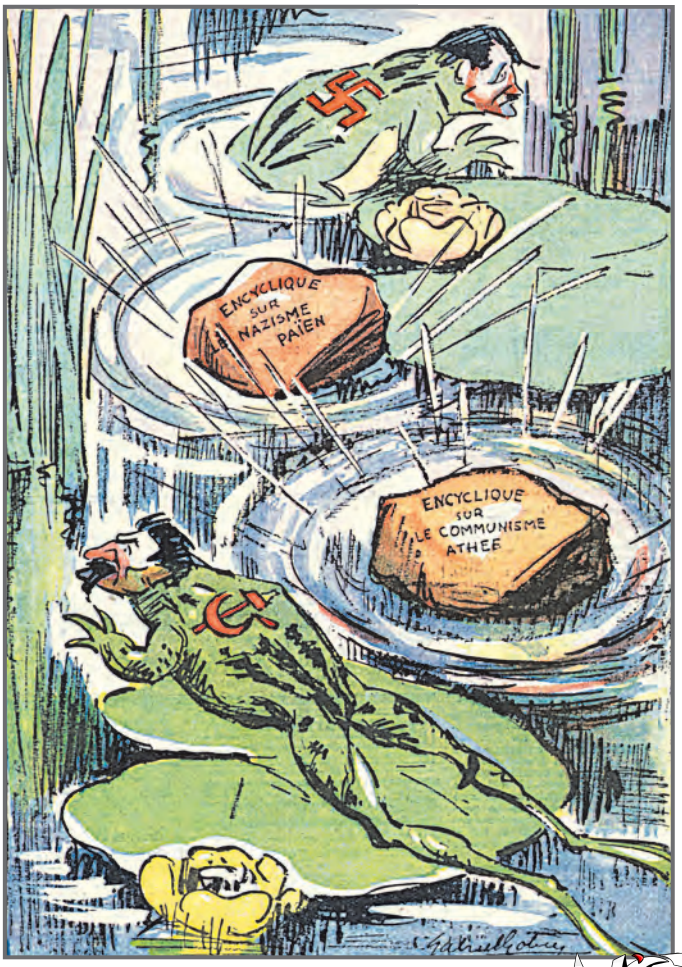
A crise que se abateu sobre a Europa após a Primeira Guerra Mundial enfraqueceu essa tradição. Para as massas despossuídas, o Estado liberal-democrático não parecia ser capaz de lhes proporcionar bem-estar, segurança e estabilidade. Em consequência, dois modelos políticos antiliberais despontaram como alternativas: o comunismo soviético e o fascismo.

A Revolução Russa de 1917 fortaleceu os movimentos de esquerda e desencadeou uma onda de levantes em diversas partes da Europa. Entretanto, o temor das classes médias diante da possibilidade de uma revolução social nos moldes da revolução bolchevique aumentou o apoio popular aos movimentos fascistas.

Entre os anos 1920 e 1930, surgiram movimentos fascistas em diversos países europeus e, em alguns casos, os governos foram substituídos por regimes autoritários de extrema direita. Na União Soviética, os ideais democráticos iniciais da revolução deram lugar a uma outra forma de regime totalitário: o stalinismo.

Essas duas formas de totalitarismo – o fascismo e o stalinismo – negam o liberalismo e a democracia. Elas se baseiam na rejeição da individualidade, na submissão incondicional à autoridade do Estado, na mobilização e manipulação das massas por um líder carismático. No totalitarismo, o Estado procura controlar todas as esferas da sociedade: economia, família, escola, religião etc. Os líderes totalitários promoviam o culto à própria personalidade e foram hábeis em utilizar os meios modernos de comunicação, como os jornais, o rádio e o cinema, para fazer propaganda do regime visando à doutrinação das massas. Os cidadãos eram constantemente vigiados, e toda forma de dissidência era severamente punida.

A seguir, conheceremos três versões do totalitarismo: o fascismo italiano, o nazismo alemão e o stalinismo soviético.



A cada um o que lhe é devido, charge de Gabriel Gobin publicada na revista francesa *Le Pelerin*, (O Peregrino), em 1937. Hitler (acima) e Stálin (abaixo) são retratados como sapos atordoados pelas encíclicas (cartas públicas) do papa Pio XI criticando o nazismo e o stalinismo.

ARCHIVES CHARMET/BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Enfoque

Responda no caderno.

1. Essa charge poderia ter sido publicada livremente na União Soviética ou na Alemanha em 1937? Por quê?
2. Qual era a principal diferença entre o stalinismo e o nazismo?
3. Você valoriza a livre expressão de opiniões políticas? Por quê? Debata com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fascismo na Itália

O primeiro movimento totalitário foi fundado na Itália por Benito Mussolini em 1919. O movimento **fascista** italiano organizava-se em esquadrões paramilitares, que promoviam violentas manifestações nas ruas, principalmente contra os sindicatos e as organizações de esquerda. Os fascistas eram recrutados, em geral, nas fileiras do exército e da polícia, mas também contavam com intelectuais nacionalistas e jovens insatisfeitos com a desordem social vigente. Mussolini fundou o Partido Nacional Fascista, que, em 1921, já contava com 700 mil membros.

O fascismo condenava os principais valores do mundo moderno, como o racionalismo, o individualismo, a democracia liberal e o Estado de direito, bem como a teoria da luta de classes. No lugar desses valores, defendia a militarização da sociedade e a exaltação da violência e da guerra. Os fascistas também defendiam a subordinação total do indivíduo ao Estado e um ultranacionalismo agressivo e exacerbado.

Em outubro de 1922, os fascistas promoveram a **Marcha sobre Roma**, ameaçando tomar o poder à força. O rei Vítor Emanuel III cedeu ao apelo fascista e convocou Mussolini, na época deputado, para compor o governo como primeiro-ministro. Em 1925, Mussolini deu um golpe de Estado, assumindo poder absoluto. Ele declarou ilegais todos os partidos políticos, exceto o fascista, instituiu a censura e suprimiu as eleições parlamentares. Os oponentes e movimentos de trabalhadores foram brutalmente reprimidos. O Partido Fascista fez uso dos meios de comunicação – pôsteres, jornais e emissões de rádio – para manipular a opinião pública em favor do regime. Autointitulando-se *Il Duce* (o líder), Mussolini promoveu o culto à própria personalidade, apresentando-se como um líder carismático e visionário.

As antigas organizações de trabalhadores foram dissolvidas e substituídas por outras, controladas pela burocracia do governo segundo a doutrina do **corporativismo**. Nesse modelo, cada categoria profissional ou empresarial era representada por um único sindicato ou corporação, sujeito ao controle do Estado.

Para promover a imagem de uma nação unificada, sem conflitos de classe, os sindicatos corporativos reuniam patrões e empregados nas câmaras de conciliação para discutir e resolver conflitos salariais. No entanto, como os sindicatos eram controlados por militantes fascistas, as decisões eram parciais e tendiam a privilegiar os interesses dos grandes industriais e donos de terra.

Dica

Um dia muito especial

Direção: Ettore Scola. Itália/Canadá, 1977. 105 minutos.

No dia em que Mussolini e Hitler se encontram em Roma, uma dona de casa infeliz encontra, pela primeira vez, um vizinho entristecido por ter sido demitido. Começa aí uma amizade inesperada, tendo como pano de fundo o encontro político que daria início à Segunda Guerra Mundial.

Classificação indicativa de *Um dia muito especial*: 14 anos.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK – COLEÇÃO PARTICULAR

Benito Mussolini liderando o desfile militar de inauguração da Via do Imperador, que conecta o Coliseu ao Altar da Pátria, em Roma, Itália. Fotografia publicada no periódico italiano *Il mattino illustrato*, em 1932.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O nazismo alemão

Em 1918, após a derrota na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha adotou um regime liberal-democrático que ficou conhecido como **República de Weimar**. O novo regime herdou um país em profunda crise política e econômica. As pesadas reparações de guerra definidas no Tratado de Versalhes pioraram o quadro de inflação, desemprego e miséria que se alastrava pelo país.

A crise foi terreno fértil para o crescimento da polarização política entre organizações socialistas e comunistas, de um lado, e grupos paramilitares de extrema direita, de outro. Assim como na Itália, esses grupos recorriam ao terror e a assassinatos como método de luta. Diversos líderes comunistas e membros do governo republicano foram executados. Esses grupos eram movidos pelo ressentimento causado pela derrota na guerra e pela perda de territórios resultante do Tratado de Versalhes.

Um desses grupos extremistas era o Partido dos Trabalhadores Alemães, que, com a entrada de Adolf Hitler na organização, foi rebatizado como Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou **Partido Nazista**.

Hitler criou uma série de símbolos para o partido: a suástica, a saudação nazista, bandeiras, estandartes, entre outros. Esses símbolos contribuíram para atrair enormes multidões para os megacomícios do partido. Ao longo do tempo, recorrendo a discursos inflamados e aos meios de comunicação, Hitler construiu uma imagem de líder carismático e messiânico destinado a "regenerar" a Alemanha, tirando-a da profunda crise política e social em que se encontrava.

Em 1923, os nazistas tentaram dar um golpe de Estado, que ficou conhecido como o *Putsch* de Munique ("*putsch*", em alemão, significa "golpe"), que resultou na prisão de Hitler e de outros membros do partido. Durante o tempo em que passou no cárcere, Hitler escreveu o livro *Mein Kampf* (Minha luta), publicado em 1925, que se tornaria a base da ideologia nazista.

Na obra, Hitler expressava um racismo agressivo, argumentava que a raça ariana era superior e, portanto, deveria se sobrepor às demais. Além disso, acusava os judeus, considerados uma raça "degenerada", de planejar uma conspiração internacional para dominar o mundo, e afirmava que os eslavos, como os poloneses e os russos, deveriam ser escravizados. Para fortalecer a raça ariana, segundo Hitler, os deficientes físicos e os doentes mentais tinham de ser eliminados.

Hitler ainda profetizava que a Alemanha estaria destinada a se tornar um grande império (um *Reich*) que uniria todos os povos de língua alemã e duraria mil anos. Para tanto, seria necessário garantir um **espaço vital** para a prosperidade do povo ariano. Essa noção serviu como justificativa ideológica para a política expansionista alemã em busca de ampliar seus territórios e o acesso aos recursos naturais disponíveis.



KEYSTONE-FRANCE/GAMMA-KEYSTONE/GETTY IMAGES

Desfile de organização paramilitar do Partido Nazista em Brunsvique, na Alemanha. Fotografia de 18 de outubro de 1931. Os grandes eventos tinham a função de modelar a consciência das massas, transformando a política em espetáculo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A chegada de Hitler ao poder e o Terceiro *Reich*

Após a Grande Depressão (período de recessão econômica que se seguiu à quebra da Bolsa de Nova York em 1929), que arruinou a economia alemã, Hitler começou a manobrar para chegar ao poder. Como resultado, nas eleições de 1932, embora nunca tenha obtido maioria absoluta, o Partido Nazista tornou-se o maior partido alemão, obtendo 230 representantes no Parlamento. Em 1933, Hitler foi convidado pelo presidente Paul von Hindenburg para ocupar o cargo de chanceler.

Em seguida, os nazistas iniciaram uma brutal perseguição aos opositores do regime, principalmente social-democratas e comunistas. Muitos deles foram presos e levados para campos de concentração. O Parlamento alemão também aprovou um ato que transferia plenos poderes a Hitler para governar por decreto. Em 1934, o Parlamento foi dissolvido e deu lugar a um regime totalitário de partido único.

Com a morte de Hindenburg, em agosto de 1934, Hitler proclamou-se *Führer* (Líder) da nação e presidente do Terceiro *Reich* alemão. Com a suspensão do Estado de direito e das garantias jurídicas, passaram a ocorrer prisões arbitrárias, tortura, assassinatos e massacres de forma sistemática. Para isso, foi criada a SS (*Schutzstaffel* ou "Esquadrão de Defesa"), uma tropa de elite do exército nazista, responsável, entre outras tarefas, pelo extermínio dos adversários do regime.

Em julho de 1933, para garantir a suposta pureza da raça ariana, o governo nazista decretou leis eugênicas. Os indivíduos considerados "degenerados", como pessoas com doenças mentais ou com *déficit* cognitivo, além de criminosos e homossexuais, foram esterilizados e levados a campos de concentração. Mais tarde, as Leis de Nuremberg, de 1935, dividiram a população conforme critérios raciais: arianos puros, a quem era concedida a cidadania plena, não arianos e mestiços. Os judeus foram privados de direitos civis e proibidos de se casar com alemães. O **antissemitismo** nazista seguiu um curso de radicalização progressiva, com medidas cada vez mais violentas.

Em novembro de 1938, o assassinato de um diplomata alemão em Paris, supostamente cometido por um judeu, provocou na Alemanha a chamada **Noite dos Cristais**, uma onda de violência em que dezenas de sinagogas e lojas de judeus foram depredadas ou incendiadas. Seguiram-se outras medidas discriminatórias: os judeus foram proibidos de exercer as profissões liberais e todas as propriedades e bens das famílias judaicas foram confiscados pelo Estado nazista. Dezenas de milhares de judeus foram levados a campos de concentração.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Qual era a importância de eventos como o retratado pela fotografia para a consolidação de regimes totalitários como o nazismo?**
2. **Que diferenças você acredita que devem existir entre as manifestações políticas de massas de regimes totalitários e as de regimes democráticos?**



KEYSTONE-FRANCE/GAMMA-KEYSTONE/GETTY IMAGES

Adolf Hitler caminhando durante a celebração anual da colheita em Buckeburg, na Alemanha, onde discursou para a plateia do Partido Nazista. Fotografia de cerca de 1935.

Dados sobre as eleições na Alemanha retirados de: ENCICLOPÉDIA do Holocausto. A subida dos nazistas ao poder. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-nazi-rise-to-power. Acesso em: 24 jul. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O regime stalinista

Na década de 1920, a União Soviética herdava um imenso império economicamente arruinado, recém-saído de uma guerra civil e completamente isolado pelos outros países europeus. Em 1924, Lênin, o grande líder da revolução, faleceu. Travou-se, então, uma luta política entre os dois principais líderes bolchevistas: Leon Trótski, que fora comandante do Exército Vermelho durante a revolução, e Josef Stálin, na época um dos membros do Comitê Central do partido comunista.

Stálin habilmente manipulou a situação para aumentar sua influência no partido e isolar Trótski, que, em 1929, foi obrigado a se exilar no México. Uma vez no poder, Stálin centralizou o poder em suas mãos e promoveu um processo de modernização e industrialização aceleradas à custa de enorme sacrifício humano.

A industrialização soviética apoiou-se, em larga medida, nos **planos quinquenais**, elaborados pelo governo para estabelecer prioridades e acelerar a economia por um período de cinco anos. Desse modo, a produção industrial soviética mais que triplicou entre 1929 e 1940, priorizando a indústria de base. Entretanto, faltavam itens básicos de consumo para a população, como produtos de higiene, roupas e calçados.

A agricultura também foi transformada. Stálin obrigou os proprietários de terras, os *kulaks*, a vender sua produção ao Estado por preços inferiores aos do mercado. A resistência dos *kulaks* levou o governo a promover uma política de substituição da propriedade privada da terra por enormes **fazendas cooperativas** estatais. Somente entre 1930 e 1931, cerca de 1,8 milhão de camponeses foram assassinados, presos ou deportados para campos de trabalho forçado. A coletivização, porém, foi um desastre. A produtividade agrícola caiu pela metade, e cerca de 6 milhões de pessoas morreram de fome logo no início da década de 1930.

Um dos principais acontecimentos que marcaram o stalinismo soviético foi o **Grande Expurgo**, uma implacável onda de perseguições aos adversários do regime, considerados inimigos do Estado, seguidas de julgamentos sumários. Entre 1936 e 1938, milhares de pessoas foram executadas ou enviadas para campos de trabalhos forçados.

Embora a perseguição de opositores não fosse explicitamente orientada por critérios raciais, ela incorporava características antissemitas. Muitos dos revolucionários executados eram de origem judaica, como o próprio Trótski, que, a mando de Stálin, foi assassinado por um espião soviético em 1940 no México.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK – COLEÇÃO PARTICULAR

Cartaz de 1939, em que Stálin aparece ao lado de crianças e cercado de flores, com a seguinte frase: "Agradecemos ao amado Stálin por nossa infância feliz!". A propaganda estatal procurava retratar o líder como um homem forte e ao mesmo tempo bondoso.

Dica

A fazenda dos animais

George Orwell. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin Classics, 2020.

Nessa fábula política, os animais da Fazenda Solar se unem para pôr fim aos maus-tratos e abusos dos humanos e tomar o poder das mãos do sr. Jones, o dono. Escrito durante a Segunda Guerra e publicado em 1945, o livro, anteriormente conhecido pelo título *A revolução dos bichos*, satiriza a ditadura stalinista na União Soviética, vista como a degeneração de uma revolução democrática.

Os dados referentes à coletivização das propriedades rurais e à fome foram retirados de: RODRIGUES, Roberio Paulino. **O colapso da URSS**: um estudo das causas. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 82.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Segunda Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial foi um conflito armado sangrento que consumiu um volume imenso de recursos econômicos, resultou num saldo de milhões de mortos e deixou as potências beligerantes endividadas. Para piorar a situação, a Grande Depressão se prolongou pela década de 1930, causando desemprego e miséria. Assim, países como Reino Unido, França e Estados Unidos não estavam preparados nem dispostos a enfrentar outra guerra. Enquanto isso, a Alemanha, a Itália e o Japão conduziam uma política agressiva de militarização e expansão territorial.

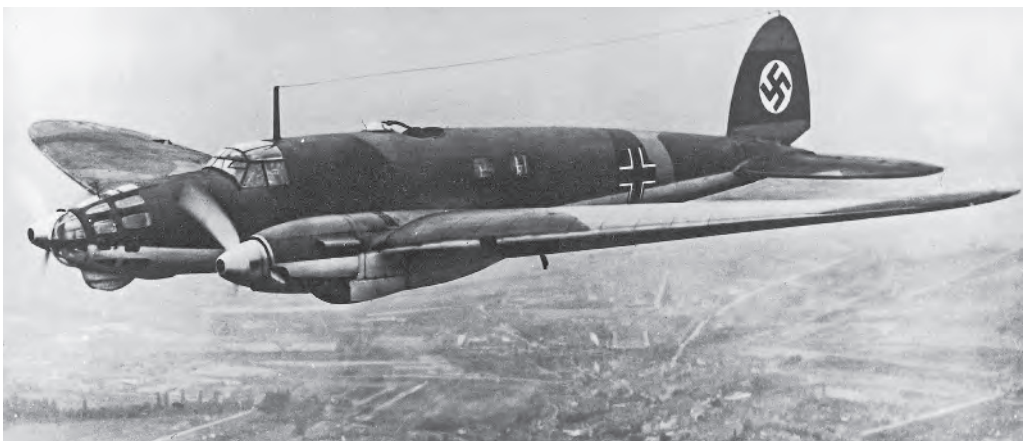
O expansionismo alemão e o início da guerra

Contrariando as determinações do Tratado de Versalhes, a partir de 1935 a Alemanha adotou uma clara política de expansionismo territorial. Na época, a comunidade internacional não foi capaz de conter essa política. A **Liga das Nações**, fundada em 1920 com o intuito de preservar a paz e prevenir conflitos futuros, não dispunha de mecanismos efetivos para responder a atos de agressão. Como consequência, o cenário geopolítico mundial tornou-se cada vez mais instável.

A força aérea alemã foi restabelecida oficialmente pelos nazistas em 1935; ela teria papel preponderante no bombardeio sobre Guernica, durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Em 1936, Hitler e Mussolini estabeleceram o **Eixo Roma-Berlim**, comprometendo-se a estreitar suas relações econômicas e a lutar contra o comunismo. Em 1937, os alemães ocuparam a região da Renânia, na fronteira com a França e a Bélgica.

Em 1938, a Alemanha anexou a Áustria, formando a "Grande Alemanha". No mesmo ano, Hitler reivindicou os Sudetos, região da Tchecoslováquia habitada por uma parcela expressiva de germânicos. Com o objetivo de evitar uma nova guerra no continente, França e Reino Unido organizaram a **Conferência de Munique**.

Na conferência, a política expansionista alemã não foi contestada pelo Reino Unido nem pela França, que obrigaram a Tchecoslováquia a renunciar à sua soberania, entregando os Sudetos à Alemanha. No ano seguinte, Hitler estimulou a separação da Eslováquia e anexou as regiões da Morávia e da Boêmia à Alemanha.



BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK

Bombardeiro alemão Heinkel HE-111 usado durante a Segunda Guerra Mundial. Fotografia de cerca de 1940. A *Luftwaffe*, força aérea nazista, foi utilizada pelo exército alemão para desmantelar as linhas de comunicação e destruir a infraestrutura dos países inimigos.

Dica

Munique: no limite da guerra

Direção: Christian Schwochow. Reino Unido, 2022. 131 minutos.

Adaptado do romance *Munique*, do escritor Robert Harris, o filme conta a história de três amigos, estudantes da Universidade de Oxford, mas vindos de países distintos, que tentam "atrapalhar" a Conferência de Munique a fim de evitar "dar" a Hitler o que ele desejava.

Classificação indicativa de *Munique: no limite da guerra*: 14 anos.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Qual princípio orientou a política expansionista inicial da Alemanha nazista?
2. Por que, a princípio, a comunidade internacional não reagiu a essa política?
3. Converse com os colegas e o professor sobre as seguintes questões: você conhece instituições atuantes na contemporaneidade com função similar à da Liga das Nações? Elas são eficientes? Por quê?

ODS 16

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Hitler voltou-se, então, para a União Soviética. O **Pacto Nazi-Soviético de Não Agressão**, assinado entre Hitler e Stálin em 1939, garantia liberdade de ação para o exército alemão avançar pela Europa Ocidental, enquanto a União Soviética recuperava os países bálticos, perdidos no final da Primeira Guerra Mundial.

No dia 1º de setembro de 1939, as tropas alemãs invadiram a Polônia. Em uma última tentativa de evitar a guerra, os governos de Paris e de Londres enviaram um ultimato à Alemanha exigindo a retirada imediata das tropas alemãs do território polonês. A investida foi inútil. No dia 3 de setembro, os dois países declararam guerra à Alemanha. Iniciava-se, oficialmente, a Segunda Guerra Mundial, que opôs Alemanha, Itália e Japão (que compunham os países do **Eixo**) a Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos (que compunham o grupo dos **Aliados**).

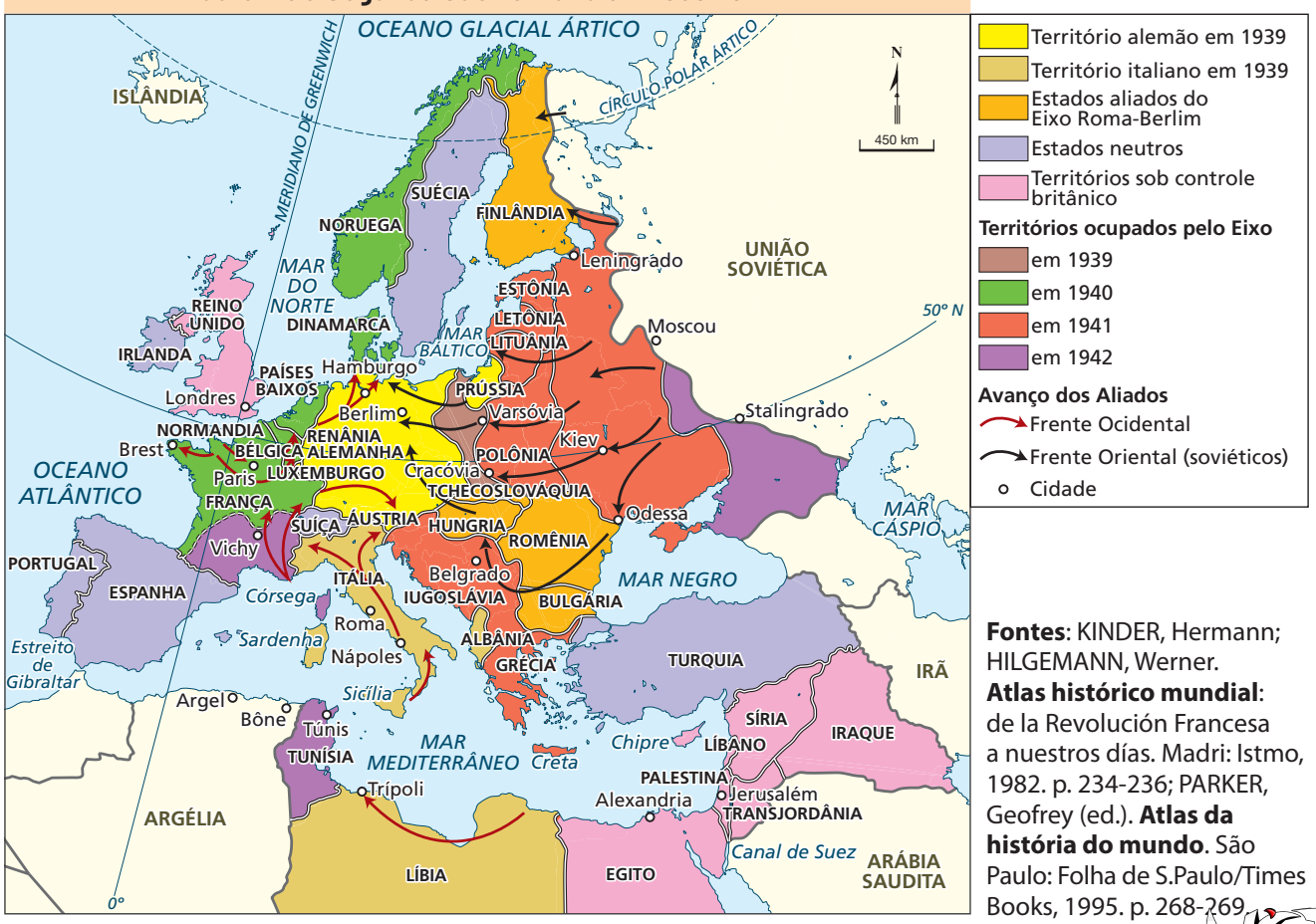
Blitzkrieg: a guerra-relâmpago

A estratégia alemã da **guerra-relâmpago** consistia em tomar rapidamente as regiões, com apoio simultâneo de tanques de guerra e de frotas de aviões de combate. As vantagens dessa estratégia eram a rapidez com que o inimigo era liquidado e os baixos custos da campanha.

Valendo-se dessa estratégia, entre 1939 e 1941, a Alemanha invadiu diversos países da Europa. O objetivo final da ofensiva nazista na Frente Ocidental era conquistar a França, o que de fato ocorreu em junho de 1940 com a ocupação de Paris. Vencida, a França foi dividida em duas áreas: o setor mais industrializado, ao norte, incluindo a capital, ficou sob controle dos alemães; a região sul adotou um governo pró-nazista, com sede na cidade de Vichy.

Após a conquista da França, a Alemanha nazista investiu contra o Reino Unido. Em vez de uma invasão por mar, atravessando o Canal da Mancha, Hitler optou pelo ataque aéreo. Contudo, a força aérea britânica foi bem-sucedida em repelir as investidas nazistas. Hitler partiu, então, para dominar a Europa Oriental. O próximo passo era conquistar a União Soviética.

Mundo: a luta na Europa, no Norte da África e no Oriente Médio durante a Segunda Guerra Mundial - 1939-1942



Fontes: KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. **Atlas histórico mundial**: de la Revolución Francesa a nuestros días. Madri: Istmo, 1982. p. 234-236; PARKER, Geofrey (ed.). **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Folha de S.Paulo/Times Books, 1995. p. 268-269.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

A guerra na União Soviética

A conquista da Europa Oriental, sobretudo da União Soviética, era parte essencial da estratégia de Hitler, que pretendia não somente se apossar das riquezas industriais, agrícolas e petrolíferas dos soviéticos, mas também destruir as maiores cidades do país, provocando enormes perdas humanas.

A invasão da União Soviética, em junho de 1941, significou a ruptura do pacto de não agressão e a instauração de uma nova fase da guerra. A **Operação Barbarossa** mobilizou cerca de 4 milhões de soldados do Eixo, que, com o apoio de tanques e aviões, atacaram numa linha de frente que se estendia do Báltico até o Cáucaso. Em poucas semanas, os nazistas chegaram às portas das principais cidades russas.

O plano da Alemanha era "colocar a União Soviética de joelhos" em, no máximo, quatro meses. Uma série de problemas, no entanto, retardava a meta nazista. Caminhões de suprimento alemães tinham dificuldade de avançar em razão da falta de estradas e da chuva, que transformava o caminho em lama. Com a chegada do inverno, em dezembro de 1941, a situação se agravou. As tropas do Eixo não estavam preparadas para enfrentar temperaturas que chegavam a 40 graus Celsius negativos. O frio trouxe fome e doenças, como tifo e disenteria, além de infestação por piolhos. Afora essas dificuldades, Stálin ordenou aos camponeses que abandonassem suas casas e queimassem as plantações. Era a **tática da terra arrasada**, usada para dificultar a sobrevivência dos inimigos.

De todos os combates travados na União Soviética, nenhuma luta simbolizou mais e melhor a força de resistência russa do que a **Batalha de Stalingrado** em 1942. O cerco à cidade foi impiedoso. A população civil e militar do local envolveu-se obstinadamente na defesa da cidade contra a invasão alemã, travando uma luta rua a rua, casa a casa. Sem saída, no início de 1943, os oficiais alemães que comandavam a operação em Stalingrado assinaram a rendição. A derrota alemã marcou o início do recuo nazista na União Soviética e, ao mesmo tempo, o princípio da ofensiva por parte dos Aliados.

Durante os quatro anos de batalhas na União Soviética, morreram cerca de 25 milhões de pessoas e foram destruídas 1.710 cidades, 70 mil aldeias, mais de 2.500 igrejas e quase 65 mil quilômetros de ferrovias.

Dica

Círculo de fogo

Direção: Jean-Jacques Annaud. Alemanha, França, Irlanda, Estados Unidos e Reino Unido, 2001. 130 minutos.

O filme conta a história do jovem atirador russo Vasily Zaitsev, cuja fama inspirava os demais soldados soviéticos. Essa fama passou a incomodar as tropas alemãs, que decidem caçá-lo sob a mira de um franco-atirador, o Major Koning.

Classificação indicativa de *Círculo de fogo*: 14 anos.

Soldados do Exército Vermelho em combate nas ruas da cidade de Stalingrado (hoje, Volgograd), na União Soviética. Fotografia de 1942.



SOVFOTO/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados referentes ao saldo das batalhas ocorridas na União Soviética foram retirados de: LEE, Lily Xiao Hong. **World War Two**: Crucible of the Contemporary World – Commentary and Readings. Londres: Routledge, 2016. p. 307.

A guerra no Pacífico e a ofensiva dos Aliados

Em 1931, seguindo um ideário imperialista e expansionista, o Japão invadiu e ocupou parte da China e pretendia estender seus domínios para outros países asiáticos. Essa pretensão se chocava com os interesses dos Estados Unidos nessa área do Pacífico.

Os Estados Unidos impuseram um embargo comercial ao Japão e, em resposta, em dezembro de 1941, o Japão atacou a base aérea estadunidense de **Pearl Harbor**, no arquipélago do Havaí, provocando a entrada dos Estados Unidos na guerra. Alguns dias depois, a Alemanha e a Itália, aliadas do Japão no bloco dos países do Eixo, também declararam guerra aos Estados Unidos.

A entrada dos Estados Unidos na guerra significou um grande reforço para o bloco dos Aliados. Após bons resultados iniciais, a sorte japonesa começou a mudar na Batalha de Midway, em junho de 1942, quando os estadunidenses saíram vitoriosos.

A operação decisiva dos Aliados na Frente Ocidental ocorreu com o desembarque das tropas aliadas na Normandia, região do norte da França, em 6 de junho de 1944. Essa estratégia foi fundamental para a libertação da região noroeste da Europa e ficou conhecida como o **Dia D**. Do outro lado, na Frente Oriental, os russos avançavam rapidamente em direção ao leste da Europa.

Em abril de 1945, os Aliados cruzaram o Rio Elba, anunciando o fim do Terceiro *Reich*. Mais tarde, em 30 de abril, Hitler e sua companheira, Eva Braun, cometeram suicídio. No dia 2 de maio de 1945, a Alemanha assinou a rendição incondicional.

No Pacífico, porém, os japoneses ainda resistiam. A recusa japonesa em render-se e o interesse dos Estados Unidos em afirmar sua supremacia bélica diante da ofensiva soviética encerraram de forma trágica a guerra no Pacífico. Nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, respectivamente, o estadunidenses lançaram a bomba atômica sobre as cidades japonesas de Hiroshima e de Nagasaki. Sem saída, o governo japonês se rendeu. Terminava a Segunda Guerra Mundial.

A criação da ONU

O saldo da Segunda Guerra Mundial foi devastador: estima-se o número de mortes, entre militares e civis, em mais de 78 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 3% da população mundial à época. Em razão dessa trágica consequência, em 24 de outubro de 1945 foi criada a **Organização das Nações Unidas (ONU)**, com o objetivo de manter a paz de forma a garantir a soberania dos povos mediante a resolução de conflitos por via diplomática.

A experiência do horror da guerra contribuiu para a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral da ONU em 1948. Esse documento constitui o primeiro arcabouço legal para a reivindicação dos direitos humanos em nível internacional. A carta estabelece os direitos e liberdades fundamentais de todas as pessoas, independentemente de sua origem, nacionalidade, etnicidade, gênero ou religião.

Os dados referentes ao saldo da Segunda Guerra Mundial foram retirados de: THE Number of Deaths in the Second World War by Nation. **Statistics & data**. Disponível em: https://statisticsanddata.org/data/the-number-of-deaths-in-the-second-world-war-by-nation/. Acesso em: 19 dez. 2023.



IVANGAR_FOTOGRAFIA/SHUTTERSTOCK

Memorial da Paz ou Cúpula Genbaku, em Hiroshima, Japão. Fotografia de 2024. Trata-se de um edifício que resistiu ao impacto da bomba atômica e que, por isso, se tornou um símbolo da importância da proibição do uso de armas nucleares.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Holocausto

Como você estudou, os nazistas puseram em prática uma política de perseguição e eliminação sistemática de judeus, comunistas, socialistas, homossexuais, ciganos e pessoas com deficiência. Desde que chegaram ao poder, os nazistas utilizaram a violência extrema para conquistar seus objetivos. No Leste Europeu, grupos de extermínio executavam massacre em massa de civis. Nos países ocupados, como a França, parte da população foi sujeita ao trabalho escravo nas fábricas. Os que eram considerados inimigos do regime, como judeus e comunistas, eram enviados para campos de concentração.

Os campos de concentração eram instalações insalubres, onde os internos podiam morrer de fome, doenças, maus-tratos, fuzilamento sumário ou até mesmo servirem de cobaias para experimentos. Os campos de concentração multiplicavam-se à medida que os nazistas ocupavam novos territórios. A partir de dezembro de 1941, foi colocada em prática a chamada "solução final". como ficou conhecida a política de aniquilação em massa dos judeus nos campos de extermínio. Câmaras de gás, onde se empregavam o monóxido de carbono ou o pesticida Zyklon-B, foram utilizadas para aumentar a eficiência da matança em larga escala promovida pelo estado nazista. A eliminação sistemática da população judaica da Europa ficou conhecida como **Holocausto** ou ***Shoah***. Segundo o historiador britânico Ian Kershaw:

> Na enormidade do tenebroso massacre de não combatentes durante a Segunda Guerra Mundial, não houve hierarquia de vítimas. Fosse uma pessoa morta por inanição ou excesso de trabalho, fuzilada ou enviada à câmara de gás; fosse atacada pelos homens de Hitler ou de Stálin; fosse *kulaks*, judeu, homossexual ou "cigano" [...] ninguém estava em posição mais alta ou mais baixa nessa escala. No entanto, além dos judeus, nenhum outro grupo social ou étnico [...] foi destruído de maneira tão implacável, dentro de um programa sistemático, e não apenas em fuzilamentos em massa, mas cada vez mais num sistema industrial de extermínio.

KERSHAW, Ian. **De volta do inferno**: Europa, 1914-1949. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. *E-book*.

Foi nos países do Leste Europeu, especialmente na Polônia, que o Terceiro *Reich* planejou e construiu os mais cruéis campos de concentração e, posteriormente, de extermínio. Somente em Auschwitz, morreram aproximadamente 1 milhão de judeus, 70 mil poloneses, 20 mil ciganos, além de 15 mil prisioneiros de guerra.

Estima-se que ao todo, em razão das ações dos nazistas nos campos de concentração ou de extermínio, morreram aproximadamente 6 milhões de judeus, 2 milhões de poloneses, 300 mil sérvios, 250 mil pessoas com deficiência e 250 mil ciganos, além de milhares de homossexuais e outros prisioneiros de guerra.



EDWARD JOHNSON/ALAMY/FOTOARENA

Visitante observa exposição de sapatos de prisioneiros do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia. Fotografia de 2019.

Dica

Negação

Direção: Mick Jackson. Estados Unidos e Reino Unido, 2016. 111 minutos.

Com base em fatos reais, o filme relata o caso de uma professora universitária de história, especialista em Holocausto, que foi acusada de difamação por um autor antissemita, famoso por ter escrito uma biografia de Hitler e por negar os crimes nazistas, entre eles o extermínio dos judeus. Para vencer o processo, a defesa da professora tem de provar, diante do tribunal, que o Holocausto de fato aconteceu.

Classificação indicativa do filme *Negação*: 12 anos.

Dados numéricos sobre as execuções foram retirados de: UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Enciclopédia do Holocausto*. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/. Acesso em: 8 abr. 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CONTRAPONTO

Holocausto: a política de extermínio dos judeus

Holocausto (ou, em hebraico, *Shoah*) é o termo empregado desde os anos de 1960 para nomear o genocídio de cerca de 6 milhões de judeus europeus entre 1941 e 1945 na chamada "solução final". Esse genocídio teve repercussões na própria historiografia e na escrita acadêmica da história, fazendo com que as narrativas históricas se abrissem definitivamente ao estudo das vítimas coletivas de violências, massacres e genocídios. Entretanto, o tema alimentou uma prática antiga nas disputas sobre o passado: o negacionismo. Leia o texto a seguir e, na sequência, responda às questões.

> Um evento, em particular, consagrou este outro olhar sobre a história: o Holocausto. O leitor poderia se perguntar o porquê da centralidade do Holocausto e dos crimes nazistas, dentre tantos crimes cometidos por vários Estados. Afinal de contas, não faltam crimes de massa contra a humanidade ao longo da história: contra opositores políticos (como no caso do stalinismo na União Soviética), contra povos submetidos ao colonialismo (como no caso das potências europeias na África e na Ásia) ou o genocídio interno dos povos originários (como no caso dos povos indígenas nas Américas). A resposta é que o Holocausto foi o catalisador de uma nova consciência sobre esses outros crimes [...].
>
> Mas o tema do Holocausto também [...] ampliou e sofisticou os discursos negacionistas que, à guisa de denunciar os crimes nazistas como uma mera versão dos "vencedores da Segunda Guerra" (ou seja, as democracias liberais e a União Soviética), sempre almejaram a ocultação do projeto de extermínio dos judeus e de outros povos considerados inferiores [...]. O negacionismo se utiliza de um conjunto de procedimentos e estratégias discursivas para questionar o consenso historiográfico sobre o tema e negar os crimes de massa dos nazistas, desqualificar os testemunhos das vítimas; acusar de falsidade documentos históricos reconhecidos pelos historiadores; acusar a inexistência de provas materiais do crime; supervalorizar qualquer documento que comprove sua tese negacionista sem a devida crítica documental.
>
> [...] não se trata de impedir o debate sobre um fato histórico, ainda que marcado por temas sensíveis e complexos, que envolvem crimes, vítimas e perpetradores. No caso do Holocausto, há muitas vertentes interpretativas legitimadas no debate historiográfico, como, por exemplo, se havia uma cadeia de comando clara e intencional na direção do assassinato em massa desde o começo da perseguição antissemita na Alemanha nazista ou se havia uma pluralidade de estruturas que se combinaram e culminaram nos campos de extermínio. O que não é legítimo é inocentar a cúpula nazista da responsabilidade final pelos crimes de massa ou negar a existência de "câmaras de gás" ou de uma política de extermínio em massa não apenas de judeus, mas de ciganos e eslavos, entre outros grupos sociais e étnicos. Os debates em torno do Holocausto judeu consagraram o termo negacionismo, mas sua amplitude acabou extrapolando este campo de estudos históricos.
>
> NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **Novos combates pela história**: desafios e ensino. São Paulo: Contexto, 2021. *E-book*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

Responda no caderno.

1. De acordo com os seus conhecimentos, por que o Holocausto foi o evento catalisador que impulsionou novas pesquisas sobre outros massacres e genocídios ocorridos ao longo da história? Justifique sua resposta.
2. O que pretendem os negacionistas do Holocausto? Quais estratégias utilizam para deslegitimar investigações científicas e impor suas visões de mundo?
3. Conforme o autor, quais são as vertentes interpretativas em debate a respeito do estudo do Holocausto? E o que não é legítimo sobre esse assunto? Justifique sua resposta.
4. Passados mais de setenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, ainda se verificam casos de antissemitismo no mundo. No Brasil, de acordo com os dados do *Relatório de eventos antissemitas e correlatos no Brasil*, entre janeiro de 2019 e junho de 2022 foram registradas 169 violações. Dessas, 55 foram de natureza antissemita, e 114, de caráter neonazista. Com base nessas informações, debata as seguintes questões: como os seus estudos podem contribuir para que práticas discriminatórias sejam repensadas? O que pode ser feito para reduzir o ímpeto antissemita e neonazista no Brasil?

ODS 16

A Guerra Fria

Em termos gerais, a consequência mais importante da Segunda Guerra Mundial foi o fim da hegemonia europeia. Estados Unidos e União Soviética passaram a disputar a supremacia econômica, militar, política e cultural no globo. Em torno dessas superpotências formaram-se dois blocos de poder e de atuação internacional, que dividiram o mundo em regimes capitalistas e socialistas. Essa divisão alimentou uma intensa disputa armamentista, ideológica e territorial. Entre 1945 e 1991, a polarização e a tensão entre esses dois blocos e suas implicações em todo o mundo caracterizaram a chamada **Guerra Fria**.

O confronto potencial entre os dois sistemas manteve o mundo na angustiante expectativa de uma terceira guerra mundial durante décadas.

O mundo dividido

A divisão do mundo em blocos econômicos e ideológicos começou a se delinear na **Conferência de Ialta**, realizada em fevereiro de 1945 na cidade de Ialta, na Crimeia. A União Soviética impôs seu controle sobre os países do Leste Europeu, e os Estados Unidos assumiram a hegemonia política e econômica no mundo capitalista.

Os Estados Unidos auxiliaram os países capitalistas europeus a reconstruir suas economias no pós-Segunda Guerra e ampliaram a subordinação do bloco capitalista a seus interesses. A **Otan** (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foi criada em 1949 para garantir a defesa dos países ocidentais no caso de um ataque da União Soviética. Em contrapartida, em 1955, a União Soviética criou o Conselho para Assistência de Ajuda Mútua (o **Comecom**), para garantir auxílio aos países do bloco soviético, e o **Pacto de Varsóvia**, reunindo parte dos Estados do Leste Europeu sob seu domínio para se defender de ataques estadunidenses.

O grande símbolo da divisão do mundo foi o Muro de Berlim, erguido na capital da Alemanha. Após a guerra, tanto o país como sua capital foram divididos em quatro setores: soviético, francês, britânico e estadunidense. Em 1949, a Alemanha foi oficialmente repartida em República Federal da Alemanha (ou Alemanha Ocidental), que reunia os três setores capitalistas, e República Democrática Alemã (ou Alemanha Oriental), que correspondia ao setor soviético.

Pacto de Varsóvia: Aliança militar liderada pela União Soviética, composta por mais sete outras nações do bloco soviético, criada em 14 de maio de 1955 e extinta em 31 de março de 1991.

Europa: divisão após a Segunda Guerra Mundial – 1945



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: CHALIAND, Gérard; RAGEAU, Jean-Pierre. **Atlas stratégique**. Paris: Complexe, 1988. p. 40, 97.

OBJETO DIGITAL Infográfico clicável: O muro de Berlim

Saiba mais

As barbaridades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial intensificaram a emigração de judeus do mundo todo, em particular da Europa, para o território palestino. Em 1947, a ONU determinou que o **Estado de Israel** seria criado na Palestina, em uma área de 14 mil quilômetros quadrados, reservando outros 11,5 mil para a criação do Estado Palestino. Apesar dos protestos dos palestinos e das duras críticas dos países da Liga Árabe (Egito, Líbano, Síria, Transjordânia e Iraque), o Estado de Israel se tornou realidade em 1948. Desde então, Israel ocupou parte da área destinada aos palestinos, o que provocou diversos conflitos bélicos e ataques terroristas ao longo das décadas. Em 2024, a Palestina passou a ser considerada um "Estado Observador Permanente" pela ONU, pois parte do Conselho de Segurança, órgão da ONU dedicado a mediar e resolver os conflitos internacionais, vetou a adesão plena da Palestina às Nações Unidas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tensões e conflitos durante a Guerra Fria

Ao longo de toda a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética jamais se enfrentaram diretamente. Entretanto, dividiram o mundo, difundiram suas ideologias e se envolveram em guerras regionais, buscando ampliar suas respectivas áreas de influência.

Na América Latina, um dos destaques foi a Revolução Cubana de 1959. Com a queda de Fulgêncio Batista, alinhado aos Estados Unidos, o grupo liderado por Fidel Castro chegou ao poder e implementou uma ditadura próxima aos soviéticos. Em 1962, ocorreu a chamada Crise dos Mísseis, quando os estadunidenses descobriram bases com ogivas nucleares soviéticas em Cuba. Além disso, diversas ditaduras alinhadas aos Estados Unidos foram instauradas, como no Paraguai (1954), Brasil (1964), Bolívia (1971), Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976).

Nos continentes africano e asiático, com o fim da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se amplos movimentos locais anticolonialistas apoiados pela ONU, pelos soviéticos e pelos estadunidenses. Na África, a corrente do panafricanismo favoreceu o movimento emancipacionista ocorrido entre 1950 e 1980. Na Ásia, entre o final da década de 1940 e a década de 1950, a Índia assegurou a independência do Reino Unido e a região da Indochina, constituída pelos atuais territórios do Vietnã, Laos e Camboja, emancipou-se do domínio francês.

Na região da Coreia, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o norte foi ocupado pelos soviéticos e o sul, pelos estadunidenses. Embora em 1948 tenha sido firmado um acordo para criar dois países – a Coreia do Sul, capitalista, e a Coreia do Norte, socialista –, os norte-coreanos iniciaram uma guerra em 1950 na tentativa de reunificar os dois países. Os conflitos se prolongaram por três anos e vitimaram aproximadamente 3 milhões de pessoas.

O Vietnã acabou sendo dividido em Vietnã do Norte, de influência socialista, e Vietnã do Sul, capitalista, em 1954. Após um golpe de Estado no Vietnã do Sul, o Vietnã do Norte iniciou uma guerra para unificar o país. Os Estados Unidos participaram fornecendo armas e tropas e realizando bombardeios, inclusive com armas químicas. Entretanto, devido à resistência dos norte-vietnamitas e à pressão da opinião pública mundial, retiraram-se do conflito em 1973. A guerra deixou milhões de pessoas mortas, a maioria vietnamitas.

Saiba mais

Em 1955, na Indonésia, ocorreu a Conferência de Bandung, que reuniu 29 Estados asiáticos e africanos com um passado comum de lutas contra a exploração colonial. Além disso, esses países buscavam estreitar relações entre si para resistirem ao domínio imposto pelas superpotências e adotarem uma postura de neutralidade diante do contexto geopolítico da Guerra Fria.



BILDAGENTUR-ONLINE/SCHOENING/ALAMY/FOTOARENA

Instalações do Museu da História Militar em Hanói, no Vietnã, com armas, tanques, aviões e recriação de cenas dos conflitos ocorridos na cidade. Fotografia de 2017. Com o término da guerra, a cidade de Hanói, duramente bombardeada pelos estadunidenses, se tornou capital do Vietnã unificado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. Identifique três fatores que contribuíram para o sucesso da Alemanha na primeira fase (1939-1942) da Segunda Guerra Mundial.

2. Os conflitos no Pacífico, durante a Segunda Guerra Mundial, tiveram como protagonistas os Estados Unidos e o Japão. Elabore uma ficha com os antecedentes e os efeitos do conflito para cada um desses países.

3. (Unicamp - SP)

> Pode-se dizer que o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita que dominou um país europeu: ele era uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas. É possível conceber um movimento totalitário que consiga juntar monarquia e revolução, exército real e milícia pessoal de Mussolini, os privilégios concedidos à Igreja e uma educação estatal que exaltava a violência e o livre mercado?
>
> (Adaptado de Umberto Eco, "O Fascismo Eterno", em **Cinco Escritos Morais**. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 29-38.)

A partir da leitura do texto do escritor italiano Umberto Eco (1932-2016), é correto afirmar que o fascismo italiano

a. era marcado pela política de integração europeia, eliminação de fronteiras nacionais e produção regulada pelo Estado.

b. resultou da combinação de ideários político-filosóficos inicialmente incompatíveis, valendo-se da violência como instrumento político.

c. era uma ditadura de direita que serviu de modelo para países como Espanha, Portugal, Brasil e Estados Unidos.

d. tinha como centro a figura de Mussolini, um homem carismático que assumia o papel de líder religioso e político.

4. (Unesp - SP)

> Gerações inteiras criaram-se à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. [...] A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial.
>
> (Eric Hobsbawm. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991, 1995.)

A contradição entre os dois parágrafos do excerto justifica-se, pois havia

a. uma retórica belicosa das duas superpotências, mas ambas auxiliaram-se mutuamente na preservação da neutralidade dos países que pertenciam às suas áreas de influência.

b. discordâncias de ordem política entre Estados Unidos e União Soviética, mas os dois países desenvolveram conjuntamente com a ONU projetos de exploração espacial.

c. divergências ideológicas entre Estados Unidos e União Soviética, mas os dois países unificaram seus serviços de inteligência e mantiveram estreita colaboração diplomática.

d. tensões entre os setores militares dos Estados Unidos e da União Soviética, mas os dois países obedeciam às determinações e decisões pacifistas da Otan e do Pacto de Varsóvia.

e. um clima de contínuo medo, mas as duas superpotências evitaram tomar decisão que pudesse provocar um conflito bélico direto e concreto.

5. Observe a imagem e leia o texto para responder às questões sobre o conflito entre alemães e soviéticos.



BIBLIOTECA DO CONGRESSO, EUA

Imaginando até quando durará a lua de mel?, charge de Clifford K. Berryman, 1939.

> A União Soviética ficara isolada da política europeia. Com o Acordo de Munique seu isolamento se acentuou. As pretensões de Hitler em direção ao leste, visando à Polônia, deixavam os russos bastante preocupados. E [...] uma aliança com os países do Ocidente, principalmente a França, parecia cada vez mais difícil. [...] Stálin sabia que o projeto político-militar da Alemanha era a expansão para o leste, pois ele precisava do *Lebensraum* (espaço vital).
>
> PEDRO, Antonio. A Segunda Guerra Mundial. *In*: MARQUES, Adhemar *et al.* **História contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 171.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

a. Como Hitler e Stálin foram representados na charge? Explique como Berryman usou a ironia para criticar o evento histórico protagonizado pelos dois líderes.

b. Que relação pode ser estabelecida entre o texto e a imagem? Por que, mesmo sabendo das pretensões alemãs, Stálin estabeleceu esse acordo com Hitler?

c. Explique o fim da "lua de mel" entre os dois líderes e o desfecho dos conflitos entre soviéticos e alemães.

6. Leia o texto e, a seguir, responda à questão: que características possibilitam a identificação do fascismo, do nazismo e do bolchevismo stalinista como regimes totalitários?

> Como movimentos políticos, o fascismo, o nazismo e o bolchevismo stalinista adotam, de acordo com suas ideologias, uma organização que substitui a democracia interna pelo unanimismo e o culto do chefe [...]. De uma organização construída, ainda uma novidade, sobre o modelo militar e orientada, antes da tomada do poder, para uma prática da política que identifica esta a uma guerra civil sem trégua, conduzida com a finalidade de aniquilar fisicamente o inimigo. [...] O papel do chefe e seu modo de funcionamento, o partido único, o terror, a importância atribuída à mobilização das massas, o controle pelo partido ou pelo Estado de todos os domínios da vida social [...]: quando tomamos essas diferentes instituições não isoladamente, mas em conjunto, como componentes de uma síndrome, constatamos que o regime que elas caracterizam não tinha nenhum precedente.
>
> POMIAN, Krzysztof. Qu'est-ce que le totalitarisme? *In*: FERRO, Marc (org.). **Nazisme et communisme**: deux régimes dans le siècle. Paris: Hachette, 1999. p. 158. (Tradução nossa).

7. Leia o trecho da entrevista com Takashi Morita, imigrante japonês no Brasil que sobreviveu à bomba atômica lançada pelos estadunidenses em Hiroshima, em 1945.

> Viu muitos feridos nas ruas?
>
> Vi corpos espalhados por toda parte. Havia também muitos corpos boiando no rio. Os sobreviventes pediam desesperadamente por água. Passei a tarde inteira tentando ajudar os feridos.
>
> Ficou quanto tempo hospitalizado?
>
> Cerca de um mês. Eu tinha só 21 anos e, ao contrário da maioria da população, que passava fome, eu conseguia me alimentar bem por ser da Polícia Militar. Isso ajudou na minha rápida recuperação. Eu estava no hospital quando caiu a bomba atômica sobre Nagasaki, no dia 9 de agosto, mas na época não soubemos de nada, por causa da censura. Só tomei conhecimento deste ataque após o fim da guerra. [...]
>
> REVISTA GRANDES Guerras: especial 70 anos da Segunda Guerra. São Paulo: Abril, n. 30, 2009. p. 68-71.

a. Podemos considerar o depoimento de Takashi Morita uma fonte histórica para o entendimento do impacto da bomba atômica e do desenlace da Segunda Guerra Mundial? Justifique.

b. Considerando que, mais de oitenta anos após esse acontecimento, as armas atômicas ainda são uma ameaça, redijam sugestões para prevenir possíveis conflitos nucleares. Por fim, debatam suas sugestões com os demais colegas da classe.

8. Observe a charge abaixo e responda às questões.



GRANGER/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

O novo imperialismo, charge estadunidense de D. R. Fitzpatrick, 1951.

a. Qual é a situação representada na charge?

b. Que significado tinha essa charge no contexto mundial dos anos 1950?

9. Com base em teorias pseudocientíficas racistas surgidas no continente europeu, no século XIX, o regime nazista, em nome de supostamente "preservar" e "restaurar" a nação alemã, esterilizou, torturou e assassinou milhares de pessoas com deficiência (física, mental, intelectual ou sensorial). Apesar dos horrores da guerra e da maior consciência sobre direitos humanos, atitudes preconceituosas e violentas ainda persistem sobre as pessoas com deficiência. Em grupos, realizem uma pesquisa sobre o tema **capacitismo no Brasil**. Não se esqueça de abordar as definições, as estatísticas da população com deficiência, as dificuldades e os preconceitos sofridos e os direitos assegurados. Ao final da pesquisa, apresente propostas de inclusão e melhoria da qualidade de vida desse grupo no país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 13

Brasil republicano e populismo latino-americano

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, marca um ponto crucial na história do Brasil. Promulgada em um contexto de transição democrática, após duas décadas de regime civil-militar, ela simboliza o compromisso da nação com a democracia, os direitos humanos e a justiça social. Esse texto constitucional expressa a consolidação da experiência republicana brasileira, apresentando uma ampla gama de direitos civis, como a liberdade de expressão e o direito de ir e vir; direitos sociais, que englobam o direito à educação e à saúde de qualidade e ao trabalho digno; e direitos políticos, como o direito à candidatura e ao voto.

Segundo a Constituição de 1988, se você tem ou está prestes a completar 16 anos de idade, já pode exercer o direito facultativo de votar para escolher seus representantes em eleições municipais, estaduais e federais. A medida incentiva jovens como você a participar da vida política; a apropriar-se dos temas relevantes de sua comunidade, bairro, município, estado e nação; bem como a expressar as próprias opiniões e reivindicar seus direitos. O voto é secreto, e a urna eletrônica dificulta a existência de quaisquer tipos de fraude.

OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens: O direito ao voto

Essas são algumas características de nosso regime eleitoral vigente. Entretanto, no início do período republicano, as coisas não eram bem assim: o voto era aberto, em cédulas de papel, e a maior parte da população estava excluída da vida política do país. Você consegue imaginar quais grupos eram favorecidos e quais eram excluídos por esse sistema eleitoral? Que tipos de fraudes e distorções existiam?

Você já deve ter percebido que as formas de governo e os sistemas eleitorais são construções sociais que se tornam mais complexas e representativas conforme incorporam as demandas da sociedade. Neste capítulo, vamos estudar a experiência política brasileira da instauração da república ao golpe civil-militar. Um processo que guarda semelhanças com a história de outras nações latino-americanas, como a Argentina.



LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Jovem eleitor apresenta documento para mesária durante votação no segundo turno das eleições municipais no Rio de Janeiro, em novembro de 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Primeira República

Em 15 de novembro de 1889, um grupo de civis e militares adeptos da causa republicana depôs dom Pedro II e declarou o fim do regime monárquico no Brasil. Em seu lugar, o marechal Deodoro da Fonseca comandou uma junta provisória de governo com o objetivo de instituir uma ordem política republicana.

A primeira Constituição republicana do Brasil foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Ela garantia bastante autonomia aos estados e estabeleceu tanto o presidencialismo como sistema de governo quanto a divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além de extinguir antigas entidades monárquicas, como o Poder Moderador e o Senado vitalício, o texto evidenciou princípios laicos, promovendo a separação entre Estado e Igreja, e atribuindo os registros civis de nascimento e casamento à esfera pública.

O voto deixou de ser censitário, passando a ser garantido a todo cidadão maior de 21 anos que não fosse analfabeto, pessoa em situação de rua ou integrante de determinados setores militares. Esse critério excluía do direito ao voto mais de 80% da população, que era analfabeta. Não havia proibição formal à participação feminina, mas, pela tradição, as mulheres também foram impedidas de votar.

No dia seguinte à promulgação da Constituição, Deodoro da Fonseca foi eleito presidente da república pelo Congresso Nacional. O vice-presidente eleito foi o marechal Floriano Peixoto.

O governo dos militares

Contrariando os princípios da Constituição que concedia relativa autonomia aos estados, o presidente Deodoro da Fonseca manteve uma política centralizadora, ampliando as tensões com o Congresso Nacional, chegando a ordenar seu fechamento. Em resposta, a marinha ameaçou bombardear o município do Rio de Janeiro. Em razão desses conflitos, Deodoro da Fonseca renunciou em novembro de 1891.

Em vez de convocar novas eleições, como determinava a Constituição para o caso de o cargo de presidente ficar vago antes do cumprimento de dois anos de mandato, o poder foi assumido por Floriano Peixoto. Em seu governo, Peixoto enfrentou diversas agitações sociais.

Em 1893, integrantes da marinha, insatisfeitos com o papel político secundário da instituição, exigiram a renúncia do presidente. O movimento foi reprimido pelas tropas do governo. Enquanto isso, o sul do país atravessava uma guerra civil que só terminaria em 1895. Era a Revolta Federalista, motivada pela reivindicação de maior autonomia regional em relação ao governo federal.

Em 1894, foram convocadas novas eleições. Com a vitória de Prudente de Morais, do Partido Republicano Paulista, o país seria comandado por um presidente civil pela primeira vez.



PEREIRA NETO - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Alegoria da República Brasileira, gravura produzida para a *Revista Ilustrada*, novembro de 1889. Na imagem, a república é representada por uma mulher usando um barrete frígio na cabeça, em alusão à Revolução Francesa, e segurando a nova bandeira nacional.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Os presidentes da Primeira República

- **1889-1891** Deodoro da Fonseca (AL)
- **1891-1894** Floriano Peixoto (AL)
- **1894-1898** Prudente de Moraes (SP)
- **1898-1902** Campos Salles (SP)
- **1902-1906** Rodrigues Alves (SP)
- **1906-1909** Afonso Pena (MG)
- **1909-1910** Nilo Peçanha (RJ)
- **1910-1914** Hermes da Fonseca (RS)
- **1914-1918** Wenceslau Braz (MG)
- **1918-1919** Delfim Moreira (MG)
- **1919-1922** Epitácio Pessoa (PB)
- **1922-1926** Arthur Bernardes (MG)
- **1926-1930** Washington Luís (SP)

Os acontecimentos dessa linha do tempo não foram representados em escala temporal.

Fonte: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 427-475.

A República Oligárquica

Os presidentes eleitos entre 1894 e 1930 representavam os **grupos oligárquicos** dos estados que detinham maior poder econômico no país. Os dois maiores colégios eleitorais à época, São Paulo e Minas Gerais, grandes produtores de café e de leite, respectivamente, elegeram 9 dos 12 presidentes desde o governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Em razão disso, foi cunhada a expressão **café com leite** para designar a predominância desses grupos na política brasileira.

Entretanto, esses dois estados, entre cujas oligarquias havia muitos conflitos de interesse, não foram os únicos a ditar os rumos da política nacional. Além deles, os estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul também participaram ativamente das negociações que envolveram as sucessões presidenciais ocorridas na Primeira República.

Nesse período, vigorou um mecanismo conhecido como **política dos governadores**, em que o presidente da república estabelecia alianças com os governadores e, em troca, recebia apoio para a eleição de deputados e senadores que lhes dariam sustentação política. Nos estados, os governadores estabeleciam alianças com líderes políticos locais, os chamados **coronéis**. Como o voto não era obrigatório nem secreto, esses líderes, geralmente grandes proprietários de terra, por meio do uso da violência, de ameaças e de chantagens, manipulavam e controlavam o voto da população que vivia nas áreas sob sua influência política.

> Aliás, fraudes aconteciam em todas as fases do processo eleitoral [...]. Entretanto, alguns procedimentos ficaram famosos. A eleição de "bico de pena" vem do Império e diz respeito às diversas manipulações feitas pelas mesas eleitorais, como a falsificação de assinaturas e adulteração das cédulas eleitorais. [...] O "voto de cabresto" era quase uma prática político-cultural – um ato de lealdade do votante ao chefe local. Por fim, o "curral eleitoral" aludia ao barracão onde os votantes eram mantidos sob vigilância e ganhavam uma boa refeição, dali só saindo na hora de depositar o voto – que recebiam num envelope fechado – diretamente na urna.
>
> SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 482.

Economia na Primeira República

Com relação aos aspectos econômicos da Primeira República, a borracha, produzida com o látex extraído nos seringais da Região Norte, em razão da demanda crescente da indústria automobilística internacional, chegou a ocupar cerca de 25% das exportações brasileiras entre 1890 e 1910. Essa atividade atraiu um grande contingente populacional para a região amazônica e impulsionou o desenvolvimento de municípios como Manaus e Belém.

Todavia, a principal atividade econômica do país continuou sendo a cafeicultura. O produto representou aproximadamente 60% da pauta de exportações do Brasil no período. Os lucros gerados com a produção cafeeira propiciaram os investimentos em infraestrutura industrial, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em 1889, existiam cerca de 600 indústrias no país. Por volta de 1920, havia cerca de 13 mil indústrias e mais de 250 mil operários empregados em atividades fabris. Tal expansão deve-se também à ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) na Europa, pois o conflito inviabilizou a importação de produtos industrializados dos países em guerra, forçando o desenvolvimento da indústria nacional que passou a produzir localmente o que antes era importado. Os setores que mais cresceram foram o têxtil e o alimentício, seguidos pela indústria de base, que fabricava cimento e aço.

Os dados relativos à expansão industrial foram retirados de: PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 259-261.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Modernidade e exclusão social

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, importantes cidades brasileiras foram reurbanizadas e remodeladas. No Rio de Janeiro, o processo comandado pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz e pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906) provocou a expulsão da população mais pobre das áreas centrais da cidade, levando-a a viver nos bairros periféricos e em condições ainda mais precárias.

A reforma urbana coincidiu com uma política de enfrentamento aos surtos de malária, febre amarela, peste bubônica e varíola. No período, brigadas de saúde acompanhadas da polícia invadiam as casas da população mais pobre de forma truculenta para avaliar as condições sanitárias dessas residências. Em 1904, em decorrência da aprovação da vacinação obrigatória, eclodiu a **Revolta da Vacina**. O autoritarismo do governo, combinado com a falta de informação a respeito desse método de imunização, foi o estopim de uma série de depredações e conflitos com a polícia, resultando em repressão aos manifestantes.

As cidades também foram palco de diversos movimentos que buscavam ampliação da cidadania e melhores condições de vida. A expansão industrial colocou em pauta as jornadas exaustivas e as condições precárias de trabalho. Mulheres e crianças eram empregadas como estratégia dos empresários para baixar o valor dos salários pagos aos operários. Na época, boa parte do operariado era formada por imigrantes europeus que defendiam ideias anarquistas e comunistas, e que possuíam experiência em organizações sindicais, vistas como ameaça pelos empresários.

Nesse contexto, homens e mulheres organizaram um movimento operário que se espalhou por estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Somente nas duas primeiras décadas do século XX ocorreram mais de 400 greves no país. Entretanto, o aumento da repressão policial, marcada por espancamentos, prisões e deportações de estrangeiros, evidenciava o contraste entre a modernização e industrialização do país e a exploração da classe trabalhadora.

O campo também revelava as contradições sociais do período, combinando a luta pela posse da terra, o misticismo religioso e as práticas violentas adotadas pelos coronéis. As guerras de **Canudos** (1896-1897), no norte da Bahia, e do **Contestado** (1912-1916), na fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, resultaram na morte de milhares de pessoas que se uniram a líderes messiânicos na tentativa de escapar da miséria e do descaso governamental. Já o movimento do **cangaço** reunia camadas marginalizadas, como vaqueiros desempregados, agricultores sem-terra e até ex-militares. Movimento gerado pela injustiça social, mas que fez da violência sua marca, o cangaço espalhou o terror entre fazendeiros e vilarejos no sertão nordestino até meados da década de 1930, quando suas principais lideranças foram mortas.

Dados numéricos sobre as greves no período foram retirados de: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 504.

Lanceta: instrumento cirúrgico utilizado para fazer incisões na pele de forma superficial.



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Charge de Leônidas Freire, publicada na revista *O Malho* em outubro de 1904. A charge representa a Revolta da Vacina, em que as camadas populares se rebelaram contra o médico sanitarista Oswaldo Cruz, chamado de "Napoleão da seringa e da **lanceta**".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Racismo e resistência na Primeira República

A proclamação da república não apresentou mudanças significativas para a população negra, que continuou a ser excluída no novo regime. Além disso, foi frequentemente associada ao atraso sociocultural e econômico brasileiro pelas elites republicanas no período. Conforme o historiador Walter Fraga:

> Nos anos iniciais do Brasil republicano, **recrudesceu** o controle sobre os candomblés, batuques, sambas, capoeiras e qualquer outra forma de manifestação identificada genericamente como "africanismo". Esse antiafricanismo teve implicações dramáticas para as populações negras, pois reforçou as barreiras raciais que dificultavam o acesso a melhores condições de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.

Recrudesceu: tornou-se mais intenso.

FRAGA, Walter. Pós-abolição; o dia seguinte. *In*: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 376.

Em meio a esse contexto repressivo, homens e mulheres, trabalhadores e intelectuais negros apostavam no **associativismo** como forma de melhorar a condição de vida dos afro-brasileiros. Somente em São Paulo, entre 1907 e 1937, foram fundadas 123 associações negras. As maiores foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos (1908) e o Centro Cívico Palmares (1926).

Com objetivos diversos – assistencialistas, recreativos, educativos –, essas associações promoviam palestras, cursos de alfabetização, apresentações artísticas, competições desportivas, entre outras atividades. Esses espaços de sociabilidade tinham como denominador comum a preocupação com a sociabilidade e com o desenvolvimento cultural e intelectual dos negros.

Simultaneamente, surgiu a denominada **imprensa negra**. Até 1930, somente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, existiram mais de 40 jornais publicados e elaborados por pessoas negras para tratar de questões ligadas diretamente ao enfrentamento do preconceito e à reivindicação da igualdade racial na sociedade republicana.



GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA

Logomarca do portal Geledés – Instituto da Mulher Negra, em 2024. O Geledés atua na defesa de mulheres e homens negros e mantém um portal com publicações diversas sobre questões de gênero, raça, história da diáspora africana, ações realizadas pelo grupo, entre outras.

Os dados referentes aos periódicos da imprensa negra foram retirados de: DOMINGUES, Petrônio. Imprensa negra. *In*: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 268.

Saiba mais

Em 1910, o Rio de Janeiro foi palco da chamada **Revolta da Chibata**. Embora os castigos corporais tivessem sido oficialmente revogados na marinha em 1886, a pena de açoites ainda era aplicada aos marinheiros, muitos dos quais eram afrodescendentes.

Na noite de 22 de novembro, liderados por João Cândido Felisberto, os marinheiros ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro caso suas reivindicações não fossem atendidas. O governo pôs fim aos castigos corporais; entretanto, descumpriu a promessa de anistia que tinha feito e puniu cruelmente os participantes da insurreição.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Modernismos e a nacionalidade

No século XIX, em meio à expansão industrial e urbana no continente europeu, surgiram diferentes movimentos estéticos, políticos e filosóficos. De modo semelhante, no Brasil, entre o fim do século XIX e o início do XX, em meio à modernização excludente que combinou urbanização e marginalização social, intelectuais e artistas se propuseram a pesquisar as singularidades regionais que compunham a cultura nacional.

No início do período republicano, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, favorecia o encontro e as trocas culturais entre os intelectuais, os burgueses e as camadas populares. Marcados pela influência da cultura negra na música, na literatura e nas artes plásticas, artistas, músicos e escritores como Lima Barreto, Pixinguinha, Batista da Costa, Timóteo da Costa e Chiquinha Gonzaga fundiam arte erudita e popular, proporcionando o desenvolvimento de produções originais, cheias de brasilidade, como o samba.

Destaca-se também a emergência de publicações como *Revista Tagarela* (1902), *O Malho* (1902), *Fon-Fon* (1907) e *Careta* (1907). Por meio de caricaturas e charges (verifique a página 301 deste capítulo), elas teciam críticas bem-humoradas a respeito de temas cotidianos e da política nacional.

Como um movimento estético, o **Modernismo** foi impulsionado com os trabalhos de escritores e artistas como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Lasar Segall, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, entre outros. A **Semana de Arte Moderna de 1922**, ocorrida em São Paulo, foi um grande marco desse movimento, que orientava a apropriação crítica das vanguardas europeias (**Futurismo**, **Cubismo**, **Dadaísmo**) para conferir novo significado à produção cultural brasileira, criando novas formas de retratar o país e sua gente.

O Modernismo rompia com a pintura acadêmica e com a **literatura parnasiana** ao propor uma arte e uma poesia livres de rigores formais, métricas e rimas. No campo da crítica de arte, houve uma grande polêmica que dividiu artistas e intelectuais entre os que defendiam e os que rejeitavam as correntes modernistas.

MUSEU LASAR SEGALL, SÃO PAULO



Maternidade, pintura de Lasar Segall, de 1931. Com o Modernismo, morros, favelas, negros, sertanejos, retirantes, gente do povo foram mobilizados como temática para uma produção artística renovada.

Futurismo: movimento artístico cujo contraste de cores e sobreposição de imagens pretendia fornecer as ideias de dinamismo e velocidade.

Cubismo: movimento artístico caracterizado pelo uso de formas geométricas, sem a preocupação com a aparência real das coisas representadas.

Dadaísmo: movimento cultural que valorizava a arte espontânea e desafiava os critérios artísticos tradicionais e as convenções estabelecidas.

Literatura parnasiana: movimento estético caracterizado pelo rigor formal, pelo uso de métricas e rimas regulares.

Dica

Ciclo 22 no Vestibular: A Semana de Arte Moderna de 1922

Produção: Projeto Ciclo 22 – Universidade de São Paulo. 2022. 20 minutos.

Nesse segundo episódio do *podcast* Ciclo 22, são apresentados o contexto da Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo e as inovações estéticas e artísticas do movimento. Ele também discute como o tema aparece nos vestibulares, além de dar dicas de estudo para você compreender bem o assunto.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Era Vargas (1930-1945)

A chamada Era Vargas teve grande influência na história política do Brasil. Ela apresenta três fases diferentes: governo provisório (1930-1934), governo constitucional (1934--1937) e ditadura do Estado Novo (1937-1945). Nesse período, marcado por avanços e retrocessos, permanências e rupturas, o país passou por um processo de modernização conservadora, marcado pelo avanço da industrialização, pela introdução da legislação trabalhista e pelo estímulo da produção cultural nacionalista. No entanto, o governo Vargas também suprimiu liberdades constitucionais, praticou a censura e instituiu a perseguição política contra seus adversários. É o que estudaremos a partir de agora.

Golpe de 1930 no Brasil

A década de 1920 foi um período tumultuado para a república brasileira. A crise econômica mundial, iniciada em 1929 em razão da Quebra da Bolsa de Valores de Nova York, arruinou muitos cafeicultores. A hegemonia de Minas Gerais e de São Paulo era contestada pelos outros estados, as classes médias urbanas estavam à procura de maior representação política e o operariado procurava se organizar na luta pelos direitos trabalhistas.

A campanha presidencial ocorrida em fins de 1929 foi turbulenta. Washington Luís indicou Júlio Prestes, um político paulista, para sucedê-lo, contrariando as expectativas das elites mineiras. Políticos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, descontentes, formaram a **Aliança Liberal** e lançaram a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência e do paraibano João Pessoa à vice-presidência.

No entanto, Júlio Prestes e seu vice, Vital Soares, venceram as eleições. O resultado, porém, foi contestado pela Aliança Liberal. Alguns partidários de Vargas recusaram-se a aceitar a derrota eleitoral e passaram à mobilização armada, que acabou por derrubar o presidente Washington Luís em outubro de 1930.

Com o golpe, denominado "Revolução de 1930" por seus agentes, Vargas foi conduzido ao poder. O período conhecido como governo provisório (1930-1934) foi marcado por uma série de medidas centralizadoras, como a suspensão temporária das eleições, a dissolução do Congresso Nacional e das câmaras legislativas estaduais e municipais. Vargas também nomeou interventores, representando o governo federal, para governar os estados brasileiros, a maior parte oriunda do **movimento tenentista**. No período, Vargas adotou medidas para proteger o setor cafeeiro, induzir o desenvolvimento industrial do país, estender benefícios trabalhistas e controlar os sindicatos.

Movimento tenentista: conjunto de movimentos militares protagonizados por jovens oficiais do exército ocorridos ao longo da década de 1920. Os tenentistas visavam a modernização econômica e política do país, a implantação do voto secreto, o combate à corrupção e à hegemonia das oligarquias no cenário nacional.



CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

Getúlio Vargas (ao centro) e partidários da Revolução de 1930 no Palácio do Catete, sede da presidência da república, no Rio de Janeiro. Foto de outubro de 1930.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A revolta paulista

O excesso de medidas centralizadoras tomadas por Vargas durante o Governo Provisório levou as elites estaduais de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul a reagirem. Entre os paulistas, o principal motivo de insatisfação foi a escolha de um interventor pernambucano, o tenente João Alberto, para governar o estado.

No dia 9 de julho de 1932, após a morte de estudantes de direito em uma manifestação popular ocorrida em maio do mesmo ano, a oposição paulista transformou-se em uma revolta armada contra o governo federal, conhecida como **Revolução Constitucionalista de 1932**.

> A população de São Paulo, sobretudo na capital, se mobilizou: milhares de civis, incluindo os estudantes da Faculdade de Direito, no largo de São Francisco, alistaram-se nos batalhões de voluntários; [...] milhares de mulheres, ricas e pobres, doaram suas joias atendendo ao chamado da campanha Ouro pelo Bem de São Paulo, lançada sob o pretexto de conseguir lastro para pagar os custos de guerra. [...] Apenas os trabalhadores das fábricas ficaram de fora da mobilização geral. No estado onde se concentrava o maior número de indústrias do país, os operários não acorreram em massa para lutar. Nos meios operários, muitos duvidavam de um levante em que não cabia nenhuma atenção às demandas dos trabalhadores.
>
> SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 549-550.

O conflito durou três meses e contou com grande mobilização popular liderada pelas elites paulistas, que, por meio de intensa propaganda – no rádio, na imprensa e em cartazes –, conseguiram congregar setores sociais distintos. Entretanto, isoladas, as tropas paulistas foram cercadas pelas forças do governo e, em outubro de 1932, os paulistas se renderam.

O Governo Constitucional

Mesmo derrotados militarmente, os paulistas se consideraram vitoriosos do ponto de vista moral. Getúlio Vargas anistiou amplamente os revoltosos, cedeu à exigência de indicar um interventor paulista e, sobretudo, convocou eleições em 1933 para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Carta Magna.

A Constituição de 1934 mesclava princípios liberais e autoritários. Alguns pontos da legislação merecem destaque: o Brasil permaneceu uma república federativa; reafirmou-se a independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; estabeleceu-se o ensino primário, gratuito e obrigatório; reafirmou-se a obrigatoriedade do serviço militar; regulamentou-se a propriedade pública de recursos hídricos e minerais.

Ao texto dessa constituição foram incorporados itens de leis anteriores, como o sufrágio secreto e universal (excluídos determinados setores militares, pessoas em situação de rua e analfabetos) e o voto feminino, presentes no Código Eleitoral de 1932, uma conquista dos movimentos femininos sufragistas organizados logo nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com o ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1934, a primeira eleição para presidente da república seria indireta. Assim, Vargas foi eleito pela Assembleia Nacional Constituinte para um mandato de quatro anos. Pela norma, Vargas ocuparia o poder até 1938, quando deveriam ser realizadas novas eleições presidenciais diretas no país.



CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

Cartaz convocando paulistas a lutar na Revolução de 1932. A morte dos estudantes de direito Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo em uma manifestação ocorrida em 23 de maio de 1932 deu origem à sigla MMDC, utilizada em vários cartazes para congregar a população.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Descreva o cartaz e explique a estratégia comunicativa para atrair voluntários à causa liderada pelas elites paulistas.**
2. **Por que o movimento não contou com a adesão do operariado?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os integralistas e a Aliança Nacional Libertadora

A primeira metade da década de 1930 foi marcada por um clima de muita agitação e mobilização políticas. Em 1932, sob a direção de Plínio Salgado, organizou-se a **Ação Integralista Brasileira** (AIB), que professava princípios antiliberais e antissemitas, tal como fascistas e nazistas na Europa. A organização negava a pluralidade partidária e defendia a implantação de um Estado integral, que seria constituído pelo chefe da nação e por órgãos representativos das profissões e entidades culturais. Os integralistas contavam com ampla participação popular. Estimativas indicam que a AIB tinha entre 500 mil e 800 mil filiados em 1936.

Em março de 1935, sob a direção do **Partido Comunista do Brasil** (PCB) e de seu líder, Luís Carlos Prestes, articulou-se a **Aliança Nacional Libertadora** (ANL). O grupo foi organizado por tenentes que não participavam do governo Vargas. Um de seus objetivos era contrapor-se à emergência do fascismo na sociedade e na política brasileira. A ANL chegou a arregimentar cerca de 100 mil participantes, entre comunistas, liberais (progressistas e conservadores), católicos, socialistas (reformistas e revolucionários) e anarquistas de diversas correntes. Dentre as principais propostas da ANL destacavam-se a reforma agrária, a liberdade religiosa, o combate ao racismo, a nacionalização de serviços públicos e a suspensão do pagamento da dívida externa.

A Frente Negra Brasileira

A experiência do associativismo negro ganhou impulso decisivo com a fundação da **Frente Negra Brasileira** (FNB) em 1931. Visando a um atendimento plural à população negra, a Frente criou diversos departamentos que, em conjunto, ofereciam cursos primários, de alfabetização, de musicalização, assistência médica e jurídica aos associados, atividades artísticas, marcenaria, pintura, costura etc. Mantinha ainda duas comissões femininas: as Rosas Negras e a Cruzada Feminina, responsáveis por atividades culturais e assistenciais.

Além da sede em São Paulo, a entidade teve mais delegações espalhadas pelo país. Estimativas apontam que a FNB chegou a ter 100 mil associados e sobrevivia de doações e da venda do jornal *A voz da raça*. Tratava-se de uma entidade plural do ponto de vista de seus associados, por meio da qual militavam, por exemplo, negros monarquistas, integralistas e comunistas. Em 1936, a FNB chegou a se constituir como partido político, entretanto, com a instauração do Estado Novo, encerrou suas atividades em dezembro de 1937.

Os dados relativos ao número de associados da FNB foram retirados de: SANTOS, Ynaê Lopes dos. **História da África e do Brasil afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. p. 264.
Os dados relativos ao número de integralistas em solo brasileiro foram retirados de: MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. A Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932--1938). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional--estatismo (1930--1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2. *E-book*.



COLEÇÃO ARTHUR RAMOS - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Comemoração pelo aniversário de fundação da Frente Negra Brasileira, em São Paulo, capital. Fotografia de 1935.

Dica

Frente Negra Brasileira: depoimentos

Márcio Barbosa. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

Trata-se de um livro de entrevistas em que o autor, Márcio Barbosa, conversa com cinco ex-integrantes da FNB. Além das entrevistas, a obra apresenta registros visuais da entidade e da cidade de São Paulo da década de 1930.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolta Comunista e o Plano Cohen

Acusada de golpista, a ANL foi posta na ilegalidade em julho de 1935 por meio da **Lei de Segurança Nacional**. Setores do movimento se radicalizaram e organizaram levantes armados no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. A **Intentona Comunista**, nome dado pelo governo à tentativa de tomada do poder pela ANL, foi desarticulada e derrotada em novembro de 1935. Seguiram-se intensa perseguição política e repressão a seus membros. O líder, Luís Carlos Prestes, por exemplo, foi condenado a trinta anos de detenção.

Nesse clima político repressivo, em setembro de 1937 os integralistas forjaram a existência de um suposto projeto comunista de tomada de poder chamado de **Plano Cohen**. Arquitetado com o general Olímpio Mourão Filho, esse plano forjado foi usado como arma política para que Vargas desse um golpe em 1937, instituindo o **Estado Novo**.

Lei de Segurança Nacional: definia crimes contra a ordem social e política e suspendia direitos constitucionais.

O Estado Novo

No dia 10 de novembro de 1937, foi publicada uma nova Constituição, que legitimou a permanência de Vargas no poder, suspendeu as eleições, previstas para o ano seguinte, e colocou na ilegalidade as associações e os partidos políticos.

A ditadura centralizou o poder na figura do presidente, restringiu a autonomia dos estados e dos municípios, criou mecanismos para intervir na economia nacional e adotou o corporativismo, minando o poder dos sindicatos independentes.

O Estado Novo aprimorou métodos de repressão e perseguição política já em vigor. A **Delegacia Especial de Segurança Política e Social**, polícia secreta instituída em 1933, passou a exercer severa repressão contra os opositores do regime. No período, os comunistas foram considerados subversivos e, à medida que o regime se instalava, também os integralistas, acusados de tramarem para tomar o poder, passaram a ser alvo de repressão.

Aliado à repressão estava outro importante órgão: o **Departamento de Imprensa e Propaganda** (DIP). Criado em 1939, o órgão era responsável pela formação de uma ampla opinião pública em favor do regime, atuando em diversas frentes, como propaganda, radiodifusão, teatro, cinema, turismo, imprensa, entre outras. Fundamental para a afirmação do projeto político-ideológico de Vargas, o DIP censurava qualquer ideia desfavorável ao governo e veiculava uma imagem sempre positiva do ditador e de suas realizações.

Dica

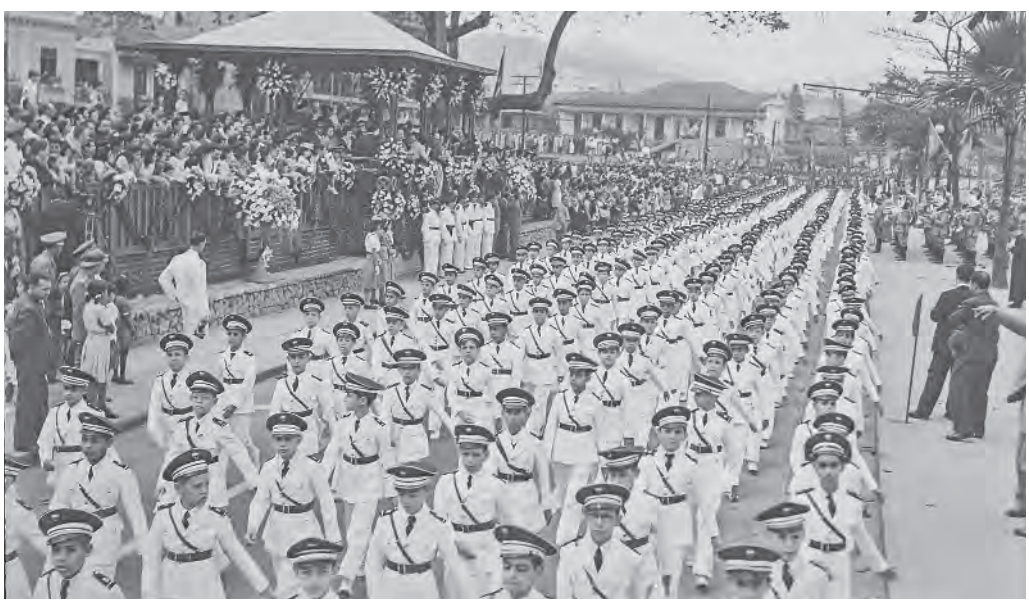
Olga

Direção: Jayme Monjardim. Brasil. 2004. 141 minutos.

O longa-metragem conta a história de Olga Benário, a jovem judia alemã comunista designada para atuar junto a Luís Carlos Prestes, com quem teve um romance. Mobilizando o aparato repressivo de seu governo, Vargas deportou a militante grávida para a Alemanha nazista, onde foi executada na câmara de gás do campo de extermínio de Bernburg.

Classificação indicativa de *Olga*: 14 anos.

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: O papel da propaganda na Era Vargas**



ARQUIVO DA COLEÇÃO GUSTAVO CAPANEMA/CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

Desfile da Juventude Brasileira no município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 1943. Durante o Estado Novo proliferaram manifestações cívicas para enaltecer a figura do ditador.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Política econômica e valorização do trabalho

O Estado varguista centralizou o planejamento de setores estratégicos para o desenvolvimento industrial, criando companhias estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942) e a Companhia Nacional de Álcalis (1943).

Com relação à política trabalhista, em 1943, Vargas assinou a principal legislação social de proteção ao trabalho: a **Consolidação das Leis do Trabalho** (CLT). O documentou sistematizou práticas que já vigoravam no país desde a década de 1930 e ampliou importantes conquistas dos trabalhadores urbanos brasileiros. Dentre as principais medidas, destacam-se: regulamentação do salário mínimo, férias remuneradas, limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho infantil e feminino, bem como implementação do sistema previdenciário. Também foi definido o imposto sindical, uma contribuição anual devida pelo trabalhador. O imposto serviu de instrumento para financiar os sindicatos oficiais, subordinados ao controle do Estado.

Vargas construiu uma imagem paternalista de protetor dos trabalhadores por meio do uso intensivo dos meios de comunicação, que difundiam a figura do presidente de maneira positiva em todo o país. Destacam-se também as datas cívicas como o Dia do Trabalho, em que Vargas, em grande celebração, costumava anunciar medidas aguardadas pelos trabalhadores. Entretanto, mantinha uma postura ambígua e autoritária, perseguindo os representantes de setores sindicais que opunham-se ao regime.

O avanço da legislação trabalhista se fez em meio às contradições sociais e econômicas que persistiam no país. Nas palavras da historiadora Maria Capelato:

> O regime alardeava os benefícios da nova cidadania [...]. Era considerado cidadão quem trabalhava, e a carteira de trabalho assinada era o documento de identidade mais importante. No entanto, o número de desempregados era muito alto; estes se sentiam, além de marginalizados do mercado de trabalho, excluídos da condição de cidadania.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2. *E-book*.



ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Celebração do Dia do Trabalho, no estádio São Januário, na cidade do Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1940. Getúlio Vargas aproveitou a data para anunciar a instituição do salário mínimo, uma antiga reivindicação dos sindicatos e dos trabalhadores da época.

Apesar dos avanços na industrialização e na legislação trabalhista, as condições econômicas do país assolavam a população de baixa renda. No período, Vargas recebia cartas e bilhetes de cidadãos em tom suplicante, e de muitas famílias que enviavam correspondência ao líder do governo exaltando os benefícios trabalhistas também reclamavam do desemprego e das condições de vida. Essa proximidade revela uma das facetas da base de apoio de Vargas nas camadas populares.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 8

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Qual era a nova cidadania alardeada pelo Estado? Ela atendia a todos? Justifique.**
2. **Como Getúlio Vargas se valeu da implementação das leis trabalhistas para reforçar positivamente a própria imagem?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Educação e cultura no Estado Novo

Apesar de seu caráter autoritário, o Estado Novo estimulou a produção cultural nacional e padronizou o currículo do ensino público em todo o território nacional, instituindo o ensino primário gratuito e obrigatório.

Foi criado também o **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, responsável por preservar o patrimônio histórico e cultural brasileiro. Além disso, o governo Vargas buscou reunir artistas e escritores de diferentes ideologias na construção de uma nacionalidade baseada na cultura popular e na mistura dos elementos regionais brasileiros. Se a Primeira República reprimia a capoeira, as expressões artísticas e as religiões de matriz africana, no Estado Novo tais elementos passariam a ser celebrados e exaltados, reconhecendo-se na mestiçagem a marca da cultura brasileira.

Pegando carona na popularização do samba e do carnaval, Vargas incumbiu as escolas de samba e os sambistas de apresentar, em seus desfiles, temas históricos, cívicos e culturais, e de exaltar a figura do trabalhador, conforme a ideologia observada pelo DIP. Essas ações eram contemporâneas de mudanças nos padrões de consumo e nas formas de lazer que se irradiavam pelos grandes centros urbanos. O futebol, o cinema e o teatro tornaram-se entretenimentos coletivos bastante populares.

Além disso, na década de 1930, começou a chamada "era de ouro" do rádio. No espaço doméstico, o rádio constituía o principal entretenimento da população. Sua variada programação – noticiários, transmissões esportivas, *shows* musicais, programas humorísticos e novelas – congregava famílias, parentes e vizinhos. Em 1940, Vargas estatizou a **Rádio Nacional** e nomeou homens de sua confiança para a administração da empresa, que logo se tornou uma das emissoras mais importantes da América Latina. A Rádio Nacional tornou-se, assim, o principal veículo de comunicação em massa do país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

Nas primeiras décadas da república, intelectuais e artistas formularam interpretações alternativas à pseudoteoria do branqueamento da população. Em *Casa-grande & senzala* (1933), uma das principais obras do período, Gilberto Freyre, recusando a tese da inferioridade mestiça, celebrou a miscigenação entre negros, brancos e indígenas como aspecto positivo e singular da cultura brasileira. Embora importante para compreender a formação da sociedade brasileira, sua narrativa escondia os graves problemas estruturais decorrentes da escravidão, ajudando a produzir o mito da **democracia racial** no país.



ACERVO ICONOGRAPHIA

Família reunida ao redor de um aparelho de rádio para ouvir o discurso de Ano Novo proferido pelo presidente. Fotografia de 1942. Durante o governo Vargas, o rádio se tornou o principal meio de comunicação do país, e foi amplamente utilizado na divulgação da ideologia e dos feitos do governo.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

No início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo brasileiro manteve neutralidade ambígua em relação às potências beligerantes. Embora ideologicamente próximo dos regimes nazifascistas, em 1940 o governo brasileiro permitiu aos Estados Unidos que instalassem um base militar no Nordeste em troca de apoio para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Em 1942, após o Brasil romper relações diplomáticas com os países do Eixo, cinco navios mercantes brasileiros foram bombardeados por submarinos alemães. Em resposta, o país declarou guerra às forças do Eixo.

Por meio da **Força Expedicionária Brasileira** (FEB), quase 30 mil brasileiros participaram dos combates na Itália ao lado de tropas estadunidenses e britânicas e mais de quinhentos perderam a vida nos conflitos. A participação do Brasil foi estratégica para conter os alemães no norte da Itália e permitir o avanço dos Aliados.

A derrocada do Estado Novo

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos países democráticos contra o nazifascismo entrava em contradição com nossa política interna autoritária. Essa percepção tornou a ditadura insustentável e permitiu a reorganização da oposição.

Em razão da crescente pressão da sociedade civil e dos desentendimentos entre o governo e os dirigentes das forças armadas, em 1945 iniciou-se o processo de reestruturação partidária, e novas eleições foram convocadas para dezembro daquele ano. Foram fundados três partidos políticos: a **União Democrática Nacional** (UDN), antiga oposição liberal; o **Partido Social Democrático** (PSD), que reunia as elites rurais e a burocracia estatal; e o **Partido Trabalhista Brasileiro** (PTB), cuja base eram as massas trabalhadoras urbanas. Além disso, o PCB foi retirado da ilegalidade, e a decretação da anistia política permitiu a Luís Carlos Prestes e a outros comunistas serem libertados da prisão.

Os dados numéricos sobre a FEB foram retirados de: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 385.

Em razão do crescimento da UDN, Vargas aproximou-se do PCB, interessado na capacidade do partido de mobilizar as massas populares. Enquanto se desenhava o cenário eleitoral, o **queremismo**, movimento de apoio a Vargas cujo lema era "Queremos Getúlio", ganhou força entre setores da política e da sociedade brasileira.

Em meio ao acirramento das tensões entre o governo e a oposição, e com receio de que Getúlio Vargas pudesse ensaiar uma saída continuísta e permanecer no poder, integrantes das forças armadas forçaram a renúncia do presidente. Na noite de 29 de outubro de 1945, o Estado Novo chegou ao fim. O governo foi assumido interinamente por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Vargas, porém, manteve sua popularidade. Nas eleições de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato da coligação PSD-PTB, com o apoio do ex-ditador Getúlio Vargas, derrotou os candidatos brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e Iedo Fiúza (PCB).



ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Manifestação queremista no Palácio da Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro. Fotografia de agosto de 1945.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Redemocratização do Brasil

Por ocasião das eleições presidenciais de 1945, os brasileiros também elegeram os representantes para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte com o intuito de normatizar o período democrático que se iniciava.

A **Constituição de 1946**, promulgada em setembro, afirmava os princípios do federalismo e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, determinava a realização de eleições diretas para o preenchimento de todos os cargos executivos e legislativos nos planos federal, estadual e municipal. Com exceção dos analfabetos e dos praças (militares não graduados), o documento estendeu o direito de voto a todos os brasileiros alfabetizados maiores de 18 anos, sem distinção de sexo ou condição social. A constituição também incorporou os direitos trabalhistas do operariado urbano, porém não protegeu os trabalhadores do campo.

O governo Dutra

Embora tenha sido eleito por uma coligação varguista, Dutra logo se aproximou da oposição, representada no Congresso pela UDN. Em seu primeiro ano de mandato, o presidente adotou uma política liberal de estímulo à importação, o que possibilitou a entrada de muitos produtos estadunidenses no país.

A aproximação com os Estados Unidos também ocorreu no plano político. Em 1947, com o início da Guerra Fria, o Brasil incorporou o discurso anticomunista difundido pelo governo estadunidense. O governo Dutra, então, declarou ilegal o PCB, reprimiu organizações de trabalhadores, interveio em centenas de sindicatos, perseguiu e prendeu algumas lideranças sindicais e rompeu relações diplomáticas com a União Soviética.

Na tentativa de conter o processo inflacionário gerado pelos últimos anos de guerra, o governo queimou parte das **reservas cambiais** brasileiras promovendo abertura comercial e subsidiando a importação de mercadorias supérfluas. No final da década de 1940, a inflação voltou a crescer, e o desemprego aumentou. Por causa desse cenário, Dutra terminou seu governo com baixíssima popularidade.

Reservas cambiais: reservas em moeda estrangeira.

Getúlio Vargas, que havia construído uma base política sólida para suceder Dutra, lançou-se candidato à presidência pelo PTB. O político gaúcho conseguiu atrair o apoio de parte do PSD e melhorar suas projeções. Durante a campanha eleitoral de 1950, Vargas apelou aos trabalhadores urbanos e à memória da aprovação das leis trabalhistas durante o Estado Novo.

Em resposta, a oposição udenista passou a chamá-lo pejorativamente de "populista". Ainda assim, Getúlio Vargas conseguiu se eleger com 48,7% dos votos, selando seu retorno ao poder por meio do voto popular.



© NÁSSARA

Charge do cartunista Nássara, produzida entre 1946 e 1950, que faz referência à aproximação do governo Dutra à UDN, o que provocou o descontentamento de membros do seu próprio partido, o PSD.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O governo democrático de Vargas

Getúlio Vargas iniciou seu governo democrático em janeiro de 1951. Na abertura do ano legislativo, em mensagem ao Congresso Nacional, expunha a intenção de combinar desenvolvimento econômico e justiça social. Entretanto, logo seu governo viu-se obrigado a agir para estabilizar a economia, adotando medidas como cortes de despesas e de investimentos públicos. Embora tenha conseguido estabilizar a inflação em 12%, o PIB, em 1951, cresceu apenas 4,9%, número inferior à média de 8% do triênio anterior.

Em 1952, o governo abrandou a política econômica buscando atrair capital estrangeiro. Embora o PIB tenha crescido 7,3%, o país registrou um déficit de 286 milhões de dólares na balança comercial, o maior desde 1929. No ano seguinte, a inflação acelerou e atingiu a casa dos 20%. O contexto internacional, marcado pela Guerra Fria e por mudanças na geopolítica estadunidense, que deslocou os investimentos no Brasil para outros países estratégicos naquele momento, como Egito, Coreia do Sul e Líbano, ajuda a explicar também essa situação.

Em meio à dificuldade de controlar os preços e o déficit comercial, o governo buscava implementar sua política econômica nacionalista: o **desenvolvimentismo**, que consistia na defesa de um projeto nacional sustentado por uma política intervencionista, visando ao aprofundamento da industrialização do país. Em 1952, Vargas fundou o **Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico** (BNDE) e, no ano seguinte, aprovou a criação da **Petrobras**, empresa estatal que tinha o monopólio da exploração e do refino de petróleo em território nacional.

No entanto, a piora nos índices econômicos pressionava diretamente as classes populares. A partir de 1953, Vargas enfrentou passeatas e greves de trabalhadores. Em resposta, o presidente nomeou João Goulart (também conhecido como Jango) para o Ministério do Trabalho em junho. Entre as medidas, a proposta para duplicar o salário mínimo dos trabalhadores incendiou a oposição e recebeu duras críticas por parte de empresários e militares e, em fevereiro de 1954, Goulart deixou seu cargo.

Enquanto isso, no plano político, Vargas enfrentava oposição ferrenha dos udenistas. Além de denúncias de corrupção, buscava-se desmoralizar as políticas econômicas do governo frente à opinião pública. A justificativa é que elas impediam a plena integração econômica do bloco de países capitalistas liderados pelos Estados Unidos.

A situação política deteriorou-se quando Carlos Lacerda, então deputado federal pelo Rio de Janeiro e principal porta-voz da UDN, sofreu um atentado na Rua Tonelero, no Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1954, e as investigações identificaram o chefe da guarda presidencial, Gregório Fortunato, como mandante do crime.

Entre 22 e 23 de agosto, militares da aeronáutica e do exército lançaram manifestos exigindo a renúncia do presidente. Sentindo-se pressionado e sem saída, Vargas terminou por suicidar-se em 24 de agosto. Na carta-testamento que deixou, acusava seus opositores de pretender destruir os direitos trabalhistas conquistados nos períodos em que o país esteve sob seu governo e de ameaçar os interesses estratégicos do país.



CPDOC - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

Cartaz de divulgação da fundação da Petrobras, 1953. Vargas se valeu do *slogan* "O petróleo é nosso" para reforçar sua posição nacionalista.

Os dados sobre a economia brasileira foram extraídos de:

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O nacional-desenvolvimentismo em tempos de Getúlio Vargas (1951-1954). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3. *E-book*.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Relacione os elementos do cartaz à retórica da política econômica de Vargas.**
2. **O clima de otimismo estampado no cartaz refletia o cenário político e econômico do país? Justifique.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O governo de Juscelino Kubitschek

A comoção causada pelo suicídio de Vargas reavivou o ânimo de seus aliados e colocou seus adversários na defensiva. O poder foi assumido pelo vice-presidente Café Filho, que conduziu o país até o fim do governo. Nas eleições presidenciais de 1955, a coligação PSD-PTB elegeu Juscelino Kubitschek, ex-governador de Minas Gerais, presidente, e João Goulart, um dos herdeiros políticos de Vargas no PTB, vice-presidente. Novamente, a UDN saiu derrotada das eleições.

O ponto central do governo de Juscelino Kubitschek, o JK, era o **Plano de Metas**, programa que visava à modernização acelerada da economia brasileira. Em sua campanha eleitoral, JK utilizou o lema "Cinquenta anos em cinco", que prometia fazer o país avançar cinco décadas nos cinco anos de seu mandato. O Plano de Metas organizou os investimentos governamentais em cinco eixos: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

A entrada e a atuação de empresas estrangeiras foram estimuladas pelo governo, que ofereceu vantagens tributárias e facilidade na importação de equipamentos e máquinas. O foco estava na indústria de bens duráveis, que atenderia às necessidades e aos anseios da classe média urbana, ansiosa pelo consumo de eletrodomésticos, automóveis e outras tecnologias do mundo desenvolvido. A abertura do país à entrada de capitais e empresas multinacionais atendia aos desejos dos setores representados pela UDN, adversária do nacionalismo de Vargas. As novas bases da política econômica, porém, neutralizaram parcialmente as críticas da oposição.

Uma das principais marcas da gestão JK foi a transferência da capital brasileira do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste do país. O projeto da nova capital foi feito pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A construção, realizada em apenas três anos, atraiu para o Planalto Central muitos trabalhadores de outras regiões do país. A obra foi realizada por grandes empreiteiras e consumiu milhões de dólares. Brasília, a nova capital, foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

Durante o governo JK, beneficiaram-se efetivamente com o crescimento econômico os empresários nacionais e os vinculados ao capital estrangeiro, que lucraram com as grandes obras realizadas pelo governo federal, bem como a classe média urbana, principalmente do Sul e do Sudeste, que se expandiu e aumentou seu poder de consumo. A inflação em alta, porém, corroía parte desses ganhos e penalizava sobretudo as camadas populares.



ARQUIVO/FOLHAPRESS

Linha de montagem de fábrica estadunidense de automóveis em São Bernardo do Campo, São Paulo. Fotografia de 1960. Diversas montadoras estrangeiras passaram a fabricar carros em solo nacional durante o governo de JK, inúmeras rodovias foram construídas, e o uso do automóvel alterou a paisagem das maiores cidades brasileiras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O breve governo de Jânio Quadros

As eleições presidenciais de 1960 foram vencidas por Jânio Quadros, do pequeno **Partido Trabalhista Nacional** (PTN). O mote de sua campanha era moralizar a política e "varrer" a corrupção das instituições públicas. Já a eleição de vice-presidente foi novamente vencida por João Goulart (PTB).

Jânio Quadros governou o país por apenas sete meses. Preocupado em preservar a imagem de moralizador que construíra em suas campanhas, centralizava decisões e realizava investigações nos órgãos públicos. Além disso, regulamentou questões cotidianas, como a programação de cinemas e casas noturnas, proibiu o uso de biquíni nas praias e as corridas de cavalos nos dias úteis.

Em sua gestão, parecia indiferente à divisão ideológica da Guerra Fria. O presidente reaproximou o país do Fundo Monetário Internacional (FMI) e assinou acordos desfavoráveis aos interesses dos grupos industriais nacionais. Em contrapartida, restabeleceu relações diplomáticas com países socialistas do Leste Europeu e condecorou Ernesto Che Guevara, importante líder da Revolução Cubana, mas não reatou relações com Cuba.

A política oscilante de Jânio afastou-o de seus aliados da UDN. Enquanto isso, crescia a oposição, capitaneada pelos grupos populares insatisfeitos com o aumento geral do custo de vida no país.

No dia 25 de agosto de 1961, uma sexta-feira, Jânio renunciou à presidência. Na ocasião, o vice-presidente João Goulart estava em visita oficial à China, e o Congresso encontrava-se esvaziado. É possível que Jânio esperasse que os militares, temendo a ascensão de Jango ao poder, se esforçassem para mantê-lo no cargo e que houvesse manifestações populares e políticas por sua volta.

Jânio Quadros (de terno escuro) em comício durante a campanha eleitoral à presidência da república em Guarulhos, estado de São Paulo. Fotografia de 1960. Afirmando que iria "varrer" a corrupção do país, Jânio adotou a vassoura como símbolo de sua campanha.



ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO

> O que o Jânio pretendia com a renúncia ele nunca explicou bem aos brasileiros. Mas há acordo entre os historiadores: seu gesto intencionava causar uma comoção nacional que o trouxesse de volta triunfalmente ao cargo com poderes presidenciais aumentados – e, de preferência, sem o congresso para incomodá-lo. [...] "Atrás de mim não fica ninguém", Jânio teria dito ainda na base aérea de Cumbica. E completaria: "Não farei nada para voltar, mas considero minha volta inevitável".
>
> SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 433-434.

Entretanto, o plano de Jânio não se concretizou. O Congresso se reuniu em caráter de urgência, aprovou a renúncia e empossou o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como presidente interino.

Saiba mais

Em 1961, Jânio Quadros assinou um decreto instituindo o Parque Indígena do Xingu. Situado a nordeste do estado de Mato Grosso, o parque possui atualmente pouco mais de 2,5 milhões de hectares e abriga povos de dezesseis etnias distintas.

A criação do parque contou com longa campanha dos irmãos sertanistas Orlando, Cláudio e Leonardo Villas-Bôas, e dos antropólogos Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão, sendo considerado um modelo para demarcação de terras indígenas por reconhecer a relação intrínseca dos indígenas com seus ambientes de origem, garantindo a sobrevivência dos povos e a ancestralidade de suas culturas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O governo de Jango e o golpe civil-militar

Em razão da resistência da UDN e de setores militares, João Goulart acabou assumindo a presidência da república em 7 de setembro de 1961, sob o sistema político do parlamentarismo, o que limitava seus poderes presidenciais. No entanto, em janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, a população votou pelo restabelecimento do sistema presidencialista.

Com seus poderes restabelecidos, Jango anunciou, em 1964, as chamadas **reformas de base**, um conjunto de mudanças nas áreas de educação, trabalho e habitação e no regime de propriedade da terra que atendia às reivindicações dos movimentos populares. Prometeu, também, ampliar o direito de voto aos analfabetos e regulamentar os direitos dos trabalhadores rurais.

Movimentos de camponeses, operários e estudantes organizados exigiram a imediata execução das reformas. Em Pernambuco e na Paraíba, as **Ligas Camponesas** reivindicavam a realização de uma ampla **reforma agrária** e organizavam trabalhadores rurais contra os grandes proprietários de terras.

Políticos da oposição denunciavam o "esquerdismo" do presidente e conspiravam para sua derrubada. Os militares se mobilizavam e cogitavam um golpe de Estado. Parte da classe média urbana, influenciada pela propaganda da Guerra Fria, temia uma revolução socialista no país e saía às ruas para protestar.

No dia 13 de março, a tensão política agravou-se: em um grande comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Jango anunciou a decisão de nacionalizar as refinarias de petróleo e defendeu a desapropriação de terras para realizar a reforma agrária. Dias depois, em diversas cidades, setores conservadores da sociedade realizaram a **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**, em oposição ao governo.

Em 31 de março de 1964, tropas do exército se mobilizaram para dar um golpe de Estado. Na madrugada do dia 2 de abril, o Congresso declarou vaga a presidência com Goulart ainda no país, e empossou Ranieri Mazzilli como presidente provisório. Mas, de fato, quem controlava o país era uma junta militar, composta de representantes das forças armadas.

Jango saiu de Brasília e foi para o Sul, mas rapidamente abandonou a ideia de resistir ao golpe e, no dia 4 de maio, seguiu para o exílio no Uruguai.

Começava a **ditadura civil-militar**, que iria perdurar por 21 anos no Brasil.



ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO

Manifestantes durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Recife, Pernambuco. Fotografia de 1964.

Saiba mais

Designa-se o golpe de Estado de 1964 como "civil-militar" porque foi realizado pelas forças armadas e contou com o apoio de civis representados por governadores, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, empresários e grupos conservadores da elite econômica do país. Setores da Igreja Católica e da imprensa tiveram grande destaque nesse contexto e ajudaram a dar sustentação ao golpe.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O populismo na América Latina

O termo *populismo* passou a ser utilizado na década de 1950 para caracterizar a experiência política vivenciada por muitos governos latino-americanos a partir dos anos 1930. Tratava-se de buscar nomear o fenômeno sociopolítico que emergia de contextos marcados pelo enfraquecimento das oligarquias agroexportadoras, pela industrialização e urbanização incipientes, os altos índices de analfabetismo, a carestia material e a ausência de legislação trabalhista.

Nesse cenário, despontaram lideranças carismáticas que combinavam uma política de indução à industrialização com a retórica paternalista, o autoritarismo e a adoção de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida e de trabalho.

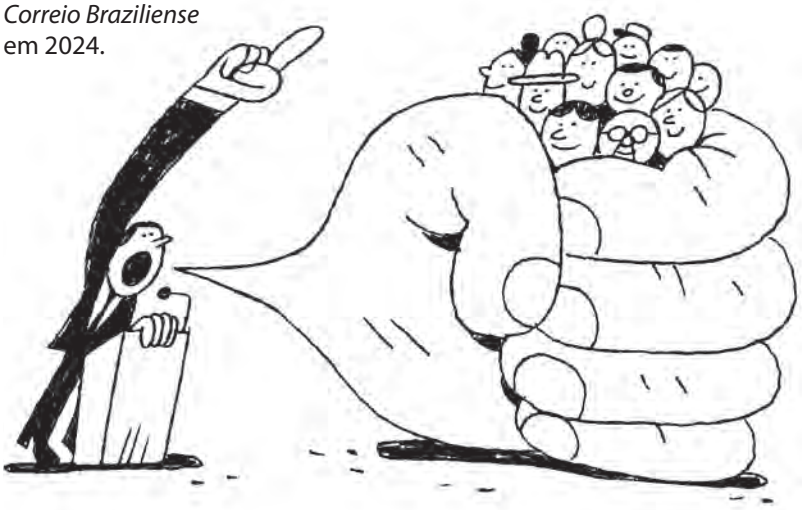
Um aspecto muito relevante do desenvolvimento do termo *populismo* se referia à caracterização da forma como se dava o relacionamento entre os líderes políticos e as "massas", ditas passivas, tuteladas, inconscientes dos próprios interesses e facilmente manipuláveis.

Entretanto, desde a década de 1970, o conceito vem sendo revisto. No Brasil, de acordo com a socióloga Angela de Castro Gomes,

> [...] quando as críticas à interpretação populista se disseminaram, surgiram e se multiplicaram pesquisas acadêmicas, que demonstraram como os trabalhadores, desde os anos 1940 e durante toda a década de 1950, souberam se aproveitar das brechas do sistema político, cobrando dos governos a expansão de seus direitos políticos e sociais, e tornando o sindicalismo corporativista e a Justiça do Trabalho espaços de luta efetiva. [...] Nesse sentido, entraram em cena outros sujeitos históricos, como lideranças político-partidárias vinculadas ao mundo sindical e vice-versa; magistrados e advogados trabalhistas; e membros de diferentes associações, como as de lazer, esporte, de luta contra o racismo, entre outras.

GOMES, Angela de Castro. O populismo no Brasil: desafios de um debate historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-9, jan-dez 2002. p. 6.

Charge de Caio Gomez, representando uma ideia de populismo, publicada no jornal *Correio Braziliense* em 2024.



© CAIO GOMEZ

Entretanto, embora haja muitas semelhanças entre os populismos latino-americanos, cada nação apresentou especificidades que singularizam suas experiências políticas de democracia, muitas vezes ofuscadas por golpes de Estado.

Na América Latina, dois dos principais expoentes dessa vertente a que se habituou chamar de populismo foram Getúlio Vargas, no Brasil, cujos governos já foram estudados neste capítulo, e Juan Domingo Perón, na Argentina, que estudaremos a partir de agora.

Enfoque

Responda no caderno.

1. De acordo com a pesquisadora Angela de Castro Gomes, como as críticas à interpretação do populismo ressignificam o papel dos trabalhadores naquele período?
2. Qual relação pode ser estabelecida entre a charge e a análise de Angela de Castro Gomes?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O peronismo na Argentina

A Argentina, assim como outras nações da América Latina, também vivenciou uma experiência política caracterizada como populista. No início do século XX, o país era uma das maiores potências agroexportadoras do mundo; entretanto, a Crise de 1929 e, mais tarde, a Segunda Guerra Mundial abalaram profundamente a economia argentina. A queda nas exportações e as dificuldades de importar bens europeus pressionaram o país a implementar uma política de substituição de importações. Em junho de 1943, militares nacionalistas organizados no **Grupo de Oficiais Unidos** (GOU) articularam um golpe e assumiram o controle do Estado argentino. Entre os golpistas estava Juan Domingo Perón.

Como chefe do Departamento Nacional do Trabalho e Bem-Estar do novo governo e, mais tarde, vice-presidente da Argentina, Perón conciliou perseguição política e retórica anticomunista com a ampliação da legislação trabalhista. Ele buscou regular as relações entre trabalhadores e patrões e articulou a formação de sindicatos vinculados ao Estado. Assim, ao mesmo tempo que buscava restringir a autonomia dos sindicatos, ele se apresentava como o principal interlocutor dos setores populares. Em troca da extensão de benefícios, como a regulamentação da jornada de trabalho para diversas categorias, além de políticas de reajustes salariais, férias e feriados remunerados, Perón recebia grande apoio das classes populares e do operariado.

Os empresários, a classe média e os militares, no entanto, acusavam Perón de simpatizar com a União Soviética e com o socialismo, apesar de sua retórica anticomunista. Pressionado, o presidente da república Edelmiro Farrell afastou Perón do governo e mandou prendê-lo. Em resposta, milhares de trabalhadores se mobilizaram e foram protestar em frente à Casa Rosada, sede do governo argentino. O governo acabou cedendo à pressão, libertou Perón em 17 de outubro de 1945 e o autorizou a participar das eleições seguintes.

Ainda hoje, o dia 17 de outubro é comemorado como o "Dia da Lealdade Peronista".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JUAN MABROMATA/AFP



Comemoração do 17 de outubro de 2022, diante da Casa Rosada, em Buenos Aires, na Argentina. O peronismo, com seu caráter polêmico e controvertido, permanece como um dos mais fortes movimentos políticos da Argentina.

O governo de Perón

Perón lançou-se candidato nas eleições presidenciais de 1946. Eleito, governou por cinco anos com relativa tranquilidade. O cenário do pós-Segunda Guerra Mundial abriu os mercados externos e facilitou a captação de investimentos, ampliando a capacidade econômica do país. Os sindicatos continuavam atrelados ao Estado e se vinculavam ao Partido Justicialista, fundado por Perón em 1947. Várias formas de assistência social difundiam a imagem de Perón e de sua esposa, María Eva Duarte de Perón, a Evita, como pais e protetores dos trabalhadores e dos pobres.

Em 1951, Perón foi reeleito com praticamente o dobro dos votos da chapa adversária. Entretanto, seu segundo governo foi um período conturbado. O crescimento da demanda interna por bens importados e a queda dos preços das exportações no mercado internacional desestabilizaram a economia argentina e pressionaram as reservas cambiais do país.

O empresariado e as elites econômicas reclamavam do intervencionismo econômico, da concessão de direitos trabalhistas e dos custos da produção industrial. Os investimentos estrangeiros diminuíram enquanto a inflação cresceu, afetando o poder de compra da população. Alguns setores começavam a demonstrar seu descontentamento com a perspectiva de uma nova crise.

Mesmo a classe média, que havia se beneficiado pela melhora das condições econômicas do país nos primeiros anos do **peronismo**, passou a manifestar sua oposição ao governo de Perón. Além disso, o contexto de polarização política acentuado em razão da Guerra Fria agravava a situação, e alguns militares, insatisfeitos com a política externa e com a proximidade de Perón do operariado, também se mobilizaram contra o governo.

Em setembro de 1955, um golpe militar forçou Perón a renunciar e a sair da Argentina. Perón foi obrigado a exilar-se em Madri, na Espanha, onde permaneceu por dezoito anos. Porém, mesmo durante o período em que esteve no exílio, Perón continuou sendo muito popular entre o povo argentino, e o peronismo se manteve como força política importante no país.



BETTMANN/GETTY IMAGES

Juan Domingo Perón e sua esposa, Eva Perón, acenam para a população durante comício ocorrido em Buenos Aires, Argentina. Fotografia de 1951. A morte precoce de Evita, ocorrida em julho de 1952, abalou profundamente a sociedade argentina. Apesar disso, a oposição ao governo se fortaleceu.

Dica

Evita

Direção: Alan Parker. Estados Unidos. 1996. 134 minutos.

O populismo na Argentina durante o governo Perón foi abordado nesse musical cuja protagonista é Eva Perón, a Evita. Produzido com base em uma peça estadunidense, o filme narra a trajetória de Evita desde sua juventude, no interior da Argentina, passando por sua carreira como atriz, o casamento com Perón e sua morte precoce, que comoveu profundamente os argentinos.

Classificação indicativa de *Evita*: livre.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CONTRAPONTO

O conceito de populismo

O conceito de populismo provocou muita polêmica entre os intérpretes da história do período republicano brasileiro até o golpe civil-militar de 1964. Inicialmente, esse conceito foi utilizado para desqualificar as políticas voltadas para a classe trabalhadora durante os governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e de João Goulart. Recentemente, porém, historiadores e cientistas sociais criticaram a utilização dessa classificação e destacaram os avanços na organização da sociedade e na participação popular naquele período. Os dois textos a seguir ilustram essas duas posições no debate brasileiro.

Texto 1

Convém destacar, como componentes que virão a ser fundamentais no populismo, a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas. Nessa nova estrutura, o chefe de Estado assume a posição de árbitro e está aí uma das raízes de sua força pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio Estado como instituição [...]. Contudo, uma situação desse tipo não poderia ser durável e a manifesta instabilidade dos primeiros anos do novo regime [de João Goulart] denunciava claramente a precariedade desse equilíbrio entre interesses diferentes e algumas vezes contrários.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 69.

Texto 2

Novas pesquisas convergem ao assinalar que esse foi o período [1945-1964] de nossa primeira experiência de democracia representativa, e que ela se desenvolvia bastante bem quando foi interrompida em 1964, e depois em 1965, com a extinção do sistema partidário vigente. Trabalhos recentes evidenciam que, do ponto de vista eleitoral – da prática da cidadania política –, essa era uma experiência republicana que caminhava para a consolidação de partidos políticos nacionais, cada vez mais reconhecidos pelos cidadãos, que votavam sistematicamente e em número crescente. [...] Além disso, esse contexto foi de grandes e importantes movimentos sociais na história republicana do país: a campanha O Petróleo é Nosso, greves sindicais, formação de associações de trabalhadores rurais, entre outros. Esse foi um tempo em que se expandiu a representação e também a participação política da população das cidades e do campo, guardadas suas especificidades.

GOMES, Angela de Castro. Introdução. *In*: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História do Brasil nação**: 1808-2010. São Paulo: Objetiva/Fundación Mapfre, 2013. v. 4. p. 36-37.



C. BOSCO/ACERVO UH/FOLHAPRESS

Manifestação em favor das reformas de base realizada durante o comício de Jango na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Fotografia de março de 1964.

Atividades

Responda no caderno.

1. Segundo Francisco Weffort, quais são as características do populismo na política brasileira?
2. No trecho selecionado, Angela de Castro Gomes está tecendo uma crítica a certo uso do conceito de populismo. Que aspectos do conceito de populismo estão sendo criticados pela autora? Como ela caracteriza o período compreendido entre 1945 e 1964 na história brasileira?
3. Com base na análise dos textos desta seção, responda: qual é a importância do debate sobre o populismo? Discuta com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OFICINA

Responda no caderno.

1. **Quais foram as principais inovações da Constituição republicana de 1891?**

2. **Sobre as eleições durante a Primeira República, responda às questões a seguir.**

   a. Caracterize o sistema eleitoral e a chamada política dos governadores.

   b. Que fraudes eram praticadas no processo eleitoral? Quem elas beneficiavam?

   c. Considerando que atualmente o voto é secreto e universal, de que maneira você pode utilizar esse instrumento político como forma de atender a suas demandas socioculturais e econômicas? Debata com os colegas.

3. **Sintetize os principais fatores políticos que contribuíram para a ascensão de Vargas à presidência da república em 1930.**

4. **Tanto Jânio Quadros quanto João Goulart atravessaram graves crises políticas em seus breves governos. A afirmação está correta? Justifique sua resposta.**

5. **(PUC-RJ)**

   Na Argentina contemporânea, é possível perceber a permanência e a força do peronismo na eleição de diversos e sucessivos governantes que se dizem seus herdeiros. As alternativas abaixo expressam características da experiência política do governo Perón de 1946-1955.

   I. Antes de sua eleição em 1946, Juan Domingo Perón ocupou o cargo de secretário do Trabalho e Previdência Social, no governo instaurado em 1943 pelos militares do GOU, no exercício do qual iniciou uma política trabalhista que, em pouco tempo, o transformou em importante líder dos trabalhadores.

   II. Em 1955, Perón concorre à reeleição e perde para o candidato da União Democrática, deixando o poder depois de dez anos, apesar do apoio das forças armadas, da Igreja e dos trabalhadores.

   III. Muitas medidas de caráter nacionalista foram levadas avante pelo governo peronista, desde a nacionalização das estradas de ferro e de outras empresas de transporte, de empresas elétricas, dos serviços telefônicos, até a criação de uma frota aérea do Estado (Aerolíneas Argentinas) e da empresa Gás do Estado.

   IV. O peronismo caracterizou-se pela introdução de uma política de massas que resultou na configuração de um Estado intervencionista, tendo à frente um líder carismático que conduziu uma política baseada na ideia de "Justicialismo".

   São afirmativas corretas:

   a. II e IV.

   b. I, II e III.

   c. I e IV.

   d. I, III e IV.

   e. Todas.

6. **(Enem-MEC)**

   > No período anterior ao golpe [civil-]militar de 1964, os documentos episcopais indicavam para os bispos que o desenvolvimento econômico, e claramente o desenvolvimento capitalista, orientando-se no sentido da justa distribuição da riqueza, resolveria o problema da miséria rural e, consequentemente, suprimiria a possibilidade do proselitismo e da expansão comunista entre os camponeses. Foi nesse sentido que o golpe de Estado, de 31 de março de 1964, foi acolhido pela Igreja.
   >
   > MARTINS, J. S. **A política do Brasil**: lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011 (adaptado).

   Em que pesem as divergências no interior do clero após a instalação da ditadura civil-militar, o posicionamento mencionado no texto fundamentou-se no entendimento da hierarquia católica de que o(a)

   a. luta de classes é estimulada pelo livre mercado.

   b. poder oligárquico é limitado pela ação do exército.

   c. doutrina cristã é beneficiada pelo atraso do interior.

   d. espaço político é dominado pelo interesse empresarial.

   e. manipulação ideológica é favorecida pela privação material.

7. **Durante a Primeira República, o voto não era obrigatório nem secreto; os eleitores geralmente sofriam pressões dos coronéis ou eram seduzidos por promessas de emprego e outros favores pessoais. Com base nessa informação, analise a charge e, a seguir, responda às questões.**



STORNI - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

As próximas eleições... "de cabresto", charge de Alfredo Storni publicada na revista *Careta* em 19 de fevereiro de 1927. A imagem foi publicada com o seguinte diálogo: "Ella (Soberania) – É o Zé Besta?; Elle (Político) – Não, é o Zé Burro".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

a. Que elementos e personagens compõem a imagem? Como eles estão representados?

b. Procure em um dicionário o significado da palavra *cabresto* e, com base na explicação, interprete a crítica feita na charge sobre o sistema eleitoral da Primeira República no Brasil.

8. Leia o texto da historiadora Maria Helena Capelato e, a seguir, responda às questões.

> A crítica ao sistema liberal-democrático, tido como artificial e perigoso; a necessidade da substituição da ordem política liberal por outra de natureza corporativa e autoritária; a compreensão paternalista e autoritária do conflito social; [...] a hipertrofia do aparelho do Estado e sobretudo do Poder Executivo; a demanda por uma certa intervenção do Estado na economia; a reivindicação da independência econômica da nação. [...] O Estado Novo e o regime peronista resultaram dessas ideias que propunham a construção de uma política adaptada à nova conjuntura mundial e às realidades nacionais.
>
> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 145.

a. De acordo com a autora, quais foram as ideias por trás da estruturação do Estado Novo e do regime peronista na Argentina?

b. O que a autora sugere com "compreensão paternalista e autoritária do conflito social"? Justifique sua resposta com exemplos relativos aos dois governos.

c. Outro aspecto em comum aos governos de Vargas e Perón foi o intenso uso da propaganda política. Com que finalidade esses dois regimes se valeram desse recurso?

9. Leia um trecho da carta-testamento de Getúlio Vargas e, em seguida, responda às questões.

> Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. [...]
>
> Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.
>
> VARGAS, Getúlio [1954]. **Carta-testamento**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas. Acesso em: 6 jun. 2024.

a. A que se refere Vargas com esta afirmação: "Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar"?

b. Como Vargas caracterizou a crise pela qual passou seu governo?

c. O que Vargas pretendia ao escrever: "Não querem que o trabalhador seja livre"?

10. No início do século XX, participantes do movimento feminista como Bertha Lutz e Leolinda Daltro realizaram campanhas para viabilizar os direitos políticos das mulheres. A legislação brasileira tornou o voto feminino facultativo em 1932. A equiparação ao voto masculino obrigatório ocorreu somente na Constituição de 1946. Entretanto, ainda hoje, a representatividade política das mulheres está longe de ser satisfatória. Junte-se a seus colegas para a realização de uma atividade de pesquisa com o seguinte tema: *Mulheres na política brasileira*. Para tanto, vocês devem:

ODS 5

a. identificar a representatividade feminina na política brasileira, considerando os aspectos demográficos do país e a composição das bancadas dos partidos brasileiros;

b. identificar as bandeiras políticas e o recorte étnico e socioeconômico das mulheres que ocupam cargos eletivos;

c. debater a importância de aumentar a proporção de mulheres eleitas considerando indicadores socioeconômicos de classe e raça;

d. propor medidas para viabilizar o aumento da representatividade feminina na política;

e. organizar, com base nos dados levantados e nos argumentos produzidos, uma campanha de conscientização a respeito da participação política feminina.

11. Ao longo deste capítulo, você se deparou com charges retratando aspectos da vida cotidiana ou da política nas primeiras décadas do período republicano. A charge é um texto jornalístico híbrido, composto de linguagem verbal e não verbal, caracterizado pela crítica ou sátira bem-humorada a algum aspecto sociopolítico da contemporaneidade. Com base nessas informações e em seus conhecimentos, produza uma charge para retratar a baixa representatividade feminina na política atual.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 14

Ditadura no Brasil, no Chile e na Argentina

No Brasil, a partir de 1985 houve um processo de redemocratização que foi referendado pela Constituição Cidadã de 1988. Trata-se de uma construção sociopolítica, com destaque para os esforços constantes de trabalhadores, negros, indígenas e mulheres para ampliar seus espaços de representatividade na democracia do país e melhorar suas condições de vida e trabalho.

O reverso da democracia é a ditadura. Por que ditaduras são instauradas? Em quais contextos? Como constroem sua legitimação política e social? Em benefício de quem? Com o apoio, a adesão e a conivência de quem?

A instituição da ditadura interdita o debate público e priva da atividade política amplos setores da sociedade que têm suas demandas silenciadas e o exercício de sua cidadania suprimido. As ditaduras são caracterizadas pela monopolização do poder por um indivíduo ou um grupo de indivíduos que, comumente, utiliza meios como repressão, violência, julgamentos de fachada, torturas, censura e perseguição de adversários.

No século XX, diversas nações latino-americanas passaram por ditaduras. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), muitos movimentos sociais se fortaleceram e passaram a se organizar, ampliando reivindicações e exigindo maior participação política. Entretanto, no contexto da Guerra Fria, muitos grupos dessas sociedades temiam esses avanços e os associavam a uma suposta revolução socialista. Dessa forma, com o apoio dos Estados Unidos, muitas ditaduras foram instaladas em países latino-americanos.

O Paraguai foi o precursor, instaurando sua ditadura em 1954, seguido de Brasil e Bolívia em 1964, Uruguai e Chile em 1973, e Argentina em 1966 e depois em 1976. Em comum, há o discurso do anticomunismo, a formulação do inimigo interno, a repressão, a censura, as violações dos direitos humanos e a violência contra os cidadãos sob o pretexto de defesa da segurança nacional.

Neste capítulo, com ênfase na experiência brasileira, estudaremos também as ditaduras chilena e argentina, destacando os mecanismos de sustentação de poder e de retorno à democracia.



VINCENT BOSSON/FOTOARENA

Cartaz e fotografias de mortos e desaparecidos políticos expostas no gramado do Parque do Ibirapuera, em São Paulo, capital. Fotografia de 2023. A Caminhada do Silêncio pelas Vítimas de Violência do Estado, evento organizado desde 2019 pelo Movimento Vozes do Silêncio, tem entre seus objetivos o de promover a conscientização da população a respeito das mazelas deixadas pela ditadura civil-militar no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A instauração da ditadura civil-militar no Brasil

Como você estudou, em 1961 João Goulart assumiu a Presidência da República sob o regime parlamentarista. Mais tarde, no plebiscito de janeiro de 1963, 75% do eleitorado que compareceu às urnas votou pelo restabelecimento do presidencialismo. Avaliou-se que Jango contava com apoio expressivo das classes populares. Entretanto, aqueles eram tempos de crescente radicalização política.

O projeto reformista e a política externa independente de Goulart sofreram oposição dos Estados Unidos. Nesse contexto, a **Agência Central de Inteligência** estadunidense (CIA – sigla do nome em inglês *Central Intelligence Agency*) apoiou o **Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais** (Ipes) e o **Instituto Brasileiro de Ação Democrática** (Ibad). Esses institutos, formados por setores do empresariado e dos militares, financiaram campanhas e propagandas antigovernistas que divulgavam uma suposta "ameaça comunista".

Além de enfrentar grave crise econômica (a inflação em 1963 foi de 79,9%), o governo de João Goulart também foi prejudicado pela recusa do **Fundo Monetário Internacional** (FMI) em renegociar a dívida brasileira. Os ânimos se acirraram ainda mais no fim daquele ano. Em setembro, Jango assumiu uma postura de neutralidade diante de uma rebelião de sargentos e fuzileiros, indispondo-se com a oficialidade militar.

Em março de 1964, após testar seu prestígio com a população nos comícios em defesa das reformas de base, Jango discursou no evento da Associação de Sargentos da Polícia que ocorreu no Automóvel Clube do Rio de Janeiro no dia 30. O ato reforçou as suspeitas, por parte dos grupos conservadores, de que o presidente estaria se aproximando de militares subalternos (de baixa patente). No dia seguinte, foi deflagrado o golpe contra um governo legítimo, culminando na instauração da ditadura civil-militar no Brasil.

A crise política brasileira foi acompanhada com muita expectativa pelos Estados Unidos. O embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, vinha debatendo uma alternativa militar para o Brasil desde 1962. Sua atuação, tanto junto a políticos e militares brasileiros como junto ao governo estadunidense, com os presidentes John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon B. Johnson (1963-1969), foi fundamental para viabilizar a operação *Brother Sam*, que mobilizou a marinha estadunidense em um esquema de apoio logístico e fornecimento de armas, caso houvesse resistência à deposição de João Goulart.

Dica

O dia que durou 21 anos

Direção: Camilo Tavares. Brasil, 2012. 77 minutos.

Neste documentário, o diretor Camilo Tavares aborda a participação dos Estados Unidos e os momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964. A obra conta com entrevistas de historiadores, como James Green, Carlos Fico, e testemunhas da época, como o coronel Jarbas Passarinho.

Classificação indicativa do documentário *O dia que durou 21 anos*: 12 anos.

Os dados relativos à inflação foram retirados de: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 667.



ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Tropas ocupando as ruas em frente ao Ministério do Exército, na cidade do Rio de Janeiro. Fotografia de 2 de abril de 1964.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A institucionalização da ditadura civil-militar

A Junta Militar que assumiu o poder, com o objetivo de institucionalizar o regime, passou a produzir normas conhecidas como **Atos Institucionais**. Ao longo dos 21 anos de ditadura, foram decretados 17 Atos Institucionais, sendo os 5 primeiros os mais importantes.

Em 9 de abril de 1964, foi expedido o primeiro **Ato Institucional** (AI-1), que fortalecia o Poder Executivo. O presidente passou a ter autorização para alterar a Constituição, suspender direitos políticos e cassar mandatos, decretar estado de sítio, além de determinar a eleição indireta imediata de um presidente da república pelo Congresso Nacional. O nome consensual foi o do general Castello Branco, ligado ao Ipes e um dos principais articuladores do golpe.

Estima-se que de 30 mil a 50 mil pessoas tenham sido presas logo no início do governo militar, entre elas várias lideranças de movimentos sociais rurais e urbanos. Paralelamente, o governo implementou uma série de **expurgos**, nos órgãos militares, no Congresso Nacional e no funcionalismo público.

> Os expurgos foram diversos e em sua maioria concentrados em 1964. [...] No primeiro ano, o Poder Legislativo foi atingido com o afastamento de 50 parlamentares [...] e o Judiciário perdeu dezenas de juízes. Na burocracia civil, [...] calcula-se que 1.530 funcionários foram vítimas da medida nos três primeiros anos do regime [...]. As forças armadas foram, inicialmente, as principais atingidas. As listas totalizaram 1.228 militares [...]. Foram expurgados 24 dos 91 generais, ou seja, mais de um quarto do total.
>
> D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do regime autoritário (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. *E-book*.

Expurgos: expulsões de indivíduos (de um grupo político, religioso etc.) por discordância de posicionamento político, condutas, doutrinas etc.

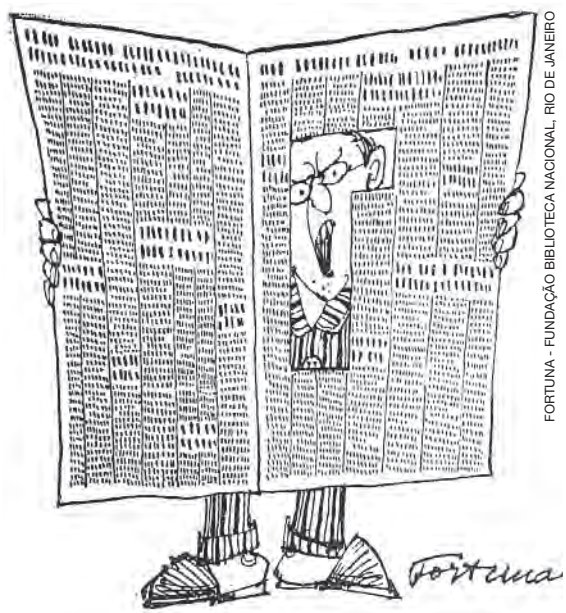
No plano econômico, Castello Branco cortou investimentos públicos, elevou impostos, congelou salários e negociou novos acordos com o FMI. Embora tenha reduzido a inflação, a recessão econômica provocou fechamento de empresas e desemprego.

Com a prorrogação do mandato de Castello Branco até março de 1967, diversos líderes políticos civis que haviam apoiado o golpe, como Carlos Lacerda e Ademar de Barros, passaram a criticar os militares. Nas eleições de 1965, governadores da oposição foram eleitos em diversos estados.

A resposta do governo veio em outubro de 1965, por meio do Ato Institucional n. 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos e instituiu o bipartidarismo, autorizando apenas dois partidos a funcionar: a **Aliança Renovadora Nacional** (Arena), que congregava os apoiadores do governo, e o **Movimento Democrático Brasileiro** (MDB), que reunia os políticos da oposição.

O espaço de participação política restringiu-se mais ainda com o decreto dos Atos Institucionais n. 3 e n. 4 (AI-3 e AI-4), em 1966. O AI-3 tornava indiretas as eleições para governador e vice-governador e suspendia as eleições para prefeito das capitais (que passariam a ser nomeados pelos governadores de estado). O AI-4 fortalecia o Poder Executivo e preparava a elaboração de uma nova constituição, que entraria em vigor em 1967.

Antes de deixar o poder, Castello Branco decretou a **Lei de Imprensa** em 1966, instituindo a censura prévia a conteúdos publicados em jornais, revistas, rádio, teatro, televisão e cinema. Já a decretação da **Lei de Segurança Nacional**, de 1967, confirmou o caráter autoritário do regime ao autorizar a repressão a toda manifestação considerada ameaça ao governo ou à estabilidade nacional. Sindicatos operários e camponeses, entidades estudantis, intelectuais e jornalistas passaram a ser perseguidos e sistematicamente silenciados.



FORTUNA - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Foi você, Maria, ou já começou a Lei de Imprensa?, charge de Fortuna, publicada no *Correio da Manhã*, em 1966.

Os dados sobre o número de expurgos ocorridos no funcionalismo público foram retirados de: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. *E-book*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

AI-5: a dura face do regime

Arthur da Costa e Silva, ligado à "linha-dura" do regime, assumiu a presidência em 1967, prosseguiu com a escalada autoritária e aprofundou o aparato repressivo do Estado. Em seu governo, foi desarticulada a **Frente Ampla**, que reunia políticos de campos opostos, como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, pela volta da democracia e das eleições diretas.

Em março de 1968, a polícia carioca assassinou o estudante Edson Luís, de 17 anos, que participava de um protesto contra o aumento de preços em um restaurante estudantil. Em resposta, milhares de pessoas participaram do cortejo fúnebre. Houve protestos em diversas cidades, alguns duramente reprimidos.

Também no Rio de Janeiro, estudantes universitários foram espancados pelos agentes do Estado após protestarem junto à reitoria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os desdobramentos da repressão contra os estudantes deram origem à chamada **Sexta-Feira Sangrenta**, ocasião em que 28 manifestantes foram mortos nas ruas cariocas. O evento estimulou a organização da **Passeata dos Cem Mil**, que ocorreu em 26 de junho de 1968, reunindo estudantes, artistas, padres, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira contra a brutalidade do governo ditatorial.

Além disso, ocorreram greves e manifestações operárias em razão da desvalorização dos salários, da inflação e da elevação do custo de vida. Em abril de 1968, milhares de metalúrgicos da cidade de Contagem, Minas Gerais, tiveram suas reivindicações de aumento salarial parcialmente atendidas. Já em Osasco, São Paulo, o movimento operário ocorrido em julho teve um desfecho diferente do de Contagem, com invasão de sindicato e espancamento de grevistas.

Diante dos anseios de brasileiros e brasileiras que protestavam pelo retorno da democracia e por melhores condições de estudo, de vida e de trabalho, a ditadura mostrou seu lado mais sombrio. Com o decreto do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, os militares fecharam o Congresso Nacional, suspenderam todos os direitos civis e constitucionais, como a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, e proibiram manifestações de natureza política.

Saiba mais

Em abril de 1964, o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro foi incendiado. Com a ditadura, a entidade foi colocada na ilegalidade, mas os estudantes continuaram a se organizar clandestinamente. Em 1968, no último congresso clandestino da UNE, em Ibiúna, no estado de São Paulo, mais de 700 estudantes foram presos pela polícia. Após esse evento, a repressão ao movimento estudantil se intensificou, resultando em prisões, mortes e exílios de estudantes.



EVANDRO TEIXEIRA - INSTITUTO MOREIRA SALLES

Passeata dos Cem Mil, na cidade do Rio de Janeiro, ocorrida meses antes da decretação do AI-5. Fotografia de 1968. Estudantes, trabalhadores, intelectuais e artistas protestavam contra a repressão e a violência do regime civil-militar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Resistência armada e repressão

A imposição do AI-5 restringiu o funcionamento de organizações civis. Com o fechamento dos canais institucionais, alguns setores da esquerda optaram pela luta armada e organizaram movimentos de guerrilha urbana, como a **Ação Libertadora Nacional** (ALN), a **Vanguarda Armada Revolucionária Palmares** (VAR-Palmares), o **Movimento Revolucionário 8 de Outubro** (MR-8), bem como de guerrilha rural, como a **Guerrilha do Araguaia**.

Segundo dados mencionados pelos militares, os movimentos assassinaram 120 pessoas entre civis e militares mortos em confrontos. Esses grupos armados, no entanto, tinham muito pouco apoio da população civil (boa parte dela os desconhecia), e foram rapidamente desmantelados. Somente a Guerrilha do Araguaia, estabelecida em uma área rural do atual estado do Tocantins, sobreviveu parcialmente até 1974.

O aparelho repressivo do Estado se estruturou com o fortalecimento e a criação de órgãos como o **Serviço Nacional de Informação** (SNI), o **Departamento de Ordem Política e Social** (Dops), o **Departamento de Operações e Informações** (DOI), o **Centro de Operações de Defesa** (Codi) e a **Operação Bandeirantes** (Oban), centro de informações e investigações do exército. A tortura foi um expediente muito comum do aparelho repressivo da ditadura civil-militar. Estima-se que entre 2 mil e 20 mil pessoas tenham sido torturadas durante todo o período da ditadura civil-militar.

Os tipos de tortura mais comuns eram choques elétricos, afogamento, queimadura, socos, pontapés e golpes usando objetos como cassetetes, porretes e palmatórias [...]. Havia ainda práticas bizarras [...], como o uso de animais (cobras, jacarés, ratos) para aterrorizar as vítimas, e [...] o "pau de arara", que consistia em atar os membros da vítima de modo a deixá-la [...] de ponta-cabeça, indefesa diante do torturador [...]. O raciocínio de que a tortura poderia salvar vidas inocentes era também bastante falacioso no caso do Brasil, pois a maioria dos torturados nada tinha a ver com atos ou organizações terroristas. [...] Foram cometidos estupros e diversas outras formas de abuso físico moralmente inaceitáveis.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. *E-book*.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Com base no trecho do texto citado, levante uma hipótese para o uso da tortura contra os presos políticos do período. Debata com os seus colegas a questão, destacando a falta de justificativa plausível para qualquer ato de tortura, em qualquer contexto.**

ODS 16

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

2. **Produza um texto dissertativo com base nas seguintes questões: Qual é a confiabilidade de confissões extraídas sob condições de tortura? Quais mecanismos podem ser criados para combater práticas de torturas cometidas por agentes do Estado?**



ACERVO ICONOGRAPHIA

Presos políticos trocados pelo embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke, antes de embarcarem para o exílio no México. Fotografia de 1969. O embaixador estadunidense foi sequestrado por integrantes da ALN e do MR-8; sua libertação ocorreu mediante a soltura de 15 presos políticos.

Os dados sobre o número de mortos por guerrilheiros e sobre os torturados foram retirados de: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. *E-book*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O auge da ditadura: os anos do governo Médici

Em agosto de 1969, Costa e Silva afastou-se da presidência por problemas de saúde, e uma Junta Militar assumiu o poder. Em outubro do mesmo ano, o general Emílio Garrastazu Médici foi eleito presidente pelo Congresso Nacional. Seu governo foi marcado pelo acelerado crescimento da economia brasileira, conhecido como **milagre econômico**, pela realização de grandes obras públicas e pelo recrudescimento da repressão política.

O país passava por uma fase de recuperação econômica desde o início do regime. A excessiva centralização política e o fortalecimento do Poder Executivo conquistaram amplo apoio de empresários. O aumento dos investimentos na produção foi auxiliado pelas políticas anti-inflacionárias, graças às quais o índice anual de inflação passou de mais de 100%, em 1964, para 20%, em 1969.

A entrada em massa de capitais estrangeiros também impulsionou a economia brasileira. Ao mesmo tempo, o aumento da população urbana garantia mão de obra farta e de baixo custo para a expansão industrial nos grandes centros econômicos do país. O aumento dos investimentos na produção foi auxiliado pelas políticas anti-inflacionárias.



REPRODUÇÃO/ACERVO DO GOVERNO FEDERAL

Cartaz de propaganda ufanista do governo Médici, de 1973. Durante o pior momento de repressão, a propaganda estatal passava sua mensagem de forma clara e direta.

O resultado foi o aumento do PIB, que chegou a 14% anuais em 1973. Nem todos os brasileiros, porém, eram beneficiados por esse "milagre". A classe média urbana ampliou seu poder de compra, mas a estagnação salarial penalizava as camadas populares. Além disso, a concentração de recursos na região Sudeste reforçava as disparidades regionais, e os investimentos em educação e saúde estavam muito abaixo dos padrões de crescimento apontados pelos indicadores econômicos.

De qualquer forma, o governo aproveitou os bons números da economia para reforçar a imagem de que os militares estavam melhorando o país. A propaganda oficial insistia na importância do crescimento econômico e procurava mostrar que isso também se expressava na capacidade de realizar grandes obras. Algumas dessas obras confirmaram sua importância a médio ou a longo prazo, como a ponte Rio–Niterói ou a usina hidrelétrica de Itaipu Binacional. Outras não foram concluídas ou fracassaram, como a rodovia Transamazônica (BR-230), cuja construção evidenciou incrível desperdício de recursos.

Dados relativos à economia brasileira foram retirados de: SINGER, Paul. O processo econômico. *In*: REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**. Rio de Janeiro: Objetiva/ Mapfre, 2014. p. 192-193.



HEIDTMANN/PICTURE ALLIANCE/GETTY IMAGES

Os jogadores Pelé (vestindo a camisa 10) e Tostão (vestindo a 9) correm em direção ao capitão do time, Carlos Alberto, que comemora o gol que definiu o placar de 4 a 1 na vitória do Brasil contra a Itália na final da Copa do Mundo no Estádio Azteca, na Cidade do México, em 21 de junho de 1970. As conquistas da seleção brasileira de futebol eram apropriadas e representadas como se fossem conquistas da própria ditadura civil-militar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As rodovias e o impacto sobre a população indígena

A construção de estradas na Amazônia Legal era parte do **Plano Nacional de Integração** (PIN), implantado no governo Médici em 1970. Um dos símbolos dessa política foi o ambicioso projeto da **Transamazônica**, que pretendia cortar a floresta no sentido Leste-Oeste, do Oceano Atlântico ao Pacífico. Inaugurada em 1974, a rodovia inacabada possui 4.260 quilômetros.

A chegada das rodovias e de outros empreendimentos incentivou uma colonização desorganizada da região e impactou pelo menos 29 diferentes etnias indígenas que viviam na região. Os Tenharim e os Jiahui foram quase totalmente exterminados em razão desse processo.

O genocídio dos Waimiri Atroari

Um dos casos mais emblemáticos da política implementada pelos militares em relação aos povos indígenas foi o massacre dos Waimiri Atroari (que se autodenominam Kinja) em razão da construção da rodovia BR-174 (Manaus–Boa Vista) e da atuação de mineradoras e garimpeiros na região da Floresta Amazônica.

A violência, os deslocamentos forçados, a expropriação de terras e os assassinatos contribuíram para o decréscimo da população Kinja, que passou de aproximadamente 3 mil pessoas, em 1972, para apenas 350 sobreviventes em 1983. Leia, a seguir, o relato do indigenista Egydio Schwade com base em depoimentos dos Kinja sobre um ataque com armas químicas ocorrido em 1974.

> A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio-dia, um ronco de avião ou helicóptero se aproximou. O pessoal saiu da maloca para ver. A criançada estava toda no pátio para ver. O avião derramou um pó. Todos, menos um, foram atingidos e morreram [...]. Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre.
>
> SCHWADE, Egydio *apud* BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. *In*: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade** (CNV). Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. v. II, p. 235.

Em 1980, o governo brasileiro foi considerado culpado no Tribunal Russell em Roterdã, na Holanda, pelas gravíssimas violações cometidas contra os povos Waimiri Atroari, Yanomami, Nambikwara e Kaingang. Estima-se que aos menos 8.350 indígenas morreram por ação direta ou omissão dos agentes do Estado durante a ditadura civil-militar.

Dados sobre o número de indígenas mortos durante o período da ditadura civil-militar foram retirados de: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. *In*: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório**: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. v. II, p. 205.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **De que maneira a chegada das rodovias impactou os povos indígenas da região amazônica? O que aconteceu com os povos Kinja?**
2. **Podemos dizer que essa situação de violação dos direitos humanos dos povos indígenas faz parte do passado? Debata com seus colegas.**



NAIR BENEDICTO/OLHAR IMAGEM

Construção da rodovia Transamazônica em Marabá, no Pará. Fotografia de 1983.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O início da abertura política

O general Ernesto Geisel (1974-1979) governou o país em um momento de mudança do cenário econômico. O aumento dos preços do petróleo no mercado internacional e a excessiva dependência brasileira de recursos e investimentos estrangeiros dificultavam a manutenção das taxas de crescimento e pressionavam a inflação, que passou de 27%, em 1974, a 220% no ano de 1984. O "milagre econômico" havia terminado e o país enfrentava um forte endividamento externo. A insatisfação cresceu entre a classe média e as camadas populares e deu força ao MDB nas eleições parlamentares de 1974.

Na manhã do dia 25 de outubro de 1975, Vladimir Herzog, chefe de jornalismo da TV Cultura, dirigiu-se à sede do DOI-Codi para prestar depoimento. Acabou sendo torturado e morto. A versão oficial de que o jornalista havia se enforcado com uma tira de pano e com os pés repousando no chão era insustentável.

Além da prática de desaparecer com os corpos de opositores, as versões de suicídio de prisioneiros políticos tornaram-se corriqueiras. O assassinato de Herzog foi convertido em mais um dos símbolos da resistência contra o poder abusivo e arbitrário dos militares. Em protesto, cerca de 30 mil estudantes universitários paralisaram as aulas em todo o estado de São Paulo. Além disso, articulou-se uma frente ampla, reunindo, entre outros, o MDB, o movimento estudantil, o Sindicato dos Jornalistas, a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Em resposta ao crescimento da oposição e buscando evitar a abertura política, o governo lançou, em 1977, o chamado **Pacote de Abril**, que, entre outras ações, ampliava o mandato presidencial de 5 para 6 anos e determinava que um terço dos senadores fosse eleito de forma indireta.

Em meio ao descontentamento com os rumos do país, a UNE retomou suas atividades. Além disso, no ano de 1978, na região do ABC paulista eclodiu uma série de greves organizadas pelo sindicato dos metalúrgicos. Nesse ano, outras categorias aderiram ao movimento que se alastrou pelo país reivindicando reajustes salariais e liberdades democráticas.

Diante da pressão popular, Geisel daria início à distensão e à abertura política, que, nas palavras dele, deveria ser "lenta, gradual e segura": o AI-5 foi revogado e perdeu a validade em janeiro de 1979, e a Lei de Segurança Nacional foi abrandada. Era o início da transição democrática.

Dica

Ah, como era boa a ditadura...

Luiz Gê. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2015.

A obra, cujo título é uma ironia ao período da ditadura, apresenta, de maneira contextualizada, as mais variadas charges, críticas ao regime, publicadas por Luiz Gê nos anos finais da ditadura civil-militar no país.

Os dados sobre a paralisação estudantil foram retirados de: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 712.

Os dados sobre o crescimento inflacionário foram retirados de: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. *E-book*.

ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO



Uma multidão acompanhou dentro e fora da Catedral da Sé, no centro de São Paulo, uma missa em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog. Fotografia de 1975. A cerimônia foi um ato ecumênico realizado pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns acompanhado do rabino Henry Sobel e do pastor James Wright. Milhares de pessoas acompanharam o evento em uma demonstração de repúdio aos crimes cometidos pela ditadura.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fim da ditadura civil-militar

O general João Baptista de Oliveira Figueiredo sucedeu Geisel em 1979. Em agosto daquele ano, foi promulgada a **Lei da Anistia** que permitiu a libertação dos presos políticos e o retorno dos exilados. Entretanto, os agentes do Estado responsáveis por torturas e assassinatos também foram anistiados. No mesmo ano, a reforma política permitiu o retorno do sistema pluripartidário ao país. A Arena e o MDB deram lugar, respectivamente, ao **Partido Democrático Social** (PDS) e ao **Partido do Movimento Democrático Brasileiro** (PMDB). Também foram fundados outros partidos, como o **Partido Popular** (PP), o **Partido Democrático Trabalhista** (PDT) e o **Partido dos Trabalhadores** (PT), que teve origem na renovação do sindicalismo na região do ABC paulista.

Em reação aos processos de abertura política, grupos armados de extrema direita, como o Comando de Caça aos Comunistas, a Falange Pátria Nova, alguns deles com agentes policiais e militares em seus quadros, protagonizaram diversos atentados a bomba em automóveis, bancas de revistas e sedes de movimentos sociais. Um deles acabou sendo comprometedor para os militares.

> [...] na noite de 30 de abril de 1981, algo deu errado e uma bomba explodiu antes da hora no colo do sargento paraquedista Guilherme Rosário, dentro de um automóvel Puma cinza-metálico conduzido pelo capitão de infantaria Wilson Machado, no estacionamento do pavilhão do Riocentro, no Rio de Janeiro. Naquela noite, o pavilhão abrigava uma plateia de 20 mil pessoas, reunidas num *show* de música pelo Dia do Trabalho [...].

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 726.

Tais ações desgastaram a imagem das forças armadas perante a população. As primeiras eleições diretas ocorreram em 1982 para todos os cargos, exceto para presidente. Em 1983, foi apresentada uma emenda constitucional que estabelecia a escolha do próximo presidente do Brasil por meio de voto direto. Em apoio à emenda, seguiu-se uma ampla mobilização popular, cujo *slogan* era "**Diretas Já**". Porém, a emenda foi rejeitada pela Câmara dos Deputados.

No início de 1985, Tancredo Neves, candidato pela Aliança Democrática, uma frente ampla de partidos da oposição, foi eleito presidente da república, mas não assumiu o cargo em razão de problemas de saúde que o levaram à óbito. Em seu lugar, foi empossado o vice, José Sarney. Após 21 anos o Brasil voltava a ter um presidente civil.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Como foi o processo de abertura política no Brasil? Ele pode ser considerado pacífico? Justifique sua resposta.
2. Se consumado, quais seriam as consequências do atentado do Riocentro?



DANIEL AUGUSTO JR./OLHAR IMAGEM

Manifestação por eleições diretas em Belo Horizonte, Minas Gerais. Fotografia de 1984.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Engajamento e movimentos sociais

Apesar da repressão, que combinava censura, prisões arbitrárias, tortura, assassinato e deportação para o exílio, diversos setores da sociedade organizaram movimentos políticos, artísticos e sociais para expressar a insatisfação em relação aos indicadores socioeconômicos e à violência da ditadura civil-militar.

Os produtores do **Cinema Novo** voltaram-se para temáticas políticas e sociais brasileiras. Filmes como *Os fuzis* (1964), de Ruy Guerra, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *Terra em Transe* (1967), de Glauber Rocha, escancaravam as desigualdades e os problemas sociais do país. O teatro também atravessava um momento de intensa produtividade. Grupos como o **Arena** e o **Oficina** chamavam o público para participar das apresentações e o estimulavam a se manifestar, em uma época marcada pela censura.

Compositores e intérpretes como Geraldo Vandré, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Elis Regina, Aldir Blanc, por exemplo, incluíram em seus repertórios **músicas de protesto**. Entre outros temas, denunciavam a ditadura, a censura, a repressão, a tortura. Nesse contexto, surgiu o **Tropicalismo**, movimento estético-cultural que se apropriava de influências artísticas estrangeiras para produzir obras originais por meio das quais se questionavam valores e costumes conservadores da sociedade brasileira.

A imprensa alternativa também representou um relevante papel de oposição e resistência ao governo dos militares. Publicações como *Opinião*, *O Bicho*, *Humordaz*, *O Pasquim* e *O Lampião da Esquina*, por meio da sátira, da caricatura e do humor, proporcionavam um canal de difusão de informação crítica ao regime arbitrário do país.

Em meados da década de 1970, já no contexto de abertura política, publicações como *Árvore das palavras*, *O quadro* e a *Voz do negro* contestavam a ordem vigente, a situação dos afro-brasileiros e o racismo presente na sociedade brasileira. Durante o processo de abertura política, houve uma recomposição do movimento negro com a formação do **Movimento Negro Unificado** (MNU). Também nessa época, estruturaram-se coletivos como **Somos: Grupo de Afirmação Homossexual**, o **Centro da Mulher Brasileira** (CMB) e a **Associação Nós Mulheres**, que batalhavam pela anistia e alargavam os contornos das lutas democráticas, reivindicando o reconhecimento da diferença, a igualdade e a universalidade dos direitos políticos e sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JESUS CARLOS/JC IMAGENS



OBJETO DIGITAL
Vídeo: Leis antirracismo

Manifestação do Movimento Negro Unificado contra a Lei Afonso Arinos e Caminhada por Zumbi nas escadarias da Catedral da Sé, no centro de São Paulo. Fotografia de 1980.

Saiba mais

Os diversos coletivos e o associativismo negro obtiveram importantes resultados que podem ser verificados nos artigos da Constituição de 1988, no reconhecimento de comunidades quilombolas, na tipificação do crime de racismo, na estruturação de políticas de ações afirmativas, na instituição da Lei nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do país.

Anistia ampla, geral e irrestrita

A partir da distensão e do paulatino processo de abertura política, a luta pela anistia se consolidou na sociedade brasileira. As campanhas realizadas por entidades como o **Movimento Feminino pela Anistia** (1975) e o **Comitê Brasileiro pela Anistia** (1978) foram fundamentais nesse processo. Seguiram-se debates relativos à extensão desse benefício a presos políticos. Entre os militares, a ideia de "revanchismo" expunha a preocupação sobre possíveis punições futuras aos agentes do Estado que haviam cometido crimes contra os direitos humanos. Prevaleceu a tese da anistia "ampla, geral e irrestrita", promulgada em 1979, ainda no âmbito da ditadura civil-militar.

Analise as charges a seguir para responder às questões.

© LUIZ GÊ



Charge de Luiz Gê sobre a Lei da Anistia, publicada no *Shopping City News* em 1979.

© AUGUSTO BIER



Charge do cartunista Augusto Bier de 2004 em referência à publicação da Lei de Anistia de 1979.

Atividades

Responda no caderno.

1. Em que época e situação política do país cada uma das charges foi publicada?
2. Descreva as duas charges. Quais críticas elas apresentam?
3. Embora tratem do mesmo assunto, ambas as charges apresentam elementos estéticos diferentes. Que diferenças são essas? Elas podem ser explicadas em razão dos momentos políticos em que cada uma foi produzida? Explique.
4. A charge como linguagem de humor e resistência marcou época no período da ditadura. Quais linguagens você conhece e utiliza como forma de crítica no presente? Justifique.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Chile: da democracia ao golpe

No Chile, em 1964, o democrata-cristão Eduardo Frei foi eleito presidente. Em seu governo, buscou apoio das camadas populares, incentivou a atuação de sindicatos de trabalhadores rurais e a integração dos camponeses em cooperativas. Com o fortalecimento dos movimentos populares organizados, cresceu a preocupação de integrantes das elites e da classe média com o que consideravam a ameaça de "esquerdização" do Chile.

Nas eleições presidenciais de 1970, Salvador Allende, do Partido Socialista, foi vitorioso. Allende já havia disputado três vezes a presidência e, em 1970, candidatou-se e venceu as eleições com pequena margem de votos. Em novembro de 1970, Allende tomou posse como presidente do Chile, iniciando o que foi chamado de transição pacífica em direção ao socialismo. Diferentemente da experiência revolucionária cubana, a esquerda chilena propunha a adoção do socialismo por via legal e institucional.

A sociedade chilena estava dividida diante da decisão do governo de nacionalizar e estatizar bancos, empresas estrangeiras e, sobretudo, as mineradoras, base da economia do país. A alta burguesia chilena e os militares começaram a se mobilizar contra o avanço das camadas populares, bem como contra a participação de operários e camponeses no controle da produção.

Havia intensas pressões estrangeiras sobre o governo de Allende, principalmente por parte dos Estados Unidos, que tramavam um golpe contra Allende. Países governados por militares, incluindo o Brasil, auxiliavam silenciosamente na preparação do golpe.

Boicotes e a redução dos investimentos no país provocaram a queda da produção industrial e o desabastecimento. Nas ruas, aumentaram os protestos da classe média, que responsabilizava o governo pela crise em que se encontrava o país. Empresas estrangeiras que atuavam no Chile ajudavam a desestabilizar o governo e passavam informações internas para os órgãos de inteligência dos Estados Unidos.

O equilíbrio político estava em vias de ruptura. Em agosto de 1973, Allende, em uma tentativa de negociar com setores militares insatisfeitos, nomeou o general Augusto Pinochet, ligado ao grupo, para o comando do exército. Três semanas depois, no dia 11 de setembro, Pinochet liderou o golpe militar que depôs Allende.

No Palácio de La Moneda, o presidente, cercado e sob bombardeio, tentou resistir à ação armada e convocou a população a defender a legalidade. Os golpistas, porém, já controlavam o país. Sem alternativa, Allende cometeu suicídio.



BETTMANN/GETTY IMAGES

Salvador Allende em Santiago, Chile, indo votar nas eleições de setembro de 1970.

Dica

O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder

Flávio Tavares. Porto Alegre: L&PM Editores, 2014.

Entre o relato de memória e a autobiografia, a narrativa se divide em duas partes: a primeira compreende o período do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, até o início da ditadura civil-militar, em abril de 1964 (com destaque para as figuras públicas como Vargas e Allende, por exemplo); na segunda, o período retratado é o do exílio do escritor, de 1969 a 1979, em que se destacam personalidades com as quais ele se encontrou, como Che Guevara.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A ditadura de Pinochet

Com o golpe, iniciou-se no Chile uma das mais brutais ditaduras militares da história da América Latina. A repressão atingiu diversos setores da sociedade e foi especialmente dura contra o movimento sindical, os artistas e os intelectuais. Os partidos políticos foram dissolvidos, e todos os suspeitos de ligação com a esquerda foram perseguidos. Havia um aparato repressivo institucional que envolvia cerca de 9 mil agentes, além de uma vasta rede de informantes que alimentava a máquina estatal de violência e terror, responsável por graves violações aos direitos humanos.

O Estádio Nacional do Chile foi transformado em prisão política nos dias que se seguiram ao golpe. Milhares de pessoas foram submetidas a afogamentos, espancamentos e mutilações. Presos políticos eram mantidos encarcerados em prisões e campos de concentração, torturados e, em seguida, assassinados de forma clandestina. Eufemisticamente, essas pessoas eram chamadas pelo regime de "desaparecidos políticos".

> A repressão selvagem – as prisões em massa e as execuções sumárias – institucionaliza-se pouco a pouco. As operações [...] teriam feito de 30 mil a 50 mil vítimas [...], e 90 mil chilenos (em uma população de aproximadamente 9 milhões de habitantes) teriam sido detidos.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. p. 306-307.

Medidas liberais e o fim do regime

O governo de Pinochet colocou em prática um programa econômico neoliberal: promoveu a privatização dos setores estatizados e facilitou o ingresso de capital estrangeiro no país, o que impulsionou o crescimento econômico do Chile. Porém, o crescimento chileno implicou o sacrifício da educação e da saúde públicas e a contenção dos salários.

No final dos anos 1980, as pressões internas e externas pelo fim da ditadura cresceram no Chile. Em 1989, o democrata-cristão Patricio Aylwin venceu as eleições presidenciais. Pinochet foi mantido como comandante do exército até 1998, quando se tornou senador vitalício. Pinochet morreu no final de 2006.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Como foi estruturado a aparato repressivo do Estado chileno? Qual foi o saldo desse aparato para a população chilena?**
2. **As arquibancadas de madeira do Estádio Nacional do Chile foram convertidas em um marco de memória. Explique a importância desse patrimônio para os chilenos.**



MARTIN BERNETTI/AFP/GETTY IMAGES

As arquibancadas de madeira cercadas por grades, no Estádio Nacional do Chile, em Santiago, são encimadas pela frase: "Um povo sem memória é um país sem futuro". Elas foram assim mantidas para preservar a memória de um dos maiores campos de concentração da ditadura chilena. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A ditadura militar na Argentina

A Argentina passou por diversos golpes militares no decorrer do século XX. Entretanto, no princípio dos anos 1970, o país atravessava uma fase de democratização. Nesse contexto, Perón retornou do exílio a que estava submetido desde 1955 e foi eleito presidente, pela terceira vez, em 1973.

Perón estava doente e faleceu no ano seguinte. Seu cargo foi assumido por Isabelita Perón, sua terceira esposa e então vice-presidente da república. Os cenários político e econômico eram desfavoráveis naquele período: além de divergências no interior do peronismo, a alta geral nos preços do petróleo e a restrição do mercado europeu à importação da carne argentina contribuíram para um cenário de crise econômica no país.

A crise gerou agitação popular, impulsionou a atuação de guerrilhas armadas e a reação dos sindicatos. Enquanto isso, setores da alta burguesia aproximavam-se dos quartéis, e um novo golpe militar se consumou em março de 1976. No decorrer dos sete anos em que os militares dirigiram a Argentina, no entanto, nenhum projeto nacional foi desenvolvido e os investimentos estrangeiros abandonaram o país. Em 1976, por exemplo, os salários foram congelados, e o poder de compra reduziu-se em cerca de 40%, ao passo que a inflação atingiu 46% em março do mesmo ano.

Em contrapartida, a repressão violenta aos grupos de oposição, a entidades estudantis e ao movimento operário marcou o regime, resultando em milhares de mortos e desaparecidos. A implementação da Doutrina de Segurança Nacional era justificada pela suposta existência de um inimigo interno comum: o subversivo. Nesse sentido, seria preciso debelar o suposto perigo do comunismo e a ameaça representada pela revolução cubana. Essa ideologia era patrocinada pelos Estados Unidos, que forneciam apoio militar ao regime.

Sequestros, assassinatos e torturas foram práticas comuns durante o regime militar. Crianças que nasciam nos centros clandestinos de detenção eram entregues a famílias de repressores, sem que nada soubessem de sua verdadeira origem. Essa política de terrorismo de Estado também foi responsável pela criação de cerca de 364 campos de concentração e centros clandestinos de detenção.

> Na Argentina o "Processo de Reorganização Nacional" (ou, simplesmente, "Processo"), posto em marcha pelos militares em 1976, consistiu, em primeiro lugar, na eliminação de uma parte da população. As estimativas mais modestas situaram em dez mil o número de pessoas assassinadas. Mais de um milhão de argentinos optaram pelo exílio, fugindo das diversas repressões e da miséria.
>
> COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**: a era das ditaduras. Chile, Argentina e Brasil: luta armada e repressão. São Paulo: Contexto, 2001. p. 56.



HORACIO VILLALOBOS/CORBIS/GETTY IMAGES

Uma mulher tenta impedir a prisão de um jovem pela polícia durante uma manifestação em Buenos Aires, na Argentina. Fotografia de 1976.

Os dados sobre a economia argentina em 1976 foram extraídos de: ROMERO, Luis Alberto. **Breve história contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2017. p. 246; DI TELLA, Torcuato S. **História social da Argentina contemporânea**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017. p. 375.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A resistência à repressão

Apesar da violenta repressão, houve resistência armada, levando partidos e correntes políticas de oposição a combaterem a ditadura militar instaurada no país. As **Madres de Plaza de Mayo** (Mães da Praça de Maio) iniciaram seus protestos em 1977, denunciando o desaparecimento de seus filhos, filhas, netos e netas e procurando obter notícias sobre os perseguidos políticos.

A crueldade do regime levou à criação de outros movimentos, como o das **Abuelas de Plaza de Mayo** (Avós da Praça de Maio) e o dos **Hijos por Identidad, por la Justicia contra el Olvido y el Silencio** (Filhos pela Identidade, pela Justiça, contra o Esquecimento e o Silêncio), na década de 1990, evidenciando a persistência e a força da luta da sociedade argentina contra o autoritarismo.

O fim da ditadura na Argentina

Os dados sobre a economia argentina nos anos 1970 e 1980 foram extraídos de: MOLINA, Federico Rivas. O FMI e as grandes crises argentinas: ditadura, hiperinflação e *corralito*. **El País**, 12 maio 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526060025_328226.html. Acesso em: 8 jan. 2024.

Em 1982, o regime militar argentino já estava bastante desgastado dentro e fora do país. Circulavam notícias de extorsões e de crimes comuns praticados por policiais, indicando que os governantes haviam perdido o controle sobre o aparato repressivo, que passou a agir autonomamente, em benefício de seus membros.

Em abril de 1982, o então presidente da Argentina, Leopoldo Galtieri, determinou a invasão das Ilhas Malvinas e reivindicou a soberania argentina sobre o território. Em pouco tempo, o Reino Unido venceu o conflito, revelando a fragilidade das forças armadas argentinas. Em vez de ajudar o governo a obter apoio popular, o conflito expôs a corrupção e o autoritarismo do regime. Pressionado, Galtieri foi substituído por outros militares, que convocaram eleições para o ano seguinte.

Raúl Alfonsín venceu as eleições e assumiu a presidência no final de 1983, iniciando o processo de redemocratização da Argentina. Além dos milhares de presos e mortos pelo regime, durante o período militar o nível de industrialização do país regrediu, e a economia se deteriorou. Nesse contexto, a moeda do país se desvalorizou e a dívida argentina passou de 7 bilhões de dólares em 1976 para 42 bilhões de dólares em 1982. Entre 1976 e 1978, por exemplo, a Argentina permaneceu 29 meses sob o acordo com o FMI. No entanto, o PIB do país cresceu apenas 1%, enquanto a inflação foi de 265%.



AGUSTIN MARCARIAN/REUTERS/FOTOARENA

Membros da organização Mães da Praça de Maio seguram um cartaz que diz "O amor era mais forte que o ódio" durante a Marcha de Resistência, que acontece anualmente na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, na Argentina. Fotografia de 2019.

Dica

Argentina, 1985

Direção: Santiago Mitre. Argentina, Estados Unidos e Reino Unido, 2022. 140 minutos.

O filme foi inspirado na história verídica de Julio Strassera e Luis Moreno Ocampo, promotores responsáveis por julgar militares envolvidos em crimes durante a ditadura argentina. O episódio é conhecido na história do país como "Julgamento das Juntas" e está entre os primeiros tribunais civis da história a julgar crimes cometidos por militares.

Classificação indicativa do filme *Argentina, 1985*: 12 anos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Operação Condor e as Comissões da Verdade

Com o retorno à democracia e a divulgação de informações sobre os anos de ditadura civil-militar, foi possível desvendar a existência da Operação Condor, um mecanismo de colaboração entre as polícias políticas do Cone Sul, envolvendo países como Chile, Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. A operação permitia que os militares desses países trocassem informações, orquestrando práticas de perseguição e de execução de adversários políticos.

Documentos recentes revelados nos arquivos dos Estados Unidos são inequívocos em mostrar a participação ativa do governo estadunidense no financiamento e no treinamento de militares que compunham parte da força repressiva desses Estados ditatoriais, com o objetivo de desmantelar a resistência social para facilitar a implantação de políticas neoliberais.

Já no contexto da redemocratização, diferentes setores da sociedade civil se organizaram para buscar reparar os crimes cometidos durante a ditadura. Embora com características próprias, foram instituídas **Comissões da Verdade** em vários países latino-americanos com o propósito de investigar os crimes contra os direitos humanos, bem como esclarecer e tornar públicos os fatos referentes aos regimes de exceção. Com base nas pesquisas dessas comissões, foi possível organizar relatórios sugerindo reparações às vítimas e reformas institucionais para que esses crimes não sejam esquecidos.

O Brasil foi o último país da América Latina a criar uma Comissão da Verdade. Instalada oficialmente em maio de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff, sua missão era investigar no país violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 por agentes do Estado.

Em 2014, a Comissão entregou o relatório final das investigações à presidenta. O acesso a essas informações busca estimular o debate na esfera pública e a reforma das instituições levando em consideração a reflexão sobre o passado, além de fortalecer a memória histórica e a democracia.

Estima-se que no Brasil, durante a ditadura civil-militar, ao menos 377 agentes do Estado cometeram crimes contra os direitos humanos. Foi comprovado também que mais de 50 mil pessoas foram presas nos primeiros meses deste regime de exceção, 10.034 acabaram submetidas a inquéritos, 7.376 indiciadas por crimes políticos, 4.862 pessoas cassadas, milhares de pessoas foram exiladas, 437 foram mortas e cerca 7 mil militares foram vítimas de expurgos. Destacam-se também os milhares de indígenas e camponeses mortos por ação direta ou omissão dos agentes do Estado, vítimas de crimes de violação de direitos humanos.

Dica

Memórias reveladas

Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br. Acesso em: 11 set. 2024.

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado Memórias Reveladas, foi oficializado pela Presidência da República e estabelecido no Arquivo Nacional em 2009. Trata-se de um *site* com o objetivo de disponibilizar ao público imagens e documentos das décadas de 1960 a 1980 para incentivar pesquisas e construir um acervo digital da memória do período.



JOÃO CARLOS MAZELLA/FOTOARENA

Os dados referentes ao balanço da ditadura civil-militar foram retirados de: QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. *In*: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

O Monumento Tortura Nunca Mais, concebido pelo arquiteto piauiense Demétrio Albuquerque, está instalado na Praça Padre Henrique, na Rua da Aurora, no centro do Recife, em Pernambuco. Trata-se do primeiro monumento a homenagear os mortos e desaparecidos políticos do Brasil. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. **Sobre a ditadura no Brasil, responda às questões.**
   a. Como a decretação dos Atos Institucionais e da Lei de Segurança Nacional consolidou o regime ditatorial no Brasil?
   b. Que setores sociais reagiram à ditadura? Como foi a repressão a esses grupos?
   c. Como ocorreu o processo de abertura política do país?

2. **Qual foi o contexto histórico que serviu de justificativa para a instauração das ditaduras militares na Argentina e no Chile?**

3. **(Unicamp-SP-adaptado)**

> Lélia Gonzalez (1935-1994) teve um papel pioneiro na criação de uma teoria do feminismo negro brasileiro. O momento mais intenso de sua militância ocorreu durante a Ditadura Militar (1964-1985), que coibiu a organização política da sociedade civil. A Lei de Segurança Nacional, de setembro de 1967, estabelecia que era crime "incitar publicamente ao ódio ou à discriminação racial". O que, na verdade, poderia ser usado contra o movimento negro, uma vez que denunciar o racismo e expor o mito da democracia racial poderia ser considerado uma ameaça à ordem social, um estímulo ao antagonismo e uma incitação ao preconceito.
>
> Adaptado de Raquel Barreto, "Memória – Lélia Gonzalez". *Revista Cult* 247. São Paulo, julho, 2019.

A partir do excerto sobre Lélia Gonzalez e seu contexto histórico, identifique a alternativa correta.

   a. A Ditadura perseguiu o feminismo negro no Brasil por ele pregar a supremacia das mulheres negras.
   b. A Ditadura criou mecanismos para recolher denúncias contra a discriminação e combater o racismo estrutural no país.
   c. A Lei de Segurança Nacional criou instrumentos jurídicos que possibilitavam a criminalização de denúncias contra o racismo.
   d. A Lei de Segurança Nacional possibilitou a harmonia das relações étnico-raciais e a igualdade de gênero no Brasil.

4. **As escolas de samba também foram vítimas de violência, pressões e interferências dos militares. O texto a seguir refere-se à transcrição da entrevista concedida por Carlos Alberto de Caetano, 91 anos e um dos fundadores da escola de samba Unidos do Peruche, ao jornalista Djalma Campos, para o episódio *Os heróis do Peruche*, *podcast* publicado em 2022.**

> [Narrador] As escolas mantinham núcleos de conscientização e educação em suas sedes e eram, naquela época, um espaço onde os negros aprendiam a escrever [...]. Algumas escolas recebiam intelectuais negros de universidades de São Paulo para ministrar aulas sobre história da África, alfabetização e formação política. [...] e anos mais tarde, as aulas geraram frutos, alguns alunos se tornaram artistas e empresários, foram os casos do sambista "Boca Nervosa" e do empresário William Santiago, criador da gravadora Zimbabwe [...]. O curso antecipou em trinta anos as leis 10.639 e 11.645, que instituíram o ensino de história da África nas escolas brasileiras. [...] A tática dos militares era quase sempre a mesma: acusar os sambistas por crimes comuns, ao invés de vinculá-los às ações relacionadas à política [...].
>
> [Djalma:] A Peruche teve algum integrante que desapareceu nesse período de ditadura militar?
>
> ["Seu" Carlão:] Ah, tivemos muitos! [...] Você pergunta: "E fulano? Eu não tenho visto ele. Estava sempre aqui [...] agora não tenho visto mais. [...] Ia na casa dele [...] e a família falou: Faz dias que ele não aparece aqui. [...] A gente ia na família para saber, [...] podia estar no hospital internado [...]. Não tinha informação nenhuma.
>
> ESCOLA DE SAMBA E A RESISTÊNCIA NEGRA DURANTE O REGIME MILITAR 1: os heróis do Peruche. Entrevistador: Djalma Campos. Entrevistado: Carlos Alberto de Caetano. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo/Seis e Um, 3 out. 2022. *Podcast*. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/noticias/podcast-escola-de-samba/. Acesso em: 7 jan. 2024.

   a. Explique a importância das escolas de samba para a promoção sociocultural dos negros brasileiros durante a ditadura civil-militar.
   b. Quais eram as práticas utilizadas pelos militares no controle das escolas de samba?

5. **Para responder às questões, leia o texto a seguir, que estabelece algumas comparações entre os países do Cone Sul durante a vigência dos regimes militares nas décadas de 1960 e 1970 com a participação ativa dos Estados Unidos da América.**

> Havia a afinidade entre dois regimes autoritários [do Brasil e da Argentina] que ganhou conteúdo prático, na perseguição dos opositores por todo o continente. Sua expressão mais tenebrosa foi o Plano Condor, concebido e posto em prática, a partir de 1975, pelo regime de Pinochet, com o conhecimento da CIA, envolvendo também a Argentina, o Brasil, o Uruguai, a Bolívia e o Paraguai. Pessoas acusadas de subversão foram presas em quaisquer dos países e levadas geralmente à morte em seus países de origem. [...] Os Estados Unidos, sob os governos de

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Nixon e Ford, facilitaram e abençoaram tais práticas até a eleição do presidente Carter, que passou a insistir no respeito aos direitos humanos na América Latina.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004. p. 502-503.

a. O que era e como funcionava a Operação Condor?

b. De que maneira a participação do governo dos Estados Unidos foi decisiva para a implantação e o funcionamento das ditaduras militares no Cone Sul? Explique.

6. Os textos a seguir se referem, respectivamente, a um trecho de uma entrevista concedida pelo coronel Adyr Fiúza de Castro e a um trecho da análise realizada pelo historiador Rodrigo Patto Sá Mota. Leia-os para responder às questões.

Texto 1

Certa vez, eu disse a um entrevistador que, quando decidimos colocar o Exército na luta contra a subversão – que praticamente foi estudantil e intelectual [...], foi a mesma coisa que matar uma mosca com um martelo-pilão. Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo-pilão.

CASTRO, Adyr Fiúza *apud* D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso (org.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 75.

Texto 2

As organizações armadas eram pequenas e não contavam com apoio popular relevante, o que tornava seu crescimento e sucesso impossíveis. Basta dizer que foram derrotadas rapidamente, com exceção parcial do Araguaia, nesse caso em razão das dificuldades para montar operações militares na região. Não eram necessárias uma ditadura e toda a violência extralegal que ela cometeu (tortura, assassinatos, desaparecimentos) para derrotar a luta armada. [...] a opção pela guerrilha foi um erro político. Ela trouxe mais benefícios que dissabores ao oponente, além de pouco ter contribuído para a sua derrota. Quanto aos agentes do Estado, muitos também eram movidos por convicções ideológicas, particularmente a obsessão anticomunista. No entanto, no seu caso havia ainda o estímulo proporcionado pela ambição de fazer carreira e obter vantagens materiais.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. *E-book*.

a. Os dois textos parecem expressar uma visão semelhante com relação à desproporcionalidade do uso da força pelos agentes do Estado. Quais são os principais argumentos mobilizados em cada texto?

b. Como o historiador Rodrigo Patto Sá Motta avalia a opção pela guerrilha? Justifique sua resposta.

7. Durante a ditadura, o público LGBTQIA+ foi alvo dos agentes do Estado e teve seus direitos humanos violados, por meio de perseguições, prisões, torturas e expurgos de cargos públicos. Tal público também sofreu diversos preconceitos entre os integrantes das esquerdas revolucionárias. Ainda hoje, a herança do autoritarismo, da intolerância e do machismo na sociedade brasileira expõe o público LGBTQIA+ a uma onda de violência cotidiana no país. A esse respeito, leia os textos a seguir e redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "Como combater a LGBTQIA+fobia no Brasil?", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O Brasil teve 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no ano de 2023, uma a mais que o registrado em 2022. O dado é de um levantamento feito pelo Grupo Gay Bahia (GGB) [...]. O número mantém o país no posto do mais homotransfóbico em todo o mundo.

O estudo admite, ainda, um índice de subnotificação, já que muitas vezes é omitida a orientação sexual ou identidade em tais publicações fúnebres. Dentro do que foi levantado, o GGB aponta que o Brasil registrou em 2023 o maior número de homicídios e suicídios da população LGBTQIA+ no planeta e das 257 vítimas, 127 eram travestis e transgêneros, 118 eram *gays*, 9 lésbicas e 3 bissexuais.

BRASIL registra 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023, uma a mais que em 2022, e segue como país mais homotransfóbico do mundo. **G1 BA**, 20 jan. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/20/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-na-ba-2023.ghtml. Acesso em: 5 jul. 2024.

Texto 2

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** [1948]. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 6

SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

A percepção que as diversas sociedades têm em relação à natureza muda de acordo com os contextos históricos nos quais cada uma delas está inserida. Durante a Revolução Industrial, por exemplo, a natureza intocada, identificada pelas florestas com densas coberturas vegetais, era vista como sinal de atraso, oposta à expansão dos terrenos agricultáveis e à força modernizante da urbanização e do progresso representado pelas ferrovias e chaminés fumegantes que se espalhavam marcando a paisagem das cidades industriais. Hoje, tendemos a ter uma visão muito mais crítica do processo de industrialização, que não só gerou benefícios, mas também enorme passivo socioambiental. Além disso, vemos a preservação das florestas que restaram como um imperativo incontornável para um mundo sustentável. Por que a mentalidade dos indivíduos com relação ao mundo natural vem se transformando ao longo do tempo?

Reúna-se com alguns colegas e reflitam sobre essas questões e os dilemas socioambientais contemporâneos. O enfrentamento da emergência climática exige ações coordenadas locais e globais. Entretanto, as instabilidades sociopolíticas e econômicas do mundo globalizado vêm prejudicando a adoção de medidas efetivas no enfrentamento das mudanças climáticas. Considerando que o Brasil é o quinto maior país em extensão territorial e apresenta imensa diversidade de biomas, de que maneira o país pode exercer protagonismo na implementação de medidas para a conservação da natureza e contribuir com o desenvolvimento sustentável? Discutam essas questões apontando possíveis papéis a serem desempenhados pelos jovens nesse processo.



ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Vista área de trabalho agrícola no município de Goiandira, Goiás. Fotografia de 2024. Um dos desafios do Brasil contemporâneo é associar conservação de biomas como o Cerrado à atividade agropecuária, de grande peso econômico ao país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Plantio de espécie nativa em área de restauração de Cerrado na Chapada dos Veadeiros, no município de Alto Paraíso de Goiás. Fotografia de 2021. As ações de reflorestamento podem contribuir para a recuperação e a conservação da biodiversidade de um local.

Os termos que compõem o título desta unidade – sociedade e meio ambiente – correspondem a categorias fundamentais na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, propiciando o desenvolvimento de estudos sobre a forma como diferentes grupos, povos e sociedades organizam o espaço, agem sobre ele e se apropriam dos recursos naturais, que podem ocasionar profundas transformações ambientais e nas relações sociais.

Esta unidade ocorre nos quatro livros desta coleção. Desse modo, os capítulos de história, geografia, sociologia e filosofia se complementam e favorecem a construção de conhecimento interdisciplinar, além de ampliar a consciência sobre a importância da conservação do meio ambiente e da sustentabilidade.

Neste volume, a unidade se desdobra no estudo da emergência do mundo multipolar, nos processos de globalização, na instabilidade geopolítica do século XXI, na emergência climática e na Nova República no Brasil e nos desafios sociais, políticos e econômicos do país na contemporaneidade.

Nos dois próximos capítulos, você vai:

- entender o fim da União Soviética e a emergência da nova ordem mundial multipolarizada;
- compreender a relação entre a criação e disseminação das tecnologias de comunicação e a globalização;
- identificar as consequências de algumas guerras e conflitos regionais ocorridos no século XXI;
- analisar a experiência sociopolítica brasileira a partir da Nova República e os principais desafios do país no século XXI;
- conscientizar-se da historicidade das questões climáticas e a estruturação de uma agenda ambiental global;
- discutir os problemas socioambientais do Brasil e do mundo na contemporaneidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 15

Capitalismo global e agenda ambiental

No final do século XX e início do XXI, o mundo assistiu ao surgimento de uma nova ordem mundial. Com a desagregação do bloco soviético, houve um período de transição e realinhamento das relações internacionais, caracterizado, inicialmente, pela hegemonia dos Estados Unidos, seguida pelo surgimento de outras potências influentes e um aumento na complexidade das dinâmicas globais.

O desenvolvimento de novas tecnologias de informação e de comunicação acelerou os processos de globalização. As distâncias foram vencidas e a informação passou a ser acessada em tempo real. Houve aceleração global do fluxo de capitais e mercadorias, enquanto as redes informacionais interligavam virtualmente pessoas do mundo inteiro.

Com as economias integradas, surgiram grandes empresas transnacionais que mobilizavam cadeias produtivas distribuídas pelo mundo inteiro com o objetivo de aproveitar a disponibilidade de matérias-primas, benefícios fiscais, mão de obra barata e abundante em países em desenvolvimento. Um novo paradigma econômico foi estabelecido: o **neoliberalismo**. Acompanhando as transformações sociais, políticas e econômicas, as questões ambientais ganharam cada vez mais centralidade no debate público a partir dos anos 1970.

Você acha que o fim da Guerra Fria e a emergência de uma nova ordem mundial garantiram estabilidade sociopolítica aos diferentes países do planeta? A sociedade como um todo conseguiu se apropriar do desenvolvimento tecnológico para superar problemas como os desequilíbrios ambientais, as disputas regionais, o desemprego e a fome no mundo? Que papel você pode desempenhar no enfrentamento dos dilemas que afligem o mundo contemporâneo?

Neste capítulo estudaremos o processo de desagregação do bloco soviético e a emergência de novas potências e blocos econômicos. Além disso, serão discutidos, de maneira crítica, os benefícios proporcionados e os problemas éticos surgidos com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Serão abordadas, também, as guerras e tensões regionais, o terrorismo, as perspectivas climáticas e as consequências do neoliberalismo e dos processos de globalização em um mundo cada vez mais instável.



FABIO VIEIRA/FOTORUA/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Vista de São Paulo, capital, em 9 de setembro de 2024. Nesse dia, a cidade registrou a pior qualidade do ar do mundo. Esse fenômeno foi causado pela poluição local, somada à fuligem das queimadas florestais que ocorreram no Brasil, agravando os problemas ambientais e de saúde pública. O combate às mudanças climáticas é um dos principais desafios contemporâneos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A crise do sistema soviético

Como você estudou, após a Segunda Guerra Mundial o mundo foi dividido em dois sistemas sociais e econômicos rivais: o capitalismo, liderado pelos Estados Unidos, e o socialismo, sob a liderança da União Soviética. Ao longo de sua existência, a União Soviética obteve enormes avanços em educação, ciência e tecnologia. Em 1957, os soviéticos conseguiram lançar o primeiro satélite artificial em órbita da Terra, o Sputnik 1, e, em 1961, enviaram o primeiro humano ao espaço.

Porém, o sistema econômico soviético se tornou crescentemente disfuncional se comparado às economias capitalistas desenvolvidas do mundo ocidental. As economias socialistas não foram capazes de acompanhar os avanços tecnológicos dos países capitalistas, como o uso intensivo da microeletrônica e da robótica. O resultado foi uma prolongada estagnação econômica dos países do bloco soviético, que se agravou ao longo dos anos 1970 e 1980.

O envolvimento da União Soviética na **Guerra do Afeganistão** (1979-1989) contribuiu para agravar as dificuldades do bloco soviético. Sob o pretexto de defender o governo socialista afegão, o exército soviético ocupou o território em dezembro de 1979. Isso levou à insurgência de grupos islâmicos radicais e à mobilização de forças de outros países, como Arábia Saudita e Irã, contra a ocupação. Na ocasião, os Estados Unidos distribuíram armamento pesado a grupos anticomunistas locais, enfraquecendo a ação soviética. Com a elevação dos gastos militares, a economia soviética, que já se encontrava em crise, chegou à beira do colapso.

Em março de 1985, Mikhail Gorbachev assumiu o cargo de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) decidido a reformar as instituições soviéticas. O governo Gorbachev apresentou um conjunto de medidas destinadas a modernizar a economia e democratizar o sistema político. A ***perestroika*** adotava princípios econômicos liberais e possibilitou a abertura de empresas privadas e a participação delas no comércio internacional. A ***glasnost***, por sua vez, estabelecia algumas liberdades políticas e direitos individuais, como a liberdade de expressão.

Com as reformas da *glasnost*, a censura à imprensa e aos meios de comunicação foi reduzida, sendo permitidas publicações críticas ao governo. Os dissidentes presos foram soltos e as estações de rádio estrangeiras, antes censuradas, puderam ser ouvidas na União Soviética.

Além disso, Gorbachev decidiu aprofundar a abertura política permitindo eleições com múltiplos candidatos para o Congresso dos Deputados do Povo. Com o objetivo de diminuir os gastos militares do país e, assim, dar algum fôlego à economia soviética, Gorbachev, entre 1985 e 1989, firmou uma série de acordos com o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, para promover uma considerável redução do arsenal bélico das duas potências. Com esse mesmo objetivo, em 1988, o líder soviético decidiu encerrar a guerra no Afeganistão, negociando uma trégua e ordenando o início da retirada das tropas soviéticas.

União Soviética: taxa de crescimento de economia (em %) – 1966-1979

	1966--1970	1971--1975	1976--1979
Renda nacional	7,2	5,1	2,0
Produção industrial	8,5	7,4	3,4
Bens de consumo	8,3	6,5	3,3
Investimentos	7,5	6,9	1,0
Renda *per capita*	5,9	4,4	3,0

Fonte: ANUÁRIO estatístico da URSS *apud* BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (ed.). **História do século XX**: de 1973 aos dias atuais. São Paulo: Nacional, 2007. v. 3, p. 318.



PETE SOUZA - WHITE HOUSE/CNP/GETTY IMAGES

Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev reunidos em Moscou, na República Soviética da Rússia. Fotografia de 1988.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fim da União Soviética

Com as reformas, Gorbachev pretendia democratizar o sistema soviético, sem, no entanto, renunciar ao papel de liderança que o Partido Comunista tinha na sociedade soviética. Entretanto, a União Soviética entrou em um processo de desestruturação política e econômica.

Ao fim do controle centralizado do partido único seguiu-se uma desorganização generalizada de todas as estruturas que antes mantinham a estabilidade da sociedade soviética. Uma grave crise econômica sobreveio entre 1990 e 1991, acompanhada de inflação galopante, desemprego e uma onda de criminalidade.

A tentativa de transição acelerada para a economia de mercado foi uma catástrofe. O processo de privatizações não tinha regras claras, permitindo que ex-membros da burocracia estatal e poderosos grupos econômicos estrangeiros levassem vantagens, enquanto a população em geral era abandonada à própria sorte.

Diante do enfraquecimento do governo de Moscou, as repúblicas soviéticas, uma a uma, declararam sua independência da União Soviética entre 1990 e 1991. Em dezembro de 1991, o então presidente da República Soviética da Rússia, Boris Yeltsin, criou a **Comunidade de Estados Independentes**, organização intergovernamental que congregava doze das quinze repúblicas soviéticas (ficaram de fora apenas os Estados bálticos) e que, na prática, extinguia a União Soviética. No Natal de 1991, Gorbachev renunciou ao cargo de presidente. Chegava ao fim a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Saiba mais

Durante o governo Gorbachev, os jornais passaram a noticiar os desastres ambientais ocorridos na União Soviética. O mais impactante deles ocorreu em abril de 1986, na usina nuclear de Chernobyl, localizada na Ucrânia. Um dos reatores explodiu, liberando uma imensa quantidade de material radioativo na atmosfera. Além das dezenas de trabalhadores mortos no local, há estimativas de que 4 mil pessoas tenham morrido em decorrência da radiação. Além da contaminação dos solos, milhares de animais foram sacrificados para evitar contaminação, e uma área com um raio de 30 quilômetros, chamada zona de exclusão, foi isolada, permanecendo assim até hoje.

União Soviética: desintegração – 1991



Fonte: DUBY, Georges. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 263.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

A desagregação do bloco soviético no Leste Europeu

Os Estados satélites da União Soviética no Leste Europeu viviam sob ameaça constante de uma invasão soviética, como ocorrera em 1956 na Hungria e em 1968 na Tchecoslováquia. Porém, as reformas do governo Gorbachev permitiram o retorno dos partidos políticos, o que afetou todo o bloco socialista.

Na **Polônia**, desde os anos 1970, havia um forte movimento de resistência ao comunismo, apoiado pela Igreja Católica. Nos anos 1980, trabalhadores dos estaleiros poloneses formaram o Solidariedade, um sindicato livre liderado pelo operário Lech Walesa, que contava com cerca de 10 milhões de afiliados. Em 1989, desacreditado e pressionado pela opinião pública, o Partido Comunista convocou eleições livres. Lech Walesa foi eleito presidente e imediatamente implementou reformas visando realizar a transição de uma economia planificada para uma economia de mercado.

Na **Tchecoslováquia** também havia um forte movimento de oposição ao comunismo desde os anos 1970, liderado por intelectuais e estudantes. Seu principal porta-voz era Václav Havel, que organizava greves, manifestações de rua e exigia a redemocratização do país. Diante do clamor das ruas contra a repressão, os dirigentes comunistas acabaram cedendo e convocaram eleições livres para dezembro de 1989, quando Havel foi eleito presidente por imensa maioria. Por ter sido rápido e pacífico, o processo de transição para a democracia ficou conhecido como Revolução de Veludo. Mais tarde, em 1993, o país foi dividido em República da Eslováquia e República Tcheca.

A **Romênia** era governada pelo ditador Nicolae Ceausescu. A população voltou-se contra Ceausescu após sua reeleição em 1989, quando chegou a ser vaiado publicamente. Em retaliação, ele ordenou que o exército avançasse contra a população que protestava. Essa atitude levou os próprios dirigentes do exército a se rebelarem contra Ceausescu, passando a obedecer a ordens da Frente de Salvação Nacional, formada por dissidentes do partido. Em 25 de dezembro de 1989, a Frente de Salvação Nacional convocou um julgamento sumário e mandou executar o ditador. Foi instaurado um governo provisório até a convocação de eleições em 1990, quando Ion Iliescu, um dissidente perseguido por Ceausescu, elegeu-se presidente.

Dica

Videogramas de uma revolução

Direção: Harun Farocki e Andrei Ujica. Alemanha e Romênia, 1992. 106 minutos.

Trata-se de um documentário que apresenta um compilado de filmagens amadoras e de transmissão televisiva a respeito da queda do ditador Nicolae Ceausescu.

Classificação indicativa de *Videogramas de uma revolução*: 12 anos.



PASCAL GEORGE AND AND LUBOMIR KOTEK/AFP

Manifestação de apoio ao governo de Václav Havel em Praga, Tchecoslováquia. Fotografia de dezembro de 1989.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Outros casos de abertura política

Na **Hungria**, a iniciativa coube ao próprio Partido Comunista, tendo ocorrido de forma rápida e pacífica. Em 1988, líderes moderados do partido decidiram afastar o ditador János Kádár, que ocupava o poder desde 1956. Em março de 1989, foram convocadas eleições livres e multipartidárias, e o próprio Partido Comunista mudou de orientação política, passando a se chamar Partido Socialista Húngaro. Uma coalizão de centro-direita foi eleita no ano seguinte e iniciou uma intensa privatização da economia, permitindo também a entrada de capital estrangeiro.

Algo semelhante ocorreu na **Bulgária**, onde os próprios líderes do Partido Comunista decidiram depor o ditador Todor Jivkov, que se mantinha no poder desde 1954 e era então o mais velho dirigente comunista do bloco soviético. A transição foi pacífica. Em novembro de 1989, os prisioneiros políticos foram libertados, partidos de oposição puderam se organizar e eleições livres foram convocadas para o ano seguinte. O Partido Comunista mudou de nome para Partido Socialista Búlgaro e venceu as primeiras eleições livres do país em junho de 1990.

Na **Alemanha Oriental**, em outubro de 1989, protestos populares se espalharam pelas principais cidades, exigindo eleições livres e a abertura da fronteira com a Alemanha Ocidental. O ditador Erich Honecker planejava usar o exército para reprimir os protestos quando foi afastado do poder pelo próprio Partido Comunista. Em 9 de novembro de 1989, o Muro de Berlim foi derrubado, permitindo aos alemães dos dois lados da fronteira se encontrarem e celebrarem o acontecimento.

> Desde sua construção, em agosto de 1961, o Muro de Berlim sempre foi identificado com o governo do Partido Socialista Unificado da Alemanha [...]. O máximo símbolo da divisão da cidade de Berlim, da Alemanha, do continente europeu e, em certo sentido, do conflito da Guerra Fria era justificado pelos dirigentes comunistas germano-orientais sob o argumento de proteger a economia da República Democrática da Alemanha [...] do saqueio, do contrabando e da especulação – além de controlar a população e evitar a fuga em massa de trabalhadores qualificados para o setor oeste da cidade, território da República Federal da Alemanha [...].
>
> AVILA, Carlos Federico Domínguez. A queda do muro de Berlim: um estudo com fontes brasileiras. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 93-110, out. 2010. p. 93.

Após a queda do muro, o Partido Comunista decidiu mudar de nome para Partido do Socialismo Democrático. Em maio de 1990, com a unificação das duas Alemanhas, a Alemanha Oriental deixou de existir.



ROBERT WALLIS/CORBIS/GETTY IMAGES

Manifestantes promovem a derrubada do Muro de Berlim. Fotografia de 1989. A queda desse muro marcou simbolicamente o fim do bloco soviético.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Em que contexto o Muro de Berlim foi construído? O que sua queda consolidou?
2. Ainda hoje existem muros ao redor do mundo como os que separam Estados Unidos e México, Coreia do Norte e Coreia do Sul, Israel e Cisjordânia. O que a existência deles nos conta sobre o mundo contemporâneo globalizado? Debata com os colegas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tensões e conflitos no Leste Europeu

Com o fim da União Soviética, as diferenças étnicas e religiosas até então abafadas no interior do bloco socialista vieram à tona. O **nacionalismo** exacerbado foi explorado por lideranças políticas oportunistas, incentivando o preconceito contra as minorias étnicas que viviam em seu território.

Em 1991, a **Chechênia** – região russa de maioria muçulmana localizada no Cáucaso – declarou independência. O governo russo, porém, não aceitou perder esse território e passou a retaliar os separatistas por meio de bloqueios econômicos e intervenção armada. Em dezembro de 1994, a capital Grózni foi bombardeada e invadida pelo exército russo. Os chechenos resistiram por meio de ações guerrilheiras.

O conflito durou até 1996, quando a condenação da opinião pública levou o governo russo a propor um plano de paz. Porém, em 1999, o novo presidente russo, Vladimir Putin, retomou as hostilidades. O conflito só foi interrompido em 2007, quando a Rússia estabeleceu um novo governo na região.

A guerra civil na Iugoslávia

A Iugoslávia era um país multiétnico e multirreligioso (com católicos, cristãos ortodoxos e muçulmanos), no qual eram faladas quatro línguas: o servo-croata, o albanês, o esloveno e o macedônio. Apesar de ter adotado o sistema socialista, a Iugoslávia não pertencia oficialmente ao bloco soviético e mantinha uma política externa independente de Moscou.

Em 1991, as primeiras repúblicas se separaram da Iugoslávia: Eslovênia, Croácia e Macedônia. No ano seguinte, croatas e muçulmanos da Bósnia-Herzegovina declararam independência da Federação Iugoslava, então governada por Slobodan Milosevic. Os sérvios não aceitaram a separação e iniciaram uma sangrenta guerra civil com adoção de uma política sistemática de extermínio dos bósnios muçulmanos conhecida como **limpeza étnica**.

Para tentar impedir a continuação dos massacres, forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) decidiram agir com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). Os enclaves sérvios foram bombardeados, obrigando Milosevic a interromper a guerra e assinar um tratado de paz em 1995, que estabelecia a divisão do território da Bósnia entre a Federação Bósnio-Croata e a Federação Sérvia.

Impedido de dominar a Bósnia, porém, Milosevic voltou-se para o Kosovo, uma região autônoma onde vivia uma população predominantemente muçulmana de origem albanesa. A partir de 1997, os mesmos horrores que ocorreram na Bósnia se repetiram no Kosovo, gerando cerca de 90 mil mortos e milhões de refugiados. Após dois anos de atrocidades, a Otan interveio no conflito e ocupou o Kosovo, pondo fim à guerra.



BELA SZANDELSZKY/AFP/GETTY IMAGES

Pessoas de origem albanesa fugindo do Kosovo em direção à Macedônia. Fotografia de 1999.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A nova ordem mundial e a globalização

Ao desmantelamento das economias socialistas seguiu-se a hegemonia estadunidense por cerca de duas décadas. Ao longo desse período, surgiram diversos blocos econômicos de ajuda mútua, com o objetivo de facilitar as transações comerciais entre governos e empresas e melhorar os indicadores socioeconômicos dos países envolvidos. O resultado foi a emergência de novas potências econômicas e a estruturação de um mundo **multipolar**.

Na Europa, os líderes da antiga Comunidade Europeia reuniram-se em 1992 e assinaram o **Tratado de Maastricht**, que estabelecia a **União Europeia** (UE). Entre os signatários estavam países como Alemanha, França, Itália e Países Baixos. Nos anos 2000, o grupo já contava com a adesão de 28 nações. Essa instituição supranacional promoveu a introdução de uma moeda única (o euro, ao qual aderiram dezessete países), um mercado livre comum e uma política internacional conjunta. Contudo, em 2020, foi oficializado o Brexit, isto é, a saída do Reino Unido da União Europeia. Os defensores desse movimento reivindicavam a retomada da soberania britânica e o controle das fronteiras, em um momento de crescente hostilidade à nova onda de imigrantes do século XXI.

No continente americano, outros blocos econômicos foram implementados. O **USMCA** (sigla em inglês para Acordo Estados Unidos-México-Canadá) foi criado em 2018 em substituição ao Nafta, que havia entrado em vigor em 1994 para cooperação comercial dos países da América do Norte. O **Mercosul** (Mercado Comum do Sul), criado em 1991, formado por Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Venezuela (atualmente suspensa), além de países associados, visa a uma integração regional das economias dos países sul-americanos.

Na África, em 1992, foi criada a **SADC** (sigla em inglês para Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), atualmente composta de dezesseis países-membros, com o objetivo de promover desenvolvimento econômico, estabilidade e redução da pobreza. A **Apec** (sigla em inglês para Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), fundada em 1989, é um fórum com 21 países-membros que visa promover o livre-comércio em toda a região do Círculo do Pacífico.

Saiba mais

No século XX, a globalização, caracterizada pela intensificação da integração econômica mundial e pelo aumento do fluxo de mercadorias e de capitais no mundo, foi favorecida pela evolução dos meios de comunicação e pela emergência da nova ordem multipolarizada. Associada ao ideário do neoliberalismo, que promoveu a desregulamentação das economias e a redução do papel do Estado, esse processo transformou as relações de trabalho e as formas de consumo no mundo todo, produzindo novos padrões e normas socioculturais.



VUK VALCIC/SOPA IMAGES/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Manifestação em Londres pelo retorno do Reino Unido à União Europeia. Fotografia de 2023. O Brexit foi impulsionado pela radicalização de discursos nacionalistas e acabou provocando prejuízos econômicos aos britânicos em razão das mudanças nas relações comerciais com o bloco europeu.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Outros agrupamentos não regionais estabeleceram cooperação econômica entre países que possuíam interesses em comum. Em 1999, foi criado o **G20**, fórum anual de cooperação econômica composto das vinte maiores economias do mundo com o objetivo de promover a estabilidade econômica e discutir temas vinculados ao desenvolvimento socioeconômico global, como comércio internacional, agricultura, fontes de energia e meio ambiente. Até 2023, a cúpula era formada por dezenove países e um bloco econômico, a União Europeia. Para 2024, a cúpula confirmou a entrada da **União Africana** (composta de 55 países); até então, a África do Sul era o único integrante africano do fórum.

Em 2001, o termo *Bric*, referente a quatro países emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China), foi cunhado pela mídia, mas o bloco de cooperação mútua visando crescimento econômico e influência política foi efetivamente constituído apenas em 2006; cinco anos depois, a África do Sul foi admitida no grupo, formando os **Brics**. A partir de 1º de janeiro de 2024, o bloco foi ampliado com a inclusão de outros cinco novos membros: Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã. A Argentina recusou o convite para participar desse bloco econômico. Sobre a importância do bloco, leia o texto a seguir.

> A expansão dos Brics acentua sua heterogeneidade, que passa a reunir países que se diferem das características iniciais do grupo. A nova formação, agora com representantes de ao menos cinco regiões do globo, reforça a importância do multilateralismo, a ascensão de projetos voltados para o Sul Global, mas sobretudo demonstra o papel da China como grande força motriz das Relações Internacionais do século XXI. A partir de 1º de janeiro de 2024, o intitulado Brics+ deixará de participar de 29% da economia global e passará a totalizar 36%, levando em consideração as projeções para 2023. [...]
>
> Em suma, o Brics+ pode acelerar o diálogo de alto nível entre potências energéticas e economias emergentes, em que seus Estados-Membros detêm a capacidade de influenciar no mercado de petróleo, sobretudo nos preços e oferta disponível. Ao agrupar os maiores produtores de petróleo junto a países com um PIB anual em contínua ascensão, como China e Índia, além de nações com vasta concentração de recursos naturais, como Brasil, será esperado maior atuação do Brics+ em longo prazo e que diminua a influência das sete maiores economias do mundo, o G7.
>
> GUITARRARI, Luiza. A expansão dos Brics e seu impacto ao mercado de petróleo. **FGV Energia**, Rio de Janeiro, p. 1-11, out. 2023. p. 2, 8-9.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



PER-ANDERS PETTERSSON/GETTY IMAGES

Coletiva de imprensa com os chefes de Estado e representantes durante a 15ª Cúpula dos Brics em Johanesburgo, África do Sul. Fotografia de 2023.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **O que é o Brics? Qual é a sua representatividade no comércio mundial e qual é a estratégia atual para a expansão do bloco?**
2. **De que maneira os Brics expressam a existência de um mundo multipolar e de relações multilaterais?**

China: de país agrário a potência global

Durante o século XIX, a China esteve subordinada aos interesses britânicos e de outras potências europeias. Em 1931, o Japão começou a ocupar partes do país, levando à **Guerra Sino-Japonesa** (1937-1945). Após a retirada das tropas japonesas do país, houve uma guerra civil entre as forças comunistas lideradas por Mao Tsé-Tung e o governo nacionalista chinês. Comandando um enorme exército formado por soldados, camponeses e operários, Mao conseguiu vencer as forças dos nacionalistas, que se exilaram na ilha de Taiwan. Em 1949, foi fundada a **República Popular da China**.

A partir de 1958, o governo comunista pôs em prática um plano, inspirado no modelo soviético, conhecido como **Grande Salto para a Frente**, cujo objetivo era a coletivização da terra e a formação de cooperativas industriais para modernizar o país. O plano falhou, resultando em períodos de grande fome que mataram milhões de pessoas. Diante do fracasso, Mao então lançou a Revolução Cultural, que pretendia eliminar toda influência "burguesa" e ocidental na China e envolveu enorme repressão e violência.

Até a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, a China possuía uma economia planificada, de modelo soviético. A economia chinesa continuava sendo predominantemente rural e não conseguia sequer prover bens básicos para a população. O novo líder que sucedeu Mao no poder, Deng Xiaoping, lançou um ousado plano de modernização econômica do país, que priorizava áreas estratégicas: agricultura, indústria, defesa nacional e, sobretudo, educação, ciência e tecnologia.

Na área da agricultura, as reformas de Xiaoping aboliram a coletivização da propriedade agrícola do período maoista, que foi substituída pela propriedade familiar. Os agricultores não tinham mais de entregar parte da produção ao Estado, podendo vendê-la livremente no mercado. Dessa forma, o preço dos alimentos passou a ser regulado por oferta e procura, e não mais pelos agentes do Estado.

Na área industrial, foi introduzida a noção de lucro econômico, e os dirigentes das empresas estatais passaram a ter mais liberdade para tomar decisões. Com isso, o governo pretendia estimular a competição entre empresas e, assim, impulsionar a inovação tecnológica.

A abertura da China para as empresas estrangeiras foi a reforma de maior impacto, pois atraiu grande volume de capital e possibilitou transformar o país, em pouco tempo, em uma das maiores economias industriais do mundo. Essa abertura completou-se com o restabelecimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos, em 1978, e a entrada da China como país-membro no Fundo Monetário Internacional em 1980.



LI SEN/SHUTTERSTOCK

Vista da cidade de Pequim, capital da China. Fotografia de 2021. A história de Pequim remonta ao tempo das grandes dinastias da China imperial. Atualmente, além da importância histórica e cultural, a cidade é sede das principais empresas estatais e das multinacionais chinesas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em 1984, a política de modernização de Deng Xiaoping foi estendida ao país inteiro. O Estado deixou de subsidiar preços de bens agrícolas e industriais, e a economia chinesa passou a ser regulada pelas forças de mercado, tornando-se, na prática, uma economia capitalista tutelada pelo Estado. A liberalização econômica, contudo, não coincidiu com uma abertura política, já que o Estado continuou sob o controle das lideranças do Partido Comunista.

Sob a inspiração dos acontecimentos no Leste Europeu, cresceu o movimento pela democracia no país. Em 1989, liderada por intelectuais e estudantes, surgiu uma onda de protesto em várias cidades chinesas, que culminou nas grandes manifestações da **Praça da Paz Celestial** entre abril e junho daquele ano. O governo respondeu com uma onda de repressão em massa. Cerca de oitocentas pessoas foram executadas e milhares foram presas ou enviadas a campos de reeducação.

Em 1997, o novo líder, Jiang Zemin, aprofundou o processo de reformas abrindo as empresas públicas ao capital privado. A essa altura, a economia chinesa já crescia a taxas de 9% ao ano. O mundo passou a consumir em massa produtos industrializados vindos da China; em 1999, o país entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC).

As reformas resultaram em um aumento extraordinário da produção e da renda nacional, mas também agravaram os desequilíbrios regionais e sociais do país. Ficou mais evidente o contraste entre as ricas províncias da costa leste, onde se localizam as grandes empresas, e o interior do país, que permaneceu rural e pobre. A baixa renda da população pobre, formada por camponeses e trabalhadores migrantes, contrastava com uma classe média em ascensão, influenciada pelos valores ocidentais e ávida por se afirmar por meio do consumo. As grandes cidades chinesas passaram a enfrentar problemas antes desconhecidos, como tráfico de drogas, prostituição e criminalidade.

Atualmente, o país caminha para se tornar a principal potência mundial. No século XXI, o PIB do país passou de 3 trilhões de dólares em 2001 para 16,3 trilhões de dólares em 2022. Desde 2011, o PIB chinês só fica atrás do estadunidense, mas o país já é considerado mais rico em termos de paridade do poder de compra (medida que compara o poder de compra entre países), sendo o maior produtor e exportador do planeta. Embora esses resultados sejam notáveis, a China ainda precisa lidar com seu passivo ambiental, já que o crescimento a tornou a maior emissora de gases causadores do efeito estufa, e com a repressão governamental, que não dá margem para a livre expressão na sociedade civil chinesa.



CFOTO/FUTURE PUBLISHING/GETTY IMAGES

Linha de produção robotizada em fábrica na cidade de Ningde, China. Fotografia de 2024.

PIB: *ranking* dos países – 1980-2022

	1980	2022
1	Estados Unidos	Estados Unidos
2	Japão	China
3	Alemanha	Japão
4	Reino Unido	Alemanha
5	França	Reino Unido
6	Itália	Índia
7	Brasil	França
8	Canadá	Itália
9	México	Brasil
10	Espanha	Canadá

Fonte: GROSS Domestic Product (GDP). **Our World in Data**. Disponível em: https://ourworldindata.org/grapher/national-gdp-constant-usd-wb?tab=table&time. Acesso em: 26 jul. 2024.

Enfoque

Responda no caderno.

1. **Em 1980, o PIB chinês era o 12º maior do mundo. Explique como ocorreu a evolução da economia chinesa para 2022.**
2. **Reflita: atualmente, a China é um país capitalista ou comunista? Justifique sua resposta.**

Os dados sobre a evolução do PIB chinês foram retirados de: GROSS Domestic Product (GDP). **Our World in Data**. Disponível em: https://ourworldindata.org/grapher/national-gdp-constant-usd-wb?tab=table&time. Acesso em: 31 jul. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O neoliberalismo e suas consequências

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as economias capitalistas desenvolvidas adotavam políticas macroeconômicas baseadas no pensamento do economista inglês **John Maynard Keynes** (1883-1946), que defendia a intervenção do Estado na economia para criar empregos e manter o equilíbrio fiscal dos países. O keynesianismo também estava relacionado com o Estado de bem-estar social, uma forma de organizar a sociedade em que o Estado torna-se agente regulamentador de toda a vida social, política e econômica dos países.

Porém, as crises econômicas que afetaram as economias capitalistas na década de 1970, combinando baixo crescimento econômico com o aumento do desemprego e da inflação, minaram a credibilidade do modelo keynesiano. Em seu lugar, ascendia outra teoria econômica: o **neoliberalismo**. Essa corrente de pensamento tem suas origens na obra de economistas como **Ludwig von Mises** (1881-1973) e **Friedrich Hayek** (1899-1992). Segundo os neoliberais, para haver crescimento econômico, é preciso eliminar ou reduzir todos os obstáculos à iniciativa privada e ao livre fluxo de capitais, como encargos fiscais sobre salários e sobre o lucro das empresas, tarifas protecionistas, subsídios e quaisquer regulamentações do Estado sobre as atividades econômicas.

Defendendo o ideal de um "Estado mínimo", as políticas neoliberais estimularam a desmontagem dos sistemas de seguridade social, a flexibilização da legislação trabalhista e a redução de gastos com direitos sociais como saúde e educação. A implementação de políticas neoliberais iniciou-se com os governos de **Margaret Thatcher** no Reino Unido (1979-1990) e de **Ronald Reagan** nos Estados Unidos (1981-1989). Empresas públicas foram privatizadas, normas que restringiam a ação da iniciativa privada no setor de transportes, finanças e comunicações foram suprimidas, impostos sobre o grande capital foram eliminados ou reduzidos; removeram-se também os limites jurídicos para o livre fluxo de capitais e mercadorias entre países.

No plano social, houve cortes nos gastos com benefícios sociais como saúde, educação, financiamento de moradia popular, ajuda a famílias pobres e seguro-desemprego. A legislação trabalhista foi modificada para possibilitar diversas formas de contrato e estimular a livre negociação entre empregadores e empregados, enfraquecendo os sindicatos. A recuperação da economia dos Estados Unidos e do Reino Unido, associada à desintegração do bloco soviético e à adoção do capitalismo pela China, facilitou a difusão das políticas neoliberais por todo o mundo a partir dos anos 1990.



BETTMANN/GETTY IMAGES

A primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, e o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, durante encontro em Washington, Estados Unidos. Fotografia de 1981.

Dica

#74 – Neoliberalismo

Produção: Fronteiras no Tempo. Brasil, 2023. 104 minutos.

Nesse *podcast*, o apresentador Marcelo Beraba recebe os historiadores Leandro Salman Torelli e Marcos Sorrilha. De forma descontraída, eles tecem uma conversa abordando as transformações no sistema de crise, historicizando e discutindo o conceito de neoliberalismo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A desindustrialização

O neoliberalismo permitiu que a maior parte do comércio global fosse realizada por grandes empresas transnacionais sediadas em países capitalistas desenvolvidos. A partir dos anos 1970, essas empresas começaram a transferir suas fábricas para países em desenvolvimento.

Assim, elas passaram a instalar fábricas em países como México, Malásia, China e Coreia do Sul. Com mão de obra mais barata e poucos direitos trabalhistas garantidos por lei, esses países se tornaram atrativos para os capitais internacionais. Esse processo provocou desindustrialização nos países que não conseguiram se adaptar para concorrer com a produção industrial asiática.

A reorganização das empresas e do trabalho

Até os anos 1980, as empresas em geral estruturavam-se como uma pirâmide de comando: as decisões importantes eram centralizadas na direção, situada no topo; os integrantes dos setores intermediários (burocratas, gerentes etc.) eram encarregados de transmitir as ordens emanadas do topo; por fim, na base situavam-se os funcionários, aos quais cabia executar as ordens recebidas.

Com a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, as empresas passaram a se organizar em redes flexíveis e interativas de trabalho. Os níveis hierárquicos foram reduzidos, e o processo de planejamento e de tomada de decisões tornou-se mais ágil.

As etapas da produção de determinados produtos foram descentralizadas, distribuídas por mais de um país conforme a conveniência. No processo de fabricação de um carro, por exemplo, o *design* pode ser planejado na Alemanha; o motor, construído na França; os componentes eletrônicos, no Japão; o chassi e a lataria, em Taiwan. Por fim, todos os componentes podem ser transportados, reunidos e montados no Brasil.

Desemprego e precarização do trabalho

Outra mudança associada ao processo de globalização neoliberal foi a reestruturação administrativa das empresas, ocorrida nas décadas de 1980 e 1990 e conhecida como "reengenharia". Postos de trabalho desapareceram, o emprego estável em uma mesma instituição tornou-se raro, benefícios foram cortados e difundiu-se a prática da **terceirização** – parceria estabelecida entre empresas em que uma transfere para a outra parte das tarefas do processo produtivo. A jornada de trabalho tendeu a se estender, invadindo o cotidiano do trabalhador e tornando difícil separar o tempo de trabalho do tempo de lazer.

A reengenharia empresarial também ficou marcada pelo aumento da demanda por mão de obra qualificada, continuamente aprimorada, capaz de utilizar as novas tecnologias na tarefa de agilizar o processo produtivo. O aumento da eficiência produtiva diminuiu a necessidade de mão de obra, o que levou à proliferação do trabalho informal, como os de motoristas e entregadores por aplicativo, com rendimentos baixos em jornadas exaustivas e sem acesso à seguridade social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS



Entregadores por aplicativo na Avenida Paulista, em São Paulo. Foto de 2020. A medida neoliberal de retirada de direitos trabalhistas levou à precarização do trabalho e ao surgimento de subempregos.

Dica

Você não estava aqui

Direção: Ken Loach. Reino Unido, 2020. 101 minutos.

O filme conta o drama de Ricky Turner, que, após perder seu emprego na construção civil, tenta a sorte como autônomo, trabalhando como motorista de entregas. Sua esposa, Abby, é cuidadora de idosos. Enquanto Ricky se esforça para pagar as dívidas, a pressão do trabalho precário afeta profundamente a dinâmica familiar, destacando os desafios e sacrifícios enfrentados pela classe trabalhadora na atualidade.

Classificação indicativa do filme *Você não estava aqui*: 14 anos.

O aumento da desigualdade

As novas formas de produção tiveram efeitos positivos e negativos. Por um lado, permitiram a inclusão social de dezenas de milhões de trabalhadores nas economias prósperas do leste asiático. Por outro, provocaram o aumento da desigualdade em todo o globo.

Segundo dados da Oxfam, federação constituída por 21 organizações internacionais que buscam soluções para combater a pobreza e a desigualdade, entre 2020 e 2024 as cinco pessoas mais ricas do mundo dobraram suas fortunas, enquanto 60% da população mundial ficou mais pobre no mesmo período. Além disso, o 1% mais rico do planeta concentra 43% dos ativos financeiros do mercado mundial. Eles também emitem a mesma quantidade de dióxido de carbono que os dois terços mais pobres do mundo. Para piorar, a catástrofe climática prejudica sobretudo as camadas mais pobres da população, mais vulneráveis aos efeitos da crise climática.

A desigualdade social apresenta marcadores de raça e etnia: o patrimônio de uma família negra comum nos Estados Unidos, por exemplo, é aproximadamente seis vezes menor que o de uma família branca. Outro dado revelador dessa situação é que, enquanto os negros estadunidenses detêm 1,1% das ações do mercado negociadas na bolsa de valores, os brancos concentram 89%. Se utilizarmos critérios de gênero, concluiremos que nos Estados Unidos os homens possuem uma riqueza que excede em 105 trilhões de dólares a riqueza das mulheres.

As políticas neoliberais produziram uma numerosa população marginalizada, boa parte dela formada por imigrantes que vivem de empregos precários e se concentram na periferia das grandes cidades. A ausência de políticas globais para a taxação de grandes fortunas contribui para aumentar a concentração de riqueza, exacerbando a desigualdade global. Conforme o relatório da Oxfam,

> Em 2023, os bilionários estão 3,3 trilhões de dólares ou 34% mais ricos do que eram em 2020 [...].
>
> Em 2022, [entretanto] 791 milhões de trabalhadores viram seus salários ficarem abaixo da inflação e, como resultado, perderam 1,5 trilhão de dólares nos últimos dois anos, o equivalente a quase um mês (25 dias) de salários perdidos por trabalhador. As mulheres estão amplamente sobrerrepresentadas nos empregos mais mal pagos e precários e, em 2019, ganharam apenas 51 centavos para cada dólar de remuneração dos homens.

TANEJA, Anjela (coord.). **Desigualdade S.A**: como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. São Paulo: Oxfam Brasil, 2024. p. 20-23.



CARL COURT/GETTY IMAGES

Morador em situação de rua dorme na chuva em Londres, Reino Unido. Fotografia de 2024. Segundo dados da ONU, cerca de 150 milhões de pessoas viviam nas ruas no ano de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A revolução tecnológica e as mudanças sociais

O novo paradigma tecnológico que tornou possível a globalização econômica, desenvolveu-se a partir do final dos anos 1960. A invenção mais importante foi o microchip ou circuito integrado, que tornou possível o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação.

O circuito integrado possibilitou o aumento da capacidade de processamento e a diminuição do tamanho dos computadores, que se tornaram mais práticos e baratos. Entre os anos 1980 e 1990, a produção de modelos de computadores pessoais transformou a maneira de utilizar esses aparelhos. Com o advento da internet, rede por meio da qual puderam ser conectados computadores em todo o mundo, a forma da comunicação entre as pessoas passou por uma revolução. O aumento na velocidade de troca de informações tornou a comunicação instantânea e, além disso, permitiu que mais pessoas passassem a produzir e difundir informação e conteúdo.

Atualmente, os avanços tecnológicos se concentram em três áreas principais.

- **Semicondutores e fibras óticas.** Os semicondutores são a base da eletrônica moderna, constituindo os transístores e circuitos integrados. Eles estão presentes em praticamente todos os dispositivos digitais modernos. As fibras óticas transmitem dados sob a forma de impulsos de luz, o que viabilizou a internet de alta velocidade com a transmissão mais rápida e confiável de informação. Semicondutores e fibras óticas são utilizados, por exemplo, em redes de telecomunicações, propiciando a transmissão a longa distância de sinais de dados, voz e vídeo com o mínimo de perdas ou interferências.
- **Biotecnologia.** Vasta gama de tecnologias que utilizam organismos vivos ou seus sistemas para criar ou modificar produtos ou organismos para fins específicos. Na área da medicina, desempenha papel vital no desenvolvimento de produtos farmacêuticos, incluindo vacinas, antibióticos e medicamentos personalizados. Na área da agricultura, ajuda a desenvolver organismos geneticamente modificados (OGMs) que melhoram a resistência das culturas a pragas e doenças, aumentando a produtividade. Também contribui para o desenvolvimento de biocombustíveis e plásticos biodegradáveis que reduzem a poluição do ambiente.
- **Microeletrônica.** Permite a miniaturização de componentes eletrônicos, dando origem a dispositivos potentes e compactos. O processo de miniaturização permitiu a aceleração da computação e a elevação tanto da capacidade de memória como da eficiência energética dos dispositivos. Ela também promoveu a transmissão de dados em alta velocidade, a interligação de equipamentos em rede, as comunicações por satélite e as tecnologias de transmissão de informação sem fio.



RONALDO ROSA/EMBRAPA

Laboratório de biotecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Fotografia de 2014. A empresa busca inovações e soluções que conciliem sustentabilidade e otimização da produção agropecuária no país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Destaque os pontos positivos e os negativos do impacto da internet nas relações sociais.
2. Quais são os usos que você faz da internet? De que modo se pode utilizá-la como ferramenta de desenvolvimento pessoal e de transformação social?

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável:
Cyberbullying

O impacto da internet nas relações humanas

A difusão da internet propiciou maior democratização da produção e da difusão da informação. Sem desconsiderar a desigualdade nas condições de acesso e uso, na qualidade dos aparelhos e na velocidade da conexão, conclui-se que a internet possibilitou o surgimento de mídias independentes, além de facilitar o acesso instantâneo a conteúdos nas mais diversas línguas, livros, *sites*, dicionários, periódicos, vídeos, músicas etc.

Ela favoreceu também o **ciberativismo**, isto é, a prática que consiste no uso da internet e de tecnologias digitais para promover, organizar e realizar atividades que visam promover alguma causa. Por meio de redes sociais, *blogs*, *sites*, petições *on-line* e outras plataformas digitais, é possível mobilizar pessoas, divulgar informações, arrecadar fundos e pressionar os governos a implementar mudanças com impacto social. Esse tipo de atividade fornece uma possibilidade para a criação de movimentos globais, permitindo que os ativistas se interconectem e se organizem em defesa de causas sociais e humanitárias.

Porém, embora seja uma invenção fundamental e definidora do mundo contemporâneo, a internet também pode ser utilizada para a prática de todo tipo de crimes, como roubo e violação de dados pessoais, assédio virtual, fraudes bancárias etc. Nos anos 2010, com o surgimento das **redes sociais**, ou plataformas digitais que se propõem interconectar pessoas no mundo inteiro, aprofundou-se a difusão de ***fake news*** (notícias falsas) e desinformação. A desinformação tem o potencial de influenciar negativamente a opinião pública, distorcer as disputas eleitorais e até minar a confiança nos enunciados científicos, nas universidades e no sistema judiciário dos países.

Outra consequência negativa da internet é a prática do ***cyberbullying***, ou a transferência do *bullying* para a esfera virtual, que consiste em intimidar, sistematicamente, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, com o propósito de humilhar, perseguir, difamar ou expor as vítimas. Redes sociais, aplicativos de mensagens e grupos *on-line* são os principais veículos desse tipo de prática.

O assédio virtual pode ter consequências graves para a saúde mental do indivíduo, levando a problemas como ansiedade, depressão, baixa autoestima e, em casos extremos, até mesmo ao suicídio das vítimas. Conforme reportagem divulgada pelo **Instituto Pensi** (Pesquisa e Ensino em Saúde Infantil) em 2022, o Brasil ocupa o segundo lugar no *ranking* de *cyberbullying* no mundo.

Se, por um lado, a internet revolucionou as comunicações, facilitou o acesso ao conhecimento, originou o surgimento do comércio eletrônico, integrou os mercados globais e potencializou o entretenimento e a cultura, é inegável, por outro, que ela tem potencial de ser utilizada para promover o crime e a violência também.

GOVERNO FEDERAL



Reprodução de cartaz de divulgação da aprovação da Lei nº 14.811, de 2024, que tornou crime a prática de *bullying* e *cyberbullying* e instituiu medidas de proteção a crianças e adolescentes vítimas dessas práticas.

Dados sobre o *cyberbullying* no Brasil foram retirados de: CYBERBULLYING, agora que vem o pior. **Instituto Pensi**, *blog* Saúde Infantil, 3 nov. 2022. Disponível em: https://institutopensi.org.br/cyberbullying-agora-que-vem-o-pior/. Acesso em: 24 jul. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Graduação em Administração

Com a dinamização da economia, a diversificação dos setores, da agropecuária, da indústria e da prestação de serviços, bem como com os impactos provocados pela globalização e pela expansão de empresas transnacionais, o **curso superior em administração** de empresas tem oferecido uma rápida entrada no mercado de trabalho.

Gerenciar organizações, estabelecer objetivos, determinar estratégias, alcançar resultados, tomar decisões, lidar com pessoas, solucionar problemas, controlar recursos e maximizar retornos financeiros são as principais práticas que envolvem a administração de empresas. A administração é dividida em diversas áreas, como finanças, *marketing*, gestão de pessoas (recursos humanos), vendas, relacionamento com clientes, logística, entre outras, utilizando saberes das ciências exatas e humanas, como matemática, economia, contabilidade, informática, sociologia, psicologia e filosofia.

A graduação em administração é uma opção para quem se interessa em aprofundar essas habilidades técnicas, humanas e conceituais e busca compreender o papel desempenhado pelas organizações na sociedade e na vida das pessoas. As práticas de estudos abarcam os mais diversos tipos de atividades acadêmicas, como projetos transdisciplinares, visitas técnicas, trabalhos em equipe, participação em empresas juniores e em incubadoras e propostas que desenvolvam a cultura empreendedora.

Ao finalizar o curso, os recém-graduados serão capazes de atuar em áreas como aprimoramento de modelos de negócios, operacionais e organizacionais; diagnóstico e resolução de problemas; análise de informações e dados qualitativos e quantitativos; gerenciamento de recursos; relacionamento interpessoal; criação de estratégias de *marketing* interno e externo; seleção de pessoal; orçamento, organização e métodos; administração logística e mercadológica; uso de tecnologias distintas e de comunicação eficaz.

Os administradores podem trabalhar em diversos tipos de organizações, como empresas privadas, assessorias e consultorias administrativas e financeiras, autarquias, empresas estatais, órgãos do serviço público e organizações não governamentais.

A administração de empresas está entre os cursos mais procurados pelos estudantes não só no Brasil, mas também nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2021, foram registradas mais de 600 mil matrículas nas instituições de ensino brasileiras e, em conjunto com o campo dos negócios e do direito, o curso de administração corresponde a 30,5% do total de matrículas de graduação no país.



DRS PRODUCOES/E+/GETTY IMAGES

Funcionários trabalhando em um escritório no município de Curitiba, Paraná. Fotografia de 2023. A grande procura e oferta do curso de administração de empresas está associada à importância desse conhecimento na gestão e operação de empresas nacionais e multinacionais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Guerras, conflitos sociais e terrorismo

No século XXI, a globalização e as novas tecnologias transformaram a natureza dos conflitos sociais e da guerra. Por um lado, essas tecnologias permitiram contornar mecanismos de repressão nas mobilizações e protestos sociais contra governos autoritários. Mas, por outro, também propiciaram a emergência de grupos insurgentes armados e de novas estratégias de guerra híbrida. A guerra híbrida combina táticas de guerrilha e estratégias de guerra convencional com guerra cibernética.

Grupos terroristas passaram a se servir das redes sociais para recrutar novos membros e difundir sua ideologia para além de suas fronteiras. Também fazem uso de tecnologias avançadas como *drones* de ataque e criptografia, além do cyberterrorismo para atingir seus fins.

Muitas das guerras e dos movimentos insurgentes do século XXI se alimentam das tensões étnicas e políticas que vieram à tona após o fim do bloco soviético e o período de hegemonia estadunidense que se seguiu. Hoje, esses conflitos são uma das principais ameaças à estabilidade internacional e à construção de uma economia global sustentável.

Os ataques de 11 de setembro e a guerra contra o terror

Na manhã do dia 11 de setembro de 2001, terroristas assumiram o controle de dois aviões de passageiros e os lançaram contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, considerado o símbolo do poderio econômico estadunidense. Um terceiro avião foi lançado sobre o Pentágono, símbolo do poder militar, e um quarto dirigiu-se à Casa Branca, sede do poder político, mas foi abatido antes de atingir o alvo.

A organização terrorista Al-Qaeda, na época dirigida pelo saudita Osama Bin Laden, assumiu a autoria dos ataques que deixaram cerca de 3 mil pessoas mortas. Diante do clima de insegurança que se espalhou pelo país, o governo do então presidente George W. Bush lançou um pacote de medidas de segurança interna que estabelecia o aumento de vigilância em portos e aeroportos, em locais públicos, o direito de violar qualquer tipo de troca de mensagens, prender e interrogar suspeitos de terrorismo sem o devido processo judicial.

Além disso, numa ofensiva ideológica e militar, conhecida como "guerra contra o terror", o governo iniciou uma campanha de ataques a países acusados de financiar o que designavam como "Eixo do Mal". Também foi prevista a realização de ataques preventivos contra esses países, realizados sem o apoio da ONU e sem o respaldo de leis internacionais.

Com o objetivo de derrubar o regime do Talibã e de desmantelar a Al-Qaeda, os Estados Unidos, sem o consentimento da ONU, invadiram o **Afeganistão** em outubro de 2001. No entanto, Bin Laden só seria capturado em 2011 em uma operação no Paquistão. O segundo alvo da política estadunidense foi o **Iraque**, invadido em março de 2003, novamente sem o apoio da ONU. O país, governado pelo ditador Saddam Hussein, era acusado de apoiar o terrorismo e de ocultar armas de destruição em massa. Entretanto, essas armas não foram encontradas. Hussein foi entregue ao governo interino iraquiano que, em 2006, o condenou à morte pelos massacres promovidos enquanto esteve no poder.

Saiba mais

Além do Afeganistão e do Iraque, após os ataques de 11 de setembro, os Estados Unidos gastaram mais de 8 trilhões de dólares em diversos conflitos e ações militares em países como Paquistão, Síria, Iêmen, Líbia e Somália. O número de mortos nesses conflitos já ultrapassa 4,5 milhões de pessoas e não para de crescer. Desse total, mais de 3,8 milhões resultam de mortes indiretas, provocadas em decorrência do colapso do saneamento básico, da destruição de hospitais e dos meios de subsistência, da disseminação da fome e de doenças infecciosas, como cólera e sarampo, impactando especialmente as crianças. Além disso, esses conflitos forçaram cerca de 40 milhões de pessoas a deixarem suas casas. Boa parte desse contingente é composto de refugiados em países vizinhos ou no continente europeu.



SEAN ADAIR/REUTERS/FOTOARENA

As torres do World Trade Center em chamas após serem atingidas pelos aviões. Nova York, Estados Unidos. Fotografia de 11 de setembro de 2001.

Os dados referentes aos resultados dos conflitos em que os Estados Unidos se envolveram após os atentados de 11 de setembro de 2001 foram retirados de: SAVELL, Stephanie. **How death outlives war**: the reverberating impact of the post-9/11 wars on human health. Providence: Brown University, 2023. p. 9-11, 35.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Primavera Árabe

Em 2010, movimentos populares se espalharam por países árabes do Norte da África e do Oriente Médio. Chamados de **Primavera Árabe** pela mídia ocidental, os protestos e rebeliões ocorridos expressavam a insatisfação com a corrupção política, o desemprego e a pobreza. Tais movimentos foram encabeçados especialmente por jovens que se serviram das redes sociais para mobilizar-se, denunciar governantes corruptos e manter a população informada e engajada.

O movimento teve início na **Tunísia** após a morte de um comerciante ambulante que tirou a própria vida após ser extorquido por funcionários do governo. Foi o estopim da onda revolucionária que atingiu outros países da região. Entre 2011 e 2012, governos autoritários foram derrubados no **Egito**, na **Líbia** e no **Iêmen**.

A Tunísia viveu uma transição relativamente bem-sucedida para a democracia após a destituição do presidente Zine El Abidine Ben Ali em 2011. O país realizou eleições livres, adotou uma nova constituição e estabeleceu instituições democráticas. No entanto, a Tunísia continua a enfrentar desafios socioeconômicos e tensões políticas.

No caso do Egito, após a deposição do ditador Hosni Mubarak em 2011, Mohamed Morsi chegou ao poder mediante eleições. Em 2013, no entanto, Morsi foi destituído por um golpe militar, que conduziu à presidência de Abdel Fattah el-Sisi. Desde então, o país enfrenta o recrudescimento da repressão, a polarização política e reformas democráticas limitadas.

A Líbia e o Iêmen, respectivamente após a destituição do ditador Muamar Kadafi, em 2011, e a saída do presidente Ali Abdullah Saleh, em 2012, têm enfrentado episódios de guerra civil e crises humanitárias.

Ao longo da última década, essa região do Oriente Médio e do Norte da África tem atravessado momentos de instabilidade social, política e econômica, concentrando os maiores índices de desemprego entre os jovens e o maior número de deslocamentos internos de refugiados do planeta. Ante as avaliações que citam o fracasso das revoltas árabes, deve-se destacar que a história da região é marcada por lutas de descolonização e libertação nacional, o que postergou a implementação de democracias liberais. Além disso, conforme o professor de Relações Internacionais, Paul Aarts,

> [...] não se pode negar que as revoltas árabes do início da última década foram um momento sem precedentes de consciência e ação políticas. O jugo da submissão foi descartado [...]. Nesse sentido, as revoltas [...] foram apenas o início de um longo processo, seja ele "revolucionário" ou não, do qual o resultado é incerto.

AARTS, Paul. Dez anos depois: a Primavera Árabe fracassou? **Malala**, São Paulo, v. 9, n. 12, p. 22-29, nov. 2021. p. 23.



HICHEM BORNI/AFP/GETTY IMAGES

Manifestação em Túnis, na Tunísia, exigindo a saída do governo de transição criado após a destituição do presidente Zine El Abidine Ben Ali. Fotografia de fevereiro de 2011.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A guerra civil na Síria

Desde a década de 1970, a Síria vivia sob o domínio autoritário do Partido Baath, com a família Assad no poder, primeiro com Hafez al-Assad, de 1971 a 2000, e depois com seu filho Bashar al-Assad, de 2000 em diante.

Em março de 2011, a onda de protestos da Primavera Árabe chegou às cidades da Síria. Os manifestantes se opunham ao governo corrupto e repressivo do ditador Bashar al-Assad e exigiam reformas democráticas. O governo, contudo, reprimiu as manifestações com brutalidade crescente, o que acabou por exacerbar as tensões e conduziu o país a uma guerra civil.

Reagindo à violência do governo, parte dos militares desertou do exército, organizou milícias e passou a exigir a saída de Assad. O regime então pediu ajuda à Rússia e ao Irã para se manter no poder e reprimir a rebelião. Os opositores, por sua vez, se dividiram em diversos grupos e também contaram com ajuda militar externa. Além deles, uma terceira força se impôs: a facção terrorista autointitulada **Estado Islâmico**, que inicialmente atuava no Iraque, mas conseguiu tirar vantagem da fragilidade política para conquistar uma grande faixa do território sírio.

A oposição ao governo, que incluía guerrilheiros **curdos**, formou uma coalizão apoiada pelos Estados Unidos, pela Turquia, pelo Catar e pela Arábia Saudita. Em 2015, a Rússia interveio mais ativamente no conflito, enviando soldados e armamentos para defender o regime de Assad contra as forças da coalizão internacional. Em 2019, os Estados Unidos acabaram por retirar suas tropas do país, permitindo que Assad e seus aliados passassem a controlar cerca de 60% do território sírio, incluindo as principais cidades.

A guerra civil síria causou enorme devastação no país, gerando uma das piores crises humanitárias das últimas décadas. Os combates destruíram grande parte da infraestrutura civil do território, incluindo hospitais, escolas e bairros residenciais. As perdas humanas também são imensas. Estima-se que, entre 2011 e 2023, 614 mil pessoas tenham morrido no conflito, mais 1,3 milhão tenha sido ferida, e aproximadamente 13 milhões de pessoas, incluindo mulheres e crianças, tenham sido obrigadas a abandonar suas casas ou a se refugiar em outros países. Observadores internacionais atribuíram às forças de Assad atos contra os direitos humanos e contra as leis da guerra, incluindo massacres de civis, cercos a cidades e utilização de armas químicas.

Os dados referentes ao saldo humano na Guerra da Síria foram retirados de: SYRIAN Revolution 12 years on. **The Syrian Observatory for Human Rights** (SOHR), 15 mar. 2023. Disponível em: https://www.syriahr.com/en/291981/. Acesso em: 26 jul. 2024.

Curdos: grupo étnico do Oriente Médio com cerca de 30 milhões de pessoas. Os curdos vivem espalhados entre a Turquia, o Iraque, a Síria, o Irã e a Armênia.



AFP/GETTY IMAGES

Mercado histórico de Aleppo, na Síria, durante trabalho de reconstrução. Fotografia de 2021. Estima-se que a reconstrução na Síria exigirá um aporte financeiro no valor de 400 bilhões de dólares.

Dica

Diário de um desertor: a guerra civil na Síria

Gilson Pinheiro. São Paulo: Chiado, 2017.

Nessa obra de ficção, Gilson Pinheiro narra a história de Adnan, condecorado sargento sírio que deserda para atuar ao lado do Exército Livre da Síria, oferecendo resistência ao governo de Bashar al-Assad. Por meio dessa história, o leitor entra em contato com os desdobramentos da Primavera Árabe na Síria e com particularidades do mundo muçulmano na região.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Estado Islâmico

O grupo autodenominado Estado Islâmico foi reconhecido pela ONU como uma organização terrorista. Ele surgiu como uma ramificação da Al-Qaeda no Iraque e ganhou força em meio à instabilidade que se seguiu à guerra de 2003 no país. O objetivo do grupo é conquistar territórios e estabelecer o que chama de *califado*, um grande Estado teocrático ao qual todos os povos islâmicos do mundo deveriam se submeter e que se basearia na imposição estrita da lei islâmica (*sharia*) e no governo de um único califa.

Aproveitando-se do caos provocado pelos conflitos entre facções rivais no Iraque e pela guerra civil na Síria, o Estado Islâmico apoderou-se de territórios de ambos os países, declarando-os base do califado em 2014. Suas táticas brutais de dominação incluíam decapitações, massacres, genocídios e destruição de patrimônios históricos e culturais milenares. O grupo promoveu diversos atos terroristas, como na casa de *shows* Bataclan, em Paris, em novembro de 2015, deixando centenas de mortos e feridos. Além disso, os terroristas utilizavam as redes sociais para recrutar membros simpatizantes em diversas partes do mundo, na Europa, nos Estados Unidos e na Oceania, por exemplo.

Diante da ameaça representada pelo grupo terrorista, uma coligação internacional formada pelos Estados Unidos, pela Rússia, por países europeus e por nações do Oriente Médio, como o Irã, conduziu uma série de ataques aéreos contra alvos do Estado Islâmico no Iraque e na Síria, forneceu treinamento e apoio às forças locais e lançou ofensivas terrestres para desestabilizar o grupo terrorista.

Em meio a intensas batalhas terrestres, que deixaram milhares de vítimas civis, a coalizão conseguiu recuperar as principais cidades e regiões controladas pelo Estado Islâmico, como Mosul, no Iraque, e Raqqa, na Síria. Em 2019, ocorreu o fim do califado. Abu Bakr al-Baghdadi, líder do grupo, foi morto em uma operação militar conduzida pelos Estados Unidos, e as tropas curdo-árabes avançaram reconquistando importantes territórios que estavam sob domínio dos terroristas.

Contudo, o grupo continuou operante, levando a cabo uma guerra de guerrilha e conduzindo ataques esporádicos na região. Embora significativamente enfraquecidos, os remanescentes do grupo terrorista continuam a ser uma preocupação de segurança, efetuando ataques, recrutando simpatizantes e explorando instabilidades regionais no Oriente Médio.

Dica

#317 – Para entender o Estado Islâmico

Produção: Chutando a Escada. Brasil, 2023. 102 minutos.

Nesse *podcast*, os pesquisadores Augusto Leão, Flávia Panis e Natália Calfat abordam o surgimento e o desenvolvimento do grupo terrorista autodenominado Estado Islâmico.



HISTORY/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Destruição do Templo de Baal pelo Estado Islâmico no sítio arqueológico de Palmira, na Síria, em agosto de 2015. Construído no século II, o templo era um dos monumentos mais bem preservados em Palmira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A guerra na Ucrânia

Desde sua ascensão ao poder, em 1999, o presidente russo Vladimir Putin procurou fortalecer o discurso nacionalista na Rússia, exaltando-a como uma grande potência. Seu governo considera as ex-repúblicas soviéticas uma região de influência natural da Federação Russa. Contudo, desde 1997, apesar do fim da Guerra Fria, as forças da Otan têm se expandido pelo Leste Europeu, chegando em 2004 até os Estados bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia), na fronteira russa.

Em resposta, Putin iniciou campanhas para ampliar a influência da Rússia na região e buscar impedir que outros países fronteiriços aderissem à União Europeia ou à Otan. Seu primeiro alvo foi a região da **Crimeia**, península situada no Mar Negro de população majoritariamente russa, cedida à Ucrânia em 1954, ainda durante a era soviética. Em 2013, o então presidente da Ucrânia, Viktor Ianukovytch, declarou que não assinaria um acordo de livre comércio com a União Europeia para priorizar as relações comerciais com a Rússia. Essa atitude levou a população ucraniana a realizar muitos protestos – reprimidos violentamente – e à instauração de uma grave crise política no país. Nesse contexto, os separatistas da Crimeia tomaram o parlamento e convocaram um plebiscito para definir a situação política da região. Com o apoio de 95% da população local, a Crimeia foi anexada à Rússia em 2014.

Em seguida, rebeldes pró-Rússia iniciaram um conflito na região ucraniana de **Donbass** (territórios de Donetsk e Lugansk), área industrial rica em minérios cuja maioria da população é de origem russa. Apoiados pelas forças de Putin, declararam independência da Ucrânia, o que deu ensejo a confrontos armados com as forças governamentais ucranianas.

O conflito suscitou condenação internacional, com sanções contra a Rússia e esforços diplomáticos para encontrar uma solução pacífica. Os acordos de cessar-fogo, conhecidos como os **Acordos de Minsk**, foram negociados em 2014 e 2015, definindo os passos para a retirada dos armamentos pesados e prevendo a realização de eleições locais em Donbass.

Contudo, em fevereiro de 2022, com os termos do acordo paralisados por, segundo Putin, falta de vontade da Ucrânia de cumpri-los, o presidente russo decidiu reconhecer formalmente as repúblicas de Donetsk e Lugansk (que, como a Crimeia, pretendem realizar referendos para se anexarem à Rússia) e iniciar uma investida contra a Ucrânia, bombardeando suas principais cidades, inclusive a capital Kiev. O governo ucraniano organizou a resistência recebendo armamentos e treinamento militar da União Europeia e dos Estados Unidos. Em agosto de 2024, o conflito seguia sem resolução: estimava-se em 200 mil o número de mortos e 300 mil o de feridos.



UKRANIAN INTERIOR MINISTRY/ANADOLU/GETTY IMAGES

Bombeiros em meio às ruínas de um *shopping center* bombardeado por forças russas em Kostyantynivka, Ucrânia. Fotografia de agosto de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O aquecimento global e crise climática

O modelo de desenvolvimento hoje predominante, que tem por base a produção em massa de bens de consumo, tem-se mostrado insustentável a longo prazo. A difusão do padrão de comportamento caracterizado pelo consumismo e pelo desperdício tem exercido uma pressão cada vez maior sobre os recursos do planeta. Além da geração de **resíduos sólidos domiciliares**, cuja produção anual deve crescer aproximadamente 80%, chegando a 3,8 bilhões de toneladas anuais em 2050, um dos mais graves problemas ambientais do mundo contemporâneo é o aumento da temperatura média do planeta, o chamado **aquecimento global**.

Esse fenômeno é provocado pelo acúmulo de gases causadores do efeito estufa na atmosfera, como o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso etc. O efeito estufa ocorre naturalmente, uma vez que esses gases presentes na atmosfera retêm parte da energia emitida pela radiação solar e refletida pela superfície terrestre, impedindo-a de escapar para o espaço, mantendo assim o planeta aquecido.

Entretanto, o modo de vida contemporâneo perturbou esse processo em razão da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento e das queimadas. Anualmente, são lançadas na atmosfera terrestre 41 bilhões de toneladas de gases causadores do efeito estufa. Praticamente todas as atividades da vida moderna envolvem a liberação desses gases: agropecuária, transportes, indústria, produção de eletricidade etc. Os gases resultantes da queima de combustíveis fósseis podem permanecer na atmosfera por milhares de anos.

Entre os efeitos dessa mudança climática estão: o derretimento das calotas polares, a elevação do nível dos oceanos e o aumento da frequência e da intensidade de eventos naturais, como secas, enchentes, ondas de calor, tempestades, furacões, incêndios florestais, ocasionando perdas irreparáveis em ecossistemas terrestres, marítimos e de água doce. Aproximadamente 3,4 bilhões de pessoas já vivem em locais vulneráveis às mudanças climáticas, e milhões estão expostos à insegurança alimentar e à insegurança hídrica.

A temperatura média da Terra já se elevou a mais de 1 °C em relação aos níveis pré-industriais. É imprescindível limitar ao máximo o aumento da temperatura no decorrer do século XXI para evitar efeitos devastadores para a vida na Terra.

OBJETO DIGITAL
Mapa clicável: Extensão das enchentes no Rio Grande do Sul



PATRICK T. FALLON/AFP/GETTY IMAGES

Destroços de construções na ilha de Maui, no Havaí, Estados Unidos, após o maior desastre natural da história da região. Fotografia de 2023. A combinação de meses de seca com as rajadas de ventos do furacão Dora provocou um incêndio florestal que causou a morte de 110 pessoas.

Saiba mais

A presença humana na Terra sempre exerceu impacto sobre o meio ambiente. Porém, as sociedades pré-industriais mantinham certo equilíbrio entre recursos naturais e necessidades humanas. Para muitos povos, a terra, as estrelas, os animais e a paisagem eram considerados sagrados. O processo de industrialização modificou radicalmente a relação entre humanidade e natureza, produzindo um mundo de necessidades artificiais, perturbando os modos de vida tradicional, causando degradação constante e promovendo o consumo dos recursos naturais a uma velocidade superior à capacidade de reposição do planeta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os debates internacionais sobre as mudanças climáticas

O fenômeno do aquecimento global já era estudado no século XIX. Em 1896, o físico Svante Arrhenius percebeu que o aumento das concentrações de dióxido de carbono na atmosfera era resultante de atividades humanas. Seu trabalho lançou as bases para a compreensão das alterações climáticas induzidas pelo ser humano. Na década de 1950, o climatologista Charles Keeling desenvolveu um método para medir a quantidade de gás carbônico na atmosfera, verificando que as concentrações se avolumavam ano a ano.

Em 1972, em Estocolmo, na Suécia, ocorreu a primeira grande reunião para tratar das mudanças climáticas provocadas pela ação humana, a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. O encontro contribuiu para a criação do **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**, voltado para a proteção do meio ambiente e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em 1988, foi criado o **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas**, que reuniu pesquisadores do mundo todo com o propósito de fornecer avaliações científicas sobre as alterações climáticas e seus potenciais impactos sobre o meio ambiente e a civilização humana.

Em junho de 1992, ocorreu a **Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento**, informalmente conhecida como ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Durante a reunião, 179 países consolidaram uma agenda mundial para minimizar os impactos ambientais e elaboraram um tratado com o objetivo de estabilizar a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera em níveis seguros e, assim, impedir mudanças climáticas catastróficas.

A partir de então, anualmente são realizadas **Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas** para avaliar o avanço no tratamento do problema das mudanças climáticas e determinar os protocolos a serem adotados. Resultado das discussões sobre o clima, em 1997 foi elaborado o primeiro tratado internacional a fixar metas para os países signatários. O **Protocolo de Quioto** estabelecia parâmetros e previa a redução de 5% do total de gases emitidos até 2012. Contudo, os Estados Unidos se retiraram do protocolo em 2001.

Dica

Mudança climática: os fatos como você nunca viu antes

David Nelles e Christian Serrer. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

Escrito com a ajuda de mais de cem cientistas, o livro mostra de que forma o aquecimento global afeta o planeta, qual a contribuição de cada um para esse quadro e o que podemos fazer para reduzir seus efeitos.



KYODO/AP PHOTO/IMAGEPLUS

Integrantes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas se cumprimentam após a adoção do Protocolo de Quioto em Quioto, Japão. Fotografia de 1997. Ao final do prazo estipulado, a União Europeia reduziu as emissões em 19%; no entanto, as emissões globais aumentaram 38% no mesmo período.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Acordo de Paris e as novas metas

Assim como o Protocolo de Quioto, o **Acordo de Paris** também foi um instrumento internacional desenvolvido no âmbito da atuação das Nações Unidas. Lançado em 2015, durante a COP-21, seu objetivo era limitar o aquecimento global entre 1,5 °C e 2 °C acima dos níveis pré-industriais. O acordo envolve contribuições voluntárias para reduzir as emissões, com metas específicas a cada país para 2025 e 2030. Além disso, os países desenvolvidos devem investir 100 bilhões de dólares por ano em países em desenvolvimento para medidas de combate à mudança do clima.

Em todo o mundo tem havido um reconhecimento crescente da urgência de abordar e enfrentar as alterações climáticas. No entanto, os desafios persistem, pois as emissões globais continuam aumentando. O apoio financeiro aos países em desenvolvimento para que realizem a transição energética, substituindo as fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia, e criem políticas públicas para mitigar os efeitos do aquecimento global ainda é insuficiente. Além disso, o recrudescimento de guerras e outros conflitos pelo globo é outro fator que prejudica esses objetivos.

Engajamento social e sustentabilidade

É de responsabilidade dos governos e da iniciativa privada desenvolver políticas e tecnologias de geração de energia para forçar a redução global de emissões de gases poluentes causadores do efeito estufa. Porém, a ameaça de uma mudança climática catastrófica tem mobilizado cada vez mais setores da sociedade, preocupados em discutir e elaborar alternativas ao modelo de desenvolvimento hoje predominante.

Organizações não governamentais conhecidas mundialmente, como o Greenpeace, o WWF, a SOS Mata Atlântica e o Projeto Tamar, atuam desenvolvendo ações de conservação de diversos biomas e de educação socioambiental, denunciando práticas predatórias de empresas privadas ou estatais e defendendo os interesses de povos nativos e demais comunidades tradicionais.

Jovens também têm mostrado preocupação com as questões climáticas e com a demora na implementação de ações globais efetivas e coordenadas para frear a degradação da natureza. A sueca Greta Thunberg iniciou-se no ativismo aos 15 anos quando liderou o movimento **Juventude pelo Clima**. A indígena canadense Autumn Peltier aos 12 anos inspirou a criação do fundo **Niabi Odacidae** de preservação das águas para as próximas gerações.

A base para a resolução dos problemas socioambientais foi formulada por meio do conceito de **desenvolvimento sustentável**, que, segundo a ONU, é aquele que atende às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender a suas próprias necessidades.



UN PHOTO/MANUEL ELÍAS

OBJETO DIGITAL Vídeo: Mudanças climáticas

Autumn Peltier discursa na sede da ONU, nos Estados Unidos, no lançamento da Década Internacional para Ação – Água para o Desenvolvimento Sustentável. Fotografia de 2018.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Responda no caderno.

Enfoque

ODS 13

1. Segundo o economista Thomas Piketty, como a desigualdade se comportou ao longo do século XX? Que fatores podem explicar tal comportamento?
2. Ainda segundo o autor, quais são os principais desafios enfrentados pelo planeta no início do século XXI? Por quê?
3. De acordo com a análise do mapa, quais são os continentes com os maiores índices de consumo *per capita* de energia?

Desenvolvimento sustentável

A almejada redução da emissão de gases poluentes passa, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento de tecnologias que possibilitem a substituição da matriz energética de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e, em menor escala, gás natural) por fontes renováveis, como a solar, a eólica, a hidrelétrica e a geotérmica. Isso implica mudanças significativas em processos e tecnologias dos mais diversos setores, como indústrias, transportes e agropecuária. Nesse contexto, também devem ser consideradas a redução de dejetos e o tratamento de todos os resíduos industriais.

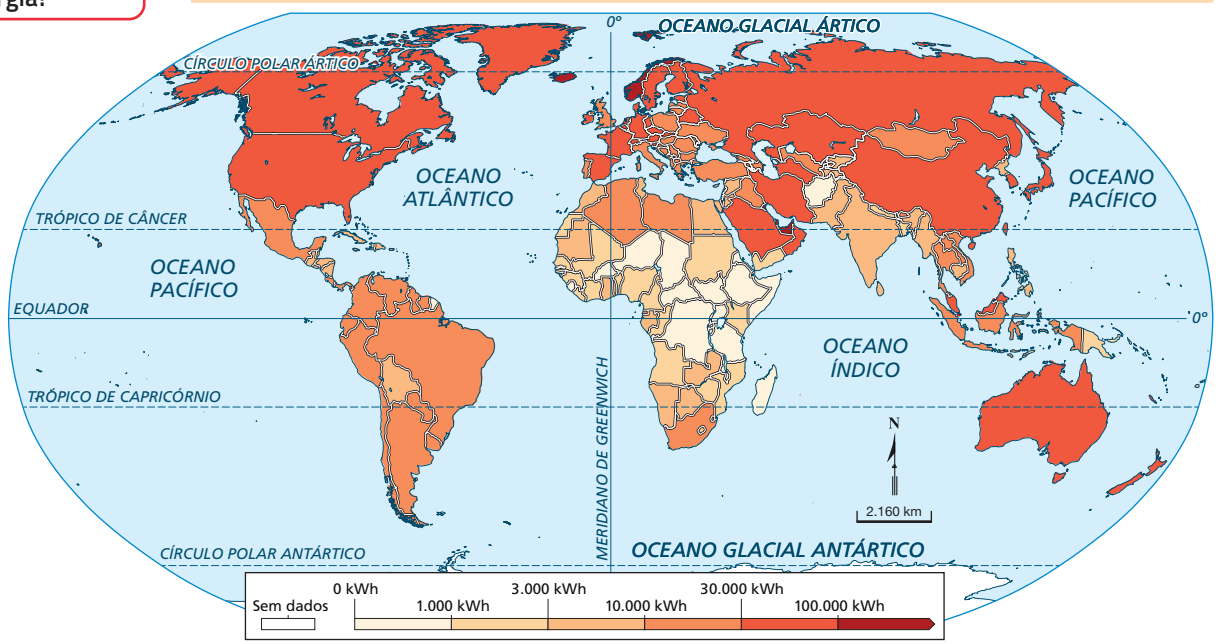
Medidas igualmente importantes são o desenvolvimento de tecnologias para sequestrar o carbono da atmosfera, o plantio em larga escala de árvores, a restauração das florestas e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis, para preservar a biodiversidade e os ecossistemas. O aquecimento global só pode ser combatido eficazmente se houver esforços conjuntos de governos, empresas, comunidades e indivíduos no mundo todo. Porém, ainda não há consenso sobre como viabilizar essas soluções de forma justa, considerando as diferenças socioeconômicas no interior dos países e entre países ricos e pobres.

A esse respeito, leia o texto a seguir, do economista francês Thomas Piketty.

> O aumento da desigualdade é, ao lado do aquecimento global, um dos principais desafios enfrentados pelo planeta neste início do século XXI. Enquanto o século XX foi marcado pela redução histórica da desigualdade, o aumento dela observado a partir dos anos 1980-1990 contribui para um profundo questionamento da própria noção de progresso. Além disso, os desafios desigualitários e climáticos estão bastante relacionados, e só poderão ser resolvidos juntos. De fato, é evidente que a resolução do problema do aquecimento global, ou ao menos sua atenuação, exigirá transformações consistentes nos modos de vida. Para que sejam aceitáveis para a grande maioria, é indispensável que as mudanças e os esforços exigidos sejam repartidos da maneira mais justa possível. Essa exigência de justiça é ainda mais evidente ao se considerar que os mais ricos, tanto entre países quanto dentro destes, são responsáveis por uma parcela desproporcional das emissões de gases de efeito estufa. Por outro lado, as consequências do aquecimento serão mais implacáveis para os mais pobres.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. p. 573.

Mundo: consumo de energia *per capita* – 2023



Fonte: PRIMARY energy consumption *per capita*. **Our World in Data**. Disponível em: https://ourworldindata.org/grapher/per-capita-energy-use. Acesso em: 31 jul. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Mudanças climáticas e justiça socioambiental

Diante da iminente crise climática que ameaça o futuro do nosso planeta, torna-se urgente a adoção de medidas eficazes para combater as mudanças climáticas. O desequilíbrio nas emissões de carbono, em que os mais ricos são responsáveis por uma parcela significativa das emissões enquanto os mais pobres suportam os piores efeitos, evidencia a necessidade de uma abordagem equitativa e inclusiva na busca por soluções sustentáveis.

Em 2019, o 1% mais rico foi responsável pela mesma emissão de carbono que os 66% mais pobres no mundo, ou seja, 5 bilhões de pessoas. [...] Para além do 1% mais rico, os 10% mais ricos também são fundamentais para a história do clima, emitindo em conjunto metade de todas as emissões globais. [...]

Apesar de ser massivo, o consumo pessoal dos super-ricos é ofuscado pelas emissões resultantes dos seus investimentos em empresas. Estima-se que os investimentos do 1% mais rico representem entre 50% e 70% das suas emissões. Em 2022, a Oxfam realizou uma análise de 125 bilionários e descobriu que, em média, eles emitiram 3 milhões de toneladas de CO_2 por ano através dos seus investimentos – acima de um milhão de vezes a mais do que a média de alguém que se encontra nos 90% mais pobres da humanidade. [...]

Os países menos responsáveis pelo aquecimento global – majoritariamente no Sul Global – estão sofrendo as piores consequências da atual crise climática [...]. Em países mais desiguais, o impacto é muito maior. Um estudo realizado sobre 573 grandes catástrofes causadas por enchentes [...] concluiu que o número de mortes causadas pelas enchentes é sete vezes maior nos países mais desiguais em comparação com os mais igualitários. [...]

O sistema alimentar global é altamente desigual e os fenômenos meteorológicos extremos já estão prejudicando significativamente a produção agrícola. É provável que esta situação se agrave ainda mais. Hoje, 783 milhões de pessoas não têm certeza sobre de onde virá sua próxima refeição. Entretanto, entre 2020 e 2021, os bilionários do setor de alimentação e agricultura conseguiram aumentar a sua riqueza coletiva em 45%. [...]

De acordo com os cálculos da Oxfam, um imposto de 60% sobre o rendimento do 1% mais rico reduziria as emissões globais em 700 milhões de toneladas, mais do que as emissões totais do Reino Unido, bem como [poderia] angariar trilhões para investir na transição para as energias renováveis. Dado que os investimentos dos super-ricos são mais poluentes do que a média, reduzindo sua riqueza e redistribuindo esse capital para outros, os investimentos mais ecológicos poderiam ter um papel transformador na redução das emissões. [...]

Estima-se que 675 milhões de pessoas não têm acesso à eletricidade e que cerca de 2,3 bilhões de pessoas ainda utilizam combustíveis e tecnologias poluentes para cozinhar, principalmente na África Subsaariana e na Ásia. Sendo o setor da energia responsável por cerca de três quartos das emissões de gases de efeito estufa, é vital uma transição global rápida para fontes de energia limpas e renováveis.

NELSON, Hanna (coord.). **Igualdade climática**: um planeta para os 99%. São Paulo: Oxfam Brasil, 2023. p. 16-25.

Atividades

Responda no caderno.

1. Segundo o texto, qual é a relação entre os mais ricos e as emissões globais de carbono? Como o consumo pessoal dos super-ricos se compara às emissões resultantes de seus investimentos?
2. Por que, segundo o texto, um imposto de 60% sobre o rendimento do 1% mais rico poderia ter um impacto significativo na redução das emissões globais dos gases causadores do efeito estufa na atmosfera?
3. De que maneira os efeitos negativos das mudanças climáticas são desigualmente distribuídos? Você se surpreendeu com esse fato? Por quê?
4. Considerando a desigualdade na contribuição para as mudanças climáticas e os impactos resultantes mencionados no texto, quais poderiam ser algumas possíveis soluções para mitigar esses efeitos de forma equitativa?

ODS 7

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. Sobre a desintegração da União Soviética, responda:

a. Quais foram as causas do declínio econômico do bloco soviético?

b. Em que consistiram a *glasnost* e a *perestroika*? De que maneira impactaram o mundo soviético?

c. Como ocorreu a desintegração do bloco soviético na Ásia e no Leste Europeu? Quais foram as consequências geopolíticas desse processo?

2. Quais são os princípios do neoliberalismo? Aponte e explique algumas de suas consequências no mundo contemporâneo.

3. O que foi a Primavera Árabe e quais foram suas principais consequências?

4. (Fuvest-SP)

> A China enviou ontem navios de guerra e dezenas de caças para Taiwan, em retaliação a uma reunião entre a presidente da ilha, Tsai Ing-Wen, e o presidente da Câmara dos Deputados do EUA, Kevin McCarty, na Califórnia.
>
> O Estado de São Paulo, 08/04/2023. Adaptado.

A reportagem faz alusão ao aumento das tensões geopolíticas entre China e Taiwan. Sobre esse tema, é correto afirmar:

a. As tensões iniciaram-se no final de década de 1970, em decorrência das mudanças políticas e econômicas perpetradas pelo então presidente chinês Deng Xiaoping, que resultaram na declaração de independência de Taiwan em relação à China.

b. Iniciadas ainda na primeira metade do século XX, as tensões entre China e Taiwan aumentaram desde então em decorrência da presença militar dos EUA no território taiwanês, o que contraria os interesses geopolíticos chineses na região.

c. As tensões decorreram do aumento da influência russa sobre o território taiwanês, com foco na exploração do potencial mercado consumidor, considerado estratégico para o aumento das exportações do gás natural russo.

d. Com apoio soviético, Taiwan conseguiu independência do território chinês no final da década de 1960. Após o fim da Guerra Fria, tornou-se uma potência tecnológica, o que ampliou o interesse geopolítico chinês na retomada desse território.

e. Taiwan é reconhecido como país independente pelos EUA e tem emergido na rota dos conflitos entre os governos estadunidense e chinês, o que pode ser interpretado como indício do deslocamento do eixo geopolítico do mundo para o sudeste asiático.

5. (Enem-MEC)

Txai Suruí, liderança da Juventude Indígena, profere seu discurso na abertura da COP-26

> O clima está aquecendo, os animais estão desaparecendo, os rios estão morrendo e nossas plantações não florescem como no passado. A Terra está falando: ela nos diz que não temos mais tempo.
>
> VICK, M. **Quais são as conquistas do movimento indígena na COP-26**. Disponível em: www.nexojornal.com.br. Acesso em 10 nov. 2021 (adaptado).

O discurso da líder indígena explicita um problema global relacionado ao(à)

a. manejo tradicional.

b. reciclagem residual.

c. consumo consciente.

d. exploração predatória.

e. reaproveitamento energético.

6. Leia o discurso de Václav Havel e, em seguida, responda às questões.

> Tornamo-nos moralmente doentes porque nos habituamos a dizer uma coisa e pensar outra. Aprendemos a não acreditar em nada, a não nos importarmos uns com os outros, a nos preocuparmos somente com nós mesmos. [...] O regime anterior, armado com uma ideologia arrogante e intolerante, reduziu as pessoas a meios de produção [...].
>
> Muitos de nossos cidadãos morreram na prisão nos anos 1950. Muitos foram executados. Milhares de vidas humanas foram destruídas. Centenas de milhares de pessoas talentosas foram forçadas ao exílio... Aqueles que lutaram contra o totalitarismo durante a guerra também foram perseguidos [...].
>
> Vocês talvez estejam se perguntando com que tipo de república eu sonho. Eu lhes respondo: uma república que seja independente, livre e democrática, uma república com prosperidade econômica e também justiça social, uma república humanitária que sirva ao ser humano e que, por essa razão, tenha a esperança de que o ser humano a sirva...
>
> HAVEL, Václav. Upheaval in the East: Havel's Vision. Excerpts from speech by the Czech President. **New York Times**, 2 jan. 1990 (Tradução nossa).

a. Como a Tchecoslováquia foi caracterizada no discurso de Václav Havel?

b. Pelo que Havel ansiava para seu governo?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7. **Leia a tirinha a seguir e responda às questões.**



Calvin & Hobbes, tirinha de Bill Watterson, 1995.

a. Que tipo de relação entre a tecnologia e o ritmo de trabalho a tirinha sugere?

b. Explique a reflexão que o último quadrinho traz acerca das mudanças psicológicas que os avanços tecnológicos provocaram nas pessoas.

8. **Neste capítulo, vimos algumas consequências negativas que a internet e as redes sociais trouxeram, entre elas o *cyberbullying*. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentados em 2021, um em cada dez adolescentes já se sentiu ameaçado, ofendido ou humilhado nas redes sociais ou aplicativos. Em grupos, realizem uma pesquisa apresentando o tema, os tipos de *cyberbullying* existentes, as consequências pessoais e sociais e possíveis medidas para coibir essa prática. Mencionem também os grupos mais afetados e as medidas previstas pelo Código Penal brasileiro para quem cometer intimidação virtual. Ao final, discutam as seguintes questões:**

ODS 4

- Eu já presenciei *cyberbullying*?
- Conheço alguém que está sofrendo assédio virtual?
- Quais medidas podem ser empregadas para acolher quem sofre *bullying* ou *cyberbullying*?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capítulo 16

Desafios do Brasil contemporâneo

Em 1985, com o fim da ditadura civil-militar, teve início o período conhecido como Nova República, a experiência democrática mais longeva da história do Brasil. Esse marco começou com a eleição de Tancredo Neves para presidente da república pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985.

Desde a transição democrática, o Brasil passou por inúmeras transformações significativas. Entre os eventos mais notáveis estão a estabilização da moeda nacional, a promulgação de uma nova Constituição que estabeleceu importantes direitos políticos, civis e sociais, a abertura da economia ao capital estrangeiro e a melhoria dos índices socioeconômicos do país.

A Nova República se destacou pela estabilização econômica e pela implementação de diversas políticas sociais, como programas de transferência de renda e ações afirmativas. Essas medidas visaram mitigar as contradições sociais e oferecer reparação histórica a um país marcado pela desigualdade e pelo passado escravagista. No entanto, também se verificaram eventos traumáticos, como crises econômicas e sanitárias, desastres ambientais, escândalos de corrupção, processos de *impeachment* e uma recessão democrática caracterizada pela disseminação de desinformação, radicalização e intolerância.

Entretanto, diferentemente do período anterior, a sociedade civil passou a se organizar e a participar amplamente dos processos políticos e do debate público. Em sua opinião, quais são as maneiras pelas quais a sociedade civil pode participar da vida política de uma nação democrática e influenciá-la? E você, como pode participar e chamar a atenção da sociedade e dos poderes públicos para os problemas enfrentados em sua escola, bairro, município, nação e pelos jovens em geral?

Neste capítulo, você estudará a redemocratização do Brasil, o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 e os diversos governos que se sucederam nesse período, bem como os avanços e retrocessos sociais vivenciados pela democracia no país. Além disso, serão abordados os desafios para erradicar a fome, superar desigualdades, expandir o acesso ao saneamento básico e preservar o ambiente, um imperativo fundamental para garantir a qualidade de vida das próximas gerações.



CASSANDRA CURY/PULSAR IMAGENS

Manifestantes carregam faixa alertando para as mudanças climáticas em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Nova República

Dados sobre a inflação no período foram retirados de: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 4, out./dez. 1991. p. 569.

Como você estudou, o governo civil-militar preparava o retorno à democracia no Brasil de modo "lento, gradual e seguro", atribuindo ao Colégio Eleitoral a escolha do próximo presidente do país, o primeiro civil desde 1964. Tancredo Neves foi eleito pelo Congresso Nacional, mas faleceu em 21 de abril de 1985, antes de tomar posse. O vice-presidente José Sarney assumiu o poder naquele ano e governou até 1990. Iniciou-se, assim, o processo de **redemocratização** do país, fase designada como Nova República.

O governo Sarney

Ao longo do governo de José Sarney, a instabilidade da moeda e os índices inflacionários eram os principais problemas da economia brasileira. Para combater a inflação, adotou-se uma sequência de planos econômicos malsucedidos. O **Plano Cruzado** entrou em vigor em fevereiro de 1986 e estabeleceu, entre outras medidas, a troca do cruzeiro (moeda vigente à época) pelo **cruzado**, o congelamento dos preços e a adoção de um "gatilho salarial", que reajustava os salários dos trabalhadores toda vez que a inflação atingisse 20%.

O Plano Cruzado foi bem recebido pelos brasileiros, especialmente por parte da classe média. Após o primeiro mês de aplicação do choque econômico, a inflação cedeu, o consumo cresceu rapidamente e as famílias brasileiras conseguiram planejar despesas. Entretanto, com o congelamento dos preços e diante de lucros mais baixos, produtores e intermediários deixaram de abastecer a população, e muitos produtos ficaram escassos ou desapareceram dos estabelecimentos comerciais.

Alguns produtos, porém, só podiam ser adquiridos com pagamento de uma taxa adicional sobre seu preço (o chamado ágio), caso, por exemplo, de automóveis e de gêneros alimentícios, como a carne. Em julho, o Plano Cruzado já parecia destinado ao fracasso, e o governo lançou um pacote de medidas com a intenção de controlar a inflação e estimular investimentos na produção. Depois das eleições, em novembro de 1986, e dos resultados positivos das eleições para o PMDB, partido do presidente, o Plano Cruzado chegou ao fim.

Os outros dois planos econômicos do governo Sarney – o plano Bresser (1987) e o plano Verão (1989) – também não obtiveram sucesso: a inflação anual de 1988 atingiu 1.037,6% e a do ano seguinte, 1.782,9%.

Saiba mais

No Brasil, a inflação é medida pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** (IPCA), divulgado pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1980. Esse índice é uma referência e estima o custo da cesta básica de produtos e serviços que impactam os padrões de consumo das famílias brasileiras.

A inflação registra o aumento de preços de bens e serviços. Quando a inflação atinge 100%, significa que os preços dobraram. Portanto, seu aumento provoca uma depreciação no poder de compra, impactando negativamente a vida da população mais pobre, que compromete grande parte de seu salário no custeio de gastos fundamentais como alimentação e de moradia.



ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO

Mulher passa em frente a gôndolas vazias de supermercado em São Paulo, capital. Fotografia de 1986. O congelamento de preços promovido pelo Plano Cruzado provocou o desabastecimento de muitos produtos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Como a Constituição Federal foi elaborada? Qual foi a participação popular nesse processo?
2. A Constituição Federal de 1988 por si só não resolveu os problemas socioeconômicos brasileiros; entretanto, trata-se de um documento importante no enfrentamento das desigualdades sociais presentes no país. Por quê? Debata essa questão com os colegas.

OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens: Manifestações por direitos no Brasil

A Constituição Cidadã

Em novembro de 1986, foram eleitos os congressistas que iriam compor a **Assembleia Nacional Constituinte**, instalada em 1º de fevereiro de 1987, cuja tarefa era elaborar uma nova constituição para o país. A redação desse documento representou um passo importante no caminho para a redemocratização. Era preciso projetar instituições sólidas, capazes de manter a normalidade democrática em momentos de crise, garantir os direitos e liberdades fundamentais e ampliar os espaços para o exercício da cidadania de todos os brasileiros.

Entre senadores e deputados federais, 559 parlamentares fizeram parte da Assembleia Constituinte, que contou com amplo apoio popular e participação de diferentes setores da sociedade. Conforme as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling,

> Durante um ano e oito meses o Congresso se transformou no centro da vida pública nacional, e a sociedade se organizou para participar do debate constitucional em associações, comitês pró-participação popular, plenários de ativistas, sindicatos. Surgiram inúmeras formas de manifestação. A mais inovadora, as "emendas populares", abarcava todo tipo de tema, e funcionou como um instrumento de democracia participativa – no fim do processo, foram encaminhadas 122 emendas populares à Constituinte, contendo mais de 12 milhões de assinaturas.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 736.

Tamanha participação popular resultou na elaboração da constituição brasileira mais democrática da história nacional, alcunhada de "cidadã" por Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Ela foi promulgada em 5 de outubro de 1988 e, apesar das mais de 130 emendas agregadas até 2023, o documento não foi descaracterizado em sua essência.

As emendas alteram o texto constitucional em determinadas matérias, mas não podem modificar cláusulas pétreas que são inalteráveis, como por exemplo: o direito ao voto direto, secreto e universal; a forma federativa do Estado brasileiro; a separação dos poderes e os **direitos fundamentais**, como os direitos a saúde, alimentação, segurança, trabalho digno, moradia e educação de qualidade.

A Constituição brasileira de 1988 é considerada uma das mais avançadas do mundo em termos de direitos dos cidadãos, mesmo que haja muitos desafios para efetivar na prática os princípios que a regem.



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, acena para os parlamentares durante sessão do Congresso Nacional que promulgou a Constituição Federal, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 5 de outubro de 1988.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Direitos fundamentais

Os direitos fundamentais ganharam destaque na Constituição de 1988 e podem ser entendidos como uma conquista histórica quando comparados às práticas de violação dos direitos humanos perpetradas durante a ditadura civil-militar. São direitos fundamentais o direito de igualdade (isonomia), o direito à vida, à liberdade de ir e vir, de expressão e de liberdade religiosa. O artigo 5º também expressa o direito à ampla defesa e à presunção de inocência, além da proibição da tortura.

Estas são algumas das conquistas asseguradas pela Constituição Cidadã:

- garantiu prioridade dos direitos fundamentais às crianças e aos adolescentes;
- garantiu direitos aos idosos e aos portadores de deficiência, como o direito ao salário mínimo para aqueles que não podem prover a própria subsistência;
- reconheceu a **família monoparental**, a união estável e o direito amplo dos filhos adotivos;
- reconheceu o direito de populações indígenas e quilombolas às terras que tradicionalmente ocupam;
- garantiu a todos os cidadãos brasileiros o acesso à saúde pública por meio da criação do **Sistema Único de Saúde** (SUS).

Alguns desses direitos foram se consolidando ao longo do tempo em consequência da luta e da pressão dos trabalhadores e de comunidades minoritárias, como quilombolas e indígenas. O princípio de isonomia permite que haja tratamento desigual para aqueles que estão em situações diferentes. Nesse sentido, as ações afirmativas expressas, por exemplo, nas reservas de vagas, são consideradas constitucionais pelo **Supremo Tribunal Federal** (STF), responsável por interpretar e julgar a constitucionalidade das leis. O mesmo princípio busca combater discriminações e exclusões em virtude de identidade de gênero e da orientação sexual.

Em 2018, o STF reconheceu aos transgêneros, transexuais e travestis o direito à alteração de nome e de gênero (sexo) diretamente no registro civil, sem a necessidade de recorrer a autorização judicial. Outra decisão nesse sentido equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, garantindo proteção às minorias que pertencem à comunidade LGBTQIA+.

Família monoparental: família composta apenas de uma mãe ou um pai, decorrente do abandono ou morte de um dos pais ou de adoção por somente uma pessoa.

Saiba mais

A criação do SUS também foi obra da luta de grupos sociais organizados. Na década de 1970, o movimento conhecido como Reforma Sanitária Brasileira (RSB), formado por trabalhadores da área da saúde, universitários, sindicatos e movimentos populares, lutou para garantir o acesso gratuito da população à saúde, direito que não existia no país. O resultado das pressões do RSB foi a inclusão desse direito na Constituição de 1988, que culminou na criação do SUS.



LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Jovem recebendo vacina no Rio de Janeiro, capital. Fotografia de 2021. Antes da criação do SUS, o acesso gratuito à saúde era garantido somente aos trabalhadores com registro em carteira; autônomos e desempregados contavam apenas com instituições de caridade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O direito à terra no Brasil e a Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 estabelece um marco jurídico avançado para o direito à terra no Brasil, incorporando princípios de justiça social e sustentabilidade ao reconhecer um longo histórico de luta de camponeses, indígenas e quilombolas.

Desde a década de 1950, a questão agrária ganhou mais destaque na agenda nacional com a organização das Ligas Camponesas. Em 1963, por meio do **Estatuto do Trabalhador Rural** (Lei nº 4.214/1963), o presidente João Goulart estendeu aos assalariados do campo os direitos do operariado urbano. No período, a reforma agrária passou a ser debatida por políticos de diferentes vertentes ideológicas.

No ano seguinte, o governo do general Castello Branco promulgou o **Estatuto da Terra** (Lei nº 4.504/1964). Porém, por falta de vontade política e em razão da oposição de grandes proprietários, o estatuto apresentou valor mais simbólico do que prático. Destaca-se o mérito de dispor sobre a redistribuição de terras e o reconhecimento da função social da propriedade. Mais tarde, com o intuito de diminuir tensões sociais, o general Médici criou, em 1970, o **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária** (Incra).

Em janeiro de 1984, apoiado pela Comissão Pastoral da Terra, por movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que reivindicava a reforma agrária por meio de marchas e ocupações para chamar a atenção da sociedade e dos poderes públicos para o tema. Com a redemocratização, o presidente José Sarney lançou o **Plano Nacional da Reforma Agrária**, com o objetivo de assentar mais de 1 milhão de famílias. Novamente, a oposição dos proprietários fundiários interditou o projeto.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 reafirmou disposições do Estatuto da Terra ao reforçar a função social da propriedade, caracterizada por seu aproveitamento e uso racional e pelo respeito às leis trabalhistas e o benefício mútuo de proprietários e trabalhadores. Também estabeleceu apontamentos para a desapropriação de imóveis rurais mediante indenizações, prevendo a redistribuição da terra e a destinação de terras públicas para a reforma agrária. Dessa forma, o texto constitucional visou equilibrar o direito individual à propriedade e os direitos coletivos.

A Constituição de 1988 também contemplou as causas indígena e quilombola, reconhecendo a organização social desses povos, seus costumes, línguas e crenças, bem como suas tradições e seu direito às terras que tradicionalmente ocupam. Segundo o texto constitucional, além de originário, o direito do indígena à terra é imprescritível. Isso significa que ele é anterior à existência do Estado brasileiro e tem valor permanente.



RICARDO TELES/PULSAR IMAGENS

Agricultor trabalhando a terra em pequena propriedade de assentados da reforma agrária em Ponto Belo, Espírito Santo. Fotografia de 2024. A imagem contrasta com a estrutura fundiária do país no qual, atualmente, 1% dos proprietários de terra concentram cerca de 45% das terras agricultáveis brasileiras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As eleições diretas e o governo Collor

Como previa o texto constitucional, em 1989 ocorreram eleições diretas para presidente da república. Entre os vários candidatos que disputaram a eleição, foram para o segundo turno Fernando Collor de Mello, político egresso da antiga Arena e ex-governador de Alagoas, e Luiz Inácio Lula da Silva, ex-operário, ativista sindical e dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT). No segundo turno, Collor obteve 53,03% dos votos válidos, derrotando Lula.

Logo após a posse, em março de 1990, Collor instituiu um pacote de medidas econômicas radicais, denominado Plano Collor. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, planejou que por dezoito meses, ficariam congelados os investimentos, as cadernetas de poupança e as contas correntes do país que excedessem o valor de 50 mil cruzeiros. O objetivo era restringir o consumo e frear a circulação de moeda para combater a hiperinflação que assolava o país.

Embora a inflação tenha caído nos primeiros meses, questões econômicas fundamentais não foram resolvidas. O bloqueio das contas bancárias provocou a falência de milhares de empresas, e alguns meses depois a inflação voltou a subir. Além da implantação do plano econômico, o governo abriu o mercado brasileiro ao comércio internacional e a investimentos estrangeiros, rompendo com a política industrial protecionista que reservava o mercado a produtos fabricados pela indústria nacional.

As medidas econômicas tomadas foram controversas e não surtiram o efeito desejado. À insatisfação da população se somaram denúncias de escândalos de corrupção que envolviam membros do governo, incluindo o próprio presidente. Em 1992, ocorreu a **ECO-92**, que se configurou uma chance de desviar o foco dos problemas internos e posicionar o país no centro do debate ambiental.

Saiba mais

Entre 3 e 14 de junho de 1992, a cidade do Rio de Janeiro sediou a Cúpula da Terra, também conhecida como Eco-92. Durante esse período, Collor transferiu a capital do Brasil para o Rio de Janeiro e convocou as forças armadas para realizarem a segurança do evento. A convenção reuniu delegações de 178 países e mobilizou paralelamente movimentos sociais, sociedade civil e empresas privadas, marcando o início da conscientização ambiental e ecológica e chamando a atenção do mundo todo para essa temática.

Ao final do encontro, o principal documento elaborado e ratificado coletivamente foi a **Agenda 21**, que estabeleceu como objetivos erradicar globalmente a pobreza, favorecer políticas de geração de renda e acesso à educação básica, ofertar recursos aos países em desenvolvimento, combater o desflorestamento e a seca, bem como estimular o desenvolvimento sustentável.

A conferência foi fundamental para apontar caminhos e criar compromissos éticos, subsidiando encontros posteriores, como as Conferências do Clima (COP), o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015). No entanto, por si só, ela não tinha poder de garantir sua implementação, que de fato depende da decisão de governos, empresas e da sociedade em geral.

Dados sobre a votação e referentes à inflação foram retirados de: DATAFOLHA antecipou o resultado final. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 69, n. 22.178, p. B6, 22 dez. 1989; SINGER, Paul. O processo econômico. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.); REIS, Daniel Aarão (coord.). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010, v. 5. Rio de Janeiro: Objetiva/Madri: Fundación Mapfre, 2014. p. 219 (História do Brasil Nação: 1808-2010).



LUCIANA WHITAKER/FOLHAPRESS

Fernando Collor de Mello na abertura da ECO-92, realizada no município do Rio de Janeiro, capital. Fotografia de 1992.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Classificação indicativa do documentário *Confisco*: 14 anos.

Dica

Confisco

Direção: Ricardo Martensen, Felipe Tomazelli. Brasil, 2020. 87 minutos.

Documentário que mostra a história dos afetados pelo confisco das contas bancárias brasileiras em 1990, o maior já realizado por um governo democrático contra seus cidadãos. O fio condutor é uma ação penal movida contra os bancos que efetivaram o plano.

O fim do governo Collor

Entre 1991 e 1992, os escândalos e as denúncias de corrupção administrativa envolvendo o presidente não paravam de crescer. Revelações feitas à imprensa pelo irmão do presidente, Pedro Collor, em maio de 1992, agravaram a crise. A imprensa e uma **Comissão Parlamentar de Inquérito** (CPI) revelaram o amplo esquema de fraudes comandado por Paulo Cesar Farias, ex-tesoureiro da campanha presidencial de Collor, além de desvio de verbas, propinas e apropriação indevida de dinheiro público.

Diante da situação, o presidente convocou a população a sair às ruas vestindo verde e amarelo em sinal de apoio ao governo. Ao invés disso, muitas pessoas foram às ruas vestindo roupas pretas, com o rosto pintado e pedindo a cassação do mandato do governante.

O movimento, que começou de forma espontânea, aos poucos foi ganhando as ruas. Formado majoritariamente por jovens, que ficaram conhecidos como **caras-pintadas**, o movimento entoava palavras de ordem como "Fora, Collor!" e "*Impeachment* já!". Em 14 de agosto, mais de 100 mil manifestantes saíram às ruas de Brasília; no dia 25, mais de 200 mil protestaram nas ruas de São Paulo. Aos poucos, o movimento dos caras-pintadas se espalhou pelo país, apoiado pela imprensa e por boa parte da população.

Em setembro, a Câmara dos Deputados determinou a abertura do processo de *impeachment* do presidente e seu afastamento temporário do cargo. No dia 29 de dezembro, antes que o Senado julgasse o caso, Collor renunciou à Presidência da República. Seu vice, Itamar Franco, que havia assumido o poder em outubro, passou a governar oficialmente o Brasil.

A intenção de Collor ao renunciar antes de ter seu caso julgado pelo Senado Federal foi interromper o processo e manter seus direitos políticos, pois, caso fosse cassado, perderia o direito de se candidatar novamente por oito anos. Além disso, a Justiça entendeu que a continuidade do processo de afastamento deveria ocorrer. Desta forma, Collor foi impedido de concorrer a novos cargos por oito anos.

Em 2006, Collor foi eleito senador da república pelo estado de Alagoas, sendo reeleito em 2014 (o mandato de senador é de oito anos). Além disso, ele concorreu ao governo do estado em três oportunidades (2002, 2010 e 2022), tendo sido derrotado em todas elas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Qual foi a estratégia da política econômica apresentada pelo governo Collor? Ela foi bem-sucedida? Justifique.**
2. **Com base em seus estudos, é possível afirmar que a participação dos jovens influencia a política em âmbito local e nacional? Debata com os colegas.**



EDER CHIODETTO/FOLHAPRESS

Estudantes do movimento dos caras-pintadas durante manifestação a favor do *impeachment* do presidente Fernando Collor em São Paulo, capital. Fotografia de 1992. Os jovens foram os grandes protagonistas das manifestações que culminaram na abertura de processo de *impeachment* contra o então presidente.

Dados referentes ao movimento dos caras-pintadas foram retirados de: DIAS, Luiz Antonio. Política e participação juvenil: os "caras-pintadas" e o movimento pelo *impeachment*. **História Agora**, São Paulo, v. 1, p. 1-18, 2004. p. 13.

O governo Itamar Franco

Ao assumir o governo no final de 1992, Itamar Franco mostrou-se determinado a resolver os problemas nacionais mais graves, sobretudo o da hiperinflação. Em maio de 1993, o sociólogo e senador por São Paulo Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu o Ministério da Fazenda com a missão de combater a hiperinflação, que naquele ano atingiu índices superiores a 30% ao mês, acumulando o espantoso índice de 2.708% ao ano. Desse modo, combater a hiperinflação passou a ser um ponto focal da política do governo.

Promovendo privatizações, corte de gastos públicos e renegociação da dívida externa com os bancos credores, FHC e um time de economistas desenvolveram o **Plano Real**, que teve início em fevereiro de 1994. Com o tempo, o plano foi revelando sua eficácia: a inflação caiu, os salários recuperaram o poder de compra e o mercado aqueceu-se, com vendas expressivas, especialmente de bens de consumo.

O grande mérito do Plano Real foi ter diagnosticado corretamente as causas do problema inflacionário brasileiro, em grande medida observando outras experiências históricas. Segundo o economista Paul Singer:

> O Plano Real não congelou preços nem veio sob a forma de "pacote-surpresa". Foi submetido à discussão pública e à aprovação pelo Parlamento. Nesse sentido, teve caráter democrático e contou com o apoio da sociedade. [...] O efeito sobre a inflação foi imediato. Em abril, 45,57%; maio, 43,77%; junho, 49,10%. Já em julho, a inflação desceu a 32,45%; em agosto, despencou para 2,60%; em setembro, para 1,46%, subindo em outubro para 2,65%; em novembro, 3,11%; e, em dezembro, caiu para 1,11%.
>
> SINGER, Paul. O processo econômico. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.); REIS, Daniel Aarão (coord.). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010, v. 5. Rio de Janeiro: Objetiva/Madri: Fundación Mapfre, 2014. p. 223 (História do Brasil Nação: 1808-2010).

O sucesso do Plano Real deu credibilidade ao então ministro da Fazenda para se candidatar ao cargo de presidente da república. Prevendo que o plano progrediria, Fernando Henrique deixou o cargo de ministro em março de 1994. A defesa do plano e da estabilização dos preços tornou-se o mote de sua campanha presidencial, e FHC passou a liderar as pesquisas de intenção de voto.

Na disputa presidencial de 1994, FHC colheu os frutos do êxito do Plano Real e foi eleito presidente da república ainda no primeiro turno das eleições, com 55,22% dos votos válidos.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Segundo Paul Singer, de que forma a elaboração do Plano Real se distinguiu dos planos econômicos antecedentes?
2. Qual foi o impacto desse plano econômico no comportamento inflacionário de 1994?
3. Por que o controle da inflação é importante para a sociedade brasileira?

Dados numéricos sobre o resultado da eleição para presidente em 1994 foram retirados de: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resultado das eleições 1994 – Brasil. **Portal TSE**, Brasília, DF. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil. Acesso em: 16 jul. 2024.



SÉRGIO LIMA/FOLHAPRESS

O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, e o presidente da república, Itamar Franco, apresentam as novas cédulas do real, que substituiu o cruzeiro real, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 1º de julho de 1994. Ricupero assumiu o Ministério da Fazenda em março, após a saída de Fernando Henrique Cardoso.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os anos FHC

Com a inflação controlada, FHC iniciou seu governo com estabilidade para dar continuidade ao programa de reformas econômicas. A gestão FHC combateu os contínuos déficits fiscais e buscou equilibrar as contas nacionais; para tanto, iniciou um processo de cortes de despesas públicas e aumento de impostos para garantir o pagamento da dívida externa e atrair novos investimentos para o país.

Com o objetivo de se proteger de crises externas como as do México (1995), Ásia (1998) e Rússia (1998), de atrair o capital externo, coibir o consumo e, consequentemente, controlar a inflação, o governo FHC elevou as taxas básicas de juros da economia entre 1995 e 1998.

No período, as dívidas externa e interna cresceram significativamente. Assim, embora a moeda continuasse estável e mantivesse seu poder de compra, houve outros efeitos recessivos marcantes: diminuição de investimentos produtivos, especulação financeira e aumento do desemprego, que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), saltou de 6,7%, em 1995, para 9,7%, em 1998. Apesar desses efeitos negativos, durante o primeiro governo FHC estima-se que 6,4 milhões de pessoas tenham saído da linha de pobreza, passando a ter acesso a bens básicos de consumo.

Visando enxugar a máquina pública e consolidar a inserção do país no **capitalismo globalizado**, o governo FHC privatizou empresas estatais nas áreas de energia, siderurgia, transporte ferroviário, telecomunicações e no setor bancário. Sua gestão facilitou a entrada de empresas estrangeiras no país, até mesmo em setores que eram monopólio estatal, como o da exploração do petróleo.

Dados numéricos sobre a pobreza, o desemprego e a reeleição de FHC foram retirados de: SOLIANI, André. Pobreza volta a crescer no segundo mandato de FHC. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 80, n. 26.178, p. B6, 9 out. 2000; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Taxa de desemprego**. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=486696880. Acesso em: 16 jul. 2024; TOLEDO, J. R. de. FHC venceu em 87% dos municípios. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 78, n. 25.414, p. 8, 1º nov. 1998.

A reeleição de FHC

No dia 4 de junho de 1997, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 16, que permitiu aos ocupantes de cargos executivos concorrerem à reeleição sem a necessidade prévia de deixar o cargo. Essa polêmica mudança na constituição permitiu que FHC se candidatasse a um segundo mandato presidencial. Assim, nas eleições presidenciais de 1998, apesar do aumento do desemprego, do baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da crise cambial, FHC foi reeleito presidente em primeiro turno com 53,06% dos votos válidos.

No decorrer de seu segundo mandato, FHC buscou manter a estabilidade econômica e controlar a inflação. Para cumprir essa meta central em sua política econômica, o governo do PSDB contraiu novos empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e efetivou novas práticas recessivas.



CLÁUDIO/FOLHAPRESS

Charge do cartunista Cláudio, de 1996, sobre a emenda constitucional que autorizou os ocupantes de cargos executivos a concorrerem a um segundo mandato sem a necessidade de deixar o cargo. Na charge, o presidente Fernando Henrique, à direita, conversa com o vice-presidente, Marco Maciel, fazendo referência às cinco metas prioritárias divulgadas em sua primeira campanha presidencial.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Balanço do governo FHC

Nos oito anos do governo FHC, a economia brasileira passou a figurar entre as dez maiores do mundo. Contudo, a miséria continuou existindo, e a redução da desigualdade social foi tímida: cerca de 10% da população concentrava metade de toda a riqueza produzida no país. Mesmo assim, foram introduzidas políticas públicas que melhoraram os índices sociais brasileiros.

No período, o Ministério da Saúde teve uma atuação de destaque em virtude de programas bem-sucedidos que reduziram o custo de medicamentos essenciais, sobretudo por meio da promulgação da **Lei dos Medicamentos Genéricos** (Lei nº 9.787/99), que permitiu a indústrias farmacêuticas produzirem medicamentos mais baratos, além do investimento na quebra de patentes de medicamentos contra a aids, uma grande preocupação da época.

Alguns indicadores socioeconômicos do país melhoraram, como a diminuição da mortalidade infantil. Segundo o Censo 2000 do IBGE, a taxa de mortalidade de crianças no Brasil teve uma redução de 38,3%: se em 1991, a cada mil nascidas vivas, morriam 48,3 crianças antes de completar um ano, em 2000 essa taxa caiu para 29,6 crianças por mil.

Políticas sociais voltadas à população negra começaram a ganhar protagonismo por causa da pressão dos movimentos sociais. Nesse sentido, o governo implementou o **Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial**, ajudando a dar visibilidade à luta contra o racismo e contra a discriminação em nosso país.

Destaca-se também a criação do programa **Toda Criança na Escola** (1997), posteriormente substituído pelo **Bolsa Escola** (2001), destinado a famílias de baixa renda, que passaram a receber um benefício mensal condicionado à frequência escolar de seus filhos. No período, houve um aumento na taxa de escolarização no Ensino Fundamental do Brasil, que passou de 67% em 1970 para 95% em 1998.

O analfabetismo também caiu. De acordo com o IBGE, em 1991 cerca de 19 milhões de pessoas (20,07% da população) foram classificadas como analfabetas; em 2000, esse número caiu para 16 milhões de pessoas (13,63% da população). Porém, as avaliações nacionais e internacionais realizadas em 2000 evidenciaram que esse aumento de matrículas foi mais quantitativo do que qualitativo, visto que os alunos da maioria das escolas públicas apresentavam fraco desempenho.

Na área política, escândalos político-financeiros abalaram a imagem do governo, como as denúncias de compra de votos de parlamentares para a aprovação da emenda da reeleição e as suspeitas de favorecimento de empresas nos processos de privatização da Companhia Vale do Rio Doce e do Sistema Telebras.

Dados relativos à mortalidade, à taxa de escolarização e à desigualdade foram retirados de: VALENTE, Rubens. Taxa de mortalidade infantil cai menos na última década. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 82, n. 26.717, 27 maio 2002. Folhateen, p. 11; DURHAM, Eunice Ribeiro. A educação no governo de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 231-254, out. 1999; BILLI, Marcelo. País de FHC concentra renda; gasto social evita mais pobreza. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 82, n. 26.860, p. E5, 17 out. 2002.

JUCA VARELLA/FOLHAPRESS



Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 1995. Ocorrido no aniversário de 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, o evento marca um momento importante na história da luta por respeito e reconhecimento do povo negro no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O governo Lula

Nas eleições presidenciais de 2002, FHC não conseguiu eleger José Serra, ex-ministro da Saúde e candidato do PSDB à sucessão presidencial. Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, derrotado em três eleições consecutivas, foi eleito presidente da república, vencendo a eleição no segundo turno com 61,27% dos votos válidos. Em 2006, Lula foi reeleito com 60,83% dos votos válidos, derrotando no segundo turno o candidato Geraldo Alckmin, do PSDB.

No âmbito da economia, o governo Lula seguiu a mesma lógica do governo FHC, adotando um programa econômico centrado no controle da inflação e na contenção dos gastos públicos com o intuito de restaurar a credibilidade do país no mercado internacional a fim de atrair novos investimentos.

No plano social, o governo investiu em políticas públicas de inclusão social centradas no extrato mais pobre da população. A grande vitrine da campanha foi o programa **Fome Zero**, cujo objetivo era garantir segurança alimentar a todos os brasileiros. A principal ação desse programa foi a implantação do **Bolsa Família**, programa de transferência de renda surgido da junção de programas criados ainda no governo FHC, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás.

O Bolsa Família foi transformado em lei em 2004 (Lei nº 10.836/04). Seus beneficiários deveriam manter os filhos matriculados na escola e com a carteira de vacinação em dia, entre outras exigências. Dessa forma, foi possível garantir alguma cidadania às pessoas mais vulneráveis da população por meio do acesso a serviços básicos de saúde e educação.

Em 2006, o governo sancionou a **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional** (Lei nº 11.346/06), que garantia a todos o direito de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade. Em 2009, o governo criou o **Programa Nacional de Alimentação Escolar** (Lei nº 11.947/09), efetivando o direito à alimentação escolar para estudantes de todo o país. O resultado dessa política foi positivo: entre 2002 e 2013, a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação caiu 82%, o que retirou o Brasil do Mapa Mundial da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), transformando o Brasil em modelo a ser seguido no tema em função dessa importante conquista.

Dados sobre a redução da fome no país foram retirados de: BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. **Portal Gov.br**, Brasília, DF, 16 set. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014. Acesso em: 16 jul. 2024.
Dados sobre a evolução do salário mínimo foram retirados de: COSTANZI, Rogério Nagamine. Evolução do salário mínimo real no Brasil entre 2002 e 2022. *In*: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). **Informações Fipe**, São Paulo, n. 508, p. 26. jan. 2023.



JOA SOUZA/SHUTTERSTOCK

Crianças durante merenda em Curaçá, Bahia. Fotografia de 2023. Os programas sociais criados durante o governo Lula, como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, tiraram o país do mapa da fome em 2014.

Outro aspecto relevante que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres foi a valorização do salário mínimo – que saltou de 200 reais em 2002 para 510 reais em 2010, registrando um ganho real acumulado no período de 53,70% – e a queda na taxa de desemprego, que passou de 10,9% em 2003 para 5,3% em 2010. O resultado foi o aumento na renda da população, permitindo aos mais pobres fazerem parte do mercado de consumo de massa, o que ajudou a impulsionar o mercado interno e a economia como um todo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pautas sociais e ambientais

Segundo o artigo 5º da Constituição de 1988, "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". No entanto, conforme estudamos, o princípio da isonomia permite que haja tratamento desigual entre pessoas que estão em situações diferentes. Esse é o fundamento das políticas de ação afirmativa, que visam corrigir desigualdades históricas. Nesse sentido, em 2003, foi instituída a **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial** com o objetivo de promover a igualdade e a proteção a grupos étnicos afetados por discriminação, com ênfase na população afrodescendente.

Também em 2003 foi criada a **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**, que tem por objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação. Um dos exemplos mais expressivos foi a aprovação da **Lei Maria da Penha** (Lei nº 11.340/06), que tornou mais dura a pena contra agressores de mulheres no âmbito doméstico e familiar. A Lei Maria da Penha tipificou a agressão contra mulheres como violação aos direitos humanos.



PREFEITURA DE LONDRINA

Cartaz elaborado em 2024 pela Prefeitura de Londrina, no Paraná, para campanha de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

No âmbito da política ambiental, não se chegou a um consenso entre políticos, empresários e cidadãos sobre o tema, uma vez que havia conflito de interesses entre a ideia de sustentabilidade e a de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a implantação de uma agenda ambiental gerou bastante polêmica e resistência na sociedade. Dois princípios embasaram as propostas do governo nessa área: transversalidade da gestão e conservação e uso sustentável.

O primeiro diz respeito à participação integrada de várias áreas do governo no tratamento da política ambiental. Foi o que ocorreu na implantação do **Plano de Ação para o Controle do Desmatamento da Amazônia**, que envolveu treze Ministérios. O resultado foi a queda de 31% da taxa de desmatamento em apenas um ano, números comemorados local e internacionalmente. Entre 2003 e 2010, a redução foi de 77%, consolidando o sucesso dessa iniciativa. Segundo o engenheiro agrônomo Paulo Kageyama e o engenheiro florestal João Dagoberto dos Santos:

> Manter a floresta em pé significa assegurar que o ecossistema seja manejado de forma sustentável, o que deveria se prescrever para a nossa Amazônia. Vale comparar o balanço do Plano de Combate ao Desmatamento do Governo em 2003, no qual se aportaram [...] 50 milhões [de dólares] por ano, reduzindo cerca de 500 mil hectares por período, o que grosseiramente significa um investimento de cerca de [...] 100 [dólares] por hectare. A restauração de uma floresta tropical na Mata Atlântica, com resultados ainda sofríveis, custa cerca de [...] 2.000 [dólares] por hectare, revelando a urgência de mantê-la em pé.
>
> KAGEYAMA, Paulo Yoshio; SANTOS, João Dagoberto dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**, Bauru, v. 1, n. 2, out. 2011/mar. 2012. p. 186.

O segundo princípio, da conservação e do uso sustentável, envolve a criação do **Plano Nacional de Áreas Protegidas** (Pnap), que resultou no aumento de 41% da área ocupada por **Unidades de Conservação** (UCs), preservando a vegetação e a biodiversidade.

Responda no caderno.

Enfoque

1. **Qual é a tese principal dos autores com relação à sustentabilidade da Amazônia?**
2. **Podemos dizer que existe uma racionalidade econômica justificando essa tese? Explique.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Diplomacia, corrupção e economia

Na política externa, o governo buscou implantar uma política de relações multilaterais, estabelecendo parcerias com países na América do Sul, na África e na Ásia, como a África do Sul e a China. Esse relacionamento no "eixo Sul-Sul" tinha o intuito de promover uma nova ordem mundial, questionando a globalização e a supremacia estadunidense. Com essa política, o Brasil conseguiu projetar-se como ator importante no cenário internacional, utilizando o poder de persuasão da diplomacia e da cultura política para resolver conflitos sem recorrer ao uso da força.

No entanto, o primeiro mandato de Lula também foi marcado por uma série de denúncias de corrupção. A mais grave veio à tona em 2005, quando Roberto Jefferson, deputado federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), acusou o ministro da Casa Civil, José Dirceu, de chefiar um esquema de compra de votos de parlamentares para a aprovação de projetos de interesse do governo por meio do pagamento de uma "mensalidade", o que acabou nomeando a denúncia como "escândalo do mensalão". Com a repercussão do suposto esquema, José Dirceu foi afastado da Casa Civil.

Logo no início de seu segundo mandato, Lula anunciou o **Programa de Aceleração do Crescimento** (PAC), um conjunto de ações destinadas a estimular o crescimento econômico do país e a garantir um aumento anual do PIB, entre 2007 e 2010, de pelo menos 5%. O PAC foi objeto de muita polêmica, pois sua aplicação e operacionalidade foram questionadas. Entretanto, em 2007, a economia brasileira cresceu 6,1% e, no início de 2008, o Brasil pagou sua dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), passando a ser considerado pelo mercado financeiro internacional um país seguro para receber investimentos.

A crise econômica de 2008, originada na quebra do sistema de hipotecas dos Estados Unidos, afetou bancos e bolsas de valores no mundo inteiro. Para compensar o encolhimento do mercado externo, o governo brasileiro estimulou o mercado interno reduzindo tributos e expandindo o crédito, o que poupou o país dos efeitos mais danosos da crise internacional.

Apesar do sucesso econômico, o segundo mandato de Lula foi marcado por novos escândalos de corrupção, envolvendo principalmente Renan Calheiros, presidente do Senado, além de José Sarney e outros políticos da base aliada do governo, acusados de cometer irregularidades.

Dica

#08 – 1º Governo Lula: do entusiasmo ao mensalão

Produção: F451 & JOTA. Brasil, 2022. 40 minutos.

O oitavo episódio do *podcast* "Petecanos", que conta a história da relação entre petistas e tucanos (como são chamados os políticos do PSDB), narra a chegada do PT ao poder, o escândalo do mensalão e a conjuntura política da época.

Dados sobre o crescimento econômico foram retirados de: AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Em 2007, PIB atinge R$ 2,7 trilhões e cresce 6,1%. **Portal Gov.br**, 4 nov. 2009. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13737-asi-em-2007-pib-atinge-r-27-trilhoes-e-cresce-61. Acesso em: 16 jul. 2024.



ALAN MARQUES/FOLHAPRESS

O ministro da Casa Civil, José Dirceu (sentado, ao microfone), depõe na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2005. Em pé, de terno cinza, o deputado Roberto Jefferson, que denunciou o "mensalão".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O governo Dilma Rousseff

Apesar de as crises políticas frequentes atingirem o núcleo do governo, Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil e candidata do PT, venceu as eleições de 2010 no segundo turno com 56,05% dos votos válidos. Primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil, Dilma deu continuidade à política econômica de seu antecessor, centrada na estabilidade econômica e no fortalecimento do mercado interno. A credibilidade da presidente, porém, diminuiu com as sucessivas denúncias de corrupção e com o baixo crescimento econômico. Além disso, a partir de 2013, a inflação passou a dar sinais de que poderia retornar.

Para tentar diminuir a crise, o governo Dilma deu continuidade à política de investimentos em infraestrutura iniciada na gestão do presidente Lula. O PAC2, lançado em 2011, prenunciava investimentos ainda maiores do que na primeira fase. Esses recursos previam investimentos nas áreas de energia, mobilidade urbana a cidadania (unidades de saúde, creches, pré-escolas e quadras esportivas), além da construção de moradias populares e de projetos de saneamento. O balanço desses investimentos foi apenas parcialmente positivo, pois a melhora na infraestrutura urbana e de serviços no país foi acompanhada de gastos elevados e atrasos na entrega das obras.

A crítica dos especialistas vinha do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo, que visava crescimento econômico baseado em gastos públicos. Como o governo gastava mais do que arrecadava, houve aumento da inflação.

As Jornadas de Junho

Em junho de 2013, manifestações contra o aumento das tarifas de transporte público tomaram as principais cidades brasileiras, em uma série de protestos que ficaram conhecidos como **Jornadas de Junho**. Com a divulgação da repressão policial contra os manifestantes e agentes da imprensa, os atos ganharam a simpatia de boa parte da opinião pública. O número de manifestantes e de reivindicações aumentou, e passaram a reunir milhares de pessoas nas principais cidades do Brasil. Os protestos também exigiam o fim da corrupção, a melhora na qualidade dos serviços públicos e questionavam os gastos com aeroportos, estádios de futebol e com a Vila Olímpica no Rio de Janeiro para sediar, respectivamente, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

A desaprovação do governo cresceu e, no final do primeiro mandato, os números da economia revelaram retrocesso. O PIB cresceu, em média, 2,1% ao ano, bem abaixo do crescimento verificado no governo Lula e inferior ao da economia mundial e da América Latina, que foram, respectivamente, 3,4% e 2,9% na média anual do mesmo período.

Dados sobre o resultado eleitoral e a economia foram retirados de: DILMA é a eleita. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 90, p. 1, 1º nov. 2010; CORSI, Francisco Luiz. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016.

YASUYOSHI CHIBA/AFP



Protesto ocorrido em Recife, Pernambuco, durante as chamadas Jornadas de Junho. Fotografia de 2013. Iniciados em São Paulo, os protestos se espalharam por todo o país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O segundo mandato de Dilma Rousseff

Em março de 2014, a Polícia Federal iniciou a **Operação Lava Jato**, que investigou um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro que envolvia empresários, integrantes de partidos políticos e dirigentes da Petrobras. Embora a operação tenha revelado a participação de políticos tanto da oposição quanto da base governista, o momento fragilizado da economia brasileira e a crise financeira instaurada na petroleira contribuíram para direcionar a insatisfação da população para o governo, desgastando a imagem de Dilma e de seu partido.

Apesar disso, Dilma foi reeleita nas eleições daquele ano, mas com uma margem muito apertada: 51,64% dos votos válidos no segundo turno. Para conter a pressão inflacionária e equilibrar as contas do governo, Dilma nomeou Joaquim Levy ministro da Fazenda em janeiro de 2015. Bem recebido pelo mercado financeiro e pelo empresariado, Levy propôs uma série de medidas para garantir a estabilidade econômica do país, como cortes no orçamento, elevação na taxa de juros e mudanças nas regras de concessão de benefícios previdenciários.

A mudança na política econômica descontentou sindicatos e movimentos sociais. Em dezembro do mesmo ano, após enfrentar a oposição de alguns setores do governo em relação à votação da lei do orçamento de 2016, Levy deixou o governo. Seu lugar foi ocupado por Nelson Barbosa, ex-ministro do Planejamento, que recebeu a complicada tarefa de conciliar as medidas já propostas com a manutenção dos projetos sociais e a geração de empregos.

Avanços sociais

Alguns projetos sociais que ganharam destaque na gestão de Dilma Rousseff estão relacionados à educação, como o programa **Ciência sem Fronteiras** e a política de cotas para o acesso ao Ensino Superior.

Implantado em 2011, o programa Ciência sem Fronteiras envolvia a concessão de bolsas de estudos no exterior para estudantes universitários brasileiros – entre 2011 e 2017 foram cerca de 104 mil bolsas concedidas. Apesar de o programa ter sido bem recebido pela comunidade científica, críticas apontavam os gastos excessivos para sua manutenção, além da falta de avaliação do impacto efetivo para a ciência no Brasil.

Já a chamada **Lei de Cotas** (Lei nº 12.711/12) ampliou o acesso à universidade para a parcela mais pobre da população, composta majoritariamente de negros, pardos e indígenas. A lei prevê que as universidades públicas e os institutos federais reservem metade das vagas para egressos das escolas públicas, negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e de baixa renda. Pesquisas recentes avaliam o impacto positivo dessa política pública, revelando o crescimento de 205% no número de estudantes que ingressaram nas universidades federais pela Lei de Cotas entre 2013 e 2019. Os dados a respeito dos programas citados foram retirados de: MARQUES, Fabrício. Experiência encerrada. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 256, p. 27. jun. 2017; HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise (coord.). **Avaliação das políticas de ação afirmativa no Ensino Superior no Brasil**: resultados e desafios futuros. Rio de Janeiro: Lepes/UFRJ: Ação Educativa, 2022. p. 10.



LUCIANA WHITAKER/PUSAR IMAGENS

Cacique José Urutau, da etnia Guajajara, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, debatendo a presença dos povos indígenas no Ensino Superior. Fotografia de 2023. Segundo o Censo Demográfico de 2022, entre 2011 e 2021, o número de estudantes indígenas matriculados no Ensino Superior subiu mais de 300%; entretanto, eles representam apenas 0,5% dos estudantes universitários do país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O processo de *impeachment*

Diferentemente de 2013, os protestos ocorridos entre 2015 e 2016 acentuaram a polarização da sociedade brasileira. Milhares de pessoas, com o apoio dos partidos de oposição e da mídia, saíram às ruas para protestar contra o governo, criando uma atmosfera favorável ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O pedido de afastamento foi acolhido pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2015. Dilma foi acusada de mau uso dos recursos públicos por meio de manobras fiscais, que ficaram conhecidas como "pedaladas fiscais". O cenário de crise econômica no país e de gestão na Petrobras contribuiu para inflamar a sociedade.

Contrapondo-se a esse cenário, manifestações organizadas com o apoio das centrais sindicais, dos movimentos sociais, de juristas e dos partidos da situação questionaram o fundamento de tal pedido, exigindo que a presidenta, democraticamente eleita, cumprisse integralmente seu mandato. Apesar das manifestações de apoio à presidenta, o processo de *impeachment* prosseguiu no Congresso.

Com a abertura do processo, Dilma foi afastada interinamente do cargo, que passou a ser exercido pelo vice-presidente Michel Temer. Em 31 de agosto de 2016, uma votação no Senado Federal confirmou a remoção de Dilma da Presidência. Temer, então, assumiu o cargo definitivamente nessa data. Apesar da perda do mandato, Dilma manteve seus direitos políticos, o que lhe permitiria candidatar-se novamente no futuro.

Em 2023, sete anos após o *impeachment*, a ação que deu origem ao afastamento de Dilma foi arquivada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-DF), que julgou, por unanimidade, improcedente o crime pelo qual a presidenta havia sido condenada e afastada do poder por ação de deputados e senadores.

Dica

Democracia em vertigem

Direção: Petra Costa. Brasil, 2019. 121 minutos.

Indicado ao Oscar de melhor documentário de longa-metragem, o filme mostra os bastidores do *impeachment* de Dilma Rousseff, o julgamento do ex-presidente Lula, a crise econômica do período e a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Classificação indicativa do documentário *Democracia em vertigem*: 12 anos.



MARCELO BASSUL/AFP/GETTY IMAGES

Vista aérea da Esplanada dos Ministérios em Brasília, Distrito Federal, durante votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Fotografia de abril de 2016. Durante a votação realizada no plenário da Câmara dos Deputados, grupos favoráveis e contrários à permanência da presidenta se manifestaram em frente ao Congresso.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O governo Michel Temer

Michel Temer tomou posse interinamente em 12 de maio de 2016, e sua primeira medida foi nomear novos ministros para compor sua equipe. Em seu primeiro discurso como presidente, Temer afirmou que manteria os programas sociais de sua antecessora e que faria um "governo de salvação nacional". Com a concretização do *impeachment* de Dilma Rousseff, Temer assumiu a Presidência de forma definitiva em 31 de agosto do mesmo ano.

O governo Temer foi marcado pela adoção de medidas de cunho neoliberal e por uma pequena melhora nos níveis econômicos do país. Durante sua gestão, a inflação foi controlada, tendo sido reduzida de 9,32% em 2016 para 2,76% em 2018. A taxa de juros da economia também caiu: de 14,25% quando Temer assumiu para 6,5% ao final de seu mandato. O desemprego, contudo, subiu de 11,2% (cerca de 11,4 milhões de pessoas) em agosto de 2016 para 13,1% (cerca de 13,7 milhões de pessoas).

Para controlar as contas públicas, Temer e o Congresso aprovaram, em dezembro de 2016, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 55, também chamada "PEC do Teto de Gastos", que estabelecia limites para os gastos públicos, reajustados somente com base na inflação do ano anterior. O objetivo da proposta era reequilibrar as contas públicas e promover o crescimento econômico. Contudo, os críticos da proposta afirmaram que a emenda impediria a ampliação dos investimentos em educação, saúde e geração de empregos, prejudicando os mais vulneráveis.

Durante o governo Temer, também foi aprovada a **Reforma Trabalhista** (Lei nº 13.467/17), que alterou mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo o governo, a reforma iria flexibilizar as relações de trabalho para gerar empregos. Entre as várias mudanças efetuadas está o chamado "trabalho intermitente", no qual o trabalhador pode ser contratado para realizar trabalhos ocasionais para uma empresa, sendo pago apenas pelos períodos efetivamente trabalhados. A reforma também determinou mais rigor para a abertura de processos trabalhistas na Justiça, em que os trabalhadores arcariam com as despesas processuais se a decisão lhes fosse desfavorável. A Lei de Terceirização também foi regulamentada pela reforma, e as empresas passaram a ter o direito de terceirizar qualquer ramo de atividade.

Segundo seus críticos, além de não gerar empregos com carteira assinada, as alterações na CLT trouxeram mais insegurança aos trabalhadores, contribuíram para aumentar a informalidade, esvaziaram o poder de negociação dos sindicatos e tornaram ainda mais precárias as condições de trabalho no país.

Dados sobre a economia foram retirados de: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxas de juros básicas – Histórico. **Portal Gov.br**, Brasília, DF. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros; MAZUI, Guilherme; MATOSO, Filipe; MARTELLO, Alexandro. Aos 2 anos, governo Temer festeja economia, mas enfrenta impopularidade, denúncias e crise política; relembre. **G1**, 12 maio 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/aos-2-anos-governo-temer-festeja-economia-mas-enfrenta-impopularidade-denuncias-e-crise-politica-relembre.ghtml. Acessos em: 16 jul. 2024.



BIRA DANTAS

Charge de Bira Dantas, de 2017, sobre a Reforma Trabalhista aprovada durante o governo de Michel Temer.

Responda no caderno.

Enfoque

1. A charge faz referência a um acontecimento histórico da Antiguidade. Que acontecimento é esse?
2. A charge é favorável ou contrária à reforma trabalhista? Justifique.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Novo Ensino Médio

Na área da educação, o governo Temer promoveu uma reforma que alterava o currículo escolar do Ensino Médio e tinha como objetivo combater a evasão escolar implementando, gradativamente, o ensino em tempo integral. A reforma eliminava a divisão por componentes curriculares, que foram agrupados em áreas do conhecimento. Na prática, tal medida diminuía a carga horária de algumas disciplinas, tornando obrigatórias apenas língua portuguesa, língua inglesa e matemática. Ela também criava os itinerários formativos, que poderiam ser escolhidos pelos estudantes de acordo com seus projetos de vida.

A medida provocou reação de estudantes, que se organizaram por meio das redes sociais e ocuparam escolas e universidades em diversas cidades. Eles alegavam que a reforma, associada à PEC do Teto de Gastos, iria precarizar ainda mais o ensino público. De fato, até 2023, em muitas escolas não havia docentes disponíveis para ministrar itinerários, e os índices indicam que a reforma aprofundou as desigualdades educacionais, principalmente entre estudantes de escolas públicas e privadas. Em 2024, após as dificuldades de implementação da reforma, a estrutura do Ensino Médio sofreu novas modificações: embora a divisão por áreas do conhecimento permanecesse em vigor, os componentes curriculares foram restaurados, e houve uma nova distribuição da carga horária entre a formação geral básica e os itinerários formativos.

Crise política e prisão de Lula

O governo de Michel Temer também foi marcado por instabilidade política. Duas denúncias de corrupção contra o presidente foram feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), envolvendo desvio de recursos da Petrobras e obstrução da justiça, mas as investigações não foram autorizadas pela Câmara dos Deputados.

Em abril de 2018, o então ex-presidente Lula foi preso após denúncias de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, com base nas investigações da Operação Lava Jato. Controversa, a prisão de Lula foi acompanhada de ampla repercussão midiática, e o impediu de disputar as eleições presidenciais que ocorreriam naquele ano.

Em meados de 2019, uma agência de notícias divulgou uma série de mensagens trocadas por um dos juízes que deliberou sobre as investigações contra Lula com integrantes da Operação Lava Jato, responsáveis pela investigação e acusação do ex-presidente. As mensagens foram obtidas quando um *hacker* invadiu os telefones e conseguiu copiá-las, repassando-as ao órgão de imprensa que as publicou em seu *site*. A série de reportagens, que ficou conhecida como "Vaza Jato", teve impacto importante na condução da operação, o que levantou questionamentos sobre a idoneidade de seus integrantes e sobre a lisura do processo. Lula acabou sendo solto em 8 de novembro de 2019.



BRUNO SANTOS/FOLHAPRESS

Estudantes protestam contra a reforma do Ensino Médio em São Paulo, capital. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dica

***Fake News*: não se deixe enganar! – Guia prático sobre notícias falsas e desinformação**

Simona Levi. São Paulo: Voo, 2022.

Guia ilustrado que explica de forma direta e completa o que são *fake news*, como identificá-las e o que fazer para diminuir as chances de ser enganado.

OBJETO DIGITAL
***Podcast*: O combate à desinformação**

O uso das redes sociais nas eleições de 2018

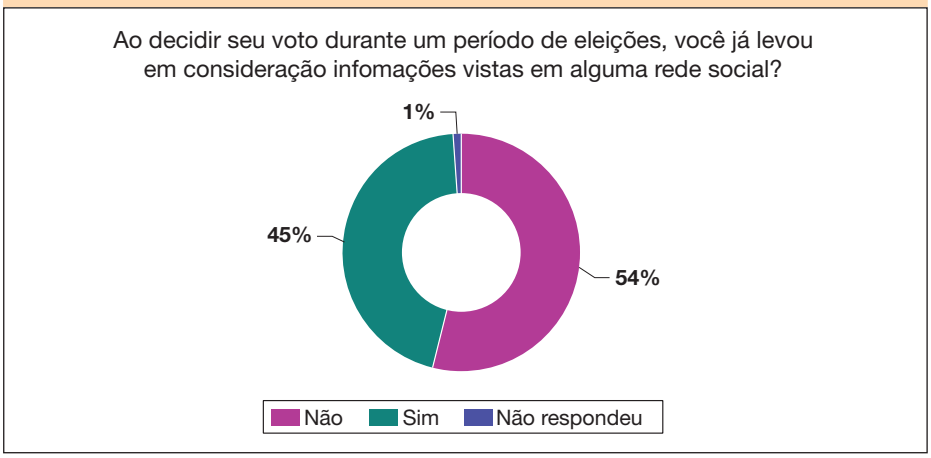
A campanha eleitoral de 2018 foi marcada pelo uso intensivo das redes sociais. Dados levantados pelo Instituto DataSenado demonstram que as redes vêm ganhando importância como fonte de informação e que muitas pessoas têm decidido seu voto com base nas informações que recebem por elas. Em razão disso, muitos candidatos concentraram suas campanhas eleitorais na comunicação direta com o eleitor por meio de suas redes.

As redes sociais converteram-se, então, em plataformas para a disseminação de ideias, com a possibilidade de um indivíduo ou uma instituição divulgar e compartilhar informações de forma massiva, atingindo grande quantidade de pessoas em pouquíssimo tempo.

A potencialização e virtual democratização da produção e difusão de informações, contudo, vieram acompanhadas das chamadas ***fake news***, formas deliberadas de veicular desinformação por meio, principalmente, dessas plataformas digitais.

Os impactos das *fake news* ainda precisam ser mais bem estudados, mas é evidente que elas enfraquecem as democracias e impõem uma série de cuidados tanto aos usuários das redes, que devem verificar a veracidade do que leem ou compartilham, como às instituições, que precisam ser céleres em identificar e impedir a divulgação de informações falsas.

Brasil – Eleições: redes sociais influenciam a escolha dos eleitores – 2019



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BAPTISTA, Rodrigo. Redes sociais influenciam voto de 45% da população, indica pesquisa do DataSenado. **Senado Notícias**, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-de-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado. Acesso em: 16 jul. 2024.

O governo de Jair Bolsonaro

Foi nesse cenário de crise política e uso massivo das redes sociais na campanha eleitoral que o então deputado federal Jair Bolsonaro foi eleito presidente da república. Ele venceu o segundo turno das eleições daquele ano com 55,13% dos votos válidos.

Apesar do processo eleitoral conturbado, alguns setores da sociedade estavam otimistas em relação ao governo Bolsonaro diante da expectativa de aprofundamento das medidas neoliberais e maior desregulamentação da economia. Bolsonaro também prometeu reformas, melhora nas contas públicas, retomada do crescimento econômico e queda nos índices de desemprego. Ainda assim, em 2019, a economia brasileira cresceu apenas 1,2%, bem abaixo do esperado.

No mesmo ano, o governo e o Congresso aprovaram uma das mais amplas reformas previdenciárias da história nacional. Entre outras mudanças, a reforma fixou uma idade mínima para os trabalhadores se aposentarem e a contribuição por faixa salarial, além de reduzir o valor dos benefícios. Para os críticos da reforma, a fixação de uma idade mínima é injusta, pois desconsidera as diferentes expectativas de vida em relação a fatores como o tipo de ocupação, a região do país e a classe social do trabalhador.

Dados numéricos sobre as eleições de 2018 e a economia foram retirados de: BOLSONARO presidente. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 32.716, p. 1, 29 out. 2018; AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Em 2019, PIB cresce 1,2% e chega a R$ 7,4 trilhões. **Portal Gov.br**, 5 nov. 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32092-em-2019-pib-cresce-1-2-e-chega-a-r-7-4-trilhoes. Acesso em: 16 jul. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Durante a gestão Bolsonaro, o número de militares na administração federal aumentou consideravelmente. Em dois anos de governo, foi multiplicada por dez a presença de militares na alta gestão de empresas estatais. Além disso, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), em 2020 havia 6.157 militares ocupando cargos civis, mais do que o dobro dos que havia em 2016, 2.957. Sob o argumento do combate à corrupção, a militarização atingiu diversos setores da burocracia estatal, inclusive a pasta da Saúde, sem que os ocupantes desses cargos tivessem a competência técnica necessária para seu exercício.

Outra marca do governo Bolsonaro foi a promulgação de leis que facilitavam a obtenção e a posse de armas de fogo e munições no Brasil, seguida por um aumento considerável no número de armas em circulação. Em 2022, havia 783.385 certificados ativos para atividades de caçador, atirador esportivo e colecionador (CAC), um crescimento de quase sete vezes em relação aos dados de 2018. Também em 2022, havia cerca de 1,5 milhão de armas com registros ativos, um aumento de quase 47,5% em relação a 2019. Segundo especialistas, esse aumento é preocupante, porque, além de não garantir a segurança do portador da arma, pode levar ao aumento da circulação de armas ilegais e, consequentemente, dos índices de criminalidade.

Em 2020, os problemas econômicos agravaram-se com a pandemia de covid-19. De acordo com o **Comitê de Direitos Humanos da ONU** e a **Frente pela Vida**, entidade vinculada ao **Conselho Nacional de Saúde** (CNS), a resposta do governo federal à crise sanitária foi lenta e equivocada. O incentivo ao uso de medicamentos sem comprovação científica, o desestímulo de estratégias para a contenção de propagação do vírus, a insuficiência de investimentos no desenvolvimento e a demora na compra de vacinas contra o coronavírus contribuíram para a morte de mais de 700 mil pessoas vitimadas pela doença. Dados de 2022 indicam que o Brasil foi o 14º país que apresentou maior número de mortes por milhão de habitantes no mundo.

O governo Bolsonaro também conviveu com denúncias de corrupção e de falta de transparência na destinação das verbas públicas. Com o chamado "orçamento secreto", iniciado em seu governo, verbas milionárias passaram a ser empenhadas ao longo de três anos por indicações de senadores e deputados para atender às emendas parlamentares sem necessidade de identificação de seu responsável. A prática alimenta a suspeita de contratos superfaturados. Os críticos da prática acreditam que tal mecanismo foi utilizado para a cooptação do Congresso.

Durante seu governo, diante da desaceleração econômica provocada pela pandemia, o equilíbrio fiscal foi rompido, mas com um custo social bastante elevado. Muitos investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação e habitação, foram cortados, e, apesar dos auxílios fornecidos pelo governo federal, especialmente em 2022, a pobreza e a fome aumentaram de forma exponencial. O SUS, fundamental para garantir a cobertura vacinal e o combate ao coronavírus, perdeu investimentos, e as universidades federais tiveram seus orçamentos reduzidos, muitas vezes com dificuldade de arcar com contas básicas, como água e luz.

A campanha eleitoral de 2022 foi uma das mais polarizadas da história nacional. Foram disseminadas *fake news* para lançar dúvida sobre o funcionamento das urnas eletrônicas, deslegitimando o sistema eleitoral junto à população brasileira. No segundo turno, Lula foi eleito para um terceiro mandato por uma margem apertada, com 50,9% dos votos válidos, contra 49,1% de Bolsonaro.

Dados sobre a presença de militares no governo, aumento do número de armas e covid-19 foram retirados de: SEABRA, Catia; GARCIA, Diego. Bolsonaro multiplica por 10 número de militares no comando de estatais. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 101, n. 33.576, p. A20, 7 mar. 2021 MARQUES, David; UCHÔA, Roberto. "A herança de meia década de descontrole sobre as armas de fogo no Brasil". *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 226-231; BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Covid-19: Painel Coronavírus. **DataSUS**, Brasília, DF, 18 jul. 2024. Disponível em: https://covid.saude.gov.br. Acesso em: 16 jul. 2024.



MICHAEL DANTAS/AFP/GETTY IMAGES

Cemitério Nossa Senhora Aparecida, onde foram sepultadas muitas das vítimas da covid, em Manaus, Amazonas. Foto de 2021. Ocorrida durante o governo de Jair Bolsonaro, a pandemia de covid-19 provocou a queda dos índices econômicos e o aumento do desemprego no país, além de tirar a vida de mais de 700 mil brasileiros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Desafios socioambientais do Brasil contemporâneo

No final de 2023, o FMI classificou o Brasil como a nona maior economia do mundo; o país encerrou o ano com um PIB nominal (que considera a variação dos preços em caso de inflação ou deflação) de cerca de 2,13 trilhões de dólares.

A riqueza produzida no país, contudo, está longe de promover bem-estar para todos os brasileiros. Em 2019, segundo um relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil era o sétimo país mais desigual do mundo e ocupava o 79º lugar no *ranking* medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A falta de planejamento e estratégia para o desenvolvimento econômico também cobra um alto preço ambiental. As queimadas na Amazônia e no Cerrado brasileiros, por exemplo, contribuíram para que em 2022 o país ocupasse a 13ª posição entre as nações do mundo que mais emitem gás carbônico, sendo um dos principais responsáveis pelo efeito estufa e pelo aquecimento global.

Assim, entre os maiores desafios socioambientais do Brasil contemporâneo está implementar políticas robustas de desenvolvimento sustentável que promovam justiça social, como o combate ao desmatamento, às queimadas e às desigualdades sociais.

Erradicação da fome

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 determina que a alimentação é um dos direitos sociais de todo brasileiro. Essa determinação está em consonância com a preocupação de diversas organizações internacionais, como a ONU, que lançou, em 2015, a Agenda 2030, definindo 17 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS).

Entre esses objetivos está o ODS 2, Fome Zero e Agricultura Sustentável, que visa erradicar a fome e alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição de todas as pessoas do planeta por meio da promoção da agricultura sustentável. Ainda assim, de acordo com o Mapa da Fome da ONU de 2023, a quantidade de pessoas que passa fome ou que vive em situação de insegurança alimentar aumentou entre 2021 e 2022.

No Brasil, as políticas de combate à fome e à pobreza eram desarticuladas até a criação do **Programa Comunidade Solidária**, surgido em 1995 com o propósito de coordenar e aperfeiçoar as diversas ações governamentais nesse sentido. Em 2003, o programa Fome Zero, considerado uma das prioridades do governo federal, substituiu o Comunidade Solidária. Por meio dele, diversos programas de transferência de renda foram unificados, dando origem ao Bolsa Família.

Responda no caderno.

Enfoque

1. Quais dados expressam os desafios socioambientais no país?
2. Que ações o governo e a comunidade internacional podem desenvolver para contribuir com a melhora dos indicadores socioambientais globais? Debata com seus colegas.
3. Que ações você pode desempenhar localmente para contribuir com essa tarefa? Debata com os colegas.



Representação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Os ODS abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas em todo o mundo.

REPRODUÇÃO/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Dados relativos ao PIB, desigualdade, Índice de Desenvolvimento Humano, emissões de carbono e fome foram retirados de: MÁXIMO, Wellton. Brasil salta duas posições e se torna a nona economia do mundo em 2023. **Agência Brasil**, 19 dez. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/brasil-salta-duas-posicoes-e-se-torna-nona-economia-do-mundo-em-2023; CONCEIÇÃO, Pedro (dir.). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**: além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: Pnud, 2019, p. 296; CARBON EMISSIONS. **Global Carbon Atlas**: 2022. Disponível em: https://globalcarbonatlas.org/emissions/carbon-emissions; LIMA, Juliana. Mapa da Fome sinaliza que países estão longe da meta para zerar indicador até 2030; entenda. **G1**, 31 ago. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/31/mapa-da-fome-sinaliza-que-paises-estao-longe-da-meta-para-zerar-indicador-ate-2030-entenda.ghtml. Acessos em: 18 jul. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Efeitos dos programas de transferência de renda

Entre 2020 e 2021, durante a pandemia de covid-19, após negociações entre governo federal e Congresso Nacional, foi estabelecido o Auxílio Emergencial, um pagamento no valor de 600 reais destinado a desempregados, autônomos, microempreendedores individuais e trabalhadores sem carteira assinada que beneficiou dezenas de milhões de brasileiros. Em outubro de 2021, foi instituído o Auxílio Brasil, também com o valor de 600 reais mensais.

Em 2023, o Auxílio Brasil voltou a se chamar Bolsa Família, chegando a pagar 721,88 reais a famílias de baixa renda. Como contrapartida, as famílias beneficiárias do programa devem atender a critérios variados, como manter o calendário nacional de vacinação atualizado, garantir o estado nutricional das crianças abaixo dos 7 anos e a frequência à escola durante a Educação Básica. Compreende-se assim que a superação do problema da fome correlaciona auxílio financeiro, cuidados com a saúde e incentivo à educação.

Em decorrência direta ou indireta do Bolsa Família, destaca-se que, entre 2004 e 2019, o número de pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza no país reduziu-se 25% e 15% respectivamente, além da redução de 16% na taxa de mortalidade infantil de crianças entre 0 e 5 anos no período entre 2006 e 2015. Ao longo de 20 anos, o programa beneficiou mais de 21,45 milhões de famílias. Cumpre mencionar também o potencial de transformação na vida de alguns dos beneficiados dos programas de transferência de renda. Leia o depoimento abaixo:

> O Bolsa Família entrou na vida [de Raquel Lima Clemente] [...] quando tinha três dos seus quatro filhos ainda pequenos, o marido desempregado e a família em dificuldade financeira. [...]
>
> "Eu fui contemplada com Bolsa Família, então eu não precisei pegar o tempo da tarde deles e colocar para trabalhar. Eles podiam no tempo da tarde ser criança, [...] fazer os trabalhos. Estudar para as provas" [...].
>
> "Eu plantei uma semente quando eu fiz isso porque hoje eu tenho dois filhos engenheiros, todos formados pela Universidade Federal do Espírito Santo", destacou.

VERDÉLIO, Andreia. Bolsa Família completa 20 anos alcançando 21,45 milhões de famílias. **Agência Brasil**, 20 out. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-10/bolsa-familia-completa-20-anos-alcancando-2145-milhoes-de-familias. Acesso em: 18 jul. 2024.

O sucesso das políticas de transferência de renda amenizou as mazelas da pobreza, da fome e da insegurança alimentar no Brasil. Contudo, em 2022, o país voltou a figurar entre os países em que mais de 2,5% da população não tem certeza de quando fará a próxima refeição, indicando os desafios do país na erradicação da fome e da insegurança alimentar.



ROMILDO DE JESUS/ATO PRESS/FOLHAPRESS

Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família fazem fila em frente ao posto de atendimento do Cadastro Único, em Salvador, Bahia. Fotografia de 2024. A atualização do cadastro é obrigatória para acessar programas sociais do governo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pobreza e questões raciais e de gênero

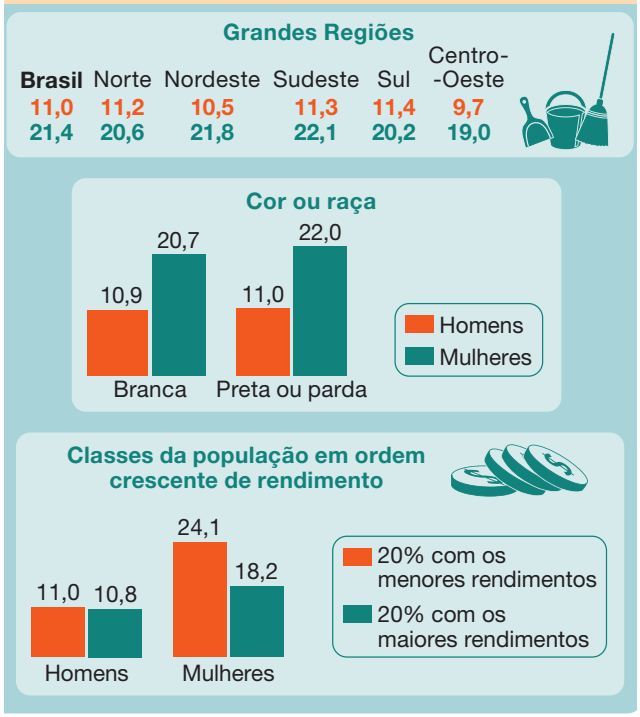
Apesar da existência de políticas afirmativas, a pobreza e a desigualdade atingem sobretudo as pessoas pretas e pardas. Por isso, alguns estudos vêm cogitando a necessidade de propor políticas públicas abertamente antirracistas como forma de superar o racismo estrutural, a discriminação e a violência com que essas populações são tratadas no país, recomendando, por exemplo, que se destine parte do orçamento federal especificamente para esse tipo de política, incluindo valores mais altos do Bolsa Família para beneficiários negros.

As mulheres e, principalmente, as pretas e pardas, são as mais penalizadas pela falta desse tipo de política. De acordo com os dados estatísticos publicados pelo IBGE em 2021, as mulheres, especialmente as que têm filhos, apresentam mais dificuldade em obter empregos formais e em permanecer no mercado de trabalho. Elas também ocupam menos cargos gerenciais em relação aos homens e são sub-representadas nas instâncias de poder, sejam elas públicas, sejam privadas.

O Brasil está entre os países em que mais se cometem crimes contra mulheres. Dados do Fórum de Segurança Pública indicam que, entre 2022 e 2023, cerca de 250 mil mulheres sofreram violência doméstica, 1.467 foram vítimas de feminicídio e 83.988, de estupro. Além disso, em razão de atitudes sexistas, que pressupõem que as mulheres são inferiores ou têm obrigações inerentes ao seu gênero, são elas as que mais gastam tempo com atividades dedicadas aos cuidados de pessoas da família como filhos e idosos e dos afazeres domésticos, sendo obrigadas, muitas vezes, a praticar a chamada jornada dupla ou tripla de trabalho. As mulheres de baixa renda são as que mais sofrem com esses tipos de atribuições.

Para superar esse quadro, diversas políticas públicas podem ser criadas ou aprimoradas. Entre elas, estão: facilitar o acesso a canais de denúncia de casos de violência doméstica, superar a desigualdade salarial entre homens e mulheres, garantir mais acolhimento e medidas protetivas às vítimas, estender o tempo de licença-maternidade e licença-paternidade, exigir a constituição de ambientes profissionais em que haja diversidade de gênero e oferecer mais vagas públicas em escolas, asilos e creches, a fim de aliviar a carga de trabalho das mulheres, sobretudo das mais pobres. Em especial, é preciso admitir que o machismo ainda está presente em nossas práticas cotidianas, para que seja possível gerar reflexão e mudanças de atitude.

Brasil: média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas de 14 anos ou mais – 2019



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 3, 2021.

Enfoque

Responda no caderno.

1. Descreva o gráfico. Que informações ele apresenta a respeito dos envolvidos em cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos?
2. De acordo com seus conhecimentos, quais são os desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras?
3. O que pode ser feito para combater a desigualdade de gênero no país?

ODS 5

Dica

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

#3 Igualdade de gênero: os desafios da representatividade feminina nas esferas de poder

Produção: Ministério Público de Mato Grosso do Sul. Brasil, 2022. 20 minutos.

Este episódio do *podcast Descomplica MP* aborda a baixa representatividade feminina nas esferas de poder, os avanços e as conquistas da luta feminina e ações e iniciativas que podem contribuir para o fim da desigualdade de gênero no país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados sobre os diversos tipos de violência de gênero foram retirados de: FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. p. 16-18.

Expansão do saneamento básico

A universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico, o esgotamento sanitário, a drenagem de águas pluviais e a coleta, transporte e manejo do lixo são questões de saúde e de cidadania. Entre os benefícios do saneamento básico estão a redução da incidência de doenças como diarreia, cólera, hepatite A e diversas verminoses, da mortalidade infantil, a economia com o sistema de saúde pública e a redução da contaminação de águas e do solo devido aos lixões ou ao lixo industrial.

O tema é alvo de resoluções internacionais e nacionais. Na história recente do Brasil, a **Agência Nacional de Águas e de Saneamento Básico** (ANA) passou a normatizar os padrões de qualidade, a regulação tarifária, a adoção de metas de universalização e de redução progressiva do desperdício de água.

Apesar dos esforços, os índices de acesso a saneamento básico são insatisfatórios no país. De acordo com o IBGE, em 2022, 84,7% da população brasileira residia em domicílios com acesso a água potável; 91,6% dispunham de coleta de lixo e apenas 67,5% estavam conectados à rede de esgoto.

Mineração e impacto socioambiental

Em 2022, o setor minerador foi responsável por produzir 4% do PIB nacional, gerando cerca de 1 milhão de empregos diretos e indiretos. Contudo, as empresas mineradoras vêm sendo alvo de inúmeras críticas, especialmente após os crimes ambientais ocorridos em virtude do rompimento da barragem de rejeitos nas cidades mineiras de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Os danos ao meio ambiente e o drama das famílias que perderam suas casas e seus familiares ainda não foram totalmente reparados.

A legislação e a fiscalização sobre essas atividades devem ser rígidas, os impactos devem ser avaliados e mitigados, pois esse tipo de atividade provoca desmatamento e pode promover contaminação das águas e erosão dos solos. O garimpo e a mineração ilegal são extremamente nocivos ao país. Ressalta-se o impacto da atividade sobre a Terra Indígena Yanomami, no noroeste da Amazônia.

> [...] em 2021, o garimpo ilegal havia avançado 46% em comparação a 2020. Entre 2016 e 2020, a região registrou crescimento de 3.350% da prática. A atividade afeta diretamente 273 comunidades, somando mais de 16 mil pessoas, ou seja, 56% da população total. Conforme o relatório, a malária aumentou em zonas de forte atuação garimpeira, como nas regiões do Uraricoera, Palimiu e Waikás. No Palimiu, em 2020, houve mais de 1.800 casos.
>
> PROJETO COMPROVA. Entenda a crise humanitária na Terra Indígena Yanomami. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/crise-humanitaria-terra-indigena-yanomami. Acesso em: 2 out. 2024.

Os dados sobre o saneamento básico foram retirados de: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e pesquisas**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 85-88, 2023.

MARCOS AMEND/PULSAR IMAGENS



Crianças indígenas da etnia Yanomami tomando banho em igarapé na Aldeia Tootototobi em Barcelos, Amazonas. Fotografia de 2019. Muitos rios da Terra Indígena Yanomami estão contaminados com mercúrio utilizado no garimpo ilegal. Trata-se de um metal altamente tóxico, que contamina os peixes e os gêneros agrícolas, destruindo o modo de vida dos que utilizam e dependem das águas dos rios.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Combate ao desmatamento

No Brasil, desde o período colonial, matas e florestas passaram a ser derrubadas para dar lugar a atividades produtivas, como o plantio de cana-de-açúcar e a mineração do ouro.

Ao longo da história, diversas leis foram criadas para dispor a respeito de como as florestas deveriam ser tratadas no país. A mais recente é o **Novo Código Florestal** (Lei nº 12.651/12), que substituiu o código florestal de 1965. O documento estabelece normas gerais para proteger a vegetação nativa, disciplinando o uso sustentável de áreas rurais e urbanas. Entre os principais pontos do Novo Código Florestal estão:

- Áreas de Preservação Permanente (APPs) – áreas cobertas ou não por vegetação nativa com a função de preservar recursos hídricos, a paisagem e a biodiversidade;
- Reserva Legal – área localizada no interior de uma propriedade que deve ser mantida com a cobertura vegetal nativa.

Além dos pontos mencionados, a legislação visa disciplinar a exploração florestal, a prevenção de incêndios e o controle da origem dos produtos florestais. O propósito dessas regulações é promover o desenvolvimento sustentável e manter áreas de conservação ambiental, garantindo terra aos produtores rurais, indígenas e quilombolas. Além disso, a preservação das florestas é fundamental para a manutenção do regime de chuvas, para a diversidade biológica e para a regulação das águas doces superficiais em todo o mundo.

Ainda assim, ações ilegais de madeireiros e a expansão irregular da fronteira agropecuária impõem desafios às instituições fiscalizadoras e a toda a sociedade civil. De acordo com o **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais** (Inpe), até 2020 somente a Amazônia Legal teve 813.063,44 quilômetros quadrados desmatados.

Saiba mais

O avanço no desmatamento da Floresta Amazônica levou os povos da floresta e diversas organizações a se mobilizarem. Em 1989, foi criada a Aliança dos Povos da Floresta, idealizada pelo ambientalista e seringalista Chico Mendes (1944-1988).

A ideia da Aliança era reunir, em prol da preservação da floresta, populações diferentes que dependiam dela, como seringueiros, ribeirinhos e indígenas. Por sua atuação, Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988 a mando de fazendeiros. Seu nome e legado, contudo, permanecem vivos até hoje, por meio da Reserva Extrativista que leva seu nome, em Xapuri, no Acre, e da autarquia federal denominada Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, responsável pela gestão das Unidades de Conservação em todo o país.

Em janeiro de 2020, a Aliança dos Povos da Floresta foi relançada, com o objetivo de se opor ao aumento do desmatamento e ao desmonte das instituições e políticas públicas que visam proteger a floresta e aqueles que dela dependem.



UESLEI MARCELINO/REUTERS/FOTOARENA

Agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) inspecionam árvores extraídas da Floresta Amazônica durante operação de combate ao desmatamento no município de Placas, Pará. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Demarcações de terras indígenas e quilombolas

A demarcação de terras indígenas e quilombolas está prevista pela Constituição Federal de 1988, em que se reconhece o direito à titulação das terras que essas comunidades tradicionalmente ocupam. Esse direito constitui um dos elementos da necessária reparação histórica, garante a preservação cultural dessas comunidades e valoriza a multiplicidade de povos que vivem no país. Além disso, as terras ocupadas por essas populações tradicionais são exploradas com base em uma relação mais saudável com a natureza, constituindo bolsões de manejo sustentável dos recursos naturais.

De acordo com o Censo de 2022 realizado pelo IBGE, cerca de 1,3 milhão de pessoas se identificam como quilombolas, representando 0,65% da população do país. A maior parte, cerca de 70%, está concentrada no Nordeste, mas apenas 12,6% dessa população vive em território quilombola devidamente demarcado, chamando a atenção para a necessidade de demarcar, titular e regularizar a situação dos territórios quilombolas.

Em relação à população indígena, de acordo com o mesmo Censo, cerca de 1,7 milhão de pessoas se declararam indígenas, um crescimento de quase 90% em relação ao Censo anterior, de 2010. Isso se deve principalmente à nova metodologia utilizada pelo IBGE para coletar informações e à adoção da cartografia participativa, em que o mapeamento é realizado com o auxílio das comunidades inseridas na área de estudo.

Entretanto, a maioria dessas populações ameríndias (63,27%) vive fora de Terras Indígenas. Segundo o levantamento, a população indígena que reside no interior dessas terras é de 593,5 mil pessoas. Dentre as maiores estão a Terra Yanomami, nos estados do Amazonas e de Roraima, com 27,1 mil indígenas, seguida da Raposa Serra do Sol, também em Roraima, com cerca de 26 mil indígenas. Já os municípios com as maiores quantidades de indígenas se concentram no estado do Amazonas: Manaus (71 mil), São Gabriel da Cachoeira (48 mil) e Tabatinga (34 mil).



ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Quilombola mostrando arroz produzido em agrofloresta na Comunidade Kalunga de Vão do Moleque, em Cavalcante, Goiás. Fotografia de 2024. O recenseamento realizado em 2022 revelou novos dados sobre a população quilombola do país.

Dica

A brecha – uma reviravolta quilombola

Jefferson Gonçalves Correia, Arquimino dos Santos, Deborah Goldemberg. Embu das Artes: Estrela Cultural, 2020.

O romance, escrito por uma antropóloga, um sociólogo e um quilombola, trata do encontro de dois meninos, um da cidade e o outro habitante de uma comunidade de afrodescendentes. O livro aborda os festejos, os modos de vida, as práticas culturais e as lutas dos povos quilombolas pelo direito à terra, ao sustento e à existência digna.

Dados sobre os povos indígenas e quilombolas foram retirados de: QUEIROZ, Camila. Censo de 2022 faz levantamento de populações quilombolas e comunidades indígenas fora de áreas demarcadas. **Revista Fapesp**, São Paulo. ed. 331, p. 73-76, set. 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Produção e transição energética no país

Como você estudou, a transição energética consiste em substituir o uso de fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis, que no Brasil respondem por pouco mais de 50% da matriz energética, por fontes renováveis de energia.

A matriz energética brasileira emprega quase 50% de fontes renováveis na produção de energia (etanol, hidráulica, eólica etc.). Contudo, salienta-se que, apesar de renováveis, essas fontes não são necessariamente limpas ou livres de impactos. A produção de energia com derivados de cana-de-açúcar (bagaço e etanol), por exemplo, responde por quase 15% e, apesar de a queima desses materiais carburantes proporcionar volume menor de emissão de gases do efeito estufa, a existência de amplas propriedades monocultoras contribui para a degradação do solo, o desmatamento e a redução da biodiversidade.

Já a energia hidráulica, responsável por 12,5% da matriz energética do país, apesar de seu baixo custo e reduzido índice de emissão de poluentes, leva a uma ampla alteração na fauna e na flora onde a usina hidrelétrica é construída. Um dos exemplos desse problema foi a Usina de Belo Monte, construída na Bacia do Rio Xingu, no estado do Pará. Inaugurada ainda inacabada em 2016, o projeto remonta ao período da ditadura civil-militar e foi retomado com modificações durante os governos Lula e Dilma Rousseff.

A despeito da alegação da ampliação de oferta de energia para a Região Norte e de desenvolvimento econômico, a execução do projeto causou inúmeros problemas socioambientais. Além de desmatamentos, a construção da barragem no Rio Xingu e o enchimento do reservatório provocaram o alagamento de uma extensa área na região. Além do impacto sobre centenas de espécies de aves, mamíferos e plantas regionais, a usina obrigou milhares de famílias a migrar, além de atrair milhares de pessoas para trabalhar, direta ou indiretamente, nas obras ou na própria operação da hidrelétrica. A população do município de Altamira, no Pará, por exemplo, praticamente dobrou em cinco anos sem que houvesse expansão de infraestrutura, de saneamento básico ou de serviços de saúde para atendê-la. Além disso, a vazão do Rio Xingu também foi reduzida, afetando modos de vida de milhares de indígenas e populações ribeirinhas que dele dependem.

No cenário futuro, o país tem de enfrentar o enorme desafio de conciliar a transição energética com justiça social para acolher todas as pessoas que nele residem.



BRUNO KELLY/REUTERS/FOTOARENA

Vista aérea da barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no Pará. Fotografia de 2021.

Dica

Belo Monte – depois da inundação

Direção: Todd Southgate. Brasil, 2016. 54 minutos.

Narrado pelo ator Marcos Palmeira, o documentário apresenta os impactos socioambientais causados pela implementação e funcionamento da Usina de Belo Monte, além de contar com depoimentos de moradores da região afetados pelo projeto.

Classificação indicativa do documentário *Belo Monte – depois da inundação*: 14 anos.

Os dados relativos à matriz energética brasileira foram retirados de: BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Resenha energética brasileira**: edição 2023. Brasília, DF: MME, 2023. p. 7.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CONTRAPONTO

Fonte para os dados da página: Energia renovável chega a quase 50% da matriz elétrica brasileira. **Portal Gov.br**, 31 out. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/08/energia-renovavel-chega-a-quase-50-da-matriz-eletrica-brasileira. Acesso em: 18 jul. 2024.

Energia verde: solução para as mudanças climáticas?

Combater as mudanças climáticas é o grande desafio global do século XXI. Nesse sentido, mudar a matriz energética para fontes renováveis passou a ser imperativo. De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a energia eólica representa 10,9% da matriz elétrica brasileira, podendo chegar a 13,6% ao final de 2025. Sobre este tema, leia o texto a seguir.

A geógrafa Adryane Gorayeb, da Universidade Federal do Ceará (UFC), integrante do Observatório da Energia Eólica (rede de pesquisadores de universidades públicas de cinco Estados brasileiros), [...] [afirmou que] "A energia eólica não é livre de impactos [...]".

Entre os principais impactos, Gorayeb cita a emissão de ruído pelas hélices das torres, com consequências negativas para a saúde humana como distúrbios do sono, enxaqueca e estresse; interferência nas rotas de aves; modificação da paisagem natural e estresse cultural, com conflitos comunitários associados à alteração do modo de vida tradicional (pescadores, quilombolas, indígenas); e danos aos sistemas ambientais litorâneos, que levam ao desmonte e à compactação de dunas e do solo, aterramento de lagoas interdunares e remoção de vegetação.

Ela reconhece, no entanto, que a energia eólica é uma energia limpa, pois não emite gases que causam o efeito estufa. "Além disso, o Brasil precisa diversificar sua matriz energética", diz. "Acreditamos que a eólica é uma boa solução de geração de eletricidade, especialmente quando pensamos nas consequências das mudanças climáticas e da matriz energética voltada à queima de combustível fóssil. Mas ela deve ser planejada e implementada de modo responsável e com justiça socioambiental."

Para o pesquisador Luiz César Marques, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), toda forma de produção de energia em grande escala causa impactos nos ecossistemas e, em última instância, no planeta, de modo geral. [...] "A raiz do problema está na escala em que se dá o consumo de energia dos 10% ou 20% mais ricos das sociedades contemporâneas. Essa minoria é a grande responsável pelos impactos sobre o clima, a perda de biodiversidade e a produção descontrolada de resíduos."

Segundo ele, estudos demonstram já há alguns anos que o consumo dos 10% mais ricos é responsável por 50% das emissões de dióxido de carbono lançados na atmosfera, ao passo que o consumo dos 50% mais pobres responde por apenas 10% delas. [...] "Mas há ainda outro fator: a velocidade alta da transição de matriz energética exigida pela emergência climática. Quanto mais rápida ela for, mais impactos causará, porque menos tempo será consentido à adaptação."

Apesar disso, Marques afirma que mudar a matriz energética é a única saída. "Continuar nos combustíveis fósseis significa nos condenar a curto prazo a aquecimentos superiores à nossa capacidade de adaptação", explica. [...]

Elbia Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) [...], lembra que não existe nenhuma atividade econômica que não cause interferências ambientais, que podem ser maiores ou menores, dependendo de cada uma. [...]

Gannoum afirma, no entanto, que a energia eólica é uma das que causam menos danos ambientais. "Em um parque de geração, apenas de 3% a 5% da área são efetivamente ocupados pelas torres", diz. "Além disso, ela não prejudica outras atividades econômicas, como a criação de gado ou plantações, que podem coexistir com as turbinas. Ou seja, ela é a única forma de produção de eletricidade que pode ser complementar a outras atividades."

SILVEIRA, Evanildo da. O pouco conhecido impacto negativo da energia eólica no Nordeste. **BBC News Brasil**, 6 out. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-49858734. Acesso em: fev. 2024.

Atividades

Responda no caderno.

1. Quanto a produção de energia eólica representa na matriz energética brasileira?
2. É possível afirmar que a energia eólica, por ser uma fonte renovável de energia, não produz impactos socioambientais negativos?
3. Em que medida as pessoas citadas no texto apresentam opiniões próximas ou distantes sobre o tema da geração de energia eólica? O que justificaria os pontos de discordância entre elas? Debata com os colegas.
4. Com base nas informações presentes no texto e em seus conhecimentos, debata com os colegas a seguinte questão: como garantir um equilíbrio entre geração de energia limpa e renovável e justiça socioambiental?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Responda no caderno.

1. **Descreva uma semelhança e uma diferença entre os processos de *impeachment* que envolveram Fernando Collor e Dilma Rousseff.**
2. **Explique o que foi a PEC do Teto de Gastos e por que ela foi criticada.**
3. **Compare a implementação e as consequências do Plano Collor e do Plano Real.**
4. **Compare os governos FHC, Lula e Dilma com relação à economia, aos avanços sociais e às denúncias de corrupção.**
5. **Apresente os principais destaques do governo Bolsonaro.**
6. **(Enem-MEC)**

> No primeiro semestre do ano de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte judicial brasileira, prolatou decisão referente ao polêmico caso envolvendo a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, onde habitam aproximadamente dezenove mil índios aldeados nas tribos Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó e Paramona – em julgamento paradigmático que estabeleceu uma série de conceitos e diretrizes válidas não só para o caso em questão, mas para todas as reservas indígenas demarcadas ou em processo de demarcação no Brasil.
>
> SALLES, D. J. P. C. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br. Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

A demarcação de terras indígenas, conforme o texto, evidencia a

a. ampliação da população indígena na região.

b. função do Direito na organização da sociedade.

c. mobilização da sociedade civil pela causa indígena.

d. diminuição do preconceito contra os índios no Brasil.

e. pressão de organismos internacionais em defesa dos índios brasileiros.

7. **De acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 83.988 casos de mulheres vítimas de estupro em 2023, ou seja, um crime do tipo a cada 6 minutos. A esse respeito, leia o texto a seguir para responder às questões.**

> As vítimas [...] são basicamente meninas (88,2%), negras (52,2%), de no máximo 13 anos (61,6%), que são estupradas por familiares ou conhecidos (84,7%), dentro de suas próprias residências (61,7%). [...] os estupros de vulneráveis seguem representando a maioria das ocorrências, com 76% dos casos. Segundo a legislação brasileira, o estupro de vulnerável tipifica qualquer ato de conjunção carnal ou ato libidinoso com vítimas menores de 14 anos ou incapazes de consentir por qualquer motivo, como deficiência ou enfermidade.
>
> Em relação ao perfil das vítimas, [...] as crianças de 0 a 4 anos representaram 11,1% das vítimas, as de 5 a 9 anos 18%, e aquelas entre 10 e 13 anos somaram 32,5%. [...] Se considerarmos vítimas de até 17 anos, "menores de idade", temos 77,6% de todos os registros. É difícil precisar, no entanto, se de fato a prevalência da violência sexual cai de forma tão significativa entre vítimas a partir dos 14 anos [...]. Infelizmente, é comum ouvir relatos de vítimas que se dirigem à delegacia de polícia para denunciar uma violência sexual e são desincentivadas [...]. Os mitos que rondam os crimes de estupro projetam no imaginário social a ideia de que mulheres inventam que foram estupradas para se vingar, que provocaram o próprio estupro em função de seu comportamento ou de suas vestes, ou mesmo para realizar um aborto legal.
>
> FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. p. 160-164.

a. O que o texto revela sobre a faixa etária predominante das vítimas de estupro? Qual é a implicação de a maioria dos casos ocorrer na própria casa das vítimas?

b. Qual é a definição de estupro de vulnerável segundo a legislação brasileira mencionada no texto?

c. Por que os índices de estupro de menores de idade caem a partir dos 14 anos? Como os mitos sobre esse tema influenciam a resposta das autoridades e da sociedade em geral?

d. De que maneira o machismo e o sexismo presentes em nossa sociedade estimulam a violência contra as mulheres? Como enfrentar esses índices e acolher as vítimas? Debata com os colegas.

8. **Em 20 de novembro de 1995 ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares, organizada em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, líder simbólico do movimento negro contemporâneo. Leia o texto a seguir para responder às questões.**

> A realização de uma Marcha a Brasília se apoia, portanto, nos referenciais mais profundos de nossa memória coletiva no Brasil: a luta contra a opressão desumanizadora do racismo. [...]
>
> Idealizada pelo Movimento Negro, a Marcha vai-se construindo como uma ação unificada envolvendo novas parcerias, que atestam o crescimento de nossa base social e o alargamento das frentes de luta contra o racismo: sindicalistas, setores populares, mulheres, estudantes, organizações não governamentais, comunidades rurais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Marcha é assim uma espécie de ponte entre este momento, extremamente fecundo, mas sob o predomínio de ações pulverizadas, e um outro cujas iniciativas se pautarão em um programa político amplo, delineado na efervescência de um movimento de massas e projetado a partir de uma ótica negra.

Editorial. **Jornal da Marcha**, São Paulo, 22. out. 1995, p. 1.

a. Registre no seu caderno os trechos que revelam as pessoas que compõem a frente de luta contra o racismo e a expectativa para o futuro.

b. Por que a Marcha Zumbi dos Palmares pode ser considerada um referencial para a memória coletiva dos brasileiros?

c. Com base em seus conhecimentos, por que os organizadores da marcha identificavam o ano de 1995 como um momento fecundo? Quais foram as conquistas do movimento negro desde então e o que falta ainda ser conquistado?

d. Você considera a luta contra o racismo uma pauta de interesse exclusivo do povo negro? Debata a questão com os colegas.

9. Leia o texto abaixo sobre notícias falsas, também conhecidas como *fake news*, e, em seguida, responda às questões propostas.

Não raro as mensagens [de notícias falsas] pedem para que o receptor divulgue rapidamente para o maior número possível de pessoas, sugerindo que a mídia não teria interesse em divulgá-las. [...]

Além disso, há recursos nas redes sociais para que alguns conteúdos atinjam determinados grupos de pessoas [...] ou que sejam divulgados para um grande número de pessoas, sem estratificação, utilizando-se sistemas automatizados (chamados de robôs ou *bots*), ou pessoas contratadas (*trolls*). [...]

Esse primeiro contato com a notícia provoca uma impressão que não é fácil de ser desfeita, principalmente quando essa divulgação é feita em grupos sociais formados por familiares ou amigos [...].

ZAGANELLI, Margareth Vetis; MAZIERO, Simone Guerra. *Fake news* e eleições no Brasil: os riscos para a democracia. **Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político**, v. 5, n. 1, p. 164-175, jan./jun. 2021. p. 167.

a. O texto aponta algumas estratégias de persuasão e difusão empregadas por quem dissemina notícias falsas? Quais são elas?

b. Por que a difusão de notícias prejudica o sistema eleitoral e a sociedade em geral? Quem se beneficia desse recurso e como impedir essa difusão?

c. Como seria o mundo onde as notícias falsas desfrutassem de maior credibilidade que as notícias verdadeiras? Debata essa questão com os colegas.

10. A Floresta Amazônica é um grande repositório da biodiversidade no planeta, além de importante fator de combate às mudanças climáticas. Com base na leitura dos textos a seguir, elabore um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Emergência climática e desmatamento da Amazônia", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

A tragédia é que não há tempo para formar uma nova geração, capaz de compreender o mundo em que vive e reagir ao que já está aqui, assumindo a sua responsabilidade. Como diz Antonio Nobre em seu relatório, não basta zerar o desmatamento da Amazônia já, agora, o que está bem longe de acontecer. É preciso recuperar a floresta. Já, agora. [...]

Nobre fala em "esforço de guerra" pela Amazônia. Isso, se não quisermos chegar a um ponto, muito próximo, de não retorno. [...]

A Amazônia é o mundo ao qual se pertence, mas não pertence a ninguém. Tudo que fizermos daqui para a frente não será para salvar a floresta, mas para salvar a nós mesmos. E são as gerações imperfeitas, da qual também fazemos partes, os homens e mulheres consumistas, inconsequentes e arrogantes que aqui estão, que terão de assumir esse desafio.

BRUM, Eliane; ROCHA, Jan. "Carta para viver" *apud* BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtò**: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 133-134.

Texto 2

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo [...]. A estimativa é de que 20 bilhões de toneladas de água sejam evaporadas pela floresta todos os dias. [...] É notável o papel da Amazônia enquanto agente importante em processos como a formação de chuvas, que são distribuídas para outras regiões do Brasil. [...] A macrorregião do Centro-Sul brasileiro é uma destas regiões que são diretamente beneficiadas pelos serviços prestados pela Amazônia [...]. Além disso, a macrorregião é detentora dos maiores números brutos referentes à economia do país, sejam eles relacionados aos setores industrial, de serviço ou agropecuário. [...] É necessário que se compreenda esta relação entre a Amazônia e o Centro-Sul, assim como os impactos que mudanças nos padrões de ocupação da floresta podem ocasionar na região [...].

PORTELLA, Diego Augusto Pereira da Costa *et al*. A importância da Amazônia na dinâmica climática do Centro-Sul brasileiro. **Ensaios de Geografia**. Niterói, v. 9, n. 9, p. 66-86, set./dez. 2022.



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O uso das novas mídias pelas mídias tradicionais

Como você costuma se informar sobre os variados fatos do cotidiano? Lê jornais ou segue perfis de veículos de informação nas redes sociais? As formas de acessar notícias se transformaram significativamente nos últimos anos. A chegada da internet impactou profundamente o modelo de negócio das mídias tradicionais (termo que engloba jornais e revistas impressas, bem como emissoras de rádio e televisão). Entre 2017 e 2022, por exemplo, os principais jornais impressos do Brasil somados tiveram queda de aproximadamente 60% na circulação, refletindo mudanças nos hábitos de consumo da sociedade.

Vamos analisar

Em meio às transformações do mercado, as mídias tradicionais têm buscado se adaptar aos novos tempos. Muitos veículos tradicionais passaram a oferecer versões *on-line* de seus produtos, como *sites* e aplicativos móveis. Além disso, destacam-se a criação de conteúdos adaptados para diferentes plataformas, as parcerias estratégicas e os canais em redes sociais, que visam ampliar o alcance das publicações e direcionar o tráfego para os *sites* oficiais dos veículos. Analise, por exemplo, a veiculação de uma notícia em um *microblog*:

Os dados referentes à queda na taxa de circulação de impressos foram retirados de: YAHYA, Hanna. Jornais impressos: circulação despenca 16,1% em 2022. **Poder 360**, 31 jan. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/midia/jornais-impressos-circulacao-despenca-161-em-2022/. Acesso em: 15 ago. 2024.



MOLLY DARLINGTON/REUTERS/FOTOARENA © BBC 2024 -THE BRITISH BROADCASTING CORPORATION, LONDRES

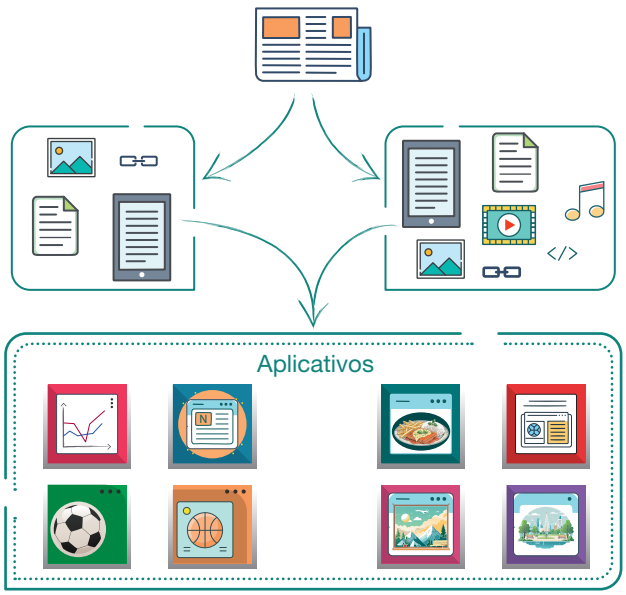
Publicação de manchete de mídia tradicional em um *microblog*, 2024. Intervenções didáticas dos autores.

A publicação na rede social apresenta a informação de forma concisa e direta. Os veículos de mídia tradicional aprenderam a adaptar seus conteúdos para o formato digital conforme as restrições de cada plataforma, adequando-se às preferências dos consumidores de hoje em dia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Vamos compreender

A adaptação das mídias tradicionais às mudanças do mercado constituiu um fator importante para que cada veículo mantivesse a relevância e alcançasse o público no novo cenário digital, no qual o fluxo de informações é marcado pelo fluxo acelerado e incessante. A circulação de notícias e informações no ambiente digital exige habilidades de síntese e estratégias para atrair e reter a atenção do leitor.



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Representação artística para fins didáticos.
A publicação em multimeio é uma estratégia de comunicação que envolve a distribuição de conteúdo por meio de diversos tipos de mídia, como texto, áudio, vídeo, gráficos, redes sociais, aplicativos móveis e mais.

Vamos criar

Monte um grupo com quatro ou cinco colegas e criem uma postagem a ser veiculada em um *microblog* com base em algum tema estudado ao longo deste volume. Essa atividade os ajudará a compreender melhor como as mídias sociais são utilizadas para atrair a atenção do público e comunicar informações de maneira concisa. Para isso, vocês farão inicialmente uma versão analógica da atividade para apresentar ao restante da turma, de acordo com as seguintes etapas.

1. Seleção de temas. Escolham um dos temas estudados ao longo do volume e pensem como ele poderia se encaixar em alguma **editoria**. Trata-se de um tema que se encaixaria em qual editoria (por exemplo, política, sociedade, cultura, economia, meio ambiente etc.)? Quais são os aspectos fundamentais relacionados a esse tema e que deveriam ser veiculados ao público leitor?
2. Anotações, sínteses e destaques. Por meio das reflexões propostas, vocês conseguirão fazer anotações para a criação dos conteúdos. Procurem resumir os principais fatos a serem transmitidos e determinar que tipos de destaque poderiam ser feitos a respeito do tema e que mereceriam uma boa postagem. Pode ser uma imagem histórica, uma informação estatística, uma declaração de especialista no assunto, entre outros.
3. Criação de títulos e de *posts*. Em um jornal, as *manchetes* são o título principal, o que atrai a atenção dos leitores. A frase curta ou breve resumo que se segue à manchete e que complementa e oferece mais contexto acerca do assunto é chamada de **olho**. Muitas vezes os veículos costumam publicar em redes sociais apenas a manchete e o olho da matéria, por isso eles precisam ser bem pensados. Esses aspectos podem ajudá-los a criar títulos e *posts* interessantes.
4. Compartilhamento e apresentação. Selecionem formas criativas de apresentar o trabalho, e fazendo uso de papéis, cores e formatos, e compartilhem suas manchetes e olhos de notícias com a turma. Vocês deverão apresentar o contexto do tema escolhido e explicar quais estratégias de produção e conteúdo escolheram para abordar o tema dessa forma específica.

Após todas as apresentações, conversem sobre as escolhas feitas pelos grupos, discutindo como a síntese e o destaque influenciaram a forma como a informação foi apresentada.

Caso seja possível, utilizem os recursos disponíveis, como celulares, computadores, ferramentas e aplicativos de edição de imagens, para produzir a versão digital da postagem. Se desejarem, vocês também podem criar um perfil em uma rede social para veicular as produções da turma.

Editoria: seção específica de um jornal dedicada a um assunto, onde notícias e artigos relacionados a esse assunto são organizados e publicados.

Olho: resumo introdutório que antecede o texto principal de matéria jornalística, fornecendo uma prévia das informações mais importantes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Juventude, futuro e transformação

Você está na etapa final da Educação Básica. Provavelmente, seu futuro profissional seja uma de suas preocupações no momento. Neste contexto, alguns jovens optam pela formação universitária, outros, pela formação técnica; há os que pensem em empreender, alguns são convencidos a dar continuidade ao negócio familiar etc. O fato é que refletir sobre esse assunto envolve considerar as possibilidades, a autorrealização pessoal, as perspectivas de renda, bem como as vantagens e desvantagens que essa escolha trará para seu futuro.

OBJETO DIGITAL
Vídeo: Entrevista

A questão se torna ainda mais complexa quando o jovem avalia as transformações pelas quais passam as relações de trabalho na contemporaneidade, sobretudo aquelas relacionadas à carência de oportunidades e ao aumento da informalidade. Nesse cenário, destaca-se a modalidade de trabalho por meio de aplicativos e de plataformas digitais, que conectam clientes e prestadores de serviço, sobretudo para a realização de atividades como transporte de passageiros e entrega de produtos diversos. Trata-se de uma forma de gerar renda, contudo sem acesso às proteções garantidas pelas leis trabalhistas.

Para refletir a respeito da inserção no mercado de trabalho considerando os desafios atuais, realizaremos uma pesquisa com o objetivo de identificar as preocupações dos jovens sobre seu futuro e listar exemplos de ações que podem ser tomadas no presente, considerando a preparação para a vida após a conclusão do Ensino Médio.

Etapas de pesquisa

A atividade proposta será realizada em etapas e utilizará duas práticas de pesquisa: grupo focal e entrevista. Ao final, os dados levantados serão a base para a montagem de uma **exposição audiovisual**.

Grupo focal

Grupo focal é uma prática de pesquisa que envolve a reunião de um pequeno grupo de pessoas. Os pesquisadores devem incentivar as interações e os diálogos entre os participantes para registrar diferentes ideias, percepções e opiniões de acordo com os objetivos da pesquisa.

Entrevista

A técnica de pesquisa por entrevista é bastante utilizada em diversas áreas, como ciências sociais, psicologia, *marketing* etc. Existem vários tipos de entrevista, dos quais destacamos a estruturada, quando as perguntas são apresentadas como foram elaboradas invariavelmente a todos os entrevistados, e a semiestruturada, quando há um roteiro de questões que pode ser flexibilizado durante a execução da entrevista.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Etapa 1: Realização do grupo focal

Forme um grupo com seus colegas e tome algumas providências para a organização e realização do grupo focal. Definam o perfil das pessoas que deverão participar da dinâmica. Sugere-se a seleção de jovens de 17 a 20 anos, entre concluintes do Ensino Médio, ingressantes no Ensino Técnico, no Ensino Superior e no mercado de trabalho.

Elaborem um roteiro com uma lista de perguntas para direcionar a atividade. Comecem com questões mais gerais e avancem para as mais específicas. Definam formas de captação, gravações de áudio e vídeo, e providenciem autorização de uso dos materiais coletados junto aos participantes para a utilização na exposição audiovisual.

Escolham um local e uma data para as reuniões. Separem os materiais que serão utilizados (caneta, bloco de notas, *smartphones*). Reúna um grupo de cerca de dez participantes voluntários. Explique os objetivos da atividade e recolha os termos de consentimento assinados. Inicie a gravação, siga o roteiro e realize a mediação da atividade incentivando a participação equilibrada de todos os convidados.

Para a análise dos dados, se necessário, transcreva a gravação. Busque identificar padrões nas respostas, pontos de convergência e discordância e elabore um relatório com base nas informações levantadas.



EDNEI MARX/ARQUIVO DA EDITORA

Ilustração atual de um grupo focal.
Representação artística para fins didáticos.

Etapa 2: Realização da entrevista

Com base na análise dos dados do grupo focal, elaborem o questionário que será utilizado na entrevista. Se julgarem pertinente, misturem questões mais diretas e objetivas com perguntas mais abertas, dando mais liberdade para o entrevistado. Selecionem os entrevistados entre os alunos do Ensino Médio de sua comunidade escolar.

Separem os materiais de gravação e os termos de consentimento de uso de imagem dos participantes. Dividam-se em duplas e iniciem a entrevista seguindo o roteiro. Procurem não intervir excessivamente e busquem estabelecer uma relação de confiança com o seu convidado, demonstrando respeito e interesse por suas opiniões.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Produção da exposição audiovisual

Agora é hora de criar, com base no material obtido nas entrevistas e no grupo focal, uma exposição audiovisual. A ideia é contribuir para que outros jovens, ao visitar a exposição, também reflitam sobre o futuro, acolhendo suas preocupações e elegendo ações que possam ser úteis após a conclusão da etapa da Educação Básica.

Exposição audiovisual

Uma exposição audiovisual combina elementos visuais e sonoros para proporcionar uma experiência imersiva aos visitantes. Nela pode haver fotos, desenhos, projeções de vídeos, animações, vozes gravadas e outros tipos de efeito sonoro que estimularão as pessoas a se conectarem de diferentes maneiras com o conteúdo exposto.

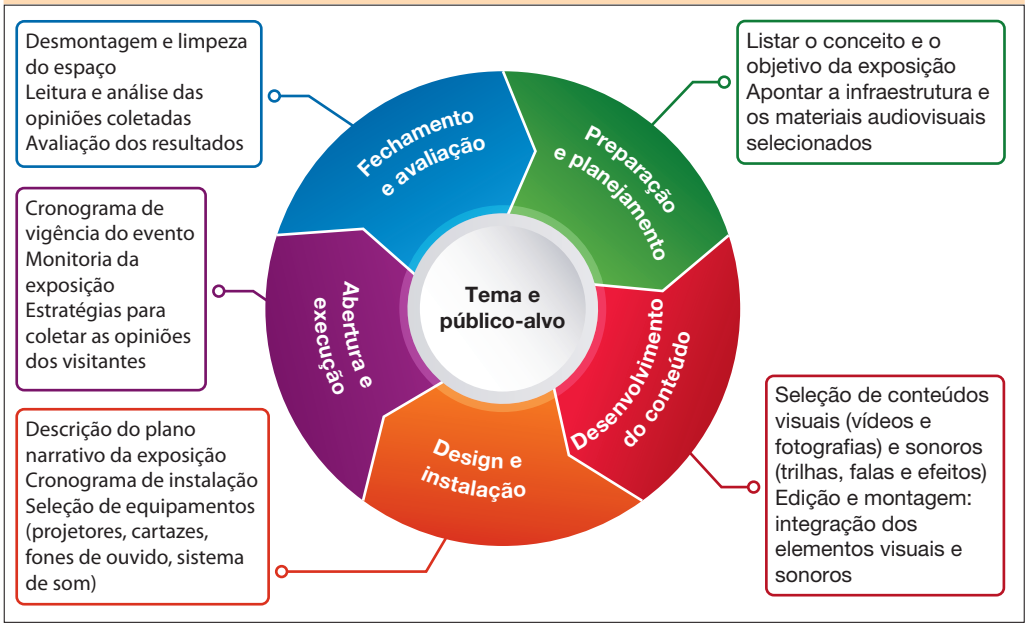
Passo 1: Tema e roteiro

A produção de uma exposição audiovisual começa com a definição do tema. Neste caso, o tema deverá apresentar relação com os objetivos que subsidiaram a realização do grupo focal e das entrevistas.

Com a temática definida, vocês devem elaborar um roteiro com começo, meio e fim para conduzir os convidados pela narrativa da exposição. Para tanto, vocês podem produzir textos e linhas do tempo a serem distribuídas pela sala de exposição.

Além disso, se julgarem conveniente, incluam no roteiro outros materiais audiovisuais, como trechos de palestras de especialistas ou de gestores públicos, abordando a existência de políticas públicas de fomento ao estágio, ao primeiro emprego, bolsas de iniciação científica para jovens pesquisadores universitários e bolsas de estudo para ingressantes no Ensino Técnico e Superior. Dessa maneira, pode-se enriquecer as perspectivas dos jovens visitantes da exposição.

Exposição audiovisual



Fonte: elaboração dos autores.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Passo 2: Curadoria e edição

Com base na escolha do tema e na estruturação do roteiro, retomem as gravações das etapas anteriores, selecionando os áudios e/ou vídeos que comporão a mostra. Considerem a importância de apresentar vários tipos de experiência e pontos de vista, garantindo que mais pessoas tirem proveito da exposição.

Se for o caso, façam o mesmo trabalho com os materiais adicionais levantados, selecionando os trechos das entrevistas e das palestras realizadas por especialistas e gestores que devem ser intercalados com os materiais produzidos junto ao público do grupo focal e das entrevistas.

Passo 3: Montagem da exposição

Definam o local, a data e o horário da realização da mostra e providenciem os equipamentos necessários. Você pode utilizar *tablets*, celulares, computadores, projetores, caixas de som, fones de ouvido, imagens impressas, desenhos, efeitos de luz etc. Procurem estimular todos os sentidos dos visitantes. Por fim, divulguem sua exposição para a comunidade escolar, incentivando a participação de todos.



CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Visitantes no Museu do Amanhã, no munícipio do Rio de Janeiro, capital. Fotografia de 2021.

Refletindo sobre o trabalho

Após a realização da exposição audiovisual, conversem sobre o processo de pesquisa, considerando se as estratégias de trabalho foram eficazes e bem executadas. Nesse momento, é importante que o grupo identifique os aspectos que foram bem-sucedidos e os que devem ser aprimorados em trabalhos futuros.

Por fim, conversem a respeito dos impactos da exposição sobre a comunidade escolar, verificando se o trabalho atingiu seu objetivo, contribuindo para que mais jovens possam refletir sobre suas preocupações e adotar medidas que favoreçam a preparação para a vida após o Ensino Médio.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

AARTS, Paul. Dez anos depois: a Primavera Árabe fracassou? **Malala**, São Paulo, v. 9, n. 12, p. 22-29, nov. 2021.
Nesse ensaio, o autor discorre sobre as repercussões da Primavera Árabe, ocorrida entre os anos de 2010 e 2012.

ALONSO, Angela. Associativismo *avant la lettre*: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 166-199, set./dez. 2011.
A autora discute o papel do associativismo no desenvolvimento de ações em favor da abolição da escravidão no Brasil.

ARAÚJO, Emanuel. **Escrito para a eternidade**: a literatura no Egito faraônico. Brasília, DF: Editora UnB, 2000.
Nesse livro, examinam-se as crenças e os valores do Egito antigo por meio da análise de sua produção literária.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos**: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
Nesse livro, o autor trata das tensões políticas internas e das pressões externas que levaram ao golpe militar no Chile.

BARROS, José D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.
O autor trata da construção da história como disciplina e de suas relações com os modos de representar, explicar e apreender o tempo.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina colonial. São Paulo: Edusp, 1998. v. 1.
Coletânea que aborda aspectos da implantação do aparato colonial metropolitano na América Latina e os impactos para a população nativa.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: da independência até 1870. São Paulo: Edusp, 1998. v. 3.
Coletânea que contextualiza os processos de independências das colônias espanholas e a construção de novos regimes políticos no continente americano.

BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África**: África sob dominação colonial, 1880-1935. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2011. v. VII.
Coletânea que analisa as dinâmicas de exploração, produção cultural e resistência no continente africano durante o período neocolonial.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
Obra que reúne documentos e discursos ilustrativos de importantes questões e debates políticos que moldaram a história política do Brasil.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
A obra apresenta conceitos clássicos, intelectuais e escolas de pensamento que contribuíram para a evolução da teoria marxista.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
Nessa obra temática, o autor analisa as dinâmicas de produção e difusão de conhecimento durante o período moderno.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; MARTINS, Maria Cristina Bohn (org.). **As Américas na Primeira Modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Prismas, 2018. v. 2.
Coletânea que trata de aspectos políticos e culturais e do impacto das interações entre os povos indígenas e os colonizadores europeus.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
Estudo comparativo em que a autora tece aproximações e distanciamentos entre o varguismo e o peronismo.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
Nesse livro, o autor aborda as diferentes estruturas dos povos nativos do continente americano antes da chegada de Cristóvão Colombo.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 8, p. 9, nov. 2008.
Nesse artigo, os autores abordam as causas e as consequências da Revolução Praieira na política imperial.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial, 1999.
Nessa obra, o autor examina a transformação do livro e das práticas de leitura ao longo da história.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**: a era das ditaduras – Chile, Argentina e Brasil: luta armada e repressão. São Paulo: Contexto, 2001.
O autor analisa a instauração, as correlações e as consequências dos regimes ditatoriais no Brasil, no Chile e na Argentina.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Os povos indígenas na América Latina**: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Santiago: Nações Unidas, 2015.
Nesse livro, avaliam-se os progressos e os desafios enfrentados pelos povos indígenas na América Latina no início do século XXI.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
Essa obra examina o tráfico transatlântico de africanos escravizados, discutindo os impactos na história do Brasil e da África.

CORSI, Francisco Luiz. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016.
Nesse artigo, o autor discorre a respeito dos desafios e resultados da política econômica implementada durante o governo de Dilma Rousseff.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso (org.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
O livro reconstrói a memória da atuação dos órgãos de informação e repressão que funcionaram durante a ditadura civil-militar.

DARWIN, Charles. **The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex**. Londres: Penguin Books, 2004.
Nesse livro, originalmente publicado em 1871, Charles Darwin expande a teoria da evolução para os seres humanos, explorando como se definem as características físicas e comportamentais da espécie humana.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
Nessa obra, o autor discorre sobre o longo processo histórico e as diferentes fases da destruição da Mata Atlântica no Brasil.

DIAMOND, Jared. **Collapse**: How Societies Choose to Fail or Succeed. New York: Viking, 2005.
Nesse livro, examina-se o colapso de diversas civilizações ao longo da história, oferecendo lições para o futuro da humanidade.

DIAS, Luiz Antonio. Política e participação juvenil: os "caras-pintadas" e o movimento pelo *impeachment*. **História Agora**, São Paulo, v. 1, p. 1-18, 2004.
Nesse artigo, o autor analisa a participação juvenil no movimento histórico de contestação ao presidente Fernando Collor de Mello.

DRIVER, Stephanie Schwartz. **A Declaração de Independência dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
A autora analisa o contexto histórico e os impactos da Independência dos Estados Unidos.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A educação no governo de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 231-254, out. 1999.
A autora analisa os resultados das políticas públicas na educação, implementadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
Nesse livro, publicado originalmente em 1845, o autor aborda as difíceis condições de vida e de trabalho dos operários nas indústrias britânicas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.
Trata-se de um estudo comparativo a respeito das trajetórias brasileira e argentina na contemporaneidade.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.
Coletânea que discute a transição democrática e as experiências sociopolíticas no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2.
Coletânea que discute conceitos e aspectos socioculturais, políticos e econômicos do Brasil entre os anos de 1930 e 1945.

FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo do regime autoritário (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 4.
Coletânea que aborda a institucionalização da ditadura civil-militar, a política internacional, as conjunturas econômicas, as resistências cultural e armada, o aparato repressivo e a abertura política.

FERRO, Marc (org.). **Nazisme et communisme**: deux régimes dans le siècle. Paris: Hachette, 1999.
Coletânea dedicada ao estudo conceitual e empírico dos regimes comunista e nazista no século XX.

FITZPATRICK, Sheila. **The Shortest History of the Soviet Union**. London: Old Street Publishing, 2022.
Obra que trata das origens da União Soviética à sua desintegração, discutindo questões políticas, econômicas e socioculturais.

FRADER, Laura. **The Industrial Revolution**: a history in documents. New York: Oxford University Press, 2006.
Trata-se de um livro que discute aspectos da Revolução Industrial com base na análise de variado *corpus* documental desse processo.

GOMES, Angela de Castro. O populismo no Brasil: desafios de um debate historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-9, jan.-dez. 2002.
Artigo que discute criticamente o conceito de populismo considerando a experiência política brasileira.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
Nessa obra, o autor examina as estruturas e os impactos socioeconômicos do sistema escravagista implantado ao longo da história do Brasil.

GOSDEN, Chris. **Prehistory**: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2018.
Obra que trata das primeiras sociedades humanas e das transformações culturais que moldaram o mundo antes da criação da escrita.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 121-160, 2002.
Nesse artigo, o autor analisa as dinâmicas do tráfico interprovincial impulsionadas com a proibição do tráfico internacional de escravizados.

GRIBBIN, John. **Science**: a history. New York: Penguin, 2002.
Livro que explora o desenvolvimento da ciência desde a Renascença até o século XX.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Os primeiros habitantes do Brasil**. São Paulo: Atual, 1994.
Nesse livro, o autor explora a história e a cultura dos povos indígenas que habitavam o Brasil antes da chegada dos colonizadores europeus.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
Esse livro oferece uma visão abrangente dos processos de dominação neocolonial, resistência e libertação dos países africanos.

HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia (org.). **Pré-história do Brasil**. Rio de Janeiro: Manati, 2007.
Livro que trata dos diferentes povos que habitaram o Brasil antes da chegada dos europeus.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
Nessa obra, o autor explora as ideias radicais e os movimentos sociais que emergiram durante a Revolução Inglesa do século XVII.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
Obra que aborda a expansão do capitalismo pelo continente europeu, discutindo aspectos socioeconômicos e geopolíticos desse processo.

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
O autor discute o pioneirismo britânico no processo de industrialização da produção e os vínculos com a expansão imperialista do país.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
Nessa obra, analisam-se contextos de resistência às elites metropolitanas e ao absolutismo, assim como os documentos históricos que culminaram na invenção dos direitos humanos.

KARNAL, Leandro *et al*. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.
Coletânea de capítulos em que os autores examinam os aspectos culturais, políticos e socioeconômicos da história dos Estados Unidos.

KERSHAW, Ian. **De volta do inferno**: Europa 1914-1949. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
A obra trata da ascensão dos regimes totalitários e das profundas transformações no continente europeu decorrentes das duas guerras mundiais.

KRAMER, Samuel Noah. **Mesopotâmia**: o berço da civilização. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
Livro que aborda a história da Mesopotâmia, destacando as inovações fundamentais para a humanidade.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
Nesse livro, o autor critica a visão utilitarista que reduz a natureza a um mero recurso econômico.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.
Nesse livro, aborda-se a construção conceitual da história como disciplina e suas relações com a memória e com as dinâmicas de permanências e rupturas ao longo do tempo.

LEE, Lily Xiao Hong. **World War Two**: Crucible of the Contemporary World – Commentary and Readings. London: Routledge, 2016.
Nessa obra, o autor analisa as transformações políticas, sociais e econômicas decorrentes da Segunda Guerra Mundial.

LONDOÑO, Fernando Torres. No princípio da história, era um jogo de bola: jogo, poder e religião entre os maias. **Rever**, São Paulo, ano 15, n. 1, p. 119, jan./jun. 2015.
Nesse artigo, são estudados os usos e os significados políticos e religiosos do jogo de bola entre os maias.

LOPES, Reinaldo José. **1499**: o Brasil antes de Cabral. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.
Nesse livro, analisam-se diversos povos que existiam no Brasil antes da chegada dos colonizadores europeus, em 1500.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: LECH, 1981.
A obra explora aspectos históricos da concentração fundiária e sua relação com a desigualdade social no Brasil.

MONTEIRO, John. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
O autor discorre a respeito das dinâmicas de dominação e resistência entre indígenas e bandeirantes na formação de São Paulo.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
Ao longo de 11 capítulos, o autor aborda questões centrais acerca da ditadura civil-militar brasileira.

NÉRÉ, Jacques. **História contemporânea**. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1981.
A obra aborda as grandes revoluções, o imperialismo, as guerras mundiais e suas consequências durante o período contemporâneo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

OBRAS escolhidas: Marx e Engels. Lisboa: Edições Avante, 1982.
Em três tomos, a obra reúne diversas cartas e textos produzidos por Marx e por Engels a respeito de acontecimentos históricos, reflexões filosóficas, revoluções e organização dos trabalhadores.

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social**. São Paulo: Edusp, 2008.
Essa obra analisa a escravidão, discutindo as tentativas de desumanização e o despojamento de identidade vividos pelos escravizados.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
Esse livro trata de três grupos sociais marginalizados na França do século XIX.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
Nessa obra, apresenta-se uma abordagem panorâmica da história, da Antiguidade ao período contemporâneo.

PHILLIPS, Charles. **The everyday life of the Aztec & Maya**. London: Anness Publishing, 2007.
Nesse livro, estudam-se, em detalhes, as práticas culturais e cotidianas dos povos maia e asteca.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
O autor explora as interações entre economia e ideologia e analisa a permanência das desigualdades socioeconômicas ao longo do tempo.

PINSKY, Jaime *et al*. **História da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 2007.
Coletânea de textos em que se examinam os impactos do colonialismo europeu na formação sociocultural, econômica e política da América Latina.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela história**: desafios – ensino. São Paulo: Contexto, 2021.
Coletânea de artigos em que se discutem as novas abordagens e os desafios de produzir e ensinar história atualmente.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano XVII, n. 202, p. 4-6, mar. 2018.
Nesse artigo, discutem-se a decolonialidade e a constituição de um campo epistêmico, destacando a convergência de aspectos das realidades brasileira, latino-americana e africana.

RÉMOND, René. **O século XIX**: 1815-1944. São Paulo: Cultrix, 1981.
Obra que trata, do ponto de vista europeu, das principais questões sociopolíticas do século XIX.

REZNIK, Luís (org.). **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
Obra que reúne uma coletânea de capítulos dedicados aos diferentes contextos da história da imigração para o Brasil.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.
Nesse artigo, são discutidas a atuação de lideranças, as causas e as consequências dessa expressiva revolta ocorrida durante o Período Regencial.

RODRIGUES, Roberio Paulino. **O colapso da URSS**: um estudo das causas. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
Nessa obra, o autor realiza um amplo estudo a respeito das causas e consequências do colapso da União Soviética.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. **Deuses do México indígena**. São Paulo: Palas Athena, 2002.
Nesse livro, analisam-se a organização sociocultural e as cosmovisões dos povos indígenas que habitaram o território do atual México.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.); CARVALHO, José Murilo de (coord.). **A construção nacional**: 1830-1889. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Objetiva, 2012. p. 131-177. (História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 2).
Coletânea que discute os aspectos econômicos, políticos, socioculturais e a inserção internacional do Brasil durante o período imperial.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
Coletânea de verbetes a respeito das resistências, formas de sociabilidade, indicadores socioeconômicos, diversidade, entre outros temas referentes à escravidão na história do Brasil.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
Obra que apresenta uma visão panorâmica e bem documentada de importantes aspectos culturais e sociopolíticos da história do Brasil.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
O livro examina as estratégias de resistência dos negros escravizados e as relações de poder na sociedade escravista.

SILVA, Gustavo da; PUREZA, Marcelo Gaudêncio Brito. A demarcação de terras indígenas na Amazônia Legal. **Revista Nupem**, v. 11, n. 22, p. 44-50, 2019.
Nesse artigo, analisam-se os desafios e a importância da demarcação das terras indígenas na Amazônia Legal.

SOIHET, Rachel. O drama da conquista na festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 9, p. 56, 1992.
Artigo que discute as estratégias de resistência dos indígenas, as adaptações e os hibridismos culturais decorrentes desse processo.

SOUZA, Almir Antonio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 110-130, jul./dez. 2015.
Esse artigo trata do contexto da promulgação da Lei de Terras, de estratégias de resistência e dos impactos sobre os povos indígenas.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
O livro analisa as condições adversas enfrentadas por aqueles que eram pobres e marginalizados na sociedade mineradora do século XVIII.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação do rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
A autora aborda a questão da sociabilidade e os hibridismos culturais na formação da identidade católica entre os africanos escravizados.

STRINGS, Sabrina. **Fearing the black body**: the racial origins of fat phobia. New York: New York University Press, 2019.
Nesse livro, a autora trata dos processos de estigmatização e das construções de estereótipos dos corpos africanos como estratégia de sujeição daquele continente durante o imperialismo.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
A obra reúne um conjunto de ensaios a respeito dos costumes e das tradições populares entre os ingleses nos séculos XVII e XVIII.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
Nesse livro, examinam-se as relações entre as interações socioculturais e a aquisição complexa de conhecimento pelos seres humanos.

TOUCHARD, Jean. **Historia de las ideas políticas**. Madrid: Tecnos, 2010.
Nesse livro, realiza-se uma análise abrangente do desenvolvimento das teorias políticas ao longo da história.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa**: 1789-1799. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
O autor analisa os antecedentes, o evento e as consequências da Revolução Francesa para o mundo contemporâneo.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
Nesse livro, o autor faz uma reflexão acerca da experiência política brasileira identificada com o populismo.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1990.
Obra que analisa a evolução do abastecimento da capitania das Minas Gerais e o impacto da mineração nos processos de interiorização da colônia.

SUPLEMENTO PARA O PROFESSOR

Prezados professores,

Estamos passando por um período de grandes transformações na Educação Básica. A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) delineou objetivos pedagógicos que visam padronizar os currículos, desenvolver as competências da educação do século XXI, promover a equidade e a inclusão na sala de aula e garantir a formação integral dos estudantes. Sua implementação é o desafio que se apresenta a todos nós.

Na etapa do Ensino Médio, tais desafios são ainda maiores. Mesmo antes da BNCC, a própria composição estrutural desse segmento escolar também foi profundamente modificada, por meio de alteração na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional. Somos agora instados a repensar os componentes curriculares em um contexto maior, interdisciplinar, considerando os conhecimentos especializados das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de forma integrada, muitas vezes em diálogo com as outras áreas do conhecimento.

O propósito dessa mudança é levar o currículo ao encontro das necessidades dos estudantes, considerando seu futuro profissional e sua inserção no mercado de trabalho. Para isso, espera-se aproximar o currículo do mundo do trabalho, aumentando a autonomia dos estudantes e orientando-os na escolha de seu projeto de vida.

Este livro integra uma coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nele, procuramos abordar os conteúdos em perspectiva interdisciplinar, com base nos conceitos centrais da área. A partir de situações-problema, a oferta de informações, a elaboração de conceitos e a problematização de afirmações subsidiam com profundidade teórica as atividades práticas e investigativas que os estudantes deverão realizar. Os conhecimentos dos diferentes componentes curriculares, desse modo, são colocados em diálogo visando uma aprendizagem mais significativa e reflexiva.

Nesse contexto de profundas transformações, esta coleção pretende auxiliar os professores a por em prática o que o novo Ensino Médio nos propõe: tornar o estudante cada vez mais o sujeito de sua trajetória de aquisição e elaboração do conhecimento, um sujeito ativo capaz tanto de questionar criticamente o presente como de imaginar um futuro melhor. Construir sujeitos autônomos e preparados para serem protagonistas não só no território do conhecimento, mas também no âmbito da vida social: essa é, e sempre foi, nossa responsabilidade. Nesse sentido, há continuidade na mudança.

Esperamos que esta obra possa auxiliá-los nessa jornada!

Os Autores

SUMÁRIO

ORIENTAÇÕES GERAIS MP003
A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas MP003
Diversidade cultural MP005
Cidadania MP005
Novas tecnologias MP006
Professor reflexivo para uma aprendizagem significativa MP006
O ensino por competências e habilidades MP007
Conhecimentos, competências e habilidades MP009
Competências e habilidades na BNCC MP009
Autonomia do professor no trabalho com competências MP014
Fundamentos teórico-metodológicos da coleção MP014
A seleção de conteúdos MP015
O processo de ensino-aprendizagem MP015
O protagonismo juvenil MP017
A proposta didático-pedagógica da coleção MP018
A importância da pesquisa MP018
Aprendizagem e informação MP019
Diversidade e inclusão MP020
A integração entre os componentes curriculares e entre as áreas do conhecimento MP020
O trabalho interdisciplinar na escola MP021
Avaliação da aprendizagem MP023
Organização geral da coleção MP025
Unidades temáticas: uma abordagem complementar MP025
Unidade 1: Ciência, cultura e sociedade MP025
Unidade 2: População, territórios e fronteiras MP026
Unidade 3: Ética e cidadania MP027
Unidade 4: Trabalho e transformação social MP027
Unidade 5: Estado, poder e democracia MP028
Unidade 6: Sociedade e meio ambiente MP029
Livro do estudante: recursos didático-pedagógicos MP029
Páginas iniciais MP029
Abertura de unidade MP029
Capítulos MP030
Estratégia de estudo MP030
Educação midiática MP030
Pesquisa em foco MP031
Possibilidades de uso dos volumes da coleção MP031
Sugestões de cronograma MP031

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS DESTE VOLUME MP033
O ensino de história e o livro didático MP033
História no Ensino Médio: competências e habilidades MP033
Cultura afro-brasileira e indígena na sala de aula MP034
Metodologia e prática no ensino de história MP035
Auxilie os estudantes a formular as perguntas certas MP035
Auxilie os estudantes a identificar fontes confiáveis MP035
Auxilie os estudantes a tirar suas próprias conclusões MP036
Avaliação: critérios e instrumentos MP036
Leituras complementares MP037
História e memória MP037
História e identidade MP038
A noção de raça como construção social MP039

ORIENTAÇÕES PARA TRABALHO COM O LIVRO DO ESTUDANTE MP040

UNIDADE 1 **Ciência, cultura e sociedade** MP040
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP040
Capítulo 1 A produção do conhecimento histórico MP040

ESTRATÉGIA DE ESTUDO **Resumo** MP044
Capítulo 2 Das origens da humanidade às primeiras civilizações MP044
Capítulo 3 A história dos ameríndios antes da chegada dos europeus MP048

UNIDADE 2 **População, territórios e fronteiras** MP053
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP053
Capítulo 4 Formação das monarquias nacionais e expansão colonial europeia MP053
Capítulo 5 Formação do Império Português e a América portuguesa MP057

UNIDADE 3 **Ética e cidadania** MP062
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP062
Capítulo 6 Uma era de revoluções MP062
Capítulo 7 Império Napoleônico e emancipações na América MP066
Capítulo 8 O Brasil Império e a cidadania excludente MP070

UNIDADE 4 **Trabalho e transformação social** MP075
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP075
Capítulo 9 Revolução Industrial e expansão do capitalismo MP075
Capítulo 10 Ideias e ideologias do mundo contemporâneo MP078
Capítulo 11 Imperialismos, guerra e revolução MP082

UNIDADE 5 **Estado, poder e democracia** MP085
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP085
Capítulo 12 Da ascenção do totalitarismo à Guerra Fria MP085
Capítulo 13 Brasil republicano e populismo latino-americano MP088
Capítulo 14 Ditadura no Brasil, no Chile e na Argentina MP091

UNIDADE 6 **Sociedade e meio ambiente** MP096
Objetivos de aprendizagem desta unidade MP096
Capítulo 15 Capitalismo global e agenda ambiental MP096
Capítulo 16 Desafios do Brasil contemporâneo MP099

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA **O uso das novas tecnologias pelas mídias tradicionais** MP102

PESQUISA EM FOCO **Juventude, futuro e transformação** MP102

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS MP103

ORIENTAÇÕES GERAIS

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

[...] compreender é inventar, ou reconstruir através da reinvenção, e será preciso curvar-se ante tais necessidades se o que se pretende, para o futuro, é moldar indivíduos capazes de produzir ou de criar, e não apenas de repetir.

Jean Piaget, 1976.

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, constituída pelos componentes curriculares história, filosofia, sociologia e geografia abordados de forma integrada, é fundamental para a formação integral do estudante e para a construção de uma cidadania democrática.

Uma democracia sadia deve se basear no respeito ao outro, na pluralidade de opiniões e visões de mundo. As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são indispensáveis à democracia, pois oferecem aos estudantes os instrumentos necessários para pensar por si mesmos, debater e discutir ideias considerando a opinião do outro, entender o significado da experiência humana em toda a sua diversidade e conscientizar-se dos problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais que os afetam direta ou indiretamente. A área também contribui decisivamente para o desenvolvimento da empatia, ou seja, do "raciocínio posicional", que, segundo a filósofa estadunidense Martha Nussbaum, permite que nos coloquemos no lugar dos outros, reconhecendo seus sofrimentos, suas dificuldades e suas realizações.

Examine o que diz a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre o papel da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio:

[...] a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer **diálogos** – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –, elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao **domínio** de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos.

De posse desses instrumentos, espera-se que os jovens elaborem **hipóteses** e **argumentos** com base na seleção e na sistematização de dados, obtidos em fontes confiáveis e sólidas. A elaboração de uma hipótese é um passo importante tanto para a construção do diálogo como para a investigação científica, pois coloca em prática a **dúvida sistemática** – entendida como questionamento e autoquestionamento, conduta contrária à crença em verdades absolutas.

Nessa direção, a BNCC da área de Ciências Humanas prevê que, no Ensino Médio, sejam enfatizadas as aprendizagens dos estudantes relativas ao desafio de dialogar com o outro e com as novas tecnologias. Considerando que as novas tecnologias exercem influência, às vezes negativa, outras vezes positiva, no conjunto das relações sociais, é necessário assegurar aos estudantes a análise e o uso consciente e crítico dessas tecnologias, observando seus objetivos circunstanciais e suas finalidades a médio e longo prazos, explorando suas potencialidades e evidenciando seus limites na configuração do mundo contemporâneo.

É necessário, ainda, que a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o **protagonismo juvenil** investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 561-562.

Segundo Martha Nussbaum, há um conjunto de capacidades fundamentais que a escola pode contribuir para desenvolver e, assim, formar cidadãos mais democráticos e responsáveis. As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são determinantes para desenvolver as capacidades listadas a seguir:

Capacidade de raciocinar adequadamente a respeito de temas políticos que afetem a nação, de examinar, refletir, argumentar e debater, não se submetendo nem à tradição nem à autoridade.

Capacidade de reconhecer seus concidadãos como pessoas com direitos iguais, mesmo que sejam diferentes quanto a raça, religião, gênero e orientação sexual: olhá-los com respeito, como fins, não apenas como ferramentas a serem manipuladas em proveito próprio.

Capacidade de se preocupar com a vida dos outros, de compreender o que as diferentes políticas significam para as oportunidades e experiências dos diferentes tipos de concidadãos e para as pessoas que não pertencem a seu próprio país.

Capacidade de conceber cabalmente diversos assuntos complexos que afetam a história da vida humana em seu desenvolvimento: refletir acerca da infância, da adolescência, das relações familiares, da doença, da morte e muito mais, de forma que se caracterize pela compreensão de um amplo conjunto de histórias humanas, não apenas pela reunião de informações.

Capacidade de julgar criticamente os líderes políticos, mas com uma compreensão fundamentada e realista das possibilidades de que eles dispõem.

Capacidade de pensar no bem da nação como um todo, não somente no bem do seu próprio grupo local.

Por sua vez, capacidade de perceber seu próprio país como parte de um mundo complexo em que diferentes tipos de assunto exigem uma discussão transnacional inteligente para que sejam solucionados.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**. Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p. 26.

Nussbaum salienta a importância de capacidades como raciocínio crítico, reconhecimento da complexidade da realidade e empatia na construção de sujeitos democráticos, empáticos e solidários. Segundo a autora, o raciocínio crítico consiste em pensar reflexivamente um mundo complexo e cada vez mais interdependente sem fazer uso de simplificações e dicotomias fáceis. Essa capacidade também está ligada à habilidade de transportar o olhar do nível local para o global, indo além das necessidades imediatas para abordar com discernimento questões e problemas em diferentes escalas. Outra capacidade fundamental para formar sujeitos democráticos é a compreensão empática das diversas experiências humanas, que é exercida quando consideramos aqueles que são percebidos como diferentes como sendo indivíduos iguais a nós, possuindo os mesmos direitos e responsabilidades.

[...] a capacidade refinada de raciocinar e refletir criticamente é crucial para manter as democracias vivas e bem vigilantes. Para permitir que as democracias lidem de modo responsável com os problemas que enfrentamos atualmente como membros de um mundo interdependente é crucial ter a capacidade de refletir de maneira adequada sobre um amplo conjunto de culturas, grupos e nações no contexto de uma compreensão da economia global e da história de inúmeras interações nacionais e grupais. E a capacidade de imaginar a experiência do outro – uma capacidade que quase todos os seres humanos possuem de alguma forma – precisa ser bastante aumentada e aperfeiçoada, se quisermos ter alguma esperança de sustentar instituições decentes que fiquem acima das inúmeras divisões que qualquer sociedade moderna contém.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**. Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p. 11.

Com o objetivo de desenvolver essas capacidades e, assim, cumprir as exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nesta coleção a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é abordada principalmente a partir de três eixos: **diversidade cultural**, **cidadania** e **novas tecnologias**.

A seguir, explicitamos a relação das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com cada um desses eixos.

Diversidade cultural

A era da informação caracteriza-se pelo enorme fluxo de dados, pela velocidade da inovação técnica e produtiva e pela renovação contínua dos conhecimentos produzidos. Serviços, produtos, processos e tendências surgem e rapidamente se tornam obsoletos, em ciclos que se repetem. Isso faz com que muitos jovens e adolescentes tenham propensão a perder o contato com o passado e a memória, vivendo numa espécie de eterno presente. Desorientados pelo fluxo vertiginoso das imagens no mundo do consumo e na sociedade do espetáculo, eles correm o risco de romper o vínculo com o passado e colocar em xeque sua própria identidade.

O rápido envelhecimento e a obsolescência das coisas, que são relegadas a um passado cada vez mais esquecido e desvalorizado, fazem com que uma das tarefas mais importantes do ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas seja possibilitar o acesso da geração atual às experiências das gerações anteriores e, assim, contribuir para a construção da identidade dos jovens estudantes. Entretanto, a identidade nacional não é mais a única matriz na formação da identidade pessoal. Nossa sociedade é cada vez mais plural e multicultural, marcada pela convivência e interação de pessoas com diferentes culturas, valores e identidades. A impossibilidade de estabelecer barreiras ao fluxo de informação e à difusão de conhecimentos promove, entre outros efeitos, a síntese de diferentes culturas.

Em grandes cidades, como Nova York, São Paulo, Londres, Cidade do México ou Singapura, pessoas do mundo todo convivem e interagem cotidianamente, muitas vezes adotando hábitos e estilos de vida de outras culturas sem perder os vínculos com sua cultura nativa. Nas áreas rurais, por sua vez, sempre ocorreu a interação de comunidades tradicionais, povos originários e migrantes que vieram de outros países ou de outras regiões de um mesmo país. Essas interações produzem, assim, identidades culturais híbridas, que não implicam mais o pertencimento único e exclusivo do indivíduo a uma cultura.

A realidade do multiculturalismo exige um ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas mais flexível, abrangente, dinâmico e, sobretudo, mais atento à diversidade cultural que se expressa na sala de aula e na sociedade em geral. Uma das tarefas fundamentais desse ensino é contemplar as relações e o intercâmbio entre diversas culturas e ao mesmo tempo desenvolver a capacidade de respeitar, aceitar e valorizar as diferenças. Na seleção dos conteúdos dos quatro volumes desta coleção, procuramos contemplar e valorizar múltiplos aspectos da diversidade cultural no mundo e, especialmente, no Brasil.

Cidadania

A preparação dos estudantes para o exercício da cidadania é uma das tarefas fundamentais do ensino da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nesta coleção, a formação cidadã é uma preocupação constante que perpassa o conjunto dos quatro volumes. O tema é trabalhado em diferentes épocas, do ponto de vista local e global e em seus diversos níveis.

A cidadania no mundo contemporâneo pode ser desdobrada em três esferas de direitos: civis, políticos e sociais. Gozar desses três tipos de direitos sem restrição significa, em tese, ser cidadão pleno. Direitos civis incluem os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei, a ter um julgamento justo, à liberdade de ir e vir, de organizar-se e de expressar o pensamento. Direitos políticos referem-se à participação do cidadão na vida política do país e incluem os direitos a organizar manifestações políticas, constituir partidos, votar e ser votado. Por fim, direitos sociais são os que garantem a participação do cidadão na sociedade e incluem os direitos à educação de qualidade, à saúde, a um salário justo e à proteção social.

Os direitos civis foram teorizados por filósofos e juristas a partir do século XVII, na época ainda sob o nome de direitos naturais. No século seguinte, eles começaram a ser incorporados às legislações francesa, inglesa e estadunidense. Os direitos políticos, embora já fizessem parte da pauta de movimentos reivindicatórios do século XVIII, foram progressivamente estabelecidos ao longo do século XIX e, em muitos países, apenas no século XX. Os direitos sociais, pelos quais as organizações de trabalhadores já lutavam no século XIX, só foram conquistados no século XX em países desenvolvidos. Nos países de industrialização tardia, como o Brasil, muitos desses direitos chegaram com atraso, e alguns não são assegurados até hoje.

Em nossos dias, não se pode separar o conceito de cidadania do de democracia. O que caracteriza a cidadania é o gozo pleno de direitos inalienáveis, garantidos por leis e códigos formais. Muitas vezes, porém, esses direitos são reconhecidos na lei, mas não cumpridos na prática, ou então certas categorias da população são simplesmente excluídas deles. Ainda há países em que só os homens têm direito a votar e ser eleitos e onde quem não professa a religião oficial do Estado não tem os mesmos direitos daqueles que a professam.

Não se pode falar em cidadania em regimes totalitários, como é o caso da Alemanha nazista, da Itália de Benito Mussolini e da União Soviética sob o stalinismo. O conceito de cidadania implica igualdade, universalidade e liberdade. Não pode haver cidadania plena se o reconhecimento dos direitos do indivíduo depende de sua lealdade ao Estado, a uma religião ou ideologia determinada. A cidadania também não é efetiva onde existam minorias oprimidas sem os mesmos direitos que os demais cidadãos. Por isso, é fundamental reconhecer que a cidadania é um processo de conquistas contínuas que exige a participação ativa de cidadãos críticos e conscientes. Acreditamos que contribuir para desenvolver essa consciência cidadã é justamente uma das principais funções das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na edificação de uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva.

Novas tecnologias

A relação da sociedade com a ciência e a tecnologia foi uma das preocupações que nortearam a elaboração desta coleção e se fez presente, no decorrer das unidades de cada um dos quatro volumes, em diversos contextos, tempos e espaços.

Nas últimas décadas, a atividade científica e o desenvolvimento tecnológico tornaram-se elementos decisivos nos processos de transformação social. É uma tarefa importante do ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ajudar os estudantes a compreender e problematizar o progresso científico e tecnológico, mostrando como a inovação científica e a revolução tecnológica modificam as rotinas do cotidiano, os códigos de valores e as visões de mundo que orientam os seres humanos. O objetivo é levar os estudantes a avaliar criticamente o papel da mudança tecnológica em nossa vida. Para isso, é necessário considerar como os avanços da ciência e da tecnologia têm sido interpretados pela sociedade.

Houve momentos em que a inovação técnico-científica foi vista como uma evolução incontestável na melhoria das condições de vida, como ocorreu com a descoberta da penicilina, que permitiu combater infecções e salvar milhões de vidas. Mas houve, em contrapartida, contextos nos quais ela foi sentida como uma forma de opressão, como no princípio da Revolução Industrial, em que a máquina foi vista como inimiga dos trabalhadores por ameaçar substituí-los. Enfim, é necessário ter em conta também a relação da tecnologia com a democracia, como ressaltou o historiador Nicolau Sevcenko:

> O que precisamos, mais do que nunca, é repensar a ciência dentro de uma plataforma democrática; que ela possa ser, em todas as suas instâncias, discutida por todos os agentes interessados nos seus efeitos – o que, a essa altura, implica todos os elementos de uma sociedade, porque não há recanto onde a tecnologia não tenha impacto.
>
> MORAES, José Geraldo V. de; REGO, José M. (org.).
> **Conversas com historiadores brasileiros**.
> São Paulo: Editora 34, 2002. p. 349.

Numa sociedade em que há um volume enorme e crescente de informação disponível, a capacidade de acessar informações e processá-las de maneira crítica é uma habilidade crucial. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas deve contribuir para que os estudantes saiam do Ensino Médio sabendo como identificar fontes confiáveis, como determinar a validade, a autenticidade e a confiabilidade dos conteúdos na internet, como estabelecer a importância e o peso relativo de cada informação e, por fim, como conectar dados a aprendizagens e conhecimentos adquiridos anteriormente.

Professor reflexivo para uma aprendizagem significativa

Na obra *O mestre ignorante*: *cinco lições sobre a emancipação intelectual*, de 1987, o filósofo francês Jacques Rancière ressaltou que uma concepção tradicionalista de educação, em que o estudante é visto apenas como espectador do processo pedagógico, e não como sujeito ativo da própria aprendizagem, é algo que mantém as desigualdades educacionais.

Rancière chama de "mestre emancipador" aquele que se recusa a reduzir a educação à mera "transmissão" de conhecimentos e pressupõe o diálogo entre educador e educando como ponto de partida e condição necessária para o próprio processo educativo. A aprendizagem depende do trabalho ativo do educando para se apropriar dos conteúdos que lhe são ensinados. Nesse processo, o professor desempenha o papel do mediador que franqueia ao educando o acesso às fontes do conhecimento. Segundo o filósofo, "o aluno deve ver tudo por ele mesmo, comparar incessantemente e sempre responder à tríplice questão: o que vês? o que pensas disso? o que fazes com isso? E, assim, até o infinito." (Rancière, 2002, p. 35).

O ensino só é significativo quando há envolvimento, troca e diálogo entre educador e educando. Além disso, numa época como a nossa, em que há abundância de informação, o papel tradicional do educador de transmitir conhecimento passa a ser relativamente secundário. Passa a ser muito importante a tarefa de ensinar a pesquisar, filtrar, classificar, hierarquizar, compreender e contextualizar a informação disponível para apoiar a aprendizagem.

Por meio da internet, temos acesso a um verdadeiro oceano de informações sobre todos os assuntos e temas imagináveis. Porém, nem toda informação é confiável. Ao lado de fontes de pesquisa úteis e valiosas, há notícias falsas, teorias da conspiração, boatos e mentiras circulando. Por isso, saber escolher fontes de informação confiáveis, separando o joio do trigo, é essencial para ser um cidadão ativo e bem-informado no século XXI.

Os educadores têm uma função importante na orientação dos estudantes para que eles obtenham informações confiáveis. Essa tarefa é bem ampla e faz parte do papel social dos professores e de toda a comunidade escolar, contribuindo para que os estudantes desenvolvam um pensamento crítico e ético a respeito de diferentes assuntos e possam atuar de forma ativa e consciente na sociedade. Além disso, é parte integrante do trabalho docente a mediação de divergências e conflitos de ordem individual e coletiva, que são e serão recorrentes ao longo da vida do educando.

Vejamos o que o pesquisador Moacir Gadotti diz sobre o papel social da escola:

> Diante dos novos espaços de formação, criados pela sociedade que usa intensivamente a informação e as novas tecnologias, a escola, a universidade, integra-os e articula. A escola deixa de ser lecionadora para ser cada vez mais gestora da informação generalizada, construtora e reconstrutora de saberes e conhecimentos socialmente significativos. Portanto, ela tem o papel de articular a cultura, um papel mais dirigente e agregador de pessoas, movimentos, organizações e instituições. Na sociedade da informação, o papel social da escola foi consideravelmente ampliado. É uma escola presente na cidade, no município, criando novos conhecimentos, relações sociais e humanas, sem abrir mão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, uma escola científica e transformadora.
>
> GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. p. 15.

O papel social do professor envolve responsabilidades acadêmicas, comunitárias e pessoais. O professor é influenciado por diversos fatores, incluindo sua formação acadêmica, os vieses institucionais e as expectativas do meio social em que educador e educando estão inseridos. Ao reconhecer esses fatores de influência e estar atento ao seu papel social, o professor poderá contribuir para a constituição dos estudantes como sujeitos, ensinando-os para que possam desempenhar outras profissões no futuro.

Em suma, educadores têm um papel formador direto dentro e fora da sala de aula, orientando educandos não apenas em relação aos conteúdos curriculares, mas também no que toca aos valores coletivos voltados à promoção da cidadania e respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, a atividade do educador é fundamental para a organização da sociedade, cabendo destacar a importância de seu compromisso e de suas responsabilidades éticas em sala de aula.

O ensino por competências e habilidades

Desde a década de 1990, com o avanço da globalização e a difusão das novas tecnologias, há uma preocupação das sociedades, governos e organizações internacionais com o futuro da educação. Uma das organizações que mais contribuíram com essa discussão foi a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que tem trabalhado no delineamento de normas para políticas públicas na área de educação dirigidas a países do mundo todo.

Em 1990, a Unesco lançou a **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**, no contexto da Conferência de Jomtien, na Tailândia. Nesse documento, estabeleceu-se o compromisso de universalizar o acesso à educação, promover a equidade e satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, garantindo que haja um ambiente propício para as práticas educativas em todos os países.

Dando continuidade a esse esforço, foi publicado em 1998, sob coordenação de Jacques Delors, o relatório *Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. O Relatório Jacques Delors, como ficou conhecido, estabelecia quatro pilares básicos e essenciais para a educação:

> A educação deve transmitir [...], de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.
>
> [...] Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança.
>
> Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é, adquirir os instrumentos de compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente, *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta.
>
> DELORS, Jacques (coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/Unesco, 1998. p. 89-90.

Apesar dos esforços realizados há décadas pela Unesco e por outras organizações para promover um novo paradigma educativo, muitos sistemas educacionais ainda carecem de recursos e preparo para transformar as formas de ensinar e de aprender. O ensino tradicional, centrado no conteúdo a ser transmitido, não tem se mostrado eficiente para os desafios de nossa época. Muitos estudantes são escolarizados sem terem adquirido conhecimentos fundamentais para a vida, como a capacidade de "aprender a conhecer", o pensamento crítico, as habilidades de trabalhar em grupo, mediar conflitos, lidar com a informação e se comunicar com desenvoltura. O fenômeno da escolarização sem aprendizagem tem se tornado uma preocupação de governos e organizações ao redor do globo.

Um relatório formulado em 2018 pela divisão de educação do Banco Mundial diagnosticou uma "crise de aprendizagem" no mundo todo. Segundo esse documento, milhões de estudantes chegam à idade adulta sem as habilidades mais básicas para a vida, pois, apesar de terem frequentado a escola, não desenvolveram as competências necessárias para se tornarem intelectualmente autônomos. O relatório destaca os benefícios de uma boa educação para o indivíduo e para a coletividade:

> Quando bem ofertada, a educação cura uma multidão de males sociais. Para os indivíduos, ela promove emprego, renda, saúde e redução da pobreza. Para as sociedades, ela impulsiona inovação, fortalece instituições e fomenta coesão social. Mas estes benefícios dependem largamente da aprendizagem. Escolarização sem aprendizagem é uma oportunidade perdida. Mais do que isso, é uma grande injustiça: os estudantes com os quais a sociedade está falhando mais são justamente aqueles que mais necessitam de uma boa educação para serem bem-sucedidos na vida.
>
> WORLD BANK. **World Development Report 2018**. Learning: To realize education's promise. Washington, DC: World Bank, 2018. p. 3. (Tradução nossa.)

A aprendizagem efetiva exige que os estudantes não apenas passem pela escola e recebam um diploma ao final da vida escolar, mas realmente se apropriem dos conhecimentos, temas e problemas do presente, num processo que lhes permita viver uma vida plena de sentido, em conjunto com outros.

Conhecimentos, competências e habilidades

Muito se tem discutido sobre quais conhecimentos os estudantes devem ter para serem cidadãos conscientes e atuantes no século XXI. Há amplo apoio à ideia de que um currículo baseado em metodologias ativas de ensino e na aprendizagem por projetos e por competências é mais adequado ao contexto produtivo do novo século. Mas como diferenciar conhecimento, competências e habilidades?

De acordo com as definições usadas pela Unesco:

> Pode-se entender o conhecimento, de forma ampla, como abrangendo informação, compreensão, habilidades, valores e atitudes. Competências referem-se à capacidade de usar esse conhecimento em determinadas situações. Habitualmente, discussões sobre educação (ou aprendizagem) preocupam-se com o processo intencional de *adquirir* conhecimentos e desenvolver a capacidade (competências) para usá-los. Cada vez mais, os esforços educacionais também envolvem a validação dos conhecimentos adquiridos.
>
> UNESCO. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial? Brasília: Unesco, 2016. p. 86.

Segundo a Unesco, as **habilidades** vinculam-se à preparação para o mercado de trabalho; incluem, além das habilidades básicas e técnicas, as de "analisar problemas e chegar a soluções apropriadas, comunicar ideias e informações de forma efetiva, ser criativo, mostrar liderança e consciência, além de demonstrar um espírito empreendedor" (Unesco, *op. cit.*, p. 44).

Já as **competências**, embora sejam usadas muitas vezes como se fossem idênticas às habilidades, se distinguem destas em vários aspectos: "Competências potencializam a capacidade de usar o conhecimento apropriado (informação, compreensão, habilidades e valores) de forma criativa e responsável em determinadas situações, a fim de encontrar soluções e estabelecer novos laços com outras pessoas" (Unesco, *op. cit.*, p. 45).

De acordo com a Unesco, habilidades como criatividade e empreendedorismo são importantes para a competitividade econômica dos países e o sucesso dos indivíduos no mercado de trabalho. Porém, o papel de uma educação integral vai além dessas habilidades instrumentais. Competências como a capacidade de mediar e resolver conflitos, o raciocínio crítico e – a mais importante de todas – a capacidade de selecionar, processar e utilizar informação de qualidade são igualmente importantes para ser um cidadão do século XXI.

Em consonância com essa concepção de educação, o Ministério da Educação (MEC) começou a elaborar uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2015. A concepção, discussão e implementação da base já estava prevista na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, documentos que regulamentaram a construção de uma matriz unificada para orientar os currículos dos sistemas e das redes de ensino de todas as unidades federativas, além dos projetos pedagógicos de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o país.

As duas versões iniciais do documento foram submetidas a consultas públicas entre 2015 e 2016, das quais participaram educadores de todo o país. Em 2017, o MEC sistematizou todas as contribuições e enviou a terceira e última versão da BNCC do Ensino Fundamental para a aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC do Ensino Médio exigiu mais tempo de discussão e ficou pronta em dezembro de 2018.

O objetivo da BNCC é determinar quais aprendizagens e conhecimentos essenciais devem ser trabalhados nas escolas de todo o país para garantir o direito à educação e a formação plena dos estudantes. Na apresentação ao documento, lê-se:

> [...] a BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral e desenvolvimento pleno dos estudantes, voltada ao acolhimento com respeito às diferenças e sem discriminação e preconceitos.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 8.

Competências e habilidades na BNCC

Em linha com diversos outros documentos educacionais brasileiros, a Base Nacional Comum Curricular mantém o compromisso com a concepção da educação integral em todos os seus aspectos: físico, emocional, social e intelectual.

Para garantir a educação integral e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes, a BNCC organizou as aprendizagens essenciais em competências e habilidades. O documento define **competência** como "a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (Brasil, 2018, p. 8). A BNCC divide as competências em gerais e específicas. As competências específicas dizem respeito à área de ensino e explicitam como as competências gerais da Educação Básica devem se expressar nas áreas. As competências específicas de cada área do conhecimento são subdivididas em **habilidades**, que "expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares" (Brasil, 2018, p. 29).

A seguir, reproduzimos as competências gerais da Educação Básica e as competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, expressas na BNCC.

Competências gerais da Educação Básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 9-10.

Competência específica 1 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Habilidades:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 571-572.

Competência específica 2 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

Habilidades:

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 573.

Competência específica 3 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Habilidades:

(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.

(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.

(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.

(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 574-575.

Competência específica 4 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

Habilidades:

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 576.

Competência específica 5 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

Habilidades:

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 577.

Competência específica 6 de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Habilidades:

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS604) Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 578-579.

Autonomia do professor no trabalho com competências

As competências gerais e específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na BNCC apresentam diferentes graus de amplitude e complexidade. Os graus de amplitude podem ser analisados por meio da abrangência contida nos temas e nas habilidades. Os graus de complexidade são definidos pela sofisticação e transversalidade dos conhecimentos articulados nos diferentes temas. A complexidadade é determinada de forma progressiva ao longo dos anos escolares, de forma que os estudantes principiam com textos e atividades mais simples que vão se complexificando ano a ano. Isso pode ser percebido, de certo modo, pelos verbos utilizados nas habilidades, que compõem as competências específicas e podem indicar processos cognitivos mais simples, como identificar, ou mais complexos, como analisar ou comparar.

Para considerarmos um exemplo prático, ao desenvolver a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**, é possível abordar os múltiplos significados e as distintas dimensões da noção de trabalho. Pode-se apresentar uma abordagem apenas histórica ou mais complexa, articulada às análises também geográficas, sociológicas e filosóficas. Seria possível considerar somente as particularidades de um contexto local ou, ainda, questões mais amplas que correlacionam as escalas local, regional, nacional e mundial. Ao ampliar e complexificar o escopo de análise, essa competência contribui para que o estudante reflita sobre seu projeto de vida, a ética e o processo de tomada de decisão no mundo do trabalho, por exemplo.

Cabe observar, ainda, que, apesar de as competências e habilidades estarem dispostas em uma determinada ordem, isso não significa que haja uma hierarquia entre as aprendizagens. Ao longo de todo o ciclo da Educação Básica, é esperado que o estudante desenvolva na mesma medida competências como pensamento crítico e criativo, comunicação, argumentação, autoconhecimento, empatia e cooperação, entre outras. Contudo, cabe aos estados, municípios e redes de ensino a tarefa de definir a progressão das aprendizagens considerando os contextos locais. Nesse sentido, a BNCC não substitui os currículos estaduais e os Projetos Políticos Pedagógicos aplicados em todo o país, mas deve se articular a esses documentos.

O professor tem autonomia, portanto, para definir metodologias e estratégias didáticas em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, mas também tendo em vista a realidade e o contexto sociocultural e econômico dos estudantes. Ao definir o método conforme o contexto escolar, o professor também adéqua os níveis de amplitude e complexidade por meio dos quais mobilizará as competências gerais e específicas da BNCC. É fundamental que a autonomia do professor seja respeitada e amparada pela experiência e criatividade dos docentes para garantir o acesso dos estudantes a um conjunto de habilidades e conhecimentos fundamentais para a sua formação cidadã.

Fundamentos teórico-metodológicos da coleção

Nesta coleção, adotamos uma visão humanista da educação, segundo a qual o objetivo do processo educativo é a formação integral do ser humano como ser autônomo, solidário, responsável, crítico e criativo.

Veja como a concepção humanista de educação é definida no documento *Repensar a educação*, da Unesco:

> A visão humanista reafirma um conjunto de princípios éticos universais que devem ser as bases de uma abordagem integrada ao propósito e à organização da educação para todos. Tal abordagem tem implicações para a concepção de processos de aprendizagem que promovem a aquisição de conhecimentos relevantes e o desenvolvimento de competências a serviço de nossa humanidade comum. A abordagem humanista leva o diálogo sobre educação além de seu papel utilitário no desenvolvimento econômico. Existe uma preocupação central com a inclusão e uma educação que não exclua nem marginalize. Serve, ainda, como um guia para lidar com a transformação do panorama global da aprendizagem, em que o papel de professores e outros educadores continua igualmente central para facilitar a aprendizagem com vistas ao desenvolvimento sustentável de todos.
>
> UNESCO. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial? Brasília: Unesco, 2016. p. 41.

Ainda segundo o mesmo documento da Unesco, o propósito fundamental da educação no século XXI deve ser o de "preservar e promover a dignidade, as capacidades e o bem-estar do ser humano, em relação aos outros e à natureza" (Unesco, 2016, p. 42).

As últimas décadas, do final do século XX até a atualidade, têm se caracterizado por grandes mudanças na sociedade, na economia, na cultura e na política. O fator fundamental que impulsionou essas transformações foi a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação, que tiveram impacto profundo no conjunto das relações sociais. O fluxo cada vez mais acelerado de informações e seu acúmulo ininterrupto estão redefinindo concepções tradicionais de espaço e tempo, memória, trabalho, cidadania e identidade.

A seguir, destacaremos algumas das transformações que têm marcado o mundo do trabalho, as relações entre os Estados e o comportamento dos indivíduos nas sociedades contemporâneas.

- A incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo conduziu a distintas formas de organização do trabalho. A utilização intensiva de conhecimento e informação tende a substituir as tradicionais hierarquias na estrutura das empresas por redes de colaboração e cooperação. A expansão da internet, a massificação dos *smartphones*, o uso das redes sociais, a rapidez e eficiência dos computadores, que têm recursos como o da videoconferência, possibilitam novas formas de trabalho, que podem envolver técnicas e pessoas localizadas em diferentes partes do globo na colaboração da produção de bens ou serviços. Como exemplo, poderíamos citar a produção de um carro sob direção de uma matriz situada na Alemanha: as matérias-primas podem ser produzidas na China; o motor, desenvolvido na França; os componentes eletrônicos, desenvolvidos no Japão; e a montagem, feita no Brasil. A coordenação desse complexo processo só foi possível com a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação.
- Estados nacionais, de maneira geral, perderam centralidade relativa com a emergência do conceito de cidadania planetária e de novas formas de participação política não mais limitadas aos interesses nacionais. Apesar de os Estados territoriais ainda serem autoridades reconhecidas e da ascensão de grupos nacionalistas em diversos países no século XXI, verifica-se a tendência de construir agrupamentos políticos supranacionais, cujo principal exemplo é a União Europeia. Além disso, a identificação automática dos interesses dos indivíduos com os interesses de seus respectivos Estados nacionais tem se reduzido consideravelmente. Exemplo disso são as manifestações pelo combate às mudanças climáticas, nas quais cidadãos de todo o mundo se opõem às políticas industriais de seus Estados.
- As mudanças de hábitos, comportamentos e valores em consequência das transformações econômicas e sociais redefiniram as estruturas familiares. As famílias multiparentais, a diminuição da importância do caráter biológico na formação da família, a redução da taxa de natalidade em países como o Brasil, conforme Estatísticas do Registro Civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, e o número crescente de filhos que vivem com apenas um dos progenitores, entre outros fatores, estão modificando as formas tradicionais de socialização das crianças e dos adolescentes. No passado, as escolas pressupunham um modelo de família em que pais e mães mantinham relações estáveis pautadas por uma divisão tradicional de papéis (o homem trabalhando fora e com a função de provedor e a mulher encarregada do núcleo doméstico e da criação dos filhos). Os novos modelos de família geram desafios tanto para pais quanto para educadores e formuladores de políticas públicas. As transformações mencionadas até aqui levam à redefinição do modo como a identidade de cada um é construída.

A seleção de conteúdos

A seleção de conteúdos dos quatro volumes desta coleção, voltados a uma **abordagem complementar** entre os componentes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – com foco nas **competências** e **habilidades** da área e nas competências gerais da Educação Básica –, tem como objetivo a construção de uma visão menos fragmentada do conhecimento e mais próxima da realidade dos estudantes, visando tornar a aprendizagem mais concreta. Ao interligar componentes curriculares e áreas do conhecimento e procurar trazer situações e exemplos que possam ser reconhecidos no cotidiano dos estudantes, os conteúdos selecionados também têm o propósito de contextualizar a aprendizagem, incentivar a criatividade e a seleção de fontes de informação de qualidade, conferindo sentido ao conhecimento construído.

A intenção é permitir que o horizonte de pesquisa e construção do conhecimento se amplie e o conhecimento passe a ser gerado em conjunto. Os estudantes "aprendem a conhecer", ou ainda, "aprendem a aprender" buscando informações, por meio da tomada de decisões e de atividades práticas. Aprendem a conviver de forma colaborativa e, por fim, elaboram seus próprios projetos de vida.

Esse "aprender a aprender" fornece aos estudantes ferramentas sólidas para atuarem de forma cidadã na sociedade contemporânea, com todas as suas contradições, complexidades e desafios. Cabe ao professor refletir sobre as ações pedagógicas necessárias para a construção dos processos que levarão os estudantes a compreender e interpretar os conteúdos, mostrando como poderão construir novos conhecimentos.

O processo de ensino-aprendizagem

Em consonância com os fundamentos pedagógicos da BNCC, esta coleção incorpora o compromisso com uma **educação inclusiva**. O processo de ensino e aprendizagem proposto busca contemplar, além do desenvolvimento intelectual e cognitivo do estudante, outras dimensões de sua formação que incluem os domínios do afeto, da sensibilidade estética, da autonomia, da autoconfiança e da identidade pessoal.

A educação integral, um dos fundamentos pedagógicos da BNCC, engloba os componentes curriculares e fomenta interações criativas entre professor e estudante na sala de aula, conforme a orientação da BNCC:

> A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.
>
> [...]
>
> Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a **educação integral**. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. [...]
>
> Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 14.

Nos quatro volumes que compõem esta coleção, selecionamos temas que procuram representar a diversidade das experiências humanas e as relações que existem entre elas, ao lado das mudanças que ocorrem na sociedade e dos impactos sobre o meio ambiente, especialmente pelo uso inapropriado dos recursos naturais. Muitos dos conteúdos abordados serão passíveis de reelaboração futura, sobretudo em virtude do dinamismo que caracteriza a realidade política, econômica e social, do acesso a novos documentos e testemunhos e do desenvolvimento de novas tecnologias. A reelaboração é também parte fundamental do processo de ensino-aprendizagem.

As diversas atividades propostas na coleção, ao longo dos volumes, requerem dos estudantes a capacidade de leitura e interpretação de textos, imagens, gráficos, tabelas etc., bem como as capacidades de reflexão, formulação de hipóteses, inferência e argumentação. Nesse sentido, destacam-se as habilidades de argumentação e inferência, que promovem reflexivamente o desenvolvimento contínuo do raciocínio lógico e do pensamento crítico do estudante. Buscando oferecer orientações mais precisas a esse respeito, baseamo-nos na pesquisadora de psicologia cognitiva Tícia Cassiany Ferro Cavalcante, que comenta:

> [...] a inferência é um processo cognitivo-discursivo gerado a partir da integração de informações textuais com a situação contextual do leitor (conhecimentos de mundo), favorecendo a construção da significação (compreensão textual). Essa integração de informações é realizada pela apreciação dos leitores, que precisam negociar com as diversas possibilidades de significação permitidas para um mesmo texto, escolhendo uma dessas alternativas. Tal escolha não ocorre sequencialmente, mas de forma oscilatória (com movimentos de prospecção e retroação). Assim, o leitor busca informações já postas no texto; integra-as com os seus conhecimentos prévios; elabora hipóteses, criando expectativas sobre a continuação do texto, testa-as e realiza avaliações do texto, da sua compreensão e do autor. Todo o processo de geração de inferência ocorre dialogicamente pelas apreciações do leitor, que precisa estabelecer negociação com o outro (autor, texto, conhecimento de mundo) para continuar a leitura. [...]
>
> A argumentação é uma atividade de natureza discursiva que se realiza pela justificação de pontos de vistas e consideração de objeções a que estão sujeitos (contra-argumentos), com o objetivo último de tornar as posições defendidas aceitáveis àqueles a quem a argumentação se dirige. [...] a justificação de pontos de vista e a consideração de ideias alternativas, tomadas em conjunto, criam no discurso um espaço de negociação no qual perspectivas a respeito do mundo (físico ou social) são continuamente formuladas, revistas e transformadas. Portanto, o processo de negociação de perspectivas é crucial à argumentação, pois permite construção, avaliação e reconstrução de sentidos, consequentemente a construção de conhecimento.
>
> CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro. **Inferência e argumentação na constituição da compreensão textual**. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. p. 27, 28 e 67.

A capacidade de inferência dos estudantes pode ser estimulada, por exemplo, com a realização de perguntas que os levem a pensar nos conhecimentos prévios sobre o assunto lido, de modo a favorecer que estabeleçam conexões entre o texto e suas memórias e experiências, ampliando o sentido da leitura. Em relação à argumentação, as atividades que convidam os estudantes a darem opiniões e defenderem pontos de vista são boas oportunidades para avaliar a qualidade dos argumentos produzidos, considerando parâmetros como coerência, apresentação de dados e informações confiáveis, bem como o uso pertinente de exemplos, analogias e comparações.

Além disso, a seleção das imagens (como fotografias, ilustrações, mapas e gráficos) em toda a coleção, acompanhadas de legendas que as vinculam aos conteúdos trabalhados, propicia diversas atividades de interpretação e análise. Com isso, contribui-se para o desenvolvimento de habilidades de compreensão e de leitura não verbal.

O protagonismo juvenil

No mundo atual, as hierarquias sociais tradicionais tendem a ser substituídas por distintos padrões de comportamento. Os jovens são particularmente sensíveis a esse tipo de mudança, e por isso é tão frequente que busquem definir seu posicionamento diante do mundo por meio do consumo de produtos e serviços, ou seja, tendem a se definir por fatores como o estilo de roupas e acessórios que utilizam, o tipo de música que ouvem, pelos seus perfis em redes sociais, entre outros símbolos de identidade. O consumo, nesse caso, não é visto em uma perspectiva crítica, mas como um elemento indispensável à imagem que o indivíduo deseja transmitir à sociedade.

O fortalecimento da sociedade de consumo conduz ao crescimento do individualismo e do desejo de liberdade. Cada vez mais, jovens e adolescentes reivindicam o direito de definir livremente seu "estilo de vida", sem a imposição de normas construídas pelas gerações anteriores. Porém, esse desejo de autonomia esbarra em impedimentos culturais, sociais e econômicos de toda ordem. Há, de um lado, um problema ético e cultural: a desorientação de jovens que crescem imersos na sociedade da informação, sem contar mais com valores tradicionais para orientar sua conduta. De outro, há limitações impostas pela própria economia: a escassez de oportunidades de trabalho para jovens em uma economia em crise e em um mercado cada vez mais competitivo. Por isso, um dos eixos centrais desta coleção, em consonância com a BNCC, é o protagonismo juvenil.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, publicado pelo IBGE, o total de crianças e jovens no Brasil tem se reduzido ao longo das duas últimas décadas. Apesar disso, nesse mesmo período, houve um fortalecimento das culturas juvenis por meio de manifestações sociais relacionadas à linguagem, aos códigos de comportamento e às modalidades de consumo que constituem a diversidade cultural dos jovens. A digitalização da vida social viabilizou a intensificação das expressões culturais juvenis e a consolidação dos estilos de vida que se conectam e reproduzem por meio das tecnologias da informação e comunicação.

Podemos entender as "culturas juvenis", no plural, como conjuntos de práticas, valores, códigos e comportamentos que são adotados e compartilhados por grupos de jovens em determinados contextos sociais e históricos. De acordo com o pesquisador Luís Antonio Groppo,

> Torna-se mais preciso falar de juventudes, assim no plural, a se considerar os diferentes modos de viver a condição juvenil e a experiência geracional, não apenas pelas desigualdades de classe, mas também pelas desigualdades e diferenças étnico-raciais, nacionais, regionais, de gênero, [...] religiosa etc.
>
> GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 116.

A BNCC também apresenta as noções de "juventudes" e "culturas juvenis" no plural, considerando o alto grau de complexidade e diversidade desses grupos. Vejamos a seguir como o documento aborda esse assunto:

> Adotar essa noção ampliada e plural de **juventudes** significa, portanto, entender as culturas juvenis em sua singularidade. Significa não apenas compreendê-las como diversas e dinâmicas, como também reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas.
>
> Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma **escola que acolha as diversidades**, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser **protagonistas** de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com

seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 463.

Por tratar-se de uma concepção bastante plural, a ideia de "juventudes" pode ser elaborada com base em diferentes abordagens teóricas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A seguir, destacam-se algumas categorias de análise mais difundidas:

- A **perspectiva funcionalista** entende que as juventudes criam culturas e hábitos na busca por pertencimento e construção de identidades durante a transição para a vida adulta (Pais, 2003).
- A **análise interacionista** procura observar como as interações diárias entre si e entre membros de diferentes grupos, aliadas às formas de comunicação, produzem significados e culturas juvenis transitórias ou permanentes nos grupos sociais (Groppo, 2016).
- A **perspectiva pós-moderna** tem como principal característica a fragmentação das identidades, influenciada pelos efeitos da globalização, do consumo, das tecnologias da informação e comunicação, além dos diferentes tipos de mídias (Khel, 2004).
- A **teoria da subcultura**, por sua vez, analisa como as subculturas juvenis são influenciadas por diferentes condições sociais e materiais, e são determinantes para criar os códigos de identificação dos jovens (Groppo, 2017).

Tendo em vista a multiplicidade de abordagens sobre o tema, é fundamental que o educador considere as diferentes expectativas dos grupos juvenis e lhes conceda o espaço para compartilhar suas experiências, expectativas e ansiedades. Assim, os grupos têm a possibilidade de dialogar entre si e apresentar suas vivências e demandas. A escola pode oferecer, enfim, um espaço de acolhimento para que os jovens enfrentem as crises do presente, expressem seus desejos para o futuro e reforcem as interações sociais com grupos heterogêneos.

A proposta didático-pedagógica da coleção

O que podemos fazer para tornar a educação mais relevante e significativa para o estudante do Ensino Médio? De que forma o currículo pode responder às expectativas dos jovens que ingressam nesta etapa de ensino e a seus projetos de vida e perspectivas de futuro?

As mudanças sociais, econômicas e culturais pelas quais estamos passando exigem um novo paradigma educacional. É necessário que o processo educativo seja centrado no estudante e na sua aprendizagem e não mais somente no conteúdo concebido de maneira estanque. O conhecimento deve ser construído pelo estudante a partir de variados recursos disponibilizados pelo professor e pelo equipamento escolar. A escola e a sala de aula devem ser concebidas como espaços dialógicos e interativos, como ambientes de aprendizagem, experimentação e produção de significados.

Essa mudança de paradigma coloca desafios inéditos tanto para a escola como para o professor. Num mundo cada vez mais complexo e integrado, o estudante do Ensino Médio deve desenvolver capacidades como autonomia, senso crítico, criatividade, flexibilidade e iniciativa para ser bem-sucedido na busca por soluções para os problemas ao seu redor. Currículos, disciplinas, projetos, estruturas e planos pedagógicos têm sido reformulados para responder às novas demandas da sociedade na era da informação. Passou a ser uma necessidade imperativa preparar o estudante para que adentre de modo crítico e ativo o universo da informação em uma sociedade cada vez mais globalizada, competitiva e em permanente mudança. Para isso, a escola e os professores devem ensinar os estudantes a selecionar, organizar e interpretar informações, bem como a dominar as linguagens e os contextos das novas formas de comunicação, de modo que se tornem capazes de apropriar-se criticamente dos conteúdos bem como de valer-se desses conteúdos tanto no mundo do trabalho como em sua vida cotidiana. Por isso, a coleção se baseia numa concepção ativa do processo de ensino e de aprendizagem.

Nesta coleção, partimos do pressuposto de que é papel da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas fornecer recursos aos estudantes para que investiguem o mundo à sua volta. Esses recursos incluem ferramentas e práticas de pesquisa que auxiliam no trabalho com os diferentes temas em sala de aula.

A importância da pesquisa

A coleção incentiva as atividades de investigação e pesquisa que propiciam o desenvolvimento de várias competências essenciais. A pesquisa promove o pensamento crítico e a capacidade de resolver problemas por meio da análise e uso efetivo da informação, da avaliação de fontes e da argumentação com base em evidências. A pesquisa também propicia o pensamento criativo e inovador, pois envolve a exploração de

novas ideias e a busca por soluções para os problemas propostos. Outra competência fundamental que a pesquisa incentiva é o trabalho em equipe e a capacidade de expor claramente os resultados obtidos. Pesquisar igualmente ajuda a reforçar a autoconfiança e a autoestima, que são fatores motivadores para o engajamento e o compromisso com o estudo. Além disso, a pesquisa contribui para a preparação para etapas posteriores da vida acadêmica dos estudantes, seja no ensino superior, seja no ensino técnico e profissionalizante, habituando-o a procurar informação de modo efetivo, colaborar em projetos coletivos e comunicar-se com desenvoltura. Enfim, por meio da pesquisa o estudante tem a oportunidade de se ver como sujeito construtor de conhecimento e não mais como receptor passivo de informação pronta.

Aprendizagem e informação

Com as amplas transformações sociais e culturais provocadas pelas novas tecnologias, especialistas e educadores vêm ressaltando a necessidade de uma mudança na própria natureza do processo educativo. Segundo o pedagogo argentino Juan Carlos Tedesco:

> Já não se trata simplesmente de aprender determinado corpo de conhecimentos e informações, mas de aprender os mecanismos, as operações, os procedimentos que permitam atualizar nossos conhecimentos no decorrer de toda a vida. [...] Nestas condições [...], a educação já não poderá estar dirigida à transmissão de conhecimentos e de informações, mas a desenvolver a capacidade de produzi-los e utilizá-los.
>
> TEDESCO, Juan Carlos. **Educar en la sociedad del conocimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 2004. p. 103-105. (Tradução nossa.)

A aprendizagem ativa está associada a uma tradição filosófica e pedagógica que provém de Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, e chega até educadores como John Dewey e Maria Montessori no século XX. Para essa tradição, o objetivo da educação não é assimilar passivamente os conteúdos legados pelo passado, mas incentivar a mente do educando para que raciocine de forma crítica, desenvolva argumentos e hipóteses e dialogue com os outros para expressar seus pontos de vista. Além da importância para a democracia, o modelo da aprendizagem ativa também é relevante no mundo do trabalho. A difusão das novas tecnologias exige um profissional ativo, criativo e autônomo. A educação tradicional estimulava a obediência passiva e a transmissão mecânica de conhecimentos, pois eram essas as habilidades exigidas pelas empresas tradicionais, baseadas na burocracia interna e na separação de níveis hierárquicos. Porém, após as mudanças no mundo do trabalho em decorrência da globalização e da revolução tecnológica passaram a ser necessários trabalhadores com mais autonomia, que possuam pensamento crítico e sejam capazes de formular, discutir e executar projetos e ideias próprias.

Para o filósofo e educador estadunidense John Dewey, a principal finalidade da educação é a conquista de uma vida plena de sentido, e para isso é necessária uma relação ativa com a aprendizagem. Em seu livro *Escola e sociedade*, publicado no Brasil em 1956, Dewey já ressaltava que a escola não devia ser vista como um local apenas para ouvir e absorver passivamente conhecimentos, mas também como um ambiente para analisar, examinar e resolver problemas de forma criativa, em interação com os outros e com o mundo. Na reforma educacional que concebeu, Dewey idealizou uma escola em que os estudantes exercitassem ativamente a cidadania, elaborando projetos em comum e resolvendo problemas em conjunto com espírito crítico e respeito mútuo. Para Dewey, essas habilidades eram essenciais para criar cidadãos democráticos, alertas e atuantes.

A importância da educação para a formação de um cidadão democrático também implica que a aprendizagem não se esgota na fase escolar, mas deve ocorrer durante toda a nossa existência. Para desenvolver o potencial único de cada indivíduo, a educação deve ser um processo permanente:

> Face aos desafios do desenvolvimento científico e tecnológico e ao crescimento exponencial de informações e conhecimentos, [...] a aprendizagem ao longo da vida é extremamente importante para lidar com novos padrões de emprego e alcançar os níveis e os tipos de competências exigidos de indivíduos e sociedades.
>
> UNESCO. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial? Brasília: Unesco, 2016. p. 69.

Considerando as especificidades do ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, procuramos desenvolver uma coleção que sirva de instrumento de trabalho para que a escola e o professor possam responder aos desafios de nosso tempo.

A presente coleção propõe-se a trabalhar conceitos, procedimentos, competências e habilidades fundamentais para a compreensão do mundo em que vivemos, assim como contribuir para que o educando nele se insira como cidadão crítico, ativo e consciente.

Diversidade e inclusão

Para promover a inclusão de estudantes com deficiência, é essencial adotar estratégias flexíveis que atendam às necessidades individuais de cada um. Primeiro, o professor deve conhecer as especificidades de cada deficiência, buscando informações e orientações junto às famílias e aos profissionais especializados. Com base nesse conhecimento, é possível planejar o ambiente escolar para garantir tanto a acessibilidade física, por exemplo, por meio de uma organização do espaço da escola que atenda aos estudantes com mobilidade reduzida, como a pedagógica, ao disponibilizar materiais em áudio e braille e tecnologias assistivas, como *softwares* de leitura de tela e jogos educativos adaptados. Caso uma turma tenha um estudante surdo e que tenha habilidade de compreender leitura labial, uma medida simples é posicionar-se em um local da sala que favoreça essa possibilidade. Outras estratégia a ser avaliada, conforme a deficiência apresentada, é aumentar a ênfase na contextualização do aprendizado, com o propósito de relacionar os conceitos estudados com a vida cotidiana.

A prática de metodologias ativas, como aprendizagem colaborativa e projetos interdisciplinares, pode ser ajustada para incluir todos os estudantes, respeitando seus ritmos e formas de aprendizagem por meio da exploração de diferentes formas de disposição da turma, testando, para além do modelo enfileirado, disposições em círculos, em U, em grupos, com as cadeiras voltadas para si, entre outras. A turma disposta em círculo, por exemplo, favorece a interação dos estudantes em atividades de debate; já a disposição em grupos é ideal para a execução de tarefas cooperativas que não sejam compartilhadas entre todos os estudantes. É importante também fomentar uma cultura de respeito e solidariedade entre os estudantes, incentivando-os a ajudar uns aos outros e a valorizar as diferenças.

Um ponto importante é a formação contínua dos educadores. Professores bem preparados conseguem identificar e implementar práticas inclusivas mais eficazes. Para que se mantenham atualizados, pode ser interessante buscar cursos de capacitação e fóruns para a troca de experiências entre educadores. A colaboração com equipes multidisciplinares, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos também é positiva para desenvolver um plano educacional individualizado que contemple as necessidades do estudante com deficiência.

O combate às práticas de *bullying* é uma ação essencial para a promoção de um ambiente escolar saudável e acolhedor, sendo responsabilidade de toda a comunidade escolar. Para combater esse tipo de prática, é necessário estabelecer uma cultura de paz e respeito dentro da escola. Isso inclui a criação de normas claras, preferencialmente escritas e compartilhadas em momento oportuno, contra qualquer forma de *bullying*, bem como a realização de ações preventivas bem definidas e de intervenções eficazes. Atividades que promovam o respeito às diferenças e a empatia, como rodas de conversa e projetos de mediação de conflitos, são eficazes para prevenir situações de violência.

O *bullying* é uma forma de violência que pode ter graves consequências para a saúde mental e o desenvolvimento dos estudantes. Legalmente, é considerado uma infração grave e, em muitos casos, pode envolver ações judiciais contra os agressores e a instituição de ensino, caso não haja intervenções adequadas. É fundamental que os educadores e a comunidade escolar estejam atentos aos sinais de *bullying*, como mudanças no comportamento, queda no rendimento escolar e isolamento social dos estudantes. Ao identificar a prática dessa forma de violência, o professor deve seguir o protocolo da escola, informando a direção e os responsáveis pelos estudantes (agressor e agredido), além de oferecer apoio emocional às vítimas.

A integração entre os componentes curriculares e entre as áreas do conhecimento

Na sociedade da informação, somos diariamente bombardeados por um volume enorme de textos e imagens sobre praticamente tudo o que nos rodeia. Em virtude do aumento extraordinário do fluxo de dados, a quantidade de informações circulando hoje é maior do que em qualquer outra época na história. Porém, os meios de comunicação e as redes sociais muitas vezes nos apresentam dados e informações fragmentados, isolados e descontextualizados.

Para formar uma opinião esclarecida sobre a totalidade de um tema, de uma questão ou de um objeto de estudo é necessário saber selecionar, organizar, contextualizar e interpretar a informação, ou seja, transformá-la em conhecimento. As correntes pedagógicas atuais e os formuladores de políticas públicas para a educação têm ressaltado cada vez mais a necessidade de promover uma abordagem global do conhecimento, evitando sua fragmentação e descontextualização. Esse efeito pode ser obtido pelo esforço conjunto e pela colaboração dos diversos componentes curriculares que constituem o saber escolar, orientados para um objetivo claramente definido, de forma interdisciplinar e integrada.

A integração entre distintos saberes e experiências possibilita levar os estudantes a compreender a complexidade do mundo em que vivemos e a atuar nele de forma autônoma, crítica e responsável. O diálogo entre componentes curriculares é importante não apenas porque as avaliações nacionais e os vestibulares caminham cada vez mais nessa direção, mas porque o isolamento de cada componente em si mesmo não propicia a abordagem global e relacional do conhecimento a que nos referimos.

Nesta coleção, os conteúdos foram selecionados e construídos para possibilitar o diálogo entre os componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – história, geografia, sociologia e filosofia –, e estabelecer relações também com outras áreas do conhecimento, especialmente Ciências da Natureza e suas Tecnologias, mas também Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. A integração entre os componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as demais áreas, bem como a interdisciplinaridade, estão presentes ao longo dos textos, das atividades e das seções especiais.

A interdisciplinaridade exige que se utilize ferramentas múltiplas para resolver problemas e que se busque novos entendimentos e soluções que não se limitam à fragmentação dos componentes curriculares. Os conteúdos trabalhados nesta coleção envolvem temas de relevância cultural e social abordados sob diferentes perspectivas, que não se esgotam num componente curricular.

Há décadas, diversos especialistas vêm criticando a fragmentação do currículo escolar e o excesso de especialização do conhecimento, defendendo a integração de conteúdos. Segundo o filósofo francês Edgar Morin, uma educação realmente integral do ser humano deve ser necessariamente interdisciplinar.

Morin tornou-se célebre como um dos maiores defensores das abordagens interdisciplinares e transdisciplinares na área da educação. Em sua visão, o mundo globalizado, chamado por ele de "era planetária", necessita de outro tipo de educação, capaz de formar um ser humano mais consciente de si mesmo e do ambiente ao seu redor. Faz parte de sua proposta de interdisciplinaridade a crítica ao excesso de especialização e a defesa de uma formação ampla e global:

> [...] A hiperespecialização impede tanto a percepção do global (que ela fragmenta em parcelas) quanto do essencial (que ela dissolve). Impede até mesmo tratar corretamente os problemas particulares, que só podem ser propostos e pensados em seu contexto. Entretanto, os problemas essenciais nunca são parcelados e os problemas globais são cada vez mais essenciais. Enquanto a cultura geral comportava a incitação à busca da contextualização de qualquer informação ou ideia, a cultura científica e técnica disciplinar parcela, desune e compartimenta os saberes, tornando cada vez mais difícil sua contextualização. [...]
>
> MORIN, Edgar. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000. p. 41.

O trabalho interdisciplinar na escola

O trabalho interdisciplinar é uma estratégia importante para uma educação integradora, capaz de relacionar os conhecimentos dos diferentes componentes curriculares e conectá-los com a realidade. São práticas pedagógicas que não apenas enriquecem o aprendizado, mas também desenvolvem competências essenciais para a vida, como a criatividade, a colaboração, o pensamento crítico e a resolução de problemas.

Algumas competências gerais e específicas da BNCC favorecem o planejamento e a elaboração de estudos interdisciplinares e mobilizam professores, estudantes e outros parceiros educadores. Os docentes podem estabelecer uma quantidade de trabalhos interdisciplinares ao longo do ano letivo, de acordo com as possibilidades da unidade escolar e com os contextos locais. É importante que as tarefas articulem diferentes componentes curriculares, mobilizem habilidades e linguagens distintas e que haja previsão de aulas integradas, com dois ou mais professores conduzindo as atividades e indicando as conexões entre os componentes.

Um exemplo de abordagem interdisciplinar seria o trabalho com a competência específica 1, de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, e com a competência específica 3, de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Caberia aos professores dos componentes envolvidos (geografia, biologia, química e sociologia) programar uma visita de campo para compreender como é feita a gestão de resíduos sólidos em uma cidade ou região metropolitana. Nessa tarefa, uma sugestão metodológica seria que os docentes dos diferentes componentes utilizassem abordagens específicas de suas áreas para conscientizar os estudantes sobre as etapas dos processos de uso, descarte, reúso e geração de energia a partir dos resíduos sólidos gerados pela sociedade. É importante manter em mente, durante a realização dessa atividade, os possíveis riscos inerentes a uma atividade que trabalhe com descarte de resíduos: nomeadamente, atenção à higiene e à integridade física de todos os estudantes e professores presentes, garantindo que não toquem em nada ou utilizem luvas para proteção das mãos. Nesse caso, é crucial seguir as instruções dos funcionários do local visitado. Esse é apenas um dos muitos exemplos de temáticas que possibilitam o trabalho por competências e a interdisciplinaridade em sala de aula.

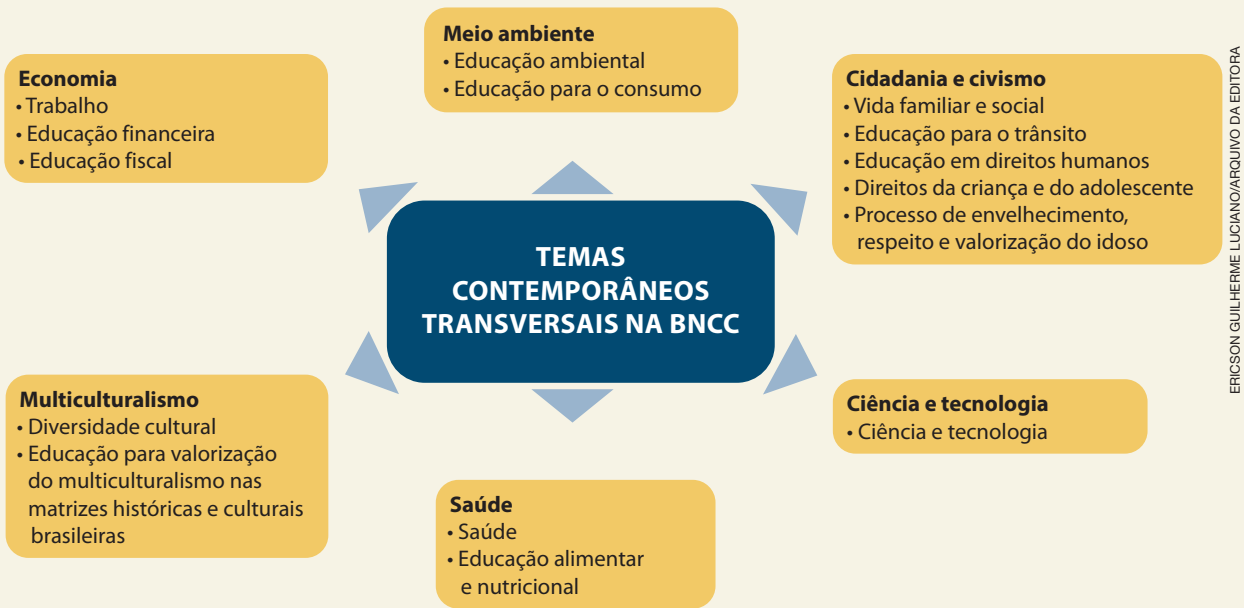
Os Temas Contemporâneos Transversais na escola

A **transversalidade** e a **contemporaneidade** são categorias destacadas na BNCC com o objetivo de tornar as aprendizagens mais significativas. Por meio dos Temas Contemporâneos Transversais busca-se despertar o interesse dos estudantes pelas questões que dizem respeito à sua realidade e pelos debates centrais do tempo presente. Essa abordagem pode auxiliar no desenvolvimento do estudante como cidadão atuante nas diferentes esferas da sociedade. Ao longo da discussão sobre os currículos, na BNCC, aponta-se que:

> [...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 19.

Nesse sentido, espera-se que o trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais possibilite a integração entre diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento e contribua para um processo de aprendizagem mais flexível, que leve em consideração as diferentes realidades brasileiras. Esses temas foram dispostos em seis macroáreas, conforme a representação a seguir:



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília, DF: MEC, 2019. p. 13.

Ao longo da coleção, destacam-se os Temas Contemporâneos Transversais em variados conteúdos e contextos pedagógicos. O trabalho com esses temas é fundamental para promover uma educação integral e contextualizada, que possa auxiliar na superação da fragmentação dos conhecimentos, sendo, portanto, um compromisso desta coleção.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na escola

Em 2015, 193 países, incluindo o Brasil, assinaram na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (Estados Unidos), a Agenda 2030. Esse documento é composto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que buscam enfrentar alguns dos principais desafios contemporâneos, como alcançar a igualdade de gênero, combater as desigualdades e a injustiça, agir contra as mudanças climáticas, acabar com a pobreza e assegurar que os direitos humanos sejam respeitados em todo o mundo. Para isso, os países se comprometeram a realizar um esforço conjunto com o setor privado, contando com empresas, instituições públicas e sociedade civil para o cumprimento da Agenda 2030.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1. Erradicação da pobreza
2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero
6. Água potável e saneamento
7. Energia limpa e acessível
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis
13. Ação contra a mudança global do clima
14. Vida na água
15. Vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias e meios de implementação

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável**: objetivos de aprendizagem. Brasília: Unesco, 2017. p. 6.

Nesta coleção, são indicados os ODS relacionados aos conteúdos abordados de modo a contribuir para a formação dos estudantes. Desse modo, pretende-se desenvolver o aprendizado de atitudes e valores e a conscientização para temas considerados urgentes na atualidade. Ao longo dos quatro volumes, os estudantes poderão pesquisar, refletir, discutir e propor soluções para problemas que os afetam no dia a dia, desenvolvendo habilidades que serão muito úteis na vida adulta e no ingresso no mercado de trabalho. Por meio do trabalho com os ODS também é possível articular diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento para atuar em problemas do lugar onde os estudantes vivem e estudam, impactando positivamente a comunidade escolar e local.

Avaliação da aprendizagem

As práticas de avaliação dos estudantes constituem uma ferramenta importante para o planejamento e a revisão da prática pedagógica, tanto por parte dos professores como da escola. Para os alunos, permite que reconheçam suas conquistas e suas dificuldades, percebendo os desafios que devem ser vencidos e as rotas a serem tomadas para chegar até lá.

A avaliação é cada vez mais compreendida como um processo pelo qual se analisa, de forma dinâmica e global, a relação de ensino e aprendizagem de forma integral. De acordo com essa concepção, a avaliação deve contemplar as competências e habilidades dos estudantes e ocorrer durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação deixa de ser vista como um instrumento de controle e punição do estudante, concentrada em datas específicas, apenas nos períodos de exame. Vejamos o que diz o pesquisador Cipriano Carlos Luckesi a respeito do uso das avaliações de aprendizagem pelo educador.

> Em primeiro lugar, propomos que a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e, consequentemente, o desenvolvimento do educando. Com isso, fugiremos ao aspecto classificatório que, sob a forma de verificação, tem atravessado a aferição do aproveitamento escolar. Nesse sentido, ao avaliar, o professor deverá:

- coletar, analisar e sintetizar, da forma mais objetiva possível, as manifestações das condutas – cognitivas, afetivas, psicomotoras – dos educandos, produzindo uma configuração do efetivamente aprendido;
- atribuir uma qualidade a essa configuração da aprendizagem, a partir de um padrão (nível de expectativa) preestabelecido e admitido como válido pela comunidade dos educadores e especialistas dos conteúdos que estejam sendo trabalhados;
- a partir dessa qualificação, tomar uma decisão sobre as condutas docentes e discentes a serem seguidas, tendo em vista:
  - a reorientação imediata da aprendizagem, caso sua qualidade se mostre insatisfatória e caso o conteúdo, habilidade ou hábito, que esteja sendo ensinado e aprendido, seja efetivamente essencial para a formação do educando;
  - o encaminhamento dos educandos para passos subsequentes da aprendizagem, caso se considere que, qualitativamente, atingiram um nível satisfatório no que estava sendo trabalhado.

Assim, o objetivo primeiro da aferição do aproveitamento escolar não será a aprovação ou reprovação do educando, mas o direcionamento da aprendizagem e seu consequente desenvolvimento.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2013. p. 49-50.

Uma vez compreendidos os objetivos das avaliações de aprendizagem, os professores podem selecionar os tipos de avaliações a depender do momento do ano letivo e de suas necessidades específicas. Esses instrumentos estão classificados da seguinte forma:

- **Modelo avaliativo somativo**: ocorre geralmente ao final de um período letivo, seja o semestre ou o ano, e seu objetivo é mensurar o acúmulo de aprendizagem do estudante tendo como referência os objetivos pedagógicos estabelecidos (Bastos, 1983).
- **Modelo avaliativo formativo**: reconhece o aprendizado como um longo percurso e permite ajustes ao detectar as fragilidades de cada estudante. Tanto os acertos quanto os erros são objeto de estudo do professor, que oferece *feedback* constante no decorrer do processo de ensino-aprendizagem (Ballester, 2003).
- **Modelo avaliativo comparativo**: procura estabelecer uma relação entre os resultados dos estudantes por meio de comparações entre os grupos, ou seja, considerando o contexto da unidade escolar, mas também contextos regionais, nacionais ou mesmo internacionais (Luckesi, 2013).
- **Modelo avaliativo ipsativo**: é um metodo de avaliação que isola as referências avaliativas do estudante e propõe que seu desempenho mais recente seja comparado com os anteriores, no lugar de compará-lo com outros estudantes (Fernandes, 2008).

Os estudantes podem ser avaliados de múltiplas formas – por meio do diálogo, com perguntas formuladas pelo professor para saber quais são os conhecimentos que possuem sobre determinado assunto; pelo acompanhamento das atividades propostas ao longo das aulas; por trabalhos em grupos, como apresentações para a turma. Essas formas diversas de avaliação permitem ao estudante expressar-se e desenvolver novas habilidades, pois também constituem momentos de aprendizado.

Cumpre salientar, ainda, o **modelo avaliativo diagnóstico**, fundamental para que o educador conheça o ponto de partida dos estudantes e possa planejar as aulas de forma personalizada e eficaz. Como os estudantes ainda estão em formação, é provável que haja um desequilíbrio entre os conhecimentos prévios e as habilidades desenvolvidas por cada integrante da turma. Nesse sentido, com base na obra *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas* (1999), de Phillipe Perrenoud, seguem algumas sugestões para dotar o professor de instrumentos capazes de garantir a realização de um diagnóstico inicial eficaz.

1. **Mapeamento inicial**: consiste em realizar atividades e tarefas em grupo, preferencialmente expositivas, e em utilizar questionários, testes, entrevistas e observações comportamentais.
2. **Planejamento individualizado**: adaptação de conteúdo e de processos didáticos de acordo com as necessidades individuais de modo a incorporar práticas que permitam personalizar o ensino e a atenção a cada estudante.
3. **Coavaliação**: consiste em incentivar que os estudantes reflitam sobre seus desempenhos, avaliem uns aos outros e promovam um ambiente de participação colaborativa e de reflexão sobre o processo de avaliação.
4. **Capacidades socioemocionais**: consiste em planejar atividades que integrem diversos tipos de habilidades socioemocionais, especialmente em projetos interdisciplinares.

Com o diagnóstico em mãos, o educador tem a possibilidade de planejar aulas de forma diferenciada, considerando os contextos específicos de suas turmas e as características de cada estudante. Essa informação permite estabelecer um referencial mínimo, a partir do qual é possível modular os estímulos, as competências socioemocionais, as habilidades e a profundidade dos temas trabalhados. As primeiras avaliações deverão trazer uma resposta a respeito da estratégia adotada, para que o professor possa ajustar o planejamento de acordo com as necessidades dos estudantes.

A análise e o registro das atividades sugeridas em diversos momentos ao longo dos volumes desta coleção permitem que o professor avalie o processo de ensino e aprendizagem como um todo. A partir disso, ele pode reorientar, se necessário, as ações educativas planejadas para o grupo.

As atividades propostas, que envolvem produção, leitura e compreensão de textos, imagens, gráficos, tabelas e mapas, bem como atividades individuais e em grupo que trabalham pesquisa, reflexão e debate, podem ser utilizadas pelo professor para realizar uma avaliação continuada, inclusive sobre as capacidades de argumentação e inferência de cada estudante. Muitas atividades possibilitam o aperfeiçoamento das habilidades de pesquisa, organização dos dados e apresentação dos resultados, aperfeiçoamento este que pode ser acompanhado pelo professor ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

A **autoavaliação** a ser realizada pelos estudantes sob a orientação do professor permite que eles reflitam sobre o próprio desempenho e intervenham com autonomia nas situações de aprendizagem. Trata-se de uma etapa da avaliação que permite a reflexão e a autocrítica constantes sobre o próprio progresso. A habilidade de realizar uma avaliação autocrítica é essencial para a construção da autonomia e da responsabilidade perante as próprias ações e as ações coletivas.

Essa forma de avaliação também pode ser realizada em grupo. Os estudantes são levados a refletir não só acerca de seu próprio desempenho, como também acerca das expectativas de seu próprio grupo de trabalho e do modo como o grupo desempenhou suas funções, o que propicia a melhoria em interações futuras.

Organização geral da coleção

Esta coleção está estruturada em quatro volumes, cada um dedicado a um dos componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: história, geografia, sociologia e filosofia.

Todos os livros do estudante têm seus conteúdos organizados em seis unidades temáticas comuns, que possibilitam a problematização de algumas das categorias principais da área, fundamentais à formação dos estudantes, conforme citadas na Base Nacional Comum Curricular (p. 562): Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho. Tais categorias são trabalhadas de forma complementar e estão presentes nos diversos conteúdos apresentados nos volumes, com abordagens que abarcam concepções e conceitos dos quatro componentes curriculares.

Unidades temáticas: uma abordagem complementar

A adoção de unidades temáticas que se repetem nos volumes, de maneira transversal, expressa na coleção uma interdisciplinaridade estrutural entre os componentes que formam a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Em outras palavras, as unidades possibilitam que os estudantes estabeleçam relações entre as abordagens próprias da história, da geografia, da sociologia e da filosofia para compreenderem de modo amplo e integrado grandes temas, categorias e conceitos da área de conhecimento.

Apontamos a seguir as principais categorias de análise de cada unidade temática, bem como as articulações possíveis com base nas contribuições de cada componente curricular. Em relação ao planejamento conjunto de atividades entre os professores dos quatro componentes, espera-se que a leitura antecipada do descritivo das unidades subsidie os educadores na proposição de aulas conjuntas ou remissões cruzadas que explicitem a interdisciplinaridade.

Unidade 1: Ciência, cultura e sociedade

Os conteúdos e as atividades dos capítulos contribuem para o desenvolvimento dos temas que estruturam a unidade 1, articulando, de forma direta ou indireta, algumas categorias de análise, como sociedade e cultura, que são centrais para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

De acordo com a BNCC, a relação entre essas categorias permite, por exemplo, contribuir para a discussão a respeito da condição humana, das finalidades de nossa existência, como seres políticos e sociais, e do que é comum a todos nós, na medida em que necessitamos da coletividade (Brasil, 2018, p. 565).

Unidade 1: Ciência, cultura e sociedade

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
1. A produção do conhecimento histórico 2. Das origens da humanidade às primeiras civilizações 3. A história dos ameríndios antes da chegada dos europeus	1. O espaço geográfico 2. O sistema terrestre e as atividades antrópicas	1. As ciências sociais 2. O conceito de cultura	1. Consciência e conhecimento 2. Caminhos da ciência

Nos capítulos de história, os estudantes têm a oportunidade de investigar os processos de produção do saber histórico, conhecer a origem da humanidade e a formação e a organização de importantes sociedades antigas.

De forma complementar, as abordagens propostas nos capítulos de geografia ajudam a aplicar o conceito de espaço geográfico, discutindo a forma como a relação entre as sociedades e a natureza se transformou ao longo do tempo, a partir dos avanços tecnológico e científicos, impactando a própria dinâmica dos sistemas terrestres.

Nos capítulos de sociologia, os estudantes podem refletir sobre a constituição da sociologia como ciência, compreender como funcionam os métodos de pesquisa e a análise dos fenômenos sociais e conhecer alguns dos principais paradigmas teóricos da área. Além disso, podem ampliar a compreensão dos elementos que estruturam as sociedades, mobilizando o conceito de cultura como sistemas de significados, valores, crenças, práticas e expressões de um determinado grupo ao longo do tempo.

Por fim, os capítulos de filosofia complementam a abordagem ao investigar o conceito de consciência, a teoria do conhecimento e a lógica, além de discutir o desenvolvimento da ciência, com seus métodos e suas finalidades, analisando a relação entre o conhecimento científico e a sociedade.

Esses conteúdos articulados ajudam os estudantes a compreender que as sociedades são constituídas por seres humanos, que ocupam um determinado território e exercem atividades que interferem e transformam constantemente a natureza.

Unidade 2: População, territórios e fronteiras

As discussões e os temas que estruturam a unidade 2 perpassam categorias de análise como território e fronteira, amplamente mobilizadas pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

De acordo com a BNCC, o estudo dessas categorias pode ajudar os estudantes a

> compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. p. 564-565.

Unidade 2: População, territórios e fronteiras

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
4. Formação das monarquias nacionais e expansão colonial europeia 5. Formação do Império Português e a América portuguesa	3. A dinâmica das populações 4. Território e população do Brasil	3. Poder, Estado e nação 4. População e estratificação social	3. Estado e o fenômeno do poder 4. Territorialidade, arte e linguagem

Nos capítulos de história, os estudantes têm a oportunidade de discutir os processos de formação das monarquias europeias e conhecer o contexto do desenvolvimento do Estado moderno, bem como analisar os fenômenos sociais, políticos, econômicos e territoriais decorrentes do colonialismo europeu, com destaque para a América portuguesa.

Paralelamente, as abordagens propostas nos capítulos de geografia permitem compreender as dinâmicas populacionais ao longo dos últimos séculos, com destaque para as migrações e para as tendências demográficas atuais, e analisar o processo de formação do território e da população brasileira.

Nos capítulos de sociologia, os estudantes podem conhecer conceitos fundamentais da ciência política – como Estado, poder e dominação –, analisando o processo de constituição do Estado moderno e caracterizando os diferentes tipos de Estado ao longo da história. Além disso, podem compreender os fundamentos de diferentes tipos de estratificação social, de modo a analisar seu impacto na distribuição desigual de recursos materiais, sociais e culturais na sociedade e suas transformações ao longo do tempo.

Os capítulos de filosofia têm o objetivo de trazer novas perspectivas para compreender as relações de poder na sociedade e de discutir a dimensão cultural do conceito de territorialidade, destacando as múltiplas culturas juvenis, além de apresentar diferentes formas de linguagem e arte.

Unidade 3: Ética e cidadania

Ética e cidadania são as categorias centrais da unidade 3 e permitem mostrar a importância dos direitos humanos e a necessidade de sempre acomodá-los no horizonte das práticas cotidianas. O estudo dos temas que estruturam a discussão em torno dessas categorias é uma oportunidade de explorar as noções de comunidade e coletividade entre os estudantes, de estimular a alteridade e de promover o respeito às diferenças entre pessoas e grupos sociais, como forma de buscar o bom convívio e o bem viver.

Unidade 3: Ética e cidadania

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
6. Uma era de revoluções 7. Império napoleônico e emancipações na América 8. O Brasil Império e a cidadania excludente	5. O mundo urbano 6. Brasil urbano e o direito à cidade	5. Socialização e marcadores sociais da diferença 6. Cidadania, desigualdade e discriminação	5. A conduta ética 6. Ética na história

Nos capítulos de história, os estudantes são convidados a investigar os valores que estruturaram as Revoluções Inglesas, Americana, Francesa, os processos emancipatórios na América e as lógicas que perpetuaram as desigualdades sociais e a cidadania excludente no Brasil.

As abordagens propostas nos capítulos de geografia ajudam a compreender o processo de urbanização, o mundo urbano na atualidade e os problemas socioeconômicos que interferem no exercício pleno da cidadania, criando entraves à efetivação do direito à cidade.

Nos capítulos de sociologia, são apresentadas teorias sobre o processo de socialização, os papéis sociais, a constituição das identidades e os marcadores sociais da diferença. É também trabalhada a noção de cidadania, com destaque para as formas de desigualdades, discriminação e preconceito no Brasil.

Por fim, os capítulos de filosofia complementam a abordagem ao investigar o desenvolvimento da noção de ética ao longo da história, as principais correntes filosóficas que se debruçam a compreender a consciência moral, a liberdade e a condição humana, as origens e causas da violência e o processo de construção dos valores morais.

Unidade 4: Trabalho e transformação social

Os capítulos vinculados à unidade 4 contribuem para o entendimento da noção de trabalho e para a melhor compreensão das mudanças da sociedade e dos modos de organização social, política, econômica e cultural na contemporaneidade. Dessa forma, os temas mobilizam prioritariamente a categoria trabalho.

Segundo a BNCC, o estudo do trabalho atravessa diversos desafios, tal como a compreensão dos impactos provocados nas relações de produção, trabalho e consumo a partir do desenvolvimento de novas tecnologias. O estudo da categoria trabalho deve ajudar os estudantes a "compreender e analisar a diversidade de papéis dos múltiplos sujeitos e seus mecanismos de atuação" (Brasil, 2018, p. 569).

Unidade 4: Trabalho e transformação social

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
9. Revolução Industrial e expansão do capitalismo 10. Ideias e ideologias do mundo contemporâneo 11. Imperialismos, guerra e revolução	7. O espaço geoeconômico agrário e industrial 8. A dinâmica do comércio e dos serviços na globalização	7. Trabalho, produção e sociedade 8. Formas de organização social do trabalho	7. Trabalho e alienação 8. Produzir, amar e projetar

Nesta unidade, os capítulos de história fornecem um panorama das transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes da Revolução Industrial e da expansão do capitalismo, incluindo não somente a esfera do processo produtivo, mas também a dimensão do trabalho. Além disso, exploram as diferentes ideologias do mundo contemporâneo e as políticas expansionistas e imperialistas dos últimos séculos.

Os capítulos de geografia complementam a discussão, apresentando um panorama geral do espaço geoeconômico agrário, industrial, comercial e de serviços na escala mundial e nacional, destacando a natureza da globalização e as transformações provocadas por esse fenômeno.

Nos capítulos de sociologia, os estudantes têm a oportunidade de conhecer diferentes óticas de análise do trabalho na sociedade moderna, avaliando os significados e a forma como ele se tornou um organizador da vida social no capitalismo.

Os capítulos de filosofia apresentam conceitos como trabalho, alienação e projeto de vida a partir da perspectiva filosófica e ao explorar aspectos da dimensão afetiva como um pilar central na vida social.

Unidade 5: Estado, poder e democracia

As categorias centrais da unidade 5 – Estado, poder e democracia – oportunizam discussões que colaboram para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos estudantes, a partir da formação baseada nos princípios democráticos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Unidade 5: Estado, poder e democracia

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
12. Da ascensão do totalitarismo à Guerra Fria 13. Brasil republicano e populismo latino-americano 14. Ditaduras no Brasil, no Chile e na Argentina	9. A geopolítica do espaço mundial 10. Tensões e conflitos	9. Formas e sistemas de governo 10. Transformação social, sociedade civil e movimentos sociais	9. Política: dos antigos aos modernos 10. Política contemporânea

Nos capítulos de história, os estudantes podem investigar os processos que permitiram a ascensão do totalitarismo na Europa e a ocorrência da Guerra Fria ao longo do século XX, além de discutir o contexto social, político e econômico do Brasil durante a Primeira República e a Era Vargas e das ditaduras na América Latina.

As abordagens propostas nos capítulos de geografia têm por objetivo possibilitar a compreensão das relações de poder estabelecidas no sistema político internacional, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, e as tensões e os conflitos mundiais no contexto contemporâneo.

Paralelamente, nos capítulos de sociologia, os estudantes podem conhecer as diferentes formas e sistemas de governo, bem como compreender algumas características dos regimes democráticos e refletir sobre o papel da sociedade civil como importante agente de transformação social.

Por fim, os capítulos de filosofia complementam a abordagem ao investigar a origem e as transformações da política ao longo do tempo, o papel do Estado e as questões políticas contemporâneas, como a microfísica do poder e a necropolítica.

Unidade 6: Sociedade e meio ambiente

Os conteúdos propostos ao longo dos capítulos na unidade 6 contribuem para o debate sobre a relação entre os seres humanos e a natureza, mobilizando importantes categorias para o desenvolvimento dos estudos na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A forma como os povos e as sociedades estabelecem suas atividades e se relacionam com o meio ambiente é influenciada pela importância cultural dada à natureza, bem como pelo nível de conhecimento sobre os limites planetários e sobre a necessidade urgente de utilização dos recursos naturais de forma sustentável. As discussões que envolvem essa temática, portanto, colaboram para a ampliação da consciência socioambiental dos estudantes, ajudando-os a construir um posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Unidade 6: Sociedade e meio ambiente

Capítulos de história	Capítulos de geografia	Capítulos de sociologia	Capítulos de filosofia
15. Capitalismo global e agenda ambiental 16. Desafios do Brasil contemporâneo	11. Recursos naturais e desafios à sustentabilidade 12. Desenvolvimento sustentável e crise ambiental	11. Cidade e meio ambiente 12. Sociedade, tecnologia e comunicação	11. Condição humana 12. Ser humano e meio ambiente

Os capítulos de história dão subsídios para que os estudantes investiguem os desdobramentos políticos e econômicos após o fim da Guerra Fria e o contexto do fortalecimento da agenda ambiental nas últimas décadas, com a emergência de problemas na escala global. Além disso, também busca-se discutir os desafios do Brasil na contemporaneidade, especialmente nas agendas social e ambiental e nos embates políticos latentes na atualidade.

De modo concomitante, os capítulos de geografia os ajudam a conhecer a forma como os recursos naturais são apropriados, compreender os desafios da aplicação de práticas que promovam o desenvolvimento sustentável e discutir a crise ambiental planetária agravada nas últimas décadas.

Nos capítulos de sociologia, os estudantes podem refletir sobre a constituição das cidades, atentando às dinâmicas de sociabilidade urbana, bem como à relação entre sociedade e natureza. Podem analisar, ainda, o papel das novas tecnologias nas dinâmicas de sociabilidade, produção e consumo, difusão de informação e mobilização política.

Por fim, os capítulos de filosofia buscam investigar os vários aspectos da condição humana, discutir criticamente a lógica de domínio da natureza e refletir sobre o papel da ética do cuidado e da ética ambiental na sustentabilidade do planeta.

Livro do estudante: recursos didático-pedagógicos

Cada um dos quatro volumes é composto de capítulos organizados nas seis unidades temáticas comuns e de seções especiais voltadas para o desenvolvimento da autonomia e para a realização de atividades práticas pelos estudantes. A seguir, apresentamos as características de cada recurso que integra o livro do estudante.

Páginas iniciais

Além do texto de apresentação, da explicação dos recursos didáticos e do sumário, um infográfico com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável alerta o estudante para a ocorrência de ícones, no decorrer do livro, que indicam possibilidades de articulação entre os conteúdos e atividades e a Agenda 2030.

Abertura de unidade

Uma dupla de páginas demarca o início de cada unidade. Nela, uma situação-problema sensibiliza os estudantes e introduz a temática que abarca os capítulos dos quatro volumes vinculados a ela. Na sequência, explicita-se a complementariedade entre os componentes da área e apresentam-se os objetivos de aprendizagem definidos para os capítulos da unidade.

O momento de introdução da unidade é oportuno para realizar a sondagem de conhecimentos dos estudantes acerca das categorias que serão trabalhadas nos capítulos sucessivos. Espera-se que eles expressem suas ideias e impressões livremente, subsidiando o professor para o planejamento das aulas seguintes com base na necessidade de reforçar o trabalho com conceitos, habilidades, atitudes e valores que requeiram mais atenção.

Como mencionado anteriormente, a leitura antecipada das aberturas e dos descritivos das unidades temáticas pelos professores indicará caminhos de abordagem interdisciplinar, uma vez que elas foram concebidas para dar apoio ao processo de integração da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Capítulos

Os textos e atividades que compõem os capítulos perfazem sequências didáticas que alternam recursos com estratégias pedagógicas variadas. Com isso, espera-se mobilizar conhecimentos, competências e habilidades de modo a contemplar diferentes perfis de estudante.

- **Texto principal**: organizado por títulos hierarquizados, o texto didático é permeado por imagens (fotografias, ilustrações, mapas e gráficos), citações de textos de terceiros, boxes, seções e atividades com texto acessível e adequado para os estudantes do Ensino Médio.
- **Saiba mais**: boxe de informações adicionais que complementam, exemplificam ou aprofundam a temática abordada no texto principal, ampliando a compreensão sobre o tópico de estudo.
- **Enfoque**: atividades de exploração de textos, elementos gráficos, cartográficos e iconográficos que mobilizam operações cognitivas diversas, como identificação, interpretação, análise, argumentação, inferência e reflexão.
- **Dica**: boxe com indicação comentada de textos, vídeos, filmes, jogos, *podcasts* e *sites* relacionados ao conteúdo trabalhado no capítulo, servindo de referências para pesquisa e consulta.
- **Entre saberes**: seção que explora a interdisciplinaridade por meio de temáticas sociais e ambientais que possibilitam conexões com outras áreas do conhecimento, como Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. Por meio da interpretação de textos, gráficos, quadros, charges, pinturas e tabelas, as atividades dessa seção estimulam o desenvolvimento da reflexão, interpretação, problematização, inferência e argumentação pelos estudantes.
- **Contraponto**: a seção apresenta pontos de vista e abordagens (complementares ou opostas) acerca de um mesmo assunto, teoria, fenômeno ou evento mobilizados pelos diferentes componentes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com o intuito de desenvolver a capacidade de interpretar, relacionar, sintetizar, debater, inferir e argumentar com clareza, contribuindo para a formação de estudantes intelectualmente autônomos e que valorizem os direitos humanos. A seção favorece o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **7**, e mais especificamente da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.
- **Trabalho e juventudes**: seção que correlaciona o conteúdo estudado com o mundo do trabalho, promovendo o contato com carreiras profissionais de diferentes graus de instrução (técnico/tecnólogo/superior) e contribuindo com o mapeamento dos interesses e das possibilidades por parte dos estudantes.
- **Oficina**: as atividades desta seção, localizada no final de cada capítulo, têm como enfoque a organização, a sistematização e a ampliação dos principais conteúdos estudados, sempre trabalhando a capacidade de reflexão, de argumentação e de proposição dos estudantes. Exploram tanto as possibilidades de aplicação do que foi apreendido quanto de extrapolação do conteúdo, por meio de propostas de pesquisa e de trabalho com a compreensão leitora de imagens e textos da atualidade.

Estratégia de estudo

Com uma ocorrência nos quatro volumes da coleção, cada seção apresenta uma técnica de estudo (elaboração de resumo, mapa conceitual, autoteste e *flashcards*), com o objetivo fornecer aos estudantes ferramentas de estudo autônomo que contribuam para aprimorar o processo de aprendizagem. A proposta está sempre posicionada após os estudos do capítulo 1. Com isso, espera-se que essas técnicas sejam incorporadas na rotina dos estudantes ao longo dos três anos do Ensino Médio.

Educação midiática

Com o objetivo de apresentar, justificar e contextualizar temas relacionados à difusão da informação em meio digital, compreendendo-a de forma crítica e ética, a seção ocorre uma vez em cada volume da coleção. Além de trazer texto um texto expositivo, para ampliar a compreensão do funcionamento das mídias, ela sempre apresenta uma proposta prática de produção coletiva.

Apesar de estar localizada após o último capítulo do livro do estudante, a seção pode ser trabalhada no momento em que o professor julgar mais adequado ao longo de cada ano letivo. Mais adiante, neste suplemento, as sugestões de cronograma consideram o trabalho com esse recurso distribuído nos três anos do Ensino Médio.

Pesquisa em foco

A seção tem como propósito desenvolver, em cada ocorrência, pelo menos duas práticas de pesquisa em atividades estruturadas, organizadas em etapas, trabalhando competências socioemocionais e o protagonismo juvenil. Ao final, os estudantes são incentivados a apresentar suas produções para a comunidade escolar e avaliar coletivamente os procedimentos e o resultado.

A proposta pode ser aplicada em diferentes momentos, conforme a conveniência do professor e a grade curricular da escola. Nos cronogramas indicados adiante, sugerimos que as quatro seções da coleção sejam postas em prática em momentos distintos, no decorrer do curso.

Possibilidades de uso dos volumes da coleção

Conforme exposto anteriormente, recomendamos que os quatro volumes sejam trabalhados de maneira articulada e concomitante. No entanto, essa não é uma obrigatoriedade. Eles foram concebidos de modo a poderem ser utilizados de forma autônoma, se for mais conveniente para a escola. Mesmo assim, os elementos de interdisciplinaridade estarão presentes no livro do estudante e nas respectivas orientações específicas deste suplemento.

Em relação ao ordenamento dos conteúdos, ele também pode ser adaptado. Dessa forma, o professor ou o grupo de professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas pode(m) definir, a partir de seus próprios critérios e de seu planejamento, qual será a ordem das unidades a serem trabalhadas com os estudantes.

Essa organização flexível da coleção, com variedade de estratégias didáticas e atividades, além de orientações ao professor que indicam diversas possibilidades de usos do material, propicia aos docentes opções para ajustar os conteúdos apresentados ao contexto real da escola e às condições de trabalho que lhes são colocadas, além das necessidades e potencialidades de suas turmas. Os conteúdos, pensados de maneira estruturalmente interdisciplinar, permitem flexibilidade quanto às abordagens por diferentes professores e em variados contextos.

Sugestões de cronograma

A legislação brasileira prevê flexibilidade de distribuição da carga horária na oferta do Ensino Médio, ficando essa definição a critério de cada sistema de ensino. As sugestões de cronograma a seguir consideram uma distribuição com a mesma quantidade de horas nos três anos dessa etapa para os componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Reiteramos tratarem-se de sugestões e chamamos a atenção para a centralidade do professor na construção de um cronograma mais adequado à sua realidade escolar. Recomendamos, entretanto, que em quaisquer adaptações os capítulos de uma mesma unidade não sejam trabalhados fora de ordem e que a organização do curso seja uma construção coletiva, envolvendo os colegas de área, de modo a priorizar a articulação dos componentes.

Cronograma semestral

Semestres	Volume de história	Volume de geografia	Volume de sociologia	Volume de filosofia
1º ano, 1º semestre	Capítulos 1, 2 e 3; seção *Estratégia de estudo*	Capítulos 1 e 2; seção *Estratégia de estudo*	Capítulos 1 e 2; seção *Estratégia de estudo*	Capítulos 1 e 2; seção *Estratégia de estudo*
1º ano, 2º semestre	Capítulos 4 e 5; seção *Educação midiática*	Capítulos 3 e 4; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 3 e 4	Capítulos 3 e 4
2º ano, 1º semestre	Capítulos 6, 7 e 8	Capítulos 5 e 6; seção *Educação midiática*	Capítulos 5 e 6; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 5 e 6
2º ano, 2º semestre	Capítulos 9, 10 e 11	Capítulos 7 e 8	Capítulos 7 e 8; seção *Educação midiática*	Capítulos 7 e 8; seção *Pesquisa em foco*
3º ano, 1º semestre	Capítulos 12, 13 e 14; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 9 e 10	Capítulos 9 e 10	Capítulos 9 e 10; seção *Educação midiática*
3º ano, 2º semestre	Capítulos 15 e 16	Capítulos 11 e 12	Capítulos 11 e 12	Capítulos 11 e 12

Cronograma trimestral

Trimestres	Volume de história	Volume de geografia	Volume de sociologia	Volume de filosofia
1º ano, 1º trimestre	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*
1º ano, 2º trimestre	Capítulos 2 e 3	Capítulos 2 e 3	Capítulo 2 ; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 2 e 3
1º ano, 3º trimestre	Capítulos 4 e 5	Capítulo 4; seção *Educação midiática*	Capítulos 3 e 4	Capítulo 4
2º ano, 1º trimestre	Capítulos 6 e 7	Capítulos 5	Capítulo 5; seção *Educação midiática*	Capítulo 5; seção *Pesquisa em foco*
2º ano, 2º trimestre	Capítulo 8; seção *Educação midiática*	Capítulos 6 e 7	Capítulo 6	Capítulo 6
2º ano, 3º trimestre	Capítulos 9 e 10	Capítulo 8; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 7 e 8	Capítulos 7 e 8
3º ano, 1º trimestre	Capítulo 11; seção *Pesquisa em foco*	Capítulos 9 e 10	Capítulos 9 e 10	Capítulo 9
3º ano, 2º trimestre	Capítulos 12, 13 e 14	Capítulo 11	Capítulo 11	Capítulo 10; seção *Educação midiática*
3º ano, 3º trimestre	Capítulos 15 e 16	Capítulo 12	Capítulo 12	Capítulos 11 e 12

Cronograma bimestral

Bimestres	Volume de história	Volume de geografia	Volume de sociologia	Volume de filosofia
1º ano, 1º bimestre	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*	Capítulo 1; seção *Estratégia de estudo*
1º ano, 2º bimestre	Capítulos 2 e 3	Capítulo 2	Capítulo 2	Capítulo 2; seção *Educação midiática*
1º ano, 3º bimestre	Capítulo 4	Capítulo 3; seção *Pesquisa em foco*	Capítulo 3	Capítulo 3
1º ano, 4º bimestre	Capítulo 5	Capítulo 4	Capítulo 4	Capítulo 4
2º ano, 1º bimestre	Capítulos 6 e 7	Capítulo 5	Capítulo 5	Capítulo 5; seção *Pesquisa em foco*
2º ano, 2º bimestre	Capítulo 8; seção *Educação midiática*	Capítulo 6	Capítulo 6	Capítulo 6
2º ano, 3º bimestre	Capítulos 9 e 10	Capítulo 7	Capítulo 7; seção *Educação midiática*	Capítulo 7
2º ano, 4º bimestre	Capítulo 11; seção *Pesquisa em foco*	Capítulo 8	Capítulo 8	Capítulo 8
3º ano, 1º bimestre	Capítulos 12 e 13	Capítulo 9; seção *Educação midiática*	Capítulo 9	Capítulo 9
3º ano, 2º bimestre	Capítulo 14	Capítulo 10	Capítulo 10; seção *Pesquisa em foco*	Capítulo 10
3º ano, 3º bimestre	Capítulo 15	Capítulo 11	Capítulo 11	Capítulo 11
3º ano, 4º bimestre	Capítulo 16	Capítulo 12	Capítulo 12	Capítulo 12

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS DESTE VOLUME

O ensino de história e o livro didático

O presente volume didático de história procura cumprir a tarefa de desenvolver nos estudantes competências relacionadas ao respeito e à valorização das diferentes perspectivas sobre a realidade. Isso se concretiza por meio da seleção de conteúdos e da variedade de atividades propostas. Apresentamos capítulos dedicados às principais matrizes culturais brasileiras, mas também a outras sociedades, como as pré-colombianas, a indiana e a chinesa. Além disso, buscamos contemplar as diferentes perspectivas dos sujeitos históricos sobre os acontecimentos e processos abordados. De acordo com uma concepção sociocultural da história e, em particular, a vertente desenvolvida especialmente no Reino Unido conhecida como "história vista de baixo", demos ênfase aos pontos de vista e ao protagonismo de povos originários, escravizados, operários, camponeses, mulheres etc. – nos diferentes contextos e dinâmicas históricas estudados.

O volume apresenta conteúdos que priorizam essas abordagens. Além disso, ele incentiva o contato com variadas fontes, algo de fundamental importância no ensino de história. Segundo o historiador francês Marc Bloch, "a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele" (Bloch, 2002, p. 79). Na etapa do Ensino Médio, é muito importante que os estudantes estabeleçam contato com uma ampla variedade de fontes históricas. Essas fontes podem ser imagens (pinturas, esculturas, quadros, caricaturas, charges, mapas etc.), textos escritos (leis, decretos, memórias, cartas, trechos de obras antigas, testemunhos etc.), cultura material e imaterial (monumentos, edifícios, práticas culturais tradicionais etc.) e documentos audiovisuais (músicas, filmes, documentários etc.). As fontes nos informam sobre diferentes pontos de vista acerca dos contextos estudados.

Tendo isso em vista, neste volume desenvolvemos um trabalho sistemático com fontes históricas diversas. Nesse sentido, apresentamos trechos de fontes cuidadosamente selecionadas e recursos didáticos como mapas, tabelas, esquemas e gráficos que sintetizam visualmente uma variedade de dados. A iconografia da obra também foi pensada como fonte de análise e reflexão e não somente como mera ilustração. O objetivo é exercitar as habilidades de observar e interpretar o conteúdo dessas fontes, contextualizá-las, comparar os pontos de vista que elas expressam e relacioná-las aos processos históricos e conceitos estudados em sala de aula. Consideramos essas habilidades indispensáveis para que o estudante atue em sociedade de maneira crítica, autônoma e responsável, e a aula de história é um momento privilegiado e propício para adquiri-las e desenvolvê-las.

Tradicionalmente, considera-se a preparação dos estudantes para o exercício consciente e responsável da cidadania uma das tarefas fundamentais do ensino e das obras didáticas de história. Neste volume, a questão da formação cidadã do jovem é uma preocupação constante que perpassa o conjunto dos conteúdos e atividades. A temática é trabalhada sistematicamente e em diferentes contextos. São apresentados conceitos políticos fundamentais como nação, Estado, império, monarquia, república, revolução, ditadura e democracia. Também são ressaltadas as principais matrizes ideológicas do discurso político contemporâneo: liberalismo, socialismo, anarquismo, populismo, totalitarismo, neoliberalismo.

Em consonância com a orientação voltada para a historiografia sociocultural da obra, evita-se apresentar a história como processo determinista. A realidade histórica deve ser compreendida como uma construção social e cultural dos sujeitos históricos, o que significa que as práticas sociais e culturais não são somente reflexos da estrutura institucional ou econômica de determinada sociedade, mas possuem lógica própria. Cada grupo social age no mundo e ativamente cria sentidos de acordo com suas experiências, transformando a realidade em que vive. O modo como os sujeitos históricos moldam a realidade se revela particularmente em momentos de mudança, aceleração, tensão, negociação e conflito nos quais alteram-se as dinâmicas sociais, culturais e econômicas da sociedade.

Nos diversos capítulos deste volume, abordamos como os agentes sociais reagiram a processos de colonização e formação imperial, à exploração econômica, à mudança revolucionária ou emancipatória, a guerras e conflitos etc. de modo a construir cidadania. No plano atitudinal, o objetivo é que esses estudos provoquem a reflexão no jovem como autor e protagonista de sua própria história e não como vítima ou agente paciente de transformações e dinâmicas externas.

História no Ensino Médio: competências e habilidades

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolidou distintas discussões curriculares e propostas pedagógicas presentes em leis e documentos oficiais anteriores que sugeriam, sobretudo, um ensino baseado em competências e habilidades. Assim, ao solicitar que sejam desenvolvidos processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise, a BNCC possibilita que se trabalhe a "atitude historiadora" no processo de ensino-aprendizagem do componente curricular.

O artigo "BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis" aborda as competências gerais e socioemocionais do ponto de vista da história. Em sua análise, as autoras apontam que:

> [...] essa mensagem das dez competências gerais nos ajuda a combater a ideia de uma História tradicionalmente relacionada aos eventos, datas e nomes que carregam consigo uma única versão que vinha se caracterizando pelo seu teor eurocêntrico e patriarcal. Ao explorar em nossas práticas docentes, por exemplo, a competência de número 2 – pensamento científico, crítico e criativo – somos levados a considerar os diferentes conhecimentos, formular hipóteses, analisar outras versões e interpretá-las de forma crítica, o que é reforçado pela competência de número 7 – argumentação – que possibilita a formulação, negociação e defesa de diferentes ideias.
>
> As chamadas competências socioemocionais também são destacadas no documento, principalmente referentes aos itens 8 – autoconhecimento e autocuidado –, 9 – empatia e cooperação – e 10 – responsabilidade e cidadania –, que trazem consigo as ideias do cuidado e conhecimento de si, do outro e do coletivo. Esses fatores impulsionam o trabalho com perspectivas do ensino de História que valorizam a exploração de diferentes narrativas e a diversidade cultural, permitindo a percepção do sujeito em seu tempo e espaço e proporcionando ações para com a sociedade em que vive.
>
> RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p. 1-19, 2021. p. 12.

Em relação à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a BNCC sugere a organização das aprendizagens por meio das seguintes categorias: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética e Política e Trabalho. Todas estas são categorias presentes nos diferentes objetos de conhecimento de história do Ensino Médio.

O texto da BNCC destaca, sobretudo, a importância de abordar os diferentes significados de tempo; as dimensões históricas ao tratar da compreensão do espaço; as formas como os territórios se formam e as fronteiras são historicamente construídas; a dimensão histórica das categorias de política e trabalho, entre outros temas. Essas ideias norteiam as competências específicas e as habilidades que, em variados contextos, destacam a importância da abordagem histórica.

Cultura afro-brasileira e indígena na sala de aula

Em 2003, atendendo a demandas históricas do movimento negro, a Lei nº 10.639/03 tornou obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas do país. Em 2008, após pressão dos movimentos indígenas, o governo sancionou a Lei nº 11.645/08, que acrescenta à lei anterior a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena.

> Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
>
> § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
>
> § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.
>
> BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 8 set. 2024.

Essas leis representaram grande avanço na valorização de sujeitos historicamente discriminados e no combate ao racismo em nosso país. No ensino de história, é de fundamental importância que se compreenda e valorize a diversidade da sociedade brasileira que, em sua formação histórica, incorporou distintas matrizes culturais e étnico-raciais. Cada uma dessas matrizes contribuiu com variados elementos para a síntese cultural brasileira, sendo fundamental reforçar que todas elas são de igual importância em nossa constituição como sociedade e nação.

O racismo se caracteriza pela discriminação e segregação de certos grupos sociais que são classificados de acordo com critérios étnicos e culturais. Embora tenha se manifestado em diversos tempos e lugares no decorrer da história, o racismo adquiriu sua forma contemporânea com as teorias raciais do século XIX. Naquele período, dividiu-se a humanidade numa hierarquia de "raças" e, assim, se justificaram projetos de colonização e dominação. Atualmente, porém, a ciência não reconhece mais "raça" como um conceito científico e o considera apenas uma forma de identificação de populações historicamente discriminadas. Nas palavras do historiador Francisco Bethencourt:

> Hoje em dia, os cientistas contestam a base biológica da raça, pois a variação genética dentro das raças consideradas nos parâmetros tradicionais é maior do que entre raças distintas. [...] Entretanto [...], o termo

> "raça" foi usado pelos afro-americanos para expressar a sua identidade coletiva e subverter o uso pejorativo original da palavra. [...] É necessária a reavaliação do conceito de identidade como percepção relacional de pertencimento que afeta indivíduos, grupos e comunidades ao longo do tempo bem como nos diversos locais, num processo sistemático de construção e reconstrução.
>
> BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 29.

No Brasil, nos anos 1930, criou-se uma narrativa de identidade nacional segundo a qual o brasileiro é um povo miscigenado, formado pela mistura de três raças: negros, indígenas e brancos. Os defensores dessa narrativa acreditavam que entre as matrizes formadoras da nacionalidade não havia discriminação nem desigualdade, à diferença do que ocorreu em outros países. Hoje sabemos que essa narrativa não é verdadeira. A discriminação de negros e indígenas faz parte do cotidiano, manifestando-se em diversos níveis da sociedade: nas instituições, no mercado de trabalho, na educação etc.

Em consonância com a orientação historiográfica sociocultural deste volume, foram consideradas as perspectivas das populações indígenas e negras em distintos contextos históricos. Evitamos apresentá-las apenas na condição de vítimas de processos de dominação, como durante muito tempo foi comum nos livros didáticos. Enfocamos, em vez disso, suas práticas e estruturas sociais e culturais, sua resistência ativa contra a opressão, sua participação em distintos processos políticos, sua luta contínua por cidadania e igualdade.

Metodologia e prática no ensino de história

No Ensino Médio, é objetivo do componente curricular de história consolidar e aprofundar conteúdos e conceitos aprendidos no Ensino Fundamental, tornando os estudantes aptos a compreender os contextos históricos em que se desenrolam as ações humanas. A didática e a metodologia de ensino adotadas devem dirigir-se para a ampliação progressiva da autonomia intelectual do estudante. Para que isso ocorra, é importante articular o trabalho com o conteúdo e os procedimentos de pesquisa e experimentação.

O objetivo não é produzir "pequenos historiadores", mas sim fazer com que os estudantes adquiram as bases do método científico, aprendam a coletar e organizar dados, a relacionar esses dados a seus conhecimentos prévios, a formular hipóteses e conclusões e, por fim, a comunicar com clareza os resultados obtidos. Desse modo, o trabalho de pesquisa com material histórico permite que os estudantes exercitem habilidades relacionadas ao pensamento crítico, à autonomia, à criatividade e à capacidade de comunicação em público, que serão de extrema importância em seu futuro educacional e profissional.

O trabalho de pesquisa pode ser individual, em dupla, em trio ou em grupos maiores a depender dos objetivos do professor e do tamanho da turma. Esses trabalhos podem se relacionar às realidades locais e aos contextos específicos de cada unidade escolar, garantindo a autonomia de professores e estudantes. No que concerne à parte prática do trabalho de pesquisa, destacamos a seguir algumas orientações necessárias.

Auxilie os estudantes a formular as perguntas certas

Ao orientar um trabalho que envolva pesquisa, o primeiro passo é estabelecer critérios para a formulação das perguntas que nortearão a investigação. Os estudantes devem ser incentivados a pesquisar por si próprios, mas dentro de critérios previamente estabelecidos pelo professor. Nesse sentido, é possível orientá-los a direcionar seu olhar a problemas de seu cotidiano, aos contextos envolvidos, aos pontos em que é possível estabelecer comparações entre presente e passado, ao papel desempenhado pelos agentes sociais, às diferentes perspectivas sobre o assunto etc. A ênfase na realidade local é fundamental, pois pode garantir maior engajamento dos estudantes nas atividades realizadas e, até mesmo, possibilitar que a escola colete dados, produza pesquisas e desenvolva soluções em benefício da comunidade.

É importante que as perguntas formuladas no trabalho de pesquisa não induzam uma "resposta pronta", mas garantam o constante trabalho de reflexão e investigação como condição para serem respondidas. Às questões colocadas pelo docente, os estudantes podem responder formulando suas próprias hipóteses de trabalho. Mesmo que estejam longe do alvo, a princípio essas tentativas devem ser nutridas e incentivadas como fonte de motivação. Posteriormente, quando o estudante já tiver tido contato com o material, se poderá propor um procedimento de seleção, em que algumas hipóteses são descartadas enquanto as mais promissoras são mantidas como norte da investigação.

Auxilie os estudantes a identificar fontes confiáveis

Uma vez definido o tema da investigação e as questões norteadoras, o estudante deve reunir um acervo de pesquisa, que pode se constituir de documentos escritos, fontes iconográficas, cartográficas, audiovisuais e orais. Além disso, pode-se destacar elementos de cultura material e imaterial, com destaque àqueles relevantes para a compreensão das esferas regional, estadual, municipal e local. Nesse sentido, o estudante poderá perceber as relações que ele, seus colegas e professor, seus familiares e sua comunidade estabelecem com esses elementos culturais.

Nessa etapa, é indispensável que o professor auxilie os estudantes com a indicação de livros, revistas, *sites* e vídeos que possam fornecer-lhes informações corretas e confiáveis sobre o assunto investigado. Deve-se ter cuidado particular com o uso da internet como fonte de pesquisa. Atualmente, é possível encontrar variadas fontes de informações falsas, *fake news*, teorias da conspiração etc. nos ambientes *on-line*. Muitas dessas falsas informações são estruturadas para que se pareçam com fontes confiáveis.

Uma mera pesquisa num *site* de busca não retorna resultados necessariamente confiáveis, sendo essencial discutir

e realizar o letramento digital com os estudantes. Por isso, é importante privilegiar informações obtidas em portais de grandes instituições educacionais e culturais como universidades, museus, arquivos e repositórios virtuais. Em história, um meio particularmente útil e interessante de pesquisa é a entrevista. Coletar depoimentos em áudio ou vídeo é uma forma de produzir registros históricos que podem, mais tarde, ser comparados entre si e relacionados com as aprendizagens em sala de aula.

Auxilie os estudantes a tirar suas próprias conclusões

A fase final de uma pesquisa sempre inclui alguma forma de organização, sistematização e comunicação dos resultados. Essas formas podem variar e cabe sempre levar em consideração quais são as ferramentas mais utilizadas pelos estudantes ou aquelas que a turma demonstra interesse em conhecer. Dessa maneira, os estudantes poderão realizar as tarefas de comunicação usando tecnologias que dominem ou que queiram conhecer em profundidade, desenvolvendo novas habilidades. Os estudantes podem produzir pequenos relatórios, esquemas, listas de informações, cartazes, gráficos, tabelas, exposições etc. No trabalho com fontes iconográficas, por exemplo, é indispensável que os estudantes estabeleçam algum critério para organizar os documentos expostos (este critério pode ser cronológico, geográfico ou temático) e criem legendas para cada uma das imagens apresentadas (com informações técnicas e precisas sobre os documentos legendados). No caso de outros tipos de documento (escritos, orais, estatísticos etc.), os estudantes podem reunir os resultados em cartazes e realizar uma apresentação oral explicando como chegaram aos resultados.

Nesse momento, é importante retomar as perguntas e hipóteses formuladas no início. Ao retomar as perguntas iniciais, auxilie os estudantes a avaliar se elas foram devidamente respondidas ou, se esse não for o caso, ajude-os a entender os motivos pelos quais elas não puderam ser respondidas ou foram apenas parcialmente respondidas: não foram encontradas fontes suficientes sobre o tema, a pergunta não foi bem formulada etc. No caso das hipóteses, é possível avaliar se elas se confirmaram ou se deram lugar a alguma nova hipótese após o contato com o material.

Avaliação: critérios e instrumentos

Hoje a avaliação é um dos maiores desafios dos professores e dos sistemas de ensino. Nas últimas décadas, a avaliação vem deixando de ser encarada como instrumento de punição e de classificação dos estudantes e passando a ser vista, sobretudo, como forma de monitorar o processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade. Nas palavras de Regina Haydt:

> Antes ela [a avaliação] tinha um caráter seletivo, uma vez que era vista apenas como uma forma de classificar e promover o aluno de uma série para outra ou de um grau para outro. Atualmente, a avaliação assume novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar em que medida os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem estão sendo atingidos.
>
> HAYDT, Regina C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000. p. 14.

A avaliação deve centrar-se no estudante e em seu processo de aprendizagem em sua globalidade. Ela deve envolver reflexão permanente do educador sobre sua própria prática e acompanhamento sistemático do progresso do educando. Os mecanismos de avaliação não devem concentrar-se apenas na assimilação de conteúdos, mas enfocar as competências e habilidades esperadas do ensino de história para a etapa respectiva. Sua finalidade é o aperfeiçoamento contínuo da ação educativa e, para tanto, é indispensável que seja orientadora, cooperativa e interativa.

Antes de aplicar os mecanismos de avaliação, é importante que o docente deixe claro para os estudantes qual será a metodologia adotada, bem como os objetivos e as expectativas de cada tarefa. O docente deve estar atento à realidade dos estudantes e procurar informar-se sobre seus hábitos de estudo e pesquisa. As questões propostas nos boxes **Enfoque**, distribuídas ao longo dos capítulos, assim como as atividades da seção **Oficina**, ao final dos capítulos, podem auxiliar o professor na tarefa de avaliar, pois ressaltam as expectativas de aprendizagem em cada caso. A depender do ritmo de aprendizagem da turma, o docente pode definir suas prioridades e, caso necessário, reorientar seus planos de ensino. Nesse sentido, cabe ressaltar que a autonomia do professor é fundamental para o processo de avaliação das aprendizagens.

A avaliação deve ser dividida em etapas ou momentos distintos. Já no início, é importante que o docente realize uma avaliação diagnóstica, que lhe mostrará quais conhecimentos os estudantes possuem e quais competências já desenvolveram. Paralelamente, será possível verificar quais competências precisam ser reforçadas ou adquiridas. As aberturas dos capítulos podem auxiliar o professor nesse momento da avaliação diagnóstica.

Uma segunda etapa é a avaliação formativa, mediante a qual o docente obtém informação acerca do processo de aprendizagem e do grau de assimilação dos conhecimetos por parte dos estudantes. Nesse momento, devem ser avaliados: a realização das questões propostas nas diferentes seções da obra, a participação dos estudantes em debates na sala de aula, suas produções escritas ou trabalhos de pesquisa individuais e em grupo.

Ao final de um período letivo, pode-se aplicar avaliações somativas ou comparativas, por exemplo, como parte da terceira etapa do processo avaliativo. Nesse momento, o docente pode ter uma visão ampla de conteúdos, conceitos, competências e habilidades adquiridas pelos estudantes. Nessa etapa, o docente pode analisar quanto cada estudante se aproximou dos objetivos propostos no início, quais as dificuldades encontradas e de que forma é possível superá-las. Em todos os momentos, é importante que o docente avalie se as estratégias educativas adotadas têm contribuído para a aprendizagem esperada ou se são necessárias mudanças de rumo.

Vale reforçar que os instrumentos avaliativos mobilizados pelo docente não devem concentrar-se somente na assimilação de conteúdos, mas também devem contemplar o desenvolvimento de diferentes habilidades e competências, como a fluência em leitura, a interpretação de textos e imagens, o raciocínio lógico, a capacidade de argumentação e expressão, a criatividade e a capacidade de expor e sintetizar informação textual ou visual. Os eventuais erros dos estudantes não devem ser vistos simplesmente como falhas no processo de aquisição do conhecimento, mas como indicativos dos patamares aos quais chegaram e como referenciais para rever a prática docente e aperfeiçoar os planos de ensino. Nesse sentido, a autoavaliação pode ser um instrumento importante, pois permitirá que os estudantes verifiquem seus desempenhos e intervenham com autonomia nas situações de aprendizagem.

O presente volume oferece ao professor diferentes instrumentos para conduzir a avaliação. Mas cabe mencionar também as avaliações em larga escala que se destinam ao aperfeiçoamento das políticas educacionais em escalas municipal, estadual e federal e à preparação para as avaliações que dão acesso ao ensino tecnológico ou superior (Enem e vestibulares). Em geral, esses exames adotam questões de múltipla escolha e é importante que o estudante crie estratégias para solucionar esse tipo de questão. Com esse propósito em vista, foram inseridas questões de Enem e de vestibulares na seção **Oficina** ao longo do volume.

Leituras complementares

História e memória

Nos excertos a seguir, os historiadores contemporâneos David Lowenthal e Eric Hobsbawm abordam temas como passado, memória e história. Ao estudarmos o passado podemos conhecer a nós mesmos e a nossa ancestralidade, podemos dar sentido às coisas que nos cercam, como objetos, edifícios, lugares, tradições. Todos esses elementos produzem a nossa identidade, a partir da qual podemos experienciar o mundo de forma mais completa. O entendimento das relações entre passado, memória e história pode proporcionar ao estudante um senso de pertencimento que o auxiliará no enfrentamento dos dilemas do mundo contemporâneo e em sua formação cidadã.

> Como tomamos conhecimento do passado? Como adquirimos esse *background* imprescindível? A resposta é simples: lembramo-nos das coisas, lemos ou ouvimos histórias e crônicas, e vivemos entre relíquias de épocas anteriores. O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos. Toda consciência atual funda-se em percepções e atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já os experimentamos. E o acontecido também é parte integral de nossa própria existência: "Somos a qualquer momento a soma de todos os nossos momentos, o produto de todas as nossas experiências", como afirma A. A. Mendilow. Séculos de tradição subjazem a cada momento de percepção e criação, permeando não somente artefatos e cultura, mas as próprias células de nossos corpos.
>
> Não temos consciência da maioria desses resíduos, atribuindo-os tão somente ao momento presente; esforço consciente é necessário para *reconhecer* que eles advêm do passado. "Eu preciso ser moderno: vivo agora", medita um personagem de Robertson Davies. "Mas assim como todos... vivo num emaranhado de épocas, e algumas de minhas ideias pertencem ao agora, algumas a um passado remoto, e outras a tempos que parecem mais relevantes a meus pais do que a mim." O *mélange* de épocas geralmente passa despercebido, visto que é tido como a própria natureza do presente. As facetas do passado, que perduram em nossos gestos e palavras bem como em regras e artefatos, surgem para nós como "passado" somente quando as reconhecemos enquanto tais.
>
> [...]
>
> Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferentes que tenhamos nos tornado. "Como apenas a memória permite conhecer a... sequência de percepções", argumenta Hume, "deve ser considerada... como a fonte de identidade pessoal. Não tivéssemos memória, nunca teríamos tido nenhuma noção... dessa cadeia de causas e efeitos que constituem nosso *self* ou pessoa." Os gregos identificavam o passado esquecido com a morte; exceto por alguns poucos privilegiados, os mortos não possuíam lembranças. Os amnésicos sofrem perda similar. "Não senti nada", disse o homem que perdeu a memória por vários anos; "quando não se tem memória, não se tem

sentimentos." A perda de memória destrói a personalidade e priva a vida de significado. Conforme Gabriel Garcia Márquez intui a difícil situação de um amnésico, "a recordação da infância começa a se apagar de sua memória, depois o nome e a noção das coisas, e finalmente a identidade das pessoas, e até mesmo a consciência de seu próprio ser, . . . até que mergulha numa espécie de imbecilidade que não tem passado".

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado.
Projeto História, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998. p. 64, 83.

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse "sentido do passado" na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**.
São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 25.

História e identidade

No que diz respeito ao ensino, a prática da história vista de baixo pode ser muito profícua, pois possibilita aos estudantes se entenderem como agentes históricos. Essa abordagem propicia que o professor jogue luz sobre os diferentes sujeitos que atuam na história regional e local, buscando na história da comunidade escolar, por exemplo, os objetos de estudo para suas aulas. Desse modo, os estudantes poderão se sentir mais engajados ao se perceberem como parte integrante e fundamental da produção do conhecimento histórico.

Está [...] claro que vários historiadores foram bem-sucedidos na superação dos obstáculos não insignificantes que impedem a prática da história vista de baixo. Mais especificamente, vários estudiosos reconheceram a necessidade de dar um salto conceitual para aumentar sua compreensão das pessoas das classes inferiores nas sociedades passadas, e tiveram então de prosseguir para realizar com sucesso aquela proeza de ginástica intelectual. Edward Thompson, Carlo Ginzburg, Emmanuel Le Roy Ladurie e outros, partindo de pontos diferentes e tendo em vista objetivos históricos diferentes, foram todos capazes de demonstrar como a imaginação pode interagir com a erudição, para ampliar nossa visão do passado. Além disso, o trabalho desses e de outros historiadores mostrou como a imaginação histórica pode ser aplicada não somente para estruturar novas conceituações sobre a temática da história, mas também para questionar de outra forma os documentos e fazer coisas diferentes com eles. Há duas ou três décadas [...], muitos historiadores teriam negado a possibilidade, com base em evidências, de se escrever uma história séria sobre vários temas que agora são familiares: crime, cultura popular, religião popular, a família camponesa. Desde medievalistas tentando reconstruir a vida das comunidades históricas até historiadores orais, registrando e descrevendo a vida das primeiras gerações no século vinte, os historiadores que trabalham com esta visão de baixo mostraram como o uso imaginativo do material da fonte pode esclarecer muitas áreas da história, que de outra forma poderia se supor estarem mortas e condenadas a permanecer na escuridão.

Mas a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história. [...] a colocação inicial da história vista de baixo, na história da Revolução Francesa ou na história do movimento trabalhista britânico, causa aqui alguns problemas, embora permaneça verdadeiro que o trabalho sobre a massa populacional no século dezoito ou a classe trabalhadora do século dezenove tenha proporcionado alguns dos mais significativos exemplos de como a história inopinada de setores da população pode ser descoberta. Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a leem de um sentido de identidade, de um sentido

de sua origem. Em um nível mais amplo, este pode tomar a forma do papel da história, embora fazendo parte da cultura nacional, na formação de uma identidade nacional. A história vista de baixo pode desempenhar um papel importante neste processo, recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais. Este ponto tem outras implicações. Em um livro sobre a história de um grupo que era inegavelmente "de baixo", os [escravizados] negros nos Estados Unidos no período pré-Guerra Civil, Eugene D. Genovese declarou que seu principal objetivo era explorar "a questão da nacionalidade – da 'identidade' [que] seguiu furtivamente a história afro-americana desde seus primórdios coloniais". Uma vez mais, como, por exemplo, no trabalho de Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa, o uso da história para auxiliar a autoidentificação é fundamental. Mas poderia ser observado que o livro de Genovese tem o subtítulo "O mundo que os escravos constituíram". Para Genovese, os seres humanos que formavam sua temática, embora sem dúvida socialmente inferiores, foram capazes de construir um mundo para si: por isso, eram atores históricos, criaram história, muito mais do que foram apenas um "problema" que contribuiu para envolver políticos e soldados brancos em uma guerra civil, e que os políticos brancos iam finalmente "resolver". A maior parte daqueles que escrevem a história vista de baixo aceitaria, em um sentido amplo, a opinião de que um dos resultados de terem seguido essa abordagem tem sido demonstrar que os membros das classes inferiores foram agentes, cujas ações afetaram o mundo (às vezes limitado) em que viviam.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 58-60.

A noção de raça como construção social

No texto a seguir, a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz aborda criticamente a raça como construção social, como categoria taxonômica. Embora a ciência tenha deslegitimado os usos de raça como conceito biológico, demonstrando seus limites e fragilidades, ele segue operando como marcador cultural e político, tanto por quem dissemina discriminações como pelos grupos que passaram a reivindicar o uso do termo como reforço e afirmação de suas identidades.

Hoje sabemos, segundo dados da biologia e da genética, que raça não existe como conceito científico; é antes uma categoria taxonômica e meramente estatística, uma construção social. O problema é que sob a capa da raça introduzem-se considerações de ordem cultural, na medida em que a ela associam-se crenças, valores e verdades. Assim, se o conceito não é natural, continua a ser pragmaticamente acionado, denotando uma classificação social baseada em atitude negativa ante determinados grupos, devidamente discriminados a partir desses critérios. Demonstrar, pois, as limitações do conceito biológico, desconstruir a sua significação histórica, não leva a abrir mão de suas implicações e novas classificações sociais. Como mostra a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, existem diferentes maneiras de entender a cultura de uma nação: *cultura* (sem aspas) seria um patrimônio geral; já "*cultura*" (com aspas), a propriedade particular de cada povo, devidamente agenciada. E é essa "*cultura*" (com aspas) que tem sido manipulada de maneira ampla, assumindo novo papel como argumento político. Vale a pena assinalar a mudança de axioma: se o período do pós-guerra defendeu a universalização dos direitos, mais recentemente a ênfase recaiu nos direitos das minorias. Ora, nesse mundo das diferenças, nada como acionar a "*cultura*" (com aspas) enquanto recurso para afirmar novas identidades, e raça seria um poderoso operador nesse sentido. Assim, se pensarmos não em raça como um conceito biológico, mas — fazendo um paralelo com o modelo da antropóloga —, em "raça" entre aspas, veremos como temos pela frente um marcador crucial, que permite demonstrar a qualidade reflexiva da cultura, e como ela estabelece um fio de tensão que liga e separa — reflexivamente — antropologia e política. [...]

Certa vez o filósofo Kwame Appiah desabafou que: "Insistir com a noção de raça é mais desolador para aqueles que levam a sério a cultura e a história". A pena é constatar que esse tipo de cenário desolador mantém-se forte e bastante vital. Raça é ainda um conceito poderoso, e persiste como construção histórica e social, matéria-prima para o discurso das nacionalidades, ou como marcador social que identifica e classifica pessoas e situações. [...]

SCHWARCZ, Lilia M. Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 434-437.

ORIENTAÇÕES PARA TRABALHO COM O LIVRO DO ESTUDANTE

UNIDADE 1

CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE

A abertura desta unidade (páginas 12-13) tem como objetivo discutir o trabalho realizado pelos historiadores e arqueólogos, incentivando os estudantes a refletirem a respeito da representação da materialidade do mundo contemporâneo como vestígio das atividades humanas no passado e também como forma de compreender o funcionamento da sociedade atual.

Espera-se que os estudantes apresentem seu conhecimento prévio sobre o papel dos sítios arqueológicos, museus e arquivos como repositório de recursos para produção de conhecimento tanto sobre o passado quanto sobre o presente.

Ressalte que a produção de conhecimento realizada por historiadores e arqueólogos é informada por métodos e critérios científicos e que, por isso, suas conclusões diferem de opiniões pessoais ou de narrativas falsas, mobilizadas para reforçar visões deformadas e parciais de mundo.

Objetivos de aprendizagem desta unidade

1. Reconhecer a historicidade da produção do conhecimento histórico como processo social, destacando os critérios científicos, as regras de produção e validação do conhecimento histórico, para compreender o ofício e os campos de atuação do historiador na atualidade.
2. Compreender o significado e a diversidade das fontes para o trabalho dos historiadores, bem como a importância de sua análise crítica.
3. Refletir sobre os conceitos de tempo, memória, história e identificar os diferentes tipos de patrimônio, avaliando seu papel para a constituição das identidades.
4. Identificar as características das diferentes espécies do gênero *Homo*, suas respectivas rotas de expansão pelo planeta, e relacionar o processo de sedentarização dos grupos humanos à prática da agricultura e da domesticação de animais.
5. Analisar os processos históricos que resultaram na formação das primeiras cidades, do Estado e de sociedades estratificadas, problematizando o conceito de "civilização".
6. Analisar e relacionar entre si as características econômicas, sociais, políticas e culturais de cada uma dessas sociedades antigas: mesopotâmica, egípcia, indiana e chinesa.
7. Conhecer as teorias acerca do povoamento do continente americano e as dinâmicas populacionais dos povos antigos, sua expansão pelo continente, as trocas culturais e as disputas territoriais daí decorrentes.
8. Analisar as características políticas, econômicas, sociais e culturais dos povos maias, incas e astecas.
9. Reconhecer os principais vestígios da ocupação humana mais antiga do território brasileiro e determinar a importância do estudo e da preservação desses vestígios para a sociedade brasileira contemporânea.
10. Compreender o desenvolvimento das práticas agrícolas na região amazônica, bem como a diversidade cultural dos vários grupos humanos que ali habitaram.

Capítulo 1 A produção do conhecimento histórico

Este capítulo oferece aos jovens do Ensino Médio uma introdução à produção do conhecimento histórico, contextualizando o surgimento e as transformações deste campo de conhecimento ao longo do tempo e identificando alguns objetos, fontes e metodologias de pesquisa.

A abertura do capítulo (página 14) parte de um tema da atualidade e introduz o papel que o conhecimento histórico desempenha para explicar a historicidade de modelos socioeconômicos que degradam a natureza, contribuindo para a compreensão e desnaturalização do aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos. Dessa forma, o conteúdo contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13: *Ação contra a mudança global do clima*. Avalia-se também os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito das etapas da construção do conhecimento histórico.

O capítulo elucida alguns aspectos do trabalho dos historiadores. Suas questões, seus temas e perguntas de pesquisa são formulados buscando-se o avanço do conhecimento a respeito de determinado assunto ou observando-se as pautas presentes na sociedade contemporânea. Desse modo, o conhecimento histórico está em constante processo de construção.

O tópico *A história e o ofício do historiador* (páginas 15-19) discute a emergência de novos sujeitos da história e de novos temas de pesquisa histórica, como estudos socioculturais sobre gênero, trabalho, costumes, tradições etc., implicou a

diversificação do universo das fontes de pesquisa e o surgimento de novas abordagens, teorias e metodologias.

O capítulo apresenta as relações entre o presente vivido e o passado, além de discutir algumas acepções da memória (página 20), individual ou coletiva, destacando suas diferenças com relação à história. Para o historiador, a memória é uma fonte que deve ser submetida à análise crítica.

Além de comentar a diversidade dos vestígios produzidos pela humanidade, o texto didático discute o reconhecimento dos diferentes tipos de patrimônio (página 21), sua relevância para a formação de identidades coletivas e para a preservação das memórias e tradições de variados grupos socioculturais. Para enriquecer o estudo, o professor poderá enfatizar o papel de instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na identificação, tombamento e preservação dos patrimônios mundiais e brasileiros. O professor também pode propor aos estudantes que identifiquem, nos monumentos de sua cidade, os personagens ou eventos representados, as memórias que esses monumentos valorizam ou sobre as quais silenciam e o que os jovens podem concluir a partir das constatações feitas.

Destaca-se, também, que pensar historicamente significa refletir sobre o tempo (páginas 24-25). O capítulo oferece elementos para os estudantes refletirem sobre tempo (cronológico, psicológico, histórico), além de discutir o convívio entre as concepções cíclica e linear da passagem do tempo.

Por fim, o tópico *Produção do conhecimento histórico* (página 26) aborda as normas de elaboração do conhecimento pelos historiadores, contribuindo para diferenciar as informações cientificamente produzidas daquelas se restringem ao senso comum, de simples opiniões sem fundamento em evidências ou de meras falsidades. Esta distinção é fundamental para o exercício da cidadania nas sociedades atuais, caracterizadas pelo fluxo intenso de informações.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

No início do capítulo (página 14), ao valorizar o conhecimento científico e instigar a curiosidade, o conteúdo mobiliza as **competências gerais da Educação Básica 1** e **2**.

Ao desenvolver o conceito de processo histórico (página 15) como construção social, em constante transformação, utilizando como exemplo o percurso dos povos originários e sua luta por reconhecimento e direitos, o texto didático mobiliza a **habilidade EM13CHS601**.

Ao abordar brevemente a etimologia da palavra *história* (página 16), mencionando o desenvolvimento de metodologias para a análise das fontes históricas a partir do século XVI, e ao discutir a constituição da disciplina como ciência no século XIX e sua evolução ao longo do século XX (página 17), a construção do conhecimento histórico é apresentada como um processo social, contribuindo para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

Ao discutir a renovação historiográfica e a emergência de novos sujeitos da história antes ignorados (mulheres, classes populares, povos colonizados, entre outros) e ao relacionar tais mudanças às transformações sociais e políticas da sociedade (páginas 17-18), o texto didático contribui para desenvolver a **habilidade EM13CHS102**.

Para o trabalho com o *pensamento decolonial* (página 18), o professor poderá problematizar valores introjetados pelos colonizadores e as diferentes perspectivas daí decorrentes, colaborando assim para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS101**.

O capítulo discorre sobre a diversidade de fontes históricas, lembrando que qualquer vestígio da ação humana pode ser objeto de investigação pelo historiador (página 19). A constatação acerca da multiplicidade das fontes, de seus contextos de origem e regimes de intencionalidades, está associada ao desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

A discussão a respeito da diferenciação entre memória e história, entre memória individual e coletiva e sobre as disputas no campo da memória por diferentes grupos sociais e políticos (página 20) favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS205**.

Ao discutir o conceito de patrimônio (páginas 21-22), identificando a incorporação de bens e de manifestações da cultura popular brasileira, de origens indígena e africana, ao patrimônio cultural brasileiro, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS104** e **EM13CHS601**.

Ao tratar da categoria tempo (páginas 23-25), discutindo a apreensão dos ciclos da natureza na percepção do tempo, a concepção linear da passagem do tempo e a experiência de tempo vivida pelas sociedades industriais, marcadas pela disciplina dos horários e dos relógios, o estudo colabora para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS102**.

A problematização dos critérios tradicionais de periodização da história (página 25) se associa à **habilidade EM13CHS102**.

No tópico dedicado à produção do conhecimento histórico (página 26), o reconhecimento da investigação em história como um trabalho científico, sujeito a regras rigorosas e controle pelos pares, contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **2**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 17)

1. Trata-se de dom Pedro de Alcântara, o príncipe regente do Brasil e personagem histórico a quem se atribuiu a independência brasileira.
2. Todos os personagens com alguma participação ativa, ainda que secundários, são homens brancos que, pelas vestimentas podem ser identificados como militares ou membros da elite nacional.
3. As figuras representadas à margem da cena central são trabalhadores vestidos de maneira humilde ou em andrajos, eventualmente pardos ou negros. Enquanto as figuras centrais montam belos corcéis, as figuras pintadas na borda da cena estão a pé ou em montarias rústicas. Ao contrário daquelas com participação ativa na cena, elas apenas observam o momento histórico da proclamação da Independência. Depois de corrigir a atividade, organize uma roda de conversa para os estudantes trocarem

suas impressões e observações. Provoque-os a imaginar outra composição para o mesmo tema e solicite que justifiquem suas escolhas. O objetivo da proposta é refletir sobre a noção de sujeito histórico e sobre o protagonismo das pessoas comuns na história.

Comentário

A atividade propõe a leitura e a interpretação de uma pintura do século XIX, que é uma representação clássica da independência do Brasil, promovendo assim o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

Enfoque (página 19)

1. Não, pois, ao escolher as fontes com as quais vai trabalhar e ao dispensar outras, o historiador privilegiará certo ponto de vista sobre o passado, que reflete sua posição na sociedade, as preocupações e a mentalidade de sua época.
2. O propósito da atividade é exercitar o pensamento crítico, estimulando nos estudantes a dúvida sobre o que lhes é apresentado como prova da realidade dos fatos, principalmente nas redes sociais, que favorecem o imediatismo e a impulsividade. Espera-se que eles sejam capazes de formular perguntas como "quem tirou essa foto?", "que percepção da realidade o fotógrafo produziu?", "o que eventualmente ele deixou de retratar"? "que sentimentos essa fotografia provoca em mim?", "qual é a intenção dessa postagem?".

Enfoque (página 22)

1. Espera-se que os estudantes percebam que o modo como os modernistas percebiam o que podia ser considerado patrimônio fazia muito sentido quando se pensa a produção artístico-cultural de um país marcado pelo multiculturalismo como o Brasil. Pensar sobre o patrimônio na chave da cultura clássica de origem europeia seria desconsiderar como relevantes, por exemplo, os patrimônios imateriais citados na página, que são produzidos por diferentes povos indígenas, ou as manifestações religiosas de matriz africana apresentadas no texto.
2. O objetivo da atividade é ressaltar a importância das religiões de matriz africana para a cultura brasileira: importância expressa, entre outros, por meio do registro e tombamento de terreiros pelo Iphan, por exemplo. Além disso, há o propósito de superar posturas intolerantes e preconceituosas a respeito das crenças religiosas professadas no país. Oriente o debate para que ele seja respeitoso, uma vez que se trata de questão de religiosidade, ressaltando a importância do respeito à pluralidade garantido em um Estado laico como o Brasil.

Comentário

Ao refletir sobre as relações entre o conceito de patrimônio cultural e a identidade nacional, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS102**. O reconhecimento e a valorização das contribuições das culturas indígena e africana para a formação da cultura brasileira favorecem o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS601**.

Enfoque (página 24)

1. Os trabalhadores estão organizados em equipes, distribuídas em diferentes locais, cada uma executando uma função específica e todas integradas em um sistema produtivo.
2. O relógio ocupa posição central na manufatura e está em um lugar onde ele pode ser visto por todos, sugerindo tratar-se de um elemento disciplinador do trabalho.
3. O relógio é parte fundamental do sistema manufatureiro porque ele regula a relação entre o tempo e o ritmo do trabalho, entre o tempo e a produtividade, racionalizando a produção nas oficinas, fábricas e indústrias.

Comentário

A atividade demanda a análise de uma gravura do século XVIII, colaborando para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**. Ao refletir sobre a relação entre o controle do tempo e a disciplina imposta pelo sistema fabril, os estudantes reforçam o domínio sobre a **habilidade EM13CHS401**.

Trabalho e Juventudes (página 27)

Esta seção apresenta o curso superior em história, destacando o perfil e o campo de atuação do profissional formado nessa área de conhecimento. Proponha a leitura coletiva do texto, destacando as habilidades que devem ser mobilizadas pelo historiador para realizar o trabalho de produção de conhecimento no campo científico. Promova uma discussão sobre o mercado de trabalho e, por fim, apresente alguns dos importantes historiadores do Brasil, cujos estudos foram fundamentais para a formação e estruturação desse campo do conhecimento no país, como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Novais, Emília Viotti da Costa, Maria Yedda Linhares, Alice Piffer Canabrava, Lilia Schwarcz, Nicolau Sevcenko, entre outros.

Comentário

Ao apresentar os campos de atuação dos historiadores, como forma de contribuir para que os estudantes realizem escolhas alinhadas com os seus projetos de vida, o conteúdo contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 6**. A exposição dos critérios científicos, metodologias e ferramentas mobilizadas no ofício do historiador associa-se à **habilidade EM13CHS103**.

Contraponto (página 28)

1. O negacionismo consiste na negação de eventos, fatos ou processos históricos amplamente reconhecidos pela comunidade acadêmica. O revisionismo histórico, amparado em novas pesquisas históricas, por sua vez, é a contestação de interpretações históricas clássicas e a defesa de novas possibilidades interpretativas.
2. Nos dois casos, ocorre um desprezo pelas regras científicas e a narrativa sobre o passado é moldada com propósito de legitimar uma ideologia em particular.
3. São recursos usados para construir a *fake History*: os anacronismos, as simplificações, a descontextualização das fontes bibliográficas e primárias, o sensacionalismo, o uso acrítico das fontes primárias, a mobilização de teorias conspiratórias, entre outros.

4. Espera-se que os estudantes argumentem que a *fake History* é constituída de mentiras produzidas para enganar as pessoas, para distorcer a realidade, para desqualificar a produção científica e manipular a opinião pública em favor de determinadas ideologias. Ela tem como finalidade impor certas visões de mundo ao conjunto da sociedade, por prestígio, poder e dominação ideológica, política e econômica. Conduza o debate argumentando que a *fake History* visa deslegitimar os valores progressistas e democráticos. Por fim, oriente os estudantes a reconhecerem a abordagem, geralmente sensacionalista da *fake History*, os títulos chamativos e os textos panfletários dessa produção.

Comentário

A atividade parte da leitura de um texto historiográfico sobre negacionismos e revisionismos ideológicos e promove reflexões acerca do comportamento ético em sociedades democráticas, contribuindo para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS501**.

Oficina (página 29)

1. Resposta: **a**.

2. É importante destacar o fato de que a produção do conhecimento histórico se transforma, assim como as sociedades. Isso ocorre porque o historiador, situado no presente e com as inquietações de seu tempo, volta-se ao passado com o intuito de elaborar novos conhecimentos para satisfazer suas interrogações.

3. No século XX, as mudanças na historiografia possibilitaram uma definição mais ampla de sujeito histórico, que passou a incluir homens e mulheres comuns, ao contrário da exclusividade que se dava, no século XIX, às grandes personalidades da política e da guerra. Essa atenção dada aos "novos" atores sociais e aos "novos" temas da história foi acompanhada da aproximação, por parte dos historiadores, de outras áreas do conhecimento, como a psicologia, a antropologia, a geografia e a sociologia. No século XXI, essa tendência se consolidou e, atualmente, muitas das produções historiográficas valorizam outros pontos de vista além da história tradicional eurocêntrica.

4. **a.** A concepção de tempo dos Suyá, assim como a de outras sociedades tradicionais, baseia-se em uma perspectiva temporal cíclica, resultado da relação próxima com a natureza.

   b. A concepção de tempo dos Suyá é cíclica, enquanto a periodização clássica é linear e foi elaborada com base em eventos marcantes da história europeia para marcar a diferença entre as épocas.

   c. A história oral é uma metodologia de pesquisa que valoriza o depoimento das pessoas comuns como vestígios sobre determinado assunto do passado que se queira compreender. Com outros documentos escritos, imagéticos e demais tipos de registro, as entrevistas ampliam o espectro documental que se tem disponível para estudar uma personalidade, um período ou um fato histórico.

Comentário

Ao partir da descrição de um calendário indígena, provendo a comparação de diferentes concepções de tempo, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS103**. A produção de um texto sobre a história oral como método de investigação se associa às **competências gerais da Educação Básica 1**, **2** e **4**.

5. A atividade de saída de campo visa pensar a questão da representatividade dos monumentos tomando o município dos estudantes como base de investigação. Como se trata de uma saída da escola, lembre-se de que ela precisa ser organizada, com data e horário preestabelecidos, requer autorização da direção e coordenação da escola, assim como a autorização dos responsáveis. Auxilie os estudantes na elaboração das entrevistas e na abordagem adequada aos transeuntes. Garanta que nunca façam as entrevistas sozinhos, devendo estar sempre acompanhados de mais dois ou três colegas, e que não forneçam nenhuma informação de suas vidas pessoais a estranhos, limitando-se a dialogar sobre o tema da entrevista. Sobre a atividade em si, a dedicação de monumentos a "figuras ilustres" está tão naturalizada que talvez os estudantes não considerem que os monumentos também podem ser erigidos para representar os mais variados grupos sociais que compõem o município. Para incentivá-los a pensar em quem poderiam homenagear, apresente exemplos, como o *Monumento aos retirantes de Laguna*, em Monte Alegre de Minas, em Minas Gerais, o *Monumento ao índio*, em Vitória da Conquista, na Bahia, ou o *Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial*, no Rio de Janeiro. A proposta aqui apresentada tem por objetivo estimular a reflexão sobre o papel e o sentido dos monumentos e incentivar os estudantes a adotarem uma posição propositiva, que democratize o espaço público com monumentos nos quais as pessoas comuns e principalmente os grupos minoritários possam se sentir representados.

Comentário

Ao propor uma pesquisa de campo problematizando a composição do patrimônio público e favorecendo estratégias para a democratização do espaço público no município onde vivem os estudantes, a atividade incentiva o exercício da cidadania e contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 2**, **4**, **6**, **7** e **9** e da **habilidade EM13CHS205**.

Sugestões

Livros

DE ROSSI, Vera Lúcia; ZAMBONE, Ernesta (org.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas: Editora Alínea, 2005.

A categoria tempo é o objeto de reflexão de especialistas, autores dos vários artigos, sob a perspectiva de diversas áreas do conhecimento: história, filosofia, educação, psicanálise, ensino de história, astronomia, entre outros. Disponível na versão digital.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCCA, Tânia Regina de. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

Historiadores brasileiros assinam os artigos que compõem o livro, abordando questões metodológicas, historiográficas e examinando as características do trabalho com algumas fontes em especial: literárias, arquivos judiciários, biografias.

PUNTONI, Pedro; BOLOGNESI, Luiz. **Meus heróis não viraram estátua**. São Paulo: Ática, 2019.

A obra discute a dinâmica entre as presenças e ausências de representações nos monumentos públicos. O livro é acompanhado por um vídeo, *Lutas.doc*, em que personalidades brasileiras debatem sobre a identidade nacional.

Filme

Retratos fantasmas. Direção: Kleber Mendonça Filho. Brasil, 2023. 93 minutos.

O documentário narra a história do centro de Recife, tendo como foco as salas de cinema e seus frequentadores, entrelaçando a história da cidade às memórias pessoais do diretor.

ESTRATÉGIA DE ESTUDO

RESUMO

Nesta seção (páginas 30-31), espera-se que o estudante siga as instruções para resumir um texto do capítulo 1. Oriente-os a não realizar cópias de citações do texto, incentivando a produção de um texto autoral. Demonstre como a interpretação do título e das imagens disponíveis é um recurso que permite a antecipação do conteúdo e a identificação da ideia principal do texto, facilitando sua interpretação.

Explique que, além da ideia principal, os textos costumam apresentar fatos, argumentos e dados que irão dar suporte à ideia principal. A identificação desses elementos é um passo importante para a interpretação do texto.

Demonstre que esse esforço de leitura, bem como a identificação da ideia principal e das ideias auxiliares são exatamente os procedimentos que facilitarão a compreensão do tema. Neste sentido, o resumo será o resultado e prova da compreensão do texto lido.

A elaboração de resumos é uma estratégia de estudos útil para todos os componentes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, uma vez que estimula a leitura atenciosa e a produção de textos autorais. Nesse processo, além de apropriar-se do conhecimento acadêmico, o estudante terá a oportunidade de refletir sobre o assunto tratado, garantindo uma compreensão significativa do tema.

Capítulo 2 Das origens da humanidade às primeiras civilizações

Para discutir os aspectos ligados à origem da humanidade e o caminho percorrido na formação das primeiras grandes civilizações, o texto didático visa oferecer aos estudantes um conjunto de informações ancoradas em pesquisas científicas. O estudo acerca da origem e evolução dos seres humanos se inicia (página 32) com questões básicas, cujo objetivo é avaliar conhecimentos prévios e sinalizar parte dos assuntos que serão trabalhados no capítulo.

O texto didático permite diferenciar as estruturas e finalidades das explicações mítico-religiosas da produção do conhecimento científico, elaborado de maneira empírica (página 33). Essa abordagem prepara os estudantes para compreenderem a formulação de conhecimentos diferentes dos dogmas criacionistas sobre a idade do planeta Terra e sobre a evolução das espécies. É interessante mencionar que o estudo de variada produção científica associado às observações do mundo natural foram fundamentais para que Darwin tivesse condições de desenvolver sua teoria sobre a evolução das espécies (páginas 34-35).

O capítulo demonstra a contribuição da arqueologia, da paleontologia e da paleoantropologia no estudo dos artefatos e fósseis. A esse respeito, é importante frisar o continente africano como o local que apresenta os vestígios mais remotos da espécie humana, sendo o ambiente em que os seres humanos desenvolveram suas primeiras habilidades e o pensamento simbólico que caracterizam a nossa espécie.

A partir do tópico *A importância dos grandes rios* (páginas 45-51), o texto didático discorre sobre os povos da Mesopotâmia e do Egito antigos. Se julgar pertinente, incentive o estabelecimento de comparações entre as civilizações mais antigas, identificando os possíveis pontos em comum e as diferenças entre elas, bem como os elementos dessas culturas que permanecem até nossos dias. Todos esses procedimentos contribuem para o desenvolvimento do pensamento histórico entre os estudantes.

Para o estudo dos povos da Mesopotâmia (páginas 45-48), solicite aos estudantes que analisem no mapa a abrangência e a duração de cada povo e império que se sucedeu na região. Vale destacar a centralidade dos templos e palácios, que, controlados por sacerdotes e reis, eram responsáveis pela vida econômica, social e organização do trabalho nas cidades-Estado da região.

Ao abordar a civilização egípcia (páginas 49-51), utilize o mapa para localizar a região no nordeste do continente africano, destacando as sucessivas fases de ocupação do Vale do Rio Nilo. Aponte que a vida no Egito era fortemente marcada pela religiosidade: o faraó era visto como um deus, responsável pela fertilidade da terra e considerado seu proprietário – o que justificaria, aos olhos do povo, as inúmeras prestações de serviços obrigatórios. Outras evidências da mentalidade religiosa predominante eram: o poder dos sacerdotes, a preocupação com a vida após a morte e com os rituais funerários, e o caráter sagrado da escrita hieroglífica. Se julgar pertinente,

e se houver possibilidade, como atividade complementar, solicite aos estudantes que realizem uma visita virtual pela exposição *Egito antigo: do cotidiano à eternidade*. Disponível em: https://ccbb.com.br/programacao-digital/egito-antigo-do-cotidiano-a-eternidade/. Acesso em 4 out. 2024. Peça aos estudantes que elaborem um relatório destacando os aspectos que mais chamaram a atenção deles com relação à vida cotidiana e religiosa dessa complexa civilização egípcia, um legado da África para a humanidade.

Em seguida, o capítulo aborda o tópico *As civilizações indiana e chinesa* (páginas 52-57). Destaque a civilização harapense (página 52), a primeira a se desenvolver no subcontinente indiano. Na sequência, o conteúdo trata do período védico e do bramanismo (página 53), explorando as mazelas da divisão da sociedade de castas, virtualmente em vigor até os dias de hoje. Além disso, o conteúdo explora outras tradições religiosas (página 54), como o budismo e o jainismo, e sua influência cultural no mundo contemporâneo.

Por fim, o texto didático trata da história da milenar civilização chinesa (páginas 55-57), pontuando a importância dos grandes rios Amarelo e Azul, as disputas, o processo de unificação territorial e a formação do Império no século III a.C., com destaque para o desenvolvimento da tecnologia do bronze e das atividades comerciais. O texto didático enfatiza ainda o surgimento das duas escolas de pensamento da China antiga que permanecem influentes até a atualidade, atingindo outras regiões (inclusive o Ocidente): o taoismo e o confucionismo.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

Ao tratar do estudo dos vestígios humanos mencionando aspectos arqueológicos, paleontológicos e paleoantropológicos (página 36) e ao abordar as diferentes espécies e problematizar a evolução do gênero *Homo* (páginas 37-39), o texto promove um conhecimento interdisciplinar, contribuindo para o desenvolvimento da **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT201**. Além disso, ao demarcar o surgimento dos hominínios no continente africano e ao propor o estudo de suas diferenças, capacidades produtivas, dispersão pelo planeta, formas de registro e de pensamento simbólico, o texto didático se associa às **habilidades EMCHS104** e **EM13CHS201**.

O estudo dos processos históricos que levaram à sedentarização, à domesticação de animais e plantas, com destaque para o papel das trocas comerciais, da formação de cidades e o surgimento dos primeiros Estados (páginas 42-44), contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS206**.

O estudo de grandes civilizações do mundo antigo, como a mesopotâmica, a egípcia, a indiana e a chinesa, postulando a importância dos grandes rios e da compreensão dos ciclos da natureza, o desenvolvimento de novas formas de registro, como a escrita, e os aspectos religiosos, econômicos, políticos e socioculturais, destacando as heranças materiais e imateriais para a contemporaneidade, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS201**, **EM13CHS204** e **EM13CHS401**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 34)

1. Ao analisar as imagens, espera-se que os estudantes mencionem os diferentes formatos dos bicos, pois eles estão adequados aos alimentos disponíveis no arquipélago oferecendo uma característica vantajosa ao herdeiro.
2. Sim, pois ele indica que, dentro do mesmo gênero dos tentilhões de Galápagos, há diferentes espécies (com morfologias distintas) que foram bem-sucedidas ao transmitir a seus descendentes características que lhes garantiram atingir a idade adulta e se reproduzir. Trata-se de uma especiação a partir de um ancestral comum e em relação aos recursos disponíveis no ambiente.
3. Espera-se que os estudantes elaborem hipóteses e argumentem que a teoria darwinista causou impactos diversos no século XIX. É possível que os estudantes, ao realizar inferências, mencionem que a teoria evolucionista de Darwin contrariou os dogmas religiosos do período a respeito da variabilidade das espécies e da origem dos seres humanos.

Entre saberes (páginas 40-41)

1. Conforme o texto, a transmissão cultural como mecanismo biológico permitiu aos seres humanos desenvolver complexas características cognitivas e aptidões sociais e tecnológicas em contraposição, por exemplo, aos chimpanzés, que apresentam em comum com os humanos aproximadamente 99% de seu material genético.
2. Não. De acordo com o texto, em razão do mecanismo de transmissão, ocorre a chamada evolução cultural cumulativa, permitindo uma evolução para além da matriz biológica. Neste caso, observa-se nos seres humanos uma aceleração em mudanças comportamentais e cognitivas a serviço da inventividade, da conservação e do desenvolvimento de ferramentas, evidenciadas, por exemplo, pela linguagem complexa, pela representação simbólica e pela criação de organizações e instituições sociopolíticas.
3. Sim. As imagens da página apontam para a coexistência entre uma diversidade de saberes e modos de transmissão de conhecimentos. Elas reforçam a noção de que os seres humanos são capazes de acumular, conservar e transmitir saberes, tanto por meio da oralidade quanto do ensino formal.
4. Espera-se que os estudantes reconheçam a afirmativa como válida. Para justificar a escolha, eles devem recorrer à história do artefato que oferecerem como exemplo, que pode ser um dispositivo eletrônico, um objeto utilizado em sala de aula, uma peça de vestuário, um meio de transporte etc., e identificar as modificações e aperfeiçoamentos ocorridos ao longo do tempo.

Comentário

A seção, ao propor uma análise sobre um texto que discute as origens da aquisição do conhecimento e os mecanismos biológicos de transmissão social, contribui para o

desenvolvimento da **habilidade EM13CHS106**. Além disso, promove interdisciplinaridade, favorecendo o desenvolvimento da **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT208**.

Enfoque (página 43)

1. Os animais e plantas que se destacam são carneiro, cabra, trigo, ervilha e lentilha.
2. Os estudantes podem mencionar que a domesticação do trigo no Crescente Fértil ocorreu em 6000 a.C., e que a da mandioca, na América, ocorreu mil anos depois, em 5000 a.C., ou que a galinha na Índia foi domesticada em 8000 a.C., muito antes da lhama, na América, em 4000 a.C., ou do cavalo, na Ásia Menor, em 3500 a.C.
3. Espera-se que os estudantes percebam que o objetivo do mapa é apenas demarcar as áreas de origem das principais culturas agrícolas e da criação de animais, ou seja, ele não trata da distribuição demográfica naquele período circunscrito. Mesmo assim, é possível inferir que muitas regiões, para além das demarcadas, eram habitadas por animais e povos caçadores-coletores. Também é possível que levantem hipóteses a respeito da existência de outras regiões com cultivo de plantas e criação de animais ainda não descobertas pelos pesquisadores.

Comentário

Com base na análise de um mapa que trata da distribuição geográfica da agricultura e da criação de animais, a atividade favorece o raciocínio geográfico contribuindo para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS206**.

Enfoque (página 47)

1. "Se um construtor fizer uma casa e esta não for sólida e caindo matar o dono, este construtor será morto." Esse é um dos trechos do excerto que demonstra a chamada Lei de Talião. Esse princípio buscava estabelecer uma proporção entre o crime cometido e a punição aplicada, de forma que esta correspondesse ao dano causado à vítima do crime.
2. "Se um homem cegou o olho de um homem livre, o seu próprio olho será cego. Se um homem cegou o olho de um plebeu, ou quebrou-lhe o osso, pagará uma mina de prata. Se cegou o olho de um escravo, ou quebrou-lhe um osso, pagará metade do seu valor". Esse trecho do excerto demonstra a diferenciação nas punições. Para explicá-la pode-se inferir que a punição variava de acordo com a posição social da vítima.

Comentário

Ao propor a leitura e a interpretação de uma fonte histórica – o Código de Hamurabi –, associando as disposições do documento à sociedade mesopotâmica, a atividade favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

Enfoque (página 51)

1. Espera-se que os estudantes mencionem que o domínio da escrita constituía a profissão do escriba, cujo exercício dispensava a fiscalização de um chefe e o desgaste físico de atividades como a do camponês e a do pescador.
2. Com base no texto, é possível inferir que o narrador destinava suas recomendações a um jovem, que poderia ser seu filho ou um discípulo que estava iniciando sua formação profissional. Guardadas as proporções, tais recomendações podem ser relacionadas à importância dos estudos, uma vez que a educação continua sendo um canal de acesso a melhores condições de vida e de trabalho. É importante lembrar, porém, que todas as profissões são igualmente dignas. O texto em questão evidencia os preconceitos típicos de sociedades hierárquicas e desiguais como era o caso do Egito antigo, que podem se manifestar de maneira similar na contemporaneidade.

Comentário

Ao propor a leitura e a interpretação de uma fonte histórica acerca da posição social ocupada pelo escriba na sociedade egípcia, e ao extrapolar tais reflexões para a sociedade contemporânea, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS401** e **EM13CHS404**.

Enfoque (página 53)

1. Ao analisar a fotografia, espera-se que os estudantes mencionem que a imagem se refere a um protesto de ativistas cujo objetivo é superar as desigualdades impostas aos *dalits* em razão do sistema de castas permanecer virtualmente em vigor na Índia.
2. Espera-se que os estudantes proponham medidas para diminuir as desigualdades entre ricos e pobres no Brasil. Podem ser mencionados mudanças na estrutura de impostos, como a redução da carga tributária sobre os pobres (impostos sobre consumo) e o aumento da carga tributária sobre os ricos (taxando altas rendas, grandes propriedades, altas heranças, lucros no mercado financeiro, produtos de luxo etc.). Dessa forma, o Estado poderia investir na melhoria de serviços públicos como saúde e educação e na geração de empregos. Também podem ser mencionadas medidas mais pontuais para gerar oportunidades para os mais vulneráveis como programas de assentamento no campo, bolsas no ensino público, facilidade para obter casa própria, cotas em universidades públicas etc.

Comentário

Ao partir do contexto indiano para ensejar a reflexão a respeito das formas de superação das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**. Dessa forma, contribui-se também para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

Enfoque (página 56)

1. A Muralha da China foi construída, originalmente, para auxiliar os exércitos chineses a repelir ataques de povos invasores. Atualmente, ela é um ponto turístico tombado como patrimônio histórico e cultural mundial.

2. Para responder a essa questão, espera-se que os estudantes apliquem o conceito de patrimônio cultural à construção em questão, ressaltando que a importância dela extrapolou a funcionalidade de defesa do território para se tornar uma referência na história dos chineses. Além disso, deve-se destacar a singularidade arquitetônica da Muralha da China, sua integração com o relevo e seus mais de 20 mil quilômetros de extensão.

Oficina (páginas 58-59)

1. Evolucionismo e criacionismo são explicações diferentes a respeito da origem da vida e da humanidade. O criacionismo resulta da interpretação dos mitos de origem presentes na *Bíblia* e em narrativas de outros povos e de outras religiões. O evolucionismo é uma explicação científica para a origem da vida. Ele resulta da teoria darwinista da evolução das espécies por seleção natural. Segundo essa teoria, as espécies de seres vivos passam por mudanças ao longo do tempo, diversificando-se e dando origem a novas espécies. Nesse processo, sobrevivem os indivíduos com características mais adaptadas ao meio. Os principais argumentos do evolucionismo são os vestígios fósseis associados a camadas geológicas mais antigas e as conclusões obtidas comparando os fósseis de espécies extintas com indivíduos de espécies atuais.

2. Resposta: **c**.

3. **a.** O fato de ter sido publicado em uma página da internet por um jornal de grande circulação, contar com manchete e linha fina, apresentar uma entrevista de especialista e ser escrito em uma linguagem simples e objetiva, apesar da precisão técnica, entre outras características.

   b. Espera-se que os estudantes percebam que a manchete, a linha fina, a fotografia e o trecho de texto citado são convergentes, pois todos indicam que o período Neolítico foi marcado por profundas transformações, abordando-as de formas diferentes. No caso do registro rupestre, por exemplo, com base no contexto da reportagem, ressalta-se a criação de animais como um dos aspectos "revolucionários" do Neolítico; no caso do excerto, a mudança fundamental do período seria a manipulação do ambiente natural e a espoliação de um ser humano por outro.

   c. Espera-se que os estudantes percebam que as frases de Guilaine sintetizam boa parte dos processos históricos por que essas sociedades passaram. Para que os estudantes possam aplicar os conceitos históricos aprendidos e superar eventuais defasagens, esclareça que Guilaine, quando menciona "um ambiente natural transformado e bem regulado" está se referindo ao desenvolvimento das práticas agrícolas e de criação de animais, algo que também ocorreu, em temporalidades distintas, com as sociedades tanto do Crescente Fértil quanto dos vales dos rios Indo, Amarelo e Azul. Como exemplos, os estudantes podem mencionar o crescimento populacional, a produção de excedentes, a emergência de sociedades hierarquizadas, entre outros.

   d. Espera-se que os estudantes percebam que as duas "opções" não são excludentes; pelo contrário, por meio do debate, eles podem notar que a organização das sociedades, quando colocada em perspectiva histórica, ajuda a refletir sobre o mundo contemporâneo. Por meio dela, é possível identificar as forças políticas em jogo na contemporaneidade, as mazelas sociais derivadas da desigualdade, entre outros exemplos. É possível também vislumbrar o aumento da capacidade produtiva a partir da Revolução Industrial e os impactos ambientais derivados do "uso irracional dos recursos" que ameaçam a própria permanência da humanidade no planeta.

4. Resposta: **b**.

5. **a.** O autor defende a hipótese de que o nosso modo de vida atual é temporário e será substituído "por outros arranjos socioeconômicos".

   b. Professor, se necessário, auxilie os estudantes a notar como o arqueólogo Chris Gosden mobiliza argumentos para sustentar sua hipótese. A partir da crítica à ideia de que a história começaria com as grandes civilizações, o autor defende que, ao se colocarem todos os estilos de vida em perspectiva histórica, acaba-se notando a transitoriedade dos modos de vida, incluindo o modo atual baseado no consumo de massa.

   c. Espera-se que os estudantes percebam que o autor estabelece uma crítica à periodização tradicional da história, que desconsidera a história dos povos de antes do desenvolvimento da escrita, bem como dos povos ágrafos da atualidade.

Comentário

Ao propor a interpretação de um texto produzido por um arqueólogo, em que se infere uma crítica à periodização da tradicional história e se aponta a transitoriedade dos arranjos econômicos, a atividade promove o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS105**.

6. Incentive os estudantes a realizar pesquisas em livros, jornais, revistas, em fontes confiáveis, como o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, publicado em 2014, disponível em Unidades de Saúde de todo o país e na página virtual do Ministério da Saúde. Caso eles façam pesquisas na internet, elabore critérios para demarcar a confiabilidade das fontes acessadas, incentivando-os a utilizar informações de páginas vinculadas a instituições sólidas de pesquisa e divulgação científica.

   a. Padronize a forma de registro, como o uso de um quadro, para garantir que, posteriormente, os estudantes possam compartilhar e comparar os resultados.

   b. Essa atividade pode ser realizada individualmente ou em grupos. Caso opte pela classificação em sala de aula, é importante orientar os estudantes a pesquisar os três tipos de alimento previamente.

   c. Munidos das informações colhidas durante a etapa de classificação dos alimentos, os estudantes podem trocar ideias apresentando quais alimentos em sua rotina alimentar são os mais ou menos saudáveis. Caso tenham possibilidade, tal conhecimento é fundamental para conhecer e melhorar o potencial nutricional de suas refeições.

d. Auxilie os estudantes nessa tarefa combinando a elaboração de um cardápio com todas as refeições diárias balanceadas para o período de uma semana. Incentive os estudantes a organizarem as informações nos cartazes com título, imagens e descrições dos alimentos contidos naquele suporte. Caso a escola disponha de sala de informática, é possível criar apresentações simples, em *slides*. Ao final, organize uma roda de conversa para que os grupos compartilhem suas descobertas e estabeleçam comparações entre elas. Caso existam estudantes com culturas culinárias distintas e que se sintam à vontade para exprimi-las, permita que eles compartilhem suas tradições, garantindo um ambiente de escuta e acolhimento, em que não sejam toleradas situações de intimidação.

Comentário

Ao propor uma atividade em grupo para tratar das transformações dos modos de se produzir e consumir alimentos ao longo do tempo, problematizando o consumo de alimentos ultraprocessados, contribui-se para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 2**, **5**, **7** e **8**. A atividade também trabalha o tema contemporâneo transversal *Educação alimentar e nutricional*.

7. **a.** O elemento de tensão (a descoberta de que o seu salvador, o garoto Chapra, é um sudra) é reforçado, nos três primeiros quadrinhos, pelo enfoque fechado nas expressões faciais dos personagens e nos grafismos atrás do rei Kosala. O quarto quadrinho captura o posicionamento dos corpos dos dois personagens em meio à paisagem, e coincide com a descoberta de Kosala. O garoto está de cabeça baixa e com o corpo levemente arqueado, e é mais baixo do que o rei. Isso confere à cena mais dramaticidade e reforça a pequenez da posição de Chapra e o desapontamento do rei.

b. De acordo com o quadrinho, o rei de Kosala fora salvo por Chapra. Por gratidão, o rei adotou o garoto. No entanto, segundo a tradição do bramanismo, membros das castas superiores são proibidos de se relacionar com membros de classes inferiores, sob pena de se tornar impuros. O rei se desapontou, pois acabou sentindo gratidão por um sudra, indivíduo de uma casta inferior.

c. O carma é a explicação para um indivíduo pertencer a uma casta. A hierarquia entre as castas é determinada pelo grau de pureza que as difere. Assim, o pertencimento a uma casta inferior, subjugada, é explicado pelas más ações que o indivíduo cometeu em vidas passadas. Somente o cumprimento do darma de cada casta permitiria uma existência mais digna na próxima encarnação.

Comentário

A atividade propõe a leitura e interpretação dos quadrinhos de Osamu Tezuka sobre a história de Buda, contemplando dessa maneira a **habilidade EM13CHS101**. A história narrada no mangá expõe a origem, as contradições e as injustiças do sistema de castas na Índia, colaborando para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**.

Sugestões

Livros

LIVERANI, Mario. **Antigo Oriente**: história, sociedade e economia. São Paulo: Edusp, 2023.

Trata-se de uma abordagem abrangente da história do Oriente Próximo antigo, discutindo aspectos relativos ao povoamento, ao desenvolvimento tecnológico, à urbanização, além de um panorama de diversas civilizações, como a mesopotâmica.

TALLET, Pierre. **História da cozinha faraônica**: a alimentação no Egito antigo. São Paulo: Editora Senac, 2005.

O autor apresenta um painel da vida do povo egípcio na Antiguidade, com base em seus hábitos alimentares. A obra, destinada ao grande público, inclui farta documentação, textual e iconográfica.

Artigo

SAGREDO, Raisa. (Re)pensando o Egito antigo em sala de aula: estratégia e metodologias decoloniais. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 253-273. 2023.

Neste artigo, a autora propõe ressignificar a abordagem a respeito do ensino da civilização egípcia como legatária do continente africano, postulando o Rio Nilo como um local de trânsito de mercadorias, pessoas e ideias.

Capítulo 3 A história dos ameríndios antes da chegada dos europeus

Aproveite as discussões introduzidas na abertura do capítulo (página 60) para afirmar a relevância das culturas que se desenvolveram no continente americano, das mais estratificadas às de tendência mais igualitária. Solicite também aos estudantes que analisem a imagem do Observatório Astronômico do Calçoene, no estado do Amapá, destacando a disposição dos megálitos e sua possível utilização para designação das estações do ano.

Na sequência, o capítulo apresenta as teorias mais aceitas a respeito do povoamento do continente americano (página 61). Ao tratar das mudanças que contribuíram para explicar o povoamento do continente americano, mencione as transformações a que esta região foi submetida, destacando a extinção da megafauna, com destaque para os espécimes brasileiros.

Ao analisar os tópicos *Os povos da Mesoamérica* (páginas 63-67) e dos Andes (páginas 68-69), utilize os mapas para demarcar geograficamente os locais em que situavam-se essas culturas. A abordagem das chamadas "civilizações pré-colombianas" – como os incas, maias e astecas – permite reconhecer modos diversos de apropriação e utilização dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente. Destaque o desenvolvimento de tecnologias agrícolas e conhecimentos sofisticados de astronomia e matemática, a formação de grandes cidades e de impérios cujo território era interligado por estradas, além do domínio de técnicas construtivas que impressionam até hoje.

O estudo do tópico *Os primeiros povoadores do atual território brasileiro* (páginas 70-74) contribui para que os

estudantes reflitam sobre o valor dos sítios arqueológicos que se encontram no território brasileiro. Além disso, há a indicação de uma reportagem produzida pela TV Brasil (página 70). Selecione previamente alguns trechos, especialmente aqueles que tratam dos primeiros humanos, e, se possível, exiba o material aos estudantes. Solicite, em seguida, que a turma escreva um breve relatório a respeito das informações e curiosidades descobertas.

Ao tratar da biodiversidade cultural da Amazônia (página 73), mencione que pesquisas dos arqueólogos e geneticistas têm demonstrado que os povos antigos da Amazônia interferiram no meio ambiente, selecionando espécies nativas e agrupando-as em certos locais, o que resultou nas formações florestais conhecidas na atualidade.

Por fim, no tópico *Povos indígenas do Brasil pré-cabralino* (páginas 75-77), convém valorizar a resiliência e resistência cultural dos indígenas brasileiros cujos modo de vida, desenvolvimento de técnicas agrícolas, hábitos, conhecimento a respeito da natureza e produção cultural e intelectual constituem e influenciam a cultura brasileira. Ao oferecer informações a respeito da importância do legado dos povos indígenas, é possível explorar o tema contemporâneo transversal: *Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras*.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura do capítulo (página 60) oferece uma discussão crítica a respeito das posturas que buscam hierarquizar as diferentes culturas ameríndias, favorecendo o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS105**.

A abordagem a respeito das teorias sobre o povoamento do continente americano (página 61), amparada em pesquisas arqueológicas, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS201**.

Na sequência, são discutidos diversos elementos dos povos que habitavam a região da Mesoamérica (páginas 63-67) e dos Andes (páginas 68-69) antes da chegada dos europeus. Ao tratar dos processos históricos de ocupação desses territórios e das heranças étnico-culturais, o estudo do conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS201** e **EM13CHS204**.

Além disso, a abordagem das estruturas sociopolíticas e das relações sociais e de trabalho entre os povos mesoamericanos e andinos mobiliza a **habilidade EM13CHS401**. Ao tratar especificamente da economia asteca, destacando o desenvolvimento da técnica e a herança agrícola das chinampas, o texto didático colabora para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS301** e **EM13CHS306**.

O tópico dedicado ao estudo dos primeiros povos do território do Brasil atual (páginas 70-74) apresenta os resultados das pesquisas que têm sido feitas em nosso país nas últimas décadas. As discussões a respeito do início do povoamento na região realizadas com base nas análises das ossadas humanas, dos artefatos de pedra e de outros tipos de vestígio arqueológico, contribuem para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS104**.

O estudo da biodiversidade cultural e agroecológica da Amazônia (página 73), ao tratar dos modos de ocupação, cultivo de espécimes vegetais e trocas culturais entre os povos que habitavam a região, associa-se às **habilidades EM13CHS203** e **EM13CHS204**. A compreensão da cultura marajoara e das formas particulares de ocupação do espaço por esse povo (página 74) está associada ao desenvolvimento da **habilidade EM13CHS206**.

Por fim, ao destacar a resiliência, a resistência e os modos com que os indígenas continuam influenciando a cultura brasileira (página 77), o texto didático contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS601**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 61)

1. O mapa apresenta as hipóteses da chegada do *Homo sapiens* pelo Estreito de Bering, tanto a pé quanto por navegação de cabotagem pela costa do Oceano Pacífico.
2. Os argumentos que refutaram a teoria Clóvis decorreram de investigações realizadas em sítios arqueológicos e conduzidas com métodos científicos criteriosos. Os pesquisadores encontraram vestígios que indicam a presença humana em sítios espalhados pelo continente datados de mais de 13 mil anos, contrariando a hipótese da migração única defendida pela teoria Clóvis. Por isso, os sítios arqueológicos constituem lugares fundamentais para preservar a memória ancestral, fortalecer a identidade dos povos americanos e servir de repositório material das pesquisas científicas.
3. Caso os estudantes não conheçam os sítios arqueológicos mais próximos do local de moradia, incentive-os a buscar informações a esse respeito em bibliotecas públicas ou da escola, conversando com as pessoas que vivem nesse local há mais tempo e com pesquisadores, ou separe material sobre o tema com antecedência. Na internet, o Iphan disponibiliza um cadastro dos sítios arqueológicos brasileiros que podem ser filtrados por Unidade da Federação e por município (disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/cadastro-de-sitios-arqueologicos. Acesso em: 26 set. 2024).

   Estas questões têm como objetivo aproximar os estudantes do estudo da história das Américas e incentivá-los a valorizar o patrimônio e a história do local e da região em que vivem. Conduza a discussão para que reconheçam a relevância da história local para os processos e movimentos mais amplos da história regional, nacional e mundial.

Comentário

A atividade a respeito das hipóteses de povoamento do continente americano, combinada com a análise de um mapa que representa o deslocamento dos seres humanos da África à América, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS106** e **EM13CHS206**.

Enfoque (página 64)

1. Segundo o texto, os jogos expressavam momentos oficiais de celebração e também de afirmação política da cidade em relação aos seus opositores ou inimigos, e

2. Espera-se que os estudantes apontem o caráter simbólico dos jogos como expressão da superioridade e da proteção dos deuses dos vencedores/conquistadores em relação aos derrotados. Nesse sentido, o jogo seria um ritual de reafirmação simbólica do poder dos vencedores.

Contraponto (página 65)

1. Professor, se julgar pertinente, auxilie os estudantes a realizar uma leitura comparada para destacar as argumentações e identificar a controvérsia entre os posicionamentos dos autores. Para tanto, sugira a leitura cuidadosa dos textos, reescrevendo no caderno os trechos que indicam como cada autor compreende o declínio dos povos maias. Essa atividade ajudará os estudantes a identificar as teses de cada autor. Espera-se que os estudantes mencionem que Jacques Soustelle descarta a hipótese climática e argumenta que o colapso dos maias foi causado principalmente por fatores internos da sociedade maia, como crise no sistema produtivo, em razão de a massa camponesa ter deixado de fornecer gêneros agrícolas e força de trabalho aos sacerdotes e chefes militares; decréscimo da atividade comercial em razão da onda belicista entre as cidades; empobrecimento dos trabalhadores. Em contrapartida, Jared Diamond propõe uma explicação que envolve tanto fatores ambientais quanto sociais, como insuficiência da produção agrícola para atender ao crescimento populacional, desflorestamento, erosão, crise econômica e tensões sociais e incapacidade dos líderes maias de enfrentar os problemas. Esse cenário, segundo Jared, teria desestabilizado a civilização maia a partir dos anos 900.
2. Professor, incentive os estudantes a realizar o mesmo procedimento adotado na questão anterior para se prepararem para o debate, argumentarem e defenderem seus pontos de vista de forma embasada. Conduza a atividade favorecendo a participação respeitosa de todos. Aproveite a oportunidade para reafirmar os modos pelos quais ocorre o avanço da produção do conhecimento histórico. O declínio dos povos maias é um fato para os dois autores; entretanto, cada um deles mobiliza diferentes explicações para esse mesmo evento histórico. Essa diferenciação entre os autores pode ser o ponto de partida de novas pesquisas com o intuito de ampliar a elucidação dos fatores que levaram ao colapso dos maias.

Comentário

Ao comparar explicações diversas sobre o declínio da civilização maia, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**. Ao solicitar um posicionamento dos estudantes diante dessas hipóteses, a atividade contempla as **competências gerais da Educação Básica 1** e **7**.

Enfoque (página 67)

1. Espera-se que os estudantes respondam afirmativamente. O texto trata da educação destinada às pessoas comuns, na qual os meninos recebiam rigoroso treinamento militar (revelando a importância da guerra nessa sociedade) e as meninas aprendiam a servir nos templos da cidade. Ambos os sexos eram educados para respeitarem suas obrigações e responsabilidades, como a de servir aos deuses nos templos.
2. Na correção das respostas, mencione que os propósitos da educação asteca e brasileira são diferentes, cada qual refletindo contextos históricos específicos. A educação obrigatória dos 4 aos 17 anos é uma conquista da sociedade brasileira e tem por finalidade oferecer ensino comum, independentemente de gênero, com vistas a formar cidadãos e a desenvolver competências e habilidades necessárias para que possam progredir em estudos posteriores e no mundo do trabalho. Sobre a universalização do acesso e sobre a expansão da educação de qualidade para todos, debata com os estudantes algumas estratégias que podem ser encampadas pelo Estado, como: aumentar os investimentos na educação; melhorar a formação e os procedimentos de seleção de docentes; ampliar a quantidade de docentes qualificados e melhorar os equipamentos escolares como salas, bibliotecas e laboratórios; valorizar a disciplina e o respeito dentro da escola; estabelecer remuneração para estudantes de baixa renda vinculada a critérios de frequência e de rendimento dos estudantes beneficiados etc.

Comentário

Ao refletir sobre a importância da educação na sociedade brasileira atual e propor ações para a superação dos problemas existentes, a atividade contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: *Educação de qualidade*.

Enfoque (página 69)

1. O relevo acidentado e as técnicas de construção com pedras pesadas e encaixadas para proteger as edificações dos terremotos frequentes na região.
2. Incentive os estudantes a definir os temas de suas postagens em vídeo, como: as construções, a beleza

natural, a experiência como visitante, a necessidade de preservação do sítio etc. Se a escola dispuser de sala de informática com acesso à internet, essa atividade pode ser ampliada com base em pesquisas em páginas virtuais e no acesso a conteúdos audiovisuais sobre esse sítio arqueológico. Nesse caso, é importante selecionar previamente vídeos ou orientar a pesquisa de modo que seja adequada à proposta pedagógica.

Enfoque (página 72)

1. Espera-se que os estudantes reconheçam que a riqueza dos sambaquis pode apresentar múltiplos sentidos. Um desses sentidos refere-se ao fato de que essas formações são reconhecidas como patrimônio arqueológico do país; outro aspecto diz respeito às conchas, ricas em calcário, que compõem os sambaquis, além dos terrenos ocupados, passíveis de serem explorados pelo mercado imobiliário. Os sambaquis foram parcialmente destruídos justamente em razão da pressão imobiliária sobre os terrenos e porque sua composição era utilizada como matéria-prima por empresas para a produção de cal, destinada à construção civil.
2. De acordo com as informações disponíveis nesta página, o responsável pela preservação dos sambaquis é o Estado brasileiro, por meio de legislação protetiva do patrimônio histórico e cultural e da ação de órgãos como o Iphan. Ainda de acordo com os dados desta página, essas formações estão ameaçadas em razão do avanço da especulação imobiliária.
3. Trata-se de um exercício de imaginação que envolve a consciência socioambiental e a educação patrimonial. Em primeiro lugar, relembre os estudantes que os danos ao patrimônio artístico, cultural, arqueológico e histórico são considerados crimes passíveis de punição pelo Código Penal. Em seguida, é válido argumentar que a exploração econômica do patrimônio, que provoca sua destruição, beneficia apenas um pequeno grupo de pessoas, em detrimento do conjunto da sociedade com a perda desses locais, repositórios de memória, identidade e história do país. Com base no que foi estudado até aqui, espera-se que os estudantes, ao projetarem cenários futuros, argumentem sobre a importância da preservação dos vestígios históricos e arqueológicos que constituem a nação.

Comentário

Ao propor uma atividade de análise da importância da preservação de sítios arqueológicos como os dos sambaquis, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS104**, **EM13CHS204**, **EM13CHS206** e **EM13CHS304.**

Enfoque (página 76)

1. Com base no excerto, a guerra entre os Tupinambá era um procedimento altamente ritualizado que garantia a coesão social.
2. Sim, pois, na sociedade Tupinambá a guerra definia os papéis sociais dos indivíduos "com precisão" e envolvia desde a preparação do ataque até os ritos de sacrifício do inimigo, constituindo um ritmo cíclico.

Oficina (páginas 78-79)

1. Uma das hipóteses afirma que os seres humanos passaram pelo Estreito de Bering em diversas ondas migratórias. Outra hipótese afirma que eles teriam navegado ao longo da costa do Oceano Pacífico até atingir o litoral americano.
2. Maias e astecas viviam na Mesoamérica, criaram sociedades hierarquizadas, eram politeístas e tinham o milho como base de sua alimentação. Uma das principais diferenças entre esses povos é o fato de que os maias não construíram um império unificado com poder centralizado, como ocorreu com o Império Asteca.
3. Os astecas chegaram à região do atual México por volta do século XII. A base de sua expansão foi a conquista por meio da guerra e por meio de estabelecimento de alianças. No século XV, o Império Asteca já havia se configurado. O tratamento dado às cidades conquistadas variava segundo os acordos estabelecidos: havia a formação de alianças com povos que aceitavam a hegemonia asteca de maneira pacífica, e outros que ofereciam resistência e eram submetidos pela força das armas. Algumas cidades, consideradas sedes, não pagavam tributos, mas deviam fazer a manutenção das tropas astecas. As cidades isentas de tributação mantinham uma política amistosa por meio do envio de "presentes" à sede do império. Os astecas ainda exerciam controle sobre as decisões militares e a condução da política externa, além de impor a celebração da divindade Huitzilopochtli a todas as cidades conquistadas, independentemente de seu *status*.

Comentário

Ao identificar e analisar as estratégias de dominação exercidas pelos astecas sobre os povos conquistados, com base em texto historiográfico, os estudantes desenvolvem, respectivamente, as **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS101**.

4. Resposta: **e**.
5. **a.** Espera-se que os estudantes infiram, com base em seus estudos, que considerar a Floresta Amazônica como patrimônio biocultural implica a proteção por parte do Estado e o reconhecimento da existência de vestígios da ação humana, resultante das interações das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas com o meio ambiente ao longo do tempo, na constituição das características da floresta.

   b. A ideia é utilizar a tecnologia do *Lidar* para identificar novos sítios arqueológicos na região da Amazônia, incorporando-os ao patrimônio arqueológico brasileiro, com o objetivo de contribuir para a proteção desses locais, que se encontram ameaçados de destruição.

Comentário

A atividade promove reflexão relevante sobre a preservação do patrimônio biocultural das comunidades amazônicas do passado e do presente, permitindo assim o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS306** e contemplando a **competência geral da Educação Básica 7**.

6. Resposta: **b**.

7. **a.** O primeiro texto trata da estrutura política e social da cidade-Estado maia; o segundo texto enfatiza que não havia centralização política entre os maias, apenas a formação de alianças motivadas pela competição entre cidades-Estado.

   b. Com base na leitura dos textos, é possível caracterizar a civilização maia dividida por uma multiplicidade de cidades independentes. É interessante destacar o fato de que a escolha do chefe militar era por eleições e os mandatos eram de três anos. No plano político, os maias, apesar de compartilharem estruturas linguísticas, práticas culturais e organização social, não chegaram a se unificar, prevalecendo a formação de confederações de cidades que competiam militar e comercialmente.

Comentário

Ao analisar os fragmentos de textos historiográficos, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS101**.

8. Professor, a proposta de redação exige que os estudantes se lembrem da perda territorial sistemática a que os indígenas foram submetidos desde a chegada dos colonizadores e evidencia a importância da Constituição de 1988 em garantir a posse ancestral de suas terras. Para orientar a realização da proposta de redação, solicite a leitura do enunciado e dos textos de apoio, e verifique se o tema foi bem compreendido. Sugira que os estudantes anotem as principais informações a serem utilizadas em sua redação. Na sequência, apresente uma estrutura para a redação, dividida em: introdução (apresentação e contextualização do tema); desenvolvimento (de dois a três parágrafos apresentando os argumentos que podem se referir à legalidade das demarcações e aos seus impactos socioambientais positivos); e conclusão (retomada das ideias principais, proposta de intervenção, que seja viável e respeite os direitos dos povos indígenas e fechamento da argumentação). Auxilie os estudantes na análise dos textos que eles produziram. Solicite que façam a releitura do material, verificando se há coerência entre o tema proposto e o assunto desenvolvido. Eles também devem verificar a ocorrência de digressões, ou seja, desvios momentâneos do tema e do assunto, além de generalizações indevidas (por exemplo, "todo mundo pensa assim" ou "as desigualdades entre indígenas e não indígenas nunca serão superadas"). É importante, ainda, que identifiquem se as sentenças elaboradas são contraditórias ou superficiais, marcadas pela falta de dados ou por apelos emocionais exagerados. Após esse exercício, se julgar pertinente, solicite que reescrevam o texto. Essa atividade contribui para que identifiquem e superem fragilidades argumentativas, preparando-os também para desenvolver sua competência leitora.

Comentário

A realização da atividade discute a importância das demarcações de terra dos povos indígenas, contribuindo para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS601**. Ao elaborar um texto dissertativo sobre o tema proposto, os estudantes mobilizam as **habilidades da área de Linguagem e suas Tecnologias EM13LGG104** e **EM13LGG304**.

Sugestões

Livros

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023.

O livro, escrito por dois arqueólogos e historiadores brasileiros, apresenta informações atualizadas sobre os primeiros habitantes do Brasil e sobre a arqueologia praticada em nosso país.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de história da Amazônia Central. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

O autor, arqueólogo que trabalha há três décadas na Amazônia, apresenta ao público as principais descobertas e hipóteses sobre os povos antigos da rregião. Também disponível na versão digital.

Vídeo

Arqueologias: em busca dos primeiros brasileiros. Direção: Ricardo Azoury. Brasil, 2017. 45 minutos.

Trata-se de uma série documental de 6 episódios com 45 minutos de duração, na qual se apresenta um painel atualizado dos sítios arqueológicos de várias regiões do Brasil. Conta com a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Disponível na programação da TV Brasil e em plataformas de *streaming*.

UNIDADE 2

POPULAÇÃO, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

A abertura desta unidade (páginas 80-81) discute os impactos decorrentes do encontro de sociedades com visões de mundo distintas, utilizando como contexto o choque entre povos originários da América e os colonizadores durante o processo de expansão colonial europeia. A partir dessa reflexão, os estudantes são convidados a apresentar seus pontos de vista sobre a importância da demarcação territorial para a sobrevivência dos povos nativos e o papel do Estado e da sociedade brasileira nesse processo.

O debate em sala de aula pretende evidenciar que a garantia dos direitos territoriais dos indígenas é crucial para preservar suas identidades e modos de vida tradicionais. Além disso, enfatiza-se que é responsabilidade do Estado e da sociedade brasileira assegurar esses direitos. Esta discussão proporciona uma oportunidade para os estudantes explorarem questões contemporâneas de forma crítica, estimulando-os a defender ideias e pontos de vista que promovam os direitos humanos e que valorizem a diversidade de indivíduos e grupos sociais, respeitando seus saberes, culturas e potencialidades, sem qualquer forma de preconceito.

Objetivos de aprendizagem desta unidade

1. Analisar os fatores econômicos, sociais e políticos que favoreceram a formação das monarquias nacionais europeias e caracterizar o Estado moderno, identificando suas bases de sustentação social, econômica e filosófica.
2. Compreender as Reformas Religiosas do século XVI, relacionando-as à centralização do poder estatal na Europa e aos empreendimentos marítimos e coloniais europeus.
3. Analisar os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais da expansão marítima europeia, comparando a expansão marítima portuguesa e a expansão espanhola e analisando as disputas territoriais entre as duas coroas.
4. Identificar e analisar as estratégias empregadas pelos espanhóis na conquista da América, bem como as consequências para as populações indígenas.
5. Caracterizar a organização econômica e social da América hispânica colonial e a colonização inglesa e francesa na América.
6. Reconhecer o papel das feitorias no processo de expansão portuguesa na África e na Ásia e as iniciativas colonizadoras na América do Sul.
7. Identificar o papel desempenhado pela Companhia de Jesus na colonização, seus impactos sobre os povos originários e os confrontos com os colonizadores.
8. Analisar os aspectos socioeconômicos e as consequências do complexo açucareiro e da mineração na época colonial.
9. Discutir o predomínio do trabalho de escravizados africanos na época colonial e refletir sobre a resistência de indígenas e de africanos à dominação colonial.
10. Identificar os conflitos, internos e externos, decorrentes das atividades que levaram à expansão territorial e o estabelecimento de novas fronteiras na América portuguesa.

Capítulo 4 Formação das monarquias nacionais e expansão colonial europeia

O capítulo aborda os processos mais gerais da centralização do poder monárquico em alguns países europeus, das Reformas Religiosas e da expansão marítima e colonial europeia, aspectos constituintes do período moderno, segundo a divisão tradicional da história.

Na abertura do capítulo (página 82), os estudantes são incentivados a refletir a respeito da historicidade de instituições sociopolíticas, como o Estado nacional. A centralização do poder nas mãos do monarca e a delimitação territorial da nação constituem aspectos da consolidação do Estado moderno, especialmente na Europa entre os séculos XIII e XVI, em contraposição à fragmentação territorial e política do feudalismo medieval.

O texto didático destaca que as Reformas Religiosas (páginas 89-91) contribuíram para consolidar as monarquias nacionais e limitar o poder da Igreja Católica. Além de promover mudanças na liturgia e nos dogmas, o surgimento de novas igrejas cristãs na Europa também teve impacto sobre a história do continente americano. A Igreja Católica investiu na evangelização dos povos do ultramar e grupos de puritanos ingleses optaram por abandonar seu país em razão das perseguições que sofriam e fundar uma nova sociedade na América do Norte. Essas orientações religiosas diversas tiveram influência na formação social e nas visões de mundo predominantes na América hispânica e na América anglo-saxônica.

A expansão marítima europeia (páginas 92-94), entre os séculos XV e XVII, pode ser considerada um marco na história, alterando significativamente a vida de todos os lugares e povos relacionados a esse processo. As potências marítimas europeias assumiram sucessivamente a hegemonia no comércio internacional, interligando a Europa, as Américas, a África e a Ásia, o que é visto por muitos estudiosos como uma "primeira globalização".

O tópico *A conquista da América espanhola* (páginas 95-108) promove o estudo da conquista e da colonização europeia na América, oferecendo ferramentas para aprofundar o entendimento dos jovens sobre as sociedades do continente, as semelhanças e diferenças entre elas, os conflitos e contradições que se perpetuam até o presente. A "questão indígena", o preconceito racial e a formação de oligarquias regionais na América espanhola deixaram marcas sociais profundas, que se manifestam até os nossos dias.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

O texto da abertura de capítulo (página 82) se inicia com um conjunto de questões que visam avaliar os conhecimentos prévios e desnaturalizar a ideia de Estado nacional, demarcando-o como uma construção sócio-histórica singular para cada país. Ao instigar a curiosidade dos estudantes, apontando para os conteúdos que serão trabalhados no capítulo, o texto se relaciona à **competência geral da Educação Básica 2**.

A análise dos processos políticos que resultaram na formação dos Estados modernos europeus, bem como na estruturação do absolutismo monárquico (páginas 84-88), favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

A abordagem das Reformas Religiosas (páginas 89-91), ao contemplar a crise da Igreja Católica e o surgimento das várias vertentes reformistas, chama a atenção para o problema da intolerância religiosa, relacionando-se, assim, à **competência geral da Educação Básica 9**.

O estudo da expansão marítima europeia (páginas 92-94), ao discutir os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, e as disputas envolvidas nesse processo, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS201** e **EM13CHS204**.

O tema da conquista da América espanhola (páginas 95-99) é uma oportunidade para apresentar o intercâmbio colombiano, debater as diferenças culturais entre os colonizadores e os povos originários, abordar as estratégias empregadas pelos espanhóis e a queda demográfica da população indígena, convergindo com os preceitos estabelecidos na **habilidade EM13CHS503**.

O capítulo discorre sobre a colonização espanhola na América (páginas 100-104). O estudo do regime de trabalho compulsório a que os indígenas foram submetidos, compreendendo os deslocamentos forçados, a desarticulação de suas atividades de subsistência, os períodos de fome, surtos de doenças e declínio demográfico, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS404** e **EM13CHS502**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 83)

1. Com base nas informações de Helga, os francos se converteram ao cristianismo e os hunos praticavam o saque.
2. A resposta depende dos conhecimentos prévios dos estudantes a respeito da designação pejorativa da Idade Média pelos renascentistas como "idade das trevas". Se julgar conveniente, apresente alguns exemplos aos estudantes que contrariam essa visão, informando que durante o período foram criadas grandes obras de arquitetura e engenharia, visíveis nas catedrais góticas e nos castelos e fortificações, além das primeiras universidades, como a de Bolonha (1088) e a de Paris (1170).
3. Espera-se que os estudantes percebam que, para Hagar, o importante mesmo era o fato de que seu cachorro teve filhotes. Essa tirinha, ao promover uma alteração de sentido no último quadrinho, típica desse tipo de linguagem, induz a pensarmos como as diferentes dimensões e escalas dos acontecimentos históricos afetam de modo diverso a vida cotidiana das pessoas. O humor, portanto, é provocado pela mudança inesperada do curso da narrativa.

Comentário

A análise de uma tirinha que permite discutir ideias pejorativas acerca da Idade Média, e problematizar o jogo de escalas presente no cotidiano do personagem, associa-se às **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS102**. Além disso, contribui para o desenvolvimento das **habilidades de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG101**, **EM13LGG102** e **EM13LGG103**.

Enfoque (página 88)

1. Caso os estudantes conheçam regiões portuárias e se sintam à vontade para compartilhar as impressões, incentive-os a descrever o que experienciaram, o que pode incluir os aspectos visual, olfativo e auditivo e as sensações que as construções e a dinâmica dos portos causaram neles.
2. O fluxo de pessoas e de mercadorias aumentou. Os portos são fundamentais para garantir esse fluxo, pois constituem as portas de entrada e de saída de pessoas e de mercadorias entre os países.
3. Os estudantes podem mencionar que o aumento desses fluxos favoreceu o contato e as trocas entre diferentes indivíduos e culturas. Como consequências negativas, eles podem destacar as tentativas de conquistas territoriais, ampliação da desigualdade econômica entre países e classes sociais, a circulação de microrganismos em escala global etc.

Enfoque (página 91)

1. No século XVI, a Europa estava dividida em linhas religiosas claras como resultado das Reformas Religiosas. As regiões do norte e centro da Europa se tornaram predominantemente protestantes (luteranas e calvinistas), enquanto o sul e partes do leste permaneceram majoritariamente católicos. A Inglaterra adotou sua própria forma de cristianismo, o anglicanismo. Já no leste europeu, no Reino da Polônia, havia cristãos ortodoxos, católicos, luteranos e calvinistas, a mesma composição do Império Otomano, onde havia também a população islâmica. Essas divisões contribuíram para séculos de conflitos e guerras religiosas na Europa.
2. A perseguição religiosa entre cristãos, estimulada pela cisão da cristandade no século XVI, consistiu em práticas de intolerância, violência e repressão dirigidas contra grupos cristãos que professavam crenças ou seguiam práticas religiosas diferentes das adotadas oficialmente pelo poder político ou pela maioria da população local. Como um dos exemplos, os estudantes podem citar a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), em que a questão religiosa constituiu o pano de fundo que mobilizou potências beligerantes no século XVII.

3. Professor, divida a sala em grupos, atribuindo-lhes papéis sociais, ou sugira que todos os estudantes mencionem como cada ator social (eclesiástico, governante, vítima) pode contribuir para coibir a intolerância religiosa. Conduza o debate construindo o perfil e o raio de ação de cada ator envolvido.

   • Autoridade eclesiástica: pode desempenhar papel central na promoção da tolerância e do diálogo, influenciando positivamente seus seguidores e a comunidade em geral, reduzindo possíveis hostilidades em razão das diferenças teológicas entre as religiões. Além de realizar declarações públicas e incentivar encontros com outras lideranças para promover a paz, pode pensar na criação de mecanismos para amparar e reparar os perseguidos de todas as denominações religiosas.

   • Governante: o governante tem a responsabilidade de proteger os direitos de todos os cidadãos, independentemente de suas crenças religiosas. Pode-se pensar em reforçar a efetividade das leis que coíbem a intolerância religiosa, promover medidas educativas em escolas e promover campanhas públicas que promovam a convivência pacífica e destaquem os benefícios de uma sociedade pluralista e tolerante.

   • Vítima de perseguição religiosa: a vítima de perseguição religiosa, a partir de uma perspectiva singular (e pessoal), pode se engajar no ativismo pelos direitos humanos, contribuir nas campanhas de promoção da paz e do respeito religioso, apoiar outras vítimas, colaborando para a criação de redes de solidariedade.

   O debate em sala de aula pode discutir a interdependência e a interrelação das ações desses diversos atores na promoção de uma sociedade mais harmoniosa.

Comentário

A atividade, ao propor um debate a respeito dos efeitos negativos da intolerância religiosa, contribui para desenvolver empatia, tolerância, respeito, resiliência, além de auxiliar nos processos de inferência e argumentação oral, associando-se às **competências gerais da Educação Básica 1**, **7** e **9**.

Enfoque (página 94)

1. Com base no estudo do conteúdo e na leitura do mapa, espera-se que os estudantes mencionem que o Tratado de Tordesilhas, ao garantir aos portugueses o controle de todas as terras situadas a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, conferiu à Coroa portuguesa a fração leste do território que atualmente corresponde ao Brasil. A Coroa espanhola ficou com a porção a oeste dessa linha.
2. Se necessário, auxilie os estudantes nessa atividade. Entre as instituições que eles podem mencionar, provavelmente as mais conhecidas serão a Organização das Nações Unidas (ONU), atuando por meio de missões de paz e do Conselho de Segurança, e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), facilitando mediações humanitárias e acordos de cessar-fogo.

Enfoque (página 97)

1. Sim. Ela está representada ao lado de Hernán Cortés e foi a referência para o artista dividir a cena entre os espanhóis, à direita, e os tlaxcaltecas, à esquerda.
2. Os espanhóis utilizaram a mediação operada por Malinche para facilitar o estabelecimento de alianças com os povos indígenas inimigos dos astecas. Eles fizeram isso para conquistar os astecas e, com isso, obter riquezas e submeter a mão de obra indígena a seus interesses.

Enfoque (página 101)

1. A afirmação mencionada indica que os colonos de origem espanhola eram o grupo social dominante na América colonial. Esse grupo, no entanto, apesar de se manter separado das comunidades indígenas, dependia do trabalho e dos conhecimentos delas para suas atividades econômicas.
2. O processo histórico em questão mostra a formação de uma sociedade hierarquizada em que indígenas, negros e mestiços eram colocados em posição subordinada em relação ao grupo dominante formado pelos espanhóis e seus descendentes. Na América Latina contemporânea, ainda observamos preconceito similar contra essas camadas da população, demonstrando a relação com o passado colonial da região.

Comentário

A atividade, ao propor reflexões sobre a sociedade de castas, a condição subalterna de indígenas e mestiços e a formação de preconceitos que ainda prevalecem na atualidade, favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**.

Enfoque (página 103)

1. Espera-se que os estudantes reconheçam a importância de o crescimento econômico ser revertido em melhoria nas condições de vida de todos os habitantes da nação. Mencione que saúde e dignidade são direitos humanos fundamentais e que o crescimento econômico de uma nação deve ocorrer de modo socialmente ético, observando a redução da pobreza e da desigualdade no país.
2. Os estudantes podem citar trabalhadores informais e aqueles que atuam em entregas e transportes por plataformas digitais, que enfrentam longas jornadas, baixa remuneração e falta de direitos trabalhistas. Para mudar essa situação, espera-se que mencionem a regulamentação e a expansão dos direitos trabalhistas, além do aumento da fiscalização para combater trabalhos em condições perigosas, por exemplo.

Comentário

Ao propor reflexões sobre as condições de trabalho em diferentes momentos da história, fomentando a consciência a respeito da importância de garantir que o progresso econômico esteja alinhado com os direitos humanos e a justiça social, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS601**. Dessa forma, o debate contribui para

contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: *Trabalho decente e crescimento econômico*.

Enfoque (página 106)

1. O deslocamento de escravizados e de ouro da África para as Antilhas; de rum, armas e tecidos das colônias do norte para a África; e de escravizados e cana-de-açúcar das Antilhas para as colônias do sul e do norte.
2. Não, pois as colônias do norte e do centro realizavam atividades comerciais com outros lugares que não a metrópole, o que indica que o monopólio comercial não era aplicado nesse caso.

Contraponto (página 109)

1. Os dois relatos caracterizam os indígenas como mais próximos da natureza, ociosos, de cultura primitiva, sem leis, arte, literatura, matemática e organização política. No primeiro documento, Vasconcelos conclui que essas características tornam os indígenas desumanos e brutos como os animais. Já no segundo documento, Montaigne chega à conclusão de que, justamente por sua suposta simplicidade primitiva, os indígenas representariam a natureza humana mais autêntica, não corrompida pelos artifícios e pelos vícios da civilização.
2. **a.** Os dois textos apresentam visões distorcidas sobre os indígenas, sua cultura e seus costumes. No texto de Montaigne, no entanto, o escritor faz um esforço para relativizar a sua própria cultura (europeia) e entender os aspectos positivos e exemplares da cultura do outro (indígena). Nesse sentido, podemos dizer que Montaigne está mais aberto para incorporar em seu raciocínio o ponto de vista do outro.

   b. Sugestão de resposta. Ao nos abrirmos para formas de ver o mundo e a vida diferentes das nossas, aprendemos a compreender e valorizar a diversidade humana e a riqueza cultural dos diversos grupos sociais humanos. Na medida em que nos expomos sem preconceitos a valores culturais distintos dos nossos, nos tornamos capazes de aprender com os outros e, assim, ampliamos nossa compreensão do mundo e nosso horizonte cultural.

Comentário

A atividade, ao comparar os pontos de vista expressos em dois fragmentos sobre os indígenas, escritos por europeus na época da colonização, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS102**.

Oficina (páginas 110-111)

1. A dificuldade de acesso aos mercados orientais pelo Mar Mediterrâneo, por causa da expansão do Império Otomano, motivou os europeus a buscar outros caminhos. Os fatores que lhes possibilitaram encontrar novas rotas comerciais foram o desenvolvimento da tecnologia naval, dos instrumentos de navegação, além do financiamento das atividades marítimas empreendido pelas coroas de Espanha e de Portugal. Entre as consequências, os estudantes podem apontar a colonização do continente americano, a difusão de agentes patógenos e a desestruturação dos modos de vida dos povos nativos.
2. O exclusivo metropolitano é a expressão usada para designar o monopólio comercial a que as colônias da América estavam sujeitas. Significava a exclusividade das metrópoles em relação à exportação e à importação de produtos de suas colônias. O principal obstáculo para a implantação desse mecanismo era o contrabando e a dificuldade de fiscalização.
3. As características naturais do território da América inglesa foram essenciais para direcionar a forma de exploração agrária. O clima temperado e o solo das regiões em que as colônias do norte e do centro se assentaram não eram adequados ao cultivo de produtos tropicais. Assim, os colonos se voltaram à policultura em pequenas propriedades familiares e também ao comércio, à caça, à pesca e ao corte de madeira. Nas colônias do sul, de clima subtropical, puderam ser implementadas as grandes propriedades monocultoras de produtos tropicais, com utilização predominante de mão de obra de africanos escravizados.
4. Alternativa **a**.
5. Alternativa **c**.
6. **a.** Os estudantes podem mencionar a centralização do poder, a divisão administrativa do território real, a criação de uma burocracia estatal eficiente, com ministros e funcionários reais apoiados pela máquina repressiva do Estado substituindo a autoridade local e tradicional, como a nobreza provincial, por uma administração subordinada diretamente ao poder real.

   b. Auxilie os estudantes na interpretação do texto. Se necessário, sugira que anotem no caderno as palavras *cúpula* e *províncias* e as ideias a elas associadas. Espera-se que eles mencionem que o termo *cúpula* está relacionado ao poder centralizado do monarca, podendo se opor ao poder tradicional das nobrezas localizadas nas províncias do reino.

   c. Professor, essa é uma excelente oportunidade para que os estudantes aprofundem seus conhecimentos a respeito da sociedade do Antigo Regime. É provável que eles já tenham conhecimentos prévios sobre o tema; em todo caso, auxilie-os na elaboração de hipóteses e inferências sobre o assunto. Espera-se que reconheçam que, ao ser "desarmada", a nobreza acabou relegada a funções mais cerimoniais e de corte, tornando-se dependente da boa vontade do rei para manter seu *status* e privilégios. Em vez de exercer poder militar ou administrativo nas províncias, muitos nobres foram atraídos para a corte em Versalhes, onde competiam por favores e cargos honoríficos concedidos pelo rei.
7. **a.** Em uma monarquia absolutista, o monarca concentra em sua pessoa as três esferas do poder: a legislativa, a executiva e a judiciária, podendo intervir nas diversas atividades econômicas, controlando e regulando a produção e circulação de bens e as transações comerciais. Por fim, a última característica é a presença de uma forte burocracia estatal, constituída por funcionários fiéis ao soberano e responsável pela administração do reino.

b. Na gravura, o poder foi representado da seguinte forma: o enorme corpo do soberano é constituído pelos súditos do reino que, pelo contrato social, renunciaram à própria liberdade em troca de segurança e proteção. O monarca utiliza símbolos típicos: a coroa sobre a cabeça na mão direita, uma espada, representando a força do soberano; e em sua mão esquerda, um cetro, símbolo de sua legitimidade. Abaixo do soberano, há uma paisagem que inclui, possivelmente, uma cidade, castelos, igrejas e outras construções sob seu controle.

c. Não. O monarca estava sujeito a tradições e valores morais preexistentes e, além disso, só podia manter seu poder conquistando o apoio de setores importantes da sociedade, como a aristocracia, o clero e os grandes comerciantes.

Comentário

A atividade propõe reflexões sobre o absolutismo monárquico com base na leitura de um fragmento historiográfico e na interpretação de uma imagem, colaborando para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

8. **a.** As sociedades ameríndias da América espanhola, sobretudo a asteca e a inca (a civilização maia já se encontrava desintegrada quando os espanhóis chegaram), eram impérios territorialmente extensos. Tanto os astecas quanto os incas – que habitavam principalmente as regiões dos atuais México e Peru, respectivamente – impuseram seu império após dominar povos das regiões adjacentes.

b. De acordo com o texto, as consequências da conquista espanhola foram desastrosas no que diz respeito à demografia dos nativos americanos. Houve uma queda demográfica intensa em razão da superexploração do trabalho e, sobretudo, em razão das doenças que os europeus trouxeram. Por não apresentar defesa imunológica contra os agentes patógenos trazidos de fora, os indígenas faleciam em massa após serem contaminados por varíola, sarampo, febre tifoide, entre outras enfermidades.

c. Os estudantes podem mencionar que a conquista espanhola teve profundas consequências culturais para os indígenas das Américas, incluindo a catequização e os regimes de trabalho forçado, a remodelação da estrutura comunal e social e a perda de autonomia política e cultural entre os povos nativos. No entanto, muitos grupos indígenas resistiram e preservaram aspectos importantes de suas identidades culturais.

Comentário

A atividade propõe uma análise dos efeitos da conquista e da colonização espanhola na América para os povos originários da região, relacionando-se às **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS103**.

9. Com base nos estudos realizados e nos documentos apresentados para leitura, os estudantes deverão produzir um texto dissertativo-argumentativo sobre os efeitos da colonização para povos originários, e seus descendentes, e os desafios para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva na América Latina. Verifique se os estudantes estruturaram adequadamente o texto e se embasaram suas ideias e afirmações sobre o tema. Solicite que façam a releitura do texto produzido, verificando se há coerência entre o tema proposto e o assunto que desenvolveram. Eles também devem verificar a ocorrência de digressões e de generalizações indevidas. É importante, ainda, que identifiquem se as sentenças são contraditórias ou marcadas por apelos emocionais exagerados. Após esse exercício, se julgar pertinente, solicite que reescrevam o texto. Essa atividade contribui para que identifiquem e superem suas fragilidades argumentativas.

Comentário

Ao propor uma atividade de produção de texto dissertativo-argumentativo a respeito do reconhecimento das demandas dos ameríndios e das propostas para mitigar os efeitos negativos da colonização sobre os povos nativos, contribui-se para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **7** e **9** e das **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS601**. A atividade promove também o desenvolvimento da **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG104**.

Sugestões

Artigo

SANTOS, Eduardo Natalino dos. As conquistas de México-Tenochtitlán e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 218-232, 2014.

Com base em extensa pesquisa, o autor discute as estratégias espanholas utilizadas na conquista do México.

Livro

PESTANA, Fábio Ribeiro. **Por mares nunca dantes navegados**: a aventura dos descobrimentos. São Paulo: Contexto, 2015.

O foco da obra recai sobre a expansão marítima portuguesa, abordando desde a formação do reino lusitano até a formação de seu império ultramarino.

Filme

O novo mundo. Direção: Terrence Malick. Estados Unidos, Reino Unido, 2005. 172 minutos.

O filme reconstrói as primeiras tentativas de colonização inglesa na América do Norte, explorando as dificuldades enfrentadas pelos colonizadores e com foco no relacionamento entre John Smith e Pocahontas.

Capítulo 5 Formação do Império Português e a América portuguesa

O estudo deste capítulo contribui para que os estudantes compreendam como ocorreu o contato entre os colonizadores portugueses, os diversos povos ameríndios e os africanos escravizados, na esteira da construção do Império Português e da formação da América portuguesa, e reflitam sobre as demandas e o protagonismo que são reivindicados hoje pelos indígenas e afrodescendentes em nosso país. A abertura do capítulo (página 112)

promove o levantamento de conhecimentos prévios por parte dos estudantes e testagem de hipóteses a respeito da importância das trocas culturais que levaram, na contemporaneidade, à formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Informe aos estudantes que, conforme a terminologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o termo *negro*, engloba as designações *preto* e *pardo*; já *raça*, indica uma categoria socialmente construída com base na interação social e não um conceito biológico. Tais são os usos que faremos neste volume. Para mais informações a esse respeito, consulte: IBGE. **Censo demográfico 2022**: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Para o tópico *A construção do império colonial português* (páginas 113-116), explique que, diferente da exploração comercial na África e na Ásia, que na maioria dos casos se limitou ao litoral, no continente americano os portugueses implantaram um sistema produtivo, político e administrativo, fomentando o povoamento do território. No tópico A *Companhia de Jesus na América portuguesa* (páginas 118-119), saliente o pano de fundo religioso do empreendimento e o trabalho dos jesuítas na tentativa de conversão dos nativos e na difusão de valores culturais europeus na colônia. Ao tratar do tema, discuta o sincretismo religioso e os movimentos de resistência indígena.

O tópico *Escravidão na América portuguesa* (páginas 124-130) trata da estruturação de uma sociedade escravagista com base no uso da mão de obra escravizada dos indígenas, mesmo a despeito da oposição dos missionários, e do uso sistemático da escravidão africana. Vale distinguir a escravidão moderna de outros regimes de trabalho compulsório ao longo do tempo, citando a existência de argumentos raciais e teológicos, o emprego de escravizados, sobretudo em atividades extrativistas e agrícolas, além da escala e os imensos lucros subjacentes ao tráfico atlântico de seres humanos.

O capítulo contribui também para a compreensão das questões que o Brasil enfrenta na atualidade, relacionadas ao meio ambiente, ao comentar a devastação de largas porções da floresta nativa em razão das práticas predatórias empregadas no monocultivo da cana-de-açúcar (página 120). Nesse sentido, na seção *Trabalho e juventudes* (página 121), ao abordar o curso superior de tecnologia em agroecologia, apresenta-se sua relevância ambiental na implementação de métodos sustentáveis de produção. Por fim, ainda seguindo a temática ambiental, a seção *Entre saberes* (páginas 140-141) compara os impactos ambientais decorrentes das atividades mineradoras no passado e no presente.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

Na abertura do capítulo (página 112), ao discutir a complexa herança cultural portuguesa em diversos continentes, o conteúdo contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS205**. O reconhecimento da diversidade cultural da sociedade brasileira contempla a **competência geral da Educação Básica 9**.

O estudo da implementação do aparato administrativo da Coroa portuguesa, do regime de capitanias hereditárias e o governo-geral (página 117), contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS204**.

O texto didático trata do trabalho missionário desenvolvido pelos jesuítas (página 118), estratégico para a difusão de valores europeus e da fé católica, e destaca um exemplo de resistência indígena ao processo de aculturação (página 119), mobilizando assim a **habilidade EM13CHS601**.

Ao abordar a economia da monocultura do cultivo de cana-de-açúcar na faixa litorânea do Nordeste brasileiro (página 120), apresentando aspectos técnicos da produção e a prevalência do trabalho de escravizados indígenas e depois africanos, o texto didático contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS401**.

A respeito do estudo dos aspectos da escravidão na América portuguesa (páginas 124-130), do emprego compulsório da mão de obra dos indígenas, de aspectos históricos do continente africano, da diversidade étnica dos escravizados, e das reflexões suscitadas pelas as justificativas de fundo racial e religioso, condições de viagem, vida e trabalho, o texto didático contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS102**, **EM13CHS502** e **EM13CHS503**. A abordagem das várias manifestações de resistência à escravidão, incluindo a formação de quilombos e da cultura afro-brasileira, mobiliza a **habilidade EM13CHS601**.

Ao estudar a expansão territorial da América portuguesa (páginas 131-134), a atuação dos diversos agentes sociais envolvidos, bem como os conflitos daí decorrentes, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS206**.

A análise do processo histórico da mineração (páginas 135-139), da interiorização dos domínios, das atividades econômicas, das relações sociais, das disputas de poder e do controle metropolitano sobre a região das minas, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS201**, **EM13CHS204** e **EM13CHS206**. Ao discorrer sobre as técnicas de extração do minério utilizadas na época e sobre as condições de trabalho dos escravizados, mobiliza-se a **habilidade EM13CHS401**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 114)

1. Sim. As feitorias tinham funções defensivas e comerciais e, por isso, eram construções muradas, com estrutura militar, além de localizarem-se no litoral e contarem com portos para que as embarcações atracassem, o que facilitava a troca de mercadorias.
2. As feitorias permitiram o aumento da atividade comercial entre as populações costeiras do continente africano e os portugueses.

Enfoque (página 118)

1. Se necessário, esclareça que o conceito de etnocentrismo consiste em julgar as outras culturas com base na nossa própria cultura, em geral considerando-as inferiores. O jesuíta acreditava que os indígenas deveriam se

submeter à lei imposta pelos europeus adotando novos valores e costumes e converter-se ao cristianismo. Dessa maneira, o texto constitui um exemplo de etnocentrismo.

2. Na condução do debate, incentive os estudantes a refletir sobre o tema por meio de questões que expressem uma visão etnocêntrica, tais como: "vocês conhecem situações que desqualificam ou discriminam os povos originários?". Entre os exemplos da persistência desse tipo de comportamento estão os comentários pejorativos, as visões que associam o modo de vida dos indígenas a atraso econômico e preguiça; julgar sua religião como "idolatria" comparando-a com o cristianismo etc.

Comentário

As reflexões sobre o etnocentrismo e sua permanência na atualidade remetem para as **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS502**.

Enfoque (página 120)

1. Este é um exercício de imaginação histórica. Ele deve ser conduzido com base em critérios analíticos para evitar-se possíveis anacronismos. Espera-se que os estudantes mencionem que a degradação ambiental ou o extrativismo predatório da Mata Atlântica não eram problema para as pessoas naquele momento da história. Entretanto, a sensibilidade com relação à natureza se transformou ao longo do tempo em razão do movimento ecológico, da emergência climática, das recorrentes práticas predatórias sobre os biomas e da recorrência de eventos climáticos extremos.
2. Espera-se que os estudantes respondam afirmativamente. Se tiverem dificuldades, apresente exemplos ligados à biologia, à engenharia agronômica, além dos saberes de povos tradicionais e das técnicas da permacultura, agrofloresta, rotação de culturas etc.

Trabalho e juventudes (página 121)

Esta seção tem o objetivo de apresentar aos estudantes a proposta do curso superior de tecnologia em agroecologia, bem como o perfil e o campo de atuação do profissional formado nessa área.

Explique que, junto com o aumento das políticas e das experiências em agroecologia, vem crescendo o mercado de trabalho do agroecólogo, profissional capacitado para planejar, construir e gerenciar sistemas de produção agrícola de forma justa e sustentável.

Comentário

Ao propor a leitura de um conteúdo que colabora para a estruturação e ampliação dos conhecimentos dos estudantes com relação ao mercado de trabalho, apresentando a área da agroecologia e sua importância para o manejo sustentável, contribui-se para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS302** e da **competência geral da Educação Básica 7**.

Enfoque (página 126)

1. Podem ser apontados aspectos como a violência e as péssimas condições de vida das pessoas transportadas nos tumbeiros, além da fome, doenças e o desalento.
2. Mesmo sendo uma representação artística, a gravura do navio negreiro retratada por Rugendas, na qual homens, mulheres e crianças são representados nus, amontoados e acorrentados, reforça o relato do médico.

Comentário

A análise conjunta da pintura e do relato favorece reflexões sobre a desumanização e violências de todo o tipo presentes no tráfico atlântico de escravizados, contribuindo para desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS503**.

Enfoque (página 129)

1. Os autores mencionam as reivindicações por melhores condições de vida, de trabalho, o acesso à terra, o direito ao descanso e ao lazer por meio de fugas.
2. Os autores mencionam o desejo dos escravizados de ter autonomia espiritual, lazer e de manter laços afetuosos. Espera-se que os estudantes percebam que os escravizados mantinham sua sensibilidade e resistiam de diversas formas ao sistema que os desumanizava, submetendo-os a longas jornadas de trabalho em condições insalubres, a castigos físicos etc.

Enfoque (página 132)

1. O *Monumento às Bandeiras* foi inaugurado em 1954 por ocasião do IV centenário da cidade de São Paulo. A imponência do monumento de cerca de 11 metros de altura por 36 metros de comprimento e a disposição dos elementos com os bandeirantes à frente dos indígenas descalços e carregando os itens da expedição reforçam tal mito.
2. Os estudantes podem mencionar que o *Monumento às Bandeiras* foi vandalizado por alguns grupos como forma de protesto, já que esse monumento valoriza um aspecto controverso da história brasileira, bem como por falta de educação patrimonial e por falta de respeito ao bem público. Independentemente de conhecerem outros monumentos que eventualmente tenham sido vandalizados, espera-se que mencionem que patrimônios públicos são artefatos que fornecem informações valiosas sobre o passado de uma sociedade, seus valores e conflitos.
3. Mesmo quando representam aspectos problemáticos de nossa história, é incorreto destruir ou vandalizar os bens públicos, pois eles fazem parte do patrimônio cultural comum. Incentive os estudantes a pensar em formas de protesto que não causem danos ao patrimônio público e, ao mesmo tempo, promovam uma atitude de respeito ao patrimônio coletivo. Essa reflexão será retomada mais à frente.

Enfoque (página 138)

1. De acordo com a tabela, na década de 1740 foram extraídas 28.959 toneladas de ouro das regiões mineradoras. Assim, a informação confirma o texto didático que afirma que a década de 1740 representou o auge da exploração de ouro em Minas Gerais.
2. Espera-se que os estudantes mencionem o progressivo esgotamento das jazidas auríferas.

3. Professor, esse é um excelente momento para discutir a confiabilidade das informações consumidas cotidianamente. Conduza o debate sugerindo que os estudantes sempre pesquisem a idoneidade da fonte apresentada, se representa legitimidade acadêmica, científica ou jornalística e se a abordagem dos dados citados nos quadros, gráficos e tabelas é sensacionalista ou não.

Comentário

A análise crítica das informações que circulam na atualidade, em mídias variadas, está associada à **competência geral da Educação Básica 7**.

Entre saberes (páginas 140-141)

1. Os mineradores revolviam o fundo dos riachos e desviavam o curso dos rios menores para pesquisar metais e pedras preciosas. Havia também a técnica de desviar o curso de um rio contra uma encosta para provocar desabamento de rochas que pudessem conter minerais. Entre os impactos listados estão a modificação da paisagem, o assoreamento dos rios e a destruição de parte significativa da Mata Atlântica.
2. De acordo com a reportagem, o impacto mais comum é a mudança da paisagem. Outro aspecto relevante é o descarte dos rejeitos que podem impactar fortemente o ambiente, contaminando o solo, a água e as formas de vida da região.
3. Ao relacionar textos e imagens espera-se que os estudantes mencionem o desvio dos cursos de rios, a extensão e a profundidade das áreas desmatadas e perfuradas, entre outros elementos.
4. Segundo a reportagem, a função das leis ambientais é minimizar o impacto inevitável da atividade mineradora, protegendo o meio ambiente e as comunidades.

Comentário

Ao problematizar os impactos socioambientais decorrentes das atividades mineradoras do passado e do presente em nosso país, indicando o papel das agências de regulamentação na preservação ambiental e na proteção das populações vizinhas, as atividades promovem o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS302** e **EM13CHS305**. O tema proposto também permite o desenvolvimento da **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT206**. Além disso, contribui-se para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12: *Consumo e produção responsáveis*.

Oficina (páginas 142-143)

1. A exploração comercial no início da colonização foi marcada pelo escambo, ou seja, pela troca de mercadorias entre europeus e indígenas sem o uso de moeda. O principal produto desse tipo de comércio foi o pau-brasil: os nativos cortavam as árvores, preparavam as toras e as transportavam até os navios europeus; em troca, recebiam produtos que não possuíam, como chapéus, espelhos, camisas, facas e outras ferramentas.
2. Para os portugueses do século XV, economia e religião não eram tratadas de forma apartada. Explorar, colonizar e converter faziam parte do processo de fortalecimento de Portugal e da difusão do catolicismo. Os portugueses assumiram a missão de evangelizar povos não cristãos por meio da bula papal *Romanus pontifex*.
3. A fundação de São Paulo de Luanda, o crescimento da produção açucareira no Brasil e a consolidação da escravidão africana na América portuguesa estão interligados e devem ser compreendidos no mesmo contexto. A dificuldade em utilizar indígenas nos engenhos de açúcar, em razão das rebeliões, da oposição dos jesuítas e da alta mortalidade causada por epidemias entre os nativos, somada à lucratividade do comércio de africanos escravizados e à criação de Luanda como importante entreposto comercial de cativos, impulsionou a adoção do trabalho de africanos escravizados na América.
4. A análise conjunta dos mapas das páginas 131 e 134 permite que os estudantes percebam que atividades como a pecuária, a mineração e a coleta das drogas do sertão promoveram a expansão territorial e interiorização da América portuguesa, estando na base de impasses e disputas com a América espanhola. Tais contendas seriam resolvidas somente com as assinaturas dos tratados de Madri (1750) e de Badajós (1801).
5. Resposta: **d**.
6. Resposta: **e**.
7. **a.** A ideia de uma nacionalidade brasileira, vinculada ao território, não existia naquela época. Até fins do século XVIII, todos os homens livres nascidos no Brasil eram considerados súditos do rei de Portugal e, por isso, portugueses.

   b. Para Van der Dussen, os portugueses conheciam muito bem as técnicas empregadas na lavoura canavieira e todos os ofícios necessários aos engenhos, como as atividades de purgar e de temperar o açúcar.

Comentário

A leitura e a interpretação do texto, fonte primária do século XVII, relacionam-se ao desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

8. **a.** O ato de resistência descrito no texto é a sabotagem, composta de ações que interrompiam ou prejudicavam a produção, como incendiar canaviais, estragar a produção de melado ou danificar os dentes do cilindro da moenda. Esses atos ocasionavam prejuízos financeiros ao senhor de engenho.

   b. A desobediência significava para o senhor a perda de parte de sua autoridade, além da desorganização momentânea do sistema produtivo do engenho. Para o escravizado significava resistir à escravidão.

   c. Os escravizados corriam o risco de ser apanhados boicotando a produção. Descobertos e sem nenhuma proteção legal, ficavam à mercê da vontade de seu senhor, que determinava a punição e detinha o direito de vida e morte sobre sua propriedade.

Comentário

Ao problematizar a violência inerente à escravidão, a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS503**.

9. a. Segundo o texto, os invasores tinham "inveja" dos indígenas por causa do domínio sobre o território da Mata Atlântica, caçando, plantando e preparando remédios sem necessitar de aparato algum ("nus e descalços") e sem demonstrar qualquer medo, tal como "feras na floresta".

b. A fala expressa a opinião de um estrangeiro que usa metáforas para explicitar a naturalidade e a destreza dos indígenas em relação à natureza.

c. Espera-se que os estudantes percebam que o texto valoriza a centralidade dos conhecimentos indígenas como determinantes para a sobrevivência e deslocamento na floresta.

Comentário

Ao constatar que os colonizadores dependiam dos conhecimentos dos indígenas sobre a Mata Atlântica, critica-se a qualificação dos ameríndios como "selvagens", "bárbaros" ou "não civilizados", contribuindo para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS105**, além do tema contemporâneo transversal *Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras*.

10. a. Hélio Menezes argumenta que a presença de monumentos que homenageiam colonizadores, escravistas e outras figuras controversas indica que a memória dessas figuras está sendo privilegiada em detrimento de outras. Isso sugere que os espaços públicos não são verdadeiramente inclusivos. Para lidar com esses monumentos, Menezes sugere três abordagens: realocá-los em museus onde possam ser apresentados de forma crítica; derrubá-los como um ato de reparação simbólica; ou confrontá-los com intervenções artísticas que ressignifiquem esses monumentos no próprio local onde estão.

b. Paulo Marins não concorda com a remoção desses monumentos. Ele argumenta que mantê-los pode servir como um lembrete constante de alerta para a sociedade a respeito das injustiças passadas. Para Marins, a presença desses monumentos pode provocar reflexões importantes sobre a história e os valores da sociedade.

c. Professor, ao conduzir o debate, auxilie os estudantes a argumentar com base nos estudos realizados a respeito dos papéis e da representatividade dos monumentos e patrimônios presentes na sociedade brasileira. Anote as ideias dos estudantes e incentive-os a pensar em uma abordagem multifacetada, definida em colóquio com a comunidade. Espera-se que tanto as ideias relativas à remoção para museus quanto as relativas à permanência nos espaços públicos sejam acompanhadas de uma abordagem crítica, de projetos na direção de uma educação patrimonial, de ressignificação e democratização dos espaços, por meio da propositura, por exemplo, de placas explicativas, de *performances* artísticas para problematizar tal patrimônio, da escolha de novos monumentos representativos das memórias subjugadas para ladear os monumentos controversos etc. Entretanto, é preciso ressaltar que as propostas não devem incentivar o crime de danos ao patrimônio público.

Comentário

Ao propor uma atividade com o intuito de desenvolver a educação patrimonial, a cidadania e a capacidade interpretativa dos monumentos do país, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **2**, **7** e **9**.

11. O gênero literário do *slam* é um movimento poético que se expressa na forma de batalhas de poesias e rimas que podem unir temas sociais, culturais e históricos. Em geral, constituem um espaço de resistência, dando voz àqueles que foram silenciados. Geralmente o *slam* apresenta como regras 3 minutos para apresentação de uma poesia autoral e inédita a ser submetida a um júri constituído por 5 pessoas escolhidas aleatoriamente em sala de aula. Para que os estudantes produzam suas poesias é importante que se apropriem do tema da sua apresentação. Oriente os estudantes a pesquisarem as manifestações da cultura afro-brasileira nos livros presentes na biblioteca escolar. Outra estratégia é orientar a navegação pelo *site* do Iphan, que apresenta ampla listagem dos patrimônios materiais e imateriais tombados no país. Na pesquisa, os estudantes entrarão em contato com um breve panorama da cultura afro-brasileira, fornecendo-lhes subsídio para a realização da atividade.

Comentário

Ao propor uma pesquisa sobre manifestações da cultura afro-brasileira seguida da organização de um *slam*, a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS601** e da **competência geral da Educação Básica 4**. A elaboração dos poemas e da apresentação contribui para o desenvolvimento da **habilidade da área de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG301**. A atividade também trabalha o tema contemporâneo transversal *Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras*.

Sugestões

Livros

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650--1720. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2002.

Estudo sobre os confrontos entre os colonizadores e os povos originários do Nordeste, então denominados "bárbaros". A obra destaca a atuação dos vários personagens envolvidos, além dos indígenas: soldados, missionários, representantes da Coroa portuguesa.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **História da África e do Brasil afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

Neste livro, Ynaê Lopes dos Santos apresenta a história interconectada da África e a do Brasil, das sociedades africanas diretamente relacionadas à história brasileira e a dos afrodescendentes. Por meio de uma linguagem simples e didática, o livro abrange um período longo da história e apresenta uma série de exemplos e de exercícios de fixação de conteúdos passíveis de serem apropriados para uso escolar.

UNIDADE 3

ÉTICA E CIDADANIA

A abertura desta unidade (páginas 144-145) tem como objetivo propor uma reflexão acerca do exercício da cidadania, discutindo a historicidade desse conceito na modernidade e a partir de processos históricos como a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Ao provocar os estudantes a imaginarem sociedades desiguais nas quais apenas uma minoria de privilegiados gozava de cidadania plena, é esperado que eles se sensibilizem para o fato de que a noção de cidadania está em constante construção e se aperfeiçoa em razão do engajamento político dos mais variados setores da sociedade.

Conduza o debate incentivando-os a refletir sobre como eles mesmos se reconhecem como cidadãos, os desafios, as dificuldades e o papel que os jovens podem desempenhar no enfrentamento dos problemas históricos que afligem o país, tanto em âmbito local quanto nos planos nacional e global.

Durante a discussão, convém argumentar que a conquista de direitos apenas na lei não equivale à cidadania real. É preciso torná-los efetivos para toda a população. Espera-se que essa discussão proporcione uma oportunidade para que todos possam expressar suas opiniões, de forma respeitosa e democrática, e adquirir valores que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Objetivos de aprendizagem desta unidade

1. Analisar as Revoluções Inglesas, a Revolução Americana e a Revolução Francesa para compreender aspectos políticos e culturais do mundo contemporâneo.
2. Caracterizar o iluminismo, identificando as ideias dos principais pensadores e seus impactos na Europa e nas Américas.
3. Compreender o período napoleônico como a consolidação do Estado burguês na França, analisando seus impactos sobre o mundo colonial ibero-americano.
4. Comparar os movimentos pela independência das colônias hispano-americanas, destacando as rupturas, as continuidades e os interesses dos diversos grupos sociais nos processos emancipatórios.
5. Analisar o processo de independência da América portuguesa, relacionando-o à conjuntura europeia e comparando-o aos processos ocorridos nos demais países do continente.
6. Compreender o processo de construção do Estado nacional brasileiro ao longo do Primeiro Reinado, destacando as guerras de independência, a elaboração da Constituição de 1824 e suas principais determinações.
7. Refletir sobre as revoltas e insurreições que ocorreram durante o período imperial, destacando as motivações e objetivos dos diferentes grupos sociais envolvidos, bem como os respectivos desfechos.
8. Discutir a abolição da escravidão no Brasil, o papel desempenhado pelo movimento abolicionista e a ausência de políticas públicas para os recém-libertos, para compreender aspectos das desigualdades sociais presentes no país.
9. Analisar as políticas de incentivo à imigração europeia no século XIX, seus objetivos nas diferentes regiões e seus impactos na formação da sociedade brasileira.
10. Compreender as iniciativas do governo imperial, a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o papel do Romantismo na construção de uma identidade nacional.
11. Analisar os fatores que levaram ao desgaste da monarquia e à instauração da República.

Capítulo 6 Uma era de revoluções

O capítulo aborda três processos históricos importantes para a demolição dos fundamentos do Antigo Regime no continente europeu. Destacam-se as condições históricas das Revoluções Inglesas (1642-1649), o surgimento e a difusão das ideias iluministas e os impactos da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), a mais icônica delas, designada na periodização tradicional da história como marco do fim do período moderno e do início do período contemporâneo.

Na abertura do capítulo (página 146), o texto didático busca levantar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito do conceito de revolução. Espera-se que os estudantes, ao refletirem a respeito da profundidade das transformações estruturais associadas a esse conceito, tenham condições de distinguir questões pessoais de questões políticas, analisar e aplicar (ou não) tal conceito a processos históricos do passado e apreender ferramentas para a análise dos eventos sociopolíticos do presente.

Ao abordar o tópico *A formação do império comercial inglês* (páginas 147-151), ressalte que as Revoluções Inglesas significaram o fim do absolutismo, a ascensão do parlamento e a consolidação da burguesia no controle do Estado, evidenciando o caráter processual da emergência de novos sistemas políticos que influenciariam a organização dos Estados no mundo contemporâneo.

Para o estudo do tópico *Iluminismo ou a era da razão* (páginas 153-154), vale argumentar que o pensamento iluminista subverteu as bases ideológicas do Antigo Regime e desenvolveu um ideário que fundamenta importantes debates do nosso tempo, como a valorização da razão e da ciência, a defesa da liberdade e da igualdade e a concepção de direitos humanos. Conceitos como contrato social, soberania popular, representação, divisão entre os poderes, democracia e república, entre outros, influenciaram a Revolução Francesa e os processos de independência nas Américas, além de terem inspirado, em diferentes graus, a organização dos novos Estados, inclusive o brasileiro.

Os Estados Unidos encamparam um processo revolucionário, contestando a condição de súditos da monarquia metropolitana britânica com expressiva participação popular (páginas 155-157). Mencione que o principal legado desse processo foi a *Declaração de Independência dos Estados Unidos* (1776), texto que, guiado por princípios iluministas, aponta para o direito de autodeterminação dos povos, para

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

a liberdade e a igualdade. Sem deixar de reconhecer seus méritos, todavia, cabe apontar também os limites e contradições desse movimento, já que a escravidão foi mantida, os indígenas eram perseguidos e as mulheres estavam desprovidas de direitos políticos.

O estudo da Revolução Francesa de 1789 (páginas 158-164) contribui para a compreensão do significado da superação do absolutismo e da sociedade estamental. Os franceses deixavam de ser súditos e transformavam-se em cidadãos franceses, dando contornos ao sentimento nacional, expressando assim as novas relações sociais e políticas em construção, forjando um modelo que inspirou, nas décadas seguintes, novas ondas revolucionárias de caráter liberal-iluminista. Contudo, vale apontar as contradições internas desse movimento que não reconheceu o exercício da cidadania às mulheres, foi conduzido por um período de extrema repressão e criou condições para o surgimento de um imperador, Napoleão Bonaparte.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

Na abertura do capítulo (página 146), ao verificar os conhecimentos prévios dos estudantes, incentivando a elaboração de hipóteses a respeito do término de processos revolucionários, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **2**. Ao tratar de processos históricos como a consolidação do absolutismo na Inglaterra e as Revoluções Inglesas (páginas 147-152), com base na análise de fatores políticos, sociais e econômicos, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **2** e da **habilidade EM13CHS204**.

O estudo do iluminismo (páginas 153-154), considerando a defesa do primado da razão e da ciência sobre o obscurantismo, a abordagem de intelectuais do período identificados com essa perspectiva, o papel do desenvolvimento da imprensa na difusão do ideário iluminista e o impacto de tais ideias no questionamento de antigas estruturas e na reorganização do poder, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS202** e **EM13CHS603**.

O ideário iluminista influenciou sobremaneira a Revolução Americana (páginas 155-157). O capítulo discorre sobre a formação das Treze Colônias Inglesas da América do Norte e o contexto das disputas com a metrópole britânica que consolidou a independência dos Estados Unidos, colaborando para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

A Revolução Francesa (páginas 158-164) teve repercussões profundas em toda a Europa e nas Américas. Ao iniciar o estudo da estrutura da sociedade francesa do Antigo Regime, a análise da gravura contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS103**. Ao discorrer sobre a crise social, política e econômica da França de meados do século XVIII, e ao abordar os momentos de ruptura política e a participação popular no movimento revolucionário, ponderando os avanços e retrocessos que ocorreram entre 1789 e 1799, o texto contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS603**. A radicalização da Revolução, principalmente durante o período do Terror, pode suscitar debates sobre o uso da violência como recurso político, favorecendo dessa maneira o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS503**. Ao refletir sobre as mudanças na vida cotidiana dos franceses em razão da nova ordem política e social instaurada, os estudantes reforçam seu domínio sobre a **habilidade EM13CHS502**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 149)

1. Os estudantes podem mencionar o fato de o cadafalso ter sido montado em um local público e de ter diversas pessoas acompanhando a execução.
2. Espera-se que os estudantes mobilizem seus conhecimentos prévios sobre direitos civis e direitos humanos e sobre o processo de alargamento da cidadania ocorrido ao longo do século XX para discutirem essa questão. Conforme dados da Anistia Internacional, até 2022, 122 países tinham abolido a pena de morte por completo, enquanto 55 ainda mantinham tal procedimento punitivo em sua legislação. Desses, 11 países executaram pessoas nos últimos anos: Estados Unidos, Somália, Sudão, Egito, Irã, Iêmen, Iraque, Arábia Saudita, China, Coreia do Norte e Vietnã. Alguns países ainda realizam execuções públicas. Os estudantes devem inferir que a pena de morte contraria os direitos humanos, conjunto de princípios que prevê o direito à vida, à presunção da inocência, o direito à ampla defesa e a um julgamento justo.

Enfoque (página 152)

1. O rei não pode suspender as leis ou sua execução nem cobrar impostos para uso da Coroa sem autorização do Parlamento; além disso, não pode interferir na eleição ou no funcionamento interno do Parlamento.
2. Espera-se que os estudantes argumentem que a *Declaração dos Direitos*, ao limitar os poderes do rei, significava uma inovação política, enquanto em boa parte das monarquias europeias os reis governavam de modo absoluto. Além disso, as eleições e o livre funcionamento do Parlamento apontavam para uma clara separação dos poderes, que mais tarde influenciaria os sistemas de governo ocidentais.

Comentário

Ao propor a leitura de um trecho da *Declaração dos Direitos*, a atividade favorece a compreensão de processos políticos com base na análise de documentos históricos, auxiliando no desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS603**.

Enfoque (página 157)

1. Pode-se afirmar a influência do iluminismo na *Declaração de Independência dos Estados Unidos* porque o documento questiona a antiga estrutura política que subordinava a colônia à metrópole. Além disso, afirma serem "verdades evidentes" a igualdade entre os homens e a existência de direitos inalienáveis como a liberdade e a busca da felicidade.
2. O documento postulou que as colônias tinham o direito de serem livres, independentes e desobrigadas de lealdade ou de qualquer vínculo político com a antiga metrópole britânica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Comentário

Ao solicitar a leitura e interpretação de uma fonte primária – um fragmento da *Declaração de Independência dos Estados Unidos* – e identificar as influências do iluminismo nesse documento, a atividade favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS603**.

Enfoque (página 160)

1. Os princípios são a igualdade jurídica, a defesa dos direitos naturais (vida, propriedade, segurança e resistência à opressão) e o primado da lei elaborada por cidadãos.
2. Espera-se que os estudantes percebam que, embora muitos países atualmente sejam regidos por legislações que promovem a igualdade jurídica, que afirma que todos os indivíduos têm os mesmos direitos perante a lei, ainda existem desigualdades estruturais e privilégios que favorecem certos grupos em detrimento de outros. Se julgar conveniente, conduza o debate particularizando o caso brasileiro. Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (2021-2022), o país, na ocasião, ocupava o 14º lugar entre as nações mais desiguais do mundo, com o 1% mais rico da população concentrando a mesma riqueza dos 68% mais pobres. Ao aplicarmos marcadores sociais de raça e gênero aos números da desigualdade brasileira, revelam-se alguns dados da persistência do privilégio social no que tange ao acesso facilitado de alguns grupos a melhores remunerações e condições de vida e de trabalho. Incentive o debate, apontando que essas discussões serão retomadas no capítulo 16, *Desafios do Brasil contemporâneo*, deste volume.

Enfoque (página 163)

1. Espera-se que os estudantes percebam que a figura de Napoleão é valorizada na pintura. Destaque alguns elementos: a centralidade de Napoleão na cena, o foco de luz em sua direção e seu semblante calmo e confiante em meio à confusão que ocorre ao seu redor, como se ele fosse, de fato, o homem certo para liderar a França.
2. A cadeira tombada ao chão simboliza a queda do regime por meio do golpe. No segundo plano da imagem, o pintor representou a reação de parte do legislativo contra o ato de Bonaparte, que se encontrava protegido por homens do poder militar.
3. Professor, a questão parte de um contexto histórico específico – a extinção do Diretório na França em 1799 – para propor uma reflexão mais ampla sobre golpes de Estado em outros contextos políticos, nos governos representativos eleitos pelo voto. Espera-se que os estudantes compreendam que a interrupção de governos democraticamente eleitos por meio de golpes de Estado é uma estratégia violenta que gera instabilidade política e jurídica, configurando-se como uma ameaça aos sistemas políticos representativos.

Contraponto (página 165)

1. O panfleto foi uma resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, que não reconheceu os direitos políticos das mulheres. Olympe de Gouges ficou decepcionada com a postura patriarcal de muitos revolucionários, segundo a qual a esfera pública seria reservada exclusivamente aos homens, enquanto o papel das mulheres estaria restrito ao cuidado do lar e dos filhos.
2. No preâmbulo, a autora expõe o objetivo de defender os "direitos inalienáveis e sagrados da mulher" e afirma que a "a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos da mulher são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos". Em outro trecho, argumenta que "o exercício dos direitos naturais da mulher tem como limite apenas a tirania perpétua que o homem lhe opõe", manifestando a crítica à autoridade masculina.
3. O documento elaborado por Olympe de Gouges ofereceu um contraponto à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* ao introduzir a demanda feminina por representatividade política e pelos demais direitos que no contexto revolucionário estavam sendo reivindicados pelos homens.
4. Professor, na condução do debate, lembre os estudantes de que a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* forneceu expressão política e um conteúdo reivindicatório comum às demandas femininas no período. Espera-se que os estudantes infiram que, por se tratar de um documento seminal que exorta as mulheres na direção do exercício da cidadania, o panfleto de Olympe de Gouges permanece como exemplo histórico para inspirar as mulheres na luta contra as desigualdades de gênero.

Comentário

Ao contextualizar e propor a interpretação de trechos da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, a atividade incentiva a reflexão dos estudantes sobre a historicidade da desigualdade de gênero, favorecendo o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS502** e **EM13CHS605**. Dessa forma, contribui-se para atender às prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*.

Oficina (páginas 166-167)

1. A política econômica de Cromwell destacou-se pela criação dos Atos de Navegação – aprovados pelo Parlamento em 1651 –, de acordo com os quais todas as mercadorias que entrassem na Inglaterra só poderiam ser transportadas em navios ingleses ou dos países produtores.
2. Durante um bom período, as Treze Colônias desfrutaram de relativa autonomia em relação à metrópole. Entretanto, quando os britânicos, a partir da década de 1760, tomaram medidas para enquadrá-las nas regras da política mercantilista, com uma tributação coercitiva e leis de restrição comercial, as colônias reagiram. As Treze Colônias britânicas foram as primeiras da América a conquistar a independência, o que serviu de inspiração para movimentos emancipacionistas no continente americano e para movimentos de ruptura com o Antigo Regime na Europa.
3. Na França do século XVIII, o terceiro estado era composto pela burguesia, por trabalhadores urbanos e por camponeses. Ele compunha a maioria da população e, além de ser responsável pela produção agrícola que sustentava o país, pagava diversos tipos de tributo (aos proprietários de

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

terra, à Igreja e ao Estado) e não tinha direitos políticos. No contexto de crise econômica e política pela qual passava a França no período, os camponeses e os trabalhadores urbanos eram duramente penalizados com o aumento de impostos e a escassez de alimentos. Esse quadro impulsionou grandes revoltas populares. A burguesia, que tinha interesse em maior participação política e autonomia econômica, juntou-se aos movimentos populares, divulgando os ideais iluministas, que aos poucos se tornaram a base ideológica de um movimento que culminou no processo revolucionário deflagrado com a tomada da Bastilha.

4. Resposta: **e**.

5. Resposta: **a**.

6. **a.** Os cafés se configuraram como importantes locais de reunião em que as pessoas se encontravam para discutir as questões políticas e sociais de sua época. Os donos dos cafés, como informa o texto, trataram de utilizar a efervescência cultural da época, favorecida pelo aumento da circulação de periódicos, para criar espaços de debate e atrair clientes. Nesses ambientes, sobretudo durante o século XVIII, como resultado dessa experiência, houve, gradativamente, a formação daquilo que hoje é chamado de "esfera pública" ou "opinião pública".

   b. Esses estabelecimentos ajudaram a driblar os obstáculos impostos pelo Estado e pela religião à livre circulação de ideias, já que a simples emissão de opinião entre os frequentadores estava livre de censura. Assim, os cafés se tornaram importantes espaços para debates e trocas de informações e de livros, jornais e panfletos que contestavam a ordem vigente.

   c. Espera-se que os estudantes mencionem que a invenção da imprensa por Gutenberg aumentou a escala de produção e barateou os custos de produção dos livros. Auxilie os estudantes a encontrarem informações sobre os antigos métodos de impressão. Entre os processos existentes, havia a impressão feita por xilogravura, em que uma placa de madeira serve de molde para a produção de uma página impressa. Mas, no século XV, o inventor mecanizou a impressão ao esculpir moldes móveis com letras e números sem que uma nova tábua fosse produzida a cada nova página impressa.

Comentário

Ao demandar leitura e interpretação de fragmento historiográfico sobre a circulação de ideias e a formação de uma opinião pública na época do Antigo Regime, a atividade associa-se às **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS504**.

7. Ao analisarem a tirinha, espera-se que os estudantes percebam que os ideais de liberdade e igualdade propagaram-se no mundo ocidental após a *Declaração do Direitos do Homem e do Cidadão*, durante a Revolução Francesa. Entretanto, ao chamar o personagem de ingênuo, a tirinha expressa uma crítica à permanência das desigualdades sociais, apesar da existência de leis que determinam a garantia dos direitos fundamentais.

Comentário

A questão demanda a leitura e interpretação da tirinha, onde se verifica o contraste entre os princípios defendidos na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* e a permanência de desigualdades flagrantes nas sociedades contemporâneas, contribuindo para mobilizar as **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS502**.

8. **a.** O princípio presente no rascunho escrito por Thomas Jefferson é o da defesa dos direitos humanos fundamentais, em particular os direitos à vida e à liberdade. Com base no conteúdo estudado no capítulo, espera-se que os estudantes infiram que a supressão do trecho que condena a escravidão se justifica em razão da existência do sistema escravagista no sul das colônias.

   b. Espera-se que os estudantes respondam que não, pois ela favoreceu interesses de autonomia econômica e política dos proprietários, mas não teve impacto mais significativo na vida dos escravizados, que permaneceram nessa condição.

   c. O *Juneteenth* é uma celebração que marca o fim da escravidão nos Estados Unidos. A data se refere ao dia 19 de junho de 1865, quando os últimos afro-americanos escravizados foram libertos em Galveston, Texas. Segundo Ashley Munson, a importância do *Juneteenth* reside no reconhecimento e celebração da verdadeira independência e na liberdade dos afro-americanos, que foram historicamente tratados como inferiores, durante a época da escravidão. Munson vê o *Juneteenth* como uma data crucial que marca o início da jornada dos afro-americanos em direção à igualdade e justiça, destacando a luta e os sacrifícios de seus ancestrais para alcançar a liberdade.

   d. Espera-se que os estudantes mencionem, com base no que foi estudado ao longo deste volume, que celebrar coletivamente datas oficiais mais inclusivas, como o *Juneteenth* nos Estados Unidos, tem uma importância significativa para o aperfeiçoamento da democracia, pois serve para reconhecer e valorizar a diversidade cultural, histórica e social de uma nação. Além disso, dá voz a reivindicações de grupos historicamente subalternizados.

Comentário

Ao propor uma atividade que analisa um excerto do rascunho da *Declaração de Independência dos Estados Unidos*, comparando com as demandas dos afro-americanos por representatividade e reparação, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS501** e **EM13CHS603**.

9. Este é um debate que vem ganhando cada vez mais relevância na sociedade dada a velocidade e a dinamização da propagação de informações facilitada pela internet e pelas mídias sociais. Professor, dada a importância do tema, atualmente diversos portais da internet e veículos jornalísticos (impressos ou não) apresentam critérios de identificação de *fake news*. Entre as várias possibilidades, é pertinente indicar a pesquisa em portais como o do Conselho Nacional de Justiça, dos tribunais regionais eleitorais e de universidades do país. A identificação das *fake news* nem sempre é autoevidente, pois cada vez mais tendem a simular a estrutura das notícias e informações convencionais. Entretanto, espera-se que os estudantes mencionem os elementos básicos de checagem

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

de notícia: veículo que propagou a notícia, autor da informação, se o tom é alarmista (ou não), se contém erros gramaticais, se menciona fontes fidedignas ao longo do texto. Além disso, é importante pesquisar a formação dos especialistas eventualmente citados na notícia e se eles de fato existem, para discernir a respeito de sua qualificação para formar opiniões a respeito de determinado assunto. Indica-se verificar também se outros veículos confiáveis de comunicação estão replicando as informações recebidas, para então julgar se é pertinente repassá-las. Como o nome sugere, *fake news* são, literalmente, notícias falsas, boatos, que desvirtuam a formação de uma opinião pública no sentido do bem comum. Esses boatos tratam dos mais diversos assuntos, distorcendo a compreensão sobre política, saúde, religião, enfim, prejudicando o convívio em sociedade, pois relativiza, quando não ignora, o valor da verdade. São propagadas para confundir e difamar pessoas, e seus efeitos deletérios podem ser observados na baixa adesão a campanhas de vacinação, nos linchamentos públicos, bem como na destruição de imagens de políticos e de pautas de interesse social.

Comentário

A atividade propõe uma pesquisa e um debate sobre a produção, a identificação e os impactos da disseminação de *fake news*, contribuindo para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **2**, **5** e **7** e **da habilidade EM13CHS504**.

Sugestões

Livros

GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2003. (Repensando a História).

Nesse livro, o autor aborda as experiências históricas que embasaram as reflexões intelectuais dos iluministas, retroalimentadas pela Revolução Francesa.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos**: estado nacional e narrativa da nação (1776-1900). São Paulo: Edusp, 2023.

O livro trata da formação dos Estados Unidos, discutindo desde os processos e significados da independência estadunidense até a consolidação do Estado nacional.

Capítulo 7 Império Napoleônico e emancipações na América

O capítulo aborda a emergência do Império Napoleônico e as consequências indiretas de sua política expansionista no processo de independência das colônias da América Ibérica. Na esteira do movimento emancipacionista dos países latino-americanos, o texto didático também trata da questão haitiana.

A abertura (página 168) permite levantar os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito dos temas que serão abordados pelo texto didático. Além disso, são propostos exercícios de imaginação histórica para que reconheçam a historicidade de alguns aspectos da conquista de direitos civis, sociais e políticos presentes atualmente entre os cidadãos latino-americanos.

No tópico *Ascensão e queda de Napoleão Bonaparte* (páginas 169-172), os estudantes são confrontados com as consequências contraditórias da Revolução Francesa que culminaram na emergência de um império expansionista. Entretanto, eles também analisarão uma série de medidas institucionais criadas por Napoleão que estruturaram jurídica e economicamente o Estado francês, servindo de modelo para outras nações.

Na sequência, o texto trata da independência do Haiti (página 173). Vale frisar que o movimento bem-sucedido dos escravizados da região repercutiu em todo o continente americano, onde milhões de africanos e seus descendentes foram escravizados. No Brasil, houve o temor do "haitianismo", ou seja, que os escravizados pudessem se influenciar com os exemplos vividos naquela ilha.

Ao tratar de outros movimentos emancipatórios no continente americano (páginas 174-183), enfatize que as independências também significaram a contestação do absolutismo e o abandono, pelos colonos, da condição de súditos das monarquias metropolitanas. As lutas pela emancipação permaneceram na memória dos diferentes países como marco fundador de suas nacionalidades. Foram lideradas pelas elites locais, compostas de comerciantes e proprietários de terras, e contaram com expressiva participação popular, principalmente na América hispânica.

Todavia, cabe salientar que vastas camadas das populações ficaram excluídas da participação na vida pública e mesmo do usufruto da liberdade: os escravizados, os povos originários, as mulheres e a população pobre não proprietária. Essas restrições foram superadas formalmente ao longo do tempo, mas a desigualdade, a exclusão social e os preconceitos raciais permanecem como desafios para as sociedades contemporâneas. Na América Latina, esses problemas compõem, junto com as estruturas econômicas formadas no passado, a nossa "herança colonial".

O trabalho com a BNCC neste capítulo

O texto de abertura (página 168), ao mobilizar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre os processos de independência e ao propor um exercício de imaginação sobre a vida em sociedades com direitos distribuídos desigualmente, relaciona-se à **competência geral da Educação Básica 2**.

Durante o período napoleônico (páginas 169-172) foram superadas as turbulências políticas e as crises econômicas do período revolucionário. A análise das reformas políticas implementadas por Napoleão, que favoreceram os interesses da burguesia e consolidaram o Estado nacional francês, contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS603**.

Ao propor uma análise do processo de independência do Haiti (página 173), considerando as contradições internas da sociedade colonial em São Domingos, as marchas e contramarchas das negociações com a França, e ao identificar os fatores que impediram a recuperação econômica do Haiti independente, o conteúdo contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS204**.

Os movimentos de independência das colônias espanholas (páginas 174-178) tiveram início como uma reação contra o domínio napoleônico na metrópole. A análise dos processos históricos que resultaram na formação das atuais

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

nações hispano-americanas, das semelhanças e diferenças entre eles e das suas propostas e contradições internas, favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS603**.

O processo de independência no México começou com um movimento popular liderado pelos padres Hidalgo e Morelos, que defendiam um programa de reformas sociais. O professor poderá propor aos estudantes a leitura e a interpretação do projeto constitucional elaborado por Morelos (página 176), identificando os princípios defendidos e levantando hipóteses sobre a derrota do movimento. Esse encaminhamento didático favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

Ao analisar os processos emancipatórios das colônias americanas, tanto espanholas quanto portuguesa, com destaque para as mudanças de regime, para as disputas políticas e territoriais na base da formação das novas nações e para a manutenção das situações adversas a que os povos originários foram submetidos, o texto didático contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS601**.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil marca o início do processo de independência (páginas 181-183), desencadeando uma série de transformações. Ao analisar as consequências da abertura dos portos em 1808 e dos Tratados de Comércio e Navegação com o Reino Unido, em 1810, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS201**.

Por fim, o professor pode questionar os estudantes a respeito da relevância da data de 7 de setembro, a partir de uma análise dos acontecimentos deflagrados com a Revolução do Porto, que apontam para a crescente incompatibilidade entre as pretensões das Cortes de Lisboa e o fortalecimento de um projeto de autonomia, perceptível nas medidas tomadas pelo príncipe regente (página 183). Esse encaminhamento didático, que mobiliza a reflexão dos estudantes acerca da formação do Estado e da nação, está associado à **habilidade EM13CHS603**.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Respostas e comentários

Enfoque (página 170)

1. O mapa representa, no continente europeu, o Império Napoleônico e as questões geopolíticas envolvendo a França em 1811.
2. Verifique a coerência dos argumentos apresentados pelos estudantes. É possível inferir que o posicionamento das bases navais britânicas indica a insubmissão ao Bloqueio Continental imposto pela França e a afirmação do poderio do Reino Unido nos mares que banham o continente europeu.
3. Espera-se que os estudantes mencionem que a burguesia francesa poderia aquecer suas indústrias e expandir seus negócios em razão da decretação do Bloqueio Continental, que proibia o comércio de países aliados ou dependentes da França com os britânicos. Entretanto, o bloqueio foi bem-sucedido apenas em parte, pois o Reino Unido permaneceu fornecendo produtos para países neutros, Ásia e Américas. Além disso, a produtividade das indústrias francesas não era capaz de suprir a demanda até então sustentada pelos britânicos.

Comentário

Ao se valer do recurso da cartografia, incentivando a análise do mapa que representa o Império Napoleônico em 1811 para discutir questões da geopolítica europeia no período, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS106**, **EM13CHS201** e **EM13CHS206**.

Enfoque (página 173)

1. Espera-se que os estudantes demonstrem afeição ao analisar a singeleza com que Catherine Flon foi representada costurando a bandeira do Haiti.
2. Espera-se que os estudantes respondam afirmativamente. Além disso, a gravura presente no papel-moeda é um sinal de deferência e de preservação de sua memória.
3. Espera-se que os estudantes mobilizem seus conhecimentos e experiências prévios para apontar que os homens são frequentemente mais lembrados quando o tema é a construção da nação, da nacionalidade e da identidade nacional. Espera-se que eles infiram que, em razão das caraterísticas sociais do período, as mulheres reais (não as alegóricas) acabaram sub-representadas, quando não completamente alijadas da vida pública. É possível imaginar, como consequência dessa situação, o reforço de uma tradição que relegava às mulheres a esfera privada, o cuidado do lar e da família. Vale ressaltar que a falta de referências femininas reforça o machismo e rebaixa a autoestima de meninas e mulheres. Por fim, lembre-os de que a renovação da historiografia, ao propor estudos de gênero, visa também compreender as dinâmicas do apagamento da participação das mulheres nos diversos processos da história.

Comentário

Ao propor uma atividade de análise de uma gravura histórica seguida da reflexão a respeito da sub-representação feminina como símbolos nacionais e as possíveis consequências desse fato, a atividade contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **2** e **3** e das **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS103**. A atividade também contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*.

Enfoque (página 175)

1. Sim. A fotografia de grupos indígenas se manifestando por melhores condições de vida ressalta o papel de agente histórico dessa população.
2. Espera-se que os estudantes mencionem que a veiculação de reportagens e notícias a respeito dos povos indígenas fornece visibilidade aos povos nativos e às suas demandas, em geral silenciados ou ausentes do noticiário das grandes mídias.
3. A fotografia da manifestação indígena na cidade de Quito, Equador, em 2022, representa a atualidade das diferentes concepções de liberdade dos grupos envolvidos na luta pela emancipação da América hispânica ao reafirmar que a experiência vivenciada pelo novo regime político não resolveu as desigualdades sociais e étnicas presentes no país.

Enfoque (página 177)

1. Os personagens da charge parecem protagonizar uma disputa. Do lado esquerdo, de costas, os Estados Unidos são representados pelo Tio Sam, que parece contestar a autoridade do segundo personagem, que foi caracterizado com vestimenta alusiva aos espanhóis. É interessante destacar o fato de que ambos estão pisando sobre o arquipélago cubano, objeto de seus interesses.
2. Desde o século XVIII, os Estados Unidos comercializavam com as colônias espanholas no Caribe, principalmente com Cuba. A tentativa da Espanha de reforçar os laços coloniais levou à reação interna dos cubanos e externa dos Estados Unidos, que buscavam preservar seus interesses comerciais na região.
3. Na charge não se leva em consideração a luta dos cubanos por autonomia política. Nela é abordado somente o embate entre os Estados Unidos e a Espanha. Os dois países estão representados por personagens pisando na ilha; isso mostra que cada um buscava preservar seus interesses, e não o bem-estar da população cubana.

Comentário

Ao propor a leitura e interpretação da charge, relacionando-a ao processo de independência em Cuba e às disputas entre os Estados Unidos e a Espanha pelo domínio da ilha, a atividade permite o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS204**.

Contraponto (página 179)

1. A *Carta da Jamaica* foi escrita em 1815, no contexto das emancipações políticas da América hispânica. Se julgar pertinente, informe aos estudantes que, na ocasião em que escreveu a carta, Bolívar se encontrava exilado na Jamaica após sofrer alguns reveses militares na luta pela emancipação na região da atual Colômbia.
2. A carta elaborada por Bolívar demonstrava que as relações entre a Espanha e as colônias americanas estavam esgarçadas e marcadas por opressão e exploração. Ele expressava de maneira contundente o rompimento dos laços que antes uniam as colônias à metrópole, destacando que, uma vez que os colonos experimentaram a liberdade, não poderiam ser forçados a retornar à servidão. Bolívar acreditava que a luta americana pela independência era inevitável e que o "desespero" da resistência seria uma força motriz para a vitória.
3. Se necessário, solicite que os estudantes façam resumos do conteúdo a respeito dos caudilhos e registrem no caderno os principais elementos da análise realizada por John Lynch. É importante que argumentem que os caudilhos eram figuras de liderança regional que emergiram em grande parte da América Latina no período pós-independência, e suas características principais podem ser divididas em três esferas: econômica, social e política. Proprietários de terras e detentores de armas, os caudilhos eram capazes de liderar grupos de pessoas por meio de laços de dependência, para sustentar seu projeto político. A atuação dos caudilhos se contrapunha aos projetos de unificação americana porque suas lideranças eram baseadas no personalismo e na violência, o que substituía a lei e a ordem institucional.

Comentário

Ao propor a análise de um trecho da *Carta da Jamaica*, bem como de um excerto sobre as características dos caudilhos, que se configuraram como entraves à unificação de parte da América hispânica, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS103** e **EM13CHS204**.

Oficina (páginas 184-185)

1. Os estudantes podem citar: a crítica ao domínio colonial e ao mercantilismo; o contratualismo, ou seja, a ideia de que um acordo entre indivíduos fundamentaria a legitimidade do Estado; a organização do Estado em três poderes; a liberdade de imprensa e de expressão; a implantação de um governo representativo constitucional no lugar do absolutista. As ideias liberais chegaram à América principalmente por meio dos jovens das elites *criollas*, que foram estudar na Europa e conheceram as obras de autores que criticavam o absolutismo e a condição colonial. De volta à América, essa elite letrada propagava as ideias liberais por meio de panfletos e jornais.
2. **a.** Espera-se que os estudantes mencionem que a expansão napoleônica sobre a Península Ibérica apresenta relação com os processos posteriores que culminaram nas independências das colônias presentes na América Latina. No caso da Espanha, com a substituição do rei Fernando VII por José Bonaparte (irmão de Napoleão), houve a criação de juntas governativas autônomas nas colônias cujas experiências política e econômica contribuíram para alimentar o ímpeto de independência em certas regiões das colônias hispânicas. No caso do Brasil, a vinda da família real em reação ao avanço napoleônico significou o fim da condição colonial. Os desdobramentos seguintes impactaram na independência da América portuguesa.

   b. No caso do Brasil, a vinda da família real em 1808 favoreceu a manutenção da monarquia, confirmada pela declaração de independência proferida em 1822, pelo então príncipe regente, dom Pedro I. Esse fato favoreceu coesão política e administrativa para enfrentar revoltas e projetos emancipatórios que surgiram no decorrer desse processo. Já a experiência de autonomia vivenciada pelos vice-reinos da América hispânica contribuiu para a ascensão de elites locais, cujos projetos de poder desembocaram na desagregação territorial e na adoção da forma republicana de governo.

Comentário

Ao considerar a influência da expansão napoleônica sobre os diferentes processos de emancipação na América ibérica, a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS204**.

3. As conjurações Mineira e Baiana ocorreram ainda no período colonial. A primeira defendia a independência da capitania mineira diante da instituição da derrama e do aumento do controle metropolitano na região. Formada por advogados, fazendeiros, clérigos e militares,

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

havia discordância com relação à abolição da escravidão. O movimento foi descoberto antes de eclodir e, de todos os conspiradores envolvidos, Tiradentes foi o único condenado à morte. Já o movimento baiano era formado por grupos sociais mais diversificados e entre suas pautas estava o fim da escravidão. A revolta também foi descoberta antes de eclodir e culminou no degredo e na execução dos revoltosos. A Revolução Pernambucana, a exemplo das outras, também foi influenciada pelos preceitos do iluminismo, porém ocorreu no período em que o Brasil constituía o Reino Unido de Portugal e Algarves. Descontentes com os rumos políticos e administrativos decorrentes da presença da família real, o movimento socialmente diverso, formado por homens livres e escravizados, profissionais liberais, artesãos, entre outros, derrubou o governo local e instaurou uma república, sem, contudo, afrontar a permanência da escravidão. Contaram com o apoio de outras províncias do nordeste e almejavam a independência de parte do Brasil. O governo joanino reprimiu violentamente o movimento, sentenciando muitos revoltosos à morte.

4. Resposta: **a**.

5. Resposta: **d**.

6. Napoleão Bonaparte emergiu como oficial das fileiras da Revolução Francesa. Durante o processo revolucionário, Bonaparte apoiou a ditadura jacobina, lutou pela manutenção da revolução e galgou diversos postos, passando de soldado a general. Sobreviveu à queda de Robespierre, extinguiu o Diretório, última fase da Revolução Francesa, e impôs o Consulado (1799), tornando-se, mais tarde, imperador (1804-1815). O poder exercido por Bonaparte consolidou a racionalidade administrativa iniciada no período revolucionário: Napoleão estabeleceu um Estado forte, constitucionalista, baseado na consolidação do sistema jurídico (Código Civil Napoleônico), na unificação dos sistemas de pesos e medidas, na organização do funcionalismo público, na abolição da servidão e na liberdade religiosa. Esses avanços, em certa medida, eram ideais da Revolução Francesa. Entretanto, a autocoroação de Bonaparte e a centralização do poder, somadas ao restabelecimento da escravidão nas colônias francesas e ao domínio tirânico sobre boa parte da Europa, exercido em benefício pessoal e da França, marcaram os retrocessos de sua política em relação à Revolução Francesa.

Comentário

Ao produzir o texto, no qual se espera que constem os avanços e os retrocessos do período napoleônico, considerando a consolidação do Estado burguês na França e a difusão dos ideais revolucionários por outros países europeus, os estudantes mobilizam as **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

7. **a.** O autor se refere à manutenção da dependência haitiana em relação à sua antiga metrópole.

b. Na condução do debate, informe aos estudantes que, sob o ponto de vista da transição do modelo colonial para o de nações independentes, era fundamental obter o reconhecimento para evitar tentativas de recolonização e de intervenção militar. O Haiti, então, foi obrigado inclusive a obter empréstimos em bancos franceses com juros astronômicos. Incentive a turma a refletir com base nos valores e nas contradições do período, demonstrando que os critérios com que pensamos as relações internacionais atualmente não são válidos para todas as épocas históricas.

c. Essa questão é um desdobramento da anterior. Na condução do debate, é importante mencionar que o Haiti só conseguiu finalizar o pagamento de sua dívida na década de 1940. Estima-se que os 150 milhões de francos-ouro pagos pelo Haiti correspondam, atualmente, sem o acréscimo de juros, a 21 bilhões de dólares. Tal recurso financeiro faltou para investir em obras de infraestrutura, na saúde e na educação do país. Alguns analistas consideram que o fato de o Haiti apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo, sendo apenas o 163º colocado no *ranking*, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) publicado em 2022, tem relação com o passado colonial do país. Atualmente, a questão da reparação histórica aos países colonizados ou que sofreram com as consequências do tráfico transatlântico de escravizados vem sendo debatida também por países africanos e por países da União Europeia. No debate, é importante demonstrar que essa é uma questão delicada: há quem questione se é justo cobrar reparações das gerações atuais por crimes cometidos no passado. Além disso, calcular o valor de uma reparação e garantir que esse dinheiro seja bem utilizado é algo difícil de definir. Entretanto, pode-se pensar em parcerias estratégicas para desenvolver a economia e a infraestrutura dos países que sofreram com o colonialismo. Vale destacar também que esse debate não é apenas sobre compensações financeiras, mas sobre reconhecer a história e as responsabilidades das nações que se beneficiaram da exploração colonial.

Comentário

Ao partir do caso do Haiti para propor uma discussão mais ampla acerca do debate das reparações às nações impactadas negativamente pela herança colonial, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **7**.

8. Em 1820, um grupo de profissionais liberais e comerciantes proclamou a formação de uma Assembleia Constituinte, na cidade do Porto, em Portugal, com o objetivo de elaborar uma Constituição válida para os súditos da Coroa portuguesa de todas as partes do mundo. A Revolução do Porto resultou no retorno de dom João VI e da família real para Portugal, deixando dom Pedro I como regente do Brasil. Nesse contexto, os comerciantes portugueses residentes no Brasil, tendo lucrado muito com a presença da família real na colônia, não aceitavam as medidas que as Cortes portuguesas impunham, e desejavam manter a posição privilegiada do Brasil no Reino Unido. Além disso, os deputados brasileiros estavam em constante desentendimento com seus pares europeus. Nessa conjuntura, a causa da independência ganhou força, vindo a ser proclamada por dom Pedro I em 1822.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

9. a. Espera-se que os estudantes percebam que a linguagem emocional – o tom emotivo utilizado pelo jornal – está intimamente ligado ao momento histórico de independência do país depois de três séculos de colonização portuguesa.

b. Ao afirmar que "Portugal nos insulta", o documento faz alusão às exigências das Cortes portuguesas em relação ao Brasil, como seu retorno à condição de colônia; "a América nos convida" refere-se às colônias que já haviam se tornado independentes no continente americano, como as dos Estados Unidos, da Venezuela, da Argentina e do Paraguai; "a Europa nos contempla" faz referência aos países europeus, sobretudo o Reino Unido, que tinham interesses econômicos no Brasil sem a interferência da Coroa portuguesa; "o príncipe nos defende" refere-se à postura de dom Pedro I, alinhada aos interesses da elite brasileira.

10. a. O documento determina o fim da exploração servil e a supressão dos tributos que recaíam sobre as populações indígenas das Províncias Unidas da Região do Prata, declara a liberdade e a igualdade de direitos entre os indígenas e os demais cidadãos e estabelece a publicação do decreto nas comunidades indígenas, nos idiomas falados pelos indígenas.

b. O autor do texto questiona a eficácia da lei na garantia de condições de igualdade às populações indígenas, uma vez que os anos de exploração e marginalização impostos aos indígenas os teriam tornado de fato "desiguais". Sem uma legislação específica que amparasse essas comunidades, no contexto real de desigualdade em que viviam, a situação delas permaneceria a mesma.

c. Espera-se que os estudantes, com base no estudo do capítulo e na leitura do texto, respondam que a independência das colônias espanholas não garantiu melhores condições de vida aos indígenas, pois esses povos não foram alvo de políticas reparatórias e acabaram enfrentando condições adversas mesmo sob o novo regime político.

Comentário

Ao propor a leitura e a interpretação de uma fonte histórica e de um fragmento historiográfico sobre a situação dos povos indígenas no contexto de pós-independência das colônias espanholas na América Latina, a atividade mobiliza as **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS204** e **EM13CHS601**.

11. Professor, se julgar pertinente, divida a turma em grupos. Auxilie os estudantes na realização da pesquisa em jornais, revistas e livros da biblioteca escolar. Informações históricas a respeito de Cuba e do Haiti também são facilmente encontradas na internet, em *sites*, portais de notícias e plataformas de artigos científicos. É fundamental evitar artigos ou matérias sensacionalistas. Nesse sentido, solicite que apresentem as fontes das pesquisas e os autores dos textos consultados. Ao montar a linha do tempo, espera-se que os estudantes percebam que os dois países sofreram e lidaram de modos diferentes com as interferências geopolíticas do século XIX ao século XXI, muito embora ambos tenham assistido à ascensão de regimes ditatoriais, Cuba com a revolução socialista e instauração do regime castrista (1959) e o Haiti com as ditaduras de François e Jean-Claude Duvalier, que, um após o outro, governaram o país de 1957 a 1986. Se julgar pertinente, solicite aos estudantes que busquem também dados atuais sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desses dois países nos relatórios publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). De modo geral, como propostas, é possível que os estudantes mencionem que, para Cuba, o fim do embargo econômico associado a investimentos em infraestrutura, a abertura gradual da economia e maior liberdade política para a população podem contribuir para o país se modernizar. Já para o Haiti, é crucial a mobilização da comunidade internacional, fornecendo ajuda humanitária e técnica, além de financiamentos em infraestrutura, saúde e educação para reestruturar a economia e fortalecer as instituições do país.

Comentário

Ao propor uma pesquisa a respeito da trajetória histórica no pós-independência de países como Cuba e Haiti, solicitando uma discussão a respeito da superação de problemas estruturais presentes nesses dois países, a atividade contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **2** e **5**.

Sugestões

Artigo

CID, Gabriel; SILVA, Ana Rosa Cloclet. As independências no Brasil e na América hispânica: História, memória e historiografia 200 anos depois. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 91, p. 17-51, set.-dez. 2022.

O artigo introduz publicação especial da *Revista Brasileira de História*, em comemoração ao bicentenário da independência. Os autores percorrem as várias interpretações produzidas pela historiografia sobre o tema da independência do Brasil e dos países da América espanhola.

Vídeo

A independência do Brasil e seus legados. Produção: CPFL/TV Cultura. Brasil, 2020. 50 minutos.

No vídeo, o historiador João Paulo Pimenta discorre sobre o processo de independência do Brasil. Se julgar conveniente, assista ao episódio em sala de aula, discutindo questões como: a independência foi um processo pacífico? Foi uma revolução? Teve participação popular? Qual é seu legado para a formação da nação?

Capítulo 8 O Brasil Império e a cidadania excludente

O capítulo aborda a experiência sociopolítica da monarquia brasileira, discutindo as continuidades e as rupturas com relação ao período colonial. O tópico *A primeira constituinte brasileira* (página 189) destaca a outorga da Constituição de 1824, que estabeleceu a monarquia constitucional como forma de governo, um regime representativo apoiado no voto censitário de uma minoria de homens livres, manteve a escravidão e concedeu poderes excepcionais ao imperador por meio da instituição do Poder Moderador.

Já o tópico *O período regencial* (páginas 192-195) discute os aspectos políticos, as contradições socioeconômicas e

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

os movimentos revoltosos que caracterizaram o período e contribuíram para antecipar a coroação de dom Pedro II. Sugere-se, como atividade complementar, o uso de dois jogos eletrônicos sobre a Revolta dos Malês: *Sociedade Nagô – O Início* e *Sociedade Nagô – O Resgate*, ambos desenvolvidos pela Strike Games, com o apoio, respectivamente, do governo federal e do governo da Bahia. Disponíveis em: https://strikegames.itch.io/. Acesso em: 19 set. 2024. Trata-se de aplicativos *gamificados* gratuitos para computadores e celulares, que promovem o aprendizado histórico de forma lúdica. Caso a escola ou os estudantes disponham dos recursos necessários, recomenda-se que anotem as principais descobertas para posterior discussão em sala de aula. A consolidação do Segundo Reinado (páginas 196-197) ocorreu em meio a disputas políticas entre liberais e conservadores. Destaque para o dinamismo da cafeicultura, que acarretou o deslocamento do polo econômico do país para a região sudeste. Os meios de transporte se modernizavam, as cidades cresciam, e o império investia, por meio das artes, da literatura e de institutos como o IHGB, na construção de uma identidade nacional associada aos valores monárquicos (páginas 204-205).

A proibição do tráfico de escravizados africanos, a partir de 1850 (página 199), anunciava que em breve a escravidão deixaria de existir. No mesmo ano, a Lei de Terras (página 200) tratou de dificultar o acesso à propriedade para a grande maioria da população, incluindo os imigrantes europeus que foram trazidos em massa para trabalhar nas fazendas.

O tópico *O fim do Segundo Reinado* (páginas 206-210) aborda os diversos motivos que contribuíram para o fim da experiência monárquica no Brasil, como os efeitos negativos da Guerra do Paraguai, que elevou os militares ao papel de agentes políticos, e o movimento abolicionista, que passou a exercer crescente pressão sobre o governo.

A esse respeito, como atividade complementar, se houver possibilidade, sugira aos estudantes que assistam ao filme *Doutor Gama*, lançado em 2021 e dirigido pelo cineasta brasileiro Jeferson De (classificação indicativa: 14 anos). Ao longo de 92 minutos, conta-se a biografia de um dos mais importantes líderes do movimento abolicionista. Para tanto, peça aos estudantes que anotem o contexto histórico, os principais personagens, os argumentos utilizados pelos protagonistas e antagonistas e como a trama se relaciona com o estudo do capítulo.

Por fim, destaque que, além da oposição do exército e dos abolicionistas, o governo imperial perdeu o apoio de muitos cafeicultores, descontentes com o processo que culminou na abolição da escravidão em 1888. A monarquia, desgastada, caiu em 15 de novembro de 1889. Mas deixou heranças profundas: o autoritarismo, a concentração da propriedade rural, a desigualdade social e várias outras, questões que se prolongam até o presente.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

Na abertura do capítulo (página 186), apontam-se algumas características do processo de emancipação política do Brasil e da implementação de uma monarquia constitucional, baseada na economia latifundiária e no uso de mão de obra escravizada. Ao relacionar aspectos da história do país com os índices de desigualdade, objetiva-se despertar o interesse dos estudantes para o estudo do tema, contribuindo para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 2**.

Ao estudar a formação e a consolidação do Estado nacional brasileiro após 1822, associando-o às guerras de independência e à participação das mulheres em alguns episódios dessas lutas (páginas 187-188), e ao analisar o processo de elaboração da primeira Constituição do Brasil (página 189), o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

Ao tratar do período regencial, abordando alguns conflitos violentos e sua diversificada composição social (páginas 192-195), e ao analisar as disputas políticas e estratégias que culminaram no Golpe da Maioridade e na antecipação do início do reinado de dom Pedro II (página 196), o texto didático contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS603**.

O texto didático aborda a organização e a estrutura do poder no Segundo Reinado e discute as causas e as consequências da Revolução Praieira, em Pernambuco (páginas 196-197). Ao discutir a instituição do chamado parlamentarismo às avessas e a consolidação do governo imperial em todo o território, o texto didático se associa às **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

Ao discutir de maneira correlacionada o contexto de promulgação da Lei Eusébio de Queirós, da Lei de Terras e a questão indígena no século XIX, abordando as tentativas de assimilação e de resistência (páginas 199-200), o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS401**, **EM13CHS504** e **EM13CHS601**.

Ao analisar os diferentes projetos que envolveram a vinda de imigrantes desde as primeiras décadas do século XIX (páginas 201-202), relacionando com as transformações políticas europeias, com a busca de mão de obra livre para suprir a expansão da economia cafeeira no sudeste e, posteriormente, com teorias racialistas pseudocientíficas (página 203), o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS102**, **EM13CHS201**, **EM13CHS203** e **EM13CHS204**.

Ao estudar as estratégias utilizadas pelo movimento abolicionista (páginas 207-208), as campanhas na imprensa, a formação de associações, ações na justiça, formação de redes de apoio aos escravizados fugitivos, com destaque para o protagonismo de homens e mulheres negros (livres ou não), o texto didático mobiliza a **habilidade EM13CHS504**. A reflexão sobre a condição social dos libertos após 1888 e o reconhecimento das lutas do movimento negro, contra o racismo e pela inclusão social, favorecem o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS601**.

Ao apresentar as mudanças socioeconômicas, a urbanização, o crescimento do movimento republicano e o descontentamento de militares e cafeicultores nas décadas finais do Segundo Reinado (página 210), o conteúdo contribui para desenvolver as **habilidades EM13CHS201** e **EM13CHS603**.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Respostas e comentários

Enfoque (página 188)

1. Espera-se que os estudantes respondam que, no contexto representado na pintura, o ramo de ervas estava sendo utilizado como um recurso de defesa, como uma arma, já que essa planta (cansanção) é conhecida por provocar queimaduras fortíssimas.
2. Espera-se que os estudantes respondam que, na obra de Mike Sam Chagas, as personagens femininas são representadas com posturas altivas, como guerreiras, líderes e combativas, contrastando frontalmente com a postura terna e delicada da indígena retratada na obra de José Maria de Medeiros. Além das características posturais, é possível perceber a suavidade das cores empregadas por Medeiros, enquanto Chagas carrega na intensidade e nos detalhes. Professor, se julgar pertinente, ressalte que a pintura de Mike Sam Chagas é de 2019, ou seja, trata-se de uma obra contemporânea, que foi produzida num contexto de conscientização social, racial e de gênero.

Comentário

Ao propor a análise comparativa de dois quadros brasileiros produzidos em diferentes momentos históricos, refletindo questões identitárias de seu tempo, a atividade contribui para desenvolver as **competências gerais da Educação Básica 1**, **2** e **3** e as **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS103** e **EM13CHS104**.

Enfoque (página 189)

1. Às mulheres estava vedada a cidadania política, ainda que elas tivessem direitos civis. Na prática, seguindo a lógica paternalista, é possível inferir que as mulheres, mesmo as brancas, tinham menos direitos políticos que os libertos.
2. Porque deixou intacto o estatuto da escravidão e excluiu a maior parte da população do direito de votar e ser votado, embora os filhos dos libertos pudessem ter plenos direitos políticos. Ainda assim, o critério censitário os alijava do exercício pleno da cidadania.

Comentário

Ao propor uma reflexão sobre os rígidos limites para exercer direitos políticos, o conteúdo se associa à **habilidade EM13CHS502**.

Enfoque (página 190)

1. A adesão de outras províncias além da de Pernambuco, a rejeição à monarquia e a associação da república à liberdade.
2. O documento é um manuscrito e precisa ser decodificado por meio da paleografia, além de a ortografia ser diferente da convenção atual da língua portuguesa.
3. Espera-se que os estudantes mencionem que o manuscrito pode ter sido avaliado em conjunto com diversas outras fontes do período. Além disso, a análise das estrofes do documento contribui para que se chegue a essa conclusão em razão da menção às províncias envolvidas e do tom republicano alusivo à Confederação do Equador.

Enfoque (página 195)

1. O lanceiro negro foi retratado de maneira altiva, bem trajado e com boa montaria. O pé descalço do lanceiro, possivelmente, indica sua condição de escravizado. Pode-se inferir que a pintura valoriza a participação dos lanceiros na Guerra dos Farrapos.
2. Porque trabalha a representatividade da comunidade negra riograndense, valorizando o papel dos negros na história nacional e tornando a memória histórica brasileira mais diversa e plural.

Enfoque (página 199)

1. O preço dos escravizados aumentou de maneira constante entre 1843 e 1877, mas apresentou um salto mais drástico a partir do quinquênio 1853-1857.
2. A redução da oferta de africanos escravizados em razão da decisão do governo brasileiro sobre pôr fim ao tráfico, associada à ampliação da demanda nas lavouras cafeeiras do sudeste, contribuiu para a elevação dos preços dos escravizados no tráfico interno.

Comentário

A atividade parte da leitura de uma tabela que apresenta a variação nos preços dos escravizados no oeste paulista ao longo do Segundo Reinado, promovendo o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS201**.

Enfoque (página 200)

1. Não. Ao aldear os indígenas, o objetivo da legislação era integrá-los e assimilá-los à lógica dos não indígenas e/ou disponibilizar as terras que eles ocupavam para a colonização.
2. Espera-se que, ao analisarem a gravura, os estudantes destaquem a diferença com relação às habitações e à presença de cercas, elementos que interferiam nos modos de viver dos indígenas. Além disso, o aldeamento está organizado para que a terra se torne produtiva sob o ponto de vista da acumulação de capital, desrespeitando os modos de ser e de fazer tradicionais dos povos originários.

Enfoque (página 204)

1. Espera-se que os estudantes percebam que os imperadores e muitos membros da corte e da elite eram portugueses ou descendentes de portugueses, sendo, portanto, beneficiados pelo discurso de uma suposta superioridade branca.
2. Espera-se que os estudantes respondam que, hoje, há movimentos de valorização da cultura brasileira, destacando a miscigenação, uma das marcas mais fortes da formação da população brasileira, considerada uma das mais miscigenadas do mundo.
3. Espera-se que os estudantes percebam que iniciativas como a fundação do IHGB não propunham uma ruptura com o passado português, mas tinham o papel de construírem uma identidade cultural para a nação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Enfoque (página 208)

1. Espera-se que os estudantes compreendam que as cotas são uma política afirmativa que tem como objetivo promover igualdade de oportunidades aos jovens brasileiros de acessar o Ensino Superior, mitigando os efeitos deletérios da herança da escravidão.
2. Permita que os estudantes exponham livremente seus projetos de vida e expectativas, que serão retomados na seção *Pesquisa em foco* (páginas 402-405). Destaque a importância do Ensino Superior para a inserção no mercado de trabalho, incentivando-os a refletir sobre seus interesses, e a verificar se a carreira e o retorno financeiro estão alinhados com suas pretensões. Por fim, mencione programas de cotas, auxílio moradia, alimentação e bolsas de pesquisa disponíveis em muitas instituições de Ensino Superior no país. O objetivo é iniciar a familiarização com o tema.

Entre saberes (página 209)

1. Espera-se que os estudantes entendam o papel da produção de dados estatísticos para orientar a formulação de políticas públicas governamentais. Esse é um bom momento para apresentar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o seu potencial como fonte de pesquisa confiável para diferentes situações de aprendizagem.
2. Para realizar o Censo de 1872, o governo imperial mobilizou as paróquias do país e distribuiu formulários a serem preenchidos com informações referentes a "nome", "raça", "idade", "sexo", "nacionalidade", "estado civil", "condição social", "religião" e "profissão".
3. De acordo com o recenseamento de 1872, a população brasileira era de 9.930.478 habitantes. Desse montante, 84,7% da população era livre, e o restante, cativa. Com relação às raças, 38,1% da população era formada por brancos, 19,6% por pretos, 38,2% por pardos e 3,9% por indígenas. Pretos e pardos somavam cerca de 60% da população. Além disso, do total de pretos e pardos, 73,7% eram livres. O percentual de cativos naquele momento expressava uma redução em relação à primeira metade do século XIX em razão da cessação do tráfico negreiro e das epidemias de cólera que assolaram esse estrato da população.
4. A atividade contribui para que os estudantes compreendam a importância dos dados estatísticos na administração do Estado. Considerando o contexto histórico da época, é possível inferir que os números do recenseamento poderiam ser utilizados para subsidiar políticas de imigração, com o objetivo de substituir a mão de obra escravizada pela mão de obra livre, por exemplo.

Comentário

Ao realizar a análise de um texto historiográfico em que se dispõem os dados recolhidos pelo Censo de 1872, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS401** e **EM13CHS502**. Ao interpretar os dados estatísticos do Censo de 1872, são mobilizados conhecimentos relacionados à **habilidade de Matemática e suas Tecnologias EM13MAT104**.

Trabalho e Juventudes (página 211)

Professor, esta seção apresenta o curso técnico em contabilidade, destacando o perfil e o campo de atuação do profissional formado nessa área de conhecimento. Proponha a leitura do texto realizando uma breve reflexão sobre a importância do contador profissional para lidar com a burocracia contábil, com o crescimento e credibilidade das empresas, corporações e entidade no mercado etc. Em seguida, comente que, no Brasil, à exceção das microempresas individuais, todas as demais precisam do gerenciamento de sua contabilidade. Por isso, este setor se apresenta bastante favorável no mercado de trabalho.

Comentário

Ao apresentar os campos de atuação dos contadores como forma de contribuir para que os estudantes realizem escolhas alinhadas com seus projetos de vida, o conteúdo contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 6**.

Oficina (páginas 212-213)

1. Havia três grupos com interesses políticos distintos. Os liberais exaltados defendiam as liberdades individuais, o federalismo e a descentralização administrativa. Os liberais moderados queriam um Estado forte e centralizador, além da continuidade do regime escravocrata. Já os chamados restauradores defendiam a volta de dom Pedro I e um Estado centralizador.
2. Desde a década de 1840, Brasil e Paraguai tinham problemas políticos envolvendo questões fronteiriças e o direito à utilização das bacias do Rio da Prata e do Rio Paraguai. A Guerra do Paraguai acarretou importantes consequências para o Império Brasileiro. Com o fim do conflito, o exército passou a exigir maior participação na política nacional. Além disso, a guerra gerou aumento da inflação e da dívida externa brasileira.
3. A Revolta dos Malês, embora guardasse semelhanças com outras revoltas regenciais, foi organizada por libertos e escravizados. Além disso, o islamismo desempenhou um papel fundamental na motivação e na estratégia da revolta, evidenciando as peculiaridades desse movimento.
4. Entre as causas da crise da monarquia e da proclamação da república no Brasil, podemos citar: o fortalecimento do movimento republicano, especialmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul; a insatisfação do exército, que, fortalecido após a Guerra do Paraguai, passou a exigir mais interferência na política brasileira, opondo-se à monarquia; o descontentamento do setor agrícola mais tradicional com a abolição da escravatura.
5. Resposta: **e**.
6. **a.** Os autores admitem que os menos privilegiados buscavam soluções para os seus problemas no nível pessoal, e não no institucional. Isso deriva da presença marcante do clientelismo local, que criava vínculos pessoais entre votantes e votados.

   b. A regularidade das eleições no Império do Brasil, embora contribuísse para a prática contínua do ato de votar, nem sempre significava o fortalecimento das instituições

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

democráticas. Como o trecho mencionado aponta, o sistema eleitoral da época era marcado pela falta de representação efetiva das demandas populares.

Comentário

Ao refletir sobre a ocorrência de eleições e a representatividade no período monárquico, a atividade favorece o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS603**.

7. a. Porque os pequenos posseiros e as comunidades indígenas não conseguiam comprovar a posse da terra que ocupavam por meios legais e oficiais nem comprá-la, conforme a nova realidade fundiária instaurada pela Lei de Terras.

b. A promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, ao proibir o tráfico negreiro, sinalizava o fim da escravidão e ampliava a urgência de mão de obra. A Lei de Terras, ao obliterar o acesso às terras da nação aos imigrantes e à massa da população desprovida de recursos financeiros ou de meios para comprovar a posse, garantia a existência de um contingente de pessoas despossuídas, que seriam força de trabalho num tempo de substituição dos escravizados por trabalhadores livres.

Comentário

Ao relacionar a Lei de Terras à Lei Eusébio de Queirós, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS401**.

8. a. Martius buscava compreender o que seria a autêntica identidade nacional brasileira. Em uma terra onde viviam brancos, negros, indígenas, imigrantes e todos os mestiços derivados das relações entre eles, havia a dificuldade de forjar uma ideia de identidade que abarcasse toda essa diversidade.

b. A teoria de Martius, de que o brasileiro seria formado pela fusão das três raças primordiais (branca, negra e indígena), ia ao encontro das intenções do governo, que estimulava a construção de uma ideia de identidade nacional para o país.

9. Professor, auxilie os estudantes na organização de um texto dissertativo-argumentativo. Retome os aspectos estruturais do texto, explicitando a valorização da produção de um texto claro, coerente e coeso. Espera-se que os estudantes argumentem que o passado colonial e escravista está na raiz das desigualdades sociais no Brasil expressas nos gráficos. Além disso, devem ser consideradas as rigidezes sociais e raciais na elaboração de uma proposta que rompa com a estratificação social do país. Auxilie os estudantes na análise dos textos que produziram. Solicite que façam a releitura do material, verificando se há coerência digressões, ou seja, desvios momentâneos do tema e do assunto, além de generalizações indevidas. É importante, ainda, que identifiquem se há sentenças contraditórias ou superficiais, marcadas pela falta de dados ou por apelos emocionais exagerados. Após esse exercício, se julgar pertinente, solicite que reescrevam o texto. Essa atividade contribui para que os estudantes identifiquem e superem suas fragilidades argumentativas, preparando-os também para ler, interpretar e compreender os textos de terceiros.

Comentário

A elaboração de propostas de intervenção para reduzir as desigualdades raciais no Brasil colabora para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS503**. A produção de um texto dissertativo-argumentativo contribui para o desenvolvimento da **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG104**. Além disso, a atividade contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

10. a. No quadro de Victor Meirelles são representados religiosos, colonizadores e indígenas.

b. A pintura de Victor Meirelles representa a primeira missa realizada no Brasil, em 1500, conforme indica o próprio título. A interpretação do evento expressa a chegada e a instalação da Igreja Católica na colônia e o início de sua missão de converter os indígenas. A reunião dos três grupos de personagens (religiosos, colonizadores e indígenas) sugere a fundação do Brasil por meio do encontro e de uma aparente harmonia entre eles, construída em torno da religião imposta pelos portugueses aos nativos.

c. Espera-se que os estudantes respondam negativamente. Com base no que foi estudado no capítulo, os indígenas reais eram alvo de políticas assimilacionistas e sofreram com perdas territoriais.

d. Espera-se que os estudantes argumentem que a falta de representatividade dos negros nas obras dos pintores românticos se refere a uma forma de apagamento do passado e do presente escravagista. Na ocasião, a escravidão sofria oposição interna e de países estrangeiros.

Comentário

A análise e problematização dos significados da pintura contribuem para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS103**.

Sugestões

Livros

DOLHNIKOFF, M. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.

A autora, especialista no tema, apresenta um estudo abrangente sobre o período monárquico no Brasil, com destaque para a formação do Estado-nação e respectivas disputas políticas, a vida cultural, o fim da escravidão, a crise da monarquia e a proclamação da República.

KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

Com base em uma pesquisa documental robusta, a obra explora as representações indígenas, a criação de um campo etnográfico no IHGB e as práticas etnográficas ligadas ao governo imperial. Livro também disponível na versão digital.

Filme

Abolição. Direção: Zózimo Bulbul. Brasil, 1988. 152 minutos.

O documentário, produzido por uma equipe formada quase exclusivamente por afrodescendentes, discute a escravidão, os sentidos da abolição e o significado de ser negro no Brasil, no ano em que se comemorou o centenário da Lei Áurea.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 4

TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A abertura desta unidade (páginas 214-215) tem como objetivo propor uma reflexão acerca dos impactos da Revolução Industrial e das transformações decorrentes do uso intensivo de tecnologias no mundo do trabalho. Ao provocar os estudantes sobre o modo como as gerações anteriores lidaram com os saltos tecnológicos, é esperado que eles reconheçam a historicidade das demandas atuais e dos dilemas que afligem as classes trabalhadoras.

Conduza o debate propondo uma discussão a respeito das possíveis relações entre desenvolvimento tecnológico, mercado de trabalho e desemprego, incentivando-os a compartilhar quais eram as profissões e as atividades exercidas por seus antepassados, com o objetivo de identificar se essas ocupações se tornaram obsoletas ou se continuam relevantes para os caminhos que desejam traçar e construir seus projetos de vida.

Objetivos de aprendizagem desta unidade

1. Examinar as mudanças socioeconômicas e culturais provocadas pela Revolução Industrial para compreender aspectos do mundo do trabalho na contemporaneidade.
2. Caracterizar a expansão do capitalismo abordando as correlações entre desenvolvimento industrial, técnico e científico.
3. Reconhecer a historicidade da conquista de alguns direitos trabalhistas e propor medidas de enfrentamento à persistência da exploração da mão de obra infantil.
4. Discutir a relação entre Revolução Industrial e impactos ambientais.
5. Reconhecer os aspectos do liberalismo econômico e caracterizar as revoluções liberais europeias do século XIX.
6. Analisar a emergência do nacionalismo como fenômeno histórico, associando-o a fatores políticos e culturais.
7. Comparar entre si as teorias críticas ao capitalismo: socialismo utópico, anarquismo e socialismo científico.
8. Discutir as causas e as consequências da expansão imperialista e os movimentos de resistência ao imperialismo nos continentes asiático e africano.
9. Analisar os fatores que contribuíram para a eclosão da Primeira Guerra Mundial e os custos humanos desse conflito.
10. Identificar as causas da Revolução Russa e analisar as medidas implementadas pelo governo bolchevique.

Capítulo 9 Revolução Industrial e expansão do capitalismo

A Revolução Industrial iniciada pelos britânicos no século XVIII e a expansão do capitalismo nos países ocidentais, ao longo do século XIX, configuram-se como processos determinantes para as transformações nas relações socioeconômicas, de trabalho, de consumo, com repercussões culturais, políticas e filosóficas constituintes do mundo contemporâneo.

A abertura do capítulo (página 216) avalia os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito do tema.

A caracterização da Revolução Industrial (páginas 219-221), enfatizando a emergência de novas relações de produção, trabalho e consumo, de classes sociais, urbanização, desigualdade social, permite a compreensão da gênese de importantes questões contemporâneas, fornecendo fundamentos para reflexão e atuação cidadã dos estudantes.

Como atividade complementar, o professor pode propor a análise de duas fontes históricas apresentadas no capítulo: o fragmento de texto em que Engels descreve as condições de vida num bairro operário de Londres (página 225) e o trecho da Carta de Josiah Wedgewood (página 226), que narra um episódio do movimento quebra-máquinas. Solicite que comparem o conteúdo, identificando a época em que foram produzidos, seus autores e o enfoque de cada documento. Questione quais relações é possível traçar entre eles. A atividade contribui para a compreensão do contexto acerca das transformações sociais provocadas pela mecanização da produção.

No século XIX, mais países se industrializaram além do Reino Unido (página 230). Os avanços científicos e tecnológicos associados a esse processo maximizaram a produção e a circulação de mercadorias, resultando na expansão do capitalismo industrial por todo o planeta.

O tema contemporâneo transversal *Ciência e tecnologia* está presente em toda a discussão do tópico *Desenvolvimento tecnológico e científico no século XIX* (páginas 231-233). O debate sobre a institucionalização e a profissionalização das ciências e seu papel nas atividades econômicas e no bem-estar dos indivíduos contribui para desnaturalizar e discutir a importância das ciências na atualidade.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

O capítulo discorre sobre os vários fatores que concorreram para a Revolução Industrial britânica do século XVIII (páginas 217-221). Ao discutir a emergência de novas formas de trabalho e abordar as relações sociais e os impactos no processo produtivo advindos das transformações técnicas, o conteúdo favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS401**, **EM13CHS403** e **EM13CHS404**.

O estudo das condições de vida nas cidades industriais britânicas e dos impactos ambientais da Revolução Industrial, verificados ainda na época (página 224), associado à reflexão sobre a exploração intensiva dos recursos naturais, a devastação das florestas e o acúmulo de dejetos da indústria e da mineração, intensificados desde então, permite o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS301** e **EM13CHS304**.

Ao tratar do impacto da introdução do maquinário no processo produtivo, da exploração intensiva da mão de obra fabril, da desigualdade social e dos movimentos de insurgência e contestação do período (páginas 225-227), o capítulo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS401** e **EM13CHS504**.

O século XIX foi marcado pela expansão do capitalismo industrial (páginas 230-233) para além do Reino Unido. A construção de extensas redes ferroviárias representou uma revolução nos transportes e as cidades cresceram, em número de habitantes e em importância econômica. Ao analisar esse conjunto de transformações, os estudantes desenvolvem a **habilidade EM13CHS201**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 219)

1. O artesanato ou o sistema doméstico, na primeira imagem e a maquinofatura, na segunda imagem.
2. Na primeira imagem, utilizam-se ferramentas simples, resultando em baixa produtividade. O trabalho é organizado em base familiar e no espaço doméstico. Na segunda imagem, há poucas operárias manuseando várias máquinas, que produzem centenas de carretéis ao mesmo tempo. O ambiente é fabril e o trabalho, assalariado.

Comentário

Ao propor a análise de mudanças nas relações de trabalho por meio da comparação de gravuras artísticas de época, a atividade contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 3** e das **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS103**, **EM13CHS401** e **EM13CHS403**.

Enfoque (página 221)

1. O texto constata o vertiginoso aumento da produtividade devido ao uso de máquinas no processo produtivo têxtil.
2. Espera-se que os estudantes ponderem que a introdução do maquinário no processo produtivo simplificou o trabalho e aumentou a produtividade, porém resultou em desemprego e redução de salários para os trabalhadores.
3. Os estudantes podem mencionar diversos exemplos em que trabalhadores vêm sendo substituídos pelo uso de máquinas, como a mecanização de linhas de produção, o uso de robôs ou as transações bancárias realizadas pela internet ou caixas eletrônicos. Durante a correção da atividade, informe que, embora de maneira desigual, ao mesmo tempo que alguns empregos desaparecem, outros são criados. A esse respeito o desenvolvimento tecnológico gera demandas de mão de obra ligadas à ciência de dados e às engenharias.

Comentário

A atividade, ao propor uma reflexão a respeito de alguns aspectos do mundo do trabalho, contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: *Trabalho decente e crescimento econômico*.

Enfoque (página 223)

1. Trata-se de um gráfico de linhas. No eixo vertical, informações sobre a evolução do PIB (valor expresso em libras) e, no eixo horizontal, informações sobre o crescimento demográfico a partir do século XIX. A linha descreve acelerado crescimento da economia a partir do século XX.
2. Espera-se que os estudantes argumentem que o gráfico refuta as ideias de Thomas Malthus, uma vez que o crescimento econômico, a partir da Revolução Industrial, foi muito mais intenso que o aumento populacional do Reino Unido no mesmo período.

Comentário

A análise do gráfico, que correlaciona crescimento demográfico e evolução do PIB, ao fornecer evidências a respeito dos limites de um aspecto, favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS102**, **EM13CHS103** e **EM13CHS106**. Além disso, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades de Matemática e suas Tecnologias EM13MAT203** e **EM13MAT102**.

Enfoque (página 224)

1. As consequências ambientais e sanitárias no início da Revolução Industrial incluíam a transformação da paisagem em razão da crescente demanda por carvão, vegetal e mineral, poluição do ar e da água, condições insalubres nas cidades industriais, surtos de doenças como cólera e disenteria, além de altas taxas de mortalidade infantil.
2. Além de medidas individuais mais corriqueiras como apresentar um comportamento não consumista, utilizar transporte público, bem como os recursos naturais de maneira consciente, os estudantes podem mencionar outras atitudes, como pressionar políticos para que assumam pautas ambientais e garantam o cumprimento da legislação ambiental nacional.

Comentário

Ao abordar as questões ambientais da atualidade decorrentes das ações antrópicas, a atividade favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS301** e **EM13CHS304**. A atividade está associada ao tema contemporâneo transversal *Educação ambiental* e sugere um trabalho interdisciplinar abordando a **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT206**.

Contraponto (páginas 228-229)

1. Auxilie os estudantes a perceberem que Eric Hobsbawm, logo nos dois parágrafos iniciais do texto, argumenta a existência de uma tendência em debater os resultados da Revolução Industrial segundo seus aspectos materiais. Embora o autor não desconsidere esses elementos, sua crítica vai na direção de pautar o debate sobre as transformações socioculturais provocadas por esse processo revolucionário.
2. Conforme o autor, as classes sociais mais abastadas se beneficiaram de muitas maneiras: as propriedades rurais se valorizaram em razão do aumento da procura de produtos agrícolas e com a expansão da urbanização e das unidades produtivas sobre seus territórios. Já os trabalhadores foram transformados em assalariados recebendo baixos salários. Além disso, foram submetidos a uma rotina de trabalho exaustiva. O trabalho se tornou cada vez mais urbano e as condições de vida da classe dos trabalhadores pioraram sensivelmente.
3. Professor, destaque no debate que, embora as inovações produtivas e políticas de crédito tenham facilitado o

acesso a bens de consumo, a desigualdade social não foi resolvida. As análises de Eric Hobsbawm ajudam a refletir sobre a realidade brasileira mostrada nas fotografias. Em 2022, o mercado de luxo cresceu 50%, enquanto 100% dos lares tinham geladeira, mas considerando bens menos essenciais, apenas 70,2% tinham máquina de lavar e 49,8% tinham carros. Nesse mesmo ano, o endividamento das famílias chegou a 80%. O acesso a bens de consumo aumentou, mas as classes trabalhadoras continuam mais vulneráveis às crises econômicas.

4. Professor, espera-se que os estudantes reflitam sobre as condições de trabalho no mundo atual, comparando-as com as do início do processo de industrialização. É importante mencionar que as formas e as relações de trabalho não permaneceram inalteradas. A evolução das conquistas trabalhistas é um exemplo de concessões feitas ao longo desse tempo. Além disso, o desenvolvimento científico e tecnológico diversificou e qualificou os empregos disponíveis, porém também produziu desemprego em massa e criou empregos precários.

Comentário

Ao sugerir uma reflexão acerca dos resultados humanos da Revolução Industrial problematizando um recorte da realidade brasileira, a atividade contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 2** e das **habilidades EM13CHS402** e **EM13CHS404**.

Enfoque (página 230)

1. Espera-se que os estudantes argumentem destacando os números da produção de ferro em países como o Reino Unido, os Estados Unidos, a França e a Alemanha, além da expansão da malha ferroviária mundial e da urbanização em diversas cidades europeias.

2. É provável que os estudantes sugiram que a racionalização do espaço, em substituição às construções sinuosas do período medieval, facilita a circulação de pessoas e mercadorias.

Oficina (páginas 234-235)

1. O pioneirismo britânico no século XVIII resultou de vários fatores: a hegemonia no comércio internacional e as Revoluções Inglesas criaram condições políticas e econômicas favoráveis à industrialização, com a ascensão da burguesia e aumento da demanda produtiva. A expropriação de camponeses forneceu mão de obra para as manufaturas, enquanto as jazidas de carvão e ferro garantiram energia e matéria-prima. Além disso, a inventividade humana foi crucial no desenvolvimento do maquinário que expandiu a produtividade britânica.

2. **a)** F; **b)** V; **c)** V; **d)** F.

3. **a)** Trata-se de um movimento insurrecional iniciado em fins do século XVIII que se estendeu até meados do século seguinte e se baseava na invasão de fábricas e de quebra de suas máquinas e ferramentas. O movimento recebeu esse nome em homenagem a Ned Ludd, personagem identificado nesse processo de resistência.

   b) O cartismo foi um movimento de reivindicação operária que teve início em Londres na década de 1830. A estratégia dos cartistas baseava-se na elaboração de petições assinadas por milhões de pessoas, com o objetivo de pressionar o Parlamento a atender às exigências dos trabalhadores como aumento salarial, redução da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil, sufrágio universal masculino, entre outras. O movimento acabou sendo desarticulado nas décadas seguintes em razão da repressão do Estado.

   c) Ao longo do século XIX, os trabalhadores organizados foram conquistando, paulatinamente, alguns direitos trabalhistas: em 1833, conseguiram limitar o trabalho infantil entre 10 e 13 anos a 48 horas semanais e, entre 13 e 18 anos, a 69 horas semanais. Mais tarde, em 1847, depois de muitas greves, os trabalhadores conseguiram a redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias. Já em 1871, os sindicatos foram finalmente legalizados.

4. Resposta: **a**.

5. Resposta: **e**.

6. No sistema de produção fabril, o tempo é fundamental para a produtividade e lucratividade, pois produzir mais em menos tempo e com menores custos é um princípio da indústria capitalista. Os trabalhadores assimilaram as categorias de seus empregadores e empreenderam disputas pelo tempo, reivindicando, por exemplo, a redução da jornada para dez horas e o pagamento de horas extras, incorporando o tempo às suas mobilizações.

Comentário

Ao propor uma interpretação crítica do fator "tempo" no processo produtivo, que envolve diferentes sujeitos e disputas, a atividade favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS401** e **EM13CHS404**.

7. **a)** Os valores representados no gráfico aumentam a partir de 1850, entrando em período ascendente até o ano 2020.

   b) No gráfico, é representada a evolução da emissão de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera em um período coincidente com a expansão do capitalismo mundial. A partir de meados do século XVIII, com o aperfeiçoamento da máquina a vapor, o carvão mineral tornou-se um dos principais combustíveis para a geração de energia. Mais tarde, o petróleo também passou a ser utilizado como fonte energética, incrementando as emissões de dióxido de carbono na atmosfera.

   c) Espera-se que os estudantes mencionem, como consequência, a elevação da temperatura média do planeta, resultando no derretimento das geleiras polares, no aumento do nível dos oceanos e em alterações climáticas. Esses efeitos prejudicam a vida marinha, a agricultura e a disponibilidade de alimentos, além de provocar eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e tempestades intensas, ameaçando a extinção de diversas espécies.

Comentário

A atividade propõe uma reflexão sobre o aquecimento global com base na análise de um gráfico que representa a evolução dos índices de dióxido de carbono na atmosfera, entre 1750 e 2019, mobilizando as **competências gerais da Educação Básica 1** e **2** e a **habilidade EMC13CHS302**. Além disso, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT206** e **EM13CNT309**.

A abordagem proposta está relacionada ao tema contemporâneo transversal *Educação ambiental*.

8. A relação entre os progressos industrial, científico e tecnológico nos séculos XVIII e XIX é de interdependência. No contexto da Revolução Industrial, o desenvolvimento de tecnologias a vapor pela indústria estimulou a formulação de leis e teorias a respeito de seu funcionamento. Por outro lado, à medida que físicos e químicos avançavam suas compreensões sobre processos mecânicos e energéticos, o conhecimento produzido foi passível de ser apropriado para o desenvolvimento tecnológico e a expansão da produção.
9. Professor, retome as orientações sobre a produção de um texto dissertativo-argumentativo, enfatizando a necessidade de coerência e coesão. Se necessário, ofereça informações adicionais sobre o trabalho infantil perigoso, que inclui atividades em condições insalubres e jornadas excessivas, como em carvoarias, mineração e abate de animais. Tais trabalhos causam danos à saúde, como problemas cardiorrespiratórios e depressão. Espera-se que os estudantes relacionem dados estatísticos com o Estatuto da Criança e do Adolescente, propondo medidas para erradicar a exploração infantil. Tal exploração é crime e deve ser denunciada. Professor, auxilie os estudantes na análise dos textos que produziram. Auxilie-os na revisão de seus textos, avaliando a coerência temática, evitando digressões e generalizações. Se necessário, peça uma reescrita para melhorar a argumentação.

Comentário

Os estudantes deverão produzir um texto dissertativo-argumentativo sobre a erradicação da exploração da mão de obra infantil em nosso país. A atividade contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **7** e **10** e da **habilidade EM13CH606**. Além disso, é mobilizada a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG104**. Essa proposta está associada ao tema contemporâneo transversal *Direitos da criança e do adolescente*.

Sugestão

Livro

FREEMAN, Joshua Benjamin. **Mastodontes**: a história da fábrica e a construção do mundo moderno. São Paulo: Todavia, 2019.

O livro aborda a revolução provocada pelo surgimento das fábricas e pela mecanização da produção. Trata-se de uma história abrangente, do pioneirismo britânico até os dias de hoje.

Capítulo 10 Ideias e ideologias do mundo contemporâneo

O foco deste capítulo é o século XIX europeu, que se caracteriza por intensas disputas políticas e ideológicas, bem como pelo avanço do capitalismo industrial, desdobramentos da Revolução Francesa e da Revolução Industrial.

As ideias de "democracia", "igualdade de direitos", "cidadania", "nação" e "nacionalidade", hoje valorizadas e norteadoras da vida política da maioria dos países (inclusive aqueles não europeus), foram consolidadas paulatinamente ao longo dos processos históricos que se desenvolveram na Europa ao longo do século XIX. A abertura do capítulo (página 236) incentiva os estudantes a reconhecer os processos históricos das conquistas de direitos como forma de valorizá-los e ampliar o exercício da cidadania.

As ondas revolucionárias de 1820, 1830 e 1848 (páginas 237-241) clamavam por liberdade e igualdade, de acordo com os princípios do liberalismo. As classes burguesas interessavam-se, principalmente, pela liberdade de iniciativa econômica. Já as classes trabalhadoras urbanas reivindicavam o sufrágio universal, a liberdade de associação e melhorias nas condições de vida e de trabalho. Paralelamente, o nacionalismo ganhava força, fomentando movimentos de independência e a formação de novos países, configurados como Estados-nação (páginas 242-246). Nas últimas décadas do século, movimentos sufragistas se organizavam na luta pelo direito das mulheres à participação política, expandindo os significados de "igualdade" e "democracia" (páginas 248-249).

A pauperização das classes trabalhadoras e as péssimas condições de trabalho nas fábricas fomentaram a organização da classe operária na defesa de seus interesses e levaram à formulação de propostas alternativas ao capitalismo: o socialismo utópico, o anarquismo e o socialismo científico (páginas 250-253). As ideias formuladas por Marx e Engels embasaram boa parte das revoluções sociais a partir de então. E permanecem no horizonte dos debates políticos até o presente.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura do capítulo (página 236), ao instigar os estudantes para o estudo dos processos históricos que embasaram a construção do mundo contemporâneo, contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

O tópico *As revoluções liberais na Europa no século XIX* (páginas 237-241), ao discutir as "ondas revolucionárias", os resultados nos diferentes países e as diferentes concepções de liberdade, conforme a classe social, e ao apresentar os grupos privilegiados com a ascensão das monarquias constitucionais, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS603**.

A emergência da ideologia nacionalista (páginas 242-245) acompanhou as revoluções liberais do século XIX. Ao analisar o nacionalismo como fenômeno histórico, identificando os elementos políticos e culturais (como o romantismo) que colaboraram para seu desenvolvimento, os estudantes reforçam o domínio sobre a **habilidade EM13CHS102**. Ao discutir a questão do nacionalismo na Europa central e, ao analisar os processos de unificação da Itália e da Alemanha, o conteúdo colabora para o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

O tópico *A luta pela cidadania* (páginas 246-249), ao abordar as contradições entre o avanço do capitalismo, a implementação de legislações liberais em diversos países europeus e a exploração da mão de obra operária, discute questões relativas à igualdade jurídica e à desigualdade social, bem como a organização feminina na reivindicação pela igualdade de direitos, sem barreiras censitárias ou de gênero, contribuindo para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS401**, **EM13CHS404**, **EM13CHS502** e **EM13CHS504**.

Por fim, o tópico *Socialismo, anarquismo e movimento operário* (páginas 250-255), ao propor a análise das críticas dos socialistas e dos anarquistas à ordem vigente, bem como suas propostas alternativas para a organização da sociedade, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204**, **EM13CHS205** e **EM13CHS401**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 239)

1. A mulher que segura a bandeira representa a liberdade conduzindo a revolução. Na tela, é possível identificar soldados ao chão, feridos ou mortos, representando as tropas reais; do lado direito da imagem, o garoto portando armas representa a juventude; do lado esquerdo, o homem de cartola representa a burguesia e, atrás dele, um homem de boina e camisa branca remete aos trabalhadores.
2. Em seu quadro, Delacroix apresenta a Revolução de 1830 como um movimento vitorioso da burguesia e das camadas populares contra as forças aristocráticas e absolutistas.
3. Espera-se que os estudantes mencionem que a pintura apresenta um aspecto imaginativo e onírico ao retratar os personagens em poses dinâmicas e envoltos em uma névoa que confere dramaticidade à cena. Além disso, a figura feminina que representa a Liberdade, carregando a bandeira da França – um símbolo patriótico –, sugere a união de diferentes classes sociais em torno de um propósito comum, associando-se ao espírito emotivo da arte romântica.

Comentário

Ao analisar a pintura como representante de determinado movimento artístico, buscando desvendar as intenções estéticas e políticas de seu autor, a atividade contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 3** e da **habilidade EM13CHS103**.

Enfoque (página 241)

1. Espera-se que os estudantes mencionem a posição destacada dos civis na condução do levante. O trono em chamas indica que o alvo revolta popular era a monarquia francesa.
2. A bandeira francesa presente na gravura, em contraposição ao trono em chamas, indica o caráter nacional e republicano desse levante.
3. Professor, durante a correção da atividade, relembre os estudantes que o uso da máquina a vapor na mecanização da imprensa barateou a produção de jornais e panfletos. Além disso, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte – como telégrafos e ferrovias – facilitou a circulação de pessoas, imagens e notícias naquele contexto revolucionário. A notícia da queima pública do trono de Luís Felipe percorreu a Europa, e sua representação também foi reproduzida nos Estados Unidos. Espera-se que os estudantes infiram que isso aconteceu devido à simbologia do evento, que expressava ideais liberais, como a igualdade jurídica e o direito à representatividade política, além do ímpeto revolucionário contra as monarquias e os contextos autoritários na Europa.

Enfoque (página 243)

1. Espera-se que os estudantes mencionem que o aprendizado da língua materna é fundamental para a construção da identidade nacional e para o acesso aos códigos e ao repositório cultural de uma nação.
2. A atividade tem como objetivo desenvolver o raciocínio crítico dos estudantes. Espera-se que percebam que o analfabetismo limita a continuidade dos estudos e o acesso a oportunidades de emprego mais bem remunerado. Além disso, restringe o exercício pleno da cidadania, reduz a produtividade da força de trabalho e contribui para a perpetuação da pobreza e da desigualdade social, pressionando para baixo os indicadores de desenvolvimento do país. Como estratégias para superar esse problema, os estudantes podem mencionar programas de alfabetização de jovens e adultos, o desenvolvimento de políticas de incentivo à leitura nas comunidades e escolas, entre outras iniciativas.

Enfoque (página 247)

1. Espera-se que os estudantes, ao analisarem a pintura de Samuel Luke, indiquem que a persistência da pobreza representa uma contradição sociopolítica nos regimes liberais do século XIX, pois as péssimas condições econômicas alijam grandes parcelas da população do exercício da cidadania.
2. Os estudantes podem mencionar que muitos intelectuais formularam concepções teóricas e orientações práticas na tentativa de contribuir para a superação das desigualdades no período. Destacam-se também o associativismo e as revoltas protagonizadas por homens e mulheres na busca por expandir direitos políticos e trabalhistas, pleiteando por melhores condições de vida e de trabalho.

Enfoque (página 249)

1. A resposta depende dos conhecimentos prévios dos estudantes. Em caso de resposta negativa, avalie se esse desconhecimento se refere a uma possível falta de compreensão dos processos históricos como um todo ou à baixa representatividade da história das mulheres e de suas lutas nos temas que norteiam o debate público em geral.
2. Encaminhe o debate discutindo a permanência de situações que incidem em preconceito e violência contra as mulheres. Para tanto, pode-se recorrer às notícias e reportagens veiculadas nas mídias sobre esse tema. Lembre os estudantes da existência de canais de denúncias para esses crimes, como o número de telefone 180, o aplicativo Direitos Humanos no Brasil e a página da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Trabalho e juventudes (página 251)

A seção aborda um campo profissional da atualidade: a gestão de cooperativas. Trata-se de um modelo que rompe com a hierarquia das empresas tradicionais e promove o desenvolvimento e a organização de pequenos produtores e empreendedores que, em lugar de competirem entre si, unem-se para ampliar seu poder de negociação e alcance de novos mercados.

Comentário

A seção contribui para que o estudante tenha contato com uma forma particular de organização do trabalho: o cooperativismo, propiciando o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 6**. A análise do cooperativismo também possibilita que os estudantes reflitam sobre relações de produção, capital e trabalho em diferentes contextos, contribuindo para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS404**.

Enfoque (página 253)

1. Espera-se que os estudantes percebam que a reivindicação por conquista de direitos trabalhistas é uma expressão da luta de classes. A existência da desigualdade social, segundo tal concepção, também pode ser compreendida como expressão de um exemplo da luta de classes.
2. A revolução encabeçada pelo proletariado levaria à implantação do Estado socialista, cuja função seria complementar o desenvolvimento tecnológico para elevar a produção de riquezas e distribuí-las de forma igualitária.

Enfoque (página 254)

1. A principal diferença entre a Primeira e a Segunda Internacional está na estrutura e estratégia. A Primeira Internacional (1864-1870) buscava unir diferentes correntes operárias, mas sofreu com conflitos entre marxistas e anarquistas. A Segunda Internacional (1889-1916) foi mais coesa, focando em questões trabalhistas, mas se fragmentou com o início da Primeira Guerra Mundial devido a divergências sobre o conflito.
2. Professor, incentive os estudantes a mencionar suas opiniões de forma clara e respeitosa. Espera-se que os estudantes percebam que o contexto sociopolítico e trabalhista atual difere daquele do início do século XX, entretanto, as comemorações atuais do 8 de março e do 1º de maio mantêm parte dos ideais originais, como também agregam outras pautas. O Dia Internacional das Mulheres, que nasceu da luta por igualdade de gênero, foca nos direitos das mulheres, incluindo o combate a todos os tipos de violência e de discriminação de gênero. Já o Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores celebra os direitos trabalhistas historicamente conquistados, podendo ser reatualizado em razão de precarizações nas relações sociais de trabalho. Em resumo, os ideais de justiça e igualdade permanecem, mas as comemorações ganharam novas camadas e interpretações ao longo do tempo.

Entre saberes (páginas 256-257)

1. O livro foi ambientado entre os anos de 1815 e 1832, em um momento conturbado da política francesa localizado entre a restauração e queda da dinastia dos Bourbon e ascensão dos Orleans. Esse contexto é marcado por crises econômicas e políticas que Victor Hugo, na introdução da obra, descreve como caracterizado pela exclusão social, fome e pela exploração tanto dos trabalhadores quanto das crianças.
2. Espera-se que os estudantes citem que Jean Valjean e sua irmã são oriundos das classes populares e que viviam em condição de vulnerabilidade e carestia econômica. É possível chegar a essa conclusão em razão de descrições como a do furto do pão e das dificuldades enfrentadas pela irmã de Valjean em sustentar seus filhos.
3. Os estudantes podem mencionar a pobreza, o desemprego, a falta de assistência social e a desproporcionalidade das leis que condenou um homem, responsável pelo sustento de sua família, à prisão nas galés em razão do furto de um pão para saciar a fome de seus familiares.
4. Auxilie os estudantes a organizar suas ideias durante o debate. É possível que, como distanciamentos entre o contexto de produção do livro *Os miseráveis* e a realidade brasileira atual, mencionem a existência de leis trabalhistas e de assistência social para as camadas mais vulneráveis. Entretanto, como aproximações, é possível que os estudantes argumentem a permanência da miséria, da falta de saneamento básico e das situações de mendicância presentes em muitos centros urbanos brasileiros.

Comentário

Ao propor a interpretação de um trecho de obra literária significativa do século XIX, com o objetivo de discutir as da sociedade da época e as permanências das desigualdades e injustiças sociais, a atividade contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 3** e das **habilidades de Língua Portuguesa EM13LP01** e **EM13LP46**.

Oficina (páginas 258-259)

1. Socialismo científico: **b**, **d**; Socialismo utópico: **a**; Anarquismo: **c**.
2. Resposta: **b**.
3. Resposta: **a**.
4. **a)** Espera-se que os estudantes argumentem que o liberalismo é considerado uma doutrina ambígua porque, enquanto está na oposição ao Antigo Regime, ele assume um caráter subversivo, combatendo o absolutismo e a autoridade monárquica. No entanto, quando os liberais chegam ao poder, seu aspecto conservador se manifesta, evitando a ampliação dos direitos às classes populares. Assim, o liberalismo luta contra o passado (o Antigo Regime) quando está fora do poder, mas também resiste a mudanças mais profundas, como a ampliação da democracia, quando está no controle.

   b) As políticas liberais do século XIX em relação ao voto podem ser interpretadas como uma manifestação dessa ambiguidade. Elas restringiram o direito ao voto impondo critérios censitários e de escolaridade, limitando a participação popular na política nacional.

Comentário

A leitura e a interpretação do fragmento historiográfico favorecem o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS101**. Ao refletir sobre o caráter ambíguo do liberalismo, no contexto do século XIX, os estudantes mobilizam a **habilidade EM13CHS501**.

5. **a)** A interpretação do excerto permite inferir que as diferenças entre esses movimentos se referem ao objetivo de cada um deles: o Estado-nação é uma máquina burocrática que administra um território a partir de um conjunto de instituições políticas e militares. Já a construção do nacionalismo refere-se às ações de políticos, intelectuais e artistas na tentativa de construir uma identidade comum e partilhada por todos os povos reunidos sob a mesma esfera administrativa. O nacionalismo legitima a ação do Estado-nação.

b) A declaração de Massimo d'Azeglio revela as diferenças e distâncias entre o movimento de fundação do Estado-nação italiano e a emergência do nacionalismo no país. Destaca-se que, no processo de unificação da Itália, foram amalgamados povos com manifestações culturais muito distintas. Com a implementação dessa nova máquina burocrática, tornou-se necessário criar um sentimento de identidade nacional para legitimar o governo instituído em toda a Península Itálica.

Comentário

Ao refletir sobre as diferenças entre o "nacionalismo" e a formação do Estado-nação, mobilizando o exemplo italiano, a atividade contribui para desenvolver as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS204**.

6. A gravura, que representa Otto von Bismarck como um grande ogro devorando soldados, relaciona-se diretamente com o processo de unificação alemã, pois o primeiro-ministro prussiano declarou guerra contra a Dinamarca (1864), a Áustria (1866) e a França (1870) com o objetivo de expandir o território e forjar o nacionalismo entre os alemães.

Comentário

Ao propor a interpretação de charge francesa produzida no contexto da unificação alemã, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS204**.

7. **a)** Trata-se de um cartaz do contexto do movimento sufragista, favorável ao voto feminino, que enfatiza a igualdade, simbolizada pelos dois gansos brancos em torno de uma tigela na qual está escrita a palavra "votos".

b) Na legenda, os dizeres "aquilo que vale para o ganso macho também vale para o ganso fêmea" manifestam a ideia de igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Comentário

A interpretação e a análise da charge, relacionada ao movimento sufragista e à luta emancipatória das mulheres, contribuem para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS504**.

8. **a)** Professor, incentive os estudantes a relacionar a importância de 1848 com o conceito de luta de classes e as implicações das revoluções frustradas na análise marxista. Em 1848, processos revolucionários se fizeram sentir em praticamente toda a Europa. Entretanto, as classes proletárias saíram esfaceladas desses episódios em razão da repressão aos trabalhadores e da perseguição ao associativismo e à imprensa operária.

b) Professor, explore com os estudantes a relação entre crescimento econômico e distribuição de riqueza, e como isso reforça a análise crítica de Marx sobre o capitalismo. Espera-se que os estudantes respondam que, segundo Marx, o desenvolvimento industrial concentrou riqueza nas mãos das classes empresariais e dirigentes, e aprofundou as dificuldades entre as classes operárias.

c) Marx, por meio de seu discurso, busca convencer seus interlocutores de que a única maneira de resistir à defasagem que se amplia entre a classe operária e a burguesia é a união internacional e fraterna entre os trabalhadores.

Comentário

A interpretação do fragmento de Karl Marx a respeito da desigualdade social e em favor da solidariedade internacional entre os trabalhadores contribuem para o desenvolvimento das **habilidade EM13CHS101** e **EM13CHS205**.

9. Professor, incentive os estudantes a realizar suas pesquisas em jornais, revistas, nos livros presentes na biblioteca escolar, bem como na internet, se houver disponibilidade. O objetivo da questão é discutir os direitos assegurados às mulheres no Brasil, bem como analisar a desigualdade salarial atual. Na pesquisa, se julgar pertinente, oriente-os a ler o seguinte artigo: DIEESE. Síntese especial: subsídios para o debate – a lei da igualdade salarial entre homens e mulheres, Lei nº 1.085, de 2023. **DIEESE**, São Paulo, n. 13, p. 1-15, jul. 2023. A publicação apresenta os indicadores socioeconômicos que expressam as desigualdades de gênero, com marcadores sociais da diferença de raça, mobilizados pelo projeto que fundamentou a promulgação da Lei nº 14.611, de 3 julho de 2023. Trata-se de um texto facilmente encontrado na internet e que, se for o caso, pode ser disponibilizado para os estudantes em sala de aula. Pode-se solicitar também a leitura de: BRASIL. Lei nº 14.611, de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm. Acesso em: 8 set. 2024.

Essas leituras oferecem subsídios para a realização da atividade de pesquisa. Promova um debate incentivando os estudantes a apresentar os dados levantados e suas propostas para combater a desigualdade de gênero no país. Entre as medidas, é possível que apontem estratégias como multas para empregadores que discriminam mulheres, transparência dos critérios salariais, promoção de programas de inclusão, entre outras. Durante o debate, oriente os estudantes a utilizar os dados pesquisados para estruturar e fundamentar suas argumentações de forma clara, objetiva e alinhada ao tema proposto.

Comentário

O trabalho de pesquisa sugerido mobiliza as **competências gerais da Educação Básica 2** e **9** e contribui para o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS402** e **EM13CHS502**. A atividade contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*.

Sugestões

Livros

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Nesta obra, que é referência importante sobre o nacionalismo, o historiador e sociólogo britânico apresenta um ensaio sobre a emergência do sentimento nacional, abordando também contextos extraeuropeus.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

Nesta obra dirigida ao grande público, a autora discute questões relacionadas à pesquisa da história das mulheres e suas fontes. O livro está organizado em grandes temas e apresenta riqueza de informações sobre a vida das mulheres no século XIX, especialmente na França.

Capítulo 11 Imperialismo, guerra e revolução

Os processos históricos discutidos neste capítulo abrangem as últimas décadas do século XIX, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Uma época de mudanças profundas e de conflitos sangrentos, com repercussões duradouras, que se estendem até o presente.

A expansão imperialista protagonizada pelos países industrializados da Europa, pelos Estados Unidos e pelo Japão significou uma expansão do capitalismo por praticamente todo o planeta, atingindo regiões até então relativamente isoladas, como o interior do continente africano e vastas regiões da Ásia (páginas 261-270). Se, por um lado, essas regiões foram beneficiadas com algumas das novidades da Segunda Revolução Industrial (como a energia elétrica e as ferrovias), por outro a dominação colonial deixou marcas profundas nessas sociedades.

As disputas por novos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas agravaram as tensões entre as potências europeias. A crise dos Bálcãs, com o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, foi o elemento catalisador que quebrou a frágil estabilidade da Europa, em um momento histórico marcado pela corrida armamentista, pela formação de alianças militares e exacerbação do nacionalismo. O tópico *A Primeira Guerra Mundial* (páginas 271-275) apresenta as características inéditas do conflito como o envolvimento de muitas nações, o emprego de armas químicas, o amplo esforço de guerra, que movimentou diversos setores da sociedade dos países envolvidos, e o saldo astronômico de mortos e feridos no conflito. O nacionalismo, por exemplo, levou milhões de europeus a apoiarem a guerra em 1914.

Por fim, ao tratar do tópico *A Revolução Russa* (página 276), destaque que esse evento histórico repercutiu ao longo de quase todo o século XX, inspirando movimentos socialistas e comunistas ao redor do mundo, além de influenciar as dinâmicas geopolíticas do período.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura do capítulo (página 260) apresenta os temas que serão tratados no capítulo: a emergência do nacionalismo, a expansão do capitalismo, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Ao levantar os conhecimentos prévios dos estudantes e incentivar a elaboração de hipóteses acerca da existência de guerras e conflitos, o conteúdo contempla as **competências gerais da Educação Básica 1** e **2** e contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS504**.

Ao analisar a expansão imperialista, bem como as diferentes formas de dominação e os argumentos que justificaram os avanços sobre os territórios da África, da Ásia e da América Latina (páginas 261-270), o texto didático contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS201** e **EM13CHS203**.

As reflexões sobre as justificativas ideológicas associadas à partilha e à exploração da África, que atribuíam aos novos colonizadores uma "missão civilizadora" (página 267), favorecem o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS105**.

A análise da expansão territorial estadunidense e de sua política imperialista sobre a América Latina (página 269-270) associa-se às **habilidades EM13CHS201** e **EM13CHS204**. A análise da Primeira Guerra Mundial (páginas 271-275), considerando os antecedentes, as características do conflito, a entrada dos Estados Unidos, a saída da Rússia, bem como a compreensão do reordenamento geopolítico decorrente do resultado da guerra e dos termos estabelecidos pelos tradados de paz, mobilizam as **habilidades EM13CHS202** e **EM13CHS204**.

Para compreender os processos históricos que culminaram na Revolução Russa (página 276), os estudantes deverão considerar o contexto social, político e econômico do Império Russo. Ao analisar a disseminação das ideias socialistas, a fundação do Partido Social-Democrata Russo e sua divisão, os efeitos da guerra sobre a população, a atuação dos sovietes, a ruptura com o czarismo em fevereiro e a revolução bolchevique em outubro de 1917 e suas consequências, os estudantes mobilizam as **habilidades EM13CHS201** e **EM13CHS603**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 262)

1. Segundo Cecil Rhodes, a conquista de novas terras nas colônias seria a solução para o problema social no Reino Unido. Rhodes acreditava que, se não houvesse novos territórios para instalar o excedente populacional do país, corria-se o risco de uma guerra civil sangrenta.
2. É possível que os estudantes apresentem respostas diferentes a essa questão. A afirmação pode ser interpretada de maneira literal, relacionando-a com a necessidade de alimentar os britânicos, ou de forma metafórica, considerando as consequências negativas da dominação imperialista sobre os povos colonizados.

Enfoque (página 266)

1. Reino Unido e França.
2. A lógica dos interesses econômicos das potências industriais europeias.
3. Espera-se que os estudantes percebam que as populações africanas foram privadas de seus recursos naturais e humanos. Além disso, a dominação política estrangeira imposta limitou os mecanismos de representação e de autodeterminação dos povos. Destaca-se também que tais processos foram caracterizados pela violência, por assassinatos e pela sujeição de muitos povos nativos ao trabalho forçado.

Comentário

Ao propor a análise do mapa do continente africano sob domínio imperialista, identificando a presença europeia e a lógica de demarcação de fronteiras empregada naquele contexto, a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS106**. Ao propor aos estudantes que reflitam a respeito dos efeitos do imperialismo sobre os povos colonizados, contribui-se para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: *Redução das desigualdades*.

Enfoque (página 270)

1. Roosevelt foi representado como um gigante que segura um porrete, tem armas na cintura e puxa uma frota de navios a vapor como se fosse brinquedo de criança no mar do Caribe. Dessa maneira, denota-se seu poder sobre os países caribenhos.
2. A política externa do governo Roosevelt está diretamente relacionada à Doutrina Monroe, mas com uma interpretação mais intervencionista. Enquanto a Doutrina Monroe pregava a não intervenção europeia nas Américas, sob a justificativa de manter a independência dos países americanos, a política de Roosevelt realizou intervenções militares pontuais e cooptou lideranças regionais para submeter a autonomia de países latino-americanos aos interesses dos Estados Unidos.

Entre saberes (página 274)

1. O texto permite perceber que o esforço de guerra também se expandiu para a ciência e a pesquisa acadêmica. Espera-se que os estudantes mencionem que a guerra criava a necessidade de desenvolver novos armamentos e formas de ataque, e a química se apresentava como um campo promissor para esse fim. Além disso, muitos cientistas estavam motivados por um forte senso de dever patriótico, buscando garantir a vitória de suas nações.
2. Porque as armas químicas, além do impacto físico devastador, também se tornaram arma psicológica, causando medo extremo entre os soldados em razão da morte terrível com sofrimento prolongado que elas provocavam.
3. Espera-se que os estudantes indiquem que o "padrão preocupante" a que o autor refere-se está ligado à utilização do conhecimento científico e ao envolvimento direto dos cientistas em projetos bélicos e destrutivos, desconsiderando as consequências éticas e humanitárias.
4. Espera-se que os estudantes mencionem que os usos sociais das ciências podem gerar dilemas éticos quando o conhecimento científico é empregado para fins destrutivos ou exclusivamente mercadológicos, ignorando o bem-estar dos animais, os impactos ao meio ambiente, à saúde dos indivíduos e à sociedade como um todo. Na segunda parte da questão, é possível que os estudantes citem a utilização das ciências para promover o desenvolvimento sustentável e combater as desigualdades sociais, por exemplo. Conduza o debate discutindo os diferentes usos das ciências e a importância dos regulamentos e protocolos que assegurem compromissos éticos no campo científico.

Comentário

Ao propor a leitura de um texto de divulgação científica que discute o envolvimento de cientistas e a aplicação do conhecimento científico no desenvolvimento bélico e ao incentivar reflexões acerca da apropriação social das ciências para fins pacíficos, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS202** e **EMCHS504**. Além das **habilidades de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT304** e **EM13CNT305**. O tema contemporâneo transversal *Ciência e tecnologia* está presente em todo o desenvolvimento dessa seção. Por fim, o debate proposto permite contemplar as prerrogativas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16: *Paz, justiça e instituições eficazes*.

Enfoque (página 276)

1. O cartaz apresenta um globo terrestre onde dois personagens são retratados em situação de disputa, aparentemente sobre o território russo. No primeiro plano, o personagem de vermelho representa um bolchevique atacando um indivíduo caracterizado como representante da burguesia, que está caindo do planeta. O uso da cor vermelha e do sol, ao fundo, iluminando a cena, reflete a mensagem de que o estaria vencendo a luta contra o capitalismo. O título "A batalha decisiva" reforça ainda mais a ideia de que este é o momento final da luta entre o proletariado e o capitalismo, prometendo a vitória dos trabalhadores.
2. Espera-se que os estudantes mencionem que o objetivo deste cartaz era claramente motivar, inspirar e mobilizar os trabalhadores e soldados russos para a causa revolucionária, desumanizando o inimigo, retratado de forma pejorativa e com traços exagerados.
3. O cartaz se insere no contexto da guerra civil na Rússia, na qual os bolcheviques formaram o Exército Vermelho para assegurar a vitória da Revolução.

Trabalho e Juventudes (página 277)

Professor, esta seção apresenta o curso técnico em publicidade, destacando o perfil e o campo de atuação do profissional formado nessa área. Ressalte a descrição das tarefas que cabem a esse profissional, o domínio de diferentes linguagens e mídias, no planejamento e na execução de projetos, e o papel da publicidade no mundo contemporâneo.

Comentário

Ao apresentar o surgimento e os vínculos da publicidade no mundo contemporâneo, o texto da seção contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS401**.

Oficina (páginas 278-279)

1. **a)** Os britânicos adotaram uma política de livre mercado na Índia, inundando o país de tecidos a baixo preço. Com isso, a produção local foi destruída. Na China, os britânicos introduziram o comércio do ópio e, diante da resistência do governo chinês, iniciaram um conflito militar, e o país asiático foi obrigado a aceitar relações comerciais extremamente desfavoráveis.

   b) A partir da Era Meiji, o Japão iniciou uma política de ocidentalização e de modernização capitalista, adotando a expansão imperialista sobre alguns territórios vizinhos, como a Manchúria, a China e a Coreia.
2. **a)** A Primeira Guerra Mundial foi desencadeada por uma série de fatores, como o imperialismo e a crescente concorrência econômica e política entre as potências europeias, a corrida armamentista, a formação de alianças militares, como a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente, e a exacerbação do sentimento nacionalista.

b) Os Bálcãs eram uma região bastante instável, marcada pelos anseios nacionalistas dos sérvios e pela expansão do Império Austro-Húngaro, que já havia anexado a Bósnia e a Herzegovina. O assassinato de Francisco Ferdinando (herdeiro do Império Austro-Húngaro), atribuído a um militante radical da causa sérvia, acirrou as tensões na região. Sérvia e o Império Austro-Húngaro declararam guerra um ao outro. A Rússia apoiou a Sérvia. Em razão disso, a Alemanha declarou guerra à Rússia e à França, iniciando-se a Primeira Guerra Mundial.

c) A entrada dos Estados Unidos significou um enorme reforço para as tropas aliadas em armas e suprimentos, além de um grande estímulo psicológico para os soldados. Depois disso, o bloco liderado pelos alemães foi se esvaziando até a rendição completa.

3. A guerra foi um desastre para os russos, pois causou perdas territoriais, desaceleração da indústria, inflação e desemprego, aprofundando os problemas econômicos enfrentados pelo país. Embora a Primeira Guerra Mundial não tenha conduzido diretamente à Revolução Russa, o conflito contribuiu para alimentar os movimentos sociais de oposição que visavam à retirada do czar Nicolau II do poder.

4. Resposta: **b**.

5. Resposta: **a**.

6. **a)** A coesão e a unidade da sociedade nandi eram garantidas por sua organização territorial, pela liderança centralizada e pela ausência de rivalidades entre clãs. Essa coesão foi crucial para resistir à invasão britânica, pois garantiu uma estrutura militar forte, permitindo uma resistência eficaz e prolongada.

   b) Espera-se que os estudantes mencionem que a organização social e política de povos como os nandis era interpretada como sinônimo de atraso e desorganização, o que justificaria o imperialismo sobre o continente americano. Entretanto, os nandis constituíam uma sociedade altamente estruturada, coesa e militarmente eficaz, desafiando a visão colonialista que negava a complexidade e a capacidade das sociedades africanas.

Comentário

Ao tratar da sociedade nandi e de sua resistência às tentativas de colonização dos britânicos, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS102**, **EM13CHS103** e **EM13CHS203**.

7. **a)** De acordo com o depoimento de Binding, os combatentes da Primeira Guerra Mundial enfrentavam condições terríveis nas trincheiras. Corpos em decomposição contaminavam o local de onde alimento e água eram retirados. Além disso, a visão dos corpos espalhados e das ruas e estradas destruídas contribuíam para o cenário de desolação.

   b) Os cartazes publicitários transmitiam mensagens patrióticas, que valorizavam o heroísmo dos soldados. O relato do soldado mostrava uma versão mais fiel à realidade dos campos de batalha, em que os combatentes viviam no limite da resistência física, em trincheiras sem condições mínimas de higiene e correndo risco iminente de morte.

Comentário

A atividade propõe a comparação entre as versões expressas pelo depoimento do soldado alemão e pela propaganda de guerra veiculada pelo cartaz, contribuindo para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS103**.

8. Professor, oriente a produção do texto dissertativo-argumentativo retomando alguns aspectos formais em relação à estrutura do texto. É importante explicar aos estudantes que as pessoas obesas apresentam maiores probabilidades de desenvolver doenças articulares, respiratórias e circulatórias, além de hipertensão e diabetes. Entretanto, nada justifica a gordofobia, que é um tipo específico de preconceito que envolve a aversão a pessoas gordas ou obesas. Se julgar pertinente, esclareça que o Índice de Massa Corporal (IMC) foi criado na década de 1830, com dados de companhias de seguros médicos europeias, sem levar em consideração a diversidade étnica existente pelo mundo. No século XIX, as pseudoteorias científicas racistas associavam preguiça, selvageria, gula e gordura corporal para estigmatizar os povos africanos e legitimar a exploração colonial. Vale destacar que a gordofobia, ao longo do tempo, se constituiu em um tipo de preconceito que se opõe ao ideal de beleza magro. Atualmente, ela atinge boa parte da população brasileira, impactando negativamente a autoestima das pessoas.

Comentário

A proposta de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo ao desnaturalizar o preconceito de gordofobia, identificando momentos de sua construção histórica, contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **10** e se associa às prerrogativas das **habilidades EM13CHS502** e **EM13CHS503**. Além disso, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG101** e **EM13LGG102**.

Sugestões

Livros

BERTONHA, João Fábio. **O imperialismo**. São Paulo: Contexto, 2023.

O autor discute o desenvolvimento do capitalismo e do imperialismo em perspectiva histórica, discutindo as consequências para os povos e continente dominados até a emergência da Primeira Guerra Mundial.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra**: histórias e civilizações. Salvador: Edufba, 2011. t. 2.

No segundo tomo desse grande projeto que percorre uma história abrangente do continente africano, o historiador congolês tece uma reflexão a respeito das questões contemporâneas, discutindo os processos de dominação e resistência ao neocolonialismo e as conquistas e os desafios da região na contemporaneidade.

UNIDADE 5

ESTADO, PODER E DEMOCRACIA

A abertura desta unidade (páginas 280-281) promove uma discussão a respeito dos princípios, da historicidade e do contexto sociopolítico da publicação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, destacando a importância desse documento jurídico para a atualidade. Espera-se que os estudantes relacionem o contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial em que o documento foi produzido destacando a necessidade de prevenir a sociedade dos abusos cometidos por Estados autoritários, repressivos, que se valem da tortura e da perseguição étnica, política e/ou religiosa.

O debate em sala de aula pretende evidenciar que os artigos da declaração oferecem um direcionamento de direitos básicos e fundamentais a ser garantidos pelos países para assegurar a dignidade humana e a justiça social. Trata-se de uma oportunidade de ajudar a turma a ampliar a consciência crítica e a se engajar na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Comentário

A discussão mobilizada nessa abertura a respeito da historicidade da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e da importância de seus princípios na atualidade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS604** e **EM13CHS605**.

Objetivos de aprendizagem desta unidade

1. Compreender o conceito de totalitarismo para analisar o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha e o stalinismo na União Soviética.
2. Analisar o contexto geopolítico que resultou na eclosão da Segunda Guerra Mundial e refletir sobre os custos humanos do conflito.
3. Discutir as características políticas, econômicas, sociais e culturais da Primeira República, identificando os mecanismos de exclusão social presentes naquele período.
4. Reconhecer as fases da Era Vargas (1930-1945), o governo autoritário e as estratégias de legitimação política, com foco nas leis trabalhistas e na política cultural.
5. Aprender o conceito de populismo para analisar as experiências políticas republicanas do Brasil e da Argentina.
6. Comparar os governos brasileiros de 1945 a 1964 e discutir o contexto do golpe civil-militar de 1964.
7. Associar a implantação das ditaduras militares na América Latina às disputas geopolíticas da Guerra Fria.
8. Caracterizar a institucionalização da ditatura civil-militar e as características econômicas do "milagre brasileiro".
9. Identificar e caracterizar a repressão e a violência, bem como os diferentes movimentos de resistência à ditadura civil-militar no Brasil.
10. Reconhecer as violações dos direitos humanos e as iniciativas de justiça, memória e reparação às vítimas dos regimes ditatoriais em alguns países da América Latina.

Capítulo 12 Da ascensão do totalitarismo à Guerra Fria

Os processos históricos discutidos no capítulo abarcam o período entreguerras, com foco na ascensão do totalitarismo, na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria. Trata-se de propor uma reflexão a respeito das consequências da radicalização política, do potencial bélico e das consequências dos conflitos armados para o conjunto da sociedade. Por isso, logo na abertura do capítulo (página 282), avaliam-se os conhecimentos prévios dos estudantes a respeito de instituições e acordos legitimados internacionalmente para a manutenção da paz mundial.

Na sequência, ao discutir o tópico *A ascensão do totalitarismo* (páginas 283-287), ressalte as características do nazifascismo e do stalinismo, discutindo o contexto do período entreguerras. Destaque que, além de confrontar os ideais das democracias liberais, o nazismo estava fundamentado em teorias pseudocientíficas de superioridade racial, o que fomentou perseguições e o extermínio de milhões de pessoas.

Ao tratar do tópico *A Segunda Guerra Mundial* (páginas 288-291), vale destacar as questões geopolíticas e ideológicas envolvidas no conflito, com destaque para o saldo humano e para a brutalidade do Holocausto.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, durante o período da Guerra Fria (páginas 294-295), a União Soviética e os Estados Unidos disputaram a hegemonia geopolítica mundial, originando conflitos regionais, nos quais as duas potências se confrontaram indiretamente, com consequências para muitos países em diversos continentes.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

Na abertura do capítulo (página 282), ao se discutir temas relativos à importância de entidades com legitimidade internacional para mediar disputas políticas e assegurar garantias fundamentais às pessoas, o texto didático contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **2** e das **habilidades EM13CHS502**, **EM13CHS504** e **EM13CHS604**.

O período entreguerras foi marcado pela crise das democracias liberais e pela ascensão do totalitarismo (páginas 283-287). Ao caracterizar os diferentes regimes totalitaristas, apresentando seus objetivos, as perseguições políticas, os usos da máquina repressiva e publicitária do Estado, o texto didático contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS503**, **EM13CHS504** e **EM13CHS603**. Ao abordar o fascismo na Itália e a implantação do modelo corporativista de gestão do trabalho, o conteúdo contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS401**.

Ao tratar da ascensão de Hitler e dos nazistas ao poder (páginas 285-287), apresentando suas ideologias geopolíticas e racistas que culminaram, respectivamente, no expansionismo alemão e na perseguição aos judeus e demais grupos

o texto didático se associa às **habilidades EM13CHS102**, **EM13CHS204**, **EM13CHS502** e **EM13CHS504**.

Na sequência, o estudo do regime stalinista (página 289), considerando as reformas no sistema produtivo, a coletivização das fazendas, o autoritarismo e a construção da imagem política de Stálin, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS201**, **EM13CHS503** e **EM13CHS504**.

A abordagem da Segunda Guerra Mundial (páginas 288-291), destacando custos humanos e econômicos do conflito, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS501**, **EM13CHS502** e **EM13CHS504**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 283)

1. Não, pois em 1937, os governos da Alemanha e da União Soviética eram totalitários, impediam a liberdade de imprensa e reprimiam os opositores.
2. Apesar de serem regimes totalitários e antiliberais, o nazismo era racista e veementemente anticomunista, opondo-se, portanto, ao regime soviético. Essas diferenças serão evidenciadas ao longo do capítulo.
3. Espera-se que os estudantes mencionem que a liberdade de expressão é um dos pilares dos regimes democráticos, servindo para aprimorar a experiência política. Entretanto, na condução do debate é importante ponderar que a liberdade de expressão supõe responsabilidade e compromisso com a verdade, para que tal princípio não seja utilizado para desvirtuar o tecido democrático.

Comentário

A análise da charge que satiriza regimes totalitários e a discussão acerca da liberdade de expressão contribuem para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **2** e **5** e das **habilidades EM13CHS102** e **EM13CHS106**.

Enfoque (página 286)

1. Eventos como esse garantiam a mobilização das massas e o culto ao líder, fundamentais para controlar a sociedade em todos os seus aspectos, o que incluía a formatação de comportamentos, atitudes e valores.
2. Em regimes totalitários, o partido é único, e as manifestações de massa são usadas para exaltar o líder, promover a ideologia do regime, doutrinar a população, eliminar dissidências e legitimar a perseguição de opositores. Já em regimes democráticos, pluripartidários, as manifestações e comícios visam conquistar o apoio e os votos dos eleitores, que são livres para escolher seus representantes. Nessas democracias, há espaço para a participação de diversas entidades, sem a imposição de uma estética autoritária. Enquanto no totalitarismo as manifestações impõem uma ideologia, nas democracias elas buscam convencer a população sobre determinado tema ou propósito.

Enfoque (página 288)

1. O princípio era a ideia do espaço vital, de ampliação de territórios e de recursos naturais disponíveis aos alemães.
2. A comunidade internacional não reagiu porque não tinha mecanismos efetivos para fazer frente ao expansionismo alemão, além de muitos países estarem endividados e despreparados para iniciar um novo conflito militar.
3. Espera-se que os estudantes mencionem o caso da ONU, cujo contexto de criação será abordado nesse capítulo. Em razão da existência de diversos conflitos regionais diversos como a guerra entre Rússia e Ucrânia e as tensões no Oriente Médio, é possível que os estudantes questionem a eficiência desses organismos. No entanto, vale lembrar que eles são observadores e mediadores, atuando na solução ou na tentativa de evitar a escalada desses conflitos militares.

Comentário

Ao tratar do princípio expansionista da Alemanha nazista, a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS204**. Além disso, ao discutir o papel de organizações internacionais na mediação de conflitos, o debate contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16: *Paz, justiça e instituições eficazes*.

Contraponto (página 293)

1. Espera-se que os estudantes infiram que o Holocausto foi catalisador de novas pesquisas em razão de sua magnitude e da criação de engenharia de assassinatos em escala industrial com o intuito de eliminar um determinado povo. O evento dessa proporção, bem documentado, repleto de evidências, ocorrido no século XXI, no continente europeu, ressoou entre os cientistas sociais, evidenciando uma nova consciência histórica sobre crimes de massa, chamando a atenção para as vítimas coletivas de violências e genocídios em diferentes tempos e espaços.
2. Os negacionistas do Holocausto têm o objetivo de ocultar o projeto de extermínio nazista. Para deslegitimar investigações científicas, eles desqualificam testemunhos, acusam documentos históricos de falsificação, alegam a inexistência de provas materiais e supervalorizam documentos que, supostamente, corroboram suas teses, sem a devida crítica.
3. Conforme o autor, há diferentes correntes interpretativas acerca da estrutura montada para perseguir os judeus. Entretanto, no debate, não é legítimo ignorar as provas, negar a existência de câmaras de gás e inocentar a liderança nazista da política de extermínio de judeus e outros grupos étnicos, como ciganos e eslavos.
4. Professor, informe que o relatório é uma publicação do Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil. Além disso, vale destacar que a metodologia empregada em sua produção consistiu no levantamento de matérias e publicações veiculadas na imprensa e nas mídias sociais, relatando casos ou contendo elementos antissemitas e/ou de apologia ao nazismo. Vale ensejar discussões repudiando o extremismo e as perseguições sistemáticas.

a quaisquer indivíduos, grupos ou minorias, reafirmando o direito à vida e à dignidade de todos. Por fim, espera-se que os estudantes apresentem ideias para coibir os atos antissemitas e neonazistas. Nesse debate, vale destacar o papel das leis, das denúncias a respeito dos atos de violação dos direitos humanos, bem como da educação como um fator de promoção da cidadania e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Comentário

Ao propor a leitura de um texto que trata da existência e das estratégias das posturas negacionistas em relação ao Holocausto, e ao solicitar aos estudantes que apresentem ideias para conter o avanço de grupos antissemitas, a atividade contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 7** e **10** e das **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS502** e **EM13CHS503**. Dessa forma, o debate contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16: *Paz, justiça e instituições fortes*.

Oficina (páginas 296-297)

1. Pode-se citar a política de rearmamento e reaparelhamento do exército, a tática de guerra inovadora empregada no conflito – a *Blitzkrieg* ou guerra-relâmpago –, e a neutralidade soviética, garantida pela assinatura do Pacto Nazi-Soviético de Não Agressão.

2. Antecedentes: o imperialismo japonês e sua ofensiva sobre a Ásia em busca de matérias-primas e mercados consumidores e a tentativa estadunidense de barrar o crescimento nipônico por meio de um embargo comercial ao país. Os Estados Unidos prepararam sua marinha de guerra no Pacífico e no Atlântico Norte. O Japão atacou a base naval de Pearl Harbor, no Havaí, evento que deflagrou a guerra entre os dois países. Efeitos: os Estados Unidos saíram vitoriosos e fortalecidos, o Japão, derrotado, ainda foi alvo de armas nucleares em uma demonstração de força estadunidense.

3. Resposta: **b**.

4. Resposta: **e**.

5. **a)** Hitler e Stálin foram representados como recém-casados, uma sátira à assinatura do Pacto Nazi-Soviético de Não Agressão pelos dois líderes em 1939 (mesmo ano da charge). O acordo garantia a neutralidade do governo stalinista para que as forças hitleristas investissem sobre a Europa Ocidental, enquanto os soviéticos pretendiam recuperar os domínios perdidos durante a Primeira Guerra.

   b) O Pacto Nazi-Soviético de Não Agressão parecia significar ganhos temporários tanto para Hitler como para Stálin, apesar de o líder soviético conhecer as pretensões expansionistas da Alemanha.

   c) O fim da "lua de mel" entre nazistas e soviéticos foi precipitado pela Operação Barbarossa, em junho de 1941, uma das maiores operações militares da história. Na defensiva, Stálin utilizou a tática da terra arrasada, dificultando a sobrevivência dos alemães ao inverno russo. Ao longo de quatro anos de batalhas, morreram cerca de 25 milhões de pessoas de ambos os lados, além da destruição da infraestrutura de diversas cidades.

6. Krzysztof Pomian destaca diversas características que aproximam o fascismo, o nazismo e o stalinismo e os permitem ser classificados como totalitários: supressão da democracia interna, imposição de um partido único, culto ao chefe, constituição de uma organização fortemente militarizada para controlar a vida social. Para o autor, também são características de regimes totalitários o controle pelo partido ou pelo Estado de todos os domínios da vida social, a mobilização das massas, o uso do terror como meio de controle e a definição de um "inimigo" comum.

Comentário

Ao propor a leitura e a interpretação de um texto historiográfico para analisar o totalitarismo, a atividade colabora para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS603**.

7. **a)** Sim. A narrativa de Takashi Morita apresenta o contexto histórico do Japão às vésperas do encerramento do conflito, além de registrar a tragédia de Hiroshima do ponto de vista da população do local, constituindo uma fonte importante para o estudo da história oral e da memória desse acontecimento histórico.

   b) Na condução da atividade, comente com os estudantes que, oficialmente, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) possuem armas nucleares. São eles: Reino Unido, Rússia, Estados Unidos, França e China. Outros quatro países são considerados "Estados nucleares", apesar de não admitirem abertamente a posse dessas armas. São eles: Índia, Irã, Israel e Coreia do Norte. A questão tem como objetivo fazer com que os estudantes reflitam sobre a questão das armas atômicas e busquem soluções para o problema, exercitando tanto o pensamento político quanto o debate democrático, prática importante para a cidadania.

8. **a)** A charge mostra um homem com uma foice na mão direita, posicionado sobre o globo terrestre. Com a mão esquerda, ele puxa um manto que cobre a metade do globo. No manto, está escrito o nome de países como China e Alemanha Oriental, além de nações do Leste Europeu. Por toda a extensão da borda desse manto aparece o desenho de uma foice e de um martelo, símbolos do comunismo.

   b) A charge faz uma crítica à política soviética stalinista. O homem sobre o globo remete a Stálin, representado no desenho como um imperador (ou um czar) que tem sob seu comando os países da Europa Oriental, os Estados bálticos e a China. No mundo bipolar da Guerra Fria, a charge alinhava-se à política dos Estados Unidos, mostrando a União Soviética como uma nação imperialista e Stálin como o comandante desse império.

9. Professor, o objetivo dessa atividade é contribuir para o desenvolvimento da cidadania e para compreensão dos problemas e preconceitos presentes na sociedade. Organize a sala em grupos e oriente a pesquisa dos estudantes em jornais, revistas, livros e, se possível, na internet. Definições para capacitismo podem ser encontradas junto ao Ministério da Saúde e ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que produziram em conjunto a cartilha *Combata o capacitismo*, na qual

são expostas definições, preconceitos e barreiras enfrentados por pessoas com deficiência. Se for possível, sugira a consulta ou disponibilize a publicação *Pessoas com deficiência 2022*, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), para que os estudantes compreendam os dados estatísticos relativos à faixa etária, renda, escolarização, distribuição geográfica da população com deficiência. Solicite que apresentem os direitos assegurados às pessoas com deficiência e proponham ideias para tornar os espaços de convívio mais justos e inclusivos. Oriente a organização das informações de forma coerente e combine um modo de apresentação dos dados. Caso seja possível, sugere-se a produção de um *podcast*, um *blog* ou mesmo uma exposição com cartazes, para divulgar os resultados e contribuir para a conscientização de toda a comunidade escolar.

Comentário

A atividade proporciona a ampliação do universo de informações dos estudantes e aprofunda suas reflexões sobre os direitos humanos, contemplando assim as **competências gerais da Educação Básica 1**, **2**, **4**, **5**, **8**, **9** e **10** e as **habilidades EM13CHS502**, **EM13CHS504** e **EM13CHS606**. O tema contemporâneo transversal *Vida familiar e social* fundamenta o desenvolvimento dessa atividade de pesquisa a respeito do universo de pessoas com deficiência no Brasil.

Sugestões

Livro

SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina; VIANNA, Alexander Martins (org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções**: 1919 – 1945. v. 2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Obra coletiva, organizada em verbetes, com autoria de pesquisadores brasileiros, apresenta um amplo painel do período entreguerras, além de verbetes específicos sobre a Segunda Guerra e suas consequências, analisadas sob vários ângulos.

Filme

Arquitetura da destruição. Direção: Peter Cohen. Suécia, 1989. 119 min.

O documentário reúne fragmentos de filmes da época para discutir a ideologia nazista, demonstrando uma simbiose entre seus ideais estéticos, a ciência eugênica, o racismo e a propaganda.

Capítulo 13 Brasil republicano e populismo latino-americano

O capítulo realiza uma abordagem abrangente da experiência política brasileira, da Primeira República ao golpe civil-militar. Além disso, discute o conceito de populismo, comparando aspectos históricos da política do Brasil e da Argentina.

Ao tratar do tópico *A Primeira República* (páginas 299-303), cite que, embora a instauração da república tenha representado uma nova realidade política para o país, as estruturas socioeconômicas, marcadas pela herança da escravidão e pelas desigualdades sociais, permaneceram.

No tópico *A Era Vargas* (páginas 304-310), destaca-se a organização de grupos como a Ação Integralista Brasileira (AIB), o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), além da resistência dos negros na Frente Negra Brasileira (FNB). Analisa-se também, no âmbito da ditadura estadonovista, a construção da imagem do ditador Getúlio Vargas, a extensão de benefícios trabalhistas aos operários urbanos e a política autoritária varguista.

Ao abordar o tópico *Redemocratização no Brasil* (páginas 311-315), vale destacar os avanços no exercício da cidadania no período. Os caminhos a serem percorridos para a modernização do país também foram objeto de disputa, principalmente em relação ao papel a ser desempenhado pelo Estado na organização da sociedade e na indução do desenvolvimento. O capítulo discute ainda o conceito de populismo (páginas 316; 319) e aborda a experiência política da Argentina peronista (páginas 317-318).

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura do capítulo (página 298) chama a atenção para algumas diferenças entre o sistema eleitoral atual e o da Primeira República. Ao propor reflexões sobre os temas da cidadania e da participação política, comparando passado e presente, o texto didático contempla a **competência geral da Educação Básica 1** e **2** e mobiliza as **habilidades EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

Ao analisar os preceitos da Constituição de 1891, a estrutura de poder e a cultura política, ao apresentar as revoltas urbanas e as do campo, a violência, o racismo, o autoritarismo e a repressão, o conteúdo do tópico *A Primeira República* (páginas 299-303) contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS203**, **EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

Ao mencionar as características econômicas do período (página 300), com destaque para a expansão da indústria, beneficiada pelos capitais da cafeicultura e pelos impactos da Primeira Guerra Mundial, o conteúdo contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS201**.

A reflexão sobre a modernização e a exclusão social (página 301), discutindo as reformas urbanas, os problemas sanitários, especialmente no Rio de Janeiro, e suas consequências para a população pobre, favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS205**. Já análise da situação das classes populares nas cidades e no campo, bem como dos movimentos sociais que protagonizaram, está relacionada à formação da **habilidade EM13CHS401** e **EM13CHS402**.

Ao identificar as principais características do governo provisório de Getúlio Vargas (páginas 305-306), da Constituição de 1934 e discutir a atuação de grupos sociais com diferentes vertentes ideológicas, o texto didático mobiliza as **habilidades EMCHS601** e **EMCHS603**.

Um novo golpe de Estado, em 1937, pôs fim ao governo constitucional de Getúlio Vargas, dando início ao chamado Estado Novo (páginas 307-310). Ao tratar da utilização da máquina pública para a construção da imagem de Getúlio Vargas, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de aspectos autoritários e paternalistas de seu

governo, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS602**.

O estudo da experiência política da redemocratização (páginas 311-315), a alternância de poder, as bandeiras político-ideológicas em disputa, os planos econômicos, a participação das massas no processo político, favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS601**, **EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

O fenômeno populista também se desenvolveu na Argentina, sob a liderança de Juan Domingo Perón (páginas 317-318). A análise da trajetória política de Perón, de sua política baseada em concessão de direitos e repressão militar, colabora para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 305)

1. O cartaz combina elementos textuais e imagéticos. No segundo plano, está a bandeira do estado de São Paulo. À sua frente, no primeiro plano, um soldado aponta o dedo diretamente para o espectador do cartaz. As frases de efeito combinadas com uso de verbo no imperativo buscam a adesão imediata de voluntários à causa paulista.
2. O movimento não contou com a adesão do operariado porque essa era uma causa das elites paulistas que, de fato, não apresentavam nenhuma proposta efetiva para os trabalhadores cuja mão de obra era explorada nas fábricas do estado.

Comentário

A atividade, baseada na leitura e na interpretação de um cartaz de propaganda da Revolução Constitucionalista de 1932, colabora para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS603**.

Enfoque (página 308)

1. A nova cidadania alardeada era o trabalho formal, com carteira assinada. Entretanto, esse importante benefício atingia apenas uma parcela da população dado o elevado índice de desempregados no período e a exclusão dos trabalhadores rurais.
2. Vargas utilizou a implementação progressiva da legislação trabalhista para construir uma imagem de protetor dos trabalhadores. Além do uso intensivo dos meios de propaganda que aludiam a extensão de benesses a uma ação pessoal do estadista, Vargas utilizava datas cívicas para realizar grandes celebrações e anunciar medidas aguardadas pelos trabalhadores.

Comentário

A atividade propõe identificar os usos políticos da implementação da legislação trabalhista e discutir a vinculação da ideia de cidadania ao trabalho urbano formal. Contribui assim para a formação das **habilidades EM13CHS404** e **EM13CHS602**. Além disso, a proposta contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8: *Trabalho decente e crescimento econômico*.

Enfoque (página 312)

1. Getúlio Vargas apresentava-se como defensor das causas nacionais. Essa retórica é explicitada no cartaz em razão do uso da bandeira brasileira combinada à frase "ninguém arrebata das minhas mãos a bandeira nacionalista".
2. Não. A criação da Petrobras fazia parte da política nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, entretanto, naquele período, o governante enfrentava dificuldades socioeconômicas, greves de trabalhadores e oposição ferrenha dos políticos da UDN.

Comentário

Ao propor a análise de uma peça publicitária do governo Vargas, discutindo o desenvolvimentismo e o clima político do período, a atividade favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

Enfoque (página 316)

1. As críticas à certa interpretação do conceito de populismo têm demonstrado que os trabalhadores não eram meras entidades passivas, mas, sim, atores sociais que souberam se aproveitar das brechas do sistema e barganhar seu apoio político em troca da expansão de seus direitos sociais e políticos.
2. A charge sugere, ao mesmo tempo, uma narrativa de proximidade do político com o povo e de restrição à autonomia e à ação política dessas massas. Essa representação antagoniza com as análises de Angela de Castro Gomes, cuja pesquisa acadêmica demonstrou que a classe trabalhadora também conseguia usar o sindicalismo e outros espaços institucionais a seu favor.

Comentário

A atividade solicita aos estudantes que comparem interpretações diversas sobre o populismo, colaborando para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS102**, **EM13CHS103** e **EM13CHS603**.

Contraponto (página 319)

1. Segundo Weffort, as principais características do populismo na política brasileira são a personalização do poder, a imagem do Estado como uma instituição que paira acima da sociedade, a mobilização das massas urbanas e o carisma do chefe de Estado, que assume a posição de árbitro nos conflitos sociais e tende a se identificar com o próprio Estado.
2. Angela de Castro Gomes caracteriza o período como primeira experiência democrática representativa do país, no qual houve sim avanços na cidadania política, com a participação crescente da população do campo e da cidade nas eleições, a consolidação de partidos políticos nacionais, além de movimentos sociais, como os participantes da campanha O Petróleo é Nosso, por exemplo.
3. É importante destacar que esses debates conceituais, amparados por pesquisas históricas e sociológicas, ampliam nossa compreensão sobre o passado, aprimorando ou remodelando as explicações a respeito dos fenômenos

históricos. Além disso, o debate importa porque o conceito de populismo ainda é utilizado, principalmente no discurso jornalístico sobre a política brasileira. Espera-se que os estudantes percebam que o mesmo termo pode ser visto de uma perspectiva pejorativa, que subtrai as experiências políticas das massas, e de um ponto de vista positivo, cujos defensores destacam o aumento da participação política e do poder de barganha das diversas classes sociais.

Comentário

A atividade demanda a leitura e a comparação de dois trechos de autoria de cientistas sociais brasileiros com interpretações distintas sobre o populismo, mobilizando as **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS602**.

Oficina (páginas 320-321)

1. As principais inovações da primeira Constituição republicana de 1891 foram: a consagração do sistema federativo; o estabelecimento do presidencialismo como sistema de governo e a divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a laicização do Estado; o fim do Poder Moderador; o fim do voto censitário.

2. **a)** Durante a Primeira República, o voto deixou de ser censitário, porém somente alfabetizados maiores de 21 anos podiam votar, desde que não fossem mendigos ou integrantes de alguns setores militares. O voto era aberto e, pela tradição, as mulheres não desfrutavam de direitos políticos. No período, vigorou a *política dos governadores*, que consistia no estabelecimento de alianças entre o presidente da república e os governadores em troca do recebimento de apoio parlamentar. Os governadores, por sua vez, estabeleciam alianças com os coronéis, chefes políticos locais, que conquistavam apoio com base na ameaça, na chantagem e por meio do uso da violência sobre a população local.

   b) No período, eram comuns falsificações de assinaturas e adulterações das cédulas eleitorais. Além disso, o voto de cabresto e curral eleitoral, em que pesem as diferenças entre eles, consistiam na compra de votos. Essas práticas favoreciam as oligarquias que se encontravam no poder.

   c) Professor, ao conduzir o debate, relembre aos estudantes que a democracia é um regime político caracterizado pela representatividade. Espera-se que eles argumentem sobre a importância de os eleitores escolherem políticos que conheçam suas demandas socioculturais e econômicas e que apresentem propostas para melhorar as condições de vida da população. Nesse sentido, o voto é um importante instrumento de troca e exercício da cidadania, seguido pela cobrança e fiscalização dos políticos eleitos.

3. No final de 1929, o presidente Washington Luís indicou um paulista para a sucessão presidencial. Essa atitude desagradou a políticos dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que formaram a Aliança Liberal e lançaram a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas para a presidência. Diante da vitória do candidato paulista Júlio Prestes e do assassinato do vice de Getúlio, a Aliança Liberal deu início a um movimento armado, que depôs Washington Luís e levou Vargas à presidência da república.

4. Sim, a afirmação está correta. Jânio Quadros, apesar de se apresentar muitas vezes como uma figura extravagante, disciplinando questões moralistas da vida cotidiana, enfrentou crises políticas em razão de sua condução pragmática da política externa que buscava construir divisas para o país junto ao bloco socialista. Além de capitanear a insatisfação de antigos aliados, enfrentava a oposição de grupos populares descontentes com o custo de vida no país. Já João Goulart, herdeiro político de Vargas, assumiu a presidência da república sob o parlamentarismo, em razão da resistência da UDN e de setores militares ao seu nome. Após o plebiscito que restituiu o sistema presidencialista, o anúncio das reformas de base contribuiu para fomentar entre os grupos opositores uma ampla conspiração que culminou no golpe civil-militar de 1964.

5. Resposta: **d**.

6. Resposta: **e**.

7. a) Seus personagens são uma mulher, chamada Soberania, um homem, o Político, e outro homem com cabeça de burro, chamado Eleitor. Há, entre os personagens, o seguinte diálogo, identificado pela legenda: a Soberania pergunta ao Político: "É o Zé Besta?". O político responde: "Não, é o Zé Burro". O Eleitor (burro), cabisbaixo, é conduzido à urna eleitoral pelo político por meio de um cabresto.

   b) Segundo o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa,* a palavra "cabresto" significa "arreio de corda ou couro, sem freio ou embocadura e que serve para prender o animal ou para controlar sua marcha". A crítica é dirigida ao funcionamento do sistema eleitoral durante a Primeira República. Os mecanismos institucionais de controle das eleições e o quadro de exclusão social em que vivia grande parte dos brasileiros resultavam em um processo eleitoral fraudulento e controlado pelas elites.

Comentário

A atividade demanda leitura e interpretação de uma charge de 1927, alusiva ao sistema eleitoral da Primeira República, colaborando para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

8. **a)** Conforme a autora, as ideias que serviram para estruturar o Estado Novo e o peronismo referem-se à crítica ao sistema liberal-democrático, à instituição de uma ordem política autoritária e corporativa, à centralização do Poder Executivo e à intervenção estatal na economia.

   b) Ambos, Vargas e Perón, agiram para implementar legislações trabalhistas ao operário urbano a partir de uma lógica paternalista, identificando-se como líderes benevolentes ao mesmo tempo que buscavam tutelar os sindicatos e reprimir seus opositores.

   c) Tanto no varguismo quanto no peronismo, o intenso uso da propaganda política visava produzir uma associação inextricável entre as políticas de Estado e as figuras de Vargas e de Perón, visando construir a legitimação e as bases de apoio social aos respectivos governos.

Comentário

Ao discutir a atuação política de Vargas e de Perón, estabelecendo comparações entre ambas, a atividade se associa às **habilidades EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

9. a) Espera-se que os estudantes infiram que a afirmação faz referência ao primeiro governo Vargas, no qual foram estabelecidas leis de proteção ao trabalhador, posteriormente compiladas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1945, Vargas foi obrigado a abdicar, por causa do desgaste político de seu governo. Note-se que ele não menciona o fato de que a maior parte do regime de "liberdade social" foi uma ditadura.

b) Em sua carta, Vargas argumentou que sofreu oposição de grupos internacionais, que certamente representavam o capital estrangeiro, bem como de grupos nacionais contrários ao seu regime de "garantia de trabalho". Ele declarou, ainda, que houve no Congresso oposição à lei de revisão do salário mínimo e ao pleno funcionamento da Petrobras e da Eletrobras.

c) Além de buscar eternizar a imagem de líder carismático, providencial, "emancipador" das classes trabalhadoras que sempre reivindicou para si, Vargas pretendia impedir que os políticos de oposição do governo tirassem proveito de seu suicídio, e lançava um apelo, ainda que nas entrelinhas, para as classes trabalhadoras votarem em quem se dispusesse a continuar seu legado.

Comentário

Ao propor a leitura e a interpretação da carta-testamento de Getúlio Vargas estabelecendo relações com os conteúdos desenvolvidos no capítulo, a atividade colabora para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS602**.

10. Professor, o objetivo dessa atividade de pesquisa é investigar a representatividade feminina na política brasileira, considerando aspectos históricos, demográficos e socioeconômicos, além discutir a importância e propor medidas para aumentar sua representatividade. Divida a sala em grupos, estabelecendo datas para realização das atividades prescritas em cada etapa. Além de consultar jornais e revistas, para as etapas "a", "b" e "c", se possível, oriente os estudantes a acessar os *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Senado, da Câmara dos Deputados, para pesquisar a presença feminina na política brasileira. Oriente-os a investigar a evolução da política de cotas de gênero para as candidaturas do Poder Legislativo. Com base no levantamento desses dados, espera-se que os estudantes tenham condições de pensar em medidas para viabilizar o aumento da representatividade feminina, considerando os marcadores de classe e raça. Por fim, combine com os estudantes a produção da campanha de conscientização. A depender das possibilidades da escola e dos estudantes, o formato da campanha pode ser *blog*, *podcast* ou cartazes, envolvendo a comunidade escolar. Auxilie os estudantes na organização da narrativa, na fundamentação da argumentação e na apresentação dos dados. Por fim, organize uma roda de conversa e solicite a eles que apresentem suas dificuldades e descobertas realizadas ao longo da pesquisa.

Comentário

Ao propor uma pesquisa, seguida de uma campanha de conscientização a respeito da importância da representatividade feminina na política brasileira, a atividade contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **2**, **5** e **10**. Além disso, o tema proposto contribui para o desenvolvimento das habilidades **EM13CHS502**, **EM13CHS603**, **EM13CHS605** e **EM13CHS606**. Dessa forma, a proposta contribui para contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*.

11. Professor, com base nos conhecimentos prévios dos estudantes e no conteúdo deste volume, espera-se que a linguagem das charges seja familiar a eles. No entanto, a escolha do argumento para a representação visual pode gerar alguma dificuldade. A avaliação da atividade deve levar em conta a criatividade, o respeito aos direitos humanos e a representação das barreiras à expansão da participação feminina na política.

Comentário

A elaboração da charge com base nos dados levantados na atividade anterior contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 3**, **4** e **9** e da **habilidade EM13CHS502**. Além disso, a atividade propõe interdisciplinaridade e se associa às **habilidades de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG102**, **EM13LGG103** e **EM13LGG104**.

Sugestões

Livros

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2017.

O historiador, especialista no período republicano, analisa os processos políticos, econômicos, sociais e culturais da República brasileira até 1937.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo negro em São Paulo**: história e historiografia. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

O livro trata do associativismo e da presença dos negros no mundo do trabalho, na política, no lazer, no direito, recolhendo biografias de destaque e discutindo o contexto dos movimentos negros paulista e estadunidense.

Capítulo 14 Ditadura no Brasil, no Chile e na Argentina

O presente capítulo trata de um período conturbado da história do Brasil. Em 1964, um golpe liderado pelos militares, com apoio e participação de parcelas da população civil, deu início à ditadura civil-militar que se estendeu por 21 anos no país. Simultaneamente, outros países da América Latina experimentaram rupturas semelhantes, com a instalação de ditaduras militares. Além de comparar as características comuns dos casos brasileiro, argentino e chileno, e

capítulo menciona a conjuntura da Guerra Fria e o engajamento dos Estados Unidos nesses processos políticos.

Ao iniciar o estudo do tópico *A instauração da ditadura civil-militar no Brasil* (página 323), discuta o contexto internacional e a ação dos Estados Unidos na desestabilização da política brasileira. Se houver oportunidade, como atividade complementar, pode-se solicitar aos estudantes que assistam em casa, ou na escola, ao documentário *O dia que durou 21 anos*. Se julgar pertinente, convém sugerir a produção de um relatório com as seguintes informações: direção, ano de lançamento, tema central, objetivo, contexto, principais depoentes (especialistas e figuras históricas) e construção do argumento a respeito da participação dos estadunidenses no golpe civil-militar de 1964.

Na sequência, se julgar pertinente, informe aos estudantes que os defensores do golpe podiam ser identificados em dois grandes grupos: a chamada "linha-dura", que reunia, sobretudo, os comandantes de tropa, pouco dispostos à teorização e ao debate político, mas muito influentes nos quartéis, e o chamado "grupo da Sorbonne", composto de ideólogos como o general Castello Branco, que atuavam na Escola Superior de Guerra (ESG). Inaugurada em 1949, no Rio de Janeiro, a ESG, associada à War College (Escola de Guerra dos Estados Unidos), incorporou o conceito de segurança nacional e teve atuação destacada na propaganda ideológica anticomunista.

Ao abordar o tópico *A institucionalização da ditadura civil-militar* (páginas 324-326), retome o conceito de ditadura, caracterizada pela monopolização do poder por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, que utilizam meios como assassinato, repressão, violência, julgamentos falsos, censura e perseguição de adversários para se manter no poder, articulando-o às medidas como a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), os Atos Institucionais e a promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1967. Permita que os estudantes reflitam e se posicionem sobre esse assunto.

Ao discutir o impacto da ditadura civil-militar sobre os povos indígenas, se houver possibilidade, acesse o *site* do Memorial da Resistência de São Paulo no seguinte endereço: https://memorialdaresistenciasp.org.br/tags/edital/. Acesso em: 11 de set. 2024. No *link* "Sobre terras e mentes", você encontrará mais informações a respeito do projeto dos governos militares para os povos indígenas. Se julgar pertinente, selecione textos e imagens e apresente para os estudantes.

Às questões propostas ao longo do capítulo, podem-se acrescentar outras reflexões: o que é uma ditadura e quais são os custos que os regimes autoritários impõem às sociedades? Quais foram os legados desses governos nos diferentes países da América Latina? Quais ações podem impedir a repetição de experiências semelhantes? Tais discussões contribuem para a formação cidadã dos estudantes e relacionam-se aos debates políticos presentes na sociedade brasileira.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura do capítulo (página 322) aborda os conhecimentos prévios e incentiva os estudantes a produzir hipóteses a respeito dos contextos em que se instalam as ditaduras e o modo como esses regimes constroem sua legitimidade em meio à supressão de direitos dos cidadãos. Ao propor essa discussão, o texto didático mobiliza as **habilidades EM13CHS503** e **EM13CHS602**.

Ao analisar os fatores internos da crise do governo de João Goulart (página 323), correlacionando-os ao contexto da Guerra Fria, o conteúdo contribui com o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

O tópico *A institucionalização da ditadura civil-militar* (páginas 324-326) aborda a promulgação dos Atos Institucionais e suas consequências políticas e jurídicas, bem como as manifestações, as greves, a resistência armada e o incremento da repressão, contribuindo para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502**, **EM13CHS503**, **EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

Ao tratar da abertura política (páginas 329-330), destacando o desgaste da ditadura civil-militar, o papel exercido pela sociedade civil-organizada com greves, manifestações e passeatas, a reorganização partidária, a mobilização pelas "Diretas já", o texto didático contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS201**, **EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

A abordagem do tópico E*ngajamento e movimentos sociais* (página 331), compreendendo a atuação do Cinema Novo, dos artistas da MPB, de grupos teatrais, do Movimento Negro Unificado, e da articulação de movimentos feministas e de grupos homossexuais pela democracia e por conquistas de direitos, contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS502**.

O capítulo trata das trajetórias políticas do Chile (páginas 333-334) e da Argentina (páginas 335-336). Ao abordar o contexto social, político e econômico de supressão das liberdades democráticas nesses países, destacando as pressões internacionais e discutindo a montagem de um aparato repressivo nesses países, o conteúdo se associa às **habilidades EM13CHS201**, **EM13CHS204**, **EM13CHS503**, **EM13CHS602** e **EM13CHS603**.

O retorno à democracia nos países da América Latina favoreceu o esclarecimento do público acerca de diversos aspectos das ditaduras, como o apoio dos Estados Unidos e a articulação internacional dos governos militares do Cone Sul (página 337). Além disso, foram estabelecidas Comissões da Verdade em diferentes nações, com o objetivo de esclarecer as violações cometidas contra os direitos humanos, responsabilizar agentes do Estado e sugerir reparações às vítimas. Ao refletir sobre esses fatos, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS503** e **EM13CHS602**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 326)

1. Professor, deixe que os estudantes apresentem suas hipóteses e, se for pertinente, esclareça que pesquisadores como Rodrigo Patto de Sá Motta argumentam que a tortura foi utilizada para aterrorizar a oposição ao regime, fosse armada ou não. Além disso, argumenta-se que o uso indiscriminado do artifício da tortura serviu para satisfazer os impulsos violentos de muitos agentes do Estado.

Na condução do debate, informe os estudantes de que a tortura viola os direitos humanos. Além disso, essa questão vem evoluindo no ordenamento jurídico brasileiro. No país, o artigo 5º da Constituição de 1988 protege os cidadãos da tortura e a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, define o crime de tortura como inafiançável, cuja pena, reclusão de dois a oito anos, incide também sobre agentes públicos.

2. Professor, corrija o texto dos estudantes verificando a coesão e a coerência das ideias produzidas. Espera-se que mencionem que a confiabilidade das confissões extraídas nessas condições é bastante duvidosa, pois, sob tortura, o prisioneiro tende a produzir confissões para satisfazer as pretensões do torturador. A respeito dos mecanismos de combate a essas práticas, é possível que eles sugiram a criação de canais de denúncia, de comissões de visitas e de verificação do sistema carcerário do país, de cursos educativos sobre essa temática voltados aos agentes do Estado, entre outras medidas. Muito embora já existam mecanismos de combate às violações dos direitos humanos, como canal de denúncia Disque 100, o exercício contribui para o desenvolvimento do raciocínio crítico e da cidadania dos estudantes.

Comentário

As reflexões sobre a prática de tortura relacionam-se ao desenvolvimento da **habilidade EM13CHS503**. O tema da proposta associa-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16: *Paz, justiça e instituições eficazes*.

Enfoque (página 328)

1. A chegada das rodovias foi desastrosa para os povos indígenas da Floresta Amazônica, que foram expostos à colonização desordenada da região. Além da disseminação de agentes patógenos causadores de doenças, o avanço sobre a floresta foi violento. Os povos Kinja, inclusive, foram alvo de armas químicas, como citado no depoimento ao indigenista Egydio Schwade.

2. Espera-se que os estudantes apontem que a Floresta Amazônica continua sendo alvo do interesse de madeireiros, garimpeiros e de atividades agropastoris. Muitos empreendimentos avançam de maneira ilegal sobre a floresta e seus povos. Entre os exemplos recentes de conflitos entre povos indígenas e invasores, destaca-se crise humanitária a que os Yanomami foram submetidos em razão do avanço do garimpo ilegal praticado em seus territórios.

Comentário

Ao propor a leitura e interpretação de um depoimento a respeito dos Kinja, e ao incentivar um debate a respeito da permanência de situações de violação dos direitos humanos dos povos nativos, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS103**, **EM13CHS503**, **EMCHS601** e **EM13CHS605**.

Enfoque (página 330)

1. O processo de abertura política foi lento e gradual. Iniciou-se com o governo Geisel e findou durante o governo Figueiredo. Embora o AI-5 tenha sido revogado em 1979, seguiu-se a atuação de grupos armados de extrema direita que protagonizaram diversos atentados a bomba contra grupos opositores.

2. Se consumado, o atentado no Riocentro poderia ser desastroso, uma vez que seu alvo era uma comemoração referente ao Dia do Trabalho que reuniu no local aproximadamente 20 mil pessoas.

Comentário

Ao avaliar o processo de abertura política a partir do governo Geisel, refletindo sobre o uso da violência no processo político, a atividade se associa às **habilidades EM13CHS503** e **EM13CHS603**.

Entre saberes (página 332)

1. Espera-se que os estudantes reconheçam que as charges foram produzidas em épocas diferentes, uma em 1979 e outra em 2004, respectivamente, durante o período da ditadura civil-militar e no período democrático.

2. A primeira charge foi produzida em preto e branco. Na cena, há quatro pessoas, duas estão acorrentadas e as outras duas, supõe-se tratar de carrascos, de torturadores. Um deles comemora a anistia. A segunda charge é colorida. Na cena, há dois sujeitos: um trajado com vestes militares e outro representado apenas por um pé e um pedaço da perna esquerda. O sujeito que representa um militar elenca uma série de abusos cometidos e sugere virar a página da história, sem ressentimentos. Ambas as charges criticam a extensão da anistia que beneficiou os agentes do Estado que cometeram ou foram omissos diante dos casos de tortura e violação dos direitos humanos.

3. A primeira charge, em preto e branco, foi produzida durante a ditadura civil-militar, embora após a revogação do AI-5. Sua crítica é, ao mesmo tempo, contundente e sutil, pois apenas por inferência se pode dizer que os torturadores, caracterizados como carrascos comuns, representam explicitamente os agentes do Estado. Já a segunda charge apresenta sua crítica de maneira direta, objetiva e explícita, em razão de ser produzida em período democrático em que vige a liberdade de imprensa.

4. Professor, espera-se que os estudantes identifiquem que as charges permanecem ainda hoje como linguagem de resistência, crítica e denúncia. Se os estudantes apresentarem dificuldades na resposta, pode-se argumentar que atualmente, com a emergência das redes sociais, os *memes* têm sido utilizados segundo múltiplos propósitos, como elemento para produzir humor, mas também para difundir crítica social a respeito de temas diversos.

Comentário

Ao propor a interpretação comparativa de duas charges, produzidas em épocas diferentes, a respeito da Lei da Anistia, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101**, **EM134CHS103** e **EM13CHS503**.

Enfoque (página 334)

1. O aparato repressivo da ditadura chilena organizou-se com base na atuação de cerca de 9 mil agentes, além de uma vasta rede de informantes para reprimir os opositores e os grupos considerados subversivos. O saldo da ditadura chilena foi negativo para população, contabilizando torturas, dezenas de milhares de prisões e execuções no período.
2. O Estádio Nacional é o principal estádio do Chile. Com uma arena multiúso, o local é sede de eventos esportivos e artísticos, reunindo milhares de pessoas. A presença das arquibancadas de madeira preserva a memória de um período sombrio, servindo de alerta para as futuras gerações a respeito das atrocidades cometidas durante o regime militar chileno.

Comentário

Ao analisar o aparato repressivo da ditadura chilena e o papel desempenhado pela preservação dos suportes de memória acerca dos horrores da ditadura chilena, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS501** e **EM13CHS503**.

Oficina (páginas 338-339)

1. a) De 1964 a 1968 foram decretados cinco Atos Institucionais. Com eles, os militares elevaram os poderes do Executivo, estabeleceram eleições indiretas, extinguiram o pluripartidarismo, fecharam o Congresso Nacional, instauraram a censura e suspenderam os direitos civis e constitucionais. A Lei de Segurança Nacional, de 1967, autorizou o governo a reprimir qualquer manifestação considerada ameaçadora à estabilidade nacional.

   b) Com o acirramento do regime provocado pelos Atos Institucionais e pela Lei de Segurança Nacional, setores da esquerda optaram por realizar movimentos de guerrilha urbana e rural. Os militares reprimiram violentamente esses grupos por meio da ação de órgãos como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Departamento de Ordem e Política Social (Dops), o Departamento de Operações e Informações (DOI), o Centro de Operações de Defesa (Codi) e a Operação Bandeirantes (Oban).

   c) O processo de abertura política no Brasil foi "lento e gradual", realizado sob pressão popular, mas dirigido pelos militares. Com a aprovação da Lei da Anistia, em 1979, permitiu-se o retorno dos exilados políticos ao Brasil e a libertação dos presos políticos. A reforma política que findou o bipartidarismo foi outro passo importante rumo à redemocratização do país. Outro acontecimento que marcou esse processo foi a campanha pelas eleições diretas. No entanto, o primeiro presidente civil, pós-ditadura, foi eleito por votação indireta.
2. Com relação aos aspectos geopolíticos internacionais, os estudantes podem mencionar que o contexto da Guerra Fria serviu de justificativa para a instauração de ditaduras militares na América Latina. Na Argentina, os militares argumentavam que havia o risco de ideias comunistas serem colocadas em prática no país. Essa situação, somada às disputas internas do partido peronista e a uma grave crise econômica, facilitou o golpe de Estado pelos militares. No Chile, em virtude do crescimento dos movimentos de esquerda e da ampliação da participação popular em atividades políticas, em especial a partir de 1964, os setores médios e conservadores começaram a temer uma guinada rumo ao socialismo. Esse temor intensificou-se com a eleição à presidência da República, em 1970, do candidato socialista, Salvador Allende. Os Estados Unidos contribuíram para desestabilizar o governo chileno. O general Augusto Pinochet, após ser nomeado comandante do exército em 1973, liderou o golpe militar contra o governo de Allende.
3. Resposta: **c**.
4. a) Conforme a transcrição do *podcast*, algumas escolas de samba desempenharam papel fundamental na promoção sociocultural dos negros durante a ditatura civil-militar por meio da oferta de cursos de alfabetização, formação política e história da cultura africana.

   b) A ditadura civil-militar utilizou o artifício de acusar diversos sambistas de crimes comuns para descaracterizar perseguições de cunho político. Além disso, outra prática comum dos agentes do Estado que se abateu sobre as escolas de samba foi o desaparecimento de seus associados.

Comentário

A atividade, ao propor a leitura do depoimento de um fundador de escola de samba em São Paulo, narrando suas atividades na educação e na valorização da cultura entre a população afrodescendente, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502**, **EM13CHS503** e **EM13CHS601**.

5. **a)** A Operação Condor foi uma parceria de colaboração, instituída a partir de 1975 entre as ditaduras militares vigentes nos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai), que unia esforços contra cidadãos que representassem qualquer forma de resistência ou oposição a esses regimes.

b) A participação dos Estados Unidos foi decisiva, pois, comprovadamente, até a eleição do presidente Carter, o governo estadunidense financiou e apoiou os regimes militares e as práticas repressivas de violação dos direitos humanos perpetradas em consonância nos países do Cone Sul.

Comentário

As constatações sobre a colaboração entre os aparatos repressivos das ditaduras do Cone Sul e a anuência dos Estados Unidos promovem o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS204**. O tema das violações dos direitos humanos, presente na atividade, está relacionado à **habilidade EM13CHS503**.

6. **a)** Os dois textos apresentam uma visão semelhante com relação à desproporção do aparato repressivo do Estado. No primeiro texto, o coronel deixa claro que os grupos subversivos eram formados basicamente por estudantes e intelectuais. Tais grupos foram comparados a uma mosca contra a qual se utilizou um martelo-pilão, uma ferramenta pesada utilizada principalmente em processos industriais, como o forjamento de peças metálicas. Já o historiador Rodrigo Motta aponta que as organizações armadas eram pequenas e não contavam com o apoio da população. Além disso, à exceção parcial da Guerrilha do Araguaia, tais organizações foram rapidamente desmanteladas. Sendo assim, em sua avaliação, o tamanho da estrutura do aparato repressivo do Estado era desnecessário.

b) Segundo o historiador, a opção pela guerrilha foi um erro político. Conforme o autor, a guerrilha não chegou a ameaçar de fato a ditadura civil-militar e acabou alimentando as convicções ideológicas e a obsessão anticomunista dos agentes do Estado.

Comentário

Ao propor análise comparativa de um trecho do depoimento de um agente do Estado durante a ditadura e de um fragmento historiográfico, avaliando a atuação dos movimentos armados e da repressão, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS503**.

7. Professor, retome as orientações para a elaboração de um texto argumentativo-dissertativo coerente, coeso e estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão. Solicite aos estudantes que leiam atentamente os textos motivadores, apresentando uma proposta de intervenção social, respeitando os direitos humanos, no combate à LGBTQIA+fobia no Brasil. Oriente-os a utilizar os dados apresentados e os artigos selecionados na fundamentação da argumentação e da proposta. Professor, ao corrigir, auxilie os estudantes na análise dos textos que produziram. Solicite que releiam o material, verificando se há coerência entre o tema proposto e o assunto desenvolvido, se há digressões ou generalizações indevidas e se as sentenças estão bem fundamentadas. Após esse exercício, se julgar pertinente, peça que reescrevam o texto. Essa atividade contribui para que identifiquem e superem fragilidades argumentativas, preparando-os para ler e compreender os textos, assim como para escrever melhor.

Comentário

A atividade de produção de texto dissertativo-argumentativo, partindo de uma situação vivenciada na ditadura civil-militar para discutir as violações dos direitos humanos da comunidade LGBTQIA+, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS502**, **EM13CHS503**, **EM13CHS601**, **EM13CHS605** e **EM13CHS606**. A proposta também contempla a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13CHS304**. O tema contemporâneo transversal *Educação em direitos humanos* está presente nessa atividade, que visa ao combate à violência e à discriminação no país.

Sugestões

Livros

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

Historiador e cientista político, o autor analisa o percurso do exército brasileiro e os papéis que desempenhou na política desde o tempo do Império até a ditadura militar.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulino: Paulinas, 2012.

Nesse livro, o autor aborda a fundação do movimento indígena brasileiro e a participação dos povos nativos no processo de redemocratização do país.

RAMIREZ, Hernán; FRANCO, Marina (org.). **Ditaduras no Cone Sul da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. *E-book*.

A obra reúne artigos de historiadores que analisam os regimes militares implantados na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai debatendo os processos históricos em cada um deles, o contexto internacional e o legado que deixaram em cada país.

UNIDADE 6

SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

A abertura desta unidade (páginas 340-341) promove uma discussão sobre a transformação da percepção social da natureza ao longo do tempo, considerando os impactos da Revolução Industrial, a atual crise climática e as projeções futuras. A partir dessa reflexão, os estudantes são convidados a discutir os entraves à efetivação de uma agenda ambiental internacional positiva e o potencial do Brasil para assumir protagonismo no combate ao aquecimento global e na mitigação dos efeitos deletérios das mudanças climáticas.

O debate em sala de aula pretende evidenciar a necessidade de ações globais coordenadas no enfrentamento das mudanças climáticas. No entanto, os conflitos regionais, as animosidades políticas e as desigualdades socioeconômicas entre as nações e dentro de cada país representam desafios para a efetivação da cooperação internacional, como almejam, por exemplo, as Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Nesse cenário, o Brasil se destaca como um importante ator devido à sua extensão territorial e seus biomas. Entretanto, apesar de ações como a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) e a promulgação do Código Florestal (2012), o país continua enfrentando queimadas e desmatamento no Cerrado, na Caatinga, no Pantanal e na Amazônia.

Objetivos de aprendizagem desta unidade

1. Analisar a desagregação do bloco soviético, a emergência da nova ordem mundial e a ascensão de novas potências econômicas globais.
2. Relacionar e problematizar o desenvolvimento tecnológico, a globalização e as consequências do neoliberalismo.
3. Identificar algumas das principais guerras e conflitos do mundo contemporâneo.
4. Discutir a historicidade da crise ambiental para compreender os desafios dos países e dos organismos internacionais no enfrentamento às mudanças climáticas.
5. Comparar e discutir os aspectos políticos e socioeconômicos dos governos brasileiros pós-ditadura civil-militar.
6. Analisar os preceitos da Constituição Federal de 1988 como forma de desenvolver o exercício da cidadania.
7. Compreender os desafios do Brasil e discutir formas de enfrentamento aos problemas socioambientais contemporâneos.

Capítulo 15 Capitalismo global e agenda ambiental

O capítulo explora a história do tempo presente, focando no fim da União Soviética, na globalização, no triunfo do neoliberalismo, no mundo multipolar e na emergência climática. Na abertura (página 342), são avaliados os conhecimentos prévios dos estudantes sobre o cenário geopolítico atual e as consequências socioambientais, políticas e econômicas do desenvolvimento capitalista global.

Em seguida, no tópico *A crise do sistema soviético* (páginas 343-347), discorre-se sobre o pós-Guerra Fria, a desagregação do bloco soviético e as tensões e conflitos no Leste Europeu. Se julgar conveniente, após abordar o caso da explosão da usina nuclear de Chernobyl em 1986 (página 344), proponha a seguinte atividade complementar: peça aos estudantes que pesquisem as aplicações da energia nuclear na medicina, na agricultura e na indústria, assim como seus riscos, incluindo os acidentes com césio-137 em Goiânia, em 1987, e na usina de Fukushima, em 2011. O objetivo é desmistificar e promover uma análise equilibrada dos benefícios e perigos dessa tecnologia.

O capítulo também trata de três tópicos inter-relacionados: *A nova ordem mundial e a globalização* (páginas 348-351), *O neoliberalismo e suas consequências* (páginas 352-354) e *A revolução tecnológica e as mudanças sociais* (páginas 355-356). A abordagem desses conteúdos oferece uma visão panorâmica das contradições socioeconômicas que estruturam as sociedades ocidentais atuais, como ampliação da concentração de riqueza e da desigualdade social, a desindustrialização, o desemprego e a precarização do trabalho. Ao tratar do impacto da internet para os seres humanos (página 356), ressalte os elementos positivos e negativos das redes sociais, propondo um debate a respeito da utilização desse recurso de modo ético, com o propósito de criar uma sociedade mais justa e inclusiva.

O último tópico do capítulo, *O aquecimento global e crise climática* (páginas 363-367), discute temas importantes que afligem a humanidade. A evolução do problema ambiental tem o potencial de agravar a desigualdade social e a insegurança alimentar e hídrica para bilhões de pessoas. A abordagem do tema convida à conscientização a respeito da necessidade de enfrentamento desse desafio presente no mundo contemporâneo.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

Na abertura do capítulo (página 342), a abordagem apresenta aspectos geopolíticos e socioambientais do mundo contemporâneo, bem como levanta os conhecimentos prévios e as hipóteses dos estudantes, mobilizando a **habilidade EM13CHS304** e as **competências gerais da Educação Básica 1** e **10**.

Ao tratar do tópico *A nova ordem mundial e a globalização* (páginas 348-351), abordando a economia em escala global e a ascensão econômica da China, o conteúdo trabalha a relação entre Estados e suas territorialidades e áreas de influência, favorecendo o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

O estudo de aspectos da globalização e do neoliberalismo (páginas 352-354), com destaque para os impactos nas relações de produção, capital, trabalho, desindustrialização e aumento da desigualdade, favorece o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS401**, **EM13CHS402** e **EM13CHS403**.

O tópico *Guerras, conflitos sociais e terrorismo* (páginas 358-362), ao discutir os ataques terroristas contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, a reação estadunidense em países como Afeganistão e Iraque, além de abordar os desdobramentos da Primavera Árabe e a guerra na Ucrânia, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS201** e **EM13CHS204**.

Por fim, o tópico *O aquecimento global e crise climática* (páginas 363-366), ao caracterizar o efeito estufa, a desigualdade socioambiental e ao discutir as responsabilidades de governos e da sociedade, os acordos internacionais e as tentativas de combater as mudanças climáticas, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS205**, **EM13CHS301**, **EM13CHS304** e **EM13CHS305**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 346)

1. O muro de Berlim foi construído em 1961 no contexto do mundo bipolarizado entre os Estados Unidos e a União Soviética. Sua queda consolidou a reunificação da Alemanha e simbolizou o fim da Guerra Fria.
2. Espera-se que os estudantes mencionem que a existência de muros como os citados no enunciado revela a persistência de conflitos étnicos, religiosos, políticos, territoriais, e são reflexos de desigualdades globais. Esses muros mostram que a globalização, embora interligue o mundo de diversas maneiras, não é suficiente para superar diferenças e criar uma comunidade global.

Comentário

Ao propor uma reflexão a respeito dos efeitos da queda do muro de Berlim e incentivar o debate com relação à existência de muros em meio ao mundo globalizado, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

Enfoque (página 349)

1. Trata-se de um bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em 2024, com a inclusão de novos países emergentes e grandes produtores de petróleo, o bloco passou a representar cerca de 36% da economia mundial. Seus principais objetivos incluem promover o desenvolvimento sustentável e influenciar o mercado global de energia.
2. O bloco é a expressão de um mundo multipolar, evidenciando a ascensão de novas potências e de novos agrupamentos econômicos com o intuito de facilitar as transações comerciais e a cooperação entre os países-membros.

Comentário

A atividade, ao abordar a formação do Brics e sua representatividade no comércio mundial, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS204** e **EM13CHS603**.

Enfoque (página 351)

1. Após a morte de Mao Tsé-Tung, a abertura econômica do país atraiu um grande volume de capitais direcionado à modernização nas seguintes áreas: agricultura, indústria, ciência e tecnologia. A conjunção de fatores, como atração de investimentos, disponibilidade de mão de obra, escala de produção e de exportação, refletiu diretamente na expansão da economia chinesa.
2. Espera-se que os estudantes mencionem o caráter híbrido da política econômica chinesa. O país permite o funcionamento de empresas privadas, a propriedade privada e incentiva o comércio e o investimento estrangeiro, aspectos característicos de uma economia capitalista. No entanto, as decisões macroeconômicas e o direcionamento dos investimentos são frequentemente conduzidos com o objetivo de servir aos interesses nacionais, alinhando-se a princípios de planejamento centralizado.

Enfoque (página 356)

1. Entre os pontos positivos estão a democratização da informação, o surgimento de mídias independentes, o acesso a conteúdos científicos, o entretenimento e o ciberativismo. Entre os pontos negativos, destacam-se a ampliação da difusão das *fake news*, os crimes cibernéticos, o *cyberbullying*, entre outros.
2. É possível que os estudantes mencionem a utilização da internet para diversas formas de entretenimento e de aprendizagem. Durante a correção da atividade, é importante ressaltar os aspectos que contribuem para o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes, como o estudo e o engajamento em causas sociais e humanitárias.

Comentário

A atividade sobre os pontos positivos e negativos da internet e o debate sobre os usos que os estudantes fazem desse recurso contribuem para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS501** e **EM13CHS504**. O tema contemporâneo transversal *Ciência e tecnologia* está presente nesta atividade e em todo o tópico que aborda a revolução tecnológica e os impactos da internet nas relações sociais.

Trabalho e juventudes (página 357)

Professor, esta seção destaca o perfil e o campo de atuação do profissional de administração. Proponha a leitura coletiva do texto, incentivando os estudantes a imaginar as habilidades e competências necessárias para administrar uma empresa, seja ela pública ou privada. Destaque as especializações associadas ao curso, como recursos humanos, *marketing*, finanças, e as possibilidades para a inserção desse profissional no mercado de trabalho.

Comentário

Ao apresentar a graduação em administração como uma forma de ajudar os estudantes a fazerem escolhas alinhadas com seus projetos de vida, o conteúdo desta seção contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 6** e a **habilidade EM13CHS401**.

Enfoque (página 366)

1. Segundo Thomas Piketty, a desigualdade socioeconômica apresentou uma tendência de queda durante grande parte do século XX, mas começou a se acentuar a partir da década de 1980. Auxilie os estudantes a inferir que ajuda financeira para a reconstrução dos países após a Segunda Guerra Mundial e a política de bem-estar social na Europa contribuíram para a redução das desigualdades. No entanto, esse fenômeno voltou a crescer devido às políticas neoliberais, como a flexibilização das leis trabalhistas e os cortes nos gastos sociais.
2. Segundo Piketty, os dois principais desafios do início do século XXI são o aumento da desigualdade e o aquecimento global. O enfrentamento desses problemas é urgente e requer um grande esforço político para promover a justiça socioambiental, uma vez que os mais pobres são os que mais sofrem as consequências das mudanças climáticas.
3. Os continentes com maiores índices de consumo de energia *per capita* são a Europa, a Ásia, a Oceania, a porção norte da América e, por último, a África.

Comentário

A discussão sobre a correlação entre desigualdade e aquecimento global, como base na análise de texto historiográfico e do mapa, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS101** e **EM13CHS106** e da **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT303**. Essa discussão também se associa ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13: *Ação contra a mudança global do clima*.

Entre saberes (página 367)

1. Os 10% mais ricos são responsáveis por metade de todas as emissões globais de dióxido de carbono. Estima-se que os investimentos do 1% mais rico em empresas poluidoras representem entre 50% e 70% de suas emissões.
2. Segundo o texto, um imposto de 60% sobre o rendimento do 1% mais rico poderia reduzir as emissões globais em 700 milhões de toneladas, além de arrecadar recursos para financiar a transição energética e mitigar os efeitos da emergência climática.
3. Os países mais pobres e menos responsáveis pelo aquecimento global são os que mais sofrem os efeitos negativos dos eventos climáticos extremos em sua infraestrutura, saúde, escassez de alimentos e elevação dos custos de vida. Espera-se que os estudantes se mostrem sensíveis à distribuição desigual dos custos da emergência climática.
4. Com base no que foi estudado, espera-se que os estudantes apontem medidas como a taxação de grandes fortunas e investimentos em transição energética, além de mencionarem a importância da pauta ambiental na política, a implementação de cadeias produtivas sustentáveis pelas empresas e a transferência de tecnologias para as nações mais vulneráveis, apoiando agendas relacionadas à justiça socioambiental, entre outras.

Comentário

Ao discutir a relação entre os principais agentes poluidores globais e os impactos desiguais da crise climática, a atividade mobiliza as **habilidades EM13CHS103** e **EM13CHS306** e da **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT303**. Além disso, associa-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7: *Energia limpa e acessível*.

Oficina (páginas 368-369)

1. **a.** A partir do fim da década de 1970, a economia soviética entrou em declínio. A estrutura centralizada das empresas estatais acabou conduzindo à ineficiência e à perda de produtividade, provocando desequilíbrios na balança comercial. Além disso, a Guerra do Afeganistão (1979-1989) contribuiu para agravar a crise do bloco soviético.

   b. A *perestroika* consistia em conceder mais autonomia às empresas estatais, além de permitir o desenvolvimento de estabelecimentos comerciais em geral. Já a *glasnost* ampliava as liberdades políticas e os direitos individuais. Além disso, as medidas reduziram a censura sobre a imprensa, relativizaram o papel do Estado na economia e favoreceram a abertura política da União Soviética.

   c. A desintegração do bloco soviético foi motivada por uma série de eventos, como crise econômica e reformas implementadas por Gorbachev. Entre as consequências desse processo estão: criação da Comunidade de Estados Independentes, acirramento de rivalidades étnicas, exacerbação do nacionalismo, instabilidade política e transição para economia de mercado.
2. Conforme os neoliberais, o crescimento econômico depende da redução do papel do Estado, de privatizações e da desregulamentação do mercado, facilitando a livre circulação de capitais. Como consequências, em muitos Estados que aplicaram esse ideário, houve cortes nos gastos sociais, precarização do trabalho, aumento da desigualdade e desindustrialização em países cujas indústrias eram menos competitivas em relação às multinacionais.
3. A Primavera Árabe foi uma série de revoltas ocorridas entre 2010 e 2012 em países árabes do norte da África e do Oriente Médio, contra a corrupção e a pobreza. As consequências variaram entre esses países, destacando-se as eleições livres na Tunísia, além da permanência de problemas econômicos, da emergência de guerras civis e de crises humanitárias em muitas dessas nações.
4. Resposta: **b**.
5. Resposta: **d**.
6. **a.** Segundo Havel, a Tchecoslováquia esteve submetida a um regime político fechado, repressor e autoritário com consequências políticas e sociais nefastas para o país.

   b. Havel ansiava que a Tchecoslováquia se tornasse uma república livre e democrática, com prosperidade econômica e justiça social.

Comentário

A atividade de interpretação do discurso do líder tcheco Václav Havel contribui para desenvolver a **habilidade EM13CHS504** e a **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LLG302**.

7. **a)** A tirinha sugere que as tecnologias modernas, ao aumentarem a produtividade aceleraram o ritmo de trabalho, tornando a vida muito mais agitada.

   b) No último quadrinho, a reflexão sugere que os avanços tecnológicos modificaram a percepção social da passagem do tempo, gerando uma sensação de impaciência que atinge diferentes faixas etárias e afeta várias dimensões da vida cotidiana, do lazer ao trabalho. Durante a correção, destaque para os estudantes a data de publicação da tirinha, 1995, e a evolução do desenvolvimento tecnológico. Convide-os a refletir sobre a percepção do tempo antes dos avanços tecnológicos mencionados e como lidam com o sentimento de urgência da atualidade.

Comentário

A atividade de análise da tirinha, que trata das relações entre sujeitos diante das transformações tecnológicas, contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS401** e da **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG302**.

8. Professor, divida a turma em grupos e oriente os estudantes a pesquisar em jornais, revistas, livros ou na internet, utilizando fontes confiáveis sobre o tema. As consequências do *bullying* e do *cyberbullying* incluem depressão, isolamento, baixo desempenho escolar e reações violentas contra os agressores ou contra si mesmo. Incentive a leitura da Lei nº 13.185/2015 e dos artigos do Código Penal que abordam o tema. Durante o debate, deve-se promover uma discussão reflexiva e, se pertinente, compartilhar experiências, garantindo a privacidade dos que

eventualmente, forem vítimas de constrangimentos sistemáticos. É importante discutir estratégias de acolhimento junto aos funcionários da escola e aos responsáveis pela vítima. Além disso, o Disque 100 é um canal de denúncia para violações dos direitos humanos. Por fim, pode-se solicitar a produção de cartazes ou postagens educativas sobre os riscos do *bullying* e do *cyberbullying*.

Comentário

A atividade, ao promover uma pesquisa seguida de discussão a respeito dos impactos negativos do *bullying*, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS503** e **EM13CHS504** e das **competências gerais da Educação Básica 8**, **9** e **10**.

Sugestão

Livro

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Trata-se de uma coletânea de dez palestras em que o autor abordou temas importantes, como terrorismo, globalização, nacionalismo, guerras, mercado, democracia, entre outros. Disponível também na versão digital.

Capítulo 16 Desafios do Brasil contemporâneo

O capítulo abrange as transformações sociopolíticas e econômicas no Brasil pós-redemocratização, com destaque para as crises econômicas, os problemas socioambientais, os escândalos de corrupção, os processos de *impeachment*, a questão fundiária, os programas sociais e a radicalização dos discursos políticos.

O tópico *A Nova República* (páginas 371-374) discute a consolidação da transição democrática e a elaboração da Constituição de 1988, destacando o reconhecimento dos direitos fundamentais.

O texto didático aborda o governo Collor (páginas 375-376), cuja renúncia, em razão do processo de *impeachment*, encerrou o primeiro governo eleito por voto direto após a redemocratização. Ao tratar dos governos de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (páginas 377-385), são destacados os avanços e retrocessos econômicos, as pautas e políticas sociais, além das contradições e denúncias de corrupção de cada gestão.

Ao tratar do governo Michel Temer (páginas 386-387), ressalte a flexibilização das leis trabalhistas. Em relação ao governo de Jair Bolsonaro (páginas 388-389), convém destacar o uso intenso das redes sociais, a expansão da presença de militares em áreas estratégicas do governo e a ocorrência da pandemia de covid-19.

O tópico *Desafios socioambientais do Brasil contemporâneo* (páginas 390-396), aborda problemas históricos como as desigualdades socioeconômicas, considerando etnia e gênero. Vale discutir também o cenário ambiental do país, destacando as atividades que degradam a natureza, os povos mais impactados e as formas de engajamento social no combate à emergência climática e por justiça ambiental.

Por fim, como atividade complementar, se julgar pertinente e houver disponibilidade, proponha a realização do *quiz Quanto você sabe sobre mudanças climáticas?*, disponível em: https://www.uncclearn.org/quiz/quiz-quanto-voce-sabe-sobre-mudancas-climaticas/. Acesso em: 16 out. 2024. O jogo de perguntas e respostas, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas, contribui para avaliar os conhecimentos e desenvolver a consciência ambiental entre os estudantes.

O trabalho com a BNCC neste capítulo

A abertura do capítulo (página 370) visa incentivar os estudantes a buscar compreender, explicar e atuar na realidade em que estão inseridos, mobilizando as **competências gerais da Educação Básica 1**, **9** e **10**.

Ao abordar o governo Sarney (páginas 371-374), considerando a elaboração da Constituição Federal de 1988 e de suas conquistas em matéria de direitos sociais, o texto didático contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS601** e **EM13CHS603**. Além disso, ao apresentar um histórico da questão fundiária, discutindo movimentos sociais e a reforma agrária, o conteúdo mobiliza as **habilidades EM13CHS101**, **EM13CHS204** e **EM13CHS206**.

Por apresentar uma abordagem panorâmica da política brasileira (páginas 371-389), discutindo aspectos econômicos, avanços sociais, programas de transferência de renda e políticas de ação afirmativa, além de destacar contradições, escândalos de corrupção e processos de *impeachment*, o capítulo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS601**, **EM13CHS602**, **EM13CHS603** e **EM13CHS606**.

O tema contemporâneo transversal *Educação ambiental* está presente no tópico *Desafios socioambientais do Brasil contemporâneo* (páginas 390-397). Ao discutir a importância da expansão do saneamento básico, considerando os dados de acesso da população brasileira, do combate ao desmatamento e da importância da preservação da natureza, o conteúdo contempla as **habilidades EM13CHS301**, **EM13CHS302**, **EM13CHS304**, **EM13CHS305** e **EM13CHS306**.

Por fim, o tema contemporâneo transversal *Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras* é contemplado a partir da discussão sobre a demarcação de terras indígenas e quilombolas (página 395). Ao tratar do direito e da importância da demarcação desses territórios, o conteúdo contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS201**, **EM13CHS203**, **EM13CHS204** e **EM13CHS205**.

Respostas e comentários

Enfoque (página 372)

1. A Constituição de 1988 foi elaborada por congressistas eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte e contou com ampla participação popular.
2. Professor, a Constituição de 1988 é uma das mais avançadas do mundo, especialmente no que se refere aos direitos sociais dos cidadãos. Mesmo enfrentando uma série de desafios, a existência desses direitos norteia as metas a serem atingidas e o trabalho dos parlamentares, e legitima a pressão popular para a sua efetivação.

Comentário

A atividade, ao recuperar aspectos históricos, propondo um debate a respeito da importância da Constituição de 1988, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS605** e **EM13CHS606** e das **competências gerais da Educação Básica 1**, **6**, **9** e **10**.

Enfoque (página 376)

1. A estratégia foi a realização de um choque econômico que consistiu no congelamento de cadernetas de poupança e investimentos que excedessem 50 mil cruzados. Tal estratégia, além de impopular, foi incapaz de controlar a hiperinflação que assolava o país.
2. Além dos exemplos já citados ao longo deste volume, incentive os estudantes a mencionar os fatos que conhecem e, eventualmente, relatar suas experiências. Espera-se que, durante o debate, discutam a participação política por meio de grêmios estudantis, redes sociais e associações de bairro, buscando solucionar problemas da escola, do bairro e temas de âmbito nacional.

Comentário

A discussão acerca dos impactos da participação dos jovens na política nos âmbitos local e nacional contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS501**, **EM13CHS502** e **EM13CHS605** e das **competências gerais da Educação Básica 9** e **10**.

Enfoque (página 377)

1. Conforme Paul Singer, a singularidade do Plano Real se refere ao modo como ele foi projetado e concebido, em diálogo com a sociedade e com o Parlamento brasileiro.
2. O Real teve um impacto positivo e imediato. A partir de setembro de 1994, a inflação mensal média foi de aproximadamente 2,1%, índice bem abaixo do verificado no primeiro semestre daquele ano.
3. Espera-se que os estudantes reconheçam que o controle da inflação preserva o poder de compra da sociedade e oferece previsibilidade quanto aos preços no mercado.

Enfoque (página 381)

1. A tese é a de que manter a floresta em pé é mais vantajoso economicamente do que derrubá-la.
2. Sim. O argumento econômico é expresso pelo custo comparativo entre preservar a floresta a partir do investimento de políticas públicas de combate ao desmatamento (cerca de 100 dólares por hectare) e o custo para recuperar uma floresta já desmatada (cerca de 2 mil dólares por hectare).

Enfoque (página 386)

1. A charge alude à narrativa da *Ilíada*, atribuída a Homero, que relata a Guerra de Troia, na qual os gregos enviaram um grande cavalo de madeira aos troianos como presente, mas este escondia guerreiros que, à noite, saíram e destruíram a cidade de Troia.
2. A charge ironiza e critica o governo de Michel Temer ao retratar os patrões empurrando um cavalo de madeira com a inscrição "fim dos direitos" e um operário atrás da muralha, alertando os demais de que se trata de um "presente de grego".

Comentário

A análise da charge, ao propor uma reflexão a respeito da Reforma Trabalhista de 2017, contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS401** e **EM13CHS404**.

Enfoque (página 390)

1. Espera-se que os estudantes destaquem os dados relativos ao IDH brasileiro, à desigualdade socioeconômica e às emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa.
2. Espera-se que os estudantes mencionem que, havendo um compromisso global entre as ações, os órgãos e agências internacionais podem estabelecer metas e apoiar políticas públicas de combate à fome e à degradação ambiental, com prêmios aos países que adotam as melhores práticas, e sanções econômicas e comerciais àqueles que ignoram as demandas socioambientais.
3. Professor, os estudantes podem mencionar atitudes como o comportamento não consumista e o uso responsável dos recursos naturais, além do boicote a empresas poluidoras, do engajamento em coletivos que militam pela causa ambiental, entre outras medidas.

Comentário

As questões dessa atividade contribuem para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **7**, **9** e **10**, e das **habilidades EM13CHS304** e **EM13CHS305**.

Enfoque (página 392)

1. O gráfico apresenta dados sobre a média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos no Brasil em 2019, conforme a região e marcadores sociais como cor ou raça, classe social e gênero. Em média, as mulheres pretas ou pardas despendem, semanalmente, uma hora e meia a mais do que as demais. As mulheres com menos renda dedicam, em média, seis horas a mais do que as mulheres com mais renda e cerca de quatorze horas a mais do que os homens nessas mesmas atividades.
2. As mulheres enfrentam maiores dificuldades em obter empregos formais, são sub-representadas na política, ocupam menos cargos gerenciais e, ainda, são alvos potenciais de violência doméstica, estupro e feminicídio.
3. Espera-se que os estudantes mencionem um conjunto amplo de ações que vão desde a importância das vagas em creches e escolas à efetivação das medidas que visam equilibrar o acesso das mulheres no mercado de trabalho, considerando evolução de carreira e rendimentos equiparados aos dos homens brancos, por exemplo.

Comentário

Ao discutir dados estatísticos e ao incentivar reflexões sobre a superação dos múltiplos aspectos da desigualdade de gênero no país, a atividade contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1**, **2**, **7**, **9** e **10** e das **habilidades EM13CHS102**, **EM13CHS106**, **EM13CHS402**, **EM13CHS602** e **EM13CHS606**, além de contemplar as prerrogativas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: *Igualdade de gênero*.

Contraponto (página 397)

1. A produção de energia eólica representa 10,9% da matriz energética brasileira.
2. Não, pois os parques eólicos modificam a paisagem, interferem na fauna, na vegetação e na saúde humana.
3. Todas as pessoas mencionadas concordam com a necessidade de modificar a composição da matriz energética brasileira. No entanto, dois dos pesquisadores também ponderam sobre as possíveis consequências da transição energética, enquanto outra, Elbia Gannoum, minimiza os efeitos provocados pela implantação dos parques eólicos.

4. Durante o debate, espera-se que os estudantes reconheçam a existência de responsabilidades desiguais no impacto ao meio ambiente. Em razão disso, uma forma de garantir justiça socioambiental é compensar as populações mais afetadas tanto pelas mudanças quanto pela implementação das soluções em resposta à crise climática.

Comentário

Ao discutir a questão da transição energética, destacando as diferentes considerações relativas a esse tema, a seção contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS302**, **EM13CHS304** e **EM12CHS306** e também da **habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias EM13CNT309**. O tema contemporâneo transversal *Educação ambiental* está presente nessa seção, que problematiza as formas de combate à mudança climática.

Oficina (páginas 398-399)

1. Como semelhança, podemos citar o fato de que ambos os governantes tiveram seus processos abertos pelo Congresso Nacional. Entretanto, no caso de Collor, a abertura do processo foi motivada por denúncias de corrupção envolvendo o governante e seu ex-tesoureiro de campanha; no caso de Dilma, o motivo alegado foi o de improbidade administrativa no uso de recursos públicos.
2. Aprovada durante o governo de Michel Temer, a PEC estabelecia limites para os gastos públicos pelos próximos vinte anos, sendo estes reajustados com base na inflação do ano anterior. Seus críticos afirmavam que a reforma impediria a ampliação dos investimentos em educação, saúde e geração de empregos, penalizando a população mais pobre, que mais depende desses serviços.
3. O Plano Collor foi imposto e fracassou ao buscar aplacar a inflação por meio do confisco de investimentos dos cidadãos para frear o consumo. Já o Plano Real foi implantado progressivamente e conseguiu controlar a inflação, recuperar o poder de compra dos salários e incentivar o consumo.
4. Esses governos foram relativamente semelhantes nesses três aspectos. A política econômica visava à garantia da estabilidade econômica para que o país obtivesse investimentos externos, ao fortalecimento do mercado interno e ao controle da inflação. Os projetos de inclusão social do governo FHC foram unificados, aperfeiçoados e ampliados sob os governos Lula e Dilma. Os três governos sofreram acusações de denúncias de corrupção.
5. Durante o governo Bolsonaro, ocorreram a Reforma da Previdência, a ampliação da participação de militares na administração federal e a maior facilidade para a obtenção de armas de fogo por civis. A gestão também enfrentou a pandemia de covid-19 de forma controversa. Além disso, denúncias de corrupção e a redução de investimentos públicos também estão entre as marcas desse governo.
6. Resposta: **b**.
7. **a.** O texto revela que a maioria das vítimas de estupro são menores de idade. É possível inferir que a ocorrência desses casos no ambiente doméstico acaba contribuindo para a subnotificação e para a recorrência desses crimes.

   b. O estupro de vulnerável tipifica qualquer ato de conjunção carnal ou ato libidinoso com vítimas menores de 14 anos ou incapazes de consentir por qualquer motivo, como deficiência ou enfermidade.

   c) Conforme a publicação, a subnotificação resulta do fato de que, em determinadas condições, setores da sociedade desencorajam ou até mesmo responsabilizam as vítimas pela violência que sofreram.

   d) O debate deve focar a convergência entre machismo e sexismo na subalternização das mulheres em papéis sociais e no mercado de trabalho. Em conjunto, essas atitudes sustentam estereótipos e normalizam discriminações, insultos e violências. Durante o debate, é importante que os estudantes utilizem os dados apresentados para argumentar que a objetificação do corpo feminino e a normalização da violência contra as mulheres contribuem para os altos índices de estupro e para a subnotificação desse tipo de crime. O governo disponibiliza o Disque 100 para denúncias de violências e abusos cometidos contra crianças e adolescentes, e o Disque 180 para denunciar crimes contra mulheres.

Comentário

Ao abordar dados relativos à violência contra a mulher, a atividade contribui para o desenvolvimento das **habilidades EM13CHS102**, **EM13CHS502**, **EM13CHS503**, **EM13CHS602**, **EM13CHS605** e **EM13CHS606**. Os temas contemporâneos transversais *Educação em direitos humanos* e *Direitos da criança e do adolescente* estão presentes nessa atividade sobre violência de gênero.

8. **a.** Conforme o texto, participam das frentes de lutas contra o racismo: sindicalistas, setores populares, mulheres, estudantes, organizações não governamentais, comunidades rurais. Naquele momento, havia a expectativa de um programa político "projetado a partir de uma ótica negra".

   b. Porque é um evento que evoca a simbologia daquele que é cultuado como um dos principais líderes quilombolas de resistência à escravidão e ao domínio colonial.

   c. Em 1995, o movimento negro teve um momento fecundo em razão das comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e de importantes parcerias. Desde então, conquistas como programas de combate ao racismo, promoção da igualdade racial e a Lei de Cotas foram implementadas. No entanto, ainda há desafios, como superar o racismo estrutural e melhorar indicadores de renda, representatividade política e violência contra a população negra.

   d. Espera-se que os estudantes mencionem que tanto o Estado quanto a sociedade civil têm o dever de preservar a memória histórica e enfrentar as consequências profundas deixadas pela escravidão.
9. **a.** Sim. O apelo emocional à difusão, além do uso de robôs e de *trolls*.

   b. Porque a disseminação de informações falsas pode distorcer os resultados eleitorais e facilitar a aplicação de golpes e a difusão de informações pseudocientíficas que beneficiam apenas aqueles que se valem desse expediente.

   c. Durante o debate, espera-se que os estudantes, ao realizarem esse exercício de projeção de futuro, percebam o potencial nocivo das *fake news* para a organização e o funcionamento da sociedade.

Comentário

Ao propor a análise da circulação das *fake news* e um exercício de projeção de cenários futuros, a atividade contribui para o desenvolvimento da **habilidade EM13CHS504**.

10. Professor, leia atentamente os textos motivadores, incentivando os estudantes a refletirem sobre a importância do bioma amazônico para a manutenção do regime de chuvas em todo o país, incluindo a macrorregião do Centro-Sul, a mais dinâmica em termos econômicos. Na sequência, auxilie-os na análise do material produzido. Se necessário, solicite a reescrita dos textos para garantir a coerência entre o tema da proposta e o conteúdo desenvolvido, além de suprimir possíveis digressões ou generalizações indevidas. Essa atividade contribui para que os alunos identifiquem e superem fragilidades argumentativas.

Comentário

Ao solicitar a elaboração de um texto dissertativo-argumentativo sobre o papel da preservação da Amazônia no combate à emergência climática, o conteúdo mobiliza as **habilidades EM13CHS301**, **EM13CHS302**, **EM13CHS304** e **EM13CHS306** e contribui para o desenvolvimento da **habilidade de Linguagens e suas Tecnologias EM13LGG303**.

Sugestões

Livros

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Nesse livro, o autor compartilha reflexões sobre a humanidade e a natureza, propondo novas formas de nos relacionarmos com o meio ambiente. Disponível também na versão digital.

PINSKY, Jaime *et al*. **Brasil**: o futuro que queremos. São Paulo: Contexto, 2018.

Coletânea de artigos discutindo os desafios do Brasil contemporâneo em áreas como educação, meio ambiente, moradia, ciência e tecnologia, entre outras.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA
O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS PELAS MÍDIAS TRADICIONAIS

Esta seção (páginas 400-401) tem o objetivo de incentivar os estudantes a desenvolver uma compreensão crítica das informações veiculadas nos diversos meios de comunicação, com ênfase nas plataformas *on-line*. Ao compreender como os veículos de comunicação tradicionais se adaptaram às novas tecnologias e como utilizam as redes sociais para transmitir conteúdo, os estudantes estarão mais preparados para interpretar as informações que encontram diariamente e para se tornar consumidores críticos e responsáveis de mídia.

Discute-se como a mídias tradicionais buscam sobreviver em um cenário renovado pelo universo das redes sociais. Informe aos estudantes que os jornais, as revistas e os canais de televisão adequaram suas linguagens para publicar conteúdos nas redes sociais e por meio de *microblogs*. Destaque a utilização de manchetes curtas, imagens impactantes, uso de *hashtags*, *emojis* etc. pelas mídias tradicionais, como estratégia para atrair o público das redes sociais e continuar socialmente relevantes.

Para o desenvolvimento da atividade, oriente os grupos a selecionar os temas e elaborar as manchetes e os resumos de notícias para serem veiculados de forma analógica ou virtual. Argumente que o objetivo é criar engajamento para a publicação, incentivando-os a utilizar a criatividade para transmitir informações de forma atrativa e eficaz.

Comentário

A atividade, ao propor a criação de manchetes para novas mídias, favorecendo reflexões sobre as inovações tecnológicas nos meios de comunicação, contribui para o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 4** e **5** e das **habilidades EM13CHS106** e **EM13CHS401**.

PESQUISA EM FOCO
JUVENTUDE, FUTURO E TRANSFORMAÇÃO

O objetivo desta seção (páginas 402-405) é identificar as preocupações e os anseios dos jovens sobre seu futuro, discutindo como se preparar para as próximas etapas da vida após a conclusão do Ensino Médio.

Inicie a atividade explicando cada etapa do trabalho. Informe que a análise do grupo focal será a base para o roteiro das entrevistas e que os materiais produzidos em ambas as práticas de pesquisa serão utilizados na exposição audiovisual. Mencione que cada prática deve ter um questionário específico, adequado aos seus objetivos e finalidades, e ressalte a importância de obter os termos de consentimento para o uso de imagens e áudios dos entrevistados na montagem da exposição.

Organize os estudantes em grupos e estabeleça um cronograma para a realização da Etapa 1. Ajude-os a dividir as tarefas, facilitando a execução do projeto. Para o grupo focal, questões mais abertas podem propiciar diálogos mais espontâneos sobre o tema. Oriente-os na elaboração das perguntas que serão utilizadas como roteiro. Durante a análise, auxilie-os a captar os assuntos mais recorrentes, os anseios e as estratégias utilizadas tanto por quem está terminando o Ensino Médio quanto por aqueles que deram continuidade aos estudos ou já ingressaram no mercado de trabalho.

Com base na análise do material produzido durante o grupo focal, auxilie os estudantes na execução da Etapa 2. Explique que, nesse caso, questionários estruturados e semiestruturados facilitam o tratamento estatístico dos dados coletados.

Por fim, auxilie os estudantes a providenciar o espaço e os equipamentos necessários para a realização da exposição audiovisual. Facilite o acesso a equipamentos e *softwares* essenciais para exibição e edição. Explique também que a exposição deve seguir uma narrativa com início, meio e fim, para que os estudantes possam organizar os materiais de acordo com o fluxo de pessoas pelo espaço. Na impossibilidade de utilizar recursos multimídia, a atividade pode ser adaptada para formatos de exposição tradicional.

Comentário

Essa atividade, ao abordar as expectativas dos jovens após a conclusão do Ensino Médio, considerando as transformações nas relações de trabalho, contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 5** e das **habilidades EM13CHS401**, **EM13CHS403** e **EM13CHS404**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

BALLESTER, Margarita. **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Obra que oferece diferentes textos sobre a função pedagógica da avaliação no processo de ensino-aprendizagem.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Nesse livro, demonstra-se como as formas de racismo precederam as teorias de raça, observando-as no contexto de hierarquias sociais e condições locais.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018.

A obra aborda aspectos teóricos que fundamentam o conhecimento escolar e as práticas em sala de aula.

BLOOM, Benjamin; HASTINGS, Thomas; MADAUS, George. **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Pioneira, 1983.

O livro apresenta métodos e técnicas para implementar avaliações eficazes para o desenvolvimento dos estudantes.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (org.). **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Trata-se de uma coletânea de artigos abordando questões culturais, sociais, econômicas e políticas a respeito do Brasil contemporâneo.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasíla, DF: MEC, 2018.

Documento que especifica as competências e habilidades a serem trabalhadas na Educação Básica brasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: propostas de práticas de implementação, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 2 set. 2024.

Documento que enfatiza a importância do princípio da transversalidade para o ensino na atualidade.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

Obra que apresenta as transformações na historiografia ocorridas a longo do século XX.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

Esse livro aborda quase duzentos anos de luta pela cidadania no Brasil, entendida como a conquista de direitos civis, sociais e políticos.

CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro. **Inferência e argumentação na constituição da compreensão textual**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Tese que discute os processos cognitivos que constituem a compreensão de texto.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Livro que trata da história dos nativos, da política indigenista e dos aspectos mais prementes da questão indígena na atualidade.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir – relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/Unesco, 1998.

Esse relatório enfatiza a educação como ferramenta essencial e propõe um modelo educativo baseado em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2022.

Livro que apresenta, de maneira e concisa e abrangente, a história do Brasil, de 1500 a 2010.

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação no domínio das aprendizagens. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 19, n. 41, p. 347-372, 2008.

Trata-se de um artigo científico sobre como construir uma teoria de avaliação das aprendizagens por meio da sistematização e da compreensão de seus elementos essenciais.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

O livro discute a importância do diálogo na construção do conhecimento e como os conflitos podem ser usados para promover a conscientização crítica e a transformação social.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

No livro, o autor explora as principais contribuições da sociologia para entender melhor as juventudes nas sociedades contemporâneas.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

Obra na qual a autora apresenta a avaliação do processo ensino-aprendizagem de forma direta, prática e sistematizada.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Coletânea de ensaios em que o autor reflete a respeito de elementos metodológicos e dos objetos e objetivos da narrativa historiográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

HOFFMAN, Jussara. **Avaliar para promover**: As setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2005.

O livro apresenta os princípios da avaliação mediadora para a promoção da aprendizagem, com foco nos diferentes processos operacionais das avaliações.

KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. *In*: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Trata-se do capítulo de um livro dedicado a compreender as juventudes e sua relação ampla com a sociedade, discutindo a ligação entre juventude e consumo, identidades e comportamentos sociais.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 17, p. 63-201, nov. 1998.

Texto no qual o autor discorre sobre o conhecimento que temos do passado e como esse passado nos cerca e ajuda a moldar a identidade de cada indivíduo.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2013.

O livro aborda a avaliação da aprendizagem escolar, enfatizando a importância da compreensão, da mobilização de conhecimentos prévios e da aprendizagem ativa.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

O livro apresenta a trajetória de quinze dos mais importantes historiadores brasileiros, contando suas histórias pessoais, seus percursos escolares e universitários, suas influências, linhas de pesquisa e contribuições.

MORIN, Edgar. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

Nesse livro, são apresentados sete princípios essenciais para a educação, entendidos como fundamentais para preparar os sujeitos para os desafios do mundo contemporâneo.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Nesse livro, problematiza-se a educação como engrenagem do crescimento econômico, defendendo a formação crítica e cidadã dos estudantes.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. *In*: ISHAY, Micheline. **Direitos humanos**: uma antologia. São Paulo: Edusp, 2006.

Produzida pela ONU pós a Segunda Guerra Mundial, em 1948, a declaração é um documento que aborda a proteção universal dos direitos humanos.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003.

Obra dedicada a estudar e compreender as culturas juvenis, em que o autor identifica, no âmbito da sociologia, as principais correntes teóricas e analíticas sobre as juventudes.

PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

Nesse livro, são apresentados textos de dez especialistas que refletem sobre diversas estratégias para viabilizar o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. São Paulo. Penso, 1999.

O livro explora a complexidade da avaliação educacional, destacando-a como ferramenta do sistema educacional que orienta a tomada de decisões no processo de ensino.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

Nessa obra, Piaget apresenta reflexões sobre a forma como as crianças adquirem o conhecimento lógico-matemático, discutindo a importância da transformação no modo de ensinar na contemporaneidade.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e ensino de história: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p. 1-19, 2021.

Artigo que apresenta a trajetória de publicação da Base Nacional Comum Curricular e os embates concernentes ao ensino de história nesse contexto.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

O livro aborda a história de Joseph Jacotot, um professor francês que, em 1818, propôs um método de emancipação intelectual e rompeu com os pressupostos pedagógicos do período.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2013.

O livro apresenta os principais conceitos históricos que permeiam nosso dia a dia e relaciona o saber histórico com a prática em sala de aula no intuito de auxiliar o docente em seu trabalho.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educar en la sociedad del conocimiento**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

No livro, o autor aborda a emergência de uma sociedade do conhecimento em meio à intensificação dos processos de globalização e desenvolvimento tecnológico, discutindo a importância estratégica da educação no enfrentamento da ampliação das desigualdades sociais.

UNESCO. **Repensar a educação**: rumo a um bem comum mundial? Brasília, DF: Unesco, 2016.

Nessa publicação, discute-se o papel da educação na formação e no preparo dos indivíduos, considerando as transformações e os desafios presentes no mundo contemporâneo.

WORLD BANK. **World Development Report 2018**: learning to realize education's promise. Washington: World Bank, 2018.

Trata-se de um relatório do Banco Mundial dedicado à educação, no qual é sublinhada sua relevância em um contexto de rápidas transformações econômicas e sociais.

ISBN 978-85-16-14028-1

